

DICIONÁRIO DOS DESEMBARGADORES

(1640-1834)

José Subtil

DICIONÁRIO DOS
DESEMBARGADORES
(1640-1834)

José Subtil



TRIBUNAL DA RELAÇÃO
DE LISBOA

**EDI
UAL**
UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
EDITORA

ISBN: 978-989-8191-14-4



UAL
UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA

UAL
UNIVERSIDADE
AUTÓNOMA
DE LISBOA

IIP
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO
PLURIDISCIPLINAR

**DICIONÁRIO
DOS
DESEMBARGADORES**

(1640-1834)

José Subtil

Ficha Técnica:

Título: *Dicionário dos Desembargadores (1640-1834)*

Autor: José Subtil

Editora: EDIUAL - Universidade Autónoma Editora, S. A.
Rua de Sta. Marta, n.º 56
1169-023 Lisboa

Design e Composição Gráfica: Samuel Ascensão

Impressão:

ISBN: 978-989-8191-14-4

Depósito Legal:

Subtil, José

Dicionário dos desembargadores: 1640-1834 / José Subtil; pref. António Manuel Hespanha; colab. Nuno Camarinhas. -Lisboa: EDIUAL, 2010. 604 p.

ISBN 978-989-8191-14-4

CDU 94 (469)

ÍNDICE

Nota de Apresentação e Agradecimentos	5
Prefácio de António Manuel Hespanha	7
Os desembargadores no Antigo Regime (1640-1820) – Nuno Camarinhas.....	13
Os desembargadores na Transição para o Liberalismo (1820-1834) – José Subtil.....	39
Orientações gerais	57
I Parte do Dicionário - Os desembargadores entre 1640 e 1819 (1763 entradas)	59
II Parte do Dicionário - Os desembargadores entre 1820 e 1834 (149 entradas).....	543
Índice onomástico de 1912 desembargadores.....	579

NOTA DE APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A primeira fase dos trabalhos deste dicionário realizou-se entre 1996 e 1998 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa como parte integrante do projecto *Optima Pars, Elites no Portugal Moderno (1600–1834)*, financiado pelo Gabinete *Praxis XXI*¹. Colaboraram comigo o João Sabino e a Sandra Boavida. Por falta de novos financiamentos não foi possível continuar os estudos até meados de 2007, altura em que o IIPUAL (Instituto de Investigação Pluridisciplinar da Universidade Autónoma de Lisboa) decidiu aprovar a inclusão do dicionário na linha de investigação sobre *Actores Sociais e Territórios de Poder*. Passaram a colaborar comigo, até meados de 2009, o Nuno Camarinhas e a Odete Pereira e o dicionário ficou concluído no mês de Setembro.

Quero agradecer a todos os que participaram no projecto, a começar pelos responsáveis na recolha da informação, o João Sabino, a Sandra Boavida e a Odete Pereira. Um agradecimento especial ao Nuno Camarinhas pela sua colaboração na conclusão dos trabalhos e pelo magnífico texto que acompanha a sua edição. Ao Instituto de Ciências Sociais que acolheu o projecto desde o início, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia e à Universidade Autónoma de Lisboa que o patrocinaram financeiramente e à EDIUAL, na pessoa do seu Director Doutor Miguel Figueira de Faria, por se ter prontificado a editá-lo.

Uma gratidão muito grande ao António Manuel Hespanha por ter sido o seu principal impulsionador e pelo estímulo permanente à sua concretização.

José Subtil

Oeiras, Outubro de 2009

¹ Sobre os resultados desta fase dos trabalho ver José Subtil, «Os Desembargadores em Portugal (1640-1820)», *Optima Pars, Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, organização de Nuno G. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2005 pp. 253-277.

UMA NOTA INTRODUTÓRIA

António Manuel Hespanha

Há uns anos – na verdade, já quase vinte – iniciei com alguns colegas e, então, estudantes, um projecto de prosopografia de juristas portugueses¹. Nessa altura, o que nos interessava era reconstituir o grupo dos que foram autores de obras de direito, no intuito de preparar estudos semelhantes aos que estavam a ser propostos por Filippo Ranieri, sobre sociologia da literatura jurídica². Os dados dessa monumental recolha permanecem inéditos e sem utilização, pela descontinuidade do projecto e a falta de pessoas especializadas em certos aspectos mais técnicos.

Entretanto, esta empresa despertou a atenção para a prosopografia dos juristas, em geral; e, em especial, para a dos magistrados, cujas vidas e carreiras podiam contribuir enormemente para a compreensão da política de Antigo Regime. Tal como, mais tarde, pode ilustrar com muito proveito a história contemporânea, pelo menos até aos anos 30 do século XX.

Três colegas, em especial, se comprometeram em estudos deste tipo. Uma tratou dos fluxos e destinos dos estudantes de direito³; outro desbravou uma magnífica colecção de biografia de magistrados feita por frades alcobacenses no século XVIII⁴. Por fim, José Subtil, continuando a sua contribuição para o projecto *Optima pars*, continuou a sua

¹ *Storia Iurisprudentia Lusitania Antiquae*, no ICS/UL (1992-1994); *Optima Pars*, no ICS/UL (1996-98).

² Filippo Ranieri, «Juristische Literatur aus dem Ancien Regime und historische; Literatursoziologie, Einige methodische Vorberlegungen», in: *Aspekte; europäischer Rechtsgeschichte. Festgabe für Helmut Coing zum; 70. Geburtstag*, Frankfurt am Main 1982, 293-322; «Juristische Universitätsdisputationen im 17. und 18. Jahrhundert. Zur Analyse des deutschen Autoren- und Händlermarktes», in: E. V.; Heyen (Ed.). *Historische Soziologie der Rechtswissenschaft*, Frankfurt; am Main 1986, 157-172; «The Lawyers in the Holy Roman Empire of the 16th to the 18th Century. A Historical Data Base», *Historical Social Research*, Vol. 14, 1989, n.º 3, pp. 62-67; «Vom Stand zum Beruf. Die Professionalisierung des Juristenstandes; als Forschungsaufgabe der europäischen Rechtsgeschichte der Neuzeit», *Ius Commune*. 13 (1985), 83-105 (trad. port. Em Penélope. Fazer e desfazer a história, 1(1990); Fillipo Ranieri, «Eine Datenbank ber juristische Dissertationen und Juristen im; Alten Reich. Ein Projektbericht, in: Historical Social Research», *Quantum; Information*, 37 (1986), 109-115; 66; *Historical Social Research*, Vol. 14-1989-No. 3, 62-67; Ranieri, F. und Neugebauer, R., «GOLEM als Werkzeug des Rechtshistorikers», *Informatik und Recht*, 11/12 (1986), 476-481; «Der Universitätsbesuch der deutschen Rechtsstudenten am; Übergang zwischen 16. und 17. Jahrhundert. Ein rechts- und sozialhistorischer; Beitrag zur Mobilität der Juristen im Alten Reich», *Ius Commune*, 15 (1987), 67.

³ Joana Estorninho de Almeida, *A Forja dos Homens. Estudos Jurídicos e Lugares de Poder no Séc. XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

⁴ Nuno Camarinhas, *Letrados e Lugares de Letras. Análise prosopográfica do grupo jurídico. Portugal, séculos XVII-XVIII*, Lisboa, ICS/UL, 2000 (policopiada); Les juges portugais d'Ancien Régime, 1620-1800. Tese de doutoramento na Ecole des hautes études en sciences sociales, Paris, Histoire et Anthropologie du Monde Hispanique seminar, EHESS and Université de Paris I, 2006 (a publicar brevemente por L'Harmattan); «The Crown's Judges - The judicial profession in Ancien Regime Portugal, 1700-1709» in K. S. B. Keats-Rohan (ed.), *Prosopography: Approaches and Applications. A handbook*, Oxford, Prosopographica & Genealogica, 2007.

sistemática investigação das biografias de altos magistrados, que já tinha dado resultados que se revelaram muito esclarecedores em dois dos seus trabalhos de história política⁵.

O presente livro insere-se nesta linha de estudos, reunindo agora uma soma impressionante de dados, controlados directamente pelas fontes arquivísticas ou outras de primeira mão.

No plano da história política e social, isto permite compreender muito melhor a estrutura dos grupos de poder, bem como o modo de integração e ascensão neles e os processos pelos quais estes exerciam o seu mando.

No caso dos magistrados, este mando podia revestir duas formas típicas.

Uma delas, destacada por J. Subtil nos seus estudos sobre o Desembargo do Paço e sobre o «terramoto político», era a da ocupação de lugares de topo nos círculos da decisão política. Isto acontece já no século XVII, com o governo de juntas, nos tempos de Lerma e de Olivares, e com muitos dos secretários dos reis⁶, mas incentiva-se imenso com o governo pombalino, como mostrou Subtil nos dois livros citados. Depois da Revolução, o modelo não desaparece, pois vários foram os juristas que ascenderam, não apenas ao Parlamento (e aí tiveram uma intervenção decisiva – Manuel Fernandes Tomás, Manuel Borges Carneiro, José Ferreira Borges, Francisco Trigo, Correia Teles, António Bernardo da Costa Cabral e tantos outros), mas ainda ao Conselho de Estado e ao Ministério, e não apenas ao da Justiça e Cultos. Sem esquecer que eram juristas os membros do Supremo Tribunal de Justiça que, embora não fosse um tribunal de cassação à maneira francesa, acabava por ter bastante influência em algumas decisões relativas à administração.

A outra forma de exercício do mando era mais discreta, mas não menos efectiva, difusa e quotidiana. Tratava-se do seu espaço de decisão no foro, decisão dependente de cada juiz, mas guiada também pelos parâmetros traçados, na Universidade, por outros juristas⁷. Aí, o poder dos letrados já não dizia respeito a grandes questões. Era um poder molecular, implicando particulares⁸. Mas, na vida destes, tocando com a sua liberdade,

⁵ *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1996; «Os Desembargadores em Portugal (1640-1820)», em *Optima Pars, Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, organização De Nuno G. Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais – ICS, 2005 pp. 253-277; Lisboa, Imprensa de Ciências, 2002. «Os Ministros do Rei no Poder Local, Ilhas e Ultramar (1772-1826)», *Penélope*, n.º 27, 2002, pp. 37-58; *O Terramoto Político (1755-1759)*, Lisboa, UAL, 2007.

⁶ Dos quais destaco António Leitão, estudado por Jean-Frédéric Schaub, *Le Portugal au temps du comte-duc d'Olivares (1621-1640): Le conflit de juridictions comme exercice de la politique*, Madrid: Casa de Velazquez, 2001 (rec. *The English Historical Review*, June 01) ou Tomé Pinheiro da Veiga.

⁷ Cf. «Um poder um pouco mais que simbólico. Juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito», em Ricardo Marcelo Fonseca e Airton C. Leite Seelaender (coords.), *História do direito em perspectiva, Do Antigo Regime à modernidade*, Curitiba, Juruá, 2008, 143-202.

⁸ Sobre a organização da justiça em Portugal no século XIX, António Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português*, Lisboa, Almedina, 2004; e, mais específico, Luís Eloy de Azevedo, «Direito Penal, Magistratura e Inquérito Judicial no Século XIX Português», comunicação apresentada no colóquio internacional *Les enquêtes judiciaires en Europe au XIXe siècle Acteurs-Imaginaires-Pratiques* realizado na Sorbonne em Paris, entre 19 e 21 de Maio de 2005, em *Revista do Ministério Público*, 102 (Abril-Junho 2005); Paulo Pinto de Albuquerque, *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*, Almedina, 2003 (com extensa parte histórica).

os seus bens, a sua família, o seu prestígio social⁹. Teoricamente, o liberalismo manteve, nesta matéria, algumas continuidades, ao permitir a manutenção em funções de juízes não letrados, mesmo depois da Reforma Judiciária de 1832 (até à lei de 21.7.1885); e introduziu, mesmo alguma inovação, ao criar o tribunal de júri, uma das reclamações que os liberais pensavam estar no cerne das liberdades cívicas¹⁰. Como quase tudo quanto se refere à prática judicial, ainda é cedo para se proferirem juízos definitivos sobre o impacto, quer das continuidades de Antigo Regime, quer das inovações liberais. Pois tudo isso está dependente de um tratamento sistemático dos fundos arquivísticos judiciais, que permita estudos pouco enviesados.

Ou seja, não sabemos ainda com certeza qual era a margem de discricionariedade dos juízes na aplicação do direito, embora tudo indique que – apesar da fama de legalismo que envolve este período – a liberdade deixada aos juízes para construir uma solução era muito grande¹¹, pois, por um lado, o quadro das fontes de direito, estabelecido pela Lei da Boa Razão (18.8.1769) era muito vasto; e, por outro, a doutrina tão pouco estabelecia critérios unívocos de orientação¹². Por outras palavras, temos quase como certo que os juízes, nos tribunais de primeira instância e nos tribunais superiores, dispunham de uma *discretion* que se traduzia em poder. Mas, porque não houve ainda estudos, sequer sectoriais, sobre o sentido da jurisprudência, não sabemos de que forma jogava, do ponto de vista social, esse poder, embora a doutrina, uma vez por outra, nos dê conta de algumas correntes jurisprudenciais dominantes.

Outra questão é a de saber quais eram as áreas de conflito em que este poder dos magistrados tinha mais impacto. As dificuldades são quase as mesmas. Porém, para os tribunais em última instância, há repertórios ou mesmo colecções sistemáticas de acórdãos que nos podem possibilitar saber que temas litigiosos eram aí decididos. Há pois um trabalho a fazer, e ele é factível. Uma análise cursória dos repertórios sugere uma preponderância acentuada de questões de natureza processual. Se assim fosse, resultaria que os juízes preferiam resolver os litígios no plano do processo do que no plano do direito substantivo. As explicações poderiam ser de dois tipos. Ou havia mais certeza – e, logo, menos risco de contestação – nas questões processuais (o que se poderia relacionar, ou com o peso de praxes de julgar estabelecidas; ou o facto de a legislação processual ter surgido mais cedo (com as reformas judiciais, que abrangia temas, não apenas de organi-

⁹ Cf. Luís Eloy Azevedo, «Jornalismo judiciário no século XIX: o neutro e o palpitante», in *Sub Judice* n.º 25 (2003), pp. 45-53.

¹⁰ Cf. Lucien Jaume, «Siyès et le sens du jury constitutionnaire : une réinterprétation», *História constitucional*, junho 2002 (<http://www.seminariomartinezmarina.com/ojs/index.php/historiaconstitucional>); Daniela Novarese, «Fra Common Law e Civil Law. Il Jury nell'esperienza costituzionale siciliana (1810-1815)», junho 2002 (<http://www.seminariomartinezmarina.com/ojs/index.php/historiaconstitucional>); António Manuel Hespanha, *Guiando a mão invisível Direitos, Estado e Lei no liberalismo monárquico português*, Lisboa, Almedina, 2004.

¹¹ Cf. A. M. Hespanha, «Um poder um pouco mais que simbólico. Juristas e legisladores em luta pelo poder de dizer o direito», cit.

¹² Cf. A. M. Hespanha, «Razões de decidir na doutrina portuguesa e brasileira do século XIX. Um ensaio de análise de conteúdo», comunicação ao IV Congresso do Instituto Brasileiro de História do Direito, Setembro de 2009 (a publicar nas actas).

zação judicial, mas também de direito processual) facilitava uma decisão mais segura se a questão fosse decidida nesse plano. Mas também é verdade que uma sentença baseada em questões «neutras» e «técnicas» de processo contribui mais para a solidificação de uma imagem do juiz como o cultor de um saber difícil, reservado a técnicos, e neutro. E, com isso, é um factor importante de construção de capital social.

Que, na sociedade e entre os políticos, havia a ideia de que os juizes dispunham de poder, de muito poder, e de que não o usavam bem, isso é algo que muitas fontes nos transmitem.

Citei, a este propósito, estes e outros textos num artigo anterior¹³. Mas vale a pena reiterar a transcrição destes trechos das actas das Cortes Constituintes, que têm paralelo nas dos anos 30.

«O Senhor Borges Carneiro. – A razão porque continuam as vexações dos Ministros, é porque todo o Negocio está dependente do Desembargo do Paço. Todo o Requerimento contra Ministro, ha de ir ao Desembargo do Paço, e ele põe-lhe uma pedra em cima, e tudo fica no mesmo estado. Eu sei de hum Requerimento em que uma parte se queixava de hum Ministro, em razão de injustiças cometida em uns Autos em que requeria que eles subissem à Mesa; passaram-se 20 Ordens, e tudo estava no mesmo. Requeria a Parte ao Desembargo do Paço para virem os Autos, dizia o Desembargo do Paço 'Passe Ordem 2:000 réis'. Diz outra vez a Parte: 'Não cumpriu a Provisão, está tudo no mesmo estado.' 'Passe Ordem - dizia o Desembargo do Paço - 2000 réis'. Vinha a Parte outra vez. O Ministro não cumpre. Dizia o Desembargo do Paço 'Passe Ordem. 2:000 réis'. Quarenta mil réis lhe levou de Ordens, e no fim de uns poucos de anos de luta, mandou o Corregedor os Autos. Chegarão à Mesa. Diz a Mesa 'Remetidos ao mesmo Corregedor para tornar a informar' Então os Ministros que fazem isto podem por ventura ter amor da justiça? Podem obrar como devem? Certamente não. Não tenho ódio nenhum pessoal àqueles Ministros; Deus lhes dê as fortunas que desejo para mim, mas considerados como Desembargadores do Paço são indignos da confiança Publica. Tudo ali fica emperrado, e a Regência está amarrada sem poder fazer nada; por isso apoio com urgência a moção do senhor Alves do Rio.»

«O senhor Castelo Branco¹⁴. – O mal é da maior evidência. Se nós víssemos que os Ministros em geral cumpriam as Leis, e a Administração Publica não ia bem; então era uma consequência que o defeito vinha das Leis, e não dos que a executavam. Porem nós todos os dias còramos ouvindo factos praticados pelos Ministros contra as Leis que eles não cumprem. Logo não vem o mal só de que as Leis são defeituosas, mas sim da má vontade dos Executores. Jamais poderemos conseguir o fim que desejamos, uma vez que não tenhamos homens aferrados ao sistema. A males extraordinários, eu não conheço senão remédios extraordinários. Conheço quanto é arriscado o deixar ao Poder Executivo

¹³ António Manuel Hespanha, «Nas origens do STJ em Portugal. Governo da lei ou governo dos juizes?» (a publicar); mais testemunhos, em António Pedro Barbas Homem, *Judex perfectus* [...], cit., 573 ss.; e em Luís Eloy de Azevedo, «Direito Penal, Magistratura e Inquérito Judicial no Século XIX Português», cit.

¹⁴ Padre João Maria Soares de Castelo Branco (1767-1831). Cf. Isabel Nobre Vargues, «Vintismo e Radicalismo Liberal - João Maria Soares de Castelo Branco», *Revista de História das Ideias*, 3 (1981), pp. 177-216.

todo o arbítrio, entretanto as circunstâncias nos obrigam a autorizar a Regência a tomar uma medida Provisória. [...] O que eu digo é, que uma vez que nós desgostemos os Povos, não poderemos marcar até onde poderão chegar os resultados; por isso me parece bem ordenar que a Regência seja interinamente autorizada para dar nisto providencias as mais prontas, sem se ligar, nem mesmo às formalidades determinadas pelas Leis.»¹⁵

Mas esta animosidade está para durar, Em 1826¹⁶, foi lido o Relatório e Parecer da Comissão encarregada de indicar os artigos da Carta Constitucional, cuja execução estava dependente de Leis regulamentares, e de indicar a urgência relativa destas. Entre estas, algumas eram relativas ao poder judicial¹⁷, e justamente no sentido de cercear a sua discricionariedade, prevenindo uma excessiva autonomia, que lhe permitisse usurpar funções de dizer o direito, contrariando a separação de poderes. O juízo sobre a magistratura, como instituição, não podia ser mais negro: «O Corpo da Magistratura é aquele, que mais mal tem feito ao Reino; mas também é o que mais cruelmente tem sido caluniado. Os Portugueses tem grande sede de Justiça; mas devemos confessar que a má administração desta nem procede da corrupção da Classe em massa, nem mesmo da prevaricação dos indivíduos exclusivamente. Há Magistrados mui respeitáveis pelas suas luzes, pelo seu desinteresse, e pela sua imparcialidade; se há muitos maus, é para admirar que seu número não seja ainda maior pelos poderosos estímulos, que as Instituições lhes ofereciam para prevaricarem. Começemos pela impunidade, assegurada de facto pela viciosa organização dos Tribunais [...]» (*ibid.*) No centro de tudo estava a arbitrariedade no decidir, que o antigo direito lhes conferia¹⁸, e que os juizes aparentemente utilizavam, o que aproximava o juiz português do *khadi* magrebino»¹⁹.

Nem de tudo isto se trata neste magnífico dicionário. Nele se indicam apenas os detentores do poder judicial e se fornecem muitos elementos para o seu estudo como grupo e, portanto, para a sondagem das origens desse poder. Da intensidade, constância, generalidade e sentido dos usos dele se têm que ocupar outros estudos, também com

¹⁵ DCGENP, de 10-04-1821, pp. 527 ss.

¹⁶ DCG-CD, n.º 13, de 17-11-1826, pp. 85 ss.

¹⁷ Além da sempre esperada e nunca efectivada lei da responsabilidade dos funcionários, indicavam-se: «Divisão do Território, que lhe respeita: Instituição, e Regimento dos Juizes de Paz, e dos Juízos concilia-tórios; Organização, e Regimento dos Juizes, e Juízos de Primeira Instância (compreendendo os Jurados para as Causas Crimes); a Distribuição, Organização, e Regimento dos Tribunais de Segunda Instância, do Supremo Tribunal de Justiça, e da Câmara dos Pares do Reino, como Tribunal Criminal» (*ibid.*).

¹⁸ «Há uma Lei de 1769, que dá a boa razão de cada um, i. e., o arbítrio do Juiz, como regra de julgar; há outra, que concede aos Desembargadores Poder discricionário para imposição das penas: acrescente-se o Poder colossal concedido aos Juizes de Fora, a mobilidade de todos os Lugares trienais, as dificuldades, e eternas delongas para novo despacho, a certeza de que o meio mais seguro para ser de novo empregado era o dinheiro, e as protecções; e a isto ajunte-se a servil dependência, em que o Magistrado estava, de todas os grandes Autoridades; e diga-se como seria possível que a Justiça fosse geralmente administrada com imparcialidade» (*ibid.*).

¹⁹ «A inviolabilidade de facto, de que se tem revestido a Magistratura Portuguesa, faz com que a justiça em Portugal se administre mais arbitrariamente do que em Marrocos» (Deputado Alvares Pereira, em DCG-CD, n.º 44, de 5-3-1828, p. 689).

uma base empírica alargada. Também para isso, serve o estudo que com muito gosto introduzo, de exemplar modelo.

OS DESEMBARGADORES NO ANTIGO REGIME (1640-1820)

Nuno Camarinhas

Introdução

A estrutura da administração da justiça no Portugal de Antigo Regime foi lançada ainda durante o período de união das coroas ibéricas. Do ponto de vista da sua organização, do seu funcionamento, dos seus membros e das lógicas de movimentação no interior do aparelho, não se verificam grandes alterações entre o período anterior e o período posterior a 1640. No entanto, para podermos aumentar a qualidade dos dados a analisar, usaremos, neste estudo e para o dicionário, o ano da restauração da monarquia como baliza cronológica devido à exaustividade da documentação disponível, sobretudo, a partir da década de 60, quando dispomos de séries extremamente ricas.

Do ponto de vista institucional, os traços gerais da administração da justiça do Antigo Regime português são reconhecíveis a partir das reformas implementadas nos reinados filipinos. Com D. Filipe I, é outorgado o primeiro regimento ao Desembargo do Paço (1582)¹, é ordenada uma nova compilação da legislação portuguesa que resultará nas *Ordenações Filipinas*², é instituído o Conselho da Fazenda³, é criada a Relação do Porto a partir da extinção da Casa do Cível e da reforma da Casa da Suplicação⁴, é dado novo regimento à Relação de Goa⁵. D. Filipe II cria o primeiro tribunal de Relação no Brasil, na Baía, em 1609, depois de uma tentativa falhada em 1588⁶. No início do século XVII estavam

¹ «Regimento do Desembargo do Paço» de 27 de Julho de 1582. Este regimento será anexado às *Ordenações Filipinas*.

² A Lei de 5 de Junho de 1595 ordenava a reforma das *Ordenações* que, no entanto, só estariam concluídas e impressas no reinado de D. Filipe II, em 1603, entrando em vigor na sequência da publicação da Lei de 11 de Janeiro de 1603. Para ambas, veja-se «Legislação brasileira e portuguesa ordenando a execução das ordenações philippinas» in *Ordenações Filipinas*, Livro I, Rio de Janeiro, Typographia do Instituto Philomathico, 1870, pp. LXXV-LXXVIII.

³ Regimento de 20 de Novembro de 1591. «Regimento da Fazenda», in José R. M. C. C. Sousa, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, vol. I, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, pp. 161-165.

⁴ «Regimento da Relação da Casa do Porto» de 27 de Julho de 1582, J. A. De Figueiredo, *Synopsis Chronologica de Subsídios ainda os mais Raros para a Historia e Estudo Critico da Legislação Portuguesa*, Tomo II. Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790, pp. 198 e seguintes; a Casa da Suplicação tem o seu primeiro regimento nas *Ordenações Filipinas* (1603) e uma primeira revisão dois anos depois, na Lei de 7 de Junho de 1605 (J. J. A. Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, vol. I, p. 142).

⁵ «Regimento da Relação, e Ministros da Justiça da India» in *Archivo Portuguez-Oriental*. (ed. por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara), Fasc. V, Parte III. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1866, pp. 1124-1151.

⁶ «Regimento da Relação do Estado do Brasil» de 7 de Março de 1609 in J. J. A. Silva, *op. cit.*, vol. I (1603-1612), Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, pp. 258-265.

criados os principais pólos de decisão judicial do Portugal de Antigo Regime, ao nível central. As bases desse aparelho, ao nível periférico, tinham uma origem anterior: as figuras dos juízes de fora, dos corregedores, dos ouvidores e dos provedores, remontam à primeira dinastia do reino e mas apresentam, no final do século XV, têm uma configuração muito próxima da que vigorará para o período que iremos estudar.

Uma administração que reconhecia uma pluralidade de jurisdições e que convivia sob uma certa primazia do direito comum⁷. À escala local, a influência do direito régio é minoritária, embora se registre uma ligeira tendência, ao longo do século XVIII, para se alargar. São em maior número os municípios cuja justiça é administrada por juízes não-letrados (juízes ordinários), mais hábeis a aplicar o direito consuetudinário baseado nos usos e costumes do que no manejar dos conceitos jurídicos ensinados na Universidade de Coimbra. Apenas os concelhos sob jurisdição directa da coroa ou dos donatários que lhe eram mais próximos (Casa de Bragança, ordens militares, Arcebispado de Braga, Casa da Rainha, Casa do Infantados, Universidade e algumas casas titulares) seguiam a administração da justiça letrada e nomeavam juízes de fora. Acima do nível concelhio, temos jurisdições de recurso: as correições, as ouvidorias, as provedorias, as auditorias da gente de guerra e as superintendências. As duas primeiras funcionavam, *grosso modo*, como segundas instâncias das judicaturas de fora e ordinárias, sendo que os corregedores actuavam em comarcas de jurisdição régia, enquanto que os ouvidores actuavam em comarcas de jurisdição delegada dotadas de autonomia jurisdicional face à coroa. As provedorias eram circunscrições contínuas que englobavam todo o tipo de territórios (régios e de jurisdição delegada) uma vez que lidavam com assuntos em relação aos quais a coroa não delegava jurisdição: as matérias relativas a pessoas, individuais ou colectivas, desprovidas da capacidade de administrar os seus próprios bens (órfãos, cativos, defuntos, etc.) ou das instituições devotadas ao bem comum (hospitais, misericórdias ou confrarias). As restantes instituições tinham jurisdição sobre realidades mais específicas como os corpos militares de uma dada região ou a fiscalização do comércio de determinados produtos estratégicos como o sal ou o tabaco.

Ao nível central encontravam-se os tribunais e os conselhos que constituíam a cúpula desta estrutura e, de certa forma, cristalizavam a organização corporativa da sociedade de Antigo Regime. Os vários conselhos e tribunais que constituem o sistema polissinodal português representam as últimas instâncias numa hierarquia judicial que se iniciava na periferia. Assim, podemos ver os tribunais de relação como o topo da hierarquia dos órgãos que lidavam com as causas cíveis e crimes, com uma ligeira preponderância da Casa da Suplicação sobre as restantes relações; o Conselho da Fazenda como o topo da estrutura de administração financeira; o Conselho da Guerra como última instância para as causas que envolvessem militares; a Mesa da Consciência e Ordens como último recurso para as instituições como as provedorias ou as causas que envolvessem as

⁷ Para uma análise mais detalhada das instituições de administração da justiça portuguesa na época moderna, veja-se António Manuel Hespanha, *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Livraria Almedina, 1982 e Nuno Camarinhas, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e o Império Colonial, Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (no prelo).

ordens militares. Acima de todos estes órgãos, e partilhando com o monarca da capacidade de administração da graça estava o Desembargo do Paço, instituição que concentrava também a gestão do pessoal judicial. Devotado, também, a temperar as decisões judiciais dos tribunais ou a esclarecer dúvidas provenientes de instâncias inferiores, o Desembargo do Paço era formado exclusivamente por desembargadores embora o presidente, outrora destinado ao rei, fosse normalmente ocupado por um membro da alta nobreza⁸.

Estudar o grupo dos magistrados que se tornarão desembargadores, analisar os seus percursos pessoais, quer académicos quer burocráticos, permite-nos questionar a sua homogeneidade enquanto corpo. Essencialmente procuraremos mostrar como a aquisição do estatuto de desembargador se faz de formas diversas, dependentes de diferentes sequências de cargos, de diferentes condições pessoais e familiares. A comparação com o restante corpo judicial, constituído pelos magistrados que não atingiram o estatuto de desembargador, permite-nos detectar especificidades deste corpo, ao mesmo tempo que a análise dos seus percursos possibilita o esboço de redes de circulação que tentaremos observar mais de perto.

Identificação dos desembargadores

Os magistrados que alcançavam uma nomeação para desembargador atingiam um patamar almejado por todos os que seguiam a carreira da justiça da coroa. Ao lograr esse estatuto, recebiam uma nomeação a título definitivo que era, ao mesmo tempo, um reconhecimento, por parte da coroa, da qualidade demonstrada e da experiência adquirida ao longo da carreira. Mas o que os distinguiria dos restantes membros do corpo judicial da coroa?

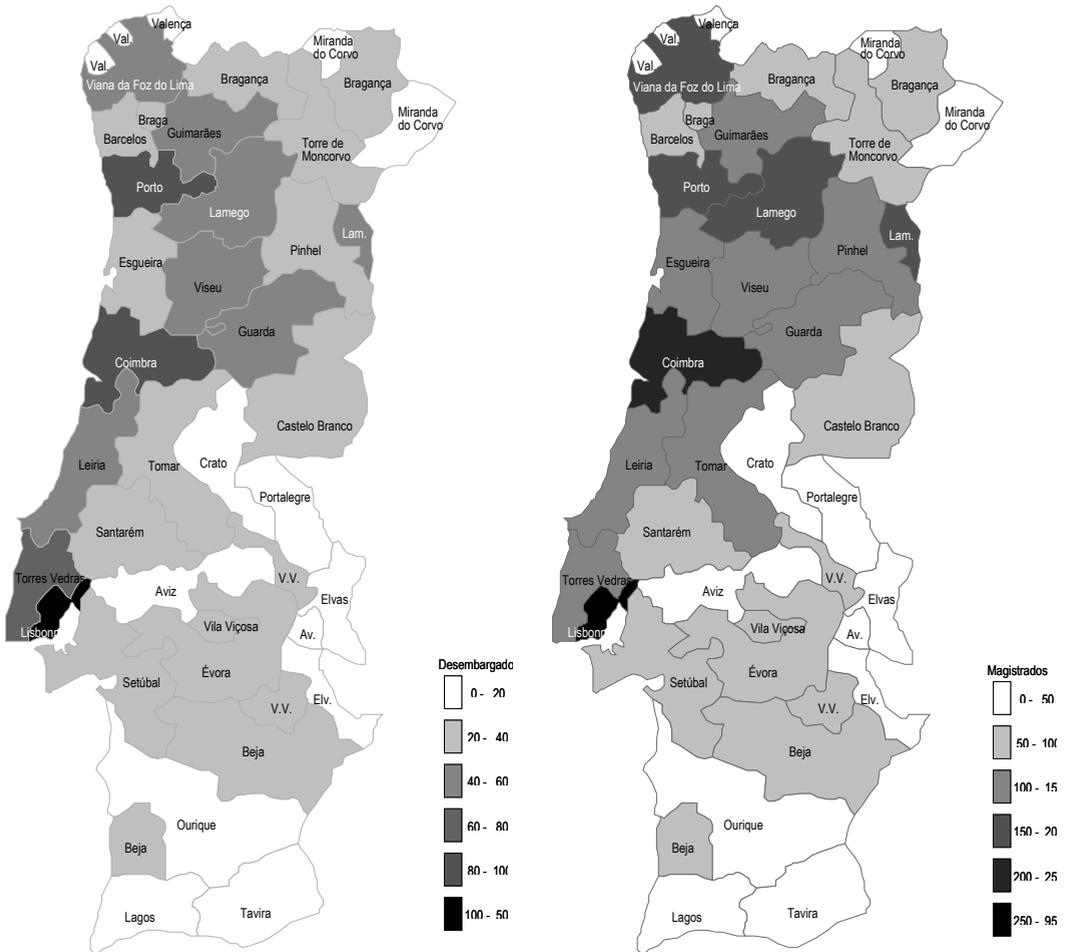
No que diz respeito às suas origens geográficas, o perfil do grupo reproduz, em traços gerais, o do restante corpo dos magistrados: há uma preponderância de Lisboa, seguida das comarcas do Porto e de Coimbra (Figura 1). O peso de Lisboa é maior entre os desembargadores (quase 30% contra os 21% do conjunto total dos magistrados) e o Porto sobe à segunda posição entre as comarcas com maior contribuição. Quanto às restantes circunscrições da metrópole, elas estão mais ou menos normalizadas abaixo dos 40 magistrados, destacando-se a faixa litoral e, de forma mais notória, a circunscrição de Torres Vedras, possivelmente pela sua proximidade em relação a Lisboa. Comarcas bastante populosas, como Viana ou Lamego, perdem representatividade para os três principais centros, sobretudo para a capital. É igualmente interessante notar que, apesar do maior peso de Lisboa, o Brasil mantém a mesma posição ocupada entre a totalidade dos magistrados: é o quarto território a fornecer desembargadores, com 5% dos indivíduos que atingirão esse estatuto. Trata-se sobretudo de gente vinda da Baía e do Rio de Janeiro, mas também de Pernambuco, e que, apesar da distância que tinha que ser

⁸ O estudo de referência continua a ser José Subtil, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.

vencida, consegue prosseguir carreiras ao serviço da justiça régia e, inclusivamente, atingir os seus níveis superiores.

Fora da metrópole, e se excluirmos o caso excepcional da colónia brasileira, raros são os territórios que produzem desembargadores. Apenas os arquipélagos atlânticos dos Açores e da Madeira, com vinte e cinco indivíduos (1,5%), atingem uma posição de alguma visibilidade.

Figura 1 – Mapas comparativos da distribuição da origem geográfica (desembargadores à esquerda; magistrados em geral à direita)



Os dados para conhecermos as origens sociais destes indivíduos não são tão extensos. Na realidade, apenas temos informação sobre metade dos indivíduos, desconhecendo os pormenores dos restantes. Mas esta área desconhecida tem alguns pontos que podem ser deduzidos. Há dois tipos de origem social, bastante distintos, aliás, que sabemos que não estão representados na metade desconhecida: os magistrados e os oficiais mecânicos. Os primeiros, não apenas pelo cruzamento dos dados do nosso estudo

da globalidade do grupo, mas também porque era do interesse de cada candidato a magistrado apresentar, no momento em que se apresentava perante a instância máxima de administração da justiça, um trunfo que podia ser determinante nos primeiros passos da carreira. É por isso que supomos que os valores relativos aos descendentes de juristas sejam muito próximos dos valores absolutos devido às características da informação da leitura de bacharéis. Com os oficiais mecânicos podemos ter o mesmo grau de certeza se confiarmos na eficiência dos inquiridos promovidos pelo Desembargo do Paço junto das famílias dos candidatos à carreira de letras (habilitações para as leituras de bacharéis). Em princípio, os candidatos à magistratura que descendiam de pais ou avós mecânicos eram sinalizados nas inquirições e esse facto ficou registado nas fontes. Apesar de ser um critério de selecção dos futuros magistrados, não era eliminatório, uma vez que era possível apelar à graça régia no sentido de autorizar a admissão. Essa graça era concedida em troca do compromisso de ir servir no ultramar em caso de necessidade da coroa.

Quanto às restantes origens sociais, apenas dispomos de números parciais e um elevado grau de desconhecimento (49,4%). A Tabela 1 resume os números obtidos:

Tabela 1 – Origens sociais dos desembargadores⁹

<i>Desconhecidos</i>	871	
Notáveis	309	54,7%
Militar	136	24,0%
Jurista	326	18,5%
Grande Comerciante	30	5,3%
Mecânico	25	1,4%
Médico	23	4,1%
Oficial Maior	17	3,0%
Religioso	9	1,6%
Casa Real	7	1,2%
Nobre	5	0,9%
Estrangeiro	5	0,9%
Total	1763	

Verifica-se uma preponderância de indivíduos filhos de militares e, sobretudo, de membros do que as fontes descrevem como sendo os membros das famílias notáveis, ou seja, das elites locais, normalmente lavradores abastados que viviam dos rendimentos das suas propriedades, onde se fazia o recrutamento dos cargos de administração local. Em relação à totalidade dos magistrados da coroa, os desembargadores distinguem-se por terem percentagens mais elevadas de filhos de juristas (mais 5,5%) e de filhos de notáveis locais (mais de 19,1%) enquanto que nas restantes categorias os valores são equivalentes ou inferiores. Dir-se-ia que, a existir alguma distinção entre os magistrados

⁹ A percentagem dos valores em itálico faz-se em relação ao total geral (1767), enquanto que as restantes se referem ao valor global das origens parcialmente conhecidas (567).

que se tornarão desembargadores e os outros, essa diferença residiria na posição mais dominante de indivíduos com um passado acostumado ao estudo do direito e à administração da justiça. Quanto aos magistrados com origens mecânicas que conseguem chegar a desembargador a percentagem é quase dois terços mais baixa.

Trajecto anterior à beca

A carreira na administração da justiça letrada tinha duas possíveis portas de entrada. A dominante era a frequência da universidade, com a formação numa das Faculdades de Direito (Leis ou Cânones), seguida da candidatura junto do Desembargo do Paço. A outra, minoritária, representando cerca de 4% do *corpus* total dos magistrados, era aberta aos professores da universidade que podiam ser convidados a ingressar na carreira como desembargadores, não tendo percorrido o *cursus honorum* das magistraturas letradas exercidas um pouco por todo o reino e império.

O ingresso pela via mais comum fazia-se na sequência de uma dupla avaliação do candidato pelo Desembargo do Paço: uma avaliação de carácter moral e uma de carácter técnico-científico. Na primeira procurava-se verificar se o candidato preenchia os requisitos morais exigidos pela função de magistrado¹⁰. Essa verificação era feita por meio de inquirições levadas a cabo na terra de origem do candidato e da sua família, por um magistrado delegado pelo Desembargo do Paço, normalmente o corregedor, junto de testemunhas. A avaliação técnico-científica era feita num exame (a leitura de bacharéis), perante um júri de desembargadores, no Desembargo do Paço, depois de ter provado a aprovação na universidade bem como a frequência de um estágio feito nos tribunais locais. Se fosse aprovado o candidato podia finalmente habilitar-se a receber uma nomeação para um dos chamados «lugares de letras» existentes no reino ou no ultramar.

Os cargos no aparelho judicial português da época moderna organizavam-se de forma hierarquizada, de acordo com a importância das jurisdições exercidas. A sucessão de nomeações podia ser muito variada mas obedecia sempre à regra do aumento da importância da jurisdição recebida. A fase inicial da carreira habitual de um magistrado decorria ao nível das magistraturas de âmbito local (juiz de fora, juiz dos órfãos), sendo possível a recondução num mesmo cargo ou a permanência num mesmo tipo de cargo em localidade diversa. A permanência na carreira levava os magistrados a ocupar lugares nas magistraturas de carácter intermédio (corregedor, provedor, ouvidor, auditor da gente de guerra, juiz conservador ou superintendente) que, para além de representarem funções mais importantes dentro da administração da justiça, funcionavam como verdadeiras antecâmaras dos tribunais de relação, isto é, do estatuto de desembargador.

Os cargos exercidos anteriormente à ascensão ao estatuto de desembargador eram nomeações temporárias por períodos de três anos. A continuidade ao serviço e a

¹⁰ Não descender de sangue judeu, mouro ou mulato; não descender de oficiais mecânicos; não ter processos contra si nos tribunais.

consequente progressão na carreira dependiam da aprovação nas sindicâncias feitas no final de cada triénio (residências). As promoções dependiam da experiência acumulada, medida em anos de serviço mas também na qualidade dos lugares ocupados. Outros factores podiam intervir no percurso, acelerando a progressão. Destacam-se dois: o serviço de cargos específicos e a intervenção da graça régia.

Com efeito, no conjunto dos cargos que compunham o aparelho judicial português, existiam uma série de lugares, em cada nível, que funcionavam como aceleradores na medida em que era entendido que a experiência nesses lugares habilitava o magistrado a lugares mais elevados. Falamos das judicaturas exercidas em cabeças de comarca e, sobretudo, os chamados «lugares de primeiro banco», assim chamados por serem exercidos nas cidades que tinham o direito a ocupar o primeiro banco nas assembleias de cortes. Se as primeiras conferiam habitualmente o direito a ascender ao nível intermédio, os segundos premiavam os magistrados com a promoção para os tribunais de relação. Outros cargos faziam as vezes de verdadeiros atalhos no percurso dos magistrados. Grande parte dos ofícios exercidos no ultramar, pela perigosidade das viagens que implicavam e pela dificuldade do exercício em lugares afastados dos centros políticos, muitas vezes com estruturas administrativas muito precárias, eram premiados com uma nomeação para uma das relações, quer ultramarina, quer metropolitana.

A intervenção da graça régia podia também influenciar a progressão na carreira, eliminando algumas etapas intercalares, em virtude de serviços prestados pelo magistrado ou por seus familiares, ou para repor um direito que já pertenceria ao indivíduo mas que as circunstâncias das nomeações não permitiam concretizar¹¹.

O ingresso na carreira, ultrapassadas as provas de admissão, era um momento importante que podia condicionar o tipo de percurso a realizar e, inclusivamente, a qualidade dos lugares a que se poderia almejar. Quando analisamos as primeiras nomeações recebidas pelos magistrados que virão a aceder ao estatuto de desembargador, o número dominante não surpreende: a maioria começa a carreira pelos lugares mais baixos do aparelho, ao nível das judicaturas, sendo que dois terços dessas nomeações são mesmo para os lugares de menor importância¹². A presença quase residual de nomeações para os lugares superiores, nomeadamente os de nível intermédio e os de primeiro banco, ou até de lugares no ultramar reproduz de certa forma o comportamento geral do corpo dos magistrados da coroa.

¹¹ Um magistrado que, pelos anos de serviço, já tivesse direito à ascensão a um lugar de primeiro banco mas que, por qualquer motivo, não o tivesse recebido, sendo nomeado para um cargo inferior, podia vê-lo predicamentado por forma a que a próxima nomeação fosse já para uma relação.

¹² As chamadas judicaturas de «primeira intrância», destinadas aos magistrados recém-admitidos e inexperientes.

Tabela 2 – Primeira nomeação dos futuros desembargadores

Instância	Totais	%
Judicatura	1043	59,1
Desembargador	347	19,6
Intermédio	177	10,1
Ultramar	96	5,4
Primeiro Banco	80	4,5
Outros	21	1,2

Convém observar com mais atenção o que se esconde por detrás do valor da categoria «desembargador», uma vez que nela se encontram dois tipos diferentes de ingresso: por um lado, temos magistrados de carreira, que fizeram a sua candidatura aos lugares de letras depois de terem sido avaliados na leitura de bacharéis, e que recebem, como primeira nomeação, um lugar num tribunal de relação, normalmente no ultramar; por outro temos indivíduos que, pela sua qualidade pessoal, normalmente decorrente da docência universitária, mas também de percursos de carácter eclesiástico ou no Santo Ofício, são recrutados pela coroa para exercer funções de desembargador nos tribunais de relação da metrópole ou até no Desembargo do Paço. O primeiro tipo representa um pouco mais da metade da categoria (53,3%) enquanto que no segundo se destacam os lentes da universidade de Coimbra (com 41,5%), e que os elementos recrutados nas carreiras eclesiásticas são residuais (5,2%).

Quando cruzamos as informações sobre a primeira nomeação com as da origem social, verificamos que há um peso maior dos indivíduos descendentes de juristas nas nomeações para lugares de primeiro banco, para cargos no nível periférico intermédio em geral e, embora em menor medida, para desembargador. Inversamente, esse perfil é proporcionalmente menos representado nas nomeações para as judicaturas menores e para o ultramar. A presença de juristas na família favorece a obtenção de nomeações para lugares-chave logo no primeiro passo da carreira, sobretudo para lugares nos principais centros urbanos do reino, nomeadamente na capital. No caso das entradas directamente para lugares de primeiro banco, a nomeação deste perfil parece ser quase uma regra, uma vez que 70% dos magistrados que as obtêm são filhos de outros magistrados. Paradoxalmente, o peso relativo dos descendentes de juristas nas nomeações directas para desembargador não é tão esmagador (40%) e diminui ainda mais quando se trata dos indivíduos que se tornaram desembargadores depois de serem lentes na universidade (30%).

Se excluirmos os indivíduos que acediam à carreira depois de terem sido lentes na universidade, os magistrados obtêm a mercê de um lugar de desembargador, em média, entre a terceira e a quarta nomeação.

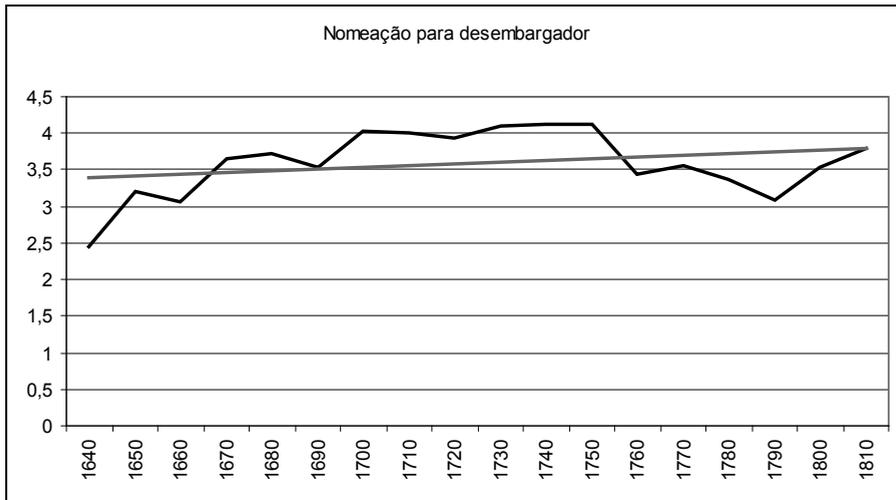
Tabela 3 – Momento em que é obtida a nomeação para desembargador, de acordo com o início da carreira (excluíram-se os magistrados que entraram directamente para o lugar de desembargador)

Primeiro cargo	Nomeação para desembargador						
	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a	8. ^a
Conselhos	7	1	1				
Intermédio	68	61	24	18	5	1	
Judicatura	131	208	289	279	108	26	6
Outros	1	1		2			
Primeiro Banco	56	18	1				
Ultramar	35	28	17	4	1		

A Tabela 3 permite-nos introduzir alguns matizes nesta média geral e perceber como o ritmo de obtenção do estatuto de desembargador dependia do percurso feito e, de forma bastante vincada, da forma como o mesmo começava. Quem iniciava a carreira por lugares nas judicaturas levava bastante mais tempo a chegar a um tribunal de relação (à quarta ou quinta nomeação), enquanto que quem conseguia iniciá-la com um lugar de jurisdição intermédia ou de primeiro banco facilmente obtinha a beca à segunda ou terceira nomeação. O papel dos lugares ultramarinos também fica claro ao permitir resultados equivalentes aos dos lugares intermédios na metrópole.

O número médio de nomeações que antecedem a outorga da beca regista uma ligeira tendência para aumentar ao longo do período que analisamos. A Figura 2 descreve a curva da média de nomeações por década e permite verificar um abrandamento da velocidade de nomeação ao longo da segunda metade do século XVII para se estabilizar na quarta nomeação no meio século seguinte. A partir da década de 1760, na sequência da criação da Relação do Rio de Janeiro e do aumento do número de postos disponíveis nas colónias, a celeridade em obter o estatuto de desembargador aumenta, recuperando índices quase históricos, na década de 1790. A crise decorrente das invasões napoleónicas e da fuga da corte para o Brasil volta a fazer subir o número de nomeações anteriores à beca.

Figura 2 – Evolução do número de nomeações anteriores à obtenção do estatuto de desembargador



Observemos então como se processava o percurso anterior à obtenção da beca. Aqui interessam-nos, essencialmente, os magistrados que entram nas categorias que, na Tabela 3, designámos por «judicatura», «intermédio», «ultramar» e «primeiro banco». São estes percursos que representam o acesso ao estatuto de desembargador por via burocrática, isto é, na sequência do exercício de diferentes cargos no aparelho judicial da coroa portuguesa. As restantes categorias representam acessos de certa forma privilegiados ou excepcionais, que serão tratados na secção seguinte.

Como se depreende da Tabela 3, o percurso mais frequente era o que tinha início numa judicatura. A maior parte dos futuros desembargadores começava a sua carreira por um lugar de juiz de fora. De acordo com a importância do local de exercício, essa judicatura podia ser «de primeira» ou «de segunda entrância»¹³. Estas últimas estariam reservadas para ministros com experiência de uma magistratura, mas podia ser outorgada a recém-ingressados na carreira. Os percursos mais frequentes podiam passar pelo exercício, em sequência, de um lugar de juiz de fora de primeira entrância, seguido por outro de segunda entrância. Daqui, a promoção esperada seria para um lugar de jurisdição intermédia (como corregedor, ouvidor ou provedor) mas, no caso dos cargos servidos anteriormente o justificarem – pela importância do lugar, pela especial dificuldade do serviço, ou pela sua duração excessiva –, poderia ser para um lugar de primeiro banco. A primeira situação descrita encaixa no perfil da obtenção do estatuto de desembargador à quinta nomeação; a segunda poderia antecipá-la para a quarta. Luís Tomás Veloso de Miranda Barreto e Noronha, por exemplo, iniciou o seu percurso com uma nomeação para juiz de fora de Esposende (depois de admitido em 1774), prosseguiu no lugar de juiz de

¹³ «Entrância» designa o início da magistratura, sendo os lugares de «primeira entrância» exercidos em vilas que não são cabeças de comarca e os de «segunda entrância» em cidades e vilas de cabeça de comarca.

fora de Vila Viçosa (depois de 1780), subiu a superintendente dos tabacos da província da Beira (depois de 1792), de onde foi promovido a provedor de Viana (1802), obtendo finalmente a nomeação para desembargador ordinário da Relação do Porto em 1807¹⁴. João Barroso Pereira ilustra bem a segunda situação: começou a sua carreira como juiz de fora de Torre de Moncorvo (1720), continuou como ouvidor de Mazagão, no norte de África (1727) e, quando regressou, foi promovido a provedor de Évora (1733), um lugar de primeiro banco que lhe possibilitou a ascensão a desembargador extravagante da Relação do Porto em 1740¹⁵.

Os percursos podiam ser muito variados, dada a diversidade de lugares disponíveis e a interferência de lógicas de Antigo Regime, como a da graça régia, mas o percurso é sempre feito no sentido da promoção do magistrado.

Como já referimos, o serviço de cargos nas colónias é, sem dúvida, o mais importante factor de aceleração da progressão na carreira uma vez que não exigia um perfil de grande especialização por parte dos magistrados a quem eram outorgados. Para efeitos de obtenção do estatuto de desembargador, podemos ver que os magistrados que começavam a sua carreira com um lugar no ultramar obtinham, na maioria dos casos, o estatuto de desembargador à segunda ou terceira nomeação. Os que ocupavam esses cargos a meio da carreira tinham o lugar de desembargador quase garantido nas nomeações seguintes. Agostinho Luís Ribeiro Vieira, por exemplo, bacharel em Leis, recebeu a sua primeira nomeação como juiz de fora e provedor de Itú, no Brasil, em 1740, tendo servido o lugar durante quase sete anos até ser promovido a provedor e ouvidor de Goiás (1747). A sua terceira nomeação foi já para desembargador da Relação do Rio de Janeiro, na segunda leva de nomeações para aquele tribunal, que teve lugar em 1756¹⁶. João de Sá Soutomaior, por seu lado, recebeu apenas uma nomeação como ouvidor e provedor de Sergipe d'El-Rei (em 1699, com reconduções em 1703 e 1706), antes de ser nomeado desembargador da Relação da Baía, em 1708¹⁷. Finalmente, tomemos o exemplo de Agostinho Félix dos Santos Capelo, para observarmos o efeito do serviço ultramarino na aceleração do trajecto: começou a carreira em 1733, como juiz de fora de Silves. Findo o serviço, foi enviado para Sergipe d'El-Rei, em 1739, como ouvidor e provedor, lugar que serviu durante seis anos. No início de 1747 é nomeado desembargador da Relação da Baía e, pela sua longa experiência do Brasil, acabou por ser um dos escolhidos para criar a Relação do Rio de Janeiro¹⁸.

¹⁴ ANTT, *DP, RJ*, liv. 137, fól. 173v; ANTT, *Chanc. De D. Maria I*, liv. 66, fól. 114; e *Chanc. de D. João VI*, liv. 11, fól. 115.

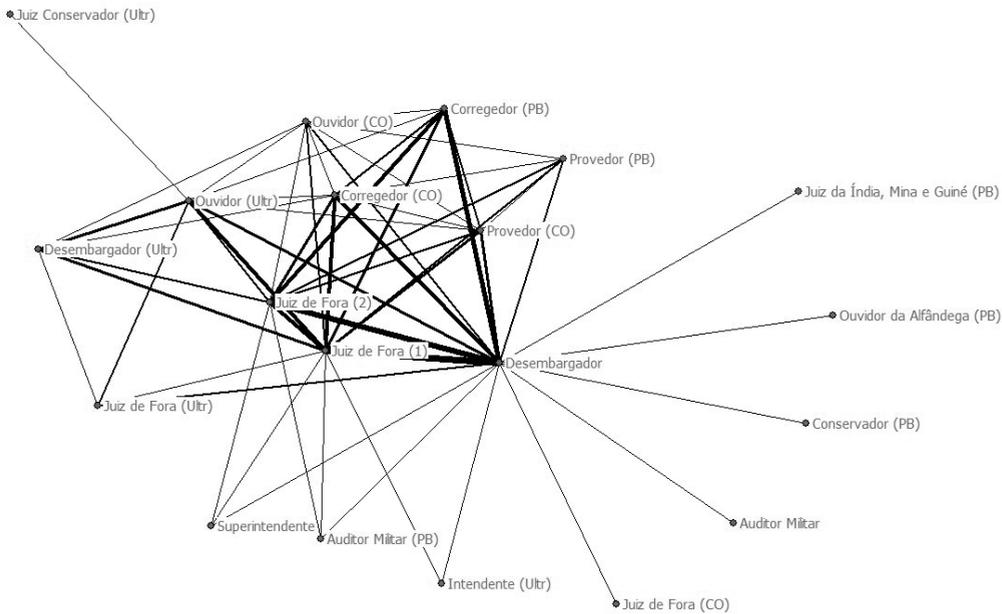
¹⁵ ANTT, *DP, RJ*, liv. 129, fól. 324v; ANTT, *Chanc. de D. João V*, liv. 54, fól. 154, liv. 69, fól. 350v, liv. 84, fól. 35v, liv. 100, fól. 194v, liv. 101, fól. 76, liv. 126, fól. 56v; *Chanc. de D. José I*, liv. 45, fól. 359, liv. 46, fól. 77.

¹⁶ ANTT, *Desembargo do Paço, Repartição da Justiça*, livro 131, fól. 98v, liv. 132, fól. 265v e liv. 133; ANTT, *Chancelaria de D. João V*, liv. 100, fól. 144v, liv. 102, fól. 239v, liv. 117, fól. 126v e 127.

¹⁷ ANTT, *DP, RJ*, liv. 130, fól. 237v; ANTT, *Chanc. de D. Pedro II*, liv. 27, fól. 121; liv. 54, fól. 235v e liv. 61, fól. 251v e 253v; *Chanc. de D. João V*, liv. 30, fól. 105 e liv. 37, fól. 8; e Biblioteca Nacional, cód. 1077, fól. 299.

¹⁸ ANTT, *DP, RJ*, liv. 132, fól. 119 e liv. 133, fól. 35v; *Chanc. de D. João V*, liv. 94, fól. 286v e 287v, liv. 113, fól. 380v e liv. 119, fól. 99.

**Figura 3 – Percursos mais frequentes antes de chegar à nomeação para desembargador.
Legenda: (PB) primeiro banco; (CO) correição ordinária; (Ultr) ultramar;**
(1) primeira entrância; (2) segunda entrância



A Figura 3 procura traçar o mapa dos percursos mais recorrentes até à chegada ao estatuto de desembargador. Cada ponto designa um tipo de ofício e as linhas que os unem identificam a existência de magistrados que serviram um dado par de ofícios. A espessura da linha indica a intensidade de ocorrência desse par nos percursos dos futuros desembargadores. Podemos observar que, na zona central, se encontram os ofícios que pertencem aos pares mais frequentes, com as linhas mais largas a uni-los. É esse o núcleo duro dos ofícios que mais vezes foram ocupados pelos magistrados que se tornaram desembargadores: juízes de fora de primeira e segunda entrância, corregedores ordinários ou de primeiro banco e ouvidores ultramarinos. Com linhas mais estreitas e em posições mais marginais estão ofícios que, apesar da sua posição periférica no gráfico, não devem ser descurados uma vez que se tratam de outro tipo de lugares – cargos que, por norma, conduzem à obtenção da beca sem o serviço de outros lugares. Inscrevem-se em percursos menos frequentes, é certo, mas com relevância estatística para figurarem no mapa¹⁹. Por outro lado, é interessante observar a distinção entre desembargador na metrópole e desembargador nas colónias: os lugares de primeiro banco estão essencialmente relacionados com o primeiro caso enquanto que ao segundo se chega mais através do serviço de jurisdições de menor importância ou mesmo ultramarinas. Neste aspecto, as jurisdições ultramarinas de âmbito local têm um papel ambivalente, ao possibilitarem o acesso tanto aos tribunais de relação ultramarinos como aos metropolitanos.

¹⁹ No gráfico ocultámos os pontos que estavam ligados por menos de vinte co-ocorrências.

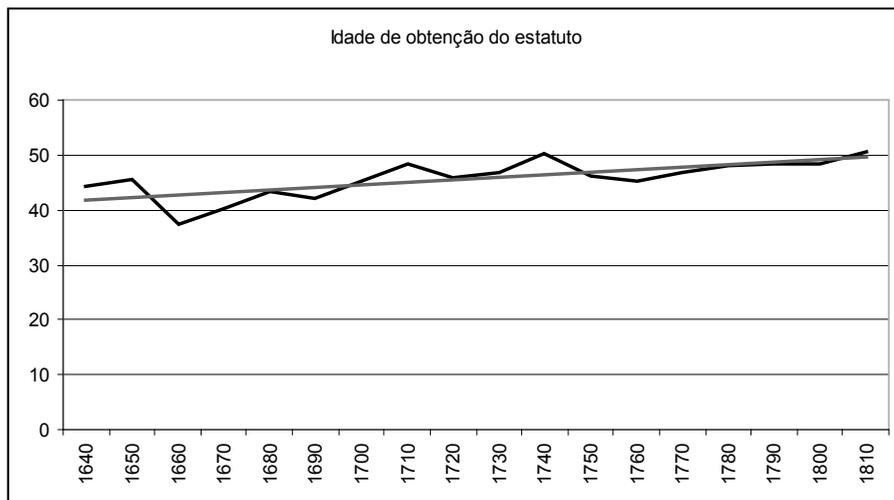
Vestir a beca

Temos falado de «acesso ao estatuto de desembargador». Há, então, que esclarecer esta formulação. Porque falamos de «estatuto de desembargador» e não apenas de «cargo de desembargador»? De facto, observamos duas formas distintas de nomeação. Existe a nomeação de facto, para exercício do lugar depois da tomada de posse, e existe a outorga do estatuto sem o exercício imediato, mesmo se houvesse tomada de posse. Com efeito, quase 12% dos magistrados sob análise receberam uma outorga deste segundo tipo. Nuns casos, trata-se de uma recompensa por um atraso na ascensão à relação e está normalmente associado ao serviço de lugares de primeiro banco: Miguel Lopes Caldeira e Artur, por exemplo, que lera no Desembargo do Paço em 1728, tinha já uma carreira de 27 anos, ocupando lugares de juiz de fora, em Arroios, Serpa e Tomar, e de provedor, no Porto e em Portalegre; quando recebeu uma terceira nomeação para esse ofício, em Évora, viu essa outorga associada à autorização de uso da beca de desembargador, isto é, ao usufruto dos privilégios associados a esse estatuto e habilitando-o automaticamente à promoção para uma relação, findo aquele serviço²⁰. Este recurso também podia ser utilizado em casos de reconduções num ofício que, por natureza, daria acesso à relação: Simão da Fonseca e Sequeira, ao ser reconduzido no lugar de corregedor do cível da cidade de Lisboa, lugar de primeiro banco, em 1740, depois de ter sido juiz de fora de Campo Maior, juiz do cível de Lisboa e provedor de Castelo Branco, recebeu a beca e a autorização para tomar posse na Casa da Suplicação, para onde só seria nomeado quatro anos mais tarde²¹. Noutros casos, o estatuto podia ser prometido em recompensa de um serviço particularmente complexo: José da Cunha Soares, por exemplo, quando foi nomeado para criar o novo lugar de ouvidor de Alagoas, no Brasil, em 1711, recebeu simultaneamente a promessa de um lugar na Relação da Baía, para onde seria finalmente nomeado em 1719²².

²⁰ ANTT, *DP, RJ*, liv. 132, fól. 54v e liv. 133, fól. 11v; *Chanc. de D. João V*, liv. 97, fól. 97 e liv. 115, fól. 108v; *Chanc. de D. José I*, liv. 1, fól. 146.

²¹ ANTT, *DP, RJ*, liv. 129, fól. 286v; *Chanc. de D. João V*, liv. 45, fól. 191v, liv. 72, fól. 383v, liv. 122, fól. 75, liv. 100, fól. 116v, liv. 107, fól. 1v, liv. 110, fól. 204v, liv. 124, fól. 388v; *Chanc. de D. José I*, liv. 65, fól. 148, liv. 85, fól. 202v, liv. 85, fól. 270v e liv. 51, fól. 165v.

²² ANTT, *DP, RJ*, liv. 129, fól. 30v; *Chanc. de D. João V*, liv. 37, fól. 17, liv. 36, fól. 26v e liv. 55, fól. 117v.

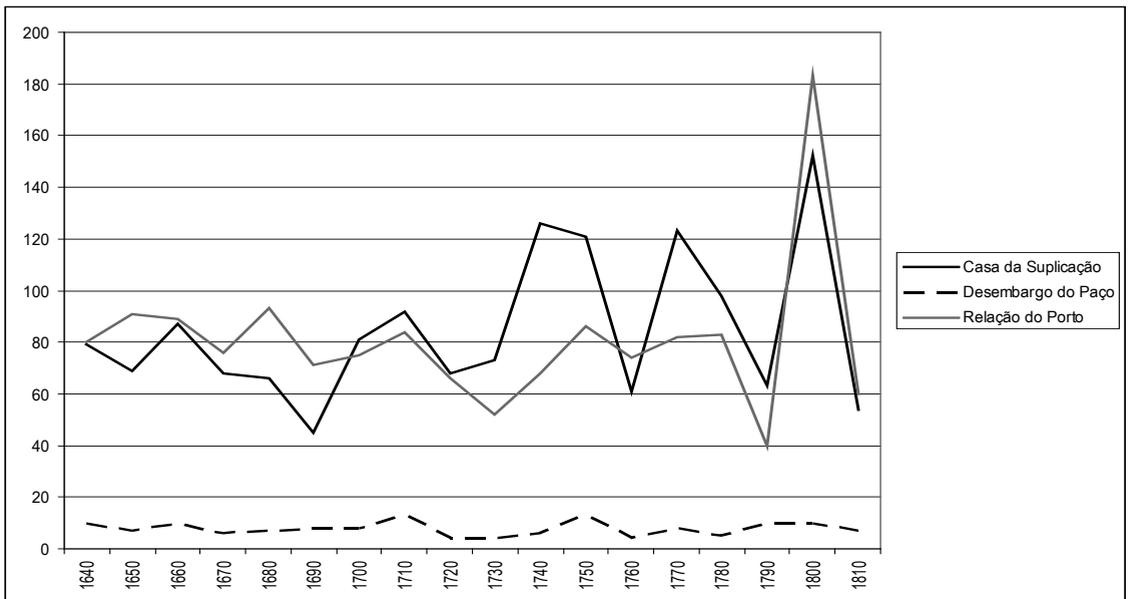
Figura 4 – Evolução da média da idade em que era obtido o estatuto de desembargador

Para além da forma como era outorgado o estatuto, e uma vez que os magistrados podiam permanecer nos postos de nomeação temporária por períodos que excediam em muito os triénios por que eram nomeados, importa também compreender melhor em que fase da sua vida essa outorga tinha lugar. Para isso, a Figura 4 descreve a evolução da média de idades, por década, em que os magistrados recebiam a sua primeira nomeação para desembargadores. A linha acompanha, *grosso modo*, a evolução das etapas necessárias para a obtenção da beca. A média mais baixa (37,3) atingida em 1660, coincide com um período em que o grau era obtido mais cedo na carreira. A partir daí, a idade de obtenção da beca vai aumentar sempre, para chegar a uma média de quase 50 anos no final do nosso período, possivelmente condicionada pelos picos de admissões de novos magistrados que ocorreram nas décadas de 1760 e 1790.

Analisemos então os ritmos de nomeação de desembargadores para os diferentes tribunais. Aqui tomamos as atribuições de becas em geral, e não apenas as nomeações *stricto sensu*. A Figura 5 descreve a evolução das nomeações para o Desembargo do Paço, a Casa da Suplicação e a Relação do Porto. A quantidade de lugares disponíveis na estrutura judicial dos dois tribunais metropolitanos justifica as médias extremamente elevadas de entradas (quase 8 por ano, ao longo do período, e praticamente 10, na Casa da Suplicação, a partir da década de 1740). O tribunal lisboeta é uma instituição com uma taxa de rotatividade mais elevada que a dos grandes conselhos ou do Desembargo do Paço porque as nomeações, embora definitivas, nem sempre são vitalícias: há desembargadores que se aposentam na Casa da Suplicação, mas há também outros que exercem as suas funções noutros locais, depois de alguns anos no tribunal de relação da capital. Além disso, a lógica de promoção no seio da instituição, até à posição de desembargador dos agravos, liberta os postos mais baixos, como os de corregedor da corte, juiz dos feitos, ouvidor do crime, entre outros, para novas nomeações.

O ritmo de nomeações de magistrados para a Relação do Porto é bastante mais regular que o da sua congénere da capital. O número extraordinário da primeira década do século XIX deve-se a uma mudança dos registos das nomeações. Uma grande parte das nomeações deste período são nomeações honoríficas que não significavam obrigatoriamente a entrada na Relação. De facto, pelo menos um terço dessas nomeações mantinha o magistrado na sua função anterior, com o direito de envergar a beca e o título de desembargador. Antes, este tipo de nomeação raramente era objecto de uma carta de nomeação individual.

Figura 5 – Evolução das nomeações de desembargadores para a metrópole (1640-1820)

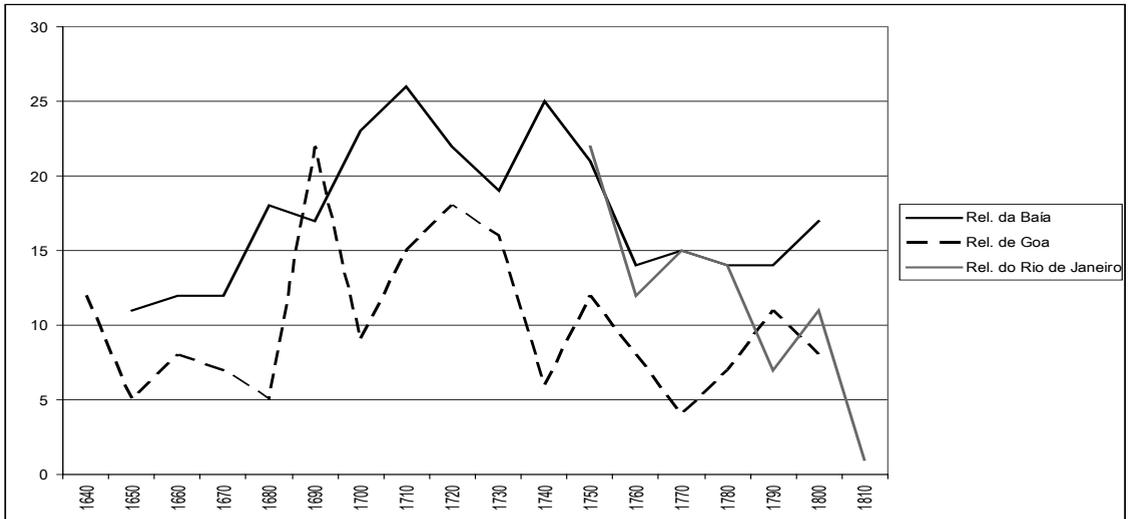


No início do nosso período, a Relação do Porto vai suplantar a Casa da Suplicação no número de nomeações até ao final do século XVII. A partir daí, o tribunal de Lisboa toma a dianteira. Nessa altura a relação portuense passa a ter a concorrência das relações ultramarinas, sobretudo da Relação da Baía, na distribuição de mercês de becas. Ao contrário do que veremos nos tribunais de relação coloniais, particularmente no de Goa, a entrada na Relação do Porto faz-se depois de uma carreira de vários anos e do exercício de diferentes tipos de magistraturas. O tribunal do Porto é igualmente a via privilegiada de acesso à carreira utilizada pelos professores da Universidade de Coimbra. Graças à sua posição na hierarquia do aparelho judicial português, a Relação do Porto recebe também, nas suas fileiras, magistrados que, antes, exerceram funções nos tribunais de relação ultramarinos.

A Figura 6 representa a evolução das nomeações para os tribunais ultramarinos. Na Baía, o início do século XVIII conhece uma aceleração das nomeações que coincide com o restabelecimento do efectivo do tribunal de oito para dez desembargadores. Depois

de uma breve quebra, uma nova aceleração acompanha a complexificação do aparelho burocrático da justiça no Brasil. Na segunda metade do século XVIII, as nomeações para a Baía tendem a estabilizar numa média de cerca de 14 magistrados por década. A rotatividade que se verificava anteriormente é acentuadamente reduzida, fruto da nova criação de uma relação no Rio de Janeiro, mas também de uma menor mortalidade entre os ministros enviados para o mais importante tribunal brasileiro²³.

Figura 6 – Evolução das nomeações de desembargadores para as colónias (1640-1820)



Os dois tribunais brasileiros eram independentes um do outro. Não existe, de resto, praticamente circulação de magistrados entre os dois tribunais, se exceptuarmos os dois desembargadores da Baía que foram designados para fazer parte da equipa que foi criar o novo tribunal no Rio²⁴. Após a criação, os magistrados do Rio de Janeiro foram sempre escolhidos dentre os letrados que serviam nas judicaturas metropolitanas ou brasileiras, num ritmo de renovação ligeiramente inferior ao do tribunal baiano.

Se as primeiras nomeações têm uma certa regularidade, os falecimentos, as aposentações e os abandonos vão perturbar o carácter quase cíclico dos envios de magistrados para o ultramar. Mas, sempre que possível, a coroa tem tendência a concentrar as viagens

²³ Apenas temos registo de mortes de desembargadores servindo na Relação até à década de 1750.

²⁴ A primeira equipa de magistrados era constituída por: João Pacheco Pereira, o primeiro chanceler, desembargador do Paço e com uma carreira notável de trinta e um anos à data da criação da Relação de Rio, com passagem por uma judicatura no Brasil; Agostinho Félix Santos Capelo e Manuel da Fonseca Brandão, dois desembargadores da Relação da Baía e experientes nas magistraturas locais brasileiras; Inácio da Cunha de Toar, que era provedor de Viana do Castelo; Miguel José Vienne, corregedor em Lisboa e com passagem por uma magistratura em Mazagão; Pedro Monteiro Furtado e João Cardoso de Azevedo, juizes no Porto; e Matias Pinheiro da Silveira Botelho, magistrado no Brasil há oito anos.

e a enviar vários magistrados num mesmo navio, por razões de economia de meios²⁵. Este carácter cíclico explica a diferença de número entre os envios das primeiras décadas e os subseqüentes. Como o exercício de desembargador nas colónias era de seis anos, a década de 1750 tem dois envios (1752 e 1758), enquanto que a década seguinte apenas tem um grande envio (1765). A partir desta última data, apenas dois outros anos terão envios de uma dimensão equivalente: 1789, com seis magistrados, e 1801, com quatro.

A Relação de Goa tem um perfil um pouco diferente das suas congéneres brasileiras. É mais antiga (existe desde 1544 e, com uma forma próxima da das outras relações, desde 1581) e, sobretudo, tem jurisdição sobre um território descontínuo, excessivamente vasto, sobre o qual raramente conseguirá exercer a mesma vigilância que os tribunais brasileiros. Para mais, Goa tem uma existência conturbada ao longo do nosso período de análise, com frequentes conflitos militares na região. Fruto destas dificuldades locais, a Relação de Goa, no panorama global dos tribunais de relação, afigura-se como o menos apetecível para os magistrados. De facto, encontramos vários exemplos de magistrados que pedem a dispensa da nomeação para a Relação de Goa²⁶; outros chegam mesmo a recusá-la, arriscando a exclusão do serviço régio²⁷. A Relação de Goa é a única que suscita este comportamento. Não encontramos nenhum caso de pedido de escusa de nomeações para os tribunais de relação brasileiros, por exemplo²⁸. O testemunho de que se tratava de uma deslocação perigosa encontramos-lo na quantidade de mortes

²⁵ *O Memorial de Ministros*, de Fr. Luís de São Bento, na entrada sobre Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade e Gouveia, desembargador da Relação do Rio de Janeiro enviado ao Brasil em 1758, descreve a composição do barco: cinco desembargadores, entre os quais o chanceler, e outros magistrados destinados às judicaturas das Minas Gerais: «Por despachos e Decretos de 2 de Outubro de 1758, [Serafim A. P. Andrade e Gouveia] sahio despachado para Dezembargador da Relaçam do Rio de janeiro com mais quatro Dezembargadores, e Chanceler, que todos, com outros Menistros das Minas Geraes sahirão na frota que largou vella em dia de Santa Catarina 25 de Novembro de 1758, do Porto de Lisboa» (BNL, Cód. 1079, fól. 435).

²⁶ Temos dezasseis casos, entre os quais o de Gaspar Pimenta de Avelar, que havia assinado o compromisso de servir no ultramar por causa de uma primeira reprovação no exame de acesso, e recebe, como segunda nomeação, em 1708, o lugar de desembargador em Goa, de que é excuso por um decreto do rei (ANTT, *DP, RJ*, 130, fól. 145v); ou de António da Maia e Sousa que, com uma carreira mais longa, foi igualmente isentado do serviço na Índia por um decreto de 12 de Fevereiro de 1681 (ANTT, *DP, RJ*, 130, fól. 169).

²⁷ Um caso de recusa de nomeação para desembargador da Relação de Goa é o de Sebastião Robalo. Tinha sido perdoado do passado mecânico de um dos seus ascendentes e, em troca, tinha assinado o termo comprometendo-se a ir servir no ultramar em caso de necessidade da coroa. Depois de uma primeira nomeação como juiz de fora no Alentejo em 1732 (ANTT, *DP, RJ*, 131, fól. 34v), recebeu a nomeação para a Índia e recusou a viagem. Foi expulso do serviço régio durante quase dez anos (de 1737 até 1746, ANTT, *DP, RJ*, 132, fól. 92v). Teodósio de Contreiras da Silva recusou também o cargo na Relação de Goa e teve mesmo de abandonar a carreira de magistrado, trocando-a pela de advogado (Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, vol. III. Lisboa, Ignacio Rodrigues, 1752, pp. 731-732).

²⁸ Existe mesmo o caso de Inácio Dias Madeira que foi nomeado desembargador da Índia depois de ter servido seis anos como juiz de fora de Pinhel, mas que pede dispensa do cargo, invocando a sua saúde («por Cauza do Clima Ser contrario aos Seus achaques») e acabou por receber e aceitar a nomeação para a Relação da Baía (ANTT, *Chanc. de D. João V*, liv. 80, fól. 362v).

de magistrados verificadas aquando da viagem: temos informação de sete falecimentos durante a viagem e de cinco durante o tempo de serviço²⁹.

Os pedidos de dispensa de serviço, as recusas e os acidentes de viagem causam uma inflação de nomeações para desembargador da Relação de Goa. No período entre as décadas de 1680 e 1690, o número de pedidos de dispensa aumenta sobremaneira o que faz crescer as nomeações.

A situação de recusa era de tal forma grave que as instâncias de gestão do pessoal judicial se vêem forçadas a recorrer a magistrados inexperientes para preencher os quadros da instituição indiana. Muitas vezes estamos na presença de indivíduos acabados de examinar na leitura de bacharéis³⁰. A coroa e o Desembargo do Paço estavam conscientes da necessidade de ter magistrados experientes e competentes ao serviço da Relação de Goa. A distância e a dificuldade de comunicação com o Estado da Índia recomendavam a presença de juristas capazes de resolver os problemas e, ao mesmo tempo, de se manter ao abrigo da corrupção e da inércia. Uma carta régia de 1638 recomendava atenção à qualidade dos magistrados que deveriam partir para a Índia num galeão que estava a ser preparado³¹.

As recomendações sucessivas sobre a qualidade da formação dos magistrados nomeados para os tribunais coloniais, nomeadamente o de Goa, mostra-nos que a prática, sobretudo nos primeiros anos de funcionamento do tribunal, seria de nomear magistrados sem as qualificações exigidas³².

Apesar destas advertências a prática das nomeações para a Relação de Goa era totalmente diversa. Se considerarmos todos os magistrados nomeados desembargadores da Relação de Goa, apenas um quarto tinha uma experiência anterior de pelo menos duas magistraturas; mais de metade tinha exercido um cargo apenas, e os restantes 23% não tinham qualquer experiência judicial. Entre os desembargadores que obtêm dispensa da nomeação parece haver mais experiência: 35% tinham pelo menos dois cargos no seu currículo e apenas 19% não tinham qualquer nomeação anterior³³. A grande maioria dos novos desembargadores viajava para a Índia apenas com a experiência de uma judicatura

²⁹ O caso mais notável é o que teve lugar antes de 1646, quando três magistrados enviados como desembargadores para a Índia encontram a morte num naufrágio. Uma das cartas de nomeação posteriores refere este episódio (ANTT, *Chanc. de D. João IV*, liv. 17, fól. 321).

³⁰ Pedro de Anveres, é um caso extremo: bacharel em Cânones, leu no Desembargo do Paço no dia 11 de Fevereiro de 1672, depois de ter assinado o termo comprometendo-se a ir servir no ultramar, possivelmente em virtude de um passado mecânico. No dia 3 de Março do mesmo ano era nomeado desembargador da Relação de Goa (ANTT, *Chanc. de D. Afonso VI*, liv. 41, fól. 158).

³¹ Entre as qualidades procuradas, e de que a Índia estava precisada, mencionam-se: o saber, a experiência, a competência e a honestidade. As circunstâncias particulares da Índia eram invocadas no final da carta: «tendo-se mui particular atenção a que, quanto mais desviada está a Índia, tanto mais convem que os sujeitos que a ella se enviarem, para administrar a Justiça, sejam pessoas de boas letras, partes e limpeza». (J. J. A. Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, vol. v, p. 144).

³² Carta régia de 28 de Julho de 1620, sobre os magistrados indicados para a Relação na sua primeira nomeação (J. J. A. Silva, *op. cit.*, vol. III, p. 24); lei de 18 de janeiro de 1665 (*idem, ibidem*, vol. VIII, p. 98).

³³ O serviço já prestado à coroa deveria ajudar à concessão da dispensa.

numa pequena terra da metrópole. Em contrapartida, as classificações obtidas na leitura de bacharéis eram, de modo geral, boas ou muito boas³⁴.

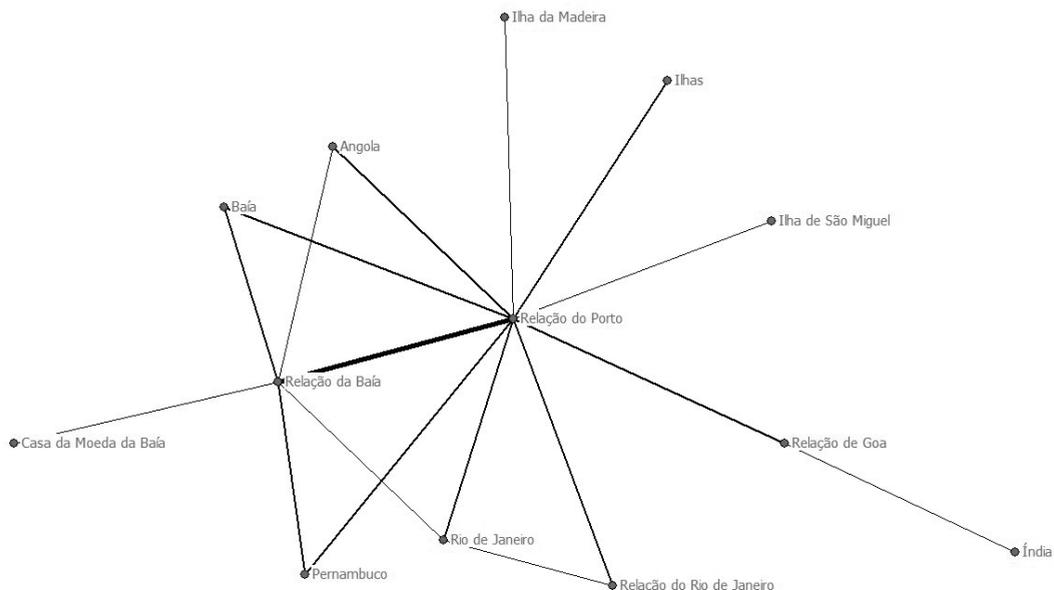
Na estrutura do aparelho judicial, não existe subordinação hierárquica entre os diferentes tribunais de relação, excepção feita à Casa da Suplicação, que funcionava como derradeira instância de âmbito judicial na monarquia. No entanto, e para efeitos de progressão na carreira dos magistrados, os tribunais da metrópole ocupavam uma posição de superioridade; as relações ultramarinas, por sua vez, encontram-se num mesmo patamar hierárquico. Assim se explica a inexistência de circulação de ministros entre esses tribunais uma vez que a lógica da promoção deveria presidir às novas nomeações³⁵. A progressão é sempre feita de um dos tribunais coloniais para a Relação do Porto ou, em casos excepcionais, para a Casa da Suplicação. Esta sequência estava de tal forma institucionalizada que muitas vezes as nomeações para as relações coloniais, essencialmente para as do Brasil, são precedidas por uma tomada de posse na Relação do Porto, por procuração, ou antes da viagem.

Uma plataforma atlântica de mobilidade burocrática?

Facilmente decorre do que foi dito que as carreiras na administração da justiça, em virtude do carácter burocrático e não patrimonial dos ofícios, da centralização da gestão do efectivo e da dimensão pluricontinental do aparelho judicial, se caracterizam por uma enorme mobilidade dos seus agentes, inclusivamente depois de alcançarem a fase das nomeações de carácter definitivo que advinha da obtenção do estatuto de desembargador. Esta mobilidade tem, em muitos casos, uma dimensão ultramarina. De facto, do total dos desembargadores, 39,5% têm pelo menos uma passagem por postos no ultramar. Estes quase setecentos indivíduos concentram-se sobretudo em meados do século XVIII, mas mantendo sempre valores acima da média até ao início do século XIX. Por um lado temos a força centrípeta dos tribunais de relação, é certo, mas a criação de inúmeros lugares nas colónias, sobretudo no Brasil, mas também nos arquipélagos atlânticos, e a atractividade que eles representavam pelos efeitos que produziam na progressão na carreira, fazem deste tipo de ofícios algo de apetecível para os magistrados da época moderna.

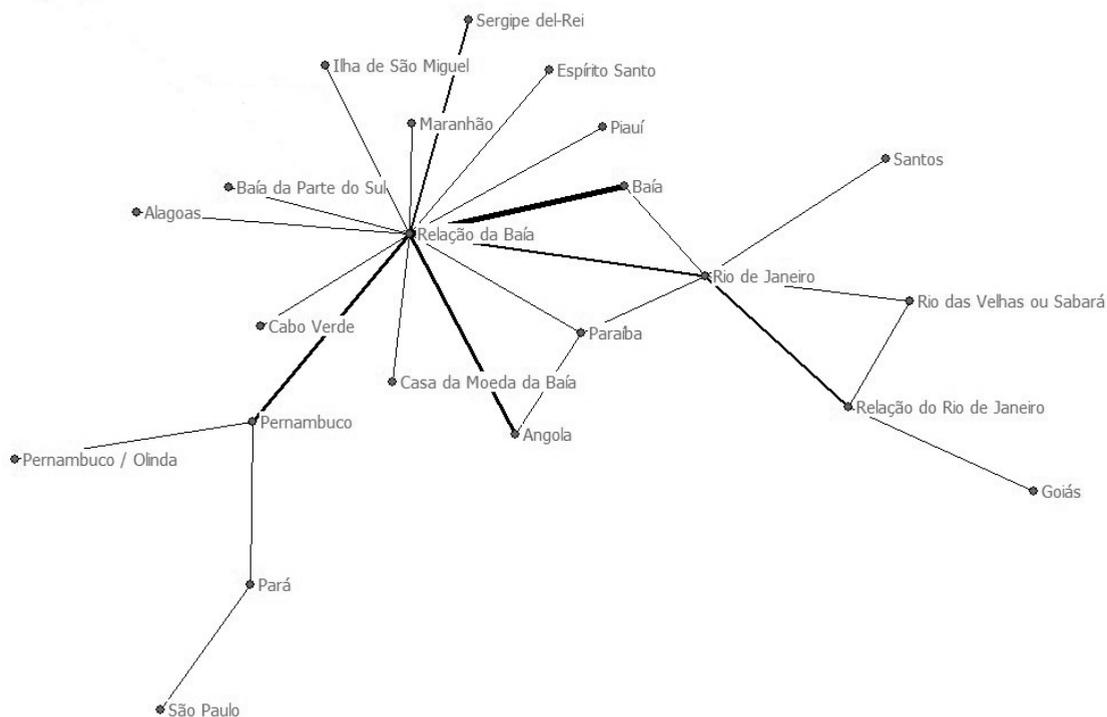
³⁴ Quase dois terços dos magistrados têm uma classificação de «Bem» ou de «Muito Bem».

³⁵ As únicas excepções, pontuais, são o já citado recurso a desembargadores da Baía para a primeira fornada de desembargadores da Relação do Rio de Janeiro e a nomeação ocasional de ex-desembargadores de um tribunal de relação colonial para serem chanceleres num outro.

Figura 7 – Rede de ofícios ultramarinos mais frequentes entre os futuros desembargadores

Se ensaiarmos aplicar a mesma metodologia aos ofícios ultramarinos podemos tentar identificar que caminhos eram mais vezes trilhados pelos magistrados que aceitavam lugares nas colônias. O nosso propósito é testar a hipótese da existência de uma plataforma atlântica de mobilidade burocrática. Por outras palavras, tentámos saber se a repetida passagem de magistrados de uns lugares para os outros, no âmbito colonial, criava caminhos que se repetiam. A Figura 7 procura representar, desses trilhos, os que ficaram mais marcados, pela sua recorrência. O princípio é o mesmo que utilizámos anteriormente neste estudo: quando dois ofícios têm um mesmo magistrado a ocupá-los consecutivamente, entendemos que existe um laço. Quando esse mesmo par de ofícios partilha mais do que um magistrado, entendemos que esse caminho se torna recorrente (linhas mais grossas). A ausência de laços pode ser tão elucidativa como a sua presença na medida em que nos indica a inexistência (ou a extrema raridade) de passagem de magistrados. No gráfico restam apenas os lugares que partilham pelo menos vinte e cinco ligações entre si. A ligação mais forte identificável não é minimamente surpreendente: a passagem natural da Relação da Baía para a do Porto, que decorria, como vimos, das próprias lógicas de nomeação dos magistrados. Mais interessante para a nossa análise é a separação entre os lugares do Estado da Índia e os restantes ofícios coloniais – o único laço que estabelecem é com a Relação do Porto. O mesmo acontece com os arquipélagos atlânticos que só surgem neste gráfico pela sua ligação directa à Relação do Porto. Já nos lugares brasileiros, parece haver uma clara separação entre quem segue a via da Relação da Baía e quem segue a do Rio de Janeiro, embora essa diferença possa ter a ver com a criação tardia desta última: enquanto o tribunal do Rio parece ter uma dimensão mais regional, o da Baía concentra magistrados com percursos mais variados.

Figura 8 – Rede de percursos ultramarinos mais frequentes (detalhe ocultando a Relação do Porto)



Podemos observar esse fenómeno com mais detalhe na Figura 8. Excluímos a Relação do Porto, pelo seu papel centralizador de ligações, por forma a conseguir compreender o que se passa nos lugares ultramarinos. Podemos observar como a posição da Relação do Rio de Janeiro é periférica nos percursos dos magistrados, enquanto que a da Baía se relaciona com três níveis muito diversos: a sua cidade e região; as restantes regiões da colónia americana; e o ultramar ocidental português. A relação mais forte, fora da sua região, é, de facto, com os lugares angolanos. É também possível identificar ligações recorrentes a Cabo Verde e aos Açores.

O nível de circulação, contudo, não é suficientemente frequente para que possamos falar de trajectos perfeitamente estabelecidos ao ponto de se tornarem quase obrigatórios³⁶. Podemos falar em tendência e, aqui, a ligação Angola-Baía parece-nos a mais vincada, até por via da proximidade e da facilidade de navegação. A Relação da Baía e os seus desembargadores eram frequentemente enviados em comissão a Angola, nomeadamente para proceder a devassas ou sindicâncias. A coroa ponderou várias vezes a possibilidade de incluir África no distrito de jurisdição da Relação da Baía. Se

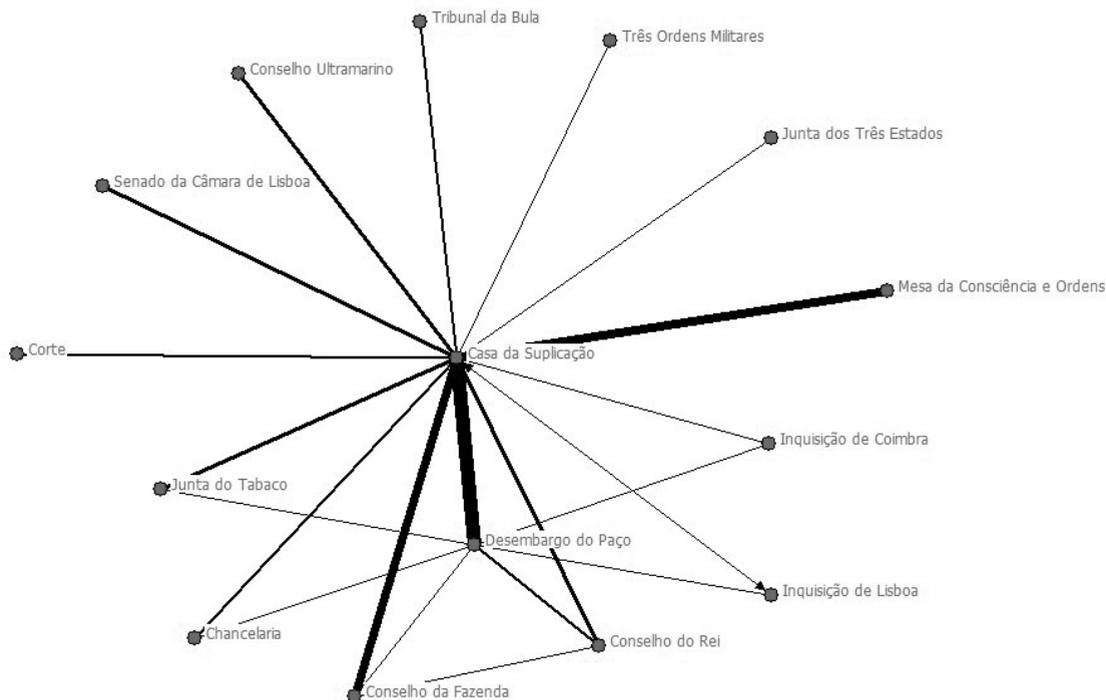
³⁶ Temos inúmeros casos de magistrados que serviram em Angola, sem nenhuma passagem anterior ou posterior pelo Brasil: Joaquim Manuel Garcia de Castro Barbosa, por exemplo, tem Angola como única passagem fora da metrópole no seu currículo. Pascoal de Abranches Madeira tem uma passagem por Angola que foi seguida por uma nomeação para o Pará, mas prosseguiu, depois, a sua carreira na metrópole.

não o fez, reservando-a sempre para a Casa da Suplicação, acabou por tirar partido da experiência africana dos magistrados da Relação da Baía para ter agentes mais aptos a intervir localmente em caso de necessidade.

No centro do sistema sinodal

Vestir a beca de desembargador significava a entrada nos ofícios de nomeação definitiva. Mas era sobretudo a partir do ingresso na Casa da Suplicação que os restantes órgãos do sistema polissinodal português começavam a dar igualmente assento a estes magistrados. Se até então a sucessão de nomeações se fazia de forma sequencial, a partir do momento em que se acede à Casa da Suplicação, essas nomeações podem mesmo ser cumulativas. Se os desembargadores do Porto podiam acumular o seu cargo com algumas comissões, com outros tipos de missões avulsas e com cargos pontuais, os da Casa da Suplicação começavam logo por pertencer ao Senado da Câmara de Lisboa, por inerência de função. Para além disso, e de acordo com o perfil, a especialização e as competências do magistrado, podiam ser nomeados para deputados da Mesa da Consciência e Ordens, para conselheiros do Conselho Ultramarino (sobretudo aqueles com passagens pelas colónias), para diferentes juntas ou para o Conselho da Fazenda. O ponto mais alto a que era possível aceder era ao Desembargo do Paço, donde se obtinha, habitualmente, a nomeação para o Conselho do Rei. Cargo vitalício e exercido numa instituição com um quadro reduzido, o lugar de desembargador estava reservado a um grupo muito restrito de indivíduos: apenas 8,3% dos magistrados receberão essa nomeação. A Figura 5 mostra a regularidade do ritmo de nomeações e, em termos relativos, a real dimensão do grupo dos que se tornaram desembargadores do Paço. Apesar da escassez dos seus efectivos, e em virtude das suas incumbências no sistema de governo polissinodal do Portugal de Antigo Regime, o Desembargo do Paço ocupa um papel central nos lugares ocupados pelos magistrados nesse sistema.

Figura 9 – Rede dos principais assentos de desembargadores no sistema polissinodal



A acumulação de lugares nos conselhos que auxiliavam o rei no governo do reino podia ter muitas configurações diferentes, de acordo, sobretudo, com o perfil de cada magistrado. Na Figura 9 traçamos um mapa dos principais conselhos e tribunais centrais de acordo com os critérios de afiliação que temos usado neste estudo. Ela ajuda-nos a identificar dois grandes grupos que gravitam em torno da Casa da Suplicação e do Desembargo do Paço. Os dois grupos estão interligados, de forma até extremamente intensa (veja-se a linha que une os pontos destas duas instituições). No conjunto de órgãos que gravitam em torno destes dois pólos, constatamos que a órbita da Casa da Suplicação tem uma série de ligações que lhe são exclusivas, enquanto que todos os que giram em torno do Desembargo do Paço estão também ligados à relação de Lisboa. Dito de outra forma: há órgãos onde têm entrada os desembargadores da Casa da Suplicação, mas há um grupo mais restrito de instituições onde já só têm acesso aqueles que entraram, ou entrarão proximamente, no Desembargo do Paço. No primeiro grupo encontramos, por ordem crescente de intensidade de relação (isto é, de acumulação) a Junta dos Três Estados, o tribunal da Bula da Cruzada, o Conselho Ultramarino, o Senado da Câmara de Lisboa e a Mesa da Consciência e Ordens (com o juízo das Três Ordens Militares, seu anexo). Na figura, o ponto «Corte» designa lugares na Torre do Tombo ou secretariados da Rainha, por exemplo. Estes seriam, então, os órgãos que, no que dizia respeito aos seus membros letrados, recebiam desembargadores de tribunais de Relação, sobretudo da Casa da Suplicação, mas não necessariamente desembargadores do Paço. No núcleo

mais restrito, identificamos o Santo Ofício, a Chancelaria, a Junta do Tabaco, o Conselho da Fazenda e o Conselho do Rei. Note-se que, neste outro lado, as relações com o ponto do Desembargo do Paço são sempre relativamente mais ténues em virtude da reduzida dimensão do seu efectivo. No entanto, notamos que a relação com o Conselho do Rei é a mais intensa. Neste grupo, os órgãos que mantêm as relações mais intensas de partilha de magistrados com a Casa da Suplicação são o Conselho da Fazenda e a Junta do Tabaco, possivelmente pelo seu carácter mais judicial, por comparação com os restantes órgãos deste segundo grupo.

Ao afastarmos o nosso olhar do detalhe, o eixo que sobressai, como ponto fulcral da presença dos magistrados nos órgãos que compunham o governo polissinodal português é composto por Casa da Suplicação, Desembargo do Paço, Mesa da Consciência e Ordens, Conselho da Fazenda e, numa segunda linha, Senado da Câmara de Lisboa, Conselho Ultramarino, Junta do Tabaco e Conselho do Rei.

Tabela 4 – Desembargadores que atingem os agravos da Casa da Suplicação (DACS) e o Desembargo do Paço (DP)

Primeira nomeação	DACS	%	DP	%
Conselhos	10	1,3	5	3,4
Desembargador	86	11,0	21	14,3
Inquisição	3	0,4	1	0,7
Intermédio	85	10,9	13	8,8
Judicatura	395	50,5	46	31,3
Outros	16	2,0	7	4,8
Primeiro Banco	46	5,9	9	6,1
Ultramar	27	3,5	4	2,7
Universidade	114	14,6	41	27,9
Total	782		147	

É nestes órgãos que os magistrados vão marcar a sua presença ao longo da época moderna e, com particular incidência, ao longo do século XVIII. O percurso para lá chegar era, em grande parte das vezes, bastante longo e complexo. A pertença a famílias de magistrados, a grupos sociais particulares, o percurso académico, são recursos que contribuíam para uma mais fácil e rápida admissão ao grupo dos desembargadores com exercício na corte. No entanto é curioso notar que os magistrados de carreira, os que acederam à magistratura pelos lugares menores e percorreram o aparelho judicial nas suas diversas instâncias são o grosso dos que ali chegam. A selecção até chegar a esse estatuto parece fazer-se mais pelos percursos burocráticos do que pelos favorecimentos sociais. O mesmo não se pode dizer do grupo restrito dos que acedem ao Desembargo do Paço. Dir-se-ia que aqui, a selecção usa de critérios diversos. A Tabela 4 mostra essa selecção, fazendo a contagem dos magistrados de acordo com o início de carreira que tiveram. Se entre os desembargadores dos agravos da Casa da Suplicação, o grau mais elevado

naquele tribunal de relação, metade começaram as suas carreiras por ofícios em judicaturas e quase 65% fizeram-no em lugares da administração periférica da justiça letradas, nos desembargadores do Paço esse número decresce para 31%, nos que começaram como juizes em jurisdições concelhias e pouco mais de 43% em lugares de nomeação temporária. O peso dos que acederam à carreira por via do seu percurso como lentes da Universidade, por sua vez, quase duplica quando analisamos os desembargadores do Paço, o mesmo acontecendo com aqueles que, normalmente pelo seu capital familiar, conseguiram ingressar na carreira ao nível dos grandes conselhos.

Se olharmos para estes percursos sob o binómio «magistrados de carreira» e «magistrados de génese académica», vemos que o primeiro grupo leva clara vantagem até níveis tão elevados como o topo do tribunal de última instância judicial que era a Casa da Suplicação. Quando nos restringimos ao grupo reduzido dos órgãos supremos da monarquia, o segundo afirma a sua força, com níveis de desgaste bastante menores. O grupo dos que começa a carreira ao nível da judicatura sofre uma perda de 62% do seu efectivo aquando da chegada aos agravos da Casa da Suplicação, enquanto que os lentes da Universidade apenas perdem 20,8%. Ao Desembargo do Paço chegam 28,4% dos lentes que ingressaram no serviço da justiça, enquanto que, na extremidade oposta, apenas chegam 4,4%

As fronteiras, ao longo do percurso dos magistrados estavam bem marcadas: subida a correição, acesso a lugares de primeiro banco, ingresso nos tribunais de relação, chegada à Casa Suplicação. Em todos estes momentos, a selecção tem muito de burocrático: a sucessão de lugares ocupados, a experiência adquirida, as vicissitudes dos percursos pessoais, vão reclamando as suas vítimas. A fronteira final, representada pelas portas do Desembargo do Paço, recorre a outros elementos para a sua eleição. Dentro do âmbito dos juristas, ela é marcadamente aristocrática e culmina na diluição do grupo que percorreu todas as instâncias do aparelho.

Conclusão

Estudar os desembargadores obriga a isolar uma parte do conjunto dos magistrados que se encontravam ao serviço da justiça letrada no Portugal moderno. Mas, se exceptuarmos os professores da universidade, a maior parte deles partilha das mesmas características e dos percursos dos restantes magistrados que não chegaram aos tribunais de relação. À primeira vista, o que os distingue será apenas a extensão do percurso das carreiras. Compreender melhor o que se esconde sob essa aparente semelhança foi um dos nossos propósitos neste estudo. Mas a escolha dos desembargadores como objecto de estudo tem um efeito perverso que é o de distorcer a realidade da magistratura letrada ao centrar-se apenas nos indivíduos que atingiram um escalão relativamente elevado na carreira. Procurámos contornar esse perigo cotejando vários dos valores e resultados obtidos com os números globais da magistratura.

Entre os desembargadores, podemos distinguir dois grupos: os magistrados de carreira e os lentes da universidade. Enquanto os primeiros se candidatam e se submetem à avaliação pelas instâncias superiores de gestão do aparelho judicial, e vão ultrapassando etapas de importância crescente, com jurisdições de dimensões diversas, quer na metrópole, quer nas colônias, os segundos são convidados pelos seus pares para auxiliarem os tribunais superiores com a sua competência científica. Não têm a experiência do exercício do ofício, mas têm a bagagem intelectual. Nos conselhos e tribunais próximos do monarca, acabam por fazer valer o seu capital académico e simbólico. Mas não se descure a relevância dos magistrados originários dos percursos burocráticos. Ao longo do século XVIII, e sobretudo com Pombal, o grupo burocrático, proveniente do aparelho judicial, tem tendência a impor-se, mesmo no círculo restrito do Desembargo do Paço, nas décadas de 1750 e 1760.

A circulação no ultramar, que, como vimos, têm um papel muito importante na progressão dos magistrados na carreira, contribui enormemente para a selecção natural dos efectivos que vão ingressar nos tribunais de relação. Daí o peso significativo de desembargadores de relação com um passado ultramarino. No entanto, essa experiência perde significado quando se trata de franquear as portas do Desembargo do Paço.

Se, contudo, tivermos presente que a Casa da Suplicação e os tribunais a que estão associados os seus membros são as últimas instâncias judiciais dos domínios sobre os quais tinham jurisdição, facilmente se conclui que em matéria de administração da justiça, o peso dos magistrados de carreira é preponderante. Quanto se trata da aplicação da «economia da graça» e da resolução dos conflitos jurisdicionais mais complexos, é entre os magistrados de origem académica que a coroa procura mais apoio político e administrativo.

OS DESEMBARGADORES NA TRANSIÇÃO PARA O LIBERALISMO¹ (1820-1834)

José Subtil²

Introdução

As modificações substanciais que subverteram o sistema político corporativo e fundaram as bases estruturais do regime liberal começaram a desenhar-se só depois das tropas miguelistas entregarem a cidade de Lisboa ao Duque da Terceira (24 de Julho de 1833).

Mas o processo político da afirmação do liberalismo que começou com o levantamento militar no Campo de Santo Ovídio e terminou na Convenção de Évora-Monte – a que se seguiu a deportação de D. Miguel para a Itália – foi marcado por períodos de intermitente perturbação. Durante a primeira fase, conhecida por triénio vintista (1820-1823), seria aprovada a Constituição (23 de Setembro de 1822) mas o golpe da Vila-Francada (27 de Maio de 1823) levaria à dissolução das Cortes Ordinárias, seguindo-se várias iniciativas régias para conciliar os interesses dos partidários do absolutismo com o dos implicados na revolução liberal. O segundo triénio (1823-1826) foi caracterizado por uma grande indefinição política e instabilidade social na sequência da revolta liderada por D. Miguel (golpe da Abrilada, 30 de Abril de 1824) para restaurar o absolutismo. O fracasso deste movimento teve como consequência o seu exílio e até à morte de D. João VI (10 de Março de 1826) o ambiente político degradou-se com o acentuar das hostilidades. Os acordos que D. Pedro, herdeiro do trono mas também imperador do Brasil e por isso impossibilitado de reinar, procurou alcançar não tiveram sucesso e conduziram o país à guerra civil. Embora, depois de abdicar na sua filha – D. Maria da Glória – e outorgar ao Reino uma Carta Constitucional (29 de Abril de 1826), tenha conseguido a restauração do regime liberal por um curto período de tempo (Julho de 1826 a Maio de 1828), o regresso de D. Miguel (Fevereiro de 1828), previsto nos acordos estabelecidos, viria a constituir novo desaire para os liberais uma vez que foram dissolvidas as câmaras e convocadas Cortes tradicionais que o proclamariam como rei absoluto (23 de Junho de 1828). Durante cerca de seis anos o governo do príncipe «usurpador da Coroa» confrontar-se-á com a reacção dos adeptos a favor do «Trono Legítimo e da Carta Constitucional» (1828-1834).

¹ Agradeço ao António Manuel Hespanha as sugestões e correcções que fez ao texto bem como as informações sobre Manuel Borges Carneiro (ver nota n.º 10).

² Agregado em História Institucional e Política Moderna pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

A campanha dos liberais não foi fácil e só conheceu algum fôlego com a criação da Regência da Ilha Terceira (15 de Junho de 1829) e, um pouco mais tarde, com a decisão de D. Pedro assumir, ele próprio, a regência (3 de Março de 1832), renunciando ao trono brasileiro. Não é, portanto, de estranhar que nas primeiras medidas tomadas pela regência se incluía a anulação de todos os actos praticados desde o 25 de Abril de 1828, com excepção dos que não tenham tido «carácter político nem podem ser retardados».

Dos acontecimentos militares que se seguiram depois da entrada das tropas de D. Pedro no Porto (9 de Julho de 1832), o mais significativo foi a tomada de Lisboa pelo Duque da Terceira (24 de Julho de 1833), não só pelos aspectos políticos e simbólicos mas, sobretudo, pela desarticulação que provocou no exército absolutista que, após alguns meses, reconheceria a derrota na Convenção de Évora-Monte (26 de Maio de 1834), já depois de D. Miguel ter sido destituído de todas as honras (18 de Março de 1834).

Vindo do Porto, D. Pedro irá decretar, durante a segunda metade do ano de 1833, um conjunto de medidas drásticas tendo em vista a «morte institucional» do Antigo Regime.

No que respeita à área da justiça, são extintos o Desembargo do Paço (3 de Agosto de 1833), os tribunais da Casa das Rainhas, Casa de Bragança e Casa do Infantado (9 de Agosto de 1833), a Chancelaria-Mor do Reino e o tribunal do Conselho Ultramarino (30 de Agosto de 1833)³.

Em 14 de Setembro de 1833 seria instalado o Supremo Tribunal de Justiça criado pela Carta Constitucional (artigo 130.º), sendo constituído por 12 conselheiros, um presidente e um Procurador-Geral da Coroa. Foi também definida a divisão administrativa da justiça para Lisboa e o Porto (25 de Setembro e 3 de Outubro de 1833) e preparada a entrada em funções dos juizes de Direito nos distritos destas cidades (24 de Dezembro de 1833).

Um pouco diferente foi o caso dos tribunais da Relação do Porto e da Casa da Suplicação. Na sequência dos debates nas Cortes Ordinárias, a Carta de Lei de 12 de Novembro de 1822 procedeu às suas extinções e à criação de cinco novas Relações (Lisboa, Porto, Mirandela, Viseu e Beja), dando-se, deste modo, início ao desmantelamento dos pilares instituições do regime jurídico criado pelas Ordenações Filipinas, embora ainda de forma simbólica visto que a actividade destes tribunais não seria interrompida até o exército liberal alcançar a vitória. O prosseguimento do ordenamento do novo sistema jurídico viria a ser desenhado durante a regência de D. Pedro nos Açores, por iniciativa de José Mouzinho da Silveira, ministro e secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, através fundamentalmente da definição de uma nova geografia judicial para

³ *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino, desde a sua entrada em Lisboa até á Instalação das Camaras Legislativas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835, III Série, pp. 10-17.

a implantação dos tribunais e das linhas gerais do processo civil e dos feitos crime (16 de Maio de 1832)⁴.

Mas tal como já notámos, a realidade institucional não acompanhou a exigência e a determinação legislativa dos liberais desde a aprovação da Constituição. Apesar da obstinação na mudança, o certo é que foram mantidas as nomeações dos desembargadores para a Relação do Porto, para a Casa da Suplicação e mesmo para o Desembargo do Paço durante o período de 1820 a 1834, embora com ritmos temporais diferenciados como adiante se verá.

Por outro lado, o processo de transformação política e jurídica não afastaria os desembargadores da área do poder, quer para os que já o eram como para os que o vieram a ser depois da revolução. Um grupo muito significativo de desembargadores participou activamente na revolução vintista, ao mais alto nível, e outros seriam, posteriormente, indicados para cargos importantes no novo regime reconhecidos com honras e privilégios. É o que esboçaremos de seguida, em traços gerais, apresentando as características das suas carreiras numa conjuntura de transição – profundamente equívoca – cujas incertezas marcavam a participação dos desembargadores no novo sistema político.

Portanto, a nosso ver, justifica-se um balanço separado dos desembargadores nomeados entre os anos de 1820 e 1834 para, de alguma forma, tentarmos analisar o comportamento desta elite num período de flutuação política frequente, entre a mudança do regime absolutista e a reacção ao liberalismo.

A dinâmica das nomeações e das promoções

O total de desembargadores nomeados durante o período de 1820 a 1834 foi de 149 (ver quadro I) dos quais seriam promovidos 39 para a Casa da Suplicação e o Desembargo do Paço (23%). Contudo, nos últimos cinco anos só houve uma nomeação para a Relação do Porto, acompanhada por 11 promoções para a Casa da Suplicação. Quer isto dizer que as nomeações tiveram lugar, praticamente, durante a década de 1820, à média de cerca de 15 graduações por ano, situando-se os picos em pleno vintismo (1821) e no final do reinado de D. João VI (1825-1826).

Este ritmo das nomeações não se afasta muito da verificada para o período entre a Restauração e a Revolução Liberal (1640-1820)⁵. Dir-se-á que, neste aspecto, se mantém a longa tradição de simplesmente renovar as mesas destes tribunais superiores para colmatar as faltas de desembargadores, seja por morte ou transferência. Mas, por outro

⁴ *Collecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o Governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira, desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, I Série, pp. 102-146.

⁵ Ver, texto anterior, de Nuno Camarinhas «Os Desembargadores no Antigo Regime (1640-1820)» e, ainda, *Les Juristes Portugais de l' Ancien Regime (xviii-xviiiie siècles)*, Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 2006, (tese de doutoramento, policopiada). Ver, também, de José Subtil «Os Ministros do Rei no Poder Local, Ilhas e Ultramar (1772-1826)», *Penélope*, n.º 27, 2002, pp. 37-58.

lado, assistimos a uma lógica de nomeações ao sabor dos interesses e das oportunidades da conjuntura como tinha acontecido durante o reformismo pombalino, ou seja, a instrumentalização destes tribunais para a luta política dos liberais. É o que nos diz o pico das nomeações nos anos de 1821 e 1825, facto que parece revelar a permeabilidade destes tribunais à influência da revolução, especialmente após a contundência dos debates parlamentares sobre a situação da justiça do Antigo Regime que levaria, inclusive, à extinção destas Relações no final do ano de 1822.

Esta constatação difere, em muito, do miguelismo. Durante a Constituição e a Carta Constitucional verificam-se mais de metade das nomeações; para o governo D. Miguel não chegam a 10% (as restantes aconteceram nos dois últimos anos do reinado de D. João VI e no primeiro que se seguiu à sua morte). Portanto, a restauração do absolutismo não acompanhou o reforço das mesas dos tribunais superiores como aconteceu nos períodos constitucionais. As causas podem, todavia, ficar a dever-se também à incapacidade política do miguelismo em mobilizar a grande parte dos desembargadores para o movimento; ou, puramente, ao desinteresse de muitos por uma opção que podia representar uma escolha estratégica de alto risco.

Quanto à progressão nas carreiras, os resultados apontam para novidades em relação às práticas tradicionais. Em primeiro lugar quanto às taxas de desistência da profissão. Entre os anos de 1772 e 1826 mais de $\frac{3}{4}$ dos magistrados que iniciaram as carreiras acabaram por desistir e abandonar o ofício enquanto que somente cerca de 25% dos que prosseguiram a carreira terão chegado a desembargador⁶. Ora o grupo em estudo faz parte destes últimos, remetendo-nos, portanto, para magistrados que desenvolveram atitudes muito positivas em relação à profissão.

Depois estamos a falar de um grupo que continuou a progredir. Como se pode ver, um conjunto de 39 dos 139 nomeados para a Relação do Porto, isto é, cerca de 28%, vieram a ser colocados na Casa da Suplicação, sendo de sublinhar também o facto de terem ocorrido dez nomeações directamente para este tribunal e de ao Desembargo do Paço só terem chegado dois desembargadores: um directamente e outro depois de ter sido nomeado para a Relação do Norte sem ter tido assento na Casa da Suplicação.

O grupo corresponde, portanto, a magistrados determinados na profissão e com grandes expectativas quanto aos seus ofícios porque, para além de terem revelado qualidades académicas, reuniram competências que os distinguiam no seio da magistratura, competências estas relacionadas, como veremos, com o exercício das práticas jurídicas e administrativas.

⁶ José Subtil «Os Ministros do Rei no Poder Local, Ilhas e Ultramar (1772-1826)», *op. cit.*, pp. 42-43.

Quadro I
Nomeações anuais de desembargadores
(1820-1834)

Anos	1	2	3	4	5
1820	4				
1821	30				
1822	1	1		1	
1823	17	2		3	
1824	19	1		1	
1825	26	7		2	1
1826	8	3		1	
1827	11	5	1	1	
1828	9	1			
1829	13	7			
1830		2			
1831	1	7			
1832		1			
1833					
1834		1			
Totais	139	38	1	9	1

Legenda:

- 1 – Desembargadores que foram nomeados somente para a Relação do Porto;
- 2 – Desembargadores que foram nomeados para a Relação do Porto e vieram, posteriormente, a ser graduados na Casa da Suplicação;
- 3 – Desembargadores que foram nomeados para a Relação do Porto e vieram, posteriormente, a ser graduados no Desembargo do Paço;
- 4 – Desembargadores que foram nomeados directamente para a Casa da Suplicação;
- 5 – Desembargadores que foram nomeados directamente para o Desembargo do Paço;

Nota: Dois desembargadores foram nomeados antes do levantamento de 24 de Agosto de 1820.

Os desafios da idade e da experiência profissional

A base da experiência profissional da qual partiram os desembargadores nomeados para a Relação do Porto mas que não progrediram para a Casa da Suplicação, num total de 100 magistrados, foi bastante desigual (ver Quadro II).

Quadro II
Desembargadores que terminaram a carreira na Relação do Porto

A	B	C	Total
11	50	39	100

Legenda:

A – Nomeados directamente para a Relação do Porto;

B – Fazendo dois lugares como juizes de fora, corregedores e/ou provedores;

C – Fazenda apenas um lugar.

Metade deste contingente cumpriu o programa completo do tirocínio jurídico-administrativo, exercendo funções como juizes de fora, corregedores e/ou provedores, enquanto 39% só fez um lugar e 11% tiveram acesso directo ao tribunal superior. Estes números privilegiam estes últimos na medida em que na situação acumulada entre 1772 e 1826 só 19% dos ministros chegaram a desembargadores depois de cumprirem um lugar na magistratura territorial.

Vejam, agora, as faixas etárias. Os dados permitem-nos saber a idade aproximada da maioria destes desembargadores (em cerca de 83% dos casos). A média etária foi de 46 anos, tendo o mais novo sido nomeado com a idade de 25 anos e o mais velho com 67 anos (ver Quadro III).

Quadro III
Nível etário dos desembargadores que terminaram a carreira na Relação do Porto

Menos de 30 anos	30 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Mais de 60 anos
4	13	42	15	9

Cerca de metade estão, portanto, na faixa etária entre os 41 e 50 anos. Como foram raras as nomeações com menos de 30 anos ou mais de 60, podemos dizer que o perfil etário dominante acompanha, de certo modo, a duração dos mandatos trienais que a maioria teve de cumprir, acrescida da espera entre a leitura de bacharel e a primeira colocação. Como se verá mais à frente, cerca de metade do total destes desembargadores teve de esperar mais de cinco anos para serem nomeados para um lugar na magistratura territorial.

Quadro IV
Desembargadores que terminaram a carreira na Casa da Suplicação

A	B	C	D	Total
9	15	16	7	47

Legenda:

A – Nomeados directamente para a Casa da Suplicação;

B – Fazendo dois lugares como juizes de fora, corregedores e/ou provedores e o da Relação do Porto;

C – Fazendo um lugar como juizes de fora, corregedores e/ou provedores e o da Relação do Porto;

D – Fazendo só o lugar na Relação do Porto.

Num total de 47 desembargadores empossados na Casa da Suplicação (ver Quadro IV), cerca de 30% realizaram o tirocínio completo, isto é, foram juizes de fora, corregedores e/ou provedores e desembargadores na Relação do Norte. Percentagem igual para os que só cumpriram um lugar como juizes de fora, corregedores ou provedores seguido do assento no tribunal da Relação do Porto. Sete desembargadores só fizeram o lugar na Relação do Porto e nove tiveram acesso directo à Casa da Suplicação.

Conhecemos a idade aproximada de 38 destes desembargadores (cerca de 80%) na altura em que foram indigitados para a Casa da Suplicação (ver Quadro V).

Quadro V
Nível etário dos desembargadores que terminaram a carreira na Casa da Suplicação

Menos de 30 anos	30 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Mais de 60 anos
1	2	14	16	5

O mais novo foi nomeado com a idade de 27 anos e o mais velho com a idade de 75 anos, sendo a média etária do grupo de 52 anos. A maioria foi nomeada entre os 40 anos e os 60 anos. A comparação com os dados relativos aos desembargadores da Relação do Norte sugere que a média de anos que tiveram de esperar para terem acesso à Casa da Suplicação foi, aproximadamente, de seis anos.

Duas observações finais. A carreira na magistratura territorial não constituiu um requisito indispensável para o acesso ao cargo de desembargador, ou seja, existe uma margem de promoções com base em diversos privilégios⁷. Contudo, para o período em estudo, estas regalias diminuíram de modo muito significativo: se entre 1772 e 1826 representavam mais de 50% dos promovidos a desembargador, agora não ultrapassam os 15%. No que toca às idades, se o recrutamento para a Relação do Porto demonstra

⁷ Já referido noutros trabalhos: José Subtil, *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, Lisboa, Ediuval, 1996 (capítulo IV) e «Os Desembargadores em Portugal», *Optima Pars, Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, coordenação de Nuno Monteiro, Pedro Cardim e Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, ICS, 2005, pp. 253-275.

já alguma preocupação quanto à idoneidade do cargo, para a admissão na Casa da Suplicação o domínio da faixa etária situa-se acima dos 50 anos. Uma projecção para o ano de 1834 diz-nos que cerca de 15% teriam menos de 50 anos, 45% entre 50 e 60 anos e 40% mais de 60 anos.

O tempo das perspectivas profissionais

Uma outra aproximação à caracterização da carreira profissional destes magistrados pode ser obtida através do conhecimento, por um lado, do tempo de espera entre a conclusão dos cursos na Universidade de Coimbra e a realização do exame da leitura de bacharel (indispensável para poderem ser opositores aos lugares de letras) e, por outro lado, da demora nas colocações.

Para obtermos resposta a estas questões dispomos de informação sobre 93 desembargadores (cerca de 75%) que nos diz que o traço dominante na correlação entre a saída da universidade e a chamada para a leitura é, sem dúvida, a brevidade do exame: perto de 60% dos bacharéis fizeram a leitura nos dois primeiros anos a seguir à conclusão do curso, o que representa uma situação excepcional quando sabemos que cerca de 55% dos bacharéis saídos da universidade no período entre 1750 e 1833 não fizeram o exame⁸.

Mas se a grande maioria se terá habilitado aos concursos após a conclusão dos cursos, o certo é que, também, um grupo significativo demorou entre três a seis anos para requer o exame. Como se explicará esta demora num grupo que viria a evidenciar êxitos profissionais, parecendo não ser de admitir, portanto, que tenham retardado os ingressos por insegurança nos conhecimentos⁹?

Quadro VI

Tempo de espera entre a leitura de bacharel e a entrada na magistratura (em anos)

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Mais de 10
14	17	11	3	10	5	5	6	2	3	17

Questão diferente é a do tempo de espera entre a leitura de bacharel e a tomada de posse num lugar da magistratura na medida em que esta gestão é da exclusiva competência do Desembargo do Paço, embora a abertura dos concursos dependa da vacatura dos lugares ou da criação de novos. Os dados disponíveis sobre 93 desembargadores, dizem-nos que 30% dos bacharéis tiveram que esperar até dois anos para serem colocados, um pouco mais de metade aguardou até cinco anos e cerca de 20% viu atrasada em mais de cinco anos a sua nomeação (ver Quadro VI).

⁸ Ver José Subtil, *O Desembargo do Paço, op. cit.*, pp. 276-284.

⁹ Ver José Subtil, «Os Ministros do Rei no Poder Local, Ilhas e Ultramar (1772-1826)», *op. cit.*, pp. 44-45.

Se acrescentarmos ainda os tempos de resposta aos requerimentos para a leitura de bacharel, estamos perante um indício que mostra uma capacidade bastante limitada da estrutura administrativa da Coroa para integrar os bacharéis que abandonavam a universidade. Esta forte divergência entre a procura e a oferta dos lugares disponíveis no sistema político poderá ter dissipado algumas das expectativas destes letrados, convidando-os a experimentar outras saídas profissionais.

A economia de ingresso e progressão

Tal como se verificou ao longo de todo o Antigo Regime, os principais capitais exibidos para o ingresso e evolução das carreiras foram académicos e sociais.

Um grupo de 25 doutores faz parte deste contingente de desembargadores, isto é, cerca de (12%), dos quais metade ficou pela Relação do Porto (12) e outra metade atingiu a Casa da Suplicação (11). Só dois chegaram ao Desembargo do Paço. Esta média é muito inferior à do período entre 1750 e 1826 que atingiu cerca de 42%, ou seja, o privilégio de doutor no acesso à carreira diminuiu de forma drástica depois do liberalismo. Dos doutores que ficaram pela Relação do Porto, três tiveram nomeação directa, quatro fizeram um lugar de magistratura antes de serem desembargadores e só cinco acabaram por fazer dois lugares distintos: um como juiz de fora e outro como provedor e/ou corregedor. Sobre o grupo de doutores que chegou à Casa da Suplicação, apenas um fez três lugares (juiz de fora, corregedor e/ou provedor e desembargador da Relação do Porto), seis fizeram dois lugares, quatro apenas um lugar e dois foram nomeados directamente para o tribunal. No que respeita ao Desembargo do Paço, os únicos dois desembargadores nomeados foram doutores: um indigitado directamente e outro depois de ser corregedor e recebido a beca.

Também o parentesco desempenhou um papel importante na socialização profissional destes magistrados. Um total de 31 desembargadores tiveram pais desembargadores, 11 foram filhos de advogados ou bacharéis e 32 descenderam de pais que desempenharam «empregos honoríficos» ou «cargos da república» como juizes de fora, meirinhos, tabeliães, escrivães, capitães-mores, sargentos-mores ou postos no exército. Usufruíram de cartas de foro de fidalgo 19 desembargadores e sete acabaram mesmo titulares: *i)*- Francisco de Serpa Saraiva foi barão de S. João de Areias (1845); *ii)*- Manuel António de Carvalho, barão de Chancelheiros (1840); *iii)*- António Barreto Ferraz Vasconcelos, visconde da Granja (1848); *iv)*- António Camelo Fortes de Pina, visconde das Torres (1850); *v)*- José Joaquim Gerardo de Sampaio, 1.º visconde e conde de Laborim (1826); *vi)*- José António Maria de Sousa e Azevedo, 1.º visconde de Algés (1839); *vii)*- José Pimental Freire, 1.º visconde de Gouveia (1848).

Só um desembargador, Luís de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça, pertenceu a uma Casa dos Grandes do Reino. Era filho dos condes de Barbacena e neto materno dos condes de S. Lourenço, tendo feito a leitura de bacharel em 1818 e recebido

a mercê de Desembargador da Relação do Porto, precedendo o exame vago, razão porque foi nomeado directamente para a Casa da Suplicação (1823) onde seria graduado em agravista (1826). Foi Conselheiro (1828) e Presidente da Mesa da Consciência e Ordens (1830).

As relações ultramarinas

São 23 os desembargadores que nasceram fora do Reino ou cumpriram funções no Ultramar antes de serem nomeados para o cargo na Relação do Porto (19) ou da Casa da Suplicação (5). Dois nasceram nos Açores, um na Madeira e quatro no Brasil. Cinco fizeram carreira nas Ilhas, oito no Brasil, um em Macau e dois em Goa, ou seja, 16 (um pouco mais de 10%) desempenharam cargos no Ultramar antes de serem nomeados desembargadores. Novamente números muito inferiores relativamente à média acumulada entre 1772 e 1826 que rondou os 25%. Vejamos alguns pormenores destas relações e a correspondência com as respectivas carreiras. Começemos pelas Ilhas.

Eram naturais dos Açores: *i)*- Francisco Machado e Maia (Ponta Delgada) filho de mãe irlandesa e cujo pai foi Governador de Cabo Verde. Depois de ter sido juiz de fora de Mesão Frio, foi para Angola desempenhar o lugar de juiz de fora vindo a ser nomeado desembargador da Relação do Porto (1823); *ii)*- João da Câmara Berquó (Faial) que seria juiz de fora da Praia e depois do Faial, antes de ser provedor de Santarém. Foi nomeado desembargador da Relação do Porto em 1827.

Oriundo da Madeira, João Manuel de Oliveira fez toda a carreira no Reino (juiz de fora de Monsaraz e Chaves, provedor da Guarda, corregedor do cível), antes de ser nomeado para a relação do Porto (1829).

Nasceram no Reino mas exerceram cargos nos Açores, antes de ingressarem na carreira desembargatória, os seguintes magistrados: *i)*- António Joaquim de Carvalho (juiz de fora do Funchal), desembargador em 1827; *ii)*- António Cabral Albuquerque (juiz de fora de S. Jorge), desembargador em 1823; *iii)*- João Carlos Leitão (juiz de fora das Flores), desembargador em 1825; *iv)*- José Freire Gameiro (provedor dos Resíduos, Órfãos e Capelas da comarca de Angra), nomeado directamente para desembargador da Casa da Suplicação (1827) em virtude dos serviços do pai como ouvidor-geral de Moçambique; *v)*- José Inácio Leme (juiz de fora do Pico), desembargador em 1824.

Consideremos, agora, o caso do Brasil, num contexto particularmente singular uma vez que a Corte esteve sediada, entre os anos de 1808 e 1822, na cidade do Rio de Janeiro, e as nomeações a cargo da Mesa do Paço, e da Consciência e Ordens criada pelo Alvará de 22 de Abril de 1808.

A primeira observação a fazer é que os desembargadores que nasceram no Brasil, num total de quatro, cumpriram a carreira apenas no Reino: *i)*- Amaro Camisão (Sabará), foi juiz de fora de Monchique e Elvas antes de chegar a desembargador do Porto (1829); *ii)*- Fernando Avelar (Baía), foi provedor de Torres Vedras, nomeado desembargador

em 1825; *iii*)- Francisco Xavier Seiblit (Pernambuco), foi juiz de fora de Monchique e Portimão, Superintendente dos Tabacos do Algarve e provedor de Santarém antes de ser desembargador em 1829; *iv*)- Luís da Costa e Almeida (Baía), sendo a mãe e a avó materna também da Baía, foi nomeado desembargador em 1821 e chegou à Casa da Suplicação em 1829.

Um outro grupo, num total de oito bacharéis, embora naturais do Reino vieram a exercer cargos no Brasil antes de serem desembargadores: *i*)- António Manuel Galvão (juiz de fora e provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Pernambuco, ouvidor de Porto Seguro e desembargador da Relação do Rio de Janeiro), nomeado desembargador da Relação do Porto em 1825; *ii*)- Bernardino Tavares (ouvidor dos Ilhéus), nomeado desembargador em 1821; *iii*)- Joaquim Segurado (ouvidor de Goiás e desembargador da Relação do Rio de Janeiro), nomeado desembargador em 1824 e chegando à Casa da Suplicação (1826); *iv*)- Joaquim José de Queirós, desembargador da Relação da Baía em 1821; *v*)- José Boto Machado, doutor, (juiz do crime da Baía), desembargador em 1820 e chegando à Casa da Suplicação (1825); *vi*)- José Patrício Seixas (ouvidor e provedor das fazendas dos defuntos e ausentes do Maranhão), nomeado desembargador em 1821; *vii*)- José Pinto da Rocha e Melo (juiz de fora do Maranhão), nomeado desembargador em 1829; *viii*)- José Raimundo Prohem Barbosa (juiz de fora e provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Cachoeira), nomeado desembargador em 1826 e chegando à Casa da Suplicação em 1827.

Finalmente, foram três os desembargadores que, naturais do Reino, exerceram cargos no Oriente: *i*)- José Filipe da Costa, depois de ser juiz de fora do Fundão e corregedor de Arganil e Braga foi ouvidor e, também, provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Macau acabando graduado na Casa da Suplicação (1825); *ii*)- Manuel Maria Souto e Silva, foi desembargador da Relação de Goa (1827) após ter sido juiz de fora de Oliveira de Azeméis; *iii*)- Manuel Felicíssimo Araújo e Azevedo, foi desembargador da Relação de Goa com posse na Casa da Suplicação (1826) depois de ter sido juiz de fora de Lafões (1819), da jurisdição da Casa de Lafões.

É possível dizer ainda que entre 1820 e 1834 não se verificaram retornos de desembargadores dos tribunais da Relação do Rio de Janeiro e da Baía. A ausência destes magistrados, com D. João VI no Brasil ou depois do seu regresso a Lisboa, significa o fim do modelo promocional assente em circuitos intermediados pelo Brasil. Parece assim terem mudado algumas das opções profissionais dos magistrados por terem mudado as oportunidades da colónia e do Reino depois da fixação da família real na cidade do rio de Janeiro (1808).

As visibilidades políticas

Não se pode deixar de avaliar estes desembargadores pelo lado da política porque o período proporcionou o combate de ideias sobre o modelo de poder, testou as suas

capacidades de intervenção social, as suas credibilidades e as suas competências profissionais para a actividade política. Para o melhor e para o pior, prestou-se à partidarização de posições quanto ao destino do liberalismo.

Concentremos a nossa atenção em duas ocasiões particulares: *i)*- no início do processo revolucionário durante os trabalhos da Constituição; *ii)*- e no período da consolidação liberal e vigência da Carta Constitucional. Qual terá sido o peso político dos desembargadores durante estas conjunturas?

Quadro V
Intervenientes nas Cortes Constituintes

Nome	Círculo	Ano da nomeação
Manuel Borges Carneiro ¹⁰	Estremadura	1820
António José de Moraes Pimentel	Trás-os-Montes	1821
Carlos Honório de Gouveia Durão	Alentejo	1821
Luís António Rebelo da Silva	Estremadura	1821
Pedro José Lopes de Almeida	Beira	1821
Rodrigo Ribeiro Teles da Silva	Minho	1821
José António de Faria e Carvalho	Minho	1824
José de Gouveia Osório	Beira	1824
José Peixoto Sarmento de Queiroz	Minho	1824
Manuel António de Carvalho	Estremadura	1824
José Joaquim Rodrigues de Bastos	Minho	1825
José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira	Beira	1825
Francisco Barroso Pereira	Minho	1826 (restituição)
António Camelo Fortes de Pina	Beira	1827
José Homem Correia Teles	Beira	1827
<i>Total</i>	15	

¹⁰ Manuel Borges Carneiro (1774-1833), nasceu em Resende, Alto-Douro, e faleceu no forte de Cascais. Matriculou-se na Universidade de Coimbra em 1791, tendo-se formado em Cânones em 1800. Foi juiz de fora em Viana do Alentejo (1803-1809). Com as invasões francesas, foi preso por conspirador. Provedor da comarca de Leiria (1812), secretário da Junta do Código Penal militar (1817), desembargador supranumerário da Relação (1820), onde se comprometeu com a revolução de 1820, juntamente com outros juristas ilustres, como Manuel Fernandes Tomás e José Ferreira Borges. Foi deputado às Cortes Gerais e Constituintes por Lisboa, alinhando na ala mais radical do vintismo. Depois do golpe de Estado promovido pelo partido absolutista, Borges Carneiro propôs uma declaração de protesto, aprovada pelo Congresso. Foi demitido do cargo de desembargador da Relação do Porto (1823), que lhe foi, porém, restituído, depois da subida ao trono de D. Pedro IV (1826), e novamente eleito deputado. Em 1827 foi nomeado desembargador ordinário da Casa da Suplicação, começando a publicação do *Direito Civil Português*, de que saíram três volumes, de 1826 a 1828. Com o regresso dos absolutistas ao poder, foi de novo preso e demitido do lugar de desembargador (1828). Morreu de *colera morbus*, cativo, em Cascais, para onde foi transferido da Torre de S. Julião da Barra. Os seus restos mortais encontram-se no cemitério ocidental, desde 1879. V. *Diário de Notícias* de 23 e 24.06.1879; *Occidente*, de 1879, vol. II, diferentes páginas (biografia e retrato de Borges Carneiro); *Gazeta dos Tribunaes*, 24.01. 1842. O *Direito civil de Portugal, contendo tres livros: 1.º das pessoas; 2.º das cousas; 3.º das obrigações e acções*, tomos I, II e III, foi publicado em Lisboa, 1826 a 1828. O tomo IV só se publicou depois da morte do autor, em 1840. A obra ficou, ainda assim, incompleta, faltando-lhe a parte referente às obrigações e às acções. A sua última edição é de 1867.

O Quadro V dá-nos a relação de deputados que juraram as Bases da Constituição e a própria Constituição, de 1822, e que foram nomeados desembargadores enquanto deputados (da primeira ou da segunda legislatura). São um grupo bastante numeroso: um total de 15 desembargadores que representaram todos os círculos eleitorais, com excepção do Algarve. O secretário das Cortes era Francisco Barroso Pereira, desembargador da Relação do Porto que tinha sido destituído do lugar vindo, mais tarde, a recuperá-lo (1826). Juntamente com o deputado Borges Carneiro eram os únicos desembargadores já graduados. Cinco seriam promovidos ao longo do ano de 1821, quatro no ano de 1824 e os restantes seis no primeiro período da vigência da Carta Constitucional (1826-1828).

Ao lado deste grupo temos um outro, formado por sete desembargadores nomeados antes da revolução, que participou nos trabalhos das Cortes: *i*)- Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento, membro da Relação do Porto, nomeado desembargador em 1817; *ii*)- João de Figueiredo, da Casa da Suplicação, nomeado desembargador em 1801; *iii*)- João Rodrigues de Brito, agravista da Casa da Suplicação, nomeado desembargador em 1801; *iv*)- Joaquim Teotónio Segurado, da Relação do Porto, nomeado desembargador em 1804; *v*)- José Ribeiro Saraiva, agravista da Casa da Suplicação, nomeado desembargador em 1800; *vi*)- Manuel Fernandes Tomás, da Relação do Porto, nomeado desembargador em 1812; *vii*)- Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, da Casa da Suplicação, nomeado desembargador em 1801.

Quadro VI
Desembargadores parlamentares após 1834

Nome	Desembargador
António Barreto Ferraz Vasconcelos	1821
Francisco de Serpa Saraiva	1821
José Maria Pereira Forjaz de Sampaio	1821
José Pimentel Freire	1821
Luís António Rebelo da Silva*	1821
Manuel António Velês Caldeira	1821
Joaquim José de Queirós	1822
José António de Faria e Carvalho*	1824
José Joaquim Gerardo de Sampaio	1824
Manuel António de Carvalho*	1824
Venâncio Bernardino de Ochoa	1824
José António Maria de Sousa e Azevedo	1825
José António Ferreira Braklami	1826
António Camelo Fortes de Pina*	1827
José Homem Correia Teles*	1827
<i>Total</i>	

Nota: * deputados no vintismo.

Vejamos o que se passou depois de 1834, após a vitória política e militar dos liberais.

Embora a idade de muitos fosse avançada, como atrás referimos, é significativo encontrarmos desembargadores que foram deputados no vintismo a desempenharem novamente funções depois da primeira restauração cartista: António Camelo Fortes de Pina, José António de Faria e Carvalho, José Homem Correia Teles, Luís António Rebelo da Silva e Manuel António de Carvalho. Outros, entretanto nomeados (seis em 1821, um em 1822, quatro em 1824, um em 1825 e 1826 e dois em 1827) foram, pela primeira vez, convocados para as actividades parlamentares (ver Quadro VI).

Detenhamo-nos um pouco mais sobre o relevo político destes desembargadores que se distinguiam na nova ordem constitucional cartista, como deputados, pares do Reino e membros de diversas comissões parlamentares.

António Camelo Fortes de Pina (1770-1851)¹¹, deputado durante o vintismo, na primeira vigência da Carta e na restauração da mesma (legislatura de 1834-1836). Filho de bacharel, foi doutor e lente, agravista da Casa da Suplicação (1827), vindo a ser vice-presidente da Câmara dos Deputados (1834). Recebeu o título de 1.º visconde das Torres (1850).

António Barreto Ferraz Vasconcelos (1779-1861)¹², filho de desembargador, serviu no Batalhão Académico na altura das invasões francesas. Foi corregedor do crime do bairro de Remolares, Lisboa (1815) e desembargador da Relação do Porto (1821) de que veio a ser destituído por ter apoiado a revolução (1823), reintegrado (1826) e exilado (1828). Regressado de França foi conselheiro (1833), Presidente da Relação de Lisboa (1834), ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (1834). Seria eleito para duas legislaturas (1834-1836 e 1838-1840) e nomeado par do Reino (1842). Foi feito 1.º visconde da Granja (1848).

Francisco de Serpa Saraiva, também Francisco de Serpa Saraiva Alves Machado (1781-1850)¹³, filho de bacharel, foi desembargador da Relação do Porto (1821) de que seria seu presidente (1834). Recebeu o título de barão de S. João de Areias (1845). Foi eleito para as legislaturas de 1838 a 1842, ano em que é nomeado par do Reino.

Joaquim José de Queirós (1774-1850)¹⁴, avô do escritor Eça de Queirós, foi desembargador da Relação da Baía com exercício no Porto (1822) e Presidente da Relação de Lamego (1835). Foi rosa-cruz da loja maçónica de Aveiro e diversas vezes parlamentar (1826-1828, 1834-1836, 1848-1851). Foi ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (1847).

¹¹ Ver *Dicionário Biográfico Parlamentar*, coordenação de Maria Filomena Mónica, Lisboa, ICS/AR, 2004-2006 (3 vols.), vol. III, pp. 293-294. Agradeço ao António Pedro Manique a disponibilidade para proceder às identificações dos verbetes visto que o referido dicionário não tem instrumentos de indexação.

¹² *Idem*, vol. III, pp. 967-969.

¹³ *Idem*, vol. III, pp. 674-677.

¹⁴ *Idem*, vol. III, pp. 405-406.

José António de Faria e Carvalho (???-1840)¹⁵, desembargador da Relação do Porto (1824) e da Casa da Suplicação (1825), foi conselheiro (1840) e eleito para a legislatura de 1834-1836 e para a seguinte, interrompida com a revolução de Setembro. Novamente eleito para o período de 1840-1842.

José António Ferreira Braklami (1780-1847)¹⁶, desembargador do Porto (1826), conselheiro (1834), juiz da Relação dos Açores (1834) e conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1839). Fez parte da loja maçónica Filantropia (Lagos). Foi deputado substituto (1822-1823) e deputado para a legislatura de 1826-1828. Exilou-se para os Açores em 1828 onde, mais tarde, viria a ser ministro no governo da Regência da Terceira (1831). Novamente eleito para as legislaturas de 1834-1836, 1840-1842.

José António Maria de Sousa e Azevedo (1794-6?-1865)¹⁷, filho de um desembargador da Casa da Suplicação, foi desembargador da Relação do Porto (1825), Intendente-Geral da Polícia (1833) e conselheiro do tribunal do Tesouro Público (1842). Eleito, sem interrupção, para as legislaturas entre de 1834 e 1846, sendo nomeado par do Reino em 1847. Foi agraciado com o título de 1.º visconde de Algés (1839). Durante o governo de Costa Cabral foi ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (1842) e, depois, ministro interino da Fazenda e da Guerra (1846).

José Homem Correia Teles (1780-1849)¹⁸, desembargador do Porto (1827), eleito para as Constituintes (1821-1822), para a legislatura de 1826-1828, para as Constituintes de 1837-1838 e para a legislatura de 1848-1851, em que não chegou a fazer o juramento por, entretanto, ter falecido.

José Joaquim Gerardo de Sampaio (1781-1864)¹⁹, filho de um desembargador da Casa da Suplicação, foi nomeado desembargador do Porto (1821) e membro do Supremo Tribunal de Justiça (1834) vindo a ser seu presidente (1844). Pertenceu à maçonaria e seria agraciado com o título de 1.º visconde de Laborim, posteriormente conde (1862). Foi eleito para a legislatura de 1826-1828, nomeado par do Reino (1834) e presidiu à Câmara por diversas vezes. Foi eleito senador entre 1838 e 1842.

José Maria Pereira Forjaz de Sampaio (1773-1858)²⁰, desembargador da Relação do Porto (1821), foi eleito deputado em 1847. Introduziu em Portugal as avançadas ideias de Beccaria contra a pena de morte e sobre o código de processo criminal. Participou na guerra civil com o posto de capitão.

José Pimentel Freire, também José Freire Pimentel Mesquita de Vasconcelos (1793-1853)²¹, desembargador do Porto (1821), conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1841), foi deputado na legislatura de 1842-1845 e nomeado par do Reino

¹⁵ *Idem*, vol. I, pp. 643-644.

¹⁶ *Idem*, vol. I, pp. 436-437.

¹⁷ *Idem*, vol. I, pp. 266-269.

¹⁸ *Idem*, vol. III, pp. 900-901.

¹⁹ *Idem*, vol. III, pp. 547-549.

²⁰ *Idem*, vol. III, pp. 549-551.

²¹ *Idem*, vol. III, p. 1001.

(1844), vindo a ser secretário desta câmara entre 1846 e 1851. Foi titulado 1.º visconde de Gouveia em 1848.

Luís António Rebelo da Silva (1783-1849)²², desembargador da Relação do Porto (1821), filho de doutor em leis, foi deputado às Cortes Constituintes (1821-1822) e veio a exilar-se em 1823. Regressado, foi novamente deputado na primeira legislatura da Carta Constitucional (1826-1828) e na legislatura de 1834-1836.

Manuel António de Carvalho (1785-1858)²³, desembargador da Relação do Porto (1824) e conselheiro (1827), foi eleito deputado para as Cortes Constituintes (1821-1822) e para as legislaturas de 1826-1828, 1834-1836, 1838-1840, 1842-1845 e 1846. Seria nomeado par do Reino (1847), vindo a presidir a esta câmara (1856). Combateu no Batalhão Académico na altura das invasões francesas e desempenhou vários cargos ministeriais: ministro dos Negócios da Fazenda e dos Negócios eclesiásticos e da Justiça (1827), novamente da Justiça (1835) e da Fazenda (1839). Foi titulado barão de Chancelheiros em 1840.

Manuel António Velês Caldeira, também Manuel António Velez Caldeira de Pina Castelo Branco (1783-1868)²⁴, filho e neto de desembargadores, foi nomeado desembargador da Relação do Porto em 1821. Pertenceu ao Batalhão Académico de Coimbra (1826) e integrava o Supremo Tribunal de Justiça quando foi designado ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (1835). Seria eleito para as legislaturas de 1834-1836 e de 1851 a 1864. Foi presidente da câmara dos deputados (1858) e nomeado para do Reino em 1861.

Venâncio Bernardino de Ochoa (1778-1840?)²⁵, filho de bacharel, foi nomeado desembargador da Relação do Porto (1824), juiz da mesma Relação (1839) e conselheiro da Casa Real (1839). Participou na guerra peninsular e foi deputado nas Cortes Constituintes (1837-1838).

Além destes desembargadores, que desempenharam funções parlamentares, temos outros que exerceram cargos de relevo depois da revolução. De assinalar, em especial, os seguintes: *i*)- Alexandre Gamboa Loureiro (desembargador em 1825), foi juiz da Relação de Lisboa (1834) e seu Presidente (1838) tendo recebido o título de Conselheiro (1838) e Fidalgo da Casa Real (1839); *ii*)- António Filipe Sousa Cambiaço (desembargador em 1821), foi Presidente da Junta do Depósito Público do Porto (1837); *iii*)- Bernardo António da Mota e Silva (desembargador em 1825), foi juiz da Relação de Lisboa (1834) e da Relação dos Açores (1838); *iv*)- Fernando de Magalhães e Avelar (desembargador em 1825) foi ajudante do Procurador da Coroa (1839) e obteve o título de Conselheiro (1841); *v*)- Francisco Pinto Coelho de Castro (desembargador em 1828) foi ajudante do Intendente-Geral da Polícia (1828); *vi*)- José Bernardo Henriques de Faria (desembargador em 1828) foi ajudante do Intendente-Geral da Polícia (1828); *vii*)- José Manuel de Almeida Araújo Correia de Lacerda (desembargador em 1825), foi Procurador-Geral da Coroa

²² *Idem*, vol. III, pp. 714-715. O célebre político, com o mesmo nome, é seu filho.

²³ *Idem*, vol. I, pp. 661-663.

²⁴ *Idem*, vol. I, pp. 712-714.

²⁵ *Idem*, vol. III, pp. 91-93.

(1845) e Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1850); *viii*)- Luís Manuel de Évora Macedo (desembargador em 1827) foi juiz da Relação de Lisboa (1839); *ix* – Manuel Policarpo de Sousa da Guerra Quaresma (desembargador em 1821) foi conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (1834) e Conservador-Geral do Contrato do Tabaco (1834).

Considerações finais

A análise sobre a carreira e os ofícios desempenhados pelos desembargadores nomeados entre 1820 e 1834 foi feita ao longo do texto pelo que importa, agora, fazermos considerações finais sobre os seus desempenhos políticos na instauração do liberalismo.

A primeira linha de força a retirar diz respeito à forte participação dos desembargadores no processo de implantação do regime constitucional, da mesma forma como já se tinham destacado durante o regime corporativo e na fase final do Antigo Regime. Ao invés de optarem por uma cristalização política, contribuíram de forma activa para a mudança do regime e adaptaram-se à nova situação fazendo valer os seus conhecimentos e saberes.

Embora o modelo de reprodução se tenha mantido²⁶, não restam dúvidas de que o aspecto mais importante que caracteriza os desembargadores foi o facto de tendo sido, justamente, uma das elites mais emblemáticas da monarquia absoluta acabaram por ser, também, uma das elites emergentes do regime constitucional onde alcançaram lugares políticos e honras semelhantes às que tinham usufruído no passado. Se durante o período pombalino se distinguiram como actores políticos reformistas²⁷ fazendo parte da rede das «criaturas» mais dinâmicas e leais ao marquês, e continuaram a ser imprescindíveis no governo mariano-joanino, a revolução de 1820 não os afastou da área do poder. O processo constitucional teve, novamente, a sua marca política, fornecendo os fundamentos teóricos ao novo regime, contribuindo para a qualidade dos trabalhos parlamentares e para a produção legislativa, quer nas Cortes Constitucionais e Ordinárias (1821-1823), como na primeira legislatura da Carta Constitucional (1826-1828) e, mais tarde, na câmara dos deputados e na câmara dos pares. Foram secretários e presidentes destas câmaras, conselheiros de Estado, ministros, presidentes e juizes nos novos tribunais de Relação, directores e administradores de novos organismos. Pontuaram no poder legislativo, executivo, judicial e moderador, numa clara e inequívoca demonstração da proeminência dos seus estatutos políticos e sociais, agora ao serviço da construção do Estado liberal.

²⁶ Ver, sobretudo, Nuno Camarinhas *Les Juristes Portugais de l' Ancien Regime (xvii-e-xviii-e siècles)*, Paris, *op. cit.*

²⁷ Sobre a governamentalização dos tribunais ver José Subtil, *O Terramoto Político (1750-1759)*, Lisboa, Edial, 2008.

ORIENTAÇÕES GERAIS

1 – Os núcleos documentais usados para a elaboração do dicionário foram os índices das chancelarias régias (desde D. João IV a D. Maria II), o Registo Geral de Mercês, a Leitura de Bacharéis e as Habilitações da Ordem de Cristo, pertencentes ao Arquivo Nacional Torre do Tombo, e o Memorial de Ministros¹, à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal.

2 – Optou-se por dividir o dicionário em duas partes: uma referente aos desembargadores nomeados entre 1640 e 1819 e outra para os nomeados entre 1820 e 1834.

3 – Os desembargadores que estiveram em funções desde a Restauração mas que foram nomeados antes de 1640 estão assinalados com um * asterisco.

4 – As entradas estão ordenadas alfabeticamente pelo nome próprio;

5 – A informação de cada verbete inclui o nome ou outros nomes utilizados pelo desembargador, grau académico, data de nascimento, naturalidade, nome do pai, naturalidade do pai, nome da mãe, naturalidade da mãe, nome do avô paterno, naturalidade do avô paterno, nome da avó paterna, naturalidade da avó paterna, nome do avô materno, naturalidade do avô materno, nome da avó materna, naturalidade da avó materna, ofícios desempenhados ordenados cronologicamente, atribuição de mercês e observações complementares.

6 – Foi actualizada a grafia para uniformizar os termos utilizados, incluindo topónimos e patronímicos. Excepção feita às citações no campo das observações onde se optou por manter a ortografia e gramática originais.

7 – Abreviaturas: LB (Leitura de Bacharéis); MM (Memorial de Ministros)

8 – O índice onomástico permite a consulta de cada verbete.

Odete Pereira

¹ *Memorial de Ministros. Cathalogo Alfabético dos Ministros de Letras que servirão nestes Reynos de Portugal e Algarve, seus Domínios, e Conquistas Ultramarinas, Relações e Tribunais, como nelle se adverte. Dos mais antigos até o presente de que se descobrio a noticia mais exacta* (1723-1763), Frei Luís de São Bento, (códice n.º 1077); *Memorial de menistros: mapa genérico em que se expõem os nomes dos que tem havido neste Reyno e suas conquistas*, (1756-1760), Frei Luís de São Bento, (códices n.ºs 1078 e 1079); *Ministros, antes de 1802*, Frei Luís de São Bento, (códices n.ºs 1073 a 1076).

I PARTE DO DICIONÁRIO

OS DESEMBARGADORES ENTRE 1640 E 1819

Acúrcio José de Magalhães (Doutor), natural de Coimbra, filho de Domingos de Magalhães e de Micaela de Sousa.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (25 de Fevereiro de 1745), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar (28 de Julho de 1745). Recebeu carta de doação da terça em fazendas no valor de 6000 cruzados que lhe fez sua mãe D. Maria Micaela de Sousa (20 de Novembro de 1733).

Observações: Não refere a idade. Morreu no mar, voltando da Baía para Desembargador do Porto (MM).

Adrião da Costa e Sousa (Licenciado).

Foi **Ouvidor de Castelo Rodrigo** (1638); **Juiz de Fora de Moura** (1640), alvará de Juiz de Fora de Moura por três anos (14 de Abril de 1642); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Esgueira** (alvará de 13 de Janeiro de 1648); **Juiz de Fora de Coimbra** (1649); **Conservador da Universidade de Coimbra** por três anos (carta de 19 de Setembro de 1653); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de 4 de Outubro de 1669). Recebeu alvará de promessa de 16\$000 réis de pensão em comenda da Ordem de Cristo com hábito respectivo (10 de Julho de 1653).

Adrião Pereira Forjaz Sampaio (Bacharel em leis), natural de Coimbra, nascido em 1776, filho de Diogo Pereira Forjaz de Sampaio (natural de Coimbra) e de Joaquina Máxima Pereira Frazão, neto paterno de Adrião Pereira de Sampaio e Mariana de Amorim Pessoa (naturais de Coimbra), e neto materno de Baltazar Jacinto Pires Frazão e Cecília Micaela Pereira da Costa (naturais de Coimbra).

Foi **Juiz de Fora do Fundão** (carta de 16 de Maio de 1800); **Juiz do cível** (carta de 4 de Outubro de 1804); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de hábito de Cristo de 18 de Junho de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Abril de 1807). Recebeu carta de hábito de Cristo de 12\$000 réis de tença (16 de Julho de 1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1799. O seu pai foi capitão-mor e morador em Tentúgal na quinta do Cedro. O habilitante era irmão do Desembargador José Maria Pereira Forjás de Sampaio, que tinha um filho com o mesmo nome do habilitante. Os seus avós paternos foram moradores na quinta da Peiria, no termo da cidade de Coimbra (LB).

Afonso Botelho (bacharel em leis), natural de Torre de Moncorvo, filho de Lourenço Botelho e de Bárbara Peres da Silva (natural de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Santarém** (posse a 1 de Julho de 1624); **Desembargador da Relação do Porto** (16 de Fevereiro de 1641); **Juiz dos Despachos da Mesa do Negócio das Contas do Reino** (alvará de 4 de Agosto de 1641); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Setembro de 1642); **Provedor de Torres Vedras** (alvará); **Provedor de Viana** (alvará). Recebeu carta de padrão de 10\$000 réis de tença cada ano (30 de Agosto de 1649), carta de cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo (29 de Setembro de 1657), carta de propriedade do ofício de Meirinho guardador e mediador do Paúl de Asseca, e alvará para Juiz de uma causa.

Observações: O seu pai foi moço da Câmara da Rainha D. Catarina e do Rei D. Sebastião, e ainda capitão-de-mar-e-guerra de uma nau da Índia (LB).

Afonso Botelho Soutomaior (Doutor), natural de Torre de Moncorvo, filho de Manuel Botelho Peres e de Leonor de Soutomaior (natural de Faro), neto materno de Pedro Camacho de Cordovil (natural de Loulé) e Guiomar Vieira Soutomaior (natural de Faro).

Foi **Juiz de Fora de Vouzela** (de 1662 a 1665); **Provedor de Viana; Desembargador da Relação do Porto** (carta com posse a 17 de Maio de 1683); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1685); **Juiz da Chancelaria** (carta de 8 de Janeiro de 1690); **Juiz do cível de Lisboa** (carta de 23 de Agosto de 1700), alvará de ordenado como Juiz do cível (18 de Setembro de 1700); **Corregedor do cível de Lisboa; Conselheiro da Fazenda** (carta de 4 de Junho de 1705); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 21 de Dezembro de 1705); **Chanceler das três Ordens Militares; Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo (29 de Agosto de 1705), e alvará de 4\$000 réis para escrivanhinha (23 de Fevereiro de 1706).

Observações: O seu pai foi capitão de Infantaria e governador do Castelo de Freixo de Espada à Cinta. Leonor de Soutomaior era segunda mulher de seu pai. O habilitante casou-se com Francisca Teresa de Almeida, filha do Doutor Manuel Correia Freire e de sua segunda mulher Margarida de Abrada (LB).

Afonso de Faro (D.) (Bacharel), nascido em 1604, natural de Lisboa, filho de Francisco de Faro (primeiro conde do Vimeiro) e de Maria Ana da Guerra e Sousa (condessa), neto paterno de D. Francisco Luís de Faro e Guiomar de Castro, e neto materno de Pedro Lopes de Sousa e Antónia da Guerra.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 18 de Outubro de 1642); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará acrescentando-lhe 150\$000 réis que tinha como Desembargador da Casa da Suplicação de 20 de Junho de 1664). Recebeu alvará de administração do Morgado de Alcoentre (24 de Julho de 1645), e alvará de mais quatro anos depois da sua morte para servir as dívidas à Coroa (17 de Janeiro de 1674).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1640. Serviu de Deputado do Santo Ofício na cidade de Coimbra. Os avós e pais são todos fidalgos. O seu avô materno era senhor de Alcoentre e das capitânias de Santa Ana e S. Vicente no Brasil, e foi embaixador do Rei D. Sebastião a Castela. O habilitante foi cônego doutoral da Sé do Porto. «*Em 12 de Julho de 1644 se assinou com vinte e nove companheiros desembargadores da mesma caza [Suplicação] na representação que todos fizeram ao Senhor Rey D. Joam IV appondo-se ao favor que o dito Monarcha tinha feito ao Doutor Francisco Velasco de Gouveia de hum lugar de Desembargador da mesma caza da Supplicação [...]*». Morreu a 30 de Novembro de 1673 (MM).

Afonso Manuel de Meneses (D.) (Bacharel em cânones), também *Afonso Magalhães de Meneses*, natural de Santa Maria de Avanca na Comarca da Feira, filho de João Manuel de Meneses (natural de Vila da Barca) e de Maria da Silva (natural do lugar de Agueiros da freguesia de Santa Maria da Avanca), neto paterno de D. Afonso de Meneses e Joana Manuel (naturais de Vila da Barca), e neto materno de André da Silva (natural de S. João do Loureiro perto de Santa Maria da Avanca) e Domingas de Basto (natural de Santa Maria da Avanca).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Agosto de 1703); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Novembro de 1704); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Junho de 1710), alvará aposentando-o do lugar de Desembargador (2 de Janeiro de 1753), alvará de ordenado de 528\$000 réis (12 de Março de 1753); **Deputado** (alvará aposentando-o no lugar de 2 de Janeiro de 1743). Recebeu alvará de fidalgo capelão (6 de Março de 1706), alvará de vestiária de 2\$375 réis como fidalgo capelão da Casa Real (29 de Março de 1707), verba de 40\$000 réis de juro (14 de Setembro de 1715), padrão de 40\$000 réis de juro no rendimento dos direitos do sal de Setúbal (9 de Outubro de 1715), provisão ao Visconde de Ponte de Lima para sub-rogar com o sobredito um prazo em Benfica pertencente ao Morgado de Santa Ana instituído pelo Manuel Pedro das leis por cinco olivais no Sobral (2 de Setembro de 1716), e

alvará do senhorio das terras de Nóbrega e Souto de Rebordões com renda e privilégio (2 de Abril de 1740).

Observações: Foi baptizado a 2 de Outubro de 1672. Era filho ilegítimo. O seu pai era senhor de Vila da Barca na Província do Minho. «*Alguns annos esteve suspenso do serviço Regio e se retirou da Corte para huma quinta sua junto a Sete Rios. No anno de 1752 lhe fez mercê o Fidelissimo Rey nosso Senhor D. José I de hum lugar de Desembargador do Passo aposentando-o no mesmo lugar que lhe conferio.*» Foi moço fidalgo e cavaleiro da Ordem de Cristo e, seguindo a vida eclesiástica, foi Arcediago na Sé de Braga e Deputado das Inquirições de Coimbra e de Lisboa (MM). Leitura de Bacharel em 1703, sendo os seus pais e avós «*lavradores limpos e honrados*» (LB).

Afonso Rodrigues Bernardo (Bacharel), nascido em 1675, natural de Alcobça, filho de Diodoro Nunes Bernardo e de Margarida de Sampaio. Foi **Ouvidor de Cabo Verde**; **Desembargador da Relação da Baía** (15 de Março de 1719), posse (27 de Julho de 1719).

Observações: Foi casado com Isabel Teresa da Rocha Pimentel, e foi cunhado de Gonçalo Francisco da Costa Soutomaior. Tornado ao Reino, faleceu com bastante indigência na casa onde nascera na Quinta do Cabo, em Évora de Alcobça (MM).

Afonso Silva (Doutor; graduado em leis e com borla doutoral), também *Afonso Silva de Almeida*, natural do lugar da Mouta da freguesia de Santiago na Comarca da Esgueira, filho de Roque da Costa da Silva e de Isabel da Encarnação de Avelar, neto paterno de António da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** (17 de Fevereiro de 1734), provisão de licença para se ausentar do dito lugar por tempo de dois meses (30 de Agosto de 1736); **Provedor de Leiria** (provisão de licença para estar ausente do lugar de 15 de Outubro de 1744); **Provedor de Lamego** com predicamento de primeiro Banco (15 de Junho de 1748); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Março de 1758); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Abril de 1765), alvará de aposentadoria na Casa dos Agravos (14 de Junho de 1774). Recebeu padrão de 30\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino (22 de Abril de 1722), provisão para nomear comissário no officio de Provedor dos Marachões e do Campo de Coimbra de que era proprietário (5 de Julho de 1757), alvará para renunciar em Manuel Vieira da Silva a tença de 18\$000 réis (15 de Junho de 1759), provisão de Provedor dos Marachões e do Campo de Coimbra (6 de Fevereiro de 1770), e provisão para sub-rogar (com sua mulher) com o conde de Bobadela uma

terra por outras tudo no termo de Sintra (26 de Agosto de 1772).

Observações: Foi irmão do bacharel António da Silva de Almeida. O habilitante e seu pai foram ambos cavaleiros fidalgos da Casa Real (MM). «*El Rey Nosso Senhor tendo respeito aos serviços do Doutor Affonso da Silva [...] feitos por espaço de 13 annos e meses e 23 dias no lugar de Provedor dos Marachões e Valles do Rio do Mondego e no de Juiz de fora da vila de Torres Vedras continuados desde 25 de Outubro de 1727 athe 17 de Fevereiro de 1741 de que deo boa residencia [...]. No tempo que serviu de Provedor dos Marachões fez huã [...] geral reforma nos tombos da dita Provedoria tirando muitas confuzões que se achavão nos assentos antigos pondo em melhor ordem as acerbas dos mesmos tombos [...]. E a pertencelhe por sentença do Juizo das Justificações do Reyno a acção dos serviços do dito seu Pay Roque da Costa e Silva cavaleiro fidalgo da sua Casa, filho de António da Silva e natural do lugar da Motta e grades no emprego de Medico da cidade de Angra Ilha Terceira por espaço de sinco annos de Setembro de 1702, athe outro tal mes de 1707 acudindo neste tempo não só gratuitamente aos pobres e nos hospitaes mas aos soldados do prezidio e aos que chegavão das fragatas reaes duentes [...] na mesma forma na continua e perigosa assistencia que fes na mesma cidade em huã epidimia de febres maliguas que continuou nos annos de 1705 e 1706 havendo se com grande zello caridade e acerto e voltando para esta Corte servir nella por medico da Mizericordia que exercitou 2 annos 8 meses e 12 dias e do hospital real de Todos os Santos 23 annos e des meses continuado o dito serviço de 18 de Outubro de 1710 athe 24 de Abril de 1737 em que falleço servindo no mesmo tempo 19 annos e 6 meses de médico da Casa Real des annos 6 meses e 26 dias de médico das mercearias e hospitaes do Senhor Rey D. Affonço 16 annos hum mes e 20 dias, dos carceres do Santo Officio da Inquisição desta Corte 12 annos 9 meses e 12 dias, do Real Collegio dos cathecumenos des annos 2 meses e 18 dias da do serenissimo Senhor Infante D. António: Nos meses de Março, Abril e Mayo de 1711 havendo hua grande constituição de febres epidemicas malignas contagiosas nas cadeas assim da Corte como da cidade reduzindose estas a enfermarias por ser grande o número dos doentes e não poder o medico do partido do Limoeiro acudir a ellas se lhe encomendar quizesse acudir ao curativo dos doentes do Limoeiro o que fes curando mais de trezentas pessoas usando de tão bom methodo e com tal felicidade que lhe não morrerão mais que quatro pessoas expondo se ao risco do contagio com a mais louvavel caridade e amor de Deos assistindo todos os dias sem interesse algum: Sendo Medico da casa do mesmo senhor que servio athe fallecer [...] com toda a satisfação e boa assistencia aos doentes e toda a mais familia da dita Casa indo todas as vezes que era necessario de noite e de dia por ser chamado mais vezes que os outros medicos sem que pela dita assistencia levesse couza alguma aos seus enfermos e na mesma forma assistir aos creados do mesmo senhor e nos das cavallarias e ser admitido a tomar semana com os Medicos da Camara na assistencia do senhor Infante D. Carlos que está em gloria assistindo de dia e de noite ao dito senhor assim [...] como fora da Corte hir a Villa de Mafra por tres vezes como Medico do Hospital Real [...].» O seu avô materno também foi cirurgião (LB).*

Afonso Soares da Fonseca (Bacharel), natural de Moura.

Foi **Corregedor de Guimarães** (mercê de 3 de Março de 1638); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Novembro de 1653).

Afonso Teixeira Mendonça (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (mercê do cargo de 6 de Agosto de 1661); **Corregedor de Guimarães** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê do primeiro lugar de 10 de Junho de 1677); **Provedor de Viseu** (alvará); **Ouvidor de Coimbra** (8 de Abril de 1698). Recebeu alvará para usar beca.

Agostinho Álvares da Silva (Bacharel em cânones), também **Agostinho Alves da Silva**, nascido em 1728, natural de Coura no concelho de Barcelos, filho de João Álvares Cerqueira e de Ana Álvares da Silva (naturais de Monte Redondo no termo de Arcos de Valdevez), neto paterno de Gonçalo Cerqueira e Domingas Gonçalves, e neto materno de Domingos Leal e Anastácia Álvares da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Caminha** (19 de Janeiro de 1757); **Superintendente do tabaco do Algarve** (carta de 13 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Relação da Baía** com posse de um lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Julho de 1770), carta de Desembargador da Relação do Porto; **Juiz Conservador da Casa da Moeda da Baía** (provisão de 22 de Agosto de 1770); **Conservador do sal na Baía** (provisão de 12 de Setembro de 1770). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (30 de Julho de 1770).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1755. Os pais e avós eram abundantes de bens (LB).

Agostinho de Azevedo Monteiro (Bacharel), nascido em 1671, natural de Lisboa, filho de Baltazar Ramaças Castelo Branco e de Leonor de Azevedo de Vasconcelos.

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** (provisão de 29 de Outubro de 1699); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 23 de Março de 1708). Recebeu provisão para intentar acções cíveis contra Manuel Nunes Viana perante o Ouvidor-Geral da Baía (6 de Abril de 1717), provisão de prorrogação por mais um ano para o mesmo efeito (7 de Abril de 1718), e provisão para que o Juiz de Fora de Ponte de Lima tome conhecimento da causa de que o dito trata (10 de Outubro de 1730).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 2 de Novembro de 1722 (HOC).

Agostinho de Azevedo Monteiro (Bacharel). Foi **Juiz de Fora de Arronches; Corregedor de Tomar** (carta de 9 de Junho de 1651); **Desembargador do Brasil** (carta de 2 de Abril de 1659); **Chanceler da Relação da Baía**.

Observações: Foi Advogado da Câmara de Moura. Faleceu enquanto Chanceler da Baía (MM).

Agostinho Bernardo Delgado Pinto (Bacharel), nascido em 1761, natural de Mirandela, filho de António Delgado Leite e de Catarina Antónia Pinto de Sampaio.

Foi **Juiz de Fora e Juiz dos órfãos de Chaves** (depois de 1789); **Ouidor de Moçambique** com o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Novembro de 1806); **Juiz da alfândega de Moçambique** (carta de 12 de Janeiro de 1807).

Agostinho Félix Santos Capelo (Bacharel), nascido em 1706, natural de Idanha-a-Velha em Castelo Branco, filho de Bartolomeu Gonçalves Capelo e de Maria dos Santos.

Foi **Juiz de Fora de Silves** (depois de 1732); **Provedor de Sergipe de El-Rei** (carta de 2 de Janeiro de 1739); **Ouidor-Geral de Sergipe de El-Rei** (carta de 2 de Janeiro de 1739); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 15 de Janeiro de 1747), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar (19 de Abril de 1747); **Juiz das Causas dos Cativos da Relação da Baía** (carta de 24 de Outubro de 1749); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** que foi criar (1752). Recebeu carta do privilégio de Desembargador (5 de Agosto de 1748), e carta de padrão de 28\$000 réis de tença (18 de Janeiro de 1757).

Observações: Foi familiar do Santo Ofício (28 de Abril de 1753) (MM).

Agostinho Góis Ribeiro (Bacharel), natural de Leiria, filho de Inácio Ribeiro da Costa (natural de Pederneira) e de Maria Gomes da Rosa, neto paterno de Manuel Ribeiro e Maria Jorge, e neto materno de Agostinho de Góis (natural de Leiria) e Luísa Gomes.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Junho de 1689); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Corregedor do crime da Corte** (carta); **Provedor da alfândega de Lisboa** (alvará); **Conselheiro da Fazenda Real** (carta de 18 de Junho de 1707); **Conselheiro da Fazenda** (carta de um lugar ordinário do Conselho da Fazenda com 300\$000 réis de 18 de Junho de 1707);

Conselheiro (carta de título de Conselho com todas as honras e privilégios de 27 de Agosto de 1708). Recebeu carta de mercê de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (8 de Novembro de 1691), alvará de mercê de beca, padrão de 28\$000 réis de tença (3 de Novembro de 1694), alvará de administração de certos bens do próprio, alvará de fidalgo cavaleiro da Casa Real com 2\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (16 de Abril de 1707), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença efectiva em sua vida com o hábito de Cristo (12 de Outubro de 1715).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1681. O pai foi Desembargador e familiar do Santo Ofício «[...] o seu pai é cidadão desta cidade a onde tem servido por varias vezes os officios de almotacer, procurador do Conselho e escrivão da misericordia e nas demais confrarias e irmandades que há nesta cidade, no lugar em que entram e servem os homens nobres [...]». O avô materno era Alcaide dos cárceres do Santo Ofício (LB).

Agostinho Luís Ribeiro Vieira (Bacharel), nascido em 1714, natural de Vieira em Guimarães, filho de Domingos Ribeiro e de Catarina Luís. Foi **Juiz de Fora de Itú** (carta de 5 de Dezembro de 1740); **Provedor de Itú** durante o tempo que servisse como Juiz de Fora (carta de 16 de Janeiro de 1741); **Ouidor de Goiás** (carta de 10 de Novembro de 1747); **Provedor de Goiás** durante o tempo que servisse como Ouidor (carta de 11 de Novembro de 1747); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (1752). Recebeu provisão para jurar na Chancelaria por procurador (10 de Novembro de 1747).

Observações: Quase cegou mas permaneceu no Brasil por conselho médico. Acabou por vir preso para o Limoeiro (MM).

Agostinho de Novais Campos (bacharel em leis), nascido em 1714, natural da freguesia de Santa Maria Madalena em Lisboa, filho de José de Campos (natural da freguesia de S. Martinho do Couto de Moreira de Reis na Comarca de Guimarães) e de Joana Maria Antónia (natural de Lisboa), neto paterno de Sebastião Gonçalves e Ângela de Novais (naturais do couto de Moreira de Reis), e neto materno de António Jorge do Pego (natural dos Olivais) e Margarida de Paiva (natural da freguesia de Santa Maria Madalena em Lisboa).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Dezembro de 1752), Desembargador ordinário e titular da Relação do Porto tomando posse pelo seu procurador o Desembargador José Alberto Leitão (21 de Janeiro de 1753); **Desembargador da**

Casa da Suplicação (carta de 24 de Março de 1754); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Abril de 1765). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Novembro de 1756).

Observações: Os pais do suplicante foram moradores em Lisboa na rua da Confeitaria; os seus avós maternos foram moradores em Lisboa na freguesia da Basílica de Santa Maria (informação de 1754). «[...] o Pay nos seus principios teve Loge de Merciaria na confeitaria, administrada por seus caixeiros, e depois foi homem de negocio que se tratava com toda a estimação pelos cabedais que possuia, a avo paterna vivia de sua agencia por ser pobre, e o avo materno vivia de negocio que fazia e dos lucros de suas Logeas de legumes à Mezericordia em que tinha caixeiros, a may, e avo materna mulheres de segunda condição [...] El Rey Nosso Senhor tendo respeito aos serviços do Doutor Agostinho de Novaes Campos [...] obrados na mesma Universidade por espaço de vinte e dous annos continuados de dezoito de Junho de mil setecentos e trinta, em que tomou o grau de Doutor na faculdade de canones até vinte e nove de agosto de mil setecentos e cincoenta e dous: e no decurso do referido tempo servio a Universidade com as obrigações de oppozitor ás cadeiras, substituindo a de Direito em que tomou juramento, e em lente condutario, servindo tambem de vice Conservador da Universidade, de Vereador da cidade de Coimbra por tempo de hum anno, a de Deputado e Conselheiro [...] dispensa-o de mecânica». Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1753. Foi lente de cânones na Universidade de Coimbra, e colegial do Colégio Pontifício de S. Pedro (LB).

Agostinho de Oliveira Rebelo (Doutor), filho de Matias de Oliveira.

Foi **Juiz de Fora da Chamusca** (26 de Novembro de 1656), reconduzido no mesmo lugar (até 1667); **Corregedor de Lagos** (carta); **Provedor de Évora** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Feitor e Aicaide-mor da vila de Baçaim** (carta); **Vereador do Senado de Lisboa** (alvará). Recebeu alvará de beca de Desembargador (26 de Julho de 1684), e alvará de renúncia de cargo.

Alberto Pais de Machado (Bacharel; Licenciado).

Foi **Juiz de Fora de Pinhel** (alvará para que possa em todas as cidades, vilas e lugares do Reino, por mando Real, exercer o seu officio de 25 de Abril de 1641), carta de restituição do cargo de Juiz de Fora de Pinhel (25 de Abril de 1641), alvará de renúncia do officio de Juiz de Fora de Pinhel em pessoa apta (8 de Outubro de 1645); **Alcaide de Lisboa** (alvará de 22 de Maio de 1641); **Corregedor da Comarca de Bragança** por três anos (carta de 31 de Maio de 1645); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Abril de 1649). Recebeu

alvará de cavaleiro com o hábito de Cristo (25 de Abril de 1641).

Alexandre Barbosa de Albuquerque (Bacharel em cânones), nascido em 1751, natural da freguesia da Sé no Porto, filho de António Barbosa de Albuquerque e de Joana Maria de Jesus, neto paterno de Cristóvão Barbosa e Madalena da Conceição, e neto materno de José da Costa Souto e Teresa de Jesus (todos naturais do Porto).

Foi **Corregedor do Bairro de Belém** (carta de 18 de Abril de 1795); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1800); **Corregedor do crime do Bairro de Belém** (carta de 18 de Abril de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 13 de Janeiro de 1816); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar ordinário de 24 de Novembro de 1817); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (provisão para tomar posse do lugar de 3 de Dezembro de 1817); **Desembargador ordinário da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de aposentado em 3 de Agosto de 1821); **Conselheiro** (carta de título de 4 de Setembro de 1821), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria ao transitar de carta do título de Conselho (20 de Dezembro de 1821); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (provisão para tomar posse do lugar de 17 de Janeiro de 1826). Recebeu carta de compra do domínio directo dos campos de Piançais no concelho de Vieira (22 de Fevereiro de 1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1777. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O pai foi advogado na Relação do Porto e condecorado com o hábito de Cristo. O seu avô paterno foi Capitão e o materno foi negociante de negócio avultado, ficando por sua morte uma opulenta herança. O habilitado é cunhado do Desembargador José Vieira de Azevedo (LB).

Alexandre Botelho Morais (bacharel em leis), natural de Torre de Moncorvo, filho de Francisco Botelho de Morais e de Brites de Vasconcelos Saraiva, neto materno de António do Amaral e Brites de Vasconcelos Saraiva.

Foi **Juiz de Fora de Barcelos** (1695); **Juiz de Fora da Covilhã** (1698); **Provedor de Guimarães** (1704); **Desembargador da Relação da Baía** com posse na Relação do Porto (18 de Fevereiro de 1709); **Ouvidor do cível da Relação da Baía** (carta de 9 de Março de 1711); **Superintendente do regimento e arrecadação do tabaco da Capitania de Baía** (alvará de 9 de Outubro de 1714); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Novembro de 1716); **Desem-**

bargador Agravista da Relação do Porto (carta de 24 de Setembro de 1718); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Novembro de 1725); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Março de 1732). **Observações:** Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1692. O pai era capitão-mor de Torre de Moncorvo, bem como seu avó materno mas de Freixo de Numão. Quando voltou da Baía, onde esteve sete anos, o habilitante tomou posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto. Casou no ano de 1690 com Filipa Antónia de Mello, filha do Doutor António de Almada (natural de Lisboa, cavaleiro da Ordem de Cristo e Corregedor de Torre de Moncorvo), e de Genelva de Luís e Mello (natural da quinta de Vila Franca em Viana na Foz do Lima) (LB).

Alexandre Duarte de Carvalho (Bacharel em cânones), nascido em Fevereiro de 1687, natural de Mancelos no concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega da Comarca de Guimarães, filho de Manuel Francisco e de Ângela Duarte. Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (posse a 7 de Dezembro de 1723); **Juiz de Fora de Viana** (carta de 23 de Maio de 1730); **Ouidor de Braga** na vacante de Rui de Moura Teles (1734); **Superintendente dos descaminhos do tabaco da Província do Minho** (carta do ofício de 30 de Maio de 1739); **Provedor da Comarca de Viana** (carta de 29 de Abril de 1747); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de 19 de Junho de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Maio de 1754).

Observações: Seguiu a prática de advocacia na cidade do Porto até 1723, ano em que realizou a sua Leitura de Bacharel. Faleceu na cidade do Porto no ano de 1755. Casou-se com Isabel de Oliveira Abreu e Magalhães, filha de José de Oliveira Bernardes e de Maria de Azevedo e Magalhães, em 1708, na freguesia de Salvador de João no termo de Barcelos (LB).

Alexandre Ferreira (bacharel em leis), nascido a 4 de Outubro de 1664, natural do Porto, filho de Inácio Ferreira e de Maria Ferreira, neto paterno de Amaro Gonçalves e Ana Ferreira, e neto materno de Pedro Vieira e Maria Ferreira (todos naturais do Porto).

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1704); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Maio de 1708); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Outubro de 1715); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de mercê de um lugar de 16 de Abril de 1725). Recebeu carta de sesmaria de terra no Maranhão.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1681. Em 1725 tinha mais de 50 anos. «[...] seu Pay e avo paterno forão

mercadores de livros [...] que o avo materno tivera loge de varios generos em que não assestira, nem vendera por si, mas já tinha hum criado e criada que vendião [...]» (HOC). Foi admitido para a beca de colegial do Real Colégio de S. Paulo tomando posse em 30 de Novembro de 1694, e depois de seis anos foi lente de Instituta, em cujo magistério ocupou o lugar de Desembargador da Relação do Porto, tomando posse a 30 de Abril de 1705, e para os agravos a 28 de Agosto de 1705. Passou para a Casa da Suplicação de que tomou posse em 13 de Março de 1708. Foi Contador do Mestrado de Aviz, adjunto da Assessoria de Guerra, Juiz adjunto da inconfidência, Procurador da Casa do Infantado, Juiz das causas dos cativos e da Junta da Assembleia do Grão Privado do Crato. Foi nomeado, no ano de 1726, Secretário da embaixada com que foi a Madrid em Fevereiro de 1727 e, recolhendo-se à Corte, foi nomeado académico dos da Academia Real. Foi fidalgo da Casa Real. Morreu a 9 de Dezembro de 1737 com 73 anos de idade (MM).

Alexandre José Ferreira Castelo (Bacharel; Licenciado por exame privado em leis), natural de Lisboa, filho de Joaquim Inácio Ferreira da Rocha e de Maria Antónia Joaquina de Almeida, neto paterno de Alexandre Ferreira (natural do Porto) e Joana Maria Teresa (natural de Loures), e neto materno de António Martins de Almeida (natural de Beja) e Teresa Maria da Cruz (natural de Lisboa).

Foi **Provedor dos órfãos de Lisboa** (carta de 9 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Maio de 1770); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Maio de 1774); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 9 de Maio de 1779); **Ouidor dos Agravos da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Agosto de 1783); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1789); **Escrivão do cível da Corte** (alvará de 22 de Outubro de 1789), alvará para nomear serventuário no ofício de Escrivão do cível da Corte (12 de Agosto de 1790), alvará para poder renunciar o ofício de Escrivão do cível da Corte (20 de Agosto de 1805); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 29 de Agosto de 1790); **Juiz das Falsidades** (1791); **Conselheiro** de sua Majestade (carta do título de 13 de Agosto de 1793); **Desembargador na Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 23 de Dezembro de 1793); **Deputado** (carta de 16 de Abril de 1795). Recebeu provisão para ser administrador da casa de D. Brás José Batalha da Piedade da Silveira (12 de Novembro de 1778), provisão para hipotecar o seu morgado (11 de Janeiro de 1779), alvará de acrescentamento de foro (12 de Abril de 1790), carta de profissão do hábito de Cristo (24 de Janeiro de 1791), alvará da comenda de S. Miguel do Bugalhal (12 de

Abril de 1791), e carta da comenda de S. Miguel de Bugalhal em duas vidas (18 de Agosto de 1791).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1763. O seu pai faleceu sendo ministro da Casa da Suplicação, antes, portanto, desta habilitação se ter realizado, e tanto ele como seu pai, Alexandre Ferreira, foram Desembargadores. O habilitante, posteriormente a esta data, casou-se com Ana Dezidéria Rita da Costa. O seu avô materno, que foi familiar do Santo Ofício, era filho de João Lopes, natural de Beja, e de Antónia de Almeida, e irmão de João Martins de Almeida e José de Almeida, sendo este último prior da Igreja da Madalena em Lisboa. António Martins de Almeida ainda era vivo na altura em que este seu neto fez a habilitação, e morava numa quinta em Odivelas. Veio de Beja para Lisboa em tenra idade, onde viveu com grande abundância de suas fazendas. Era irmão de José Cardoso Ferreira Castelo, doutor, Conselheiro e Deputado da Mesa da Consciência e Ordens. «[...] *he Netto pella parte paterna do Dezembargador Alexandre Ferreira, a quem elle testemunha não conheceo, mas consta-lhe ser natural da cidade do Porto, o qual depois de ter sido occupado em secretário da Embaixada dos Fillicissimos cazamentos do Senhor Rey D. Jose e da Senhora D. Maria Barbosa [...] na Corte de Madrid, veyo depois a ocupar o lugar de Deputado da meza da Consciencia e Ordens, com que faleceu [...] que he Netto pella parte paterna de Alexandre Ferreira; que foi ser Mestre na Universidade e Dezembargador dos Aggravos da Caza da Suplicação e depois que veio de Hespanha por ocasião da Embaixada dos casamentos do Rey D. José foi Deputado da Meza da Consciencia e Ordens dando se lhe as honras de Dezembargador do Paço [...] o pai do habilitante foi fidalgo da Casa Real [...] D. Joana Maria Thereza e supposto que elle testemunha a não conhecese, contudo sabe, por lhe constar que esta hera irmã do Dezembargador do Paço José Cardozo Castello e do Arcebispo de Lacedemonia D. João Cardozo Castello. [...] sabe que o dito António Martins de Almeida he Avoo materno do habilitando Alexandre José Ferreira Castello Fidalgo da Caza de sua Majestade e corregedor do crime da Corte e Caza o qual sempre ouvira dizer que fora baptizado na Igreja de São Salvador da cidade de Beja e sendo Proprietario de hum dos officos de escrivão do cível da Corte serviu outro que tinha na Caza da Moeda da Thezoureiro do Ouro e prata em barra, e se tratou na sua carruagem e com fatura [...]*» (informação de 1791). Pela habilitação de José Cardoso Castelo (Leitura de Bacharel em 1720), irmão da avó paterna do habilitante, Joana Matia Teresa, ficamos a saber que eram filhos de Vicente Simões e de Antónia Cardoso, netos paternos de Diogo Simões e de Maria Pedrosa, e netos maternos de Adrião Fernandes e Marta Cardoso (LB).

Alexandre José Gonçalves (Bacharel), nascido em 1772, natural de Peredo em Moncorvo, filho de José Gonçalves e de Jacinta Maria.

Foi **Juiz de Fora de Monforte do Rio Livre** (1809); **Juiz dos órfãos de Barcelos** (depois de 1812); **Corregedor de Vila Real** (carta de 16 de Outubro de 1822); **Corregedor de Torre de Moncorvo** (carta de 2 de Março de 1825); **Desembargador da Relação do Porto**.

Observações: Tinha sido nomeado Provedor de Elvas, depois do lugar de Barcelos, mas não teve efeito por se ter demitido por Portaria de 20 de Novembro de 1821 (MM).

Alexandre Metelo de Sousa e Meneses (Bacharel), também Alexandre Mitelo de Sousa e Meneses, natural de Pinhel, filho de Manuel Cardoso Metelo (natural de Pinhel) e de Bernarda Feliciano Teles de Meneses (natural de Marialva), neto paterno de Gaspar Cardoso Metelo (natural de Pinhel) e Maria Moniz de Sousa (natural de Lisboa), e neto materno de Cristóvão Ferreira de Sousa e Maria de Meneses (naturais de Marialva).

Foi **Provedor de primeira instância de Lamego** (1721); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Abril de 1725); **Conselheiro Ultramarino** (carta de 20 de Maio de 1729); **Conservador das fábricas de seda** (alvará de 20 de Maio de 1729); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 22 de Agosto de 1754).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1715. A sua avó paterna era filha de um Tabelião de notas. D. João V nomeou-o Secretário da embaixada a Madrid. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Casou em Lisboa com Luísa Leonor de Matos e Vasconcelos, irmã do tenente da guarda da rainha Diogo Botelho de Matos (LB).

Alexandre de Moura Coutinho (Bacharel), nascido em 1664, natural de Beja, filho de João de Moura Coutinho (natural de Lamego) e de Francisca de Torres (natural de Beja), neto paterno de João de Moura Coutinho e Helena Ramalho de Queirós (naturais de Lamego), e neto materno de Manuel Raposo (natural de Évora) e Catarina Moniz Vaqueira (natural de Beja).

Foi **Juiz de Fora de Arraiolos** (8 de Agosto de 1696); **Ouvidor de Vila Viçosa** (posse a 3 de Junho de 1705); **Superintendente dos descaminhos do tabaco da repartição da Província do Alentejo** com 250\$000 réis (carta de 24 de Abril de 1717); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca da cidade de Elvas** por três anos (provisão de 22 de Fevereiro de 1727); **Corregedor da Comarca de Évora** por três anos (carta de 15 de Junho de 1733); **Desembargador da Relação do Porto** aposentado (alvará de 18 de Março de 1741). Recebeu alvará de administração de capela, e alvará de aposentadoria de 260\$000 réis cada ano (12 de Novembro de 1741).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1692. Foi morador na vila de Montemor-o-Novo. O seu avô paterno foi

Desembargador e nunca casou. A sua avó paterna foi «[...] *mulher solteira que houve do dito João de Moura Coutinho o dito Bacharel João de Moura Coutinho em promeças de casamento [...]»*. O seu avô materno foi médico na cidade de Beja (LB).

Alexandre Nunes Leal de Gusmão (Bacharel em leis), natural de Cascais, filho de João Nunes Leal (natural de Colares) e de Francisca dos Santos (natural de Cascais), neto paterno de Domingos Nunes e Francisca Leal (naturais de Colares), e neto materno de Francisco Brás e Ana dos Santos (naturais de Cascais).

Foi **Juiz de Fora do Outeiro** (carta de **Ouvidor da Comarca do Rio de Janeiro** de 16 de Outubro de 1758); **Provedor da dita Comarca** (alvará de 17 de Outubro de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Abril de 1772); **Superintendente dos Tabacos do Minho** (carta de 14 de Fevereiro de 1778); **Superintendente da décima da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda e outras** (alvará vencendo a título de ajuda de custo 300\$000 réis anuais de 10 de Janeiro de 1780); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Janeiro de 1781); **Superintendente-Geral da décima das freguesias do termo da cidade de Lisboa** (alvará de 12 de Setembro de 1782); **Desembargador Extravagante da mesa dos Agravos** com exercício de Superintendente das décimas (carta de 14 de Janeiro de 1791); **Deputado da Mesa da Consistência e Ordens** (carta de 31 de Outubro de 1798); **Conselheiro** (carta de título de 10 de Fevereiro de 1801). Recebeu provisão de 150\$000 réis de ajuda de custo (17 de Outubro de 1758), padrão de 10\$000 réis de tença (22 de Junho de 1771), e provisão para conhecimento de partilha (4 de Maio de 1772).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1750. Os avós paternos foram de Colares viver para Cascais, onde o seu avô exerceu o cargo de Almojarifado do Infantado. O seu pai foi Capitão da praça de Cascais. (LB)

Alexandre Nunes Monteiro (Bacharel), natural de Vila Real, filho de Manuel César Nunes Coelho e de Ana Maria Ferreira (naturais de Vila Real), neto paterno de António Nunes Raposo e Ana Coelho, e neto materno de Luís Ferreira Monteiro e Maria José Ferreira (naturais de Vila Real).

Foi **Superintendente dos Tabacos do Minho** (4 de Fevereiro de 1778); **Desembargador da Relação de Goa** (6 de Abril de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (9 de Setembro de 1789), Desembargador Extravagante sem ordem de antiguidade (1790), carta de privilégio de Desembargador (16

de Setembro de 1793); **Ouvidor do crime** (1793); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1799), Desembargador ordinário dos Agravos (1802). Recebeu tença de 12\$000 réis de hábito de Cristo em um dos Almojarifados do Reino (16 de Maio de 1778), provisão de tença de 8\$000 réis em um dos Almojarifados do Reino (22 de Junho de 1778).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1763. «*Leu no Desembargo do Paço em 1763 onde mereceu os mais distintos assentos foi despachado para o lugar de Juiz de Fora da vila da Castanheira onde deu boa residencia à vista da qual foi depois daquele lado para o de Ouvidor da Comarca da Feira da qual também deu igual residência.*» Serviu o rei nos lugares da Casa do Infantado, de Juiz de Fora da Castanheira, e de Ouvidor da Comarca da Feira. Este suplicante faz o pedido com base no tempo de serviço que tem (Leitura de Bacharel em 1773). Em 1778 era morador no bairro dos Aciprestes. «*Attendendo á brevidade com que deve embarcar para o Estado da Índia o Bacharel Alexandre Nunes Monteiro, por se achar nomeado Dezembargador da Relaçam de Goa [...] tratando-se sempre a ley da nobreza por serem das principays daquella vila [Vila Real] vivendo todas de suas fazendas.*» (MM).

Alexandre Rebelo Leite (Bacharel).

Foi **Provedor da Comarca do Algarve** (carta de 15 de Maio de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Maio de 1800). Recebeu carta de profissão de hábito (27 de Fevereiro de 1804).

Observações: Na sua habilitação para a Ordem de Cristo (1804) vem referido que era Desembargador Agravista da Relação do Porto (HOC).

Alexandre da Silva Correia (Doutor), filho de Manuel Dias da Silva.

Foi **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (28 de Novembro de 1701); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Julho de 1710); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 20 de Maio de 1712), alvará para que tenha de ordenado 300\$000 réis como Conselheiro do Conselho Ultramarino (20 de Maio de 1712). Recebeu (com outros testamenteiros do Desembargador Agostinho de Góis Ribeiro) provisão para o tutor do menor herdeiro pagar as dívidas e encargos pelos rendimentos dos bens de raiz na falta dos bens livres (27 de Julho de 1714).

Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento (Bacharel), filho de Tomás Inácio de Moraes Sarmiento. Foi **Provedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 17 de Novembro de 1810); **Corregedor de Vila Real** com graduação de **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de recondução do lugar de 4 de

Agosto de 1817), carta de Desembargador ordinário do Porto (3 de Julho de 1821); **Juiz Conservador da Nação Britânica na cidade do Porto** (alvará de 5 de Abril de 1824). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro (9 de Junho de 1824).

Alexandre Vasconcelos Coutinho (Bacharel em cânones), natural da Guarda, filho de Pedro de Aragão e Miranda e de Clara Maria de Vasconcelos, neto paterno de Domingos Mendes de Aragão (natural de Trancoso) e Clara de Miranda (natural da Guarda), e neto materno de Ravasco de Oliveira (natural da Covilhã) e Cecília de Távora (natural da Guarda).

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** com exercício nas férias (carta de mercê de um lugar de 17 de Novembro de 1722), **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 17 de Dezembro de 1722), carta de Desembargador da Relação do Porto (2 de Janeiro de 1723), carta de um dos lugares de **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (2 de Março de 1723); **Conservador da Nação Inglesa no Porto** (alvará de serventia do cargo de 1 de Junho de 1723).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1719. Foi lente no colégio de S. Paulo, tomando posse a 29 de Julho de 1706. Morreu na cidade do Porto a 7 de Abril de 1725 (MM).

Álvaro de Faro (Bacharel).

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Setembro de 1643).

Observações: Fidalgo da Casa Real (RGM).

Álvaro Fonseca Lobo (bacharel em leis), natural da Casa do Jugadoro sita no termo de Rio Maior, filho de Bernardo Fonseca Lobo e de Madalena da Silva Almeida (natural da quinta da Granja junto a Santarém), neto materno de Manuel de Almeida.

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca** (1712); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 31 de Março de 1716); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Maio de 1725).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1710. O seu pai era senhor da quinta e Casa do Jugadoro. O seu avô materno era senhor da quinta da Granja. Recolheu-se ao estado religioso no Mosteiro da Cartuxa de Laveiras nos subúrbios de Lisboa (MM).

Álvaro Velho (Bacharel), filho de André Velho. Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** e **Ve-reador da Câmara de Lisboa** (alvará de 28 de Abril de 1643). Recebeu alvará de promessa de 30\$000 réis de pensão na comenda da Ordem de Cristo pe-

los serviços do Doutor André Velho (24 de Janeiro de 1644).

Amador António de Sousa Bernardes e Torres (Bacharel), nascido a 26 de Outubro de 1703, natural do Porto, filho de Domingos Fernandes de Sousa (natural do Porto) e de Maria Madalena Jácomo de Torres (natural de Leça de Matosinhos), neto paterno de Bartolomeu Jácomo Fernandes Vieira (natural do Porto) e Isabel Sousa (natural de Vila Nova de Gaia), e neto materno de António Lopes Torrão e Maria Jácomo Morada (natural de Leça de Matosinhos).

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (1730 e terminando o triénio esteve de fora até ao ano de 1742); **Auditor-Geral da Gente e da Guerra da Província do Alentejo e Algarve** (carta de 11 de Setembro de 1742); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 15 de Junho de 1748); carta de **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (24 de Novembro de 1749), provisão de licença por dois meses para estar ausente da Casa da Suplicação (3 de Fevereiro de 1750), provisão de licença por um mês para estar ausente do lugar (24 de Abril de 1750); **Promotor das justiças da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Abril de 1753), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (8 de Fevereiro de 1755); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 27 de Janeiro de 1762). Recebeu provisão para vestir beca (24 de Janeiro de 1743), alvará de foro de cavaleiro fidalgo (27 de Novembro de 1751), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito (20 de Fevereiro de 1762). **Observações:** Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1729. Recebeu borla doutoral na Faculdade de Direito Canónico a 16 de Julho de 1729. Casou com Ana Alberta Moniz. Ele e o seu pai eram ambos fidalgo da Casa Real e o avô materno foi capitão-mor (informação de 1762). «[...] o suplicante é irmão inteiro de Dom Inácio e Santa Tereza que foy Arcebispo de Goa, depois Bispo do Algarve [...]». Tinha ainda outro irmão chamado frei Manuel que era franciscano. «[...] que o dito Domingos Fernandes de Sousa Pay do habilitante fora cidadão do Porto, e se tratava a ley da nobreza, e que esta familia hera aparentada com a dos Torres tratando-se como tal com Ignacio de Torres que tinha nobreza, e tratamento distincto naquella cidade [Porto]» (LB).

Ambrósio Pitaluga (Bacharel), também Ambrósio Picaluga, natural da freguesia dos Mártires em Lisboa, filho de João Baptista Pitaluga (natural da freguesia de S. Paulo em Lisboa) e de Francisca Maria Teresa (natural da freguesia

de Nossa Senhora do Loreto em Lisboa), neto paterno de Ambrósio Pitaluga (natural de Milão) e Joana Maria (natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Lisboa), e neto materno de Benedito Bisso e Helena de Jesus (naturais de Génova).

Foi **Juiz de Fora de Silves**; **Juiz do crime de Santarém**; **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 19 de Novembro de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Setembro de 1789), alvará aposentando-o no lugar (28 de Março de 1803). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença em um dos Almoxarifados do Reino com o hábito de Cristo (30 de Março de 1779), carta autorizando pessoa escolástica no Rio de Janeiro para o promover no hábito de Cristo (14 de Setembro de 1779), e provisão para servir de Juiz administrador da residência de Pedroso e mais bens que a mesa da Comissão-Geral tem e possui (30 de Julho de 1791).

Observações: , morador na Rua Direita do Paço dos negros de onde embarcou para o Rio de Janeiro (informação de 1779). «*Porem que o pai e avô materno tiverão logea de capella em que vendião pessoalmente; a mai e avô materna erão mulheres de segunda condição [...] João Baptista [...] elle fazia algum negócio por sua conta, vendendo não só nesta cidade mas para fora do Reyno os mesmos generos como erão farinhas e biscoitos, o que tudo vendia por groço [...] que o dito João Baptista teve antiguamente huã logea de capelista: que a may do justificante era pessoa recolhida e todos se tratavão com decencia [...] O pay do justificante João Baptista Pitaluga [...] o qual nos seus principios teve huã logea de capella antes do terramoto, dentro do patyo da capella, e os effeitos da mesma logea erão vendidos pelos seus caxeiros [...] e depois entrou a fazer negocio em farinhas e biscoitos para o Brazil tudo por groço [...].*» O seu avô paterno veio de pouca idade para Portugal o qual foi durante alguns anos soldado da Guarda Real (LB).

* **Ambrósio de Sequeira (D.)** (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Março de 1641); carta de **Desembargador da Casa da Suplicação**; **Corregedor do cível da Corte** (carta).

Ambrósio da Silva Martins (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Gaspar Martins.

Foi **Juiz de Fora de Mértola** (carta); **Juiz de Fora de Odemira** (carta); **Provedor de Beja** (1700); **Corregedor das vilas de Faro, Beringel e Odemira da Comarca de Beja** por três anos (carta de 20 de Março de 1707); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Beja** (alvará de 23 de Maio de 1717); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias**

e **Contador de tenças e resíduos da Comarca de Santarém** por três anos (alvará de 25 de Maio de 1717); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 17 de Janeiro de 1726), carta de padrão (17 de Janeiro de 1726). Recebeu carta de hábito de Cristo (20 de Fevereiro de 1752). **Observações:** Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1693 (LB).

Anacleto José Macedo Portugal (Bacharel em cânones), natural da freguesia de S. Bartolomeu na Baía, filho de Estevão de Macedo Portugal (natural de Guimarães) e de Florinda do Nascimento (natural da Baía), neto paterno de Domingos Gomes e Domingas Silva (naturais de Guimarães), e neto materno de André Pereira de Macedo e Maria (naturais da Baía).

Foi **Juiz do crime do Bairro do Limeeiro** (carta de **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** de 4 de Maio de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Maio de 1776); **Desembargador da Casa da Suplicação** (28 de Novembro de 1783); **Conselheiro** (carta de Conselho de 2 de Junho de 1796), carta de título do Conselho de sua Majestade (2 de Julho de 1796). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares de letras do Senado da Câmara de Lisboa (8 de Outubro de 1764), carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito (23 de Junho de 1779), e padrão de 40\$000 réis de tença renunciando 28\$000 réis de tença em suas sobrinhas Ângela Maria Neves Macedo e sua irmã (2 de Dezembro de 1780).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1762. O pai do habilitado, antes de ir para a América, foi estudante, e seus avós paternos eram lavradores que cultivavam as suas próprias fazendas e nenhum deles exercitou ofício mecânico (LB).

Anastácio José da Costa e Silva (Bacharel em leis), filho de João Ferreira da Costa e de Ana Teresa do Vale, neto paterno de Carlos da Silva e Catarina Josefa de Lima, e neto materno de Francisco de Oliveira Vale e Brígida Maria.

Foi **Juiz do crime de Santa Catarina** de primeira instância (Outubro de 1759); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 26 de Abril de 1765); **Corregedor do crime do Bairro do Remolares** (carta de 22 de Agosto de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Dezembro de 1778).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1757. O suplente é familiar do Santo Officio, assim como os seus avós e pai. O seu pai foi oficial maior do Conselho da Fazenda e cunhado de Manuel de Aguiar, igualmente oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (LB).

André Cardoso Godinho (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante** (carta de 20 de Fevereiro de 1642); **Chanceler da Casa de Bragança**. Recebeu alvará de promessa de 20\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo para seu filho (24 de Maio de 1648).

Observações: Foi pai de Carlos Cardoso Godinho. Foi um dos Desembargadores que se opôs na suplicação contra o Doutor Francisco Velasco de Gouveia.

André de Carvalho da Silva (Bacharel em leis), natural da freguesia de S. Martinho em Lisboa, filho de Noutel Carvalho Brandão e de Margarida Josefa Salema, neto paterno do Doutor Bento Carvalho Brandão e Mariana Monteiro, e neto materno de João Peixoto da Silva e Ângela Salema (todos naturais de Lisboa).

Foi **Corregedor da Comarca de Lamego** (carta de 3 de Junho de 1739); **Juiz de Fora das Vilas de Benavente e Salvaterra** por três anos (carta de 22 de Fevereiro de 1720), provisão de licença de dois meses para vir a esta Corte (23 de Julho de 1725); **Superintendente dos descaminhos do tabaco da Província do Minho** por quatro anos (carta de mercê do cargo de 17 de Janeiro de 1729); **Corregedor do cível da terceira Vara** (carta de 1 de Junho de 1748), Corregedor do cível da cidade de Lisboa com terceira vara (1748); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 11 de Fevereiro de 1750), alvará de aposentadoria como Desembargador da Relação do Porto (6 de Agosto de 1756), alvará de vencimento de ordenado como Desembargador aposentado (13 de Fevereiro de 1758). Recebeu alvará de mercê a André Lourenço Correa para poder demandar ao dito pelos 15 moios de pão de sementeira (1 de Janeiro de 1726), e carta de renúncia de ofício (6 de Abril de 1778).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1719. «[...] e que hum irmão inteiro da dita Mariana Monteiro fora familiar do Santo Ofício e hum irmão também legitimo inteiro do pai do habilitante estava actualmente sendo religioso sacerdote do mosteiro de Nossa Senhora de Jesus Cristo de Lisboa [...] e o pai do habilitante é advogado nesta Corte, e hum dos numerosos da Casa da Suplicação e que também fora nela advogado o dito seu avô paterno». Casou na vila de Benavente com Dionísia Aurora da Ribeira Tojal, que era filha de João da Cunha de Ribeira e de Isabel Teresa Mimosa de Oliveira Frade, todos naturais de Benavente. O seu pai foi promotor fiscal dos contados do Reino (LB).

André Ferreira de Ataíde (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 16 de Março de 1669).

André Ferreira Lobato Lobo (Bacharel), natural de Punhete [actual Constância], filho de André Ferreira.

Foi **Superintendente dos Tabacos do Reino do Algarve** (carta de 13 de Junho de 1719); **Corregedor da Comarca da cidade de Lamego** (carta de mercê do lugar de 20 de Novembro de 1725); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de mercê de um lugar de 3 de Abril de 1727), provisão para poder tomar posse por procurador na Relação do Porto do lugar de Desembargador da Relação da Baía (6 de Abril de 1728); **Ouidor do crime da Relação da Baía** (carta de 3 de Abril de 1727); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Março de 1734); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Juiz das causas dos cativos na Casa da Suplicação** (carta de 8 de Fevereiro de 1741); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 30 de Setembro de 1743). Recebeu carta de padrão de 14\$000 réis de tença anual em vida a Clara Bernardino dos Serafins pela renúncia do sobredito seu tio (21 de Abril de 1742).

*** André Franco** (Doutor).

Foi **Juiz Geral das Ordens Militares** (1639); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Agosto de 1639); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Novembro de 1642); e **Secretário da Rainha** (provisão de **Deputado do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** de 14 de Novembro de 1646). Recebeu alvará de licença de renúncia a Tesoureiro da Chancelaria das Ordens e Escrivão da comenda do Ribatejo da Ordem de Santiago em Ana Franco mulher de Luis Temudo (19 de Julho de 1644), alvará de 20\$000 réis que vagaram de Jacinto Batista e 30\$000 réis de sua mulher Brites para sua filha (15 de Julho de 1665), e alvará de torna-viagem.

André Freire Carvalho (Doutor), filho de Manuel Botelho de Carvalho.

Foi **Corregedor do Bairro Alto de Lisboa** (carta); **Conservador da Casa da Moeda da cidade de Lisboa** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu carta de comenda de Santo António de Grejo (17 de Julho de 1693), alvará de licença, alvará para aforar bens de morgado, alvará de renúncia de ofício, alvará para vencer seu ordenado fora do lugar, hábito de noviço (10 de Outubro de 1669), carta da comenda de Santa Maria do Mogadouro (26 de Agosto de 1671), alvará de fidalgo da Casa Real (3 de Março de 1702), carta de confirmação da comenda de Santo André de Fiães do Rio da Ordem

de Cristo (9 de Abril de 1711), e carta de padrão de 140\$000 réis de tença cada ano (20 de Fevereiro de 1712).

* **André Leitão** (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Agosto de 1622).

André Leitão de Melo (Bacharel), nascido em 1668, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Tavira, filho de Francisco Leitão de Melo e de Inês do Vale Quaresma (naturais de Tavira), neto paterno de André Leitão (natural de Albufeira) e Brites de Melo (natural de Tavira), e neto materno de Matias Quaresma do Vale (natural de Tavira) e Guiomar Madeira da Guarda (natural de Tavira).

Foi **Juiz de Fora da Baía** (carta); **Provedor dos defuntos e ausentes da Baía** (alvará); **Juiz de Fora de Santiago do Cacém** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 18 de Fevereiro de 1707); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará para tomar posse de 15 de Novembro de 1710); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Agosto de 1719); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 10 de Julho de 1725); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê do lugar de 22 de Setembro de 1727). Recebeu alvará para celebrar contrato, alvará de Tabelião do judicial da cidade de Tavira (22 de Março de 1697); alvará para renunciar ofício, alvará de lembrança para casar, provisão para vender as legítimas de seus filhos na Baía (21 de Janeiro de 1717), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (11 de Setembro de 1723).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1694. O pai era Capitão. Casou pela primeira vez na Baía enquanto exercia o cargo de Juiz de Fora, de cujo matrimónio resultaram cinco filhos. Dois filhos foram religiosos carmelitos calçados de Santo Elói, outros dois foram os Desembargadores Francisco Leitão de Mello e António Ferreira do Vale, e ainda duas filhas religiosas no convento da Anunciada de Lisboa. O seu segundo casamento foi realizado com Joana de Lima Pereira e Vasconcelos, filha de João de Lima Pereira e de Madalena Coronel, esta última filha do capitão-de-mar-e-guerra de Estevão Coronel, francês de nação e de nobreza conhecida. Do seu segundo casamento não houve filhos (LB).

André Lopes Pinto (Bacharel; Licenciado).

Foi **Juiz de Fora dos órfãos da cidade de Beja** por três anos (alvará de 18 de Fevereiro de 1642); **Juiz de Fora da cidade de Beja** por três anos (alvará de 29 de Outubro de 1646); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta para que sirva o

lugar de 16 de Fevereiro de 1664); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (20 de Abril de 1668).

André Machado (Bacharel em cânones), natural de Rebordões, filho de Domingos Fernandes e de Maria Antónia, neto paterno de Domingos Fernandes e Maria Gonçalves, e neto materno de António Fernandes e Maria Francisca (todos naturais de Rebordões).

Foi **Juiz de Fora de Bragança** (posse a 22 de Janeiro de 1716); **Juiz de Fora de Castelo Branco** (carta de mercê de 22 de Fevereiro de 1720); **Ouvidor de Bragança** (9 de Fevereiro de 1725); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Beja** por três anos (alvará de 23 de Maio de 1730); **Corregedor das vilas de Faro, Beringel e Odemira da Comarca de Beja** (carta de mercê de 23 de Maio de 1730); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Évora** (alvará de 21 de Agosto de 1737); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Junho de 1748); **Juiz das causas dos cativos e resíduos** (provisão de 8 de Maio de 1749); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 12 de Janeiro de 1750), alvará de aposentado na Relação do Porto (28 de Fevereiro de 1759), alvará de ordenado de 200\$000 réis de aposentado (28 de Maio de 1759). Recebeu (com sua mulher) alvará para vender uma vinha por nome entre os muros (7 de Dezembro de 1712), provisão para que o dito possa fazer património a seu filho no casal do Outeiro de que faz menção (22 de Outubro de 1730), carta de padrão de 290\$000 réis de tença anual (16 de Novembro de 1742), e carta de legitimação para seu filho António José Machado de Azevedo (15 de Outubro de 1743).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1715. «[...] os ditos pais e avo paterno eram lavradores que viviam de suas fazendas trabalhando nellas [...]». O avô materno fora abade na freguesia (LB).

André de Matos de Almada (Doutor), filho de Fernão de Matos de Caralhosa e de Isabel da Veiga, neto materno de André de Matos de Almada e Luísa da Veiga.

Foi **Corregedor de Viseu** de primeira instância (carta de 29 de Dezembro de 1649); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 14 de Novembro de 1657).

Observações: Neto de um indivíduo com o mesmo nome que o seu, que havia sido Juiz de Fora de Niza em 1592, Juiz

de Fora de Portalegre em 1600 e Corregedor de Viseu em 1606. O seu pai foi Desembargador. A sua avó paterna era filha do Doutor Jerónimo da Veiga, Ouvidor de alfândega (LB).

André Mendes Barros (Bacharel; formado em direito civil), nascido em 1676, natural de Lisboa, filho de Francisco Mendes de Barros (natural de Guimarães) e de Isabel Rodrigues Lima (natural de Ponte de Lima), neto paterno de António Gonçalves e Maria Mendes de Barros (naturais de Guimarães), e neto materno de Domingos Lopes Velho e Joana Quinteira (naturais de Ponte de Lima).

Foi **Ouvidor da Comarca de Azeitão** por três anos (carta de 13 de Outubro de 1716); **Corregedor do cível de Lisboa** por três anos (carta de 16 de Novembro de 1720), carta de Corregedor do cível de Lisboa por mais três anos (16 de Dezembro de 1724); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Setembro de 1734).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1703. O seu pai foi de pouca idade para Lisboa onde sempre viveu.

André Morais Sarmento (Doutor), natural de Vilar de Mouros, filho de Gonçalo de Morais e de Ana Gomes Sarmento.

Foi **Corregedor de Castelo Branco**; **Corregedor de Évora** (17 de Setembro de 1633); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1643); **Juiz da alfândega de Bragança** (alvará de 1 de Fevereiro de 1649). Recebeu padrão e verba de 33\$000 réis de juro, alvará para administrar certos foros, carta de administração dos bens e foros de trigo do lugar de Carção e na vila do Vimioso em Bragança (4 de Setembro de 1645), carta de pensão de 20\$000 réis em comenda (26 de Junho de 1650), e carta de padrão de 20\$000 réis nos rendimentos de Simão Cardoso Isidro sites no lugar de Meireles e com o hábito da Ordem de Cristo (13 de Dezembro de 1656).

Observações: Casou com Joana de Oliveira, filha de Gaspar de Oliveira Borges e de Maria Sarmento (MM).

André de Morais Sarmento (Doutor), filho de André Morais Sarmento.

Foi **Juiz da alfândega de Bragança** (carta fazendo-lhe mercê da propriedade do ofício de 21 de Fevereiro de 1660); **Juiz de Fora de Algoso** (carta); **Juiz de Fora de Coimbra** (carta); **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 1 de Agosto de 1680); **Desembargador da Casa da Suplicação**

(carta); **Corregedor do crime da Corte** (carta); **Juiz dos Feitos da Fazenda** (carta). Recebeu carta de propriedade do ofício de Escrivão da Câmara de Miranda (26 de Novembro de 1680), carta de pensão de 60\$000 réis na comenda de Vila Franca (12 de Dezembro de 1685), carta para seu filho António de Morais Sarmento do ofício de Juiz da alfândega da cidade de Bragança com 20\$000 réis de ordenado cada ano (2 de Maio de 1687), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (5 de Março de 1689), e carta de tença de 12\$000 réis e hábito (1 de Fevereiro de 1694).

Observações: Casou com Cecília de Abreu, filha de António Gomes Mina e de Ana Rodrigues Doutel (LB).

André Sanches de Leiros (Doutor), também *André Sanches Deleiros*.

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** por três anos (carta de 17 de Dezembro de 1665); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (mercê de um lugar de 20 de Março de 1669); **Desembargador da Relação de Goa** (mercê de um lugar de 20 de Março de 1669).

André da Silva Mascarenhas (Licenciado).

Foi **Corregedor de Miranda** (carta); **Corregedor da cidade da Guarda** (carta de 17 de Novembro de 1659); **Provedor de Santarém** (posse a 7 de Abril de 1666); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Julho de 1673); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 14 de Abril de 1674). Recebeu padrão de 20\$000 réis de tença.

André de Sousa Pinheiro da Câmara (Bacharel em leis), natural de Sintra, filho de Manuel de Sousa Neto (natural de Mafra) e de Francisca Josefa da Câmara (natural de Lisboa), neto paterno de Bento de Sousa Neto (natural de Colares) e Mariana Rodrigues (natural de Mafra), e neto materno de António Pinheiro da Câmara e Maria Luísa de Carvalho e Nóbrega (naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Benavente e Salvaterra** (carta de mercê de 22 de Junho de 1730), provisão de licença por dois meses para estar ausente do lugar de Juiz de Fora de Benavente (28 de Julho de 1732); **Ouvidor de Alenquer** (1735); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Torres Vedras** por três anos (alvará de 9 de Abril de 1742), provisão de suspensão de execução por tempo de um ano (26 de Setembro de

1749); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de 19 de Janeiro de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Juiz executor dos contos do Reino e Casa** (carta de 24 de Janeiro de 1755), provisão para tomar posse de Desembargador da Relação do Porto por procurador (31 de Janeiro de 1755); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1764), alvará de aposentado no dito lugar (6 de Novembro de 1768). Recebeu provisão de dispensado no tempo para aposentar aos lugares de letras (29 de Agosto de 1729).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1729. O pai foi Capitão, o avô materno era fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. A mãe foi legitimada (LB).

André Varela Soutomaior (Bacharel), nascido em 1657, natural de Portimão, filho de João Varela Soutomaior e de Brites Matoso.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1717). Recebeu carta da fortaleza de Mombaça e Costa de Melinde, carta da capitania de Chaúl, alvará de renúncia de cargo, alvará de licença para casar, carta da capitania de Macau (21 de Março de 1718), carta de confirmação da capitania de Goa por três anos (4 de Fevereiro de 1719), alvará para poder renunciar ou testar na pessoa que lhe parecer a capitania de Goa por três anos (30 de Janeiro de 1721), verba que declara ter faculdade para renunciar ou testar da Capitania de Goa que estava provido por três anos (4 de Março de 1721), alvará para poder renunciar ou testar a capitania de Macau (29 de Março de 1721), e verba do alvará para renunciar a capitania de Macau (7 de Abril de 1721).

Antão de Almada (D.) (Bacharel).

Foi **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1643).

Antão Bravo de Sousa Castelo Branco (Bacharel), natural de Leiria, filho de António Bravo Botelho.

Foi **Juiz de Fora de Porto de Mós** (1734); **Juiz de Fora de Lagos** (carta de 15 de Junho de 1744); **Corregedor da Comarca de Lagos** (carta de 8 de Julho de 1752), provisão de licença para se ausentar do lugar de Corregedor da Comarca de Lagos (21 de Setembro de 1753); **Superintendente das Alfândegas do Alentejo e Algarve** (alvará de 10 de Julho de 1765), provisão para vestir beca (7 de Agosto de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Setembro de 1767), alvará de aposentado da Relação do Porto (24 de Janeiro de 1769), alvará de 200\$000 réis de ordenado de

aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (30 de Agosto de 1769). Recebeu alvará de tença de 200\$000 réis (21 de Junho de 1749), alvará que prorroga de seis anos na tença de 100\$000 réis (10 de Setembro de 1757), alvará de tença de 100\$000 réis (23 de Fevereiro de 1761), apostila de 400\$000 réis de ordenado (10 de Outubro de 1766), e carta de legitimação a seu filho António Bravo (5 de Novembro de 1771).

* **António de Abreu Coelho** (Doutor), natural de Serpa, filho de Lopo de Abreu Coelho e de Leonor Dias Cotilha.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Setembro de 1622); **Juiz dos Feitos da Coroa na Relação do Porto**; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Setembro de 1626); **Juiz-Comissário do Hospital de Santo António de Madrid** (carta de 21 de Outubro de 1631); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Fevereiro de 1632).

Observações: Foi Colegial do Colégio de São Paulo em 1620, e lente de Instituta na Universidade de Coimbra (MM).

António de Abreu de Sequeira (Bacharel).

Foi **Provedor de Guimarães** (alvará para que possa levar o prémio dos selos e Chancelaria das cartas de 16 de Maio de 1641), alvará para que verifique todas as contas que não foram tomadas pelos provedores (16 de Maio de 1641); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos de Guimarães** (alvará de 16 de Maio de 1641); **Provedor de Miranda** (alvará); **Provedor de Coimbra** (alvará); **Provedor da Guarda** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta). Recebeu alvará para quando em diligência lhe possam dar pousadas camas estrebarias de graça e mantimentos bestas barcos guias e tudo o mais que necessite (16 de Maio de 1641), alvará de aposentadoria, e padrão de 28\$000 réis de juro.

António de Aguiar Carvalho (Licenciado).

Foi **Corregedor de Tomar** (carta); **Juiz de Fora de Castelo de Vide** por três anos (carta de 31 de Janeiro de 1650); **Juiz de Fora de Santarém** por três anos (carta de 17 de Julho de 1655); **Corregedor de Tomar** por três anos (carta fazendo-lhe mercê do cargo de 12 de Setembro de 1661); **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta de mercê do cargo de 26 de Novembro de 1668); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 24 de Dezembro de 1675); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (27 de Abril de 1676). Recebeu

carta de Tabela do público e judicial de Setúbal por estar casado com uma filha de Luís da Costa (16 de Novembro de 1659), e licença para renunciar o ofício que exerce em pessoa apta (28 de Outubro de 1671).
Observações: Morador na vila de Setúbal (LB).

António de Aguiar da Silva (Bacharel; Licenciado), natural de Vila Pouca de Aguiar, filho de António de Aguiar (natural de Vila Pouca de Aguiar) e de Maria de Andrade da Silva (natural de Ponte da Barca), neto materno de Luís Fernandes e Catarina Alves da Silva (natural de Ponte da Barca).

Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (carta); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca da cidade de Elvas** por três anos (alvará de 14 de Maio de 1655); **Corregedor do crime do bairro de S. Paulo** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Conservador dos portos secos** (alvará); **Promotor da justiça de Lisboa** (alvará). Recebeu alvará de lembrança de ofício, carta de administração de capela, alvará para venda de bens dotais, alvará de lembrança de tença, promessa de pensão de 20\$000 réis (5 de Julho de 1666), e apostila de pensão de 20\$000 réis numa das comendas que se houvessem de pensionar da Ordem de Cristo (8 de Abril de 1672).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1644. «[...] Sempre os vio viver a lei da nobreza [...] gente honrada e nobre vivendo por sua fazenda e officio que o dito António de Aguiar tem de enqueridor da correição desta cidade e tambem foi escrivão da Universidade de Coimbra [...] o qual Luis Fernandes foi mecanico nesta villa em huã das mercearias [...] He tão atrasada nesta villa a lembrança de Luis Fernandes avo do Bacharel António de Aguiar de que trata a provisão inclusa que fasendose exactas diligencias para constar de sua qualidade não houve mais que sete testemunhas [...] sem raça de judeu mouro nem mulato, havião no officio que teve porque huãs disiam que era sapateiro outras que merceiro. Sendo que ambas as ocupasoens poderia ter ainda que em diferentes tempos porque depois de não lograr foras para trabalhar se valeria da mercearia [...]» (LB). Casou-se com Maria de Guizenrode (MM).

António Álvares da Silva (Bacharel em cânones), natural de Palmela, filho de Manuel Álvares da Silva e de Mariana Coelho da Silva, neto paterno de António Álvares e Ana Lamego (naturais de Coimbra), e neto materno de António José Carneiro e Mariana Machado Leça (naturais de S. Vicente de Fora).

Foi **Juiz de Fora de Olivença** (1698); **Juiz de Fora de Alenquer** (1704), reconduzido em Juiz de Fora de Alenquer; **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta

de 19 de Maio de 1713), carta de recondução do lugar de Provedor dos resíduos da cidade de Lisboa por mais três anos (3 de Fevereiro de 1717), provisão de Provedor dos resíduos de Lisboa por mais um ano e quando terminar que passe ao lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (3 de Julho de 1720). Recebeu alvará de Escrivão dos órfãos da vila de Veiros por se achar casado com Eufrásia Maria (29 de Maio de 1708).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1695. O pai foi Juiz de Fora de Palmela e faleceu sendo Provedor das capelas em Lisboa (MM).

António Alves da Cunha (Doutor e opositor às cadeiras de cânones), também *António Álvares da Cunha*, também *António Alves da Cunha Araújo*, nascido em 1701, natural do Porto, filho de Domingos Alves da Cunha e de Custódia Monteiro de Araújo (naturais do Porto), neto paterno de Jerónimo Alves da Cunha (natural da freguesia de S. Miguel de Creixomil) e Catarina Francisca (natural do Rio de Selho na freguesia de S. Miguel de Creixomil), e neto materno de António Monteiro e Maria Francisca (naturais da freguesia de S. Silvestre de Requião no termo de Barcelos).

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 24 de Novembro de 1740); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Dezembro de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 11 de Janeiro de 1750), provisão de licença para estar ausente da Casa da Suplicação dois meses (20 de Novembro de 1751); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Abril de 1754); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 16 de Março de 1758); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 3 de Janeiro de 1762); **Conselheiro de sua Majestade** (carta de mercê do título de 12 de Janeiro de 1762). Recebeu provisão para obrigar os vencimentos de seus morgados ao dote de sua futura noiva (16 de Dezembro de 1744), carta de título de conde da Cunha com honras e privilégios (15 de Março de 1760), carta da comenda de Santa Maria de Alameda (31 de Março de 1760), alvará de fidalgo cavaleiro (2 de Julho de 1762), apostila de 57\$500 réis de juro nos armazéns (29 de Agosto de 1764), apostila de 260\$917 réis de juro na Junta dos Três Estados (17 de Setembro de 1770), apostila de 266\$766 réis de juro nos armazéns (5 de Outubro de 1771), apostila de 27\$500 réis de juro (12 de Fevereiro de 1779), (com sua mulher) provisão de confirmação de vários vínculos reduzidos a um só em forma regular com outras condições estipuladas (22 de Dezembro de

1779), e provisão de confirmação de vínculo de morgado (22 de Dezembro de 1779).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1735. Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O pai foi igualmente familiar do Santo Ofício. O seu avô paterno foi assistente na quinta dos Pombais no arrebalde de Guimarães. Os seus avós maternos foram lavradores e viviam de sua fazenda trabalhando nela (LB).

António Alves da Silva (Bacharel), também *António Álvares da Silva*, natural de Lisboa.

Foi **Juiz da Coroa** (posse a 3 de Dezembro de 1735); **Superintendente do Algarve** (posse a 22 de Janeiro de 1738); **Juiz dos órfãos da repartição do termo** (9 de Dezembro de 1743); **Corregedor da Comarca de Viana** (carta de 9 de Março de 1750), provisão de dois meses para estar ausente (15 de Junho de 1751); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1768); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Junho de 1771); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 18 de Junho de 1771); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 16 de Outubro de 1778). Recebeu alvará de mercê de propriedade de ofício (26 de Agosto de 1777), provisão de ofício (29 de Novembro de 1777), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença em um dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (29 de Janeiro de 1779).

António Amado da Cunha Vasconcelos e Sarro (Bacharel), também *António Amado da Cunha Vasconcelos e Saro*.

Foi **Juiz do Tombo do Hospital das Caldas da Rainha** com predicamento de primeiro Banco (carta de 18 de Dezembro de 1804); **Juiz de Fora de Óbidos** (provisão de licença para casar de 21 de Janeiro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Maio de 1807), carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício em Juiz de Fora de Óbidos (30 de Maio de 1807).

António de Andrade do Amaral (Doutor em direito cesáreo; lente da Universidade de Coimbra), natural de Viseu, filho de João de Lima (natural de Refóios em Barcelos) e de Mariana de Andrade do Amaral (natural de Viseu), neto paterno de Gonçalo Fernandes de Campos e Maria Fernandes de Lima (naturais de Refóios), e neto materno de André de Andrade e Maria do Amaral (natural de Viseu).

Foi **Superintendente das obras do Rio Mondego** (alvará de nomeação de 5 de Fevereiro de 1737);

Desembargador honorário da Casa da Suplicação (13 de Julho de 1742); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Fevereiro de 1749), provisão para dispensa para por seu procurador poder tomar posse do lugar de Desembargador honorário de Agravos da Casa da Suplicação (26 de Fevereiro de 1749), Desembargador da Casa da Suplicação com assistência na Universidade de Coimbra. Recebeu alvará de beca de Desembargador (5 de Fevereiro de 1737), provisão para prestar juramento de certo ofício por procuração (8 de Julho de 1737), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1737. O seu pai foi Capitão das ordenanças da cidade de Barcelos. Casou em Coimbra e nesta mesma cidade morreu em 1752. Foi lente de vésperas de leis na Universidade de Coimbra, colegial do Colégio Pontifício de S. Pedro, e recebeu borla doutoral de direito cesáreo (MM).

António de Andrade de Rego (Bacharel em leis; Licenciado), natural de Vila Viçosa, filho de Inácio do Rego Andrade (natural de Barcelos) e de Inocência Coelho (natural de Vila Viçosa), neto paterno de António de Andrade e Maria Rego, e neto materno de Belchior Martins e Maria André.

Foi **Juiz de Fora de Alter do Chão**; **Juiz de Fora de Arraiolos** (5 de Abril de 1634); **Juiz de Fora de Monsaraz** (1638); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Lamego** (carta de 25 de Setembro de 1645), carta para que se possa ter prémio de salário declarado (25 de Setembro de 1645); **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta de 19 de Março de 1652); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 30 de Julho de 1656); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 14 de Janeiro de 1661).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1629. O seu pai foi Vereador e Juiz da vila de Barcelos. O avô materno foi Juiz dos órfãos, e os três irmãos deste último foram todos Comendadores do hábito de Cristo (LB). Foi pai do Desembargador Inácio do Rego Andrade, e avô do Desembargador António de Andrade Rego.

António de Andrade do Rego (Lente em cânones e colegial do Colégio Real dos Nobres; colegial do Colégio Real de S. Paulo), natural de Lisboa, filho de Inácio do Rego de Andrade (natural de Vila Viçosa) e de Madalena Maria de Lamirante (natural de Lisboa), neto paterno de António de Andrade Rego (natural de Vila

Viçosa) e Margarida Lourenço de Simões (natural de Alter do Chão), e neto materno de Pedro Lamirante Rebelo e Joana do Rego (naturais de Lisboa).

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** com exercício nas férias da Universidade (carta de 12 de Abril de 1711), alvará para tomar posse por procurador de Desembargador titular de Relação do Porto (9 de Maio de 1711); **Desembargador titular da Casa da Suplicação** com exercício nas férias da Universidade (carta de 30 de Outubro de 1714); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício nas férias da Universidade (carta de 24 de Novembro de 1716); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 1 de Outubro de 1735); **Conselheiro** (carta de mercê de titular de Conselho de 25 de Janeiro de 1736); **Deputado da Inquisição em Lisboa** (1751); **Deputado da Casa de Bragança**. Recebeu padrão de 70\$000 réis de juro no Conselho de Ultramar (31 de Março de 1742), e provisão de confirmação do aforamento de umas casas sem embargo de serem de capela (29 de Maio de 1747).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1710. O habitante é irmão do, também Desembargador, Belchior do Rego e Andrade. O pai e avô paterno de ambos também o foram. Tomou posse de beca no colégio de S. Paulo a 31 de Dezembro de 1705. Foi cônego doutoral do Algarve, académico da Academia Real de História, e morreu em Lisboa a 12 de Janeiro de 1755, sendo sepultado na Igreja do convento de Santo Elói (MM).

António Antunes Leite (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Serpa**; **Provedor das capelas de Lisboa** (carta de patente de 25 de Maio de 1643); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 26 de Julho de 1644). Recebeu alvará de Juiz de certo tombo.

Observações: Casou-se com Catarina de Aguiar.

António de Azevedo Coutinho (Licenciado em leis), baptizado na Igreja de S. Tiago de Soure a 13 de Junho de 1705, natural de Soure, filho de Manuel Marques de Oliveira e de Maria Luísa de Azevedo, neto paterno de António Lopes de Oliveira e Madalena Pinto, e neto materno de Manuel de Azevedo Pinto e Guiomar Francisca de Carvalho (todos naturais de Soure).

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (6 de Janeiro de 1730); **Juiz de Fora dos órfãos de Santarém** (carta de 4 de Novembro de 1737); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias de Torres Vedras** (alvará do cargo de 20 de Maio de 1747); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 2 de Abril de 1751); **Conselheiro Ultramarino** (carta de 6

de Outubro de 1755), alvará aposentando-o no lugar de Conselheiro Ultramarino (25 de Janeiro de 1776). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (24 de Maio de 1751).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1728. O seu pai foi Juiz de Fora dos órfãos do Porto, Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Miranda, e faleceu sendo Provedor das capelas em Viana. «[...] foi despachado pera Desembargador da Relaçam de Goa na India Oriental no anno de 1751, com incumbencias de grande importância, como foi a depozição de beca na mesma Relaçam do Desembargador Estevam de Mattos Pereira Abegam que hoje o he da Caza da Supplicaçam, reconhecida pelo soberano a innocencia do seu delicto falsamente accumulado [...]. Fes viagem daquelle continente para o Reyno donde tomou posse do Concelho Ultramarino no anno de 1755 e do Conselho de S. Majestade. No anno de 1758 embarcou por ordem do mesmo Senhor a diligencias do seu Real serviço no Estado da America adonde no presente anno de 1763 ainda reside. Quando se ausentou já tinha tomado posse no Desembargo do Paço.» Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e casou em segundas núpcias com Marcelina Perpétua de França e Faro, filha de Martinho de França e Faro, capitão-mor de Benavente, e de Paula Maria de Córdova, natural de Santarém (MM).

António Baptista da Cunha (Bacharel em cânones), nascido em 1654, natural de Mafra, filho de António Francisco da Cunha (natural de Mafra) e de Teodora Maria da Encarnação (natural da Carvoeira), neto paterno de Dionísio da Cunha (natural de Torres Vedras) e Domingas Francisca (natural de Alcainças), e neto materno de Manuel Francisco Caiado (natural de Mafra) e Maria Freire (natural da Carvoeira).

Foi **Juiz de Fora da vila do Torrão** (carta de 27 de Setembro de 1781), apostila de vencimento (22 de Agosto de 1788); **Desembargador da Relação de Goa** com posse na Casa da Suplicação (carta de 11 de Fevereiro de 1789); **Chanceler da Relação do Porto** (carta do lugar de 25 de Agosto de 1797); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de lugar de 12 de Fevereiro de 1798). Recebeu carta de título de cavaleiro (26 de Maio de 1797), carta de profissão de hábito (17 de Agosto de 1797), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título do hábito (18 de Setembro de 1797).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1780 (LB).

António Baracho Leal (formado em direito canónico), também *António Brochado Leal*, nascido em 1645, natural de Vila Franca de Xira, filho de Diogo Mendes.

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (1670); **Juiz do cível de Lisboa** (1676); **Provedor de Setúbal** (1680); **Cor-**

regedor do cível da cidade de Lisboa por três anos (carta de 17 de Julho de 1685); **Desembargador da Relação do Porto** (posse pelo seu procurador o Desembargador Luís Pimentel da Costa a 13 de Maio de 1692); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Chanceler da Relação do Porto** (carta para que enquanto servir o cargo de Chanceler da Relação do Porto possa ir nas férias ao Desembargo do Paço exercer o lugar de Desembargador de 20 de Julho de 1710); **Conselheiro** (carta de Conselho de 14 de Outubro de 1710); **Deputado** (carta de 26 de Outubro de 1711); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 45000 réis para escrivãinha de 26 de Novembro de 1711). Recebeu alvará para dar de aforamento umas casas e uma capela (18 de Maio de 1709), carta de propriedade do ofício de Escrivão das apelações e crime com faculdade de o poder renunciar (15 de Julho de 1713), alvará de fidalgo da Casa Real com 25000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (16 de Março de 1714), padrão de 885000 réis de tença à filha (15 de Setembro de 1715), e alvará para vestir beca.

António Barbosa Bacelar (Doutor; formado em direito civil, recebeu borla doutoral), nascido em 1616, natural de Lisboa, filho de Francisco Barbosa Bacelar e de Graça Gomes Pereira. Foi **Corregedor de Castelo Branco** (posse a 27 de Novembro de 1649); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 19 de Julho de 1660); **Desembargador da Casa da Suplicação** (22 de Novembro de 1661). Recebeu carta de padrão de tença de 305000 réis (15 de Fevereiro de 1663). **Observações:** Morreu no hospital das Chagas em Lisboa a 15 de Fevereiro de 1663, com 53 anos de idade, e foi sepultado no Convento de S. Francisco em Lisboa (MM).

António Barroso Pereira (Bacharel em leis), nascido em 1740, natural do Porto, filho de João Barroso Pereira (natural de Montalegre) e de Inácia Joana Aleilão Pereira (natural do Porto), neto paterno de António Barroso Pereira e Maria Pereira (naturais de Montalegre), e neto materno de António Aleilão e Maria Fernandes (naturais de Pontes Deume na Galiza). Foi **Juiz de Fora do Porto** (carta de 8 de Maio de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Fevereiro de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Fevereiro de 1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1802). Recebeu padrão de juro de 1205000 réis de juro (5 de Novembro de 1797).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1766. O seu pai foi Desembargador, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e familiar do Santo Ofício. O avô materno era Capitão e igualmente familiar do Santo Ofício. O habilitado é cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. «[...] o avo materno vivera nos seus principios de humtenda de merciarías e a avo materna mulher de segunda condição [...] El Rey Nosso Senhor tendo respeito aos segundos serviços do Dezembargador João Barrozo Pereira, filho de Antonio Barroso Pereira [...] obrados nos lugares de letras (depois de despachados pelos seus primeiros serviços) por espaço de dez annos tres mezes e dous dias, no de Provedor da Comarca de Évora, e no de Dezembargador dos Aggravos na Relação do Porto, continuados desde trinta de Mayo de mil setecentos trinta e tres, em que tomou posse até sete de Junho de mil setecentos quarenta e seis, dando do referido lugar de Evora boa evidencia; por Real Decreto passou á ilha de Santiago de Cabo Verde tirar devassa da morte do ouvidor-geral que foi daquellas ilhas Sebastião Bravo Botelho, e de seu irmão Miguel Caetano [...] tirar as rezidencias do dito Ouvidor e Governador da mesma ilha Francisco Manoel da Nobrega, executando esta comissão com grande trabalho por lhe morrer o Meirinho e adoecer gravemente o escrivão [...] no lugar de Provedor de Évora cumpriu inteiramente as obrigações do dito lugar foi a varias deligencias que lhe forão encarregadas, passando a villa de Agua a repreender o Juiz osdinário pello sallario de hum caminheiro que injustamente prendera; passando á villa de Alcaçovas a informar do excesso com que o capitam de Ourique se meteu de posse dos bens do vinculo que ficou do secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, executando tudo o mais que lhe foi encarregado; passando também á vila de Vianna a conhecer das perturbações que havia no Convento de Religiosas da dita vila; como também conhecer do ajuste de contas dos credores das reaes obras de Mafra e das Vendas Novas; findou a execução que o Almojarife de Estremos fazia a Francisco Coelho ficando inteiramente paga a Fazenda Reale; na vila de Aviz conhecer da queixa que havia das passagens das éguas deste Reino para o de Castella, fes outras tantas mais deligencias assim na Comarca de Évora, como fora della, e dando rezidencia do lugar de Provedor e estando nesta Corte passou a vila de Torrão a conhecer e informar dos capitulos e queixas contra o Juiz de Fora da dita villa [...] João Barrozo Pereira era ainda pai de José Barroso Pereira, de Ana Jerónima Barroso Pereira e de Josefa Barroso Pereira [...] que o dito cappitam António Aleilão alem do posto que exercitou foi também varios annos Pagador da gente de guerra desta Partido com boa reputação e aceitação de todos; tratando-se e a sua mulher com limpeza e gravidade, vivendo alem das fazendas e propriedades que possuia, também de seu negocio que administrava por seus creados [...] E este teve na Sé desta cidade [Porto] hum filho cônego irmão da dita sua May [Inácia Joana Aleilão Pereira] [...]» (Informação de 1761) (LB).

António de Basto Pereira (Doutor), natural de Coimbra, filho de Luís Gomes de Bastos e de Bernardina de Torres e Aguiar, neto paterno de Simão de Basto e Maria Gomes Pereira, e neto materno de Francisco Rodrigues Torres

e Maria de Bragança e Aguiar (todos naturais de Coimbra).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 27 de Julho de 1680); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Fevereiro de 1682); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Abril de 1683); **Procurador da Fazenda** (carta de 22 de Julho de 1698), carta para ter o vencimento de 300\$000 réis de ordenado como Procurador da Fazenda (3 de Junho de 1700); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta); **Secretário da Inconfidência** (carta de 7 de Abril de 1707). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis de tença efectivos cada ano em sua vida, carta de padrão de tença de 60\$000 réis efectivos num Almojarifado do Reino (4 de Setembro de 1684), (em nome de Bernardina de Torres e Aguiar) carta de padrão de tença de 80\$000 réis para seu filho o Desembargador António Basto Pereira (22 de Outubro de 1695), alvará de moço fidalgo (23 de Março de 1697), alvará de acrescentamento de foro (24 de Março de 1697), padrão de 43\$000 réis de juro no tabaco, verba de 10\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, verba de 40\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, verba de 45\$405 réis de juro no tabaco, padrão de 80\$000 réis de tença, alvará de sub-rogação de bens de morgado, alvará de ordenado, alvará de lembrança de bens da Coroa para seu filho, alvará para o alqueire diário de cevada lhe ser pago na Cevadoria Real (9 de Agosto de 1707), alvará para os seis moios e cinco alqueires de cevada da sua moradia lhe serem assentados no Almojarifado da Azambuja (28 de Agosto de 1707), padrão de 138\$000 réis de tença a seu filho (7 de Outubro de 1708), padrão de 180\$000 réis de juro como testamenteiro de Nicolau Nunes Coronel (29 de Dezembro de 1712), e alvará de mercê da capitania da vila da Praia na Ilha Terceira a seu filho Luís António de Basto Baharem com uma vida mais (25 de Setembro de 1715).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1680. O avô materno era Capitão, o pai era Desembargador do Paço e fidalgo da Casa Real, e o habilitante foi pai de Luís António de Basto Baharem. Simão de Basto, avô paterno do habilitante, era Desembargador. António Nos (seu bisavô) serviu de escrivão em Coimbra. Luís Gomes de Basto era irmão do padre André Gomes (Leitura de Bacharel em 1628). O habilitante foi cavaleiro da Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real. Casou com Paula Maria de Alcáçova Baharem, filha do Secretário de Estado Miguel de Vasconcelos e Brito, também senhor do morgado de Fonteboa e do concelho de Alvarenga, e de sua mulher Catarina Lobo Pereira (LB).

António de Beja de Noronha (Doutor), também António de Beja Perestrelo, filho de Lancero-

te Leitão Perestrelo e de Catarina de Castelo Branco, e neto materno de Heitor Mendes de Castelo Branco.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de **Desembargador da Casa da Suplicação** (9 de Abril de 1642), carta; **Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares** para que o sirva juntamente com o de Desembargador (alvará de 14 de Janeiro de 1643), alvará. Recebeu padrão de 96\$000 réis de juro. Recebeu padrão de juro de 96\$000 réis, apostila de 13\$330 réis de juro, verba de 50\$000 réis de juro, verba de 37\$000 réis de juro, apostila de 50\$000 réis de juro, padrão de 37\$000 réis de juro, e verba de 125\$000 réis de juro.

Observações: O suplicante é avô do Desembargador António de Beja de Noronha. Casou-se com Isabel de Mendonça, filha de Afonso Rodrigues Matoso e de Maria Monteiro de Mendonça (LB).

António de Beja de Noronha (Doutor formado em direito canónico), nascido em 1657, natural de Lisboa, filho de Manuel de Tovar (ou Thoar) de Vasconcelos e de Catarina Luísa de Noronha (natural de Lisboa), neto paterno de Sebastião de Figueiredo e de Isabel da Fonseca Coutinho, e neto materno de António de Beja de Noronha (ou Perestrelo) e Isabel Mendonça (naturais de Lisboa).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 7 de Janeiro de 1694); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação; Auditor-Geral da gente de guerra na Corte de Lisboa; Deputado** (carta de 12 de Junho de 1715); **Conselheiro** (carta de Conselho de 14 de Junho de 1715). Recebeu verba de 37\$500 réis de juro, verba de 50\$000 réis de juro, verba de 125\$000 réis de juro, apostila de 50\$000 réis de juro, padrão de 37\$000 réis de juro, alvará de foro de fidalgo cavaleiro (4 de Novembro de 1700), apostila de 125\$000 réis de juro em Ponte de Lima, alvará de uma vida mais em bens de capela, alvará de licença para se curar, alvará para uma escrivãzinha (21 de Março de 1716), e alvará de fidalgo com pensão em dinheiro e cevada (26 de Março de 1716).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1693. Cavaleiro professo da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Foi morador no Castelo, e é neto de um Desembargador com o mesmo nome. O seu pai foi Colegial de S. Paulo. O habilitante foi aceite para o Pontifício Colégio de S. Pedro, tomando posse a 5 de Março de 1684. Faleceu em Lisboa, a 24 de Outubro de 1721 (LB).

António Benevenuto Jorge (Bacharel).

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de 17 de Agosto de 1781); **Auditor-Geral da**

Marinha (carta de 14 de Maio de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Outubro de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Fevereiro de 1800); **Juiz dos falidos** (carta de 22 de Outubro de 1800); **Administrador da Fazenda das Mesas da Arrecadação e Despacho da alfândega das Sete Casas** (alvará de 23 de Dezembro de 1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Maio de 1802). Recebeu provisão para administrar a casa de Pedro Vaz Soares do Rego (27 de Agosto de 1787).

António Bernardo Xavier Porcille (Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de Francisco Xavier Porcille e de Ana Teresa Caetana Rangel (naturais de Lisboa), neto paterno de António Maria Porcille (natural de Génova) e Francisca Maria Porcille (natural de Lisboa), e neto materno de Francisco Lopes Ribeiro e Maria Josefa Caetana Rangel (naturais de Lisboa). Foi **Ouvidor de Alfama** (4 de Maio de 1756); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado no dito lugar de 2 de Agosto de 1771), alvará de 200\$000 réis de aposentado (8 de Janeiro de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação** (15 de Abril de 1777); **Juiz Conservador da Nação Holandesa** (10 de Junho de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (10 de Maio de 1779); **Vereador extraordinário do Senado da Câmara de Lisboa** (6 de Maio de 1784). Recebeu provisão para Juiz privativo (10 de Abril de 1767). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1754. O seu pai e avô materno foram ambos Desembargadores (LB).

António Bolarte Dique (Licenciado em cânones), também *António Balarte Dique*, também *António Balarto Dique*, nascido a 18 de Abril de 1717, natural de Colares e baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Assunção, filho de João Bolarte Dique (natural de Colares) e de Ana Maria de Madureira Falcato (natural de Lisboa e baptizada na freguesia de Nossa Senhora das Mercês), neto paterno de Guilherme Bolarte Dique (natural de Anvers na Flandres) e Mariana Dique (natural de Lisboa e baptizada na freguesia de S. Nicolau), e neto materno de Domingos Fernandes da Silva (natural de Sobreira Formosa em Tomar) e Maria Madalena de Madureira Falcato (natural de Colares). Foi **Juiz de Fora de Beja** (26 de Abril de 1747); **Juiz do fisco da cidade de Évora** (data desconhecida, serviu até ao ano de 1760); **Juiz do fisco de Coimbra**

(provisão para servir o dito lugar com beca e título de **Desembargador da Relação do Porto** de 27 de Agosto de 1760), carta de Desembargador da Relação do Porto (18 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Novembro de 1768); **Promotor da Justiça** (carta de 15 de Abril de 1774).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1741. O avô paterno era flamengo «[...] veio para esta cidade [Lisboa] de muy tenrra idade, onde a mayor parte da nobreza e Ministros o conhecerão [...]». O seu irmão mais velho, que se chamava Jerónimo Bolarte Dique, já estava habilitado pelo Tribunal do Santo Ofício. O seu avô paterno era , filho de Jaques Bolarte e de Ana Goassins, ambos naturais de Anvers na Flandres (informação de 1769). A avó paterna era filha de João Dique e Ana Monis, igualmente naturais de Anvers e avós do padre frei Manuel Dique, da Ordem dos Pregadores e qualificador do Santo Ofício. O avô materno era filho de Pedro Fernandes e de Ana Fernandes, ambos naturais do Sobreiro Formoso, e a avó materna era filha de Marçal Cardoso Falcato, natural de Colares, e de Antónia de Brito Madureira, natural de Lisboa. O habilitante, aos 50 anos, era solteiro e morava na travessa do Macedo na freguesia de S. José em Lisboa. Tinha um irmão que era religioso de S. Domingos, chamado frei Guilherme Bolarte. O seu pai era morgado de Colares (LB).

António de Brito e Amorim (Bacharel).

Foi **Corregedor da Comarca de Viana** (carta de 5 de Setembro de 1786); **Intendente da capitulação de Vila Rica** (carta de 3 de Julho de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1805).

Observações: Tem um filho com o nome de António de Brito Pereira e Amorim (MM).

António Caetano de Sampaio Teixeira Pimentel (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (alvará de 2 de Junho de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Julho de 1806). Recebeu carta de profissão de hábito (17 de Setembro de 1807).

António de Campos e Figueiredo (bacharel em cânones), natural de Viseu, filho de Manuel Rodrigues de Sá e de Teresa de Figueiredo (natural de Viseu), neto paterno de António Rodrigues e Maria Antónia Pais, e neto materno de Gaspar de Campos Abreu e Antónia dos Reis.

Foi **Juiz de Fora de Seia** (1679); **Juiz dos órfãos de Évora**; **Corregedor de Portalegre** (1688); **Provedor de Viseu** (13 de Setembro de 1692); **Desembargador da Relação da Baía** (19 de Setembro de 1699); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 15 de Julho de 1710); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de

1712); **Promotor de Justiça da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Maio de 1716); **Juiz dos Contos do Reino e Casas** (carta de 17 de Junho de 1719). Recebeu alvará de mais uma vida na administração da capela para sua mulher (15 de Dezembro de 1698), alvará para que tenha licença de dois meses para morar nesta costa (9 de Agosto de 1710), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (9 de Outubro de 1715).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1679. À data era casado. «*Mostrasse também que o Avô paterno e o pai do justificante servirão sempre o ofício de Avaliadores no partido dos órfãos desta cidade [Coimbra] e termo, sem exercitarem ofício mecânico, e que Gaspar de Campos de Abreu seu avô materno fora chantre na Sé desta cidade, sendo pessoa muito nobre [...] e per sua filha tratava a mai do justificante [...]*». O habilitante é Avô paterno do Desembargador António de Campos Limpo Figueiredo Melo, e pai dos Desembargadores Francisco de Campos Limpo e João de Campos Limpo. Margarida de Figueiredo e Sebastiana de Melo eram suas filhas e religiosas no Convento de Jesus da cidade de Viseu. Francisco de Campos Limpo e João de Campos Limpo, ambos Desembargadores, eram também seus filhos (LB). Foi casado duas vezes, a primeira com Madalena Maria de Macedo, natural de Coimbra, de cujo matrimónio teve, entre outros filhos, o Doutor Afonso de Melo, monge cisterciense. Esta sua primeira mulher morreu em Évora a 20 de Agosto de 1685, quando desempenhava aí as funções de Juiz dos órfãos. A sua segunda mulher foi Ana Maria Pimentel Limpo, de quem teve Francisco de Campos Limpo (MMM).

António de Campos Limpo Figueiredo Melo (Bacharel em leis), nascido em 1755, natural de Évora, filho de Francisco de Campos Limpo (natural de Portalegre) e de Teresa Antónia de Inês Saques (natural de Évora), neto paterno de António de Campos de Figueiredo (natural de Viseu) e Ana Maria Pimentel Limpo (natural de Évora), e neto materno de José da Costa Saques (natural de Évora) e Páscoa Maria da Silva (natural do Vimeiro).

Foi **Provedor dos resíduos em primeiro Banco** (13 de Outubro de 1759), provisão para tomar a juro pela Provedoria dos resíduos a quantia de 2400\$000 réis de baixo da hipoteca de que trata (29 de Agosto de 1788); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Março de 1784), Desembargador Extravagante sem ordem de antiguidade (1789); **Juiz da Chancelaria** (carta de 11 de Janeiro de 1790); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Abril de 1795), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e de se encartar no lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (24 de Abril

de 1795); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 5 de Dezembro de 1799). Recebeu provisão de tença de 12\$000 réis de hábito.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1776. Foi morador na Rua de S. Vicente de Fora. O pai e o avô paterno foram Desembargadores. Teve um tio chamado João de Campos Limpo, que também era Desembargador (LB).

António Carneiro de Almada (Bacharel), nascido em 1643, natural de Alverca, filho de Vicente Carneiro de Almada e de Maria Ana de Almeida. Foi **Juiz de Fora de Alenquer** (1676); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1693).

António Carneiro Barbosa (formado em direito civil), natural de Vila do Conde, filho de Jácome Carneiro Barbosa.

Foi **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 5 de Dezembro de 1692); **Desembargador da Casa da Suplicação**; **Conselheiro Ultramarino**. Recebeu carta de padrão de 28\$000 réis de tença (6 de Agosto de 1680), tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (9 de Outubro de 1680), beca no colégio Pontifício de S. Pedro (26 de Março de 1681), e alvará para ter com o lugar 300\$000 réis (6 de Novembro de 1704).

Observações: Foi lente de leis (MM).

António Carneiro Tinouco de Abreu (Doutor em leis; lente na Universidade de Coimbra), natural de Braga, filho de Francisco Álvaro Tinouco e de Ascensão Carneiro de Meira e Abreu.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 6 de Agosto de 1709); **Desembargador da Casa da Suplicação**.

Observações: O seu pai era senhor do morgado de Santo Adrião que instituiu na cidade de Braga. Casou com Mariana da Rocha Pimentel, filha herdeira de Manuel da Rocha Pimentel, senhor do morgado dos Pimentais que instituiu D. João Egas Porto Carreiro Arcebispo de Braga, e de Ângela da Costa Coelho (LB).

António Castelo Branco Távora (Bacharel), natural de Tentúgal, filho de Francisco de Miranda de Castelo Branco e de Francisca de Noronha Távora (naturais de Tentúgal), neto paterno de António de Castelo Branco e Maria dos Santos (naturais de Tentúgal), e neto materno de Martin de Távora de Noronha (natural do Porto) e Maria Leme (natural de Tentúgal).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará de posse de Desembargador da Relação do Porto. Recebeu apostila de 700\$000 réis de juro,

apostila de 240\$000 réis de juro, doação de saboarias, verba de 28\$000 réis de tença, verba de 30\$000 réis de tença, carta de título de conde do Pombeiro, carta de assentamento de conde de Pombeiro, carta de padrão de tença de 30\$000 réis (5 de Dezembro de 1690), carta de tença de 28\$000 réis (5 de Dezembro de 1690), e padrão de 28\$000 réis de tença. **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1681. Foi lente na Universidade de Coimbra. Casou com Bernarda Teles de Meneses, filha de Pedro Lopes de Quadros, natural de Tavares no Campo de Coimbra, e de sua mulher Maria Teles Meneses, a qual foi religiosa no Real Mosteiro do Lorvão da Ordem de S. Bernardo e duas vezes abadessa dele (LB).

António Cláudio de Correia da Fonseca (Licenciado em leis), natural da freguesia de S. Julião em Lisboa, filho de José Dias da Fonseca (natural da freguesia de Santa Maria do Mosteiro em Barcelos) e de Catarina Teresa da Conceição (natural da freguesia de Nossa Senhora do Socorro em Lisboa), neto paterno de Cristóvão da Fonseca e Mariana Dias (naturais de Guimarães), e neto materno de António Lopes Cardoso (natural de Tomar) e Mariana da Rosa (natural de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de primeira instância de Palmela** por três anos (carta de 6 de Dezembro de 1743); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta de 13 de Agosto de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Dezembro de 1764), provisão para tomar posse de Desembargador da Relação do Porto por procurador (12 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Outubro de 1768); **Promotor das justiças da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Novembro de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1774); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 20 de Agosto de 1778). Recebeu carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito (29 de Outubro de 1748), carta para ser provido do hábito da Ordem de Cristo (7 de Outubro de 1750), e alvará de foro de fidalgo (5 de Abril de 1769).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1741. «[...] seu pai foi vestimenteiro da Casa Real, e que seu avô materno fora cirurgueiro de agulha e depois Mercador de Retros e servira na casa dos vinte e quatro [...] nas suas inquirições lhe resultava alguma mecanica que servia de impedimento á sua leitura, pedindo a Vossa Majestade fosse servido dispensar-lhe por ser graça que se tinha praticado com muitos [...]» (LB).

António Coelho de Azevedo (Bacharel), nascido em 1749, natural de Lisboa, filho de António

Coelho de Ascensão e de Domingas Caetana Pinheiro.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (1796). Recebeu provisão para vencer o ordenado desde o dia que embarcar (30 de Julho de 1796).

* **António Coelho de Carvalho** (formado em direito canónico), natural de Gouveia, filho de Feliciano e de Maria Manuel, neto materno de Feliciano Coelho de Carvalho.

Foi **Juiz dos contados do Reino** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (1622); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**; **Deputado** (17 de Janeiro de 1641); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 23 de Janeiro de 1641), provisão de administração da capitania do Maranhão por falecimento de Francisco Coelho de Carvalho (6 de Outubro de 1648); **Deputado Governador e Capitão-Geral da capitania de Cumã** (alvará de **Governador e administração do Mestrado e Cavalaria e Ordem de Cristo** de 4 de Novembro de 1644), carta de doação da capitania de Cumã no Estado do Maranhão (15 de Janeiro de 1646), alvará de governador e Capitão de Cumã (8 de Março de 1646), provisão de **Governador do Estado do Maranhão e capitão-mor da Capitania do Pará** (7 de Dezembro de 1648), carta de Deputado. Recebeu alvará para o governador do Maranhão lhe dar ajuda e favor, doação da capitania de Comutá no Maranhão, doação da capitania do Cumã no Maranhão, alvará para mandar um navio ao Maranhão, alvará para trazer os índios que quiser para a sua capitania, alvará para a restituição dos índios à capitania do Cumã, alvará para aforar bens de capela, alvará para mandar certos casais ao Maranhão, carta de sentença de privilégios na capitania do Maranhão (12 de Dezembro de 1646), provisão de licença para mandar em um navio inglês (16 de Julho de 1647), provisão de administração da capitania de Comutá, alvará para se guardar os privilégios da capitania de Comutá, alvará para se lhe não impedir a descarga de um navio, e carta de capitania de Comutá.

Observações: O seu pai foi Governador da Ilha de São Tomé (LB).

António Coelho de Meireles (Bacharel em cânones), nascido em 1692, natural de Freixo de Espada à Cinta, filho de Pedro Varejão Gamboa e de Ana de Meireles Coelho, neto paterno de António Varejão de Gamboa e Maria Pinto, e neto materno de Francisco Lopes Coelho e

Catarina Meireles (todos naturais de Freixo de Espada à Cinta).

Foi **Juiz de Fora de Viseu** (carta de 16 de Julho de 1718); **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de mercê do cargo de 23 de Abril de 1723); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de mercê do cargo de 28 de Dezembro de 1728); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 20 de Agosto de 1734); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Dezembro de 1745); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 17 de Setembro de 1749). Recebeu provisão de mercê para poder vestir beca (8 de Maio de 1733), carta de propriedade do ofício de Juiz da alfândega de Freixo de Espada à Cinta (24 de Maio de 1743), alvará para nomear serventuário no ofício de Juiz da alfândega de Freixo de Espada à Cinta (25 de Maio de 1743), carta de padrão de tença de 125000 réis e hábito (15 de Julho de 1746), e provisão de licença para renunciar o seu ofício de Juiz da alfândega de Freixo de Espada à Cinta (5 de Outubro de 1748).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1718. O avô paterno foi capitão-mor. Foi casado com Margarida Lopes (MM).

António Correia Amorim e Castro (Bacharel em cânones), natural de Vila Viçosa, filho de Miguel de Oliveira Guimarães e Castro (natural de Ponte de Lima) e de Ana Teresa Peregrina da Mota (natural de Lisboa), neto paterno de Filipe de Oliveira Guimarães (natural de Guimarães) e Maria dos Guimarães Correia (natural de Ponte de Lima), e neto materno de António de Figueira Rebelo (natural de Avis).

Foi **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 20 de Abril de 1779), carta de recondução do lugar de Corregedor da Comarca de Castelo Branco com predicamento de primeiro Banco (26 de Abril de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Março de 1784), carta de privilégio de **Desembargador do Paço** (26 de Outubro de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Fevereiro de 1800), carta do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (29 de Maio de 1802); **Conselheiro** (carta de título de 3 de Dezembro de 1813); **Conselheiro da Fazenda** com exercício que tem de **Desembargador Agravista** (carta de 22 de Agosto de 1814), carta de Conselheiro efectivo de Conselho da Fazenda (3 de Outubro de 1816). Recebeu 125000 réis de tença e o hábito de Cristo (4 de Maio de 1778), provisão de extinção

do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Santarém (3 de Setembro de 1798), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (9 de Janeiro de 1815).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1771. O seu pai foi Desembargador da Casa da Suplicação, e Ouvidor da Comarca de Vila Viçosa. «[...] o Pai era cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e concelheiro do Conselho do Ultramar para onde fora promovido depois de servir muitos annos o lugar de ouvidor da Comarca de Vila Viçosa; e que os ditos Pays e Avós paternos e maternos erão Pessoas nobres, e como tal se tratavão, vivendo de suas proprias fazendas com luzimento, sem que nenhum dos sobreditos exercitassem officio mecano, como o justificante tinha hum irmão Freire conventual da ordem de S. Bento de Avis e Prior actual da Matriz da villa Monte Argil, sendo todos bem reputados [...]» (Informação de 1778). O habilitante tinha um tio irmão de sua mãe, chamado José Figueira Rebelo, que era capitão-mor da vila de Boim (LB).

António Correia Amorim Picanço (Bacharel).

Foi **Corregedor do Bairro de Alfama** (5 de Novembro de 1799), provisão de beca honorária (4 de Junho de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Março de 1804); **Auditor-Geral da Marinha** tendo com ele o exercício de Desembargador da Relação do Porto (3 de Março de 1804). Recebeu provisão de dispensa de habilitações para ler na mesa do Desembargo do Paço (5 de Dezembro de 1798).

António da Costa Correia de Sá (Bacharel em cânones), natural da freguesia da Sé no Porto, filho de Pedro da Costa Correia (natural do Porto) e de Ana Teresa de Sá (natural da freguesia de S. Nicolau no Porto), neto paterno de Pedro da Costa Vale (natural de S. Pedro de Roriz no Porto) e Catarina Correia dos Santos (natural do Porto), e neto materno de Francisco de Sá e Maria de Jesus de Melo (naturais do Porto). Foi **Juiz de Fora de Portalegre** (carta de 25 de Fevereiro de 1790), provisão de licença de dois meses (9 de Maio de 1791), provisão de licença de dois meses (9 de Dezembro de 1792); **Desembargador da Casa da Suplicação** com assento em Goa (alvará de 4 de Julho de 1793), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (9 de Novembro de 1804), Desembargador Extravagante (1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1767. «[...] profeço na ordem de Cristo natural da cidade do Porto que lendo no Desembargo do Paço em 29 de Julho de 1767 onde se persuade teve dos mais distintos acentos, que apesar destes de tanta antiguidade, da grande deligência que tem feito para entrar no Real serviço, assestindo por muitas vezes na Corte, onde fez uma despeza enormissima, foi sempre preterido por bachareis [...]» (LB).

António Costa Freire (Bacharel em leis), nascido em 1699, natural de Salvaterra de Magos, filho de António da Costa Coelho e de Dionísia Antunes Caldeira, neto paterno de Manuel da Costa Coelho e Maria Rodrigues Coelho, e neto materno de Duarte Lopes Temudo Tavares e Maria Antunes Caldeira (todos naturais de Salvaterra de Magos).

Foi **Juiz de Fora de Palmela e Alhos Vedros** (carta de mercê do cargo de 18 de Janeiro de 1734), provisão de licença por dois meses (14 de Janeiro de 1735); **Juiz do cível da cidade de Lisboa** (1739); **Corregedor do cível** (18 de Dezembro de 1743), carta de recondução no lugar de Corregedor do cível por três anos (25 de Abril de 1747); **Provedor da alfândega de Lisboa e feitor-mor das Alfândegas do Reino** (alvará de serventia do ofício de 15 de Julho de 1748); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Abril de 1753); **Procurador da Fazenda** (carta de 3 de Novembro de 1753); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 5 de Novembro de 1753); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 30 de Novembro de 1753). Recebeu alvará de administração de uma capela na Igreja de Santiago da vila de Torres Novas (4 de Julho de 1721), provisão de administração de capela que instituiu Manuel das Neves na Igreja de Vaqueiros em Santarém (23 de Julho de 1728), carta de confirmação de sesmaria de uma légua de terra em quadro na paragem chamada Tangôa (2 de Março de 1729), alvará de propriedade de ofício (28 de Novembro de 1752), carta de fidalgo (7 de Junho de 1753), alvará de fidalgo cavaleiro (12 de Julho de 1753), licença para nomear um guarda (20 de Junho de 1754), alvará de licença para vincular em capela uma parte da remuneração de seus serviços (22 de Junho de 1754), e alvará de provisão de um foro perpétuo (23 de Junho de 1754).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1732. O seu avô materno casou pela segunda vez com Maria Antunes Caldeira. Teve suprimimento de idade. Até casar com Josefa de Jesus Maria (filha de Manuel da Silva e Luísa Maria) a sua residência foi em Santarém. «*Em Março de 1755 foi elleito Desembargador dos Aggravos que exercitou pouco tempo porque no mez de Mayo seguinte foi assempto a Provedor da Fazenda Real e do Conselho de El Rey Nosso Senhor em que dorou a sua fortuna athe o fim do anno de 1758, no qual em 13 de Dezembro foi prezo pello crime da inconfidencia naquelle mesmo dia, em que também foram prezos os fidalgos que forão justicados e mui pessoas incursas no crime de Leza Majestade tão sabido [...]*» (MM).

António da Costa Maciel (Bacharel), nascido em 1681, natural de Viana da Foz do Lima, filho de Manuel Maciel e de Maria Antónia.

Foi **Juiz de Fora de Montalegre; Juiz de Fora da Ilha da Madeira** (carta de 5 de Novembro de 1709); **Superintendente dos Tabacos do Minho** (carta de 12 de Abril de 1717), reconduzido (30 de Setembro de 1721); **Desembargador supranumerário da Relação do Porto** (carta de 26 de Março de 1727). Recebeu provisão de licença para casar (12 de Agosto de 1721), alvará de 20\$000 réis anuais de ajuda de custa (14 de Abril de 1711), e provisão para jurar na Chancelaria por procurador (29 de Março de 1727). **Observações:** Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 3 de Março de 1703 (HOC).

António da Costa Novais (Licenciado), filho de Amaro da Costa (natural de Braga e de Natália da Fonseca, neto paterno de Domingos Dias e Maria Garcia (naturais de Braga), e neto materno de Pedro Carvalho e Máxima Gomes.

Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 5 de Outubro de 1668); **Corregedor do cível da Corte** (carta de promoção na Vara de 26 de Setembro de 1679); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Vereador do Senado de Lisboa** (alvará). Recebeu verba de 50\$000 réis de juro, padrão de 50\$000 réis de juro, e verba de 41\$500 réis de juro. **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1647. Os seus avós foram lavradores que viveram de suas fazendas (LB).

António Cunha Brochado (Doutor em leis), natural da Baía, filho de Belchior Cunha Brochado (natural de Lisboa) e de Maria Francisca de Paula e Almeida (natural da Baía), neto paterno de António da Cunha da Fonseca e Joana de Quental (naturais de Lisboa), e neto materno de Sebastião Barbosa de Almeida e Vicência da Silva (naturais da Baía).

Foi **Juiz da Índia e Mina** por três anos (carta de 15 de Setembro de 1713), carta de recondução de Juiz da Índia e Mina de Lisboa (5 de Novembro de 1716); **Desembargador da Relação do Porto; Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Fevereiro de 1721); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 2 de Julho de 1728); **Conselheiro** (carta de mercê do título de 4 de Janeiro de 1729). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com aumento de moradia (28 de Fevereiro de 1711), padrão de 28\$000 réis de tença (10 de Junho de 1711), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (16 de Julho de 1711), carta da comenda de S. Pedro do Sul da Ordem de Cristo (16 de Fevereiro de 1721), verba de 20\$000 réis de tença (8 de Abril de 1721), e padrão de 20\$000 réis de tença (7 de Maio de 1721).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1712. Foi fidalgo da Casa Real, e familiar do Santo Ofício. O seu pai foi Desembargador, o seu avô materno Capitão e o paterno Tenente do castelo de Lisboa. «Entre dezasseis filhos que seu Pay teve da dita sua consorte, foi António da Cunha o primeiro na ordem dos filhos, e segundo no nascimento. [...] fazendo viagem com seu Pay para a Corte de Lisboa [...] foi Aggravista e finalmente conselheiro da Fazenda, e como nesses tempos florescera a reforma dos conegos regrantes de Santa Cruz de Coimbra, tocado de supperior influxo, e deenganado dos erros do mundo, abraçou aquelle sagrado instituto, trocando pelo mais rigido, e austero, o que logrou no seculo tão suave e benigno, e tomando o habito Santo daquella congregação illustre no Real Convento de S. Vicente de Fora extramuros da Corte de Lisboa; mudou o nome de António da Cunha Brochado em Dom António de Nossa Senhora do Carmo. Foi Prior do referido convento, donde falleceo no cargo do dia 3 de Janeiro de 1749. Sempre recomendavel na memória de todos pela rectidão com que obrou nos seus ministérios tanto de secular como de religioso para cujo emprego se tinha anticipado com o character de sacerdote a que aspirou depois que veyo da Corte de Madrid para donde tinha feito jornada com seu tio José da Cunha Brochado [...] e no cargo de Conselheiro da Fazenda fez a sua primeira mudança de vida.» (MM).

António da Cunha Pinheiro (Doutor), natural de Lisboa, filho de Francisco da Cunha Pinheiro. Foi **Juiz do cível de Lisboa**; **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 18 de Novembro de 1688); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Agosto de 1689); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1696); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens**. Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com aumento de moradia (31 de Julho de 1709), e carta de sesmaria (31 de Julho de 1709).

Observações: Casou-se com Luísa Maria da Silva e Ataíde, viúva que foi de Heitor Vaz de Castelo Branco, natural de Leiria, de cujo consórcio nasceu o Desembargador Francisco Luís da Cunha e Ataíde, que foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e Guarda-mor da Torre do Tombo «em que fez obras de todo o louvor» (LB).

António da Cunha Soutomaior (Licenciado por exame), natural de Lisboa, filho de Manuel da Cunha Soutomaior (natural da freguesia de S. Bartolomeu de Vila Viçosa) e de Isabel Teles de Lemos (natural da freguesia de Santa Catarina de Lisboa), neto paterno de António de Castro (natural de Vila Viçosa) e Bernarda da Cunha Soutomaior, e neto materno de Bernardo de Lemos Pereira (natural da freguesia de S. Sebastião da Mouraria em Lisboa) e Cristina Teles (natural da freguesia da Conceição em Lisboa).

Foi **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta de 14 de Abril de 1702), alvará de tença de 100\$000 réis com o cargo de Ouvidor de alfândega (9 de Agosto de 1702); **Desembargador da Relação da Baía** por três anos (carta de 20 de Março de 1709), alvará para por procurador tomar posse do lugar de Desembargador da Relação da Baía (3 de Novembro de 1709); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** com ordenado (carta de 15 de Outubro de 1715), provisão para estar ausente por dois meses (28 de Abril de 1716). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (5 de Maio de 1688), padrão de 48\$000 réis de tença (24 de Julho de 1714), carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (11 de Agosto de 1714), e provisão para que o Corregedor da Comarca de Santarém faça o inventário e partilha do que o dito trata (28 de Agosto de 1727).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1701. O seu pai, que foi Desembargador, veio para Lisboa com pouca idade e na companhia de António de Castro. O avô paterno foi físico-mor do Reino «[...] foi ao Rio de Janeiro com comissão régia conhecer das culpas de António de Albuquerque Coelho governador das Minas por deixar tomar aquella cidade pelos Franceses; e sendo Desembargador de Aggravos na Casa da Suplicação, em que fora promovido faleceo [...]». Foi fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo, e na mesma comendador de Santa Maria de Pedrosa (LB). Casou-se com Rosa Maria de Sequeira, natural de Minas Gerais e «de que se escreveu as egregias acções no Teatro das Heroínas letras», de cujo consórcio nasceu António da Cunha Soutomaior (MM).

António Dias Alves (Bacharel), natural de Tondela, filho de António Dias Álvares.

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Viana** por três anos (alvará de 25 de Outubro de 1710); **Provedor da Comarca de Coimbra** (alvará de 29 de Dezembro de 1717); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1726); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 23 de Agosto de 1727), carta de Desembargador (18 de Março de 1735); **Desembargador da Casa da Suplicação** (provisão em que declara nomeá-lo Desembargador da Casa da Suplicação e ser nela aposentado de 18 de Maio de 1735). Recebeu alvará de 292\$000 réis anuais de aposentadoria (28 de Junho de 1743), e carta de padrão de tença anual de 28\$000 réis para seu neto António Pereira Teles em sua vida (9 de Dezembro de 1745).

António Dinis da Cruz e Silva (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Setembro de 1789); **Desembargador da**

Casa da Suplicação (carta de um lugar ordinário de 5 de Julho de 1790); **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** (carta do lugar de 10 de Dezembro de 1792). Recebeu carta de profissão de hábito (9 de Julho de 1790).

António Duarte de Barros (Doutor).

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta); **Provedor da Comarca de Santarém** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado com beca, propinas e ordenado de 22 de Junho de 1688).

António Esteves Coentro (Bacharel), nascido em 1714, natural de Tondela, filho de António Dinis de Sampaio e de Maria Antunes, neto paterno de José Gomes de Faria e Antónia Josefa de Sampaio, e neto materno de António Álvares de Faria e Josefa Maria de Sampaio.

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide** (carta de 23 de Junho de 1747), suspenso (15 de Novembro de 1750); **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** (depois de 1750); **Juiz de Fora de Mirandela**, lugar que foi criar (carta de 15 de Dezembro de 1759); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 1 de Fevereiro de 1763).

Observações: Habilitado pela Ordem de Cristo a 7 de Agosto de 1765 (HOC). «*Na viagem que fazia para a Relação do Rio de Janeiro se lançou ao mar, deitando o capote para dentro da Nao, e dizendo para os companheiros – a Deos*» (MM).

António de Faria Machado (Bacharel), natural de Barcelos na Província do Minho, filho de António Pinto de Almeida e de Ana da Fonseca, e neto materno de Paulo Velho da Fonseca e Perpétua Velho.

Foi **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (posse a 17 de Maio de 1634); **Juiz de Fora de Arraiolos** (posse a 27 de Junho de 1638, até 7 de Maio de 1641); **Ouvidor de Vila Viçosa**; **Provedor de Tomar** por três anos (alvará de 20 de Setembro de 1641), carta para ter salário e prémio declarado como Provedor de Tomar (20 de Setembro de 1641); **Ouvidor da alfândega da cidade de Lisboa** por três anos (carta de 28 de Novembro de 1645); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Abril de 1650); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 6 de Março de 1653). Recebeu carta para fazer diligências em cada uma das relações do Reino e que lhe sejam dadas pousadas e estrebarias de graça mantimentos bestas barcos e guias (20 de Setembro de 1641), carta de prémio dos selos e chancelarias das contas (20 de Setembro de 1641), alvará de licença para poder

renunciar às duas viagens de Goa para Moçambique (8 de Abril de 1644), e carta de hábito da Ordem de Cristo (12 de Setembro de 1658).

Observações: O seu pai foi Desembargador (MM).

António Feliciano da Silva Carneiro (Bacharel), nascido em 1745, natural do Porto, filho de Henrique da Silva Carneiro e de Ana Jacinta da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Monção** (carta de 8 de Fevereiro de 1774); **Ouvidor de Vila Real** (depois de 1778); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 25 de Junho de 1785). Recebeu carta de Escrivão do Juízo do crime do Porto (3 de Fevereiro de 1797), provisão para nomear serventuário em Escrivão do Juízo do crime do Porto (21 de Janeiro de 1817), e provisão de sobrevivência de Escrivão do Juízo do crime do Porto para seu filho José Manuel Pereira da Silva Carneiro (2 de Setembro de 1820).

António Félix Contreiras Silva (Bacharel em leis), natural da freguesia de S. Miguel do Rio das Contas na Baía, filho de António Duarte da Silva (natural da freguesia de S. Julião em Lisboa) e de Maria da Conceição (natural da Baía), neto paterno de António Duarte da Silva e Francisca Caetana de Contreiras (naturais da freguesia de S. Nicolau em Lisboa), e neto materno de Manuel de Barros Lisboa (natural da freguesia de Santa Catarina em Lisboa) e Maria Nunes da Conceição (natural da freguesia de S. Miguel da Barra do Rio das Contas na Baía).

Foi **Superintendente das Alfândegas das Três Províncias do Norte e partido do Porto** (alvará de 2 de Julho de 1780), provisão de beca Honorária como Superintendente-Geral da alfândega do Norte (17 de Outubro de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Novembro de 1793); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Fevereiro de 1802); **Juiz da Chancelaria** (carta de 26 de Maio de 1804). Recebeu carta de padrão pela renúncia de Roberto Manuel Marques de Vasconcelos e hábito de Cristo com 20\$000 réis de tença (13 de Agosto de 1770), padrão de 8\$000 réis de tença (10 de Setembro de 1770), provisão de comissão para a casa de Fernando Romão de Ataíde Teive (17 de Maio de 1811), e provisão que o alivia de Juiz administrador da casa de D. Luísa da Silva Gutierrez (2 de Março de 1812).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1769. O seu pai e avô foram Capitães-mores. Recebeu provisão de licença para poder efectuar certo casamento a 20 de Fevereiro de 1778. Foi morador na Rua Direita da Fábrica em Lisboa, em casa do Conselheiro Joaquim Inácio da Cruz; os seus pais

foram moradores na Baía na freguesia da Conceição da Praia (informação de 1770) (MM).

António Ferreira de Andrade Henriques (Bacharel), nascido em 1694, natural do Bombarral, filho de João Henriques de Melo e de Guiomar Ferreira de Lacerda, neto paterno de Rui Gomes Henriques e D. Ana Henriques, e neto materno de Duarte Vaz Dorta Osório e D. Maria de Lacerda.

Foi **Corregedor de Castelo Branco** (carta de 19 de Outubro de 1725); **Chanceler da Relação de Goa** (5 de Abril de 1732); **Provedor da Índia** (17 de Abril de 1732); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (10 de Dezembro de 1745), alvará de 300\$000 réis de ordenado (28 de Fevereiro de 1746). Recebeu carta do privilégio de Desembargador (6 de Agosto de 1748), e padrão de 28\$000 réis de tença (13 de Agosto de 1736).

Observações: Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real (HOC).

António Ferreira Gil (Bacharel), nascido em 1702, natural de Lisboa, filho de Manuel Ferreira Gil e de Domingas da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Alter do Chão** (1733); **Ouvidor de Bragança** (1738); **Provedor de Paraíba** (17 de Fevereiro de 1744); **Ouvidor de Paraíba** (26 de Fevereiro de 1744); **Desembargador da Relação da Baía** (15 de Dezembro de 1752); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador (29 de Janeiro de 1753). Recebeu alvará de licença para vir ao Reino com a sua família (17 de Março de 1750), e provisão para poder caçar (20 de Abril de 1747).

Observações: «Completo o Sexennio [como Desembargador da Baía], por cauza das Suas molestias, Sahio da Bahia para Pernambuco, donde fez residencia com a Sua familia Sem detreminação de tornar para o Reyno» (MM).

António Ferreira de Lemos Malheiros Vasconcelos e Melo (Bacharel), nascido em 1771, natural de Resende em Lamego, filho de João Ferreira Ribeiro de Lemos e de Doroteia Joaquina de Melo Malheiro.

Foi **Provedor dos resíduos de Lisboa** (24 de Junho de 1796); **Desembargador da Relação do Porto** (9 de Dezembro de 1802). Recebeu provisão de licença de três meses (27 de Julho de 1797), e provisão de licença de dois meses (27 de Julho de 1798).

António Ferreira de Mendonça (bacharel em cânones), natural de Torres Vedras, filho de

Francisco Ferreira (natural de Torres Vedras) e de Feliciano Maria Mendonça (natural do Turcifal).

Foi **Juiz de Fora de Santarém** (carta de mercê do cargo de 5 de Julho de 1730); **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 4 de Setembro de 1737); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 17 de Dezembro de 1743), carta de recondução por mais três anos como **Corregedor do cível de Lisboa** (25 de Abril de 1747); **Ajudante de Procurador da Fazenda** (alvará de mercê para que tenha em cada ano enquanto servir de Ajudante de Procurador da Fazenda a quantia de 12\$000 réis de sua ordinária de 12 de Janeiro de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Junho de 1748). Recebeu provisão para poder vestir beca (22 de Dezembro de 1745).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1727. Casou com Rosa Josefa Barreto, natural de Olhalvo no termo de Alenquer, de cujo consórcio nasceu José Inácio de Mendonça que também foi Desembargador, o qual, por sua vez, foi pai de António Pedro Torquato de Mendonça igualmente Desembargador. «[...] seguindo outro caminho se ordenou de ordens menores e foi promovido pelo Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarchal Dom Thomaz de Almeida, o vigario geral da villa de Obidos, que exercitou com grande satisfação tomando posse da sua vara em 5 de Janeiro de 1722. Existiu neste ministério mais quatro annos, porem [...] se resolveo a seguir as varas da justiça secular e lendo primeiro no Desembargo do Paço em 13 de Julho de 1728 [...]» Morreu a 20 de Julho de 1753 na vila das Caldas da Rainha onde estava tomando os seus banhos, tendo sido sepultado na ermida do Espírito Santo (MM).

António Ferreira de Sousa (Licenciado), nascido em 1648, natural de Angra na Ilha Terceira, filho de João Ferreira de Sousa e de Isabel de São João.

Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** (1678); **Desembargador da Relação de Goa** (1681).

António de Figueiredo Branco (Bacharel), nascido em 1679, natural de Águeda, filho de João Rodrigues Branco e de Joana de Figueiredo.

Foi **Juiz de Fora de Alenquer** (1708), reconduzido (1711); **Juiz do crime do Bairro da Ribeira** (1718); **Ouvidor de Setúbal** (7 de Novembro de 1723); **Chanceler da Relação de Goa** (17 de Março de 1730). Recebeu provisão para que possa levar as espórtulas de que faz menção (3 de Outubro de 1726), alvará para comprar propriedades no termo da sua jurisdição de Juiz de Fora de Alenquer (14 de Julho de 1711), e provisão de aforamento de quinta do morgado do Desembargador João Coelho Henriques (22 de Novembro de 1719).

Observações: Faleceu enquanto Chanceler de Goa (MM). Foi habilitado pelo Ordem de Cristo a 23 de Março de 1730 (HOC).

António Filipe Soares Andrade e Brederode (Bacharel) também *António Filipe de Andrade Soares Brederode*, também *António Filipe Soares Andrade e Brederede*.

Foi **Juiz do crime do Bairro do Mocambo** (provisão de licença de dois meses de 28 de Abril de 1786); **Ouvidor na Capitania da Paraíba do Norte** (provisão de ajuda de 80\$000 réis de ajuda de custo com o lugar de 18 de Abril de 1790), carta do lugar de Ouvidor da Paraíba (30 de Outubro de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Outubro de 1790); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Junho de 1807). Recebeu apostila de 97\$008 réis de juro na intendência das dívidas (8 de Setembro de 1782), alvará de serventário do ofício de Provedor dos resíduos (30 de Março de 1787), e carta de administração da capela que na Igreja de S. Miguel de Alcaniz instituíra o padre Vicente Antunes (22 de Agosto de 1796).

António da Fonseca de Brito (Bacharel), natural do Alvito, filho de Francisco Mendes Marecos e de D. Águeda de Brito.

Foi **Juiz de Fora de Portel** (1638); **Provedor da Guarda; Desembargador da Casa da Suplicação** (1656).

Observações: Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo (HOC).

António Freire de Andrade Encerrabodes (Bacharel), natural de Arruda, filho de Jorge Freire de Andrade e de Maria de Soutomaior.

Foi **Juiz de Fora de Torres Novas** (depois de 1651); **Juiz dos órfãos do termo de Lisboa** (até 1665); **Ouvidor de Montemor-o-Velho** (1665); **Provedor de Castelo Branco** (1669); **Provedor da Guarda; Juiz da Índia e Mina** (carta de 9 de Junho de 1681); **Juiz das Causas do Consulado** (carta de 5 de Agosto de 1681); **Desembargador da Relação do Porto** (1684).

António Freire de Andrade Encerrabodes (Licenciado por exame privado na Faculdade de leis), natural de Lisboa, filho de Jorge Freire de Andrade e de Antónia de Castro (naturais de Arruda), neto paterno de António Freire de Andrade (natural de Arruda) e Isabel de Noronha, e neto materno de Vicente Pereira de Castro e Leonor Soutomaior (naturais de Arruda).

Foi **Corregedor de Torres Vedras** (1722); **Juiz do Tombo do Senado** (provisão confirmando a nomeação de 27 de Março de 1726); **Juiz da Índia e Mina** (carta de mercê do lugar de 11 de Dezembro de 1726), carta de recondução no lugar de Juiz da Índia e Mina (17 de Dezembro de 1731); **Desembargador da Relação do Porto** com beca; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Novembro de 1737); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Novembro de 1740); **Conservador da nação francesa** (alvará de 20 de Fevereiro de 1741); **Deputado e Chanceler-mor do Reino** (lugar de Deputado em acumulação com o de Chanceler-mor do Reino de 17 de Maio de 1777), provisão concedendo-lhe o cargo e mais privilégios de Chanceler-mor do Reino (10 de Julho de 1777), carta do cargo de Chanceler-mor do Reino (18 de Julho de 1777). Recebeu alvará de foro de fidalgo da Casa Real (22 de Dezembro de 1757), administração dos bens de uma capela sita em Sintra e Alcochete (18 de Julho de 1777), e provisão concedendo-lhe a abolição das capelas de que trata (12 de Novembro de 1777).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1720. O seu pai foi Vereador do Senado da Câmara e Desembargador. Foi morador no Campo Grande em 1782-1783. O seu avô paterno foi também Desembargador. Foi enviado às cortes de Londres e Roma; aquando do seu regresso em 1761 foi preso em lugar desconhecido (MM).

António Freire da Fonseca (Doutor), filho de António Freire da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Estremoz** por três anos (alvará de 3 de Abril de 1645); **Corregedor de Castelo Branco** por três anos (carta de 13 de Janeiro de 1653); **Corregedor de Évora** (25 de Outubro de 1658); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 24 de Janeiro de 1664); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 15 de Setembro de 1676); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Agosto de 1679); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (alvará de aposentado da Mesa da Consciência e Ordens com o ordenado correspondente de 28 de Julho de 1688), alvará de aposentadoria com 300\$000 réis a mais (20 de Novembro de 1688). Recebeu alvará de 40\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (24 de Março de 1665), carta de padrão de 40\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (13 de Junho de 1667), e alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (10 de Março de 1689).

António Freire da Fonseca Osório (Bacharel), natural de Freineda no termo de Castelo Bom, filho de Manuel de Campos Baltazar da Fonseca Tavares (natural de Freineda) e de Isabel da Fonseca Osório (natural de Castanheiro Bom em Pinhel), neto paterno de Gaspar da Fonseca de Andrade e Maria Tavares (naturais de Freineda), e neto materno de Gaspar da Fonseca Osório e Isabel Monteiro (naturais de Pinhel).

Foi **Juiz de Fora da Guarda** (7 de Fevereiro de 1720); **Auditor-Geral da Gente da Guerra da Beira** (5 de Agosto de 1720); **Juiz dos órfãos de Ribeirão do Carmo** (20 de Janeiro de 1731); **Provedor de Ribeirão do Carmo** (20 de Janeiro de 1731); **Juiz de Fora de Ribeirão do Carmo** (23 de Janeiro de 1731); **Provedor da Guarda** (8 de Novembro de 1737), com predicamento de lugar de primeiro banco; **Desembargador da Relação do Porto** aposentado (28 de Julho de 1750). Recebeu carta de propriedade do ofício de Escrivão dos órfãos de Pinhel (10 de Maio de 1723), provisão para servir de Juiz dos órfãos de Ribeirão do Carmo não havendo proprietário (20 de Janeiro de 1731), provisão para poder renunciar o ofício de Escrivão dos órfãos de Pinhel (20 de Agosto de 1728), alvará de 200\$000 réis de ordenado de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (22 de Fevereiro de 1751), provisão de 400\$000 réis de ordenado (24 de Janeiro de 1731), e provisão de licença por tempo de seis meses (26 de Novembro de 1739).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1718 (LB).

António Freitas Branco (Doutor), filho de Domingos Fernandes Branco.

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Outubro de 1679); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**; **Superintendente da Casa da Moeda** (alvará); **Aicaide-mor de Montemor-o-Velho** (alvará); **Conselheiro da Fazenda**; **Conselheiro** (carta); **Chanceler da Casa de Bragança da Junta e do Infantado**; **Administrador da Casa de Aveiro**. Recebeu verba de 150\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 150\$000 réis, padrão de 58\$000 réis de tença, padrão de 88\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 12\$000 réis (23 de Julho de 1683), padrão de 76\$400 réis de tença, alvará de uma vida mais nos bens da coroa, alvará para a venda de bens dotais, alvará para aforar bens de morgado, e alvará de ordenado.

Observações: Teve um irmão que já estava habilitado pela Ordem de Cristo (informação de 1687) (LB). Foi ministro à Corte de Heidelberg, informando-se da saúde da princesa

D. Maria Sofia Isabel, rainha de Portugal e segunda mulher de D. Pedro II (MM).

António de Freitas Faleiro (Doutor), natural de Lisboa, filho de João Mendes de Freitas.

Foi **Juiz de Fora de Setúbal** (1691); **Corregedor de Torres Vedras** (carta); **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta); **Superintendente das dízimas da cidade de Lisboa** por três anos e **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Janeiro de 1711), carta de Superintendente das dízimas da cidade de Lisboa por mais três anos (5 de Abril de 1715), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (10 de Outubro de 1715). Recebeu carta de ofício (18 de Dezembro de 1707), alvará de nomeação de capela, carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (27 de Novembro de 1715), e carta de padrão de tença de 18\$000 réis cada ano (2 de Dezembro de 1715).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1689 (MM). «[...] e que seu pay foi ourives do Ouro, e por tão bem não constar daz naturalidades; qualidades; e limpeza de seus Avos paternos, e maternos [...] por espaço de treze annos sette mezes, e onze dias nos lugares de Juiz de Fora de Setubal, corregedor da Comarca de Torres Vedras e Procurador dos reziduos deste cidade, dando delles boas residencia em razão de ter servido com satisfação, limpeza de mãos [...] no anno de 1700 ser encarregado pela junta da administração do tabaco da diligencia de rondar os navios da frota do Rio de Janeiro para se evitarem os descambes do tabaco, obrando tudo com zello [...] e depois e sendo encarregado pella junta dos Tres Estados da superintendencia do lançamento dos quatros e meio por cento da freguesia de Santa Anna desta cidade a exercer por tempo de seis annos do de 1698 athe o de 1703, fazendo entrar na contadoria geral de guerra os livros do dito lançamento [...]» (HOC).

António de Freitas Pinto (Bacharel), nascido em 1626, natural de Lisboa, filho de Custódio Pinto de Freitas e de Madalena Maria de Almeida.

Foi **Juiz dos órfãos de termo de Lisboa** (1667); **Provedor de Algarve**; **Desembargador da Relação do Porto** (1676).

António Freitas Soares (Doutor), filho de Domingos Fernandes Branco.

Foi **Corregedor da Comarca de Moncorvo** (carta); **Superintendente do tabaco de Trás-os-Montes** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Outubro de 1679). Recebeu carta de padrão de tença de 88\$000 réis (10 de Julho de 1683), carta de padrão de tença de 12\$000 réis (23 de Julho de 1683), carta de padrão de tença de 150\$000 réis anuais em vida em um dos Almoxarifados do Reino (19 de Junho de 1685), e carta de administração de capela.

António Germano da Veiga (Bacharel), natural de Mesão Frio em Lamego, filho de José António da Veiga e de Maria Edeviges Ferreira de Aguiar, neto paterno de José de Vieira e Francisca Maria de Maceira (naturais de Carapito), e neto materno de António Ferreira de Carvalho e Ana Teresa de Aguiar.

Foi **Juiz de Fora de Elvas** (carta de 24 de Janeiro de 1803); **Juiz dos órfãos** (alvará de predicamento de primeiro banco naquele lugar de 9 de Dezembro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Julho de 1810), carta do lugar de Desembargador da Relação do Porto (11 de Março de 1818); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará para exercer o lugar na Casa da Suplicação de 4 de Dezembro de 1818), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Novembro de 1823); **Corregedor do cível da Corte de segunda vara** (carta do lugar de 24 de Março de 1825); **Ajudante do Provedor da Coroa** (alvará de nomeação de 18 de Julho de 1825); **Conselheiro** (carta do título de 18 de Julho de 1829); **Intendente da Corte e do Reino** (carta de 27 de Julho de 1829); **Intendente-Geral da Polícia da Corte** (alvará de ordenado de 16 de Dezembro de 1829); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 8 de Julho de 1831). Recebeu carta de profissão de hábito (3 de Dezembro de 1816).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1801. O seu pai é Desembargador. Tem um irmão chamado João José da Veiga que, no ano da Leitura de Bacharel, era Juiz de Fora de Ourém. O seu avô paterno era Alferes de ordenança. Os pais de José Vieira eram ambos naturais do Carapito, e os pais de Francisca Maria de Maceira naturais de Algodres (LB).

António Gomes Henriques Gaio (Bacharel em leis), nascido em 1767, natural de Leiria, filho de José Gomes Henriques e de Maria da Natividade, neto paterno de Manuel Gomes e Maria João, e neto materno de Francisco Jorge e Cecília Jorge (todos naturais de Leiria).

Foi **Juiz de Fora de Mértola** (carta de 12 de Julho de 1796), carta de Juiz de Fora com predicamento de correição ordinária (4 de Fevereiro de 1801); **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 22 de Dezembro de 1801), provisão de licença no lugar de Juiz de Fora de Estremoz (28 de Março de 1803), carta de recondução no lugar de Juiz de Fora de Estremoz (4 de Fevereiro de 1805), alvará de mercê de graduação no mesmo lugar com predicamento de primeiro banco (12 de Julho de 1806); **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de 25 de Maio de 1812), carta de Corregedor de Portalegre e **Desembargador da Relação do Porto** (9 de Novembro de 1812), carta

do lugar de Desembargador da Relação do Porto (28 de Fevereiro de 1818), alvará para ser instituído no exercício de Desembargador da Relação do Porto (12 de Abril de 1825). Recebeu carta de profissão com o hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (7 de Setembro de 1814).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1793. «[...] seu pai tem sido Vereador nesta cidade e he formado em Direito [...] e seus avos foram lavradores abonados [...]» (LB).

António Gomes Pereira Silva (Bacharel em cânones), natural de Castro Marim, filho de António Gomes Silva e de Catarina Pereira, neto paterno de António Gomes Silva e Isabel Lopes, e neto materno de João Velho de Sarre e Maria Pereira (todos naturais de Castro Marim).

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Novo** (carta de 25 de Junho de 1784), provisão de licença de dois meses (30 de Agosto de 1785); **Desembargador da Relação de Goa** (provisão de mantimento do lugar de 6 de Agosto de 1792), carta de Desembargador da Relação de Goa (13 de Agosto de 1792); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Novembro de 1804); **Desembargador Chanceler da Relação de Goa e Conselheiro da Fazenda** (carta de título (1 de Agosto de 1806), carta do lugar de Conselheiro do Conselho da Fazenda (3 de Setembro de 1806), carta de Chanceler da Relação de Goa (3 de Outubro de 1806). Recebeu carta de profissão de hábito (29 de Novembro de 1806), carta de padrão de 12\$000 réis de tença e título de hábito (9 de Janeiro de 1807), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (15 de Junho de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1778. O seu pai era capelão. «Para representar a Vossa Majestade a infeliz situação em que se acha: porque tendo pela nova reforma da Universidade perdido três anos de quatro que antes havia frequentado na dita Universidade e que sujeitando-se com pronta obediência [...] recorre á piedade de Vossa Majestade para que atendendo aos seus trabalhos e despesas com que mandam debilitou a sua casa, além da grande ruína que o Marquês do Pombal lhe cauzou com estabelecimento da nova [...]» «E por que presentemente se acham a concurso muitos lugares, recorre o suplicante a Vossa Majestade para que lhe faça a graça de consultar em 1º lugar ao juiz de fora de Montemor-o-Novo, Albofeira, Santiago de Cassem, Castelo de Vide ou Tondela, a fim de ser provido em algum deles [...]» (LB).

António Gomes Ribeiro (Bacharel em leis), nascido em 1745, natural de Barcelos, filho de Domingos Gomes Ribeiro e de Úrsula Ribeiro, neto paterno de Santos Gomes Lages (natural de Santa Maria de Arnosos) e Maria Martins (natural de Barcelos), e neto materno de Francisco

Ribeiro Guerra (natural de Barcelos) e Filipa Rodrigues (natural de Guimarães).

Foi **Juiz de Fora da Baía** (carta de 28 de Março de 1769); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Baía** (10 de Abril de 1769); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 22 de Outubro de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Outubro de 1779); **Superintendente do tabaco da cidade do Porto** (alvará de emprego de 29 de Abril de 1780); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1789); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Junho de 1790); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 2 de Dezembro de 1799), alvará de vencimento do seu ordenado (5 de Abril de 1800); **Deputado** efectivo (carta de 25 de Maio de 1802); **Chanceler-mor do Reino** (13 de Novembro de 1824). Recebeu alvará de serventia de um ofício na cidade da Baía (10 de Abril de 1769), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (27 de Abril de 1769), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo por renúncia (29 de Abril de 1769), e carta de padrão de tença de 50\$000 réis em um dos Almoarifados do Reino renunciados por Manuel de Moraes Sarmento (8 de Janeiro de 1785).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1768. O seu avô materno era Capitão do Couto de S. Martinho de Tibães, na correição de Guimarães. O seu avô paterno foi Alferes, e o seu pai Capitão de auxiliares. O habilitado era morador na Rua das Partilhas em 1812/1817/1820 (LB).

António Gouveia Araújo Coutinho (Bacharel), natural da vila de Barros, filho de João de Araújo Pinto Rebelo.

Foi **Provedor da fazenda dos defuntos e regentes da cidade de Mariana** (provisão de ofício de 13 de Março de 1773); **Juiz de Fora de Mariana** (carta de 15 de Maio de 1773); **Corregedor da Comarca da Guarda** (25 de Julho de 1784); **Corregedor da Comarca de Lamego** (28 de Outubro de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Março de 1807); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Julho de 1821); **Corregedor do nível da Corte** (carta de 10 de Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de nomeação da quarta vara da Casa da Suplicação de 24 de Março de 1825). Recebeu doação feita pelo Prior de Alvendra Alexandre Caetano de Gusmão para casamento (25 de Janeiro de 1800), provisão para conhecimento de causa (11 de Março de 1803), carta de hábito de Cristo (25 de Novembro de 1808), carta de hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (7 de Fevereiro de 1809), alvará da comenda honorária da Ordem de Cristo (26 de Julho de 1825), alvará de foro de fidalgo cavaleiro

(16 de Agosto de 1825), e provisão de licença para casar (22 de Julho de 1785).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1772 (LB). Casou com Maria Vitória de Mesquita Oliveira Gusmão Cabral (MM).

António Henriques da Silveira (Bacharel).

Foi **Deputado** (carta de um lugar honorário de 6 de Maio de 1791); **Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 23 de Fevereiro de 1793). Recebeu carta de profissão do hábito de Cristo (20 de Maio de 1794), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (1 de Junho de 1794), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis em um dos Almoarifados do Reino a título de hábito da Ordem de Cristo (12 de Julho de 1794).

Observações: Recebeu carta de lente na faculdade de cânones a 11 de Setembro de 1779 (MM).

António Janeiro Baraona (Bacharel), nascido em 1658, natural de Cuba, filho de Manuel Baião Baraona e de Margarida Janeiro.

Foi **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 30 de Março de 1688); **Desembargador da Relação de Goa** (1691).

António Jaques Baharem (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 8 de Janeiro de 1685 pelos serviços de seu pai); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta, alvará de dois meses de licença).

António Joaquim Costa Corte Real (Bacharel em cânones), natural de Lisboa, filho de Francisco da Costa Corte Real (natural de Lisboa) e de Mariana Josefa de Barros (natural de Alhandra), neto paterno de António da Costa e Maria Antunes (naturais de Lisboa), e neto materno de Manuel Rodrigues Sande e Domingas da Costa (naturais de Alhandra).

Foi **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 4 de Abril de 1775); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Julho de 1782); **Juiz das causas dos resíduos da Relação da Baía** (alvará para servir de 5 de Novembro de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Maio de 1794), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador da Relação do Porto (28 de Julho de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Junho de 1804).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1760. O seu pai foi escrivão. O seu avô paterno foi homem lavrador que, com seus criados, tratava da lavoura do casal em que vivia.

Tinha um irmão que era clérigo. Fez Leitura de Bacharel em 1773 (LB).

António Joaquim de Pina Manique (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Pedro Damião de Pina Manique e de Helena Inácia de Andrade (naturais de Lisboa), neto paterno de Joaquim de Pina Manique (natural de Coima) e Josefa Maria Joaquina (natural de Lisboa), e neto materno de José Soares de Andrade (natural da Charneca) e Catarina Josefa de Almeida (natural do Rio de Janeiro).

Foi **Juiz das propriedades** (alvará de **Procurador da Comarca de Torres Vedras** de 2 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Julho de 1775), alvará para fazer o lugar da Relação do Porto na Suplicação servindo de ajudante nos impedimentos do Superintendente dos contrabandos (10 de Dezembro de 1778); **Ajudante do Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino** (alvará de 17 de Fevereiro de 1781); **Superintendente-Geral dos contrabandos e descaminhos da Real Fazenda** com dispensa (carta de 19 de Junho de 1781); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Outubro de 1783); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Abril de 1787). Recebeu alvará de foro de fidalgo (16 de Dezembro de 1790).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1761. O seu avô paterno foi cavaleiro e Escrivão do Mestrado da Ordem de Cristo. O seu avô materno foi coronel-de-mar-e-guerra. Tinha um irmão chamado Diogo Inácio de Pina Manique, que na altura era Juiz do crime do bairro do Castelo. Em 1789 é morador na Rua Direita dos Anjos, cavaleiro professo, e de 50 anos de idade (LB). O seu pai foi Escrivão proprietário do Mestrado da Ordem de Cristo. No ano de 1762, o habilitante foi Juiz das propriedades de Lisboa e Superintendente dos Ingleses que, nesse ano, vieram de Inglaterra para o socorro das armas portuguesas contra Castela (MM).

António Joaquim da Silva Marques de Couto (Bacharel), também *António Joaquim da Silva Pereira Couto*, nascido em 1756, natural de Estarreja, filho de Agostinho Marques Pereira do Couto e de Maria Caetana da Silva Soares, neto paterno de Vitoriano Pereira da Cruz e Antónia Marques do Couto, e neto materno de António Soares e Maria da Silva (todos naturais de Santiago de Beduído em Estarreja).

Foi **Juiz de Fora de Penalva do Castelo e Gufar** (carta de 20 de Fevereiro de 1802); **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta de 22 de Novembro de 1805); **Corregedor da Comarca de Aveiro** (alvará de predicamento do lugar de 14 de Março de 1806);

Desembargador da Relação do Porto (carta de 20 de Setembro de 1811). Recebeu carta de profissão do hábito de Cristo (4 de Maio de 1821).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1778. O seu pai e avô paterno eram doutores. O seu pai foi ainda cavaleiro da Ordem de Cristo. O seu avô materno foi Capitão (LB).

António José de Alencar Lima (Doutor), filho de Baltazar de Alencar Lima.

Foi **Desembargador Agravista** (carta de 26 de Setembro de 1751); **Deputado** (carta de 18 de Fevereiro de 1754); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 20 de Fevereiro de 1754); **Chanceler-mor das Três Ordens Militares** (alvará de 11 de Fevereiro de 1769). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (4 de Abril de 1756).

António José de Araújo Sousa (Bacharel em cânones), natural de Lisboa, filho de Gonçalo José de Araújo Esteves (natural de Vila da Barca) e de Maria Josefa de Sousa (natural de Lisboa). Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (carta de 14 de Junho de 1747), provisão de licença para estar ausente daquele lugar (15 de Dezembro de 1749); **Ouvidor da Comarca de Faro** (18 de Junho de 1757); **Ouvidor da Comarca de Goiás** fazendo o lugar de **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 4 de Novembro de 1761); **Provedor dos defuntos e ausentes da Comarca de Goiás** (provisão de 6 de Novembro de 1761); **Corregedor de Torres Vedras** (carta de 16 de Setembro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Novembro de 1771), **Desembargador Extravagante** (1782); **Juiz da Chancelaria** (1789). Recebeu padrão de 18\$000 réis de tença (1 de Dezembro de 1761).

Observações: Foi nomeado Juiz de Fora de Angola «*cujo o cargo recusou com legalíssimas razões*», em 1753 (MM).

António José Cabral de Almeida (Bacharel), nascido em 1732, natural de Maruja na Guarda, filho de José de Almeida e de Maria Perpétua Cabral.

Foi **Juiz de Fora da Baía** (carta de 6 de Abril de 1763); **Provedor da Baía** (carta de 8 de Abril de 1763); **Ouvidor de Goiás** (carta de 27 de Março de 1769); **Provedor de Goiás** (carta de 10 de Abril de 1769); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (1782). Recebeu provisão de 50\$000 réis de ajuda de custo como Juiz de Fora da Baía (5 de Abril de 1763), e padrão de 8\$000 réis de tença (12 de Junho de 1769).

Observações: Faleceu enquanto Desembargador do Rio de Janeiro (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 8 de Fevereiro de 1770 (HOC).

António José de Carvalho Pimentel (Bacharel), nascido em 1727, natural de Dornes, filho de José de Carvalho e de Catarina da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Beja** (carta de 20 de Setembro de 1763); **Juiz de Fora de Arraiolos** (carta de 28 de Agosto de 1764); **Provedor do Algarve** (1784); **Ouvidor de Beja** (carta de 5 de Março de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1784). Recebeu padrão de 18\$000 de tença (11 de Novembro de 1778).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 14 de Março de 1764 (HOC).

António José Carvalho Pires (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Tavira** (carta de 22 de Agosto de 1796); **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 30 de Março de 1798); **Corregedor de Viseu** (carta de 12 de Agosto de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Outubro de 1806); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Julho de 1815); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Dezembro de 1823). Recebeu carta de profissão do hábito de Cristo (29 de Setembro de 1807), e carta do hábito de Cristo e tença de 12\$000 réis (27 de Novembro de 1807).

António José Coelho (Bacharel em cânones), natural do Porto, filho de Domingos José e de Antónia da Costa, neto paterno de Domingos Coelho e Domingas João, e neto materno de Luís da Costa de Azevedo e Joana da Costa (todos naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Gouveia** (carta de 18 de Setembro de 1779), provisão de licença de dois meses para estar ausente (15 de Março de 1782), provisão de dois meses para estar ausente (2 de Julho de 1782); **Juiz de Fora do Porto** (carta de 27 de Agosto de 1785); **Corregedor da Comarca de Braga** (provisão de licença de dois meses de 25 de Janeiro de 1796), provisão de 80\$000 réis de aposentadoria como **Corregedor e Provedor de Braga** (5 de Fevereiro de 1799); **Corregedor de Guimarães** (carta de 7 de Fevereiro de 1799), provisão de licença (30 de Agosto de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 31 de Julho de 1802). Recebeu alvará de Mestre das valas dos Almojarifados da Malveira e Alcoelha (20 de Junho de 1795), carta de Mestre das valas dos Almojarifados da Malveira e Alcoelha (27 de Maio de 1799), carta de doação de bens que lhe fez José Coelho e sua mulher e José da Rocha e sua mulher para casar com Micaela Maria (1 de Outubro de 1800), carta de compra que fez à Coroa dos bens da capela que instituíra Francisca Rodrigues com a

invocação de Nossa Senhora da Anunciação no limite da vila de Vale de Prados (6 de Março de 1802), e carta de doação de duas propriedades de casas que lhe fez Domingos José Lopes e sua mulher Josefa Teresa a sua irmã e cunhado (26 de Novembro de 1806).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1770 (LB).

António José da Cunha (bacharel em cânones), nascido em 1720, natural de Lisboa, filho de Manuel Duarte Teixeira (natural de Lisboa) e de Maria de Jesus, neto paterno de João Gonçalves (natural dos Olivais) e Luísa Duarte, e neto materno de Pascoal Pereira e Luísa Francisca (naturais de Lisboa).

Foi **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de 24 de Outubro de 1759); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** de 31 de Outubro de 1771); **Juiz Conservador dos privilégios da Junta do Comércio** (carta de confirmação de 4 de Janeiro de 1772). Recebeu carta de confirmação de doação que o dito e seu irmão fizeram a Domingos Álvares Pereira da herança que lhe pertencia de Domingos da Conceição (24 de Maio de 1771).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1758. O seu pai era médico de Câmara de sua Majestade, cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O habilitante foi igualmente familiar do Santo Ofício, e cavaleiro da Ordem de Cristo. O habilitante era irmão do Desembargador Joaquim Gerardo Teixeira (LB).

António José Dias Mourão Mosqueira (Bacharel), também *António José Dias Mourão Mosqueira*.

Foi **Corregedor de Linhares** (alvará de graduação no lugar de 17 de Novembro de 1803), alvará de predicamento de primeiro Banco com o lugar de Corregedor de Linhares (17 de Novembro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de profissão de hábito (12 de Setembro de 1804), e carta de padrão de hábito e tença (8 de Janeiro de 1805).

António José da Fonseca Lemos (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Baltazar da Fonseca Lemos.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** (1724); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador de um lugar de 16 de Junho de 1734); **Desembargador da Relação da Baía** (7 de Julho de 1734); **Superintendente do**

registo e arrecadação do tabaco da Capitania da Baía (alvará de 13 de Fevereiro de 1736); **Juiz Conservador e Contador do sal da América na Baía** (provisão nomeando-o para o lugar de 26 de Março de 1738); **Ouvidor do crime e cível do Tribunal da Relação da Baía** (carta de 2 de Abril de 1738), provisão para poder jurar perante a Chancelaria da Relação da Baía; **Desembargador supranumerário da Relação do Porto** (carta de 11 de Novembro de 1745); **Desembargador da Casa da Suplicação** (provisão para jurar e tomar posse por procurador de 21 de Junho de 1748); **Corregedor do crime da Corte** (18 de Janeiro de 1750); **Deputado** (12 de Fevereiro de 1754).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel em 1722. «No anno de 1754 passou segunda vez à cidade da Bahia com importantes diligências do soberano que o permiou antecedentemente com hum lugar de Desembargador do Paço [...]» Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo, viveu no estado de solteiro, e teve um filho ilegítimo, chamado Manuel António da Fonseca Lemos. De Mariana Josefa Lobato teve outro filho, chamado Baltazar da Fonseca Lemos, que faleceu estando a desempenhar as funções de Corregedor do cível de Lisboa (LB).

António José Furtado de Mendonça (Bacharel). Foi **Juiz de Fora de Alenquer** (1721); **Juiz do crime de Alfama** (19 de Setembro de 1725); **Desembargador da Relação de Goa** com um lugar de **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1730), provisão de 80\$000 réis para os ter como Desembargador da Relação de Goa (22 de Março de 1730). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (9 de Janeiro de 1727).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1720 (LB).

António José Godinho (Bacharel), nascido em 1718, natural de Vila Nova da Baronía, filho de José Álvares Godinho e de Teresa de Jesus Caldeira.

Foi **Juiz de Fora do Crato** (carta de 26 de Outubro de 1745); **Juiz de Fora de Beja** (1750); **Intendente da Capitação da Comarca do Sabará** (carta de 27 de Abril de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** aposentado (carta de 27 de Junho de 1794). Recebeu padrão de 40\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino (11 de Julho de 1725), e padrão de 8\$000 réis de tença (27 de Novembro de 1726).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 28 de Abril de 1779 (HOC).

António José Guião (Doutor).

Foi **Juiz Geral das Três Ordens Militares** (alvará de 19 de Dezembro de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta do lugar ordinário da Casa da Suplicação de 16 de Abril de 1795); **Juiz das capelas da Coroa** (1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Março de 1802); **Conselheiro** (carta de 10 de Junho de 1813); **Conselheiro honorário da Fazenda** (carta de 18 de Setembro de 1813), carta de Conselheiro efectivo (7 de Outubro de 1816); **Provedor da Real Fazenda** (carta do lugar de 6 de Agosto de 1818); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Novembro de 1831), alvará de ordenado de 300\$000 réis de Chanceler da Casa da Suplicação (2 de Dezembro de 1831).

António José Miranda (Doutor), natural de Setúbal, filho de Fernando de Miranda.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** com posse na Relação do Porto (carta de 22 de Agosto de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Junho de 1804). Recebeu carta de administração de capela (26 de Março de 1790), carta de administração de capela (31 de Janeiro de 1791), carta de profissão de hábito (4 de Maio de 1802), carta de hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença efectiva (31 de Julho de 1802), carta de padrão de tença a título de hábito (2 de Abril de 1804), e provisão de ofício (20 de Março de 1809).

António José Morais Durão (Bacharel em cânones), nascido em 1739, natural de Lisboa, filho de José de Morais (natural de S. Vicente de Vilharandes em Chaves) e de Catarina Caetana de Jesus (natural de Lisboa), neto paterno de João de Morais (natural de S. Pedro Velho em Moncorvo) e Mariana Lopes (natural de S. Vicente de Vilharandes), e neto materno de Francisco Soares (natural de S. Sebastião do Peral no Cadaval) e Maria de Jesus (natural de Nossa Senhora das Candeias de Alguer no Cadaval).

Foi **Ouvidor da Comarca de Piauí** (alvará de **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes** de 26 de Junho de 1770); **Provedor dos resíduos da capitania de Moçambique** (alvará de serventia do ofício de 6 de Março de 1781); **Juiz da alfândega de Moçambique** (provisão para servir o lugar conjuntamente com o de Ouvidor-Geral de 6 de Março de 1781); **Ouvidor-Geral de Moçambique, Rios de Sena e Sofala** com beca e expectativa de um Provedor dos ausentes e defuntos de Moçambique

(carta de 6 de Março de 1781), Ouvidor-Geral de Moçambique (7 de Março de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (lugar de 7 de Março de 1781), Desembargador Extravagante (1787). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (19 de Junho de 1770). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1771. Era morador em Santa Apolónia. O seu pai era cirurgião da Real Casa de Sua Majestade (LB).

António José Osório (Bacharel), nascido em 1762, natural de Manigoto em Pinhel, filho de Venâncio José da Gama e de Maria José da Conceição Osório da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de alfândega da Fé** (carta de 21 de Junho de 1790); **Juiz de Fora de Ponta Delgada** (carta de 27 de Junho de 1794); **Intendente do Ouro de Rio das Mortes** (carta de 8 de Fevereiro de 1806); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 11 de Outubro de 1809).

António José Pereira Barroso (Bacharel em leis), também *António José Pereira Barros*, natural da freguesia de Santa Maria do Salto em Bragança, filho de José Álvares da Costa (natural de Chaves) e de Antónia Maria de Morais e Campilho (natural da freguesia de Santo André de Curalha em Chaves), neto paterno de João Álvares e Francisca Gonçalves (naturais de Chaves), e neto materno de Manuel Pereira Capela de Negreiros (natural do Ameal na freguesia de Santa Maria do Salto) e Joana Maria de Morais e Campilho (natural da freguesia de Santa Maria da vila de Chaves).

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Maio de 1786), carta de Desembargador da Relação da Baía com posse na Relação do Porto (17 de Agosto de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador do lugar de 23 de Abril de 1787), alvará de dispensa do lugar de Desembargador da Relação da Baía para exercitar o de Desembargador da Relação do Porto (22 de Outubro de 1789), alvará de dispensando a residência na Relação da Baía para crescer o seu emprego do Porto (22 de Outubro de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado em um lugar ordinário de extravagante da Casa da Suplicação (8 de Outubro de 1791).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1771. O pai e o avô materno foram Capitães, e o avô paterno foi Alferes (LB).

António José Rodrigues Ferreira (Bacharel), nascido em 1721, natural do Barreiro na fre-

guesia de Nossa Senhora da Natividade da Comarca de Viseu, filho de Manuel Rodrigues da Morisca e de Maria João, neto paterno de António Rodrigues e Joana Ferreira, e neto materno de Pedro Rodrigues e Isabel João (todos naturais do Barreiro na freguesia de Nossa Senhora da Natividade da Comarca de Viseu). Foi **Juiz de Fora da vila de Alter do Chão** com predicamento de primeiro banco; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto de 14 de Fevereiro de 1779). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis em um dos Almoxarifados do Reino (7 de Maio de 1778), carta de padrão e tença e hábito (11 de Maio de 1778), e carta de licença para curar de medicina por três anos na vila de Asseiceira da Comarca de Tomar (8 de Fevereiro de 1796).

António José Saraiva do Amaral (Doutor; lente catedrático em cânones), nascido em 1753, natural de Mangualde, filho de Belchior do Amaral e de Águeda Maria Saraiva (naturais de Mangualde), neto paterno de Manuel do Amaral e Antónia do Amaral (naturais de Roda), e neto materno de Lourenço Saraiva da Silveira e Maria da Costa de Sousa (naturais de Mangualde).

Foi **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1812).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1812. É irmão do Desembargador Bento José Amaral, e o seu avô materno foi doutor (LB).

António José Silvério Silva (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Maio de 1800).

António José de Sousa Amorim (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Alijó** (carta de 7 de Outubro de 1772); **Juiz de Fora de Lagos** (carta de 9 de Dezembro de 1780); **Provedor da Comarca de Beja** (carta de 20 de Julho de 1796); **Corregedor das vilas de Odemira e Beringel e Farinho** (carta de 21 de Julho de 1796); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Novembro de 1826).

António José Vieira de Azevedo (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Novembro de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 8 de Maio de 1779); **Conselheiro** (carta de 10 de Janeiro de 1791); **De-**

sembargador da Mesa do Desembargo do Paço (carta de um lugar ordinário de 11 de Janeiro de 1791). Recebeu alvará de foro de fidalgo (7 de Abril de 1791).

Observações: Morador em S. Vicente da Feira.

António Leitão Aguiar (Doutor), natural de Almodôvar.

Foi **Juiz de Fora de Chaves** (carta de 16 de Agosto de 1642); **Auditor-Geral da Guerra na Província de Trás-os-Montes** (carta de 20 de Dezembro de 1647); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Março de 1663). Recebeu carta de administração da capela instituída na vila de Mourão (12 de Junho de 1664).

António Leitão Homem (Doutor), natural de Bragança, filho de Gregório Rodrigues e de Maria Leitão.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Inquisição de Évora e Coimbra; Deputado**. Recebeu carta de lente da cadeira de direito (22 de Janeiro de 1649), carta de jubilação naquela cadeira, e carta de dois moios de trigo de tença cada ano em sua vida (12 de Abril de 1649).

Observações: Era irmão do Doutor Mateus Homem Leitão. «*Antes da infelicidade de António Homem denominado - Doutor infelix - se apelidava também António Homem, que depois daquela, mudou em António Leitão Homem*». Teve borla doutoral na jurisprudência canónica. Foi sócio no colégio Pontifício de S. Pedro, de que tomou posse a 3 de Maio de 1625. Foi cônego doutoral de Braga (MM).

António Leite Campos (Bacharel em leis), natural da freguesia de S. Miguel de Alfama em Lisboa, filho de Vicente Dias de Campos (natural da freguesia de S. Miguel de Alfama em Lisboa) e de Ana Maria de Brito (natural da freguesia de Santa Maria Madalena em Lisboa), neto paterno de José de Campos e Francisca Dias (naturais da freguesia de S. Pedro de Alfama em Lisboa), e neto materno de António Leite Pereira (natural da freguesia de Santa Maria Madalena em Lisboa) e Mariana de Brito Pereira (natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição Velha em Lisboa).

Foi **Juiz de Fora do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1743), provisão de licença para que possa por dois meses estar ausente da cidade do Porto onde serve o lugar de Juiz de Fora (23 de Janeiro de 1747), carta de padrão de 6\$000 réis de tença efectiva cada ano (20 de Junho de 1748); **Corregedor do crime do Bairro da Ribeira em Lisboa** (carta de 21 de Janeiro de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (car-

ta de 24 de Janeiro de 1755); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Abril de 1764); **Conservador da nação Hamburguesa e cidades asiáticas** (alvará de 6 de Julho de 1769). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (30 de Agosto de 1737), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (6 de Novembro de 1753), e carta de padrão de tença de 6\$000 réis (7 de Novembro de 1763).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1734. Os seus pais eram moradores na freguesia da Nossa Senhora da Encarnação. Era cavaleiro da Ordem de Cristo, e morador na Rua dos Ferros na freguesia de Nossa Senhora da Conceição Nova. O avô paterno fora latoeiro de folha branca, e tinha loja na Ribeira. O avô materno fora livreiro. A maior parte das testemunhas que depõem na Leitura de Bacharel dizem que nem o pai nem os avós tiveram ofício mecânico porque, ainda que seu avô materno tivesse loja de livros não trabalhava nela, e era mercador e fazia muitas impressões por sua conta, e o seu avô paterno a mesma coisa (LB). Foi Juiz de Fora do Porto em que serviu a maior parte do tempo de Corregedor da Comarca e Provedor, no impedimento de João Pereira Fidalgo Coutinho da Silveira (MM).

António de Lemos da Rosa (Bacharel; Licenciado), natural de Vila Real.

Foi **Juiz de Fora de Lamego** (carta de 2 de Março de 1660); **Provedor das obras, órfãos, capelas e hospitais da Comarca de Torre de Moncorvo** por três anos (alvará de mercê de 19 de Junho de 1664); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Évora** (alvará de mercê de 27 de Março de 1669); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Novembro de 1676); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 1 de Agosto de 1680). **Observações:** Casou-se com Maria de Matos (MM).

António Lobo de Torneio (Doutor), também *António Lobo de Torneo*.

Foi **Juiz do fisco de Évora; Juiz do fisco de Coimbra; Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Julho de 1657); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 19 de Julho de 1660); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Setembro de 1661); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 11 de Março de 1665); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1671).

António Lopes Carvalho (Doutor em direito civil; lente), natural de Évora, filho de Manuel Lopes e de Maria Carvalho.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com exercício nas férias (30 de Agosto de 1709); **Desem-**

bargador Extravagante da Casa da Suplicação (carta de **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** de 25 de Outubro de 1715); **Procurador das Três Ordens Militares**. Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis efectivos em cada um ano da sua vida (28 de Novembro de 1707), carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos em sua vida com o hábito de Cristo (13 de Dezembro de 1707), e carta de Contador do Juiz Geral da cidade de Coimbra que lhe pertence por sua esposa já falecida (25 de Setembro de 1708).

Observações: Casado com Teresa Antónia da Silva. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo. Morreu a 22 de Novembro de 1722. Foi recebido no Real colégio de S. Paulo, em que tomou posse a 12 de Maio de 1694 (MM).

António Lopes da Costa (Bacharel), natural de Torres Novas, filho de Tomás da Costa e de Damiana Maria (naturais de Torres Novas), neto paterno de Luís Fernandes Perifante e Maria da Costa (naturais de Torres Novas), e neto materno de José Lopes Rainho e Sebastiana Lopes (naturais de Ribeira Branca em Torres Novas). Foi **Juiz de Fora de Mourão** na Província do Alentejo (carta de 30 de Agosto de 1730), provisão de 80\$000 réis de ajuda de custo (14 de Abril de 1736); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 19 de Abril de 1736), provisão de licença para voltar ao Reino (24 de Março de 1745); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Dezembro de 1750), alvará de ordenado de 40\$000 réis (9 de Março de 1753); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 7 de Abril de 1753). Recebeu carta de 12\$000 réis para os ter com o hábito de Cristo (20 de Novembro de 1738), e alvará de foro de cavaleiro fidalgo (20 de Outubro de 1742).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1729 (LB).

António Luís Coelho (Bacharel em leis), nascido em 1745, natural da freguesia de Santa Maria Madalena em Lisboa, filho de Manuel Luís Coelho (natural de Benfca) e de Esménia Maria de Jesus (natural de Santarém), neto paterno de Manuel Luís Coelho e Domingas da Costa (naturais de Benfca), e neto materno de João Vicente (natural de S. Domingos de Rana) e Isabel Quaresma (natural de Santarém).

Foi **Juiz de Fora de Tavira** (carta de 13 de Abril de 1773); **Juiz de Fora de Terena** (carta de recondução de 12 de Março de 1779), provisão de licença para tomar estado de casado com Rosa Fradesa de Ataíde (20 de Fevereiro de 1782), provisão para estar ausente dois meses (6 de Fevereiro de 1783); **Provedor da Comarca de Elvas** (carta de recondução de 12 de

Setembro de 1788); **Corregedor de Vila Real** (carta de recondução fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** de 5 de Novembro de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Junho de 1805). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares de letras do Senado (11 de Março de 1773), portaria de hábito da Ordem de Cristo (15 de Julho de 1795), carta de patente de hábito e tença (21 de Julho de 1795), carta de padrão de tença de 12\$000 réis em Almoxarifado do Reino do hábito da Ordem de Cristo (3 de Agosto de 1795), carta de ofício de moço de Conselho da Fazenda da repartição do Reino (3 de Março de 1807), alvará para nomear serventia ao ofício de moço do Conselho da Real Fazenda (27 de Junho de 1807), e alvará de renúncia de ofício (23 de Julho de 1810).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1771. O pai era proprietário de um dos ofícios da Mesa do Conselho da Fazenda, o qual serve. O avô paterno exercitou o ofício de ourives da prata em que foi mestre, e também serviu o lugar de Deputado da Casa dos 24 (LB).

António Luís Peleja (Bacharel), nascido em 1654, natural de Lisboa, filho de José Luís Peleja e de Luísa Rodrigues de Aguiar.

Foi **Juiz de Fora de Nisa** (carta de 28 de Outubro de 1681); **Juiz dos órfãos do Bairro de Alfama** (1685) com predicamento de correição; **Provedor de Portalegre** (1693); **Provedor dos defuntos e ausentes da Capitania de São Paulo** (1700); **Ouvidor da Capitania de São Paulo** enquanto servir de Provedor da mesma capitania; **Desembargador da Relação da Baía** (1706). Recebeu alvará de mercê de beca, e padrão de 50\$000 réis de juro (20 de Dezembro de 1707).

António Luís Pereira da Cunha (Bacharel em leis), nascido em 1760, natural da Baía, filho de Bartolomeu Pereira da Silva e de Ana da Cunha Barba, neto paterno de Manuel Pereira da Silva e Vitória Maria da Encarnação, e neto materno de António Ferreira da Cunha Velho e Francisca Xavier das Chagas (todos naturais da Baía).

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 2 de Setembro de 1789); **Ouvidor de Pernambuco** (carta de 4 de Fevereiro de 1793), provisão para vencer o ordenado que lhe compete no dito lugar (5 de Junho de 1793); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca de Pernambuco** (alvará de 8 de Fevereiro de 1793); **Provedor das fazendas, defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Comarca do Sabará** (alvará de serventia do ofício de 22 de Junho de 1802); **Ouvidor da Comarca do Sabará** (provisão de assentamento de ordenado (17

de Julho de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Julho de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 22 de Agosto de 1806). Recebeu provisão para aforar à Comarca da vila de Torres Vedras um baldio no termo da Comarca (20 de Junho de 1793), carta de profissão do hábito de Cristo (6 de Abril de 1802), e carta de padrão de hábito e tença (17 de Abril de 1802).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1787. Morador em Lisboa no Campo de Santa Clara. O seu avô paterno era Capitão e o avô materno era sargento-mor. «*Os seus ascendentes forão officiais de patente na Tropa paga e da Ordenança, que não há noticias de terem tido occupação alguma das que exercitão as pessoas da plebe*» (LB).

António Luís de Sousa Leal (Bacharel), nascido em 1744, natural de Arrifana em Santa Maria da Feira, filho de António Gomes de Sá e de Ana Teresa Clara Leal, neto paterno de António de Sá e Antónia Gomes (naturais de Arrifana), e neto materno de Domingos de Sousa Silva e Maria do Espírito Santo Leal (naturais de Matosinhos).

Foi **Juiz de Fora de São Vicente da Beira** (carta de 19 de Setembro de 1781); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 9 de Março de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Maio de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1803).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1777. O seu pai era Capitão. «*[...] que o Paye Avos do habilitando nunca exercitarão em tempo algum officio mecanico antes sempre se tratarão a ley da nobreza [...]*» (LB).

António Macedo Pereira (Bacharel), natural de lugar de Verride no termo da vila de Montemor-o-Velho, filho de Manuel Colaço de Macedo e de Úrsula Coutinho.

Foi **Superintendente dos descaminhos do tabaco da Província do Alentejo** (carta); **Juiz de Fora de Vila de Franca de Xira** (carta de 1666); **Juiz do Tombo dos bens confiscados** (alvará); **Ouvidor de Avis** (1672); **Escrivão das inconfiências** e **Juiz da Repartição das Sisas da Estremadura**; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Junho de 1686); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta); **Corregedor do crime da Corte** (19 de Novembro de 1691). Recebeu alvará de renúncia de officio, e alvará de licença por dois meses.

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel em 1665 com 27 anos de idade. Faleceu em Lisboa a 10 de Agosto de 1703, quando exercia as funções de Corregedor do crime, sendo sepultado na Igreja do Mosteiro de S. Bento da

Vitória dos monges Beneditinos. «*Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, merce que se lhe fez por hospedar em sua caza de Villa Franca, sendo lá Juiz de Fora, a Serenissima rainha D. Maria Francisca primeira mulher de El Rey Dom Pedro 2.º Foi Familiar do Santo Officio e tirou brazam de Armas dos Macedos no anno de 1687.*» Casou primeira vez com Sebastiana da Silva, natural de Aveiro, filha de António André e de Isabel João. Teve um filho chamado Roque de Macedo Pereira, um neto chamado Francisco Xavier de Macedo, e um bisneto chamado Roque de Macedo (MM).

António Macedo Velho (Bacharel; formado em direito cesareu), natural da freguesia de S. Tomé em Lisboa, filho de Cipriano de Macedo Velho e de Simoa de Mendonça (naturais de Lisboa), neto paterno de João de Macedo Velho (natural de Lisboa) e Brites Maria (natural da freguesia de Santa Justa em Lisboa), e neto materno de Luís Gonçalves Pinheiro e Maria de Faria Pereira (naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de primeira instância de Guimarães** (13 de Dezembro de 1697); **Juiz de Fora do Funchal** (carta); **Desembargador da Relação da Baía, Juiz da Coroa da Relação da Baía e Juiz do foro da madeira** (carta de Desembargador Extravagante da Relação da Baía de 21 de Janeiro de 1709); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Abril de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Março de 1718); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Setembro de 1727), alvará de aposentado como Desembargador Agravista (26 de Março de 1738), alvará de declaração de ordenado de aposentamento (24 de Abril de 1738).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1693. O seu pai foi escrivão do crime da Corte. O seu avô paterno foi Capitão, e o avô materno foi escrivão do crime do Bairro da Mouraria (LB).

António da Maia Aranha (Doutor; lente de código e colegial do colégio de S. Pedro de Coimbra), natural de Coimbra, filho de António da Maia Machado (natural de Coimbra) e de Catarina Aranha, neto paterno de António Lopes da Maia (natural de Braga) e Leonor Francisca de Oliveira (natural de Sernache), e neto materno de João Aranha Chaves (natural de Coimbra) e Isabel Banha (natural de Lagos). Foi **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 20 de Dezembro de 1680), recebeu beca (28 de Julho de 1675); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Corregedor da Corte** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**. Recebeu

carta de três capelas pela renúncia que lhe fez o Dr. Brito de Oliveira Franco (9 de Outubro de 1696), carta de administração de três capelas pela renúncia que lhe fizera Brites de Oliveira Franco (9 de Outubro de 1696), carta de administração de capela, alvará de licença para tratar de seus negócios, alvará para aforar bens de capela, e apostila de comutação de frutos.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1680. O seu pai foi «*cidadão muito honrado*» da cidade de Coimbra. Sobre a sua avó materna diz-se que «*daquela villa [Lagos] fora um clérigo com o Bispo D. Affonso de Castelo Branco para Coimbra e que sendo depois cônego na Sé da mesma cidade mandara buscar a huma irmã a que chamavam Isabel Banha e que em Coimbra a casara com hum homem nobre e principal da mesma cidade*». Morreu na altura em que desempenhava funções na Mesa da Consciência e Ordens (MM).

António da Maia Barreira (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação de Goa** (carta de 9 de Abril de 1663); **Ouvidor do crime da Índia** (20 de Maio de 1666).

António Manuel Borges da Silva (Bacharel em leis), nascido em 1771, natural de Lisboa, filho de Manuel António Borges da Silva e de Luísa Josefa, neto paterno de António Mendes Borges e Brites de Lorca Montes, e neto materno de André Lopes dos Santos e Isabel Henriques (todos naturais de Bragança).

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Novo** (carta de 14 de Março de 1797), provisão de dois meses (20 de Novembro de 1797), provisão de dois meses (20 de Julho de 1799), carta de recondução de Juiz de Fora de Montemor-o-Novo (4 de Maio de 1800); **Juiz de Fora da vila de Aldeia Galega** (carta do lugar de 10 de Julho de 1802), provisão de aumento de aposentadoria (24 de Janeiro de 1803), provisão de licença de dois meses (20 de Abril de 1803), provisão de licença de dois meses (10 de Janeiro de 1804); **Juiz de Fora da alfândega do Ribatejo** com predicamento de jurisdição ordinária (7 de Outubro de 1802); **Corregedor da Comarca de Guimarães** com predicamento de primeiro Banco (carta de 11 de Dezembro de 1804), provisão de dois meses (29 de Maio de 1806), provisão de um mês (18 de Outubro de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Junho de 1818). Recebeu carta de hábito (18 de Dezembro de 1804).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1796; à data era morador no Rossio nas casas dos padres Vicentes (LB).

António Manuel Nogueira Abreu (Doutor em leis), natural do Rio de Janeiro, filho de Luís

Nogueira de Abreu (natural de Pombal) e de Guiomar Maria Pereira (natural do Rio de Janeiro), neto paterno de Diogo Nogueira e Maria Manuel (naturais de Pombal), e neto materno de José Bocon (natural de Antibes no Reino de França) e Violante do Céu (natural do Rio de Janeiro).

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 2 de Junho de 1754), **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Março de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Dezembro de 1764); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Abril de 1765); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 21 de Novembro de 1766); **Deputado da Real Casa Censória** (carta de 19 de Abril de 1768). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (25 de Junho de 1732), e carta de padrão de tença de 8\$000 réis (5 de Julho de 1732).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1736. É cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Foi admitido no colégio Pontifício de S. Pedro em que foi lente (MM).

António Marchão Temudo (D.) (Licenciado).

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Câmara de Évora** (alvará do cargo 10 de Maio de 1658), alvará para que possa levar os selos das chancelarias para os usar nos despachos como **Provedor da Comarca de Évora** (10 de Maio de 1658), alvará de autorização para tomar todas as contas atrasadas como Provedor de Évora (10 de Maio de 1658), alvará de Provedor da Comarca de Évora (8 de Março de 1662); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Dezembro de 1671); **Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares** (20 de Outubro de 1676); **Vereador do Senado de Lisboa** (alvará). Recebeu alvará de confirmação de compromisso, alvará de emolumentos, alvará sobre suspeições, e carta de promotor de justiça.

Observações: O habilitante é pai de Ângela Luísa (RGM).

António Maria Carneiro Sá (Bacharel em cânones), nascido em 1783, natural de Moura, filho de Francisco Xavier Carvalho e Sá (natural de Lisboa) e de Maria Barbosa da Rocha Peniz (natural de Moura), neto paterno de João da Costa Carneiro (natural de Vila do Conde) e Antónia Maria Mosa da Conceição Correia e Araújo (natural de Lisboa), e neto materno de Vicente Inácio da Rocha Peniz e Francisca Leonor Castela (naturais de Moura).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 19 de Fevereiro de 1819), carta de Desembargador da Relação do Porto (19 de Fevereiro de 1822); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 22 de Setembro de 1822).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1806. O seu pai foi Conselheiro da Mesa da Consciência e Ordens (LB).

* **António de Mariz Carneiro** (formado em direito civil), natural de Lisboa.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Setembro de 1635); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Abril de 1641), alvará de aposentado na Relação do Porto; **Auditor da gente de guerra em Lisboa** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de renúncia de cargos, e alvará de **Cosmógrafo-mor**.

Observações: Natural de Lisboa mas oriundo de Vila do Conde. Foi fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Casou com Ângela de Meneses, filha de Jerónimo de Vasconcelos e de Maria da Guerra. Morreu a 5 de Agosto de 1642, e foi sepultado na Igreja de Santo Elói de Lisboa (MM).

António Marques Cardoso (Bacharel em leis), natural da freguesia de Santa Madalena em Lisboa, filho de Crispim Marques Viana (natural da freguesia de Santiago em Lisboa) e de Luísa Álvares Cardoso (natural da freguesia de S. João da Praça em Lisboa), neto paterno de Pedro Ferraz Viana (natural de Vila Nova da Cerqueira) e Ana Marques (natural de Lisboa), e neto materno de Marcelo Álvares de Carvalho e Isabel Cardoso (natural da Ameixoeira no termo de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora da vila do Torrão e Ferreira** (carta de mercê do cargo de 3 de Novembro de 1717); **Ouvidor-Geral da vila da Moucha do Piauí** (carta de mercê do lugar de 28 de Janeiro de 1723), alvará de acrescentamento de ordenado ou aposentadoria para casas (6 de Fevereiro de 1723), provisão de serventia do ofício de Provedor da vila da Moucha do Piauí (9 de Março de 1723), provisão para servir o lugar de **Provedor da Fazenda Real** juntamente com o de Ouvidor da vila da Moucha do Piauí (10 de Março de 1723); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de mercê de um lugar de 5 de Maio de 1733), provisão de licença para jurar nas mãos do Chanceler da Baía (8 de Maio de 1733); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de licença para tomar posse por seu procurador de um lugar de 14 de Abril de 1734); **Ouvidor-Geral do crime da Relação da Baía** (carta de 12 de Novembro de

1735), provisão para tomar juramento nas mãos do Chanceler da Relação da Baía (8 de Janeiro de 1736); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Outubro de 1745), provisão de licença para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (12 de Novembro de 1745), provisão para ausentar-se por mais dois meses (21 de Janeiro de 1746), provisão para estar ausente dois meses do lugar de Desembargador da Relação do Porto (28 de Abril de 1746), provisão de licença por mais três meses (4 de Novembro de 1746), provisão de licença para poder estar ausente da repartição da Relação do Porto (27 de Abril de 1747), alvará de mercê de aposentadoria no lugar de Desembargador da Relação do Porto (3 de Fevereiro de 1750).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1716. O seu pai foi familiar do Santo Ofício e alfaiate dos clérigos. O avô paterno foi copeiro do marquês de Gonça [sic], em cuja casa casou com uma criada do mesmo marquês. O seu avô materno é natural de Oviedo no Reino de Leão, o qual veio de menor idade para a cidade de Lisboa, e morou na freguesia de S. João da Praça (LB).

António Martins dos Reis (D.) (Licenciado em cânones), nascido a 6 de Janeiro de 1701, natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa, filho de Inácio Martins e de Páscoa da Luz do Espírito Santo (natural de Lisboa), neto paterno de Bartolomeu Rodrigues e Maria Martins (naturais de Arcos de Valdevez), e neto materno de António Lopes Álvares (natural de Tomar) e Maria da Rocha (natural de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora da vila do Redondo** (carta de mercê do lugar de 13 de Dezembro de 1726), provisão de licença por tempo de dois meses (30 de Maio de 1729); **Provedor da Comarca de Campo de Ourique** (alvará de mercê do cargo de 1 de Março de 1732); **Provedor da Câmara de Santarém** (alvará de 18 de Setembro de 1742); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Julho de 1748); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 9 de Abril de 1753); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Abril de 1754); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 12 de Janeiro de 1762). Recebeu padrão de tença de 28\$000 réis (29 de Maio de 1749), e carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (19 de Junho de 1749).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1725. O seu pai foi ourives do ouro com tenda aberta. O avô materno foi mestre serralheiro de Sua Majestade «*oficial limpo e de boa aceitação*» (LB). «*Foi mandado a diligencia do serviço de S. Majestade a America, feita a qual com agrado do dito senhor o nomeou Provedor da Comarca de Santarém.*» Foi cavaleiro da Ordem de Cristo. Casou a 13 de Outubro de 1748 com D. Joana Helena da Cruz (MM).

Antônio de Matos e Silva (Bacharel em cânones), nascido em 1711, natural de Barcelos, filho de Manuel de Matos e de Catarina da Silva (naturais de Barcelos), neto paterno de Manuel de Matos e Isabel Mendes (naturais de Vila Cova em Barcelos), e neto materno de Antônio da Silva e Isabel da Silva (naturais de Barcelos).

Foi **Juiz de Fora da cidade do Rio de Janeiro** (carta de 25 de Janeiro de 1752); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 15 de Abril de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (4 de Novembro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 23 de Dezembro de 1778), Desembargador Extravagante (1782); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 18 de Agosto de 1783); **Conselheiro** (carta de título de 9 de Janeiro de 1794); **Conselheiro Ultramarino** (alvará de aposentadoria como Desembargador Agravista no Conselho do Ultramar de 19 de Janeiro de 1794). Recebeu provisão de serventia temporária do ofício (31 de Janeiro de 1752), carta de padrão de tença e hábito (16 de Outubro de 1771), executor das dívidas preteridas (1782), e provisão de renúncia de uma tença em sua filha (9 de Agosto de 1784).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1736. Morador na Rua Direita de S. Lázaro na freguesia de Nossa Senhora do Socorro. Foi pai de Joaquim Leonor de Matos. O seu pai foi escrivão na vila de Barcelos e Almotacer. O avô materno foi oficial de espadeiro na vila de Barcelos, e depois feito do convento das freiras de Vila de Conde. O avô paterno foi oficial de barbeiro (LB).

Antônio Maurício de Mascarenhas de Mansuelos (Bacharel), também *Antônio Maurício de Mascarenhas Maumelhor*, filho de José Mascarenhas de Mansuelos.

Foi **Corregedor da Comarca da Corte** (alvará de mais três auxiliares no lugar de 25 de Agosto de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Julho de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Agosto de 1804), Desembargador Extravagante (1805); **Corregedor de Belém** (1807); **Conselheiro** (carta do título de 25 de Maio de 1810). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (7 de Junho de 1783), carta de profissão de hábito (16 de Dezembro de 1797), carta de padrão de tença e hábito (10 de Março de 1798), carta de padrão de tença de 12\$000 réis em um dos Almoarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (24 de Maio de 1798), e alvará de 300\$000 réis de pensão posta em uma comenda (29 de Outubro de 1798).

Antônio Mendes Azambuja (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Jerónimo Mendes.

Foi **Corregedor do crime do Bairro Alto** por três anos (carta de 15 de Junho de 1708), carta de reconduzido por mais três anos (20 de Julho de 1715), provisão para vestir beca no lugar de Corregedor do crime do Bairro Alto (4 de Outubro de 1716); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Janeiro de 1726); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado com o ordenado de 14 de Novembro de 1734), alvará para que tenha 150\$000 réis de ordenado a 62\$400 réis de propinas (23 de Dezembro de 1734).

Observações: O seu pai foi Corregedor do crime do Bairro Alto (LB).

Antônio de Mesquita e Moura (Doutor), filho de José Antonio de Mesquita e Moura.

Foi **Corregedor da Comarca das Ilhas dos Açores** (carta de 4 de Junho de 1763); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes das Ilhas dos Açores** (provisão de mercê do ofício de 3 de Agosto de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Dezembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1774); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 9 de Maio de 1779); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Agosto de 1783); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de 26 de Junho de 1789); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 1 de Julho de 1789); **Conselheiro** (carta do título de 14 de Maio de 1793). Recebeu provisão de nomeação de Juiz administrador da casa de Francisco Xavier Melo Teles de Faro (14 de Novembro de 1778), provisão de administrador da casa de José Silva (14 de Maio de 1781), provisão para ser Juiz privativo em todos as causas dos credores do Cardeal (2 de Abril de 1783), provisão de licença para poder hipotecar bens de morgado na quantia de 12 mil cruzados (29 de Outubro de 1789), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com hábito (3 de Agosto de 1763), e 38\$000 réis de tença para seu filho Manuel Teófilo de Mesquita e Moura (5 de Maio de 1778).

Antônio Metelo (Bacharel), natural da Sertã, filho de Antônio Metela Espinel e de Antónia Colaço (naturais da Sertã).

Foi **Provedor de Portalegre** (alvará); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 31 de Julho de 1656). Recebeu carta de tença de 12\$000 réis para os ter com o hábito de Cristo (5 de Julho de 1697), e alvará de foro de fidalgo (12 de Junho de 1698).

Observações: As informações respeitantes a este Desembargador foram conseguidas mediante a Leitura de Bacharel, realizada em 1668, de seu filho António Metela de Távora, natural da Lousã. Casou-se com Maria de Távora, natural da Lousã, filha de Pedro Neto Monteiro, natural da Lousã, o qual serviu os cargos de Juiz ordinário e Provedor da Misericórdia, e de Joana de Távora Furtado, também natural da Lousã. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e «*aparentado com as melhores casas e famílias [...]*» (LB).

António Moniz de Carvalho (Doutor), filho de Pedro de Paredes Ferreira e de Maria da Mota Moniz, neto paterno de António Peres de Paredes e Maria Ferreira, e neto materno de João de Carvalho Moniz e Luísa da Mota Lobo.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 5 de Janeiro de 1641); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta para que possa mudar para a Casa da Suplicação e tenha um lugar de Desembargador Extravagante de 24 de Outubro de 1646). Recebeu alvará de 12\$000 réis de promessa numa comenda da Ordem de Santiago com o hábito da mesma Ordem como enviado da embaixada à Dinamarca (25 de Janeiro de 1641), apostila de hábito de Santiago que lhe foi lançada pelo freire professo da Ordem de Santiago Diogo Marques Salgueiro (2 de Fevereiro de 1641), alvará para ter em administração a Comarca de um terço do Vimioso por tempo de um ano (17 de Maio de 1642), alvará para ter em administração por tempo de um ano mais a Comarca de um terço do Vimioso (2 de Maio de 1644), alvará para ter em administração por mais dois anos na Comarca de um terço do Vimioso (22 de Fevereiro de 1645), alvará de administração por mais dois anos da Comarca do terço do Vimioso (12 de Março de 1647), e alvará para ter em administração por mais dois anos da Comarca do terço do Vimioso (27 de Março de 1649).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1640. Tem um irmão chamado João Moniz de Carvalho que é cavaleiro do Santo Ofício (LB).

António Monteiro de Oliveira (Bacharel em cânones), nascido em 1679, natural de Lisboa, filho de António Gomes Monteiro e de Maria Cardoso, neto paterno de Manuel Gomes Oliveira e Maria Monteiro (natural de Almada), e neto materno de António Dias Cardoso (natural de Alfama) e Maria da Trindade.

Foi **Juiz de Fora dos órfãos do Porto** por três anos (carta de mercê do lugar de 18 de Julho de 1718); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador de tenças e resíduos da Comarca de Leiria** por três anos (alvará de mercê do cargo de 16 de Dezembro de 1726);

Corregedor da Comarca de Santarém por três anos (carta de 31 de Agosto de 1737); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentadoria em um lugar de 10 de Maio de 1748), alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto com 140\$000 réis de ordenado cada ano. Recebeu alvará de escudeiro fidalgo com pensão em dinheiro e cevada (13 de Fevereiro de 1721).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1709. O seu avô paterno foi cavaleiro da Ordem de Cristo e o materno cavaleiro da Ordem de Santiago. O seu pai foi Doutor (LB).

António da Mota Perestrelo (Bacharel), nascido em 1624, natural de Lisboa, filho de João Torres da Mota e de Maria Perestrelo, neto paterno de António Dias Mota e Antónia Martins, e neto materno de António Lopes e Maria Linges.

Foi **Juiz de Fora de Borba** (carta); **Juiz de Fora da cidade de Lisboa** por três anos (carta de 5 de Setembro de 1650); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Agosto de 1676); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará aposentando-o no lugar de 27 de Abril de 1688), alvará de 300\$000 réis anuais de aposentadoria (16 de Julho de 1688).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1647. O avô paterno foi Juiz dos órfãos de Lisboa. O avô materno foi médico e cavaleiro de hábito de Cristo, a avó materna era filha de pai estrangeiro (LB).

António da Mota Pinto (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Novembro de 1676).

António Nabo Pessanha (Licenciado).

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (1649); **Ouvidor de Ourém; Provedor de Torres Vedras** (alvará mostrando certidão de ter cumprido a dita de que foi encarregado de 25 de Agosto de 1661); **Corregedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 23 de Novembro de 1662); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Março de 1669); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 24 de Janeiro de 1682); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu alvará de lembrança do cargo.

António de Novais Pereira (Bacharel; Licenciado), natural da Comarca de Setúbal, filho de Nuno Álvares Pereira.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** (posse a 10 de Junho de 1690); **Juiz do fisco de Évora; Desembargador da Relação do Porto** (alvará para servir com beca honorária de Desembargador da Relação

do Porto o lugar de **Juiz do fisco do distrito de Coimbra** de 20 de Março de 1711), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (6 de Janeiro de 1716), provisão de aposentado como Desembargador da Relação do Porto (28 de Janeiro de 1720). Recebeu alvará para haver o seu ordenado de 260\$000 réis pela alfândega de Lisboa, provisão de licença por tempo de um mês (20 de Fevereiro de 1722), provisão para que os dois meses sejam entregues ao dito seu tio para estarem em sua companhia (29 de Julho de 1728), e alvará para que possa cobrar pelo rendimento da alfândega desta cidade os 260\$000 réis (1731).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1689 (MM).

António Nunes Castanho (Doutor), filho de Manuel Nunes Castanho.

Foi **Juiz de Fora de Avis** (carta de 2 de Maio de 1697), alvará de ordenado de Juiz de Fora (3 de Setembro de 1698); **Corregedor da Comarca de Guimarães** por três anos (carta de 6 de Outubro de 1707); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de 20 de Julho de 1712); **Juiz de Fora dos órfãos de Santarém** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Janeiro de 1726); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 30 de Agosto de 1727). Recebeu carta de propriedade do ofício de Escrivão das execuções dos contos do Reino, alvará de renúncia de ofício, alvará para compra de bens reais, alvará de ordenado, verba de 35\$000 réis de juro (22 de Julho de 1724), e verba de 165\$000 réis de juro (23 de Julho de 1724).

António Pedro de Alcântara de Sá Lopes (Bacharel em leis), nascido em 1746, natural do Porto, filho de António de Sá Lopes e de Rosa Maria Angelina Saraiva de Sá (naturais do Porto), neto paterno de Gregório de Sá Lopes e Maria Dinis (naturais de Ponte de Lima), e neto materno de António de Almeida Saraiva e Francisca Rosa (natural do Porto).

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (carta de 26 de Fevereiro de 1779); **Corregedor da Ilha Terceira** (carta de 1 de Julho de 1783); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de 19 de Agosto de 1796), provisão de acertamento de aposentadoria (15 de Outubro de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Março de 1802).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1766. O seu pai foi Desembargador da Casa da Suplicação (LB).

António Pedro Baptista Machado (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (carta de 7 de Março de 1778), provisão para estar ausente por dois meses do lugar de Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão (3 de Março de 1781); **Corregedor da Comarca de Lagos** (carta de 19 de Março de 1792); **Corregedor da Comarca de Avis** (carta de 12 de Maio de 1800), carta de recondução do lugar de Corregedor da Comarca de Avis (20 de Junho de 1806), provisão para prestar juramento por procurador como Corregedor da Comarca de Avis (31 de Outubro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar enquanto Corregedor da Comarca de Avis de 20 de Junho de 1806); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar enquanto Corregedor da Comarca de Avis de 5 de Novembro de 1806), alvará de aposentado com meio ordenado em Extravagante da Casa da Suplicação (14 de Junho de 1825), alvará de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (12 de Outubro de 1825).

António Pedro Machado (Doutor), nascido em 1695, natural de Torres Vedras, filho de Francisco Cordeiro da Silva e de Luísa Maria da Silva, neto paterno de Valentim de Torres e Isabel Ordeira da Silva, e neto materno de Luís Francês da Silva e Maria Machado da Silva (todos naturais de Torres Vedras).

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (carta); **Juiz de Fora e dos órfãos da cidade de Santarém** (carta de 15 de Dezembro de 1707); **Corregedor do cível da cidade de Santarém** (carta de 6 de Maio de 1717); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Janeiro de 1726), provisão de licença por tempo de três meses para estar ausente da dita Relação (4 de Fevereiro de 1733), alvará de Desembargador aposentado da Relação do Porto (13 de Fevereiro de 1739), alvará para poder receber pela alfândega de Lisboa os 260\$000 réis de ordenado como Desembargador aposentado da Relação do Porto (11 de Março de 1740). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença, e alvará de mercê de mais duas propinas das Vitórias do Ameixial e Montes Claros de 6\$000 réis cada uma (22 de Novembro de 1746).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1695. O habitante foi familiar do Santo Ofício. O seu pai era Desembargador, o seu avô paterno foi cavaleiro fidalgo da Casa Real. O avô materno foi licenciado e muitas vezes serviu de mercador (LB).

António Pedro Torcato Barreto de Mendonça (Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de José Inácio de Mendonça (natural de Lisboa) e

de Ana Margarida Comba de Melo, neto paterno de António Ferreira de Mendonça (natural de Torres Vedras) e Rosa Josefa Barreto, e neto materno de António de Melo Calado e Felícia Rodrigues de Azevedo.

Foi **Juiz de Fora de Portalegre** (carta de 3 de Dezembro de 1777); **Ouvidor de Vila Franca de Xira** (carta do cargo de 13 de Abril de 1781); **Corregedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de 13 de Setembro de 1784); **Ouvidor do Mestrado da Ordem da vila de Santiago** (carta de 15 de Outubro de 1786); **Desembargador** (carta de profissão de hábito de 27 de Setembro de 1803). Recebeu provisão de confirmação da nomeação que fez em Rafael José da Cunha do prazo do Nabo nos campos da Golegã e da Azinhaga (22 de Maio de 1823).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1770 (LB).

António Pegado de Lima (Bacharel em cânones), nascido em 1652, natural de Lisboa, filho de António Lopes Lima e de Maria Pegado, neto paterno de Gonçalo Lopes Lima e Beatriz Nunes, e neto materno de António Pegado e Serafina Godinho (todos naturais de Lisboa).

Foi **Corregedor de Torre de Moncorvo** por três anos (carta de 17 de Julho de 1689); **Corregedor do crime do Bairro de S. Paulo** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 23 de Janeiro de 1711); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Outubro de 1712); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Janeiro de 1716); **Ouvidor do crime** (carta de 28 de Março de 1719); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 17 de Junho de 1725).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1678. O seu avô paterno foi sirgheiro. Foram todos moradores no Chiado. Pela Leitura de Bacharel (1722) de seu filho António Pegado da Galla ficamos a saber que o habilitante se casou com Catarina Josefa da Galla, natural de Lisboa, filha de Pedro Escroder, natural da cidade de Hamburgo no Reino da Alemanha, e de Catarina da Galla natural de Lisboa. A sua mulher tinha um irmão chamado João da Galla que foi padre da congregação do Oratório de S. Filipe Neri (LB).

António Peixoto de Figueiredo (Bacharel), filho de João de Figueiredo.

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta); **Superintendente-Geral das décimas do termo da cidade de Lisboa** (carta de 15 de Janeiro de 1709), carta de reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral da décima com beca honorária por três anos (5 de Julho de 1715), carta de reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral da décima no termo da cidade de Lisboa e seus termos (25 de Agosto de

1722); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 24 de Outubro de 1730), alvará de mantimento de Desembargador da Relação do Porto aposentado (12 de Julho de 1731). Recebeu alvará de Juiz privativo da cobrança das dívidas do Contrato geral do tabaco e requerimento de António Martins Toscano e outros (16 de Novembro de 1716), carta de Juiz privativo para as cobranças das dívidas (16 de Novembro de 1716), e alvará de umas propinas (13 de Março de 1741).

António Pereira de Almeida Silva e Sequeira (Bacharel), também *António Pereira de Almeida Silva e Cerqueira*.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1815). Recebeu carta de dispensa de exame da Relação do Porto (29 de Novembro de 1815).

António Pereira Bastos Lima Varela Barca (Bacharel).

Foi **Ouvidor das Ilhas de S. Tomé e Príncipe** com um lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Novembro de 1786); **Provedor da Fazenda Real das Ilhas de S. Tomé e Príncipe** (provisão de 23 de Novembro de 1786), alvará de Provedor das fazendas dos defuntos ausentes das Ilhas de S. Tomé e Príncipe (16 de Janeiro de 1787).

António Pereira da Cunha (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador com posse para ficar continuando como lente na Universidade de Coimbra de 3 de Outubro de 1659); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Dezembro de 1665); **Secretário do Conselho da Guerra** (carta de ofício de 4 de Outubro de 1692). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (28 de Agosto de 1703), alvará de aposentadoria, alvará de ordenado, padrão de 150\$000 réis de tença, padrão de 28\$000 réis de tença, alvará de ordenado, alvará de 120\$000 réis de aposentadoria, e alvará de renúncia de ofício ao tutor de seus filhos.

Observações: Casou com Maria da Costa Cabreira de Mendonça. Pela habilitação para a Ordem de Cristo de um dos seus filhos com o mesmo nome, e que à data tinha 12 anos de idade (1660), sabe-se que a sua mulher e seus filhos na altura da aclamação de D. João IV estavam em Castela (MM).

António Pereira Quadros (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Juiz do crime da Sé** (10 de Outubro de 1699); **Juiz do crime do Bairro Alto** (posse a 30 de Julho de 1703); **Provedor da Comarca de Santarém** (alvará de mercê do cargo de 6 de Agosto de 1724); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 18 de Fevereiro de 1736), alvará de aposentadoria de 260\$000 réis nas Alfândegas de Lisboa (17 de Janeiro de 1739).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1691 (LB).

António Pereira Santos (Bacharel em leis), natural de Guarapiranga em Minas Gerais, filho de António Martins da Silva e de Luísa Álvares da Encarnação, neto paterno de António Martins Souto e Rosa Pereira da Silva, e neto materno de António Alvares Ferreira e Ana Cabral da Câmara (todos naturais de Minas Gerais).

Foi **Juiz de Fora do Maranhão** (carta de 21 de Novembro de 1784); **Provedor dos defuntos e ausentes no Maranhão** (alvará para servir de 14 de Dezembro de 1784); **Provedor das fazendas e capelas da cidade de Macau** (alvará de 14 de Dezembro de 1793), alvará de Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da cidade de Macau (14 de Dezembro de 1795); **Desembargador da Relação de Goa** com exercício de **Ouvidor do Marão** (carta de 9 de Outubro de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** quando houver vaga (carta de 9 de Dezembro de 1803); **Ajudante do Provedor da Fazenda** (alvará de 26 de Julho de 1806); **Procurador da Real Fazenda** (carta de 6 de Junho de 1815). Recebeu provisão para casar com Maria Pujol (20 de Junho de 1779), e carta de profissão de hábito (25 de Outubro de 1803).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1778 (LB).

António Pereira da Silva (Doutor), nascido em 1707, natural do Rio das Mortes, filho de Faustino Pereira e Silva e de Maria da Silva Magalhães. Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1738).

Observações: Foi Desembargador durante mais de dez anos, tendo falecido na viagem de regresso ao Reino (MM).

António Pereira Sousa (D.) (Doutor), natural de Lisboa.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 21 de Abril de 1643); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 23 de Janeiro de 1648); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** de 20 de Outubro de 1650); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 15 de Novembro de 1657), alvará para que tenha cada ano pelo cargo

de Conselheiro da Fazenda quatro moios de trigo e quatro de cevada (3 de Fevereiro de 1658). Recebeu carta de padrão de pensão de 20\$000 réis dos bens que vazaram de Francisco Moniz com o hábito da Ordem de Cristo para Inácio Pereira de Sousa (17 de Julho de 1657).

Observações: É pai do Desembargador Inácio Pereira Sousa (MM).

António Pimenta de Araújo (Doutor).

Foi **Auditor-Geral da gente de guerra do exército da Província do Alentejo** (alvará de 3 de Outubro de 1644); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1659).

António Pimentel Borges (Bacharel; Licenciado em direito civil por exame privado), nascido em 1668, natural de Vila Real, filho de Manuel Borges Pimentel e de Luísa Botto, neto paterno de António Pimentel Borges e Maria Rebelo, e neto materno de Sebastião Borges Botto e Faustina Lobo Tavares (todos naturais de Vila Real).

Foi **Juiz de Fora do Pombal** (começou a servir no ano de 1700); **Juiz de Fora de Santarém** (carta de 12 de Outubro de 1704); **Corregedor do Porto** (carta de 5 de Agosto de 1722); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado com vencimento e aposentadoria de 16 de Março de 1735), alvará de acrescentamento de ordenado (13 de Abril de 1753). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1696 (LB).

António Pinheiro de Faria (Bacharel), nascido em 1661, natural de Lisboa, filho de António Pinheiro de Faria e de Catarina de Oliveira.

Foi **Juiz de Fora de Sousel** (1690); **Desembargador da Relação de Goa** (1695).

António Pinheiro Freire (Bacharel).

Foi **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 6 de Outubro de 1645).

António Pinheiro da Silva Freire (Bacharel por exame privado em leis), natural de Aguiar de Sousa, filho de Gaspar Moreira Freire e de Maria Bárbara da Silva (naturais do Porto), neto paterno de Francisco Freire e Ana Moreira (naturais de Aguiar de Sousa), e neto materno de Gaspar Barbosa e Anastácia da Silva (naturais do Porto). Foi **Auditor-Geral da gente de guerra no Minho** (carta); **Provedor de Viseu** (alvará); **Ouvidor da alfândega da cidade de Lisboa** por três anos (carta de 10 de Agosto de 1712), alvará de Ouvidor da

alfândega de Lisboa por três anos (17 de Março de 1714); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (25 de Setembro de 1717).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1686.

António Pires da Silveira (Bacharel), natural de Bragança (ou de Miranda), filho de João Pires. Foi **Juiz de Fora de Algosó** por três anos (carta de 12 de Abril de 1717); **Juiz de Fora de Viana** por três anos (carta de 10 de Novembro de 1722); **Corregedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 11 de Novembro de 1727); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 7 de Janeiro de 1735); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Novembro de 1745); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Julho de 1748), alvará de aposentado como Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (22 de Julho de 1750), alvará de aposentadoria na Casa da Suplicação com 362\$000 réis (9 de Janeiro de 1751). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis (7 de Maio de 1734), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (14 de Maio de 1734).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1716 (LB).

António das Póvoas (Doutor), também António das Pocuas, filho de Diogo das Póvoas.

Foi **Provedor e feitor-mor da alfândega de Lisboa** (alvará de 12 de Dezembro de 1640), alvará de Provedor da alfândega de Lisboa; **Juiz dos Feitos Reais da Coroa e Fazenda** (carta de **Conselheiro do Conselho da Fazenda** de 4 de Maio de 1641), carta de Conselheiro da Fazenda; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (duas viagens de Goa ao porto pequeno de Bengala de que seu pai estava provido).

Observações: Foi fidalgo da Casa Real.

António Procópio da Silva Pina (Bacharel), também António Procópio da Silva Pina, natural de Elvas, filho de António Martins da Silva.

Foi **Corregedor de Évora** (carta de 31 de Julho de 1779), licença para usar beca (31 de Julho de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (10 de Fevereiro de 1785). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença assentados em um dos Almoarifados do Reino (27 de Julho de 1779), e 12\$000 réis de tença e o hábito de Cristo (7 de Agosto de 1779).

Observações: Em 1805 tinha 63 anos de idade (RGM).

António Raimundo de Pina Coutinho (Licenciado em leis), nascido em 1744, filho de Luís Manuel de Pina Coutinho e de Antónia Inês

Correia da Silva Correia (naturais de Lisboa), neto paterno de Pedro de Pina Coutinho e Josefa Maria de Gouveia (naturais de Lisboa), e neto materno de António Correia Sardinha e Francisca Tomásia de Aquino Fróis.

Foi **Provedor de Miranda** (alvará de 20 de Dezembro de 1764), provisão para estar ausente do dito lugar (20 de Julho de 1767); **Corregedor do crime do Bairro dos Remolares** (carta de 19 de Março de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Agosto de 1779); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Setembro de 1779), verba de 93\$435 réis de juro na Junta dos Três Estados (23 de Fevereiro de 1780); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1795); **Conselheiro** (carta de Conselho de 25 de Maio de 1802); **Conselheiro do Ultramar** (carta de 29 de Maio de 1802). Recebeu carta da comenda de Santiago da Ordem de Cristo (30 de Julho de 1791), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (17 de Julho de 1795).

Observações: A sua Leitura de Bacharel em 1774 não nos permite identificar todos os dados referentes ao habilitante «[...] filho mais velho do Desembargador do Paço e procurador da Coroa Luís Manuel de Pina Coutinho, que costumando Vossa Majestade admitir os filhos mais velhos dos ditos desembargadores a fazer exame vago e despachá-los em primeiro lugar com a beca para a Relação do Porto, quando o suplicante requereu faculdade para fazer o dito exame, não só se lhe não concedeu, mas ainda teve insinuação para ler ordinariamente, e executando-a no despacho de 1764 foi o suplicante provido no lugar de Juiz de Fora do Mogadouro de primeira instância [...]» O habilitante tem duas irmãs «donzelas», e três irmãos «sem estado». O seu pai foi Deputado. O seu avô paterno foi Desembargador, e o seu avô materno foi sargento-mor de Vila Rica do Ouro Preto, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e, junto com sua mulher, morador na vila de Évora dos Coutos de Alcobça. O habilitante tinha um irmão chamado José de Pina Coutinho (LB).

António Ramos da Silva Nogueira (Bacharel), nascido em 1754, natural da Baía, filho de António Ramos da Silva e de Rita do Sacramento. Foi **Juiz de Fora de Sousel** (1786); **Juiz de Fora de Mariana** (carta de 4 de Agosto de 1788); **Provedor de Mariana** (carta de 22 de Agosto de 1788); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 7 de Setembro de 1807). Recebeu provisão de mantimento como Juiz de Fora de Mariana (15 de Julho de 1788), e provisão de 80\$000 réis de aposentadoria como Juiz de Fora de Mariana (19 de Julho de 1788).

António Raposo (Doutor em direito civil), nascido em Avis, filho de António Soeiro e de Beatriz Martins.

Foi **Corregedor das Ilhas dos Açores** por três anos (carta de 7 de Abril de 1644); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 29 de Janeiro de 1650); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Março de 1669). Recebeu carta de mercê do depósito da Junta do Comércio (6 de Novembro de 1668).

Observações: Foi Secretário da Embaixada da Holanda (MM).

António Rebelo Amaral (Bacharel), nascido em 1744, natural de Celorico da Beira, filho de João Rebelo do Amaral e de Catarina Luís, neto paterno de António Dias Rebelo e Catarina do Amaral, e neto materno de José Gomes Cabral e Catarina Luís.

Foi **Juiz de Fora de Seia** (carta de 4 de Abril de 1778); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 15 de Fevereiro de 1783), carta de Desembargador da repartição de Goa com assento de **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (15 de Fevereiro de 1783); **Fiscal das dívidas Reais preteridas** (carta de 7 de Janeiro de 1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1800); **Conselheiro** (carta de título de 7 de Janeiro de 1805); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 10 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de confirmação de doação que lhe fez João Rebelo Amaral e outro (8 de Maio de 1781), e provisão de licença para comprar à Coroa bens de capela que na Igreja de Santa Maria de Celorico da Beira instituía Vasco Meneses (21 de Maio de 1798). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1769. Os avós e pais foram moradores no lugar da Ratoeira na Comarca da Guarda; foram lavradores que viviam de suas fazendas sem terem exercitado ofício mecânico (LB).

António Rebelo da Fonseca (Doutor), natural de Lamego, filho de Manuel Rebelo da Fonseca e de Maria Lopes Ferreira, neto paterno de Manuel da Fonseca e Maria Rebelo, e neto materno de António Lopes e Maria Lopes.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (1 de Janeiro de 1681); **Juiz de Fora de Moncorvo** (1687); **Provedor de Viana** (1703); **Provedor da Guarda** (alvará); **Corregedor de Pinhel** (carta); **Corregedor de Coimbra** (1711); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1716); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 3 de Outubro de 1718); **Superintendente do tabaco** (alvará de 16 de Março de 1719). Recebeu

alvará de lembrança de ofício, padrão de 18\$000 réis de tença, padrão de 48\$000 réis de tença, alvará de ordenado, alvará para continuar com obras de casas que estavam embargadas, carta de padrão de 12\$000 réis de tença (2 de Outubro de 1723), e carta de padrão de 38\$000 réis de tença.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1679. Ouviu dizer-se da sua mãe que era cristã-nova. Maria Lopes era mulher solteira, da qual nasceu a mãe do dito bacharel. O avô materno casou com Maria Francisca, de quem o justificante se apelidou neto materno. Os pais e avós eram lavradores que viviam da sua lavoura e trabalho. O pai serviu de Juiz ordinário na vila de Fonte Arcada. O habitante era casado. «*Athendendo S. Majestade ao muito o bem que o tinha servido nestes seis lugares, lhe fez a mercê de o despachar por seu decreto sem concurso [...] para a Relação do Porto com o lugar de Desembargador, de que tomou posse em 27 de Janeiro de 1716 [...]*» (RGM). Faleceu na cidade do Porto em 1724. Foi casado com Maria Jacinta Leitão Teixeira, filha de Filipe Leitão Tavares e de Susana da Guerra. Foi pai de Francisco Rebelo de Lima, Auditor-Geral da Província da Beira e Corregedor de Guimarães, que se casou com Feliciano Maria Bandeira Pereira (MM).

António do Rego de Sá (Bacharel), nascido em 1672, natural de Lisboa, filho de Manuel do Rego Quintanilha e de Maria Ribeiro, neto paterno de Jerónimo Ledo de Paiva e Maria Quintanilha do Rego.

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (1699); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (1706); **Ouvidor de Azeitão** (carta de 28 de Junho de 1712); **Desembargador Supranumerário da Relação da Baía** com posse na Relação do Porto (carta de 6 de Junho de 1719); **Ouvidor-Geral do crime da Relação da Baía** (carta de 1 de Abril de 1722); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para poder tomar posse por procurador do lugar de 2 de Setembro de 1719), provisão de aposentado na Relação do Porto com ordenado e propinas (28 de Agosto de 1734). Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo com \$750 réis e um alqueire de cevada por dia (4 de Agosto de 1707), e provisão de licença para casar na Baía (11 de Maio de 1723). **Observações:** Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 7 de Janeiro de 1688 (HOC).

António Ribeiro de Carvalho (Bacharel), nascido em 1770, natural de Portalegre, filho de Manuel Ribeiro de Carvalho e de Catarina Josefa Barradas.

Foi **Juiz de Fora de Alcoutim** (depois de 1796); **Ouvidor de Pernaguá** (decreto de 13 de Maio de 1804); **Provedor de Pernaguá** (carta de 16 de Abril de 1806); **Desembargador da Relação de Goa**; **Chanceler da Relação de Goa** (decreto de 11 de Fevereiro de 1827). Recebeu provisão de 40\$000

réis de aposentadoria para casas cada ano (3 de Outubro de 1804), provisão de assentamento de ordenado (3 de Outubro de 1804), e provisão para vencer o ordenado desde o dia em que embarcar (3 de Outubro de 1804).

António Ribeiro dos Santos (D.) (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1790); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Novembro de 1799); **Conselheiro** (carta de Conselho de 26 de Maio de 1802); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 3 de Julho de 1802). Recebeu alvará oficial da nobreza de armas supranumerário (21 de Junho de 1827).

António Robalo Freire (Bacharel), nascido em 1635, natural de Coimbra, filho de Francisco Robalo Freire e de Francisca Pessoa.

Foi **Juiz de Fora de Vila Viçosa** ou **Borba** (até 1665); **Juiz de Fora de Santarém** (carta de 15 de Dezembro de 1666); **Provedor de Portalegre** (1673); **Provedor de Tomar** (carta de 26 de Junho de 1681); **Desembargador da Relação do Porto**.

Observações: Faleceu com o despacho de Desembargador do Porto (MM).

António Rodrigues Araújo (Doutor), filho de João de Araújo da Lomba.

Foi **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 3 de Maio de 1660); **Juiz de Fora de Évora** (carta de 17 de Maio de 1666); **Corregedor de Elvas** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 30 de Março de 1686); **Provedor da Casa da Moeda da cidade de Lisboa** (alvará de serventia do ofício de 27 de Março de 1688); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu carta de Escrivão dos órfãos e Inquiridor do juízo ordinário da vila do Vimeiro por falecimento do pai (28 de Outubro de 1645), verba de 10\$000 réis de juro, e alvará de mercê de capela.

António Rodrigues Banha (Bacharel em cânones), nascido em 1689, natural de Lamego, filho de António Rodrigues Banha, neto paterno de Domingos Brás Banha e Isabel Rodrigues, e neto materno de Francisco Guedes Alcoforado e Eufémia Sequeira (naturais de Mondim de Lamego).

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (carta de 15 de Fevereiro de 1715); **Ouvidor-Geral da Vila do Príncipe na capitania das Minas do Rio de Janeiro** (carta

de mercê do cargo de 12 de Agosto de 1720); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de mercê de um lugar de 28 de Fevereiro de 1727). Recebeu provisão isentando-o de servir na Câmara da cidade da Baía (21 de Março de 1740), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (24 de Maio de 1741), e carta de padrão de 68\$000 réis de tença cada ano (8 de Junho de 1741).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1714. O seu pai era Desembargador. António Rodrigues Banha, filho de António Rodrigues Banha, natural de Lamego, leu a 16 de Junho de 1714; foi Juiz de Fora de Guimarães em 1717 e Ouvidor de Serro Frio em 1720 (MM).

António Rodrigues Banha (Bacharel), natural de Évora Monte, filho de Domingos Brás Banha e de Isabel Rodrigues (naturais de Évora-Monte).

Foi **Juiz de Fora de Faro**; **Provedor de Faro** (4 de Setembro de 1665); **Ouvidor de Bragança** (20 de Fevereiro de 1670); **Corregedor de Lamego** (1677); **Desembargador da Relação da Baía** (tomando posse por ele na Relação do Porto o Desembargador António de Lemos da Rosa a 23 de Março de 1680); **Ouvidor-Geral do crime do Brasil** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 7 de Dezembro de 1695). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença pelo cumprimento dos 50\$000 réis com o hábito de Cristo (14 de Março de 1680), e 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (19 de Março de 1680).

Observações: As informações obtidas para este indivíduo foram retiradas do processo de seu neto, a quem foi posto o mesmo nome (Leitura de Bacharel em 1737). Após ter servido nos lugares de letras neste Reino foi para a Relação da Baía, onde casou, e não há notícia de que tornasse mais ao Reino. O seu pai tinha um irmão chamado Manuel Brás, o qual veio a ser avô paterno de Manuel Brás Anjo, lente prima na Universidade de Coimbra, e Deputado do Santo Ofício (MM).

António Rodrigues Gaioso (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Cuiabá** (carta de 20 de Setembro de 1779); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Cuiabá** enquanto servir o lugar de Juiz de Fora do dito lugar (alvará para servir o ofício de 27 de Novembro de 1779); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** com posse na Relação do Porto (carta de 7 de Setembro de 1789).

António Rodrigues de Resende (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 8 de Janeiro de 1776); **Juiz Conservador do tabaco e saboarias na Comarca de Évora** (provisão para servir de 17 de Agosto de 1790); **Juiz do fisco da cidade de**

Coimbra (alvará de beca com graduação de **Desembargador da Relação do Porto** de 11 de Setembro de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Agosto de 1801). Recebeu provisão para conhecimento de causa (18 de Abril de 1785).

António Rodrigues da Silva (Bacharel em leis), natural de Vila do Conde, filho de José Rodrigues da Silva (natural de Azurara) e de Clara da Silva Ferreira (natural de Vila do Conde), neto paterno de João Rodrigues e Francisca da Costa (naturais de Azurara), e neto materno de Manuel da Silva e Maria Francisca (naturais de Vila do Conde).

Foi **Juiz de Fora de Vila Real**; **Auditor-Geral da Província do Minho** (carta de 5 de Agosto de 1725); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e residuos da Comarca de Pernambuco** (alvará de serventia do ofício de 6 de Junho de 1730); **Ouvidor-Geral de Pernambuco** (carta de 5 de Agosto de 1730); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 11 de Abril de 1738); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse de um lugar de 9 de Outubro de 1738), carta de Desembargador supranumerário da Relação do Porto (15 de Abril de 1747); **Conservador dos homens de negócios da nação holandesa da cidade do Porto** por três anos (alvará nomeando-o para Conservador de 3 de Julho de 1748); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1751), alvará de aposentadoria na Relação do Porto com o seu ordenado (28 de Fevereiro de 1759), alvará de ordenado de 20\$000 réis de aposentadoria na Relação do Porto (28 de Maio de 1759). Recebeu alvará de foro de escudeiro (25 de Novembro de 1721), carta de legitimação (4 de Fevereiro de 1727), alvará de mercê de 150\$000 réis de tença para suas três filhas (25 de Maio de 1728), e carta de 12\$000 réis para os ter com o hábito de Cristo (1 de Agosto de 1730).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1710. «*José Rodrigues que se sustentava de fazendas próprias tratando-se nobremente sem officio algum mecanico e neto por ambas as partes de pessoas que vivião e sustentavão de fazendas próprias que possuíão [...] Sua Majestade ordenou não fossem admitidas a ler no dito Tribunal senão aquelles Bachareis que se achassem com informação de bons estudantes e supposto as do supplicante sejam de sufficiente, contudo como este se achava habilitado e corrente com as suas inquirições senteceadas ao tempo que baixou o dito Decreto não lhe pode servir de impedimento (LB)*». «*Teve o primeiro despacho na judicatura da villa de Esposende da Provincia do Minho e da correição de Barcellos de que tomou posse em 30 de Julho do ditto anno de [1724] [...] casou no Porto com D. Domitilia Maria Carvalho de Almeida, filha do Doutor Manuel da Costa e Silva, de cujo consórcio nasceu Francisco António da Silva*

[...] anno de 1758, em que foi aposentado por cauza dos seus annos, e achaques [...]» (MM).

António Rodrigues Veloso (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (provisão para vencer o ordenado do dito lugar desde o dia do seu embarque (9 de Março de 1790); **Ouvidor de Mação** (carta de 18 de Junho de 1790); **Corregedor da Ilha da Madeira** (carta de 18 de Junho de 1790); **Conservador da nação britânica na Ilha da Madeira** (alvará de 4 de Abril de 1791); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Agosto de 1807). Recebeu provisão para conhecimento de causa (21 de Julho de 1797), e provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Beja (22 de Fevereiro de 1798).

António Sá Lopes (Bacharel em leis), nascido em 1698, natural do Porto, filho de Gregório Sá Lopes (natural de Ponte de Lima) e de Maria Dinis (natural do Porto), neto paterno de Francisco Lopes e Ana de Sá (naturais de Ponte de Lima), e neto materno de Agostinho Dinis e Maria Francisca (naturais do Porto).

Foi **Juiz de Fora de Amarante** (posse em 1734); **Juiz de Fora e dos órfãos do Porto** (carta de 12 de Maio de 1742); **Corregedor de Guimarães** (carta de 16 de Setembro de 1748); **Provedor dos hospitais de Coimbra** (alvará de 16 de Agosto de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Junho de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Dezembro de 1764). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1729. O avô materno tinha negócios «*com partes em navios*», porém faleceu no Porto antes que fosse para Lisboa (LB).

António de Sampaio Cogominho de Vasconcelos (formado em direito civil), natural de Viana do Alentejo, filho de João de Sampaio Cogominho e de Margarida Teresa.

Foi **Juiz de Fora do Alandroal** (1711); **Ouvidor de Vila Viçosa** (8 de Março de 1715); **Corregedor de S. Paulo no Bairro dos Remolares em Lisboa**; **Desembargador da Relação do Porto** (tomando posse por ele o Desembargador Gonçalo de Sequeira e Sousa a 7 de Outubro de 1734); **Desembargador da Casa da Suplicação** aposentado.

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1708. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, e senhor do morgado de Oliveira da sua casa. Casou com Ana Maria Leonor de Castro, filha de Gaspar Cardoso do Amaral Gaula (fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, Aicaide-mor de Montalegre e senhor do morgado de Assentriz), e de Genoveva Teodora de Castro (MM).

António de Sampaio Ribeiro (Licenciado).

Foi **Juiz de Fora de Amarante** (1620); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta); **Ouvidor de Azeitão** (1640); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Setembro de 1654). Recebeu carta de cavaleiro do hábito de Cristo (26 de Novembro de 1649).

António Sanches Pereira (formado em direito civil), natural de Lisboa, filho de Bartolomeu Teixeira de Gouveia e de Beatriz Marisa Sanches Pereira (natural de Setúbal), neto paterno de Luís Fernandes Teixeira e Mariana de Gouveia. Foi **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 20 de Novembro de 1712); **Juiz Conservador da Junta do Comércio da Baía** por três anos (9 de Março de 1714); **Desembargador da Casa da Suplicação** (provisão de 24 de Agosto de 1721), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (8 de Julho de 1722); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 8 de Julho de 1728); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Maio de 1730); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 1 de Maio de 1738). Recebeu carta de padrão de tença de 48\$000 réis (17 de Janeiro de 1712), carta de tença de 12\$000 réis e hábito (19 de Junho de 1723), carta de padrão de tença de 48\$000 réis para sua filha Ana Margarida Sanches e Almeida (20 de Maio de 1730), e alvará de fidalgo da Casa Real (1 de Maio de 1738).

Observações: O seu pai foi igualmente Desembargador (LB). Era pai de Margarida Sanches e Almeida. «[...] *em atenção aos serviços de seu Pay e Avó paterno o Desembargador Luís Fernandes Teixeira, sahio despachado Desembargador de Relaçam da Bahia com posse na Relaçam do Porto [...]* [23 de Agosto de 1714].» Casou com Maria Inácia de Almeida, filha do Desembargador Pedro de Almeida do Amaral. Foi professo na Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Faleceu a 8 de Junho de 1758, sendo sepultado na Igreja do Convento dos Remédios dos padres Carmelitas Descalços em Lisboa (MM).

António Santos Oliveira (Bacharel em cânones), natural de Seixo Amarelo na Comarca da Guarda, filho de Domingos Álvares de Oliveira e de Catarina Francisca, neto paterno de Domingos Álvares e Messia Domingues, e neto materno de Jerónimo Francisco e Maria Francisca (todos naturais de Seixo Amarelo). Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1691); **Juiz Conservador da Nação Francesa** (alvará de 15 de Junho de 1697); **Juiz dos Feitos da Coroa** (carta de 31 de Agosto de 1705); **Deputado** (carta de 12 de Junho de 1715); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 14 de Junho de 1715). Recebeu carta

de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo para seu filho António de Oliveira (2 de Janeiro de 1686), carta de padrão de tença de 38\$000 réis (2 de Janeiro de 1688), carta de promotor e advogado das causas de capelas de El-Rei (18 de Julho de 1690), alvará de ordenado de 44\$000 réis anuais (26 de Fevereiro de 1706), alvará ordinário de quatro moios de trigo por ano (3 de Agosto de 1706), alvará com salva de quatro moios de trigo no Almojarifado das jugadas de Santarém (16 de Outubro de 1710), padrão de 112\$000 réis de juro (30 de Novembro de 1712), padrão a uma neta de 20\$000 réis de tença (3 de Dezembro de 1715), padrão de 20\$000 réis a outra neta (4 de Dezembro de 1715), padrão de 80\$000 réis de tença à filha (5 de Dezembro de 1715), alvará de 2\$000 réis de moradia por mês de fidalgo cavaleiro e um alqueire de cevada por dia (19 de Dezembro de 1715), alvará para que tenha e haja em cada ano 4\$000 réis para uma escrivaniha (12 de Fevereiro de 1716), alvará de uma vida mais na tença de 50\$380 réis em seu nome e 12\$000 réis no do seu neto (15 de Fevereiro de 1716), e alvará de 50\$000 réis de tença (18 de Agosto de 1718).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1681. Os seus avós e pai foram dos principais da vila de Seixo Amarelo e da governança dela, bem como lavradores ricos que faziam lavar as suas terras e viviam das suas fazendas. Foi casado com Antónia da Silva, filha do Doutor Francisco Alvares da Silva, de quem teve uma filha, chamada Margarida de Oliveira, que se tornou mulher do Desembargador Pedro Almeida do Amaral. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real (MM).

António Saraiva de Sampaio Gouveia (Bacharel), nascido em 1760, natural de Trancoso, filho de Caetano Saraiva de Sampaio e de Maria Antónia de Castro e Amaral.

Foi **Juiz de Fora de Seia** (carta de 22 de Novembro de 1789); **Desembargador da Relação da Baía** (19 de Dezembro de 1798). Recebeu provisão de licença por dois meses (11 de Dezembro de 1795), e provisão para vencer o ordenado desde o dia em que embarcar (16 de Setembro de 1798).

António de Sequeira da Gama e Ayala (Doutor), também *António de Sequeira da Gama e Aiala*, natural de S. Paulo em Santos no Brasil, filho de Luís de Sequeira da Gama e de Catarina Álvares da Cunha (natural de S. Paulo em Santos), neto paterno de António de Sequeira da Gama (natural de Campo Maior) e Inês Maria de Oliveira, e neto materno de Manuel Álvares da Cunha (natural de Massarelos nos arredores

do Porto) e Maria Gonçalves Colaça (natural de S. Vicente em S. Paulo).

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Santa Catarina** de primeira instância (carta de 29 de Abril de 1747); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Março de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Dezembro de 1764), provisão para tomar posse na Chancelaria e tomar posse por procurador do dito lugar (25 de Janeiro de 1765); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (provisão de aposentado no lugar de 26 de Outubro de 1769).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1739. O seu pai foi Desembargador, o seu avô paterno «[...] veio de menor idade para esta Corte e nela foi sempre morador [...]», juntamente com sua mulher, na freguesia do Sacramento, e depois na de Nossa Senhora das Mercês. O avô materno era natural dos arredores do Porto, de onde «[...] foi de menor idade para a vila de Santos [...]» (LB).

António Silva Almeida (Bacharel em leis), nascido em 1754, natural do Porto, filho de João da Silva e Almeida e de Teresa Caetana de Jesus (naturais do Porto), neto paterno de Manuel da Silva Almeida (natural do Porto) e Catarina de Andrade, e neto materno de Manuel Álvares e Helena da Costa (naturais do Porto).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** com assento na Casa da Suplicação (carta de 6 de Julho de 1794), provisão de assentamento de mantimento de Desembargador da Relação de Goa (14 de Abril de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Maio de 1798); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 29 de Maio de 1802); **Conselheiro** (carta de Conselho de 29 de Maio de 1802). Recebeu alvará de Provedor das capelas instuídas no mosteiro da Conceição de Beja pela infanta D. Beatriz (4 de Março de 1784).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1781. O seu pai era professo na Ordem de Cristo (LB).

António da Silva e Almeida (Licenciado), nascido em 1703, natural de Moita em Coimbra, filho de Roque da Costa e Silva e de Isabel da Encarnação do Avelar.

Foi **Juiz de Fora de Aveiro** (carta de 25 de Maio de 1730); **Juiz dos órfãos do Bairro de Alfama** (1739); **Corregedor de Setúbal** (carta de 30 de Maio de 1747); **Provedor de Santarém** (carta de 1 de Setembro de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** aposentado (22 de Abril de 1765). Recebeu provisão para trocar e sub-rogar (14 de Outubro de 1721), provisão para aforar terras de morgado

(16 de Agosto de 1721), e alvará de 200\$000 réis de ordenado de aposentado (20 de Maio de 1765).

António Silva e Sousa (Doutor em direito civil), nascido em 1661, natural das Caldas da Rainha, filho de Henrique da Silva e Sousa e de Antónia Nunes.

Foi **Provedor da Comarca de Beja; Auditor-Geral da gente de guerra; Desembargador da Relação do Porto; Desembargador da Casa da Suplicação** (13 de Janeiro de 1660); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (10 de Novembro de 1661). **Observações:** Foi eleito para ser enviado na embaixada à Corte da Grã-Bretanha, a qual acabou por não se realizar; depois foi à Suécia para tratar da liberdade do Infante D. Duarte. «*Recolhendo à Corte de Lisboa, foi nomeado pelo Príncipe D. Pedro então regente corregedor do crime da Corte e Casa em 7 de Janeiro de 1668 com uma comenda de duzentos mil reis que nomeou em seu filho o Desembargador Francisco da Silva e Sousa. Foi ultimamente Desembargador da Mesa da Consciência, em cujo cargo faleceu em 26 de Abril de 1676 com 75 anos, e foi sepultado na Igreja de Santo Eloy de Lisboa*» (MM).

António Soares Monteiro (Doutor).

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Espada à Cinta** (carta); **Desembargador da Relação de Goa** por seis anos (carta de 14 de Março de 1673), alvará para vencer o ordenado que tem com o cargo de Desembargador da Relação de Goa desde o dia que partir deste Reino (13 de Fevereiro de 1675); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Março de 1673). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1664 (LB).

António Sodré Ferreira (formado em direito civil), natural de Lisboa e baptizado na freguesia do Paraíso, filho de Nuno Álvares Ferreira e de Sebastiana de Oliveiros, e neto paterno de Manuel Álvares.

Foi **Juiz dos órfãos em Lisboa; Juiz da Índia e Mina de Lisboa** por tempo de três anos (carta de 23 de Outubro de 1641); **Juiz da Índia e Mina** (alvará de 20 de Março de 1642); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1648); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Outubro de 1659); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 1659); **Corregedor de Leiria** (1667); **Provedor de Santarém** (1678). Recebeu carta de 40\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (27 de Julho de 1672). **Observações:** O habilitante tinha um sobrinho com o mesmo nome que o seu, ao qual pertence uma referência da Ordem de Cristo de 1672. Neste processo é dito que o tio António Sodré Ferreira «*está actualmente exercitando o serviço de Vossa Majestade no cargo de Corregedor da Comarca de Leiria*». Sabe-se também que se casou com a sobrinha do

Doutor Gaspar de Abreu de Freitas, enviado a Inglaterra. O seu pai foi o Morgado de Figueirós. O seu avô paterno tirou braço de armas a 30 de Outubro de 1589. O habilitante casou-se com Mariana de Abreu e Freitas, filha de Gaspar de Abreu e Freitas e de Catarina de Abreu e Freitas (LB). Foi cavaleiro fidalgo da Ordem de Cristo e senhor do Morgado de Figueirós, cuja quinta se situa no termo do Cadaval. Faleceu em Janeiro de 1717, e foi sepultado à porta da Igreja do Cadaval, numa campa que continha uma inscrição com a seguinte invocação a Nossa Senhora da Conceição: «*Aqui durmo, e meus escendentes enquanto nos não acorda o som da trombeta, que dirá - Levantaivos mortos vinde a juizo*». A sua mulher faleceu em Abril do mesmo ano e foi sepultada na capela-mor da dita Igreja. Tiveram um filho, chamado Gaspar Sodré Ferreira (MM).

António de Sousa (D.) (Bacharel), nascido em 1666, natural de Pernambuco, filho de João de Sousa e de Isabel Lopes.

Foi **Procurador dos Cativos do Porto** (1692); **Desembargador da Relação de Goa** (1695).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 15 de Julho de 1695 (HOC).

António de Sousa de Macedo (formado em direito civil; Doutor), baptizado na Igreja de Nossa Senhora da Vitória no Porto a 15 de Dezembro de 1606, filho de Gonçalo de Sousa de Macedo (natural da vila de Amarante) e de Margarida Moreira (natural de Guimarães), neto paterno de Francisco de Macedo de Sousa e Filipa de Sousa, e neto materno de Gaspar Moreira e Madalena Barroso.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1641); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador como secretário da Embaixada de França e Desembargador Extravagante da Relação do Porto de 29 de Abril de 1642); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar que exercerá na primeira vaga de 8 de Maio de 1644); **Conselheiro da Fazenda** (carta), apostila de Conselheiro da Fazenda em Lisboa, carta de supranumerário do Conselho da Fazenda Real (8 de Julho de 1650), alvará para haver 50\$000 réis anuais pelo trabalho de rubricar os livros como o mais antigo Conselheiro do Conselho da Fazenda (1 de Setembro de 1657); **Secretário de Estado** (alvará de 9 de Dezembro de 1662). Recebeu verba de 30\$000 réis de juro, apostila de 53\$903 réis de juro, alvará de administração da comenda de Santiago de Souselas (13 de Maio de 1647), alvará nomeando-o para Juiz (21 de Fevereiro de 1648), alvará de administração por mais dois anos da comenda de Santiago de Souselas (15 de Maio de 1649), verba

para se lhe ter perdoado três cruzados (21 de Março de 1650), padrão de 60\$000 réis de tença cada ano (3 de Agosto de 1650), alvará de administração por mais dois anos da comenda de Santiago de Sousela (20 de Dezembro de 1650), alvará de mercê do Paúl de Archino no termo da vila de Alenquer (13 de Agosto de 1652), alvará de quatro moios de trigo e quatro de cevada de ordinária, carta de comenda de Santiago de Sousela da Ordem de Cristo (6 de Janeiro de 1653), alvará de sucessão da comenda que possui de Souselas de Ordem de Cristo para seu filho Luís Gonçalo de Sousa ficando o agraciado com a promessa que tem da comenda de lote de 150\$000 réis (21 de Janeiro de 1657), alvará de comenda de Sousela da Ordem de Cristo para por sua morte passar a seu filho Luís Gonçalves de Sousa (21 de Janeiro de 1657), alvará para se lhe efectivar a promessa da comenda do lote de 150\$000 réis (6 de Abril de 1662), alvará de mercê do acrescentamento na consignação da aposentadoria de 120\$000 réis cada ano (9 de Dezembro de 1662), carta de mercê da Alcaldoria da vila de Vernão (28 de Janeiro de 1663), alvará dando-lhe para composição da dívida da Fazenda Real 24\$000 réis bens dos aumentos do Reino de 200\$000 réis cada ano (17 de Janeiro de 1664), carta de doação das ilhas dos Joanes e sua capitania sito no estado do Maranhão para seus filhos como fidalgo da Casa Real e Secretário de Estado (23 de Dezembro de 1665), alvará de duas vidas mais do título de Barão que já tem (27 de Maio de 1667), alvará de duas vidas na comenda de Santiago de Souselas (9 de Junho de 1667), alvará de duas vidas mais na comenda de Santa Eufémia de Penela como Doutor e Conselheiro de El-Rei e Secretário de Estado (1 de Julho de 1667), alvará de mercê de duas vidas na tença de 60\$000 réis do Almoxarifado das vinhas de Lisboa (12 de Agosto de 1667), alvará de mais duas vidas na Alcaldoria-mor de Freixo de Numão (13 de Agosto de 1667), alvará perdoando-lhe o ter-se ausentado deste Reino concedendo-lhe o ordenado e propinas que tinha quando servia de Secretário de Estado, alvará de 80\$000 réis de pensão numa comenda da Ordem de Cristo para os ter com o hábito como moço fidalgo e Secretário da Embaixada de Inglaterra e cavaleiro da Ordem de Cristo (26 de Setembro de 1669), e verba para haver passado padrão de 60\$000 réis de tença anual.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1640. O seu pai foi Desembargador e fidalgo da Casa Real. «*Diz o doutor António de Sousa de Macedo, cavaleiro professo da ordem de Cristo natural e morador desta cidade filho do Desembargador Gonçalo de Sousa*», moço fidalgo da casa do Infante, «*[...] é casado com mulher de limpo sangue [...] tem hábito de Cristo [...] com poucos annos fes com seu Pay jornada para Lisboa, donde principiou os seus estudos no collegio de Santo António dos padres Jesuitas*», foi Juiz da Coroa, Conselheiro

da Fazenda, Juiz das Justificações do Reino, foi eleito Secretário da Embaixada que fez a Inglaterra D. Antão de Almada no ano de 1641, e no ano de 1651 foi por embaixador à Holanda; de volta a Portugal foi eleito Secretário de Estado de Afonso VI no ano de 1663, comendador de Santiago de Souzelas na Ordem de Cristo e de Santa Eufémia de Penela na Ordem de Avis, e alcaide-mor de Freixo de Numão. Foi fidalgo da Casa Real e casou-se com Mariana Lamarier, de quem teve António de Sousa de Macedo, barão da Ilha Grande. Faleceu a 1 de Novembro de 1682 com 76 anos, e foi sepultado na Igreja de Nossa Senhora de Jesus dos religiosos terceiros de S. Francisco (MM).

António de Sousa da Silveira (Bacharel), natural de Guimarães, filho de Baltazar de Sousa e de Plácida da Silveira (naturais de Guimarães). Foi **Juiz do crime da cidade do Porto** (carta de 2 de Outubro de 1760); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador com exercício que tinha de **Juiz do Tombo dos reguengos da Comarca de Guimarães** de 11 de Julho de 1766); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Maio de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Maio de 1779), carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação e **Juiz do Tombo de Santarém** (18 de Junho de 1779); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de sua Majestade de 9 de Outubro de 1783); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (alvará de aposentado em um lugar de 24 de Outubro de 1783). Recebeu provisão de Juiz privativo na casa do principal da Igreja Patriarcal D. Tomás de Almeida (31 de Janeiro de 1778).

Observações: É pai do Desembargador Francisco António de Sousa da Silveira (MM).

António Sousa Tavares (formado em direito civil), natural de Lisboa e baptizado na Igreja de S. Cristóvão a 20 de Julho de 1598), filho de Sebastião Tavares de Sousa e de Maria de Carvalho.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (posse a 3 de Dezembro de 1648); **Procurador da Coroa** (13 de Janeiro de 1652); **Juiz dos Feitos da Coroa** (carta); **Conselheiro** (carta); **Deputado** (24 de Março de 1675). Recebeu carta de 40\$000 réis de tença cada ano para D. Margarida sua filha pagos nos bens dos ausentes e confiscados (21 de Outubro de 1652), carta de 40\$000 réis de juro, e alvará de ordinária.

Observações: O seu pai foi Desembargador. Foi secretário da embaixada que em nome de D. João IV fez Tristão de Mendonça aos Estados da Holanda no ano de 1641, indo para esta togado com beca de Desembargador da Relação do Porto. Foi secretário do Infante D. Pedro, quando este

entrou a ser senhor da Casa de Bragança. Faleceu na Corte a 17 de Janeiro de 1667 com 69 anos. Foi sepultado na Igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça (MM).

António de Tavares Carvalho (Doutor em direito canónico; recebido no colégio pontifício de S. Pedro a 13 de Julho de 1647; lente de várias cadeiras), natural de Coimbra, filho de Diogo de Carvalho Pinto.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê do cargo de 24 de Maio de 1664); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê do cargo de 17 de Janeiro de 1669); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (lugar de 19 de Dezembro de 1672); **Chanceler de Coimbra** (alvará de licença para renunciar o ofício de 21 de Julho de 1675); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (9 de Março de 1677). Recebeu carta de padrão de 38\$000 réis de pensão pelos serviços de seu pai (9 de Outubro de 1660), e 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu sobrinho (20 de Março de 1681).

António Tavares da Rocha (Bacharel), natural de Esgueira em Vila da Feira, filho de Nicolau Fernandes da Rocha.

Foi **Juiz de Fora de Marvão** (carta); **Tabelião da vila de Coimbra** (alvará); **Provedor da Comarca de Lamego** (alvará de 30 de Janeiro de 1709); **Provedor da Fazenda das Ilhas dos Açores** (provisão para vestir beca no lugar de 10 de Fevereiro de 1716); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 10 de Outubro de 1732). Recebeu provisão para comissão de inventário e partilhas (7 de Fevereiro de 1735), provisão de licença para tratar da sua saúde (11 de Novembro de 1735), e provisão de licença por tempo de três meses para poder ir às Caldas (13 de Agosto de 1736).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1700. Por resolução régia fez várias diligências à América, por onde andou muitos anos em serviço. De regresso a Portugal, foi Desembargador da Relação do Porto. Foi pai do Desembargador João Soares Tavares (MM).

António Teixeira (Bacharel), nascido em 1671, natural de Chaves, filho de Bento Ferreira e de Maria de Morais.

Foi **Juiz de Fora de Algosó** (1700); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 22 de Março de 1706).

António Teixeira Álvares (Doutor com carta de jubilação na cadeira de leis a 18 de Janeiro de 1713), natural de S. Romão do Corgo do Conselho de Celorico de Bastos.

Foi **Desembargador honorário do Paço** com exercício nas férias da universidade (carta de 20 de Novembro de 1715), carta de um lugar ordinário de Desembargador da mesa do Desembargo do Paço (17 de Maio de 1719); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 3 de junho de 1717); **Conselheiro** (carta de mercê do título de Conselho de 10 de Junho de 1720). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689), alvará de 40\$000 réis para uma escrivania que os demais também têm (12 de Agosto de 1719), alvará de lembrança de uma capela de 70\$000 réis a 80\$000 réis para seu sobrinho António Teixeira Álvares (12 de Março de 1726), e provisão para que o Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa seja Juiz do inventário e partilhas (21 de Janeiro de 1728).

Observações: O seu pai, António Teixeira, era conhecido pela alcunha do «Pai dos pobres» e doutorou-se em ambas as faculdades de direito civil e canónico, tendo sido lente de prima de cânones e leis. Foi eclesiástico, Conselheiro da Inquisição de Coimbra e Conselheiro Geral do Santo Ofício em Lisboa, e ainda Deputado (não existindo quaisquer referências a datas da tomada dos cargos). É tio de um Desembargador com o mesmo nome que o seu. Foi colegial de S. Paulo com posse a 31 de Julho de 1683 (MM).

António Teixeira Álvares (opositor às cadeiras da Faculdade de leis; Doutor em direito canónico), também *António Teixeira Alves*, nascido em 1696, natural de vila de Atei em Guimarães, filho de Bento Teixeira Álvares (natural de S. Romão em Celorico de Bastos) e de Senhorinha de Moura, neto paterno de António Teixeira e Catarina Álvares (naturais de S. Romão em Celorico de Bastos) e neto materno de Simão Álvares de Azevedo e Moura e Maria Martins. Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de recondução de 27 de Fevereiro de 1723), mercê do privilégio de Desembargador (2 de Abril de 1729); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 18 de Março de 1738); **Conselheiro da Fazenda Real** (carta de 1 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 4 de Fevereiro de 1745). Recebeu carta de mercê de Juiz da Índia e Mina (17 de Outubro de 1719), provisão de comissão (7 de Julho de 1724), carta de padrão de 80\$000 réis de tença (8 de Março de 1728), provisão de licença para que possa possuir uns casais apesar de serem jugadeiros (30 de Dezembro de 1730), e provisão de lapso de tempo para transitar na Chancelaria o alvará de lembrança de capela de 70\$000 réis a 80\$000 réis (12 de Março de 1749).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1718. O suplicante foi cavaleiro fidalgo de Sua Majestade e teve um tio com o mesmo nome, que era bom estudante, e o seu pai era Capitão (LB). O pai foi fidalgo da Casa Real e capitão-mor de Celorico de Bastos e era irmão de Luís Teixeira de Moura (Monsenhor da Patriarcal). Casou com Ana de Andrade, filha do Desembargador do Paço Miguel Fernandes de Andrade, e foi cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. «*Foi despachado Juiz da Índia e Mina no seguinte anno (1719), lugar em que ficou reduzido levando-se-lhe em conta o da Relaçam do Porto. Passou para a Caza da Supplicação, em que foi Dezembargador de Agravos, donde passou para a Meza da Consciência e deste Tribunal para o do Conselho da Fazenda [...] porem por cauza de algumas queixas molestias e continuos annos do real serviço o aposentou S. Majestade Fidelissima em 29 de Dezembro de 1761 [...]*» (MM).

António Teixeira de Mendonça (Licenciado em direito civil), natural de Lisboa, filho de João Mesquita e Matos Teixeira e de Juliana de Mendonça, neto paterno de Domingos de Mesquita Teixeira e Juliana de Matos Lobato, e neto materno de Manuel de Oliveira de Figueiredo e Filipa da Cruz de Mendonça (todos naturais de Lisboa).

Foi **Corregedor de Portalegre** de primeira instância (carta de 3 de Abril de 1698), carta de recondução de Corregedor de Portalegre (3 de Abril de 1705); **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (alvará para ter com o lugar de Ouvidor da alfândega 100\$000 réis de 30 de Julho de 1705); **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 4 de Novembro de 1710); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 19 de Maio de 1715), carta de mais três meses de licença para assistir na Corte enquanto Corregedor do crime da Relação do Porto (29 de Abril de 1720), provisão de mais dois meses de licença para assistir na Corte (20 de Agosto de 1720); **Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de ordenado, alvará de fidalgo da Real Casa com pensão em cevada e dinheiro (25 de Janeiro de 1721), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (10 de Março de 1721), e carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (2 de Abril de 1721).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1697. O seu pai foi Desembargador. O habilitante morreu quando exercitava as funções de Desembargador da Casa da Suplicação. Casou no Porto com Teresa Bernarda de Sousa, de quem teve, entre muitos filhos, João de Meneses e Matos Teixeira que foi Chanceler da Índia e faleceu em Lisboa em 1761 no tempo em que fazia diligências pelo despacho de Conselho Ultramarino (MM).

António Teixeira da Mota (graduado em leis; opositor às cadeiras de leis), também *António*

Teixeira da Mata, nascido a 3 de Julho de 1715, natural do Rio de Janeiro, filho de Domingos Teixeira da Mota e de Clara de Jesus Barreiro (ou de la Barrera) (naturais do Rio de Janeiro), neto paterno de António Teixeira (natural da Ribeira Grande na Ilha de S. Miguel) e Ana da Costa (natural do Rio de Janeiro), e neto materno de Domingos Álvares (natural de S. Martinho de Coura no arcebispado de Braga) e Escolástica de Jesus Barreiro (natural do Rio de Janeiro).

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho**; **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 22 de Setembro de 1761); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Novembro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Março de 1774); **Ajudante do Provedor da Coroa** (alvará do lugar de 14 de Março de 1780); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 18 de Agosto de 1783); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará do lugar extraordinário de 18 de Agosto de 1789). Recebeu carta de sesmaria (16 de Setembro de 1790).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1743. O seu avô paterno «*fora em menino para o Rio de Janeiro de onde não voltara mais a este Reino*». O pai foi advogado na cidade do Rio de Janeiro (HOC). «*Foi opositor à cadeira de Instituta, no concurso em que se poz vaga em 9 de Março de 1739 sendo seu opositor o Doutor João Caetano [...] No anno seguinte vagando a quarta cadeira de Instituta tão bem ostentou e fez opposição sendo o seu adverteo o Doutor Manoel Pedro de Sequeira [...] condutário com privilégios de lente, e depois Desembargador do Porto. Substituhio huma das cadeiras de Instituta pelo impedimento de Francisco Soares de Macedo Lente que então era o collegial de S. Paulo [...] Representou a sua Majestade que a judicatura de Montemor o Velho era improporcionada ao seu merecimento, e que sua dita Majestade devia predicamentar o dito lugar, ou provello a melhor emprego e como socedesse vagar a judicatura de Olinda, porque sendo nella a sua o collegial de S. Paulo [...] Representou a sua Majestade que a judicatura de Oliveira do Bairro e concelho de Vouga a rogativas do illustrissimo e excellentissimo Duque de Lafôens senhor da dita terra; tendo elle recusado pedilla no concurso, porque aspirava a correição ordinária se vio precizado naquella ocazião a aceitar o dito lugar que se lhe deo por real decreto com a condição de sahir pela barra fora em 48 horas, da qual tomou posse em 13 de Agosto de 1749 com os ministerios accessorios de Provedor de reziduo, capellas e bens de auzentes do termo de Olinda como tambem da judicatura dos órfãos. Ultimamente por especial ordem de S. Majestade pelo Concelho de Ultramar, lhe foi mandado que devaçasse dos descaminhos da Fazenda Real e procedimentos de varios Almoxarifés, que a prejudicavão em mais de quinhentos mil cruzados ordenando-lhe o dito senhor que exercesse os ministerios de Provedor da alfândega e Fazenda e de vedor geral da gente de guerra, o que tudo cumprio com grande zelo no Real serviço, porem inimigos poderosos lhe inficionarão a sua honra com que veyo a dissipar o seu*

grande patrimonio tendo no dito lugar muitos dissabores e alguns com pessoa de relevante carácter que certamente não podia mover controversias senão predominasse em António Teixeira aaccessimo genio para a conduta de tanta discordia quando elle veyo da America para o Reyno, habitou alguns tempos na villa de Alfeizerão dos Coutos de Alcobaca [...] tendo disputas alheas de toda a razão com alguns religiosos de S. Bernardo, que revestidos de religiosa modestia suportarão petulantes disterios que elle com outros associados se introduzirão violentos e arrebatados na quinta da Cavalherice do Real Mosteiro ludibriando os decoros daquelle sitio que todos tem respeitado. [...] António Teixeira da Mota hera o Capitão daquella patrulha, tendo acabado de empenhar a vara da justiça que a Majestade da terra entrega aos seus Ministros que devem ser exemplares como sabios justicçosos como prudentes e pacíficos [...]» (MM).

António Tomás da Silva Leitão (Bacharel em cânones), nascido em 1764, natural de Lisboa, filho de António Lopes Silva (natural da Sertã) e de Maria Joaquina de Castro (natural de Lisboa), neto paterno de António Lopes da Silva (natural da freguesia do Castelo na Sertã) e Maria João (natural da Sertã), e neto materno de João Antunes de Castro (natural da freguesia de Santo André de Gondomar no Conselho da Barca) e Josefa Maria (natural da freguesia dos Anjos em Lisboa).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 17 de Abril de 1789); **Juiz do Tombo dos Pinhais Reais** (alvará de 26 de Junho de 1790); **Fiscal da alfândega das Sete Casas** (1792); **Desembargador Extravagante** (1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Julho de 1804); **Juiz Conservador da Nação Britânica** (alvará de 7 de Janeiro de 1805); **Vereador do Senado da Comarca de Lisboa** (alvará de 26 de Agosto de 1805); **Juiz Geral das coutadas** (1805); **Conselheiro** (carta de título de Conselho (26 de Agosto de 1805); **Promotor Fiscal das contas e montarias do Reino** (13 de Agosto de 1818); **Deputado da Junta do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas** (carta de 23 de Agosto de 1824); **Desembargador honorário do Desembargo do Paço** (portaria de mercê de 4 de Setembro de 1828). Recebeu carta de profissão de hábito (23 de Maio de 1823).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1788. Morador ao Beato António. O seu avô paterno «*servi á quase 40 anos Vossa Majestade no foro de reposteiro da Camara*». Uma das testemunhas disse que o pai do suplicante tinha ido «*de menor idade para a Corte de Lisboa na companhia do Padre António Ferreira do lugar do Mourisco, serviu de criado por tempo de dois anos*» este testemunho impossibilitava António Tomás da Silva Leitão de se habilitar «*[...] pelo Desembargo do Paço para servir a Vossa Majestade nos lugares de letras*». Além disto a mesma testemunha afirmava

também que o avô materno, João Antunes de Castro, tinha sido estribeiro da Casa do Conde de Pombeiro, e este facto impossibilitava igualmente o suplicante a habilitar-se: «*E para o supplicante desvanecer este impedimento e mostrar que nenhum tem que lhe obste a ser habilitado para servir a Vossa Majestade oferece humildemente a Vossa Majestade as seguintes reflexões comprovadas com os documentos juntos. Quanto ao Avô Materno do supplicante, João Antunes Castro, os testemunhos hão de jurar que elle fora filho de hum dos mais abastados lavradores do lugar de Gondomar Termo da villa da Barca, e que na sua Pátria nunca exercitou officio mecanico. He verdade que o dito Avô do suplicante vindo para esta Corte se empregou no officio de Estribeiro da casa do Conde de Pombeiro, mas he também verdade que este officio lhe não podia influir macanica que elle aliás não tinha, porque para o lugar de Estribeiro da Casa sempre se escolherão pessoas honestas, e de honrado procedimento, requerendo-se muitas vezes que tanto para este emprego como para o de Mordomo tivessem o Foro de Escudeiro Fidalgo os sujeitos que o pertendião o que igualmente naquelles tempos se praticava na maior parte das cazas dos grandes deste Reino, não se despensando neste requesito senão com aquellas pessoas que já se conhecião não ter mecanica como com o dito Avô do suplicante aconteceu, não podendo em taes termos servir-lhe de embaraço o dito exercicio em huma das cazas da primeira grandeza deste Reyno [...] Quanto ao pai do suplicante havião jurar as testemunhas que elle era também, filho de lavradores da Villa da Certã que se sustentavão de suas fazendas, [...] o Padre António Ferreira do lugar do Mourisco jurará na dita inquirição que o pai do suplicante viera da sua terra para esta Corte na companhia de huns clerigos a quem servira por creado nesta mesma Corte [...] estes são os unicos juramentos que obståo a habilitação do suplicante, mas este se persuade poder mostrar na presença de Vossa Majestade que os ditos juramentos como de pessoas inimigas do seu pai lhe não deve servir de obstaculos» (LB).*

António Valério de Mendonça Galvão (Doutor em leis; lente de leis), também **António Valério Mexia Galvão**, natural de Barcelos, filho de Diogo Mexia Galvão e de Joana de Mesquita, neto materno de António de Campos e Isabel de Carvalho.

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** com exercicio nas férias da Universidade de Coimbra (carta de 18 de Junho de 1708). Recebeu carta de 18\$000 réis de tença (17 de Janeiro de 1689), e carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (23 de Junho de 1708).

Observações: O seu pai foi Desembargador. Foi admitido no colégio Pontifício de S. Paulo tomando posse a 27 de Outubro de 1696. Casou com Ângela de Sousa Pereira, filha de Mateus de Sousa e de Maria Pereira de Caldas (MM).

António Vales Caldeira (Bacharel), também António Vellez Caldeira, natural de Portalegre, filho de Pedro Carreiras e de Isabel Vellez Caldeira.

Foi **Juiz de Fora da Covilhã** (1653); **Corregedor de Setúbal**; **Provedor de Évora**; **Desembargador da Casa da Suplicação** sem ir à Relação do Porto (posse a 23 de Maio de 1669); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (17 de Dezembro de 1672); **Procurador Régio da Coroa** (4 de Novembro de 1677, tendo saído do Senado da Câmara em 1675); **Juiz da Coroa** (26 de Março de 1678). Recebeu 30\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (25 de Janeiro de 1670).

Observações: Foi eleito para acompanhar o embaixador D. Francisco de Sousa Marques das Minas ao Pontífice Clemente X em 1670. Morreu em Lisboa na sua quinta a 15 de Maio de 1689, e foi sepultado em Lisboa na Igreja do Convento da Penha de França. Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e casou-se com Francisca da Silva Mayor (MM).

António Vaz de Figueiredo (Bacharel), nascido em 1726, natural de Lisboa, filho de Luís Vaz dos Reis e de Maria Teresa Cordeiro.

Foi **Juiz de Fora da Sertã** (1752); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 17 de Abril de 1756).

Observações: Faleceu no lugar de Desembargador de Goa (MM).

António Velho da Costa (Doutor em leis), natural de S. Paulo de Luanda em Angola, filho de Francisco Velho da Costa.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com exercicio nas férias (carta de 27 de Abril de 1731), carta de **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (20 de Agosto de 1734); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (12 de Dezembro de 1745); **Corregedor do crime** (carta de 15 de Setembro de 1753); **Deputado** (1753).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1714. Tomou posse de beca no Pontifício Colégio de S. Pedro a 15 de Maio de 1720. Foi fidalgo da Casa Real e cavaleiro na Ordem de Cristo. Foi lente de Instituta. Os seus pais vieram do Reino de Angola para Portugal e estabeleceram-se em Lisboa. Casou com Maria Josefa de Sequeira, filha de Agostinho de Mesquita e de Isabel Ângela, ambos naturais da Guarda, de quem teve um filho também Desembargador chamado Francisco Feliciano Velho da Costa. Faleceu em 1766 (MM).

António Venceslau Xavier Castelo Branco Cabral e Taborda (Bacharel), nascido em 1715, natural de Lisboa, filho de Francisco Manuel Castelo Branco e de Francisca Teresa da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Faro** (27 de Setembro de 1742); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 21 de Março de 1754).

Observações: Faleceu no lugar de Desembargador de Goa (MM).

António Vicente Ferreira (Bacharel em cânones), nascido em 1673, natural de Belas, filho de António Vicente (natural de Belas) e de Domingas Pedrosa (natural de Benfica), neto paterno de Domingos Vicente e Graça Silvestre (naturais de Benfica), e neto materno de Pedro Ferreira e Joana Filipe (naturais de Belas).

Foi **Juiz de Fora da Chamusca** (1705); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 10 de Março de 1706), provisão para voltar ao Reino com a família (2 de Março de 1714); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Dezembro de 1721). Recebeu provisão de 8\$000 réis (4 de Março de 1706), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (5 de Março de 1706), padrão de tença de 38\$000 réis (4 de Junho de 1706), e carta de padrão de tença de 20\$000 réis (5 de Outubro de 1728).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1700. O habilitante e seus pais eram moradores em Lisboa na Rua dos Arcos. O seu pai vivia de sua fazenda e nela trabalhava por suas mãos e com seus criados. Os seus avós também foram lavradores (LB).

António Vicente de Sousa (Bacharel), natural de Santa Maria de Arrifana, filho de António Vicente de Sousa e de Ana Maria Teodora de Sousa (naturais de Santa Maria de Arrifana).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Outubro de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Fevereiro de 1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 16 de Março de 1803).

Observações: O seu pai era Doutor, e o habilitante tornou-se pai do também Desembargador António Vicente de Carvalho e Sousa (LB).

António Vieira de Tovar e Albuquerque (Bacharel em leis), nascido em 1780, natural de Molelos em Viseu, filho de Jerónimo Vieira de Tóvar e Silva (natural de Molelos) e de Margarida Josefa de Melo Albuquerque e Meneses, neto paterno de Diogo Vieira de Tóvar e Silva e Catarina Maria Vicência (naturais de Molelos), e neto materno de Francisco de Albuquerque e Castro e Isabel Antónia de Melo.

Foi **Juiz de Fora de Braga** (carta de 16 de Março de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Setembro de 1816), carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício (20 de Novembro de 1820), carta de Desembargador da Relação do Porto (um lugar ordinário de 22 de

Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 7 de Novembro de 1829). Recebeu provisão de ofício (8 de Janeiro de 1821), alvará de administração de uma comenda honorária da Ordem de Santiago da Espada (24 de Setembro de 1824), e alvará de tratamento de Senhoria (10 de Abril de 1826).

António de Vilas Boas Sampaio (formado em direito civil), nascido a 27 de Setembro de 1629, natural da Quinta de Fareja no termo de Guimarães, filho de Diogo de Vilas Boas Caminha e de Ana de Carvalho e Sampaio, neto paterno de Baltazar de Vilas Boas e Maria de Lemos, e neto materno de António de Sampaio Coelho e Mécia de Carvalho da Costa.

Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (posse a 29 de Agosto de 1658); **Juiz de Fora de Viseu** (1663); **Corregedor de Torre de Moncorvo; Provedor de Coimbra** (1676); **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 1 de Fevereiro de 1689); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (26 de Fevereiro de 1693).

Observações: Casou com Maria Ferraz de Almada, filha de Baltazar de Faria Machado e de Madalena Pereira, de cujo consórcio nasceram vários filhos, de entre os quais se destacam dois que foram Bispos: Pedro de Vilas Boas e Sampaio, e Baltazar de Faria e Vilas Boas. Morreu em Barcelos com 72 anos de idade a 26 de Novembro de 1701 (MM).

António Xavier Costa Sameiro (graduado em leis), nascido em 1740, natural de Castelo de Vide, filho de Manuel António Sameiro (natural de Borba) e de Joana Catarina da Costa (natural de Castelo de Vide), neto paterno de António Rodrigues Sameiro (natural de Borba) e Maria Mendes Franca (natural de Vila Viçosa), e neto materno de Gregório Dias Roxo (natural de Castelo de Vide) e Catarina Marques da Costa Santo Aleixo (natural de Enwendos).

Foi **Ouvidor de Avis** (carta de 5 de Fevereiro de 1778); **Provedor da Comarca de Évora** (carta de 21 de Agosto de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Dezembro de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Fevereiro de 1802); **Corregedor do cível da Corte** (carta do lugar de 1 de Junho de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença (14 de Março de 1779), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (18 de Março de 1779), provisão para tomar de aforamento a José António da Mota

Mouzinho um chão de vínculo no sítio da Videla (19 de Dezembro de 1792), e provisão de extinção do vínculo instituído pelo padre Manuel Vivas Tavares (18 de Janeiro de 1800).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1765. O seu pai foi Bacharel, o seu avô materno foi Juiz das capelas, e o paterno foi Administrador dos Tabacos da Província do Algarve (LB).

António Xavier de Morais Pinto Teixeira Homem (Bacharel em leis), também *António Xavier de Morais Ferreira Homem*, nascido em 1755, natural de Mirandela, filho de Martinho Teixeira Homem e de Ana Maria Pinto (naturais de Mirandela), neto paterno de Luís Pereira Delgado (natural de Rio Torto em Bragança) e Joana Teixeira de Morais (natural de Ervões em Bragança), e neto materno de António Gomes Pinto e Domingas Fernandes (naturais de Mirandela).

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega** (carta de 9 de Janeiro de 1782), provisão de dois meses de licença (7 de Agosto de 1783), carta de reconduzido no mesmo lugar (23 de Agosto de 1784); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Comarca de Pernambuco** (alvará de serventia de 6 de Março de 1787); **Ouvidor de Pernambuco** (carta de 12 de Abril de 1787), provisão para jurar na Chancelaria por procurador como Ouvidor de Pernambuco (24 de Setembro de 1787); **Corregedor da Comarca de Viana** (provisão de dois meses de licença (12 de Setembro de 1793); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Março de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Julho de 1807); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 27 de Setembro de 1813); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Dezembro de 1814); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de um lugar honorário de 30 de Outubro de 1823), carta de Conselheiro da fazenda (24 de Março de 1825); **Conselheiro** (carta de título de 31 de Outubro de 1823). Recebeu carta de foro de fidalgo cavaleiro (23 de Dezembro de 1822), alvará de fidalgo cavaleiro (3 de Setembro de 1824), e carta de profissão do hábito de Cristo (7 de Janeiro de 1826).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1779. O seu pai foi Desembargador. O seu avô paterno «era pessoa de conhecida nobreza, sem ocupar nunca officio mecanico; antes servio o posto de capitão-mor no lugar de ervõens, depois que alli foi cazar com a Avó do dito habillitado Dona Joana Teixeira de Moraes, pessoa nobre e das mesmas quallidades». O habilitante morava na vila de Mirandela (LB).

* **Baltasar Azeredo** (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (3 de Novembro de 1618).

Observações: Foi Colegial de Colégio de São Paulo da Universidade de Coimbra e lente de Código na mesma (MM).

Baltasar Inácio Ferreira Santa Bárbara e Moura (Bacharel em leis), natural da Baía, filho de Francisco de Santa Bárbara e Moura, neto paterno de Inácio Lopes de Moura, e neto materno de Marcelino Soares.

Foi **Juiz de primeira instância da Índia e Mina** (carta de 17 de Janeiro de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Agosto de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Outubro de 1768).

Observações: O seu avô materno foi coronel das Ordenanças da cidade da Baía. O seu pai foi Desembargador. O habilitante de pouca idade veio com os seus pais para Lisboa. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo. O seu avô paterno foi Desembargador (LB).

Baltasar da Silva Lisboa (Bacharel em leis), nascido em 1759, natural da Baía, filho de Henrique da Silva Lisboa e de Helena Nunes, neto paterno de José da Silva Castelão e Antónia Maria de Melo, e neto materno de André Nunes de Sequeira e Francisca Teresa de Melo (todos naturais da Baía).

Foi **Juiz de Fora do Rio de Janeiro** (carta de 14 de Setembro de 1786); **Provedor dos defuntos e ausentes do Rio de Janeiro** (alvará de 30 de Setembro de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Setembro de 1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1784. Morador na cidade de Lisboa na Rua Augusta, tem um irmão chamado José da Silva Lisboa, nascido em 1756 e formado em cânones, que realizou a Leitura de Bacharel em 1782. Ambos viveram dos rendimentos de prédios urbanos e rústicos que possuíam seus pais, e já possuíam os seus avós. O pai de ambos foi familiar do Santo Officio (LB).

* **Baltasar do Vale de Sequeira** (Bacharel), natural de Arcos de Valdevez, filho de Gonçalo de Vale de Sequeira e de Brites Antunes.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Fevereiro de 1626); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (15 de Outubro de 1626).

Observações: Foi lente da Universidade de Coimbra, Colegial do Colégio de São Paulo (26 de Fevereiro de 1620), e Deputado do Fisco em Coimbra. Faleceu enquanto Desembargador Agravista do Porto (MM).

Baltasar Veloso Coutinho (Bacharel), filho de Rui Pires da Veiga Pai e de D. Joana Coutinho. Foi **Ouvidor de alfândega de Lisboa**; **Desembargador da Relação do Porto** (1658).

Bartolomeu Gomes Monteiro (Bacharel em cânones), nascido em 1696, natural de Lisboa, filho de Sebastião Monteiro (natural de S. Pedro de Agostem em Chaves) e de Francisca Gomes (natural de Nossa Senhora dos Mártires em Lisboa), neto paterno de Sebastião Fernandes (natural de Chaves) e Isabel Fernandes (natural de Vila Nova da Veiga em Chaves), e neto materno de Álvaro Gaspar e Catarina Gomes (natural do Couto do Vimeiro em Salvador de Figueiredo).

Foi **Juiz de Fora de Palmela e Alhos Vedros** (carta de mercê de 3 de Junho de 1730); **Corregedor da Comarca de Almada** (carta de 11 de Setembro de 1737); **Corregedor do crime do Bairro de Mocambo** (carta de 26 de Abril de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê do lugar de 11 de Fevereiro de 1750); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Março de 1753); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de 16 de Março de 1758); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 13 de Abril de 1758). Recebeu carta de mercê de 12\$000 réis de tença para obter com o hábito de Cristo (3 de Março de 1753).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1726. «*Álvaro Gaspar residiu em Lisboa no Bairro de S. Francisco, freguesia de Nossa Senhora dos Mártires a onde faleceu com 90 anos e natural da freguezia de S. Pedro de Penaferim em Sintra [...] foi corregedor do cível da Corte, em cujo ministério falleceo no mez de Setembro de 1763 [...]»(MM).*

Bartolomeu Gonçalves Castelo Branco (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Francisco Miguel Valente.

Foi **Juiz de Fora de Serpa** (carta de 7 de Abril de 1622); **Corregedor do crime de Lisboa**; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 24 Janeiro de 1640). Recebeu apostila de 20\$000 réis de juro.

Bartolomeu Guifel Barbarino (Doutor), filho de Guilherme Guifel Barbarino e de Isabel Teixeira Pahina.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 5 de Março de 1667); **Desembargador da Casa da Suplicação**; **Desembargador**

Agravista da Casa da Suplicação; Conselheiro da Fazenda (1696).

Observações: Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, e que em 1 de Janeiro assistiu ao auto de juramento do Rei D. João V. Casou-se com Teresa Maria de Figueiredo, natural de Lisboa e filha herdeira de Manuel Rebelo de Figueiredo, de quem teve o Desembargador Luís Guifel Barbarino e Isabel Luísa de Figueiredo Barbarino, esta última mãe de Bartolomeu José Guifel e de Manuel Estevão de Almeida (MM).

Bartolomeu José da Cunha Soares e Vasconcelos (Bacharel), nascido em 1749, natural de Lisboa, filho de José António da Cunha Soares e Vasconcelos e de Antónia Josefa de Meneses. Foi **Juiz de Fora de Idanha-a-Nova** (23 de Fevereiro de 1778); **Juiz de Fora de Penamacor** (8 de Novembro de 1784); **Corregedor de Penafiel** (18 de Setembro de 1794); **Corregedor do cível da cidade** com beca (31 de Março de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (25 de Junho de 1804). Recebeu provisão para conhecimento de causa (3 de Fevereiro de 1796), e provisão de beca honorária com o lugar de Corregedor do cível (20 de Maio de 1801).

Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Andrade (Doutor), nascido em 1714, natural de Idanha-a-Nova, filho de Fernando Afonso Giraldes (natural de Idanha-a-Nova) e de Brites Maria de Andrade e Couto (natural de Idanha-a-Velha), neto paterno de Bartolomeu Nunes Cardoso Giraldes e Catarina Nunes (naturais de Idanha-a-Velha), e neto materno de Francisco Marques de Andrade e Francisca Nunes (naturais de Idanha-a-Velha).

Foi **Corregedor da Guarda** (15 de Abril de 1739); **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (21 de Novembro de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (22 de Fevereiro de 1750); **ajudante de Provedor da Fazenda** (alvará de 7 de Novembro de 1752); **ajudante de Provedor da Coroa** (alvará de 17 de Janeiro de 1753); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (29 de Março de 1754); **Chanceler da Casa da Suplicação** (14 de Junho de 1764); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Abril de 1765); **Procurador da Real Fazenda** (carta de 29 de Abril de 1765), nomeado para ir despachar ao Desembargo do Paço como Procurador da Fazenda (7 de Outubro de 1766); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 4 de Janeiro de 1769); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Junho de 1771), alvará de ordenado como Chanceler (21 de

Junho de 1786); **Deputado** (24 de Março de 1772). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (12 de Dezembro de 1750), alvará de confirmação de emprego, alvará de ordenado de 300\$000 réis (26 de Outubro de 1771), carta de administração da capela instituída por Geraldo Vaz de Carvalho na vila de Monsanto (12 de Novembro de 1782), e confirmação das suas disposições testamentárias (23 de Fevereiro de 1790).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1739. O habitante é filho de Desembargador e tem dois irmãos, um chamado Francisco António Marques Galdes de Andrade, e o outro Fernando Afonso Galdes de Andrade que é «Fidalgo da casa de Vossa Magestade e natural da vila de Idanha-a-Nova que Vossa Magestade por seu Real Decreto, que bayxou a este Tribunal fora servido concederlhe a especial graça de que sem embargo de ter sido regular da companhia denominada de Jesus, e da Ley, podesse continuar no Estado de Secular, em que se acha, os seus estudos: e porque os tem findo, e se acha formado em cânones, como mostra pela carta inclusa, dezeja o suplicante habilitarse para nos lugares de letras poder servir a Vossa Magestade, procurando imitar a seu Pay, o Conselheiro da Fazenda Fernando Affonso Girdales, e a seus irmaos, o Conselheiro e Procurador da mesma Real Fazenda Bartholomeu José Nunes Cardozo Girdales, e o Deputado da Meza da Consciencia e Ordens, Francisco António Marques Girdales de Andrade». O suplicante é ainda pai dos também Desembargadores Bartolomeu José Nunes Cardoso Galdes de Meneses, e Fernando Afonso Galdes de Andrade Borba de Meneses (LB).

Bartolomeu José Nunes Cardoso Girdales de Meneses (Bacharel em leis), nascido em 1777, natural de Lisboa, filho de Bartolomeu José Nunes Cardoso Girdales de Andrade (natural de Idanha-a-Nova) e de Inês de Vera Borba de Meneses, neto paterno de Fernando Afonso Girdales e Brites Maria de Andrade Couto, e neto materno de Gonçalo Borba Alardo de Pina Carvalho e Lemos e Ana Joaquina Lopes de Carvalho e Meneses.

Foi **Ouvidor da alfândega** por três anos e meio enquanto não mandar custo (carta de 11 de Maio de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Agosto de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1802. O habitante é filho do Deputado e Chanceler da Casa da Suplicação Bartolomeu José Nunes Cardoso Galdes de Andrade, e neto do Desembargador Fernando Afonso Galdes, bem como irmão germano do Desembargador da Relação do Porto, Fernando Afonso Galdes de Andrade Borba de Meneses, por ser filho de quem era «foi despachado para hum lugar de Desembargador da Relação do Porto». era sobrinho de Fernando Afonso Galdes de Andrade e de Francisco António Marques Galdes de Andrade (LB).

Bartolomeu de Macedo Malheiro (Licenciado em leis), nascido em 1666, naturalidade de Vila de Melros no Porto, filho de António de Macedo de Melo (natural de Mirandela) e de Francisca da Rosa, neto paterno de Domingos Carvalho e Jerónima Malheiro de Melo (naturais de Melros), e neto materno de Jorge de Lemos Teixeira e Maria de Morais (naturais do lugar de Mascaranhas em Mirandela).

Foi **Juiz de Fora de Viseu** (carta); **Juiz de Fora do Pombal** (carta); **Corregedor de Moncorvo** por três anos (carta de 12 de Dezembro de 1706); **Provedor das obras, Órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Coimbra** por três anos (alvará); **Provedor da Comarca de Viseu** (10 de Fevereiro de 1715); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1726); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de 25 de Agosto de 1727). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (10 de Novembro de 1693), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (11 de Fevereiro de 1694).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1696. O habitante é cavaleiro da Ordem de Cristo. Teve um tio materno que é familiar do Santo Ofício, e é sobrinho do Bispo de Angra D. F. Clemente. Casou-se com Antónia Sarmento Pimentel, filha de seu primo o Desembargador Miguel da Rosa Pimentel e de Teresa de Morais de Sarmento, de quem teve o seu filho Joaquim Francisco de Macedo e Lemos Pimentel (LB).

Bartolomeu de Sousa Mexia (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Diogo Rodrigues de Sousa e de Catarina Mexia (naturais de Setúbal).

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta); **Corregedor das Ilhas** com posse de Desembargador da Relação do Porto (3 de Junho de 1690); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará), carta de **Juiz da Índia e Mina** (25 de Agosto de 1690); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Outubro de 1694), carta de **Juiz dos Contos** (15 de Junho de 1695), alvará de acréscimo de ordenado (12 de Janeiro de 1697); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 23 de Janeiro de 1704); **Ouvidor da Casa de Bragança e do Infanzado**. Recebeu alvará de promessa de capela (21 de Janeiro de 1699), carta de administração de capela (7 de Maio de 1699), carta de padrão de tença de 48\$000 réis (18 de Maio de 1699), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (27 de Julho de 1699), carta de administração de capela (20 de Maio de 1701), alvará de cavaleiro fidalgo (12 de Março de 1704), alvará de moradia em cevada (9 de Maio de 1704), alvará de moradia de Conselheiro (9 de Maio de 1704), alvará para haver

de Almojarifado da Malveira a sua moradia (10 de Maio de 1704), alvará de administração de capela (8 de Janeiro de 1705), e carta de administração de bens no Almojarifado de Estremoz.

Observações: Foi pai do Desembargador Diogo de Sousa Mexia. Casou-se com Mariana da Silva, a qual era natural do lugar da Patameira no termo de Torres Vedras, e filha de Domingos João e de Isabel Antunes. Foi professor dos infantes D. Miguel e D. José, filhos de D. Pedro II. Assitiu ao auto de juramento de D. João V (informação de 1754) (HOC).

Bartolomeu Teixeira Gouveia (formado em direito canónico), natural da freguesia de Santa Justa em Lisboa, filho de Luís Fernandes Teixeira e de Mariana de Gouveia (naturais de Lisboa). Foi **Corregedor de primeira instância de Almada; Ouidor de Setúbal; Provedor de Lamego** (1680); **Provedor dos resíduos de Lisboa** (alvará de 15 de Setembro de 1685); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará de licença para vir a sua terra; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta).

Observações: O seu pai foi Desembargador. Casou-se com Maria Sanches Pereira, de quem teve o Desembargador António Sanches Pereira (LB).

Basílio Teixeira Cardoso de Meneses Savedra (Bacharel em leis), também Basílio Cardoso Teixeira Savedra, nascido em 1765, natural de Tarouca, filho de Gabriel Teixeira de Meneses Savedra (natural de Arguedeira no concelho de Tarouca) e de Francisca Teresa Xavier de Azevedo e Vasconcelos (natural da quinta de Figueiredo no concelho de Paiva), neto paterno de Gabriel Teixeira de Savedra (natural de lugar de São Martinho no concelho de Lumiares) e Maria Inácia Teixeira de Meneses (natural do lugar de Penço no concelho de Caria), e neto materno de Fernando de Araújo e Vasconcelos (natural da quinta da Boavista no lugar de Vila Maior) e Mariana Luísa de Azevedo (natural de Vila da Feira).

Foi **Juiz de Fora de Amarante** (carta de 20 de Julho de 1790); **Juiz de Fora de Monção** (carta de 2 de Setembro de 1796); **Intendente do Reino da Capitania do Sabará** com predicamento de correição (carta de 14 de Março de 1803), provisão para por procurador prestar juramento na chancelaria e se encartar no lugar de Intendente do Ouro do Sabará (26 de Abril de 1803), provisão para vencer ordenado desde o dia do seu embarque para o dito lugar (28 de Maio de 1803), provisão de assentamento de ordenado no dito cargo (28 de Maio de 1803), carta de recondução no lugar de Intendente do Sabará (17

de Julho de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Maio de 1817); **Juiz Comissário das adjudicações e Intendente das estradas e caminhos do Alto Douro** (carta de 12 de Julho de 1820); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Dezembro de 1823). Recebeu provisão de abolição de uma capela sita na Igreja Matriz da freguesia de São Martinho na Comarca de Lamego (22 de Julho de 1800).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1788. O seu avô paterno foi capitão-mor do concelho de Tarouca, e morador no lugar de Arguedeira e pertencia «[...] a claça da Nobreza e eram aparentados com as familias da primeira distinção da Comarca de Lamego [...]» (LB).

Belchior do Amaral (Bacharel), natural de Mangualde, filho de Manuel do Amaral (natural de Mangualde) e de Antónia do Amaral.

Foi **Juiz de Fora de Seia** (carta de 20 de Julho de 1750); **Juiz dos órfãos na cidade do Porto** (1765); **Provedor da Comarca de Coimbra** (carta de 18 de Fevereiro de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** com recondução em Provedor de Coimbra (carta de 18 de Maio de 1781); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de 11 de Maio de 1790). Recebeu provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Viseu impostos por Manuel Pinto Pereira (12 de Junho de 1797).

Observações: Recebeu certidão negativa a 16 de Dezembro de 1802. O habilitante foi pai dos Desembargadores Bento José Saraiva do Amaral e de António José Saraiva do Amaral, e avô dos também Desembargadores Bento José do Amaral e Belchior Amaral (RGM).

Belchior Amaral (Bacharel), nascido em 1778, natural de Mangualde, filho de Bento José Saraiva do Amaral (natural de Mangualde) e Maria Joaquina Vitória de Faria Pereira, neto paterno de Belchior do Amaral e Águeda Maria Saraiva (naturais de Mangualde), e neto materno de Ângelo Ferreira de Carvalho e Mónica Clemência de Faria Pereira (naturais da Golegã).

Foi **Juiz do crime de Coimbra** (alvará de 11 de Outubro de 1802), carta de recondução no lugar de Juiz do crime da Coimbra com o predicamento de primeiro banco (12 de Junho de 1804), carta de Juiz do crime de Coimbra (19 de Julho de 1804), provisão de aumento de aposentadoria como Juiz do crime e órfãos com predicamento em Coimbra ficando ao todo com 80\$000 réis anuais (15 de Maio de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Novembro de 1807), carta de Desembargador (5 de Fevereiro de 1817); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Dezembro de 1823).

Recebeu carta do hábito de Cristo (11 de Maio de 1803).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1801. O habilitado é irmão de Bento José Amaral. O seu avô paterno e o seu pai foram ambos Desembargadores (LB).

Belchior da Costa Ferreira (Bacharel em leis), nascido em 1768, natural de Lisboa, filho de Manuel da Costa Ferreira (natural de Lagos) e de Joana Ludovina Lemos (natural de Lisboa), neto paterno de Belchior da Costa (natural de Lagos) e Natália de Jesus Maria (natural de Faro), neto materno de Luís António de Lemos e Josefa Caetana (naturais de Lisboa).

Foi **Provedor da Comarca de Ourique** (carta de 3 de Agosto de 1796); **Corregedor da Comarca de Ourique** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Julho de 1801), Desembargador Extravagante (1805). Recebeu carta de hábito de Cristo e tença de 125000 réis (16 de Julho de 1803), alvará de moço fidalgo (21 de Julho de 1805), alvará de comenda da lotação de 1505000 réis (21 de Maio de 1807), alvará de administração da comenda de Cristo de Santa Maria quarto de S. Bartolomeu de Rabal (18 de Julho de 1814), e carta de comenda de Santa Maria quarto de S. Bartolomeu de Rabal (13 de Novembro de 1815).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1793. O habilitante foi morador em S. Roque, e cavaleiro fidalgo da Casa Real. Era irmão do Desembargador Agravista Lázaro da Silva Ferreira, ambos filhos de Desembargador. O avô materno foi fidalgo da casa de Sua Majestade e capitão dos cavalos no regimento de Moura (LB).

Belchior Cunha Brochado (Bacharel), natural de Lisboa ou de Cascais, filho de António da Cunha Fonseca e de Joana de Quental (naturais de Lisboa ou de Atouguia da Baleia), neto paterno de Baltazar da Cunha da Fonseca e Domingas de Macedo, e neto materno de Afonso Marinho e Isabel de Quental (todos naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (1683); **Juiz do cível em Lisboa** (18 de Julho de 1684); **Desembargador da Relação da Baía** (carta), alvará para tomar posse por procurador; **Provedor da alfândega da Baía**; **Procurador da Coroa e Fazenda na Baía** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Abril de 1698); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**; **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 8 de Fevereiro de 1710); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 7 de Junho de 1715). Recebeu alvará de licença para vir para o Reino,

alvará de licença para se curar, alvará de fidalgo da Casa Real com 255000 réis de moradia por um mês e um alqueire de cevada por dia (23 de Outubro de 1710), carta de padrão de tença de 285000 réis cada ano efectivo (10 de Junho de 1711), e carta de padrão de 125000 réis com o hábito de Cristo (16 de Junho de 1711).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1679. O pai do habilitante era familiar do Santo Ofício, e cavaleiro da Ordem de Cristo. O seu pai foi capitão no regimento do Marquês de Niza. A sua mãe era descendente da família dos Quentais que existe pela linha recta em Agostinho Lafetá do lugar do Bombarral, filho de Marinha de Quental (LB). Assistiu durante quase nove anos na Baía, onde casou com Maria Francisca de Paula e Almeida, filha de Sebastião Barbosa e Almeida capitão-mor da mesma cidade, e de Isabel da Silva, de cujo matrimónio nasceu António da Cunha Brochado na dita cidade Brasileira, que faleceu exercendo as funções de Prior do Real Convento de São Vicente de Fora em Lisboa, com o nome de António de Nossa Senhora do Carmo. Além deste filho, teve deste mesmo consórcio mais quatro filhas, as quais faleceram todas no Mosteiro de Odivelas. Uma vez chegado a Lisboa, o habilitante teve a Monsenhor Bartolomeu da Cunha Brochado e mais três religiosos eremitas de Santo Agostinho do Convento da Graça. Enquanto desempenhava o ofício de Conselheiro da Fazenda assistiu ao Auto de Levantamento e juramento de D. João V a 1 de Janeiro de 1707. Foi pai do Desembargador António da Cunha Brochado (MM).

Belchior José Vaz e Carvalho do Couto (Bacharel), nascido em 1709, natural de Elvas, filho de Tomé Vaz de Faria e de Maria Antónia do Couto e Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Borba** (1742); **Desembargador da Relação de Goa** com posse na Relação do Porto (carta de 15 de Março de 1748); **Secretário do Estado da Índia** (carta de 19 de Abril de 1756); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 18 de Fevereiro de 1780). Recebeu padrão de 285000 réis de tença (9 de Julho de 1762).

Belchior Ramires de Carvalho (Bacharel), nascido em 1631, natural de Vila Nova de Foz Côa, filho de João Ramires de Carvalho e de Isabel Montês.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (carta de 5 de Agosto de 1671); **Ouvidor de Mazagão** (1680); **Corregedor de Castelo Branco** (carta de 22 de Junho de 1684); **Desembargador da Relação da Baía** com posse no Porto (1689).

Belchior do Rego de Andrade (formado em direito canónico), natural de Vila Viçosa, filho de Inácio do Rego de Andrade (natural de Barcelos) e de Inocência Coelho (natural de Vila

Viçosa), neto paterno de António de Andrade e Maria Rego, e neto materno de Belchior Martins e Maria André.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Novembro de 1650); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 14 de Março de 1653); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Fevereiro de 1655); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de mercê de 24 de Setembro de 1661); **Conselheiro** (carta de título de Conselho 20 de Junho de 1668); **Deputado** (carta de 23 de Novembro de 1678). Recebeu alvará de mercê de 70\$900 réis por conta de promessa que tinha de 80\$000 réis de pensão (12 de Novembro de 1661), e carta de padrão de 50\$000 réis de tença (10 de Outubro de 1682).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1647. As informações obtidas para este Desembargador foram conseguidas a partir da leitura da Habilitação da Ordem de Cristo «[...] *Porém por huã testemunha das que se tirarão em Alter do Chão duvida da limpeza de seu Avo paterno António de Andrade [...] Inocencia Capela natural de Vila Viçosa e visavó de Belchior do Rego de Andrade era mãe de seu Avó António de Andrade [...] fora sempre tida e havida por Christã nova por ser filha de Belchior Mendes Capela que padeceu da dita fama por ser parente de uns cristãos novos a que chamavão os Mijatos [...]*». O seu pai, Inácio do Rego de Andrade, foi moço de guarda-roupa do Duque de Bragança D. Teodósio II. O seu avô materno, Belchior Mendes Capela, fora igualmente moço de guarda-roupa, mas do Duque D. João I. O habilitante era sacerdote ordenado que, durante muitos anos, desempenhou as funções de cônego da insigne colegiada de Barcelos, acabando por ser promovido para a paróquia da Igreja de S. Tiago de Lisboa (HOC). Foi secretário de D. Luísa Francisca de Gusmão, cujo emprego exercitou também dos domínios das seguintes rainhas: D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, e Maria Sofia Isabel de Neuburgo. Faleceu em Lisboa em 14 de Março de 1690, sendo sepultado na capela-mor da Igreja Patriarcal de S. Tiago, na qual havia sido Prior (MM).

Belchior do Rego e Andrade (Licenciado em Faculdade de leis), nascido a 5 de Setembro de 1671, natural de Lisboa, filho de Inácio do Rego Andrade (natural de Vila Viçosa) e de Madalena Maria de Lamirante (natural de Lisboa), neto paterno de António de Andrade Rego (natural de Vila Viçosa) e Margarida Lourença de Simões (natural de Alter do Chão), e neto materno de Pedro Lamirante Rebelo e Joana do Rego (naturais de Lisboa).

Foi **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta de 6 de Maio de 1694); alvará para que tenha ordenado de 100\$000 réis como Ouvidor do juízo da alfândega da cidade de Lisboa (22 de Setembro de 1695); **De-**

sembargador da Relação do Porto (15 de Julho de 1704); **Deputado da Junta da Casa de Bragança** (7 de Novembro de 1708); **Procurador da Fazenda da Rainha** (14 de Maio de 1709); **Deputado da Junta do Infantado** (16 de Julho de 1711); **Conservador da Nação Britânica** (10 de Dezembro de 1711); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Outubro de 1715); **Juiz da moeda falsa** (3 de Outubro de 1719); **Procurador da Coroa** (carta de mercê de 11 de Março de 1725), alvará de ordenado e mantimento com o cargo de 13 de Agosto de 1725, carta de 12\$000 réis de rendimento na chancelaria da Corte (13 de Agosto de 1725); **Deputado** (30 de Outubro de 1727); **Chanceler das três Ordens Militares** (provisão de 20 de Janeiro de 1734), alvará declarando ordenado de 82\$000 réis pelo lugar de Chanceler das três Ordens Militares (26 de Março de 1734); **Ouvidor da Real Fazenda** (7 de Março de 1734); **Chanceler da Casa da Suplicação** servindo ao mesmo tempo como **Regedor das Justiças**, provisão de mercê do cargo de Chanceler. Recebeu alvará de ordenado, alvará de 12\$000 réis em dinheiro e dois moios de trigo (13 de Agosto de 1725), carta de mercê de um lugar de Deputado e petições (15 de Outubro de 1727), e alvará de 4\$000 réis a mais para escrivãzinha (12 de Fevereiro de 1729).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1691. Os avós maternos do habilitante foram moradores na Rua da Amestade da banda de dentro das portas de Santa Catarina, na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires (LB). Foi Secretário da Rainha D. Mariana de Áustria em 23 de Fevereiro de 1734. Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, Aicaide-mor da Aldeia Galega de Merciana de que fez pleito e homenagem a 13 de Outubro de 1693. Não casou, vivendo no estado de solteiro. Faleceu no domingo, 12 de Março de 1738, sendo sepultado com Palma e Capela na Patriarcal Igreja de S. Tiago de Lisboa. «*Antes da sua morte na maior força da doença, o advertirao que devia fazer testamento ao que respondeo que já o tinha feito e estava recluso em tal gaveta; abrindo-se a qual depois de morto acharam o mais admiravel testamento novo que a mais fez abertura alguam e toda a gaveta estava chea de embrulhos de dinheiro.*» D. Pedro II o mandou devassar dos governadores de algumas Praças e hospitais Reais da Provincia da Beira. O seu pai foi Desembargador (MM).

Belchior de Sousa Vilas Boas (Bacharel), nascido em 1653, natural de Lisboa, filho de João Lopes Vilas Boas e de Luísa de Sousa.

Foi **Juiz de Fora do Alandroal** (1683); **Juiz de Fora e Juiz dos órfãos do Porto** (1686); **Corregedor de Lagos** (depois de 1690); **Ouvidor da Baía** (1696); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 26 de Janeiro de 1701); **Provedor dos defuntos e ausentes de Brasil**; **Juiz Conservador de Junta do**

Comércio da Baía (1702). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença, alvará para tomar posse por procurador, e carta de legitimação a seu filho Silvestre de Sousa Vilas Boas (14 de Março de 1709).

Bento António Pacheco de Barros e Andrade (Bacharel), nascido em 1746, natural de Cabeceiras de Basto em Guimarães, filho de Serafim dos Anjos Pacheco de Andrade e de Rosa Maria Vitória da Costa Vieira.

Foi **Juiz de Fora de Viana da Foz do Lima** (12 de Outubro de 1772); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (25 de Novembro de 1778). Recebeu padrão de 28\$000 réis de tença (20 de Julho de 1780).

Bento António dos Reis Pereira (Doutor), natural de Vila do Conde, filho de Manuel dos Reis. Foi **Juiz de Fora da vila do Outeiro** na Província de Trás-os-Montes (27 de Janeiro de 1723); **Juiz de Fora de Barcelos** (1730); **Intendente das Minas** (alvará de uma intendência de 31 de Janeiro de 1736); **Corregedor do Bairro da Mouraria** (carta de 28 de Janeiro de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Março de 1754); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Maio de 1758), provisão para jurar por procurador na chancelaria para servir o dito lugar (29 de Março de 1758), provisão para estar ausente do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (29 de Março de 1758).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1722 (LB).

Bento António de Sampaio (Bacharel), filho de Bento da Costa de Oliveira e Sampaio (natural do Porto), neto paterno de Francisco da Costa de Oliveira (natural da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães) e Joana Baptista de Sampaio (natural do Porto), e neto materno de Francisco Álvares e Maria das Neves.

Foi **Corregedor da Comarca de Elvas** (carta de 3 de Novembro de 1759), provisão para estar ausente do dito lugar (7 de Setembro de 1763); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 21 de Agosto de 1767), provisão para estar ausente do dito lugar (5 de Agosto de 1769); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Novembro de 1777); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Dezembro de 1783), provisão para por procurador prestar juramento na chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador (22 de Dezembro de

1783). Recebeu padrão de 3\$000 réis de tença (9 de Julho de 1749), apostila de 96\$000 réis de juro no Conselho Ultramarino (17 de Junho de 1766), verba de quantia de 96\$000 réis de juro no Conselho Ultramarino (3 de Julho de 1766), e provisão para a Câmara da cidade do Porto lhe dar de foro uma terra no distrito da cidade (28 de Novembro de 1777).

Observações: O seu pai foi Desembargador (LB).

* **Bento de Baena Sanches** (Bacharel), filho de Pedro Álvares Sanches e de Maria de Baena e Barbudo.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1628); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1634).

Bento Barros Bezerra (formado em direito civil), natural de Viana do Castelo, filho de Manuel Peres Bezerra e de Angela Gomes de Barros, neto paterno de Baltazar Pires Bezerra e Maria Fernandes, e neto materno de Pero Roma e Maria Gomes.

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (carta de 16 de Fevereiro de 1667); **Corregedor da Comarca de Lagos** (carta); **Corregedor da Comarca de Miranda** (carta); **Juiz de Fora da Torre de Moncorvo** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de mercê por seis anos de 17 de Janeiro de 1680); **Procurador da Coroa do Brasil** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 11 de Maio de 1688). Recebeu 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (25 de Janeiro de 1680), padrão de 28\$000 réis de tença (12 de Janeiro de 1680), e alvará de ordenado a seus homens.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1666 (LB).

Bento Barros Lima (lente de leis e colegial do colégio pontifício da Universidade de Coimbra; Reitor do Colégio de S. Paulo), natural de Viana do Castelo, filho de Gonçalo de Barros e de Mariana de Lima, neto paterno de João de Barros e Isabel Álvares, e neto materno de Tomé Fernandes do Rego e Francisca de Lima (todos naturais de Viana).

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 20 de Fevereiro de 1749); **Desembargador honorário Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Julho de 1754); **Conservador da Nação Inglesa da cidade de Coimbra** (alvará de 4 de Julho de 1755); **Conservador da Junta do Comércio** (carta de 12 de Julho de 1760); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 18 de Abril de 1765), alvará de ordenado de Juiz dos Feitos (29 de Outubro de 1765); **Conselheiro do Conselho da**

Fazenda (carta de 20 de Outubro de 1768), alvará de aposentadoria do emprego de Conselheiro da Fazenda (8 de Janeiro de 1772); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de sua Majestade (27 de Outubro de 1768); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Janeiro de 1775). Recebeu carta de padrão de tença de 100\$000 réis em um dos Almojarifados do Reino para seu filho com sobrevivência para sua irmã pela renúncia que nela fez (17 de Outubro de 1777), 100\$000 réis de tença para sua filha (17 de Outubro de 1777), carta de padrão de tença de 50\$000 réis em um dos Almojarifados do Reino para seu filho pela renúncia que fez com sobrevivência para sua irmã (17 de Outubro de 1777), alvará de mercê de alcaidaria de Vila do Conde e tença (17 de Outubro de 1777), 60\$000 réis de tença para seu filho José Barros (17 de Outubro de 1777), carta de mercê de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo, e carta de Alcaidaria-mor de Vila do Conde pela desistência de Sebastião de Castro Lemos (25 de Junho de 1779).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1748. Tem uma irmã chamada Josefa de Barros Araújo e Gama, e irmão José Barros Lima de Azevedo Araújo e Gama, e outro Gonçalo de Barros Lima Azevedo Araújo e Gama. O seu pai foi Doutor e professor de medicina na vila de Viana do Minho (LB).

Bento Cardoso Jacome (Bacharel), também *Bento Casado Jacome*.

Foi **Juiz de Fora da Covilhã** (carta); **Juiz de Fora de Miranda** (carta); **Auditor-Geral do Alentejo** (carta); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (12 de Junho de 1674); **Juiz da Coroa da Relação do Porto** (carta); **Juiz da Coroa** (5 de Novembro de 1678). Recebeu alvará de 40\$000 réis em bens dos próprios, e apostila para ter assentamento num dos Almojarifados a tença de 20\$000 réis que levava nos bens dos ausentes (4 de Fevereiro de 1673).

Bento Coelho Sousa (Mestre na Faculdade de Artes; Licenciado por exame privado em leis; lente de leis no Colégio de S. Pedro; Mestre na Faculdade de direito civil), nascido em 1648, natural de Coimbra, filho de Brás Coelho e de Maria de Sousa (naturais de Coimbra), neto paterno de Lucas Vieira e Isabel Coelho (naturais de Cascais), e neto materno de Pedro de Sousa (natural de Coimbra) e Cecília Simões (natural de Montemor).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê 12 de Novembro de 1709); **Desembargador**

Extravagante da Casa da Suplicação (carta de 19 de Novembro de 1712); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 18 de Junho de 1725); **Deputado** (carta de 18 de Março de 1738); **Conselheiro** (carta de título de conselho de 16 de Abril de 1738). Recebeu beca (20 de Novembro de 1702), padrão de 8\$000 réis de tença (10 de Fevereiro de 1710), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (11 de Fevereiro de 1710), e provisão de licença por dois meses (6 de Julho de 1714).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1687. O avô paterno era sapateiro. Isabel Coelho era filha de André Coelho, que era moleiro (LB).

Bento da Costa Oliveira e Sampaio (graduado em cânones e opositor na Universidade de Coimbra), nascido em 1702, natural do Porto, filho de Francisco da Costa de Oliveira (natural da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães) e de Joana Batista de Sampaio (natural do Porto), neto paterno de Domingos da Costa e Marta de Oliveira (naturais da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira em Guimarães), e neto materno de Manuel de Sousa Sampaio e Catarina de Abreu (naturais do Porto).

Foi **Juiz de Fora de Coimbra** (1732); **Corregedor de Coimbra** (1736); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 31 de Maio de 1738), provisão para poder por seu procurador tomar juramento nas mãos do Chanceler-mor do Reino (19 de Agosto de 1738); **Corregedor do cível da Relação da Baía** (carta de 23 de Novembro de 1740), provisão para poder jurar na chancelaria por procurador (12 de Dezembro de 1740); **Superintendente do registo e arrecadação do tabaco da Capitania da Baía** (alvará de 12 de Janeiro de 1741); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 10 de Novembro de 1745), provisão de licença por dois meses para poder estar ausente da Relação do Porto de que é Desembargador (7 de Agosto de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Maio de 1748), provisão para tomar posse por procurador de Desembargador (26 de Junho de 1748); **Corregedor do cível da Corte da segunda vara** (carta de mercê de 14 de Janeiro de 1750). Recebeu carta de mercê de Juiz de Fora de Guimarães (7 de Abril de 1738).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1724. «[...] *he de boa vida e costumes, solteiro, bem parecido, e rico [...] seu Pai foi grande homem de negocio, e seu avo materno tambem*», os pais «*consta viverem dos seus bens, tratandoçe limpamente*». Faleceu em Março de 1758. Casou na Baía com a filha de Francisco Álvares, capitão dos Moedeiros, e

de Maria das Neves. Do casamento nasceu Bento António de Sampaio (LB).

Bento Dias Panasco (Bacharel), nascido em 1679, natural de Borba, filho de Manuel Rodrigues Panasco e de Maria da Cruz.

Foi **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (1708); **Juiz de Fora de Elvas** (carta de 26 de Julho de 1712); **Corregedor de Miranda** (3 de Agosto de 1718); **Provedor de Elvas** (19 de Maio de 1723); **Auditor-Geral da gente de guerra de Corte** (12 de Julho de 1730); **Desembargador da Relação do Porto** aposentado (22 de Fevereiro de 1743). Recebeu alvará de mantimento de 240\$000 réis com o cargo de Auditor da gente de guerra (3 de Março de 1731), padrão de 18\$000 réis de tença (6 de Outubro de 1732), alvará para os vencimentos que o mesmo receber como Desembargador aposentado da Relação do Porto lhe serem assentados na alfândega de Lisboa (19 de Abril de 1744), e alvará de administração vitalícia da herdade de Santa Catarina dos Pardais e azenha na Ribeira dos Pardais em Vila Viçosa (20 de Março de 1714).

Bento da Fonseca e Silva (lente e colegial de S. Paulo; Doutor na Faculdade de direito civil; lente de leis; tomou posse de beca a 24 de Março de 1679), natural de Barcelos, filho de Bento da Fonseca (natural da freguesia de S. Miguel Degente no termo de Barcelos) e de Maria Rodrigues (natural de Barcelos), neto paterno de Domingos Tomé (natural da freguesia de Chavão) e Francisca André (natural de Barcelos), e neto materno de Geraldo Rodrigues e Isabel Coelho (naturais de Barcelos).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (23 de Janeiro de 1683); **Juiz da Coroa da Relação do Porto** (16 de Dezembro de 1684); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1688); **Deputado supranumerário** (carta de 3 de Outubro de 1697); **Conselheiro** (carta).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1682. O pai do habilitado, depois que ficou viúvo, fez-se clérigo e foi abade de Santa Maria de Bede em Barcelos, «[...] o dito seu Pay he Bacharel e seos Avos herão honrados que viverão dos rendimentos de suas fazendas e sempre se tratarão a lei da nobreza [...]» (LB). Morreu a 4 de Julho de 1698, sendo sepultado na Igreja de Santo António dos Portugueses (MM).

Bento José de Campos e Sousa (Bacharel).

Foi **Ouvidor de Porto Seguro** (carta de 5 de Fevereiro de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Maio de 1800), alvará de mercê de aposentado em lugar ordinário de **Desembargador da Casa da Suplicação** (28 de Julho de 1807). Rece-

beu carta de propriedade de ofício (20 de Outubro de 1791), e portaria de hábito de Cristo (12 de Maio de 1795).

Bento José de Macedo Araújo e Castro (Bacharel em leis), nascido em 1770, natural de S. Cristóvão de Cabecudos em Barcelos, filho de José Álvares da Silva e Silva e de Teresa Joaquina e Castro (naturais de Barcelos), neto paterno de Domingos Álvares da Silva e Estácia Teresa de Brito, e neto materno de Manuel de Araújo e Maria de Macedo e Castro (naturais da freguesia de Santa Leocádia de Pedra Furada em Barcelos).

Foi **Juiz de Fora de Póvoa de Varzim** (carta de recondução com predicamento de cabeça de Comarca de 13 de Julho de 1803); **Juiz de Fora de Penafiel** (13 de Outubro de 1806), provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria-mor do Reino o juramento do estilo ao passar a carta de Juiz de Fora de Penafiel (13 de Agosto de 1806), provisão de licença para estar ausente por três meses (27 de Julho de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de 19 de Junho de 1818), provisão para jurar por procurador como Desembargador da Relação do Porto (22 de Junho de 1818); **Ouvidor-Geral do crime** (carta de 9 de Novembro de 1829). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença (6 de Fevereiro de 1817).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1795. «*Pais e Avos, que elle declara todos lavradores honrados e abastados*» (LB).

Bento José Pereira de Lima e Melo (Bacharel). Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (posse em Maio de 1763); **Ouvidor-Geral de Moçambique, Rios de Sena e Sofala com beca** e **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Ouvidor-Geral com beca e lugar de Desembargador de 26 de Março de 1768), provisão para por seu procurador tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto (26 de Março de 1768).

Bento José Saraiva do Amaral (Bacharel em cânones), nascido em 1739, natural de Mangualde, filho de Belchior do Amaral e de Águeda Maria Saraiva (naturais de Mangualde), neto paterno de Manuel do Amaral e Antónia do Amaral (naturais de Roda), e neto materno de Lourenço Saraiva da Silveira e Maria da Costa de Sousa (naturais de Mangualde).

Foi **Juiz de Fora de Santarém** (carta de 4 de Março de 1771); **Juiz de Fora de Beja** (carta de 4 de Março

de 1771); **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta de 18 de Fevereiro de 1778), carta de reclamação do lugar de Corregedor da Comarca de Viseu (8 de Março de 1781), carta de reconhecido no lugar de Corregedor reformado de Viseu (8 de Maio de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Março de 1784); **Desembargador Extravagante** (1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1802); **Juiz dos Feitos e Fazenda** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Conservador honorário da Fazenda** com exercício de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (carta de 18 de Setembro de 1813). Recebeu carta de padrão de 8\$000 réis de tença (13 de Janeiro de 1773), carta de mercê de 12\$000 réis de tença com hábito (6 de Fevereiro de 1773), alvará de ordenado (15 de Fevereiro de 1805), e alvará de fidalgo cavaleiro (15 de Novembro de 1815).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1765. O suplicante é irmão do Desembargador António José Saraiva Amaral que nasceu no ano de 1753 e é «[...] *catedrático da faculdade de cânones com exercicio na segunda cadeira de Direito Patrio, que por Decreto de 25 de agosto do corrente anno [1812] foi Vossa Magestade servida fazer-lhe mercê de hum lugar de Desembargador honorario de Agravos da Casa da Suplicação [...] vivendo dos rendimentos das suas fazendas*» (LB). O seu pai foi Desembargador, e ele é pai dos Desembargadores Bento José Amaral, e Belchior Amaral (RGM).

Bento Pedrosa Pereira Barreto (Bacharel).

Foi **Auditor de um dos regimentos da praça de Olivença** (carta de 28 de Agosto de 1766); **Superintendente e Juiz Conservador das fábricas de lanifícios da Província do Alentejo** (carta de 6 de Novembro de 1773), carta para ser reconduzido no lugar de Superintendente como predicamento de primeiro Banco (3 de Junho de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Agosto de 1784), provisão de licença de dois meses para estar ausente do dito lugar (17 de Janeiro de 1789). Recebeu provisão para sub-rogar uma parte da quinta da Corredoura por outras na de Fonte Grossa e uma terra tudo no termo de Viana (17 de Junho de 1757).

Bento Rebelo (Doutor), filho de Paulo Rebelo.

Foi **Corregedor de Santarém** por três anos (carta de 8 de Maio de 1648); **Desembargador da Relação da Baía e Juiz da Coroa, Fazenda e Fisco** (carta de 3 de Novembro de 1651); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 25 de Janeiro de 1668).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1646 (LB).

Bento da Silva Ramalho (Bacharel em cânones), nascido em 1689, natural da freguesia de

S. João de Taloças do concelho de Vieira da Comarca de Guimarães, filho de Jorge Fernandes de Soeiro (ou Vieira) e de Águeda Jorge Ramalho, neto paterno de António Fernandes Teles e Maria Dias, e neto materno de António Jorge e Maria Gonçalves (todos naturais de S. Julião de Taloças).

Foi **Juiz de Fora de Montalegre** (1714); **Ouvidor de Valença do Minho; Ouvidor de Bragança** (14 de Junho de 1728); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Capitania de Pernambuco** (alvará de serventia do ofício de 28 de Novembro de 1733); **Ouvidor de Pernambuco** com promessa de beca de Desembargador da Relação do Porto (1735); **Desembargador da Relação da Baía com posse na Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1741), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador (3 de Março de 1741); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Dezembro de 1748). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (8 de Fevereiro de 1729), carta de mercê do cargo de Ouvidor-Geral da capitania de Pernambuco (26 de Outubro de 1733), e provisão de licença para se casar na cidade da Baía (17 de Junho de 1743).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1719. Morreu em 1754 na cidade do Porto (MM).

Bento Teixeira de Saldanha (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Serpa** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de beca e título de 27 de Novembro de 1650); **Provedor dos defuntos e ausentes do Reino** por três anos (carta de 15 de Maio de 1651); **Ouvidor do Reino da Angola e Provedor da Fazenda Real** (provisão de 11 de Agosto de 1651); **Provedor dos defuntos e ausentes de Angola** (carta); **Juiz dos Despachos da Mesa dos negócios dos coutos do Reino** (alvará do cargo de 3 de Setembro de 1664); **Conselheiro Ultramarino** (carta), alvará para que tenha em cada ano 300\$000 réis como Conselheiro Ultramarino (15 de Maio de 1686). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis de tença (24 de Novembro de 1662), verba de 10\$000 réis de juro, e alvará de sobrogação de bens de morgado.

Bernardino Cabral Teixeira de Moraes (Bacharel), nascido em 1763, natural de Vila Real, filho de Francisco António Cabral de Moraes e de Joaquina Cabral de Mesquita Pimentel, neto paterno de Agostinho Cabral Abreu e Joana Pereira da Rocha, e neto materno de António Correia Cabral e Maria Caetana Teresa.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (carta de 22 de Junho de 1790); **Juiz de Fora de Trancoso** (carta de 9 de Novembro de 1798); **Corregedor da Comarca de Portalegre** por três anos (carta de 11 de Maio de 1803), provisão para poder estar ausente deste cargo pelo tempo de dois meses (20 de Fevereiro de 1804); **Provedor da Comarca de Santarém** (carta de 16 de Dezembro de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Julho de 1818).
Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1788 (LB).

Bernardino Falcão Gouveia (Bacharel), nascido em 1713, natural de Cascais, filho de Agostinho Henriques Falcão e de Mariana Maria de Gouveia.

Foi **Juiz de Fora de Sousel** há seis anos (12 de Abril de 1742); **Ouvidor de Espírito Santo** até 1754 (4 de Outubro de 1748); **Provedor da Fazenda de Espírito Santo** (28 e 30 de Outubro de 1748); **Desembargador da Relação da Baía**. Recebeu padrão de 18\$000 de tença (13 de Agosto de 1754).

Bernardino José de Sena Freitas (Bacharel), nascido em 1741, natural de Mariana, filho de Martinho de Freitas Guimarães e de Francisca Teresa de Jesus e Sousa.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** com posse de Desembargador da Relação do Porto (12 de Agosto de 1776); **Intendente do Ouro de Vila Rica** (carta de 3 de Junho de 1778).

Bernardino Macedo Velho (Bacharel).

Foi **Provedor dos defuntos e ausentes do Estado de Brasil** por três anos (carta do cargo de 13 de Maio de 1669); **Desembargador da Relação da Baía** (provisão para vencer o ordenado de Desembargador de 23 de Novembro de 1670), alvará de ordenado; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu 40\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (24 de Janeiro de 1678).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1646 (LB).

Bernardo de Abreu Castelo Branco (Bacharel em cânones), filho de António Carlos de Almeida (natural de Penacova em Coimbra) e de Genoveva Feliciano Guedes Pereira de Abreu Castelo Branco (natural de Coimbra), neto paterno de António de Almeida e Ana Maria da Esperança (naturais de Penacova), e neto materno de Jacinto Lopes Pinheiro e Micaela Engracia Castelo Branco (natural de Viseu).

Foi **Juiz de Fora da Idanha-a-Nova** (carta de 23 de Maio de 1772); **Juiz de Fora de Vila Nova de Porti-**

mão (carta de 23 de Maio de 1772); **Corregedor da Comarca de Guimarães** (carta de 19 de Novembro de 1792), provisão de licença por dois meses (13 de Julho de 1796); **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (provisão de licença por dois meses de 21 de Abril de 1795); **Provedor da Comarca de Viseu** (carta de 25 de Janeiro de 1802), alvará de predicamento (28 de Junho de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Novembro de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1766. O pai do habilitante foi médico partidista em Viseu e os avós médicos também o foram na mesma cidade. Foi irmão de António Pinheiro de Almeida Castelo Branco (LB).

Bernardo Agostinho Borges (Bacharel em leis), nascido em 1760, natural de Arraiolos, filho de António Pereira (natural de Arraiolos) e de Francisca Borges Vieira (natural de Coruche), neto paterno de Jorge Lopes Pereira e Antónia Rodrigues (naturais de Arraiolos), neto materno de Nicolau Martins Vieira e Ana Borges (naturais de Coruche).

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (carta de 7 de Dezembro de 1789); **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 11 de Agosto de 1796); **Juiz de Fora de Évora** (carta de 6 de Junho de 1798), alvará de predicamento (17 de Outubro de 1800); **Juiz de Fora de Beja** (carta de 3 de Julho de 1798), provisão de ausência do seu lugar por dois meses (4 de Junho de 1800); **Provedor dos órfãos e capelas** (carta de 19 de Dezembro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Setembro de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1785. É familiar do Santo Ofício. O pai era capitão, a mãe e avó *«ambas naturaez desta villa a onde ezta viveo na companhia de seus Irmaonz os Beneficiados Manuel Borjaz e Agostinho Borjaz Tios e May do habilitando e igualmente sabe pello ver que Manuel Monteiro Borjaz primo da May do habilitando servio nesta mesma villa os cargos da Governança [...] viverão do rendimento das suas fazendas e negócios, sendo administradores de huma capella ou vivendo bem aparatados com pessoas daquella Villa, sem que nunca servissem officios mechanicos»* (LB).

Bernardo Carneiro Vieira de Sousa (lente de prima de leis), natural de Cabeceiras de Basto em Guimarães, filho de Francisco Carneiro da Costa Vieira e de Teresa Machado de Abreu e Sousa (naturais de Cabeceiras de Basto).

Foi **Desembargador Agravista honorário com exercício na Casa da Suplicação** (provisão de 8 de Julho de 1793); **Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 8 de Janeiro de 1800); **Deputado** (carta de 8 de Janeiro de 1800), carta (20 de Maio de 1805); **Conselheiro** (carta de título de

Conselho de 13 de Janeiro de 1800). Recebeu beca honorária (29 de Julho de 1782), carta de profissão de hábito (9 de Julho de 1793), e alvará de foro de fidalgo (6 de Fevereiro de 1800).

Observações: O habilitante é pai de Bernardo Carneiro Vieira de Sousa Oliveira Leite (LB).

Bernardo Coelho da Gama Casco (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Elvas** (carta de 22 de Agosto de 1750); **Ouvidor de Pernambuco com lugar na Relação do Porto** (carta de 30 de Janeiro de 1758); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes da dita Comarca [de Pernambuco]** (provisão de 21 de Fevereiro de 1758), provisão de serventia temporária de ofício (21 de Fevereiro de 1758); **Juiz Conservador do contrato do sal de Pernambuco** (provisão de 20 de Março de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Novembro de 1768).

Bernardo Duarte de Figueiredo (Bacharel), natural da vila de Avô na Comarca da Guarda, filho de Alexandre de Figueiredo Jácome.

Foi **Juiz de Fora de Miranda** (carta de 10 de Abril de 1717); **Tabelião do Público, Judicial e notas da vila de Avô e suas anexas** (carta de 12 de Abril de 1717); **Juiz de Fora da Covilhã** (carta de 8 de Fevereiro de 1722); **Corregedor da Comarca de Pinhel** (carta de 23 de Julho de 1726); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de 26 de Agosto de 1737); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Fevereiro de 1741), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto por procuração e provisão de licença por três meses para estar ausente do seu lugar (3 de Março de 1741), provisão de comissão (19 de Agosto de 1746); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 9 de Janeiro de 1751); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 5 de Fevereiro de 1755); **Conservador dos vinhos do Alto Douro** (alvará de 27 de Dezembro de 1756); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1758), alvará de ordenado de 60\$000 réis (11 de Agosto de 1758). Recebeu padrão de 18\$000 réis de tença (24 de Julho de 1737), e padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (29 de Julho de 1737). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1716 (LB). «Nella [Relação do Porto] foi também corregedor do crime da corte e teve disputas grandes com o mesmo Desembargador Manuel Dias Torres em pontos muito delicados de que sempre triunfou. Por morte do chanceler da mesma relação Pedro Velho de Lagoas fallecido pela Paschoa do anno de 1754 foi nomeado por decreto de Sua Magestade de Janeiro de 1755, chanceler interino, cuja occupação servia como por sequito o Desembargador Domingos Gonçalves Santiago sendo o mais antigo». Casou-se duas vezes, tendo como primeira mulher

Ana de Figueiredo Gerarda, filha de Manuel Fernandes Madeira de Abraão, natural de Oliveira do Hospital e de Mariana Pereira de Brito; sua segunda mulher chamava-se Antónia Teresa Zuzarte de Cardoso, filha de Francisco da Silva, natural do Vale de Besteiros, e de Francisca Zuzarte de Cardoso (MM).

Bernardo Gonçalves de Moura (Doutor).

Foi **Desembargador honorário com beca** (alvará de 28 de Abril de 1692).

Bernardo de Gouveia e Vasconcelos (Bacharel), nascido em 1673, natural de Óbidos, filho de Manuel dos Santos Gomes (natural de Coimbra) e de Antónia de Gouveia e Vasconcelos, neto paterno de António Gomes (natural de Coimbra) e Ana Gonçalves, e neto materno de Leonardo Mendes de Vasconcelos e Maria de Gouveia Morais (naturais de Azeitão).

Foi **Ouvidor de Alcobaça; Juiz de Fora de Albufeira** (carta de 29 de Novembro de 1700); **Ouvidor-Geral da praça de Mazagão** por três anos (carta de 23 de Agosto de 1716); **Corregedor da Comarca de Évora** por três anos (carta de 29 de Janeiro de 1723); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1735). Recebeu alvará de escudeiro fidalgo com pensão em dinheiro e cevada (28 de Julho de 1716), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito da Ordem de Cristo (1 de Agosto de 1716), e alvará para que seu ordenado e propinas não sejam colectados (5 de Setembro de 1716).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1697. O pai é licenciado e médico do partido em Coimbra e Mafra. Os avós são lavradores que vivem de suas fazendas. O habilitante é morador em Alcobaça (LB). Casou duas vezes, a sua primeira mulher chamava-se Águeda Maria de Aguiar, a segunda Luísa Marta da Costa, efectuando-se o casamento na cidade de Évora. Morreu nesta mesma cidade, exercendo as funções de Desembargador da Relação do Porto. Foi cavaleiro de hábito (MM).

Bernardo José da Cunha Gusmão Vasconcelos (Doutor), nascido em 1759, natural de Arraiolos, filho de José Leandro de Gusmão Vasconcelos e de Teresa Maria Antónia da Cunha Vasconcelos (naturais de Lisboa), neto paterno de Bernardo Pereira de Gusmão e Eugénia Antónia de Vasconcelos, e neto materno de Manuel da Cunha e Sousa e Luísa Teresa de Noronha Vasconcelos (naturais de Lisboa).

Foi **Provedor da Comarca de Viana** (provisão de licença de dois meses de 9 de Abril de 1793); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Outubro de 1802), provisão para dispensa para

se sentenciar a residência do tempo que foi **Corregedor da Comarca de Santarém** (28 de Janeiro de 1805); **Desembargador Extravagante** (1807). Recebeu carta de confirmação da doação de bens que lhe fez Bernardo Pereira de Gusmão (29 de Julho de 1799), (como fidalgo da Casa Real) provisão para tomar a juro 400\$000 réis (1 de Abril de 1800), e carta de privilégios de Desembargador (13 de Dezembro de 1803).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1783. O habitante é morador em Lisboa em S. Tomé, «*o Pai do habilitando foi cavaleiro profeço na Ordem de Christo, e faleceu sendo Desembargador da Relação do Rio de Janeiro; a may he dona da Camara de Vossa Magestade; e o sobredito Avô materno foi nosso fidalgo e guarda reporte da Caza Real [...] o pai e o avô paterno foram ambos Desembargadores [...] Declara o supplicante [José Leandro de Gusmão e Vasconcelos] ser Desembargador da Relação do Rio de Janeiro onde presentemente [1766] hé morador, irmão inteiro de Raymundo José de Gusmão Vasconcelos cavaleiro professo na ordem de Cristo e Fidalgo da casa de Vossa Magestade; filho do Desembargador Bernardo Pereira de Gusmão cavaleiro fidalgo e professo na ordem de Christo, e de sua mulher Dona Eugenia Antónia de Vasconcelos irmã inteira de José de Seixas Vasconcelos e António de Melo e Lugo ambos professos na ordem de Christo [...] O Habilitando [José Leandro] e seu pay nunca tiverão mais emprego que o literario, servirão varias judicaturas; este acabando o lugar de corregedor do Bairro de S. Paulo foi appozentado com beca; e aquele he Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, e cujo lugar está de presente servindo. O Avo paterno [Francisco Pereira de Abreu] dizem [...] fora pessoa noble, e plenamente consta que o materno [Francisco de Seixas Vasconcelos] fora official das contas do Reino e Caza.» (LB).*

Bernardo José de Lemos Viana (Bacharel), nascido em 1715, natural de Cantanhede, filho de Manuel Lemos Viana e de Caetana Maria Álvares Teixeira.

Foi **Juiz de Fora de Valença** (1753); **Juiz de Fora de Aveiro** (carta de 3 de Novembro de 1759); **Ouidor de Braga** (1767); **Provedor de Évora** (carta de 5 de Dezembro de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado no lugar de 4 de Fevereiro de 1784), alvará de aposentado num lugar de Desembargador da Relação do Porto (23 de Julho de 1784). Recebeu alvará de 106\$666 réis de ordenado com o lugar de Juiz de Fora de Aveiro (22 de Abril de 1761), e provisão de extinção da sua capela a António de Abreu da Gama e Castro (2 de Junho de 1801).

Bernardo José de Paços (Bacharel).

Foi **Corregedor da Comarca de Braga** (carta de 4 de Maio de 1802), provisão de licença por tempo de um mês para poder estar ausente daquele lugar (9 de Dezembro de 1808); **Desembargador da Relação**

do Porto (carta de 11 de Janeiro de 1806), provisão de licença por tempo de dois meses (11 de Agosto de 1806).

Bernardo José Raposo (Bacharel em leis), nascido em 1771, natural de Lisboa, filho de Estevão Manuel Raposo e de Bernarda Jacinta e Leão, neto paterno de Manuel Lopes Raposo e Jacinta Maria, e neto materno de Rafael Mendes e Leão e Maria Leonor da Silva (todos naturais de Lisboa).

Foi **Juiz do crime de Santarém** (carta de 5 de Novembro de 1799), alvará de predicamento de primeiro banco com o lugar de Juiz do crime de Santarém (4 de Maio de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Janeiro de 1803); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (1812). Recebeu alvará de administração dos bens do vínculo que na vila de Abrantes instituiu Pedro de Lamim Grandio (21 de Maio de 1787), alvará de foro de cavaleiro fidalgo (10 de Fevereiro de 1790), e carta de profissão de hábito (2 de Maio de 1803).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1798. O seu pai foi professo na Ordem de Cristo, médico da Câmara, e cavaleiro fidalgo da Casa Real. Ambos os avós foram médicos (LB).

Bernardo Lopes Pereira Maldonado (Bacharel). Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 21 de Março de 1754); **Desembargador Extravagante da Relação de Goa** (carta de 8 de Janeiro de 1767); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Junho de 1771); **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (carta de 13 de Setembro de 1776); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 20 de Agosto de 1778); **Conservador dos Moedeiros** (alvará de ordenado de 26 de Março de 1784).

Bernardo Moniz Coutinho (Bacharel), filho de Pedros Borges Coutinho.

Foi **Corregedor da Comarca de Almada** (carta de 21 de Novembro de 1727); **Conservador da nação holandesa na vila de Setúbal** (alvará de 8 de Fevereiro de 1729); **Provedor da Comarca de Santarém** (alvará de 29 de Maio de 1734); **Desembargador da Relação do Porto** (aposentadoria na Relação do Porto por alvará de 27 de Fevereiro de 1741), alvará mandando-lhe assentar no rendimento da alfândega de Lisboa o ordenado e propinas que tinha como Desembargador aposentado da Relação do Porto (10 de Fevereiro de 1747), apostila de acrescentamento de 60\$000 réis por ano (29 de Novembro de 1752).

Recebeu alvará de foro de escudeiro fidalgo (6 de Março de 1755).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1710 (LB).

Bernardo de Moraes (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (1639); **Provedor de Torre de Moncorvo** (carta de 11 de Junho de 1642); **Ouvidor de alfândega de Lisboa** (1653); **Corregedor do cível de Lisboa**; **Desembargador da Relação do Porto** (1660).

Bernardo Pereira de Gusmão (Bacharel), natural de Alenquer, filho de João de Gusmão.

Foi **Ouvidor-Geral do Rio dos Velhos e Rio Frio** por três anos (carta de 20 de Maio de 1716); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e residuos do Rio dos Velhos** (provisão de 25 de Fevereiro de 1717); **Corregedor do crime do Bairro de S. Paulo** por três anos (carta de 10 de Dezembro de 1726); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado no lugar de 17 de Janeiro de 1747), alvará concedendo-lhe cada ano de sua aposentadoria com o lugar de Desembargador da Relação do Porto 272\$000 réis a saber 140\$000 réis de ordenado e 132\$000 réis de propinas (7 de Agosto de 1747). Recebeu alvará de escudeiro fidalgo (29 de Março de 1769), e alvará de cavaleiro fidalgo com 750\$000 réis e um alqueire de cevada por dia (20 de Maio de 1707).

Observações: Filho de João de Gusmão (por carta de legitimação, informação de 2 de Setembro de 1748). O seu pai é cavaleiro fidalgo, natural de Alenquer, filho de Francisco Pereira de Abreu também cavaleiro fidalgo, que é filho de Simão Rodrigues de Abreu (RGM). Foi avô paterno do Desembargador Bernardo José da Cunha Gusmão Vasconcelos (MM).

Bernardo Pereira Silva (Doutor; lente de código; admitido no Real Colégio de S. Paulo a 11 de Fevereiro de 1698), natural de Lisboa, filho de João Pereira da Silva Carvalho e de Úrsula da Silva Lobo.

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** com exercício nas férias da universidade (cartas de 12 de Maio de 1708); **Desembargador titular da Casa da Suplicação** com exercício nas férias (carta de 8 de Julho de 1711), alvará para tomar posse por procurador de um lugar de Desembargador titular de Desembargador da Casa da Suplicação (28 de Julho de 1711); **Desembargador Agravista titular da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador titular de agravos da Casa da Suplicação com exercício nas férias da universidade de 2 de Novembro de 1715). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1692 (LB). Foi, tal como o seu pai, cavaleiro da Ordem de Cristo, e familiar

do Santo Ofício. Morreu em Lisboa a 28 de Março de 1723, e foi sepultado na ermida dos Fiéis de Deus (MM).

Bernardo Ribeiro Velho (Bacharel), nascido em 1705, natural de Vila Franca de Xira, filho de Cristóvão de Melo Marulho e de Maria Teresa Vieira.

Foi **Juiz de Fora do Alandroal** (carta de 6 de Dezembro de 1731); **Juiz de Fora de Viana da Foz do Lima** (carta de 10 de Janeiro de 1744); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Fevereiro de 1754).

Observações: Faleceu enquanto Desembargador da Baía (MM).

Bernardo Salazar Sarmento Eça de Alarcão (Bacharel; Doutor), nascido em 1747, natural de Espinhel em Penela, filho de José Luís Arnau de Salazar e de Micaela Caetana Velasques Sarmento de Vasconcelos, neto paterno de João Neto Arnau e Mariana Josefa de Salazar, e neto materno de D. Tomás Velasques Sarmento de Vasconcelos e Leonor Inês de Castro (todos naturais de Espinhel).

Foi **Juiz dos órfãos da repartição do Bairro de Alfama** (carta de Desembargador da Relação do Porto de 8 de Outubro de 1772); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (provisão por que se lhe dá por acabado o lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro para se recolher a este Reino de 17 de Abril de 1777); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Dezembro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado em um lugar ordinário de 20 de Novembro de 1783). Recebeu provisão para o Juiz de Fora de Penela lhe tomar conhecimento de seu inventário (3 de Setembro de 1804).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1767. O habitado foi casado com Teresa Bernarda de Mello Sampaio Pereira Pinto e teve um irmão, chamado João Neto Arnau Salazar Sarmento, que serviu no lugar de Ouvidor de Montemor-o-Velho (LB).

Bernardo Sampaio de Moraes (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Março de 1640).

Bernardo de Sousa Estrela (Bacharel), nascido em 1671, natural da Ilha de São Miguel, filho de João Reis Estrela e de Bárbara de Sousa Correia. Foi **Juiz de Fora de Palmela** (1703); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 10 de Janeiro de 1707); **Juiz de Fora de Basto**, lugar criado de novo (carta de 20 de Maio de 1713); **Corregedor de Guimarães** (carta

de 16 de Novembro de 1717); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Agosto de 1722); **Provedor-mor da Fazenda do Brasil** (carta de 7 de Agosto de 1724). Recebeu provisão para poder tomar posse por procurador (6 de Outubro de 1722), e carta de legitimação a seu filho Bernardo (17 de Março de 1722).

Bernardo de Sousa Guerra (Bacharel), nascido em 1733, natural dos Coutos de Alcobaça, filho de Manuel de Sousa da Assunção e de Rosa Maria de Jesus.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1794); **Promotor da justiça** (1797); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1799); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 16 de Dezembro de 1802); **Deputado de Administração do tabaco** (carta de 23 de Agosto de 1804); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 24 de Dezembro de 1804); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 7 de Janeiro de 1805). Recebeu alvará de ordenado de 320\$000 réis como Juiz dos Feitos da Coroa (9 de Março de 1803), (com sua mulher D. Delfina Bárbara Quaresma Fonseca e Costa) carta de doação que os ditos fizeram a seu filho José António da Guerra (10 de Dezembro de 1800), e alvará de procurador Fiscal da Administração do tabaco (20 de Fevereiro de 1802).

Observações: Foi pai do Desembargador António Cesário Sousa Guerra Quaresma, e de Manuel Policarpo da Guerra Quaresma (LB).

Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho (Doutor), também *Bernardo Teixeira Coutinho Alves de Carvalho*, filho de Manuel da Cunha Teixeira e Carvalho.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 21 de Janeiro de 1795), carta de **Desembargador da Relação do Porto** fazendo este lugar na Relação da Baía (11 de Julho de 1801), provisão de assentamento de ordenado como Desembargador da Relação da Baía e provisão para vencimento de ordenado no dia de embarque (28 de Outubro de 1801); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 28 de Agosto de 1808), carta de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda com ordenado (1 de Outubro de 1816); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 28 de Maio de 1810); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 29 de Maio de 1810). Recebeu alvará de hábito de Cristo (6 de Setembro de 1809), alvará de fidalgo cavaleiro (16 de Janeiro de 1810), alvará da comenda da Ordem de Cristo (23 de Janeiro de

1812), e alvará da comenda da Ordem de Cristo da lotação de 20\$000 réis (23 de Janeiro de 1812).

Bernardo Xavier Barbosa Sachetti (opositor e Doutor em leis), nascido em 1735, natural de Souselas em Coimbra, filho de João Mendes Sachette Barbosa (natural de Estremoz) e de Maria Rita Telo (natural de Palheiros em Coimbra), neto paterno de João Mendes Sachette e Catarina Domingues (naturais de Estremoz), e neto materno de Afonso Telo Ribeiro e Francisca da Conceição (naturais da Fortaleza de Azivilal).

Foi **Juiz de Fora de Valença** (alvará de **Provedor da Comarca de Elvas** de 27 de Janeiro de 1776); **Corregedor da Comarca de Elvas** (carta de 16 de Março 1779), provisão de licença para casar com Isabel Maria (23 de Maio de 1781); **Procurador fiscal das décimas** (alvará de rendimento de emprego de 20 de Outubro de 1798); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 2 de Dezembro de 1799); **Desembargador Extravagante** sem ordem de antiguidade (1794); **Corregedor do crime da Corte** (1799); **Vereador do Senado da Comarca de Lisboa** (alvará de 22 de Julho de 1801); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta); **Conselheiro** (provisão para o procurador da Comarca de Elvas lhe assinar o título de certo aforamento de 21 de Fevereiro de 1805). Recebeu carta de privilégio de Desembargador (6 de Dezembro de 1787).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1760. O pai formou-se na faculdade de medicina e é médico. Vivem de suas fazendas, o avô paterno veio de Portalegre para Coimbra (LB).

Brás Brandão de Sousa (Bacharel), nascido em 1683, natural de Soure, filho de Diogo da Costa Gramacho e de Maria Mascarenhas de Vasconcelos.

Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (1711); **Ouvidor de Cabo Verde** (carta de 11 de Novembro de 1717); **Provedor de Cabo Verde** (carta de 18 de Novembro de 1717); **Provedor da Fazenda Real de Ilhas** (carta de 10 de Novembro de 1717); **Desembargador da Relação da Baía** (1718).

Brás Henriques da Veiga (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação de Goa** (carta de 26 de Novembro de 1644); **Deão da Sé de Goa** (carta de **Provedor das fazendas dos defuntos da Relação do Estado da Índia** de 23 de Março de 1653); **Provedor-mor da alfândega do Estado da Índia** (provisão do cargo de 10 de Março de 1657); **Desembargador da Relação do Porto** (carta).

Brás Luís Moreira (Bacharel), natural de Viana, filho de Domingos Gonçalves e de Teresa Maria (naturais de Viana), neto paterno de Manuel Gonçalves Gandaral e Maria Pires Franca, e neto materno de Domingos Rodrigues Paris e Marta Lourenço (todos naturais de Viseu).

Foi **Juiz de Fora de Alcácer do Sal** (carta de 9 de Maio de 1772), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (16 de Abril de 1774); **Desembargador da Relação do Porto com exercício de Provedor dos resíduos** (carta de 22 de Abril de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Outubro de 1806); **Desembargador Extravagante** (1807); **Corregedor do cível da Corte** (1812). Recebeu carta de profissão de hábito (15 de Maio de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1769. O pai era alferes de infantaria auxiliar, e vivia de seu negócio «*comprando fazendas por grosso que vendia*», e os seus avôs eram lavradores que viviam de suas agriculturas (LB).

Brás de Pina Moniz (Bacharel), filho de Vicente Ferreira Moniz e de Isabel de Pina.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Palmela e Alhos Vedros** por três anos (carta de 22 de Abril de 1649); **Corregedor da Comarca de Torres Vedras** por três anos (provisão do cargo de 20 de Dezembro de 1662); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Maio de 1681); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta).

Observações: Casou com Antónia Micaela de Almada, natural de Lisboa, filha do capitão Manuel Coelho de Almeida, irmão do Doutor João Coelho de Almeida, Desembargador do Senado (MM).

Brás Ribeiro da Fonseca (Doutor; lente de primeira em direito civil e jubilado na Universidade de Coimbra), natural de Nabainhos no termo da vila de Gouveia, filho de Miguel Ribeiro Furtado e de Leonor da Fonseca do Amaral.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 17 de Março de 1665 e 22 de Novembro de 1666); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta enquanto lente da Universidade de Coimbra de 1668); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Abril de 1673); **Deputado** sem ordenado de tempo das férias na Universidade de Coimbra em que é lente (carta de 5 de Outubro de 1680); **Conselheiro** (carta). Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo com 2\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (13 de Agosto de 1648), carta de escrivão das Sisas de Celorico por falecimento de seu pai (9 de Março de 1649), 30\$000

réis de pensão com o hábito de Cristo (31 de Julho de 1675), carta de lente jubilado, carta de padrão de tença de 60\$000 réis para seu filho Luís Ribeiro (9 de Novembro de 1690), carta de padrão de mais uma vida na tença de 50\$000 réis para seu neto mais velho Brás Ribeiro Vasconcelos (12 de Abril de 1695), e carta de padrão de 60\$000 réis de tença enquanto não entra em comenda do mesmo valor para seu neto mais velho (3 de Março de 1698).

Observações: É avô de Brás Ribeiro Vasconcelos. Faleceu a 17 de Dezembro de 1690. Casou-se com Sarafina Antónia de Arriaga Soutomaior, filha de Manuel Pinheiro Furtado, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Antónia de Arriaga Soutomaior, de quem teve Luís Ribeiro Soutomaior, cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e capitão-mor da vila de Seia (MM).

Brás Rodrigues Pereira (Bacharel), nascido em 1677, natural de Coura em Viana, filho de Francisco Gonçalves e de Ana Reis.

Foi **Juiz de Fora de Melgaço** (1705); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 22 de Outubro de 1708); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1715). Recebeu alvará de 100\$000 réis de ajuda de custo (16 de Março de 1709), padrão de 15\$000 réis de tença a seu filho Marcelino Pereira da Silva (26 de Fevereiro de 1711), e padrão de 23\$000 réis de tença a sua filha D. Bernarda Barbosa Pereira pelo bom serviço como Juiz de Fora de Melgaço (28 de Fevereiro de 1711).

Observações: Faleceu enquanto Desembargador da Casa da Suplicação (MM).

Brás do Vale (Bacharel em cânones; Licenciado), natural de Tondela, filho de António Simões do Vale e de Maria Simões (naturais de Tondela).

Foi **Juiz de Fora de Trancoso** por três anos (carta de 10 de Abril de 1717); **Juiz de Fora de Viseu** por três anos (carta de 23 de Dezembro de 1721); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Campo de Ourique** por três anos (carta de 6 de Novembro de 1728); **Ouvidor da Comarca de Campo de Ourique** por três anos (carta de 27 de Novembro de 1728); **Juiz do fisco do distrito de Minas Gerais** (provisão de beca de 27 de Outubro de 1733); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1748). Recebeu provisão para que o Provedor da Comarca de Viseu faça o inventário e partilhas de que o dito faz menção (15 de Março de 1725).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1716. Casou com Bernarda Maria Álvares, filha de Bernardo Álvares e

de Maria Juliana Álvares, de cujo casamento nasceu José Bernardo Álvares do Vale (MM).

Bruno Manuel Monteiro (Doutor), filho de Domingos Gomes Rebelo.

Foi **Secretário do Governador das Armas de Trás-os-Montes** satisfazendo neste lugar a correição ordinária (carta de 7 de Setembro de 1767); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Novembro de 1771); **Juiz executor das rendas dos mosteiros extintos dos cônegos regrantes de Santo Agostinho** (alvará de 2 de Julho de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Dezembro de 1778); **Feitor da tábula de Setúbal** (provisão de dispensa de idade para entrar na serventia do ofício de 25 de Janeiro de 1782); **Procurador fiscal da Junta do Comércio** (carta confirmando-o no lugar de 22 de Março de 1782); **Ajudante do Procurador da Fazenda da repartição de Ultramar** (alvará de 22 de Março de 1782); **Desembargador Extravagante** (1782); **Desembargador Agravista** com exercício de **Ajudante do Procurador da Coroa** (carta de 1 de Setembro de 1783), alvará de ajudante de Comarca (1 de Setembro de 1783).

Observações: O pai é capitão (LB).

Caetano Alberto de Ossuna (Licenciado), natural de Lisboa, filho de Mateus da Costa.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 5 de Julho de 1730); **Superintendente do registo e arrecadação do tabaco da Capitania da Baía** (alvará de 11 de Setembro de 1733); **Ouvidor do crime da Relação da Baía** (carta do lugar de 12 de Novembro de 1733); **Ouvidor-Geral do cível da Relação da Baía** (carta de 12 de Novembro de 1735); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Agosto de 1739), provisão de licença para estar ausente por três meses do lugar (16 de Janeiro de 1743), provisão de licença (7 de Fevereiro de 1744); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Dezembro de 1745); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1749). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito pela renúncia de Pedro António Lobo Chaves (17 de Janeiro de 1689), carta de mercê do lugar de advogado da Casa da Suplicação (20 de Novembro de 1715), apostila de 18\$000 réis de juro no rendimento do tabaco (10 de Outubro de 1740), e alvará de ordenado de 400\$000 réis na Mesa da Consciência e Ordens (17 de Setembro de 1753).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1721 (LB).

Caetano Bernardo Pimentel de Castro (Bacharel), também *Caetano Bernardo Pimentel Castro e Mesquita* ou *Caetano Bernardo de Mesquita Pimentel de Castro*.

Foi **Ouvidor-Geral da Ilha de S. Tomé e Príncipe** (provisão de **Provedor da Fazenda Real da Ilha de S. Tomé e Príncipe** de 20 de Junho de 1770), provisão para jurar na Chancelaria-mor do Reino no lugar de Ouvidor da Ilha de S. Tomé e Príncipe sem embargo de não ter carta (12 Julho de 1770); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Outubro de 1778), alvará de aposentado no lugar de **Desembargador Agravista** da Casa da Suplicação (12 de Setembro de 1783).

Caetano de Brito e Figueiredo (Bacharel), nascido em 1671, natural de Lisboa, filho de Manuel Soares Ribeiro e de Ana Maria de Brito. Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (1699); **Juiz de Fora de Silves** (1705); **Ouvidor e Provedor de Faro** (carta de 29 de Abril de 1708); **Desembargador Supranumerário da Relação da Baía** (carta de 18 de Fevereiro de 1715); **Auditor-Geral dos Soldados da Relação da Baía** (1715); **Ouvidor-Geral da Relação da Baía** (carta de 2 de Março de 1716); **Juiz dos cavaleiros da Relação da Baía**; **Chanceler da Relação da Baía** interinamente durante um ano; **Desembargador da Casa da Suplicação** (1730); **Vereador do Senado de Lisboa** (10 de Fevereiro de 1730). Recebeu provisão para tomar poder tomar posse por procurador (13 de Janeiro de 1716), e provisão de licença para poder levar 500 réis de espórtulas (15 de Outubro de 1721). **Observações:** Recusou a secretaria da embaixada à Holanda antes de embarcar para a Baía. Renunciou ao hábito da Ordem de Cristo em Coronel senhor de engenho, seu genro. Foi Académico na Baía. Foi beneficiado de São Pedro de Penaferrim em Sintra. Foi Juiz da Legacia de Lisboa antes dos lugares de letras (MM).

Caetano José Pinto Mesquita (lente de leis e colegial do colégio real de S. Paulo), natural de Lamego, filho de José Pinto Mesquita (natural de Mangualde), e de Sarafina Violante da Silva (natural da Comieira), neto paterno de André Correia de Mesquita e Emerenciana Teixeira (natural de Mirandela), e neto materno de António Álvares e Maria Ferreira (naturais da Comieira). Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 10 de Fevereiro de 1749), provisão para por procurador tomar posse de um lugar de Desembargador honorário (5 de Março de 1749); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Janeiro de 1750), provisão para poder

juzar na chancelaria por procurador (26 de Janeiro de 1750).

Observações: Fez a sua Leitura de bacharel em 1748. O seu pai foi fidalgo da casa Real. A avó paterna do habilitante é filha de Gaspar Pinto Cardoso e de Catarina de Vargas, e foi parar a Vila Real com André Correia de Mesquita, moço fidalgo da casa real, de cujo matrimónio teve, entre outros filhos, a José Pinto Mesquita, pai do habilitante. Os avós maternos sempre viveram das suas fazendas (LB).

Caetano José da Rocha e Melo (Bacharel), nascido em 1727, natural de Nossa Senhora da Conceição de Rossas de Arouca em Lamego, filho de António da Rocha Silva e de Eufémia de Pinho.

Foi **Juiz de Fora de Braga** (depois de 1753); **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 2 de Outubro de 1764); **Corregedor de Lamego** (carta de 16 de Janeiro de 1774); **Corregedor de Penafiel** (carta de 23 de Janeiro de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Julho de 1784); **Corregedor do crime da segunda vara da Relação do Porto** (carta de 19 de Outubro de 1789). Recebeu padrão de 28\$000 réis de tença (8 de Junho de 1778), e provisão de licença para juzar e tomar posse por procurador (25 de Fevereiro de 1790).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 30 de Abril de 1778 (HOC). Foi habilitado pelo Santo Ofício a 5 de Novembro de 1782 (MM).

Caetano Lourenço de Azevedo (Bacharel em leis), nascido em 1688, natural de Lamego, filho de Agostinho Lourenço de Azevedo e de Maria de Baeça, neto paterno de Manuel Lourenço de Azevedo e Maria Pinto, e neto materno de Filipe de Baeça e Maria Domingas Rodrigues (todos naturais de Lamego).

Foi **Juiz de Fora de Penela e Lousã** (carta de 23 de Julho de 1718); **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 27 de Outubro de 1723); **Corregedor de Viana** (carta de 3 de Junho de 1730); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias** e **Contador de tenças e resíduos da Comarca de Viseu** (alvará de 12 de Junho de 1739); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (provisão de dispensa para por seu procurador poder juzar na chancelaria a fim de servir o lugar de 2 de Outubro de 1747), carta (5 de Outubro de 1747); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para por seu procurador tomar posse do lugar de 2 de Julho de 1749), carta de mercê (4 de Setembro de 1749).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel de 1718. O pai era formado pela Universidade de Coimbra e advogado nos direitos da cidade de Lamego. O avó paterno foi clérigo de Ordens formado pela Universidade de Coimbra e promotor

no Bispado de Lamego. A avó paterna era mulher solteira, «[...] o qual avô materno no seu principio foi oficial de sapateiro, e adquirindo bens vivres delles, e deixou de exercitar este officio [...]» (LB).

Caetano Manuel da Costa Fagundes (Bacharel), nascido em 1732, natural de Pinhel, filho de Manuel Fagundes Duarte (natural de Pinhel) e de Páscoa da Fonseca (natural da Régua), neto paterno de Salvador Fagundes e Luzia de Santo António (naturais de Pinhel), e neto materno de Francisco de Almeida e Ana da Fonseca (naturais de Reigada).

Foi **Juiz de Fora de Valença** (carta de **Desembargador da Relação de Goa** de 18 de Abril de 1766); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1775); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Maio de 1778), alvará de aposentado em Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (9 de Setembro de 1783). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença em um dos Almoarifados do Reino com o hábito de Cristo (28 de Maio de 1779).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel de 1757 (LB).

Caetano de Melo da Gama Araújo e Azevedo (Bacharel em leis), nascido em 1773, natural da freguesia de S. João da Ribeira em Ponte de Lima, filho de António José da Silva Melo e de Maria da Gama Araújo Azevedo, neto paterno de Francisco Alves da Silva e Rosa de Melo de Abreu e Lima, e neto materno de Caetano José da Gama e Ana Josefa da Gama (todos naturais de S. João da Ribeira).

Foi **Juiz de Fora de Idanha-a-Nova** (carta de mercê de 12 de Março de 1800), provisão de licença (21 de Junho de 1802); **Juiz de Fora da Covilhã** (carta de 9 de Maio de 1805), provisão de dispensa para prestar juramento por procuração pela carta que tem de Juiz de Fora (1 de Junho de 1805), provisão de licença para estar ausente dois meses (6 de Março de 1806); **Provedor de Viana** (carta de 25 de Fevereiro de 1817), provisão para tomar posse do lugar de Provedor (26 de Fevereiro de 1817); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Fevereiro de 1817), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto com o de Provedor de Viana (27 de Fevereiro de 1818); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de lugar ordinário de 5 de Dezembro de 1831). Recebeu carta de confirmação de doação de bens que lhe fez sua tia D. Catarina Pereira Pires (23 de Dezembro de 1812), carta de confirmação de doação de bens que

Ihe fez D. Maria José Pereira Pires (23 de Dezembro de 1812), provisão de licença para casar com D. Rita Adelaide Vasconcelos Pires Mourão (11 de Janeiro de 1813), e provisão de extinção de vínculo em umas casas da Rua das Pedrinhas em Vila Real instituído por Marta Botelho (20 de Fevereiro de 1818).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel de 1799 (LB).

Caetano Pereira de Castro Padrão (Bacharel). Foi **Juiz de Fora de Faro** (carta de **Ouvidor da Praça de Mazagão** de 6 de Agosto de 1752); **Auditor-Geral da gente de guerra da Praça de Mazagão** (provisão de licença para contrair matrimónio de 12 de Outubro de 1756); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 27 de Outubro de 1759); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Maio de 1771); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 9 de Maio de 1779), alvará (1782); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Agosto de 1783).

Camilo José da Silveira Nunes (Bacharel em leis), também *Camilo José da Silva Nunes*, nascido em 1754, natural de S. João da Pesqueira, filho de José Pereira e de Josefa Silva, neto paterno de José Pereira e Maria Fonseca, e neto materno de Manuel Nunes Neves e Isabel da Silva (todos naturais de S. João da Pesqueira).

Foi **Juiz de Fora de Alpedrinha** (carta de 21 de Julho de 1784), provisão para estar ausente por dois meses do lugar de Juiz de Fora de Alpedrinha e Castelo Novo (17 de Agosto de 1787); **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 10 de Setembro de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Outubro de 1808). Recebeu provisão de licença para tomar de aforamento a José Bento de Sousa Donás Boto umas casas de vínculo na Rua da Carreira da vila de S. João da Pesqueira (27 de Junho de 1799).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel de 1780. No Registo Geral de Mercês, o nome que surge é Camilo José da Silva e Camilo José da Silva Nunes (LB).

Carlos António Silva Franco (Bacharel em cânones), nascido em 1708, natural de Sacavém, filho de Manuel da Silva Franco (natural de S. Bartolomeu no concelho de Óbidos) e de Francisca Baptista de Jesus (natural de Moledo), neto paterno de Bento da Costa (natural de S. Bartolomeu) e Maria Franca (natural de Peniche), e neto materno de António Dias Cardoso (natural de Moledo) e Francisca Baptista das Chagas (natural de Coimbra).

Foi **Juiz de Fora de Mértola** (carta de 9 de Agosto de 1731); **Juiz de Fora de Setúbal** por três anos (carta de 24 de Abril de 1739), provisão de licença por dois meses para se ausentar do lugar de Juiz de Fora de Setúbal (27 de Janeiro de 1741); **Conservador da Nação Holandesa em Setúbal** por três anos (alvará de 4 de Junho de 1739); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 28 de Setembro de 1743); **Juiz Conservador do contrato do sal da cidade da Baía** por três anos (provisão de 2 de Dezembro de 1744); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse do lugar por procurador de 22 de Março de 1744), carta de lugar de Desembargador (30 de Agosto de 1753); **Superintendente do registo e arrecadação do tabaco da cidade da Baía** (alvará de 23 de Março 1746); **Superintendente do tabaco no Pará** (carta de 23 de Março de 1746); **Ouvidor-Geral e do cível da Relação da Baía** (carta de 2 de Novembro de 1746); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Maio de 1758); **Provedor fiscal da Companhia geral de Pernambuco** (carta de 26 de Junho de 1761); **Provedor fiscal da Fazenda** por três anos (alvará de 27 de Novembro de 1762); **Conservador da Nação Hamburguesa** (alvará de 11 de Julho de 1763); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Outubro de 1768). Recebeu provisão de acrescentamento de aposentadoria (10 de Março de 1741), e carta de 12\$000 réis de tença com o hábito (10 de Outubro de 1766).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel de 1731. A avó materna era acusada de descender de pessoas que exerciam ofício mecanico «[...] foi levada por um tio seu em tenra idade para a corte e casara em Moledo, Comarca de Óbidos com António Dias Cardoso, o seu tio a levou por sua mai casar com hum homem inferior, e supõe que é filha do primeiro matrimónio, sendo certo que era filha de um ourives, contudo sendo filha de um ou de outro marido, ambos são cristãos velhos, sem defeito algum no sangue, mas em que a mecanica é a mesma [...]». O pai do habilitado era formado pela Universidade de Coimbra em medicina e exercia a profissão de médico, e viviam de suas fazendas (LB).

Carlos de Azevedo Leite (Licenciado em leis), natural de Guimarães, filho de Filipe de Azeredo e Vale (natural de Prazins em Guimarães) e de Bernarda de Andrade Leite (natural de Guimarães), neto paterno de João de Azeredo (natural de Guimarães) e Senhorinha Francisca do Vale (natural de Prazins), e neto materno de António de Andrade (natural de S. Romão de Avis em Guimarães) e Maria Leite Pereira (natural de Guimarães).

Foi **Juiz de Fora de Trancoso** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** (carta); **Juiz de Fora do**

Porto (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Outubro de 1712); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 21 de Maio de 1715). Recebeu alvará para vestir beca, e padrão de 8\$000 réis de tença (17 de Janeiro de 1689).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1691: «*o dito Avô materno em seus principios exercitou a arte de pintura porrem estando no officio de Mamposteiro môr dos cativos desta Comarca e da de Vianna, não exercitou mais a dita arte e viveo sempre limpamente servindo o cargo de Almotacer nesta villa por elleição*» (LB). Era ainda familiar do Santo Officio. Natural de Quintião na freguesia de Combres, morreu no Porto em 1716. Casou-se com Luísa Maria (MM).

Carlos Cardoso Godinho (Doutor; lente de leis), natural da vila de Fronteira, filho de André Cardoso Godinho.

Foi **Desembargador Ultramarino** (carta de 20 de Julho de 1676), carta para que tenha 300\$000 réis de ordenado com o lugar de Conselheiro Ultramarino (20 de Novembro de 1676); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 26 de Abril de 1695); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará de ordenado; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Junho de 1696). Recebeu alvará de promessa de 20\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (24 de Maio de 1648), carta de comenda da Senhora da Hora da vila de Monsaraz (12 de Junho de 1656), carta de comenda de Nossa Senhora da Hora da vila de Moncorvo (12 de Junho de 1656), tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (21 de Janeiro de 1679), e carta de administração de uma capela (6 de Julho de 1679).

Carlos de Macedo Soutomaior e Castro (D.) (Bacharel), nascido em 1762, natural de Carvalhais em Moncorvo, filho de Henrique de Macedo e de Mariana Josefa de Sousa Meneses. Foi **Juiz de Fora de Castanheira** (depois de 1789); **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta de 23 de Setembro de 1806); **Desembargador da Relação da Baía** (1809); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Novembro de 1823).

Carlos Perim de Linde (Doutor), também *Carlos Pery de Linde*, natural de Lisboa, filho de António Pery de Linde.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta de 26 de Junho de 1727), provisão de prorrogação por mais dois meses de licença para estar ausente do lugar (15 de Novembro de 1729); **Corregedor de Tomar** (carta de

6 de Dezembro de 1731); **Provedor das capelas de Lisboa** (carta de 25 de Novembro de 1740); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Novembro de 1743); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Maio de 1748); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 19 de Janeiro de 1753). Recebeu carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (4 de Novembro de 1729), carta de padrão de 8\$000 réis de tença (9 de Dezembro de 1729), alvará de fidalgo da Casa Real (20 de Abril de 1747), carta de propriedade de officio (18 de Abril de 1761), alvará para seu filho João Carlos José Pery servir nos seus impedimentos o officio que desfrutava (26 de Agosto de 1762), e provisão para tomar de aforamento um sapal da Comarca de Vila de Povos (7 de Setembro de 1777).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1727 (LB).

Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos (Bacharel), natural de Aveiro, filho de José Barreto Ferraz e de Maria Josefa de Vasconcelos (naturais de Aveiro).

Foi **Juiz de Fora da vila de S. Vicente da Beira** (carta de 9 de Outubro de 1764), provisão para estar ausente do lugar de Juiz de Fora de S. Vicente (17 de Julho de 1773); **Corregedor de Guimarães** com predicamento de primeiro banco (carta de 23 de Maio de 1779), provisão para por seu procurador poder prestar o necessário juramento na Chancelaria-mor do Reino, ao passar da sua carta do lugar de Corregedor da Comarca de Guimarães (7 de Novembro de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 11 de Junho de 1790), alvará de mantimento de aposentado em um lugar ordinário de Desembargador da Relação do Porto (20 de Outubro de 1790). Recebeu carta de confirmação da doação de bens que lhe fez sua tia D. Tereza Josefa de Lima Pimentel (17 de Julho de 1772), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo assentados em um dos Almojarifados do Reino (9 de Julho de 1777), carta de padrão de tença de 8\$000 réis assentados em um dos Almojarifados do Reino (16 de Junho de 1777), e carta patente para poder vestir toga honorária (9 de Outubro de 1781).

Observações: É pai do Desembargador António Barreto Ferraz Vasconcelos (MM).

Celestino da Cunha Feio (Bacharel em leis), nascido em 1678, natural de Lisboa, filho de José da Cunha Feio (natural de Lisboa) e de Marta do Basto (natural de Vila Franca de Xira),

neto paterno de Simão da Cunha Feio (natural de Guimarães) e Luísa Quintal, e neto materno de Domingos Cardoso Maldonado e Maria do Basto (natural de Vila Franca de Xira).

Foi **Juiz de Fora de Pinhel** (carta de 10 de Janeiro de 1708); **Corregedor de Almada** por três anos (carta de 29 de Maio de 1713); **Corregedor do Bairro de S. Paulo** (carta de 2 de Junho de 1719); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1726). Recebeu carta de padrão de tença de 30\$000 réis para sua filha Ana Clara Teor da Cunha (17 de Janeiro de 1689), e provisão para nomear serventuário nos ofícios de Escrivão da correição, Chanceler e promotor da Comarca de Évora (10 de Março de 1724).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1705. «[...] viveram das suas lavouras e fazendas [...]» (LB).

Ciriaco António Moura Tavares (Bacharel), nascido em 1711, natural de Estremoz (ou Elvas), filho de António Álvares Sardinha e de Antónia Maria de Moura.

Foi **Juiz dos órfãos de Beja** (1741); **Juiz de Fora de Beja** (1745); **Corregedor de Portalegre** (carta de 27 de Agosto de 1750); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Fevereiro de 1755); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador de um lugar de 6 de Março de 1755).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 25 de Agosto de 1757 (HOC).

Ciro da Costa Borges de Azevedo (Bacharel), filho de João da Costa Borges e Azevedo.

Foi **Juiz de Fora de Gouveia** (carta de 23 de Janeiro de 1776); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1807). Recebeu verba de segunda vida no prazo do Pedroso no sítio de Chão de Ourique e Almoarifado de Penela (10 de Outubro de 1818).

Observações: O pai também foi Desembargador (RGM).

Cláudio José Pereira da Costa (Bacharel), nascido em 1761, natural de Faro, filho de Diogo da Costa Dias e de Teresa Maria.

Foi **Corregedor de Alcobaca** (carta de 13 de Maio de 1797); **Desembargador da Relação da Baía** com posse na Relação do Porto (carta de 20 de Agosto de 1801). Recebeu provisão de licença por dois meses (27 de Fevereiro de 1800), provisão para vencer o ordenado desde o dia em que embarcar (4 de Setembro de 1801), provisão de assentamento de ordenado de Desembargador da Relação da Baía (4

de Setembro de 1801), e provisão para poder casar (11 de Março de 1805).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 24 de Outubro de 1804 (HOC).

Columbano Pinto Ribeiro Castro (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora do Mogadouro** (carta de 17 de Setembro de 1776); **Juiz de Fora de Torre de Moncorvo** (carta de 19 de Setembro de 1781); **Provedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 4 de Setembro de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Agosto de 1802). Recebeu carta de profissão do hábito (4 de Março de 1799), carta de mercê do hábito com 12\$000 réis de tença (9 de Março de 1799), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (11 de Março de 1799).

Constantino António Álvares do Vale (Bacharel), nascido em 1733, natural de Tondela, filho de Brás do Vale, e de Bernarda Maria Álvares (naturais de Tondela).

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1778); **Desembargador Agraviado da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Maio de 1779); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 10 de Janeiro de 1791); **Conseheiro** (carta de título do Conselho de Sua Magestade de 24 de Dezembro de 1793), promoção a um lugar ordinário do Conselho da Fazenda (14 de Abril de 1795). Recebeu apostila do ofício de Conselho (14 de Abril de 1795).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1768, «[...] que elle esta Ablitando por esta meza para fazer exame vago, e se verificar merce que Vossa Magestade lhe fez de um lugar ordinário de Desembargador da Rellação do Porto [...]» Tem um irmão que se chama José Bernardo Álvares do Vale (LB).

Constantino José Ferreira de Almeida (Doutor), natural de Braga, filho de Acácio José Ferreira de Almeida (natural de Barcelos) e de Luísa Maria de Sousa (natural de Braga), neto paterno de Domingos Ferreira de Almeida (natural de S. João da Ponte em Guimarães) e Mariana Pereira (natural de S. Martinho de Linde em Guimarães), e neto materno de João da Costa Braga (natural de Cabreiros em Barcelos) e Perpétua Martins (natural de Santa Maria de Sequeira).

Foi **Juiz de Fora do Tombo das terras de Ançã e S. Lourenço do Bairro** (alvará de 10 de Dezembro de 1806), alvará de assentamento com o lugar de Juiz da Prevenda instituída em Coimbra (20 de Dezembro de 1806); **Desembargador da Relação**

do Porto (carta de 22 de Dezembro de 1806); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de Desembargador aposentado de 25 de Agosto de 1821), alvará para ser reintegrado no exercício de Desembargador da Casa da Suplicação (6 de Agosto de 1823), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (7 de Setembro de 1824); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Dezembro de 1827); **Conselheiro** (carta do título de 8 de Março de 1833). Recebeu carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo (3 de Outubro de 1829). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1806. O pai é capitão, o habilitante é presbítero secular. «[...] que sua Alteza Real lhe fez a graça de Desembargador da Relação do Porto, e de lhe conceder para a sua habilitação patria comum nesta corte [...] Diz o Doutor Constantino José Ferreira de Almeida oppositor ás cadeiras da Universidade de Coimbra, que Vossa Alteza Real foi servido despachallo Desembargador ordinário da Relação e caza do Porto e como para se lhe passar a competente carta lhe seja precioso mostrar-se habilitado e o não pode fazer sem grande demora em razão da longitude da sua naturalidade e de seus maiores, para evitar este inconveniente pretende fazer sua habilitação nesta corte, como Patria comum, a onde tem testemunhas que bem conhecem ao supplicante e seus Antecedentes [...]» (LB).

Crispim Mascaranhas de Figueiredo (Bacharel em cânones), natural de Faro, filho de Barnabé Mascarenhas de Figueiredo.

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega e Alcochete** por três anos (carta de 14 de Outubro de 1686); **Juiz do crime da Ribeira** (posse em 19 de Fevereiro de 1692); **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 3 de Junho de 1694), alvará de recondução no lugar por mais três anos (17 de Julho de 1697); **Juiz Conservador dos espanhóis** (alvará), alvará para tomar posse do cargo por procuração; **Vereador da cidade de Lisboa** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1684. Era filho ilegítimo, o seu pai era «de qualificada nobreza» da cidade de Faro. Casou em Lisboa com [...] Peçanha de quem teve duas filhas, que se tornaram religiosas no mosteiro de S. Bernardo da cidade de Tavira onde também se encontrava a sua irmã, Bárbara Mascarenhas (LB).

Cristóvão Abreu (Doutor), filho de António Henriques.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Dezembro de 1642). Recebeu alvará de 20\$000 réis de pensão anual com o hábito de Cristo a seu filho Vicente de Abreu de Duarte (20 de Fevereiro de 1641), e alvará e carta de mercê de propriedade de ofício de escrivão da câmara e almotaçaria na vila da Sobreira (18 de Agosto de 1659 e 2 de Março de 1660).

Cristóvão Alão de Moraes (formado em direito civil), natural de S. João da Madeira no Porto, filho de Baltazar de Moraes Alão e de Maria Mateus (naturais de S. João da Madeira), neto paterno de Aleixo Alão de Moraes e Catarina Nunes Camela, e neto materno de António Mateus e Brites Álvares.

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta); **Corregedor da Comarca de Pinhel** (carta); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta); **Juiz dos órfãos do Porto** (1667); **Corregedor do cível do Porto; Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Fevereiro de 1690).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1661. A sua avó paterna tinha «muitos irmãos e parentes religiosos». Os avós maternos do habilitado, moradores que foram nas Fontainhas na freguesia de S. João da Madeira «*lavrarão por sua mão as terras do seu casal, se não lavrarão por dinheiro ou jornas, e [...] com amigos, nos tempos de algumas sementeiras se ajudarão huns aos outros [...] a este casal [...] Maria Mateus se recolheu depois de ter o dito filho na casa do Abbede de Santa Maria que hera tio de Balthazar de Moraes Alão [...] Foi filho legitimo de Balthazar de Moraes Alam natural da mesma cidade, que pelos gloriosos serviços do seu valor foi nomeado capitam Mor de guerra que não serviu por a elle se antecipar a morte em idade de trinta annos, faleceu o sobredito em 23 de Março de 1630 [...]» (LB). Morreu quando exercia as funções de Corregedor do cível da cidade do Porto a 19 de Maio de 1693, com 63 anos de idade, sendo sepultado na catedral no jazigo da sua casa. Casou-se com Catarina de Carvalho, de quem teve muitos filhos (MM).*

Cristóvão Álvares de Azevedo Osório (Bacharel), nascido em 1702, natural da Baía, filho de Cristóvão Álvares da Palma e de Helena de Azevedo.

Foi **Juiz de Fora de Moura** (3 de Junho de 1747); **Ouidor de S. Tomé** (14 de Março de 1751); **Desembargador da Relação da Baía** (20 de Junho de 1751), posse de numerário [sic] (19 de Dezembro de 1767). Recebeu provisão de acrescentamento de 20\$000 réis mais para a aposentadoria (24 de Julho de 1749).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 26 de Março de 1738 (HOC).

Cristóvão Álvares Coelho (Doutor em leis; lente na Universidade de Coimbra e colegial de S. Pedro), natural de Arroios no termo de Vila Real, filho de Carlos Esteves de Carvalho e de Cecília Alves Coelho (naturais do lugar de Mateus), neto paterno de Vicente Esteves e Cecília de Carvalho, e neto materno de Cristóvão Alves Coelho e Maria Martins Veiga (naturais do lugar de Mateus).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de beca de 9 de Agosto de 1667), carta; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 5 de Outubro de 1668), carta (29 de Março de 1672); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Agosto de 1675); **Deputado Suplente da Mesa da Consciência e Ordens** (9 de Maio de 1679); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 27 de Junho de 1685). Recebeu verba de 105\$000 réis de juro, verba de 41\$907 réis de juro, apostila de 105\$000 réis de juro, apostila de 41\$900 réis de juro, alvará de renúncia ao ofício de tabelião de Guimarães (26 de Janeiro de 1679), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (15 de Outubro de 1685), e carta de padrão de tença de 28\$000 réis (22 de Outubro de 1685). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1667. No Memorial de Ministros, Cristóvão Álvares Coelho é filho de Domingos Esteves de Carvalho. Faleceu com a nomeação de Deputado, e foi casado com Beatriz de Barros de Faria, viúva de Francisco Álvares (sargento-mor), de cujo consórcio nasceu Maria Coelho, que casou com seu primo Mateus Álvares (fidalgo da Casa Real e senhor do Morgado de Mateus) (LB).

* **Cristóvão Azevedo** (Bacharel), natural de Guimarães, filho de Cristóvão de Azevedo do Vale e de D. Branca Coelho de Faria. Foi **Desembargador da Relação do Porto**; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Julho de 1622); **Deputado do Fisco de Coimbra**; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1626). **Observações:** Foi habilitado pelo Santo Ofício a 23 de Dezembro de 1626. Foi Colegial de Colégio de S. Paulo, e lente de Código da Universidade de Coimbra (MM).

Cristóvão de Burgos (Bacharel em leis), natural da Baía, filho de Jerónimo de Burgos (natural de Évora) e de Maria Pacheca (natural da Baía), neto paterno de Cristóvão de Burgos e Luísa Mendes (naturais de Évora), e filho materno de Gaspar Ferreira da Fonseca e Mécia Pacheco de Barbuda (naturais da Baía). Foi **Juiz de Fora de Ponta Delgada** (carta de 8 de Novembro de 1647); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de padrão de 27 de Junho de 1681), alvará aposentando-o com o ordenado que tem para Desembargador (8 de Janeiro de 1687); **Ouvidor do Estado do Brasil** (provisão de 100\$000 réis pagos por cinco anos para dois homens que o acompanham de 14 de Fevereiro de 1682). Recebeu alvará de aposentadorias, alvará para usar das jurisdições de seus antecessores, carta de padrão

de 12\$000 réis de tença (12 de Dezembro de 1631), carta para poder usufruir todos os privilégios (30 de Janeiro de 1648), carta de padrão de 88\$000 réis de tença efectiva (12 de Dezembro de 1681), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença efectiva cada ano com o hábito de Cristo (29 de Dezembro de 1681). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1644. O avô paterno era licenciado e «[...] foi Juiz da aposentadoria desta cidade (Évora) e nella irmã da mezericordia e hum seu filho o foi na de Coimbra para que lhe forão feitas exactas diligencias, o pai do supplicante he letrado, e vive a lei da nobreza [...]» e na Baía foi Juiz dos órfãos. O avô materno foi igualmente Juiz dos órfãos na Baía e se «tratarem sempre nobremente tendo os officios da governança da dita cidade [Baía]» (LB).

* **Cristóvão Ferreira Freire** (Bacharel), filho de Vasco de Seixas Freire e de D. Luísa Ferreira. Foi **Juiz de Fora de Lamego** (carta de 14 de Julho de 1621); **Auditor-Geral da Armada**; **Desembargador da Relação da Baía** (1625). Recebeu alvará para Juiz Privativo, e alvará de aposentadoria.

Cristóvão Gomes de Azevedo (Doutor), natural de Santarém e baptizado na freguesia de S. Nicolau, filho de José Gomes de Azevedo. Foi **Desembargador Suplente da Relação da Baía** (carta para que se chegar à Baía e não achar lugar ordinário em que entre a forma de sua carta possa servir o lugar de Suplente de 20 de Abril de 1709); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Novembro de 1716); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 Setembro de 1718); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 18 de Setembro de 1718). Recebeu carta de mercê do primeiro lugar que vagar na Relação da Baía (17 de Julho de 1708). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1705. Há dúvidas quanto à paternidade e maternidade deste Desembargador. As testemunhas inquiridas no seu processo de Leitura referem diferentes parentescos: «*Sobre o requerimento do Bacharel Christóvão Gomes de Azevedo, que pretende habilitarse para os lugares de letras, achei que o justificante não he filho legitimo do Desembargador Joseph Gomes de Azevedo, e por esta causa se não pode aqui justificar a filiação paterna [...] o justificante Christóvão Gomes de Azevedo nam he filho legitimo do Desembargador Joseph Gomes de Azevedo porquanto o ditto Joseph Gomes de Azevedo casou somente huma vez com Dona Luisa Irmam de Gaspar da Silva Galvam Oliveira da qual nam tem filhos [...] o ditto Desembargador casou com huma filha de Joam Galvam de Oliveira que deste matrimónio nam tinha filhos nem sabe que fosse casado outra vez o que elle testemunha conheceo muito bem o dito Desembargador Joseph Gomes por ser natural desta cidade e falar muitas vezes com elle e que tambem conheceo por trato os seus paes [...] disse que nam conheceu ao habellitante Christóvão Gomes de Azevedo mas conheceo sua mai e Avós maternos a qual se chamava Joana Maria de*

Sequeira e hera filha de Gaspar Ferreira Aranha e de Isabel Rebelo de Macedo sua mulher e sabe que he filho do Doutor Joseph Gomes de Azevedo juiz de fora que foi na Comarca de Santarém.» (LB). Morreu a 13 de Janeiro de 1722, queimado vivo no incêndio do presépio da Rua das Taipas, sendo sepultado na Igreja do Mosteiro de S. Bento da Vitória: «*Dos residuos deploraveis que se acharão do seu corpo nas grandes ruinas de tanto incendio, forão huns ossos envoltos em hum pedaço de beca que se reconheceo ser a mesma que vestia, e o habito de Christo, de que era cavalleiro professo, inteiro tambem envolto nella [...]»* Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Casou-se com Agueda Teresa Álvares, natural de Lisboa, de quem teve três filhos, um deles chamado José António de Azevedo, nascido no Porto em 21 de Fevereiro de 1718, outro chamado António Caetano de Azevedo que faleceu em Coimbra, quando tinha 5 anos, em 1741 (MM).

Cristóvão Luís de Andrade (Bacharel), nascido em 1676, natural de Alpalhão, filho de Cristóvão Luís e de Maria Andrade.

Foi **Juiz de Fora de Monforte** (1701); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 22 de Março de 1706); **Chanceler da Relação de Goa** (24 de Março de 1720). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença, e alvará de ajuda de custo.

Observações: Tinha sido nomeado Juiz de Fora de Freixo de Espada à Cinta, mas foi escuso por estar a servir em Monforte. foi Governador interino da Índia por morte do Vice-Rei, Francisco José de Sampaio (MM).

Cristóvão de Matos (Doutor), filho de Tristão Cardoso e de Brites Tavares, neto paterno de Tristão Lopes Cardoso (natural de S. Martinho de Mouros) e de Leonor Mendes de Lucena.

Foi **Provedor da Comarca da Esgueira** (1619); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Janeiro de 1645); **Desembargador Agravista da Relação do Porto**.

Observações: A sua avó paterna era irmã de Manuel de Lucena que foi Ouvidor de Barcelos (LB).

Cristóvão Melo Freire (formado em Teologia e cânones; agregado ao Colégio de S. Paulo a 25 de Junho de 1638), natural de Lisboa, filho de Luís Freire de Sousa e de Maria de Ayala.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Abril de 1652); **Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Dezembro de 1655).

* **Cristóvão Mouzinho Castelo Branco** (formado em direito civil, lente de leis; colegial do Colégio Pontifício de S. Pedro a 30 de Outubro

de 1617), natural de Setúbal, filho de João Rodrigues Mouzinho.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1632); **Juiz do fisco Real**; **Juiz da Coroa**; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Março de 1641).

Observações: Foi pai de Filipa, mulher de Francisco de Sequeira Correia, o Morgado de Sacavém (MM).

* **Cristovão Nunes de Brito** (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1620); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Abril de 1624).

Cristóvão Pinto de Paiva (graduado em leis; lente de direito cesareu, aceite no Colégio Pontifício de S. Pedro a 24 de Junho de 1635), natural de Mogofores em Anadia do Bispo no concelho da Esgueira, filho de Julião Rodrigues de Paiva e de Isabel Pinto (naturais de Mogofores), neto paterno de João Rodrigues de Paiva e Isabel Rodrigues de Mesquita (naturais de Mogofores), e neto materno de João Pinto e Filipa de Macedo (naturais de Águeda).

Foi **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 23 de Janeiro de 1644); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Dezembro de 1653); **Corregedor do crime e da Corte Real e Deputado suplente da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de Deputado suplente, vago por promoção de Jorge da Silva Mascarenhas, de 30 de Junho de 1660). Recebeu carta de hábito da Ordem de Cristo (16 de Dezembro de 1660).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1633. «*Foi empregado na deligencia de devaçar de D. Rodrigo de Castro no anno de 1654 sobre os destroços das terras queimadas nas fronteiras de Castella o que se vê melhor no 1º tomo de Portugal restaurado [...]»* (MM).

Cristóvão Rodrigues Barradas (Bacharel em cânones), natural de Lisboa, filho de Manuel Jorge Barradas (natural de Setúbal) e de Antónia Rodrigues (natural de Santarém), neto paterno de Jorge Luís e Maria Barradas, e neto materno de Manuel Rodrigues e Joana Rodrigues (naturais de Santarém).

Foi **Juiz de Fora de Trancoso**; **Ouvidor de Beja**; **Corregedor de Pinhel** (carta); **Corregedor de Moura** (carta); **Provedor de Beja** (carta); **Juiz da Índia e Mina** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1683); **Vereador do Senado de Lisboa** (alvará); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador da Casa da Su-**

plicação (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 125000 réis e hábito de Cristo (10 de Novembro de 1694).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1659, muito bom estudante. «*Pello summario incluzo, consta que Manuel Jorge Barradas pay do Bacharel Christóvão Rodrigues Barradas, foy official de Imaginario; e que seu avo Jorge Luiz pay do ditto Manoel Jorge Barradas foy official de pedreiro, e mestre de obras, e que hum, e outro, e Maria Barradas, mulher do ditto Jorge Luiz avó paterna do supplicante forão todos christãos velhos [...] Não consta que houvesse autos de sua qualidade, ou defeitos, maz verificase, haver fama de que o ditto seu pay fora Familiar do Santo Officio; maz da pessoa do supplicante, e de sua may Antónia Rodrigues, ou se hé cazado, nenhuã couza consta. [...] Diz Christóvão Rodrigues Barradas bacharel formado na faculdade dos sagrados cânones que pretendendo habilitarse para o servisso de Vossa Magestade se lhe mandou pello tribunal de Dezembargo do Paço tirar sua inquirição e sendo nella visto teve noticia se reprovarão por se dizer que seu avô Jorge Luiz fora em algum tempo mestre de obras de pedraria, e seu pai Manuel Jorge Barradas familiar do Santo Officio professara a arte da esculptura, a qual arte he nobre, e por tal reputada izenta de mechanica que não tem caza de vinte e quatro, nem se subordina a bandeira algua, nem tem juris de officio do que tudo se izenta por ser arte, e não offição, e suposto que o ditto seu avô a principio uzasse do ditto officio foi tão pouco tempo que ha pouca memória de que o vissem exercitar antes que viveu á lei da nobreza tratandose como nobre assim elle como o dito seu pai abastados de bens, que deixarão a elle supplicante, com que vive com toda a limpesa notoria.*» Tinha um irmão chamado Jorge Esteves, que foi Prior de Santo André de Lisboa, e outro chamado Manuel Barradas. Casou com Francisca de Valejo (LB).

Cristóvão Soares Abreu (formado em direito civil), natural de Ponte de Lima, filho de Francisco Soares de Abreu e de Catarina Brandão. Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Janeiro de 1641); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de 6 de Fevereiro de 1645); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 14 de Novembro de 1646); **Vereador da Câmara de Lisboa** e fidalgo da Casa Real (alvará de 7 de Maio de 1652); **Conservador da Casa da Moeda de Lisboa** (carta de 2 de Agosto de 1666). Recebeu alvarás de uma comenda do lote de 125000 réis (13 e 15 de Dezembro de 1646), apostila para que os 1205000 réis de tença que possui se juntem nos Almoxarifados do Reino (28 de Outubro de 1671), e 125000 réis de pensão para seu filho (7 de Outubro de 1675).

Observações: A sua mãe era «*de nobre familia do Brazil*». Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Casou com Maria de Almeida. Foi Secretário da embaixada a França do Desembargador do Paço António Velho de Carvalho. Morreu em 4 de Junho de 1684, sendo sepultado na Igreja do Convento de Santa Ana das religiosas de S. Francisco. Foi poeta (MM).

Cristóvão Tavares de Moraes (Bacharel), nascido em 1648, natural do Funchal, filho de Francisco Tavares de Moraes e de Maria de Macedo, neto paterno de Cristóvão Tavares e Maria Mendes Correia, e neto materno de António Ferreira e Ana Henriques.

Foi **Juiz de Fora de Avis** (depois de 1683); **Juiz de Fora de Redondo** lugar que foi criar (1689); **Corregedor de Viseu** (carta de 27 de Junho de 1694); **Desembargador da Relação da Baía** (1699); **Superintendente do Registo e arrecadação do tabaco da Baía** (carta de 7 de Maio de 1715). Recebeu alvará de licença para vir ao Reino, alvará de prorrogação de tempo, e alvará de posse de cargo por procurador. **Observações:** Foi habilitado pelo Santo Officio a 1 de Dezembro de 1682. Tinha sido nomeado Desembargador da Índia, mas foi escuso por resolução de 26 de Novembro de 1692 (MM).

Custódio Dias de Sousa (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora da vila de S. Vicente da Beira** (carta de 4 de Março de 1774); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Março de 1785).

Custódio da Silva Araújo de Faria Salazar (Bacharel), nascido em 1716, natural de Airão em Guimarães, filho de António da Silva e de Domingas de Araújo.

Foi **Juiz de Fora de Valença do Minho** (carta de 30 de Abril de 1747); **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (1753); **Desembargador da Relação de Rio de Janeiro** (carta de 7 de Outubro de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador do lugar de 2 de Agosto de 1759); **Juiz da Coroa da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 16 de Julho de 1760).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 7 de Novembro de 1753 (HOC).

Damião Rangel de Macedo (Doutor), natural de Lisboa, filho de Cosme Rangel de Macedo e de Margarida Serrão (naturais de Lisboa), neto paterno de Damião Dias Rangel (natural de Aguiar de Sousa no Porto) e Violante Bernardes de Canaveses (natural de Lisboa), e neto materno de Gaspar Serrão (natural de Lisboa) e Isabel de Moura (natural de Torres Vedras).

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos de Castelo Branco** (alvará de 19 de Outubro de 1641), alvará de aposentadoria; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Abril de 1648).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1618. O pai pertenceu ao Conselho e ao Desembargo do Paço, «*Embora na dita Comarca, e em toda a dita provincia de Entre Douro e Minho não há villa que se chame Figueiras porem ha no concelho de Aguiar hua freguesia que se chama Figueiras em que nasceo Damião Dias Rangel pay do Doutor Cosmo Rangel de Macedo, nella foi a informação inclusa de seu neto Damião Rangel de Macedo, e por haver muitos annos que seu avô faleceu não foy possivel achar mais de sete testemunhas [...] a dita Isabel de Moura foi filha legitima de João Gomes o Palalugo de alcunha e foi cavaleiro, e por tal o nomeavão, e por esse era conhecido [...] hera cazado com Francisca Serrão [...] Aquella Dona Isabel de Moura foi casada, a primeira vez com Gaspar Serrão, a segunda com o Doutor Diogo de Macedo de Albuquerque que foi juiz de Fora desta villa. E do primeiro marido teve Isabel Moura Margarida Serrão que depois casou com o Desembargador Cosme Rangel de Macedo [...]*». O habilitado era casado com Ana Maria, e fidalgo da casa real; os seus bisavós maternos «*eram pessoas muito nobres e como tal se tratavão servindose de criados e escravos*» (LB).

Diogo de Almeida de Azevedo (Bacharel em cânones), natural da Golegã, baptizado a 22 de Fevereiro de 1690, filho de Francisco de Almeida Raposo e de Isabel Velha de Azevedo (naturais de Santarém), neto paterno de Diogo do Vale da Silveira (natural de Santarém) e Filipa de Almeida Raposo (natural da Chamusca), e neto materno de João Velho de Azevedo e Maria Soares de Araújo (naturais de Santarém). Foi **Juiz de Fora de Alcácer do Sal** por três anos (carta de mercê de 18 de Novembro de 1717); **Juiz de Fora de Santos** (carta de mercê de 26 de Agosto de 1723) e **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da vila de Santos** (provisão de 30 de Agosto de 1723), tendo sido escuso de ambos os lugares; **Juiz de Fora e dos órfãos de Faro** (c. 1725); **Ouvidor de Faro** (1728); **Corregedor da Comarca da cidade da Guarda** (carta de 15 de Janeiro de 1734), **Corregedor do Bairro da Rua Nova** (carta de 4 de Março de 1743); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Junho de 1748), provisão para por procurador tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto (26 de Junho de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Maio de 1749), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação e jurar na chancelaria por procurador (9 de Agosto de 1749); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Abril de 1753).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1716. Bom estudante. O avô paterno «*se criou em caza dos Excelentissimos Condes de Abrantes D. Miguel de Almeida e sua mulher Mariana de Castro, e foi cazar á villa de Santarém com Filipa de Almeida Raposo a qual nasceo na villa da Chamusca, e se criou em caza de seo Thio o padre Francisco de Almeida Ra-*

pozo Prior que foi da Igreja de S. Nicolau da villa de Santarém [...] só depoem do conhecimento de Diogo do Vale da Silveira, que se diz ser avô paterno do dito habilitado e que era tido por christão velho, e de limpo sangue, e se diz ser filho bastardo do Conde de Abrantes D. Miguel de Almeida, em cuja caza nesta cidade se criara e de sua may não souberão. [...] e que ouvira a seus pays ser o dito avô Diogo do Valle filho bastardo do Conde de Abrantes, cujos bens estavam ainda hoje possuindo nettos do dito Diogo do Valle por lhe serem deichados em testamento da molher do dito conde, em cuja caza se criara». O seu avô materno era Desembargador natural da freguesia de S. Tomé de Santarém, e a sua mulher da de S. Julião em Santarém (LB). «*[...] nomeado dos Aggravos, vindo para Santarém passar as férias, adoeceo gravemente e com muito tempo de enfermidade falleceu na mesma villa na Ribeira em quatro de Dezembro de 1754 e foi sepultado na Igreja da freguesia de Santa Eiria sita na mesma Ribeira.*» Casou-se na mesma Igreja a 21 de Dezembro de 1731 com Bernarda Catarina Couceiro, filha de Bernardo Couceiro de Figueiredo e de Ângela da Encarnação Barreto. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo (MM).

Diogo Álvares Mourão (Doutor; formado em direito canónico; lente), também *Diogo Alves Mourão*, natural de Lago Bom no termo de Vila Real, filho de Belchior de Aguiar Ferreira e de Isabel Mourão.

Foi **Juiz do fisco de Coimbra**; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de Desembargador da Relação do Porto enquanto Reitor da Universidade de Coimbra de 11 de Maio de 1658). Recebeu alvará de pensão de 30\$000 réis fazendo-se-lhe 15\$000 réis efectivos (2 de Janeiro de 1659).

Observações: Foi admitido no colégio de S. Pedro em Coimbra a 25 de Fevereiro de 1649. Foi lente dez anos das cadeiras do sexto e de decreto «*nas quaes se conheceu a vastidam da sua literatura.*» (MM).

Diogo de Amorim de Faria (Bacharel), natural de Barcelos, filho de Sebastião de Faria Machado e de Maria Amorim (ou de António Pinto de Almeida e de Ana da Fonseca), neto paterno de António de Faria e Isabel de Faria Machado, e neto materno de Domingos de Amorim e Catarina Maciel Cogominho (todos naturais de Barcelos).

Foi **Juiz de Fora de Bragança** (antes de 1641); **Corregedor de Vila Viçosa** (carta de 23 de Setembro de 1641); **Corregedor do crime de Lisboa** (carta de 22 de Setembro de 1646); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Dezembro de 1651). Recebeu alvará de aposentadorias. **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1630. «*[...] mais nobre geração da dita villa em que seu pai he juiz dos órfãos, e capitão, e foi vereador, e provedor [...] e o Bispo de Angra*

Dom Gaspar de Faria hera irmão de sua avó paterna, e tio de seu pai [...]» (LB).

Diogo de Andrade Leitão (Licenciado em direito civil; mestre no Colégio Pontifício de S. Pedro a 12 de Fevereiro de 1666; regimentou as cadeiras de Instituta, código três livros, vespera, e a de prima em que jubilou a 15 de Fevereiro de 1694), nascido em 1630, natural de Lisboa, filho de Belchior de Andrade e de Catarina de Figueiredo (natural de Óbidos), neto paterno de Manuel Leitão e Maria de Andrade (naturais de Pedrogão Grande), e neto materno de Manuel Travaços.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Dezembro de 1675), alvará de faculdade para tomar posse por seu procurador do lugar de Desembargador (12 de Dezembro de 1675), alvará de Desembargador; **Desembargador da Casa da Suplicação** continuando na leitura da sua cadeira (carta do título de 20 de Março de 1676), apostila para tomar posse na Casa da Suplicação (24 de Abril de 1676); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador titular dos Agravos** (carta de 19 de Agosto de 1678); **Conselheiro da Fazenda** com 300\$000 réis de ordenado (carta de 9 de Junho de 1694). Recebeu alvará de promessa de 40\$000 réis de pensão (7 de Dezembro de 1661), apostila para ter o hábito de 40\$000 réis de pensão da sua promessa (4 de Março de 1662), carta de padrão de 50\$000 réis de tença (10 de Dezembro de 1678), padrão de 50\$000 réis de tença, alvará de uma capela de rendimento de 80\$000 réis (30 de Maio de 1708), alvará de mercê para que por sua morte possa nomear os 70\$000 réis que tem (22 de Junho de 1708).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1663. Teve um irmão que se chama João de Andrade, familiar do Santo Ofício. O seu pai foi escrivão dos filhamentos da Casa Real (LB). Diogo de Andrade Leitão foi eclesiástico, lente da Universidade de Coimbra e cônego doutoral da Catedral de Coimbra. Morreu em Lisboa a 23 de Julho de 1718 com 80 anos, sendo sepultado no Convento de S. Francisco (MM).

Diogo Bernardes Pimenta (Licenciado), nascido em 1591, natural de Viana do Minho, filho de Belchior Pimenta Araújo (natural de Vila da Barca) e de Brites da Silva, neto paterno de João Rodrigues Colaço (natural de Viana) e Catarina Bernardes Pimenta (natural de Ponte de Lima), e neto materno de António da Silva (natural de Viana) e Margarida Neto Barreto (natural de Lisboa).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (alvará para que tenha 200\$000 réis de ordenado por ano, de 6 de Janeiro de 1641), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto com posse (18 de Janeiro de 1641), alvará de ordenado, carta de Desembargador da Relação do Porto. Recebeu alvará de pensão de 3\$000 réis a António Bernardo Pimenta pelos serviços do sobredito (4 de Março de 1658).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1623. O seu pai foi Juiz da alfândega de Viana. O seu avô materno também o foi. O avô paterno foi homem nobre e principal da governança que serviu alguns ofícios. Margarida Neto, que «se foi de Lisboa para viver em Viana com o seu marido António da Silva que dela era natural» era filha de João Rodrigues Neto, homem do mar que tinha caravelas, e de Inês Vicente (LB). O seu pai foi fidalgo da Casa Real, assim como o foi seu avô materno. Casou na cidade de Lamego com Ana de Mendonça, filha de Paulo Leitão Abreu e de Maria de Mendonça (MM).

Diogo Botelho (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta de 15 de Outubro de 1629); **Juiz do crime de Lisboa**; **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta de 6 de Março de 1640); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Março de 1640).

Diogo Calisto Pereira (Bacharel), nascido em 1718, natural de Lisboa, filho de Francisco Pereira Silva e de Teresa do Nascimento, neto paterno de Luís Pereira da Silva e Paula Rafael, e neto materno de Manuel Martins e Josefa Maria.

Foi **Juiz de Fora de Aljustrel** (carta de 30 de Agosto de 1748); **Ouvidor de Mazagão** (carta de 25 de Julho de 1758); **Provedor de Aveiro** com predicamento de primeiro banco (carta de 30 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Fevereiro de 1784), alvará de aposentado na Relação do Porto (30 de Outubro de 1794). Recebeu provisão de licença por três meses (24 de Maio de 1749), provisão de licença para casar (26 de Janeiro de 1768), padrão de 8\$000 réis de tença (12 de Junho de 1773), provisão a Francisco Manuel Couceiro da Costa para lhe dar de foro uma terra na vila de Esgueira (28 de Agosto de 1773), carta do privilégio de Desembargador (12 de Março de 1785), e carta de confirmação da doação de bens que fez a D. Ana Eustáquia Pereira da Silva (25 de Agosto de 1798).

Observações: Foi habilitado pelo Santo Ofício a 17 de Setembro de 1752 (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 18 de Agosto de 1762 (HOC).

Diogo Carvalho Cerqueira (Bacharel), filho de Leonardo António de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (5 de Agosto de 1651); **Corregedor de Guimarães**; **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado** extraordinário (carta de 27 de Novembro de 1690), alvará de promessa de 4\$000 réis em cada ano (23 de Agosto de 1691); **Conselheiro** (carta); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta).

Observações: Foi enviado à corte francesa no reinado de João V. Morreu em Lisboa em 2 de Julho de 1699, sendo sepultado na Igreja do Convento das religiosas de Xabregas. Casou-se com Isabel Maria de Sousa, filha do Desembargador Domingos Pereira da Silva (MM).

Diogo de Castro e Lemos (Doutor), nascido em 1726, natural de Valença do Minho (ou Vila Nova da Cerveira), filho de António Carlos de Lemos e de Joana Luísa de Sousa e Meneses.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Setembro de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Dezembro de 1778); **Juiz Geral das Três Ordens Militares** (alvará de 15 de Abril de 1780), carta de Juiz Conservador das três Ordens Militares; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Abril de 1787); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de um lugar ordinário de 24 de Novembro de 1789); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de Sua Majestade de 18 de Maio de 1793).

Observações: Foi Deputado extraordinário do Santo Ofício. Era irmão de Bernardo de Castro de Lemos, Deputado da Inquisição, e de João Ferreira Ribeiro de Lemos, Desembargador. Foi sobrinho de Fernando de Sousa de Castro, igualmente deputado do Santo Ofício (MM).

Diogo da Cunha Soutomaior (Bacharel), natural de Estremoz ou de Lisboa, filho de António de Castro (natural de Vila Viçosa) e de Bernarda da Cunha, neto paterno de Diogo Castro e Isabel Rebelo (natural de Vila Viçosa), e neto materno de Belchior da Cunha e Luísa de Melo. Foi **Corregedor do crime do bairro do Rossio em Lisboa** (c. 1663); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1667); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Dezembro de 1673); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (c. 1688); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (1692). Recebeu alvará para poder receber o hábito de qualquer das Três Ordens Militares (30 de Junho de 1660).

Observações: Leu duas vezes no Desembargo do Paço, tendo sido reenviado para a Universidade por dois anos no primeiro exame (11 de Maio de 1661); foi aprovado no

segundo, três meses depois (19 de Agosto de 1661). Foi cavaleiro do hábito de Cristo (MM). O seu pai era físico-mor de Sua Majestade. O suplicante é descendente de «nação hebraea» por via paterna, a justificação: «*Que o mestre André [5.º avô do suplicante] veyo para este Reyno no tempo do senôr Rey Dom João o primeiro, hentrou no serviço da serenissima casa de Bragança, e servio de medico ao senôr Duque Dom Affonso primeiro Duque della [...] e morreu no ano de 1492 como mostrava do Epitaphio de sua sepultura, tempo em que não havia christãos novos neste Reyno porque no ano de 97 fora a conversão dos judeus, que seus descendentes continuarão sempre ao serviço da mesma casa até ao presente, sendo todos honrados com foros, habitos, e comendas – que do mestre André nasceo André de Castro quarto avo delle supplicante medico que foi da casa, e que deste nasceo Diogo de Castro, seu 3º avô, tambem medico da casa, ao qual os serenissimos Duques derão huã comenda da ordem de Christo – que de Diogo de Castro nasceo António André de Castro seu visavo, outro sy medico da casa, e de António André, Diogo de Castro seu avo, que foi cavaleiro fidalgo [...]*» (LB).

* **Diogo Fernandes de Salema** (formado em direito civil; colegial do colégio de S. Pedro a 3 de Abril de 1613; lente na Universidade de Coimbra), natural de Lisboa, filho de Diogo Fernandes Salema e de Susana de Lemos.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (com exercício nas férias começando no ano de 1627); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de **Corregedor do crime da Corte** de 6 de Março de 1641), carta de aposentação como Corregedor do crime da Corte nomeando em seu lugar o Desembargador Estevão Leitão de Meireles (26 de Agosto de 1641), alvará para que se lance na folha dos Desembargadores da Casa do crime da Corte os seus ordenados (10 de Setembro de 1641).

Observações: Foi fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo. O seu pai foi tesoureiro do Reino e fidalgo da casa real. Neto por ambas as partes de ilustres Avós. Casou com Luísa Cabral, filha herdeira de Miguel Godinho Cabral, Provedor dos contos, e de sua mulher Lourença Lobato da Câmara Bizarro (MM).

Diogo Filipe Pereira (Licenciado), natural do Porto, filho de António Álvares Ferreira.

Foi **Ouvidor de Braga** (1692); **Auditor da gente de guerra na Província de Trás-os-Montes** (carta do cargo de 6 de Maio de 1697); **Corregedor da Comarca de Lagos** (carta de 6 de Julho de 1704); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 6 de Maio de 1708); **Procurador da Coroa da Relação da Baía** (carta de 22 de Abril de 1711); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 20 de Junho de 1708), carta (23 de Novembro de 1716); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 12 de Setembro de 1718).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1691. «*Ministro de grandes circunstancias, porem sempre de hum genio acre, severo e mui respectivo, com que se revestia para tudo o que era conducente à justiça [...]*» Morreu no estado de celibato (MM).

Diogo da Fonseca Pinto (Bacharel), natural de Trancoso, filho de António da Silva de Gouveia e de Maria Fernandes da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (18 de Fevereiro de 1699); **Juiz de Fora da Guarda** (1708); **Corregedor da Comarca de Pinhel** por três anos (carta de 28 de Abril de 1711); **Auditor-Geral da Província do Alentejo** (carta de 26 de Setembro de 1715); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de 10 de Junho de 1722); **Conservador da nação inglesa da cidade do Porto** (carta de 29 de Agosto de 1725); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Novembro de 1725); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 22 de Março de 1738), carta de Corregedor do crime da Corte (1 de Fevereiro de 1741).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1698 (LB). Morreu enquanto desempenhava o ofício de Corregedor do crime da Corte. Foi seu filho legítimo Caetano Alexandre da Fonseca Pinto, capitão-mor de Trancoso, e ilegítimo o bacharel Caetano José de Ferreira e Sousa (MM).

Diogo Gouveia Miranda (Doutor).

Foi **Juiz de Fora das vilas de Aldeia Galega e Alcochete** (posse em 1618), alvará de Juiz de Fora de Aldeia Galega para renunciar em pessoa apta (2 de Julho de 1641); **Corregedor de Elvas** (carta de 1 de Junho de 1630); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Setembro de 1642); **Desembargador da Relação do Porto** (1646); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Janeiro de 1648); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta para que tenha com o cargo de **Corregedor do cível** o título de Desembargador Agravista de 20 de Dezembro de 1653).

Observações: Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Afonso VI (15 de Novembro de 1656).

Diogo Guerreiro Camacho Aboim (Bacharel), nascido em 1663, natural de Ourique da quinta dos Guerreiros (solar da sua família), filho de Diogo Guerreiro Camacho de Aboim e de Maria Guerreiro Camacho, e neto materno de André Guerreiro Camacho e Maria Filipa da Silva.

Foi **Juiz de Fora do Marvão** (1685); **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho**; **Juiz dos órfãos de Alfama** (3

de Setembro de 1688); **Juiz do fisco de Évora** (1690); **Juiz do fisco de Coimbra de primeiro Banco**; **Desembargador da Relação do Porto** (9 de Junho de 1701); **Desembargador da Casa da Suplicação** (17 de Novembro de 1703); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (20 de Abril de 1709).

Observações: Morreu em Lisboa a 15 de Agosto de 1709 com 46 anos de idade. Casou com Maria Luísa de Fóios, de quem teve o Desembargador Manuel Guerreiro Camacho Fóios, o qual casou com Teresa Josefa de Sampaio (MM). Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. João V (1 de Janeiro de 1707).

Diogo Guerreiro Camacho de Aboim (Doutor em leis), nascido em 1699, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça em Padrões da Comarca de Ourique, filho de Manuel Guerreiro Camacho de Aboim (natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça) e de Bárbara Josefa Saleiro (natural da Amendoeira na freguesia de Alcaria Ruiva em Mértola), neto paterno de Filipe Rodrigues Camacho (natural de Padrões) e Bárbara Guerreiro Camacho (natural da Quinta dos Guerreiros na freguesia de S. Sebastião na Vila de Ourique), e neto materno de Luís Afonso Tacanho (natural de Sete Alcarias de Santa Bárbara em Padrões) e Romana Nunes (natural da Amoreira).

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca** (1728); **Juiz de Fora de Tavira** (carta de mercê de 23 de Janeiro de 1734); **Juiz do fisco de Évora**; **Provedor de Ourique** (1742). Recebeu provisão para vestir beca com o título honorário de Desembargador da Relação do Porto (18 de Junho de 1750).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1727. O seu pai era capitão-mor das vilas de Entradas, Padrões e Casavel. O avô paterno foi capitão-mor das mesmas vilas. O avô materno também foi capitão. Era sobrinho do Desembargador antecedente. Morreu antes de chegar a Desembargador da Relação do Porto (MM).

Diogo Guerreiro Camacho de Brito de Aboim (Bacharel), natural de Mértola, filho de João Camacho Guerreiro de Brito e Aboym (natural de Padrões) e de Violante Perpétua Máxima de Brito (natural de Messejana), neto paterno de João Camacho Guerreiro de Aboym e Brito (natural de Mértola) e Isabel Varela Guerreiro (natural da vila do Couto), e neto materno de Manuel de Brito (natural de Ourique) e Francisca Nabo de Jesus (natural de Messejana).

Foi **Juiz do crime do Bairro da Ribeira** (depois de 1772, de cuja residência foi dispensado); **Ouidor-**

-Geral de Moçambique (carta de 18 de Março de 1777); **Juiz das Alfândegas de Moçambique** (provisão de 15 de Maio de 1777); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Maio de 1794). Recebeu carta de tença de hábito de Cristo (5 de Maio de 1777), e carta de padrão de tença de 18\$000 réis em um dos Almojarifados (20 de Junho de 1777).

Observações: Em 1777 era morador em Lisboa no Bairro da Ribeira. O seu pai foi capitão-mor e governador da vila de Mértola. O habilitante tinha um irmão chamado João Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, que era Juiz de Fora de Goa à data da sua habilitação. Os seus avós e pai eram fidalgos (LB).

Diogo Inácio de Pina Manique (formado em direito civil), nascido em 1731, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai, filho de Pedro Damião de Pina Manique e de Helena Inácia de Andrade (naturais de Lisboa), neto paterno de Joaquim de Pina Manique (natural de Coima) e Josefa Maria Joaquina, e neto materno de José Soares de Andrade (natural da Charneca) e Catarina Josefa de Almeida (natural do Rio de Janeiro). Foi **Juiz do crime do Bairro do Castelo** (depois de 1752); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de 11 de Janeiro de 1765), carta de reconduzido no lugar de Corregedor (22 de Outubro de 1768); **Desembargador da Relação do Porto** (antes de 1771); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Junho de 1771); **Superintendente-Geral dos Contrabandos** (carta de 4 de Janeiro de 1772); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Junho de 1774); **Provedor Fiscal da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba** (carta de 23 de Outubro de 1778); **Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino** (carta de Intendente-Geral com o título de Conselho de 24 de Abril de 1780), alvará de Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino (22 de Outubro de 1781); **Deputado** (carta de 20 de Setembro de 1786), carta do lugar honorário de Deputado (30 de Agosto de 1781); **Administrador-Geral da alfândega do Açúcar** (alvará de 1 de Junho de 1781), alvará de dispensa da administração da alfândega do açúcar (30 de Abril de 1803); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 20 de Setembro de 1786); **Aicaide-mor de Portalegre** (alvará de 10 de Setembro de 1798); **Administrador-Geral das Alfândegas** (3 de Abril de 1803); **Chanceler-mor do Reino** (carta do cargo de 14 de Maio de 1803). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (28 de Junho de 1756), carta de padrão de tença (7 de Outubro de 1756), alvará de

mercê de propriedade de ofício (20 de Fevereiro de 1758), alvará de foro de cavaleiro fidalgo (20 de Setembro de 1759), alvará para nomear serventuário ao seu filho (27 de Setembro de 1770), provisão para nomear serventuário do ofício a seu filho Diogo de Pina Manique (16 de Novembro de 1774), alvará de ordenado de Escrivão das arrematações das comendas (16 de Novembro de 1774), legitimação para sua mulher herdar bens do pai (3 de Abril de 1775), carta de propriedade de ofício (9 de Maio de 1775), privilégio de Desembargador (18 de Abril de 1777), alvará de autorização para que a povoação de Alcoentrinho se passe a chamar Manique do Intendente (11 de Julho de 1791), carta da povoação de Alcoentrinho no termo de Santarém (13 de Agosto de 1791), carta da comenda de Santa Maria da Ourada da Ordem de Cristo (3 de Setembro de 1791), e apostila concedendo-lhe a nomeação dos ofícios da vila de Manique do Intendente (6 de Junho de 1795). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1758. O habilitante era cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e o irmão mais velho de António Joaquim de Pina Manique. O seu avô paterno foi cavaleiro da Ordem de Cristo, e escrivão proprietário do mestrado da mesma Ordem. O materno foi coronel-de-mar-e-guerra. Foi casado com Inácia Margarida de Brito, e foi pai de Diogo de Pina Manique. Morreu em 1805. O seu pai foi escrivão proprietário do mestrado da Ordem de Cristo (LB). Esteve presente no levantamento e juramento de D. Maria I (13 de Maio de 1777).

Diogo José de Oliveira Ferreira e Cunha (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Domingos de Oliveira Braga e de Margarida Teresa Soares. Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega** (carta de 10 de Novembro de 1759; reconduzido no lugar por carta de 29 de Abril de 1761); **Auditor do Regimento de Artilharia da Torre de São Julião da Barra** (carta de 11 de Abril de 1766); **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 1 de Abril de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Dezembro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Março de 1784); **Ouvidor do crime na Casa da Suplicação** (carta de 12 de Janeiro de 1791).

Diogo Leitão da Fonseca (colegial do colégio de S. Paulo da Universidade de Coimbra), natural da Guarda, filho de Jorge Leitão Carvalho (natural da Sertã) e de Beatriz de Aguiar (natural da Guarda), neto paterno de Miguel Leitão (natural da Sertã) e Leonor Carvalho (natural de Sarzedas), e neto materno de Diogo da Fonseca e Graça Tavares (naturais da Guarda). Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de Setembro de 1640); **Desembarga-**

dor Agravista da Relação do Porto (carta de 14 de Março de 1641); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Fevereiro de 1643); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Novembro de 1647). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1640. «[...] que Vossa Magestade lhe fez mercê de hum lugar de desembargador da Relação de Porto [...] tendo sempre vivido seus pais e avos a lei da nobresa e mais que abastadamente sendo seu bisavo Domingos Leitão cavaleiro do habito de S. Tiago e juiz dos órfãos naquela villa em decurso do tempo que o dito Diogo Leitão assistio nella [...]» Os avós maternos «são pessoas nobres e dos principaes desta cidade [...] e seu pai Jorge Leitão de Carvalho por ser desta qualidade servio nesta cidade os officios honrosos della» (LB).

* **Diogo Marchão Temudo** (Bacharel), também *Diogo Marchão Themudo*, natural de Torres Novas, filho de Diogo Marchão Temudo e de Maria Gamita. Foi **Juiz de Fora de Tomar** (carta de 23 de Janeiro de 1621); **Ouvidor do Crato** (antes de 1634); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta de 16 de Março de 1634); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 de Junho de 1635); **Chanceler das Três Ordens Militares** (alvará de 24 de Fevereiro de 1642), carta do mesmo lugar (4 de Fevereiro de 1652); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Março de 1642), carta de Desembargador (17 de Novembro de 1642); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (depois de 1642); **Juiz das causas da Misericórdia e Hospital de Todos os Santos** em Lisboa (carta de 18 de Novembro de 1645); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda da Casa da Suplicação** (alvará de quatro moios de trigo e 44\$000 réis em dinheiro de 18 de Fevereiro de 1648); **Deputado** (carta de 7 de Dezembro de 1655), **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 8 de Dezembro de 1655); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 17 de Dezembro de 1655). Recebeu alvará para poder renunciar o ofício de executor do Almoarifado da vila de Abrantes (9 de Setembro de 1643), alvará de promessa de 20\$000 réis em comenda da Ordem de Cristo com hábito (10 de Fevereiro de 1646), alvará de promessa da comenda do lote de 80\$000 réis (4 de Abril de 1655), pensão de 80\$000 réis (25 de Setembro de 1666), pensão de 20\$000 réis com o hábito de Cristo (4 de Novembro de 1666), e carta de padrão de pensão de 200\$000 réis efectivos enquanto não entra na comenda da Ordem de Cristo (6 de Dezembro de 1675).

Diogo Marchão Temudo (Bacharel), filho de Diogo Marchão Temudo (o anterior) e de Luísa de Tolosa, neto paterno de Diogo Marchão

Temudo e Maria Gamita, e neto materno de Melchior Tolosa e Violante Rolão. Foi **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 7 de Outubro de 1645); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Dezembro de 1655); **Corregedor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Maio de 1669); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 8 de Dezembro de 1683); **Deputado ordinário** (carta de 16 de Dezembro de 1683); **Conselheiro** (carta de 11 de Dezembro de 1683); **Observações:** Casou com Joana Ravasco dos Ravascos de Moura (MM). Esteve presente no levantamento e juramento de D. Afonso VI (15 de Novembro de 1656).

Diogo Marchão Temudo (Bacharel), natural de Torres Novas, filho de Diogo Marchão Temudo e de Luísa de Tolosa, neto paterno de Diogo Marchão Temudo e Maria Gamita, e neto materno de Melchior Tolosa e Violante Roloa. Foi **Juiz de Fora de Tomar** (carta de 23 de Janeiro de 1621); **Ouvidor do Crato; Corregedor de Ilhas dos Açores** (carta de 16 de Março de 1634); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 de Junho de 1635); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1642); **Juiz das Causas da Misericórdia de Lisboa** (1649); **Juiz dos Feitos da Coroa da Casa da Suplicação** (1653); **Chanceler de Três Ordens Militares; Fiscal da Inconfidência; Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 8 de Dezembro de 1655); **Conselheiro** (carta de 17 de Dezembro de 1655). Recebeu alvará de renúncia de ofício, alvará de ordinárias, alvará de ordenado, e alvará de fidalgo cavaleiro com 2\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (5 de Agosto de 1651). **Observações:** Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Afonso VI a 15 de Novembro de 1656 (MM).

Diogo Mendes Duro Esmeraldo (Doutor), natural de Ilha da Madeira, filho de Manuel Mendes Duro e de Catarina Neto (naturais do Funchal). Foi **Juiz de Fora de Marvão** (depois de 1666); **Ouvidor de Barcelos** (1676); **Corregedor de Torre de Moncorvo** (depois de 1676); **Auditor da gente de guerra da Província do Alentejo** (alvará de beca de Desembargador de 14 de Junho de 1684); **Juiz Conservador da Nação Inglesa no Porto** (alvará); **Desembargador da Relação da Baía; Ouvidor-Geral do cível da Baía; Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 27 de Fevereiro de 1690); **Desembargador da Relação do Porto** (11 de Março de 1690); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (26 de Junho de 1694); **Desembargador**

Extravagante da Casa da Suplicação. Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos com o hábito de Cristo (19 de Janeiro de 1691), e padrão de 28\$000 réis de tença.

Observações: Morreu a 14 de Maio de 1723, enquanto desempenhava as funções de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação. Foi pai de um Desembargador com o mesmo nome que o seu. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo (MM).

Diogo Mendes Duro Esmeraldo (Bacharel), nascido em 1675, natural do Porto, filho de Diogo Mendes Duro Esmeraldo (natural da Ilha da Madeira) e de Madalena dos Santos (natural do Porto), neto paterno de Manuel Mendes Duro e Catarina Neto (natural do Funchal), e neto materno de Bernardo Carvalho dos Santos e Maria dos Santos (natural do Porto).

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (1699); **Juiz de Fora de Miranda** (1708); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador de tenças e resíduos** da Comarca de Elvas por três anos (alvará de 27 de Fevereiro de 1712); **Desembargador suplente da Relação da Baía** (carta de 15 de Maio de 1719), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação da Baía na do Porto (31 de Maio de 1719); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Março de 1732).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1699. O seu pai foi Desembargador. O avô materno foi capitão de navio que se tratou sempre à lei da nobreza. A avó paterna tinha um irmão chamado Manuel Silveira Neto que era cônego. Todos eram «*peçoas abastadas*» e os avós paternos, bem como o seu pai, eram «*aparentados com alguns fidalgos*» da cidade do Funchal (LB). A seguir ao lugar de Miranda tinha sido nomeado Corregedor de Lagos, mas trocou com João Lopes Medina e obteve o de Provedor de Elvas. Faleceu no Porto sendo sepultado na Igreja do convento das religiosas de S. Domingos (MM).

* **Diogo Mendes Godinho** (Doutor em cânones), natural de Portel, filho de Baltazar Godinho de Vasconcelos (natural de Portel) e de Filipa Lobo (natural do Alvito).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Outubro de 1634); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Fevereiro de 1641). Recebeu alvará de dois moios de trigo de tença, provisão para que continue na cadeira prima de cânones na Universidade de Coimbra (29 de Janeiro de 1641), alvará de lente de prima em Coimbra, e provisão para que continue na cadeira prima de cânones da Universidade de Coimbra (6 de Março de 1644).

Observações: Catedrático de cânones, lente jubilado da cadeira de prima de cânones (MM).

Diogo de Mendonça Côrte Real (bacharel em cânones), nascido a 17 de Junho de 1658, natural de Tavira, filho de Diogo de Mendonça Côrte-Real e Jerónima de Lacerda (naturais de Tavira), e neto materno de Jerónimo Pereira de Barreto e Jerónima Moniz.

Foi **Corregedor e Provedor com beca na Comarca do Porto** (1691); **Secretário das Mercês** (carta de 4 de Março de 1705); **Secretário de Estado** (carta de 27 de Abril de 1707); **Conselheiro da Fazenda** com o ordenado de 300\$000 réis e quatro moios de trigo e quatro de cevada (carta de 19 de Dezembro de 1720). Recebeu padrão de tença de 20\$000 réis de tença, alvará de foro de fidalgo cavaleiro (6 de Dezembro de 1704), alvará para que os 60\$000 réis que tem dos dois escravos sejam pagos na Casa da Índia (20 de Março de 1708), carta da comenda de Nossa Senhora das Vidigueiras da Ordem de Cristo (28 de Novembro de 1710), carta de dízima do pescado de S. João da Foz Matosinhos e Leça (26 de Janeiro de 1719), alvará da Quinta da Palma sita no termo da vila de Monforte (7 de Maio de 1723), e carta da comenda de Santa Luzia de Formoso (31 de Agosto de 1723).

Observações: No índice das Leituras de Bacharéis existe um Diogo de Mendonça Côrte-Real para o ano de 1638, filho dos mesmos acima indicados, contudo neto materno de Lopo de Sequeira e Mariana de Lacerda, neto paterno de Bernardo de Mendonça Côrte-Real e de Branca de Brito. «*nobre por todos os seus avós, e das principais famílias que houve nesta cidade [Tavira], sem nelas haver descendência de mecanica*». Os seus avós maternos foram moradores numa quinta sua no termo de Faro (LB). Aquele que foi encontrado no Memorial de Ministros nasceu em 1658 em Tavira e morreu em 9 de Maio de 1736 em Lisboa. Casou-se em 19 de Setembro de 1718 com Teresa de Bourbom, filha dos condes de Avintes D. António de Almeida e Antónia de Noronha, sendo esta última viúva de Álvaro da Silveira (comendador de Santa Maria da Sortelha na Ordem de Cristo e governador do Rio de Janeiro). Do consórcio nasceram João Pedro de Mendonça e uma filha que foi do Paço da Rainha Mariana da Austria. O habilitante, no Reinado de D. Pedro II, foi enviado extraordinário à embaixada da Holanda e depois à corte de Madrid onde viveu alguns anos. Aquando da sua estada nesta cidade espanhola teve um filho ilegítimo ao qual foi posto o mesmo nome que o seu, este seu filho, que nasceu na dita cidade, foi também enviado extraordinário à Holanda, tesoureiro-mor da colegiada de Barcelos, Conselheiro da Fazenda real, Provedor da casa da Índia, Deputado da Casa de Bragança e académico da Real Academia de História Portuguesa, «*Por morte do nosso Fidelissimo Monarcha D. João V foi elleito secretario de Estado da Repartição dos Negócios Ultramarinos em 3 de Agosto de 1750, logo que entrou a reinar o nosso Fidelissimo Soberano que o ellegeo para este elevado ministério com que por espaço*

de sete annos mereceo do mesmo senhor [...] repentinamente soou por toda a parte a sua precipitada queda em hum moderado exterminio para a freguesia de S. Martinho de Salreo do Bispado de Coimbra, que se alongou mais para a freguesia de Balthar no Bispado do Porto. Nestas duas partes passou tempos bastantes para admirações de todos que admiravão a decadência de hum Ministro tão raro nas suas perfeitadas operações. Porem como são impenetraveis os segredos dos Reys que se occultão à percepção dos homens [...] ficou a todos para presumirem [...] tanto castigo, principalmente quando no anno de 1758 foi com mais rigoroso exterminio expulso do Reyno para a Praça de Mazagam, donde existe vivendo em huma regular observancia [...] e na qual Praça he reconhecido Pay de toda a pobreza que sempre favoreceu no estado de sacerdocio que professou.» Não chegando a ser este filho ilegítimo do habilitante Desembargador, o habilitante foi ainda comendador de Santa Luzia de Trancoso e de Santa Maria de Monsaráz, ambas da Ordem de Cristo, bem como senhor da Torre de Palma e do morgado dos Mendonças e do de Côrte Real. (MM)

Diogo Mexia Galvão (Bacharel), natural de Campo Maior, filho de Manuel Mexia Galvão e de Isabel Mexia, neto paterno de Pedro Afonso Galvão e Luisa Gonçalves, e neto materno de Domingos Fernandes e Brites Mexia (todos de Campo Maior).

Foi **Juiz de Fora de Monforte** da Casa de Bragança (16 de Agosto de 1653); **Ouvidor de Barcelos**, reconduzido por mais um triênio no mesmo lugar de Barcelos; **Superintendente da décima de Barcelos e de Viana do Minho**; **Corregedor de Évora** (6 de Junho de 1670); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Junho de 1672); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (20 de Junho de 1692). Recebeu alvará de um lugar de letras dos da Corte do primeiro Banco (11 de Maio de 1661).

Observações: Morreu na cidade do Porto. Casou-se com Joana de Mesquita, filha de António de Campos e de Isabel de Carvalho, sendo ambos de Barcelos, de quem teve António Valério de Mendonça Galvão. (MM)

* **Diogo Monteiro Noronha** (Doutor em leis), natural de Lisboa, filho de André Monteiro de Carvalho e de Helena Noronha.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1639); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Março de 1642); **Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares** (alvará de 20 de Junho de 1648). **Observações:** Foi colegial do Colégio de São Paulo em 1633 (MM).

Diogo de Moraes Botelho (Licenciado), natural de Baleizão, filho de João Gonçalves Pais e de Catarina Jorge.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (depois de 1650); **Provedor de Campo de Ourique** (1654); **Corregedor de Évora** (carta de 16 de Agosto de 1662); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Dezembro de 1671); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Novembro de 1675). Recebeu alvará de aposentado.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 9 de Julho de 1665 (HOC).

Diogo Pacheco de Carvalho (Bacharel), nascido em 1649, natural de Trancoso, filho de Diogo Rodrigues de Galha e de Catarina Pacheco da Costa.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (1677); **Juiz de Fora de Pinhel** (1680); **Superintendente dos Tabacos de Algarve** (1683); **Ouvidor de Sergipe de El-Rei**, lugar que criou (1696); **Desembargador da Relação da Baía**; **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Brasil**. Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença, e alvará para jurar na Chancelaria por procurador.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 20 de Março de 1697 (HOC).

Diogo Rangel Almeida de Castelo Branco (Bacharel; formado em direito civil), nascido em 1718, natural de Lisboa, filho de Manuel Coutinho de Castelo Branco e de Mariana Teresa de Almeida (naturais de Lisboa), neto paterno de Diogo Rangel de Castelo Branco (natural da freguesia de Santa Ana em Lisboa) e Ana Freire (natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa), e neto materno de António de Almeida e Carvalho (natural da freguesia do Castelo Viegas junto da cidade de Coimbra) e Maria de Nazaré (natural de Coimbra).

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de 28 de Novembro de 1740), carta de recondução no lugar de Corregedor do crime podendo usar beca (3 de Dezembro de 1743); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Dezembro de 1743), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (28 de Maio de 1748); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 26 de Novembro de 1749), alvará de mercê de 300\$000 réis de ordenado como Conselheiro (29 de Novembro de 1749). Recebeu alvará de foro de fidalgo escudeiro (27 de Julho de 1745), e carta de comenda (13 de Novembro de 1749).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1737. O seu pai foi coronel de campo, fidalgo da Casa Real e familiar do Santo Ofício. Morador junto à Igreja de Santo Estevão de Alfama de Lisboa Oriental, na qual o habilitante foi bapti-

zado. A mãe do suplicante era irmã do Doutor Manuel de Almeida e Carvalho, Desembargador Agravista da Casa da Suplicação. O seu avô paterno foi Doutor fidalgo da Casa Real, e Desembargador da Relação da Baía. O seu avô materno estava habilitado para servir os lugares de letras. Todos foram moradores em Lisboa (LB).

Diogo Rangel de Castelo Branco (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Manuel Rangel de Castelo Branco.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Cerveira** (posse em 19 de Dezembro de 1670); **Juiz dos órfãos em Lisboa**; **Ouvidor da Paraíba** por três anos (alvará de 3 de Julho de 1687), Ouvidor da Província da Paraíba no Brasil (1696); **Desembargador da Relação da Baía tomando posse na Relação do Porto** por seu procurador o Desembargador João de Sousa (10 de Outubro de 1699); **Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689).

Diogo Salter de Macedo (Bacharel em leis), nascido em 1659, natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa, filho de Duarte Salter (natural de Exeter na Inglaterra) e de Mariana Salter (natural de Lisboa), neto paterno de João Salter e Alis Salter (naturais de Exeter), e neto materno de Paulo Pinheiro de Mavris e Maria Monteiro de Macedo (naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega e Alcochete** (carta); **Provedor dos defuntos e ausentes do Maranhão** (c. 1694); **Ouvidor-Geral do Maranhão** (c. 1694); **Juiz de Fora de Coimbra** (até 1698); **Provedor de Coimbra** (até 1703); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Fevereiro de 1707); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 19 de Fevereiro de 1709); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Novembro de 1712), carta de **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (17 de Julho de 1713); **Conselheiro** (carta de Conselho de 2 de Setembro de 1726). Recebeu carta de renúncia do ofício de Meposteiro-mor dos cativos desta cidade em sua sobrinha (24 de Junho de 1676), alvará de administração de capelas que instituiu Margarida Afonso (24 de Fevereiro de 1693), carta de quitação, carta de administração de capelas, alvará de renúncia de ofício, carta para vestir beca, alvará para nomear serventuário de ofício, carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito para sua filha Mariana Salter de Faro (7 de Fevereiro de 1737), carta de padrão de tença de 56\$000 réis para sua irmã Clara Salter de Faro Dias Macedo (28 de Maio de 1746), carta de padrão de tença de 34\$000 réis para sua

filha Francisca Felícia Salter de Faro (28 de Maio de 1746), e carta de padrão de tença de 16\$000 réis para sua filha Inácia Maria Tomásia de Faro (28 de Maio de 1746).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1689. É casado com Leonor Josefa de Faro, natural de Lisboa, filha de Nicolau de Carvalho e de Mariana de Faro, moradores que foram na freguesia de Nossa Senhora do Socorro. Leonor é irmã do bacharel João de Carvalho e Sousa Juiz de Fora de Avis. A mãe do habilitante fora moradora na Rua dos Canos, na freguesia de Nossa Senhora do Socorro. Os avós maternos foram moradores na freguesia de S. Paulo e viviam de suas fazendas. O seu pai foi contratador inglês (LB).

Diogo da Silva de Gouveia (Bacharel), nascido em 1676, natural de Estremoz, filho de Francisco de Gouveia de Abreu e de Inês Gomes das Neves.

Foi **Juiz de Fora de Torrão** (depois de 1703); **Juiz de Fora de Aveiro** (carta de 29 de Agosto de 1708); **Juiz de Fora de Coimbra** (carta de 5 de Março de 1714); **Ouvidor de Setúbal** (carta de 20 de Fevereiro de 1720); **Juiz Conservador da Nação Holandesa de Setúbal** (carta de 10 de Agosto de 1720); **Provedor de Algarve** (carta de 5 de Outubro de 1728); **Corregedor de Santarém** (carta de 12 de Julho de 1734); **Desembargador da Relação do Porto** aposentado (carta de 12 de Janeiro de 1741). Recebeu provisão para que o dito e os seus oficiais possam levar as espórtulas de que fazem menção (16 de Dezembro de 1723), provisão para que possa renunciar a propriedade de Escrivão da Câmara de Torrão (12 de Setembro de 1731), provisão de comissão (12 de Julho de 1734), provisão de aposentadoria (3 de Fevereiro de 1735), alvará de 260\$000 réis como Desembargador aposentado da Relação do Porto (12 de Julho de 1741), e alvará de 60\$000 réis de acrescentamento de ordenado com o lugar de Desembargador aposentado da Relação do Porto (23 de Janeiro de 1753).

Diogo de Sousa Mexia (Doutor em leis), natural da freguesia de Santa Justa em Lisboa, filho de Bartolomeu Sousa Mexia (natural de Olivença) e de Mariana da Silva (natural da Patameira), neto paterno de Diogo Rodrigues de Sousa e Catarina Mexia (naturais de Setúbal), e neto materno de Domingos João e Isabel Antunes (naturais de Torres Vedras).

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 14 de Agosto de 1719); **Juiz Privativo das Causas dos Consulados das Alfândegas do Porto, Viana e Aveiro** (alvará de 4 de Maio de 1720); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 9 de Novembro

de 1725), carta de mercê do título de Conselheiro (2 de Setembro de 1726). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis com o hábito de Cristo e 30\$000 réis de pensão efectivas cada ano (4 de Maio de 1713), carta de administrador da capela instituída por Diogo Folgado no distrito de Almada (16 de Janeiro de 1721), carta de administração da capela instituída por Isabel Correia em São João da Talha (16 de Janeiro de 1721), apostila de 48\$000 réis de juro (24 de Maio de 1721), carta de administração dos bens que haviam vagado no Almoarifado de Estremoz (7 de Julho de 1721), verba de 300\$000 réis de juro (25 de Novembro de 1721), verba de 60\$000 réis de juro (25 de Novembro de 1721), apostila de 30\$000 réis de juro no Almoarifado do Porto (3 de Dezembro de 1721), apostila de 60\$000 réis de juro na tesouraria dos rendimentos dos direitos do sal de Setúbal (4 de Dezembro de 1721), carta de administração da capela que no mosteiro de Santa Clara de Santarém instituiu Lourenço Martins de Avelar (20 de Outubro de 1724), verba de 94\$661 réis de juro por cabeça de sua mulher (4 de Maio de 1725), provisão para que o dito possa aforar os baldios de que faz menção (9 de Fevereiro de 1726), provisão de licença para que possa trocar a herdade da Figueira de que trata (29 de Abril de 1727), padrão de 10\$000 réis de juro nos efeitos da tesouraria do centro do ouro e produtos do pau-brasil (15 de Novembro de 1727), verba de 362\$017 réis de juro nos efeitos de tesouraria do centro do ouro e produtos do pau-brasil (23 de Fevereiro de 1729), apostila de 362\$017 réis de juro na tesouraria do centro do ouro e produtos do pau-brasil (7 de Março de 1729), carta de confirmação da doação do Prazo de São Bartolomeu da Charneca que o dito fez a sua mulher (8 de Outubro de 1732), provisão para que possa aforar as casas de que trata (15 de Novembro de 1734), provisão para na Torre do Tombo se lhe pagar carta instituída (7 de Fevereiro de 1740), verba de 78\$750 réis de juro (24 de Outubro de 1741), verba de 12\$000 réis de juro (13 de Maio de 1743), provisão para poder fazer execução e arrendamento do ofício de escrivão do cível da Corte de que era proprietário a Manuel António de Sema por dívida ao vínculo instituído por Bartolomeu de Sousa Mexia (15 de Janeiro de 1744), e provisão a António José de Castro para sub-rogar com o habilitante e o seu filho umas terras no Campo do distrito de Azambuja pertencentes à capela instituída por Guiomar Figueira e Joana de Castro por um juro Real de 150\$000 réis pertencentes ao morgado instituído por João de Sousa Mexia (12 de Novembro de 1744). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1718. É fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. É casado com Feliciano Maria Reixa da Costa, o seu pai era Desembargador e secretário das Mercês, fidalgo da Casa Real e Conselheiro da Fazenda, bem como cavaleiro

professo da Ordem de Cristo. O avô paterno foi capitão da infantaria da Praça de Olivença «*E que nesta mesma villa [Setúbal] servio a Vossa Magestade no exercicio militar desde seos proprios annos; donde passando no Terço velho desta Praça, para as contreyras do Alentejo na guerra, que se seguio á palica aclamação do Rey D. Joam o 4º; foi sobindo aos postos da sua gradaçam athe ser capitam da Infantaria na Praça de Olivença, em que acabou com o bom nome dos sãos, e louvaveis costumes, e honrado procedimento, que conservou sempre na opiniam dos homens: fazendo p'lo seo lado ao Pretendente seo testemunho [...]*». Os seus avós foram moradores no lugar da Patameira, na freguesia de S. Pedro de Dois Portos, Torres Vedras. No processo de habilitação para a Ordem de Cristo de Bartolomeu de Sousa Mexia (1754) é-nos dito que é filho de Diogo de Sousa Mexia e de Luísa Helena Teresa Brigier ou (Bergier), natural da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação em Lisboa, filha de Carlos Izaar Brigier e de Teresa Maria da Silva. A respeito do avô materno de Bartolomeu de Sousa Mexia diz-se que foi enviado da Prússia, era natural da cidade de Arrochela no Reino da França, e a sua mulher natural de Alverca e filha de Sebastião Godinho e de Domingas da Silva. O habilitante é filho ilegítimo de Bartolomeu de Sousa Mexia, que se casou com Luísa Helena Teresa de Santa Cruz Bergier, filha de Carlos Izaar Bergier, enviado da Prússia neste Reino de Portugal (LB). Diogo de Sousa Mexia «*Foi Juiz das justificações do Reino e Conselheiro da Fazenda lugares que ocupou muitos annos no Reynado do Fedelissimo Rey nosso Senhor D. João V que [...] lhe deo o exterminio da villa de Abrantes e restituído à corte e aos mesmos lugares preseguia na sua antiga fortuna e na boa aceitação [...]. O Nosso fidelissimo Monarcha Senhor D. José I o mandou degredado para a villa de Trancozo [...] mudou o exterminio para a villa de Thomar donde Diogo de Sousa tinha a prezença de huma irmã sua religiosa no convento de Santa Eiria da mesma villa [...] athe que em 29 de Dezembro de 1761 o aliviou o dito Senhor [...]. Por justificadas razões foi no anno de 1762 transportado para o Reyno do Algarve por ocazião do guerreiro bullicio das nossas armas com as de Castella sendo a villa de Thomar o teatro bellico do continuo transito do nosso exercito; e como não era consentaneo à razão o Diogo de Sousa Mexia assistisse em ocazião tão grave [...] determinou a providencia de Sua Magestade o novo tranzito de outro exterminio.*» (MM).

Diogo de Toledo Lara e Ordonhes (Bacharel), natural de São Paulo, no Brasil, filho de Agostinho Delgado de Arouche e de Maria Teresa de Araújo.

Foi **Provedor de Cuiabá** (alvará de serventia do ofício de 28 de Julho de 1784); **Juiz de Fora de Cuiabá** (carta de 29 de Julho de 1784); **Intendente do Ouro no Rio de Janeiro** (carta de 28 de Julho de 1789), provisão para vencimento de ordenado (6 de Agosto de 1798), carta de recondução do lugar de Intendente do Ouro do Rio de Janeiro fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (3 de Dezembro de 1801). Recebeu carta de confirmação de sesmaria de uma légua de terra de testada com três de sertão na capitania de S. Paulo (7 de Fevereiro

de 1799), carta de profissão de hábito (30 de Abril de 1799), e carta de sesmaria de terras sitas na paragem do Rio Pardo caminho de Goiás (8 de Julho de 1802).

Diogo Vieira de Sousa (Doutor), nascido em 1714, natural de Aljustrel, filho de José Vieira Ourém e de Maria Dias.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 26 de Janeiro de 1752).

Observações: Faleceu enquanto ocupava o lugar de Desembargador na Baía (MM).

Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque (Doutor). Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 20 de Outubro de 1806), provisão para vencer o ordenado que lhe competia como Desembargador da Relação de Goa (15 de Abril de 1807); **Conse-lheiro** (carta de Conselho de 7 de Maio de 1818); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 31 de Outubro de 1823), carta de Conselheiro efectivo da Real Fazenda (31 de Outubro de 1823). Recebeu carta de profissão de hábito (25 de Setembro de 1823), carta de padrão do hábito de tença (11 de Junho de 1824), e carta de Provedor das capelas e mercearias instituídas pelo rei D. Afonso VI e pela rainha D. Beatriz (23 de Dezembro de 1829).

Dionísio de Ávila Vareiro (formado em direito pontifício), também *Dionísio de Ávila Vareiro e Vasconcellos*, nascido em 1648, natural de Leça de Matosinhos, filho de António Gonçalves Mealhada e de Ana Jorge de Ávila, neto paterno de Manuel Gonçalves Mealhada e Maria Gonçalves, e neto materno de Manuel Luís de Ávila e Maria Jorge de Vareiro (todos naturais de Leça de Matosinhos).

Foi **Juiz de Fora de Benavente e Salvaterra** (carta); **Juiz de Fora de Montemor-o-Novo** (depois de 1673); **Juiz do crime de Alfama** (carta); **Juiz do crime de Santa Marinha**, lugar que foi criar; **Ouvidor-Geral de Pernambuco** (até 1689); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 5 de Dezembro de 1689), alvará para jurar na chancelaria por procurador; **Ouvidor-Geral da Baía** (carta de 5 de Fevereiro de 1693); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Abril de 1698). Recebeu alvará de 50\$000 réis de ajuda de custo, e alvará para voltar para o Reino.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1673. Era casado. O seu pai foi capitão. O seu avô materno foi piloto-mor da armada. O avô paterno foi capitão de infantaria (LB).

Dionísio de Azevedo Alvelos (Doutor), nascido em 1667, natural de Odemira, filho de Diogo Rodrigues Mexilhão e de Mariana de Azevedo Alvelos (naturais de Odemira), neto paterno de Francisco Rodrigues Mixilhão, e neto materno de Dionísio de Azevedo Alvelos.

Foi **Juiz de Fora de Ourique** (depois de 1696); **Provedor dos defuntos e ausentes da Ilha de S. Tomé** (1703); **Ouvidor da Ilha de S. Tomé** (até 1712); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 6 de Fevereiro de 1713), alvará para prestar juramento nas mãos do governador da Baía (28 de Março de 1713). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1696. O seu avô paterno foi vereador em Odemira antes de vir morar para o termo desta mesma vila, e tinha um irmão que se chamava João Rodrigues Mixilhão que era almocreve (LB). Foi pai do Desembargador António Rodrigues Banha (MM).

Dionísio Esteves Negrão (Bacharel em cânones), nascido em 1689, natural de Montemor-o-Velho, filho de Pedro Fernandes Negrão e de Maria da Paixão, neto paterno de Diogo Fernandes Negrão e Maria Gonçalves, e neto materno de Manuel Simões e Maria Simões (todos naturais de Montemor-o-Velho).

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (carta de 29 de Maio de 1715); **Ouvidor da Praça de Mazagão** (carta de 26 de Junho de 1720), provisão para jurar por procurador na chancelaria como Ouvidor da Praça de Mazagão (13 de Julho de 1720); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 10 de Dezembro de 1726); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Setembro de 1734), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (1 de Outubro de 1734); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 30 de Maio de 1748). Recebeu alvará de escudeiro fidalgo com pensão em cevada e dinheiro (16 de Dezembro de 1720), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (8 de Fevereiro de 1722), provisão de licença até ao fim de Fevereiro (17 de Fevereiro de 1735), e carta de padrão salvaguarda por se ter perdido o outro (2 de Maio de 1760).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1714. «*O pai do dito Bacharel he capitão de huma das companhias do destrito desta villa e serve de escrívão da correição e chanceler e se viu muitos annos de escrívão do almoxarifado com muito boa satisfação e procedimento e o avô paterno Diogo Fernandes Negrão foy hum dos cavaleiros soldados que servirão a Sua Magestade nas guerras*» e depois serviu os cargos da república (LB). Casou-se com Ana de Margarida de Araújo, filha de Manuel Machado Francês (MM). Esteve presente

no auto de levantamento e juramento de D. José I (7 de Setembro de 1750).

Dionísio Inácio de Mesquita e Castro Pereira (Doutor em leis), natural de Vilarinho da Castanheira em Moncorvo, filho de Manuel de Sousa Cardoso e de Maria Arcanja Pereira Pimentel de Meneses (naturais de Pinhel), neto paterno de Manuel Tavares de Mesquita (natural de Pinhel) e Maria de Sousa e Almeida (natural de Pesqueira em Pinhel), e neto materno de Francisco Pereira Pimentel e Mariana de Sousa e Almeida (naturais de Pesqueira em Pinhel).

Foi **Corregedor do Bairro do Rossio** (carta de 9 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Novembro de 1778), provisão para ser **Juiz executor e privativo das vendas dos Mosteiros dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho** (11 de Novembro de 1782); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Setembro de 1789).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1768. O avô paterno era capitão-mor de Vilarinho da Castanheira. O avô materno era capitão-mor de Freixo de Numão (LB).

Dionísio José Colaço (Bacharel em leis), nascido em 1705, natural da Praça de Mazagão e baptizado na freguesia da mesma Praça, filho de António Colaço (natural de Belém) e de Sebastiana Graça (natural da Praça de Mazagão), neto paterno de Mateus Colaço e Maria Antunes (naturais de Belém), e neto materno de Domingos Gonçalves Pinto e Francisca Valente (naturais da Praça de Mazagão).

Foi **Juiz de Fora do Torrão e Ferreira** (carta de 2 de Agosto de 1731); **Ouidor de Beja** (1738); **Corregedor de Torres Vedras** (carta de 12 de Maio de 1747); **Corregedor do crime do Bairro de Remolares** (carta de 17 de Fevereiro de 1750); **Ouidor da alfândega de Lisboa** com beca de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Abril de 1753), alvará de ordenado de 133\$333 réis (14 de Janeiro de 1753), carta (10 de Abril de 1753); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria em um lugar de 12 de Janeiro de 1779). Recebeu alvará de mercê da capela do padre Gaspar Francisco no lugar de Cachoeiras (17 de Agosto de 1751), carta de administração da dita capela (22 de Novembro de 1757), e padrão de 40\$000 réis de tença (17 de Junho de 1760).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1730. Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O seu pai foi baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. Foi médico assistente na corte, e também cavaleiro professo

na Ordem de Cristo. O avô materno foi igualmente professo na mesma Ordem e morreu enquanto era adail da Praça de Mazagão. «[...] para nesta corte se tirar a Inquirição pelo que toca a sua May e avós Maternos por serem naturaes da Praça de Mazagão e se perder o Navio em que hião as ordens, para o auditor da mesma Praça lhe tirar as Inquirições e não se esperar tão brevemente Navio para aquella Praça tendo nesta corte muitas pessoas della que podem ajudar na sua habilitação [...]» (LB). Pela habilitação de seu pai, António Colaço, à Ordem de Cristo em 1703, ficamos a saber que o avô paterno do habilitante, Mateus Colaço, fora carpinteiro e abegão dos frades de Belém, e que o seu pai fora pedreiro; Maria Antunes, avó paterna do habilitante, era filha de um almocreve e de uma tendeira cujos nomes não são referidos. António Colaço foi para Mazagão em Outubro de 1703 exercer o ofício de médico daquela praça (HOC).

Dionísio Rebelo Godinho (Bacharel), filho de Gonçalo Álvares Godinho.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (1650). **Observações:** Foi Cónego Doutoral de Viseu, Guarda e Braga. Foi Colegial de Colégio de São Pedro (12 de Julho de 1646), e lente de cânones da Universidade de Coimbra (MM).

Dionísio Soares de Albergaria (formado em direito canónico em 1631), natural da Vila da Feira, filho de Manuel Soares (natural da Vila da Feira) e de Jerónima Osório, e neto materno de Francisco Coelho e Isabel da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** (carta de 4 de Março de 1622); **Ouidor-Geral** (carta de 18 de Setembro de 1627), **Provedor da Fazenda** (carta de 22 de Dezembro de 1627) e **Provedor do Reino de Angola** (carta de 30 de Março de 1628); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Viseu** por tempo de três anos (alvará de 2 de Março de 1644); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Julho de 1653); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (c. 1662); **Desembargador da Casa da Suplicação** (c. 1667); **Chanceler da Relação do Porto**; **Deputado** (carta). Recebeu carta de quitação, e alvará de pensão de 20\$000 réis (2 de Março de 1658).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1621. «A provisão de Sua Magestade para me informar sobre Dionísio Soares de Albergaria me foi dada andando pela correição, e estando em S. João da Pesqueira que he longe da Villa de Almendra donde avião de vir as testemunhas para as informações não se pode fazer com maior brevidade, nem trazer testemunhas mais desenteressada porque achei que alguãs de qualidade que naquella villa há, são mancebos que não tem razão de saber das gerações tanto como os antigos e além disso parentes do mesmo Dionísio Soares perguntei pelos inimigos, e foi com cautela, mas os perguntados que não forão as testemunhas que vão na informação todos responderão que os não avia

[...]» (LB). Foi casado com Constança Cabral, natural de Fornos de Algodres, de quem não teve sucessão (MM).

Domingos António de Araújo (Bacharel em cânones), também *Domingos António de Araújo Ferraz*, natural de Lisboa, filho de Luís da Costa (natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Lisboa) e de Caetana Maria (natural de Rebordões), neto paterno de Matias da Costa e Marta da Silva (naturais de Lisboa), e neto materno de António Pita Serqueira (natural de Rebordões) e Francisca de Araújo (natural de Alvoredos no termo de Valadares).

Foi **Juiz de Fora de Santiago do Cacém** (1743); **Juiz do crime da Ribeira** (1754); **Corregedor do Bairro dos Remolares** (carta de 26 de Novembro de 1759); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Novembro de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Maio de 1779); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 29 de Agosto de 1782); **Conselheiro** (carta de Conselho de 14 de Maio de 1793). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (8 de Agosto de 1761), e carta de padrão de tença de 30\$000 réis (17 de Agosto de 1761).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1740. O seu pai era familiar do Santo Ofício. O habilitante casou com Bernarda Maria dos Mártires, filha de Manuel Ferreira da Fonseca e de Madalena do Sacramento, de cujo consórcio nasceu o Desembargador José Félix de Araújo, e também Joaquim Manuel Xavier de Araújo, cavaleiro professo na Ordem de Cristo tal como também o foi seu avô materno. A avó materna era filha do mestre de campo Dom Gonçalo, «[...] o Pay como o Avo do referido Bacharel forão ourives do ouro com logea na rua em que se exercita aquelle officio donde existirão mas com postura vendendo e contratando em peças diamantes e mais couzas de semelhante qualidade [...] o Pay do habillitando chamado Luis da Costa e seu avo Matias da Costa que ambos forão ourives do ouro com a diferença de que o avô [...] aprendeo e trabalhou pello mesmo officio e o dito Luis da Costa Pay do habillitando assistia na logea do dito seu Pay vendendo e pezando e tendo o mais tracto que havia na sobredita logea sem aprender o dito officio [...] e pelo que respeytava a seu Pay o julgou impedido, pela razão de que este era mecanico por ter sido ourives do ouro, e se persuade o supplicante que tal não poderá verificar, porque o Pay do supplicante supposto assistia na logea, com tudo não aprendeo o officio, nem o exercitou, e só por morte do Avo do supplicante ficou concervando a logea como qualquer homem de negocio para dar consumo as pessoas [...] o que foi por muito poucos annos [...] e porque seu Pay Mathias da Costa Avo do supplicante, sem embargo de que foi official de ourives, com tudo foi a Casa dos vinte e quatro, a onde se lhe tirou a mecanica não só para elle mas tambem para seus filhos, e neptos [...] o sogro do habilitante era boticário [...]

contudo nunca por si exercitou esta arte, mas sim por seus officiais, vivendo aliás nobremente com trato e opulancia [...]» (LB).

Domingos António Ribeiro (Bacharel), nascido em 1702, natural de Trancoso, filho de António Fernandes e de Ana de Abrunhosa.

Foi **Juiz de Fora de Golegã** (carta de 2 de Agosto de 1731); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 19 de Abril de 1736). Recebeu provisão de licença por dois meses (20 de Março de 1735).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 24 de Abril de 1739 (HOC).

Domingos Antunes Portugal (Licenciado; formado em leis na Universidade de Salamanca), nascido a 12 de Novembro de 1622, natural de Penamacor, filho de Marcos Mendes Portugal e de Violante Dias Barbarica, neto paterno de Inácio Martins e Catarina Antunes, e neto materno de João Antunes Portugal e Leonor Lourenço (todos naturais de Penamacor).

Foi **Juiz de Fora da Covilhã** (carta de 12 de Março de 1641); **Juiz de Fora de Caminha** (carta de 30 de Janeiro de 1646); **Juiz de Fora de Coimbra** (1648); **Conservador da Universidade de Coimbra** (1652); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 17 de Junho de 1660); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1661); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (24 de Maio de 1664), alvará de aposentado; **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará de 300\$000 réis de aposentado como Conselheiro de 20 de Maio de 1669). Recebeu alvará de promessa de pensão de 20\$000 réis em comenda (4 de Novembro de 1647), padrão de tença de 20\$000 réis (25 de Setembro de 1656), pensão de 40\$000 réis (18 de Fevereiro de 1669), e carta de padrão de 20\$000 réis para sua filha Margarida Portugal (27 de Junho de 1677).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1638. É casado com Isabel Taborda, «[...] achei ser o dito Antunes Portugal pessoa das principaes desta villa e dos mais ricos e abonados e que he de boa vida e costumes e que ha des ou onze annos que avoga neste auditório e de muita satisfação [...] e em todo este tempo sempre advogou no auditorio com a mesma satisfação procurando as mais das partes que elle fosse seu advogado pella muita experiencia que tem das couzas, e ser grande letrado; e de fora veio que tem grande concorrência de partes, pela fama que delle ha [...]», o seu pai e avós foram da «governança da ditta vila» (LB). Foi cavaleiro da Ordem de Cristo. Morreu a 1 de Fevereiro de 1677 e foi sepultado na Igreja do Convento de Santo António dos Capuchos em Lisboa. A sua mulher era filha de Salvador Taborda de Negreiros. Do consórcio nasceu Salvador Taborda Portugal, ministro letrado (MM).

Domingos Barreiros Leitão (formado em direito pontifício e lente de cânones), natural de Idanha-a-Nova, filho de Manuel Barreiros da Cruz (natural de Ladeiro) e de Constança Lucas (natural de Idanha-a-Nova), neto paterno de Pedro Dias Barreiros (natural de Ladeiro) e de Ana da Cruz, e neto materno de Domingos Fernandes da Cruz e de Catarina Lucas (naturais de Idanha-a-Nova).

Foi **Deputado do Santo Ofício; Cónego Doutral da Sé do Porto; Arcediago de Santa Cristina de Longos e de Barroso na Sé de Braga; Desembargador Extravagante da Relação do Porto** nas férias da Universidade de Coimbra (21 de Janeiro de 1679); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará de 18 de Março de 1680); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens**, alvará de aposentado.

Observações: Foi eleito enviado extraordinário à Curia Romana e colegial do Colégio de S. Pedro: «*La se revestia do habito Ecleziastico quando naquelle referido collegio tomou posse em 30 de Abril de 1668*» (MM).

Domingos Borges Pinto (Bacharel), natural de Amarante, filho de António Esteves e de Juliana Pereira Pinto, neto paterno de Francisco Gonçalves e Inês Gonçalves, e neto materno de Rui Borges Lousada e Catarina Teixeira (todos naturais de Amarante).

Foi **Juiz de Fora da vila de Fronteira** por tempo de três anos (carta de 21 de Outubro de 1647); **Juiz de Fora de Estremoz** (carta); **Corregedor da Comarca de Viana** (carta de 4 de Maio de 1660); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 29 de Maio de 1673); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Março de 1674); **Juiz da Coroa da Casa do Porto** (16 de Setembro de 1680).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1649. Os seus avós serviram os cargos nobres (LB). Casou-se duas vezes. Do primeiro casamento não teve filhos. A segunda vez casou com Maria da Costa, filha de António Correia e de sua mulher que era da família dos Soares de Gouveia, moradores na quinta da Castanheira na freguesia de Mansuelos. Foi tio de Francisco de Puga Pinto e Antas, Desembargador (MM).

Domingos Cerqueira Sarmento (Bacharel), nascido em 1669, natural de Mirandela, filho de Luís Cerqueira Sarmento (natural de Mirandela) e de Isabel Cerqueira, neto paterno de António da Veiga (natural de Mirandela) e Ana Sarmento, e neto materno de João Borges e Francisca de Sequeira.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (depois de 1694); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1700). Recebeu alvará de ajuda de custo (15 de Março de 1695).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1694. O avô materno foi provedor de Mirandela (LB).

Domingos Coelho Reidono (Bacharel), também **Domingos Correia e Coelho Reidosas**, também **Domingos Correia e Coelho Reinado**, natural de Viana do Alentejo.

Foi **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova, em Lisboa** (depois de 1665); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Junho de 1678); **Juiz da Mesa do Negócio dos Contos do Reino** (carta de 21 de Setembro de 1685); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1690); **Deputado da Junta do Comércio Geral**. Recebeu alvará de lembrança de cargo de Corregedor ou Provedor de primeiro Banco pelos serviços de seu tio quatro anos antes da sua leitura de bacharéis (alvará de 11 de Maio de 1661), carta de administração da capela denominada Martim Farto situada na Igreja de Nossa Senhora da vila de Portel (3 de Junho de 1656), carta de acrescentamento de 40\$000 réis de renda efectivos consignados na pensão dos rendimentos do arcebispado de Évora (20 de Novembro de 1656), carta de administração de duas capelas em Viana em troca de 40\$000 réis que tinha de tença (20 de Maio de 1658), carta de padrão de renda de 60\$000 réis (18 de Março de 1662), carta de faculdade de poder nomear em testamento as capelas em Viana do Alentejo (7 de Junho de 1708), e carta de 12\$000 réis de tença para André Vaz, sobrinho do dito (18 de Agosto de 1708).

Observações: Tio de André Vaz e sobrinho do padre André Fernandes, bispo eleito do Japão (MM).

Domingos Dias de Matos (Bacharel), nascido em 1658, natural da Baía, filho de Domingos Dias e de Filipa de Matos.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1690).

Domingos Dourado de Oliveira (Bacharel), nascido em 1662, natural de Elvas, filho de Manuel Fernandes e de Ana Rodrigues.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1690); **Chanceler da Relação de Goa** (carta de 24 de Março de 1708). Recebeu alvará de lembrança de lugar de freira.

Domingos Freire Gameiro (Bacharel em leis), natural da Chamusca, filho de João Freire Gameiro ou de Manuel Álvares Gameiro, e de Lu-

ísa Maria de Melo, neto paterno de Domingos Freire Gameiro (natural de Areia em Coimbra). Foi **Ouvidor de Moçambique** (carta de 23 de Abril de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Abril de 1766).

Observações: A informação obtida para este habilitante foi conseguida através da Leitura de Bacharel do seu avô paterno que tinha exactamente o mesmo nome, e que à data era homem casado com mulher nobre vivendo abastadamente (LB).

Domingos de Gamboa e Liz (Bacharel em leis), nascido em 1743, natural de Arruda dos Vinhos em Torres Vedras, filho de Bartolomeu de Gamboa e Liz e de Caetana Maria Inácia de Figueiredo (naturais de Lisboa), neto paterno de António de Gamboa e Liz (natural de Lisboa) e Maria Clara de Azevedo (natural de Arruda), e neto materno de Domingos Teixeira de Figueiredo (natural de Torres Vedras) e Maria do Espírito Santo (natural de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 25 de Janeiro de 1774); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Primeiro Deputado da Junta da Administração das Fábricas do Reino** (carta de 21 de Abril de 1781). Recebeu alvará de foro de escudeiro fidalgo (23 de Fevereiro de 1759), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título do hábito pela renúncia de Manuel António Dinis de Aiala (31 de Julho de 1773), carta de padrão de 28\$000 réis de tença em um dos Almoarifados do Reino renunciada por Dinis António de Carvalho (3 de Março de 1779), carta de padrão de tença de 38\$000 réis em um dos Almoarifados do Reino renunciada por Luís José de Aguir [sic] Frago (19 de Maio de 1779), provisão a Manuel Leme de Castro para sub-rogar com o dito umas casas de vínculo instituído por D. Josefa Pereira da Cunha (19 de Outubro de 1779), e provisão de confirmação de doação que lhe fez D. Ana Teresa de Gamboa e Liz (30 de Abril de 1789). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1768. Os seus pais eram moradores na quinta de Montegudal (LB).

Domingos Gonçalves Santiago (Bacharel em cânones), nascido em 1686, natural do Outeiro Seco em Chaves, filho de Gonçalo Gonçalves e de Isabel Gonçalves, neto paterno de Domingos Gonçalves (natural do Outeiro Seco em Chaves) e Comba Vás (natural do Lugar da Oura em Chaves), e neto materno de Pedro Gonçalves (natural de Vila Verde do Estremo em Chaves) e Maria Gonçalves (natural da freguesia de Vilarelho em Chaves).

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Espada à Cinta** por três anos (carta de 8 de Agosto de 1716); **Juiz de Fora de Seia** (carta de mercê de 23 de Janeiro de 1721); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 12 de Agosto de 1726); **Desembargador Agravista da Relação da Baía** (carta de 7 de Abril de 1727); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Novembro de 1737); **Superintendente do tabaco da Comarca do Porto** (alvará de 27 de Abril de 1747); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 9 de Agosto de 1748); **Cônsul-Geral da Nação Inglesa** (alvará de 3 de Outubro de 1748), alvará de Conservador da nação Britânica (14 de Outubro de 1751); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de 31 de Julho de 1758). Recebeu carta de padrão de 8\$000 réis de tença (11 de Maio de 1726).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1716. O processo deste bacharel encontra-se associado aos dos seus filhos Vicente José Santiago de Figueiredo e Joaquim José de Santiago de Figueiredo. O avô materno do habilitante era padre. A sua avó materna era solteira. Os seus pais eram moradores no Outeiro Seco, do termo de Chaves. Estes, bem como o avô paterno, foram lavradores honrados e dos principais da freguesia. Ele casou-se com Maria Teresa de Matas e juntos foram moradores na Quinta da Bica na vila de Seia (LB).

Domingos José Cardoso Soares e Mendonça (Bacharel), natural de Bragança, filho de José Luís Cardoso e de Maria Joaquina Soares de Mendonça.

Foi **Juiz de Fora de Mirandela** (carta de 12 de Julho de 1796); **Juiz de Fora do cível da cidade da Baía** (carta de 3 de Setembro de 1802); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da cidade da Baía** (alvará para servir de 24 de Setembro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Agosto de 1810); **Conselheiro honorário da Fazenda** (carta de 19 de Abril de 1825). Recebeu carta de legitimação a seu filho Manuel (20 de Fevereiro de 1806), provisão de dispensa (8 de Julho de 1813), alvará de mercê da barca da cacheira no termo e almoarifado de Montemor-o-Velho (10 de Novembro de 1818), e provisão para tomar posse da barca da cacheira do termo de Montemor-o-Velho (20 de Novembro de 1818).

Domingos Luís Ribeiro Vieira (formado em direito canónico; Doutor), natural de Santo Estevão de Cantelães em Vieira, filho de Domingos Ribeiro e de Catarina Luís Vieira, neto paterno de João Ribeiro e Catarina Maria, e neto materno de António Luís e Isabel Francisca (todos naturais de Cantelães).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com exercício nas férias (4 de Maio de 1754), provisão para por tempo de dois meses estar ausente (9 de Julho de 1761); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 29 de Abril de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Janeiro de 1765); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Abril de 1765). Recebeu provisão para ser Juiz Comissário da administração da casa de D. António de Meneses (4 de Fevereiro de 1767).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1753. «*Diz Domingos Luís Ribeiro Vieira que Vossa Magestade lhe fez mercê de hum lugar de Desembargador honorário da Relação do Porto, com a condição de fazer primeiro exame vago e porque para haver de o fazer necessita de se habilitar em cuja diligência se lhe segue grave prejuizo na demora, o que se pode obviar com as inquirições de seu irmão [...]» O habilitante é irmão do Desembargador da Relação do Rio de Janeiro, Agostinho Luís Ribeiro Vieira (LB). Domingos Luís Ribeiro Vieira vestiu beca no estado sacerdotal. Tinha outro irmão de nome João Ribeiro Vieira cavaleiro da Ordem de Cristo e sargento-mor do conselho de Vieira (MM).*

Domingos Manuel Marques Soares (Bacharel em cânones), nascido em 1744, natural de Arrifana de Santa Maria em Vila da Feira, filho de Domingos Marques Ferreira e de Maria Teresa Gomes Soares (naturais de Arrifana), neto paterno de Feleciano Marques e Catarina Ferreira, e neto materno de Domingos Gomes Rebelo e Joana Soares de Resende (naturais de Arrifana). Foi **Juiz de Fora da vila da Figueira** (carta de 20 de Fevereiro de 1778), provisão de 25\$000 réis de aposentadoria com o lugar de Juiz de Fora de vila da Figueira (13 de Agosto de 1781); **Ouidor do Serro Frio** (carta de 27 de Março de 1790); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Serro Frio** (alvará de 20 de Abril de 1790); **Intendente do Ouro do Serro Frio** (provisão para servir igualmente de 19 de Maio de 1790); **Provedor de Guimarães** (carta de 20 de Janeiro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Julho de 1806). Recebeu carta de confirmação de bens que lhe Manuel Braz Costa de Sá Mascarenhas de Figueiredo Borges e sua mulher (6 de Novembro de 1788), carta de profissão do hábito (27 de Outubro de 1803), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (14 de Fevereiro de 1804), e alvará a Domingos Marques Ferreira para renunciar em um dos ditos seus filhos o ofício de receber as sizas do conselho da Vila da Feira. **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1767. O seu pai foi sargento-mor de câmara. O avô materno foi capitão. Os seus avós paternos foram moradores na freguesia de Salvador dos Fornos no termo da freguesia de Arrifana de Santa Maria. Tem um irmão mais velho, chamado Fernando José

Marques Soares, cujo processo de habilitação foi realizado no ano de 1763. «*Tanto o pay do habilitando como seus avós nunca em tempo algum exercitarão officio mecanico antes sempre se tratarão com bestas na estrebaria e creados no seu serviço com bom aseyo e tratamento tendo na sua geração cavaleyros de habito com tres pessoas muito distintas thios do habilitando»* e irmãos da mãe deste dos quais dois eram religiosos de convento e outro era cavaleiro professo na Ordem de Cristo (LB).

Domingos Marques Cardoso (Doutor em leis), natural do lugar de Aldeia de Nogueira da freguesia de Cravo, filho de Domingos Marques Tavares (natural de Nogueira) e de Ana Cardoso (natural de Várzia), neto paterno de Agostinho Rodrigues e Margarida Marques (naturais de Tábua), e neto materno de António Fernandes Cardoso (natural de Várzia) e Maria Cardoso (natural de Côja).

Foi **Juiz de Fora do Porto** (depois de 1687); **Corregedor de Guimarães** (carta de 1 de Agosto de 1693); **Provedor de Viana** (carta de 29 de Outubro de 1699); **Corregedor de Coimbra** (depois de 1703); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Março de 1714); **Procurador da Coroa da Relação do Porto** (carta de 12 de Maio de 1715); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 3 de Novembro de 1718); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (carta de 21 de Dezembro de 1721).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1686. O seu pai foi capitão do concelho de vila de Nogueira, «*[...] na ocasião que queria ostentar, repentinamente foi para a Corte assistir a hum letigio que o Bispo de Lamego moveo a seu Tio Abade de Villa Nova de Foscoa [...]»* (LB). Casou com Luísa da Silva e Figueiredo, filha de Manuel Álvares Brandão e de Isabel Cardosos, naturais da vila de Côja. Faleceu no Porto a 27 de Julho de 1727, sendo sepultado na Igreja do Convento dos Padres Carmelitos Descalços, na sepultura junto da porta da sacristia (MM).

Domingos Marques Giraldes (Doutor), natural de Idanha-a-Nova, filho de Marçal Pires Leitão e de Constança Marques, neto paterno de Domingos Pires e Inês Fernandes, e neto materno de João Marques e Catarina Marques (todos naturais de Idanha-a-Nova).

Foi **Juiz de Fora de Portel** (1672); **Ouidor de Faro** (3 de Março de 1673); **Corregedor da Comarca de Tomar** (carta); **Juiz da Índia e Mina** (carta); **Juiz do Consulado de Lisboa** (alvará); **Juiz do tombo de Santarém** (carta de 24 de Janeiro de 1691), alvará para continuar o cargo de Juiz do tombo de Santarém com o ordenado de 200\$000 réis (20 de Agosto de 1695); **Desembargador da Relação do Porto**

(carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 13 de Agosto de 1710). Recebeu alvará de superintendente dos linhos e cânhamo de Santarém (23 de Janeiro de 1696), e alvará de suplemento de idade.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1669. Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo (MM).

Domingos de Matos Corveira (formado em direito civil), nascido a 16 de Novembro de 1631, natural de Coimbra, filho de Francisco de Matos Corveira e de Maria Corveira, neto paterno de Manuel de Matos de Corveira e Joana de Loureiro.

Foi **Juiz de Fora de Caminha** (posse em 9 de Junho de 1659); **Juiz de Fora de Leiria** (1664); **Corregedor de Pinhel** (carta); **Corregedor de Évora e Estremoz** (posse em 18 de Janeiro de 1677); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para jurar na chancelaria por procurador; **Juiz da Coroa na Relação do Porto** (23 de Janeiro de 1691). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis efectivos para seu filho Francisco de Matos Cerveira (18 de Janeiro de 1683), e carta de quitação.

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1659. «[...] *fidalgos descendentes dos Corveiras de Aragão com grande nobreza e fidalguia.*» Bisneto de Diogo de Corveira e de Francisca Xavier de Matos, terceiro neto de João Gonçalves de Corveira e de Catarina de Vilhages, quarto neto de Garcia Gonçalves e Corveira e de Sancha Gonçalves de Corveira. Casou primeira vez com Isabel de Almeida Alcoforado (filha de Manuel Homem Freire Meneses e de Isabel Almeida Bocarra), de cujo consórcio nasceu Francisco de Matos de Corveira, pai de Francisco Xavier de Matos de Corveira. O seu segundo casamento efectuou-se com Maria Luísa Soares de Madureira (filha de Manuel da Mota de Madureira, comendador da comenda de S. João de Arga, e de Isabel Soares de Cuneros) (LB).

Domingos Mendes (Doutor na Faculdade de direito cesareu e opositor na Universidade de Coimbra), natural de Tomar, filho de Amaro (ou Álvaro) Gonçalves (natural do Salgueiral na freguesia de Ferreira) e de Bernarda Mendes (natural do lugar dos Caçanheiros em Tomar), neto paterno de Miguel Pires (natural do Salgueiral) e Luísa Gonçalves (natural do lugar do Lavegado na freguesia de Ferreira), e neto materno de Domingos Mendes (natural de Aguda em Tomar) e Isabel Antunes (natural de Caçanheiras).

Foi **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 29 de Janeiro de 1705), carta de Desembargador (12 de Abril de 1715); **Desembargador da Relação da Baía** (1707); **Desembargador Extrava-**

gante da Casa da Suplicação (carta de 6 de Junho de 1709); **Desembargador suplente da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Julho de 1718).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1696. «[...] *e nunca servirão officio mecanico vivendo de sua fazenda e cargos [...]*» (LB).

Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral (Bacharel em leis), nascido em 1743, natural de Lisboa, filho de António Monteiro (natural de Mafra) e de Maria Ribeiro de Albuquerque e Amaral (natural de Casais de S. João de Frestão em Tavares), neto paterno de Clemente Monteiro (natural de Murça em Moncorvo) e Isabel Fernandes (natural de Murça), e neto materno de Pedro Rodrigues de Albuquerque e Lúzia Ribeiro do Amaral (natural de S. João de Frestão). Foi **Provedor dos resíduos e cativos** (carta de 25 de Outubro de 1786); **Juiz dos órfãos da repartição do meio** (alvará de predicamento de primeiro banco com o lugar de 11 de Maio de 1790); **Procurador fiscal da Superintendência dos foros e rendas das Terras de Nossa Senhora da Ajuda, Belém e seus anexos** (alvará de 17 de Agosto de 1803), alvará de Superintendente dos foros e rendas das terras de Nossa Senhora da Ajuda (23 de Agosto de 1816); **Provedor dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará de 17 de Agosto de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Setembro de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Maio de 1810); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria de 26 de Janeiro de 1824); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 23 de Março de 1825); **Deputado no Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de aposentadoria de 28 de Abril de 1825); **Delegado do Procurador Régio ao Juízo de Direito do Segundo distrito de Lisboa** (carta de 14 de Maio de 1835). Recebeu provisão para expulsar um rendeiro de certa herdade (2 de Abril de 1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1766, sobre o lado paterno «[...] *se prova que nunca exercitarão officio mecanico, antes ucuparão os cargos melhores do concelho como Juizes e Vereadores; fazendo delles boa estimação [...]* sabe pelo ver e ser constante que o dito Avô materno do habilitado foi lavrador farto cultivando as suas fazendas por criados ou cazeiros [...] os avós maternos viveram sempre em abastança de bens, fazendas cultivadas pelos seos creados e cazeiro de sorte que em nenhum tempo exercitaram officio algum macanico e a May Maria Ribeira do habilitado hera pessoa muito nobre e aparentada com a Caza de Mangualde. [...] *conheceu a sua visavo [materna] Maria Ribeira de Amaral e o visavó Joam de Frias [...]*» O Desembargador foi censor régio e morador na Boa Morte, número 16 (LB).

Domingos Nogueira Araújo (Bacharel), natural de Mafra, filho de António Nogueira de Araújo e de Brites Dias, neto paterno de António Lourenço Nogueira e Maria Fernandes (natural de Mafra), e neto materno de Álvaro Fernandes e Maria Dias (naturais de Melroeira em Turcifal). Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (posse em 7 de Maio de 1664); **Provedor de Leiria** (alvará); **Corregedor do Bairro do Rossio** (carta de 15 de Novembro de 1679); **Desembargador da Relação do Porto** (1683); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1684s). Recebeu carta de padrão de 38\$000 réis de tença (2 de Abril de 1689), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito para seu genro (20 de Junho de 1689), carta de padrão de tença de 28\$000 réis para seu genro licenciado Vicente Álvares da Silva (2 de Julho de 1689), e alvará de lembrança de correição ordinária. **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1663. «[...] e o pay do dito bacharel aver servido a Vossa Magestade de capitão nas partes da índia, e nas fronteiras do Alentejo; e asestir na tomada do Castelo da ilha Terceira, por varios serviços fes Vossa Magestade merce do hábito de Santiago para o ditto bacharel seu filho [...] dantes viveu sempre bem ate o presente com sua mulher, com quem esta casado no ditto lugar de Torcifal [...]» (LB). Tem um neto com igual nome que também foi Desembargador (MM).

Domingos Nogueira Araújo (Bacharel), nascido em 1685, natural de Lisboa, filho de Vicente Alves da Silva e de Mariana Leite de Araújo (naturais de Turcifal), neto paterno de João Alves da Silva e Maria Martins (naturais de Turcifal), e neto materno de Domingos Nogueira de Araújo (natural de Mafra) e Isabel Francisca da Cruz (natural de Turcifal). Foi **Corregedor da Comarca de Tomar** (1702); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 30 de Julho de 1712); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Janeiro de 1726), provisão de licença com vencimento por seis meses (26 de Novembro de 1727), provisão de prorrogação de licença com vencimento (28 de Maio de 1728), provisão de aposentado como Desembargador da Relação do Porto com vencimento (9 de Setembro de 1733), alvará declarando o ordenado da sua aposentadoria (3 de Novembro de 1733).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1701. Morador em Santa Justa, e todos «[...] serem naturaes do lugar do Torcifal, e só seu avô materno o Desembargador Domingos Nogueira de Araujo da villa de Mafra junto ao ditto lugar do Torcifal [...]». O seu pai foi familiar do Santo Officio e cavaleiro da Ordem de Cristo. Casou com Beatriz, irmã de Estevão Franco de Carvalho, filhos de João Franco de Carvalho, cavaleiro da Ordem de Cristo e guarda-roupa de

D. Pedro II (LB). Domingos Nogueira Araújo foi cavaleiro da Ordem de Cristo, e morreu no lugar do Turcifal enquanto desempenhava as suas funções de Desembargador da Relação do Porto (MM).

Domingos Nunes Vieira (Bacharel), nascido em 1709, natural de Faro, filho de António Nunes Vieira e de Maria Rodrigues, neto paterno de Nuno Gonçalves Vieira e Maria de Góis, e neto materno de António Pereira e Catarina Penalva. Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (depois de 1734); **Intendente de Sabará** (carta de 6 de Novembro de 1747), reconduzido no mesmo lugar (carta de 21 de Outubro de 1755); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (1759); **Procurador da Coroa da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 5 de Abril de 1759).

Observações: Foi habilitado pelo Santo Officio a 31 de Dezembro de 1740, e pela Ordem de Cristo a 5 de Julho de 1758 (HOC).

Domingos Peixoto (Licenciado).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com posse tomada (alvará de 26 de Março de 1647).

Domingos Pereira da Silva (Bacharel; Licenciado), natural de Albufeira, filho de João Bernardo Pereira (natural de Campo Maior) e de Antónia da Silva D'orta (natural de Adolhalvo no termo de Alenquer), neto paterno de Domingos Fernandes Bernardo e Leonor Gonçalves (natural de Campo Maior), e neto materno de Gonçalo Pereira e Francisca da Silva D'orta (naturais de Adolhalvo).

Foi **Juiz de Fora de Portel** por três anos (carta de 23 de Outubro de 1641); **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 9 de Agosto de 1646); **Corregedor da Comarca de Beja** (carta de 20 de Maio de 1650); **Corregedor da cidade de Elvas** (carta); **Corregedor das ilhas dos Açores**; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Dezembro de 1667), alvará de beca e posse de Desembargador da Relação do Porto. Recebeu tença de 40\$000 réis com o hábito de Cristo (18 de Abril de 1671).

Observações: Foi morador em Campo Maior. O seu pai foi capitão. «o pay e avós do justificante foram lavradores em terras suas outras de renda mas que não lavrãvõ per jornal [...]» (LB).

Domingos Rebelo Lobo (Doutor), natural de Moura, filho de Lançarote Pimenta e de Beatriz Fradessa, neto paterno de João Dias Pascoal e Jerónima Pimenta e neto materno de Domingos Rebelo Lobo e Maria de Carvalho.

Foi **Promotor e Deputado da Inquisição de Évora** (alvará de **Desembargador da Casa da Suplicação com posse na Relação do Porto** contando o tempo que servir do Santo Ofício na Índia de 27 de Fevereiro de 1646); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (alvará de 9 de Fevereiro de 1649); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará). Recebeu alvará de um lugar de freira para uma filha de seu irmão (1 de Março de 1646).
Observações: Foi Deputado da Inquisição de Évora (MM).

Domingos Rodrigues de Macedo (Licenciado), natural de Unhos nos arredores de Lisboa. Foi **Ouvidor de Castelo Rodrigo, Provedor de Ourique** (carta de 11 de Junho de 1624); **Corregedor de Santarém** (carta de 20 de Julho de 1632); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1645); **Provedor das valas e Contador das julgadas, lezírias e paúis de Santarém** (alvará de 25 de Junho de 1645); **Corregedor do crime da Relação do Porto para um lugar de Extravagante da Relação do Porto** (carta de 8 de Outubro de 1651); **Desembargador da Casa da Suplicação**.

Observações: «Foi filho de Aparício Fernandes de Macedo e de Josefa Cardoza outros genealogicos o fazem filho de Belchior Rodrigues de Macedo cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Catharina Álvares de Macedo.» (LB). Segundo uns casou-se com Ana Pais do Amaral, filha de Brás Duarte do Amaral e de Ana Fernandes do Amaral; segundo outros casou-se com Catarina de Macedo, sua prima, filha de Domingos Lourenço de Macedo e de Margarida Ferreira. Foi fidalgo cavaleiro da Ordem de Cristo (MM).

Domingos de Sousa Santiago Ferraz de Aguiar (Doutor em leis; lente na Universidade de Coimbra), natural de São Martinho de Arrifana do Sousa, filho de Domingos da Rocha de Aguiar Ferraz e de Maria de Sousa Santiago, neto paterno de Domingos Francisco Ferraz e Maria José de Sousa, e neto materno de Domingos João de Sousa (todos naturais de Arrifana de Sousa).

Foi **capitão-mor da viagem da Índia** (alvará); **Juiz do Tombo do Real Colégio de S. Bernardo de Coimbra; Ouvidor da Universidade de Coimbra; Desembargador da Relação do Porto** (posse em 21 de Março de 1690); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta). Recebeu alvará de administração de capela, carta de padrão de 40\$000 réis efectivos em um dos Almojarifados do Reino (23 de Janeiro de 1682), carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos com o hábito de Cristo (24

de Setembro de 1682), carta de padrão de tença de 58\$000 réis num dos Almojarifados do Reino, apostila de renúncia do cargo, carta de administração de capela a seu filho, alvará para poder vender um prazo, alvará de renúncia do cargo, verba de renúncia do cargo, alvará de lembrança de capela, e alvará de mercê de capela para seu filho.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1679. Foi familiar do Santo Ofício, fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo e Deputado da Mesa da Consciência e Ofícios. Casou-se com Teresa Francisca de Vilhena e Castro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Várzea de Alenquer, de cujo matrimónio nasceu João de Sousa Sequeira Ferráz de Vilhena Castro, também familiar do Santo Ofício, comendador da Ordem de Cristo e fidalgo da casa real, natural da freguesia de Santa Madalena em Lisboa, que casou com Angela Teresa Soares, natural da freguesia de Santa Brígida do Paço do Lumiar do termo de Lisboa, de cujo consórcio nasceu o dito neto do habilitante João Pedro de Sousa de Sequeira. Foi fidalgo da Casa Real, e comendador de Santa Maria de Torrozo da Ordem de Cristo no Bispado de Bragança. Casou com Teresa Francisca de Vilhena e Castro, natural de Lisboa (filha de Paulo Nogueira de Andrade, proprietário do ofício de escrivão do registo das mercês), de cujo consórcio nasceram Francisco de Sousa de Vilhena (Monsenhor), João de Sousa de Vilhena (Monsenhor), e Gonçalo de Sequeira e Sousa (Desembargador). Morreu na altura em que desempenhava as funções de Deputado da Mesa da Consciência. Sobrinho de Maria Coelho e de Jerónimo de Sousa, e primo de Luís Paulino de Sousa (LB).

Domingos Vieira de Macedo (formado em direito civil, lente de leis na Universidade de Coimbra; colegial do Colégio Real de S. Paulo a 6 de Outubro de 1668), natural de Matosinhos, filho de Lourenço Jorge e de Maria Vieira das Neves, neto paterno de Salvador Luís e Ana Jorge, e neto materno de Domingos Vieira e Ana Dias das Neves (todos naturais de Matosinhos). Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1 de Abril de 1677); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Dezembro de 1678).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1676. Muito bom estudante. O seu pai e avós ocuparam os lugares de destaque em Matosinhos (LB).

Duarte Alexandre Holbeche (graduado em leis e opositor às cadeiras de leis), nascido em 1735, natural de S. Sebastião da Pedreira em Lisboa, filho de José Vitorino Holbeche (natural de Lisboa) e de Bárbara Francisca Xavier Ferreira Torres da Silva (natural da freguesia de S. Pedro de Barcarena), neto paterno de João Holbeche e Clara Maria Bernardes (naturais de Lisboa), e neto materno de Francisco Teixeira Torres

(natural de S. Domingos de Rana) e Cecília Antónia Rosa de Barbuda (natural de S. Pedro de Barcarena).

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 5 de Março de 1778), carta de Desembargador da Relação do Porto (13 de Novembro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1783); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará do lugar de 6 de Maio de 1786). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro com salva (2 de Julho de 1766), carta do ofício de tesoureiro da tapeçaria da Casa Real (15 de Outubro de 1781), alvará de ordenado como tesoureiro de tapeçaria da Casa Real (19 de Novembro de 1781), e alvará de vencimento da sua moradia (24 de Dezembro de 1781).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1756. Morador em S. Sebastião da Pedreira. Baptizado na freguesia de Santa Madalena. Fidalgo da Casa Real. Irmão de Francisco Bernardo Holbeche igualmente fidalgo da Casa Real. O seu pai e avô paterno eram também fidalgos da Casa Real. O pai e o avô materno eram ambos cavaleiros professos na Ordem de Cristo e familiares do Santo Ofício (LB).

* **Duarte Álvares de Abreu** (formado em direito cesareu), também *Duarte Alves de Abreu*, natural de Cadaval, filho de Baltasar de Abreu e de Ana Duarte, neto paterno de Rodrigo Sarmento e Joana de Abreu, e neto materno de Duarte Álvares e Maria Ferreira (todos naturais do Cadaval).

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** com exercício nas férias (1636); **Desembargador Agravista** (alvará de 30 de Abril de 1641).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1636. «*E todos da gente nobre, principal e da governança da mesma villa [Cadaval] sem descendencia de mecaniquo algum, e que o dito Doutor Duarte Álvares Abreu he solteiro grande letrado com muita gente principal, e clerigos e religiosas, e letrados que servem a Vossa Magestade como he seu primo irmão o licenciado Fernendo de Abreu*» (LB). Rejeitou a cadeira de prima de leis na Universidade de Coimbra. Foi admitido no Colégio de S. Paulo tomando posse de beca em 11 de Junho de 1632 (MM).

Duarte de Paiva (Doutor), também Duarte de Pavia.

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Novo**; **Provedor de Torres Vedras** (carta de 21 de Janeiro de 1620); **Provedor de Santarém**; **Desembargador e Ovidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Maio de 1645); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta).

Duarte Ribeiro de Macedo (Licenciado; formado em direito civil), natural do Cadaval, filho de Jerónimo Ribeiro (natural do Cadaval) e de Maria de Lagos, neto paterno de Duarte Dias e Marta Ribeiro (natural do Cadaval), e neto materno de Diogo Gonçalves (natural das Canárias) e Antónia de Lagos (natural de Almada). Foi **Juiz de Fora de Elvas** (carta); **Corregedor de Torre de Moncorvo** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta); **Secretário da embaixada de D. João da Costa a Paris**; **Enviado extraordinário à Corte de Madrid**. Recebeu alvará de promessa de 20\$000 réis de pensão (26 de Fevereiro de 1659), alvará de quatro moios de trigo de ordinária, e tença de 80\$000 réis com o hábito de Cristo (9 de Março de 1673).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1648. O seu avô paterno foi lavrador da governança [da vila do Cadaval] onde foi por vezes juiz e vereador. O seu avô materno, não sendo deste Reino, veio para ele onde casou com Antónia de Lagos em Cacilhas onde ficaram a residir. «*Neto por parte de sua may de Antónia de Lagos hoje viuva moradora e natural de Almada e do capitão Diogo Gonçalves defunto ha cinquenta e quatro annos natural das Canárias.*» Sobre o avô materno: «*nam achei mais de tres pessoas que o conhecessem, por nam ser natural deste Reino, e haver muitos annos que he falecido; as quais tres testemunhas diziam affirmativamente que elle veo das Canarias, e huã dellas diz que já vinha veuvo com huã filha, e todas tres que falava Castelhana serrado, e que cazando em o lugar de Caçilhas com a dita Antónia de Lagos natural delle, e vivendo ali pouco tempo foi sempre tido e havido por Cristão velho sem raça alguma [...] e que vivia limpa e honradamente e que fes huã viagem e que lhe chamavão capitam por o ser do navio em que foi [...]. E no que toca a dita Antónia de Lagos veuva que ficou do dito Diogo Gonçalves todas as testemunhas a conhecem, e affirmam he natural do dito lugar e dizem he tida e havida por cristã velha [...] e que sempre viveo limpa e honradamente o que também dizem as outras testemunhas; as quais affirmam que do dito Diogo Gonçalves e Antónia de Lagos, nasção de legitimo matrimonio dona Maria de Lagos que ficou [mulher] do dito desembargador Jerónimo Ribeiro, tambem tida e havida por cristã velha na mesma conformidade sem raça alguã das sobreditas e affirmam outros sim que dentre ambos de legitimo matrimonio nasção Duarte Ribeiro; que alguãs testemunhas dizem que a mulher de hum António Sedenho que foi piloto mór da carreira da Índia e cavaleiro do habito de santiago, hera aparentada da dita Antónia de Lagos avóo do dito Duarte Ribeiro [...] disse que não conheceo de vista ao Cappitão Diogo Gonçalves, mas que ouviu dizer publicamente em o lugar de Casilhas a onde elle testemunha teve comunicação e amizade com pessoas antiguas daquelle lugar que o dito Diogo Gonçalves viera das Canarias donde se dizia que era natural e que per aver sido capitão lho chamarão assim no dito lugar de Casilhas a onde cazou com Antónia de Lagos tido e havido sempre por cristão velho [...]*». A avó materna do habilitado é acusada

por várias testemunhas de falta de *«limpesa de sangue»* (LB). Segundo o Memorial de Ministros, este indivíduo era filho de Fernando Duarte e de Maria de Abreu. Morreu em 10 de Julho de 1688 com 62 anos de idade (MM).

Duarte Salter de Mendonça (Bacharel em leis; formado em direito cesareu), nascido em 1692, natural de Lisboa, filho de Vasco Nabo Salter de Mendonça e de Joana Leocádia Pimentel Soutomaior (naturais de Lisboa), neto paterno de António Salter de Macedo e Antónia de Mendonça (natural de Lisboa), e neto materno de António Gomes Murgua (natural de Lisboa) e Teresa Maria Pimentel Soutomaior.

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (3 de Abril de 1719); **Desembargador da Relação de Goa** por seis anos (carta de 18 de Março de 1720), provisão de ajuda de custo de 50\$000 réis no dito lugar (9 de Abril de 1720); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Janeiro de 1728); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 2 de Abril de 1738), alvará de Vereador da Câmara do Senado (18 de Setembro de 1741); **Conservador da Nação Espanhola** (alvará de 10 de Fevereiro de 1744); **Conservador da Moeda** (alvará de 4 de Dezembro de 1748); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 17 de Abril de 1749), carta de título de conselho (14 de Junho de 1749), carta de Conselheiro da Fazenda (11 de Abril de 1751). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares de provimento do Senado da Câmara de Lisboa (8 de Outubro de 1718), alvará de cavaleiro fidalgo (11 de Abril de 1744), e provisão para ser escuso da administração das rendas da casa do conde Meirinho Mór (27 de Setembro de 1754). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1718. Casou com Sarafina Luísa Mascarenhas de Melo, natural do Pombal, de quem teve um filho, chamado José de Mascarenhas Cipriano Salter de Melo, que também se tornou Desembargador. O pai do habilitante era cavaleiro professo na Ordem de Cristo assim como também o eram seus avós paterno e materno, sendo este último fidalgo da casa real. O habilitante tinha um irmão chamado Agostinho Salter de Mendonça, outro chamado António Salter de Macedo, e outro ainda chamado Jorge Salter de Mendonça também Desembargador (LB).

Duarte Vaz Osório da Horta (graduado em direito civil e lente em leis), também *Duarte Vaz da Horta Osório*, natural de Atouguia da Baleia, filho de Francisco da Horta Osório e de Ana de Avelar.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Agosto de 1652); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta

de 29 de Maio de 1656); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 24 de Fevereiro de 1661); **Conselheiro da Fazenda** (carta). Recebeu beca (24 de Fevereiro de 1645), e apostila de 20\$000 réis de tença. **Observações:** Cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Casou com Maria de Lacerda, natural da Atouguia da Baleia, tornando-se avô materno de António Freire de Andrade Henriques, e bisavô de João Henriques Musgão da Mota, senhor da casa do Bombarral (MM).

Eleutério Colares de Carvalho (Doutor), natural de Lisboa.

Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (28 de Março de 1693); **Provedor de Leiria** (1699); **Corregedor do crime do Bairro de S. Paulo** (carta e alvará do cargo por três anos de 13 de Janeiro de 1707); **Desembargador honorário** (alvará de beca de Desembargador honorário para dela poder levar a vara do pálio de 12 de Novembro de 1708); **Auditor-Geral da gente de guerra na Corte** fazendo neste lugar o do Porto; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Novembro de 1725); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 19 de Julho de 1733). Recebeu provisão para ser curador de Luís Carlos Machado de Mendonça (7 de Março de 1732), e provisão para usar por um ano das doações e jurisdições de seu curado Luís Carlos Machado de Mendonça (20 de Maio de 1734). **Observações:** Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1692 (LB).

Estanislau Cunha Coelho (Bacharel em cânones; opositor às cadeiras de cânones), nascido em 1724, natural de Proa, Comarca de Viseu, filho de Teodózio da Cunha Pinto (natural de Santa Combadão) e de Maria de Almeida, neto paterno de Manuel Gomes e Maria Pinto (naturais de Santa Combadão), e neto materno de Manuel Coelho de Carvalho e Madalena Coelho.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 26 de Dezembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (cartas de 18 de Março de 1771 e 6 de Maio de 1779); **Procurador Fiscal da Companhia do Grão Pará e Maranhão** (carta de 7 de Outubro de 1771); **Juiz da Coroa** (carta de 23 de Agosto de 1782); **Desembargador Agravista, Juiz das capelas da Coroa e Juiz executor das dívidas preteridas** (1782). Recebeu provisão para obrigar bens vinculados às arras de sua mulher (1 de Julho de 1769), provisão para poder mudar uns caminhos públicos no termo da vila de Santa Combadão (7 de Outubro de 1776), provisão para prosseguir na comissão e conhecimento de todas

as causas relativas à casa da marquesa de Valença (20 de Junho de 1777), provisão concedendo-lhe poder unir a sua propriedade à parte de terra que faz menção na vila de Santa Comadão (22 de Agosto de 1777), provisão de licença para anexação de bens a um só vínculo (21 de Janeiro de 1778), e provisão de confirmação das compras e empréstimos que lhe fez o Desembargador José Bernardo Coelho de Figueiredo (19 de Julho de 1780).

Observações: Foi casado com Maria Barbosa Delfina Gertudes (informação de 1746) (LB).

Estanislau José dos Santos Brandão (Bacharel). Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Dezembro de 1780); **Juiz executor privativo das vendas dos mosteiros extintos dos cónegos regantes de Santo Agostinho** (alvará de 22 de Março de 1791). Recebeu carta de padrão de tença de 12 réis (12 de Novembro de 1770), e carta de padrão de tença de 8 réis (22 de Novembro de 1770).

Estêvão Ferraz de Campos (Bacharel), natural de Setúbal.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** tomando posse por ele o seu procurador, o Desembargador Francisco Monteiro de Miranda (8 de Fevereiro de 1695), posse pessoalmente (23 de Março de 1699); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 25 de Julho de 1713); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação; Deputado** e estando para tomar posse faleceu.

Observações: Cavaleiro do hábito de Cristo, fidalgo da casa real. Casou-se com Arcanja Micaela de Sousa, filha de Martinho Gomes e de Antónia Maria de Sousa, de cujo matrimónio nasceu Gonçalo José de Campos de Sousa e duas filhas (MM).

* **Estêvão de Fóios** (Doutor), filho de Mendo de Fóios.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Junho de 1633); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Abril de 1635); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de um lugar de 14 de Março de 1640); **Procurador da Fazenda** (carta de 7 de Janeiro de 1649), apostila de confirmação do cargo de Procurador da Fazenda (23 de Janeiro de 1649). Recebeu alvará de caução de 500 cruzados ao lugar da Meixoeira e tire da vaga dos casos de que trata a dita petição (1 de Janeiro de 1644), alvará para que seja o Juiz do inventário e partilhas dos filhos menores do Desembargador Bento de Baena Sanches e Maria Machado (11 de Janeiro de 1644), alvará para poder ter 30\$000 réis de tença que eram de sua mãe (11 de Setembro de 1649), e alvará de

promessa da comenda do lote de 80\$000 réis e hábito da Ordem de Cristo (7 de Fevereiro de 1650).

Estêvão Fragoso Ribeiro (Bacharel), nascido em 1690, natural da Guarda, filho de António de Almeida e Melo e de Ana Rodrigues (natural de Aldeia do Bispo), neto paterno de António Ribeiro Fragoso, e neto materno de Paulo Gonçalves e Maria Gonçalves (natural de Aldeia do Bispo).

Foi **Juiz de Fora da vila do Redondo** (carta de 28 de Janeiro de 1721), provisão de licença por dois meses de 7 de Julho de 1724); **Juiz de Fora de Loulé** (carta de 3 de Dezembro de 1727); **Superintendente dos descaminhos do tabaco do Reino do Algarve** (carta de 25 de Janeiro de 1734); **Provedor das obras, órfãos e capelas da Comarca de Évora** (alvará de 22 de Novembro de 1742); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Junho de 1748), provisões para que por procurador possa tomar posse do lugar e para que possa estar ausente da Relação do Porto por dois meses (21 de Junho de 1748), provisão de prorrogação por mais dois meses de licença para poder estar ausente da Relação do Porto (27 de Agosto de 1748); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Outubro de 1749). Recebeu provisão de licença para casar (8 de Agosto de 1743), e provisão de licença para tomar posse do estado de casado (23 de Julho de 1731).

Observações: Viveram seus pais e avós de fazendas e lavouras (informação de 1720) (LB). Casou-se na vila de Loulé (enquanto exercia o cargo de Juiz de Fora) com Clara Luísa (filha de Lourenço Palermo de Faria e de Teresa) de cujo casamento nasceu Fernando João Bazilio Fragoso de Vasconcelos Ribeiro que, formado na Universidade de Coimbra e estando para ler no Desembargo do Paço em 1734, trocou aquela vida pelo claustro de Varatojo, onde passou a viver com o nome de frei José de Jesus Maria. O habilitante casou segunda vez em Évora com Antónia Luísa Joaquina. Morreu em 1757 (MM).

* **Estêvão Fuzeiro de Sande** (Doutor), também *Estevão Ferreiro de Sande*, também *Estevão Fuzeiro de Sande*, filho de José Fuzeiro de Sande e de Inês de Valadadres [sic].

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Maio de 1630); **Desembargador da Casa da Suplicação; Desembargador Agravista da Casa da Suplicação; Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta com vencimento de 14 de Fevereiro de 1641), carta (14 de Fevereiro de 1641).

Estêvão Gallego Vidigal (Bacharel), nascido em 1693, natural de Évora, filho de Marçal Pereira

Galvão (natural de Évora) e de Brites do Rego Vidigal (natural de Évora), neto paterno de Estevão Galvão Galego (natural de Portel) e Maria Pereira de Rezende (natural de Portalegre), e neto materno de Manuel Viegas do Rego e Graça Vidigal Salgado (naturais de Évora).

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** (carta de 9 de Agosto de 1716); **Juiz do crime do Bairro de Alfama** (28 de Setembro de 1722); **Juiz dos órfãos do Bairro Alto** (20 de Fevereiro de 1726); **Provedor da Comarca de Lamego** (alvará de 8 de Janeiro de 1734); **Corregedor do crime do Bairro do Castelo** (carta de 15 de Julho de 1743); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Junho de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Fevereiro de 1749); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Abril de 1753); **Juiz da Chancelaria** (1753).

Observações: Informação de 1716 «[...] que o seu avô paterno Estevão Galvão Galego não he natural da cidade de Évora mas sim de Portel e baptizado na Matris da ditta villa Comarca de Vila Viçosa, o qual de idade de hum anno veyo para a dita cidade de Évora e onde se criou e sempre viveo athe a sua morte; motivo porque o suplicante entendeu tinha sido o dito seu avô natural da mesma cidade; erro que agora se veyo a desfazer [...] que pretende habilitar-se para servir nos lugares de letras em razão de se ter escrito huã carta (depois das inquirições feytas) a qual também vay junta em que o informarão de ter alguma parte de christão novo, e a clareza que dá o mesmo Bacharel, de que seo avo paterno Estevão Galvão galego era natural de Portel e bapuzado na Matriz da mesma villa, e filho de António de Oliveira Pitta. fui á vila de Portel e fazendo deligencia pelo livro dos baptizados da dita Igreja Matriz, achei hum assento, pela qual consta que em os onze de abril do anno de seiscentos e trinta e sette se baptizara hum minino, aqual chamarão Estevão, filho de Catharina Galvoa e da Igreja, como se vê da certidão junta, e se verifica pelos depoimentos das testemunhas, ser o mesmo Estevão Galvão Galego avo do dito Bacharel, o qual sendo ainda minino, foy para a dita cidade de Évora em companhia da dita sua may a onde toda a vida viveo, e fazendo averiguação perguntei as testemunhas mais antigas [...] achei pela mayor parte dellas que a dita Catarina Galvoa viera da villa de Mourão para a de Portel a onde assistira, e que nella ara tida por mulher nobre e de limpo sangue, e que esta tivera ao dito Estevão Galvão Galego de hum António de Oliveira Pitta escrivão dos órfãos na dita vila a onde era maior, e para onde viera da de Viana, da onde era natural e que este era homem nobre e christão velho sem duvida alguã, mas porque ouvera noticia que em caza da dita Catharina Galvoa tivera entrada hum Francisco Dias Lopes Cardim da mesma vila e que este tinha fama de christão novo, ouvera alguãs pessoas menos informadas que duvidarão qual dos dous era pay do dito Estevão Galvão Galego, mas parese não ter lugar esta duvida á vista da Enquirição e razão dos seos dittos, que dão as testemunhas della entre os quaes he o Doutor Miguel de Pinna e João de Oliveira [...] Pella informação [...] que tenho da assistencia de oito annos nesta cidade me constou e achey

que nella não ha certeza de ser o dito habilitando christão novo [...] como ouza muito e refere a carta inclusa: Porem o que ha e houve he e foi hum rumor, e fama de que o Avô do sobredito chamado Estevão Galvão tinha o ditto defeitto, a qual fama e rumor nasceu de ser filho natural de huã mulher que de tenra idade o trouxe para esta cidade e casando este depois de ter o dito filho foi reputado de alguas pessoas filho do dito seu marido, e outros por filho de outro pay que por ser incógnito padece a dita opinião. [...] O provedor desta Comarca de Évora fez huãs deligencias [...] para se despachar com testemunhas [...] Marçal Pereira Galvão Pai do ditto, os quais testemunhas são gerais para tudo; sendo que este homem he conhecido por christão novo; porque sendo casado ha mais de trinta annos com huã mulher [...] e mando-lhe fazer as diligencias pella Meza da Consciência se achou ser christão novo; como pode testemunhar o dezembargador Manuel Vidigal [...] o dito Estevão Galvão Galego servio na camara e Mizericordia desta cidade (o que não tem duvida) onde servem christãos velhos, e que também ouviu dizer de alguãs pessoas que tinham o mesmo defeitto e despois forão familiares do Santo Officio do que entenderão, que o que se dizia das ditas peçoas era falço [...] dice que sabe que os Pay e avos do dito suplicante foram homens onrrados e nam tiveram ofiço algum macanico por quanto foy capitam da ordenança [...].» Do processo de Leitura de Bacharel do seu irmão, Francisco António Vidigal, realizada em 1718, na qual este expressava o seu desejo de se encatar na propriedade do offiço de escrivão dos órfãos da cidade de Évora, retirou-se o seguinte: «Tirei informações da avô do suplicante habilitando Francisco António Vidigal chamada Maria Pereira de Rezende [...]. Consta ser a dita natural desta cidade e que della fora de tenra idade para a de Évora, a onde cazara com Estevão Galvão Gallego [...] Manda-me Vossa Magestade informar com toda a individuação e segredo da pessoa de Estevão Galvão Gallego natural desta vila; e Avô paterno de Francisco António Vidigal que pretende encartar-se no offiço de escrivão dos órfãos da cidade de Évora; e perguntado para este effeito as testemunhas do sumário junto delle se mostra ser o sobredito Estevão Galvão Gallego natural desta vila (Portel) a onde foi baptizado, e della foi de tenra idade para a cidade de Évora [...]» (LB).

Estêvão José Pereira Palha (Doutor), nascido em 1733, natural da Vidigueira, filho de José Pereira Palha (natural da Vidigueira) e de Domingas Teresa Coelho (natural de Vila de Frades), neto paterno de Estevão Pereira (natural da Vidigueira) e Luísa Maria Coelho (natural de Beja), e neto materno de Domingos Coelho Serrão e Margarida Dias (naturais do Alvito). Foi **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 27 de Outubro de 1759); **Auditor do regimento de Infantaria da Praça de Castelo de Vide** (carta de 13 de Setembro de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Fevereiro de 1779), alvará de aposentado no lugar (3 de Novembro de 1802), alvarás de assentamento de ordenado com o lugar de aposentado em Desembargador e de aposentado no mesmo lugar com 200 réis (15 de Março de 1803).

Recebeu carta de padrão de tença e hábito (15 de Maio de 1765), provisão a António Joaquim Alfara da Serra para sub-rogar com o dito um foro da capela instituída por Vasco Fialho (15 de Março de 1780), padrão de tença de 28 réis (12 de Maio de 1780), alvará de confirmação e anexação de vínculos (27 de Outubro de 1794), provisão de extinção do encargo imposto por Brito Alves que tinha na herdade de São Gens situada no terreno da vila de Montemor-o-Novo (9 de Março de 1797), e provisão de comissão (30 de janeiro de 1802).

Observações: O seu pai foi capitão-mor da vila da Vidigueira e de Vila de Frades; foi igualmente cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar da Inquisição de Évora. Tem um tio bacharel, chamado Manuel Martins Pereira, que tem servido o rei nos lugares de letras e que também é familiar da mesma Inquisição. Tem ainda outro que foi reverendo e se chamava António Pereira Palha, cónego na Sé de Évora. Juntamente com seus avós todos se trataram «á lei da nobreza» com cavalos, criados, e escravos, sendo pessoas abastadas de bens (informação de 1758) (LB).

* **Estêvão Leitão de Meireles** (Licenciado).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1635); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**, foi substituir Diogo Fernandes de Salema (26 de agosto de 1641), **Corregedor do crime da Corte** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens**; **Fidalgo da Casa Real** e **Deputado** (carta de 10 de Abril de 1652 e carta); **Conselheiro** (carta de 3 de Maio de 1652). Recebeu alvará de 30\$000 réis de pensão numa das comendas da Ordem de Cristo (25 de Abril de 1643), carta de padrão de tença de 30\$000 réis anuais pela folha de almoxarifado do termo de Lisboa (9 de Janeiro de 1648), e alvará de pensão de 40\$000 réis anuais (2 de Agosto de 1658).

Estêvão Machado de Melo e Castro (Bacharel), natural de Ponte de Lima, filho de Paulo de Melo Machado Pereira e Sampaio (natural de Guimarães) e de Graça Ferreira de Castro e Lira (natural de Ponte de Lima), neto paterno de António Ferreira da Maia e Azambuja e Catarina de Melo Pereira e Almeida (naturais de Ponte de Lima), e neto materno de João Malheiro Pereira (natural de Ponte de Lima) e Senhorinha Ferreira de Castro e Lira (natural de Monção).

Foi **Provedor da Fazenda Real nas Ilhas dos Açores** (alvará de 16 de Setembro de 1776); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 21 de Junho de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 14 de Junho de 1817); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** com alvará de graduação de Desembargador da Casa da Suplicação continuando no

exercício de Ouvidor do crime da mesma casa (14 de Junho de 1817); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará do lugar com metade de ordenado de 17 de Outubro de 1822). Recebeu provisão para o seu Provedor da Comarca de Guimarães lhe tomar conhecimento de seu inventário de partilhas (28 de Agosto de 1779).

Observações: O seu pai foi fidalgo da Casa Real bem como os seus avós. Tinha um tio que se chamava Estêvão Machado de Miranda que foi familiar do Santo Ofício. «[...] Pays e avos são pessoas de qualificada Nobreza aparentados com as principais cazas desta Comarca e Provincia e de que he publico terem o foro de fidalgo [...] se mostra por todas as sette testemunhas [...] que são das pessoas mais qualificadas nesta villa, que o dito habilitando he filho e netto dos pays e avos declarados, e que todos são da principal Nobreza desta mesma villa com qualidade de fidalgos da caza de Nossa Magestade; cujo foro tiverão todos por si, e seos passados [...] e menos que exercitassem officio algum mecanico por todos se empregarem sempre com muita distincção nos honrozos cargos da república [...]» (informação de 1771) (LB).

Estêvão de Matos Pereira de Abegão (Bacharel), nascido em 1708, natural de Elvas, filho de Lourenço de Matos Pereira (natural de Olivença) e de Margarida Teresa Sores (natural de Elvas), neto paterno de António Lopes Silvestre e Leonor Sardinha Borralho (naturais de Elvas), e neto materno de Estêvão de Matos Abegão e Maria Pereira (naturais de Olivença).

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta de 30 de Junho de 1732); **Juiz de Fora de Marvão** (1742); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 13 de Março de 1750); **Desembargador de Casa da Suplicação** (23 de Outubro de 1759). Recebeu alvará de administração da capela instituída por Catarina Fernandes Dourada (6 de Janeiro de 1738), e alvará da capela na vila de Veiros (6 de Janeiro de 1738).

Observações: «[...] e que seus pais e avós não só não exercitarão officio mecanico, mas antes muitos delles forão de muita distincção, e que todos viverão á ley da natureza, e occuparão cargos honrosos [...] o seu pai era cavaleiro do hábito de Cristo e da governança desta cidade e sargento maior dos auxiliares e muitas vezes foi veriador, o seu avô materno foi lavrador e capitão das ordenanças» (informação de 1735) (LB). «[...] e fñdo o seu lugar [juiz de fora do Marvão, 1748] foi promovido a Dezembargador da Relaçam de Goa, para donde fes viagem, e com assistencia de alguns annos, succedeo que partes mal intencionadas de villa de Marvam donde fora Juiz de fora o culparão [...] reforçada com queixas a El Rey muito apparentes [...]. Mandou o dito senhor o Dezembargador António de Azevedo Coutinho encaminhado à India para que na Relaçam de Goa [...] lhe mandasse [a Estêvão de Matos Pereira de Abegão] depor a beca, o que fez no mesmo Tribunal, e que recolhendo ao Reyno mostraria os termos porque obrara contra os virtuosos ditames da justiça, e da Magestade; e como elle tinha obrado sinceramente no apparente crime, que se lhe impunava [...] fazendo viagem para o

Reyno começou a mostrar a sua inocencia [...] nos Tribunais competentes foi ouvido com attenção [...] por despacho de S. Magestade [...] foi restituída a beca que publicamente despira, vestindo a com lugar de Desembargador da Casa da Supplicação em 13 de Outubro de 1759.» (MM).

Estêvão de Miranda (Bacharel), natural de Portalegre, filho de Manuel Miranda.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1735). **Observações:** Foi Colegial de Colégio de São Pedro (3 de Maio de 1693), e lente da Universidade de Coimbra (MM).

Estêvão Pedro Carvalho (Bacharel em cânones; formado em direito civil), nascido em 1699, natural de Óbidos, filho de José Farto Franco e de Maria Rosa de Carvalho (naturais de Óbidos), neto paterno de Manuel Farto Franco e Antónia Franca (naturais de Óbidos), e neto materno de Domingos Carvalho da Costa e Máxima Palhano (naturais de Peniche).

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta de 20 de Janeiro de 1727); **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 17 de Julho de 1732); **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de 4 de Fevereiro de 1738); **Corregedor do crime do Bairro do Limoeiro** (carta de 13 de Maio de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 14 de Fevereiro de 1750); **Desembargador Extravagante da Casa da Supplicação** (carta de 20 de Setembro de 1753); **Corregedor do civil da Corte** (carta de 16 de Março de 1758); **Desembargador Agravista da Casa da Supplicação** (carta de 13 de Abril de 1758); **Juiz dos cavaleiros das três Ordens Militares** (carta de 24 de Outubro de 1761); **Procurador da Real Fazenda** (carta de 12 de Dezembro de 1761); **Conselheiro da Fazenda** (alvará de aposentado em Conselheiro da Fazenda com dois contos de reis de 8 de Dezembro de 1764). Recebeu provisão de licença para casar (12 de Fevereiro de 1740), provisão para aforar a Francisco Xavier Furtado uma vinha no sítio da Marrada Alta nos coutos de Portalegre (28 de Janeiro de 1747), e carta de padrão de tença de 12 réis e hábito de Cristo (12 de Fevereiro de 1761).

Observações: O avô materno foi sargento-mor (informação de 1724) (LB). «[...] José Farto Franco natural de Lisboa o qual da idade de sete annos veyo para a villa de Obidos e nella cazou com D. Maria Roza de Carvalho natural de Peniche [...]». Casou em Portalegre com Ana Joaquina de Moura (filha do Bacharel Domingos Vidal de Moura e sua mulher Joana Dourada) (MM).

Eugénio Dias de Matos (Bacharel), nascido em 1671, natural de Lisboa, filho de Pedro Dias de Matos (natural de Barcelos) e de Maria João (natural da freguesia de Santa Ana em Lisboa),

neto paterno de Diogo Dias e Ana Almeida (naturais de Barcelos), e neto materno de Gonçalo Martins (natural de Barcelos) e Maria Antunes (natural de Loures).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** por seis anos com posse na Casa da Supplicação (carta de 17 de Março de 1714); **Desembargador Extravagante da Casa da Supplicação** (carta de 25 de Maio de 1725); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de um lugar de 19 de Junho de 1733). Recebeu provisão 80\$000 réis por uma única vez (24 de Abril de 1714).

Observações: Morreu na altura em desempenhava as funções de Vereador do Senado da Câmara de Lisboa (MM).

Eugénio Tavares Sequeira (graduado em leis; formado em direito civil), também *Eusébio Tavares Sequeira*, nascido em 1706, natural de Coimbra, baptizado no ano de 1709 na Igreja de S. João da Cruz, filho de Manuel Lopes de Sequeira e de Maria Tavares (natural de Coimbra), neto paterno de Simão Lopes de Sequeira e Domingas Francisca (naturais de Avelar), e neto materno de Manuel Fernandes e Maria Tavares (naturais de Coimbra).

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (carta de 17 de Janeiro de 1728), Juiz de Fora de Mafra por três anos (carta de 17 de Janeiro de 1738); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 15 de Março de 1730); **Corregedor do crime do Bairro da Mouraria** por três anos (carta de 25 de Fevereiro de 1746), carta de recondução no cargo por mais três anos (25 de Abril de 1747), carta de Corregedor do Bairro da Mouraria tendo de usar a beca (25 de Abril de 1747); **Desembargador da Casa da Supplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1751); **Desembargador Agravista da Casa da Supplicação** (carta de 29 de Março de 1758); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 26 de Janeiro de 1765). Recebeu alvará de foro de cavaleiro fidalgo (8 de Janeiro de 1735), provisão para que se pague 20\$000 réis cada ano para sua aposentadoria como Juiz de Fora de Mafra (12 de Fevereiro de 1742), provisão para se lhe pagar os seus ordenados pelo lançamento das cisas (27 de Março de 1745), alvará de mercê da administração dos bens e foros dos ausentes confiscados de Simão Lourenço Pereira na Comarca de Coimbra e Leiria (29 de Novembro de 1749), ofício de Porteiro e Tesoureiro dos Três Estados (6 de Outubro de 1777), carta de propriedade do ofício vitalício (6 de Outubro de 1777), alvará para poder nomear o ofício de porteiro e tesoureiro das despesas dos Três Estados (11 de Agosto de 1781), licença para nomear serventuário ao ofício que exerce (11 de Agosto de

1781), e carta de padrão de tença e hábito (3 de Maio de 1786).

Observações: O seu pai foi escrivão do Fisco da Inquisição de Coimbra mas quando veio para esta cidade no seu princípio, foi caixeiro da loja do seu irmão António Lopes de Sequeira, e depois foi também mercador de loja e rendeiro de algumas rendas. O avô materno de ambos, Manuel Fernandes, exercitou muitos anos o ofício de sapateiro e depois de mercador de folha, e foi nesta cidade juiz do povo e chegou também a ser almotacé. Os seus avós paternos foram moradores na quinta de Fernando Vaz no termo da vila de Avelar da Comarca de Tomar. O seu avô materno tinha a alcunha de *caixeiro*. O habilitante e seu pai eram familiares do Santo Ofício da Inquisição de Évora (informação de 1728). Casou na freguesia dos Anjos, em Lisboa, em 26 de Setembro de 1755, com Maria José de Seixas Bezerra (filha de José de Barros Caminha, proprietário que foi dos ofícios de porteiro da Junta dos Três Estados e tesoureiro das despesas da mesma Junta, e de sua mulher Ana Joaquina Genoveva de Seixas Bezerra); segundo esta fonte o seu pai chamava-se António Lopes de Sequeira (LB).

Faustino Fernandes de Castro Lobo (Doutor) nascido em 1762, natural da Baía, filho de Faustino Fernandes de Castro e de Josefa Quitéria do Sacramento.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Setembro de 1802). Recebeu provisão para jurar por procurador (8 de Novembro de 1802).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 19 de Novembro de 1802 (HOC).

Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo (Bacharel), nascido em 1763, natural de Santarém, filho de Bernardo José Lopes Nogueira e de Brígida Teresa Pereira da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Sertã** (depois de 1789); **Juiz de Fora de Peniche** (carta de 5 de Agosto de 1796); **Corregedor de Linhares** com beca honorária; **Corregedor do Ribatejo** (1800), reconduzido com o predicamento que competisse e lugar na Relação do Porto (carta de 14 de Fevereiro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício na recondução do Ribatejo (1806). Recebeu carta de confirmação da doação que lhe fez o sargento-mor Bernardo José Lopes Nogueira (26 de Abril de 1793), provisão para vestir beca honorária (13 de Fevereiro de 1798), alvará de gradação do lugar de Corregedor do Ribatejo em predicamento de primeiro banco (10 de Outubro de 1801), provisão de confirmação de aforamento de morgado (3 de Agosto de 1807), e portaria para poder usar de insígnia de Comendador da Ordem de Cristo (8 de Julho de 1818).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 10 de Dezembro de 1798 (HOC).

Feliciano Car Ribeiro (Licenciado), nascido em 1729, natural do Rio de Janeiro, filho de Roberto Car Ribeiro e de Maria Angélica de Sá e Meneses.

Foi **Ouvidor de Bragança** (depois de 1754); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 23 de Março de 1779). Recebeu alvará de mercê de capela (31 de Agosto de 1774), e alvará de 200\$000 réis de pensão na folha dos ordenados da Casa da Moeda (6 de Agosto de 1784).

Feliciano Carvalho de Abreu (Bacharel), natural de Lisboa, filho de António Carvalho de Abreu e de Mariana da Encarnação.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (carta de 24 de Setembro de 1711); **Desembargador da Relação de Goa** com posse na Casa da Suplicação (carta de 20 de Março de 1714). Recebeu provisão para levar os 20\$000 réis de ordenado que a Câmara do Barreiro lhe devia pagar como Juiz de Fora de Sesimbra (21 de Outubro de 1713), alvará de 80\$000 réis de ajuda de custo (29 de Janeiro de 1715), e alvará de licença para vir ao Reino (11 de Abril de 1718).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 8 de Março de 1719 (HOC).

Feliciano Dourado (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de padrão de 20\$000 réis mais de tença anual no rendimento da tábula de Setúbal de 31 de Maio de 1650), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (2 de Junho de 1650, com menção ao cargo de **Secretário da Embaixada da Holanda**); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 17 de Janeiro de 1658). Recebeu alvará de um lugar de freira para sua irmã (14 de Outubro de 1655), alvará de consignação de 58\$000 réis de pensão no forno do Sapalinho em Setúbal com o hábito de Santiago pelo seus serviços (2 de Junho de 1650), e alvará da comenda de S. Miguel de Arcozelo (28 de Março de 1659).

Feliciano Ramos Nobre Mourão (Doutor), natural de Beja, filho de Francisco Ramos Nobre (natural da Aldeia de Cazevel em Ourique) e de Maria Martins Mourão (natural da Aldeia do Espírito Santo em Mértola).

Foi **Juiz de Fora de Arraiolos** (29 de Setembro de 1753); **Juiz de Fora do Pará** (1758); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Janeiro de 1773); **Ouvidor-Geral para a Índia** (carta de 17 de Janeiro de 1774); **Conse-**

Iheiro do Conselho Ultramarino com exercício de Secretário de Estado na cidade de Goa (carta de 17 de Dezembro de 1780); **Deputado** (carta de 21 de Fevereiro de 1786); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de sua Majestade de 22 de Fevereiro de 1786). Recebeu carta de hábito de Cristo e 12\$000 réis (10 de Novembro de 1763).

Observações: As informações que se conseguiram para este indivíduo foram retiradas da Leitura de Bacharel de 1799 de seu sobrinho que tem exactamente o mesmo nome. O pai do habilitante foi capitão, sendo o irmão deste, o capitão Alexandre Ramos Nobre e Mourão, natural da Aldeia da Salvada no termo da cidade de Beja, o pai do sobrinho que tem o mesmo nome que o seu (LB).

Félix Manuel da Silva Machado (Bacharel), nascido em 1763, natural da Baía, filho de Manuel da Silva de Jesus e de Teodora Bernardina Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (carta de 15 de Fevereiro de 1793); **Desembargador da Relação de Goa** (1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Fevereiro de 1802). Recebeu provisão de vencimento de ordenado (23 de Outubro de 1801).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 20 de Setembro de 1802 (HOC).

Fernando Afonso Giraldes (Bacharel em leis), nascido em 1679, natural de Idanha-a-Nova, filho de Bartolomeu Nunes Cardoso Giraldes e de Catarina Nunes (natural de Idanha-a-Nova), neto paterno de Fernando Afonso Giraldes e Mécia Afonso (natural de Idanha-a-Nova), e neto materno de Gonçalo Vaz Nunes e Catarina Afonso (natural de Idanha-a-Nova).

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta de 8 de Dezembro de 1707); **Juiz de Fora do Porto** (carta de 2 de Novembro de 1711); **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 26 de Agosto de 1715); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de 7 de Março de 1725); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 21 de Maio de 1734); **Juiz dos cavaleiros das Ordens Militares** (carta de 26 de Março de 1738); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Novembro de 1740); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 1 de Fevereiro de 1745), alvará de 44\$000 réis como Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (14 de Junho de 1745); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta de 5 de Junho de 1748); **Conselheiro** (carta de mercê de título de Conselho (26 de Junho de 1748). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença (3 de No-

vembro de 1731), provisão derogando o decreto relativo ao recolhimento das vendas do menor de que era administrador (27 de Agosto de 1737), provisão a D. Joaquina Maria de Meneses nomeando-lhe para Juiz de comissão de inventário e partilha ao sobredito (29 de Agosto de 1740), e alvará de fidalgo cavaleiro (28 de Setembro de 1750).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1707 (LB).

Fernando Afonso Giraldes de Andrade (Bacharel), natural de Idanha-a-Nova, filho de Fernando Afonso Giraldes (natural de Idanha-a-Nova) e de Brites Maria de Andrade Couto, neto paterno de Bartolomeu Nunes Cardoso Giraldes e Catarina Nunes (natural de Idanha-a-Nova), e neto materno de Francisco Marques de Andrade e Francisca Nunes.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 24 de Março de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Fevereiro de 1776); **Desembargador da Casa da Suplicação** servindo de **ajudante da Tesouraria da Fazenda** (alvará de 10 de Julho de 1779); **Desembargador Extravagante** (1787); **Aicaide-mor de Monsanto** (carta de 7 de Janeiro de 1789); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 1 de Julho de 1789); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 11 de Maio de 1793). Recebeu alvará de foro de moço fidalgo (30 de Abril de 1783), carta de profissão do hábito de Cristo (11 de Agosto de 1789), alvará de mercê de senhorio da aldeia de Medelim elevada a vila (2 de Setembro de 1789), carta de senhorio da aldeia de Medelim extramuros (22 de Dezembro de 1789), e carta de padrão de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino de título de hábito da Ordem de Cristo (29 de Maio de 1790).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1770. Irmão de Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Andrade e de Francisco António Marques Giraldes de Andrade. O avô materno é capitão-mor (LB).

Fernando Afonso Giraldes de Andrade Borba de Meneses (Bacharel em cânones), natural de Lisboa, filho de Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Andrade, neto paterno de Fernando Afonso Giraldes e Brites Maria de Andrade Couto (todos naturais de Idanha-a-Nova). Foi **Desembargador da Relação do Porto** suplente (carta de 21 de Maio de 1798); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Junho de 1804, carta de mercê de um lugar ordinário de 9 de Fevereiro de 1815), carta de privilégio de Desembargador (16 de Outubro de 1818), provisão para jurar por procurador como Desembargador

Agravista da Casa da Suplicação (27 de Outubro de 1818); **Conselheiro** (carta de título honorífico do Conselho de 30 de Setembro de 1822). Recebeu alvará de administração de capela (25 de Janeiro de 1792), alvará de uma vida nos bens da Coroa (4 de Fevereiro de 1792), alvará de uma vida nos bens das Ordens (13 de Março de 1792), carta de mercê de hábito com tença (9 de Novembro de 1798), alvará para que possa administrar por tempo de três anos a comenda de S. Miguel de Fornos (10 de Fevereiro de 1813), alvará de comenda de S. Miguel de Fornos da Ordem de Cristo no Bispado de Viseu (26 de Novembro de 1813), alvará para que possa administrar por tempo de um ano a comenda de S. Miguel de Fornos da Ordem de Cristo (7 de Março de 1814), e carta de comenda de S. Miguel de Fornos da Ordem de Cristo (19 de Dezembro de 1814).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1798. Irmão germano de Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Meneses. O pai e o avô, bem como o irmão, são todos Desembargadores (LB).

Fernando Caminha de Castro (Bacharel), natural de Barcelos, filho de António Caminha de Castro e de Antónia Pinheiro Lobo, neto paterno de Fernando Caminha de Castro e Ana Estácia da Costa, e neto materno de João Rodrigues Medela e Ângela Pinheiro Lobo (todos naturais de Barcelos).

Foi **Juiz de Fora de Monção** (1731); **Auditor-Geral de gente de guerra da Província do Minho** (1737); **Provedor da Comarca de Guimarães** (alvará de 30 de Julho de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Maio de 1753); **Ouvidor da Comarca de Cuiabá** (carta de 9 de Maio de 1753); **Provedor das capelas, defuntos e ausentes de Cuiabá** (provisão de 11 de Maio de 1753), provisão de 600\$000 réis de ordenado com o dito lugar (20 de Maio de 1753); **Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (19 de Janeiro de 1754).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1730. «[...] tendo em respeito aos serviços do Bacharel *Fernando Caminha de Castro* [...] obrados pella via das letras nos lugares de Juiz de Fora de Monsão Auditor-Geral da Província do Minho ultimamente Provedor da Comarca de Guimarães tudo por espaço de nove annos e des meses contados do mes de Dezembro de 1731 em que tomou posse do primeiro lugar [...] seu Pay foi advogado em a mesma vila e nella servio cargos mais destintos da mesma governança, o avo paterno tambem foi advogado e serviu de Procurador da Coroa da dita vila [...] que o dito avo fora pessoa noble e vivera de sua fazenda e que nunca tivera exercicio algum macanico [...]» (informação de 1753). O seu avô materno também fora Doutorado (LB).

Fernando da Costa Cardoso Pacheco (Bacharel em cânones), nascido em 1723, natural de Trancoso, filho de Fernando da Costa Cardoso Pacheco (natural de Trancoso) e de Leonor Samuel de Mendonça (natural de Castelo Branco), neto paterno de Diogo da Costa Cardoso Pacheco e Maria de Soesuma (naturais de Trancoso), e neto materno de Agostinho Botelho da Costa Estação e Mariana Teresa de Albuquerque da Costa (natural de Trancoso).

Foi **Juiz de Fora de Idanha-a-Nova** (carta de 18 de Dezembro de 1750); **Corregedor da Comarca da Guarda** (carta de 31 de Março de 1771); **Corregedor do nível de Lisboa** (carta de 25 de Outubro de 1775), provisão de licença para por dois meses estar ausente do lugar de Corregedor do nível da cidade vencendo o seu ordenado (28 de Agosto de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Novembro de 1789), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (2 de Dezembro de 1789), provisão para lhe ser conservada a antiguidade em Desembargador da Relação do Porto como se tivesse tomado a posse (5 de Junho de 1792).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1746 (LB).

Fernando Dias Pinheiro (Bacharel), também *Fernão Dias Pinheiro*, natural de Lisboa, filho de Francisco da Cunha (natural de Setúbal) e de Margarida da Costa (natural de Lisboa), neto paterno de Luís Pinheiro e Beatriz da Cunha, e neto materno de António da Costa Coelho (natural da Ilha de S. Miguel) e Maria Barbosa (natural de Lisboa).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Outubro de 1669).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1646. O seu pai foi clérigo do habito de Santiago. O seu avô materno foi mestre da Carreira da Índia (LB).

Fernando de Faro (Bacharel), natural de Lisboa, filho de D. Diogo de Faro e Sousa e de Francisca de Noronha, e neto materno de Gaspar Faria Severim.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta); **Provedor das capelas do Rei D. Afonso IV** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de licença de dois meses para estar fora do seu lugar, apostila de 20\$000 réis de juro,

verba de 34\$000 réis de juro, apostila de 34\$000 réis de juro em Buarcos, e alvará de fidalgo com um alqueire de cevada por dia (15 de Março de 1708).

Observações: O seu pai foi o nono senhor do Vimieiro e Alcoentre, bem como vedor das Rainhas D. Maria Francisca e Maria Sofia, e ainda mestre de campo do Alentejo. O seu avô materno foi secretário das mercês e expediente. O habitante seguiu o estado de sacerdote, e foi nomeado Bispo de Elvas, de cujo cargo não tomou posse porque morreu na vila do Vimieiro em Outubro de 1714, sendo sepultado na Catedral de Elvas (MM).

Fernando José António Álvares (Bacharel em cânones), também *Fernando José António Alves*, nascido em 1767, natural de Lisboa, filho de António Francisco Álvares e de Maria Joaquina Rosa (naturais de Odivelas), neto paterno de António Alves e Maria João (naturais de Odivelas), e neto materno de António dos Santos e Vitória Rosa (natural da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos em Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de S. João da Pesqueira** (carta de 13 de Maio de 1783); **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta de 25 de Junho de 1784); **Corregedor da Comarca de Tavira** (carta de 20 de Fevereiro de 1789), provisão de licença de dois meses (17 de Setembro de 1792); **Ouvidor do Mestrado da Comarca de Tavira** (carta de 26 de Março de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** com o lugar de **Secretário da Legação de Londres** (carta de 27 de Março de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Agosto de 1804), Desembargador Extravagante (1805); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1812). Recebeu carta de profissão de hábito (27 de Abril de 1804), e carta de hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (8 de Julho de 1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1780. O seu pai, além de familiar do Santo Ofício, foi mestre do ofício de esparteiro e por diversas vezes serviu na Casa dos Vinte e Quatro, sendo também Provedor dos Mesteres. O seu avô paterno foi lavrador, e o materno foi mestre de olaria de louça vidrada. «*Diz o Bacharel Fernando José António Álvares filho de António Francisco Álvares com o officio de Esparteiro; que para requerimento que tem se lhe fas percizo que o escrivão do Povo lhe passe por certidam em como o dito seu Pay serviu na Caza dos Vinte e Coatro quantas vezes, e os cargos que exerceo na mesma, e bem assim o theor dos Privilegios concedidos pellos Senhores Reys destes Reynos aos filhos de todos aquelles que tiveram servido a dita Caza [...]» (LB).*

Fernando José da Cunha Pereira (Doutor), nascido em 1710, natural de Vila Nova da Cerveira, filho de Carlos Pereira Pinto e de Maria da Cunha Miranda, neto paterno de Marcos Bar-

bosa da Cunha e Antónia de Amorim (natural de Serpa), e neto materno de João Martins do Prado e Isabel da Cunha de Miranda (naturais da freguesia de Candomil).

Foi **Juiz de Fora de Monção** (carta de 3 de Julho de 1739); **Ouvidor-Geral de Angola** (carta de 30 de Abril de 1747); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Fevereiro de 1754); **Juiz Conservador dos Moedeiros da Baía** (provisão de 6 de Fevereiro de 1755); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Outubro de 1768); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Novembro de 1771), alvará aposentando-o com o seu ordenado (26 de Abril de 1774), carta de Desembargador Supranumerário dos agravos para entrar no primeiro lugar ordinário que vagou conservando a mesma antiguidade que lhe competia antes de ser aposentado (17 de Abril de 1777), carta restituindo-lhe o lugar de Desembargador Agravista (17 de Abril de 1777); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 19 de Agosto de 1778). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (2 de Dezembro de 1750), e provisão à Comarca de Vila Nova de Cerveira para lhe dar de foro um pedaço do Monte junto à sua quinta das Laranjeiras do lugar das Cortes no termo da dita vila (25 de Agosto de 1767).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1736. O seu pai foi Doutorado e Provedor de Miranda. Os seus avós maternos foram moradores no lugar de Prado no arrabalde de Vila Nova de Cerveira.

Fernando José Marques Bacalhau (Bacharel em leis), nascido em 1708, natural de Lisboa, filho de João Marques Bacalhau e de Ana Maria de Araújo (naturais de Ponte de Lima), neto paterno de Francisco Lourenço e Isabel Marques (natural de Tancos), e neto materno de Francisco Rodrigues e Ana Fernandes (naturais de Tancos).

Foi **Provedor dos resíduos da cidade de Lisboa** (carta de 22 de Agosto de 1737), carta de beca honorária (22 de Agosto de 1737), carta de recondução por três anos no lugar de Provedor dos resíduos com promessa de um lugar na Casa da Suplicação (25 de Novembro de 1740); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Fevereiro de 1745); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Junho de 1748); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará de 300\$000 réis de ordenado com o lugar de 9 de Dezembro de 1749). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença em um dos Almoxarifados do Reino (14 de Janeiro de 1724), carta de

padrão de 30\$000 réis de tença (7 de Setembro de 1733), alvará de fidalgo (5 de Maio de 1741), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (28 de Fevereiro de 1750).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1732. O seu pai foi Desembargador e Juiz de Fora de Ponte de Lima. «[...] serem todos naturais e moradores na vila de Tancos pessoas muito nobres e que se tratavam a ley da nobreza com os rendimentos de suas fazendas sem servirem ou ocuparem nunca officio ou exercicio vil ou mecanico mas sim os da justiça da dita vila como juizes vereadores e almotaces Provedores da Mezericordia e outros maes ocupaçõens em que só entram pessoas de qualidade [...]» (LB).

Fernando Leite Lobo (Bacharel), natural de Caminha, filho de Valentim da Rocha Vilas Boas (natural de Viana) e de Santa de Araújo Nóbrega (natural de Caminha), neto paterno de Gaspar Fagundes da Rocha e Maria Lobo Barreto (naturais de Viana).

Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (9 de Novembro de 1720); **Juiz de Fora de Viana do Minho** (carta de 5 de Agosto de 1725); **Ouvidor-Geral do Rio de Janeiro** (carta de 17 de Janeiro de 1731); **Provedor das capelas do Rio de Janeiro** (carta de 20 de Setembro de 1734); **Ouvidor-Geral da Comarca de Ouro Preto** nas Minas Gerais com predicamento de primeiro Banco (1736); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1740); **Corregedor do cível do Porto** (carta de 15 de Janeiro de 1751), carta de Corregedor do cível da Relação do Porto (15 de Fevereiro de 1755); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1751), alvará de aposentado na Relação do Porto (4 de Junho de 1765), alvará de ordenado de 200\$000 réis como aposentado (1 de Dezembro de 1765); **Conservador da Nação Britânica** (alvará de 1 de Agosto de 1758).

Observações: O seu avô paterno era filho de Valentim da Rocha Vilas Boas e de Catarina da Rocha Fagundes. A sua avó paterna era filha de Fernão Leite Barbosa e de Catarina Lobo Barreto, ambos naturais de Viana. Leitura de Bacharel em 1720.

Fernando Luís Pereira (Bacharel), nascido em 1680, natural de Teixeira em Lamego, filho de António Álvares Pereira e de Maria Teixeira.

Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (depois de 1708); **Juiz de Fora de Lafões** (carta de 18 de Julho de 1713); **Ouvidor de Pernambuco** (carta de 18 de Março de 1719), **Provedor de Pernambuco** (carta de 19 de Abril de 1719), **Juiz Conservador de Junta do Comércio de Pernambuco** (carta de 22 de Abril de 1719); **Provedor de Santarém** (carta de 8 de Novembro de 1737); **Desembargador da Relação**

do Porto aposentado (carta de 10 de Janeiro de 1748). Recebeu carta de tabelião do Carmo no Rio de Janeiro (24 de Setembro de 1737), verba de carta de tabelião da vila do Carmo em Minas por estar casado com a filha do anterior proprietário (9 de Dezembro de 1737), alvará para poder nomear serventuário para Escrivão do Ribeirão do Carmo (8 de Março de 1738), provisão de sub-rogação (28 de Agosto de 1738), provisão de comissão (6 de Março de 1739), alvará de mercê de 140\$000 réis de ordenado como Desembargador aposentado (12 de Julho de 1748), provisão para que as justiças da Comarca de Ouro Preto lhe não embarquem o usar de seu alvará de nomeação de serventuário (15 de Julho de 1748), provisão de comissão (23 de Julho de 1750), e alvará de acrescentamento de 60\$000 réis de ordenado de aposentado no dito lugar (15 de Maio de 1753).

Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas (Bacharel em leis), nascido em 1767, natural de Brafames em Coimbra, filho de João de Sousa Barradas (natural de Mariana no Brasil) e de Jacinta Maria da Silva (natural do Couto de Verride em Coimbra), neto paterno de José de Sousa Moura e Eugénia Maria do Carmo (naturais de Mariana no Brasil), e neto materno de Baltazar da Fonseca Marques da Silva e Antónia Maria (naturais do Couto de Verride em Coimbra).

Foi **Juiz de Fora de Arganil** (carta de 22 de Setembro de 1794); **Corregedor da Comarca de Arganil** (carta de 10 de Junho de 1796); **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta do lugar de 27 de Outubro de 1800), carta para ser reconduzido no lugar de Conservador da Universidade de Coimbra (21 de Junho de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 15 de Dezembro de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Junho de 1804); **Chanceler da Casa da Suplicação e Conselheiro** (carta de 7 de Maio de 1821), carta de título de Conselheiro (25 de Setembro de 1821); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 18 de Setembro de 1823). Recebeu provisão para ser opositor no lugar do Senado da Câmara (5 de Novembro de 1783), carta de profissão de hábito (1 de Dezembro de 1802), e alvará de fidalgo cavaleiro (1 de Outubro de 1827). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1783. Em Lisboa foi morador no Chiado. O seu pai foi bacharel, o seu avô paterno foi tenente-coronel e o materno foi capitão. «[...] nem de haverem tido em tempo algum exercicios mecanico: pois o Pay do mesmo habilitando he formado pela Universidade de Coimbra, e advogado dos auditorios da cidade de mariana [...] foi o Avo Paterno Tenente Coronel das ordenanças, mantendo-se do que lhe rendião suas lavras; e o Avo

materno he capitam das ordenanças, e vive abundantemente dos rendimentos das suas fazendas [...]» (LB).

Fernando de Matos de Carvalho (Doutor), natural de Lisboa, filho de Jorge Pedroso de Matos e de Beatriz de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (1614); **Ouvidor da Comarca do Crato** (1624); **Juiz das causas da Misericórdia e Hospital de Todos os Santos de Lisboa** (carta de 13 de Fevereiro de 1642); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 7 de Setembro de 1645); **Desembargador da Relação do Porto** (1647); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Maio de 1649); **Deputado** (carta de 30 de Julho de 1654); **Procurador da Fazenda** (carta); **Juiz das Coutadas do Reino** (alvará); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 28 de Agosto de 1654); **Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço** (alvará de 24 de Agosto de 1658), alvará de ordenado; **Chanceler-mor do Reino**. Recebeu carta de padrão de 20\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (17 de Março de 1649), carta de cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo (16 de Abril de 1649), alvará de quatro moios de trigo e quatro de cevada (11 de Maio de 1650), e carta de padrão de 100\$000 réis nas rendas da Fazenda Real por falecimento do Doutor Fernão de Matos de Carvalho (24 de Junho de 1663).

Observações: O seu pai foi moço de câmara e cavaleiro fidalgo casando-se duas vezes, sendo a mãe do habilitante sua segunda mulher. Casou-se com Isabel da Veiga, sua prima e filha do Desembargador André de Matos de Almada e de sua mulher Luísa da Veiga, de cujo casamento tiveram vários filhos, de entre os quais se destaca José de Matos da Veiga. Foi ainda fidalgo da Casa Real e teve a mercê da Capela-mor da Igreja do Convento de S. Francisco de Estremoz (MM).

Fernando Pires Mourão (formado em direito civil), natural de Lordelo perto de Vila Real, filho de Pedro Mourão e de Maria de Figueira.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Maio de 1722); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Agosto de 1733); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Setembro de 1734); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 11 de Março de 1745); **Desembargador honorário do Desembargo do Paço** (carta de 13 de Março de 1745); **Deputado** (carta de 10 de Julho de 1746); **Deputado das Inquirições de Coimbra e de Lisboa**; **Deputado da Relação do Fisco de Coimbra**.

Observações: Foi cônego doutoral da catedral de Coimbra. Morreu a 15 de Outubro de 1753, sendo sepultado no real convento de S. Vicente de Fora. «*Laureado com a borla doutoral foi assepto ao real Collegio de S. Paulo no dia 24 de*

Outubro de 1712. Foi Lente de Instituta e da cadeira de código. Passou a Desembargador da Relaçam do Porto com posse que tomou em 8 de Agosto de 1722. No Estado eclesiastico que seguio [...]» (MM).

Fernando da Silva Teles Galvão (Bacharel), nascido em 1752, natural de Campo Maior, filho de Fernando Rodrigues Galvão (natural de Campo Maior) e de Gertrudes da Silveira Vila Lobos (natural de Borba), neto paterno de Fernando do Rego Galvão (natural de Campo Maior) e Maria Galhardo Franco da Silva (natural do Alandroal), e neto materno de Sebastião da Silveira Cobelos Vila Lobos (natural de Borba) e Luísa Julia de Meneses (natural de Vila Viçosa). Foi **Juiz de Fora da cidade de Évora** (carta de 18 de Setembro de 1786), provisão de licença de dois meses (19 de Abril de 1793); **Corregedor da Câmara de Elvas** (carta de 28 de Julho de 1796); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado em Desembargador com todo o ordenado de 5 de Junho de 1804), alvará de Desembargador da Relação do Porto (6 de Março de 1805), alvará de assentamento de ordenado de 200\$000 réis (6 de Março de 1805). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (1 de Janeiro de 1761).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1782. O seu pai, o seu avô paterno e o próprio habilitante foram todos fidalgos da Casa Real. «*He o dito habilitando solteiro, de boa vida e costumes, pessoa de qualificada nobreza, pois se sabe que pela parte do Pay tiverão os seus Ascendentes o foro de Fidalgos cavaleiros ate o Bisavô, e pela da May he em qualidade da primeira distincão desta Provincia. [...] e que os sobreditos Avós Maternos forão pessoas de distinta qualidade com fóros de fidalgos nas suas cazas, de boas vidas e costumes sem nota, ou defeito algum. [...] Que nunca servirão officios mecanicos, mas antes pello contrario, empregos dos que costumão exercer as pessoas de qualidade [...]» (LB).*

Fernando Tudela de Castilho (formado em direito civil), também *Fernão Tudela de Castilho*, nascido em 1631, natural de Castelo Branco, filho de Manuel de Castilho e Maria Tudela.

Foi **Juiz de Fora de Arronches**; **Juiz de Fora de Seia**; **Corregedor de Miranda**; **Corregedor do Rossio em Lisboa**; **Auditor-Geral da Cavalaria**; **Desembargador da Relação do Porto** (posse pelo Desembargador Rui Dias de Castro em 3 de Novembro de 1678); **Corregedor do cível** (16 de Março de 1686); **Corregedor do crime** (27 de Janeiro de 1689).

Observações: «*[...] e sendo Juiz proprietario da alfândega quis fazer os seus merecimentos mais verdadeiros em lugares de maior satisfação. [...] Foi a Provincia da Beira pacificar discordias entre nobres e povos por ordem do Soberano, e por outras do mesmo Senhor assistir aos sequestros pertencentes ao Fisco Real, em cujas dependencias deo a conhecer a sua*

prudencia e Literatura. Por Decreto do Senhor Rey Dom Pedro foi condutor do Príncipe grão Mestre da Ordem Teutonica irmão de Serenissima Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neuburg e foi esta função feita com despeza da sua fazenda e credito de sua pessoa, assistindo por Procurador da sua Patria Castelo Branco nas cortes celebradas em 1674, de cujo merecimento foi para Desembargador do Porto.» Morreu a 20 de Janeiro de 1692. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Casou com Maria Soares de Figueiredo, de cujo consórcio nasceu Maria Joana da Costa de Figueiredo, a qual casou com o Desembargador Gaspar de Almeida de Andrade (MM).

Fernão Pereira de Vasconcelos (Bacharel), natural de Lisboa, filho de João Pereira de Vasconcelos e de Damiana Antónia.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** (depois de 1697); **Juiz de Fora da Baía** (1705); **Provedor dos defuntos e ausentes da Baía** (1705); **Ouvidor do Rio de Janeiro** (carta de 18 de Junho de 1714); **Provedor do Rio de Janeiro** (carta de 26 de Junho de 1714); **Juiz Conservador de Junta do Comércio do Rio de Janeiro** (carta de 6 de Novembro de 1714); **Desembargador da Relação da Baía** (depois de 1721). Recebeu alvará de ajuda de custo, provisão de acrescentamento de 100\$000 réis de ordenado como Ouvidor do Rio de Janeiro (31 de Janeiro de 1715), carta de confirmação de sesmaria (13 de Fevereiro de 1732), e carta de confirmação de sesmaria (13 de Outubro de 1735).

Observações: Tinha sido nomeado Ouvidor de Rio das Velhas com promessa de Desembargador da Baía, mas trocou com a Ouvidoria do Rio de Janeiro, tendo sido escuso por resolução de 6 de Fevereiro de 1711.

Filipe de Abranches de Castelo Branco (Doutor), natural de Cabanas na Província da Beira, filho de João de Abranches Castelo Branco e de Beatriz Monteiro de Abreu, neto paterno de Manuel de Figueiredo e Castelo Branco e Leonor de Abranches.

Foi **Juiz de Fora de Viseu** por três anos (carta de 15 de Fevereiro de 1715); **Corregedor da Comarca de Moncorvo** por três anos (carta de 16 de Fevereiro de 1720); **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** por três anos (carta de 15 de Março de 1725), carta de Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa por mais três anos (20 de Janeiro de 1728); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Janeiro de 1731); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 22 de Novembro de 1740); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 16 de Janeiro de 1755). Recebeu provisão para poder sub-rogar certos bens do morgado de S. Tomé de que era administrador (25 de Setem-

bro de 1730), provisão para que o Corregedor da Comarca de Viseu faça as partilhas e inventário dos bens de que o dito trata (15 de Outubro de 1732), apostila de 160\$000 réis de juro (16 de Setembro de 1733), apostila de 20\$000 réis de juro no almoxarifado da Madeira (6 de Maio de 1738), e alvará de uma vida na comenda de São Pedro de Lorosa da Ordem de Cristo (15 de Setembro de 1756).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1714. A sua mãe foi irmã do Desembargador Roque Ribeiro de Abreu. O habilitante casou-se com Doroteia Luísa da Cunha, senhora do morgado instituído por seu tio Manuel da Cunha Sardinha, e por este casamento teve o habilitante a comenda de Larouca na Ordem de Cristo e a Alcaldoria-mor de Arraiolos. A sua mulher era filha ilegítima do Conselheiro ultramarino António Rodrigues da Costa. Deste casamento nasceu Luís de Abranches de Castelo Branco. Depois de viúvo, Filipe seguiu o estado sacerdotal no ano em que foi nomeado ministro da Mesa da Consciência e Ordens. Foi Fidalgo da Casa Real (MM).

Filipe Custódio de Faria (Bacharel em cânones), nascido em 1736, natural de Esposende, filho de António Ferreira de Faria (natural de Esposende) e de Josefa de Faria e Andrade (natural de Vila Nova do Porto), neto paterno de Baltasar Perreira de Faria e Graça de Faria (naturais de Esposende), e neto materno de João de Oliveira Machado (natural da freguesia de S. Cristóvão de Mafemude em Vila da Feira) e Josefa de Andrade (natural de Vila Nova do Porto).

Foi **Ouvidor de Sergipe d'El-Rei** (carta de 20 de Fevereiro de 1788); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado em Desembargador de 3 de Novembro de 1801).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1766. O seu pai foi capitão. «*Pello sumario junto se mostra [...] que o avo Paterno do Bacharel Felipe Custódio de Faria não serviu em tempo algum officio mechanico e que nos seus precípios foy capitam de Navio em que tinha parte, e navegava para Londres; que foi Provedor de Mesericordia e Vereador tratandose a ley da nobreza, e que era da governança, e melhores da terra [...] o pai e o avô [...] se tratavam sempre a ley da Nobreza que forão vereadores, e da governança desta villa e Provedor da Meziricordia, occupação que sempre anda nas melhores da terra, e que nos principios do dito Avo, embarcava para Londres por capitam de hum Navio em que tinha parte, e que o Pay do dito Habilitando também hera capitam de Navio de alto bordo em que tinha parte e que fora piloto em Navio de El Rey para a Carreira da Índia, e ao depois capitão; e que he engano o dezerse ter sido o dito seu Avo pescador, pois nunca tal officio exercitara [...] e que seu Avo Baltazar Pereira de Faria fora capitam de Navio em que tinha parte e Navegava para Londres e sempre forão dos principais da mesma villa e dos da governança della, de forma que como tais servirão de vereadores e Provedores da mezericordia, cargo que exercitam os mais honrrados e que só por equivocação se podia dizer fora o Avo do dito habilitando pescador [...] Senhor Diz*

o Bacharel Felipe Costodio de faria da vila de Espozende, que tendo boas informações da Universidade, pertenceo habilitarse para os lugares de Letras, e sendo ademitido se procedeo nas diligencias da sua habilitação; a qual sendo afinal sentenciada nesta Meza, foy aprovada quanto a pureza de sangue, e reprovada quanto a nobreza, cujo impedimento prezume o supplicante só lhe pode rezultar de ditos de algumas testemunhas mal afectas, porquanto pella parte paterna não se considera o supplicante com impedimento algum, e muito menos pella materna poquanto por esta parte seus Avos viverão de suas fazendas com honra, distincção, e nobreza, e pella Paterna foy o Pay do supplicante cappitam das Naos de Vossa Magestade em que handou varias vezes de Goarda Costa, e fes varias viagens, em Naos, e Navios de serviço da Coroa, e da mesma sorte, entende o supplicante, que por seu Avo paterno lhe não pode servir impedimento algum por este nunca exercitar ocupação alguma mecanica, porque os principios deste foy tratar de Negocios mercantes, fazendo viagens em navios que hião a Londres, e a outros portos do Norte; humas vezes governando os mesmos Navioz em alguns dos quaes teve parte, e outras pasando nelles por conta do seu comercio, de sorte que nelle com fazenda que já tinha ajuntou outra muita, e boa com que deu estado a seus filhos, e descaçando da fadiga daquella vida viveo o resto da sua, em abundancia tratandose com distincção, e a ley da nobreza, de sorte que por isso chegou a ser eleito, e exercitou o cargo de Provedor da Mizericodia daquella vila de Espozende, e veriador da mesma, para os quaes nunca se elegerão pessoas mecanicas nem de inferior condição mas sê das principais e abastadas [...] e porque o supplicante se vê impedido para o fim que pertendia com imposturas e ditos menos verdadeiros de testemunhas que depuzerão [...] pretende o supplicante que Vossa Magestade se digne por sua real grandeza mandar proceder a nova diligencia, em que convença a calunia das testemunhas, e mostrar a verdade que se verá [...]» (LB).

Filipe José Faria (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora da Comarca de Setúbal** (carta de 10 de Setembro de 1779), provisão para estar ausente por dois meses do lugar de Juiz de Fora de Setúbal (9 de Agosto de 1780); **Desembargador da Relação da Baía** com posse na Relação do Porto (carta de 6 de Agosto de 1783).

Filipe Maciel (formado em direito civil; lente de Instituta em 1718), natural de Lisboa, filho de Domingos Maciel e de Maria da Cruz.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** cujo lugar recusou; **Conservador da Nação Inglesa em Coimbra** (alvará de 10 de Março de 1715); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Novembro de 1725); **Deputado do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 26 de Março de 1738); **Promotor, Deputado e Inquisidor da Inquisição de Lisboa**; **Desembargador Agravista supranumerário da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Maio de 1738); **Conservador das três Ordens Militares**

(alvará de 18 de Janeiro de 1742); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 18 de Janeiro de 1755). Recebeu alvará aposentando-o com o mesmo ordenado que tem (17 de Janeiro de 1758).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1707. «Depois que recebeu a borla Doutoral foi assumpto ao Pontifício Collegio de S. Paulo, em que veste beca no dia 6 de Novembro de 1712. [...] foi nomeado em 1721, por D. João V, para ir à Curia Romana para votar [...] foi interprete de latim francês e italiano sabendo escrever em cada uma das líguas referidas [...] Foi Academico dos primeiros Sincoenta; e sendo tão particulares as condiçoens de Filipe Maciel para merecimentos mais avultados lá veyo a cahir em desmeritos não conhecidos e tão somente à alta comprehensão da Magestade secretos, porque foi servido o dito senhor das lre hum exterminio de sincoenta legoas fora da Corte, abolindo-o dos seus empregos da Mesa da Consciencia. No anno de 1757 foi para a villa de Vianna do Minho, cuja terra escolheo para domicilio, e para subsistencia do seu degredo.» (MM)

Filipe Neri da Silva Coutinho (Bacharel), nascido em 1766, natural de Évora, filho de Manuel da Silva Coutinho e de Maria Joaquina Taborda. Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Agosto de 1807). Recebeu carta de cosmógrafo da Comarca de Évora (25 de Fevereiro de 1803), alvará de mercê do terreno de dois baluartes das muralhas que cercam a fortaleza aquinada de Coimbra (31 de Março de 1803), e provisão para serem vedadas aos gados alheios as suas herdades de Maria Dona e de Pais nos Coutos de Alvito (15 de Junho de 1818).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 3 de Novembro de 1807 (HOC).

Filipe Ribeiro da Silva (Doutor), natural de Braga, filho de José da Silva Vieira e de Maria Ribeira.

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** por três anos (carta de 9 de Agosto de 1716); **Juiz de Fora do Pombal e Redinha** por três anos (carta de 28 de Fevereiro de 1721); **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 13 de Setembro de 1725); **Corregedor das Ilhas dos Açores** por três anos (carta de 20 de Fevereiro de 1734), provisão para vestir beca (20 de Fevereiro de 1734); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Novembro de 1739), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (26 de Janeiro de 1740), provisão de licença por tempo de dois meses (12 de Julho de 1744); **Corregedor do cível da Relação do Porto**; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1745); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 8 de Novembro de 1749).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1716. «[...] foi promovido para o Senado da Camara donde há alguns annos não reside per cauza das suas continuas enfermidades.» (MM)

Firmino de Magalhães Sequeira da Fonseca (Bacharel).

Foi **Provedor de Tomar** (carta de 30 de Janeiro de 1778), apostila de declaração para no actual lugar de Provedor da Comarca de Tomar ter o predicamento de primeiro Banco (28 de Junho de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Fevereiro de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Janeiro de 1794); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 16 de Abril de 1795), carta do título de Conselheiro (28 de Abril de 1795); **Chanceler-mor da Relação da Baía** (provisão de assentamento de mantimento de 20 de Abril de 1795), carta do lugar de Chanceler da Relação da Baía (22 de Abril de 1795); **Deputado da Junta de Administração do tabaco** (alvará de um lugar de 9 de Outubro de 1802). Recebeu provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Castelo Branco imposto por Pedro Mendes de Matos (3 de Setembro de 1789), provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Tomar (31 de Maio de 1798), e provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Tomar impostos por Aires Pinto (16 de Junho de 1798).

Florêncio de Abreu Parada (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Fronteira** (carta de 26 de Junho de 1784); **Juiz da cidade de Mariana** (carta de 22 de Março de 1802), alvará de Juiz de Fora (28 de Junho de 1802); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes da cidade de Mariana** (alvará de 26 de Março de 1802); **Corregedor da Comarca de Aveiro** (carta de 27 de Julho de 1807); **Superintendente das décimas da Ajuda** (alvará de 25 de Agosto de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1813).

Florêncio José Xavier Nogueira (Bacharel), natural do Porto e baptizado na freguesia de Santo Ildefonso, filho de João Xavier Nogueira (natural de Lisboa) e de Teresa Luísa Xavier Malheiras Lobo (natural do Porto), neto paterno de Pedro Lopes Nogueira (natural de Tavira) e Plácida Teresa Xavier (natural de Lisboa), e neto materno de Francisco de Almeida Cabral (natural de Vila da Feira) e Maria do Nascimento de Malheiro Lobo (natural de Ponte de Lima).

Foi **Corregedor da Comarca de Tomar** (carta de 22 de Junho de 1778), carta de recondução no lugar de Corregedor de Tomar (7 de Dezembro de 1781); **Ouvidor do Mestrado de Cristo** (carta para entrar nas vilas e termos pertencentes à Ordem de Cristo como Ouvidor do dito Mestrado de 23 de Julho de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Dezembro de 1789). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (2 de Julho de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis em um dos Almoarifados do Reino com o hábito de Cristo (21 de Maio de 1779), e alvará de foro de cavaleiro fidalgo (15 de Julho de 1782).

Observações: No ano em que fez a sua habilitação para a Ordem de Cristo estava a servir o lugar de Corregedor de Tomar. O seu pai foi médico da Câmara Real, e cavaleiro professo na mesma Ordem (informação de 1779) (LB).

Francisco de Abreu Couceiro (Bacharel em cânones), nascido em 1681, natural de Lisboa, filho de Miguel de Abreu Couceiro (natural da freguesia de Nossa Senhora dos Mártires em Lisboa) e de Leonor de Paiva (natural da freguesia da Sé em Lisboa), neto paterno de Manuel de Abreu (natural da freguesia de S. Martinho em Sintra) e Mariana Couceiro (natural da freguesia de Santa Maria Madalena em Lisboa), e neto materno de António Lopes Leal (natural de Óbidos) e Helena de Paiva Moreira (natural da freguesia da Sé em Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** (carta de 2 de Maio de 1708); **Juiz de Fora da cidade de Miranda** (carta de 18 de Setembro de 1711); **Corregedor da Comarca de Tomar** (carta de 22 de Setembro de 1716); **Almoarifado do Almoarifado das Sisas de Sintra** (carta de quitação de 17 de Junho de 1727), carta de quitação (3 de Junho de 1730); carta de quitação (2 de Junho de 1733); **Memposteiro-mor dos cativos do Bispado de Viseu** (carta de quitação de 6 de Outubro de 1728); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de mercê do cargo de 22 de Dezembro de 1739); **Superintendente-Geral das dízimas do termo de Lisboa** (carta de 22 de Novembro de 1740); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Novembro de 1740), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (16 de Dezembro de 1740). Recebeu alvará de 750\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (18 de Setembro de 1711), provisão para que possa fazer procuração na causa de que faz menção (26 de Abril de 1725), provisão para que se possa conhecer da justiça de uma sentença apelada ainda que os embargos a ela fossem apresentados dentro dos 10

dias da lei (5 de Outubro de 1730), carta de padrão de 38\$000 réis de tença (22 de Março de 1734), carta de quitação (28 de Julho de 1739), carta de quitação (3 de Agosto de 1742), carta de quitação (9 de Fevereiro de 1746), carta de quitação pelo ajustamento de contas como executor que foi do Almoxarifado da vila de Sintra (14 de Dezembro de 1748), e provisão de mercê do ofício de escrivão do Juízo e cível da cidade sendo apto (9 de Maio de 1750).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1706. «*Consta mais que seu Pay he proprietário de hum dos officios do Juizo do Cível da cidade e cavaleiro professo do habito de Christo, e que o dito seu Avo paterno fora tambem do mesmo officio proprietario, e cavaleiro professo da ordem de Avis, e que nesta Corte não exercitarão nunca officio algum mechanic*» (LB).

Francisco de Abreu Pereira de Meneses (Doutor), nascido em 1765, natural de Viana, filho de Francisco de Abreu Pereira Cirne Peixoto.

Foi **Procurador-Geral e Promotor Fiscal das Três Ordens Militares** (carta de 6 de Outubro de 1784); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Março de 1786); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Abril de 1795); **Conselheiro** (carta de 23 de Julho de 1802). Recebeu alvará de moço fidalgo (17 de Agosto de 1782), e provisão de comissão para Juiz privativo do inventário dos bens de seu tio (21 de Janeiro de 1795).

Observações: No ano de 1803 foi morador no Paço da Rainha. Durante 1805 e 1812 morou no Campo de Santa Ana, e em 1814 no Pátio do Torel (LB).

Francisco de Alarcão Velasques Sarmento (D.)

(Bacharel em leis), nascido em 1790, filho de João Velasques Sarmento de Vasconcelos e Alarcão e de Maria de Mello Correia da Fonseca de Andrade (natural do lugar do Espinhal no termo de Penela), neto paterno de D. Manuel Caetano Velasques Sarmento e Inês Margarida Arnaut de Salazar (naturais do lugar de Espinhal no termo de Penela) e neto materno de Silvério Correia da Fonseca e Andrade e Ana Aldonça de Deus Dará (naturais de Montemor o Velho). Foi **Corregedor do cível da cidade de Lisboa** (carta de confirmação da nomeação que os governadores do Reino lhe fizeram do lugar de 29 de Dezembro de 1815), provisão de licença por certo tempo (9 de Agosto de 1817); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício na Casa da Suplicação (provisão para tomar posse do lugar de 23 de Agosto de 1819); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Abril de 1825). Recebeu carta de profissão de

hábito (8 de Janeiro de 1824), e alvará de fidalgo cavaleiro (24 de Novembro de 1829).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1814 (LB).

Francisco de Almeida de Brito (Bacharel), nascido em 1656, natural de Setúbal, filho de António de Almeida de Brito e de Inês Pombo (naturais de Setúbal), neto paterno de Soeiro da Costa de Vila Lobos (natural de Lagos) e Maria Soares de Quadros (natural de Setúbal), e neto materno de Manuel Jorge e Joana Pombo (natural de Setúbal).

Foi **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 25 de Julho de 1689); **Provedor da Fazenda da Ilha dos Açores** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará); **Conservador da nação Alemã** (alvará); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará); **Juiz da Chancelaria** (carta de 10 de Março de 1709); **Juiz dos Feitos dos ausentes confiscados** (carta de 5 de Abril de 1710); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 9 de Dezembro de 1711); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Outubro de 1715), carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (16 de Outubro de 1719); **Juiz da Coroa** (carta de 24 de Outubro de 1715); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 24 de Outubro de 1715). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis mensais e um alqueire de cevada (8 de Janeiro de 1687), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito (28 de Agosto de 1699), alvará para tomar posse por procurador, alvará de ajuda de custo, alvará para vestir beca, e padrão de 18\$000 réis de tença.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1681. Foi morador em Lisboa. O seu pai foi capitão. O seu avô materno era licenciado. «[...] *pessoa muito nobre por seus Pays e Avos, e das Principais familias deste Reyno [...]*» (LB).

Francisco de Almeida e Mendonça (Bacharel).

Foi **Corregedor e Provedor do Porto** (carta de 2 de Março de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** continuando no lugar de Corregedor da cidade do Porto (carta de 4 de Março de 1789); **Superintendente do tabaco da cidade do Porto** (alvará de emprego de 11 de Março de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Setembro de 1794); **Superintendente da alfândega** (alvará de ordenado de 18 de Março de 1796); **Juiz Conservador do contrato do sal do Brasil** (provisão de 20 de Novembro de 1797); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1800); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 26 de Maio de 1802); **Deputado honorário** (carta de 28 de Maio de 1802); **Juiz**

Geral das Reais Coutadas (carta de 18 de Março de 1803); **Juiz Geral das Minas Gerais** (carta de 18 de Março de 1803); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de 5 de Maio de 1804). Recebeu carta de padrão de tença de 118\$000 réis na alfândega da cidade do Porto que são os mesmos que seu pai possuía (5 de Março de 1787), carta de padrão de tença de 60\$000 réis no Almoarifado da cidade do Porto que são os mesmos que seu pai possuía (7 de Março de 1787), apostila de tença de 12\$000 réis na alfândega da cidade do Porto a título de hábito da Ordem de Cristo (8 de Março de 1787), carta de padrão de tença de 8\$000 réis no Almoarifado de Guimarães que são os mesmos que seu pai possuía (10 de Março de 1787), carta de padrão de tença de 50\$000 réis no Almoarifado da alfândega da ilha do Faial que são os mesmos que seu pai possuía (15 de Março de 1787), carta de padrão de tença de 50\$000 réis no Almoarifado da alfândega da ilha Graciosa que são os mesmos que seu pai (15 de Março de 1787), carta de comenda de S. João Baptista de Beja da Ordem de Cristo como Visconde de Vila Nova do Souto de El-Rei (16 de Dezembro de 1788), alvará da comenda de S. Martinho do Bispo da Ordem de Cristo (30 de Janeiro de 1798 e 23 de Julho de 1805), alvará de Alcaldoria-mor de Marialva (9 de Agosto e 9 de Outubro de 1804), e alvará do Senhorio de Ponte da Barca ao filho primogénito João de Almada (13 de Outubro de 1804).

Francisco de Almeida Pinto (Bacharel).
Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1702).

Francisco Álvares Godinho (Bacharel em cânones), também *Francisco Alves Godinho*, natural do Alvito, filho de Romão Álvares e de Teresa Maria de Jesus (naturais do Alvito), neto paterno de Gregório Alvares e Joana Godinho (naturais do Alvito), e neto materno de Francisco Mendes e Francisco Rodrigues (naturais de Beja).

Foi **Juiz de Fora de Viana do Minho** (carta de recondução de 2 de Fevereiro de 1780), provisão para estar ausente por dois meses do lugar de Juiz de Fora de Viana do Minho (20 de Setembro de 1780), provisão para a Comarca da dita vila lhe dar mais 50\$000 réis de aposentadoria (10 de Março de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado em um lugar de 12 de Junho de 1805). Recebeu provisão para conhecimento de causa (20 de Julho de 1789).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1768. «[...] e dos que no seo paiz vivem em concideração e figura de nobres, com cavalgaduras, criados, paramentos, e habitações decen-

tes [...] não só não exercitarão occupação alguma plebêa; mas antes vivendo de suas fazendas e negociacôens provenientes dos seus frutos [...]» (LB).

Francisco Álvares de Neiva (Licenciado), nascido em 1662, natural de Castelo de Neiva, filho de João Afonso e de Maria Álvares.
Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1691).

Francisco Álvares da Silva (Bacharel), natural da Baía e baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, filho de José Álvares da Silva (natural de Viana do Minho) e de Águeda Maria do Sacramento (natural de Cachoeira na Comarca da Baía), neto paterno de Francisco Álvares de Carvalho e Maria Álvares da Silva (naturais de Viana do Minho), e neto materno de Lourenço Correia Lisboa (natural de Lisboa) e Maria dos Santos e Magalhães (natural da vila da Cachoeira).

Foi **Juiz de Fora da cidade de Leiria** (carta de 11 de Setembro de 1769); **Provedor dos hospitais de Torres Vedras** (alvará de 12 de Outubro de 1772); **Ouidor da alfândega** (carta de 1 de Novembro de 1774); **Tabelião e Escrivão dos órfãos da vila da Cachoeira** na Comarca da Baía (alvará de 20 de Novembro de 1777); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Maio de 1779); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Setembro de 1789); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 18 de Abril de 1795); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Dezembro de 1799), carta de privilégio de Desembargador (2 de Maio de 1800); **Conselheiro** (carta de Conselho de 14 de Novembro de 1801). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (6 de Agosto de 1769), carta de propriedade de ofício (14 de Maio de 1778), e licença para nomear serventuário nos officios de Escrivão Tabelião e Escrivão dos órfãos da vila da Cachoeira na Comarca da Baía (28 de Julho de 1778). **Observações:** No ano da sua habilitação para a Ordem de Cristo (1769) desempenhava as funções de Juiz de Fora da cidade de Leiria. Foi assistente na cidade de Lisboa, na travessa de Santo António do Pombal. O seu avô materno foi tenente-coronel das ordenanças da vila da Cachoeira. «[...] José Alvares da Silva, a onde há muitos annos assiste com negocio grosso e he dos principais comerciantes da mesma cidade a onde he familiar do Santo Officio, e tem servido cargos nobres e de bom tratamento, e por elle testemunha ser natural da villa de Vianna do Minho sabe por ser publico que o Pay do Habilitando he da mesma villa natural, a onde estudou, e depois tranzitando para a Bahia lá se estabeleceu em um negócio [...] ainda a propósito do seu pai: [...] home de negocio de fazendas em grosso com caixeiros e de noble tratamento, he familiar do Santo Officio e exersitou as ocu-

pações nobres da mesma cidade como de veriador, e outros semelhantes [...] o Doutor António de Magalhães Correa, irmão inteiro e legitimo do Habilitando, que nesta Corte foi Juiz do crime do Bairro do Mocambo e he profeco na Ordem de Christo [...]» (LB).

Francisco Alves de Andrade (Bacharel em cânones), natural de Cachoeira na Baía, filho de Francisco Alves de Andrade (natural de Lisboa) e de Teresa de Jesus do Nascimento (natural da vila da Cachoeira na Baía), neto paterno de Manuel Alves Magalhães e Maria Rosa (naturais de Lisboa), e neto materno de Domingos Alves Caminha (natural de Cachoeira na Baía) e Luísa de Araújo Rocha (natural de Maragogipe na Baía).

Foi **Juiz de Fora da cidade do Funchal** da Ilha da Madeira (carta de 13 de Agosto de 1770); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 3 de Outubro de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Junho de 1802), alvará de aposentado na Relação do Porto com o ordenado por inteiro (31 de Janeiro de 1804), alvará de aposentamento de ordenado por inteiro como aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (22 de Março de 1805). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares de letras do Senado da Câmara de Lisboa (8 de Outubro de 1764).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1759. «[...] sendo o Pay do dito habilitando Familiar do Santo Officio [...] livres também de toda a mecanica por serem pessoas que sempre se tratarão com muita nobreza e destinação vivendo huns das suas fazendas e outros de negociarem em mandar carregações nas Frotas, servindo alguns dos mesmos, como he o pai do habilitando referido nos officios nobres da camera e republica [...]» (LB).

* **Francisco de Andrade Leitão** (Doutor; formado em direito civil; lente de Instituta), natural de Condeixa, filho de Manuel Fernandes de Almada e de Antónia de Andrade, neto materno de Belchior de Andrade e Catarina Leitão.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** com toga (14 de Setembro de 1626); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (17 de Junho de 1628); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 11 de Janeiro de 1641); **Deputado** (17 de Janeiro de 1641); **Desembargador suplente do Desembargo do Paço** com posse (carta de 15 de Janeiro de 1641). Recebeu alvará para que tenha 300\$000 réis enquanto não for provido em comenda (15 de Outubro de 1646), alvará de administração da comenda de S. Martinho das Freichiadas por mais dois anos (28 de Outubro de 1651), carta de comenda de S. Martinho das Freichiadas (23 de Janeiro de 1652), carta de

comenda de S. Martinho das Freichiadas da Ordem de Cristo e a pensão de 20\$000 réis com o hábito de Cristo (14 de Março de 1656), e carta de quitação.

Observações: Em 1641 foi nomeado embaixador, juntamente com Antão de Almada, para a embaixada à Corte inglesa e, no ano seguinte, à da Holanda. «*No anno de 1648 o mandou o mesmo Rey [D. João IV] com o titulo de Plenipotenciario e seu socio o Desembargador Luis Pereira de Castro ao congresso da Paz celebrada em Munstar e Osnaburg, cujo ministerio lhe causou universal aplauzo.*» Foi cavaleiro do hábito de Cristo e fidalgo da Casa Real. Morreu em Lisboa a 17 de Maio de 1655, e foi sepultado na Igreja do convento de S. Domingos. Casou-se com Ana Leitão Godinho, de cujo consórcio nasceu Antónia de Andrade, sua única filha, que casou com Francisco Machado de Brito, os quais foram pais de Pedro Machado de Brito, que foi brigadeiro e general de batalha (MM).

Francisco André de Ochoa (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Monforte do Rio Livre** (carta de 22 de Outubro de 1772), provisão de licença para estar ausente do dito lugar de Juiz de Fora de Monforte do Rio Livre (26 de Outubro de 1776); **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** (carta de 19 de Março de 1787), provisão de licença de dois meses do dito lugar (19 de Julho de 1790); **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de 24 de Janeiro de 1794); **Corregedor de Miranda** (carta de 5 de Dezembro de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 24 de Abril de 1819), aposentado na Relação do Porto com o ordenado por inteiro (24 de Abril de 1819). Recebeu provisão de extinção de sete missas impostas em sete pedaços de terra no lugar de Calvete (11 de Dezembro de 1800), provisão de extinção de seis missas impostas no Lameiro de Valdrijo ou Rodo no limite de Iseda (11 de Dezembro de 1800), provisão de extinção de seis missas impostas na Cortinhã no sítio dos Pereiros limite do lugar de Iseda (11 de Dezembro de 1800), provisão que declara os salários dos inventários a saber o juiz 100\$000 réis o escrivão 50\$000 réis e o meirinho 12\$800 réis (22 de Novembro de 1800), carta de ofício (8 de Novembro de 1809), (e a sua mulher) e carta de confirmação de doação de bens que os ditos fizeram a sua filha Roquina Victória de Ochoa para casar com Martinho José de Morais Sarmento (15 de Novembro de 1819).

Francisco António Berquó da Silveira (Doutor), também *Francisco António Berco da Silveira*.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 27 de Março de 1752); **Ouvidor-Geral da Comarca do Rio de Janeiro** (provisão de ajuda de custo com o lugar de 7 de Maio de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação**

(carta de 27 de Outubro de 1768); **Ouidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1771).

Francisco António Duarte da Fonseca Montanha (graduado em leis, lente de primeira cadeira de Instituições de leis da Universidade de Coimbra em 1803), nascido em 1748, natural de Coimbra e baptizado na freguesia de S. João de Almedina, filho de João Duarte da Fonseca e de Maria Madalena da Costa Montanha, neto paterno de Miguel Duarte da Fonseca e Jacinta de Oliveira, e neto materno de Domingos da Costa Montanha e Maria da Silva e Veiga (todos naturais de Coimbra).

Foi **Desembargador honorário dos Agravos da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Janeiro de 1803); **Vice Reitor da Universidade de Coimbra** (1812); **Deputado** (14 de Setembro de 1818). Recebeu beca (4 de Fevereiro de 1788).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1778. Em 1823 está doente e é o responsável pela organização da Leitura de Bacharéis. Foi cavaleiro professor na Ordem de Cristo. O seu pai foi «[...] Lente nesta universidade na faculdade de Medicina e o Avo materno advogado nos auditorios desta mesma cidade [...] conheceu elle testemunha a quatro filhos mais do Avo Materno religiosos [...] e o Avo Paterno tambem tivera outro Ecclesiastico Presbitro do habito de Sam Pedro [...] é-lhe consedida a graça de se habilitar para a Ordem de Cristo com idade inferior a 18 anos por ser filho do Doutor João Duarte da Fonseca: [...] E como agora esta ja em idade de quazi onze annos, com corpo sufficiente para mover as armas, sem que haja tambem perigo de indecencia no habito, pois he filho de hum lente, e se trata com nobreza e decencia [...] e ja boa inteligencia da lingua latina, tudo motivos, porque Vossa Magestade muitas vezes tem feito a graça de dispensar na falta de idade a filhos de officiais que o servem [...]». Entre 1820 e 1823 foi morador na Rua da Fé n.º 25 em Lisboa (LB).

Francisco António Gravito (formado em direito civil e canónico), nascido em 1720, natural de Aveiro, filho de Manuel Simões da Cruz e de Teodósia Maria, neto paterno de João Simões Gravito e Helena da Cruz, e neto materno de Julião Dias de Arouca e Luísa Maria (todos naturais de Aveiro).

Foi **Juiz de Fora de Valença** (carta de **Juiz de Fora de Alijó e Lordelo** de 15 de Novembro de 1759), alvará de ordenado de 106\$666 réis de ordenado (2 de Março de 1761); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Março de 1763), provisão de 30\$000 réis de aposentadoria por ano (10 de Setembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Março de 1774); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta

de 10 de Março de 1779); **Superintendente das obras na Barra de Aveiro** (1783). Recebeu padrão de tença (30 de Janeiro de 1766), e provisão para ser Juiz e administrador da casa de Rodrigo de Azevedo Sá Coutinho (9 de Setembro de 1774).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1745. Era casado. Os seus pais foram moradores na freguesia de Vera Cruz em Aveiro. Os seus avós de ambos os lados foram moradores na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Comarca da Esgueira. «[...] com vários parentes ecclesiasticos e do Santo Officio [...] o Pay foi juiz de Fora duas vezes e os Avos servirão nesta villa os cargos de honra e nella forão cidadoens e se tratarão sempre a ley da nobreza [...]» (LB).

Francisco António Maciel Monteiro (Bacharel). Foi **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes da cidade da Baía** (alvará de ofício de 17 de Setembro de 1795); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de 26 de Agosto de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Dezembro de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Setembro de 1825); **Ajudante substituto do Procurador da Fazenda** (carta de 11 de Abril de 1826), alvará de ordenado de 12\$000 réis a mais como ajudante do Procurador da Fazenda (23 de Maio de 1826); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Fevereiro de 1829). Recebeu carta do hábito de Cristo (18 de Dezembro de 1805), carta de mercê de hábito com 12\$000 réis de tença (23 de Fevereiro de 1806), provisão para gozar do privilégio fiscal a respeito do que lhe ficou devendo o cobrador da décima da freguesia de Santa Catarina (18 de Setembro de 1821), e provisão para cobrar executivamente vários dívidas (9 de Setembro de 1822).

Francisco António Marques Giraldes de Andrade (Bacharel), também *Francisco António Marques Giraldes*, natural de Idanha-a-Nova, filho de Fernando Afonso Giraldes (natural de Idanha-a-Nova) e de Brites Maria de Andrade Couto, neto paterno de Bartolomeu Nunes Cardoso Giraldes e Catarina Nunes, e neto materno de Francisco Marques de Andrade e Francisca Nunes.

Foi **Deputado da Mesa Pequena do Santo Officio de Lisboa**; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Dezembro de 1751); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de um lugar ordinário no tribunal da Mesa da Consciência e Ordens de 31 de Agosto de 1767); **Chanceler das três Ordens Militares** (carta de 24 de Outubro de 1785), alvará de ordenado de Chanceler das três Ordens Militares (15 de Novembro de 1785). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (12 de Dezembro

de 1750), padrão de 140\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino que lhe renunciou Maria da Fonseca da Silva Pegado pelos serviços de seu marido (7 de Outubro de 1785), provisão para a Comarca da vila da Idanha-a-Nova lhe dar aforamento (3 de Abril de 1789), alvará de capela instituída na vila de Abrantes pelo Prior Furtado administrada por Teresa António Machado para seu sobrinho Fernando Afonso Giraldes de Andrade e Meneses vassallos da casa de Bartolomeu Giraldes de Andrade (29 de Fevereiro de 1792), e alvará de administração de capela para se unir à casa instituída pelo Prior Giraldes Vaz de Carvalho na vila de Monsanto para seu sobrinho Fernando Afonso Giraldes de Andrade e Meneses (29 de Fevereiro de 1792).

Observações: Leitura de Bacharel em 1750. «[...] *seus Pais e Avos em nenhum tempo exercitarão officio macanico, antes são e erão pessoas de conhecida nobreza, e dos principais da sua Comarca e Provincia da Beyra baixa, e aparentados com os melhores della sendo os ditos seus Avos primos do Conselheiro da Fazenda Domingos Marques Geraldles, e do Deputado da Mesa da consciencia Domingos Barreyros Leytão que foi enviado à Corte de Roma, e que as Avós erão irmãs e filhas de Gonçalo Vas Nunes, este irmão inteiro do Desembargador Manuel Vaz Nunes e de Domingos Vas Nunes que ambos forão cavaleiros da Ordem de Cristo, e primos do Desembargador Gonçalo Vas Preto Pay do actual Desembargador do Paço José Vas de Carvalho [...]* e que o dito habeletando he sacerdote Freyre de Avis, Deputado do Santo Officio [...] e servio naquelle Tribunal [Casa da Suplicação] athe que no de 1758 no mez de Março foi excuzo do serviço Real por ordem régia, que abrangue a outros Ministros [...]. He cônego na Sé do Porto [1763] [...]» (LB).

Francisco António Mourão (Bacharel).

Foi **Corregedor de Viana** (carta de 8 de Março de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Outubro de 1792).

Francisco António Pinheiro da Fonseca Vieira da Silva (Bacharel em leis), nascido em 1739, natural da freguesia dos Mártires em Lisboa, filho de João Pinheiro da Fonseca (natural de Arneiros no subúrbio de Lamego) e de Ana Angélica da Silva Vieira (natural da freguesia de S. Mamede em Lisboa), neto paterno de Manuel Pinheiro da Fonseca (natural de Arneiros) e Ana Isabel Maria Ribeiro (natural de Torre de Moncorvo), e neto materno de Domingos da Silva Vieira (natural da freguesia de Fonte Arcada em Póvoa do Lanhoso) e Páscoa Maria dos Anjos (natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa). Foi **Corregedor da Comarca de Lamego** (carta de 25 de Fevereiro de 1778), carta de recondução de Corregedor da Comarca de Lamego (14 de Ou-

tubro de 1783), reconduzido fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto no lugar de Corregedor de Lamego (19 de Outubro de 1789), carta de recondução em Corregedor da Comarca de Lamego (19 de Outubro de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Outubro de 1789). Recebeu carta de padrão de tença de 20\$000 réis (15 de Novembro de 1757), provisão para o Provedor de Lamego fazer um inventário e partilhas (23 de Abril de 1787), e provisão de licença para poder contratar com vários proprietários de terras para por elas conduzir certa água a sua quinta no distrito de Vila Nova de Souto D'El-Rei (18 de Agosto de 1790). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1762. O seu pai era Desembargador e moravam no Cardeal, na freguesia de S. José em Lisboa. O seu avô paterno foi familiar do Santo Offício. «*Nenhum dos mesmos exercitou officio algum mechanico, antes sempre se tratarão com muita distincção vivendo o dito Avoo materno com carruagens, creados de negocios em negocios de trato groço, e o paterno de seus morgados e fazendas [...]*». Os seus avós maternos foram moradores na rua da Cordoaria Velha em Lisboa. Quando o suplicante se habilitou para a Ordem de Cristo (1757), tinha apenas 14 anos (LB).

Francisco António da Silva (Bacharel em cânones), nascido em 1722, natural de Vila do Conde, filho de António Rodrigues da Silva e de Domitila Maria Caetana de Almeida (naturais de Vila do Conde), neto paterno de José Rodrigues da Silva e Clara da Silva Ferreira (naturais de Vila do Conde), e neto materno de Manuel da Costa Silva e Sebastiana Maria de Almeida.

Foi **Juiz dos órfãos da cidade do Porto** (carta de 24 de Julho de 1750); **Corregedor de Viana** (carta de 20 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Dezembro de 1778).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1747. O seu pai foi Desembargador da Relação do Porto, e o seu avô materno bacharel. «[...] *o avo paterno foi da governança da dita Vila do Conde a onde servio de Procurador, e Almotacê, e o materno foi advogado de boa notta na cidade do Porto e na mesma Almotacê.*» O habilitante era casado (LB).

Francisco António Sousa Silveira (Bacharel em leis), nascido em 1745, natural de Braga, filho de António de Sousa da Silveira e de Custódia Maria da Guerra e Cunha (natural de Guimarães), neto paterno de Baltazar de Sousa e Plácida da Silveira (natural de Guimarães), e neto materno de Manuel Lopes da Guerra e Angélica Maria da Cunha (naturais de Guimarães).

Foi **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta de 19 de Janeiro de 1774); **Corregedor de Aveiro** (carta de 7 de Maio de 1779), carta de Corregedor de Aveiro

com predicamento de primeiro Banco (7 de Maio de 1779); **Superintendente dos Tabacos do Minho** (26 de Junho de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de recondução de Superintendente do tabaco da Província do Minho fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto de 4 de Abril de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Fevereiro de 1800); **Conselheiro** (carta de Conselho de 30 de Outubro de 1801); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 13 de Novembro de 1801); **Chanceler da Relação da Baía** (carta do lugar e provisão de aforamento de ordenado de 20 de Fevereiro de 1802). Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo (3 de Abril de 1779), comenda da Ordem de Cristo da lotação de 600\$000 réis e de uma vida mais nela para seu filho João Miranda e Sousa da Silveira (17 de Setembro de 1816), e portaria de mercê de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 600\$000 réis (17 de Setembro de 1816).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1766. O seu pai foi bacharel e, no ano da leitura do habilitante, encontrava-se ao real serviço, sendo Desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo. O seu avô materno foi almoxarife e Juiz dos direitos da vila e Comarca de Guimarães. Tem um irmão formado em leis, cavaleiro da Ordem de Cristo, e familiar do Santo Ofício, que se chama João José de Sousa Silveira, um ano mais velho que o habilitante e natural de Guimarães. «[...] gozão notoria nobreza: Pello Pay, em razão do dito habito, e de haver servido a Vossa Magestade em varios lugares de Letras, ocupando actualmente o de Juiz do Tombo da Raynha Fidelissima Nossa Senhora nesta villa; Pello Avo Paterno, por viver à ley da mesma nobreza, e pello materno, por servir a dita Augustissima Senhora no emprego de Juiz Almoxarife do seu reguengo de que era proprietario [...]» (LB).

Francisco de Assis da Fonseca (Bacharel em leis), nascido em 1758, natural de Lisboa, filho de Manuel Rodrigues da Fonseca (natural da freguesia de S. Miguel de Sousendo no termo da vila da Fonte Arcada em Trancoso) e de Maria Rosa de Jesus (natural da freguesia de Santa Eulália de Pensalvos em Vila Pouca de Aguiar), neto paterno de João Rodrigues (natural do lugar do Freixinho em Trancoso) e Isabel da Fonseca (natural de S. Miguel de Sousendo), e neto materno de Filipe Martins de Aguiar e Maria Álvares (natural de Pensalvos).

Foi **Corregedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 10 de Setembro de 1798), carta de recondução do lugar de Corregedor da Comarca de Moncorvo (24 de Janeiro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Fevereiro de 1810). Recebeu padrão de 60\$000 réis de pensão (13 de Outubro de 1786).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1783. Foi morador na Rua das Partes da Cruz. O seu avô materno foi capitão de ordenanças. «[...] sempre foram conhecidos por pessoas nobres pois o dito Filipe Martins de Aguiar foi cavaleiro do habito de Cristo; e não consta que servissem officio algum mecanico [...] o dito seu Pay nunca exercera occupação mecanica: pois sempre foi comerciante de grosso tracto, e presentemente vive com abundancia e luzimento dos grandes rendimentos que tem, procedidos dos muitos bens de raiz que possuie [...]» (LB).

Francisco de Atouguia Bettencourt de Lira (Bacharel em cânones), nascido em 1718, natural da vila da Calheta na freguesia do Espírito Santo da Ilha da Madeira, filho de Cristóvão de Atouguia Bettencourt e de Ana Emerenciana de Lira, neto paterno de Cristóvão de Atouguia Bettencourt e Isabel Maria Berenguer, e neto materno de Furtuoso Pires da Cunha e Luzia de Santo António (todos naturais da vila da Calheta na freguesia do Espírito Santo da Ilha da Madeira).

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente de 10 de Janeiro de 1756); **Ouvidor-Geral da Comarca de Goiás** (carta de 11 de Outubro de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Setembro de 1771); **Deputado extraordinário e Secretário da Real Mesa Censória** (carta de 8 de Outubro de 1771).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1746. «[...] que se Pay e Avos longe de exercitarem officios mecanicos, occuparão sempre os honrosos da Republica; e quanto ao procedimento do dito Bacharel achey que fora sempre na Ilha sesudo e bem procedido, e que depois que se auzentara para o Reyno, onde não constava estivesse cazado [...] o qual tem hum seu tio familiar do Santo officio e alguns parentes que forão tambem familiares do Santo officio [...]» (LB).

Francisco Azevedo Coutinho (Bacharel em leis), nascido em 1762, natural de Aldeia Golegã do Ribatejo e baptizado na Igreja Matriz, filho de António de Azevedo Coutinho (natural de Soure) e de Marcelina Perpétua de França e Faro (natural de Benavente), neto paterno de Manuel Marques de Oliveira e Luísa Pinto de Azevedo (naturais de Soure), e neto materno de Martim de França e Faro (natural de Benavente) e Paula de Córdova Pereira (natural de Santarém).

Foi **Corregedor da Comarca do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1779), provisão para usar beca honorária com o lugar de Corregedor da Comarca do Porto (4 de Novembro de 1779), provisão para

estar ausente dois meses do lugar de Corregedor da Comarca do Porto (27 de Setembro de 1780); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Março de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1793); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Dezembro de 1799); **Procurador da Fazenda** (carta de 28 de Maio de 1801), carta de **Conselheiro Real da Fazenda** servindo de Procurador dela (24 de Dezembro de 1804); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 7 de Janeiro de 1805). Recebeu provisão para receber 259\$157 réis que estavam depositados no cofre da extinta companhia do Pará e Maranhão (29 de Março de 1787).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1762. O seu pai foi Desembargador, e o seu avô paterno ocupou lugares trienais (LB).

Francisco Baía Teixeira (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com posse (alvará de 1 de Setembro de 1643); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Janeiro de 1650); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício (carta de 23 de Agosto de 1658); **Deputado** (carta de 14 de Dezembro de 1662), carta de Deputado supranumerário (5 de Dezembro de 1671); **Conselheiro de Estado** (carta 5 de Março de 1663).

Observações: Foi lente no Colégio de S. Pedro (MM).

Francisco Baptista Rodrigues (Bacharel), nascido em 1754, natural de Lisboa, filho de Francisco Baptista Rodrigues e de Maria Madalena Quintoa.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (carta de 20 de Fevereiro de 1783); **Provedor de Tomar** (carta de 3 de Julho de 1787); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 17 de Agosto de 1801).

Francisco Barradas de Mendonça (Bacharel).

Foi **Ouidor do Maranhão** criado de novo (1644); **Provedor dos defuntos e ausentes do Maranhão** (1644); **Provedor-mor dos defuntos e ausentes do Brasil** (1650); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Março de 1653). Recebeu alvará de ordenado.

* **Francisco Barreto** (Bacharel), natural de Serpa.

Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** na vaga de Antão de Mesquita (carta de 23 de Junho de 1629). Recebeu alvará sobre os presos eclesiásticos, alvará para cobrar suas rendas como as reais, padrão e verba de 11\$905 réis de juro, apostila e verba de

13\$000 réis de juro, apostila e verba de 15\$625 réis de juro, apostila de 100\$000 réis de juro, alvará para se incorporar na Universidade de Coimbra, alvará de propina, e alvará de lembrança de ofício.

Observações: Foi Fidalgo Capelão da Casa Real, Conselheiro-Geral do Santo Ofício, e Bispo do Algarve (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 22 de Março de 1634 (HOC).

Francisco Barreto Fróis (Doutor; lente da cadeira de código em 1672, lente de vespera de leis em 1678, lente prima em 1686; recebido no Colégio de S. Pedro a 12 de Fevereiro de 1666), natural de Coimbra, filho de Sebastião Jorge Fróis e de Maria Barreto.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com exercício nas férias (carta de 26 de Novembro de 1674); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1678); **Deputado** (teve patente por alvará de D. Pedro II de 12 de Maio de 1691). Recebeu verba de 40\$000 réis de tença das quais 12\$000 réis são para seu filho Sebastião Barreto de Carvalho (15 de Abril de 1686).

Observações: O seu pai foi lente de Véspera de medicina na Universidade de Coimbra. Casou com Leonor de Carvalho, filha do Desembargador António Dias Zambado, de cujo matrimónio nasceu o Desembargador Sebastião Fróis de Carvalho (MM).

Francisco de Barros (Bacharel), nascido em 1647, natural de Vila do Conde, filho de António Fernandes Moreno e de Maria Gomes de Barros. Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (depois de 1674); **Ouidor de Barcelos** (1681); **Corregedor de Elvas** (depois de 1683); **Desembargador da Relação do Porto** (1689); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1692); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (1699). Recebeu padrão de 18\$000 réis de tença, alvará para vencer ordenado, alvará para sub-rogar umas terras, e alvará para se ausentar do lugar.

Francisco Barroso de Faria (formado em direito canónico), também *Francisco Barros de Faria*, nascido a 4 de Setembro de 1667, natural de Lisboa, filho de Francisco Lobato Quinteiro e de Luísa Teresa de Sousa.

Foi **Juiz de Fora de Tomar** (1692); **Ouidor de Beja** (1696); **Corregedor de Santarém** (19 de Novembro de 1700); **Superintendente das carruagens no tempo de guerra; Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1716), provisão para tomar por procuração o lugar de Desembargador da Relação do Porto (3 de Abril

de 1716), provisão de aposentado como Desembargador da Relação do Porto (5 de Maio de 1718), alvará de tença de 260\$000 réis pela aposentação de Desembargador da Relação do Porto (6 de Junho de 1720). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis efectivos cada ano (24 de Outubro de 1695), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos cada ano com o hábito de Cristo (29 de Novembro de 1695).

Observações: Leitura de Bacharel no ano de 1690. Ordenou-se sacerdote, e viveu em Santarém e na Corte sem exercício no Desembargo. Tinha um irmão chamado João Lobato Quinteiro. Morreu em Lisboa em 9 de Abril de 1754, com 87 anos de idade, e foi sepultado na Igreja da casa do Oratório de S. Filipe de Neri. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo (MM).

Francisco Borges de Bettencourt (Bacharel), nascido em 1667, natural da Ilha de S. Miguel, filho de Manuel Bettencourt de Sá e de Bárbara Tavares da Silva.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1694). Recebeu alvará de ajuda de custo.

Francisco Botelho de Abreu (Licenciado).

Foi **Provedor do residuos da cidade de Lisboa** (carta de 5 de Dezembro de 1641); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Setembro de 1652); **Ouidor do crime da Relação do Porto** (carta de 5 de Fevereiro de 1653). Recebeu alvará de Juiz dos órfãos de Barcelos para a pessoa que casar com uma das suas filhas (3 de Novembro de 1641), e alvará de lembrança de ofício.

Francisco Bravo da Silveira (Bacharel), filho de Manuel Jacome Bravo.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 26 de Março de 1641).

Francisco de Brito Homem (Doutor), filho de Francisco Rodrigues de Brito (natural do Fundão).

Foi **Juiz dos órfãos do termo de Lisboa** (1 de Fevereiro de 1679); **Ouidor do crime do Porto** (carta, alvará de mercê de beca; **Desembargador da Relação do Porto** (alvará), alvará para se poder ausentar por dois meses da Relação do Porto; **Superintendente dos descaminhos do tabaco da Beira** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos com o hábito de Cristo (30 de Maio de 1682), carta de padrão de tença de 18\$000 réis efectivos (2 de Junho de 1682), alvará de renúncia de uma tença de 30\$000 réis para seus filhos (27 de Outubro de 1698), alvará de renúncia de tença,

e carta de padrão de tença de 30\$000 réis cada ano (13 de Janeiro de 1711).

Observações: «[...] seu Pay no posto de cappitão do lugar do Fundão por tempo de desasseis annos [...] seu Pay e Avo paterno forão mercadores de Logea aberta e que hião ás feyras com seus panos, e que seu Avo materno foi cortidor [...] tendo respeito aos serviços que Francisco de Brito Homem lhe fez pella via das letras no lugar de juiz de fora e órfãos da villa de Santiago de Caçem [...]» (informação de 1682). É genro de Domingos Vaz Salvado. «No anno de 1706 sahio de sua caza junto à Igreja de Nossa Senhora da Vitória com hum bacamarte clavitra de baixo do capote, com que sahio junto ás Ave Marias e sentado nos assentos do largo da mesma Igreja da Senhora pos a boca da arma no sitio do coração e descarregando com os pes nos fechos, infelizmente se matou a si mesmo preocupado da mais extremosa melacolia que se pode considerar. No Porto estabeleceu a sua caza sendo seu primogenito Luis de Brito Homem [...]» (LB).

Francisco Cabral de Almada (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Francisco Vaz Cabral.

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (depois de 1654); **Juiz de Fora de Évora**; **Desembargador da Relação da Baía** (1664); **Chanceler da Índia** (carta de 26 de Fevereiro de 1672); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Maio de 1672); **Desembargador Fiscal de Mesa da Consciência e Ordens** (depois de 1673). Recebeu alvará de fidalgo com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia por servir como Chanceler (12 de Março de 1674).

Francisco Caetano de Oliveira Almada (Bacharel), nascido em 1750, natural de Lisboa, filho de Vítor Mendes de Carvalho de Oliveira e de Ana Joaquina Teles de Almada.

Foi **Juiz de Fora de Arronches** (carta de 4 de Outubro de 1786); **Juiz dos órfãos de Barcelos** (depois de 1793); **Juiz de Fora do cível do Porto** (carta de 16 de Junho de 1800), reconduzido com beca honorária (carta de 25 de Fevereiro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Maio de 1805). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (24 de Setembro de 1778), provisão para usar beca honorária (23 de Maio de 1804), e provisão para jurar por procurador (12 de Junho de 1805).

Francisco de Campos Limpo (Bacharel em leis), natural de Portalegre, filho de António de Campos e Figueiredo (natural de Viseu) e de Ana Maria Pimentel Limpo (natural de Évora), neto paterno de Manuel Rodrigues de Sá e Teresa de Figueiredo (naturais de Viseu), e neto materno

de Diogo de Oliveira Limpo e Leonor Antunes Pimentel (naturais de Évora).

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta de 1 de Janeiro de 1722); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de 13 de Dezembro de 1726); **Auditor-Geral da Corte e Estremadura** (1734); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Setembro de 1734); **Desembargador da Relação do Porto** servindo na Corte de **Auditor-Geral da gente da Guiné** (carta de 23 de Setembro de 1734), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (27 de Setembro de 1734), alvará para que haja com o lugar 240\$000 réis anuais (3 de Fevereiro de 1735); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Janeiro de 1741); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (alvará de um dos lugares de 14 de Março de 1742); **Chanceler da Relação do Estado do Brasil** por tempo de seis anos (carta de 15 de Março de 1742); **Desembargador da Casa da Suplicação** da qual foi extraído para **Chanceler da Relação da Baía** (19 de Setembro de 1742); **Reposteiro da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 27 de Janeiro de 1753). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis (29 de Março de 1719), carta de padrão de 12\$000 réis de tença cada ano com o hábito de Cristo (29 de Março de 1719), e provisão de 600 cruzados de ajuda de custo (8 de Maio de 1742). **Observações:** O seu pai foi Desembargador. O habilitante foi pai do Desembargador António de Campos Limpo Figueiredo Melo, e irmão do Desembargador João de Campos Limpo. Leitura de Bacharel no ano de 1721. O habilitante é filho da segunda mulher com quem seu pai se casou (LB). «*Aplicouse aos estudos da latinidade [...] para conseguir o habito de religiozo que obteve na congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista donde foi noviço onze meses na caza capitular de S. Bento de Xabregas. [...] Sahio daquela convento para caza, e desta para a Universida de Coimbra donde continuou os Estudos [...]*» Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real. Casou duas vezes, a primeira com Margarida Josefa, filha de Afonso Tavares, a segunda vez com Teresa Antónia da Silva Jaques, natural de Évora, de cujo consórcio nasceu António de Campos Limpo e Figueiredo (MM).

Francisco Cardoso Amaral (Bacharel em leis; Doutor; lente na Universidade de Coimbra e colegial do colégio de S. Francisco), nascido em 1595, natural de Viseu, filho de Francisco Cardoso do Amaral e de Brites de Morgado, neto paterno de Francisco Cardoso de Sequeira e Isabel Nunes do Amaral, e neto materno de João Morgado e Inês da Costa.

Foi **Procurador da Coroa da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Corregedor do crime da Corte** que vagou

por promoção do Doutor Francisco de Almeida Cabral (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação; Deputado da Mesa da Consciência e Ordens**. Recebeu alvará de 400\$000 réis, alvará de sub-rogação de bens de morgado, carta de administração das quatro casas da Fragozelha em Viseu, alvará para que as propriedades que lhe forem adjudicadas pague 223\$618 réis (10 de Dezembro de 1641), carta de licença para que se faça a troca da terra de D. João Luís de Vasconcelos com outra que tem junta à sua quinta (8 de Junho de 1645), carta de renda de 4 casais de que se trata (14 de Julho de 1649), e carta para que se apresente no priorado da Igreja de Nossa Senhora da Assunção no bispado da Guarda (7 de Setembro de 1652).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1635. Os seus pais foram moradores em Lisboa (LB). Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real. Casou com Joana da Fonseca Rebelo, filha herdeira de António Nunes de Gaula, instituidor do Morgado de Assentis no termo de Santarém, e de Inês da Fonseca Rebelo, de cujo consórcio nasceu Gaspar Cardoso do Amaral Gaula, que foi fidalgo da Casa Real, comendador da Ordem de Cristo, Aicaide-mor de Montalegre, e senhor do morgado de Assentis, o qual casou com Genoveva Teodora de Castro, filha de João de Sande de Castro, fidalgo da Casa Real (MM).

Francisco Carneiro de Figueiroa (Doutor em leis; lente de Instituta), natural do Porto, filho de João de Figueiroa Pinto e de Maria Carneiro de Barros.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Agosto de 1705); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Março de 1706); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 25 de Fevereiro de 1718); **Reitor da Universidade de Coimbra** (17 de Dezembro de 1722), provisão de recondução nos cargos de Reitor reformador da Universidade de Coimbra por mais três anos (5 de Dezembro de 1740); **Cónego Doutoral das Catedras de Viseu, Guarda, Porto e Lisboa; Deputado do Conselho Geral da Inquisição de Lisboa; Inquisidor de Lisboa**. Recebeu alvará de Contador da fazenda do Porto para seu sobrinho, e alvará de confirmação de contrato de permutação de certa quantia por uma vida mais em certas mercês concedidas a seu sobrinho João de Figueiroa Pinto (10 de Julho de 1743).

Observações: Seguiu o estado sacerdotal. «*Nos ultimos annos do seu governo hia para a cidade do Porto passar férias na nobilissima residencia e bom Palácio de seu sobrinho João de Figueiroa Pinto no sitio de Santo Ovidio extramuros daquela cidade.*» Morreu na casa de seu sobrinho em 8 de Agosto de 1744, sendo sepultado no claustro do Mosteiro das monges de S. Bento (MMM).

Francisco Carreira da Silva (Bacharel em cânones), natural de Lisboa, filho de António Nunes Preto e de Isabel Carreira Silva (naturais de Lisboa), neto paterno de Manuel Fernandes Nunes (natural da freguesia da Sardoula no concelho de Paiva) e Ana de Niz (natural da Lapa do Lobo na freguesia de Canas de Senhorim), e neto materno de Pedro de Magalhães e Maria Carreira (naturais da freguesia de S. José em Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Almodôvar em Campo de Ourique** (1685); **Juiz dos órfãos de Santa Justa** ou repartição do meio (posse em 23 de Agosto de 1688); **Provedor da vila de Torres Vedras** (1697); **Provedor de Castelo Branco** com predicamento de primeiro Banco (carta de 29 de Julho de 1703) posse (5 de Janeiro de 1704); **Desembargador da Relação do Porto** (15 de Novembro de 1710). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada diário (20 de Março de 1681).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1682. Foi fidalgo da Casa Real. O seu pai foi governador da Ilha Terceira e Mestre de Campo. Os seus avós paternos sustentavam-se das suas fazendas (LB).

* **Francisco Carvalho** (Doutor), natural de Lisboa, filho de Pedro Carvalho e de Joana da Cunha (naturais de Lisboa).

Foi **Juiz do fisco de Évora**; **Juiz do fisco de Coimbra** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (1624); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1634); **Conselheiro da Fazenda** (carta); **Deputado supranumerário** para exercer quando não está ocupado na Relação do Porto com o cargo de **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Janeiro de 1649), Deputado (27 de Janeiro de 1649), carta de Deputado; **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta); **Chanceler-mor do Reino** (carta), Chanceler do Reino (6 de Outubro de 1656).

Observações: As informações obtidas para este Desembargador conseguiram-se mediante a consulta do processo de Leitura de Bacharel de João de Carvalho, seu filho. «[...] *filho do doutor Francisco de Carvalho do Conselho de Vossa Magestade Desembargador do Paço e cavaleiro do abito de Christo e de sua mulher Dona Simoa Henriques per parte de seo pai he netto de Pedro de Carvalho que foi escrivão dos juizes do civil desta cidade e de Juiz do fisco e de sua mulher Joana da Cunha nobres sem rassa alhuã de judeu [...] sobrinho do doutor João de Carvalho que foi Lente jubillado na cadeira de prima de leis Desembargador da Casa da Suplicação cavaleiro do abito de Christo cónego na doutoral de Evora deputado e juiz do Fisco do districto da inquirição de Coimbra per parte de sua mai he netto de António Rodrigues e Isabel Henriques [...] e forão mercadores de grosso trato tem dous irmãos hum delles padre [...] e outro que se chama Pedro de Carvalho*

[...] desembargador [...] Pedro de Carvalho era hum homem santo e virtuoso [...] e havia corenta annos que he falecido pouco mais ou menos e não esta lembrado quando faleceo a dita Joana da Cunha sua molher porque ella se foi para Coimbra com seus filhos os doutores João de Carvalho e Francisco de Carvalho [...] avo delle testemunha lhe disse per muitas vezes que o dito Pedro Carvalho e Joana da Cunha avião vindo da Beira pello tempo da fome grande que ouve naquella provinsia a qual afirmava que era gente onrada e principal [...] sabe e he notorio que o doutor João de Carvalho irmão inteiro do pai do bacharel João de Carvalho foi deputado do Santo Oficio na cidade de Coimbra [...] Izabel Henriques a qual vivia [...] em huã traveça que vai para a Conceição e era tida e reputada per cristan Velha a qual faleceo a muitos annos no tempo que seu genro o doutor Francisco de Carvalho era juiz do crime desta cidade [...]» (LB).

Francisco de Castro Jacome (Bacharel), natural de Viana, filho de Gabriel de Castro Jacome.

Foi **Juiz de Fora de Chaves** (1718); **Juiz de Fora de Penamacor** (carta de 28 de Janeiro de 1721); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar supranumerário de Desembargador da Relação do Porto de 18 de Julho de 1747); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de 16 de Fevereiro de 1755); **Juiz do Tombo Real das fazendas no termo de Aveiro e Esigueira**. Recebeu provisão de mercê revalidando a cessão e trespasse que seus irmãos lhe fizeram de uma doação (22 de Julho de 1749).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1716 (LB).

Francisco Cerveira de Moraes (formado em direito civil, recebido no Real Colégio de S. Paulo a 3 de Agosto de 1650, lente da Faculdade de civil em 1650), natural de Azurara de Vila do Conde, filho de António Cerveira de Moraes e de Maria Pereira de Azevedo.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Abril de 1661); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta para que sendo dois anos efectivos na Universidade de Coimbra tenha o cargo de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação de 12 de Agosto de 1664); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Junho de 1668); **Juiz dos Feitos da Fazenda da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Julho de 1675), alvará para haver cada ano 44\$000 réis e quatro moios de trigo pelo cargo de Juiz dos Feitos da Coroa e fazenda (20 de Novembro de 1675).

Francisco Coelho de Melo (Bacharel), nascido em 1701, natural de Mazagão, filho de Diogo

(ou Francisco) Coelho de Melo e de Catarina da Rosa e Brito.

Foi **Juiz de Fora de Santiago de Cacém** (carta de 28 de Agosto de 1730); **Desembargador da Relação de Goa** (1734).

Francisco Coelho da Silva Teixeira (formado em direito canónico; Doutor), natural de Guimarães no solar de Sergude, filho de Martim Teixeira Coelho e de Luísa Machado da Silveira (natural de Felgueiras), neto paterno de Gonçalo Teixeira Coelho (natural de Sendim) e Maria de Noronha (natural de Simães), e neto materno de António Machado (natural de Sendim) e Leonor de Carvalho da Silveira (natural de Guimarães).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 13 de Setembro de 1726); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Julho de 1734). Recebeu uma beca no Real Colégio de S. Paulo (12 de Outubro de 1706).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1726. Seu pai e avós foram dos principais da Província de Guimarães (LB). Foi «*lente de grande dinstinção na Universidade de Coimbra pelo que se fez merecedor de todos os empregos*». A sua mãe era da Casa de Sargude, e irmã de Bernardo José Teixeira Coelho senhor da Casa de Bomjardim no Porto (ainda que ilegítimo). Morreu enquanto desempenhava o seu cargo na Casa da Suplicação (MM).

Francisco Coelho Sousa Sampaio (Doutor em direito pátrio, lente substituto da Faculdade de leis), nascido em 1743, natural do lugar da Faia, filho de Miguel António de Sampaio e de Mariana Joaquina de Sousa, neto paterno de José António de Sampaio e Isabel Vasques (naturais do lugar da Ramalhosa), e neto materno de António Coelho e Catarina de Sousa (natural da Guarda).

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Dezembro de 1801), provisão de dispensa (11 de Janeiro de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Agosto de 1803); **Juiz do Tombo dos bens confiscados pela Represália** (alvará de 27 de Fevereiro de 1814); **Deputado** (carta de 30 de Julho de 1821), alvará de aposentado em Deputado (30 de Julho de 1821); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 20 de Novembro de 1821). Recebeu padrão de 28\$000 réis de tença (4 de Setembro de 1778), carta de confirmação de doações de bens que fez a sua futura noiva Gertrudes de Castro (10 de Maio de 1791), carta de

foro de fidalgo para a sua filha Maria Clara de Sousa Sampaio (23 de Abril de 1822), e alvará de fidalgo cavaleiro (29 de Agosto de 1821), carta de foro de S. Vicente da Beira (12 de Setembro de 1825).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1796, tendo nessa altura 26 anos de idade. «*Diz o bacharel Francisco Coelho Sousa de Sampaio da cidade da Guarda que Vossa Magestade foi servida por seu real Decreto fazer-lhe mercê de huma beca Onoraria na Relação do Porto fazendo o primeiro exame vago [...] [fazendo-se menção à necessidade deste se habilitar] diz Francisco Coelho de Sousa Sampaio Lente substituto da Faculdade de leis da Universidade de Coimbra, que Vossa magestade foi servida fazer-lhe mercê de hum lugar de Dezembargador honorário da Relação e Caza do Porto, fazendo primeiro exame vago, porque necessita habilitar-se e como para o fazer na cidade da Guarda sua Patria demora longas demoras, e o suplicante deseja expedir-se a tempo de poder servir ainda este anno na Universidade; recorre a Vossa Magestade para que se digne conceder-lhe a graça de poder habilitar-se nesta Corte como Patria commua; athendendo taobem a ser o suplicante cavaleiro da ordem de Christo e acharse por ella habilitado. [...] e seu Pay [foi] capitam dos Auxiliares de hum dos Tersos da Comarca da Guarda, e que nella vive com muita abundancia e tratamento nobre [...]» (LB).*

Francisco Cordeiro da Silva (Bacharel), nascido em 1652, natural de Torres Vedras, filho de Valentim de Torres e de Isabel Cordeiro da Silva. Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (posse em 30 de Maio de 1682); **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 12 de Novembro de 1687); **Juiz de Fora de Coimbra** (depois de 1691); **Ouvidor de Setúbal e Corregedor de Almada** (depois de 1695); **Corregedor de Ilhas** (1700); **Desembargador da Relação do Porto** (1705); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Julho de 1710); **Veredor do Senado da Câmara de Lisboa** (carta de 13 de Maio de 1712). Recebeu alvará para tomar posse de cargo por procurador, alvará de licença por quatro meses (30 de Agosto de 1708), alvará de licença por quatro meses (26 de Outubro de 1709), padrão de 15\$000 réis de tença a sua neta D. Luísa Caetana (3 de Março de 1716), padrão de 15\$000 réis de tença a sua neta D. Joana Inácia (10 de Março de 1716), e padrão de 8\$000 réis de tença a seu filho João de Torres da Silva (12 de Março de 1716).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1680. O seu pai foi cavaleiro fidalgo. O seu avô materno foi mestre de obras de uma pedreira (LB).

Francisco Correia Manuel (Bacharel), nascido em 1632, natural de Óbidos, filho de António Correia Manuel e de Maria Correia.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (depois de 1662); **Juiz do crime de Lisboa** (depois de 1665); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 28 de

Março de 1673); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1677).

Francisco da Costa Alcoforado (Bacharel em cânones e civil), natural de Beja, filho de Francisco da Costa Alcoforado e de Leonor Mendes (naturais de Beja), neto paterno de Baltazar Vaz Alcoforado e Ana da Cunha Pinto, e neto materno de Francisco Mendes e Maria Alves (naturais de Beja).

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (1683); **Juiz de Fora dos órfãos de Santarém** por três anos (carta de 5 de Abril de 1688); **Provedor das capelas de Lisboa** por três anos (carta de 16 de Dezembro de 1698); **Provedor de Torres Vedras** (alvará); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1716); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de mercê do cargo de 12 de Setembro de 1718). Recebeu provisão de mercê de aposentado (12 de Janeiro de 1725), e apostila de 5\$000 réis de juro no Almoarifado de Campo de Ourique (3 de Junho de 1741).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1679. Os avós maternos «[...] os quais forão mercadores de logea aberta e nesta cidade vendião suas mercadorias pello mercado; e o dito seu avô Francisco Mendes andava pellas feiras, comprando pello grosso [...]» (LB).

Francisco Craveiro de Almeida (Bacharel), nascido em 1632, natural de Lisboa, filho de Sebastião Craveiro e de Ângela de Almeida. Foi **Corregedor de Miranda** (depois de 1664); **Desembargador da Relação da Baía** (1675); **Desembargador da Relação do Porto** (1677). Recebeu padrão de 40\$000 réis de tença.

Francisco da Cruz Freire (Doutor).

Foi **Promotor Fiscal das causas da justiça** (alvará de 11 de Fevereiro de 1644); **Provedor dos órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Torres Vedras** por três anos (alvará de 17 de Julho de 1648); **Corregedor do cível da cidade de Lisboa** pelo tempo de três anos (carta de 6 de Outubro de 1654); **Procurador da Fazenda tocante à alfândega de Lisboa** (carta de 14 de Março de 1657); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Dezembro de 1658); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 2 de Julho de 1660); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Outubro de 1661); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Maio de 1664); **Deputado da Junta do Comércio** (carta de 8 de Outubro de 1669).

Francisco da Cunha de Andrade (Bacharel), natural de Lisboa, filho de André Dias.

Foi **Juiz das propriedades** (7 de Janeiro de 1711); **Juiz do crime do Bairro Alto** (8 de Janeiro de 1714), reconduzido em Juiz do crime do Bairro Alto (6 de Fevereiro de 1717); **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** (carta de 12 de Fevereiro de 1722); **Superintendente dos 4% na cidade de Lisboa** (carta de 17 de Dezembro de 1731); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Novembro de 1737); **Juiz dos Contos do Reino** (carta de 22 de Novembro de 1740), carta de aposentado no lugar de Juiz dos contos (28 de Novembro de 1743). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (20 de Dezembro de 1725).

Observações: O seu avô materno foi cordeiro (informação de 1717) (LB). Tinha um irmão chamado António da Cunha. Leitura de Bacharel no ano de 1709. Enquanto Corregedor do Rossio «[...] regeo com justiça que não parecendo a muitos adequada, estimulou os animos de alguns com desordenados excessos da sua alives bem conhecida. Esta foi aquela que varios Fidalgos da Corte agregados em um montão bem precipitado, desordenadamente no seu elevado arroyo cometido se excitaram em ocasião bem sabida contra Francisco da Cunha e Andrade que suportou tantos vistuperios aos mesmos Fidalgos quantos foram os impulsos desavesoados daqueles animos sem causa furibundos que tanto atropelaram a justiça de Deos e do Rey com desacordo e petulante escandalo. Porem a Magestade do Monarca tão ofendida soube castigar escandalosos delitos, de sorte, que sendo tantos os culpados dos agravos, os agregou para os castigos. Foi este caso no anno de 1726, e logo mandou o monarca a cada um exilado para partes diversa em modo que foram povoar as terras das Provincias por mais de um anno com notavel desagrado do mesmo Rei custando a todos os dispendios das suas rendas pela atrocidade do seu vistuperado insulto. Também custou ao mesmo ministro alguma pena por não desempenhar a justiça [...] porque foi suspenso do serviço regio ofendido por não ter algum próprio desaprove contudo Sua Magestade reconhecendo a sua inocência e que não houve nela indício algum de culpa o tornou a admitir fazendo o Desembargador da Casa da Suplicação em que foi Juiz dos Contos no anno de 1740.» (MM).

Francisco da Cunha Facha (Bacharel), também **Francisco da Cunha Faxeira**.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 29 de Março de 1666); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 30 de Março de 1666), carta de Desembargador e **Provedor da Relação de Goa**.

Francisco da Cunha Lobo (Bacharel), também **Francisco da Cunha Lopes**.

Foi **Ouvidor-Geral de S. Paulo** (carta de 2 de Fevereiro de 1725), carta de Ouvidor-Geral de S. Paulo reputado de primeiro Banco (24 de Março de 1725); **Provedor das capelas em S. Paulo** (carta de 20 de

Fevereiro de 1725); **Desembargador da Relação do Porto** continuando a servir de **Procurador do Tombo da Coroa** da vila de Santarém (carta de 12 de Dezembro de 1740), carta de Procurador do Tombo da Coroa da vila de Santarém (20 de Dezembro de 1740), provisão para tomar posse por procurador de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (11 de Janeiro de 1741); **Procurador da Casa Real de Santarém** (carta de 20 de Dezembro de 1740); **Superintendente do Sal e dos lastros da vila de Setúbal** (carta de 27 de Novembro de 1742).

Francisco da Cunha Rego (Doutor), natural de Guimarães, filho de Matias de Carvalho.

Foi **Desembargador da Relação da Goa** (carta de 17 de Março de 1711), provisão de licença para vir para este Reino (10 de Março de 1716); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Março de 1721); **Ouvidor do crime da Relação da Goa** (carta de 17 de Junho de 1727); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de mercê do cargo de 18 de Junho de 1727); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de mercê de um lugar de 19 de Junho de 1733), carta de Vereador do Senado da Câmara de Lisboa (12 de Julho de 1733). Recebeu provisão de 80\$000 réis de ajuda de custo (22 de Abril de 1711), padrão de 38\$000 réis de tença a sua mulher Feliciana Antónia Guião (11 de Fevereiro de 1715), carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (6 de Agosto de 1720), e carta de legitimação para sua filha Clara Maria da Cunha e Aboim (4 de Agosto de 1740).

Observações: O seu pai foi cutileiro, e o seu avô paterno foi pessoa humilde que serviu um clérigo (informação de 1713). Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1709 (LB). Antes de ser despachado para a Índia casou em Lisboa com Feliciana Antónia Girão, natural de Lisboa, filha de António de Sousa Girão, natural de Santarém, e de Luísa Maria Antónia natural de Leiria. Quando partiu para Goa, ficou sua esposa no recolhimento da Misericórdia por ordem de sua Majestade. Transportando-se da Índia para Lisboa, fez escala na Baía onde se demorou algum tempo, tendo aí uma filha ilegítima chamada Clara, a qual se veio a casar com o Chanceler do Porto Francisco José da Serra Crachebeek de Carvalho. Morreu ficando sua mulher Feliciana Antónia Girão, irmã de Luís Pedro de Sousa Girão, viúva e sem descendência (MM).

Francisco Delgado de Matos (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Abril de 1665); **capitão-mor de Baçaim** (carta), alvará para renunciar ou testar a capitão-mor de Baçaim (11 de Janeiro de 1681). Recebeu alvará de licença para lhe irem deste Reino para a Índia e pagar de frete uma pipa de vinho e outra de azeite

(30 de Março de 1665), e alvará e verba de renúncia do cargo.

Francisco Dias do Amaral (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Juiz de Fora da Covilhã** (1691); **Juiz dos órfãos de Santarém** (carta); **Corregedor de Elvas** (carta), alvará para vestir beca; **Desembargador da Relação do Porto** (carta). Recebeu alvará de mercê de capela, e padrão de 8\$000 réis de tença.

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1689 (LB).

Francisco Duarte Coelho (Bacharel).

Foi **Provedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de graduação de primeiro banco verificando-se na Provedoria de Torres Vedras de 28 de Maio de 1791); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de 24 de Julho de 1793); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Janeiro de 1802); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Julho de 1806); **Conselheiro** (carta de patente de 11 de Novembro de 1826). Recebeu carta de profissão de hábito (20 de Agosto de 1794), carta de padrão de tença e hábito (20 de Outubro de 1794), carta de padrão de tença de 12\$000 réis em um dos Almojarifados do Reino a título de hábito da Ordem de Cristo (19 de Janeiro de 1795), provisão para lhe adjudicar certa propriedade pelo seu valor judicial a outra mais nobre travessa das Mercês (20 de Fevereiro de 1806), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (12 de Junho de 1827), e carta de cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição.

Francisco Duarte dos Santos (Bacharel em leis), natural de Caldas da Rainha, filho de José Duarte dos Santos.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Soure e Ega** por três anos (carta de 13 de Abril de 1717), Juiz de Fora de Soure (1718); **Juiz de Fora de S. Paulo** (carta de 22 de Março de 1722); **Provedor das fazendas, Defuntos e ausentes, capelas e resíduos do Reino de Angola** (provisão de 29 de Março de 1722); **Juiz de Fora do Reino de Angola** com 300\$000 réis cada ano (provisão de 8 de Novembro de 1725); **Provedor em Évora** (alvará de 9 de Agosto de 1729); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Maio de 1734); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1737); **Conservador da Nação Alemã e Hamburguesa** (alvará de 26 de Abril de 1740); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Novembro de 1740);

Desembargador do crime da Corte (carta de 1 de Fevereiro de 1745); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 27 de Março de 1748); **Juiz das causas do Hospital Real** (alvará de 18 de Dezembro de 1748). Recebeu carta de padrão de tença de 82\$000 réis e hábito (30 de Março de 1742), carta de padrão de tença de 50\$000 réis (22 de Março de 1745), e alvará de fidalgo da Casa Real (18 de Julho de 1748).

Observações: Leitura de Bacharel no ano de 1716 (LB). Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real. Quando morreu deixou sua mulher com muitos filhos, tornando-se esta a casar pela segunda vez com o Desembargador Francisco de Santa Bárbara e Moura, de quem também acabou por viúvar (MM).

Francisco Durão Mexia (Bacharel em cânones), nascido em 1664, natural de Vila Viçosa, filho de Manuel Durão Mexia e de Maria da Conceição (naturais de Campo Maior), neto paterno de Francisco Durão e Joana Morena (naturais de Campo Maior), e neto materno de Jorge Fernandes Franco (natural de Campo Maior) e Catarina Gonçalves (natural do lugar de Sacarias em Arganil).

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (carta); **Ouvidor do Crato** (27 de Março de 1700); **Corregedor da Comarca de Évora** por três anos (carta de 15 de Outubro de 1707); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1716). Recebeu alvará de serventia do ofício na menoridade do proprietário de Provedor das fábricas dos canos das portas de Évora (22 de Maio de 1712), carta de legitimação a seu filho Francisco Durão (1 de Julho de 1720), e provisão para a confraria de Santo André da vila do Crato Ihe dar de foro um farrejel [sic] nos coutos da dita vila (17 de Dezembro de 1756).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1689, «[...] o Bacharel Francisco Durão Mexia declara ser sua avo materna, de quem Vossa Magestade manda informar, foi natural do dito lugar de Sacarias, e solteria foi servir de ama ao Prior de Mouronho, que dista só huma legua do dito lugar de Sacarias, o qual era natural da villa de Campomayor, e se chamava Jorge Fernandes Franco, e em sua casa pario hua filha, que se chamou Maria e depois Maria da Conceição, que sempre foi criada por filha do dito Prior e elle nesta conta a teve, dando a criar encuberta, e depois renunciando a igreja a levou consigo para Campomayor sua patria, em cuja casa a virão algumas destas testemunhas, indo às çeiças aquella terra [...] e que depois ouvirão que a dita Maria da Conceição [...] casara na dita villa de Campomayor [...]». O seu pai foi doutorado (LB). Foi um excelente poeta. Faleceu no tempo em desempenhava as funções de Desembargador da Relação do Porto (MM).

Francisco de Faria Barros (Bacharel), natural de Vila Franca, filho de José Marchante de Faria.

Foi **Juiz de Fora da Golegã** (carta de 10 de Janeiro de 1707); **Juiz de Fora dos órfãos de Santarém** por três anos (carta de 8 de Maio de 1711); **Corregedor da Comarca de Leiria** por três anos (carta de 14 de Dezembro de 1717); **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** (carta de 16 de Dezembro de 1726); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Setembro de 1731), provisão de licença para poder tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (22 de Setembro de 1731); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Dezembro de 1745); **Executor da Mesa da Consciência e Ordens; Juiz Comissário do Marquês de Valença**. Recebeu carta de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (22 de Maio de 1730), e provisão nomeando-o para administrador dos bens da casa de Luís Francisco de Assis Sanches de Baena (14 de Setembro de 1736).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1705. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Morreu no tempo em que desempenhava as funções de Juiz Comissário do marquês de Valença (MM).

Francisco Feliciano Velho da Costa Borges e Mesquita Castelo Branco (Doutor), natural do Porto, filho de António Velho da Costa (natural de S. Paulo da Assunção no Reino de Angola) e de Maria Josefa Bernarda Borges de Mesquita Castelo Branco (natural de Covas no concelho de Lagos da Beira em Coimbra), neto paterno de Francisco Velho da Costa Carvalho (natural de Viana) e Maria da Rocha Fagundes (natural de S. Paulo da Assunção no Reino de Angola), e neto materno de Manuel de Campo Agostinho de Mesquita Castelo Branco e Isabel Borges Serqueira (naturais da Guarda).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Abril de 1758), provisão para estar ausente do dito lugar (15 de Junho de 1759); **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta de 15 de Novembro de 1762); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1764); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Junho de 1771), alvará de ordenado de Desembargador Agravista (26 de Abril de 1774), alvará de 200\$000 réis de aposentado no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (20 de Junho de 1776), carta de privilégio de Desembargador (7 de Novembro de 1788), provisão para conhecimento de causa (9 de Dezembro de 1795); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 31 de Outubro de 1771); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 16 de

Abril de 1777); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 30 de Junho de 1777); **Deputado da Real Mesa da Comissão Geral** sobre o exame e censura de livros (carta de 14 de Julho de 1787); **Conselheiro Real da Fazenda** (carta de 5 de Setembro de 1789), provisão para conhecimento de causa (5 de Julho de 1790); **Juiz do Tombo dos bens confiscados** (alvará do lugar de 15 de Março de 1794); **Chanceler das três Ordens Militares** (carta de 8 de Janeiro de 1798). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (1 de Agosto de 1752), padrão de 40\$697 réis de juro nos armazéns (8 de Agosto de 1768), alvará para formamento de uma cavalaria (22 de Junho de 1772), alvará de mercê de bens de capela para os unir a outros que possui (15 de Agosto de 1773), carta de administração de capela (22 de Novembro de 1774), carta de mercê dos bens da capela de Duarte Correia e outro no lugar da Ameixeira termo de Lisboa (22 de Novembro de 1775), provisão para sub-rogar certo terreno sem embargo de ser de morgado (11 de Março de 1779), alvará para meter água dos chafarizes em sua casa (14 de Outubro de 1779), alvará de administração da capela em S. Francisco desta cidade instituída por Luís da Maia (1 de Junho de 1790), carta de administração de capela (29 de Julho de 1790), carta de comenda de S. Marcos de Monsaraz da Ordem de Cristo (2 de Agosto de 1790), carta da comenda de S. Marcos de Monsaraz (30 de Agosto de 1790), provisão de faculdade para vender a Quinta de Val de Cortiço e outras fazendas vinculadas (8 de Junho de 1796), e provisão para se fazer a partilha de água por dias e horas (29 de Agosto de 1806).

Observações: Foi fidalgo da Casa Real. O seu pai foi igualmente, bem como cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e também Desembargador. A sua mãe, apesar de ter nascido em Covas, cresceu na Guarda. Ambos foram moradores na Rua da Ametade, na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires em Lisboa. O seu avô paterno além de ser «*homem de negócios*», foi professo na Ordem de Cristo, morando também na Rua da Ametade. O seu avô materno foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e familiar do Santo do Ofício, morando na cidade da Guarda (informação de 1753) (LB). Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Maria I, a 13 de Maio de 1777 (MM).

Francisco Fernandes de Andrade (Bacharel), filho de Pedro Fernandes de Linhares.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Palmela e Alhos Vedros** por três anos (carta de 4 de Junho de 1688); **Juiz de Fora de Palmela** (carta); **Juiz do fisco de Évora**; **Juiz dos órfãos de Alfama** (16 de Junho de 1692); **Corregedor da Comarca de Tavira** por três anos (carta de 13 de Novembro de 1697), alvará para usar beca; **Juiz do fisco de Coimbra** (carta de

6 de Novembro de 1709); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Novembro de 1709), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (15 de Janeiro de 1711); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Setembro de 1713). Recebeu carta de tença de 38\$000 réis (24 de Outubro de 1709), e carta de tença de 12\$000 réis com o hábito (25 de Outubro de 1709).

Francisco Ferreira Baião (Bacharel), filho de António Ferreira Baião e de Bárbara Francisca Xavier da Silva.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (27 de Abril de 1677); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Novembro de 1679); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 15 de Janeiro de 1683); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Corregedor do crime da Corte** (1681); **Procurador da Fazenda**.

Observações: O seu pai foi capitão de Tânger. O habilitante casou-se com Catarina de Mendonça (LB).

Francisco Ferreira Nobre (graduado em cânonos), nascido a 22 de Fevereiro de 1722, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santos-o-Velho, filho de Pascoal Ferreira de Abreu (natural da Ilha da Madeira) e de Antónia Ferreira Nobre (natural de Lisboa), neto paterno de António de Abreu e Maria de Abreu (naturais da Ilha da Madeira), e neto materno de Manuel da Silva (natural da freguesia de Santa Justa em Lisboa) e Maria Ferreira Nobre (natural da freguesia de Nossa Senhora dos Mártires em Lisboa).

Foi **Corregedor de primeira instância da Comarca de Leiria** (carta de 5 de Outubro de 1750), provisão de licença para estar ausente durante três meses (10 de Agosto de 1752), suspenso em 4 de Novembro de 1752 tendo exercido o cargo apenas um ano nove meses e quatro dias; **Ouidor do Mestrado da Ordem de Avis** (carta de 8 de Outubro de 1753), provisão de licença para mais dois meses (5 de Março de 1755); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de 15 de Setembro de 1753), suspenso em 22 de Novembro de 1759; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Maio de 1760), provisão para tomar posse por procurador (24 de Maio de 1760); **Juiz do Tombo da Coroa da vila de Santarém** (carta de Juiz do Tombo da Coroa de Santarém conservando-se no lugar de Desembargador da Relação do Porto de 11 de Janeiro de 1765); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará

de aposentado em um lugar de 1 de Dezembro de 1766). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Janeiro de 1753), padrão de 8\$000 réis de tença (20 de Setembro de 1753), carta de padrão e tença e hábito (26 de Setembro de 1753), carta de padrão de tença (20 de Setembro de 1758), e passado com salva (20 de Outubro de 1758), provisão para o conde de S. Lourenço lhe dar de foro um chão em frente dos muros do convento de Nossa Senhora dos Remédios (8 de Outubro de 1764), verba de mudança de assentamento (2 de Julho de 1771), e carta de legitimação de sua filha Antónia Genoveva Ferreira Nobre (24 de Outubro de 1771).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1750. O seu pai foi baptizado na freguesia de S. Bento na Ilha da Madeira. A sua mãe foi baptizada da freguesia de Santos-o-Velho em Lisboa. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real. Casou no Porto em 20 de Dezembro de 1751, na Ermida do Palácio da Junqueira do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, com Ana Genoveva Ferreira Nobre Rossi, natural do Porto e açafta da Rainha Mariana da Áustria, filha de Luís Ferreira Nobre, Guarda-mor da Relação do Porto e cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Genoveva Violante da Silva (LB).

Francisco de Figueiredo (Licenciado), natural de Coimbra, filho de Pedro Afonso de Figueiredo (natural de Coimbra) e de Maria (ou Antónia) Pereira, neto paterno de Pedro de Figueiredo e Maria Ferreira (naturais de Coimbra), e neto materno de Brás Gonçalves e Maria Gonçalves. Foi **Ouvidor do Crato** por três anos (carta de 26 de Maio de 1641); **Desembargador da Relação da Baía** que sirva conjuntamente de **Ouvidor-Geral dos Feitos, causas, crimes** e **Auditor da gente de guerra na casa da Baía** (carta de 15 de Novembro de 1651); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**. Recebeu carta de escrivão de Alcaide de Lisboa para sua filha ou para quem casar com ela (30 de Setembro de 1645), carta de Juiz dos órfãos da Bobadela para sua filha ou para com quem casar com ela (14 de Maio de 1650), alvará de 5\$600 réis de ordenado cada ano e 48\$800 réis para sustento de cinco homens que com ele hão de servir (5 de Setembro de 1651), alvará para poder nomear o ofício de Contador e recebedor da vila de S. João da Pesqueira em sua filha (28 de Novembro de 1669), carta de escrivão de uma vara do Alcaide Jorge de Sousa para sua filha ou para quem com ela casar (28 de Novembro de 1669), carta de Escrivão de Alcaide de Lisboa, e carta de renúncia de ofício.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1628. À data era casado. O seu pai serviu alguns lugares de letras, e o avô paterno foi Vereador em Coimbra. Irmão do Desembargador Gaspar de Figueiredo (LB).

Francisco de Figueiredo Cardoso (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 26 de Fevereiro de 1644); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 12 de Março de 1647), carta (18 de Outubro de 1649); **Provedor da Fazenda** (carta fazendo-lhe mercê do cargo de 7 de Abril de 1663); **Chanceler da Relação de Goa** (carta de mercê do cargo de 31 de Março de 1666), carta do cargo de Chanceler da Relação da Goa (13 de Março de 1669), **Conselheiro** que assiste ao Vice-Rei e Governador do Estado da Índia (provisão do título de 28 de Março de 1669), alvará para poder vir para a Corte da Índia. **Procurador da Coroa** (carta). Recebeu alvará de licença para embarcar quando lhe parecer para esta Corte (20 de Março de 1657).

Francisco de Figueiredo de Carvalho (Bacharel), nascido em 1664, natural de Alhandra, filho de Nicolau de Figueiredo Homem e de Ana Pais de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Marvão** (depois de 1694); **Ouvidor de Azeitão** (1700); **Corregedor de Elvas** (1709); **Auditor-Geral da gente de guerra de Alentejo** com beca (carta de 2 de Dezembro de 1708); **Chanceler da Relação da Goa** (carta de 26 de Março de 1715). Recebeu alvará para usar de beca (6 de Abril de 1709), alvará para jurar nas mãos do Vice-Rei (28 de Março de 1715), provisão para sub-rogação de terras (19 de Maio de 1716), provisão de licença para casar (6 de Abril de 1718), e carta de legitimação para sua filha D. Francisca Gertrudes de Figueiredo (27 de Outubro de 1741).

Francisco de Figueiredo Vaz (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 10 de Maio de 1757); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Dezembro de 1764), alvará de aposentado na Relação do Porto (20 de Dezembro de 1766), alvará de ordenado de aposentadoria (28 de Fevereiro de 1769).

Francisco Fiúza Correia (Bacharel em leis; Licenciado), natural de Lisboa, filho de Manuel Correia e de Catarina (naturais de Benfica), neto paterno de António Correia e Helena da Costa (naturais de Benfica), e neto materno de Gonçalo Pires e Beatriz Gonçalves (naturais de Vila Nova de Cerveira).

Foi **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (1646); **Corregedor do crime de Lisboa do Bairro da Rua Nova** pelo tempo de três anos (carta), alvará de lembrança de um lugar de correição; **primeiro lugar de Corregedor do cível de Lisboa** (carta para que se lhe confira

o lugar de 29 de Março de 1653); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta fazendo-lhe mercê de um lugar de 12 de Setembro de 1661); **Desembargador da Casa da Suplicação**.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1643. «[...] seu avo materno exercitara officio mechanico por alguns annos, e por seu pay he nobre pello haverem sido todos seus avós paternos, sendo das principaes pessoas e de melhor calidade da villa de Villa Nova da Cerqueira e occupando os maes nobres officios da ordenança e seu pay actualmente o de Almojarife do Rey no do algarve e thesoureiro Mór da Bulla da cruzada do ditto Reyno [...] Pede a Vossa Magestade lhe faça merce tendo respeito ao que allega dispensar [...] feito do dito seu avô materno haver exercido officio mechanico para que sem embargo delle, possa ser admitido ao serviço de Vossa magestade. [...] e ainda que erão mechanicos por o dito António Correa executar o officio de servilheiro, com tudo erão os ditos avós do supplicante gente de limpos procedimentos e tiverão dous filhos religiosos da ordem de S. Francisco [...] e por parte de sues avos e pay [...] forão da governança da dita villa [...] tem hum tio que chamavão João Fensa irmão do dito seu pay que he familiar do Santo Officio nessa cidade [...] António Correa servilheiro e Ilena da Costa sua molher os quais tinham sua tenda junto às escadas do Adro de São João [...]» (LB). Foi pai de José Fiúza Correia, e de Luís Liúza Correia (MM).

Francisco da Fonseca Freire (Bacharel), natural de Penela, filho de António Freire da Cruz e de D. Joana da Fonseca, neto paterno de Vasco Freire de Andrade.

Foi **Juiz dos órfãos de Lisboa**; **Juiz de Fora de Évora** (1641); **Provedor de Elvas**; **Provedor de Coimbra** (1657); **Desembargador da Relação do Porto** (1664); **Ouvidor do crime do Porto** (1664). Recebeu alvará de ordenado, e alvará de aposentado.

Observações: Foi Senhor do Vínculo dos Vargas (MM).

Francisco da Fonseca Sinel (Bacharel).

Foi **Ouvidor de Tânger** (carta); **Corregedor de Castelo Branco** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Dezembro de 1671).

Francisco Franco Pereira (Bacharel em cânonos), nascido em 1743, natural da Ericeira, filho de Luís Pereira e de Anastácia Franca, neto paterno de Salvador Luís e Anastácia da Mata, e neto materno de João da Silva e Maria Franca (todos naturais da Ericeira).

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (carta de 7 de Março de 1778); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 29 de Março de 1778); **Corregedor do Bairro do Rossio** (carta de 29 de Julho de 1784), carta de recondução no dito lugar (22 de Outubro de 1789), carta de privilégio de Desembargador (22 de Novembro de 1796); **Desembargador da Casa da Suplicação**

(carta de 14 de Fevereiro de 1798); **Promotor da Justiça** (1799); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 28 de Março de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Maio de 1804); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 7 de Janeiro de 1805); **Corregedor de Évora** (carta de 18 de Julho de 1809). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo renunciada por sua mulher Aurora Maria Antónia Feliciano Ruano Santos (24 de Abril de 1784), carta de profissão de hábito (26 de Junho de 1793), provisão de sub-rogação da quantia de 900\$000 réis em apólices pelo casal de Marvão no termo de Mafra com o marquês Penalva (30 de Maio de 1798), e alvará de pensão a sua mulher e sua filha Mariana Luísa Romana Franco (13 de Março de 1821).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1769. «[...] o Pay e Avo do habilitando viverão de suas fazendas e que por vezes forão occupados nos empregos da Governança desta villa [Ericeira] [...]» (LB).

Francisco Galvão da Fonseca (Bacharel), natural de Miranda do Corvo, filho de José Nogueira Galvão e de Ursúla Fonseca.

Foi **Ouvidor do Pará** por mais três anos (carta de 28 de Março de 1716), alvará de 100\$000 réis de acrescentamento de ordenado como Ouvidor-Geral da capitania do Pará (22 de Fevereiro de 1718); **Provedor das fazendas, defuntos e ausentes, capelas e resíduos do Pará** (19 de Dezembro de 1716), provisão para jurar por procurador como Provedor da fazenda dos Defuntos e ausentes e Juiz dos resíduos da capitania do Pará (21 de Abril de 1717); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de 10 de Março de 1726); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse do lugar por procuração de 4 de Janeiro de 1727), provisão para que por tempo de três meses se suspendam todas as causas e execuções (25 de Novembro de 1727); **Ouvidor-Geral da Capitania de São Paulo** (provisão de acrescentamento de ordenado com 100\$000 réis no dito lugar (15 de Março de 1727); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (29 de Março de 1741); **Conservador da nação Alemã e de Antuérpia** (alvará de 9 de Junho de 1749); **Promotor de Justiça** (20 de Janeiro de 1750); **Vereador do Senado** (alvará de 9 de Abril de 1753). Recebeu provisão para que tenha de ordenado 300\$000 réis por ano (22 de Fevereiro de 1718), e alvará para mora na avaliação de bens (22 de Julho de 1744).

Observações: O seu pai era Desembargador. Leitura de Bacharel no ano de 1715. Casou com Luísa de Sá e Puga,

filha de António Fernandes Lobato e de Isabel da Fonseca (MM).

Francisco da Gama Pinto (Bacharel em leis), natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. José, filho de António Marques Pinto (natural de Lamego) e de Ana Maria Bombelmão (natural de Lisboa), neto paterno de António Fernandes e de Joana Fernandes (naturais de Penajóia em Lamego), e neto materno de Henrique Bombelmão (natural da Alemanha) e Natália da Gama (natural de Lisboa).

Foi **Juiz dos órfãos do Bairro Alto** (4 de Março de 1707); **Corregedor da Guarda**; **Corregedor da Comarca de Miranda** por seis anos (carta de mercê do cargo de 25 de Maio de 1715); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê do lugar de 20 de Novembro de 1725); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 12 de Setembro de 1727). Recebeu alvará para poder renunciar aos ofícios de Escrivão do público judicial e notas e Almotaçaria da vila de Almoster (13 de Março de 1710).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1704. O seu pai foi baptizado na freguesia de Nossa Senhora de Almaceve em Lamego e já era defunto quando o habilitante fez a leitura. A sua mãe foi baptizada na freguesia de S. Julião em Lisboa, e ambos foram moradores na freguesia de S. José. Os seus avós paternos foram moradores na Rua do Campo na cidade de Lamego. O seu avô materno era alemão, natural da cidade de Hamburgo, católico romano, e consul da nação sueca. A sua mulher foi baptizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e ambos moravam em Lisboa, na Calçada de S. Francisco na freguesia de S. Paulo. O habilitante era casado com Teresa Apolinária de Araújo, natural de Lisboa, filha de Pedro de Araújo e de sua mulher Madalena Boreas, ambos naturais de Lisboa e moradores na freguesia de S. José. «*Conta mais que o Pay do habilitante foi oficial mayor de António Rodrigues de Figueiredo escrivão que foi da camara de Sua Magestade e que não teve outro officio; e que seu Avo materno fora homem de negocio de grosso trato, e consul da Nação da Suecia em esta Corte, em a qual se tratara sempre com muita nobreza. Tambem consta que o habilitante he cazado com D. Thereza Polonia filha legitima de Pedro de Araújo que foi escrivão da casa de Santa, e oficial mayor de Miguel Guedes Pereira escrivão que foi do Conselho da fazenda [...]*» (LB).

Francisco Gomes de Góis (Licenciado), natural de Aveiro, filho de João Gomes.

Foi **Juiz de Fora do Funchal** (carta); **Desembargador da Relação de Goa** (carta), provisão de 100\$000 réis de ajuda de custo (8 de Março de 1697); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis e hábito (6 de Novembro de 1694), e alvará de ajuda de custo.

Observações: «*[...] se lhe mandarão fazer as provanças da sua habilitação; e dellas constou que em sua pessoa concorrem as partes pessões e limpeza necessarias porem que lhe falta a qualidade per seu Pay aver sido saboeyro e seu avo materno surrador; e por estes impedimentos se julgou que não estava capas de entrar na ordem [...] Faço saber aos que esta minha carta de Padrão virem, que tendo o respeito ao Licenciado Francisco Gomes de Goes ter servido de Juiz de fora da villa de Caminha com boa satisfação E estar despachado por Juiz de fora da Ilha da Madeira para onde está de partida [...]*» (informação de 1695) (LB).

Francisco Gomes Leitão (Doutor), natural de Lisboa, filho de João Gomes Leitão e de Ana Maria Moniz.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Benavente e Salvaterra** (1688); **Juiz de Fora de Viseu** (6 de Maio de 1697); **Corregedor da Comarca de Viana** (1705), alvará de primeiro Banco com beca de Desembargador honorário (12 de Outubro de 1712); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 25 de Setembro de 1717); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de 18 de Setembro de 1718), Ouvidor do crime (5 de Novembro de 1718), provisão de licença por quatro meses (24 de Janeiro de 1722), provisão de licença por mais três meses (19 de Dezembro de 1722). Recebeu alvará para levantar vara em certas diligências na Província do Minho (6 de Dezembro de 1712), e carta de tença de 12\$000 réis e hábito (4 de Setembro de 1717).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1687. O seu pai foi Desembargador. O habilitante tinha um irmão Desembargador, chamado Sebastião Gomes Leitão. O monarca expulsou-o do serviço régio. «*No tempo que lhe restou de vida, a fez mais conhecida na banca de huma advocacia particular [...]*» (MM).

Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira

(Bacharel em cânones), nascido em 1745, natural da freguesia de Santa Justa em Lisboa, filho de Domingos Pires Bandeira (natural da freguesia dos Mártires em Lisboa) e de Gerarda Maria Inácia Xavier Monteiro de Sampaio e Castro (natural da freguesia de Santa Maria na Covilhã), neto paterno de Domingos Pires Bandeira (natural da freguesia de Santa Maria Maior em Viana) e Tomásia Maria Felizarda (natural da freguesia de S. Julião em Lisboa), e neto materno de Francisco Monteiro de Sousa Sande e Cunha (natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Idanha-a-Velha) e Ângela Maria Josefa Engrácia Sampaio e Castro (natural da freguesia dos Anjos em Lisboa).

Foi **Juiz de Fora da vila da Golegã** (carta de 7 de Abril de 1775); **Intendente do ouro de Vila Rica**

(carta de 11 de Outubro de 1781), carta de recondução no lugar de Intendente do ouro de Vila Rica (27 de Fevereiro de 1788); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Fevereiro de 1792); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Janeiro de 1802); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 28 de Maio de 1804); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Juiz Conservador da Nação Alemã** (alvará de 19 de Junho de 1806); **Escrivão da Câmara do desempenho da Mesa da Consciência e Ordens** (alvará de ofício de 10 de Novembro de 1806), carta do ofício de Escrivão da Câmara do despacho da Mesa da Consciência e Ordens (8 de Julho de 1807). Recebeu carta de profissão com hábito (13 de Novembro de 1806), e carta de comenda de Val de D. Inês da Ordem de Santiago da Espada (7 de Janeiro de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1770. O seu pai foi secretário da Mesa da Consciência e Ordens. O seu avô paterno foi «*negociante de grosso trato*». O seu avô materno foi fidalgo da Casa Real (LB).

Francisco Guedes de Carvalho (Bacharel).

Foi **Corregedor de Pinhel** (1618); **Corregedor de Évora** (17 de Novembro de 1622); **Desembargador da Relação do Porto** (1642), carta de **Juiz dos Feitos da Coroa** e de Desembargador da Relação do Porto (20 de Dezembro de 1642).

Francisco Guerreiro Leitão de Aguiar (Bacharel), natural de Almodôvar no Campo de Ourique.

Foi **Ouvidor de Beja** (1675); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de beca e lugar de Desembargador da Relação do Porto de 3 de Agosto de 1682); **Desembargador da Casa da Suplicação**.

Francisco Jaques Salinas (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Março de 1816).

Francisco José António Damásio (Bacharel), filho de José Damásio (natural da freguesia de S. Julião) e de Teresa Micaela Leocádia (natural da freguesia de Santos-o-Velho), neto paterno de Manuel Vicente de Lima (natural de S. João das Lampas no termo de Sintra) e Maria Madalena da Silva (natural da freguesia de Santos-o-Velho), e neto materno de Francisco Rodrigues Porto (natural da freguesia de Santos-o-Velho) e Maria da Luz (natural da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai).

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (carta de 23 de Agosto de 1766); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes da Comarca do Pará** (alvará do ofício de 6 de Outubro de 1772); **Ouvidor-Geral da Capitania do Pará** (carta do lugar de 6 de Outubro de 1772); **Superintendente dos Tabacos de Trás-os-Montes** (carta de 24 de Março de 1778); **Corregedor da Comarca de Penafiel** (carta do lugar de 25 de Agosto de 1790), provisão de licença de dois meses (25 de Agosto de 1791); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado em um lugar de Desembargador da Relação do Porto de 20 de Abril de 1803). Recebeu carta de profissão do hábito de Cristo (2 de Agosto de 1773), carta de padrão de tença de 8\$000 réis em um dos Almoarifados de Reino (25 de Novembro de 1778), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis em um dos Almoarifados do Reino com o hábito (26 de Janeiro de 1779).

Observações: O seu pai foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo. «[...] *constou ter as partes pessoas e limpeza de sangue: Porem que o Pai foi moso de servir de hum Estrangeiro marido da primeira mulher com quem o mesmo cazou; o Avó materno foi entalhador; a May e Avó materna de segunda condição. Pelo que se iulgou impedido para entrar na Ordem [...] El Rey Nosso Senhor tendo respeito a lhe representar o Bacharel Francisco José António Damazo, haver servido o lugar de Juiz de Fora da villa de Mafra, e presentemente achar-se despachado no lugar de Ouvidor da cidade do Grão Pará [...] condecorado com o Habito da Ordem de Christo: Ao que tendo athenção; e em satisfação dos serviços que tem feito [...] Ha por bem fazer-lhe merce do Habito da Ordem de Christo [...] seu pay José Damázio foy cazado tres vezes sendo a primeira com huã viuva de hum estrangeiro que teve nesta Corte caza groça de Negocio de quem primeiro foy mosso e depois caixeiro [...] com muitos cabedais de quem não teve filhos cazou segunda vez de cujo matrimonio entre outros filhos teve o Dezembargador Jose António de Oliveira damazio que he habilitado por este supremo Tribunal na Ordem de Christo. Tornou a cazar terceira vez com D. Tereza Micaella Leocadia May do habilitando [...]*» (informação de 1773) (LB).

Francisco José Brandão (Bacharel em leis), nascido em 1752, natural da freguesia de Santa Maria do Samão do concelho de Cabeceiras de Basto, filho de Gervásio Afonso (natural da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios em Cabeceiras de Basto) e de Maria João (natural de Formigueiros em Cabeceiras de Basto), neto paterno de António Afonso (natural da freguesia de Santa Maria de Salto em Chaves) e Isabel Jorge (natural da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios em Cabeceiras de Basto), e neto materno de João Gonçalves (natural da freguesia de Santo André do Rio Douro em Formigueiro em Cabeceiras de Basto) e Isabel

João (natural da freguesia de Santa Maria do Salto em Chaves).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Novembro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Fevereiro de 1784); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 19 de Abril de 1787); **Conservador do Colégio dos Nobres em Lisboa** (alvará de 2 de Outubro de 1787), carta para haver 15\$000 réis de ordenado do dito cargo (12 de Maio de 1790); **Deputado da Junta da Fazenda do Real Colégio dos Nobres** (carta de 10 de Janeiro de 1788); **Juiz Executor na Administração do Subsídio Literário** (carta de ordenado de 150\$000 réis como Juiz Executor de 12 de Maio de 1790); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Abril de 1795); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 23 de Dezembro de 1795); **Conselheiro** (carta do título de 26 de Setembro de 1798); **Conselheiro do Conselho de Ultramar** (carta de um lugar ordinário de 23 de Dezembro de 1800). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (12 de Junho de 1765).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1776. Os seus pais à data da leitura já haviam falecido. «[...] *seus Pays, e Avos [...] foram pessoas e lavradores honrados, que viveram de suas fazendas, sem que nunca exercitassem officio algum mecanico [...] lavradores honrados que fabricão suas fazendas por suas próprias mãos [...]*» (LB).

Francisco José de Faria Barbosa Fagundes Guião (Doutor em cânones), filho de Romão José Rosa Guião e de Isabel Maria Esmeriz de Faria, neto paterno de Manuel da Rosa Balça (natural de Reguengos de Monsaraz) e Clara Casado Guião (natural da vila de Montoito), e neto materno de João Mendes de Faria Barbosa Fagundes (natural do Couto de Capareiros) e Maria Antónia Xavier Correia (natural de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Santarém** (carta de 31 de Março de 1775); **Corregedor do crime do Bairro dos Remolares** (carta de 5 de Março de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1794); **Corregedor do cível da Corte** (carta do lugar de 2 de Dezembro de 1799); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1802); **Desembargador honorário do Desembargo do Paço** (carta de 22 de Setembro de 1813); **Deputado** (carta de 12 de Dezembro de 1815). Recebeu alvará de foro de fidalgo (26 de Agosto de 1766).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1764. Tem um irmão chamado João José de Faria Costa Abreu Guião, licenciado na faculdade de leis, que realizou a sua Leitura

de Bacharel no ano de 1767. O pai de ambos foi Desembargador e era sobrinho pela parte da mãe de Joaquim José Estalano de Faria. Manuel Rosa, o bisavô paterno do habitante tinha «[...] *muchos descendentes clericos e familiares do Santo Officio. Consta tambem que forão abastados de cabedais e se tratarão a ley da Nobreza com Bestas e escravos e criados [...]*». Foi morador entre os anos de 1817 e 1823 nos Aciprestes, n.º 19 (LB).

Francisco José da Fonseca (Bacharel), nascido em 1721, natural de Vila Franca na Guarda, filho de João dos Santos e de Joana Maria de São José.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** (carta de 22 de Novembro de 1759); **Auditor do Regimento de Cavalaria de Miranda** (carta de 10 de Outubro de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Fevereiro de 1790). Recebeu padrão de 18\$000 de tença (3 de Janeiro de 1761), provisão para por tempo de dois anos poder cobrar executivamente como Fazenda Real as dívidas pertencentes ao Contrato das Dizimas do Rio de Janeiro (15 de Março de 1765), carta de legitimação para sua filha Maria Rosa (27 de Abril de 1785), carta de legitimação para seu filho João (27 de Abril de 1785), carta de legitimação para sua filha Francisca Rosa (27 de Abril de 1785), carta de legitimação a seu filho Ângelo (27 de Abril de 1785), carta de confirmação de doação de bens que lhe fez João Dias e outra (4 de Novembro de 1785), alvará de aposentado em Desembargador da Relação do Porto (20 de Fevereiro de 1790), alvará dos seus ordenados como Desembargador da Relação do Porto (16 de Março de 1790), e alvará de mantimento (16 de Março de 1790).

Francisco José Freire de Macedo (Bacharel em leis), nascido em 1770, natural de Coimbra, filho de Bento Rodrigues de Macedo (natural de S. Martinho do Campo em Guimarães) e de Teresa Joaquina Angélica Freire (natural de Coimbra), neto paterno de Bento Rodrigues de Macedo e Teresa Rodrigues do Vale (naturais de S. Martinho do Campo em Guimarães), e neto materno de Luís Antunes (natural de Papada na freguesia da Assunção de Ceira) e Catarina Maria Freire (natural da freguesia de Ceira em Coimbra).

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta de 25 de Maio de 1803), provisão de dois meses (11 de Outubro de 1805), carta de reconduzido no lugar de Juiz de Fora de Castelo de Vide (1 de Fevereiro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Agosto de 1818); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Abril de 1825).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1797. O seu avô materno foi doutorado. «[...] *Pay do habilitando he homem de Negocio à muitos annos nesta cidade e que o Avo Materno sempre viveo de sua fazenda tratando-se a ley da Nobreza com criados e cavallos em que andava [...]*» (LB).

Francisco José de Miranda Duarte (Bacharel em cânones), nascido em 1752, natural de Vila Dianteira em Viseu, filho de José Correia de Almeida (natural de Vila Dianteira) e de Francisca Josefa Rodrigues de Miranda, neto paterno de António Correia de Almeida e Maria Correia Duarte (naturais de Vila Dianteira), e neto materno de Manuel Rodrigues de Miranda e Carvalho e Maria Nunes (naturais de Ázere em Viseu).

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (provisão de licença para poder conservar por criada a orfã Jerónima Duarte de 18 de Julho de 1791); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta do lugar de 21 de Maio de 1800), provisão para que vença vencer o ordenado do dito lugar que lhe compete (7 de Agosto de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Agosto de 1810). Recebeu carta de hábito de Cristo (19 de Junho de 1805), e carta de padrão de hábito e tença (6 de Agosto de 1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1778. Foi morador na Rua de Madre de Deus junto à Praça das Flores. «*Não menos se verifica que seus Pais e Avós forão labradores honrados que vivião do rendimento da sua caza, tendo creados, creadas, bestas de sella, e tratando-se sempre a ley da nobreza, e exercendo os cargos honrosos do Conselho [...]*» (LB).

Francisco José da Serra Craesbeck de Carvalho (Bacharel em filosofia e cânones), natural de Lisboa, filho de Francisco Xavier da Serra Craesbeck e de Teresa Maria Craesbeck de Melo, neto paterno de Manuel da Serra.

Foi **Juiz de Fora de Avis** (carta de 25 de Outubro de 1725); **Juiz de Fora de Castelo Branco** (carta de 2 de Agosto de 1731); **Corregedor de Tavira** (carta de 6 de Maio de 1739); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 29 de Abril de 1747), beca honorária (8 de Janeiro de 1750); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Outubro de 1751), reconduzido no mesmo lugar levando-se-lhe em conta o tempo de **Desembargador da Relação do Porto**; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** ordinário (carta de 8 de Junho de 1757), carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação e **Chanceler da Relação do Porto** (8 de Julho de 1757); **Deputado** (carta de 4 de Janeiro de 1765). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (25 de Abril de 1765).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1722. Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real. Os seus pais eram primos. O seu pai foi Desembargador. O habilitante casou com Clara, filha do Desembargador Francisco da Cunha Rego. «*Porem que seu Avo paterno foy cabeleireiro e o materno em seu principio carpinteiro de noras e depois moço da estribeira do Senhor Rey D. Pedro [...] depois do que fora cappitam Mór e Almojarife da Vila de Chão do Louce [...] que o Avo paterno fora soldado voluntario na aclamação servindo a sua custa, e que o materno se acha nobelitado com o posto de capitam Mór das villas do Chão do louce [...] que he notorio o Avo materno ser filhado por seos meresimentos e o paterno fidalgo da cotta de Armas [...]* Dis Francisco Joseph da Serra Crasbek que fazendoelhe suas inquirições para receber o habito de Christo lhe resultou dellas falta de qualidade por parte de seos Avós paterno e Materno: sendo que o paterno foi soldado voluntario que servio nas guerras da Aclamação a sua custa [...] e pelo que toca ao Avô Materno he certo haver sido nobilitado em o posto de cappitam Mór das sinco villas de Chan de couçe, e d'Almojarife dos direitos reaes [...]» (informação de 1720) (LB).

Francisco José da Silveira Falcato (Bacharel em cânones), natural de Elvas, filho de João Tavares da Silveira (natural de Portalegre) e de Jacinta Inácia Caetano da Silva Falcato (natural de Elvas), neto paterno de João Fernandes Tavares e Maria Nogueira (naturais de Portalegre), e neto materno de Francisco Alves Falcato e Vitória Teresa da Silva (naturais de Elvas).

Foi **Juiz de Fora da vila de Olivença** (carta de 25 de Janeiro de 1776), padrão de 8\$000 réis de tença como Juiz de Fora de Olivença (20 de Abril de 1779); **Provedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 16 de Junho de 1790), provisão de licença de ausência no seu lugar (22 de Agosto de 1797); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Abril de 1795, carta de 23 de Junho de 1806). Recebeu carta de padrão de tença e título de hábito (16 de Março de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis em um dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (16 de Março de 1779), carta de padrão de tença de 8\$000 réis em um dos Almojarifados do Reino (20 de Abril de 1779), e provisão de aforamento de umas casas situadas na Rua da Cadeia da cidade de Portalegre (5 de Maio de 1803).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1768. O seu avô paterno foi familiar do Santo Ofício. «[...] e o dito Francisco Alves occupou os honrosos cargos Publicos de sarganto Mor das ordenanças e de Vereador nesta mesma cidade [...]» (LB).

Francisco de Leão de Macedo (Doutor).

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Fevereiro de 1643); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (alvará aposentando-o com o

ordenado com que estiver exercendo o dito cargo de 12 de Maio de 1649).

* **Francisco Leitão** (Bacharel).

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 30 de Julho de 1622); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 8 de Julho de 1627); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 2 de Maio de 1628); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Fevereiro de 1629); **Juiz do fisco de Inquisição de Lisboa** (carta de 17 de Dezembro de 1632); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 18 de Fevereiro de 1634); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 6 de Outubro de 1636); **Juiz das Justificações da Fazenda de Lisboa** (carta de 22 de Agosto de 1637).

Francisco Leitão de Melo (Licenciado em leis), nascido em 1700, natural da Baía, filho de André Leitão de Melo (natural de Tavira) e de Maria Ferreira de Carvalho (natural de Braga), neto paterno de Francisco Leitão de Melo e Inês do Vale Quaresma (naturais de Tavira), e neto materno de Bento Ferreira de Carvalho (natural da freguesia de Abadim em Refojos de Basto) e Branca Felgueira (natural de Braga).

Foi **Corregedor da Guarda** (carta de 13 de Dezembro de 1726); **Corregedor da Comarca da Guarda em primeira instância** (carta de mercê do lugar de 13 de Dezembro de 1726); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de mercê do lugar de 21 de Julho de 1732); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse do lugar por procurador de 7 de Janeiro de 1740), carta de Desembargador da Relação do Porto (6 de Dezembro de 1740), provisão de licença por quatro meses (25 de Abril de 1742), provisão de dois meses de licença para estar ausente (9 de Janeiro de 1744), provisão de licença por mais dois meses (15 de Abril de 1744), provisão de licença de um mês (22 de Julho de 1744), provisão de licença de um mês (23 de Dezembro de 1744), provisão de licença para estar ausente da Relação do Porto por um mês (17 de Março de 1745), provisão de prorrogação de licença para estar na Corte (23 de Maio de 1745), provisão de licença de um mês (19 de Julho de 1745), provisão para poder cobrar o ordenado e propinas que lhe pertencem como Desembargador da Relação do Porto desde o dia em que tomou posse até ao que principiou (16 de Janeiro de 1747). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Março de 1737).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1725. O sobredito foi morador em Lisboa, de frente de S. Lázaro. O seu pai foi Desembargador. O seu avô paterno foi capitão e,

juntamente com sua avó, foram moradores na freguesia de Nossa Senhora da Conceição no termo de Tavira «[...] e com parentes em grau mui proximo habilitados pelo eclesiastico [...] os sobreditos não tiverão officio mecanico mas se tratão sempre á ley da nobreza como pessoas principais, vivendo abastadamente da sua fazenda [...]». Os seus avós maternos foram moradores na freguesia de S. Pedro em Braga (LB). Foi familiar do Santo Ofício, e era irmão de António Ferreira do Vale de Melo. Teve nomeação para Desembargador da Casa da Suplicação, mas não chegou a exercer o cargo porque entretanto acabou por falecer (MM).

Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Bacharel), natural do Rio de Janeiro, filho de Manuel Pereira Ramos e de Helena de Andrade Soutomaior Coutinho, neto paterno de Tomé Álvares do Couto Moreira e Micaela de Faria e Lemos, e neto materno de Clemente Pereira de Azevedo Coutinho e Helena de Andrade Soutomaior (todos naturais do Rio de Janeiro). Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (1768). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1768. O seu pai e o avô materno foram ambos capitães-mor. É irmão germano do Deputado João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, e tio de um Desembargador com o mesmo nome que o seu. «*Diz Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho Juiz Geral das Ordens Militares que Vossa Magestade foy servido fazer-lhe mercê de um lugar de Desembargador da Casa da Suplicação*» (LB).

Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (Bacharel em leis), filho de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, neto paterno de Manuel Pereira Ramos e Helena de Andrade Soutomaior Coutinho (todos naturais do Rio de Janeiro).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Dezembro de 1801); **Desembargador Extravagante** fazendo o lugar do Porto (1803, 1805, 1807). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1801. O seu pai foi Deputado. O seu avô paterno foi capitão-mor e, juntamente com sua mulher, foram moradores no engenho que possuíam. Teve um tio, com o mesmo nome que o seu, que também foi Desembargador. «*Diz Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho formado na faculdade de Leys, que Vossa Magestade foi servido por seu Real Decreto de desasseis de Novembro proximo fazer-lhe mercê de o despachar para Desembargador da Relaçam do Porto, relevando o do exame vago, e porque no formado estilo de se proceder a habilitação, e o supplicante he filho do Desembargador do Paço João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho pelas inquirições do qual foi já havido per habilitado seu irmão Manuel Pereira Ramos de Azevedo Coutinho para o mesmo fim.*» Tem ainda um irmão, chamado Manuel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, a quem lhe foi feito o lugar de Desembargador da Relação do Porto em 1798 (LB).

* **Francisco Lopes de Barros** (formado em direito civil), filho de Bernardo Martins Gameiro e de Leonor Alves de Barros, e neto materno de Francisco Lopes de Barros.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1622); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1627); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Fevereiro de 1641); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1642); **Conselheiro** (carta de 21 de Novembro de 1642).

Observações: Casou com Catarina Anes Bolano, filha de D. António Rodrigues de Lhamas, cavaleiro espanhol, e de Petronilha Bolano de Rosas, de cujo consórcio nasceu Leonor Catarina de Barros, que casou com Martinho Monteiro de Seia Paim. O habilitante foi sepultado na Igreja de Santo António do Corral de Lisboa (LB).

Francisco Lopes de Beja Vilarinho (Bacharel), natural de Beja e baptizado na freguesia de Santa Vitória no termo da cidade em 1690, filho de Francisco Lopes de Beja Vilarinho.

Foi **Juiz de Fora de Serpa** por tempo de três anos (1704); **Juiz de Fora de Abrantes** por três anos (carta de 12 de Novembro de 1709); **Ouvidor da Comarca de Beja**; **Corregedor da Comarca da Guarda** por três anos (carta de 9 de Março de 1714); **Corregedor da Comarca da cidade de Évora** (carta do cargo de 6 de Junho de 1719); **Ouvidor de Cabo Verde** de cujo lugar se escusou; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê do cargo de 3 de Janeiro de 1726), provisão de licença para tomar posse por seu procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (18 de Janeiro de 1726), alvará e carta de padrão de aposentado em Desembargador da Relação do Porto com o ordenado e propinas (11 de Março de 1734), alvará para que tenha 260\$000 réis de aposentadoria no lugar de Desembargador da Relação do Porto pagos na alfândega (19 de Setembro de 1739). Recebeu carta de tença de 12\$000 réis com o hábito (15 de Janeiro de 1710), e provisão a Joana Micaela Barbosa da Gama para que o dito Corregedor actual sirva o ofício de Provedor das coimas da Água da Prata da cidade de Évora durante a menoridade de seu filho mais velho (16 de Março de 1721).

Observações: Foi filho ilegítimo, sendo a sua mãe e avós maternos naturais de Serpa (informação de 1709). «[...] no lugar de Juiz de fora da villa de Serpa por tempo de tres annos desde janeiro de 1704 athe janeiro de 1707 em que se ouve com limpeza e sastifação dando a execução todas as hordens que se lhe passarão pela superintendencia geral das carruagens do Reyno pelo ouvidor da Comarca de Beja e Superintendente da dita Província [...] entregar a Praça de Extremôs com tal actividade que se não exprimentou falta e do mesmo modo no aquartelar os terços do Algarve Auxiliares

e nos Ingleses sem queixas dos Moradores [...] e prendeu a dous facinorosoz com risco da sua vida e outro pelo crime de inconfidencia tirando huma exacta devaça de que resultou ser sentenciado a morte [...] no lugar que vai servir de Ouvidor de Cabo Verde». Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1703. O seu pai faleceu a 10 de Julho de 1689 sem geração legítima, e tinha uma irmã chamada Ana Maria de S. José que foi abadessa de Santa Clara de Beja (LB). Francisco Lopes de Beja Vilarinho faleceu em Beja por motivos de doença, e foi sepultado no Convento do Carmo da mesma cidade no estado de solteiro (MM).

Francisco Lopes de Carvalho (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Gabriel de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra e Barreiro** por três anos ou mais (carta de 28 de Outubro de 1717); **Juiz de Fora de Coimbra** (1719); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Comarca de Pernambuco** (provisão de 14 de Julho de 1724); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 31 de Maio de 1730); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Novembro de 1737); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1740); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Maio de 1747); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Junho de 1748); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 7 de Abril de 1753), alvará designando o ordenado de 400\$000 réis como Conselheiro do Conselho Ultramarino (9 de Maio de 1753). Recebeu carta de remuneração de serviço de 400 cruzados por uma vez somente (4 de Outubro de 1751).

Observações: Leitura de Bacharel no ano de 1717 (LB).

Francisco Lopes Ribeiro (Bacharel), filho de José Ribeiro Rangel.

Foi **Desembargador da Relação da Goa** com posse de **Extravagante na Casa da Suplicação** (carta de 12 de Março de 1715). Recebeu padrão de 50\$000 réis de tença a sua filha Ana Teresa Caetana (9 de Março de 1715), e provisão de 80\$000 réis para ajuda de custo (23 de Março de 1715).

Observações: O seu pai foi ourives da prata e juiz da Casa da Moeda da Baía, tendo a mercê de proprietário do ofício de escrivão do Público Judicial e Notas da cidade do Porto (informação de 1696). «[...] seu Pay supposto fosse ourives em seus principios, desposu viveo sempre nobremente por suas fazendas e sevio a Vossa Magestade om grande zello, e satisfação em occupaões de muita importancia a seu real serviço nas cazas da moeda desta cidade e da do Porto [...] e de presente o está fazendo no cargo de juiz da Caza da moeda da Bahia para onde Vossa Magestade foy servido mandallo [...] Tendo consideração aos serviços que Jozeph Ribeyro Rangel me tem feito nas cazas da moeda desta cidade, e do Porto a donde por tempo de tres annos fui servido mandalo, para administrar a fabrica daquella Caza o que fes com grande

aserto [...] não somente no labor da moeda mas também na redificação da Caza e oficinas devendosse à sua boa intilgancia e capacidade de ter mais facil expedição e redução da moeda nacional, fazendo novos engenhos, com cuja industria se poupou grande despaza à minha fazenda, e também a arrumação dos livros em que concistio a arrecadação della, como me constou plas informações do Dezembargador Sebastião Cardozo de Sampayo, a quem fui servido encarregar a superintendencia da Caza da moeda daquela cidade [...]» (LB). Foi avô materno do Desembargador Antônio Bernardo Xavier Porcille (MM).

Francisco Lopes da Rocha (Bacharel em cânones; Licenciado), natural de Vila do Conde, filho de Belchior Lopes de Pais (natural da Quinta do Carvalho em Gondomar) e de Maria Fernandes Reimonde (natural de Vila do Conde), neto paterno de Baltazar Pires de Pais e Inês Gonçalves, e neto materno de Fernando de Álvares Reimonde e Filipa Gonçalves (naturais de Vila do Conde).

Foi **Juiz de Fora de Braga** (1637); **Corregedor da Câmara de Miranda** (carta de 21 de Janeiro de 1645), carta para que se dê aposentadoria em todos os lugares do seu trânsito (31 de Janeiro de 1645); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Maio de 1645); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador de tenças e resíduos da Comarca do Porto** por três anos (alvará de 6 de Setembro de 1649); **Corregedor da Comarca do Porto** por três anos (alvará de 9 de Setembro de 1649); **Desembargador da Relação do Porto** (carta).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1629. Os seus avós paternos foram moradores na sua quinta do Carvalho no termo de Gondomar, e nela moraram igualmente seu pai e sua mãe. «[...] por parte de seu pai, e avós paternos, nem delles descendia de mechanico algum, nem que tal fama tenha, nem tivesse por parte de seu pai, e avós paternos, e que por parte delles tinha no Conselho de Lanhoso, desta correição parentes que servião nelle, os cargos nobres da governança, e que por parte de sua mai tivera hum tio bispo danel de hum Arçebispo de Braga, e dizem que era irmão de sua Avó materna: o pai do supplicante vive na mesma quinta, e agrangea como lavrador honrado que hé [...] Fernando de Álvares Reimonde [...] seu avô foi da governança da dita villa e [...] teve dois Abades e um Bispo [...]» (LB).

Francisco Lopes da Silva (Bacharel), nascido em 1656, natural de Vila do Conde, filho de Francisco Lopes da Silva e de Francisca Lopes Raimundo.

Foi **Juiz de Fora de Barcelos** (depois de 1682); **Ouvidor de Vila Viçosa** (1687); **Provedor e Ouvidor de Angola** (1691); **Desembargador da Relação da**

Baía (1697); **Procurador da Coroa da Baía**. Recebeu alvará para tomar posse de Desembargador do Porto por procurador.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 19 de Novembro de 1694 (HOC).

Francisco Lopes de Sousa Faria e Lemos (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora do Fundão** (carta de 22 de Dezembro de 1784); **Ouvidor do Mato Grosso** (carta de 3 de Julho de 1794); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes na Capitania de Mato Grosso** (alvará de 26 de Agosto de 1794); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (provisão de licença para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro de 11 de Fevereiro de 1799), carta de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro (16 de Fevereiro de 1799), provisão de ordenado do dito lugar (18 de Maio de 1799); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Maio de 1804), provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria do Reino o juramento de estilo para se encartar no lugar de Desembargador da Relação do Porto (26 de Maio de 1804). Recebeu provisão para casar com Maria Inês de Sousa Barroso a 19 de Setembro de 1799.

Francisco Lourenço de Almeida (Bacharel em leis), também *Francisco Loureiro de Almeida*, nascido em 1771, natural de S. Miguel em Aveiro, filho de Manuel Francisco de Oliveira e de Josefa Maria Almeida (naturais de Fernelã no termo de Aveiro), neto paterno de Feliciano Francisco de Amorim e Maria Fernandes de Oliveira (naturais do termo de Aveiro), e neto materno de Gonçalo de Almeida Meneses e Francisca Maria da Costa (naturais de Branca no termo de Aveiro).

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca do Campo** (carta de 10 de Julho de 1800), provisão que lhe concede mais 30\$000 réis de aposentadoria como Juiz de Fora de Vila Franca do Campo (3 de Novembro de 1803); **Juiz de Fora da Ribeira Grande na Ilha de S. Miguel** (carta de 28 de Julho de 1806); **Provedor da Fazenda dos Defuntos e ausentes da Ilha de S. Miguel** (alvará de ofício de 13 de Novembro de 1806); **Conservador do contrato do tabaco e saboarias da Ilha da Ribeira Grande** (provisão de 6 de Março de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Novembro de 1824); **Conselheiro** (carta de membro do Supremo Tribunal de Justiça (5 de Junho de 1834). Recebeu carta de profissão de hábito (15 de Julho de 1823).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1796. O seu pai foi capitão das ordenanças «[...] se portarão sempre com muita honra, verdade, e decência; servindo-se de creados para lhes cultivarem seus bens; não constando, que em tempo algum exercitassem officio vil, e dos que costumão ter as pessoas plebeas, pois erão dos bons lavradores de seu concelho» (LB).

Francisco Luís de Almeida Coutinho (Doutor, lente na Universidade de Coimbra), natural do Porto, filho de Manuel de Almeida Coutinho (natural da Quinta dos Marecos no Porto) e de Vicência Luísa de Almeida (natural do Porto), neto paterno de Manuel Marques de Abreu e Catarina de Almeida Coutinho (naturais do Porto), e neto materno de João Álvares e Luísa Almeida (naturais do Porto).

Foi **Desembargador honorário do Porto** (carta de 10 de Maio de 1754); **Conservador da Nação Inglesa** (alvará de 20 de Outubro de 1759); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Fevereiro de 1769); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Outubro de 1771). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (27 de Novembro de 1754), e carta de padrão de tença (3 de Dezembro de 1754).

Observações: Os seus pais foram moradores na Rua dos Canos, na freguesia da Santa Sé Catedral no Porto. Os seus avós paternos foram igualmente moradores na mesma rua, sendo proprietários da quinta onde o pai do habilitante nasceu. Os seus avós maternos foram moradores na freguesia da Sé na Rua das Pedras Alvas (informação de 1755). «[...] consta que o dito Manuel de Almeida natural da freguesia de S. Salvador do Campo e morador na sua quinta de Marecos viera para esta cidade [Porto] para caza de seu irmão Bartolomeu de Almeida o qual tinha na logea da mesma caza hua Botica, que administrava por si e seus Praticantes sem que o dito Manuel de Almeida Coutinho se intromettesse no ministro della, e morto o dito Bartolomeu de Almeida ficou continuando na logea da mesma casa a dita Botica administrada pelos mesmos praticantes [...]. Consta tambem que o dito Manuel de Almeida Coutinho foy Almotacé, e cidadão nesta cidade, onde se tratou com gravidade exercendo sempre o emprego de cidadão nas ocasiões em que pello Senado da camara erão chamados os mais cidadãos, tendo muitos bens de cujos rendimentos se sustentava e a dois filhos que trouxe na Universidade de Coimbra, e a outros que meteo em varios religiosos, e a hum fez ordenar de sacerdote, sendo os bens de raiz que possuia as casas em que morava, outras na Rua da Banharia, outras na rua ao pé das Allas, a sua quinta de Marecos e outra em Arnelas nas margens do Douro [...]. Mais consta que os Avós Paternos e Maternos se sustentarão decentemente sem emprego mecanico pellos rendimentos de seus bens: a saber os Paternos pellos rendimentos da sua quinta de Marecos onde vivião, e os Maternos pellos rendimentos da sobredita quinta de Arnelas, e mais huma morada de casas na Rua da Banharia que possuiam alem das casas

da rua de pé das Allas em que vivião; os quais bens dotarão a sua filha [...] (LB).

Francisco Luís Álvares da Rocha (Bacharel em leis), também *Francisco Luís Alves da Rocha*, natural de Monção, filho de Domingos da Rocha e de Isabel Álvares, neto paterno de Lourenço da Rocha e Maria Esteves, e neto materno de Jerónimo Álvares e Domingas Gonçalves (todos naturais de Monção).

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 15 de Dezembro de 1778); **Ouidor da Capitania do Rio de Janeiro** (carta de 8 de Fevereiro de 1782); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes do Rio de Janeiro** durante o lugar de Ouidor (alvará de 6 de Fevereiro de 1782); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (alvará de mantimento com o sobredito lugar de 16 de Junho de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Março de 1802). Recebeu alvará de assentamento de ordenado no lugar de Fiscal da décima (30 de Agosto de 1805).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1776. «[...] seus Avos Paternos e Maternos eram Lavradores abonadoz, como também gozão de Nobreza [...]

Francisco Luís da Cunha e Ataíde (bacharel em leis), natural de Lisboa e baptizado na Igreja de Nossa Senhora dos Mártires a 4 de Junho de 1668, filho de António da Cunha Pinheiro e de Maria Luísa da Silva Ataíde.

Foi **Corregedor de Leiria** (carta de 4 de Maio de 1694); **Corregedor do Porto** (carta de 14 de Dezembro de 1697); **Provedor do Porto** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Outubro de 1715); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 26 de Abril de 1716); **Juiz Conservador das causas do açúcar** (alvará de 30 de Abril de 1721); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 25 de Agosto de 1721), carta para nas férias vir ao Desembargo do Paço servir (15 de Junho de 1725); **Deputado** (carta de 6 de Outubro de 1727), alvará para que tenha cada ano uma escrivanhinha com o lugar de Deputado e petições (27 de Janeiro de 1730); **Conselheiro** (título de Conselho de 6 de Outubro de 1727); **Memosteiro-mor dos cativos do Bispado do Porto** (4 de Maio de 1735); **Chanceler-mor** (carta de 25 de Setembro de 1750). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis (5 de Dezembro de 1682), carta de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (29 de Dezembro de 1682), carta de padrão de tença de 20\$000 réis (27 de Janeiro de 1699), alvará de mercê de capela, alvará de administração de capela, padrão

de 200\$000 réis de tença, alvará de administração da capela da Gafaria dos carpinteiros em Abrantes (23 de Agosto de 1709), carta de administração de capelas e bens (23 de Setembro de 1709), alvará de uma capela de 60\$000 réis (17 de Outubro de 1709), alvará de fidalgo da Casa Real com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (16 de Setembro de 1710), provisão de administração dos bens de Álvaro da Silveira e Albuquerque (6 de Setembro de 1714), e alvará para que tenha 4\$000 réis na sua escrivania (27 de Janeiro de 1730).

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1692. Morreu nas ruínas de sua casa, aquando do terramoto de 1755. O seu pai foi Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Guarda-mor da Torre do Tombo e fidalgo cavaleiro. A sua mãe, antes de se casar com o seu pai, fora viúva de Heitor Vaz de Castelo Branco (LB). O habilitante foi cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Casou primeira vez com Josefa Leocádia Coutinho, filha de Miguel Salma Cabral e Paiva, natural de Alverca, e de Maria Coutinho, a qual era viúva do Desembargador Gaspar Mouzinho e Albuquerque. A sua segunda mulher chamava-se Teresa Luísa de Mendonça, a qual era viúva de Manuel de Carvalho de Ataíde e filha de João de Almada e Melo (Comissário geral de cavalaria da Província da Beira e Aicaide-mor de Palmela) e de Maria Luísa de Mendonça. De ambos os casamentos não houve descendência (MM).

Francisco Luís Martins Veloso (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Castro Marim** (carta de 4 de Fevereiro de 1771); **Corregedor da Comarca de Miranda** (15 de Fevereiro de 1778), provisão para estar ausente dois meses do seu lugar de Corregedor de Miranda (6 de Maio de 1779); **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta de 4 de Setembro de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentadoria num lugar de Desembargador da Relação do Porto de 16 de Novembro de 1801), alvará de 200\$000 réis de aposentado na Relação do Porto (18 de Março de 1802).

Observações: Recebeu provisão para casar com Catarina Maria de Morais Gouveia e Melo a 5 de Março de 1787.

Francisco Luís de Miranda Espínola (Bacharel), nascido em 1699, natural da Ilha da Madeira, filho de Teotónio de Miranda Espínola e de Maria do Faial Lemos.

Foi **Juiz de Fora do Rio de Janeiro** (carta de 18 de Abril de 1739); **Provedor do Rio de Janeiro** (carta de 31 de Maio de 1739); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 12 de Março de 1748). Recebeu provisão de 100\$000 réis de ajuda de custo (22 de Setembro de 1739), e provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (16 de Novembro de 1741).

Observações: Faleceu no mar na viagem para a Índia (MM).

Francisco Manso da Fonseca (Bacharel), nascido em 1639, natural de Proença-a-Nova, filho de Matias da Fonseca e de Maria Francisca. Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1683).

Francisco Manuel de Andrade Moreira (D.) (Bacharel em leis), nascido em 1741, natural da freguesia de Nossa Senhora da Misericórdia em Belas, filho de D. Luís Manuel de Andrade (natural de Gibraltar) e de Manuela Eusébia Casquete de Andrade e Moreira (natural de Madrid), neto paterno de D. Belchior de Andrade e Moreira e Graça Maria Vidal e Couto (naturais de Ceuta), e neto materno de D. Domingos Casquete (natural de Oviedo) e Maria Lizacores (natural de Pamplona).

Foi **Juiz de Fora da vila da Montã** (carta de 12 de Agosto de 1766); **Provedor da Comarca de Setúbal** (alvará de **Provedor de Santarém** de 19 de Setembro de 1774); **Superintendente do Sal e dos Castros da vila de Setúbal** (carta de 20 de Agosto de 1777), alvará de 60\$000 réis de ordenado com o emprego de Superintendente do Sal de Setúbal (18 de Setembro de 1795); **Desembargador da Relação do Porto** fazendo o lugar de Superintendente do Sal em Setúbal (carta de 3 de Outubro de 1777); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Novembro de 1783); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 10 de Abril de 1795); **Conselheiro** (carta de título de 7 de Agosto de 1802); **Conselheiro do Tribunal do Conselho da Fazenda** (carta de 5 de Agosto de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1766. «[...] *exercendo hum Irmão do Abilitando a ocupação de Porteiro da camara do Serenissimo Infante D. Manuel a qual já seu Pay tinha exercido [...]*» (LB).

Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima (Bacharel).

Foi **Provedor da Comarca da Guarda** (carta do lugar de 16 de Maio de 1800), carta de recondução de Provedor da Comarca da Guarda com prediamento de primeiro Banco (8 de Julho de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Novembro de 1807); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Julho de 1821), alvará de aposentadoria de Desembargador da Casa da Suplicação (15 de Abril de 1825); **Deputado** (alvará de 23 de Abril de 1826); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1828); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 14 de

Dezembro de 1827). Recebeu carta de profissão de hábito (29 de Setembro de 1804).

Francisco Manuel Pais Sande e Castro (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Miranda** (carta de 17 de Maio de 1800); **Corregedor da Comarca de Angra** (carta de 21 de Junho de 1804); **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** com um lugar de **Desembargador** (carta de 27 de Outubro de 1814).

Francisco Manuel Pinto Mesquita (Bacharel).

Foi **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 1 de Dezembro de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Maio de 1804). Recebeu provisão de dispensa para se opor aos lugares do Senado (25 de Junho de 1767).

Francisco Manuel de Sousa Costa (Bacharel em cânones), nascido em 1728, natural de Vila da Barca, filho de Belchior de Sousa (natural de Arcos de Valdevez) e de Francisca Barbosa (natural de Vila da Barca), neto paterno de Domingos de Sousa e Domingas Veloso da Costa (naturais de Arcos de Valdevez), e neto materno de Álvaro Rodrigues Barbosa Galvão e Ana Rodrigues (naturais de Vila da Barca).

Foi **Juiz de Fora de Alenquer** (1758), nomeado Juiz de Fora de Arrifana de Sousa mas optou pelo primeiro despacho de Juiz de Fora de Alenquer; **Ouvidor da Comarca de Faro** (carta de **Provedor da Capitania das Alagoas** de 30 de Julho de 1765), provisão de serventia temporária de ofício (30 de Julho de 1765), carta de Ouvidor da mesma capitania (22 de Agosto de 1765); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 19 de Julho de 1770); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de 22 de Dezembro de 1779). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (24 de Julho de 1765), e carta de administração de capela (15 de Setembro de 1774).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1751. O seu pai é «[...] *cappitam de ordenança do Castello de Lindozo, e he escrivão dos órfãos da villa de Ponte da Barca, a onde tem servido os cargos da republica, e escrivão da misericordia da mesma villa cujas ocupaçoens costumão exercitar as primeiras pessoas daquella e mais villas, e que os avó paternos e maternos do habellitado erão lavradores ricos que vivião dos seus proprios bens tendo criados para o mesmo menisterio da lavoura [...]*» (LB).

Francisco Manuel de Vasconcelos (Licenciado, formado em direito civil), natural do Turcifal em Torres Vedras, filho de João Rebelo de Vascon-

celos (natural do Turcifal) e de Maria Teresa de Brito e Mendonça (natural de Santarém), neto paterno de António Rebelo de Vasconcelos e Ana Castelo Branco, e neto materno de João de La Cuova Carvalho e Luísa de Brito.

Foi **Desembargador da Relação da Goa** (carta de 24 de Fevereiro de 1722), alvará de mercê de 80\$000 réis para ajuda de custo com o lugar de Desembargador da Relação de Goa (21 de Março de 1722); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Abril de 1730).

Observações: A sua avó materna era irmã do padre João de Brito, e ambos eram filhos de Salvador de Brito Pereira, fidalgo da Casa Real, e de Beatriz Pereira. Casou antes de partir para a Índia com Maria e, após o falecimento desta, tornou-se sacerdote, sendo escolhido para Monsenhor da Patriarcal, incorporando-se novamente na Universidade de Coimbra na faculdade de cânones. Foi cavaleiro do hábito de Cristo e fidalgo da Casa Real. Morreu no ano de 1743 (MM).

Francisco Marcelino de Gouveia (Bacharel em cânones), nascido em 1708, natural da freguesia dos Anjos em Lisboa, filho de Manuel da Fonseca da Cruz (natural da freguesia de S. Mamede em Lisboa) e de Teresa Maria Antónia de Gouveia (natural da freguesia de Santa Catarina em Lisboa), neto paterno de Manuel de Fonseca da Cruz (natural da freguesia de S. Cristóvão em Lisboa) e Antónia Brandão (natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa), e neto materno de Domingos Rodrigues Soares Barbosa (natural da freguesia de Santa Catarina em Lisboa) e Josefa Maria de Gouveia (natural da freguesia de Nossa Senhora do Socorro em Lisboa).

Foi **Juiz Conservador do Contrato dos Dízimos Reais da Baía** (provisão de 26 de Abril de 1733); **Juiz de Fora de Campo Maior** (carta de 26 de Agosto de 1737), provisão de licença para se ausentar por três meses do lugar de Juiz de Fora de Campo Maior (23 de Julho de 1739); **Ouvidor da Comarca da Baía** da parte sul por três anos (carta do lugar de 5 de Maio de 1747); **Provedor das fazendas, Defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Comarca da Baía** da parte sul (alvará de mercê da serventia do ofício de 8 de Maio de 1747); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Fevereiro de 1752); **Juiz das causas dos cativos da Relação da Baía** (provisão de 13 de Março de 1752); **Juiz Conservador do contrato do Sal da Baía** (provisão de 20 de Abril de 1753); **Provedor da Coroa e Fazenda da Relação da Baía** (carta de 30 de Abril de 1753); **Provedor da Coroa** (carta de 30 de Maio de 1753); **Desembargador**

da Relação do Porto (carta de 28 de Janeiro de 1756), carta para que vença o ordenado de 600\$000 réis na Relação do Porto (14 de Fevereiro de 1756), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (4 de Abril de 1756); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Maio de 1758); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 11 de Março de 1766). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (18 de Fevereiro de 1756), e padrão de 18\$000 réis de tença (8 de Abril de 1756).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1733. O suplicante era cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O seu pai foi escrivão das terras da rainha e familiar do Santo Ofício (LB). «No anno de 1757 em que no Porto houve a sublevação do Povo congraçado sobre os vinhos do Alto Douro, foi mandado pelo soberano à Relaçam daquela cidade substituir hum lugar que estava impedido, donde assistio, como Ministro Régio à grande execução do castigo dos sublevados no motim e confederação temeraria. No anno de 1758 fez viagam com outros ministros togados para Ultramar a varias diligencias de Sua Magestade ainda incognitas à nossa percepção [...]» (MM).

Francisco Martins da Luz (Bacharel em cânones), natural da freguesia de S. Nicolau no Porto, filho de Francisco Martins da Luz (natural do lugar da Veiga na freguesia de S. Vicente de Mascotelos) e de Maria Teresa de Jesus (natural da freguesia de S. Nicolau no Porto), neto paterno de Fernando Martins e Maria Vaz (naturais de S. Vicente de Mascotelos), e neto materno de Manuel Ramos (natural de Setúbal) e Francisca do Rosário (natural do Porto).

Foi **Juiz de Fora de Serpa** (alvará de predicamento em cabeça de Comarca de 27 de Março de 1781); **Provedor do Algarve** (carta de 10 de Fevereiro de 1795), provisão de licença para estar ausente do seu lugar (14 de Setembro de 1799); **Superintendente dos Tabacos do Reino do Algarve** (carta de **Desembargador da Relação do Porto** de 24 de Janeiro de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Janeiro de 1817), alvará de Desembargador graduado na Casa da Suplicação (7 de Julho de 1821).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1776. Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e o seu pai também o foi. «[...] este foi deputado da companhia dos vinhos do Alto Douro na sua fundação como depoem as testemunhas do sumário incluzo, e consta da certidão tambem junta mostrando esta que Vossa Magestade foy servido habilitar aos filhos dos mesmos deputados para receberem os habitos das ordens militares sem dispensa de machanica e para ler no Dezembargo do Paço [...] Diz o Doutor Francisco Martins da Luz, que elle tem entrado pertençaõ de se habilitar por esta Meza para servir a Vossa Magestade nos lugares de letras, para cujo

efeito se mandou proceder nas diligencias necessarias, e se achão já as suas Inquiriçoens neste tribunal remettidas pello Doutor Corregedor da cidade do Porto. E porque este hé mal affeito ao supplicante receya que lhe mova algum embarço sobre a nobreza de seus Avós; de cujo requisito não precisa o supplicante por ser filho legitimo de Francisco Martins da Luz, que foi hum dos Deputados da primeira Fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro [...] algumas das testemunhas declarão terem conhecido o avô paterno do Habilitando, por viver desde algum tempo antes da sua morte, em companhia do dito Francisco Martins seu filho, porem nenhuã lhe soube declarar o nome, supposto digão que tambem era de Guimarães. [...] Pelo que respeita ás occupaçõs, ou exercicios que tiverão os ascendentes do Habilitado se mostra, que o dito Francisco Martins da Luz seu pai, fora nos seus principios caixeiro, ou fiel do Porteiro da alfândega desta cidade a onde fazia as suas vezes, que depois disso embarcara para o Brazil, a onde negociara, e que recolhendo-se a esta dita cidade, nella estabelecera casa de négocio, vindo a ser hum dos principaes negociantes desta Praça, cavaleiro da ordem de Christo, e dos primeiros Deputados da Companhia dos vinhos do Alto Doiro; que o avô paterno fora lavrador, e os avós maternos mercadores da Sal, tendo Loge em que o vendião, por groço, e por mando, e que depois disto o avô materno Manoel Ramos, andára por mestre nos hiates da costa: E ainda que a testemunha n.º 2 diga, que a avô materna Francisca do Rozário, vendera peiche na Ribeira desta cidade, com tudo pelo que cancelei das mais testemunhas, me persuado que se esquivocou, com a mai da referida, chamada Angela de Affonseca, que alguãs das testemunhas conhecerão, e que com efeito teve este exercicio, quanto aos avós paternos foram lavradores [...] abundantes de bens, e honrados, sem que jamais exercitacem officio algum machanico, porque athe a cultura dos seus bens era feita por creados seus, e por jornaleiros, tendo bestas proprias em que andavam e se tratavam como pessoas nobrez [...]» (LB).

Francisco Martins da Silva (Bacharel em leis), nascido em 1701, natural de Monforte, filho de Luís Martins (natural da freguesia de Santo Aleixo no termo de Vila Viçosa) e de Luísa Gomes (natural de Estremoz), neto paterno de Francisco Rodrigues (natural da freguesia de Vila Ruiva no termo de Linhares) e Maria Gonçalves (natural de Barbacena), e neto materno de Pedro Rodrigues (natural de Estremoz) e Catarina Gomes (natural de Fronteira).

Foi **Juiz de Fora de Olinda** (carta de mercê do cargo de 31 de Maio de 1730); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes, capelas e residuos de Olinda em Pernambuco** (alvará de serventia do officio de 3 de Julho de 1730); **Juiz de Fora de Monção** (carta de 8 de Janeiro de 1734); **Juiz de Fora de Coimbra** (carta de 29 de Maio de 1747); **Ouvidor e Intendente-Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas da Capitania do Maranhão** (alvará de **Conservador da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão** de 25 de Junho de 1760); **Desembargador da Relação**

do Porto (alvará de aposentado no lugar de 3 de Março de 1772).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1728. O seu pai esteve casado a primeira vez com a mãe do habilitado «[...] sua primeira mulher Luisa Gomes a qual viera pequena do termo de Estremoz, a onde nascera, para a ditta freguesia a onde cazara [...] também consta que seu Pay nunca tivera officio macanico mas que hé hum lavrador nobre dos principaes daquella freguesia tratando-se como tal [...] o seu avô paterno era [...] lavrador dos milhores do ditto lugar e que vivia da sua fazenda sem que em tempo algum exercitasse mechanico algum [...]» (LB).

Francisco Melendes Freire (Licenciado), também *Francisco Melindes Freire*, nascido em 1615, natural de Lisboa, filho de Marcos Melendes de Gumiel e de Catarina Freire (naturais de Lisboa), neto paterno de Francisco Melendes de Gumiel e Francisca da Costa de Sagura (naturais da Lousã), e neto materno de João Freire de Andrade (natural de Lisboa) e Violante Leite.

Foi **Juiz de Fora de Aveiro**; **Juiz do cível em Lisboa** (1658); **Juiz das propriedades na Corte** (1662); **Provedor do Algarve** (1666); **Provedor de Santarém** (21 de Janeiro de 1671); **Juiz do Tombo Real de Santarém** (10 de Agosto de 1675); **Superintendente dos linhos** com beca de **Desembargador da Relação do Porto** (mercê); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Novembro de 1676). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença, carta de padrão de 12\$000 réis de tença efectiva com o hábito de Cristo (14 de Agosto de 1681), e carta de padrão de tença de 8\$000 réis efectivos (25 de Setembro de 1681).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1657, e neste ano tinha 42 anos e era já casado. O seu pai foi Almojarife e irmão da Misericórdia. O seu avô materno foi Desembargador da Casa da Suplicação. Morreu em Santarém a 21 de Maio de 1689, sendo sepultado na capela dos Ferreiros de S. Francisco (MM).

Francisco Mendes Galvão (formado em direito canónico), natural de S. Martinho de Mós em Arcos de Valdevez, filho de João Galvão (natural de S. Martinho de Mós) e de Domingas Mendes (natural de Santa Comba de Eiras), neto paterno de Gregório Gonçalves Galvão (natural de S. Martinho de Mós) e Catarina Rodrigues, e neto materno de Afonso Mendes (natural de S. Pedro de Fóios) e Maria Fernandes (natural de Santa Comba de Eiras).

Foi **Ouvidor de Barcelos** (1680); **Desembargador da Relação da Baía** com posse na Relação do Porto (tomada por ele pelo seu procurador o Desembargador Afonso Teixeira de Mendonça de 16 de

Maio de 1687); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Junho de 1693); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Julho de 1694); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Agosto de 1695); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Agosto de 1695); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Agosto de 1700); **Procurador da Coroa** (carta de 17 de Junho de 1704); **Deputado** (carta de 18 de Maio de 1710); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 15 de Junho de 1715); **Juiz das Coutadas do Reino** por três anos (carta de 20 de Abril de 1725); **Desembargador Extravagante do Desembargo do Paço** (alvará de 4\$000 réis anuais como Desembargador de 3 de Setembro de 1725). Recebeu alvará para que tenha 4\$000 réis de escrivania (3 de Setembro de 1725), padrão de 140\$000 réis de juro (14 de Dezembro de 1726), carta de padrão de tença de 12\$000 réis (25 de Outubro de 1735), e carta de padrão de tença de 18\$000 réis (12 de Novembro de 1735).

Observações: Foi pai de Mariana Josefa Galvão, casada com Pascoal Vicente Soares da vila de Viana do Castelo. Foi familiar do Santo Ofício e morador na cidade do Porto (MM).

Francisco Mendes Marecos (Bacharel), também *Francisco Mendes Marrecos*, natural do Alvito. Foi **Desembargador da Relação do Porto**; **Desembargador da Casa da Suplicação**.

Observações: Casou com Águeda de Brito, de cujo consórcio nasceu António da Fonseca de Brito (MM).

Francisco de Mesquita (Doutor).

Foi **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** vago por falecimento de Estêvão Fuzeiro de Sande de 3 de Setembro de 1642).

Francisco Miranda Henriques (graduado em direito canónico), natural de Lisboa, filho de Francisco de Miranda Henriques e de Violante Henriques.

Foi **Inquisidor de Évora**; **Deputado da Inquisição de Lisboa**; **Prior da Igreja de S. Martinho de Lisboa** junto ao Limoeiro; **Cónego da Colegiada de Santarém**; **Bispo de Viseu** (1662); **Conselheiro honorário** (carta de 10 de Julho de 1662); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta fazendo-lhe mercê de um lugar de 26 de Maio de 1662), alvará para que tenha com o cargo de Conselheiro do Conselho Ultramarino 300\$000 réis cada ano (6 de Junho de 1662); **Deputado** (carta de título de 24 de Janeiro de 1664); **Conselheiro** (carta de Conselho de 13 de Fevereiro de 1664); **Desembargador do**

Desembargo do Paço (carta de um lugar supra-numerário na mesa do Desembargo do Paço de 15 de Setembro de 1664), alvará de Desembargador do Desembargo do Paço (12 de Fevereiro de 1666); **Chanceler-mor** (carta de 28 de Novembro de 1676). Recebeu 120\$000 réis de pensão com o hábito de Aviz (20 de Abril de 1649), apostila de 20\$000 réis de juro, carta de padrão de 50\$000 réis de tença (20 de Novembro de 1660), carta de padrão de 100\$000 réis de tença (12 de Dezembro de 1660), alvará de ordinária, e alvará de ordenado.

Observações: Morreu em Lisboa a 16 de Outubro de 1678, sendo sepultado no Convento de S. Francisco de Lisboa (MM).

Francisco Monteiro de Mendonça e de Miranda (Bacharel), nascido em 1641, natural do Alvito, filho de António Monteiro de Miranda e de Violante de Fróis.

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima**; **Juiz de Fora de Castelo Novo** (carta de 6 de Junho de 1669); **Juiz de Fora de Elvas**; **Provedor de Miranda** (1678); **Corregedor de Santarém** (1683); **Desembargador da Relação do Porto** (1692); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (1694); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1706); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 30 de Maio de 1711).

Francisco Monteiro de Miranda (Licenciado), natural de Alvito, filho de António Monteiro de Miranda e de Violante Frões, neto paterno de Francisco Monteiro de Miranda e Maria Nunes Matela, e neto materno de Bartolomeu de Sequeira e Natália Frões (todos naturais do Alvito). Foi **Juiz de Fora de Castelo Novo e Alpedrinha** (carta de 6 de Junho de 1669); **Juiz de Fora de Almada** por três anos (carta de 4 de Julho de 1686); **Corregedor de Santarém** (carta), carta de recondução no lugar de Corregedor de Santarém (4 de Março de 1687); **Corregedor de Évora** (carta); **Corregedor de Lamego** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 7 de Julho de 1694), carta de privilégio de Desembargador; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu alvará de mercê de capela, alvará para apurar bens de morgado, e alvará de mercê de beca.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1669. O pai era licenciado (LB).

Francisco Monteiro Montarroio (Licenciado), filho de Francisco Monteiro e de Eugénia Alcoforado, neto materno de Fernando Monteiro Montarroio e Francisca Lopes Montarroio.

Foi **Corregedor de Viana** (1637); **Provedor de Leiria** (1641); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Janeiro de 1641); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de 11 de Janeiro de 1643), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (23 de Junho de 1644), alvará para ser promovido à Casa da Suplicação; **Corregedor do civil da Corte** (carta de 12 de Fevereiro de 1648), alvará de Corregedor da Corte (14 de Dezembro de 1652); **crime da Corte** (carta de 15 de Maio de 1652); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará); **Desembargador da mesa da Fazenda** (1664); **Juiz das justificações do Reino** (1666).

Observações: Bisneto do Desembargador Gonçalo Montarroio e de Joana Montarroio. Casou com Margarida de Luna Soutomaior, filha de Manuel de Lima Barreto e de Maria de Soutomaior (filha de Belchior Sá Soutomaior, senhor da Casa de Lanhelas no termo da Comarca de Viana), de cujo consórcio nasceu Maria Ventura de Luna, que se casou com Pedro Lopes de Azevedo, fidalgo da Casa Real e senhor da casa, couto e solar de Azevedo (MM).

Francisco de Morais da Caldeira (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Abril de 1643).

Francisco de Morais Pimentel e Castro (Bacharel em leis), nascido em 1753, natural da freguesia de S. Jorge em Arcos de Valdevez, filho de Francisco António Pimentel de Morais e de Maria Isabel de Lacerda (naturais de S. Jorge), neto paterno de João de Morais e Castro e Joana Maria Leonor de Távora (naturais de S. Jorge), e neto materno de João Veloso da Costa (natural de S. João) e Margarida Luísa de Lacerda (natural de S. Jorge).

Foi **Intendente do ouro da Vila Rica** (carta de 4 de Fevereiro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** continuando no exercício de Intendente de Vila Rica (carta de 12 de Abril de 1804).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1778. Foi fidalgo da Casa Real (MM).

Francisco Moreira de Freitas (Licenciado; formado em direito civil), natural de Amarante, filho de Francisco Moreira de Prega (natural de Moreira no termo de Ponte de Lima) e de Antónia Carvalho (natural de Amarante), neto paterno de João Lourenço de Antas.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta); **Corregedor da Comarca da cidade de Portalegre** por três anos (carta de 20 de Agosto de 1648); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama na cidade de Lisboa** por três anos (carta de 1 de Maio de 1656); **Corre-**

gedor de Lisboa (carta de 8 de Maio de 1656); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Outubro de 1661), mercê de beca de Desembargador da Relação do Porto (1667); **Juiz da Coroa da Relação do Porto** (carta do cargo de 13 de Maio de 1670). Recebeu alvará de aposentadoria. **Observações:** Casou-se com Guiomar Borges Pinto, natural de Amarante, filha de António Esteves e de Juliana Pereira Pinto, moradores no Terreiro de S. Paulo em Amarante. Foram pais do Desembargador Francisco de Puga Pinto. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo (MM).

Francisco Moreira de Matos (Bacharel), natural de Vimieiro nos Coutos de Alcobaça. Foi **Juiz de Fora de Coruche** (31 de Maio de 1739); **Ouidor da vila do Príncipe** (carta de 27 de Abril de 1747); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 22 de Outubro de 1759), provisões de licença para estar ausente do dito lugar (21 de Agosto de 1762 e 28 de Junho de 1764); **Corregedor da Comarca da Ilha da Madeira** fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** vestindo beca (carta de 16 de Outubro de 1766); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1778). Recebeu alvará de capela no Vimeiro de Alcobaça (4 de Junho de 1737), e provisão para conhecimento de causa (31 de Janeiro de 1755).

Francisco Mouzinho de Albuquerque (Doutor), também *Francisco Mourinho de Albuquerque*, filho de Mateus Mourinho. Foi **Provedor da Coroa** (carta de 27 de Julho de 1698); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 24 de Agosto de 1691); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Procurador da Coroa** (carta). Recebeu carta de padrão de 70\$000 réis (20 de Agosto de 1679), padrão de 20\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 60\$000 réis (27 de Junho de 1702), e alvará de ordenado.

Francisco Nabo de Alcáçova (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Manuel Gomes Cardoso e de D. Maria de Alcáçova. Foi **Superintendente das décimas de Torres Vedras** (1672); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 26 de Março de 1676). Recebeu padrão de 68\$000 réis de tença, alvará de ordenado, e alvará de nomeação de tença e juros. **Observações:** Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 4 de Novembro de 1616 (HOC).

Francisco de Noronha e Mota (graduado e opositor em leis), nascido em 1762, natural do Porto, filho de Francisco Soares da Mota e Ma-

ria de Jesus Noronha (naturais do Porto), neto paterno de Manuel Soares da Mota e Teresa Maria Pereira (naturais da freguesia de Soalhos), e neto materno de Pedro de Barros Fontoura e Ana Maria de Jesus (naturais da freguesia de S. João de Canelas).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 6 de Agosto de 1794), provisão para vencimento do ordenado no lugar de Desembargador da Relação de Goa (12 de Outubro de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Junho de 1806); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de aposentado com meio ordenado de 10 de Abril de 1826). Recebeu carta de profissão e hábito (27 de Agosto de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1789. Foi morador em Coimbra, «[...] pelo conhecimento que teve dos Pais do Abilitando sabe que estes viviam dos seus bens e avoltados rendimentos que tem delles, sem que nos mesmos bens trabalhem, pellos trazerem arrendados a cazeiros que lhe pagão livremente os seus rendimentos e rendas, e que tanto o Avo Paterno como materno se empregavão no exercicio militar tratando-se todos com decenssia e a ley da nobreza [...]» (LB).

Francisco Nunes Cardeal (Doutor), natural de Tomar, filho de Francisco Nunes Cardeal. Foi **Juiz de Fora de Setúbal** (1700); **Juiz dos Contos do Reino e Casa** (carta de 11 de Novembro de 1708), alvará de 25\$000 réis de tença de ordenado com o lugar de Juiz dos contos do Reino e casa (3 de Setembro de 1710); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Agosto de 1710); **Conservador da Nação Holandesa** (alvará de 8 de Agosto de 1715); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Outubro de 1715); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 22 de Março de 1725), alvará dos feitos da Coroa da Fazenda com 44\$000 réis de ordenado (8 de Fevereiro de 1727); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Deputado** (carta de 24 de Março de 1738); **Conselheiro** (carta de título de Conselho (24 de Março de 1738). Recebeu carta de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (14 de Setembro de 1709), alvará de quatro moios de trigo anuais (16 de Junho de 1725), alvará de fidalgo da Casa Real (1 de Junho de 1738), e alvará para que 4\$000 réis de escrivinha sejam assentados na Chancelaria (26 de Agosto de 1741). **Observações:** Casado com Catarina Teresa de Sousa Mexia. Leitura de Bacharel no ano de 1699 (MM).

Francisco Nunes Rolão (Doutor), nascido em 1719, natural de Alcácer do Sal, filho de José Nunes Rolão e de Josefa Maria.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 12 de Março de 1748).

Observações: Faleceu na viagem para Goa (MM).

Francisco de Paula de Sequeira Barreto (Doutor), nascido em 1762, natural de Elvas, filho de João António de Sequeira (natural de Elvas) e de Maria Isabel Mendonça Franco Barreto (natural do Gradil em Torres Vedras), neto paterno de João de Sequeira Coelho (natural de Castelo de Vide) e Guiomar Maria (natural de Elvas), e neto materno de Manuel Pereira Barreto e Antónia Luísa Maria Franco (natural do Gradil). Foi **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Superintendente e Juiz Conservador das fábricas dos lanifícios do Alentejo** (carta de 14 de Agosto de 1804); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria em 29 de Abril de 1829). Recebeu padrão de 40\$000 réis de tença (23 de Março de 1792), provisão de licença para tomar de aforamento a Biatriz Maria V. Carvajal Moscozo e Roço como tutora de seus netos umas casas de vínculo situadas na cidade de Évora (16 de Dezembro de 1796), provisão para expulsar um reendeiro de certa herdade (8 de Fevereiro de 1800), carta de confirmação de hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (6 de Junho de 1803), provisão de confirmação de aforamento de carta de herdade que lhe fez a Misericórdia da vila de Crato (17 de Setembro de 1804), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (20 de Janeiro de 1823), e provisão de licença para poder instituir vários bens em vínculo (25 de Junho de 1825).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1789. O seu avô materno é Desembargador (LB).

Francisco Pereira (Bacharel), nascido em 1641, natural de Alfouves na Zambujeira em Santarém, filho de Francisco Manuel e de Inês Jorge. Foi **Ouvidor de Cabo Verde** (1670); **Desembargador da Relação da Baía** (1686).

Francisco Pereira da Costa (Bacharel), nascido em 1687, natural de Lisboa, filho de Manuel Dião Pereira e de Maria da Costa.

Foi **Ouvidor da Paraíba** (carta de 4 de Fevereiro de 1716); **Provedor de Paraíba** (carta de 11 de Fevereiro de 1716); **Ouvidor de Angola** (carta de 19 de Outubro de 1721); **Provedor de Angola** (carta de 29 de Outubro de 1721); **Provedor da Fazenda de Angola** (carta de 13 de Fevereiro de 1722); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 15 de Novembro de 1733); **Conselheiro do Conselho**

Ultramarino (carta de 21 de Junho de 1751). Recebeu provisão de 50\$000 réis de ajuda de custo por uma vez somente com o lugar de Ouvidor de Angola (22 de Outubro de 1721), provisão para jurar na Chancelaria por procurador (26 de Outubro de 1721), alvará de acrescentamento de ordenado com o lugar de Ouvidor de Angola (6 de Agosto de 1724), alvará para que possa renunciar o ofício de tabelião do público judicial e notas de Angola (7 de Maio de 1732), padrão de 8\$000 réis de tença (27 de Outubro de 1732), e provisão para jurar na Chancelaria por procurador (30 de Novembro de 1733).

Francisco Pereira da Cruz (Bacharel; graduado em direito civil), natural de Caniçada, filho de Pedro Martins Barbosa de Sequeira e de Ângela Pereira da Cruz.

Foi **Regente das cadeiras de leis na Universidade de Coimbra**; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 25 de Agosto de 1723); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Dezembro de 1725), carta (18 de Março de 1736); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 29 de Maio de 1739); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Deputado do Santo Ofício de Lisboa**. Recebeu provisão para poder possuir as casas de que faz menção com seu quintal (18 de Março de 1738).

Observações: Foi sobrinho de Francisco Pereira da Cruz, cônego da Catedral do Porto, provisor e vigário geral do Bispado do Porto. Morreu no tempo em que desempenhava as funções de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (MM).

Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque (Doutor em cânones), natural da Baía, filho de Salvador Pires de Carvalho Albuquerque e de Joana Cavalcante de Albuquerque, neto paterno de José Pires de Carvalho e Albuquerque e Teresa Cavalcante de Albuquerque, e neto materno de Baltazar de Vasconcelos Cavalcante e Ana Pereira da Silva (todos naturais da Baía). Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Novembro de 1789); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Dezembro de 1799); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 1 de Junho de 1802); **Conselheiro** (carta de título de 16 de Junho de 1802).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1769. O seu pai foi fidalgo da Casa Real, Aicaide-mor da cidade da Baía e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O seu avô paterno foi coronel, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O suplicante foi fidalgo

da Casa Real «[...] das principaes pessoas daquella cidade onde seua Paes e Avós sempre servirão os maiores empregos tendo sido todos fidalgos [...]». Baltazar de Vasconcelos Cavalcante Albuquerque é filho de Baltazar de Vasconcelos e Albuquerque e de Antónia de Lapenha Deusará, ambos naturais da Baía, proprietário do ofício de Escrivão da alfândega da Baía, e irmão de Teresa Cavalcante de Albuquerque, mulher do coronel José Pires de Carvalho que também é familiar do Santo Ofício (informação de 1713). Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque foi Aicaide-mor e ajudante de tenente na cidade da Baía; era irmão do Doutor José Pires de Carvalho Albuquerque, igualmente fidalgo da Casa Real e Secretário Real do Estado do Brasil, familiar do Santo Ofício e cavaleiro da Ordem de Cristo; o avô paterno de ambos havia sido cirurgião, e sua avó mulher de segunda condição (informação de 1770) (LB).

Francisco de Puga Pinto e Antas (formado em direito canónico), também *Francisco de Purga Pinto e Antas*, natural de Amarante, filho de Francisco Moreira de Freitas e de Guiomar Borges Pinto (naturais de Amarante).

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de promessa de 3 de Agosto de 1679), carta e alvará de Desembargador da Relação do Porto (26 de Agosto de 1688), mercê de beca de Desembargador da Relação do Porto (18 de Janeiro de 1689); **Corregedor do crime do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (26 de Fevereiro de 1693); **Corregedor do crime** (6 de Agosto de 1704). Recebeu alvará de licença por três meses, e alvará de dispensa para requerer seus serviços.

Observações: Foi cavaleiro com o hábito de Ordem de Cristo, e familiar do Santo Ofício. O seu pai foi Desembargador. Tinha um irmão chamado Gonçalo Borges Pinto, que foi Inquisidor de Coimbra e catedrático da Universidade (LB). Casou-se com Catarina Botelho, filha de Francisco Machado de Queirós e Sampaio e de sua segunda mulher Beatriz Correia Botelho, a qual era irmã de Ana Correia Pimentel, mulher de Cristóvão de Almeida Azevedo, e meia irmã, por parte paterna, de Manuel Teixeira de Queirós (MM).

* **Francisco Quaresma de Abreu** (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Dezembro de 1636).

Francisco Raimundo Moraes Pereira (Bacharel em cânones), nascido em 1709, natural de Chaves, filho de Domingos de Moraes e de Antónia Pereira (naturais de Chaves), neto paterno de Domingos Pires Machado e Maria Gonçalves (natural de Chaves), e neto materno de José Pereira e Maria Rodrigues (naturais de Chaves).

Foi **Juiz de Fora de Penela** (1737); **Ouvidor-Geral da Capitania do Maranhão** (carta de 21 de Abril de 1741); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Província do Maranhão** (alvará de serventia do ofício de 13 de Abril de 1742), provisão de 50\$000 réis de ajuda de custo (13 de Abril de 1742); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 2 de Março de 1743); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Abril de 1763). Recebeu provisão de comissão para conhecimento de causa (26 de Março de 1743), e carta de hábito de Cristo pela renúncia de André Pinto de Vasconcelos (27 de Fevereiro de 1749).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1735. O pai foi capitão. «*Pelos dictos testemunhos inclusos consta ser o dito Bacharel cristão velho, sem fama de ter alguã das reprovadas em direito e posto que algumas das testemunhas que perguntadas nesta villa declararão ter a de christão novo pella parte do dito avô paterno [...]. Pello que respeita á circumstancia de terem tido os paes, e avós algum officio mecanico, se mostra do summario incluzo ter sido barbeiro o pay do habilitante, e que depois foy cappitam de auxiliares, occupação que conservou athê que faleceo, como tambem huã tenda de mercearia em que vendia, e sua mulher may do habilitante. Mostra-se tambem ser o dito Domingos Pires Machado estalajadeiro nesta vila, e por consequencia ter a mesma mecanica a avô paterna; e posto que as testemunhas perguntadas nesta villa declarão ser ella do lugar de Soeiros, indo a este lugar informando-me com pessoas das mais velhas, não achei noticia que a dita Maria Gonçalves fosse natural daquella lugar, de que mandey ao escrivão fizesse termo nos autos. Pella parte materna consta ter servido o dito José Pereira officio de meyrinho da alfândega desta vila; e de meyrinho do juizo ecleziastico, e sua mulher avô do habilitante regateyra [...]. Diz o Bacharel Francisco Raimundo de Moraes Pereira natural da villa de Chaves, que dezejando servir a Vossa Magestade nos lugares de letras, tem notta de que as suas habilitaçoes que forão sentenciadas no Dezembargo do Paço sahirão empedidas com algumas macanicas, para o que fez pedido a Vossa Magestade para sobre ellas se lhe fazer consulta, como hé costume, o qual requerimento foi escuzado no Dezembargo do Paço; e porque Vossa Magestade costuma mandar fazer semelhantes consultas aos Bachareis que tem informações de Bons estudantes e porque alem do supplicante ter este requesito tem outra mais de ser Irmão do Bacharel José de Moraes Machado que actualmente serve a Vossa Magestade no cargo de Corregedor da Comarca da Torre de Moncorvo. [...]. e como o supplicante entende que as machanicas que lhe sobreviverão, são dizer-se que o Pay do supplicante teve tido em algum tempo huã Logeia da mercancia, e seu avo paterno em algum tempo ter exercitado algum officio machanico; pellas certidõens juntas da vedoria e contadoria geral de guerra da Provedoria de Trás-os-Montes se mostra que o Pay do supplicante Domingos de Moraes serviu Vossa Magestade em Praça de soldado Infante, e de cavallo, Alferes de Infantaria auxiliar Almojarife das munições de guerra, e cappitam de Infantaria auxiliar athe o tempo que se tirou a dita certidão vinte e hum annos e nove meses; e que na dita occupação faleceo como consta de outra junta;*

e que seu Avo Domingos Pires Machado servia de Soldado Infante e de Cavallo, cabo de esquadra da Cavalaria vinte e sete annos e sinco mezes [...] e hé sem duvida que ainda que o Pay e Avo do supplicante tiverem em algum tempo a occupação que se diz, como antes, e depois serviçem a Vossa Magestade ficarão gozando da nobreza, a qual passa ao supplicante, como tudo se vê claramente da Patente que Vossa Magestade concedeu ao dito seu Pay em remuneração dos seus serviços e da mecanica que entende sobreveyo ao Avo materno do supplicante Jose Pereyra de ter exercitado a occupação de Meirinho do Eclesiastico daquella Comarca lhe não pode resultar empedimento ainda que tão bem teve tido em algum tempo logea de mercancia por ter depois de tudo servido a Vossa Magestade effectivamente quize annos e seis meses [...] em nota escrita no lado esquerdo do requerimento vem escrito: Consta que sim atendendo a que o supplicante he irmão do Bacharel Joseph de Moraes Machado que se acha servindo a Vossa Magestade no lugar de corregedor da Torre de Moncorvo e foi dispensado pellas mesmas macanicas [...]» (LB). Foi cavaleiro do hábito de Cristo, e partiu de Lisboa para a Índia com o Vice-Rei então nomeado, o marquês de Távora, a 28 de Março de 1750 (MM).

Francisco Rebelo Pereira da Fonseca (Bacharel), também *Francisco Pereira Rebelo da Fonseca*.

Foi **Juiz de Fora da vila de Santa Marta** (carta do lugar de 26 de Junho de 1784), carta de recondução de Juiz de Fora da vila de Santa Marta (1 de Dezembro de 1789); **Juiz de Fora dos órfãos da cidade do Porto** (carta do lugar de 28 de Maio de 1800), carta de Juiz dos órfãos da cidade do Porto com graduação de primeiro Banco (12 de Julho de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do lugar ordinário de 16 de Agosto de 1805).

Francisco Ribeiro de Guimarães (lente em cânones com exercício da cadeira de diplomática em Lisboa; Doutor), nascido em 1767, natural de Felgueiras, filho de Manuel de Sousa Lobo (natural de Santiago de Sendim) e de Maria Joaquina Ribeiro Monteiro dos Guimarães (natural de S. Vicente de Sousa), neto paterno de Francisco de Sousa Lobo (natural de Sendim) e Catarina Álvares Lobo (natural de Santo Estevão de Regadas), e neto materno de António Ribeiro do Couto (natural de S. Vicente de Sousa) e Antónia Josefa Ribeiro Monteiro (natural de S. Vicente de Sousa).

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 10 de Fevereiro de 1815), provisão para jurar por procurador como Desembargador honorário da Relação do Porto (13 de Outubro de 1813); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** com exercício nas férias (carta de 20 de Novembro

de 1823); **Deputado de Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 9 de Maio de 1831). Recebeu provisão de confirmação de doação que lhe fizeram seus tios e o Padre José Ribeiro dos Guimarães (3 de Maio de 1778), carta de confirmação da doação de bens que fizeram a sua irmã D. Maria Matilde dos Guimarães (31 de Março de 1806), provisão de extinção do encargo imposto por Francisco Ribeiro na leira da Agra da Torre freguesia de S. Vicente de Sousa (19 de Fevereiro de 1813), provisão de extinção de uma capela na freguesia de S. Vicente de Sousa instituída por Francisco Gonçalves e sua mulher (19 de Fevereiro de 1813), e carta de hábito de Cristo (22 de Abril de 1831).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1813. Foi morador em Lisboa na Estrela (LB).

Francisco Ribeiro de Lima (Doutor), natural de Lisboa, filho de Manuel Ribeiro de Lima.

Foi **Juiz de Fora de Penamacor** (1673); **Juiz de Fora de Leiria** (1678); **Provedor de Portalegre** (1 de Agosto de 1682); **Provedor de Évora** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará de aposentadoria no lugar de Desembargador Extravagante da Relação do Porto com ordenado e propinas (5 de Maio de 1713). Recebeu carta de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (6 de Fevereiro de 1683), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (6 de Março de 1683), carta de posse dos bens de capela de Beatriz Gomes Figueira na vila de Estremoz (19 de Agosto de 1711), alvará de administração de capela, alvará de administração de morgado, e padrão de 8\$000 réis de tença para seu filho António de Alpoim de Brito (2 de Outubro de 1715).

Observações: O avô materno foi mercador de panos de linho, tendo ao seu serviço caixeiros e criados (informação de 1685). Leitura de Bacharel no ano de 1671 (LB).

Francisco Roberto Silva Ferrão (Bacharel em leis), nascido em 1728, natural do Rio de Janeiro, filho de Bernardo da Silva Ferrão (natural de Alcanede) e de Francisca de Seixas da Fonseca (natural do Rio de Janeiro), neto paterno de Bernardo Girão da Maia e Catarina da Silva (naturais de Alcanede), e neto materno de Francisco Seixas da Fonseca (natural de Lamego) e Maria da Rocha Fiúza (natural do Rio de Janeiro).

Foi **Provedor de Torres Vedras** (alvará de 23 de Outubro de 1759); **Ouvidor da alfândega** (carta de **Desembargador da Relação do Porto** de 2 de Novembro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Dezembro de 1778);

Corregedor do Cível da Corte (carta de 18 de Agosto de 1783); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Abril de 1787); **Chanceler-mor da Relação do Porto** (carta de 11 de Agosto de 1790); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 10 de Janeiro de 1794); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta do lugar da ordem de 16 de Setembro de 1795). Recebeu carta de confirmação de sesmaria nas Matas Gerais no termo de Vila Nova da Rainha (7 de Dezembro de 1753), padrão de tença de 8\$000 réis (13 de Junho de 1767), carta de padrão de tença de 8\$000 réis e hábito (15 de Julho de 1767), e carta de padrão de 12\$000 réis (16 de Setembro de 1795).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1753. O seu pai foi capitão de infantaria da Praça do Rio de Janeiro, cabo de esquadra e tenente geral das minas, cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do Santo Ofício. O seu avô materno foi igualmente familiar do Santo Ofício. O suplicante era sobrinho por parte materna do Bispo de Ariopola «[...] *Porem que o justificante* [Bernardo da Silva Ferrão] *foi barbeiro no seu principio, o Pay e Avo paterno sapateiros e o avo materno barbeiro e sangrador [...]*» (LB).

Francisco Roberto da Silva Ferrão de Carvalho e Martens (Bacharel em leis), natural do Porto, filho de Francisco Roberto da Silva Ferrão e de Maria Joana de Carvalho Martens.

Foi **Juiz do crime do Bairro de Santa Catarina** (1797), reconduzido em 1800); **Desembargador Agravista da Relação do Rio de Janeiro** (1803); Desembargador da Relação do Porto (carta de 8 de Agosto de 1806); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 2 de Dezembro de 1823); **Corregedor do cível da Corte da 3.ª vara** (carta do lugar de 15 de Abril de 1825); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de declaração de antiguidade de agravista na Casa da Suplicação (5 de Outubro de 1825), carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (28 de Fevereiro de 1826).

Francisco Rodrigues Cação (Doutor), natural de Coimbra, filho de Adrião da Costa de Sousa e de D. Mariana de Vasconcelos.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1680); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1700); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**. **Observações:** Foi Colegial de Colégio de São Paulo (7 de Junho de 1676), e lente da Universidade de Coimbra (MM).

* **Francisco Rodrigues Valadares** (Bacharel), natural de Vila Viçosa, filho de Pedro Mendes Arnão e de Jerónima Raposo.

Foi **Desembargador da Relação do Porto; Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Dezembro de 1635).

Observações: Colegial de Colégio de São Paulo (21 de Junho de 1616), e lente proprietário de Sexta. Foi Deputado do Santo Ofício (MM).

Francisco de Sá Barreto (Bacharel), filho de António Rodrigues Pinheiro Barreto.

Foi **Juiz de Fora de Aveiro** por três anos (carta de 23 de Maio de 1719); **Juiz de Fora da vila de Torres Vedras** por três anos (carta de 25 de Outubro de 1723), provisão de licença por tempo de dois meses (11 de Junho de 1725); **Corregedor da Comarca de Guimarães** por três anos (carta de 25 de Maio de 1730); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 19 de Novembro de 1734); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 15 de Novembro de 1735), provisão de licença para estar fora da Relação do Porto por dois meses (20 de Dezembro de 1747); **Procurador da Coroa da Relação da Baía** (carta de 16 de Novembro de 1735), provisão como Procurador da Coroa da Relação da Baía prestar juramento nas mãos do Chanceler da Relação da dita cidade (7 de Janeiro de 1736). Recebeu carta de mercê de privilégio (16 de Outubro de 1719), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (24 de Janeiro de 1735), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (1 de Fevereiro de 1735).

Francisco de Sá de Meneses (D.) (Bacharel), Marquês de Fontes, filho de João Rodrigues e Sá e Meneses.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta fazendo-lhe mercê do lugar de 13 de Novembro de 1658); **Governador do Maranhão** (carta), alvará de privilégio de Desembargador. Recebeu carta para que tenha com o título de Marquês 322\$858 réis de assentamento cada ano (25 de Janeiro de 1651), carta de hábito dos cavaleiros noviços da Ordem de Santiago a título da comenda de Santiago do Cacém em sucessão a seu pai (3 de Fevereiro de 1655), carta fazendo-lhe mercê pelos serviços de seu pai o Conde de Penaguão do título de Marquês (2 de Janeiro de 1659), carta fazendo-lhe mercê do ofício de Camareiro-mor pelos serviços de seu pai (13 de Janeiro de 1659), alvará concedendo-lhe com o cargo de Camareiro-mor o ordenado de 100 dobras de 370\$000 réis cada ano (28 de Abril de 1660), carta de confirmação da doação dos lugares de Penaguão, Fontes e Gondim (23 de Abril de 1661), carta de confirmação da doação do concelho de Fontes e sua jurisdição (26 de Abril de 1661), carta de confirmação para que suceda nos direitos reais da terra de Gaia no termo da cidade do

Porto com todos os seus direitos e pertenças assim do Rio Douro como portagens a si pertencem com os burgos do dito lugar (29 de Abril de 1661), carta de confirmação de jurisdição de Matosinhos e Penaguão (4 de Maio de 1661), carta de confirmação de doações das casas que estão na Rua Nova da cidade de Lisboa de juro de herdade (14 de Maio de 1661), carta de 200\$000 réis de tença (22 de Maio de 1661), carta de confirmação para que tenha e haja as terras de Bonças e Severe quatro casais de Matosinhos de juro e herdade e duas vezes fora da Lei Mental (10 de Junho de 1661), alvará para poder aforar umas terras em Santarém pertencentes ao morgado que administra (20 de Julho de 1666), carta de padrão de 150\$000 réis de tença (4 de Março de 1668), carta da comenda de Santiago do Cacém da Ordem de Santiago (2 de Fevereiro de 1669), alvará para gastar dos privilégios do Desembargo (16 de Março de 1673), carta do título de marquês de Fontes, alvará de aforamento de casas de morgado, e alvará de mercê da casa de Abrantes.

Francisco de Sá Sarmiento (Bacharel em cânones), nascido em 1737, natural de Vilares de Vilariça em alfândega da Fé na Torre de Moncorvo, filho de Pedro de Sá e de Ana Maria da Silva (naturais de Vilares de Vilariça), neto paterno de Pedro de Sá (natural de Vilares de Vilariça) e Mariana Luís (natural do lugar de Agrobom no termo de Castro Vicente), e neto materno de António de Morais Sarmiento (natural de Vinhais) e Maria da Silva (natural de Santa Comba de Vilariça).

Foi **Provedor das fazendas, Defuntos e ausentes das ilhas de Cabo Verde** com um lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de serventia do ofício de 29 de Outubro de 1779), carta de Desembargador da Relação do Porto (30 de Outubro de 1779). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença (4 de Junho de 1779), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (8 de Junho de 1779).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1764. O seu avô paterno «[...] que vivia de seos bens e fazendas, e servio voluntario pelas armas na cavallaria na guerra da Liga, em cujas expedições morreu [...]» O seu avô materno era cônego na Sé de Miranda do Douro, e moço fidalgo da Casa Real. O habilitante foi morador em Lisboa no cimo da rua Bela da Rainha (LB).

Francisco Sabino Alves da Costa Pinto (Bacharel em leis), também *Francisco Salino Alves da Costa Pinto*, nascido em 1768, natural de Lisboa, filho de Feliciano José Alves (ou Álvares)

da Costa Pinto (natural de Bragança) e de Maria Bárbara de Sousa, neto paterno de Manuel Alves e Mariana Antonieta Pinto (naturais de Bragança), e neto materno de Luís António Monteiro e Teresa Eufrásia de Sousa (naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Torres Novas** (carta do lugar de 25 de Novembro de 1789); **Conservador dos Moe-deiros** (provisão de 9 de Julho de 1795); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 26 de Agosto de 1795); **Conservador do controlo do tabaco e sabão da cidade da Baía** por três anos (provisão de 4 de Setembro de 1795); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 16 de Maio de 1803). Recebeu carta de padrão de 30\$000 réis de tença em um dos Almoxarifados do Reino que lhe renunciou Miguel Carlos Cardoso Morais Olmeiro por lhe pertencerem os serviços de seu pai (12 de Janeiro de 1784), carta de padrão de hábito (7 de Junho de 1803), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (15 de Setembro de 1803).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1789. O seu pai era Doutor advogado na Casa da Suplicação, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e saiu de Bragança para a Universidade. O seu avô paterno foi capitão «*e pessoa da governança e nobreza*» da cidade de Bragança. O seu avô materno «*serviu Sua Magestade na tropa de infantaria vivendo depois de suas fazendas*» (LB).

Francisco Salvado Pissarro (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide** (1672); **Juiz dos órfãos de Santarém** (15 de Junho de 1679); **Corregedor de Viseu** (13 de Março de 1684); **Corregedor do cível de Lisboa**; **Desembargador da Relação do Porto** (16 de Junho de 1701).

Francisco de Santa Bárbara e Moura (formado em direito cesareu), nascido em 1690, natural do Porto, filho de Inácio Lopes Moura.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 29 de Janeiro de 1725), carta de padrão para que possa jurar e tomar posse na Relação da Baía (20 de Março de 1725); **Ouvidor do cível da Relação da Baía** (carta de 29 de Dezembro de 1728); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Novembro de 1732); **Juiz dos Cativos na Relação do Porto** (carta de 17 de Junho de 1735); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 23 de Novembro de 1740); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Agosto de 1743); **Juiz dos Feitos da Coroa** (carta de 6 de Junho de 1748); **Conselheiro da Fazenda** (1753). Recebeu

alvará de ordenado de quatro moios de trigo (6 de Junho de 1748).

Observações: Leitura de Bacharel no ano de 1715. Foi filho ilegítimo do Desembargador Inácio Lopes Moura (LB). Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, e senhor da Quinta e Capela de Santa Bárbara, de que tomou o sobrenome, situada nas Fontainhas na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos em Lisboa. Casou a primeira vez na Baía com Teresa, filha de Marcelino Soares, coronel de ordenanças, de cujo casamento nasceram, entre outros filhos, Baltazar Inácio Ferreira de Santa Bárbara e Moura. O seu segundo casamento foi contraído com a viúva do Desembargador Francisco Duarte dos Santos (MM).

Francisco da Silva Coimbra (Bacharel), natural do Porto, filho de Manuel da Silva Coimbra e de Maria de Sousa e Silva (naturais do Porto). Foi **Juiz de Fora de Albufeira** (carta de 17 de Junho de 1693); **Juiz de Fora de Miranda** (carta de 27 de Fevereiro de 1699); **Juiz de Fora do Porto** (carta de 6 de Março de 1704); **Corregedor da Comarca de Guimarães** por três anos (carta de 10 de Outubro de 1710); **Corregedor das Ilhas dos Açores** por três anos (carta de 10 de Abril de 1717); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 1 de Março de 1723); **Conservador da nação Holandesa** por três anos (provisão de 6 de Setembro de 1723); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Dezembro de 1725), carta de Desembargador (21 de Fevereiro de 1726); **Juiz dos cativos** (provisão de 16 de Dezembro de 1729); **Juiz Conservador da Nação Espanhola** (alvará de 27 de Setembro de 1731), alvará de Conservador da nação Espanhola (20 de Outubro de 1734).

Observações: Leitura de Bacharel no ano de 1692. O seu pai era Licenciado.

Francisco da Silva Corte Real (Doutor), natural de Lisboa, filho de Francisco da Silva Corte Real. Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Abril de 1773); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 29 de Setembro de 1775). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (12 de Outubro de 1764).

Francisco da Silva e Sousa (Bacharel), filho de António da Silva e Sousa, neto paterno de Henrique da Silva e Sousa e Antónia Nunes. Foi **Corregedor de Coimbra** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta); **Corregedor do crime da Corte** (carta); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta). Recebeu carta de 32\$500 réis de juro, verba de 40\$000 réis de tença,

padrão de 40\$000 réis de tença, e padrão de 60\$000 réis de tença.

Francisco da Silveira Soutomaior (Doutor), nascido em 1634, natural do Rio de Janeiro, filho de António da Silveira Vila Lobos e de Francisca de Ponte.

Foi **Ouvidor de Angola** (1667); **Desembargador da Relação da Baía** (1679); **Desembargador da Relação do Porto**.

Francisco Soares Galhardo (Bacharel), natural de Niza em Abrantes, filho de Fernando Soares Galhardo e de Helena de Mendenha (naturais de Abrantes), neto paterno de Francisco Soares Galhardo (natural de Niza), e neto materno de Cristóvão Baeto de Mendenha e Catarina Caldeira (naturais de Abrantes).

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (1685); **Corregedor de Portalegre** (carta); **Corregedor do Rossio** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado no lugar de 5 de Dezembro de 1710). Recebeu padrão de 16\$000 réis de tença, e alvará de licença para vir à Corte.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1679. «Francisco Soarez Galhardo Desembargador da caza da supplicação menino muito corteão, entendido, e de boa graça, enclinado a favorecer, cazou com D. Leonor Catarina do Avellar filha de Lopo do Avellar Cabral, e de Catarina Godinha [...] e teve caza muito grossa, e grande tratamento, Christovão Baeto de Mendenha filho de Fernão Soarez he cavaleiro do hábito de Cristo, e por morte de seu irmão ficou com o morgado de Alvega sobre que tem demanda com a Coroa a quem foi denunciado por vago [...] e morreu em 1729». O avô paterno do habilitado que tem o mesmo nome que o neto «foi preso hua noute sendo moço de 19 annoz voluntario, e com alguma estravagacia, pelo juiz de fora da dita villa que pelaz ditas rezoes lhe não era bem affecto querendo por este modo vingarse de alguma desatenção que lhe ouvece feito, levando-o a cadea publica; porem elle teve omenagem em caza de seu pay por huma sentença de 4 de Setembro de 1621 por mostrar sua muita e referida calidade [...] este mesmo senhor tinha um irmão gémeo chamado António Soares Galhardo ambos forão baptizados no mesmo dia do ano de 1603 na Igreja de S. João Baptista da vila de Abrantes, estes dois tinham um irmão mais velho chamado João Soares Galhardo» (MM).

Francisco Soares de Macedo (colegial do colégio real, lente de leis, Doutor em direito civil; lente condutário em 1726, posse da terceira cadeira de Instituta a 27 de Janeiro de 1739), natural da Apelação em Lisboa Oriental, filho de Pedro Vaz Soares (natural da Apelação) e de Mariana de Castelo Branco e Rego (natural da

Charneca), neto paterno de João Soares Rebelo (natural de Caminha) e Maria de Macedo (natural de Lisboa), e neto materno de António de Abreu do Rego (natural da Charneca) e Maria Antónia Castelo Branco (natural de Lisboa).

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** (carta de 12 de Novembro de 1734), provisão para poder tomar posse por procurador (16 de Novembro de 1734); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (provisão para jurar e tomar posse na Chancelaria por procurador de 31 de Janeiro de 1739), carta de Desembargador honorário da Casa da Suplicação (6 de Fevereiro de 1739); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 20 de Maio de 1739); **Monsenhor da Santa Igreja Patriarcal de Lisboa** (posse a 20 de Maio de 1739).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1734. O suplicante foi fidalgo da Casa Real. O seu pai foi comendador da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. «*Vossa Magestade me mandou informar por testemunhas da habilitação de genere e nobreza de João Soares Rebelo Avo paterno do Doutor Francisco Soares de Macedo, que se diz natural da villa de Caminha, donde se auzentou há mais de cento e trinta annos; e como não posso achar testemunhas desta idade, somente me consta por livro genealogico que o sobredito João Soares Rebelo teve filhamento, e duzentos mil réis de juro, e herdade, foy familiar do Santo Officio e Comendador de Monção [...]*». Foi seu avô paterno que se ausentou de Caminha para o lugar da Apelação foi comendador de S. Bartolomeu do Rabal e de Santa Maria de Monção. A sua avó paterna era filha do Desembargador Domingos Rodrigues de Macedo, familiar do Santo Ofício e comendador da Ordem de Cristo, e de Catarina de Macedo. A sua avó materna era filha do Desembargador Sebastião de Abreu Serrão Carvalho da Ordem de Cristo, e de Mariana de Castelo Branco que vivera no Poço do Borratém no lugar da Charneca, e ultimamente vivia em Vila Franca de Xira. «*[...] e este João Soares Rebelo se criou na Villa de Caminha, e sendo rapaz, aprendeo musica e foy com outro irmão chamado Marcos Soares Pereira [...] pera Vila Viçosa para musico do Senhor Duque Dom Theodósio, e com o senhor Rey D. João 4º se vierão para Lisboa e que o dito João Soares Rebelo he mestre e compositor de musica, em que sua Magestade o occupou e he filhado por fidalgo da Casa Real, e comendador da ordem de Cristo da Villa de Monção [...]*». Foi morador na sua quinta de Val de Ameixoeira, cita no lugar da Apelação termo de Lisboa. O seu pai era natural de S. João de Longos Vales no termo de Monção, e a sua mãe natural de Caminha (LB). Casou com Catarina de Macedo, filha de Desembargador e natural de Unhos no termo de Lisboa, moradores que foram em Santarém. O seu pai foi fidalgo da Casa Real e comendador de Santa Maria de Monção, bem como donatário das jugadas de Penalva e colheitas de Gufar. Morreu a 25 de Maio de 1756 (MM).

Francisco de Sousa da Guerra e Araújo (Bacharel), nascido em 1715, natural de Vila do Conde, filho de Manuel da Guerra Leal e de Teresa de Araújo e Sousa.

Foi **Juiz de Fora de Amarante** (carta de 14 de Janeiro de 1744); **Juiz de Fora de Barcelos** (1750); **Ouvidor de Serro do Frio** (carta de 12 de Fevereiro de 1765); **Provedor de Serro do Frio** (carta de 25 de Fevereiro de 1765); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (1771); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador de 20 de Junho de 1775). Recebeu provisão por que se lhe dá por acabado o lugar de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro e poder vir para o Reino (4 de Maio de 1775), provisão de 200\$000 réis de ajuda de custo (25 de Fevereiro de 1765), e carta de apresentação na Abadia da Igreja de S. Pedro de Tadjares no Bispado do Porto (27 de Setembro de 1784).

Francisco Sousa Guerra Araújo Godinho (Bacharel em leis), nascido em 1759, natural de Mariana no Brasil, filho de Manuel da Guerra Leal e Sousa Castro e de Margarida de Jesus Maria, neto paterno de Manuel da Guerra Leal e Teresa de Araújo e Sousa, e neto materno de Gabriel Fernandes Aleixo e Helena Maria de Morais Godinho.

Foi **Ouvidor do Sabará** (carta de 23 de Março de 1789); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes da Comarca do Sabará** (alvará de serventia do officio de Provedor dos resíduos do Sabará de 28 de Março de 1789); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 1 de Setembro de 1798); **Desembargador da Casa da Suplicação** com exercício no de **Intendente do Ouro do Rio de Janeiro** (carta de mercê de um lugar ordinário de 3 de Novembro de 1807).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1785. O avô paterno era capitão, e o materno sargento-mor, «*[...] nem exercitarão officio algum mecanico; porque o Pay viveu da Avocacia e os Avós viverão de suas fazendas tratando-se a ley da nobreza [...]*». Em Lisboa o habilitando morou em Santa Isabel (LB).

Francisco de Sousa Morais (Bacharel), natural de Torres Novas, filho de Manuel de Sousa Morais.

Foi **Juiz de Fora Mourão** (carta de 23 de Outubro de 1701); **Juiz de Fora de cidade de Ponta Delgada** e **Corregedor da Ilha de Santa Maria nos Açores** por três anos (carta de 4 de Maio de 1708), carta de Juiz de Fora de Ponta Delgada (1 de Março de 1710); **Desembargador da Relação da Goa** (carta de 8 de Março de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Novembro de 1723). Recebeu carta de padrão de ajuda de custo de 80\$000 réis para sua viagem (22 de Março de 1715), carta de padrão de tença de 18\$000 réis para

seu irmão Lucas de Sousa Morais (26 de Dezembro de 1715), e provisão de licença para poder casar no Estado da Índia (8 de Abril de 1718).

Francisco Tavares de Almeida (Bacharel em leis), nascido em 1759, natural da freguesia de S. Tomé em Lisboa, filho de João Tavares de Almeida (natural da freguesia de Nossa Senhora do Amparo em Benfica) e de Gertrudes Doroteia Rosa da Silveira (natural da freguesia de Santo Estêvão de Lisboa), neto paterno de Gaspar Mendes Castanho (freguesia de Nossa Senhora dos Remédios na Província do Alentejo) e Catarina Henriques (natural da freguesia de S. Sebastião de Lisboa), e neto materno de José Rodrigues Pereira (natural da freguesia de Santa Maria de Estremoz) e Catarina Pereira (natural da freguesia de S. Salvador de Veiros na Província do Alentejo).

Foi **Juiz de Fora da vila de alfândega** (carta de 4 de Setembro de 1786); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta de 16 de Março de 1790); **Juiz Conservador das fábricas de Setúbal** (alvará de ordenado de 24 de Novembro de 1792); **Ouidor do Pará** (carta de 4 de Abril de 1797); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes da Capitania do Pará** (alvará de ofício); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Setembro de 1802); **Corregedor do crime do Bairro de Belém e de Oeiras** (carta de 9 de Março de 1810). Recebeu carta de profissão de hábito (9 de Julho de 1799), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (14 de Julho de 1799), carta de padrão de tença de 12\$000 réis em um dos Almojarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (7 de Outubro de 1799), e carta de profissão de hábito (4 de Março de 1800).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1780. O seu pai foi advogado da Casa da Suplicação e os avós paternos viviam do seu negócio. O habilitando foi morador nas Portas do Sol (LB).

Francisco de Torres Pinheiro (Doutor).

Foi **Juiz de Fora de Setúbal** (carta); **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta); **Corregedor de Torres Vedras** (carta), alvará para usar beca, alvará para tomar posse por seu procurador; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Fevereiro de 1709). Recebeu carta de tença de 12\$000 réis para os ter com o hábito de Cristo (28 de Abril de 1692), alvará para findar certo inventário, padrão de 30\$000 réis de tença, e padrão de 8\$000 réis de tença.

Observações: Leitura de Bacharel no ano de 1688 (LB).

Francisco de Vasconcelos e Sousa (Bacharel), filho de Diogo da Costa Gramoxo.

Foi **Juiz de Fora de Lagos** (carta de 6 de Maio de 1721); **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 30 de Novembro de 1728); **Corregedor de Miranda** (carta de 15 de Janeiro de 1734); provisão de licença para estar ausente do seu lugar e ir à sua pátria (29 de Março de 1737); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 21 de Fevereiro de 1750); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Outubro de 1753).

Francisco Vaz Pinto (Bacharel).

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (1655); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1660).

Francisco Vaz de Santana (Bacharel em cânones), nascido em 1745, natural de Minde no termo da vila de Porto de Mós, filho de Manuel Vaz da Silva Sirgo e de Maria Rodrigues, neto paterno de Pedro Vaz e Maria Jorge, e neto materno de João Carreira de Carvalho e Maria Rodrigues (todos naturais de Minde).

Foi **Provedor de Tomar** (carta de 26 de Julho de 1796); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 21 de Junho de 1802). Recebeu carta de confirmação de doação que fez a seu primo Francisco da Santíssima Trindade religioso carmelita descalço (30 de Junho de 1800).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1771. Vem de família de lavradores com criados para suas culturas e serviços (LB).

Francisco Velasco de Gouveia (Doutor), também *Francisco Vaz de Gouveia*, também *Francisco Veloso de Gouveia*, nascido em 1580, natural de Lisboa, filho de Álvaro Velasco (natural de Évora) e de Brites de Gouveia.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Junho de 1644); **Desembargador da Casa da Suplicação** (27 de Fevereiro de 1649); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Outubro de 1650). Recebeu alvará para poder render o prazo da sapataria de que trata em sua petição (15 de Janeiro de 1647), e alvará para poder vender um prazo (20 de Março de 1648).

Observações: O seu pai foi lente de direito civil na Universidade de Coimbra. Passou para a Corte de Lisboa na qual advogou as causas forenses, e foi nomeado por D. Sebastião como Desembargador da Suplicação e Agravos de que tomou posse a 30 de Setembro de 1577, e em 22 de Dezembro foi promovido para Coimbra lente de primeira,

morrendo no ano de 1593. O habilitante foi professor na faculdade canónica, laureado com a borla doutoral, exercitou os empregos de lente da universidade nas cadeiras da sexto, decreto e vespera na qual jubilou no ano de 1633. Foi arcediogo de Vila Nova de Cerveira na Catedral de Braga. Para obter o cargo de Desembargador da Casa da Suplicação teve a objecção de trinta ministros Desembargadores da Casa da Suplicação, os quais mostraram com razões contundentes que o habilitante não devia ser admitido visto ser deformado com judaísmo, tendo sido penitenciado em Auto Público de Fé por culpas pertencentes aquele crime. Porém foi a vontade do monarca que prevaleceu e ele foi admitido a Desembargador da Casa da Suplicação contra todos os factos argumentados (12 de Julho de 1644). Muitos daqueles que se opuseram à sua entrada tinham sido seus discípulos nas aulas da universidade: Gonçalo de Sousa de Macedo, Luís de Góis de Matos, Pedro Fernandes de Monteiro, Francisco de Almeida Cabral, André de Moraes Sarmento, Sebastião de Carvalho, Ambrósio de Sequeira, Diogo Leitão da Fonseca, Diogo Lobo Pereira, Francisco Lopes de Barros, Lourenço da Gama Pereira, Francisco Leão de Macedo, Estevão de Fóios, Francisco Cardoso do Amaral, Pedro Paulo de Sousa, D. Afonso de Faro, Gonçalo Alvo Godinho, Martins Afonso de Mello, Pedro Alves Sanches de Bahena, João de Sousa Cordenas, Diogo Marchão Temudo, Gonçalo Leitão Vasconcelos, António de Beja Perestrela, João Velho Barreto, André Cardoso Godinho, Duarte Alvares de Abreu, Gaspar Rodrigues Porto, Cristóvão Mouzinho de Castelo Branco, Estêvão de Leitão Meireles, e Dionísio Monteiro de Noronha. Morreu quando passava dos oitenta anos (MM).

Francisco Vieira da Silva (Bacharel).

Foi **Ouvidor de Moçambique** (1648); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 14 de Janeiro de 1653).

Francisco Xavier de Araújo (Bacharel), nascido em 1713, natural de Arcos de Valdevez, filho de José Rodrigues de Freitas e de Ana Maria de Araújo (naturais de Arcos de Valdevez), neto paterno de Sebastião Pires (natural da freguesia de Covide no termo do Couto de Bouzo) e Benta Rodrigues (natural do Couto de Bouzo), e neto materno de Francisco Vieira da Costa e Francisca de Araújo (natural de Arcos de Valdevez).

Foi **Juiz de Fora de Valença do Minho** (1741); **Ouvidor da Ilha de Cabo Verde** (carta de 22 de Novembro de 1748); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Março de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador ordinário dos agravos de 8 de Maio de 1779); **Conselheiro da Fazenda** (carta de um lugar ordinário de 20 de Setembro de 1786). Recebeu carta de padrão

de 12\$000 réis (26 de Outubro de 1752), carta de padrão de tença e hábito (16 de Setembro de 1765), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (30 de Abril de 1788).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1738. Como teve boas notas na universidade é-lhe dada a graça de dispensar a mecânica. O seu pai foi mercador de panos na vila de Arcos de Valdevez vendendo a retalho. O avô paterno era padre. O suplicante é irmão de António José de Araújo que se achava a servir o lugar de Ouvidor de Linhares «[...] e que seus avós maternos vivião do trato de huma logea de mercancia, vendendo e comprando asucar, sendo conserveiros [...]» (LB).

Francisco Xavier Borges Pereira Ferraz (Bacharel em leis), nascido em 1770, natural de aldeia de Des no termo da vila de Avô, filho de António José de Matos Pereira (natural da aldeia de Des no termo da vila) e de Maria Getrudes Ilharco da Fonseca Temudo (natural de Oliveira do Conde), neto paterno de Manuel de Matos Pereira e Maria Borges da Natividade (naturais da aldeia de Des), e neto materno de Manuel José Tavares e Maria de São José da Fonseca Temudo (naturais de Oliveira do Conde).

Foi **Provedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 8 de Março de 1800); **Provedor da Comarca de Portalegre** (carta de 22 de Outubro de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Junho de 1818); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Dezembro de 1823). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito num dos Almoarifados do Reino pelos serviços de seu tio o Desembargador João Carlos de Matos Pereira (10 de Julho de 1794), carta mandando lançar o hábito de Cristo (4 de Agosto de 1794), e provisão de licença pelo tempo de dez anos para poder ler livros proibidos (8 de Maio de 1819).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1790. O pai era cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O seu avô paterno foi sargento-mor da infantaria auxiliar e também cavaleiro da Ordem de Cristo. O avô materno foi capitão. Sobre o seu avô paterno Manuel de Matos Pereira «[...] constou que sua pessoa concorrem as partes pessoas, e limpeza necessaria. Porem que sua May foi tecedeira, o Avo paterno cardador, a Avó paterna fiadeira e os Avos maternos pessoas humildes e por estes impedimentos se julgou não estar capas de entrar na Ordem [...] recorro a Vossa Magestade com huã petição em que pede lhe faça merce dispença de nos ditos impedimentos [...] em satisfação de seus serviços obrados na Provincia da Beira, e Princepado de Catalunha nos postos de relatados na copia da Portaria incluza e ser filho de Manuel de Mattos e irmão de Jozeph de Mattos que perderão as vidas na batalha de Almança, ambos nos postos de capitães de infantaria [...]» (LB).

Francisco Xavier Campos de Carvalho (Bacharel), nascido em 1744, natural de São Vicente de Campos de Ruivães em Bragança, filho de Manuel Fernandes Campos de Carvalho e de Domingas Barroso.

Foi **Juiz de Fora e Juiz dos órfãos de Alcácer do Sal** (depois de 1772), reconduzido (carta de 11 de Maio de 1776), reconduzido segunda vez (carta de 21 de Novembro de 1780); **Corregedor do Bairro dos Remolares** (decreto de 16 de Agosto de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** continuando a servir o lugar dos Remolares (carta de 22 de Dezembro de 1802), reconduzido (carta de 7 de Junho de 1803). Recebeu provisão de escuso de Vereador da Câmara de Alcácer do Sal (1 de Setembro de 1792), provisão de beca honorária (13 de Junho de 1801), e provisão de aforamento (19 de Junho de 1806). **Observações:** Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 13 de Agosto de 1803 (HOC).

Francisco Xavier Carneiro de Sá (Bacharel em leis), nascido em 1744, natural de Lisboa, filho de João da Costa Carneiro (natural da freguesia de Santa Catarina da Malta no concelho da Maia) e de Antónia Maria Rosa da Conceição (natural da freguesia do Sacramento em Lisboa), neto paterno de Joaquim da Costa (natural de S. Salvador de Bairão no concelho da Maia) e Maria Carneiro (natural da freguesia de Santa Catarina de Malta), e neto materno de Domingos de Araújo (natural de Chorense) e Natália Correia (natural da freguesia de S. João de Tomar).

Foi **Juiz de Fora de Lagos** (carta de 15 de Fevereiro de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Fevereiro de 1790); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Janeiro de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Junho de 1804); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de aposentado em um lugar de 1 de Fevereiro de 1805); **Conselheiro** (carta de Conselho de 13 de Fevereiro de 1805); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 2 de Junho de 1802).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1768. O suplicante é irmão do bacharel João da Costa Carneiro e Sá. Mediante a consulta do processo de habilitação para a Ordem de Cristo de João da Costa Carneiro e Sá fica a saber-se que ambos têm um outro irmão, que se chama Joaquim da Costa Carneiro e Sá, e que foi cavaleiro professor na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Os três eram filhos de João da Costa Carneiro, que foi cavaleiro da Ordem de Cristo, escrivão proprietário da Mesa Grande da alfândega de Lisboa, e morador ao pé da Igreja do Paraíso

na freguesia de Santa Engrácia. Os seus avós paternos faleceram ao pé da vila de Torres Novas num lugar a que chamavam Ribeira Ruiva, onde viveram muitos anos numa quinta chamada Nossa Senhora da Paz para onde haviam sido conduzidos por um de seus filhos, o Desembargador António Carneiro Barbosa, casado com Quitéria Maria de Vasconcelos e Sousa. O avô materno foi cozinheiro dos religiosos do Carmo, e a avó materna de segunda condição. Sobre o pai do habilitante depois de ser escudeiro de Fernando de Mesquita Pimentel foi servente nesta Corte de dois advogados recebendo salário «*E supposto se diga, que escrevera a dous letrados nesta Corte alguns mezes, não foi por sallario, que pello tal trabalho recebesse; por quanto ao Doutor Domingos de Sá e Silva escreveu em alguas ocasiões, em razão de se achar em sua caza por dependencias, que com elle tinha, e em cauzas de Fernando de Mesquita Pimentel de Paiva, a quem era obrigado, por lhe dar a sua caza, bestas, e carruagens para elle supplicante passar, por se achar neste tempo pobre, dando-lhe aquelle gosto, pagando-lhe o tal beneficio pello modo, que lhe era possivel, e por este mottivo foi com o ditto Fernando de Mesquita a caza do dito letrado adientar-lhe as suas dependencias, não com o exercicio de seu escrevente [...] e o escrever he arte liberal, e se não pode reputar mecanica, quando não he por sellario, porque neste cazo perde a estimação: [...] oferece os serviços pessoaes, que fes nas Minas por maes de onze annos contados do primeiro de Setembro de 1721 athe 6 do mesmo mez de 1732 em praça de soldado dragão, estando nelles maes de seis annos no posto de sargento môr das ordenanças do districto do Cachoeira termo da Vila Rica, sempre com bom procedimento, executando todas as diligencias, que do Real serviço lhe forão encarregados, com grande actividade, valor e notório zello; acompanhando do Tenente Joseph de Moraes Cabral na esquadra que foi a villa Real do Saberá visitar aquella Comarca; a fim de se extinguir, e evitar as grandes parcellidades, que nella havia, em prejuizo do succego publico, e do real serviço, procedendo com tal actividade, e zello, principalmente na noute em que emprenderão matar do Ouvidor daquella Comarca. Indo ao mesmo effeito á do Rio dos Mortos; tendo tambem a seu favor estar de presente servindo de propriedade hum dos officios de escrivão da Meza grande da alfândega destas cidades com grande [...] satisfação do que lhe foi encarregado [...]*». (HOC).

Francisco Xavier de Carvalho (Bacharel), baptizado na freguesia de Nossa Senhora de Marvila em Santarém a 24 de Março de 1706, filho de Dionísio Rodrigues de Carvalho (natural de S. Sebastião da Pedreira em Lisboa) e de Paula Maria de Conceição de Oliveira (natural da freguesia de S. João da Praça), neto paterno de Manuel Rodrigues de Carvalho e Maria da Costa (naturais de S. Sebastião da Pedreira em Lisboa), e neto materno de Domingos da Silva Preto (natural da vila de Álvaro) e Luísa de Oliveira (natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa).

Foi **Juiz de Fora das vilas de Benavente e Salvaterra** (carta de 29 de Abril de 1739); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta do cargo de 6 de Maio de 1747); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 9 de Dezembro de 1751); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Maio de 1763), alvará de um lugar de ajudante na Relação do Porto (7 de Dezembro de 1768); **Ouidor-Geral do crime** com vezes de **Corregedor do crime da Corte** (serviu até 18 de Dezembro de 1788). Recebeu alvará de serventia vitalícia do ofício de porteiro do Tribunal da Junta da Administração do tabaco (2 de Janeiro de 1737), carta de 40\$000 réis de pensão no rendimento do ofício de Escrivão da alfândega de Chaves (6 de Abril de 1743), provisão de mercê do ofício do público judicial e notas de Guimarães (10 de Novembro de 1744), alvará para nomear em seu filho mais velho e serventia vitalícia do ofício de Porteiro da Junta da Administração do tabaco (27 de Abril de 1748), provisão de licença para renunciar em pessoa apta a propriedade do ofício de Escrivão do Judicial de Guimarães (1 de Setembro de 1749), e carta de padrão de tença e hábito (20 de Outubro de 1752).

Observações: Os seus avós paternos foram moradores em Campolide (informação de 1753). O seu pai e o seu avô foram lavradores em fazendas suas com criados com que se serviam. O seu pai de poucos anos se ausentou para Santarém. «[...] os ditos pais do justificante sempre se trataram nesta villa com nobreza e muita honra tendo criados e criadas que os serviam e o dito pay do justificante he proprietario do oficio de escrivão das resoluções desta villa de Santarem [...]». O seu pai foi proprietário do ofício de escrivão das execuções. Permaneceu solteiro (LB).

Francisco Xavier Morato Boroa (Bacharel), natural de Portalegre.

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide** (carta de 16 de Dezembro de 1726); **Provedor da Fazenda da Comarca do Piauí** (21 de Outubro de 1732); **Ouidor-Geral da Mesa de Piauí** (carta de 30 de Outubro de 1732); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 2 de Agosto de 1742); **Auditor-Geral da gente de guerra da Provedoria do Alentejo** (carta de 10 de Julho de 1747); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Abril de 1750); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 27 de Maio de 1754); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Março de 1758).

Francisco Xavier de Oliveira (Bacharel), nascido em 1686, natural de Lisboa, filho de Manuel Lopes de Araújo e de Maria Madalena da Silva. Foi **Juiz de Fora de Elvas** (carta de 12 de Setembro de 1715); **Juiz dos órfãos de termo de Lisboa** (1721); **Ouidor de Avis** (depois de 1725); **Ouidor**

de alfândega (carta de 18 de Março de 1734); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Janeiro de 1749). Recebeu provisão para advogar nos auditórios de Vila do Conde (29 de Outubro de 1742), provisão para jurar na Chancelaria por procurador (2 de Fevereiro de 1749), e provisão para tomar posse por procurador (2 de Fevereiro de 1749).

Observações: Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. José I, a 7 de Setembro de 1750 (MM). Tinha um irmão Desembargador chamado Sérgio Justiniano de Oliveira (LB).

Francisco Xavier Porcille (Bacharel), natural de Rivarollo, filho de António Maria Porcille (natural de Rivarollo em Génova) e de Francisca Maria Porcille (natural de Lisboa), neto paterno de Octávio Porcille e Maria Antónia (naturais de Rivarollo em Génova), e neto materno de Jaques da Costa (natural de Inglaterra).

Foi **Provedor dos órfãos da Comarca de Setúbal** (alvará de 16 de Outubro de 1737); **Corregedor do crime do bairro de S. Paulo** (carta de 10 de Janeiro de 1741); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1748); **Conselheiro Geral do tabaco** (alvará de 17 de Dezembro de 1752); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de **Provedor da alfândega do açúcar e feitor-mor do Reino** com promessa de Conselheiro ordinário da Fazenda de 3 de Maio de 1753); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 28 de Março de 1756); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de Sua Majestade de 23 de Abril de 1756). Recebeu verba de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (19 de Fevereiro de 1731), padrão de 100\$000 réis de juro (6 de Janeiro de 1742), provisão para que na causa de força de que trata se possa conhecer juntamente da matéria da propriedade (26 de Junho de 1750), e provisão para que na causa que traz com João Xavier da Cunha d'Eça e Ataíde se conheça da propriedade (13 de Janeiro de 1755).

Observações: É irmão de Ana Maria Teotónia Porcille, casada com José Pereira Nunes, familiar do Santo Ofício (informação de 1728). É sobrinho de Pedro da Costa Nicollez e de António da Costa Nicollez, irmãos de sua mãe. É pai do Desembargador António Bernardo Xavier Porcille. «[...] Porem que seu avô materno foi herege que se reduzio a Santa fee catholica, e no seu principio foi trombeteiro, e depois reposteiro da Casa Real [...] das quais resulta sahir hum impedimento de mecanica em seu avo materno Jaques da Costa natural da Corte de Londres; por se dizer fora trombeta do Senhor Rey D. Pedro [...] o que he totalmente falso, e engano manifesto das testemunhas [...] porque esse tal rumor vago; certamente se originaria de hum presente que a serenissima Raynha de Inglaterra a Senhora Dona Catharina mandou

a seu irmão o dito Senhor sendo Príncipe, que constava de dous meninos Ingleses bonitos e gentios; hum dos quais foi o dito avo do suplicante e vinhão em dous cavalinhos com suas trombinhas de prata por galantaria e brinco; e tanto que nunca exercitarão semelhante officio como affirmão de certa sciencia e por juramento dos Santos Evangelhos; tão calificadas pessoas, e da principal nobreza desta Corte; como são os condes de Aveiras, e o Conde de Valadares D. Luiz Baltazar da Sylveira [...] Prova-se mais o referido porque hindo a dita senhora para Inglaterra no ano de 1662 [...] e mandando o dito presente no ano seguinte [...] sendo rapás o dito avo do supplicante, completados os tempos e idade não poderia ter, nem ainda forçado para ser trombeta; e apenas para exercitar o foro de resposteiro da Camara de que o dito senhor lhe fez merce; passados poucos anos, em 25 de Outubro de 1669 o qual foro de resposteiro he o de mayor estimação; e sendo o dito senhor Rey; se servio delle no mesmo foro para a Caza Real desde 21 de Julho de 1678. [...] He tambem materia notoria a estimação e confiansa que o dito senhor fazia da pessoa do dito seu avô; que mais se servia delle como creado particular do que como resposteiro da camera; encarregando-lhe muitos negócios de grande ponderação e honra assim nesta Corte, como na de Londres; a onde foi duas vezes enviado á dita Senhora [...] e alem desta legalissima prova se segue uma não menos authentica [...] não achar nem nos livros das moradias, nem nos das vestiaras dos creados, desde o anno de 1660 em diante; o dito seu avo com assento de trombeta; a onde estaria sem duvida como os outros se a exercitasse; e somente como o de resposteiro da camera na conformidade de seus Alvaras. Pela certidão das mercês a p. 10 [...] Vossa Magestade fez mercê ao dito seu avo de foro de cavaleiro fidalgo, que he o que se costuma dar aos creados do Paço da mayor graduação de Moço de camera para o qual foro havia de justificar nobreza de seus pais e avós [...] o habilitante é ainda sogro do Desembargador Francisco Lopes Ribeiro [...] estar actualmente servindo a Vossa Magestade no lugar de Juiz das propriedades, e a dita merce do habito lhe haver sido feita por os serviços de seu sogro o Dezembargador Francisco Lopes Ribeiro [...]» (LB).

Francisco Xavier Ribeiro (Bacharel), nascido em 1740, natural de Ferreira em Tomar, filho de Manuel Ribeiro e de Francisca Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Salsete** (carta de 16 de Janeiro de 1764), reconduzido (carta de 13 de Dezembro de 1776); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 7 de Abril de 1778). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (13 de Julho de 1774), e alvará de mercê de bens que possuía Maria Teresa (por alcunha a *Regateira*) já falecida sendo moradora no Cartaxo tirando-os por demanda à sua custa (26 de Fevereiro de 1789).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 21 de Janeiro de 1774 (HOC).

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio (Bacharel em leis), nascido em 1739, natural de Mirandela, filho de Luís Ribeiro de Sampaio e de Leonor da Costa (naturais de Mirandela), neto

paterno de Miguel Fernandes e Ana Ribeiro de Sampaio (naturais de Murça), e neto materno de Francisco Nunes e Luzia da Costa (naturais de Mirandela).

Foi **Juiz de Fora** e **Provedor da Fazenda da cidade do Grão Pará** (carta de 23 de Março de 1767); **Ouvidor** e **Intendente da Capitania de S. José do Rio Negro** (carta de 24 de Março de 1773); **Provedor da Comarca de Miranda** (carta de 18 de Novembro de 1780); **Conservador-Geral do tabaco e Saboarias na Comarca de Miranda** (carta de 7 de Maio de 1790); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Fevereiro de 1800). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito (14 de Julho de 1774), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (17 de Julho de 1774), e alvará a seu filho Desembargador Francisco António Ribeiro de Sampaio da pensão anual de 200\$000 réis (27 de Junho de 1831). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1763. O pai do habilitante foi capitão das ordenanças da vila de Mirandela. O habilitante casou-se com Antónia Teresa Teixeira Galvão «[...] que he descendente pela parte materna de Avos distintos e de conhecida nobreza [...] pois que servindo sempre os cargos honorificos da republica sempre se tratarão a ley da nobreza [...]», de cujo consórcio nasceu Francisco António Ribeiro de Sampaio, que também foi Desembargador. O avô materno do habilitante serviu na vila de Mirandela de Juiz ordinário (LB).

Francisco Xavier Saraiva de Lucena (Bacharel), nascido em 1705, natural de Moimenta da Beira, filho de Manuel Saraiva de Lucena e de Bernarda Maria.

Foi **Ouvidor de Leomil** (depois de 1731); **Juiz de Fora de Moura** (depois de 1745); **Juiz de Fora de Moita**, lugar que foi criar (carta de 12 de Dezembro de 1759); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 8 de Março de 1765). Recebeu carta de legitimação a seu filho António José Saraiva de Lucena (3 de Junho de 1771), e provisão para estar ausente três meses do lugar de Juiz de Fora de Moura (3 de Dezembro de 1743).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 29 de Maio de 1765 (HOC).

Francisco Xavier da Silva (Bacharel em cânones), nascido em 1697, natural da freguesia de Santa Justa em Lisboa, filho de Domingos Lopes da Silva (natural de S. João Baptista do lugar da Quintela em Lamego) e de Cristina Santos (natural da freguesia de Santa Justa em Lisboa), neto paterno de Domingos Lopes (natural de Leomil) e Isabel Silva (natural de S. João Baptista do lugar da Quintela), e neto

materno de Francisco João (natural de Santiago do Gavião em Barcelos) e Domingas Dinis (natural de Odivelas).

Foi **Juiz de Fora das vilas de Sesimbra e Barreiro** (carta de 15 de Julho de 1730); **Ouvidor da Praça de Mazagão** (carta do cargo de 8 de Janeiro de 1734); **Provedor da Comarca de Elvas** (carta de mercê do cargo de 13 de Abril de 1739); **Corregedor das Ilhas dos Açores** por três anos (carta de 10 de Maio de 1747), provisão para poder vestir a beca e com ela servir o lugar de Corregedor da Comarca das Ilhas dos Açores e tomar posse por seu procurador como na Relação do Porto (26 de Junho de 1747); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1750); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Maio de 1753); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Maio de 1758). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença (25 de Setembro de 1726), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (24 de Março de 1727), carta de padrão de 8\$000 réis de tença efectiva (28 de Março de 1727), carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (18 de Março de 1742), e carta de profissão de hábito de Cristo (16 de Março de Março de 1749).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1722. O pai do habilitante é familiar do Santo Ofício, e ele e sua mulher foram moradores na Conceição Velha em Lisboa. O avô materno veio com pouca idade de Santiago de Gavião para a cidade de Lisboa «[...] e ahy assistira, aprendeu e exercitara o officio de sapateiro [...]» O habilitante é casado com Teodora Maria de Andrade, filha do capitão Manuel Cardoso de Andrade e de Maria Josefa moradores em Montemor na freguesia de Loures (LB).

Francisco Xavier da Silva Cabral (Bacharel em cânones), nascido em 1767, natural da freguesia de S. Julião em Setúbal), filho de André Xavier da Silva (natural de Lisboa) e de Filipa Eugénia Xavier Cabral (natural de Setúbal), neto paterno de José Rodrigues da Silva (natural de Lisboa) e Margarida da Boa Hora Xavier (natural de Lisboa), e neto materno de Manuel Cabral Ribeiro (natural de Setúbal) e Ana Josefa dos Santos (natural de Setúbal).

Foi **Desembargador da Baía** (carta de 12 de Junho de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Maio de 1803). Recebeu alvará de foro fidalgo cavaleiro (21 de Junho de 1785).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1790. O habilitado é cavaleiro fidalgo da Casa Real e professo na Ordem de Cristo, e foi morador na Rua Augusta. O pai foi igualmente cavaleiro fidalgo da Casa Real, professo na Ordem de Cristo, e mantieiro do infante D. Manuel. O avô paterno era capitão das ordenanças, tesoureiro, e criado do

infante D. Manuel. O avô materno foi proprietário do officio de meirinho da tabula real da vila de Setúbal (LB).

Francisco Xavier do Vadre (Bacharel).

Foi **Corregedor da Comarca de Tavira** (carta de 11 de Dezembro de 1743); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 21 de Janeiro de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Março de 1758).

Francisco Xavier Vasconcelos Coutinho (lente de leis, Doutor), natural de Soure, filho de Jacinto da Costa de Vasconcelos e de Alexandra Antónia de Almeida Cabral (naturais de Soure), neto paterno de João da Costa Vasconcelos e Filipa Micaela Coutinho (naturais de Soure), e neto materno de Paulo Ribeiro Cabral (natural de Soure) e Isabel Florença de Almeida (natural de Pombal).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Maio de 1789); **Conselheiro** (carta do título de 18 de Janeiro de 1799); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta do lugar de **Deputado** de 25 de Maio de 1802); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 25 de Maio de 1802).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1785. O habilitante é irmão do Desembargador Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho. O pai de ambos é igualmente Desembargador. O avô paterno foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O avô materno foi cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão-mor das três vilas do mestrado de Soure Ega e Redinha (LB).

Francisco Ximenes de Lucena (Doutor), natural de Tomar, filho de Francisco Moniz de Lucena e Maria Rozales da Silva.

Foi **Juiz de Fora da vila de Castelo Branco** por três anos (alvará do cargo de 18 de Janeiro de 1662); **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta); **Juiz de Fora de Leiria** (carta); **Provedor da Comarca de Setúbal** (alvará); **Ouvidor da Fazenda da Casa de Aveiro** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Juiz dos Feitos da Chancelaria** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 20\$000 réis efectivos cada ano em vida num dos Almojarifados do Reino para sua filha Helena de Abreu Serrão (27 de Novembro de 1696), carta de padrão de tença de 20\$000 réis para sua filha Maria de Abreu Serrão (27 de Novembro de 1696), e tença de 20\$000 réis para sua filha Joana Moniz de Lacerda (27 de Novembro de 1696).

Observações: É pai de Helena de Abreu Serrão, de Maria de Abreu Serrão, e de Joana Moniz de Lucena. Casou com Maria de Alves Serrão, filha de Domingos de Abreu Serrão

e de Maria Guilher. Morreu na vila de Tomar onde foi sepultado na Igreja de Santa Maria dos Olivais (MM).

Frederico de Almeida Correia (Bacharel em leis), natural de Sampaio de Merelim em Braga, filho de Caetano José de Almeida e Silva e de Teodora Luísa Correia, neto paterno de João da Silva de Almeida e Joana Batista de Santa Marta, e neto materno de Francisco Gomes e Custódia Luís Correia (todos naturais de Sampaio de Merelim em Braga).

Foi **Juiz de Fora de Esposende** (provisão de licença para casar com Dona Maria Joana de Faria de 4 de Junho de 1787); **Corregedor da Comarca de Viana** (carta de recondução do lugar de 26 de Outubro de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Dezembro de 1806).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1778. «[...] País do habilitando se tratão como nobres com boas quintas que mandão cultivar por seus creados e nunca tiverão officio mecanico [...]» (LB).

Frutuoso de Campos Barreto (Licenciado), filho de Julião de Campos Barreto.

Foi **Corregedor do crime de Lisboa** (carta), alvará para que ele possa ser eleito **Juiz da Bandeira** (17 de Novembro de 1642); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1661). **Conservador da Moeda de Lisboa** (carta). Recebeu carta fazendo-lhe mercê da propriedade da Conservatória da Casa da Moeda de Lisboa (16 de Abril de 1664), e padrão de 20\$000 réis de juro.

Observações: O seu pai era Desembargador (MM).

Gabriel de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos (Bacharel em leis), nascido em 1767, natural de Angra na Ilha Terceira, filho de José de Bettencourt Vasconcelos Lemos e de Maria Clara de Lacerda, neto paterno de Vital de Bettencourt Vasconcelos e Maria Margarida de Carvalho, e neto materno de Diogo Alvaro Pereira de Lacerda e Francisca Ursula Castro Pacheco (todos naturais de Angra).

Foi **Juiz de Fora de Loulé** (carta de 11 de Agosto de 1800), provisão para estar ausente por dois meses do lugar (27 de Janeiro de 1802), carta de reconduzido no mesmo lugar com predicamento de primeiro Banco (21 de Abril de 1803), provisão de licença para por tempo de mais dois meses estar ausente daquele lugar (16 de Outubro de 1805); **Provedor do Algarve** (carta de 23 de Fevereiro de 1810); **Desembargador da Relação do Porto** (carta

de 17 de Junho de 1818), provisão para jurar por procurador e tomar posse (22 de Junho de 1818); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1823).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1793. Foi morador em Lisboa no Bairro do Limoeiro, «[...] nem exercitarão o emprego mechanico, antes são e forão pessoas fidalgas, vivendo a ley da Nobreza, e em abundancia dos rendimentos de seus bens; exercitando os cargos publicos honorificos» (LB).

Gabriel de Vilasboas Palmeiro (Doutor).

Foi **Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1789), provisão para por procurador prestar juramento na chancelaria para os lugares de **Desembargador honorário dos Agravos** (9 de Março de 1789), provisão para por procurador tomar posse do lugar (4 de Junho de 1789).

Gaspar de Abreu de Freitas (Licenciado), natural de Lisboa, filho de Luís de Abreu de Freitas e de Luísa de Faria da Costa (natural de Lisboa), neto paterno de António de Freitas (natural de Guimarães) e Joana de Freitas (natural de Castanheira), e neto materno de Bernardim da Costa Coelho e Margarida da Costa (naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Évora** por três anos (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta); **Corregedor do Porto** por três anos (carta); **Provedor da Comarca do Porto** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de primeira correição de primeiro Banco na Relação do Porto de 23 de Novembro de 1649); /11/23 **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador de tenças e resíduos da Comarca do Porto** pelo tempo de três anos (alvará de 30 de Dezembro de 1652); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Fevereiro de 1659); **Almoxarife do Almoxarifado de Torres Vedras** (alvará de renúncia do ofício de 3 de Junho de 1662); **Conselheiro da Fazenda** (carta de um lugar no Conselho da Fazenda (de 20 de Março de 1675), alvará para que tenha com o cargo de Conselheiro da Fazenda quatro moios de trigo e quatro de cevada cada ano (9 de Maio de 1676); **Conselheiro** (carta de título de Conselho (3 de Agosto de 1684). Recebeu alvará de nomeação de capela, carta de quitação, carta de padrão de 20\$000 réis de pensão nos foros de Armar (17 de Agosto de 1660), carta de padrão (20 de Maio de 1663), carta de padrão de tença de 60\$000 réis (18 de Novembro de 1666), carta de 200\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (25 de Fevereiro de 1667), carta de padrão

de 100\$000 réis de renda (26 de Outubro de 1671), apostila para que se lhe assente os 40\$000 réis de tença que tem num Almoxarifado do Reino (26 de Novembro de 1676), carta para que possa testar por sua morte dos bens da coroa (6 de Abril de 1677), carta de padrão de tença de um móio de trigo (26 de Maio de 1677), alvará para que possa testar os bens da coroa que tiver (20 de Julho de 1677), carta de padrão de 20\$000 réis de tença no Almoxarifado do Reino (25 de Maio de 1678), alvará para que possa testar o que possui da coroa (25 de Janeiro de 1679), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo para seu filho Luís de Abreu de Freitas (9 de Agosto de 1681), carta de padrão de tença de 238\$000 réis para seu filho Luís Abreu de Freitas (13 de Agosto de 1682), e alvará para poder renunciar tudo o que tiver da Coroa.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1646. O habitante é filho da primeira mulher do seu pai o qual, segundo algumas testemunhas, foi secretário da Rainha, segundo outras, foi escrivão do Desembargo do Paço e também cavaleiro da Ordem de Cristo. O seu avô paterno foi Provedor da casa da Misericórdia da vila da Castanheira e «[...] muito nobre e das principais familias dos Freitas e outras desta villa aparentados com os melhores della [...]». Os seus avós maternos foram moradores em Santa Apolónia na freguesia de Santa Engracia. O licenciado «[...] consta que he casado com sua prima D. Ursula filha de Simões Gonçalves Leitão almoxarife de Torres Vedras, e de Phellippa de Abreu de Freitas irmã de Luís de Abreu [...]», assim tanto ele como a sua mulher são ambos bisnetos de um Gaspar de Abreu de Freitas. «Diz o licenciado Gaspar de Abreu de Freitas que Vossa Magestade foi servido mandar que elle suplicante fosse consultado no cargo de Ouvidor-Geral do Estado da India pello Conselho Ultramarino; e que pella mesa do paço se habilitasse para o serviço de Vossa Magestade; por onde se lhe mandarão fazer suas informações para effecto de ler; as quaes vindo a mesa para se aprovarem, se duvidarão, por quanto a informação de parte de seu avo António de Freitas se fez na Villa da Castanheira onde viveo mais de cinquenta annos e morreo, e não na villa de Guimarães onde nasceu. Hem razão desta duvida se lhe impede o ler no Desembargo do Paço; sendo que aos ministros delle he notorio que no Conselho Ultramarino se dilata a consulta do dito cargo ha muitos dias esperando a que elle supplicante se habilite, e ultimamente se resolveo que se daria de prazo athe segunda feira 29 deste, por entenderem os ministros daquelle conselho a conveniencia que o serviço da Vossa Magestade recebe em elle supplicante passar a á Índia E porque a limpeza e nobreza delle supplicante he muy notoria a todos os ministros de Vossa Magestade principalmente por parte do dito seu avo paterno; por quanto Luis de Abreu de Freitas pai delle supplicante he cavaleiro da Ordem de Christo e escrivão da Camara de Vossa Magestade e da Rainha Vossa Senhora; E Gaspar de Abreu de Freitas tio delle supplicante he também cavaleiro da Ordem de Cristo e thesoureiro mor dos tres estados [...] Para Vossa Magestade que havendo respeito a tudo o sobredito e aos serviços que elle supplicante tem feito a Vossa Magestade lhe faça Vossa Magestade merce mandar que as ditas informações sejam aprovadas sem embargo de se não fazerem em Guimarães onde seu avo nasceu: em que

Vossa Magestade custuma dispensar por sua real grandeza, havendo para essa causa particular; como ultimamente se verificou em o filho de Pedro Corneles e para o habito em o Desembargador João de Guimarães assistente em Suecia; e se deve verificar nelle supplicante pela razão da brevidade com que se ha de fazer as consultas do Conselho Ultramarino em que Vossa Magestade o tem mandado consultar, E pello estillo que Vossa Magestade tem em honrar a fazer merce aos vassallos benementes que vão servir a Vossa Magestade fora do Reino.» Foi pajem do Infante Cardeal D. Fernando da Áustria, cônego em Guimarães, chantre da Sé de Elvas, moço fidalgo, comendador da Ordem de Cristo, e enviado extraordinário a Inglaterra no ano de 1668. Residente na Cúria Romana durante algum tempo, de onde trouxe várias relíquias, entre as quais o corpo de S. Celestino Mártir, que o Papa Clemente X lhe deu no ano de 1676 e ele colocou na Ermida de S. Pedro de Alcântara a Santa Apolónia. Casou segunda vez com Joana Maria Pereira de Torres e Aguiar, filha do Desembargador Luís Gomes de Basto e de Bernardina de Torres, de cujo consórcio nasceu Luís de Abreu de Freitas e Josefa Maria Madalena Pereira, herdeira de sua casa e morgados, que se casou com Diogo Nicolau Miguel de Saldanha e Oliveira, e foram moradores nas casas de Santa Apolónia em Lisboa (LB).

Gaspar de Almeida de Andrade (formado em direito cesareu), nascido a 10 de Abril de 1633, natural de Pedrógão Grande, filho de João de Almeida de Abreu (natural de Penela) e de Sebastiana Ribeira de Andrade (natural de Pedrógão Grande), neto paterno de Bartolomeu Almeida de Momperes e Francisca Almeida de Mascarenhas (natural de Penela), e neto materno de Gaspar de Andrade e Joana Ribeira. Foi **Juiz de Fora de Arronches** por três anos (carta de 17 de Setembro de 1659); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta de 17 de Agosto de 1662); **Corregedor de Torres Vedras** (carta); **Corregedor do crime de Coimbra** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1679); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Agosto de 1680); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta); **Conselheiro** (carta); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda em Lisboa** (carta), alvará de ordenado; **Corregedor do crime da Corte** (carta); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Deputado** (9 de Julho de 1703). Recebeu carta de padrão de 20\$000 réis de pensão (18 de Agosto de 1667), declarando por onde deve receber os 20\$000 réis de tença (27 de Agosto de 1672), e alvará de 4\$000 réis de ordinária.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1655. Os seus avós paternos foram moradores na quinta das Pontes no termo de Pedrógão Grande. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e familiar do Santo Ofício. Casou com Maria Joana da Cobra de Figueiredo, filha do Desem-

bargador Fernão Tedela de Castilho, de cujo consórcio nasceu João de Almeida de Vasconcelos, capitão-mor da vila de Abrantes (LB).

* **Gaspar Cardoso** (Licenciado), natural de Cinfães, filho de Domingos Cardoso.

Foi **Juiz dos órfãos de Meda** (carta), alvará de nomeação de ofício; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1638); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Março de 1643). Recebeu verba e carta de tabelião em Lisboa, padrão de 30\$000 réis de tença enquanto não for provido no ofício de justiça ou fazenda, carta de tabelião do público judicial e notas da vila do Souto por estar casado com Bristes Soares filha de Damião Botelho (20 de Setembro de 1652), carta de hábito da Ordem de Cristo (6 de Agosto de 1664), alvará de propriedade do ofício de tabelião do público judicial e notas do concelho da Tavares (17 de Abril de 1673), e carta de escrivão da Câmara de Pinhel (19 de Outubro de 1673).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1610. «[...] e achey ser hum manço de hoinrrado procedimento e bem entendido, e licenciado pela universidade de Coimbra [...] e que da parte da may tinha alguns parentes mequanicos [...]». Foi morador na quinta do Pedrogal (LB).

Gaspar Cardoso de Carvalho (D.) (Doutor), natural de Armamar, filho de Manuel Cardoso de Carvalho e de Maria Cardoso de Fonseca, neto paterno de Gaspar Carvalho e Beatriz de Carvalho (naturais de Armamar), e neto materno de Gaspar da Fonseca Carvalho (natural de Armamar) e Isabel Cardoso (natural de Galafura do termo de Vila Real).

Foi **Juiz de Fora de Chaves**; **Juiz de Fora de Miranda** (carta); **Corregedor da Comarca da Torre de Moncorvo** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Novembro de 1699); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (1705); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 15 de Maio de 1708), provisão aposentando-o com ordenado que vencia (13 de Agosto de 1726); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de 1 de Março de 1717). Recebeu alvará de mercê de beca, alvará de mercê do lugar de Conservador da nação inglesa na cidade do Porto (1 de Março de 1717), alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (12 de Novembro de 1717), e alvará de fidalgo da Casa Real com pensão em dinheiro e cevada (20 de Março de 1720).

Observações: Morreu em Setembro de 1726. Foi cavaleiro de hábito e familiar do Santo Ofício. «[...] e por ser Dezembargador e Corregedor do crime da Relação do Porto,

he cazado com D. Anna Maria de Araujo, filha legitima de Francisco Ferreira Camello e de sua mulher Ursulla de Araujo, familiar do Santo Officio nesta Inquisição, como nos constou do livro da Oração de El Rey he fidalgo da Casa de sua Magestade, vive abastadamente, e tem de renda em cada anno seis mil cruzados, assim em bens de raiz como do lugar de corregedor do crime, e nos consta que podera ter de idade 58 annos [...]» A sua mulher era natural de Braga, bem como o seu pai (que era igualmente familiar do Santo Ofício da Inquisição de Coimbra) e sua mãe (MM).

Gaspar Ferreira Aranha (Bacharel), nascido a 16 de Fevereiro de 1690, natural de Santarém, filho de Simão Aranha Ferreira (natural de Santarém) e de Maria Eufémia de Sequeira (natural de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Coruche** (carta de mercê de 23 de Janeiro de 1719); **Juiz das Coutadas de Santarém** (1722); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 24 de Fevereiro de 1722), alvará de 80\$000 réis de ajudas de custo com o lugar de Desembargador (14 de Março de 1722); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Novembro de 1729), provisão de 20\$000 réis de ordenado no lugar de Juiz das causas dos cativos da Casa da Suplicação (5 de Fevereiro de 1740); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Março de 1738); **Ouvidor-Geral do cível e Juiz das Justificações**; **Ouvidor-Geral da Província do Norte**; **Vereador do Senado de Lisboa** (alvará de 22 de Novembro de 1740); **Juiz Conservador da Casa da Moeda de Lisboa** (alvará de 13 de Julho de 1751). Recebeu alvará de escudeiro fidalgo acrescentado a cavaleiro fidalgo com o total de 1\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (17 de Setembro de 1696), carta de padrão de 38\$000 réis de tença (28 de Janeiro de 1730), provisão para poder aforar a Manuel Gonçalves um quintal pertencente ao morgado que administrava instituído na cidade de Lagos pelos Rebелos Falcões (5 e 7 de Setembro de 1741), provisão para aforar em vidas a Pedro Telhoa uma quinta denominada da Rocha pertencente ao morgado dos Rebелos Falcões da vila de Lagos (20 de Janeiro de 1742), provisão para dar de aforamento em vidas umas courelas de terra no campo da Ladeira de capelas de Nossa Senhora do Rozário, situado no Convento de São Domingos de Santarém (21 de Fevereiro de 1743), provisão para poder dar de aforamento a terra das Amoreiras pertencente aos morgados dos Rebелos Falcões na cidade de Lagos (30 de Setembro de 1744), provisão para dar de aforamento uma terra pertencente ao morgado instituído na cidade de Lagos por António Rebelo Falcão (30 de Novembro de 1744); provisão para aforar umas terras situadas no termo da cidade

de Lagos pertencentes aos morgados dos Rebelos Falcões (23 de Janeiro de 1745), provisão para obrigar por tempo de três anos um prazo a empenho de dinheiro (9 de Setembro de 1745), provisão para dar de foro umas casas de capela em Santarém (20 de Novembro de 1751), e carta de padrão da tença anual em vida de 48\$000 réis para sua filha Bernarda Umbelina Costa Falcão.

Observações: Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1718 (LB). Foi cavaleiro da Ordem de Cristo. Casou na Índia, na cidade de Goa, com Clara Maria de Sousa Cotta Falcão e Meneses, filha de Pedro de Sousa e Meneses (moço fidalgo) e de Maria Seixas Cotta Falcão, de cujo consórcio nasceu Simão Aranha Cotta Falcão. Faleceu na sua casa em Lisboa com 73 anos em 6 de Maio de 1763, sendo sepultado na freguesia de Santa Marinha. Tinha uma irmã chamada Antónia Caetana Soutomaior, que era casada com Anastácio Mendes da Silva (Doutor em leis e Provedor de Santarém) (MM).

Gaspar Ferreira da Silva (Bacharel), também *Gaspar Freire da Silva*, natural de Lisboa, filho de Jacinto de Sequeira de Sampaio.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Junta do Comércio Geral** (carta), alvará de Procurador Fiscal da Junta do Comércio Geral; **Corregedor do cível da Corte** (carta), alvará de licença para ir à Corte. Recebeu alvará para se abrir numa vala, alvará de mercê de beca, alvará de ordenado, e alvará de 120\$000 réis para se repartirem pelos seus filhos e netos (20 de Maio de 1707).

Gaspar Gonçalves dos Reis (Bacharel), nascido em 1715, natural de Minas Gerais, filho de João António Rodrigues (natural de Santa Helena de Ledesma no bispado de Salamanca em Castela) e de Maria Gonçalves Moreira (natural de Tambaté no Rio de Janeiro), neto paterno de Francisco Sanches Quadrado e Maria Isabel Rodrigues (naturais de Lumbares no bispado de cidade de Rodrigo em Castela), e neto materno de Domingos Gonçalves Cardido Natural da freguesia de S. Tomé de Aguião em Arcos de Valdevez) e Maria Moreira (natural de Tambaté no Rio de Janeiro).

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (carta de **Juiz de Fora do Maranhão** de 30 de Abril de 1753), alvará para tomar posse do dito lugar (2 de Maio de 1753); **Provedor do Maranhão** (alvará de 14 de Maio de 1753), alvará para vestir beca com o dito lugar (17 de Maio de 1753); **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta de 18 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Novembro de 1771),

alvará para levar propinas de agravista estando aposentado em Desembargador da Relação do Porto (2 de Dezembro de 1780), alvará de aposentadoria de 200\$000 réis anuais. Recebeu provisão de serventia de ofício (14 de Março de 1753), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (18 de Março de 1753), provisão de 40\$000 réis de aposentadoria com o dito lugar (1 de Julho de 1769), alvará para vencimento de propinas apesar de aposentado (2 de Dezembro de 1780), e alvará declarando o valor das propinas que deve receber pela alfândega do Porto (2 de Março de 1781).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1746. O seu pai era sargento-mor. O seu avô materno foi para o Brasil e era dos lavradores principais da dita freguesia de Arcos de Valdevez (LB).

Gaspar Lampreia Vidal (Bacharel), natural de Beja, filho de Manuel Raposo Vidal e de Apolónia Nogueira, neto paterno de Gaspar Lampreia Vidal, e neto materno de António Dias Costa e Biatriz Mestra (todos naturais de Beja).

Foi **Juiz de Fora de Loulé** (carta); **Corregedor da Comarca de Tavira** (carta); **Corregedor do crime de Alfama** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para tomar posse do cargo por procurador; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1668. «[...] foram pessoas de muita qualidade, e que sempre se tratarão a ley da nobreza ocupando os cargos nobres da respública em esta cidade honde ha pouco tempo serviu seu pay de vereador [...]» (LB).

Gaspar Leite Cabral (Licenciado), natural de Vila da Feira, filho de Diogo Leite de Berredo Miranda (natural de Vila da Feira) e de Maria Cardoso de Vasconcelos (natural de Lamego), neto paterno de Gaspar Leite de Miranda e Isabel Pereira de Aguiar (naturais de Vila da Feira), e neto materno de Rui Lourenço de Carvalho e Maria Coelho de Vasconcelos (natural de Lamego).

Foi **Juiz de Fora de Trancoso** por três anos (carta de 25 de Setembro de 1645); **Juiz de Fora de Viseu** (20 de Abril de 1652); **Provedor da Guarda** (alvará); **Provedor de Lamego** (alvará); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 28 de Março de 1673); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 9 de Março de 1674).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1643. O habitante casou no Porto com Maria da Silva. Tem um irmão que é Juiz de Fora de Castelo Branco. O seu avô paterno serviu cargos de governança em Vila da Feira, tendo sido Juiz e vereador e tendo parentes cavaleiros da Ordem de

Cristo (LB). Foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O seu avô paterno casou duas vezes, sendo precisamente sua segunda mulher a avó do habilitante, que era filha de Pedro de Aguiar e de Margarida Pereira. Era bisneto por parte paterna de Margarida de Berredo e de António Leite Cabral, que viveu em Guimarães e que *«por matar nesta villa hum corregedor se retirou para Roma donde obteve hum canonicato na Sé do Porto; e fundou por Ordem de El Rey D. Manoel o Mosteiro das Freiras de S. Bento»* de que sua bisavó paterna foi professa e onde acabou por morrer; esta era filha de Vasco Pereira senhor de Fermedo. Foi 3.º neto de Diogo Alvares Leite e de Maria Gonçalves Nogueira e 4.º neto de Álvaro Anes Leite, senhor da terra de Calvos de Basto e progenitor dos Leites. Casou com Maria da Silva de Sequeira, filha de António Alves de Sequeira, que serviu o rei no Brasil sendo capitão da infantaria na restauração da Baía e também capitão-de-mar-e-guerra, tendo como alcunha «Capitão Plumas». Do consórcio nasceram Manuel Pereira de Berredo, que casou com Luísa de Lemos da Rosa (filha do Desembargador António de Lemos da Rosa e de Maria de Matos), de cujo matrimónio nasceu José Leite Pereira de Berredo. Outro dos seus filhos foi o padre António de São José, cônego regular de Santo Agostinho que morreu em 26 de Abril de 1731. Também seu filho foi Diogo Leite de Miranda que, a requerimento de uma filha de Domingos Ferreira de Vila da Feira que o queria obrigar a casamento, foi preso no Porto de onde conseguiu fugir para Castela, tomando o hábito de religioso e adoptando o nome de frei António do Porto, e em Valladolid acabou por morrer. Foram ainda seus filhos Vicente Pereira da Silva, Mariana Leite, Mécia Leite e Antónia Leite. Estas três foram religiosas da Ordem de S. Bernardo no Real Mosteiro de Arouca. Teve ainda um irmão, António Leite Cabral, que foi capitão de infantaria e morreu nas linhas de Elvas (MM).

Gaspar de Lemos Galvão (Doutor), filho de Cristóvão Galvão Soares e de Gerónima de Lemos, neto materno de Pedro Figueira e Camila de Lemos.

Foi **Provedor da Torre de Moncorvo; Corregedor e Provedor do Porto** (22 de Novembro de 1642); **Desembargador da Relação do Porto; Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Outubro de 1651); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1655). Recebeu alvará para que possa sub-rogar a obrigação de cinco missas rezadas em cada ano imposta nas casas que comprou de Francisco Pereira situada na Rua do Tijolo (19 de Maio de 1654), 300\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu filho (19 de Junho de 1677), alvará de sub-rogação de capela, e carta de quitação.

Observações: Foi cavaleiro da Ordem de Cristo e Acaide-mor da vila do Torrão. Casou no Porto com Ana da Silveira de Lacerda, filha do Chanceler Jorge Correia de Lacerda e de Joana da Silveira, de cujo consórcio nasceu José Galvão de Lacerda (LB).

Gaspar de Macedo de Sampaio (Bacharel em cânones), natural de Cepões no termo de Lamego, filho de Gaspar Luís de Macedo (natural de Cepões) e de Joana de Sampaio (natural de Sernancelhe em Lamego), neto paterno de António Luís de Macedo e Biatriz Manuel (naturais de Cepões), e neto materno de Diogo de Sampaio e Ana da Costa (naturais de Sernancelhe).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1679, carta de 7 de Maio de 1691), alvará para licença para vencer ordenado fora do lugar. Recebeu alvará de licença para tratar de suas dependências.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1671. *«[...] e que os ditos seus Pais e avos paternos forão nobres e ricos e como tais se tratavão com seus negros e criados e lavradores [...]»* (LB).

Gaspar de Magalhães (Licenciado), nascido em 1596, natural de Tentúgal, filho de Sebastião de Magalhães (natural de Tentúgal) e de Joana de Xuara, neto paterno de Gaspar de Magalhães e Isabel Estêvão (naturais de Tentúgal).

Foi **Juiz das Coutadas de Benavente** (alvará); **Corregedor de Torres Vedras** por três anos (carta); **Provedor das obras, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Setúbal** por três anos (alvará de 19 de Novembro de 1654); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Janeiro de 1661); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 13 de Maio de 1665). Recebeu carta do ofício de Juiz dos órfãos do concelho de Bastos por renúncia que lhe fez seu tio Rui Vilela (27 de Março de 1658) **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1626 (LB).

Gaspar Mouzinho de Albuquerque (Doutor), natural de Castelo de Vide, filho de Mateus Mouzinho e de Maria Velada (naturais de Monsaraz), neto paterno de Gaspar Mouzinho e Mécia de Matos (natural de Castelo Vide), e neto materno de Manuel Fernandes Lopes e Maria Velada (natural de Monsaraz).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 24 de Maio de 1679); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**, alvará de propinas; **Conselheiro** (carta); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 17 de Setembro de 1691), alvará declarando os vencimentos que pertencem ao lugar de Juiz dos Feitos da Coroa e da Fazenda (22 de

Outubro de 1691); **Conselheiro da Fazenda** (carta), carta de um lugar supranumarário de Conselheiro da Fazenda com 300\$000 réis de ordenado (23 de Junho de 1698), alvará de ordenado. Recebeu padrão de 50\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, alvará de sub-rogação de bens de morgado, padrão de 4\$000 réis de tença, padrão de 20\$000 réis de tença, alvará de renúncia da propriedade do ofício de escrivão da câmara da vila de Castelo Vide (30 de Agosto de 1669), carta de padrão de 100\$000 réis (20 de Agosto de 1679), alvará de 25\$000 réis para uma escrivãinha enquanto estiver como Deputado (3 de Junho de 1700), carta de padrão de tença de 60\$000 réis (20 de Setembro de 1702), carta de padrão de tença de 40\$000 réis (3 de Outubro de 1702), e alvará de foro de fidalgo (5 de Setembro de 1703).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1677. O seu pai foi doutorado, Conselheiro de sua Majestade e Desembargador do Desembargo do Paço. O seu avô materno era uma das pessoas principais da vila de Monsaraz e «*das mais caleficadas della e conservação sempre sua nobreza*», servindo-se com muitos escravos criados e cavalos (LB). Era irmão do Desembargador Francisco Mouzinho de Albuquerque. Casou com Josefa Leocádia Coutinho, filha de Miguel Salema Cabral e Paiva (filho do Desembargador Diogo Fernandes Salema e de Luísa Cabral) e de Maria Coutinho. Quando faleceu, a sua mulher voltou a casar com o Desembargador Francisco Luís da Cunha Ataíde (MM).

Gaspar Pinto de Sousa (Licenciado), natural de Lisboa, filho de Álvaro Pinto de Oliveira (natural de Benfca) e de Guiomar de Sousa de Refois (natural do Fundão), neto paterno de Gaspar Pinto e Biatriz Lopes (naturais de Benfca), e neto materno de Silvestre de Proença e Jerónima de Sousa (naturais do Fundão).

Foi **Provedor da Comarca de Tomar** (carta para que o Juiz da Câmara da Golegã não pare com as obras de 26 de Julho de 1641); **Corregedor do crime do termo de Lisboa** (carta); **Corregedor dos Açores** por três anos (carta de 6 de Dezembro de 1654); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará). Recebeu alvará de beca (10 de Dezembro de 1654).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1624. «[...] o pai do dito Bacharel Gaspar Pinto de Sousa serviu muitos anos a Vossa Magestade e por sua velhice e indisposições o aposentou com o ordenado de corregdor e com o título de Desembargador da casa do Porto: e que Gaspar Pinto seu avô foi homem muito nobre que na índia e Africa fez muitos serviços a Vossa Magestade pelos quais lhe foi feito merce da Alcaidaria mor de Moçambique e era homem rico e afazendado, e viveo com sua mulher Brites Lopes em hua quinta que tinha em S. Domingos de Benfca e teve tres filhos hum delles frade em Sam Domingos, e outro clerigo do habito de S. Pedro e o pai do dito Bacharel que se chama Alvaro Pinto de Oliveira que morreo aposentado com o título de Desembargador [...] e pellos da may do dito Bacharel constara a Vossa Magestade

per outra via porque alcancei que tinha sua geração no Fundão e que também era gente muito nobre, isto me constou fazendo mui exacta diligência assim nesta cidade como no lugar de Benfca onde forão mais conhecidos por viverem ahi mais tempo [...] e que o dito seu pai Alvaro pinto de Oliveira ainda que não era natural deste lugar [Fundão] que casou nelle ha trinta e cinco annos pouco mais ou menos servindo de Juiz de Fora da dita villa da Covilham [...]». À data era casado (LB).

Gaspar Rebelo de Carvalho (Bacharel), filho de Matias Gomes Rebelo e de Beatriz Rebelo, neto paterno de Gaspar Gomes Rebelo e Beatriz Gomes (natural de Arcuselos), e neto paterno de Diogo Rodrigues e Isabel Rebelo (naturais de Armamar).

Foi **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta), alvará de licença de dois meses para ir à sua terra.

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1662. Os avós paternos foram «[...] muito nobres e limpos de geração e se servirão com negros e cavallos [...]». O habilitante era morador no lugar de Arcuselos do concelho de Caria (LB).

Gaspar Rodrigues de Carvalho (Licenciado), nascido em 1660, natural de Vila Real, filho de João Rodrigues Banha e Beatriz Álvares (naturais de Vila Real), neto paterno de Simão Luís Vila Real e Maria Rebelo, e neto materno de António Gonçalves e Isabel Lourenço (naturais de Vila Real).

Foi **Juiz de Fora de Montalegre** (1687); **Corregedor do crime do Bairro de S. Paulo** (carta); **Superintendente do tabaco de Trás-os-Montes** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Novembro de 1708); **Ouvidor do crime** (11 de Julho de 1715). Recebeu alvará para nomear os ofícios de Contador e inquisidor dos concelhos de Caria em sua filha Feliciano Cardoso (25 de Maio de 1642), alvará de Contador, inquisidor e distribuidor do concelho de Caria com licença para renunciar em sua filha (15 de Junho de 1642), carta de padrão de tença de 40\$000 réis com o hábito (2 de Novembro de 1674), alvará de promessa de ofício (2 de Novembro de 1674), 10\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (12 de Novembro de 1674), alvará de propriedade de ofício de escrivão dos órfãos de Vila Grande (12 de Junho de 1679), carta de 28\$000 réis de tença efectiva (17 de Janeiro de 1689), alvará de capela do lote de 40\$000 até 50\$000 réis (6 de Maio de 1707), carta de administração da capela da Ribeira da Torre sita em Moncorvo (26 de Maio de 1710), e alvará de uma vida mais na capela de Logra da Ribeira da Carreira (5 de Agosto de 1721).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1686. «*Depoem as testemunhas que seus Avos viverão do trabalho de suas fazendas como lavradores, e que também servirão os cargos do Concelho e que seu Pay fora almotacer e porteiro do concelho em Villa Real [...] porem pella informação extra indiciada que tomei me consta que seus Avos forão todos de segunda condição e viverão de arrendamentos que fazião a seus parentes, e seu Pay antes de entrar na governançaõ e ter muitos beins (que agora tem) foi Alveitar de nome e conhecimento, não he officio sordido porem também não he de nobreza [...]» (LB). Foi castigado e obrigado a despir a beca que lhe tinha sido permitida, foi para o convento acabando por morrer no estado de celibato (MM).*

Gaspar Rodrigues Porto (Doutor, lente em leis), natural de Beja, filho de João Rodrigues Porto (natural de Viana) e de Ana (?), neto paterno de Gaspar Rodrigues Porto e Catarina Fialgo, e neto materno de Estevão Dias Pais e Ana (?). Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1641); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Março de 1642); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Novembro de 1642); **Juiz dos Feitos da Coroa** (carta de 10 de Maio de 1646), carta de 44\$000 réis e quatro moios de trigo enquanto exercitar o cargo de Juiz dos Feitos da coroa (3 de Março de 1647); **Capitão da Praça de Cacheu** (alvará para poder recolher a este Reino logo que for substituído de Cacheu de 14 de Novembro de 1647), alvará para vir a estes Reino dar conta das rendas da feitoria da praça de Cacheu (23 de Novembro de 1647). Recebeu licença para renunciar em pessoa apta o officio de almoxarife das rendas da Ordem de Santiago que é seu por estar casado com a filha do proprietário (9 de Março de 1645), e carta de padrão de 40\$000 réis com o hábito de Cristo a João Pinheiro por este estar casado com Isabel filha do sobredito (25 de Fevereiro de 1662).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1640 (LB). Foi casado com Filipa de Carnide, filha de Pedro de Carnide. Foi nomeado para Deputado contudo não chegou a exercer o cargo porque faleceu em 29 de Junho de 1650 (MM).

Gervásio de Almeida Pais (Bacharel), nascido em 1727, natural de Mariana em Minas Gerais, filho de António de Oliveira Pais (natural da freguesia de S. Cristóvão em Lisboa) e de Beatriz de Almeida (natural da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Mage no Rio de Janeiro), neto paterno de Domingos de Oliveira (natural de Palha em Baião) e Antónia de Almeida (natural de Loures), e neto materno de José Serra Álvares (natural da freguesia de S. Nicolau de Surohy no termo da cidade do Rio de Janeiro) e

Doroteia de Alvarenga (natural de Guapymery na Comarca de Rio de Janeiro).

Foi **Auditor do regimento de Olivença** (carta de 4 de Novembro de 1766); **Corregedor da cidade de Elvas** (carta de 11 de Março de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Março de 1776), alvará de aposentadoria (9 de Junho de 1801). **Observações:** Fez a Leitura de Bacharel em 1752. Foi morador em Lisboa no Beco dos Frades, e tinha uma irmã chamada Ana. «[...] o dito avo paterno do habilitante se auzentou sendo menino para essa corte, onde casara e hum seu filho Pay do habilitante fora para o Brasil [...]». Dos irmãos do avô paterno descenderam muitos clérigos e frades: António de Oliveira, Francisco de Oliveira e Cristóvão de Oliveira. O processo de leitura refere-se à limpeza de sangue e origem do avô paterno do habilitante. O seu pai foi capitão e morador em Minas Gerais, «[...] o seu Pay em nenhum tempo exercitou officio mecanico, antes he rico, e abastado e com grandes roças que administra por seus escravos nas Minas a onde he morador, e que a dita Avó [materna] foi moradora nesta cidade e vivia de sua industria e trabalho cozendo pão para vender pelos seus moços [...]» (LB).

Gervásio do Sal de Almeida (Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de Diogo do Sal de Almeida e de Catarina Famel de Oliveiros (naturais de Lisboa), neto paterno de Gervásio do Sal de Almeida e Maria de Paiva de Aguiar (natural de Lisboa), e neto materno de Francisco de Oliveiros Famel (natural de França) e Maria Lopes (natural de Oliveira lugar de Viseu). Foi **Juiz de Fora de Serpa** por três anos (carta de 11 de Junho de 1652); **Juiz de Fora do Porto** (1658); **Corregedor da Comarca de Elvas** (carta de 4 de Abril de 1661); **Provedor de Évora** (1668); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 de Dezembro de 1675); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Julho de 1678); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (1681).

Observações: O nome que consta no índice das Leituras de Bacharéis é Gervásio do Val de Almeida. O nome que conta no Registo Geral de Mercês e no processo da Leitura de Bacharel é Gervásio do Sal de Almeida. A sua avó materna tinha, à data de 1650, perto de 90 anos e vivia na cidade de Lisboa na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, para onde tinha vindo há muito tempo, e era filha de Gaspar Francisco, homem lavrador dos principais do lugar de Oliveira. Ela tinha um filho (irmão da mãe do habilitante), que era cavaleiro professo no hábito de Cristo. O seu avô paterno tinha servido o cargo de escrivão do tesoureiro de Lisboa, cargo este que actualmente também serve seu pai Diogo do Sal de Almeida (LB).

Giraldos Pereira Coutinho (Doutor em leis; lente vespertino de leis), nascido em 1668, natural de

Vila Nova Danços, filho de Nuno Álvares Pereira (natural de Cantanhede), e de Inês Micaela Coutinho (natural de Vila Nova Danços), neto paterno de Sebastião de Almeida (natural de Moimenta da Beira) e Maria de Oliveira, e neto materno de Álvaro da Silveira (natural de Vila Nova Danços) e Filipa Coutinho (natural de Soure).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Novembro de 1708); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Maio de 1711); alvará para que possa jurar na chancelaria e tomar posse do lugar de Desembargador titular da Casa da Suplicação (2 de Dezembro de 1711), carta de **Desembargador titular dos agravos** da Casa da Suplicação (30 de Outubro de 1715). Recebeu provisão de escrivão dos órfãos do concelho de Sever e Couto de Esteves (3 de Fevereiro de 1716).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1690. Foi morador na cidade de Coimbra. O seu avô materno era licenciado e fidalgo da casa real, bem como o pai do habilitante (LB). É tio do Desembargador Jacinto da Costa Vasconcelos. Casou-se com Aldonça de Sousa e Lacerda, filha de Manuel Pereira de Lacerda (mestre de campo e governador da Praça de Valença) e de Margarida de Morais. Ao ficar viúvo, seguiu o estado sacerdotal e foi deputado do Santo Ofício de Coimbra, passando de lente de vespera de leis para lente de prima de cânones. Foi irmão do Bispo do Funchal e de Lamego, D. Manuel Coutinho da Ordem de Cristo. Irmão também do frei Gabriel Coutinho monge de S. Bernardo, e ainda de Francisco Pereira Coutinho, Deputado do Santo Ofício de Coimbra e Doutor em cânones (MM).

* **Gonçalo Alvo Godinho** (Doutor), natural do Porto, filho de Simão Alvo (natural do Porto) e de Graça Godinho (natural de Barqueiros), neto paterno de Gonçalo Álvares Alvo e Maria Nogueira (naturais de Porto), e neto materno de Simão Godinho e Isabel Lopes (natural de Barqueiros).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1636); **Cónego Doutral da Sé de Évora** (11 de Maio de 1646); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1635. O seu pai foi cavaleiro do hábito de Avis, e foi vereador na cidade do Porto. O seu avô materno foi abade em Barqueiros, e era homem tido por fidalgo. Uma das testemunhas que se chamava Manuel Rebelo Pereira disse que um irmão do habilitante era casado com uma sobrinha sua (LB). Morreu em 1659 em Évora (MM).

Gonçalo Bandeira Maldonado (Licenciado), natural de Vila de Rei, filho de Inácio Bandeira

de Joana de Figueiredo, neto paterno de Sebastião Aranha Maldonado e Bartolesa Bandeira, e neto materno de Francisco de Figueiredo e Serena Álvares da Fonseca (todos naturais de Vila de Rei).

Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (carta), alvará de aposentadoria; **Corregedor da Guarda** por três anos (carta); **Ouvidor da alfândega da cidade de Lisboa** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 1 de Fevereiro de 1665), carta para exercer o cargo de Desembargador (28 de Fevereiro de 1667).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1638. Era casado com Eufémia Alcoforado. O seu pai foi doutorado e Desembargador da Relação do Porto. O seu avô materno cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O habilitante tinha um irmão chamado António Bandeira (LB).

Gonçalo Correia de Campos (Bacharel), filho de André Lopes Correia e de D. Ana Bezerra, neto paterno de António Lopes Cerqueira e Maria Rebelo.

Foi **Ouvidor-Geral do crime de Goa** (1646); **Desembargador da Relação de Goa** (1646). Recebeu alvará de aposentadoria.

Gonçalo da Costa Veloso (Bacharel), natural de Viana da Foz do Lima, filho de Catarina Josefa de Gala.

Foi **Juiz de Fora de Almodôvar** (depois de 1685), **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 3 de Janeiro de 1692).

Gonçalo da Cunha Vilas Boas (Bacharel), natural de Aveiro, filho de Pedro Vaz de Vilasboas e de Maria de Albergaria (naturais de Aveiro), neto paterno de Agostinho da Cunha de Vilasboas e Bárbara Madeira (naturais de Aveiro), e neto materno de António Privado de Albergaria (natural de Aveiro) e Catarina Godinho de Castro (natural de Esgueira).

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras**; **Juiz de Fora da Covilhã** (1676); **Corregedor das Fábricas da Covilhã**; **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (7 de Maio de 1704); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Juiz do fisco e Procurador fiscal da Fazenda Real e Junta dos Três Estados**; **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (provisão de aposentadoria com ordenado e propinas de Deputado de 11 de Dezembro de 1715). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis (14 de Setembro de 1671), carta

de padrão de tença de 40\$000 réis (17 de Janeiro de 1689), alvará de mudança de ordenado, alvará de mercê de beca, alvará para que tenha de ordenado 200\$000 réis por assistir às fortalezas do Reino (20 de Janeiro de 1695), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis (14 de Setembro de 1698).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1672. O seu avô paterno foi Desembargador, e teve um irmão que foi procurador chamado Pedro Vaz de Vilasboas, morador na quinta do Campo Grande em Aveiro. O habilitante casou em Ourém com Maria de Barros, irmã legítima de Luís de Barros de Melo (LB). Aposentou-se no lugar de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, e retirou-se para a sua quinta em Ourém (MM).

Gonçalo José Brito Barros (bacharel em cânones), nascido em 1719, natural de Lisboa, filho de Leonardo de Brito Barros (natural de Viana), neto paterno de Sebastião Fernandes de Brieto e Ursúla de Barros (naturais de Viana) e neto materno de João da Rocha (natural de Viseu). Foi **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 10 de Outubro de 1758); **Corregedor do cível da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 7 de Junho de 1760); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Março de 1779); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** ficando com exercício no lugar de **Ouvidor do crime** (carta de 9 de Maio de 1779). Recebeu provisão de Conservador do contrato do sal da América na cidade do Rio de Janeiro (9 de Outubro de 1758).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1744. O pai «[...] nunca exercitara officio mecanico algum e só tinha a occupação de homem de negocio e da mesma sorte os avós paternos do dito Bacharel sempre se trataram com limpeza e sem exercicio de officio algum [...]» (LB).

Gonçalo José da Silveira Preto (Licenciado), também *Gonçalo José da Silva Preto*, natural de Lisboa, filho de José Vaz de Carvalho e de Constância (?), neto paterno de Gonçalo Vaz Preto.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 6 de Outubro de 1734), carta de recondução em Juiz da Índia e Mina com expectativa na Casa da Suplicação (13 de Novembro de 1737); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1740); **Procurador da Fazenda Real** (provisão de 1 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro** (carta de 21 de Setembro de 1749); **Corregedor do cível da Corte**; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**; **Conselheiro da Fazenda**; **Procurador do Conselho da Rainha**; **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Julho de 1789), alvará de ordenado (27 de Julho de 1789). Recebeu carta de padrão de 48\$000

réis de tença efectiva (6 de Agosto de 1729), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (12 de Agosto de 1729), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (12 de Agosto de 1734), alvará de foro de moço fidalgo (31 de Março de 1738), alvará para se riscar o assento de foro de fidalgo cavaleiro por lhe pertencer o de moço fidalgo (28 de Maio de 1738), alvará de foro de fidalgo cavaleiro por acrescentamento (1 de Junho de 1738), alvará de doação do senhorio do lugar de S. Miguel (7 de Outubro de 1751), alvará de mercê da comenda do casal do Bugalho da Ordem de Cristo (28 de Novembro de 1751), e carta de doação para fazer vila o lugar de S. Miguel (27 de Julho de 1752).

Observações: O seu pai foi Deputado. «No anno de 1758 por resolução regia de 14 de Março foi escuzo do Real Serviço em que ordenava, que dentro de 48 horas sahisse da casa com toda a sua familia exterminado para a villa do fundão patria de seus pais e Avós donde tem as suas fazendas o que elle executou com a mais prompta rezignação [...] Partio com toda a sua familia para a referida villa, donde existio athe o anno de 1762, em que por causa dos movimentos bellicos da Hespanha contra Portugal injustamente excitados, ordenou o dito Senhor que elle e toda a sua caza se retirasse daquella terra tão invadida, e lhe assignou a villa de Ourem, e seu termo para mais comoda e segura vivenda do seu descanso. Fes o seu domicilio no lugar chamado Aldea da Cruz donde vive com todo o seu concurio favorecido da vontade do soberano, existindo toda a sua numeroza caza em diversas choupanas daquella pobre habitação [...]». Casou com Filipa Catarina de Aguiar e Gama, natural de Elvas, filha de João de Aguiar Mexia, natural de Arronchão, e de Francisca Xavier da Gama, natural de Castelo Branco. Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, comendador da mesma Ordem, e Alcaide-mor de Monção (LB).

Gonçalo Meireles Freire (Doutor em leis), também *Gonçalo Meireles Ferreira*, natural de Aveleda no termo de Arrifana de Sousa, filho de Gonçalo Barbosa e de Ana Moreira, neto paterno de Gonçalo Tomé Barbosa e Catarina Coelho, e neto materno de Domingos Gaspar Moreira e Águeda Freire.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1668); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado** e **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Abril de 1691), **Deputado** (alvará de 17 de Janeiro de 1692); **Juiz da Coroa**. Recebeu foro de fidalgo (4 de Dezembro de 1691).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1666. Os seus pais foram moradores na sua quinta de Arrifana de Sousa (LB). Foi cavaleiro do hábito de Cristo. Morreu em 14 de Dezembro de 1692, sendo sepultado no claustro do real Convento de S. Vicente de Fora (MM).

Gonçalo Mendes de Brito (formado em direito canônico), natural de Ponte de Lima, filho de Gonçalo Mendes de Brito e de Susana Barbosa

Almeida (naturais de Ponte de Lima), neto paterno de Gonçalo Mendes de Brito e Ana Vaz de Magalhães (naturais de Ponte de Lima), e neto materno de Francisco de Abreu Pereira e Ana Almeida Barbosa (naturais de Viana).

Foi **Ouvidor de Braga** (1670); **Corregedor de Viseu** (10 de Abril de 1674); **Corregedor de S. Paulo dos Remolares** com predicamento de primeiro Banco; **Provedor da alfândega do tabaco**; **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1671). Recebeu verba de 50\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 38\$000 réis (12 de Setembro de 1685), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (18 de Setembro de 1685), e alvará de 12 moios de feno de sementeira no Almojarifado de Alcoelha (10 de Agosto de 1691).

Gonçalo de Sequeira Sousa (Bacharel em leis; Licenciado), nascido em 1696, natural da freguesia de S. Vicente de Fora em Lisboa, filho de Domingos de Sousa Santiago Ferraz e de Teresa Francisca de Vilhena e Castro, neto paterno de Domingos da Rocha de Aguiar Ferraz (natural de Nevogilde) e Maria de Sousa Santiago (natural de Arrifana de Sousa na Comarca do Porto), e neto materno de João Rodrigues de Sequeira (natural do Barreiro) e Isabel Perestrelo de Moraes (natural da Quinta do Porto em Alenquer). Foi **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta do cargo de 9 de Dezembro de 1722), provisão de 30\$000 réis de aposentadoria (3 de Maio de 1723); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de 25 de Agosto de 1734); **Conservador da nação Britânica no Porto** (alvará de 12 de Fevereiro de 1739); **Juiz dos Cativos nas suas causas** (carta de 26 de Fevereiro de 1739); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1740); **Juiz da Chancelaria** (carta de 15 de Dezembro de 1745). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com pensão em dinheiro e cevada (23 de Março de 1715).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1718. Foi morador na freguesia de S. Mamede. O avô materno «[...] que foi conhecido pelo nome de fidalgo que ainda lhe dura depois de fallecido [...]» o avô paterno era lavrador que vivia de suas fazendas e foi morador no lugar de Arrifana na casa do reitor Manuel de Sousa Santiago seu cunhado [...] e que o dito seu Pay alem de ser pessoa de nobre nascimento fora lente na Universidade de Coimbra, Desembargador dos Aggravos da caza da Supplicação e ultimamente deputado da Mesa da Consciência e Ordens em cuja a occupação fallessera, e

a ditta sua May era pessoa nobelissima filha de Pays e Avós fidalgos [...]» (LB).

Gonçalo Vaz Preto (Doutor), filho de Gonçalo Vaz e Susana Fernandes (naturais de S. Miguel Dacha).

Foi **Juiz de Fora de Seia** (carta); **Corregedor da Comarca da Guarda** (carta); **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta); **Desembargador** (alvará). Recebeu carta de padrão de tença de 13\$000 réis (23 de Dezembro de 1689), carta de padrão de tença de 13\$000 réis para seu filho José Vaz de Carvalho (24 de Dezembro de 1693), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (14 de Janeiro de 1694), alvará para que possa usar beca durante o tempo de Conservador da Universidade (23 de Junho de 1695), carta de emprasamento de um chão na Covilhã, alvará de sub-rogação de bens de capela, e alvará de sub-rogação de bens de morgado.

Observações: É pai do também Desembargador José Vaz de Carvalho, e casou com Inês Falcão de Carvalho (LB).

Gregório Dias da Silva (Bacharel em leis), nascido em 1697, natural de S. Miguel do Outeiro em Viseu, filho de Manuel Dias da Silva e de Ana Silva, neto paterno de Fernando Francisco e Maria Francisco, e neto materno de Sebastião Fernandes e Isabel Francisca (todos naturais de S. Miguel do Outeiro).

Foi **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de mercê do cargo de 12 de Agosto de 1725); **Ouvidor-Geral da Capitania de S. Paulo** (carta de mercê do cargo de 25 de Janeiro de 1731), provisão de acrescentamento de ordenado (2 de Março de 1731), provisão para se lhe darem de ajuda de custo 600\$000 réis (19 de Março de 1731); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da repartição da Ouvidoria de S. Paulo** (alvará de serventia do ofício de 25 de Janeiro de 1731); **Superintendente da Mina dos Goiás** (carta e alvará de mercê do cargo de 29 e 30 de Outubro de 1733); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 8 de Junho de 1748), provisão de licença para por dois meses poder estar ausente da Relação do Porto (19 de Novembro de 1749); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Novembro de 1749), provisão para por seu procurador jurar na chancelaria a fim de servir o lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (28 de Novembro de 1749). Recebeu licença para casar (22 de Setembro de 1733), provisão de licença para vir ao Reino (15 de Agosto de 1738), provisão de licença para trazer em sua companhia para o Reino

suas cunhadas (10 de Dezembro de 1740), e padrão de 8\$000 réis de tença assentados no Almoarifado do paço da Madeira (27 de Abril de 1743).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1721 «[...] serem dos principais do dito lugar de Sam Miguel do Outeiro abastados de suas fazendas de que delas tratavam com seus criados e o pai delle se tratou sempre com bestas de sella e criados [...]» (LB).

Gregório Gomes Madeira (Bacharel; Licenciado), filho de Pedro Ferreira.

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Campo de Ourique** por três anos (alvarás de 23 e 24 de Novembro de 1642); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 11 de Setembro de 1654); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Fevereiro de 1659); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Julho de 1660). Recebeu alvará para que possa levar o prémio dos selos segundo o regimento (21 de Novembro de 1642), alvará para tomar todos os contos que se tiverem dado e levar os emolumentos do regimento (24 de Novembro de 1642), alvará para que quando houver embargos em algumas coisas possa fazer depósito (24 de Novembro de 1642), e carta de hábito de cavaleiro noviço da ordem de Santiago com 40\$000 réis de pensão numa comenda da mesma Ordem pelos seus serviços (8 e 24 de Agosto de 1645).

* **Gregório Mascarenhas Homem** (Doutor), também *Gregório Martins Homem*, filho de Estevão Homem da Silva e de Inês de Castro, neto paterno de Vasco Fernandes Homem e Leonor de Andrade, e neto materno de D. Rodrigo da Castro e Leonor Cabedo.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 13 de Maio de 1627); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 6 de Maio de 1631); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Agosto de 1633); **Deputado canonista da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 22 de Outubro de 1641), alvará de Deputado supranumerário (22 de Outubro de 1641), carta patente de capitão da companhia de todos os empregados do tribunal da Mesa da Consciência e Ordens e de seus criados na cidade de Lisboa (11 de Junho de 1643), carta para ter assento e voto na Mesa da Consciência e Ordens (11 de Junho de 1647); **Conselheiro** (carta de título do Conselho Real de 9 de Março de 1644); **Contador-mor do Reino e Casa** (provisão para que sendo preciso ir ao Tribunal da Mesa da Consciência possa ir conti-

nuando no lugar de Contador de 10 de Novembro de 1644). Recebeu alvará para importar uma revista (2 de Janeiro de 1642), alvará de promessa de uma comenda do lote de 200\$000 réis (17 de Agosto de 1641), comenda de S. Miguel da Feira (6 de Março de 1644), alvará para que possa jurar na Chancelaria como procurador do seu irmão Gonçalo de Ceilão (25 de Junho de 1647), e alvará de certos privilégios (11 de Julho de 1647).

Observações: Foi comendador da Ordem de Avis, fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O seu avô paterno foi governador de Arzila. Casou com Isabel de Sousa, filha de Sancho de Távora, capitão-mor do mar do Norte da Índia, comendador de Santa Maria de Manteigas, e governador da Ilha de S. Miguel, e de Beatriz de Sousa, de cujo consórcio nasceu Inês de Castro, que casou com seu primo direito José Gomes, governador do Forte de Santo António da Barra de Lisboa (MM).

Gregório Pereira Fidalgo da Silveira (Doutor).

Foi **Juiz de Fora de Estremoz; Desembargador da Relação de Goa**, carta de padrão de ajuda de custo de 100\$000 réis para sua viagem para a Índia (6 de Março de 1689); **Chanceler do Vice Rei do Estado da Índia** D. Pedro António de Noronha; **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 1 de Fevereiro de 1702), alvará para que tenha 300\$000 réis de ordenado como Conselheiro (1 de Março de 1702); **Deputado** (carta de 10 de Fevereiro de 1711); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 5 de Março de 1711); **Chanceler das Três Ordens Militares; Juiz das missões e das coutadas do crime; Juiz assessor do Conselho de Guerra**. Recebeu carta de padrão de tença de 50\$000 réis efectiva anual para sua irmã Isabel Eufrásia de Sousa (17 de Janeiro de 1689), alvará de um lugar de freira para sua irmã (22 de Abril de 1689), carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos e hábito de Cristo (10 de Outubro de 1691), carta de padrão de tença de 38\$000 réis efectivos (13 de Outubro de 1691), alvará para que possa repartir por sua mãe e irmã os 50\$000 réis de tença efectiva, 12\$000 réis dos quais com o hábito de Cristo que possui (16 de Outubro de 1691), alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (15 de Março de 1697), alvará de 2\$000 réis por mês e um alqueire de cevada por dia como fidalgo da Casa Real (12 de Junho de 1711), alvará de administrador da capela de Estremoz (17 de Junho de 1715), alvará de 4\$000 réis para uma escritaninha (31 de Janeiro de 1721), carta de padrão de 8\$000 réis de tença efectiva para seu filho Joaquim José Fidalgo da Silveira (3 de Setembro de 1733), e alvará de 82\$000 réis de ordenado na qualidade de Chanceler de que teve mercê (27 de Setembro de 1738).

Observações: Foi embaixador de Portugal ao Reino da Pérsia aquando da subida ao trono do Sultan Ossei. Casou na Índia, e foram seus filhos João Pereira Fidalgo da Silveira e Joaquim José Fidalgo da Silveira (MM).

Gregório Pires Monteiro Bandeira (Doutor). Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Janeiro de 1802).

* **Gregório de Valcácer de Morais** (Bacharel). Foi **Corregedor do crime de Lisboa** (carta de 30 de Agosto de 1628); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1632); **Juiz Conservador do Contrato do tabaco** (carta de 2 de Agosto de 1640); **Vereador de Senado da Câmara de Lisboa** (1648). Recebeu padrão de 50\$000 réis de tença, alvará para vender bens dotais, e alvará de renúncia de ofício.

Guilherme António Apolinar Anderson (Bacharel), nascido em 1735, natural de Vila Viçosa, filho de António Leandro Anderson e de Ana Teresa da Silveira.

Foi **Corregedor da vila de Odemira** (carta de 28 de Setembro de 1771); **Provedor da Comarca de Beja** (carta de 28 de Setembro de 1781), carta de recondução de Provedor da Comarca de Beja (5 de Setembro de 1786), provisão de licença de dois meses (4 de Maio de 1790); **Corregedor das vilas de Odemira, Beringel e Farinho** [sic] (carta de 5 de Setembro de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado em um lugar de Desembargador da Relação do Porto de 8 de Março de 1806), carta de privilégio (23 de Junho de 1806), alvará de aposentadoria com 200\$000 réis de ordenado (13 de Novembro de 1806).

Guilherme Baptista Garvo (Bacharel), também Guilherme Baptista Garbo, nascido em 1727, natural da freguesia de Nossa Senhora da Pena em Lisboa, filho de António Baptista Gravo (natural da freguesia dos Anjos em Lisboa) e de Ursúla Pueros (natural da freguesia de S. Paulo de Lisboa), neto paterno de Carlos Baptista Garvo (natural da freguesia de Santo Inês da cidade de Génova) e Mariana Espírito Santo (natural da freguesia dos Anjos em Lisboa), e neto materno de Nicolas Pueros (natural do condado de Waterford no Reino da Irlanda) e Francisca Giralдина (natural da freguesia de S. Paulo em Lisboa).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 12 de Janeiro de 1779); **Desem-**

bagador da Casa da Suplicação (carta de 9 de Março de 1784).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1753. O seu pai foi capitão «[...] *seu Avo paterno Carlos Baptista Garvo fora nos seus principios official de Canteiro, mas que depois fora Mestre de obras e Arquitecto da Real obra de Mafra, o seu avô materno foi capitão da armada* [...]». O processo de Leitura inclui uma certidão de culpas do bacharel Gregório José Pedroso Frazão (LB).

Guilherme José de Saldanha (Bacharel), natural da freguesia de Nossa Senhora dos Olivais em Lisboa, filho de Inácio José de Saldanha (natural da freguesia da Pena em Lisboa) e de Maria Joaquina de Azevedo (natural da freguesia de S. Nicolau em Lisboa), neto paterno de Manuel Luís Leal e Joana Maria (naturais da freguesia de S. Julião em Lisboa), e neto materno de Manuel Alves (natural de Sacavém) e Teresa de Gouveia (natural dos Olivais).

Foi **Juiz de Fora de Alcácer; Ouvidor da Comarca do Crato; Corregedor das vilas de Odemira, Beringel e Farinho** [sic] (carta de 10 de Junho de 1779); **Provedor da Comarca de Beja** (carta de 9 de Julho de 1779); **Desembargador da Relação de Goa** com posse na Casa da Suplicação (carta de 19 de Março de 1793). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis assentados em um dos almoxarifados do Reino (20 de Abril de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título do hábito de Cristo assentados em um dos Almoxarifados do Reino (16 de Setembro de 1779), e carta de padrão de tença (20 de Setembro de 1779).

Observações: «*Porem não constou da qualidade do Avô paterno e por esta razão fica sua mulher de estado médio; o Avô materno foi carpiteiro de noras e hoje vive de fazendas suas, e a Avó materna mulher de segunda condição* [...]» (LB).

Heitor de Brito Pereira (Doutor), natural de Lisboa ou de Vila Viçosa, filho de Cristóvão de Brito Pereira e de Paula Maria de Meneses, neto paterno de Fernando Rodrigues de Brito Pereira e Lucrecia de Castro, e neto materno de António Correia Baharem e Antónia de Vilhena (todos naturais de Lisboa).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Dezembro de 1693); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Janeiro de 1696). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (13 de Janeiro de 1666), e alvará para curar-se.

Observações: Foi Prior da Colegiada de Barcelos.

Henrique de Barreira (Licenciado), filho de Miguel Barreira.

Foi **Corregedor de Guimarães** (carta de 13 de Julho de 1622); **Corregedor de Pinhel** (carta de 12 de Janeiro de 1628); **Provedor de Santarém** (carta de 13 de Outubro de 1638); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Maio de 1643).

Henrique Carneiro Girão (Doutor), nascido em 1648, natural de Enxara do Bispo, Torres Vedras, filho de Gaspar Carneiro Girão e de Ana Travaços de Carvalho, neto paterno de Nicolau Ribeiro Pinto e Joana Girão, e neto materno de Domingos Jorge e Francisca Jorge (todos naturais de Enxara do Bispo).

Foi **Juiz de Fora de Alenquer** (c. 1680); **Ouvidor e Provedor de Faro** (c. 1684); **Corregedor de Viana** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará de licença de quatro meses; **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Maio de 1708). Recebeu alvará de mercê de beca. **Observações:** O seu pai era capitão, e o seu avô materno foi Desembargador (informação de 1678) (LB).

Henrique Jansen Moller (Bacharel em leis; Licenciado), nascido em 1676, natural de Lisboa, filho de Pedro Jansen Moller (natural de Lubeque na Alemanha) e de Valéria Henriques (natural de Lisboa), neto paterno de Matias Jansen e Catarina Moller (naturais de Lubeque), e neto materno de Paulo Valério (natural de Roma) e Margarida Henriques (natural de Lisboa).

Foi **Juiz do crime da Sé** (17 de Janeiro de 1702), reconduzido no mesmo lugar (até 1708); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (carta de 20 de Abril de 1709), reconduzido no mesmo lugar (até 1719); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1726), carta de mercê do lugar de promotor da justiça da Relação do Porto (8 de Fevereiro ou 20 de Agosto de 1727), provisão de licença por tempo de três meses para poder assistir fora da dita Relação (9 de Dezembro de 1734), provisão de reforma de licença (18 de Maio de 1735), alvará de aposentado na Relação do Porto (17 de Janeiro de 1739), alvará de mudança de aposentadoria (30 de Abril de 1740). Recebeu provisão para vestir beca de Desembargador (10 de Março de 1717), alvará de 260\$000 réis de seu mantimento (3 de Abril de 1740), e provisão de comissão para conhecimento de inventário (10 de Março de 1746).

Observações: É morador no Cais da Rocha na freguesia de S. Paulo. Os seus avós maternos foram moradores na Rua do Conde na freguesia de Nossa Senhora do Alecrim, e o seu avô veio de pouca idade para Lisboa. O seu pai e

avós foram todos homens de «negócio de grosso trato» (informações de 1700) (LB).

Henrique José de Mendanha Benavides Cirne (Bacharel), natural de Braga, filho de João de Mendanha Benevides e de Josefa Isabel da Costa Noronha.

Foi **Juiz de Fora de Monte Alegre** (c. 1753); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 16 de Abril de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 16 de Abril de 1777); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Maio de 1779); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 8 de Maio de 1779); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta aliviando-o de Corregedor do crime da Corte de 9 de Setembro de 1782).

Henrique Lopes da Cunha (Bacharel), nascido em 1777, natural de Castelo Branco, filho de José Vaz da Cunha e de Rosa Clara da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Borba** (depois de 1803); **Juiz do cível de Évora** (depois de 1814); **Ouvidor de Cabo Verde**, com beca (decreto de 6 de Outubro de 1823); **Desembargador da Relação do Porto**.

Henrique de Mendanha da Costa Benavides Cirne e Vasconcelos (Bacharel em leis), nascido em 1757, natural de Barcelos, filho de Manuel Costa Carvalho Borges e Vasconcelos e de Maria Isabel de Mendanha Benavides Cirne (naturais de Barcelos), neto paterno de André da Costa de Carvalho Pinheiro Chaves e Joana Luísa Borges de Vasconcelos Pereira (naturais de Barcelos), e neta materna de João de Mendanha Benavides Cirne (natural de Barcelos) e Josefa Isabel da Costa Noronha (natural de Braga).

Foi **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 4 de Setembro de 1786), provisão de licença de dois meses (19 de Outubro de 1789); **Provedor de Guimarães** com beca honorária por três anos (carta de 8 de Janeiro de 1795); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Março de 1809). Recebeu provisão de licença para fazer a compra de que trata a Francisco Joaquim Moreira de Sá (11 de Junho de 1789), e carta de confirmação de doação de bens que lhe fez António de Mendanha Benavides Cirne (10 de Setembro de 1789).

Henrique Sousa Serrão (Doutor), filho de Nicolau Barlameu e de Margarida Serrão.

Foi **Ouvidor da Capela Real** (antes de 1663); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto**

(carta de 6 de Abril de 1663); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Janeiro de 1665); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Dezembro de 1669).

Inácio Barbosa Machado (Bacharel), filho de João Barbosa Machado.

Foi **Juiz de Fora da vila de Almada** por três anos (carta de 28 de Maio de 1717); **Juiz de Fora da cidade de S. Salvador da Baía de Todos os Santos** (carta de 17 de Junho de 1720), provisão de 50\$000 réis de acrescentamento com o ofício de Juiz de Fora da cidade da Baía (22 de Junho de 1720); **Provedor das capelas dos defuntos ausentes e resíduos do distrito em que estiver a servir o cargo de Juiz de Fora** (provisão de 22 de Junho de 1720); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias, Contador de tenças e resíduos da Comarca de Setúbal** por três anos (alvará de 3 de Março de 1729); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 11 de Julho de 1748), alvará de aposentadoria de 272\$000 réis no lugar de Desembargador da Relação do Porto (16 de Outubro de 1748), alvará de **Cronista de História de África, Ásia e América** (21 de Outubro de 1751), alvará de mais 60\$000 réis de aumento de ordenado (4 de Abril de 1759), alvará de aposentado na Relação do Porto com ordenado e propinas (29 de Agosto de 1760), apostila de 230\$000 réis de propinas (30 de Novembro de 1760). Recebeu alvará de propinas, e emolumentos e privilégios além do ordenado (29 de Agosto de 1760).

Inácio Caetano Carrilho (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora da vila de Viana do Alentejo** (carta de 16 de Abril de 1742); **Ouvidor da Comarca de Azeitão** (carta de 2 de Outubro de 1750); **Corregedor das vilas de Odemira e Beringel e Farinho** (carta de 24 de Maio de 1752); **Provedor da Comarca de Beja** (alvará de 24 de Maio de 1752); **Provedor da Comarca de Santarém** (alvará de 9 de Fevereiro de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado na Relação do Porto de 1 de Julho de 1777), tença de 200\$000 réis anuais de ordenado (10 de Setembro de 1777). Recebeu alvará de tença e hábito (15 de Novembro de 1752), alvará ao capelão-mor António Caldeira de Abreu para lhe dar de foro uma terra na vila do Crato (15 de Outubro de 1760), e provisão a seu irmão Domingos Cordeiro Carrilho para sub-rogar com ele umas casas

por outras e metade de uma courela, tudo na vila e termo do Crato (12 de Janeiro de 1761).

Inácio de Carvalho e Freitas (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora da Golegã** (carta de 12 de Outubro de 1753); **Juiz de Fora de Guimarães** (carta de 17 de Julho de 1761); **Corregedor de Moncorvo com predicamento de primeiro Banco** (carta de 12 de Março de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Março de 1784), carta de aposentado no lugar (3 de Abril de 1794), tença de 332\$000 réis de sua aposentadoria (30 de Maio de 1794). Recebeu provisão de extinção da capela que instituíra o abade Manuel Simões Ebra no rendimento de certos bens na vila de Tondela (4 de Setembro de 1797).

Inácio de Carvalho e Silveira (Bacharel).

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 24 de Abril de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Abril de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1789); **Ajudante da Procuradoria da Fazenda** (alvará de 14 de Janeiro de 1790); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 14 de Agosto de 1793); **Conselheiro** (carta de 6 de Maio de 1802). Recebeu carta de profissão e hábito e de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (21 de Agosto de 1793).

Inácio de Castro Lemos de Meneses (Bacharel em cânones), natural de Viana, filho de Sebastião de Castro e Lemos e de Maria de Meneses, neto paterno de António Carlos de Castro e Joana Luísa de Noronha e Meneses, e neto materno de Fernando de Magalhães de Meneses e Luísa Joana de Sousa e Meneses (todos naturais de Viana).

Foi **Provedor da Comarca de Aveiro** (carta de 22 de Julho de 1782), provisão para por procurador prestar juramento na chancelaria para exercer o lugar (13 de Agosto de 1782), provisão de licença de dois meses (10 de Março de 1785); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1789), provisão de licença de dois meses (14 de Julho de 1790), carta de privilégio (14 de Dezembro de 1792); **Aicaide-mor da vila de Melgaço** (carta de Alcaidaria-mor de 22 de Dezembro de 1792), provisão para por procurador tomar posse da Alcaidaria-mor de Melgaço (7 de Maio de 1793); **Desembargador da Casa da Suplicação** (provisão para jurar por procurador na Chancelaria de 8 de Fevereiro de 1802), carta de Desembargador Ordinário da Casa da Suplicação (25 de Janeiro de 1803);

Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (carta de Deputado sem exercício com metade de ordenado de 5 de Novembro de 1805). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Junho de 1782), alvará de administração da capela que na vila da Sertã instituíra Maria Gomes (23 de Novembro de 1792), alvará e carta de administração que na vila de Sintra instituíra o padre Jorge Antunes (23 de Novembro de 1792 e 24 de Janeiro de 1793), apostila de 40\$000 réis de tença na casa das carnes de Lisboa que é a mesma que possui seu irmão (4 e 28 de Fevereiro de 1793), alvará de privilégio para a sua fábrica de vidros estabelecida na quinta Cavo, termo da vila da Feira (25 de Novembro de 1796), provisão de extinção do encargo que tinha no rendimento de certos bens na Comarca de Aveiro impostos por António de Magalhães e Meneses (28 de Setembro de 1797), e alvará de privilégio (7 de Janeiro de 1800).

Observações: Foi fidalgo da Casa Real. O seu pai era tenente-comandante do castelo de S. Tiago da Barra da vila de Viana. O seu avô paterno foi governador das armas da Província de Viana (LB).

Inácio da Costa (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (carta de 22 de Junho de 1621); **Juiz de Fora de Portel** (1625); **Juiz do Tombo de Santarém** (1642); **Juiz das Valas de Santarém** (1642); **Desembargador da Relação do Porto** (1642).

Inácio da Costa Quintela (formado em direito civil, Doutor; provido na cadeira de Instituta a 24 de Fevereiro de 1725), natural de Lisboa, filho de Manuel João e de Mariana da Costa Quintela.

Foi **Regente da cadeira de Instituta** na Universidade de Coimbra (carta para ter beca para reger de 25 de Junho de 1727); **Desembargador honorário da Relação do Porto** em férias (carta de 14 de Agosto de 1732); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Maio de 1734); **Conservador da Nação Britânica** e **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Março de 1738); **Administrador da Casa do Marquês de Louriçal** (carta de 11 de Maio de 1744); **Corregedor do crime** e **Conselheiro Ultramarino** (carta de 1 de Fevereiro de 1745), carta do Conselho Ultramarino (22 de Abril de 1748); **Deputado da Junta do tabaco**, carta de Deputado (28 de Maio de 1748), carta de Conselho (7 de Junho de 1748); **Procurador do Infante D. António**; **Procurador da Rainha D. Mariana da Áustria**. **Observações:** Cavaleiro do hábito de Cristo e fidalgo da Casa Real. Morreu em Lisboa a 2 de Janeiro de 1752 e foi sepultado na peróquia de Nossa Senhora da Pena (MM).

Inácio da Cunha de Toar (Bacharel), também **Inácio da Cunha de Thoar**, também **Inácio da Cunha de Toar**, também **Inácio da Cunha de Tovar**.

Foi **Juiz de Fora da vila de Estremoz** (carta de 15 de Janeiro de 1744), provisão de licença de quatro meses para se ausentar do lugar (14 de Maio de 1745), provisão de licença para poder vir à Corte quatro meses a tratar da sua saúde (8 de Maio de 1747); **Provedor da Comarca de Viana** (alvará de 20 de Março de 1750); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 4 de Fevereiro de 1752); **Ouidor doível da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 5 de Abril de 1752); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Dezembro de 1764). Recebeu provisão de licença para casar (29 de Março de 1756).

Inácio Dias Madeira (Bacharel; formado em direito canónico), natural do lugar das Freixadas no termo de Pinhel, filho de António Dias Álvares.

Foi **Juiz de Fora de Pinhel** (carta de 15 de Outubro de 1725); **Juiz de Fora de Portel** (carta de 4 de Fevereiro de 1726); **Desembargador da Relação da Índia** [sic] (carta de 3 de Abril de 1732); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 25 de Setembro de 1736); **Ouidor-Geral do crime da Baía** (carta de 29 de Novembro de 1740); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Dezembro de 1745), alvará aposentando-o com todos os emolumentos (2 de Março de 1749), alvará de ordenado de aposentado (24 de Outubro de 1750), alvará de acrescentamento de ordenado de aposentado (30 de Março de 1753). Recebeu carta do hábito de Cristo (8 de Outubro de 1741).

Observações: Foi filho ilegítimo do Desembargador António Dias Álvares, sendo a sua mãe tecedeira e os avós maternos lavradores que viviam de algumas fazendas que tinham e outras em que trabalhavam. O seu pai foi ainda cavaleiro com o hábito de Cristo e familiar do Santo Ofício. O avô paterno foi almocreve, sendo sua mulher de «segunda condição». Leitura de Bacharel no ano de 1724. Esteve pouco mais que um ano na Relação da Índia, pois conseguiu obter um Decreto que lhe consentia a mudança daquela Relação «*por causa do clima ser contrário aos seus achaques*» para a Relação da Baía. Durante o seu exercício de Desembargador da Casa da Suplicação «*como os achaques o continuavam a perturbar impedindo-o de servir o seu lugar pediu ao monarca que o aposentasse no mesmo lugar, o que lhe foi conedido*». Retirou-se da Corte para a Província da Beira «*donde viveu regularmente observando exemplar vida e com dezejos puros de a continuar em huma religião, em que pudesse ministrar a seus melhores frutos de bens e obras adstricto ao indissolúvel nexo dos tres votos, fez patentes os seus dezejos ao Dom Arcebispo geral esmolar*

mor Prelado da congregação de S. Bernardo, cujo designio não teve concurso na vontade de querer ser converso da dita congregação» (Informação de 1741) (HOC).

* **Inácio Ferreira Pimentel** (Bacharel), filho de António Ferreira Leitão e de D. Helena Botelho Pimentel.

Foi **Corregedor de Lagos** (carta de 10 de Fevereiro de 1622); **Corregedor do crime de Lisboa** pelos serviços de seu tio Inácio Ferreira Leitão (carta de 16 de Outubro de 1629); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 29 de Outubro de 1638); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1642). Recebeu alvará para se arrematar um montado, alvará de ordinárias, e alvará de aposentadorias.

Inácio Ferreira Souto (bacharel em leis), nascido em 1707, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Paulo, filho de Francisco Nunes da Cruz (natural de Azurara) e de Francisca Maria de Matos (natural de S. Pedro de Barcarena), neto paterno de Agostinho Nunes da Cruz (natural de Santa Cruz do Bispo no Porto) e Simoa Pereira Correia (natural de Lisboa), e neto materno de Manuel Ferreira de Matos (natural da freguesia de Santa Madalena em Lisboa) e Mariana da Luz (natural de S. Pedro de Barcarena do termo de Lisboa).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Maio de 1749), provisão para por seu procurador poder tomar posse do lugar para que foi nomeado (7 de Junho de 1749), provisão de licença de dois meses (12 de Agosto 1749); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Dezembro de 1749); **Juiz Conservador da fábrica de refinar açúcar** (alvará de 30 de Agosto de 1751); **Corregedor do cível da Corte** (alvará de 20 de Maio de 1754); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 27 de Maio de 1754); **Procurador da Fazenda do Ultramar** (provisão de 16 de Março de 1758); **Conselheiro** (carta de 2 de Julho de 1760); **Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino** (carta de 4 de Julho de 1760), carta de ordenado de Intendente-Geral da Polícia (1 de Dezembro de 1760. Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo (3 de Julho de 1760).

Observações: Foi morador em S. Paulo em Lisboa. O seu pai foi capitão e com sua mãe foram moradores na Boavista. O seu avô materno foi igualmente capitão. A sua avó paterna foi em idade de dois anos na companhia de seus pais de Lisboa para a Província do Minho para Azurara onde sempre viveu, casou, e morou. O habilitante tem uma irmã chamada Maria Luísa Ferreira, que casou com

Nicolau Godinho da Gama, familiar do Santo Ofício, e tem ainda um tio chamado João Nunes Miranda (informação de 1731) (LB).

Inácio de Figueiredo (Bacharel em leis), nascido em 1700, natural de Santarém e baptizado na freguesia de S. Salvador a 10 de Fevereiro de 1704, filho de Domingos de Figueiredo (natural de Serravelos) e de Mariana Franca (natural de Salvaterra de Magos), neto paterno de Domingos de Figueiredo (natural de Arouca) e Maria Francisca (natural de Alcobaça), e neto materno de Domingos Francisco Pombo e Lúzia Franca (naturais de Torres Vedras).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 15 de Abril de 1736); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Fevereiro de 1745), provisão para que possa sentenciar as causas pertencentes à casa do Conde dos Arcos (17 de Fevereiro de 1745), provisão ao Conde dos Arcos para poder nomear o sobredito para administrador das rendas da sua casa (20 de Novembro de 1745), provisão a Jerónimo António de Castilho nomeado o sobredito para Juiz relator de certa causa (22 de Novembro de 1745); **Juiz da Chancelaria Real da Casa da Suplicação** (cartas de 8 de Julho de 1747 e 9 de Fevereiro de 1749); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Novembro de 1749). Recebeu provisão de 80\$000 réis de ajuda de custo (14 de Abril de 1736), provisão de tença de 12\$000 réis e hábito (14 de Março de 1739), e alvará de fidalgo da Casa Real (8 de Julho de 1747).

Observações: Foi familiar do Santo Ofício bem como também o foi seu pai. Os avós maternos são acusados de mecânica «[...] consta que os avós maternos do supplicante forão tendeiros e depois tiverão logea de mercador em que vivião, vendendo ao corado e vara. [...] e sem outra mecanica mais que a de viverem os ditos seus avós maternos em Povos de huã logea grossa de mercador de cabedal avultado [...] villa de Panos a donde viverão muitos annos e a donde os conhecera vivendo no tracto de tendeiros com tenda aberta [...] de cuja villa se mudaram para a de Samora Correa a daly para a villa de Santarém a donde os conheceo já mais opulentos com logea aberta de mercador de fazendas groça na rua dita dos mercadores e ahi [...] casou huma filha may do habilitando com Domingos de Figueiredo seu cacheyro que ficou com a mesma logea de mercador porque o dito Domingos Francisco depois de vevuo se auzentou da ditta vila [...] a sua mãe [...] a qual posto que nasceo em Salvaterra, hindo seus pays casualmente aquella vila [Salvaterra], como della voltarão logo para esta [Santarém] a onde tinhão domicilio [...] ser filha de Domingos Francisco Pombo mercador de panos que vendia ao cavado, e de sua mulher Luzia Franca as quais vierão de outra Comarca [Torres Vedras] morar nesta vila [...]». O seu pai tinha um irmão que foi clérigo. O seu avô materno tinha uma irmã chamada Maria da Assunção. O habilitante tinha uma irmã (LB). Foi excluído do Real

Serviço em 1758. Em 1747 casou-se em Lisboa com Antónia Inácia Joaquina (MM).

Inácio de Figueiredo Cabral Albuquerque (Doutor).

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias, e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Viana** (alvará de 24 de Março de 1642), alvará para que leve o prémio dos selos que pelo regimento lhe pertence como Provedor da Comarca de Viana (24 de Março de 1642); **Corregedor da Comarca de Viana** (alvará de 24 de Março de 1642); **Juiz do fisco de Évora**; **Juiz do fisco de Coimbra**; **Escrivão dos órfãos do concelho de Azurara** (carta de 14 de Janeiro de 1669); **Ouvidor de Viseu** (4 de Maio de 1676); **Juiz de Fora de Tavira** (carta), alvará de renúncia de ofício; **Corregedor da Comarca de Torres Vedras** (carta), alvará para aposentadorias; **Veredor do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará de licença para poder ir fora da Corte.

Inácio de Guevara (Licenciado).

Foi **Juiz de Fora da vila de Tomar** por três anos (carta de 20 de Outubro de 1648); **Auditor-Geral da gente da guerra do partido de Riba Côa** por três anos (carta de 28 de Janeiro de 1656), alvará de aposentadoria; **Juiz de Fora de Serpa** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 de Outubro de 1669); **Desembargador da Relação do Porto** (carta).

Inácio José de Moraes e Brito (Bacharel em leis), nascido em 1760, natural de Lisboa, filho de José Pereira de Brito (natural da Golegã) e de Maria Ana Félix de Velões Moraes (natural de Lisboa), neto paterno de Francisco de Brito Vidigal (natural de Montemor-o-Novo) e Ventura Maria (natural da Golegã), e neto materno de Inácio Alzil de Carvalho (natural do Rio das Mortes) e Maria Perpétua Constância (natural de Lisboa). Foi **Juiz do crime do Bairro do Andaluz** (antes de 1801); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** com posse na do Porto (carta de 24 de Março de 1801), provisão para vencer o ordenado desde o dia do embarque (29 de Abril de 1801), provisão de dispensa para tomar estado de casado naquela capitania (1 de Junho de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1808), foi aposentado e restituído ao serviço por decreto de 25 de Setembro de 1820); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Julho de 1821),

alvará de Desembargador da Casa da Suplicação (14 de Outubro de 1826), alvará de Desembargador Extravagante aposentado da Casa da Suplicação (4 de Fevereiro de 4 de Fevereiro de 1831); **Juiz da Chancelaria-mor do Reino** (alvará de mantimento de 6 de Fevereiro de 1827), carta de Juiz da Chancelaria ficando graduado em agravos (12 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de profissão de hábito (1 de Fevereiro de 1805).

Observações: Foi morador na Rua Augusta. O seu pai foi advogado em Lisboa. O seu avô paterno foi médico e físico-mor em Goa. O seu avô materno formou-se na Universidade de Coimbra, e depois foi para a América, onde faleceu (LB).

Inácio José da Mota e Carvalho (Bacharel).

Foi **Corregedor de Coimbra** (carta de 18 de Janeiro de 1774); e **Desembargador Ordinário da Relação do Porto** (carta de 15 de Novembro de 1778).

Inácio José Peixoto (Bacharel).

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (alvará de aposentado nesse cargo de 6 de Agosto de 1794).

Inácio Lopes Moura (Doutor), natural de Lisboa, filho de António Ferreira e de Maria de S. João, neto paterno de Valentim Ferreira e Luísa de Moura, e neto materno de Manuel Garcia e Brígida Lopes (todos naturais de Lisboa). Foi **Juiz de Fora da Golegã** (25 de Maio de 1673); **Corregedor da Guarda**; **Corregedor do crime da Rua Nova** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Junho de 1689); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Promotor da Justiça em Lisboa** (carta); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (14 de Outubro de 1704). Recebeu carta de padrão de 80\$000 réis de tença pelos serviços de seu pai (7 de Novembro de 1665), carta de padrão de 80\$000 réis de tença (18 de Fevereiro de 1668), alvará de beca honorária (3 de Junho de 1688), empresamento de terras nas lezírias de Vila Franca de Xira, alvará de administração de capela, carta de confirmação de emprasamento, verba de 30\$000 réis de tença, e carta de padrão de tença de 30\$000 réis pela renúncia de Josefa Antónia de Moura (18 de Setembro de 1747).

Observações: O seu pai foi cavaleiro do hábito de Cristo, familiar do Santo ofício e cirurgião da câmara real. O seu avô paterno foi sangrador dos cárceres do Santo Ofício e seu familiar, bem como «*cirurgião assistindo ás obrigações do seu ofício a cavallo*» (LB). O pai e avô paterno de António Ferreira foram oficiais de barbeiro. Foi cavaleiro professo na

Ordem de Cristo. Morreu em Lisboa a 1 de Abril de 1709, sendo sepultado na ermida de Santa Bárbara situada na própria casa onde habitava. Teve um filho ilegítimo, chamado Francisco de Santa Bárbara e Moura (MM).

Inácio Magalhães (Doutor), natural de Pedrogão Grande, filho de Francisco de Magalhães (natural de Pedrogão) e de Ana Borges (natural de Lisboa), neto paterno de Manuel de Magalhães e Maria de Seabra (naturais de Pedrógão), e neto materno de Fernando Borges e Mariana Velente (naturais de Lisboa).

Foi **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1688). Recebeu padrão de 78\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 18\$000 réis (20 de Junho de 1683), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito (20 de Agosto de 1683).

Observações: O seu avô materno foi Almotacé da limpeza da cidade de Lisboa e escrivão da câmara «*que se tratava à lei da nobreza andando a cavalo*». Juntamente com sua mulher, foram moradores na cidade de Lisboa, indo depois viver para uma quinta sua chamada Carreira dos Cavalos, tendo sido também moradores no Boi Formoso. A sua mãe veio de Lisboa viver para Pedrógão Grande. O seu pai, que foi familiar do Santo Ofício, tinha um irmão chamado Jacinto de Magalhães, outro chamado Pedro de Magalhães, Deão da Sé de Coimbra, e outro ainda chamado Baltazar Magalhães, Cónego na mesma Sé de Coimbra. Eles e seus pais eram «*pessoas nobres e da governança*» da vila de Pedrógão Grande (LB).

Inácio Morais Sarmento (Licenciado por exame em leis), nascido em 1668, natural de Vinhais, filho de Baltazar de Morais Sarmento (natural de Vinhais) e de Francisca Ozorez de Albuquerque, neto paterno de Rodrigo de Morais Sarmento e Maria Maris (naturais de Vinhais), e neto materno de António Malheiro da Cunha e Maria de Morais (naturais de Bragança).

Foi **Ouvidor-Geral de Pernambuco** (carta de 14 de Dezembro de 1694); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 2 de Julho de 1699), alvará para jurar por seu procurador, alvará para vir ao Reino; **Provedor dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará); **Juiz Conservador da Junta em Pernambuco** (alvará); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 10 de Março de 1709 e referência a 18 de Maio de 1709); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Julho de 1710), **Desembargador da Casa da Suplicação**; **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 16 de Dezembro de 1715).

Observações: É irmão de André Morais Sarmento (LB).

Inácio Pereira de Sousa (Licenciado), natural de Lisboa, filho de António Pereira de Sousa e de Joana de Vasconcelos (naturais de Lisboa), neto paterno de Diogo Rodrigues Pereira e Maria Alvelos de Sousa (naturais de Lisboa), e neto materno de Jorge Rebelo e Ana de Vasconcelos (naturais de Torres Vedras).

Foi **Corregedor da Comarca de Viana Foz do Lima** por três anos (carta de 25 de Abril de 1653); **Juiz da Índia e Mina** por três anos (carta de 13 de Maio de 1657), alvará para que sirva o lugar de **Juiz das causas do Consulado** juntamente com o cargo de Juiz da Índia e Mina (20 de Agosto de 1657); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 31 de Outubro de 1662); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Junho de 1668); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 13 de Setembro de 1672); **Procurador da Fazenda Real** (carta). Recebeu pensão de 20\$000 réis nos bens de Francisco de Moniz e com o hábito da Ordem de Cristo (17 de Julho de 1657), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689).

Observações: O seu pai foi Desembargador. O seu avô paterno foi «*médico de sua Magestade do hospital real e da Inquisição [...] os seus avós maternos foram moradores no lugar do Torcifal [...] e foram das principais pessoas da dita villa e que seus pais e avós foram da governança da villa serviram de vereadores e Provedores da misericórdia e capitães de infantaria, e seus parentes serviram de julgadores [...]*» (LB). Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real. Faleceu em Lisboa em 1696, sendo sepultado no Convento de S. Domingos (MM).

Inácio do Rego de Andrade (formado em direito cesareu), natural de Vila Viçosa, filho de António de Andrade Rego (natural de Vila Viçosa) e de Margarida de Simões (natural de Alter do Chão), neto paterno de Inácio do Rego Andrade (natural de Barcelos) e Inocência Coelho (natural de Vila Viçosa), e neto materno de António Nunes Munhõs e Inês Álvares de Simões (naturais de Alter do Chão).

Foi **Corregedor e Ouvidor do Mestrado da Ordem de Cristo** (carta de 28 de Agosto de 1660); **Corregedor de Castelo Branco** (7 de Setembro de 1660); **Corregedor do crime de Lisboa** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Vereador do Senado Sisa da Câmara da cidade de Lisboa** (alvará de 18 de Janeiro de 1683); **Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis por mês e um alqueire de cevada por dia (21 de Junho de 1687).

Observações: O tio de Inês Álvares de Simões Diogo de Simões foi cavaleiro professo da Ordem de São Bento. O seu pai foi Desembargador. O habilitante casou-se com Madalena Maria Lamirante, filha de Pedro Lamirante e de Joana do Rego, de cujo casamento nasceram os Desembargadores Belchior do Rego de Andrade e António de Andrade Rego, sendo o primeiro pai de Belchior do Rego e de António de Andrade (LB).

Inácio Ribeiro Maia (Licenciado), também *Inácio Ribeiro Maia*, natural de Vila do Conde, filho de Francisco Álvares (natural de Vila do Conde) e de Benta Ribeiro Maio, neto paterno de João Álvares e Branca Guomea Alves, e neto materno de Manuel Ribeiro e Antónia Maio (todos naturais de Vila do Conde).

Foi **Juiz de Fora de Caminha** por três anos (carta de 24 de Novembro de 1645); **Corregedor da Guarda** por três anos (carta de 29 de Janeiro de 1656); **Corregedor do cível de uma das varas da cidade de Lisboa** (carta de 18 de Janeiro de 1662); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Junho de 1672).

Observações: «[...] e que Manoel Ribeiro avvo materno do dito Ignacio Ribeiro serviu os cargos nobres desta Villa do conde [...]» (LB).

Inácio de Sousa Jacome Coutinho (Bacharel em cânones), nascida em 1701, natural da Ilha de Santa Maria, filho de Inácio de Sousa Coutinho e de Francisca Jacome de Mação, neto paterno de Manuel de Sousa Falcão e Margarida Coutinho, e neto materno de Jacome Tomé Faleiro e Ana da Costa Barbosa (todos naturais da Ilha de Santa Maria).

Foi **Juiz de Fora da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro** (carta de mercê do lugar de 8 de Novembro de 1727); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da cidade do Rio de Janeiro** (alvará de serventia do ofício de 28 de Janeiro de 1728); **Ouidor-Geral da Capitania da Paraíba** por três anos (carta de 20 de Maio de 1739); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Comarca da Paraíba** (alvará de serventia do ofício de 31 de Maio de 1739); **Provedor da fazenda da Capitania da Paraíba do Norte** (provisão para servir de 24 de Novembro de 1740); **Procurador da Real Fazenda das Ilhas dos Açores** e **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para vestir beca com o lugar de Procurador e tomar posse de um lugar de Desembargador de 4 de Abril de 1746), provisão para tomar posse por procurador de um lugar na Relação do Porto (6 de Julho de 1746), carta de Desembargador da Relação

do Porto (5 de Setembro de 1753); **Procurador fiscal da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro** (alvará de 29 de Dezembro de 1756); **Desembargador suplente da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Junho de 1758). Recebeu carta de padrão de 8\$000 réis de tença (28 de Fevereiro de 1730).

Observações: Foi morador em S. Roque na cidade de Lisboa. O seu pai foi cavaleiro da Ordem de Cristo. «[...] o Pay e avos do dito Bacharel não tiverão nem uzaram em tempo algum officio mecanico antes foram sempre occupados no serviço de sua Magestade nos lugares de cappitães e sargentos Mayores Juizes e vereadores na dita Ilha [...]». Tem um irmão inteiro chamado Manuel José Jacome Coutinho, que foi cavaleiro da Ordem de Cristo (LB). Apesar de receber nomeação para o cargo de Desembargador da Casa da Suplicação não o chegou a exercer, porque entretanto morreu (MM).

Inácio Xavier e Henrique de Sousa Pizarro (Bacharel), também *Inácio Xavier e Henrique de Sousa Piçarro*, natural de Chaves, filho de Tomás d'Aquino e Sousa (natural da vila de Santos na Comarca de S. Paulo no Brasil) e de Luísa Maria Pizarro de Vasquez (natural de Chaves), neto paterno de Tomás de Sousa e Maria Ribeiro de Araújo (naturais de Santos), e neto materno de Bartolomeu Nogueira Ferráz e Maria Cardoso Pizarro (naturais de Chaves).

Foi **Juiz de Fora de Algozo** (carta de 12 de Dezembro de 1750); **Desembargador Supranumerário da Relação do Porto** (carta de 10 de Setembro de 1762); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Maio de 1771); **Deputado extraordinário da Real Mesa Censória** (carta de 8 de Novembro de 1773); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1774); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 5 de Setembro de 1782); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (alvará de 27 de Agosto de 1783), alvará de título de Conselho (29 de Agosto de 1783). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito (22 de Dezembro de 1762), carta de padrão de tença de 48\$000 réis (6 de Março de 1763), tença de 28\$000 réis e o hábito de Cristo (16 de Junho de 1777), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (24 de Julho de 1777), carta para nomear serventuário no ofício (2 de Abril de 1783), alvará de faculdade para renunciar o ofício (4 de Abril de 1783), alvará de propriedade de ofício (25 de Outubro de 1789), e provisão de capela denominada dos Santos do Bom Caminho situada nos subúrbios da vila de Chaves (7 de Agosto de 1820).

Observações: O seu pai foi cavaleiro da Ordem de Cristo «[...] e vindo a este Reino para seguir a Universidade de Coim-

bra que com effeito ferquentou alguns annoz, passando as férias em a villa de Chaves, em caza do dito Bartholomeu Nogueira Ferrás, se ajuntou, e concluiu o casamento com sua filha a dita D. Luiza [...]. O dito Avo sempre viveo sem emprego algum [...] sempre tratou à ley da nobreza, de seus rendimentos [...].» O seu avô paterno foi sargento-mor. Realizou a sua Leitura de Bacharel no ano de 1748 (HOC).

Inocência Alves da Silva Freire (Bacharel), também *Inocência Álvares da Silva Freire*, natural de Lisboa.

Foi **Ouvidor de primeira Instância de Cabo Verde** com posse na Relação do Porto (1742); **Juiz Conservador da Junta do tabaco** (alvará de 7 de Dezembro de 1744); Desembargador da Relação do Porto (carta de 16 de Março de 1754); e **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Março de 1758). Recebeu provisão de propriedade de ofício (22 de Novembro de 1752).

Isidoro Mendes de Elvas (Bacharel), filho de Francisco Martins de Elvas.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** por três anos (carta de 27 de Março de 1710); **Corregedor de Tavira** por três anos (carta de 24 de Agosto de 1715); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Tomar** (alvará de 24 de Março de 1720); **Provedor da Fazenda nas Ilhas dos Açores com beca** (provisão de 18 de Dezembro de 1726); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 11 de Março de 1734).

Jacinto António Nobre Pereira (Bacharel).

Foi **Provedor da Comarca de Portalegre** (carta de 1 de Dezembro de 1789); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 7 de Abril de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Junho de 1804); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 27 de Julho de 1821), carta de Desembargador Agravista (25 de Abril de 1825); **Conselheiro honorário do Conselho da Fazenda** (carta de lugar de 5 de Maio de 1832). Recebeu provisão de comissão para ser juiz privativo em todas as causas do marquês de Angeja (12 de Setembro de 1811), e carta de confirmação do empraçamento de subenfitense que fez a António Duarte Neto de duas terras chamadas as galegas de outra a Linguariça e de dois currais no sítio da Maia na freguesia de Benfica (20 de Outubro de 1826).

Jacinto da Costa Cabral de Vasconcelos (Bacharel).

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 31 de Março de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Junho de 1805), carta de privilégio de Desembargador (16 de Setembro de 1805).

Jacinto Costa Vasconcelos (Doutor em leis), nascido em 1695, natural de Soure, filho de João da Costa Vasconcelos (natural de Soure) e de Filipa Coutinho (natural de Vila Nova de Anços), neto paterno de Jacinto da Costa de Vasconcelos (natural de Leiria) e Isabel Guariza (natural de Soure), e neto materno de Nuno Álvares Pereira (natural da Taboeira no termo da Esgueira) e Inês Miranda Coutinho (natural de Vila Nova de Anços).

Foi **Ouvidor de Barcelos** (depois de 1721); **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 11 de Agosto de 1732); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de 22 de Dezembro de 1740); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 5 de Junho de 1748), carta de privilégio de Desembargador (15 de Julho de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Novembro de 1749). Recebeu provisão para que o Juiz de Fora da vila do Pombal tome conhecimento da causa de que o dito trata (20 de Setembro de 1734), provisão para aforar um pedaço de vinha pertencente à Capela instituída no termo da vila do Pombal (26 de Janeiro de 1740), provisão de licença por tempo de dois anos (8 de Outubro de 1744), e alvará de fidalgo da Casa com moradia (16 de Março de 1754).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1721. O habilitante foi familiar do Santo Ofício, e o seu pai foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão-mor da vila de Soure. «[...] que os pais e avos do suplicante tivessem nunca ocupação mecanica mas antes sabe que são e forão das principais pessoas das suas terras nas quais occuparão todos os cargos honrosos [...] o seu avô materno tinha um irmão familiar do Santo Ofício [...] muito nobre tratando-se com criados e cavallos na sua cavalaria [...]» (LB). A mãe do Bacharel era irmã do Desembargador Geraldo Pereira Coutinho que também era familiar do Santo Ofício (LB).

Jacinto Dinis de Figueiredo (Bacharel em leis), nascido em 1692, natural de Lobão no concelho de Besteiros da Comarca de Viseu, filho de Manuel Dinis e de Leonarda de Figueiredo (naturais de Lobão), neto paterno de Manuel Fernandes e Maria Dinis (naturais de Lobão), e neto materno de António de Figueiredo e Maria Gomes (naturais de Santa Ovaia de Baixo em Besteiros).

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta do cargo de 8 de Agosto de 1718); **Juiz de Fora de Leiria** por três anos (carta de 20 de Fevereiro de 1725); **Corregedor da Comarca de Lagos** (carta de 10 de Janeiro de 1732); **Conservador da Universidade de Coimbra** por tempo de três anos (carta de 18 de Abril de 1739), verba de se lhe haver passado carta de Conservador da Universidade de Coimbra (23 de Maio de 1739), carta de Conservador da Universidade de Coimbra com promessa de um lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (26 de Fevereiro de 1743), provisão para poder jurar por procurador na chancelaria (23 de Março de 1743), carta de **Corregedor do crime da Relação do Porto** (12 de Fevereiro de 1755), alvará de aposentadoria na Relação do Porto (28 de Outubro de 1760), alvará de ordenado de 28\$000 réis como aposentado (14 de Abril de 1761).
Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1717; este processo inclui o sumário de Jacinto Dinis Cardoso.

Jacinto Manuel de Oliveira (Bacharel), nascido em 1764, natural de Serro do Frio, filho de Custódio Barbosa de Oliveira e de Jacinta Teresa de Jesus.
 Foi **Juiz de Fora de Vimioso** (depois de 1790); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 16 de Fevereiro de 1807).

Jacinto Pais Moreira de Mendonça (Bacharel), filho de João de Mendonça Vieira.
 Foi **Ouvidor da Comarca de Ourique** (carta de 3 de Novembro de 1782); **Superintendente dos Tabacos na Província do Alentejo** (carta de 24 de Janeiro de 1799); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Julho de 1804). Recebeu alvará de foro de cavaleiro fidalgo (8 de Janeiro de 1787), carta de compra da herdade de Baldiz em Alvalade (26 de Julho de 1799), e provisão para expulsar Vitorino José da sua herdade da Carregueira do Mato (16 de Setembro de 1809).

Jacinto Pimentel Arnaut (Bacharel), natural do Vimeiro, filho de Manuel Mendes Pimentel e de Luísa Taboxo (naturais do Vimeiro), neto paterno de António Mendes e Maria Lionardes (naturais de Avis), e neto materno de Pedro Taboxo e Leonor Fernandes (naturais do Vimeiro). Foi **Corregedor do crime de Lisboa** por três anos (carta de 21 de Novembro de 1647); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 21 de Novembro de 1657); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 20 de Julho de 1660).

Recebeu 40\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (17 de Fevereiro de 1679).
Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1635. Os seus avós paternos foram moradores na horta chamada de António de Moura, sita em Alcorço no termo da vila de Avis, a qual horta em que viviam era sua propriedade, não exercitando o dito seu avô o ofício de hortelão nem vendia hortaliça. O seu avô materno e o pai serviram os cargos principais de Juizes, Vereadores e Provedores da Misericórdia (LB).

Jacinto Pimentel de Meneses (Doutor), filho de Francisco da Rocha Pimentel de Meneses (natural de Viana), neto paterno de Sebastião da Rocha Pimentel e Maria da Costa (naturais de Viana), e neto materno de Gaspar Tourinho. Foi **Provedor de Santarém** (alvará); **Provedor dos resíduos de Lisboa** por três anos (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 5 de Outubro de 1661).
Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1644.

Jacinto de Queirós Botelho e Vasconcelos (Doutor; lente de leis), natural de Amarante, filho de João de Queirós Botelho de Vasconcelos (natural de Amarante) e de Sarafina de Coimbra de Andrade (natural de Braga), neto paterno de Gaspar de Queirós de Vasconcelos (natural de Amarante) e Isabel Borelho de Sampaio (natural de Vila Real), e neto materno de Lourenço José de Coimbra Andrade (natural de Braga) e Clara da Silva (natural de Guimarães).
 Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Maio de 1771); **Desembargado Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Abril de 1779); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 24 de Abril de 1779).
Observações: Leitura de Bacherel em 1768. O habilitante juntamente com o seu pai e avô materno foram cavaleiros da Casa Real «[...] por serem de distinta e conhecida nobreza e dos principais das suas provincias tratando-se sempre com os rendimentos de seus bens de que forão abastados [...]» (LB). Teve um irmão familiar do Santo Ofício chamado Gaspar de Queirós (LB).

Jacinto de Sequeira Sampaio (Bacharel em leis), nascido em 1676, natural de Lisboa, filho de Gaspar Ferreira da Silva (natural de Lisboa) e de Maria Josefa Valada (natural da Vidigueira), neto paterno de Jacinto de Sequeira de Sampaio (natural de Amarante) e Fulgência da Silva (natural de Lisboa), e neto materno

de Domingos Jacinto Alfar e Domingas Lopes Valade (naturais de Vidigueira).

Foi **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para estar ausente um mês do seu lugar (15 de Junho de 1707), alvará de aposentado de **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** com ordenado e propinas (6 de Maio de 1713), verba do alvará que lhe mandou pagar pelo tesouro da alfândega de Lisboa o ordenado e propinas de Desembargador aposentado (19 de Maio de 1721). Recebeu carta de administração vitalícia das capelas instituídas por Pedro Gomes Rui Pais Guiomar Afonso e seu irmão Miguel da Silva Pereira (8 de Abril de 1715), e carta de padrão de tença de 60\$000 réis para sua irmã D. Antónia Manuela da Silva (19 de Junho de 1716).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1700.

Jácome Ferreira da Fraga (Bacharel), nascido em 1652, natural de Chaves, filho de André Gonçalves e de Maria Martins.

Foi **Juiz de Fora de Bragança** (1687); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 3 de Janeiro de 1692).

Jácome de Vilas Boas Casado (Bacharel), filho de Marçal Casado Jácome (ou João Casado Jacome) e de Leonor Barreto.

Foi **Corregedor da Comarca de Guimarães** (carta); **Provedor da Comarca de Évora** (alvará); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Maio de 1691); **Juiz da Casa do Porto** (carta de 31 de Janeiro de 1696). Recebeu alvará de mercê de beca de Desembargador, e alvará de foro de fidalgo (3 de Agosto de 1697).

Observações: O pai era filho bastardo do Doutor Jacome de Vilas Boas, que foi abade de Santa Marinha de Âncora. O pai era irmão do Desembargador do Desembargo do Paço, Marçal Casado Jacome. O irmão da mãe, chamado Miguel de Castro, foi vigário de Santa Marinha (MM).

Jerónimo de Brito Caldeira (Bacharel), filho de Vicente Caldeira de Brito.

Foi **Corregedor de Portalegre** (1649); **Provedor das capelas e dos órfãos de Lisboa** (carta de 19 de Novembro de 1654); **Desembargador da Relação de Goa** (1660). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$333 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia pelos serviços prestados em Évora Elvas Portalegre e Olivença (20 de Dezembro de 1646).

Observações: Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo (HOC).

Jerónimo Caetano de Barros Araújo e Bessa (Bacharel), nascido em 1755, natural da Vila da Horta no termo de Freixo de Numão em Trancoso, filho de João António da Fonseca Araújo (natural de Vilarouco no termo de S. João da Pesqueira) e de Ana Maria de Barros Bessa (natural de Vilar de Maçada no termo de Vila Real), neto paterno de Manuel de Araújo Henriques (natural de Vilarouco) e Helena da Fonseca Coelho (natural de Vila da Horta), e neto materno de Jerónimo de Barros Bessa (natural de Favaio no termo da Comarca de Vila Real) e Maria de Macedo (natural de Vilar de Maçada).

Foi **Juiz de Fora da cidade de Angola** (carta do lugar de 12 de Fevereiro de 1790); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes na cidade de Luanda** no Reino de Angola (alvará de 11 de Março de 1790); **Corregedor da Comarca de Elvas** (carta de 9 de Junho de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Junho de 1804); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 3 de Agosto de 1821); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Novembro de 1823); **Conselheiro da Fazenda** (carta de título de Conselho de 3 de Dezembro de 1827), carta de Conselheiro da Fazenda (12 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de profissão de hábito (17 de Setembro de 1799), carta de fidalgo cavaleiro (20 de Março de 1822), e alvará de aumento de moradia (15 de Janeiro de 1828).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1785. «[...] os quaes sam pessoas per seus pais e Avós das principaes familias não só do dito logar e villa mas ainda da Provincia, constituídos em Nobreza continuada sem nota alguã de terem exercitado officios plebeus antes sempre forão occupados em empregos honoríficos; sendo ao mesmo tempo orthodoxos com exemplar vida e costumes, sem padecerem infamia alguã mencionada nos itens da carta de provanças, de forma que o recorrente se acha condigno de se ter admitido para os logares de letras [...] a referida Mai, e Avós Paternos sempre forão pessoas que se tratarão a lei da Nobreza, por serem das principais familias desta freguesia e por isso nunca exercitarão officio macanico ou plebeu [...] o Pay do habilitante tem servido a sua Majestade nos lugares de letras e á sete annos pouco mais ou menos que acabou de servir o lugar de Provedor de Vizeu servido em outros mais Logares com boa satisfação e que sua Avó paterna Dona Helena da Fonseca era das pessoas principais desta villa por seos antepassados em que nunca ouve a menor notta nem infamia de exercitarem macanicos [...] os avós paternos faleceram quando o pai do habilitante era ainda pequeno ficando este na companhia de hum tio chamado Padre Joam da Fonseca Coelho que faleceu vigario na Igreja de Castello Bom [...]» (LB).

Jerónimo da Costa de Almeida (Bacharel em leis), nascido em 1675, natural de Lisboa, filho de Rui da Costa de Almeida (ou Rodrigo da

Costa de Almeida) e de Madalena Maria de Carvalho (naturais de Lisboa), neto paterno de Manuel de Almeida e Joana Serrão de Pavia (naturais de Lisboa), e neto materno de Jerónimo Carvalho (natural de Lisboa) e Inês da Costa.

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (28 de Fevereiro de 1693); **Corregedor de Leiria** (carta); **Corregedor e Provedor da Comarca do Porto** por três anos (carta de 23 de Maio de 1708), Corregedor e Provedor do Porto (1709); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Janeiro de 1714); **Conservador da Nação Holandesa** (alvará de 6 de Agosto de 1714); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador enquanto **Conservador da Nação Inglesa** e fidalgo da Casa Real de 4 de Novembro de 1716); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1725); **Corregedor do crime da Corte**; **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 13 de Junho de 1725); **Conservador da Casa da Moeda de Lisboa** (carta de 3 de Abril de 1741). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (28 de Agosto de 1702), carta de padrão de tença de 43\$000 réis (30 de Agosto de 1702), padrão de 48\$000 réis de tença, alvará de fidalgo da Casa Real com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (12 de Maio de 1714), e carta de padrão de tença de 20\$000 réis para sua filha D. Teodora Castelo Branco (18 de Abril de 1731).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1691. O seu pai foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício e Escrivão do Fisco e Câmara Real. O seu avô paterno foi cavaleiro da Ordem de Avis (LB). O seu avô materno foi cavaleiro da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real e capitão-mor das naus da Índia, e foi igualmente fidalgo da Casa Real, bem como cavaleiro da Ordem de Cristo (LB). Casou-se uma primeira vez, e desse consórcio nasceu o Desembargador Tomás de Almeida de Castelo Branco. O seu segundo casamento realizou-se no Porto com Teresa Luísa Pedrosien, filha de Pedro Pedrosien e de Luísa Piper, de cujo consórcio nasceu o Monsenhor Salema. Pertenceu à Junta da Casa de Bragança e do Infantado. Pertenceu ao Tribunal da Junta do tabaco (MM).

Jerónimo da Cunha Machado (Bacharel), nascido em 1768, natural de Vila de Cerva em Vila Real, filho de Domingos da Cunha Machado e de Ana Maria Gonçalves.

Foi **Juiz de Fora de Luanda** (1800); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 5 de Abril de 1805). Recebeu provisão de aposentadoria do lugar de Juiz de Fora de Luanda (28 de Maio de 1805), e provisão para vencer o ordenado que lhe compete no dito lugar (28 de Maio de 1805).

Jerónimo da Cunha Pimentel (Licenciado por exame privado em cânones), nascido em 1667, natural de Provesende em Vila Real, filho de António da Cunha da Costa e de Ana Correia Pimentel, neto paterno de Pedro Fernandes e Isabel da Cunha de Gusmão, e neto materno de Jerónimo Correia Pimentel (natural de Vila Real) e Antónia Osório (natural do lugar de Cobrigo no concelho de Penaguião).

Foi **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (21 de Março de 1648); **Desembargador da Relação da Baía** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 30 de Abril de 1694); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará de licença para estar ausente do seu cargo, alvará para vencer o ordenado fora do lugar, alvará para tomar posse do lugar por seu procurador; **alvará de Conservador dos Ingleses no Porto**; **Ouvidor do crime** (11 de Agosto de 1708). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 8\$000 réis no Almojarifado da Casa dos Direitos Reais (28 de Janeiro de 1689), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis no Almojarifado da Casa do Direitos Reais e hábito de Cristo (31 de Janeiro de 1689).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1683. A sua mãe tem um irmão chamado Lourenço Correia Pimentel Lemos que foi familiar do Santo Ofício (LB). «[...] São pessoas nobres das principais famílias de Villa Real e sempre se tratarão a lei da nobreza com criados e cavallos [...] teve um irmão que foi conego em Braga; irmão de Luís da Cunha Pimentel capitão-mor da vila de Proverende [...] e precedendo algumas diligencias e razoens occurrentes foi detido alguns annos fora da Relaçam para donde entrou [...] Ministro que foi abundante de bens patrimoniais fabricando nobres cazas na rua das Flores do Porto de frente da Mizericordia da mesma cidade, donde faleceu [...]» (MM).

Jerónimo Francisco Lobo (Bacharel), nascido em 1753, natural de Albergaria em Alenquer, filho de Domingos Francisco Lobo e de Josefa Maria de Jesus.

Foi **Juiz de Fora da Sertã** (depois de 1779); **Juiz de Fora do Crato** (depois de 1786); **Corregedor de Linhares** (depois de 1790); **Corregedor do Crato** (depois de 1796); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Novembro de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Agosto de 1810). Recebeu provisão de seu ajudante na Intendência ao Bacharel José Vicente Caldeira do Casal (11 de Maio de 1811).

Jerónimo de Lemos Monteiro (Bacharel em leis), natural de Trovões em Pinhel, filho de António de Lemos Aguiar.

Foi **Juiz de Fora de Esposende** (1742); **Desembargador da Relação de Goa** (1748); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Abril de 1765); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 18 de Agosto de 1778); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 19 de Agosto de 1778); **Juiz da Coroa**. Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (11 de Janeiro de 1751), carta de padrão de tença de 50\$000 réis (12 de Janeiro de 1751), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Setembro de 1778).

Jerónimo de Milão Fragoso (Bacharel em leis; lente em leis), filho de Paulo de Milão Fragoso e de Maria Serrão.

Foi **Corregedor de Leiria**; **Provedor de Torres Vedras** (alvará); **Juiz da Índia e Mina**; **Contador das Sete Causas**; **Juiz Comissário** (alvará); **Corregedor do cível da cidade**; **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens**. Recebeu alvará para lhe serem entregues os bens do ausente seu sobrinho filho de António de Abreu já falecido (10 de Novembro de 1645).

Observações: Morreu na sua Quinta da Rebaldeira em Abril de 1660. Não casou mas teve filhos naturais, de entre os quais Miguel de Abreu Fragoso e Paulo Fragoso de Abreu (MM).

Jerónimo Ribeiro (Bacharel), natural do Cadaval, filho de Duarte Dias e de Marta Ribeiro (naturais do Cadaval).

Foi **Juiz do cível em Lisboa**; **Juiz do Tombo do Senado de Lisboa** (1626); **Provedor de Guimarães**; **Corregedor de Évora** (23 de Outubro de 1637); **Desembargador da Relação do Porto**; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Abril de 1643).

Observações: Pai do Desembargador Duarte Ribeiro de Macedo.

Jerónimo de Sá e Cunha (Bacharel), nascido em 1646, natural de Guimarães, filho de Bento de Freitas e de Maria de Sá.

Foi **Juiz de Fora de Penamacor** (1677); **Desembargador da Relação da Baía** (1687).

Observações: Faleceu enquanto Desembargador da Baía, tendo sido vítima do surto de febre amarela que atacou a cidade (MM). Recebeu alvará para tomar posse de cargo por procurador como Cavaleiro da Ordem de Cristo (HOC).

Jerónimo da Silva de Azevedo (formado em direito civil), natural do Porto, filho de Francisco de Azevedo e de Leonor Pedrosa.

Foi **Desembargador da Relação do Porto**; **Corregedor do crime na Relação do Porto**; **Desembargador da Casa da Suplicação** (5 de Novembro de 1648); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (12 de Novembro de 1650), alvará para vender mais 100\$000 réis como **Meirinho do Tribunal da Casa da Suplicação** para além dos 200\$000 réis que já recebe como Desembargador (18 de Junho de 1655); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens que está vago no Tribunal Maior do Reino de 3 de Abril de 1656), carta de Deputado supranumerário da Mesa da Consciência e Ordens (3 de Abril de 1656). Recebeu alvará do hábito da Ordem de Cristo com 50\$000 réis de tença para quem casar com sua filha (19 de Junho de 1652), alvará de ordenado, verba de 250\$625 réis de juro, apostila de 25\$625 réis de juro, apostila de 24\$000 réis de juro, verba de 160\$000 réis de juro, apostila de 200\$000 réis de juro, apostila de 40\$000 réis de juro, apostila de 10\$600 réis de juro, e verba de 40\$460 réis de juro. **Observações:** Foi cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, e poeta. Foi Secretário da embaixada a Inglaterra que fez João Rodrigues de Sá. Faleceu em Lisboa em 19 de Fevereiro de 1661, sendo sepultado na Igreja de Nossa Senhora da Graça dos Ermitas de Santo Agostinho (MM).

Jerónimo Vaz Vieira (Doutor em direito cesa-reu), natural de Guimarães, filho de João Vieira e de Maria Vaz e Sá.

Foi **Juiz das Três Ordens Militares** (9 de Novembro de 1679); **Tesoureiro-mor da Colegiada de Nossa Senhora de Oliveira de Guimarães**; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**; **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens**, carta de Deputado (2 de Junho de 1700); **Conselheiro** (carta de título de Conselho 3 de Junho de 1700). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito por seu irmão António Vaz Vieira (2 de Junho de 1700), alvará para que tenha 4\$000 réis por um Escrivão (31 de Julho de 1700), apostila de 30\$000 réis de juro no tabaco, verba de 352\$000 réis de juro, padrão de 352\$000 réis de juro em Lamego, carta de padrão de tença de 100\$000 réis por legado a João de Vasconcelos Correia (16 de Agosto de 1700), alvará para haver certo emolumento, alvará para possuir bens de reguengos, carta de padrão de 68\$000 réis de tença efectiva por conta dos 80\$000 réis (8 de Janeiro de 1701), carta de padrão de 68\$000 réis de tença efectiva e mais 12\$000 réis com o hábito de Cristo (24 de Janeiro de 1707), carta de Alcaidaria-mor da vila da Arruda da Ordem de Santiago (9 de Março de 1708), e carta de Alcaidaria-mor de Vila do Conde em sua vida (23 de Junho de 1708).

Observações: O seu pai foi o senhor da Quinta de Tresmonde. Jerónimo Vaz Vieira. «*Como filho segundo seguiu o caminho das letras*» (LB). Foi freire da Ordem Militar de S. Bento de Avis. O seu irmão chamava-se António Vaz Vieira, e foi cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real (MM).

João Alberto Castelo-Branco (Bacharel), nascido em 1703 ou 1704, natural de Portalegre, filho de José Estêvão de Matos da Silveira (ou José Esteves de Matos da Silveira) e de Maria Luísa Gracia de Miranda, neto paterno de André de Matos da Silveira e Ana de Carvalho Pacheca, e neto materno de Vasco Gracia Leitão e Inês de Simas de Miranda.

Foi **Juiz de Fora de Nisa** (carta de mercê do cargo de 9 de Setembro de 1730); **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (posse em 1731); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de Desembargador da Relação de Goa com posse na Casa da Suplicação de 13 de Março de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Dezembro de 1757); **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 9 de Agosto de 1759); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta para poder tomar posse e jurar na Chancelaria por procurador de 3 de Setembro de 1759).

Observações: O pai e os avós paternos são naturais de Portalegre e aí mora e moraram. Os avós maternos são naturais de Alter do Chão e aí moraram. O pai e avós paternos vivem e viveram com bom trato, luzimento, e abastança do rendimento das suas fazendas. Os avós maternos tratavam-se à lei da nobreza, e serviram os cargos honrados de Alter do Chão, tanto da República como da Misericórdia. O agraciado é, à data de Junho de 1729, solteiro e morador em Portalegre. Bisneto pela parte materna de Manuel Freire Álvares (LB). Leu no Desembargo do Paço a 29 de Novembro de 1729. Em 1748 embarcou para a Índia feito Desembargador para a Relação de Goa, onde foi ministro de boa satisfação. Findo o tempo do seu ministério na Relação de Goa, transportou-se para o Reino em 1757, tomando posse na Casa da Suplicação em 1758. No ano de 1759 foi promovido a Chanceler da Relação do Rio de Janeiro, por morte do Desembargador Inácio de Sousa Jacome Coutinho Foi, durante oito anos, Chanceler da Relação do Rio de Janeiro e é, há 14 anos, Conselheiro do Conselho Ultramarino. É de idade de 74 para 75 anos. É irmão do Desembargador André de Matos, que foi pai de outra Maria Luísa, mulher de Manuel Pereira [...], de quem nasceu o Bacharel António Pedro de Matos (MM).

João de Almeida Coutinho Vieira (Bacharel em leis), também *João de Almeida Coutinho*, nascido em 1753 ou 1754, natural do Porto, filho de Francisco Luís de Almeida Coutinho (ou Francisco Luís de Almeida) e de D. Joana

Margarida de Almeida Pereira, neto paterno de Manuel de Almeida Coutinho e D. Vicência Luísa de Almeida, e neto materno de João da Mota Velho e D. Teresa Maria Pinto Pereira.

Foi **Juiz de Fora de Lamego** despachado de primeira intransa com predicamento de correição ordinária (decreto de 10 de Setembro de 1781), carta de um lugar (24 de Outubro de 1781); **Corregedor e Provedor da Comarca de Penafiel** (19 de Junho de 1784), carta do lugar (14 de Abril de 1785); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria-mor o juramento do estilo ao passar a carta de Desembargador de 13 de Agosto de 1804), provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria-mor do Reino o juramento do estilo ao passar a carta de Desembargador da Relação do Porto (13 de Julho de 1805), carta de Desembargador da Relação do Porto (15 de Julho de 1805). Recebeu carta de legitimação a seu filho Francisco Luís de Almeida Coutinho (10 de Dezembro de 1815).

Observações: Os pais e avós são naturais do Porto. O avô paterno é natural da freguesia de Salvador do Campo do couto de Francemil do termo do Porto. O avô materno é natural do lugar de Aldar da freguesia de S. Miguel do Prado do concelho de Pico de Regalados da Comarca de Viana. O falecido pai foi Desembargador Agravista da Casa da Suplicação. O avô paterno foi boticário. O avô materno foi homem de negócio de grosso trato, havendo loja de fazendas de lã e seda, que vendia por si e pelos seus caixeiros. O avô materno foi também Almotacé e por isso cidadão do Porto. O avô materno era filho de lavradores honrados, e detinha fazendas na freguesia natal. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1779, solteiro e mora à data de Março seguinte no Porto (LB). O pai era Desembargador (MM).

João Álvares da Costa (Licenciado por exame privado), nascido a 11 de Maio de 1672, natural de Lisboa e baptizado na igreja da Madalena a 21 de Julho de 1672, filho de António Álvares Lima e de Victória da Costa, neto paterno de Martinho da Igreja e Isabel Dias, e neto materno de Francisco Álvares da Costa e Maria Alves.

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Novo** (1695, até 1698), carta; **Juiz do cível em Lisboa** (1698), posse (27 de Fevereiro de 1699), reconduzido com outra posse (15 de Dezembro de 1702, até 1706); **Corregedor do cível** de Lisboa (carta de 1708); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Janeiro de 1714), posse (17 de Fevereiro de 1714); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 6 de Maio de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Dezembro de 1715); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê

de 20 de Novembro de 1725), provisão para que o seu procurador possa tomar o juramento e posse do lugar de Desembargador Agravista supranumerário da Casa da Suplicação (2 de Fevereiro de 1726), provisão para poder jurar e tomar posse por procurador do lugar de Desembargador Agravista ordinário da Casa da Suplicação (13 de Agosto de 1727); **Juiz do fisco Real e Deputado da Junta do tabaco** (1728); **Conservador da Nação Alemã e Hamburguesa em Lisboa** (alvará de mercê do lugar de 20 de Novembro de 1729); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 1 de Março de 1738), carta de Desembargador da Mesa do Paço (18 de Março de 1738); **Procurador de Coroa** (carta de 18 de Março de 1738), alvará de ordenado com o cargo (20 de Outubro de 1738), alvará de 16\$000 réis cada ano com os lugares de Desembargador do Desembargo do Paço e de Procurador da Coroa (1 de Julho de 1744); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 22 de Março de 1738). Recebeu verba de 20\$000 réis de tença, provisão de dois meses de licença (7 de Maio de 1714), provisão de faculdade para renunciar o ofício de Escrivão do Judicial de Évora (14 de Janeiro de 1715), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (3 de Fevereiro de 1716), carta de padrão de tença de 8\$000 réis anuais (28 de Novembro de 1719), padrão de 38\$000 réis de tença para seu filho Tomé Joaquim (5 de Agosto de 1720), alvará de Meirinho da Vila dos Arcos (7 de Novembro de 1730), alvará de mercê do ofício de Inquisidor Contador e Distribuidor da Vila da Barca (21 de Julho de 1730), alvará de mercê do ofício de Inquisidor Contador e Distribuidor da Vila da Barca (5 de Agosto de 1730), carta de Fidalgo da Casa Real (1 de Maio de 1738), alvará de ordenado de dois moios de trigo como Procurador da Coroa (20 de Outubro de 1738), e provisão para a sua fazenda sita na Teina ser coimeira (3 de Outubro de 1742).

Observações: Foi casado com D. Bárbara de Pontes (RGM). Foi muito bom estudante. Os pais e os avós são naturais de Viana da Foz do Lima. O agraciado é solteiro, pelo menos até à data de 1693, e é morador na freguesia de S. Cristovão (LB). Os pais instruíram o habilitante com regulados ditames, aproveitando muito nos documentos gramaticais da própria pátria. Na idade pronta do séquito dos estudos da Universidade de Coimbra, frequentou os de jurisprudência civil com tão admiráveis efeitos que pelos progressos da sua grande compreensão excedeu a muitos e igualou os mais sábios. Leu no Desembargo do Paço a 7 de Julho de 1603. Foi benemérito varão no curso literário, e reconhecido herói dos mais elevados tribunais, para que deu normas muito estimáveis. Em 1721 foi eleito Académico dos primeiros cinquenta, havendo os seus escritos sido muito doutos e aplaudidos. Faleceu em Lisboa na sua quinta do Campo Pequeno a 3 de Abril de 1749. Jaz sepultado em jazigo familiar na capela de Santa Joana no claustro do Real Convento de S. Domingos de Lisboa. É

pai do Secretário de Estado, Tomé Joaquim da Costa Corte Real que, falecendo a 25 de Dezembro de 1762, deixou grande sucessão. Foi bom estudante. Foi despachado Juiz de Fora de Montemor-o-Novo em 1695 e ainda o exercitava em 1698. Neste ano, passou para Juiz do cível em Lisboa com posse em 1699 em que foi reconduzido com outra posse em 1702 até 1706. Passou depois para Corregedor do cível de Lisboa no ano de 1708, findo o qual teve o emprego de Desembargador da Relação do Porto com posse em 1714, donde transitou para os Agravos da mesma em 1715. Passa para a Casa da Suplicação em 1716, e para os Agravos dela em 1717. Quando veio de Roma, para lá de Juiz do fisco Real e Deputado da Junta do tabaco, foi ocupado em Desembargador do Desembargo do Paço e Procurador da Coroa, em cujo ministério pelo menos igualou os mais memoráveis. Foi nomeado por D. João V conclavista régio do cardeal Pereira, na ocasião em que partiu para a cúria romana no ano de 1721, para votar na eleição pontifícia o que não fez por ter chegado fora do tempo da referida eleição. Enquanto conclavista, cargo este não desempenhado por um português há mais de 120 anos, deu manifestas provas do talento de que foi dotado. No ano de 1728 chegou ao Reino, associado com o mesmo eminentíssimo purpurado, e assistindo com este em Évora alguns dias se recolheu à Corte, onde obteve os ministérios supracitados. Foi Desembargador suplente dos Agravos em 1725, estando na Corte de Roma. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real (MM).

João Álvares de Figueiredo Brandão (Bacharel em leis), natural de Vila Cova de Sub-Avò, filho de Bento de Figueiredo Brandão e de D. Ângela de Almeida (ou D. Ângela Josefa da Fonseca Serra), neto paterno de João Alves Brandão e Maria Afonso da Costa, e neto materno de Simão Pinto de Almeida e Francisca da Fonseca Serra.

Foi **Juiz de Fora de Lafões** por três anos (carta de 24 de Abril de 1717); **Juiz de Fora de Lamego** (1723); **Corregedor de Viseu** (carta de 10 de Dezembro de 1726); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por seu procurador de um lugar de 15 de Dezembro de 1734), carta de Desembargador suplente da Relação do Porto (12 de Novembro de 1745), lugar na Relação do Porto com própria posse (23 de Dezembro de 1745), provisão de licença por três meses para estar ausente do seu lugar de Desembargador da Relação do Porto (21 de Junho de 1746), provisão de licença de dois meses para se ausentar da Relação do Porto onde é Desembargador (10 de Junho de 1747), provisão de licença para que possa estar ausente da Relação do Porto por mais três meses (27 de Janeiro de 1748), alvará de aposentado como Desembargador da Relação do Porto (14 de Agosto de 1748), alvará de 272\$000 réis com o referido lugar de aposentado (12 de Novembro de 1748); **Desembargador da Relação**

da Baía (nomeado com posse na Relação do Porto pelo Desembargador Manuel da Costa Mimoso a 7 de Janeiro de 1735), posse de Desembargador da Relação da Baía (19 de Abril de 1735); **Juiz da Coroa da Relação da Baía** (carta de mercê do lugar de 19 de Novembro de 1735). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (11 de Julho de 1739), provisão de licença para casar no Estado do Brasil (2 de Setembro de 1739), provisão de comissão para conhecimento de causa (30 de Março de 1745), provisão de comissão (2 de Junho de 1750), e carta de mercê de foro de fidalgo (28 de Maio de 1756).

Observações: O pai é natural de Águeda. Na Universidade de Coimbra, em que fez os seus actos em leis, teve a memória de estudante de primeira plana, merecendo os votos de todos os mestres que lhe conciliaram repetidos louvores. Com os mesmos louvores, leu no Desembargo do Paço a 23 de Setembro de 1716. Foi provido no lugar de Juiz de Fora de Lafões em 1717, sendo esse cargo conferido pela Coroa até 1721, data em que o senhorio passou para o duque de Lafões. Casou pela primeira vez em Águeda com D. Ana Maria Caetana de Almeida, filha do Capitão Manuel Nunes de Almeida, e de sua mulher, D. Maria Ana Francisca de Almeida, de quem teve três gémeos nascidos em Lamego ao tempo em que foi Juiz de Fora dessa cidade. Sendo Desembargador da Relação do Porto, casou segunda vez com D. Arcângela Josefa Bernarda Osório de Melo de Aron, filha de António José Osório de Melo, e de sua mulher, D. Inácia Josefa de Albuquerque Ferrão de Castelo Branco, de quem teve uma filha falecida com poucos meses. Como efectuasse segundo casamento, e lhe fosse precisa a sua assistência na pátria, pediu com sucesso a Sua Majestade aposentadoria do seu lugar na Relação do Porto. Logrou por pouco tempo a sua aposentadoria, pois faleceu em sua casa no ano de 1752. Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo (MM).

João Álvares Simões (Bacharel em cânones), nascido em 1700 ou 1701, natural da freguesia de Benfica, filho de Pedro Alves e de Isabel João, neto paterno de João Simões e Maria João, e neto materno de Agostinho João e Bárbara Antunes.

Foi **Juiz de Fora de Viseu** de primeira intrança (carta de 21 de Agosto de 1730), posse (16 de Setembro de 1730 até 1734); **Ouvidor-Geral da Capitania do Rio de Janeiro** (carta de 6 de Outubro de 1739); **Ouvidor do Sabará** (posse); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Rio de Janeiro** (provisão de mercê do ofício de 8 de Outubro de 1739); **Ouvidor-Geral do Rio das Velhas** (carta de 3 de Março de 1745); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Sabará do Rio das Velhas** (alvará de serventia do ofício de 6 de Abril de 1745), provisão para poder jurar na Chancelaria por procurador (13 de Abril de 1745); **Intendente-Geral do Ouro do Rio de Janeiro** (carta

de **Desembargador da Casa da Suplicação** com exercício na mesma Intendência de 27 de Maio de 1754), provisão para jurar na Chancelaria por seu procurador e servir o lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (12 de Agosto de 1754).

Observações: Os familiares sobreditos são naturais de Benfica, exceptuando a avó materna que é da freguesia de São Pedro de Almargem do Bispo no termo de Sintra e Comarca de Alenquer. Os pais vivem da sua fazenda, tendo criados que lavram as suas terras. O avó paterno era lavrador em terras próprias. O avó materno tinha terras próprias e searas que lavrava, e algumas que arrendava. Dizem as testemunhas inquiridas em Almargem do Bispo que a avó materna vivia das suas fazendas. O Bacharel é, à data de Maio de 1728, solteiro e mora à data de Junho seguinte em Benfica (LB). Leu no Desembargo do Paço a 10 de Setembro de 1728. Foi eleito Intendente-Geral do Ouro das Minas do Rio de Janeiro com beca na Casa da Suplicação «*de cujo ministério foi recolhido ao Reino menos agradável ao monarca que foi servido aposentá-lo na mesma Casa no ano de 1759*» (MM).

João Alves de Carvalho (Bacharel), natural de Montalegre, filho de Pascoal Martins.

Foi **Juiz de Fora de Trancoso** (carta do cargo de 23 de Janeiro de 1721); **Juiz de Fora de Idanha-a-Nova** (1728), carta de mercê do cargo (3 de Janeiro de 1729), alvará de mercê para que tenha de ordenado 80\$000 réis com o lugar (4 de Janeiro de 1729), carta (30 de Janeiro de 1729), alvará para que tenha de ordenado 80\$000 réis como Juiz de Fora de Idanha-a-Nova (12 de Maio de 1733); **Provedor da Comarca da Guarda** (alvará de mercê do cargo de 12 de Maio de 1733); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta de 22 de Setembro de 1742); **Desembargador da Relação do Porto** provisão de licença para jurar na Chancelaria por procurador (2 de Julho de 1748), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (5 de Julho de 1748), carta (5 de Setembro de 1748), provisão de licença por três meses da Relação do Porto onde é Desembargador (4 de Novembro de 1748); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de 15 de Fevereiro de 1755), provisão para tomar posse por procurador (28 de Fevereiro de 1755), aposentado na Relação do Porto (7 de Abril de 1758), alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (4 de Março de 1760), alvará de ordenado de 200\$000 réis como aposentado (20 de Maio de 1760); **Corregedor do cível das Acções Novas**. Recebeu provisão a Teresa de Morais para sub-rogar três vinhas na Cruz da Cabreira e duas terras no sítio da Preguiça do vínculo do dito por um lameiro na quinta de Telhares e três terras na Refega (5 de Julho de 1714), alvará de administração de uma capela instituída por Duarte Pires Sollis no Convento da Santíssima Trindade em Lisboa (31 de

Outubro de 1721), alvará de administração de uma capela que instituiu o padre Bento Simões na Igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa (4 de Janeiro de 1724), alvará de administração vitalícia da capela instituída por Giraldo Vaz de Carvalho (16 de Janeiro de 1741), alvará de administração em sua vida da capela instituída por Margarida Dias no Convento de S. Francisco de Lisboa (25 de Junho de 1742), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Julho de 1742), alvará de ajuda de custo (21 de Outubro de 1743), provisão para ceder todo o direito e acção que tinha na denúncia de certa capela (22 de Setembro de 1744), carta de administração da capela instituída pelo padre Bento Simões na Igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa (11 de Novembro de 1747), comissão ao Juiz de Fora de Amarante para tomar conhecimento de uma causa de execução (4 de Março de 1748), e apostila de declaração à provisão de que faz menção a D. Maria Rosa Adriana para poder aforar em vidas ao dito as propriedades referidas pelo foro de 22\$000 réis anuais (11 de Maio de 1750).

Observações: Leu no Desembargo do Paço a 8 de Maio de 1720. Foi provido em Juiz de Fora de Trancoso em 1722. Deste lugar, passou para Corregedor das Ilhas, tomando por ele posse da Relação do Porto o Desembargador Filipe Ribeiro da Silva a 18 de Setembro de 1742. Fez viagem para as Ilhas, onde exercitou o seu emprego com reconhecido desvelo e, completo o tempo, voltou ao Reino, onde houve lugar na Relação do Porto, de que tomou posse por ele o Desembargador João Barroso Pereira a 23 de Julho de 1748. No Desembargo da Relação do Porto foi senador muitos anos, com créditos do seu merecimento e purificado na balança da Ciência e Justiça. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo em 1752 (MM).

João de Amorim Pereira (Bacharel), nascido em 1725 ou 1726, natural de Vila Nova da Cerveira, filho de Domingos de Amorim e de Mónica Quaresma da Silva, neto paterno de Manuel Pires e Francisca de Amorim, e neto materno de Lino Rodrigues de Carvalho e Francisca da Silva. Foi **Juiz de Fora de Serpa** (despachado a 19 de Janeiro de 1757); **Intendente-Geral do Comércio** (carta do lugar de 4 de Julho de 1763); **Intendente-Geral do Comércio, Agricultura e Manufatura da Capitania do Pará** por três anos e pelos mais que correrem (decreto de 28 de Julho de 1763), carta (4 de Agosto de 1763), carta de recondução do lugar (26 de Setembro de 1772); **Juiz Conservador da Companhia Geral do Grão Pará** (alvará de 5 de Outubro de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (22 de Dezembro de 1779), carta de Desembargador da Relação do Porto (23 de Dezembro de 1779); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** na terceira Casa, alvará de mercê de apo-

sentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (4 de Fevereiro de 1792), alvará de 200\$000 réis de assentamento do lugar de Desembargador da Relação do Porto (9 de Abril de 1793). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença com hábito (6 de Agosto de 1763).

Observações: Os ascendentes nomeados são naturais de Vila Nova da Cerveira da Comarca de Valença e lá moradores. Os pais e avós sempre se trataram à lei da nobreza, e viviam com criados das suas fazendas, tendo servido o pai de Procurador do Concelho e Almotacé da vila natal. O Bacharel é, à data de Outubro de 1754, casado com Ana Maria Guerreira, que é filha de Diogo Lourenço e Maria Rosa Guerreira, já defunta, todos oriundos da freguesia de Lanhelos e lá moradores. Lanhelos dista de Vila Nova da Cerveira uma légua. O Bacharel mora, à data de Dezembro de 1754, em Vila Nova da Cerveira (LB). Em atenção ao bem que serviu o anterior lugar, Sua Majestade fez-lhe mercê, por decreto de 28 de Julho de 1763, do lugar de novo Intendente-Geral do Comércio, Agricultura, e Manufatura da capitania do Pará por três anos, e pelos mais que correrem enquanto o dito Senhor não mandar o contrário. Da referida mercê foi feita e passada carta, pela Chancelaria-mor do Reino, a 4 de Agosto de 1763 (MM).

João Anastácio Ferreira Raposo (Bacharel em leis), nascido em 1737 ou 1738, natural de Mafra, filho de José Raposo Ferreira e de D. Josefa dos Anjos, neto paterno de João Dias Raposo e Escolástica Francisca, e neto materno de António Fernandes e Antónia João.

Foi **Corregedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de 28 de Agosto de 1777), posse (10 de Setembro de 1777), reconduzido em Corregedor de Torres Vedras com predicamento de primeiro banco (Dezembro de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Maio de 1784), Desembargador da Relação do Porto no lugar de Corregedor de Belém (posse a 11 de Maio de 1784), carta de **Corregedor do crime do Bairro de Belém da vila de Oeiras** com assento na Relação do Porto (8 de Maio de 1784); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Março de 1792); **Vereador do Senado da Câmara** (alvará para servir de 29 de Dezembro de 1798); **Conselheiro** (carta de Conselho de 10 de Julho de 1801); **Superintendente da décima de Oeiras; Conservador da cidade; Superintendente do Convento de Mafra**. Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito (12 de Dezembro de 1766), carta do hábito da Ordem de Cristo no convento de Tomar (20 de Outubro de 1770), provisão a José Joaquim Dias Raposo para sub-rogar com o dito uma casa da capela do Espírito Santo em Mafra (27 de Fevereiro de 1783), provisão para tomar de aforamento a D. Mariana Inês e Cid uma terra de vínculo sita junto de Mafra (25 de Outubro de 1792),

provisão de faculdade para permutar a albergaria de vínculo em Mafra por umas casas com o prior da mesma vila José Joaquim Dias Raposo (28 de Maio de 1794), provisão para conhecimento de causa (6 de Maio de 1795), alvará de Superintendente dos Foros e Rendas das terras de Nossa Senhora da Ajuda e Belém da Real Coroa (6 de Maio de 1800), e alvará de fidalgo cavaleiro (8 de Janeiro de 1803).

Observações: Recebeu certidão negativa com 74 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais de Alcobça. A mãe e avós maternos são naturais da freguesia de S. Pedro de Almargem do Bispo da Comarca de Torres Vedras. O pai é Capitão e familiar do Santo Ofício. O pai serve actualmente de Vereador no senado da câmara de Mafra, gozando de nobreza e sendo dos principais dessa vila. Os avós paternos moraram em Alcobça, e aí viveram abundantemente das suas fazendas. Os avós maternos moraram em Almargem do Bispo, e foram lavradores abastados de cabedais. O habilitante tem dois irmãos germanos beneficiados na colegiada de Santo André de Mafra, e um tio direito materno presbítero do hábito de S. Pedro. O habilitante é, à data de Março de 1763, solteiro e morador em Mafra. O habilitante é bom estudante (LB).

João de Andrada Leitão (Bacharel; Licenciado), filho de Melchior de Andrade (ou Belchior de Andrade Leitão) e de D. Catarina de Figueiredo, neto paterno de Manuel Leitão e Maria de Andrade, e neto materno de António de Figueiredo e Maria Travassos.

Foi **Juiz de Fora de Coimbra** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Setembro de 1663), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (28 de Novembro de 1667); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador honorário dos agravos da Casa da Suplicação de 25 de Agosto de 1674); **Corregedor da Corte** (carta de Março de 1688), carta de Corregedor do crime da Corte; **Auditor-Geral da Gente da Guerra de Lisboa** (carta), Auditor-Geral da Gente da Guerra na Comarca da Estremadura. Recebeu carta de hábito da Ordem de Cristo (28 de Junho de 1652), e 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu filho (6 de Setembro de 1674).

Observações: O pai do agraciado é fidalgo da Casa de Sua Majestade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Escrivão dos filhamentos, Tesoureiro do Tesouro e Casa de Sua Majestade. O pai nasceu em Pedrógão Grande, e os avós paternos nasceram e moraram no mesmo sítio. O agraciado é irmão de Manuel Leitão de Andrade, fidalgo da Casa de Sua Majestade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. O agraciado é solteiro. A mãe e a avó materna são naturais de Óbidos. O agraciado, à data de 3 de Junho de 1652, mora em Lisboa. O avô materno é natural de Évora, e morou na freguesia de S. Mamede, tal como em Óbidos. O agraciado é fidalgo da Casa de Sua Majestade, e cavaleiro

com o hábito de Cristo. A mãe da avó materna chama-se Severina Travassos (LB). É irmão do Desembargador Diogo de Andrade Leitão. O pai serviu nas Armadas na Flandres e, além de Fidalgo da Casa Real, foi Escrivão dos Filhamentos. O pai faleceu em 1657. O avô paterno era Escudeiro Fidalgo. A avó paterna é natural da Sertã, e filha de Cristóvão da Mota. O avô materno é natural de Évora. Foi Fidalgo da Casa de Sua Majestade (MM).

João António de Araújo e Azevedo (Bacharel), natural de Santa Maria de Sá no termo da vila de Ponte de Lima da Comarca de Viana do Minho, filho de António Pereira Pinto de Araújo e Azevedo.

Foi **Provedor de Coimbra** com beca e posse no Porto a que terá acesso logo que Sua Majestade o houver por bem (decreto de 16 de Janeiro de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1802); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta de 20 de Dezembro de 1804); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 7 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de profissão hábito (12 de Janeiro de 1804), e alvará de uma vida na comenda de S. Pedro do Sul da Ordem de Cristo (16 de Março de 1820).

Observações: Recebeu certidão negativa a 29 de Agosto de 1826, com 65 anos (RGM). Foi irmão de António de Araújo e Azevedo, do Conselho de Sua Majestade e seu ministro em Haia e Paris (MM).

João António Cogominho de Vasconcelos Sampaio (Bacharel em leis; Licenciado), também *João António de Vasconcelos Cogominho*, também *João António Cogominho de Vasconcelos*, também *João António Cogominho*, também *João António de Vasconcelos e Sampaio*, nascido em 1700 ou 1701, natural de Viana do Alentejo, filho de João de Sampaio Cogominho e de D. Margarida Teresa de Vilada e Alfaro.

Foi **Juiz dos órfãos de Beja** despachado pelo Concelho do Infantado (1728); **Juiz dos órfãos do Porto** (carta de mercê de 28 de Fevereiro de 1734); **Juiz do fisco na Inquisição de Évora**; **Juiz de Fora de Évora** (carta de 23 de Agosto de 1734), alvará de beca honorária (23 de Agosto de 1734); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 de Setembro de 1748), provisão para jurar por procurador na Chancelaria (12 de Setembro de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 17 de Janeiro de 1750), provisão para que por seu procurador possa tomar posse do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (28 de Janeiro de 1750); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Abril de 1754). Recebeu carta de padrão de 38\$000 réis de tença.

Observações: O agraciado mora em Lisboa, às Portas da Cruz, à data de 20 de Fevereiro de 1727. No ano anterior parece que vivia em Viana do Alentejo. O pai do agraciado é natural e morador de Viana do Alentejo (LB). É irmão do Desembargador António de Sampaio Cogominho de Vasconcelos. Leu no Desembargo do Paço a 1 de Março de 1727, com os votos de bom estudante em leis. Foi ministro de ponderáveis condições que existiu sempre no estado de celibatário. Foi Juiz dos órfãos de Beja, despachado pelo Concelho do Infantado em 1728, donde transitou para Juiz dos órfãos do Porto no ano de 1733, que não serviu completamente por haver sido promovido Juiz do fisco na Inquisição de Évora. Depois foi empregado com beca na Inquisição de Coimbra, onde manejou diligências na Província transmontana pelos culpados de judaísmo. Passou a Desembargador da Relação do Porto, de que tomou posse a 24 de Setembro de 1748, seguindo-se o mesmo cargo na Casa da Suplicação em 1750. Neste tribunal foi agravista no ano de 1754. Pelo reconhecimento dos seus méritos, Sua Majestade nomeou-o Chanceler da Relação do Porto em Março de 1757, cujo ministério não ocupou por haver morrido oito dias depois da sua nomeação em Lisboa. Foi cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo, e fidalgo da Casa Real (MM).

João António de Morais (Bacharel em leis), nascido em 1771 ou 1772, natural de Punhete [actual Constância], filho de Daniel António de Morais Ferro Cabral Martinho (ou Daniel António de Morais) e de D. Leonor Jacinta de Morais, neto paterno de Bernardo Ferro Furtado e D. Brites Maria de Morais, e neto materno de Rodrigo Soares da Fonseca e D. Maria Josefa Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Torrão** (decreto de 24 de Junho de 1796); **Juiz de Fora de Évora** (carta do lugar de 27 de Abril de 1802), provisão de licença por dois meses (15 de Junho de 1803); **Provedor da Comarca de Moncorvo** (carta do lugar de 23 de Abril de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Julho de 1818), provisão para prestar juramento e tomar posse de um lugar de Desembargador da Relação do Porto sem embargo da falta da carta (6 de Agosto de 1818); **Juiz da Relação do Porto** (carta de nomeação de 15 de Janeiro de 1836); **Escrivão e Tabelião do Juízo de Direito da Comarca de Aveiro** (carta de 29 de Novembro de 1844). Recebeu carta de confirmação da doação de 2 contos de réis que fez a sua mulher Ana Perpétua de Azevedo (3 de Agosto de 1820), carta do título de barão de Perafita (13 de Abril de 1837), e alvará de fidalgo da Casa Real com 1600\$000 réis de moradia e um alqueire de cevada por dia (13 de Dezembro de 1838).

Observações: Foi Conselheiro e membro do Supremo Tribunal de Justiça (RGM). O pai e avós paternos do agraciado são naturais do Seixo do Cervedal na freguesia de S. Pedro, bispado de Coimbra, e a mãe e avós maternos

são oriundos de S. Romão. O agraciado é, à data de Março de 1794, solteiro (LB).

João António de Oliveira (Bacharel em leis), nascido em 1692 (ou a 5 de Janeiro de 1690), natural de Lisboa (ou Lisboa Oriental, ou do lugar de Chelas em Lisboa), filho de Bernardo António de Oliveira e de Isabel da Conceição, neto paterno de João Serrão de Oliveira e Luísa de Oliveira, e neto materno de Domingos Francisco e Francisca Gomes.

Foi **Juiz de Fora de Ourém** (1723); **Juiz de Fora de Campo Maior** (1726), carta (6 de Agosto de 1728); **Superintendente das três Comarcas na Estremadura** (despacho de 19 de Dezembro de 1733); **Corregedor de Santarém** (decreto de 3 de Março de 1742), carta (14 de Agosto de 1742), posse (17 de Agosto de 1742), carta de Corregedor da Comarca de Santarém por três anos (27 de Julho de 1743); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Julho de 1748), posse na Relação do Porto (23 de Julho de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Novembro de 1749), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (7 de Abril de 1753); **Corregedor do cível da Corte** (1753); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Abril de 1754); **Juiz da Coroa** (carta de 22 de Março de 1758), alvará de 300\$000 réis de ordenado com o dito cargo (29 de Maio de 1758); **Juiz Conservador do Contrato do Sal em Lisboa** (provisão de 7 de Junho de 1758); **Conselheiro da Fazenda** (29 de Dezembro de 1761), carta (3 de Janeiro de 1762); **Tesoureiro do Conselho** (carta de 12 de Janeiro de 1762); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade (12 de Janeiro de 1762). Recebeu alvará da capela (9 de Maio de 1747), alvará de ordenado de 32\$000 réis (29 de Maio de 1758), e alvará de fidalgo da Casa Real com moradia (2 de Julho de 1762).

Observações: Recebeu certidão negativa a 13 de Janeiro de 1817, com 124 anos de idade. Bom estudante. Os pais são naturais de Lisboa Oriental, e os avós paternos e maternos são-no de Lisboa. O agraciado é solteiro (LB). Leu no Desembargo do Paço em idade mais adulta a 11 de Março de 1722, com louvores de bom estudante que já lhe advinham da Universidade de Coimbra. É casado com D. Clara Gertrudes de Seixas, havendo geração. A sua mulher é irmã de D. Frei João Bispo de Ariopali, e de D. Francisca de Seixas da Fonseca Borges, esta mulher de Bernardo da Silva Ferrão, tenente-general com o governo das Minas Gerais e pai do Desembargador Francisco Roberto da Silva Ferrão. Foi promovido em Juiz da Coroa nos provimentos de 14 de Março de 1758, cujo honorífico cargo exercitou com a sua aceitação de grandes e pequenos, porque a todos agrada a sua rectidão e justiça, favor e equidade. Finalmente,

foi eleito Conselheiro da Fazenda a 29 de Dezembro de 1761, cujo ministério exercita adequadamente na mais real vontade do soberano. Pertence ao Conselho de Sua Majestade. Fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo (MM).

João António Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcelos (Bacharel), também *João António Ribeiro de Almeida e Vasconcelos*, também *João António Ribeiro de Sousa*.

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (carta de mercê de um lugar de 13 de Março de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício em Corregedor da mesma Comarca (12 de Outubro de 1814), carta (17 de Dezembro de 1817), provisão para ter exercício de Desembargador da Relação do Porto quando lho permitisse o lugar de Corregedor da Comarca (22 de Dezembro de 1817); **Corregedor e Provedor da Comarca do Porto** (carta de 12 de Outubro de 1814), provisão para tomar posse do lugar (18 de Outubro de 1814), carta do lugar (22 de Outubro de 1814), provisão de dois meses de licença (23 de Outubro de 1815), carta do lugar (17 de Dezembro de 1817); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 14 de Dezembro de 1827); **Desembargador Agravista graduado da Casa da Suplicação** (alvará de 12 de Janeiro de 1831).

João António Rodrigues Ferreira (Bacharel em leis), nascido em 1772 ou 1773, natural de Lisboa da freguesia de Santo Estêvão de Alfama, filho de António Rodrigues Ferreira, neto paterno de Silvestre Rodrigues e Polónia Sobrinha, e neto materno de Manuel da Fonseca Coutinho e Catarina Maria.

Foi **Auditor-Geral do Exército** que passou a Espanha vencendo o soldo que lhe competir (decreto de 17 de Agosto de 1793); **Desembargador da Relação da Baía** com assento da Relação do Porto (carta de 26 de Agosto de 1793); **Juiz do crime do Bairro do Castelo** (decreto de Maio de 1798); **Superintendente da décima da freguesia de Nossa Senhora dos Olivais e suas anexas** (alvará do lugar de 20 de Setembro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Maio de 1804), carta (11 de Junho de 1804), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria-mor do Reino o juramento do estilo ao passar a carta de Desembargador da Relação do Porto (11 de Outubro de 1804), carta de Desembargador da Relação do Porto continuando em **Superintendente da décima e Juiz do crime do Bairro do Castelo** (14 de Novembro de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta

de 21 de Novembro de 1808), carta de mercê de privilégio de Desembargador (19 de Setembro de 1815), carta de mercê de um lugar ordinário (28 de Janeiro de 1817), alvará para ser reintegrado no seu lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (8 de Julho de 1824); **Promotor das Justiças** (carta de 7 de Julho de 1821); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 24 de Março de 1825); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício de Corregedor do crime da Corte (carta de 25 de Junho de 1825); **Conselheiro** (carta de 1 de Dezembro de 1827); **Conselheiro do Ultramar** com ordenado (carta de 4 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de Auditor de regimento (22 de Outubro de 1776), provisão que lhe concede um ano para vir à Corte (3 de Outubro de 1778), padrão de 19\$000 réis de tença (21 de Junho de 1791), carta de profissão de hábito (6 de Julho de 1791), carta de padrão de 19\$000 réis num dos Almojarifados dos 50\$000 réis com que foi deferido o hábito de S. Bento de Avis (12 de Julho de 1791), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (29 de Julho de 1791), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título de hábito da Ordem de S. Bento de Avis (1 de Setembro de 1791), alvará para transitar da Ordem de S. Bento para a de Cristo (18 de Julho de 1796), alvará de Juiz da alfândega do Rio de Janeiro (20 de Março de 1800), alvará de serventia de Juiz da alfândega do Rio de Janeiro (20 de Maio de 1800), e provisão de licença para poder comprar um bergantim (7 de Fevereiro de 1800).

Observações: Pelo decreto de 13 de Junho de 1796, conferiu-se-lhe a mercê de passar da Ordem de Avis para a de Cristo (MM). O pai e avós paternos são naturais da freguesia de Santa Maria no arcebispado de Tui. A mãe procede da mesma freguesia que o agraciado. A avó materna é natural da freguesia da Sé de Lamego, e a avó materna provém de Colares (LB).

João António Salter de Mendonça (D.) (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Jorge Salter de Mendonça e de D. Antónia Francisca Pessoa de Lima, neto materno de Bento Correia de Lima. Foi **Auditor do Regimento da Marinha** (18 de Novembro de 1763), carta (24 de Novembro de 1763); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** e dispensado na residência (decreto de 17 de Dezembro de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Dezembro de 1779); **Conservador do tabaco da Comarca do Porto** (alvará do lugar de 2 de Março de 1786); **Conservador dos Tabacos na Beira Minho e Trás-os-Montes** (2 de Março de 1786); **Fiscal e Conservador da Companhia dos Vinhos**; **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta (5 de

Setembro de 1789), carta (15 de Maio de 1795); **Corregedor do crime** da primeira ou segunda vara (decreto de 24 de Junho de 1793); **Ajudante do Procurador da Coroa** (decreto de 24 de Junho de 1793); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de um lugar de 2 de Maio de 1794); **Procurador da Coroa** (decreto de 8 de Fevereiro de 1799); **Conse-lheiro** (carta de título de Conselho de 24 de Março de 1802); **Desembargador do Desembargo do Paço** conservando o emprego de Procurador da Coroa (13 de Maio de 1802), carta do lugar (25 de Maio de 1802); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Março de 1812); **Deputado da Junta do tabaco**. Recebeu carta de padrão de tença de 30\$000 réis e hábito (30 de Outubro de 1772), padrão de 18\$000 réis de tença (3 de Novembro de 1772), carta de padrão de tença de 12\$000 réis (3 de Novembro de 1772), alvará de ofício (15 de Maio de 1795), alvará de faculdade para nomear serventuário no ofício de Porteiro e Guarda da alfândega do Rio de Janeiro (21 de Julho de 1795), provisão de Porteiro e Guarda da alfândega do Rio de Janeiro (28 de Setembro de 1795), alvará de faculdade para nomear serventuário no ofício de Porteiro e Guarda da alfândega do Rio de Janeiro (27 de Novembro de 1795), provisão de 400\$000 réis de pensão imposta no ofício de Porteiro da alfândega do Rio de Janeiro (14 de Março de 1796), provisão para que a pensão de 400\$000 réis que tinha no ofício de Porteiro e Guarda da alfândega do Rio de Janeiro a favor das sobrinhas do Desembargador José Luís Franco seja paga na dita cidade pelo serventuário do mesmo ofício (14 de Maio de 1796), alvará de administração de uma capela com a pensão de 80\$000 réis a D. Ana Joaquina da Encarnação (27 de Maio de 1798), alvará de uma vida numa capela com pensão de 80\$000 réis a D. Ana Joaquina da Encarnação (27 de Maio de 1798), alvará de administração da capela da Coroa instituída por Manuel Teixeira de Carvalho (27 de Maio de 1798), alvará de renúncia do ofício de Porteiro da alfândega do Rio de Janeiro (4 de Julho de 1798), alvará de administração da capela instituída por Manuel Teixeira Carvalho (24 de Setembro de 1798), carta de administração da capela instituída por Manuel Teixeira Carvalho (19 de Abril de 1799), carta de administração da capela incorporada na Coroa instituída por Manuel Teixeira de Carvalho reservando em vida a D. Ana Joaquina da Encarnação a pensão de 80\$000 réis (20 de Abril de 1799), alvará de vida dos bens da Coroa e Ordens (24 de Julho de 1799), alvará de mercê dos bens da capela instituída por Manuel Teixeira de Carvalho que se acha incorporada na Coroa com ónus de 80\$000 réis a D. Ana Joaquina da Encarnação (24 de Julho de 1799), provisão declarando irrevogável a nomeação

que nele fez sua mulher D. Ana Rosa de Noronha Lima Sernache de certos prazos (17 de Agosto de 1801), alvará de sobrevivência do ofício de Escrivão da Carga e Descarga das Naus da Índia e Armada (20 de Maio de 1802), alvará do ofício de Escrivão da Carga e Descarga das naus da Índia (26 de Maio de 1802), alvará de fidalgo cavaleiro (19 de Junho de 1802), provisão da confirmação do aforamento que lhe fez Vasco Salter Mascarenhas de Mendonça dos bens de vínculo de que trata sítos em Camarate (4 de Maio de 1803), carta de legitimação a sua filha Helena (6 de Fevereiro de 1809), carta de legitimação a seu filho Jorge (6 de Fevereiro de 1809), alvará de comenda (26 de Agosto de 1809), provisão para poder dar de aforamento a quem lhe parecer umas casas com seu quintalinho pertencentes ao morgado que administra (22 de Fevereiro de 1811), carta de mercê do ofício de Escrivão da Carga e Descarga das Naus da Índia e Armazéns Reais (5 de Abril de 1811), alvará de renúncia de ofício de Escrivão da Carga e Descarga das Naus da Índia (14 de Fevereiro de 1812), provisão para poder emprazar 200 braças de terra no sítio dos Pardais freguesia de Pedroso termo do Porto (6 de Julho de 1816), alvará para nomear serventuário ao ofício de Escrivão da Carga e Descarga dos navios da Índia e Armazéns (20 de Dezembro de 1816), provisão de extinção do vínculo com suas anexações etc., instituído por António Rodrigues da Serra (7 de Junho de 1817), provisão de reunião de bens num morgado (7 de Junho de 1817), provisão para sub-rogar uma courela de vinha chamada Azinhaga Longa pequena no distrito de Camarate (15 de Novembro de 1817), provisão de adjudicação dos oito terrenos etc. (12 de Fevereiro de 1818), alvará de uma vida mais na capela instituída por Manuel Teixeira de Carvalho com a pensão que tem de 80\$000 réis para a última administradora D. Ana Joaquina da Encarnação (27 de Maio de 1818), provisão para adjudicar à sua quinta da Charneca duas courelas no sítio do Amarelo e pertencentes a Mariana Inácia da Conceição de Visconde de Manique (13 de Março de 1819), provisão de dispensa (29 de Março de 1819), provisão de confirmação do aforamento de um terreno contíguo à sua quinta do Freixo em Campanhã no termo do Porto (8 de Julho de 1819), provisão de confirmação de uma leira de terra no monte da freguesia de Águas Santas no concelho da Maia (8 de Julho de 1819), provisão para poder sub-rogar sete pequenos foros que paga à Irmandade do Santíssimo da freguesia de Camarate por três apólices de 100\$000 réis cada uma (11 de Agosto de 1819), provisão de sub-rogação (29 de Outubro de 1819), carta do título de visconde de Azurara (20 de Julho de 1820), carta do título de visconde de Azurara em duas vidas (22 de Julho de 1820), provisão de

sub-rogação de sete apólices por um prazo foreiro à Misericórdia de Arruda (13 de Setembro de 1820), alvará da comenda de S. Pedro de Farinha Podre da Ordem de Cristo (22 de Novembro de 1820), alvará de administração por tempo de um ano da comenda de S. Pedro de Farinha Podre da Ordem de Cristo (16 de Dezembro de 1820), alvará de uma vida na comenda de S. Pedro da Farinha Podre da Ordem de Cristo (29 de Outubro de 1821), e carta de mercê de Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (11 de Dezembro de 1823). **Observações:** O pai era Desembargador. A mãe é natural de Pernambuco. O avô materno, além de Capitão do mar, foi senhor do engenho de Goiana e padroeiro de Nossa Senhora das Maravilhas. O Bacharel é bisneto materno de Cristóvão de Lima, o qual por sua vez era neto do primeiro Visconde de Ponte de Lima e de sua segunda mulher, D. Cosma Pessoa. Esta era filha de Nuno Camelo, sargento-mor do Estado de Pernambuco e de sua segunda mulher, D. Inês Pessoa, esta filha de João Ribeiro Pessoa, que foi Fidalgo da Casa Real. No provimento dos lugares dos auditores dos regimentos do Exército de Portugal, conferidos de novo a 18 de Novembro de 1763, foi provido no regimento da Marinha de Lisboa, de que é coronel o conde da Ponte (MM).

João António Teixeira de Bragança (Bacharel em leis), natural de Rebordondo na freguesia de Santa Eulália de Anelhe do termo de Chaves e arcebispado de Braga, filho de Domingos Vaz da Silva e de D. Maria Alves Teixeira de Bragança, neto paterno de António Afonso e Maria Vaz Carvalho, e neto materno de Álvaro Afonso Teixeira de Bragança e Maria Vaz de Abreu. Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (7 de Janeiro de 1771), carta (4 de Março de 1771); **Ouvidor de S. Tomé** (29 de Abril de 1779), carta de Ouvidor das ilhas de S. Tomé e Príncipe com posse na Relação do Porto (13 de Setembro de 1779), posse (29 de Janeiro de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1794), carta (27 de Maio de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 17 de Dezembro de 1801), carta (18 de Janeiro de 1802); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Maio de 1804), carta (29 de Maio de 1804); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (provisão para tomar posse de um lugar de 18 de Outubro de 1813); **Conselheiro** (carta de Conselho de 13 de Julho de 1821), carta de Conselho (17 de Julho de 1821); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 7 de Setembro de 1821). Recebeu carta de confirmação de doação de bens que fez a seu tio o abade Caetano Teixeira Bragança (10 de Fevereiro de 1774), carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título do hábito da Ordem de Cristo assentados em um dos Almoxarifados do

Reino (13 de Julho de 1779), alvará de serventia de Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes das ilhas de S. Tomé e Príncipe (4 de Novembro de 1779), provisão de confirmação da doação que fez a D. Helena Maria Madalena de Lima Padilha Salazar Serrão Pimentel de 11 domínios directos no lugar da Falagueira (11 de Março de 1819), provisão de confirmação da doação que fez do seu olival de Bolonha a João Inácio de Lima Padilha Salazar Serrão Pimentel (11 de Março de 1819), e carta de confirmação da doação de uma terra e vinha no vale de Deus junto a Odivelas que fez a Joaquim de Lima Padilha Salazar Serrão Pimentel (17 de Março de 1819).

Observações: O agraciado tem nota da universidade de que é portador de boas informações. Os pais, e avós paternos, e maternos são naturais do mesmo local que o agraciado, contudo na informação respeitante ao seu irmão, Luís Caetano Teixeira Bragança, aponta-se Samões como local de nascimento da avó materna, o que não é relevante por serem ambas as freguesias próximas. O seu irmão germano é Bacharel formado na faculdade dos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra, e encontra-se habilitado para ler no Desembargo do Paço e seguir os lugares de letras por altura do seu processo de inquirição de testemunhas (LB).

João Antunes Monteiro (Bacharel), natural de Albergaria.

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega do Ribatejo e Alcochete** (carta de 3 de Dezembro de 1657); **Provedor de Guimarães** (1668); **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 5 de Dezembro de 1676), posse (25 de Fevereiro de 1677).

Observações: Está sepultado na paróquia da Ventosa. Foi casado com D. Mariana Salgado da Labrugeira, e é seu bisneto pela parte materna João Jaques Salina de Santarém (MM).

João de Araújo Ferreira Rebelo (colegial do Colégio de S. Paulo; lente de cânones), também *João de Araújo Ferreira*, natural da freguesia de S. Pedro de Alvite pertencente ao concelho de Cabeceiras de Basto e Comarca de Guimarães, filho de Miguel Ferreira de Araújo e de Joana Vaz Pereira (ou Maria de Campos), neto paterno de João de Araújo Ferreira e Maria de Campos, e neto materno de Gaspar de Campos e Luísa Rebelo.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador de 12 de Setembro de 1723), posse (12 de Outubro de 1723); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Janeiro de 1726), posse (9 de Março de 1726); **Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação** (carta de

mercê do cargo de 23 de Setembro de 1726). Recebeu provisão de nomeação de juizes para a decisão do requerimento de que trata enquanto Curador do menor Manuel Joaquim Correia de Lacerda (15 de Abril de 1731).

Observações: À data de 26 de Junho de 1723 era solteiro. Os pais nasceram e moraram no lugar de Sernadela, pertencente à freguesia de Basto no concelho de Cabeceiras de Basto e Comarca de Guimarães. O avô paterno é natural da mesma freguesia, mas de diferente lugar, cujo nome é Lamelas, e onde também morou. A avó paterna nasceu na freguesia de Santa Marinha de Pedraça do mesmo concelho. Os avós maternos são naturais da freguesia de S. Miguel de Refóios do mesmo concelho (LB). Seguiu o direito canónico e, como aproveitasse tanto na singularidade de sábio, foi aceite no Real Colégio de S. Paulo, onde vestiu a beca a 27 de Abril de 1706. Adicto ao magistério, e sendo lente na Universidade de Coimbra, passou da especulação à praxe pelo vestir da toga na Relação do Porto, com posse a 12 de Outubro de 1723 (MM). Faleceu em Lisboa, deixando sucessão (MM).

João de Azevedo (Doutor), natural de Lisboa, filho de António de Azevedo e de Antónia Rodrigues da Serra.

Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta para servir no tempo das férias no Desembargo do Paço como Desembargador sem ordenado algum de 19 de Setembro de 1680), Desembargador ordinário (24 de Dezembro de 1683); **Conselheiro** (carta de Conselho de 1 de Outubro de 1680). Recebeu carta de Tabelião do Público e Judicial do concelho do Porto enquanto durar o impedimento do proprietário (8 de Julho de 1641), carta de Almojarife em Benavente (5 de Outubro de 1641), provisão para ser metido a provar as matérias que frequentou no ano precedente de que não fez exame (23 de Dezembro de 1642), carta de Escrivão da Sisas de Alhandra (24 de Março de 1649), carta de Escrivão das Sisas de Ferol (23 de Novembro de 1652), carta de Almojarife em Benavente para seu filho (1 de Março de 1653), carta de Almojarife em Benavente para seu genro (1 de Março de 1653), carta de Tabelião do Judicial de Coimbra (20 de Setembro de 1657), alvará de licença para provar certo tempo na Universidade de Coimbra, carta de Tabelião de Coimbra, carta de Tabelião de Leiria, carta de jubulado em cânones, alvará de Escrivão do Meirinho, alvará e apostila de mercê de ofício, carta de Escrivão da Almotaxaria e achadas de Vilarinho da Castanheira, alvará de Escrivão da Vara do Meirinho das Execuções de S. Luís do Maranhão (28 de Janeiro de 1669), apostila declarando que o ofício que lhe foi conferido pelo casamento de sua irmã é o de Escrivão da Vara de S. Luís do Maranhão (21 de Maio de 1669), alvará para nomear serventuário no ofício de Escrivão da Vara das Execuções

do Maranhão que lhe foi conferido por casamento de uma sua filha (2 de Outubro de 1669), carta de Tabelião do Judicial de Leiria (14 de Agosto de 1671), apostila de 120\$000 réis de juro, verba de 120\$000 réis de juro, apostila de 100\$000 réis de juro, apostila de 50\$000 réis de juro, padrão de 28\$000 réis de tença, provisão de vestimenta e mercê ordinária de 4\$100 réis cada seis meses desde 1681 até 1696 (5 de Novembro de 1681), carta de padrão de 28\$000 réis por se achar casado com Luísa Maria (10 de Outubro de 1682), carta de mercê de 12\$000 réis para os ter com o hábito de Santiago (20 de Fevereiro de 1683), carta de padrão de 2\$376 réis cada ano de vestimenta ordinária (6 de Abril de 1685), carta de padrão de 88\$000 réis para seu sobrinho Francisco Lopes (17 de Janeiro de 1689), e carta de padrão de 12\$000 réis com o hábito de Cristo para seu sobrinho Francisco Lopes (1 de Março de 1698).

Observações: Foi Reposteiro da Câmara do Número. Foi estudante matriculado na Universidade de Coimbra (RGM). Participou o seu talento de uma notável literatura que, na Universidade de Coimbra, fez a todos patente e no Colégio Real de S. Paulo a continuou, com créditos da sua pessoa, e com aplausos daquela literatíssima palestra, recebendo a beca de colegial a 9 de Julho de 1660. Foi lente de várias cadeiras, até à posse da de Prima de cânones, em que ornou todo o seu magistério. Seguindo o estado sacerdotal, foi um dos eclesiásticos mais bem morigerados que no seu tempo se reconheceram, tanto nos honoríficos empregos que serviu, como no grande exemplo com que se portou. Faleceu a 19 de Novembro de 1697, e foi sepultado na sacristia da Sé de Lisboa. Foi colegial de S. Paulo. Foi lente de Prima de cânones. Foi lente de leis na Universidade de Coimbra. Leu a 26 de Maio de 1678. Nas cátedras do Reino foi cônego doutoral do Algarve, Viseu, Coimbra, e Lisboa. Nas Inquirições foi Deputado da de Coimbra e do Conselho Geral da de Lisboa e subdelegado da Bula (MM). Para que no estado secular se admirasse o seu merecimento, vestiu a toga palatina no Desembargo do Paço a 20 de Setembro de 1680, associada a um lugar honorário com exercício nas férias. Este lugar teve-o depois como ordinário a 24 de Dezembro de 1683. Manteve-se catorze anos no Desembargo do Paço «*aquele real congresso*» (MM).

João de Azevedo (Fr.) (Doutor), natural de Lisboa, filho de António de Azevedo (ou Pedro de Azevedo, ou Mateus de Azevedo, ou Manuel de Azevedo, ou Lourenço de Azevedo) e de Antónia Rodrigues da Serra (ou D. Isabel Pereira), neto materno de André Pinto e Maria Ribeira. Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** (carta de 2 de Maio de 1741); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** enquanto Frei (9 de Dezembro de 1745), carta (14 de Dezembro de 1745), provisão para poder jurar por procurador e tomar posse do lugar (12 de Janeiro de 1746).

João de Azevedo Barros (Bacharel em cânones; Licenciado), nascido em 1690 ou 1691, natural de Lisboa, filho de Manuel de Azevedo Barros e de Ângela Maria, neto paterno de João de Azevedo e Maria de Barros, e neto materno de Domingos João e Maria da Cruz.

Foi **Ouvidor-Geral da Comarca do Ouro Preto** no distrito das Minas (carta de mercê do cargo de 22 de Março de 1728); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Comarca de Vila Rica do Ouro Preto** (alvará de serventia do ofício de 22 de Março de 1728); **Corregedor do crime do Bairro da Ribeira** por três anos (carta de 3 de Março de 1744), carta de recondução por mais três anos no lugar, com beca (30 de Abril de 1747); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê do lugar de 23 de Fevereiro de 1750). Recebeu provisão de Porteiro da Chancelaria da Relação do Porto (3 de Dezembro de 1715), provisão para nomear serventuário para o ofício de Porteiro da Chancelaria da Relação do Porto (18 de Julho de 1718), provisão de licença para que possa casar (7 de Dezembro de 1719), carta de padrão de tença de 12\$000 réis de hábito (5 de Julho de 1722), carta de padrão de 8\$000 réis de tença num dos Almoarifados do Reino (27 de Julho de 1722), verba de 50\$000 réis de juro (22 de Julho de 1732), apostila de 50\$000 réis de juro (21 de Novembro de 1732), provisão de mercê do ofício de Porteiro da Chancelaria da Relação do Porto (3 de Dezembro de 1745), e carta de Porteiro da Chancelaria da Relação do Porto (27 de Outubro de 1749).

Observações: Recebeu certidão negativa com 121 anos. Foi bom estudante. O agraciado mora, pelo menos à data de 1716, em S. Crispim. O seu pai é natural de Viana do Castelo, e foi cavaleiro professor do hábito de Cristo e oficial do Conselho da Fazenda. A sua mãe nasceu em Lisboa, na freguesia de S. Pedro de Alfama. Os pais do agraciado casaram em Lisboa. A avó materna é natural da freguesia de S. Pedro de Alfama (LB).

João de Azevedo Pacheco Sacadura Bote (Bacharel), natural de Aqueira (ou Silvã) no concelho de Azurara da Beira, filho de Ventura António Sacadura Bote.

Foi **Juiz de Fora de Loulé** (resolução de 4 de Janeiro de 1778), carta (23 de Janeiro de 1778); **Juiz do fisco de Évora**; **Juiz de Fora de Coimbra** (provisão para usar de beca no dito lugar e título de **Desembargador da Relação do Porto** de 1 de Dezembro de 1789), carta de Desembargador da Relação do Porto (19 de Dezembro de 1793); **Desembargador da Casa da Suplicação** (17 de Dezembro de 1801), carta de um lugar (23 de Janeiro de 1802); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 7 de Janeiro de 1805).

Recebeu (com D. Maria Delfina Amaral) provisão de reunião de bens de morgado (8 de Agosto de 1806). **Observações:** Foi bom estudante. No arquivo da câmara do concelho existe uma dissertação sua em que, mostrando as insubsistências das Posturas chamadas do Limite, defende a liberdade dos prédios (MM).

João de Azevedo Silveira (Licenciado), nascido em 1616 ou 1617, natural de Lisboa, filho de Luís de Azevedo da Silveira e de D. Mariana da Silveira, neto paterno de Tristão de Azevedo e Margarida da Silveira, e neto materno de Jorge Pedroso de Matos (ou André da Silveira), e Brites de Carvalhosa Palhavã.

Foi **Corregedor de Tomar** (carta de 1 de Março de 1644); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 11 de Julho de 1657); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Setembro de 1664). Recebeu verba de 15\$166 réis de juro, verba de 32\$862 réis de juro, verba de 40\$453 réis, alvará de aposentadorias, apostila de 40\$453 réis de juro, apostila de 15\$166 réis e meio de juro, e padrão de 34\$380 réis de juro.

Observações: Os pais e avós são provavelmente naturais de Lisboa. Os pais e avós eram pessoas muito nobres, que se tratavam com cavalos na estrebaria e negros, sendo das principais de Lisboa. O habilitante é aparentado, por sangue e afinidade, com comendadores e cavaleiros das três ordens militares, e com fidalgos. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1642, casado com a sua prima co-irmã D. Joana Úrsula, que é filha do Doutor e Desembargador Agravista, Fernando de Matos Carvalhosa, e D. Isabel da Veiga. O habilitante mora, à data de Fevereiro de 1642, em Lisboa na casa do seu sogro e tio, Fernando de Matos Carvalhosa. O habilitante é dotado de gentis costumes e de bens temporais em abundância (LB). A mãe era neta de Gonçalo Gomes da Silveira, filho natural do Desembargador Gomes Eanes de Azurara, este Cronista-mor que o houve de D. Isabel da Silveira, irmã do chaveiro. O Bacharel casou pela primeira vez com D. Joana da Veiga, filha do seu tio, o Desembargador Fernão de Matos Carvalhosa. Casou pela segunda vez com D. Josefa Maria, filha herdeira de Félix de Barbuda, que foi Escrivão do Registo, e de sua mulher D. Maria de Figueiredo (MM).

João Baptista Bavoni (Bacharel em leis; Licenciado), também *João Baptista Bovone*, também *João Baptista Bavone*, também *João Baptista Bovoni*, nascido em 1671 ou 1672, natural de Lisboa, filho de Carlos António Bavoni e de Antónia Bavoni, neto paterno de Nicolau Bavoni e Ana Maria Bavoni, e neto materno de João de Xeres e Joana de Castro.

Foi **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 20 de Junho de 1708); **Corregedor da Comarca de Santarém** por três anos (carta de

30 de Agosto de 1715); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (despacho de 22 de Dezembro de 1725 com Pedro de Maris Sarmento ficando na Corte com o exercício que já tinha de **Ajudante da Procuradoria da Coroa e Fazenda**), carta (8 de Janeiro de 1726), provisão para tomar posse por procurador do lugar (17 de Janeiro de 1726); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 31 de Maio de 1734); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 20 de Março de 1738); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Novembro de 1740); **Conselheiro Ultramarino** (carta de 1 de Fevereiro de 1745), alvará de ordenado de 300\$000 réis (22 de Fevereiro de 1745). Recebeu carta de padrão de tença de 20\$000 réis para sua filha D. Clara Joaquina (2 de Julho de 1755).

Observações: O agraciado foi aluno suficiente. O agraciado foi baptizado na Igreja de S. Paulo, na freguesia do mesmo nome, e é morador na bica pequena da freguesia de S. Catarina de Monte Sinai. O pai é natural de Génova, e baptizado na freguesia de S. Jorge em Génova, e a mãe é natural de Lisboa e baptizada na freguesia de S. Paulo. Os avós paternos nasceram em Génova, e foram baptizados na freguesia de S. Jorge daquela cidade. O avô materno é nascido em Lisboa, baptizado na freguesia de S. Julião, e foi morador na freguesia de S. Paulo. A avó materna é natural de Lisboa, e baptizada na freguesia de S. Paulo, em que foi residente. O agraciado é solteiro pelo menos até Março de 1695 (LB).

João Baptista Dacier (Bacharel em leis), também *João Baptista Daicer*, também *João Baptista Dassier*, nascido em 1722 ou 1723, natural de Lanne no Reino de França e naturalizado em Lisboa (ou Baiona de França), filho de Arnaldo Dassier e Ana Bergoim, neto paterno de Pedro Dassier e Joana Daconleur, e neto materno de João Bergoim e Luísa de Cardenau.

Foi **Juiz de Fora de Melgaço**; **Ouidor de Sergipe de El-Rei** (decreto de 1 de Fevereiro de 1765), carta (6 de Julho de 1765), decreto (27 de Junho de 1770); **Provedor dos defuntos e ausentes da Capitania de Sergipe de El-Rei** (alvará de 8 de Agosto de 1765); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de Desembargador da Relação da Baía com posse de Desembargador da Relação do Porto de 11 de Setembro de 1770); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do lugar de 10 de Novembro de 1778), passou para o Porto (29 de Dezembro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 29 de Outubro de 1779), carta (20 de Novembro de 1783); **Juiz Conservador dos Privilégios da Junta do Comércio** (carta do lugar de 11 de Setembro de 1787). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000

réis num dos Almojarifados do Reino (8 de Março de 1779), e carta de padrão de tença de 20\$000 réis (12 de Setembro de 1779).

Observações: Os pais são naturais de Lanne e lá residiram. O agraciado é solteiro, pelo menos até 24 de Outubro de 1753, data da inquirição de testemunhas (LB). Leu a 30 de Janeiro de 1754. De França passou a Lisboa aos 9 anos na companhia de um irmão. Estudou em Lisboa gramática e filosofia, e na Universidade formou-se em leis. Casou com D. Catarina Rosa, natural de Lisboa, de quem teve José Inácio Dacier, que nasceu igualmente em Lisboa em 1766, e anda em Coimbra no ano de 1785, e D. Maria da Paz. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

João Baptista Esteves (Bacharel em cânones), nascido em 1764 ou 1765, natural de Lígares do termo de Freixo de Espada à Cinta na Comarca de Moncorvo, filho de Brás Esteves e de Maria José Fernandes, neto paterno de Domingo Esteves Seco e Inês Dias (ou Dinis), e neto materno de Domingos Rodrigues Baptista e Isabel Fernandes.

Foi **Juiz de Fora da Moita** (27 de Junho de 1794), carta de Juiz de Fora (14 de Julho de 1794), carta (19 de Julho de 1794); **Juiz de Fora de Setúbal** (decreto de 19 de Maio de 1798), carta (9 de Abril de 1799), provisão de licença de ausência do seu lugar por um mês (27 de Maio de 1800), provisão para tornar para o lugar de Juiz de Fora de Setúbal com o predicamento do primeiro banco (1 de Julho de 1802), carta de Juiz de Fora (10 de Julho de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do lugar de 18 de Agosto de 1807); **Procurador Fiscal das décimas** com 120\$000 réis de ordenado (alvará de 12 de Agosto de 1816); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Julho de 1821); **Superintendente-Geral dos Contrabandos** (carta de 12 de Agosto de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 15 de Novembro de 1823), carta de nomeação para a sexta casa dos Agravos da Suplicação (26 de Março de 1825); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 8 de Abril de 1826), alvará de mantimento como Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda com o seu ordenado de 320\$000 réis por cada ano e mais 40\$000 réis pagos pela Folha das tenças do Reino (9 de Maio de 1826); **Desembargador honorário no Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de um lugar honorário na Mesa do Desembargo do Paço do título de **Conselheiro** de 10 de Dezembro de 1831), alvará de um lugar (16 de Dezembro de 1831). Recebeu provisão de extinção de administração e curadoria posta a Joaquim Rebelo Palhares (20 de Julho de 1801), provisão de curador enquanto Juiz de Fora de Setúbal (29 de Novembro de 1805),

(e outro) provisão de confirmação da doação que lhes fez Domingos Dias Correia (16 de Dezembro de 1814), provisão de Juiz Comissário dos Inventários da herança de Pedro António Vergolino (4 de Abril de 1815), provisão de escuso da comissão da casa de João Infante de Lacerda e sua mulher (24 de Janeiro de 1817), (com sua mulher) provisão de dispensa (7 de Agosto de 1818), e provisão dispensando-o de Juiz Comissário da casa de Tomás de Nápoles Noronha e Veiga Marchão Themudo e concedendo a D. Maria da Madre de Deus Rafael de Saldanha viúva deste no novo Juiz (8 de Outubro de 1819).

Observações: Os avós maternos são naturais do lugar de Maçôres no termo de Torre de Moncorvo. Os avós paternos são naturais do termo de Freixo de Espada à Cinta e Comarca de Moncorvo. Os ditos lugares são vizinhos. O agraciado é solteiro à data de 17 de Abril de 1791 (LB).

João Baptista da Fonseca Teixeira Coelho Cardoso (Bacharel), também *João Baptista da Fonseca Teixeira Cardoso*, também *João Baptista da Fonseca*, natural de Lamego, filho de Agostinho Teixeira de Almeida Cardoso e de D. Francisca Teresa da Fonseca Coelho, neto paterno de João Teixeira de Almeida e Maria Carneiro Correia Cardoso, e neto materno de João Baptista da Fonseca Cadilhe e Maria Luísa Pinto Ribeiro.

Foi **Juiz de Fora de Chaves** (1753); **Ouvidor de Bragança** (28 de Agosto de 1764); **Ouvidor de Braga; Corregedor de Évora** (carta de 20 de Agosto de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (21 de Janeiro de 1784), carta de Desembargador da Câmara e Casa do Porto (4 de Fevereiro de 1784), aposentado na mesma Relação (17 de Dezembro de 1793), alvará de aposentadoria do lugar de Desembargador da Câmara e Casa do Porto (21 de Março de 1794), alvará de aposentado na Relação do Porto (2 de Maio de 1794), alvará de seu ordenado como Desembargador da Câmara do Porto (20 de Agosto de 1794), alvará de aposentado na Relação do Porto (20 de Setembro de 1794).

Observações: Recebeu certidão negativa a 3 de Setembro de 1804, com 70 anos de idade. O pai era cavaleiro na Ordem de Cristo. O avô paterno era senhor da Quinta da Selada em Tourais. A avó paterna era filha de Manuel Correia Cardoso. Os avós maternos instituíram o morgado de Penela junto a Lamego. Casou com D. Eugénia (MM).

João Baptista Vaz Pereira (Bacharel), nascido em 1718, natural de S. Vicente de Redondela, filho de Salvador Vaz e de Joana Baptista Pereira. Foi **Auditor-Geral da gente de guerra de Trás-os-Montes** (depois de 1744); **Ouvidor de alfândega de Lisboa; Chanceler da Relação de Goa** (carta

de 23 de Abril de 1762); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (1777).

Observações: Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Maria I a 13 de Maio de 1777 (MM).

João Barreto de Aguiar (Bacharel em cânones; Licenciado por exame privado em leis de 1689 para 1690), também *João de Aguiar Barreto*, nascido em 1659, natural de Pederneira na Comarca de Leiria, filho de João Luís Patrão (ou João Domingues Patrão) e de Brites Nunes de Aguiar, neto paterno de Domingos Patrão e Margarida Esteves, e neto materno de Sebastião Nunes de Aguiar e Catarina Gomes de Araújo.

Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** (1693), carta; **Corregedor de Castelo Branco** (despacho de 20 de Agosto de 1701), carta, posse até 1704 (5 de Novembro de 1701); **Juiz do cível em Lisboa** com posse em 1696; **Ouvidor da alfândega de Lisboa** por três anos (carta de 3 de Novembro de 1708), Ouvidor da alfândega em 1709 com posse na Relação do Porto pelo Desembargador Miguel de Sequeira e Castelo Branco (16 de Dezembro de 1710); **Desembargador da Relação do Porto** (posse a 25 de Junho de 1718), aposentado na Casa da Suplicação com o mesmo ordenado e propinas que tinha no seu lugar (7 de Novembro de 1725), provisão aposentando-o no lugar (25 de Novembro de 1725). Recebeu carta da fortaleza de Mombaça com a costa de Melinde por renúncia de Isabel de Aguiar sua prima (3 de Fevereiro de 1700), carta da capitania de Mombaça, verba da capitania de Mombaça, alvará de renúncia de capitania (13 de Março de 1700), alvará de renúncia de cargo, e verba de renúncia de cargo.

Observações: Os pais e os avós maternos e paternos são naturais de Pederneira e lá moradores com o Bacharel. O pai do agraciado foi mestre e piloto de naus de 500 e 600 toneladas das carreiras do Brasil e Angola, sendo ainda Provedor da Misericórdia, Juiz ordinário, e Almotacé ou Vereador da vila natal. O avô paterno era homem do mar, e a avó materna servia-se por si ou por outrém para o governo da sua casa. O avô materno é proprietário da vara de alcaide de Pederneira, que serviu enquanto novo, e que acabou por arrendar. O mesmo avô teve o ofício de barbeiro que o sustentava, sangrando e curando algumas feridas ao mesmo tempo que barbeava, e mais tarde veio a servir de Juiz ordinário na dita vila. O pai do avô materno, de nome Simão Nunes, também serviu o ofício de Juiz ordinário. Quando em Pederneira se tiraram provanças para a tomada de hábito de Francisco Nunes Simão, irmão do avô materno e cirurgião da Câmara Real, houve rumor infundado de raça de cristão-novo. No seguimento de um decreto de 1690, mandou-se tirar provanças do Bacharel que, supostamente por alguns depoimentos concernentes ao ofício do seu avô materno, saíram reprovadas (LB). Leu no Desembargo do Paço a 7 de Abril de 1691. É pai do Bacharel João Teotónio de Aguiar Barreto, que foi Provedor da Comarca de Miranda

e foi sua mulher D. Josefa de Oliveira Henriques da Fonseca. Na Relação do Porto teve emprego de Corregedor do crime da Corte, que serviu com cabal inteireza (MM).

João Barroso Pereira (Bacharel em cânones), nascido em 1690 ou 1691, natural do lugar de Pereira na freguesia de Santa Maria do Salto no termo de Montalegre, filho de António Barroso Pereira e de Maria Pereira, neto paterno de Domingos André e Antónia Martins, e neto materno de António Gonçalves e Maria Pereira. Foi **Juiz de Fora de Moncorvo** (carta de mercê do cargo de 16 de Fevereiro de 1720); **Ouvidor da praça de Mazagão** por três anos (carta de mercê do cargo de 12 de Julho de 1727); **Provedor da Comarca de Évora** (alvará de mercê do cargo de 13 de Fevereiro de 1733); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Novembro de 1740), carta (24 de Dezembro de 1740); **Juiz privativo de Causas dos Cativos e resíduos da Relação do Porto** (provisão de 8 de Março de 1741), alvará (8 de Abril de 1741); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 15 de Julho de 1748), provisão de licença para por seu procurador poder jurar na Chancelaria para servir o lugar de Desembargador Agravista da Relação do Porto (12 de Agosto de 1748), aposentado na Relação do Porto (1 de Dezembro de 1764), alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (8 de Março de 1765), alvará de 200\$000 réis de ordenado de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (13 de Maio de 1765); **Juiz Conservador da Nação Hamburguesa** (alvará de 15 de Abril de 1749), alvará para servir mais três anos de Juiz Conservador da Nação Hamburguesa da mesma cidade (6 de Setembro de 1754); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (carta de 15 de Fevereiro de 1755); **Conservador do Contrato do Sal da América na dita cidade do Porto** (provisão de 26 de Junho de 1758). Recebeu provisão de licença para vestir beca e nomear ofício para a diligência a que vai (8 de Fevereiro de 1732), carta de 12\$000 réis de tença como hábito da Ordem de Cristo (12 de Julho de 1727), provisão a Estêvão Martins Torres para que o dito sirva o lugar de Juiz Conservador do Contrato do Sal no Porto (24 de Janeiro de 1750), e alvará dos rendimentos de aposentadoria (13 de Maio de 1765).

Observações: Foi bom estudante. A mãe e a avó materna são naturais do lugar de Pereira na freguesia de Santa Maria do Salto do concelho de Montalegre. O avô paterno é natural do lugar da Cerdeira, e o pai e a avó paterna são do lugar do Salto, ambos pertencentes à freguesia de Santa Maria do Salto. O avô materno nasceu no lugar de Covelo do Monte da freguesia de Cerdedo, também pertencente ao concelho de Montalegre (LB). Casou com D. Inácia Joana

Meilão, filha do Capitão António Meilão e de Maria Fernandes, sendo seus filhos António Barroso de Pereira, de quem se faz memória, e José Barroso que foi cavaleiro na Ordem de Cristo e opositor de leis na Universidade, entrando em primeiro concurso em 1781 (MM).

João de Bastos Teixeira (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1641), mas poderá ter falecido na viagem.

João Bernardo Cardoso da Costa (Bacharel), também *João Bernardo da Costa Cardoso*, nascido em 1764 ou 1765, natural do Porto, filho de José Ferreira Cardoso da Costa (ou José Ferreira Cardoso) e de D. Clara Joana Teixeira Coelho, neto paterno de João Cardoso da Costa e Cristina Ferreira, e neto materno de João Francisco Teixeira e D. Perpétua Clara Coelho.

Foi **Juiz de Fora da vila dos Arcos** (4 de Agosto de 1786), carta (4 de Setembro de 1786), alvará declarando procedimento da cabeça de Comarca o lugar de Juiz de Fora da vila de Arcos (24 de Novembro de 1789); **Juiz de Fora do crime e órfãos de Braga** (carta do lugar de 29 de Abril de 1797), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Juiz do crime de Braga (8 de Maio de 1797), carta do lugar (15 de Maio de 1804), provisão de recondução por mais três anos (19 de Julho de 1805), carta do lugar (5 de Dezembro de 1806); **Juiz de Fora de Arcos de Valdevez** (carta de 20 de Março de 1801), graduado com o predicamento de correição ordinária por consulta do Desembargo do Paço; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Maio de 1804). Recebeu carta do ofício de Tabelião de notas do Porto (11 de Outubro de 1796), carta de Tabelião de Notas do Porto (18 de Outubro de 1796), provisão de licença para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no ofício de Tabelião do Porto (16 de Fevereiro de 1797), alvará de predicamento (20 de Março de 1801), provisão de aposentadoria (15 de Maio de 1804), e provisão para das rendas da Mitra Primaz se lhe pagarem 60\$000 réis anuais para a sua aposentadoria enquanto Juiz de Fora de crime e órfãos de Braga (15 de Maio de 1804).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Dezembro de 1815, com 50 anos de idade. Os pais e avós são naturais do Porto, e aí moraram. O pai é Desembargador. O avô materno era Capitão. Os pais e avós trataram-se sempre com limpeza à lei da nobreza, vivendo dos rendimentos das suas fazendas. O habilitante é, à data de Maio de 1785, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB). É irmão do Desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa. Casou com D. [...] Jerónima, filha do Bacharel Francisco Luís de Brito Araújo e Castro e de D. Ana, esta filha de João da Cunha [...], Morgado de Melres (MM).

João Bernardo da Costa Falcão de Mendonça (Bacharel em leis), também *João Bernardo da Costa Falcão*, nascido a 1 de Julho de 1756, natural do lugar de Mata de Lobos no termo de Figueira de Castelo Rodrigo, filho de José Ferreira Freire Falcão (ou José Freire Falcão e Mendonça) e de D. Helena da Costa Mendonça, neto paterno de Manuel de Sella Falcão e D. Maria Freire da Fonseca, e neto materno do Doutor Bernardo de Sella Falcão e D. Maria Quadrado.

Foi **Juiz dos órfãos da Repartição do Bairro Alto** com predicamento de correição ordinária em atenção aos serviços de seu pai (decreto de 18 de Agosto de 1780), reconduzido (19 de Junho de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Janeiro de 1806). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (15 de Agosto de 1772), carta de padrão de tença (10 de Setembro de 1772), padrão de 38\$000 réis de tença (10 de Setembro de 1772), alvará de cavaleiro fidalgo (21 de Dezembro de 1790), provisão de serventuário de ofício (12 de Dezembro de 1793), e carta de confirmação da doação de bens que fez a João José Freire Falcão a fim de se ordenar (19 de Abril de 1815).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (LB e MM) e, tal como o avô paterno, é natural do lugar de Figueira no termo de Castelo Rodrigo. A mãe é natural do lugar de Mata de Lobos do mesmo termo. A avó materna é natural do lugar de Vilar Torpim do mesmo termo. O avô materno é da vila da Reigada, e a avó materna do lugar de Mata de Lobos, tudo da Comarca de Pinhel. Foi professor na Ordem de Cristo (LB). A mãe era filha Herdeira do avô materno sobrescrito, e prima do pai. O avô materno era Doutor e senhor do Morgado das Cinco Vilas em Cima Côa. Foi nomeado para a execução da Lei de 19 de Julho de 1790. Nomeado para a demarcação das comarcas da Beira em virtude da resolução de 2 de Julho de 1792. Recebeu beca honorária por decreto de 8 de Janeiro de 1793 (MM).

João Bernardo Gonzaga (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Tondela** (carta do cargo de 16 de Junho de 1747), provisão de licença para se poder ausentar por dois meses (20 de Dezembro de 1747), provisão para poder levar salários (8 de Julho de 1749); **Ouvidor-Geral da Capitania de Pernambuco** (carta de 20 de Novembro de 1751), provisão para vencer a terça parte mais do seu ordenado com o mesmo lugar (7 de Dezembro de 1754), provisão para levar 200\$000 réis de ordenado como **Inspector da Casa da Inspeção da Capitania de Pernambuco** (15 de Fevereiro de 1755); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Intendente-Geral do Ouro da Baía e Primeiro Ministro da Casa da Inspeção da Capitania de**

Pernambuco (carta de 28 de Dezembro de 1757), carta de Desembargador da Relação do Porto (7 de Janeiro de 1758), decreto de Desembargador no Porto (1 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 29 de Outubro de 1778), carta (13 de Novembro de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta com graduação de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação de 7 de Novembro de 1783). Recebeu provisão de servente do ofício de Provedor (20 de Dezembro de 1751), carta de Intendente-Geral do ouro da capitania da Baía (28 de Outubro de 1758), provisão para jurar na Chancelaria e tomar posse por seu procurador (28 de Abril de 1760), carta de Juiz do Tombo da Coroa de Santarém com graduação de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (7 de Novembro de 1783), carta de Juiz do Tombo da Coroa de Santarém (12 de Dezembro de 1783), carta de designação de ordenanças pelo seu lugar de Juiz do Tombo da Coroa em Santarém (16 de Dezembro de 1783), e tença de 200\$000 réis de ordenado como Juiz do Tombo (16 de Dezembro de 1783).

Observações: Recebeu certidão negativa.

João Bernardo Pereira Coutinho de Vilhena e Nápoles (Bacharel), nascido em 1767, natural de São Silvestre em Coimbra, filho de Francisco Manuel Cabral de Moura e de Antónia de Nápoles Teles de Meneses.

Foi **Juiz de Fora de Viseu** (27 de Setembro de 1804); **Corregedor de Coimbra** (carta de 6 de Março de 1809); **Provedor de Coimbra** fazendo o lugar da Relação do Porto (decreto de 27 de Abril de 1816); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 22 de Julho de 1829). Recebeu alvará de revista na causa que trazia com Gonçalo Pinto Pereira da Silva e sua mulher (11 de Outubro de 1782), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Leonor Guedes Pereira Coutinho de Vilhena (7 de Maio de 1787), provisão para jurar por procurador (11 de Fevereiro de 1805), provisão de licença (25 de Setembro de 1807), provisão de licença por um mês (2 de Junho de 1808), provisão para jurar por procurador (10 de Maio de 1816), e provisão para tomar posse (10 de Maio de 1816).

João de Brito Caldeira (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1648); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 28 de Julho de 1653); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Janeiro de 1659). Recebeu alvará de administração por um ano mais dos 20\$000 réis de pensão (15 de Outubro

de 1658), 20\$000 réis de pensão (12 de Fevereiro de 1669), e padrão de 80\$000 réis de tença.

João Cabral de Barros (Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de António Cabral de Barros, neto paterno de João Cabral de Barros.

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** (1697); **Desembargador da Relação do Porto** (1705); **Juiz da Chancelaria** (carta de 11 de Julho de 1711); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Outubro de 1715); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 16 de Abril de 1725). **Observações:** Leu a 25 de Janeiro de 1696 (MM).

João Cabral de Barros (Doutor), natural de Torres Vedras.

Foi **Juiz de Fora de Tavira** por três anos (carta de 23 de Setembro de 1641); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1657); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1661); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de **Provedor da Fazenda Real** e para servir de Desembargador Agravista com 200\$000 réis cada ano de 24 de Outubro de 1662), alvará para que com o cargo de Provedor da Fazenda haja em cada ano dois moios de trigo de ordinária e 124\$000 réis em dinheiro (26 de Setembro de 1665); **Conselheiro de Estado** (apostila para que se lhe pague o ordenado e propinas que lhe pertencem (30 de Maio de 1667), carta de Conselho (22 de Novembro de 1675); **Conselheiro da Fazenda** (apostila); **Juiz das Justificações** (Julho de 1678). Recebeu alvará de mantimentos quando for em diligência ao Maranhão (23 de Setembro de 1641), alvará de beca de Desembargador (21 de Setembro de 1652), alvará para trazer beca de Desembargador, alvará de aposentadorias, carta de padrão de 18\$000 réis de pensão (4 de Agosto de 1660), apostila de ordenado, alvará de ordinária, padrão de 98\$000 réis de tença, padrão de 80\$000 réis de tença, verba de 35\$000 réis de juro, carta de padrão de 80\$000 réis de tença efectiva para seu filho António Cabral de Barros (22 de Novembro de 1675), padrão de 350\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, alvará de para tomar posse de cargo por procurador, e alvará de sub-rogação de bens de morgado ou capela.

Observações: Foi fidalgo da Casa Real (MM).

João Caetano Soares Barreto (Bacharel), natural de Torres Vedras, filho de Manuel Pereira Barreto.

Foi **Ouvidor de Ourém** (alvará de **Provedor das comarcas do Algarve** de 20 de Fevereiro de 1760), provisão de licença para estar ausente do dito lugar

(14 de Setembro de 1760), provisões de licença para estar ausente do lugar de Provedor das comarcas do Algarve (3 de Agosto de 1761 e 5 de Novembro de 1762); **Corregedor de Belém** (carta de 27 de Fevereiro de 1766), carta de Corregedor do crime do Bairro de Belém e de **Corregedor e Provedor de Oeiras** (27 de Setembro de 1766); **Provedor da Fazenda Real em Minas Gerais** fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de 3 de Setembro de 1767), carta para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (9 de Setembro de 1767). Recebeu alvará para continuar com a causa de renúncia da capela (15 de Abril de 1749), alvará da administração do morgado instituído por Cristóvão Vaz Pinto e sua mulher em continuação da mercê que teve o falecido pai do sobredito (15 de Abril de 1749), alvará de capela de morgado (28 de Janeiro de 1754), verba de 200\$000 réis de juro (3 de Junho de 1765), e padrão de 200\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa (12 de Novembro de 1768).

Observações: Recebeu certidão negativa a 25 de Janeiro de 1813, com 87 anos de idade. Faleceu em 1778 (MM).

João Caetano Tourel da Cunha Manuel (Doutor em leis), nascido em 1702 ou 1703, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Paulo, filho de Marcos António Torel e de D. Joana Francisca da Cunha Manuel, neto paterno de António Tourel e Joana de Hort, e neto materno de Francisco da Cunha Manuel e D. Sebastiana Seixas Félix.

Foi **Ouvidor de Alenquer**; **Corregedor da Comarca de Elvas** (carta de mercê do cargo de 22 de Março de 1734); **Corregedor do crime do Bairro Alto de Andaluz** (carta de 27 de Outubro de 1742); **Corregedor do Bairro de Andaluz** reconduzido com beca, carta de recondução por mais três anos no lugar de Corregedor do crime do Bairro Alto de Andaluz (9 de Novembro de 1746); **Juiz Executor da Mesa da Consciência e Ordens** (provisão de serventia de 28 de Fevereiro de 1747); **Desembargador da Casa da Suplicação** com a superintendência das obras da Patriarcal (1750); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 20 de Maio de 1754), carta (20 de Novembro de 1754); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Março de 1758), carta (23 de Março de 1758); **Conservador da Nação Britânica** (alvará de 27 de Abril de 1758). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença (27 de Fevereiro de 1728), alvará de mercê das terras ou reguengo de Algibadator [sic] no termo de Loulé que denunciou à Coroa (24 de Novembro de 1753), alvará de administração de reguengo e todos os bens

pertencentes (12 de Agosto de 1755), e provisão a António da Cunha Souto Maior para lhe dar de foro uma vinha na Aldeia Gavinha no termo de Aldeia Galega de Merciana (19 de Setembro de 1757).

Observações: Recebeu certidão negativa a 24 de Julho de 1815, com 107 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais de Rouen no Reino de França. A mãe é natural da Lourinhã da freguesia de Nossa Senhora da Anunciação. O avô materno é natural de Runa do termo de Torres Vedras. A avó materna é natural de Lisboa e baptizada na freguesia de Santa Engrácia. O pai é homem de negócio de grande cabedal em Lisboa, e trata-se com caixeiros, carruagens, e criados. Os avós paternos tinham em Rouen uma grande casa de negócio, vivendo sempre com muita riqueza. O pai e avós paternos são nobres por geração. O avô materno era dos nobres do termo de Torres Vedras. O habilitante é, à data de Julho de 1726, solteiro e morador em Lisboa. O habilitante, para lá de bom estudante, é graduado de capêlo e opositor da Universidade de Coimbra (LB). Leu no Desembargo do Paço a 30 de Agosto de 1726. Casou com D. [...], filha de D. João Henriques de Azevedo, que foi moço fidalgo em 1716, e de D. [...]. Desse matrimónio teve D. Rodrigo (MM).

João Cardoso de Azevedo (Bacharel em cânones em 1732), nascido em 1707 ou 1708, natural de S. Vicente da Beira na Comarca da Guarda, filho de João Andrade de Moraes (ou João Andrade de Moraes e Pina) e de Inês Pereira Cardosa (ou D. Inês Pereira), neto paterno de Manuel Travassos de Moraes Sarmento e Maria de Azevedo, e neto materno de Francisco Cardoso Frasas e Francisca Pereira.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Idanha-a-Nova, Proença, e Idanha-a-Velha** (carta de 26 de Setembro de 1737); **Juiz dos órfãos do Porto** (carta do lugar de 24 de Maio de 1747), carta de Juiz de Fora do Porto (24 de Agosto de 1747); **Desembargador do Relação do Rio de Janeiro** (carta de 26 de Janeiro de 1752); **Desembargador Agravista da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 7 de Abril de 1752); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 17 de Outubro de 1768), carta (10 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Maio de 1771), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (9 de Setembro de 1774). Recebeu provisão de tença de 12\$000 réis e hábito (27 de Setembro de 1753 com salva de 17 de Março de 1762).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de S. Vicente da Beira. A mãe e a avó materna são naturais de Castelo Branco. O avô materno parece ser natural de S. Vicente (LB). O pai era capitão-mor de S. Vicente da Beira. Teve um irmão, chamado Manuel Caetano de Moraes Sarmento, que também foi capitão-mor de S. Vicente. Foi sua filha única D. Inês de Moraes Sarmento Cardoso, que casou com o capitão-mor de S. Vicente da Beira, Francisco

Caldeira Leitão de Brito Monis, que foi também cavaleiro na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Este era natural da Sertã, e filho de Gonçalo Roiz Caldeira Leitão de Brito Monis, que foi capitão-mor de Pedrógão Grande, e de sua segunda mulher D. Maria Rosa Freire de Albuquerque, que foi senhora de um morgado. Da Relação do Rio de Janeiro voltou para o Reino, e chegou a Lisboa no último dia de Fevereiro de 1766 (MM).

João Carlos Cardoso Verney (Bacharel em leis em 1784), nascido em 1755 ou 1756, natural de Lisboa, filho de Henrique Verney e de D. Ana Maria Teresa Joana Cardoso, neto paterno de Dionísio Verney e D. Maria da Conceição de Arnaut, e neto materno de João Cardoso da Cruz e D. Maria Ana Teresa de Jesus e Carvalho. Foi **Superintendente dos Tabacos da Beira** (decreto de 4 de Maio de 1800); **Provedor da Câmara de Aveiro** (carta do lugar de 23 de Julho de 1800), alvará de Provedor de Aveiro (20 de Setembro de 1802), alvará de predicamento do primeiro banco (20 de Setembro de 1802), provisão de licença (24 de Maio de 1803), provisão para estar ausente por mais dois meses do lugar de Provedor de Aveiro (22 de Outubro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** continuando em Provedor de Aveiro (carta de 6 de Setembro de 1803), carta de privilégio de Desembargador (30 de Outubro de 1807); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar ordinário de 15 de Novembro de 1808), provisão de licença por tempo de dois meses sendo **Superintendente das obras da Barra de Aveiro** (26 de Janeiro de 1809); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 25 de Maio de 1810). Recebeu carta de padrão de tença de 50\$000 réis num dos Almojarifados da Fruta que seu tio o padre Diogo Verney possuía para que por seu falecimento se lhe verificasse (24 de Abril de 1792), alvará para desfrutar tença (18 de Outubro de 1794), apostila de 50\$000 réis de tença (18 de Outubro de 1794), apostila de tença de 50\$000 réis que é a mesma que seu tio o padre Diogo Verney possuía no Almojarifado da Fruta (12 de Dezembro de 1794), carta de profissão de hábito (23 de Maio de 1804), provisão de licença por um mês (22 de Setembro de 1808), e provisão de licença por mais dois meses (25 de Maio de 1809).

Observações: Recebeu certidão negativa a 26 de Outubro de 1820, com 58 anos de idade. Os pais são naturais de Lisboa. O avô paterno é natural de Lyon do Reino de França. A avó paterna é natural de Penela. O avô materno é natural de Caparica do termo de Almada. A avó materna é natural de Almada. O pai era negociante de grosso trato, e proprietário do ofício de Juiz da Balança da Casa da Índia. O pai tinha o hábito de Cristo, e tratava-se com carruagem e criados. O avô paterno era negociante de grosso trato, havendo comprado o ofício de Juiz da Balança da Casa da

Índia. O avô materno era negociante, vivendo igualmente das suas fazendas. O habilitante é, à data de Janeiro de 1791, solteiro e morador em Lisboa ao Loreto. O habilitante é bom estudante (LB). Foi padre (CMA). Trocou com Luís Bernardo Figueiredo de Mendonça, Provedor de Aveiro (MM).

João Carlos de Matos Pereira (Doutor), natural da Aldeia das Dez na Serra da Estrela.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (despacho de 1 de Setembro de 1772), carta (7 de Setembro de 1772), posse (14 de Dezembro de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação** (29 de Outubro de 1778), carta (11 de Dezembro de 1778); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará do lugar de 9 de Julho de 1789).

Observações: Foi opositor em leis na Universidade de Coimbra. Foi irmão do cavaleiro na Ordem de Cristo, António José de Matos. (MM).

João Carneiro de Almada (Licenciado; Bacharel), também *João Carreira de Almada*, filho de João Carneiro de Almada (Doutor) e de D. Francisca de Barros, neto paterno de Manuel Afonso e Vitória Nunes de Almada, e neto materno de Baltasar de Barreiros e Joana Francisca de Aguiar.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Maio de 1654); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 21 de Junho de 1655).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador Agravista da Relação do Porto, e cavaleiro do hábito de Cristo. O avô paterno foi cavaleiro fidalgo da Casa do Rei, cidadão de Lisboa, Almotacé das execuções na mesma cidade, irmão da Misericórdia, e serviu na Índia. O avô materno foi cidadão de Lisboa, Almotacé das execuções na mesma cidade, irmão da Misericórdia, e familiar do Santo Ofício. Diz uma testemunha que o Bacharel é bom letrado (LB).

João Carneiro de Moraes (Doutor lente; colegial do Colégio de S. Paulo e Doutor e lente do Colégio Real).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1643); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Janeiro de 1648); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Outubro de 1650); **Procurador da Fazenda Real** com o ordenado de 200\$000 réis (carta de 15 de Março de 1656), carta de Procurador da Fazenda em Lisboa; **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 5 de Junho de 1657); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 23 de Setembro de 1665), carta de um lugar ordinário (29 de Março de 1666), alvará para

haver 4\$000 réis para escrivãzinha (20 de Janeiro de 1667); **Conselheiro** (carta). Recebeu provisão de catredilha de Código da Universidade de Coimbra (7 de Outubro de 1641), alvará de lente de Código em Coimbra, apostila de 40\$000 réis de juro, alvará de propinas, apostila de 500 réis de juro, padrão de 40\$000 réis de tença, verba de 70\$500 réis de juro, apostila de 11\$250 réis de juro no tabaco, apostila de 7\$500 réis de juro no tabaco, verba de 11\$250 réis de juro no tabaco, e verba de 120\$000 réis de tença. **Observações:** Parece ter um filho chamado João Carneiro de Moraes, e outro de nome Paulo Carneiro de Araújo (RGM).

* **João de Carvalho** (Bacharel), natural de Goães, filho de Gonçalo Pires e de Catarina de Carvalho.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (1638); **Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação** (1642).

Observações: Foi Colegial do Colégio de São Pedro (24 de Abril de 1623) e lente da Universidade de Coimbra (9 de Novembro de 1630) por morte de António Lourenço. Jubilou na cadeira de Véspera em 1627 por ter lido durante vinte anos em cadeiras grandes, estando nesta conta os que andou ausente na arrecadação das dívidas do Fisco (MM).

João de Carvalho Henriques (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (depois de 1653); **Desembargador da Relação do Porto** (1672); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 15 de Outubro de 1678); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (1682). Recebeu alvará de sub-rogação de bens de capela, alvará de ordenado, e alvará de sub-rogação de propriedade (5 de Maio de 1709).

João Carvalho Martens da Silva Ferrão (Bacharel em leis), nascido em 1767 ou 1768, natural do Porto, filho de Francisco Roberto da Silva Ferrão e de D. Joana Maria de Carvalho Martens, neto paterno de Bernardo da Silva Ferrão e D. Francisca de Seixas da Fonseca Borges, e neto materno de José de Carvalho Martens e D. Inácia Francisca de Sousa.

Foi **Corregedor de Tomar** (decreto de 24 de Junho de 1796, carta de 18 de Julho de 1796), provisão de licença de dois meses (9 de Dezembro de 1797); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Novembro de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Agosto de 1811); **Corregedor do cível da Corte** da segunda vara (provisão para tomar posse do lugar de 21 de Janeiro de 1815);

Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (carta de 15 de Novembro de 1817), provisão para prestar o juramento do estilo na Chancelaria (24 de Novembro de 1817); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 5 de Julho de 1821); **Conse-lheiro** (carta de título de Conselho de 18 de Março de 1825); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de um lugar ordinário de 22 de Março de 1823). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (13 de Junho de 1794), carta de profissão de hábito (18 de Janeiro de 1802), carta de padrão de hábito e tença (9 de Março de 1802), provisão de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 16\$000 réis (15 de Dezembro de 1814), provisão de comissão (25 de Fevereiro de 1817), carta de comenda honorária da Ordem de Cristo (2 de Junho de 1824), alvará de uma comenda honorária da Ordem de Cristo (13 de Janeiro de 1826), e carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo (12 de Janeiro de 1828).

Observações: O agraciado mora em Janeiro de 1794 no Porto. O agraciado é irmão germano do Bacharel José de Carvalho da Silva Ferrão, que recentemente se habilitou, e cujas provanças dispensaram as daquele, averiguando-se apenas da fraternidade inteira de ambos. O pai do habilitando é Desembargador, Conselheiro, e Chanceler da Relação do Porto. O avô materno é Desembargador. Diz a testemunha José António Pinto Donas Boto que assistiu ao baptismo do agraciado no Porto. A mãe e avô materna são naturais da cidade da Baía. Na Leitura de Bacharel do agraciado existe um pedido do seu filho, João de Carvalho Martins da Silva Ferrão Castelo Branco, datada de 12 de Maio de 1826, para que a habilitação do seu pai se junte à dele (LB).

João Castelinho de Freitas (Licenciado; Bacharel), natural de Óbidos, filho de António de Freitas Preto (ou António de Fortes Preto) e de Francisca Castelino, neto paterno de Dionísio Fortes e D. Maria de Oliveira, e neto materno de Luís Castelino e Leonor Cerveira.

Foi **Juiz de Fora de Tomar** (carta); **Juiz de Fora de Fronteira** por três anos (carta de 18 de Junho de 1658); **Provedor de Leiria** (alvará); **Corregedor de Évora** (carta); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 12 de Julho de 1678), posse (30 de Maio de 1679); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Julho de 1678); **Chanceler do Estado do Brasil** (alvará de aposentado com o ordenado do ofício de 5 de Fevereiro de 1686). Recebeu alvará de aposentado, alvará de foro de fidalgo cavaleiro (13 de Janeiro de 1695), 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu filho (7 de Março de 1679), e 20\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu segundo filho (7 de Março de 1679).

Observações: O agraciado, sendo filho legítimo de uma irmã do Inquisidor Paulo Castelino, que preside em Goa,

é deste sobrinho direito. Os pais e avós são naturais de Óbidos, e lá residiram. O habilitante tem um primo inteiro em Óbidos, de nome Francisco Correia Manuel, com o hábito de Cristo. O agraciado tem dois irmãos inteiros, que foram deste Reino habilitados para se lhes dar na Índia o hábito de Cristo. Até à data de 14 de Dezembro de 1657 o agraciado é solteiro (LB).

João de Cetém (Bacharel em leis de 1687 para 1688), natural de Coimbra, filho de Manuel de Cetém e de Maria Simões, neto paterno de João de Cetém e Maria Antunes, e neto materno de António Simões e Maria Francisca.

Foi **Juiz dos órfãos do Bairro de Alfama** (1689); **Juiz do cível de Lisboa** (1696); **Auditor-Geral da gente de guerra do Minho** (carta de 19 de Setembro de 1700); **Provedor de Setúbal** (provisão de 8 de Junho de 1707); **Conservador da Nação Holandesa** (provisão de 3 de Agosto de 1709); **Corregedor do cível de Lisboa** por três anos (provisão de 1 de Março de 1714); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1726); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de Agravista na Relação do Porto de 2 de Setembro de 1727); **Juiz das Causas dos Cativos na Relação do Porto** (carta de 22 de Fevereiro de 1730), carta (5 de Maio de 1741); **Conservador da Nação Holandesa no Porto** (carta de 26 de Junho de 1730); **Conservador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Agosto de 1734), alvará de ordenado de 212\$000 réis como aposentado na Casa da Suplicação (24 de Setembro de 1734). Recebeu cartas de padrão de tença de 30\$000 réis efectivos cada ano com o hábito de Cristo (9 de Setembro e 10 de Outubro de 1695), carta para ser provido com o hábito de Cristo no Convento de Tomar (2 de Novembro de 1696), e provisão de confirmação de Juiz do Tombo dos seus bens e propriedades (10 de Março de 1721).

Observações: Foi genro de Lourenço Nunes, capitão-de-mar-e-guerra, e marido de Luísa Maria de Brito, ou Maria Luísa de Brito (RGM). O pai e os avós paternos são naturais de Tomar, residindo os últimos na dita vila. A mãe e os avós maternos são naturais de Coimbra, residindo os últimos na dita cidade. O pai é letrado formado pela Universidade de Coimbra, e desempenha o ofício de Tesoureiro-mor da Sé de Braga. O avô paterno serviu o ofício de Escrivão das décimas e da Almotaceria de Tomar. O Bacharel é, à data de 24 de Abril de 1688, solteiro. O Bacharel é morador em Tomar. Os avós maternos são, à data da inquirição em Coimbra, já defuntos. O Bacharel é bom estudante. Diz uma testemunha que o avô paterno vivia das suas fazendas (LB).

João Coelho de Almeida (Doutor), natural de Lisboa, filho de João Coelho e de Sebastiana de Almeida, neto paterno de Mateus Gonçalves

e Senhorinha de Almeida, e neto materno de Francisco Jorge e Margarida Jorge.

Foi **Corregedor de Santarém** por três anos (carta de 7 de Novembro de 1658); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Outubro de 1666); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Outubro de 1669), carta de Desembargador da Relação de Lisboa; **Vereador da Câmara de Lisboa** (alvará). Recebeu alvará de Escrivão da viagem da Índia, alvará de escrivãzinha da nau da Índia para entrar nela na vagante referida (10 de Dezembro de 1646), carta de Escrivão do celeiro dos Dízimos da Fronteira vago por morte de João da Vide (5 de Abril de 1669), apostila de 133\$333 réis de juro, verba de 133\$333 réis de juro, alvará para vir da Índia ao Reino, alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (15 de Dezembro de 1687), carta de padrão de tença de 12\$000 réis anuais no Almoarifado dos Direitos Reais (23 de Março de 1689), e alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$500 réis por mês um alqueire de cevada por dia e 20\$000 réis de ajuda de custo (18 de Dezembro de 1696).

Observações: A mãe e os avós maternos são naturais de Lisboa e nesta viveram. O pai era familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, e também ele residiu nesta cidade. Os avós paternos moraram no lugar de Bobadela na freguesia de Santa Marinha de Pedraça no conselho de Cabeceiras de Basto. No referido concelho serviu o avô paterno cargos nobres, entre eles o de Juiz Curador, sendo aparentado com os melhores do dito concelho. Os bisavós e tios paternos também exercitaram tais cargos. Os avós maternos moraram ao Poço do Borratém (LB). Foi sua filha D. Francisca, mulher de Francisco Falcão de Gamboa, que era Fidalgo (MM). Os avós paternos têm propriedades. Os avós maternos têm criados, escravos, mulas, e cavalos (LB).

João Coelho Henriques (Licenciado; Bacharel), natural de Vila Franca de Xira, filho de Pedro Henriques e de Maria da Conceição, neto paterno de Afonso Viegas e Catarina Henriques, e neto materno de António Coelho e Bárbara de Évora.

Foi **Juiz de Fora de Alenquer** por três anos (carta de 9 de Agosto de 1641); **Juiz do crime da Rua Nova** de que deu boa residência (29 de Agosto de 1659); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1656); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1679). Recebeu provisão para poder entrar nas vilas como Ouvidor do Mestrado (21 de Julho de 1670), e provisão a D. Leonor Teresa Henriques para dar de aforamento ao Desembargador António Figueiredo Branco a quinta do Tojal

no termo de Alenquer e do morgado do dito (22 de Novembro de 1719).

Observações: O agraciado é solteiro e morador na sua terra natal. É mais provável para a sua leitura a data de 1639-1640 do que a de 1630 (LB). Foi bom estudante. Casou com D. Leonarda Jacome, viúva de Francisco [...] de Lima, que foi cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

João Cordeiro Leitão (Licenciado; Bacharel em cânones), natural da Golegã, filho de Simão Cordeiro e de Maria Rodrigues, neto paterno de Diogo Afonso e Inácia Fernandes, e neto materno de Diogo Aluzes e Maria Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Moura** por tempo de três anos (alvará de 8 de Março de 1644), carta de Juiz de Fora de Moura por tempo de três anos (27 de Outubro de 1648), carta de Juiz de Fora dos concelhos de Azurara e Tavares (28 de Setembro de 1655); **Juiz de Fora de Guimarães** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do título de 4 de Fevereiro de 1662), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (7 de Janeiro de 1670); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Abril de 1679); **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta). Recebeu carta de Procurador e Advogado da Casa da Suplicação (23 de Junho de 1642), alvará para aposentadorias, e alvará para ir à Ilha da Madeira acertar diligências.

Observações: O pai e avós paternos são naturais da Golegã. A mãe e avós maternos são naturais do lugar de Argia no termo de Torres Novas. Os pais são moradores da Golegã. Os avós maternos moraram no lugar de Argia. Em 1634 há testemunhas que dão o agraciado por solteiro, e há outras que o dão por casado em Lisboa com uma cristã-velha. O pai do agraciado, para além de viver da sua lavoura e indústria, foi rendeiro das Correntes, Recebedor das Tapadas, Sizeiro, Almotacé e Procurador do concelho. O agraciado serviu cerca de três anos como advogado na Casa da Suplicação, de propriedade o qual lugar levou por oposição. Anteriormente serviu no Juízo Ordinário da Golegã. Os avós eram lavradores honrados, que viviam das suas fazendas, e aparentados com pessoas principais da Golegã e do termo de Torres Novas (LB).

João Coronel (Bacharel), nascido em 1655 ou 1656, natural de Lisboa, filho de Estêvão Coronel e de D. Maria de Jur, neto paterno de Diogo Coronel e D. Joana de Serfe, e neto materno de Diogo Dias e Luísa de Barros.

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide** (carta); **Corregedor de Tomar** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta). Recebeu alvará para continuar no lugar de Superintendente das ferrarias de Tomar e Figueiró (19 de Julho de 1707), e alvará para tomar posse de cargo por procuração.

Observações: O Bacharel é morador em Lisboa. Os avós paternos são naturais de Saint-Malo e lá moraram. A avó materna nasceu em Lisboa e faleceu no ano de 1680 ou 1681. O avó materno é francês residente em Lisboa, e foi por duas vezes Juiz da capela de S. Luís, e apesar de não ter lojas nelas trata, como também em pedrarias preciosas, tendo criados e cavalo. A bisavó materna chamava-se Ana de Barros. O Capitão seu pai, natural de Saint-Malo, foi à Baía em companhia do conde de Óbidos por almirante. A mãe nasceu em Lisboa e ainda vive. O Bacharel tem dois tios maternos franceses, chamados Francisco e António de Jur, que negoceiam. Consta que o Bacharel é casado com D. Josefa Pereira, filha legítima de Manuel de Lima e de D. Maria Pereira. Manuel de Lima foi proprietário das tenças do Reino, e filho de Bento de Lima, que serviu de Escrivão na Casa da Índia. João da Costa Pereira, pai de D. Maria Pereira, foi Escrivão do Estado da Rainha e reside, à data de 1681, na Rua do Boi Formoso ao Socorro (LB). O pai era natural de França e capitão-de-mar-e-guerra. Casou com D. Josefa Cristina de Vasconcelos, açafata da Rainha D. Mariana. Foi sua filha D. Joana Inácia Coronel de Vasconcelos, mulher de Romualdo de Almeida Matoso da Silveira, senhor da Quinta da Oliveirinha junto a Aveiro. Estes tiveram D. Inês Coronel de Vasconcelos, mulher de Veríssimo da Costa Monteiro Rangel de Quadros, D. Antónia Coronel de Vasconcelos que casou com [...], e Francisco Coronel Morato Roma(?), que casou com D. Luísa Maria Inácia de Almeida. Foi Intendente da Fundação de Tomar (MM).

João Correia de Abreu (Doutor), natural de Lisboa e baptizado na freguesia da Madalena, filho de Filipe Correia e de Maria de Abreu de Faria, neto paterno de Domingos Correia e Isabel de Oliveira, e neto materno de Francisco Abreu de Faria e Mariana de Torres.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Maio de 1708); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Outubro de 1715); **Procurador Fiscal da Junta do Comércio Geral** (alvará do cargo de 18 de Agosto de 1719); **Deputado suplente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de mercê de 16 de Abril de 1725). Recebeu verba de 30\$000 réis de juro no tabaco, provisão de licença para se ausentar do lugar por dois meses (20 de Julho de 1716), padrão de 30\$000 réis de juro (22 de Outubro de 1724), provisão para que o suplicante possa trocar as propriedades de que faz menção (3 de Maio de 1730), apostila de 30\$000 réis de juro (28 de Dezembro de 1732), apostila de 5\$000 réis no Estanco do tabaco (29 de Abril de 1733), e provisão de extinção da capela por ele instituída no termo de Sintra a Matias Leitão da Rocha (18 de Novembro de 1771).

Observações: Todos os ascendentes nomeados são naturais e moradores de Lisboa e já defuntos. Os pais do habilitante são da freguesia da Madalena. O pai foi proprietário do ofício de Escrivão do Juízo da Índia e Mina, depois foi

Escrivão da Casa dos Seguros por muitos anos, e também foi Almotacé das Execuções, vivendo nobremente com seus criados e cavalo. O habilitante é familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, e Colegial do Colégio de S. Pedro na Universidade de Coimbra, constando ser também Deputado da Junta do Fisco na Inquisição de Coimbra. Também é familiar do Santo Ofício um irmão do habilitante, de nome José Correia de Abreu (Doutor), presentemente Provedor em Leiria. Os ofícios de Escrivão da Casa dos Seguros e de Almotacé das Execuções foram compartilhados pelo avó paterno e pelo avó materno, tendo este último ainda desempenhado o cargo de Porteiro do tribunal do Desembargo do Paço, e se tratado nobremente com seus criados e cavalos. Os avós paternos viveram da sua fazenda à lei da nobreza, logrando também de criados e cavalos. O Doutor, à data de Janeiro de 1705, é solteiro (LB).

João Correia de Carvalho (Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de Pascoal de Carvalho e de Marta Luís Correia, neto paterno de Cosme Carvalho e Isabel Tomás, e neto materno de Martim Duarte e Antónia Luís.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta do cargo de 10 de Março de 1646), alvará (5 de Abril de 1647); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Agosto de 1652); **Vereador suplente da Câmara de Lisboa** (carta de 23 de Maio de 1658), alvará de Vereador da Câmara de Lisboa. Recebeu carta de 80\$000 réis de renda anual nos bens confiscados dos ausentes com o hábito da Ordem de Cristo (4 de Junho de 1653), verba por se lhe ter passado padrão de 80\$000 réis de renda anual que seu tio do mesmo nome recebia primeiramente pelos bens confiscados dos ausentes e depois pelo Almoxarifado da Casa das Carnes de Lisboa (27 de Agosto de 1653), alvará de renúncia do cargo de Alcaide do Mar de Diu (27 de Maio de 1654), apostila transferindo-lhe para o Almoxarifado da Casa das Carnes de Lisboa os 80\$000 réis de renda nos bens confiscados dos ausentes (17 de Fevereiro de 1668), apostila transferindo-lhe os 80\$000 réis de renda anual que tinha dos bens confinados dos ausentes para o Almoxarifado da Casa das Carnes de Lisboa (17 de Novembro de 1668), apostila de 300\$000 réis de juro, apostila de 20\$000 réis de juro, padrão de 68\$000 réis de tença, padrão de 50\$000 réis de juro, verba de 50\$000 réis de juro, verba de 20\$000 réis de juro, carta de padrão de tença de 12\$000 réis (28 de Abril de 1682), e carta de padrão de tença de 80\$000 réis (27 de Abril de 1683).

Observações: Os ascendentes nomeados nasceram e moraram em Lisboa. Contam as testemunhas que o seu pai e parentes da sua mãe, uns navegaram nos seus navios para as conquistas deste Reino, outros para a Índia. O seu pai e avó paterno serviram no Reino de Angola, sendo Pascoal Carvalho Capitão da Gente do Mar numa das capitánias de infantaria, Capitão do seu navio e armação, e homem

valente e animoso com mais de trinta mil cruzados de cabedal. O Bacharel tem dez anos cursados na Universidade de Coimbra e em Lisboa, e é solteiro à data de 1 de Agosto de 1629 (LB).

João Correia do Vale (bacharel em leis), natural da vila de Ansião, filho de Luís Lopes Freire e de Luísa Maia Correia, neto paterno de Gaspar Lopes Cabaço e Maria Freire, e neto materno de Luís do Vale Correia e Aldonça Maia Colaço. Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Fevereiro de 1682); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 1 de Fevereiro de 1686); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1691). Recebeu carta de Ouvidor dos Contos da Universidade de Coimbra, alvará de administração de capela, alvará de licença para ir à sua terra, carta de padrão de tença de 38\$000 réis efectivos (22 de Setembro de 1695), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (26 de Setembro de 1695).

Observações: O pai e os avós paternos são naturais de Ansião. A mãe e avó materna são naturais do lugar de Lourçal do couto da Universidade de Coimbra. O avó materno é natural de Ourém, sendo aparentado com os principais dessa vila. Os avós paternos viveram em Ansião. Os pais e avós maternos viveram no lugar de Lourçal, e neste foram dos principais. A mãe da avó materna chamava-se Violante Maia Colaço e o pai do avó paterno [...] Dinis ou Dias. Os pais e avós viviam honradamente de suas fazendas, com seus criados e criadas, negros e negras. O avó materno serviu o ofício de tabelião das Notas, de que era proprietário, assim como o pai do Bacharel. O pai foi capitão-mor de Ansião e de várias companhias. O Bacharel tem fama de bom estudante e, à data de 22 de Agosto de 1673, é solteiro (LB).

João da Costa Borges (Bacharel), também *João da Costa Borges Azevedo*, natural de Chaves.

Foi **Corregedor da Comarca de Pinhel** (carta de 28 de Março de 1763); **Superintendente e Juiz Conservador das Fábricas de Castelo Branco** (carta de 23 de Janeiro de 1767); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto ficando conservado no lugar de Superintendente e Juiz Conservador das Fábricas das três comarcas de 30 de Março de 1775), posse na Relação do Porto aí sendo **Ouvidor do crime** (3 de Junho de 1775); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 31 de Março de 1787), carta (17 de Novembro de 1783); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 19 de Abril de 1787); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 3 de Janeiro de 1791), carta ou alvará (11 de Janeiro de 1791), carta de privilégio de Desembargador (16 de Março de 1796); **Desembargador do Desem-**

bargo do Paço sem exercício (Desembargador do Desembargo do Paço com o ordenado por inteiro, mas sem exercício em atenção nos seus serviços e as moléstias que o impossibilitaram, por decreto de 13 de Maio de 1802), carta do título de Desembargador do Desembargo do Paço (31 de Maio de 1802), carta de Desembargador do Desembargo do Paço sem exercício mas com vencimento de ordenado enquanto decano da Mesa dos Agravos (1 de Junho de 1802). Recebeu padrão de 10\$000 réis de tença (14 de Março de 1786), provisão para ser administrador da casa de João de Alpoim e Brito Coelho (9 de Julho de 1786), e carta de confirmação do aforamento do prazo do Pedroso no Almojarifado de Penela (7 de Junho de 1818).

Observações: É filho de um médico (MM).

João da Costa Leitão (Bacharel em leis), natural de Oliveira do Conde na Comarca de Viseu, filho de João da Costa Leitão e de D. Ana Borges de Castro, neto paterno de Gonçalo Leitão Aranha e Isabel da Costa, e neto materno de Álvaro Borges de Castro e Catarina Marques de Abreu. Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de Desembargador titular da Relação do Porto de 29 de Setembro de 1719), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (8 de Fevereiro de 1720); **Desembargador titular da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 21 de Julho de 1733), provisão de licença para poder tomar posse do dito lugar e jurar na Chancelaria por procurador (12 de Dezembro de 1733), provisão para jurar por procurador e tomar posse de Desembargador da Casa da Suplicação (22 de Dezembro de 1734); **Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação com exercício nas férias de 17 de Janeiro de 1735). Recebeu carta de padrão de tença de 38\$000 réis (25 de Outubro de 1715), (e outro) provisão de troca e sub-rogação (2 de Dezembro de 1717), verba de 60\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa (20 de Setembro de 1732), apostila de 60\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa (4 de Novembro de 1732), carta de jubilação enquanto lente da cadeira de três livros de Código na Universidade de Coimbra (19 de Janeiro de 1735), carta de jubilação na cadeira de Prima (9 de Abril de 1739), alvará de foro de fidalgo para seu sobrinho João Lobo da Costa Borges e Abranches (19 de Maio de 1740), e (com sua mulher) provisão de extinção de capela por eles instituída no lugar de Nogueira da Comarca da Guarda a António

Lobo da Costa Borges e Castro de Abrantes (4 de Dezembro de 1774).

Observações: Foi sobrinho de Luís da Costa e Faria (RGM). O pai e avó paterna são naturais de Oliveira do Conde. O avó paterno é natural do lugar de Barreiros da freguesia de Santiago de Piães do concelho de Sanfins e Comarca de Lamego. A mãe e avós maternos são naturais da vila de Nogueira da Comarca de Viseu. O pai era Doutor. A mãe casou em Oliveira do Conde. Os pais e avós eram pessoas nobres e das principais dessas terras. Sabe-se que o avó paterno se deslocou, enquanto jovem, do seu lugar natal para a Comarca de Viseu, onde viveu das suas fazendas. Os avós paternos eram donos de um lugar de azeite. O habilitante é, à data de Julho de 1718, solteiro morador em Oliveira do Conde e assistente na Universidade de Coimbra. O habilitante é lente da faculdade de leis, e colegial do colégio de S. Pedro. O habilitante é bom estudante (LB).

João do Couto de Andrade (Bacharel), nascido em 1644, natural de Lisboa, filho de Manuel do Couto e de Maria Carvalho de Andrade.

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta de 19 de Março de 1672); **Desembargador da Relação da Baía** (1677).

Observações: Faleceu enquanto Desembargador da Baía, devido ao surto de febre amarela que atacou a cidade (MM).

João da Cunha Soutomaior (Bacharel em leis), natural de Viana do Minho, filho de Manuel António da Cunha Soutomaior e de D. Vicência Luísa Pereira Malheiro de Soutomaior, neto paterno de Pedro da Cunha de Soutomaior e D. Marta Eugénia de Figueiredo, e neto materno de António Pereira Malheiro e D. Ana Antónia Pereira de Soutomaior.

Foi **Fiscal dos Diamantes no Serro Frio** (13 de Maio de 1794), carta (18 de Julho de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do lugar de Desembargador da Relação do Porto de 30 de Julho de 1806); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Julho de 1821); **Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça** (carta de 24 de Outubro de 1837), carta de aposentação de Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça com o ordenado por completo (4 de Dezembro de 1839). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (9 de Maio de 1777), provisão de comissão (19 de Setembro de 1807), carta de profissão de hábito (19 de Agosto de 1816), carta da comenda de S. Mamede de Troviscoso da Ordem de Cristo (16 de Abril de 1817), e carta de honras de grandeza (28 de Janeiro de 1842).

Observações: Os pais e o avó paterno são naturais de Viana e, juntamente com o Bacharel e avó paterna, viveram naquela vila na Rua da Bandeira. A avó paterna é natural de Lisboa, foi assistente em Viana, e consta ser de qualificada

nobreza. Os avós maternos são naturais de Ponte de Lima, onde têm uma quinta, de nome Pomarchão, em Arcozelo. Os pais e avós sempre foram pessoas da mais distinta nobreza da Província do Minho, com foros de fidalgos cavaleiros da Casa de Sua Majestade, e postos honoríficos em Armas e no Real Serviço, e vivendo das suas rendas fundos e património. Os avós e pai são já falecidos, tendo por referência o ano de 1791. O pai foi Conselheiro Ultramarino. O Bacharel é solteiro, à data de 3 de Maio de 1791 (LB).

* **João Delgado Figueira** (Bacharel).

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Fevereiro de 1629); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 14 de Julho de 1643). Recebeu alvará de ordenado, e alvará de lembrança de pensão eclesiástica.

Observações: Foi Inquisidor de Santo Ofício de Goa (MM).

João Diogo Guerreiro Camacho e Aboim (Bacharel), também *João Diogo Guerreiro Camacho de Brito e Aboim*, natural de Campo de Ourique. Foi **Juiz do cível, crime e órfãos da Província de Bardez no Estado da Índia** lugar criado de novo com predicamento de cabeça de Comarca (decreto de 24 de Maio de 1773), carta de Juiz de Fora da Província de Bardez na Índia (16 de Janeiro de 1774), carta de Juiz de Fora de Goa (7 de Maio de 1776), provisão de dispensa para servir o lugar de Juiz de Fora de Goa debaixo do juramento com que serviu o de Bardez (13 de Junho de 1776); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 8 de Abril de 1778); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Abril de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Julho de 1789), decreto (22 de Agosto de 1789), carta (7 de Setembro de 1789); **Promotor das Justiças** (1795); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício no lugar que ocupa (decreto de 4 de Novembro de 1799), carta de um lugar (18 de Dezembro de 1799); **Conselheiro** (carta do título de 9 de Dezembro de 1805); **Tesoureiro do Conselho** (carta de 9 de Dezembro de 1805); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** sem exercício (carta de 23 de Janeiro de 1806), apostila de declaração à carta de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (18 de Julho de 1807). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (12 de Abril de 1774), carta de padrão de 28\$000 réis de tença (23 de Maio de 1774), (e seus irmãos) provisão de licença para anexarem vários bens ao vínculo de que tratam (10 de Setembro de 1781), provisão para expulsar a Ildefonso Correia da herdade do Monte do Gato no termo de Almodôvar (8 de Agosto de 1798), carta de compra de uma herdade denominada da Charrua em Almodôvar (18 de Julho de 1799), carta de compra de uma cou-

rela de terra no termo de Almodôvar (4 de Outubro de 1799), provisão para expulsar um reideiro de uma herdade (28 de Março de 1806), verba em que declara que a apostila que se passou na carta do Doutor João Diogo Guerreiro Camacho e Aboim vai registada neste livro a folha 254v (5 de Setembro de 1807), e alvará de revista na causa que trata com o Desembargador Luís Gomes Leitão de Moura e mais herdeiros de D. Mariana Inácia de Moura (15 de Junho de 1810).

João Eliseu de Sousa Serrão (Bacharel), nascido em 1695, natural da Baía, filho de Manuel Gonçalves Serrão e de Mariana de Sousa.

Foi **Juiz de Fora da Golegã** (carta de 10 de Novembro de 1723); **Juiz de Fora de Coruche** (carta de 10 de Outubro de 1730); **Juiz de Fora de Moncorvo** (carta de 29 de Agosto de 1737); **Corregedor de Lagos** (carta de 2 de Setembro de 1747); **Desembargador da Relação da Baía** (1753). Recebeu carta da propriedade do ofício de inquiridor de Cachoeira (10 de Dezembro de 1729), alvará para renunciar o ofício de Inquiridor de Cachoeira (2 de Maio de 1731), provisão para que o Juiz de Fora de Soure tome conhecimento da causa de que se trata (6 de Setembro de 1734), provisão de licença por dois meses (15 de Maio de 1739), e provisão de licença por tempo de um mês (1 de Junho de 1740).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 11 de Abril de 1753 (HOC).

João Fernandes de Carvalho (Bacharel), nascido em 1646, natural de Guimarães, filho de João Fernandes de Carvalho e de Ana Carvalho. Foi **Juiz de Fora de Amarante** (1676); **Desembargador da Relação de Goa** (1679).

João Fernandes de Oliveira (bacharel em leis), nascido em 1721 ou 1722, natural da cidade de Mariana em Minas Gerais, filho de João Fernandes de Oliveira e de Maria de S. José, neto paterno de João Fernandes de Oliveira e Ângela Fernandes, e neto materno de Pedro dos Reis Pimentel e Inês de Sousa.

Foi **Intendente dos Diamantes no Brasil; Contratador dos Diamantes; Juiz do fisco de Minas Gerais** (provisão para vestir beca com o lugar de 17 de Junho de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 14 de Setembro de 1771). Recebeu carta de padrão de hábito de Cristo com 12\$000 réis de tença (18 de Julho de 1748), provisão de confirmação da doação que fez a D. Maria Perpétua de Miranda e seus filhos (13 de

Julho de 1779), provisão para o Desembargador António de Mesquita e Moura sentenciar a validade ou nulidade do testamento daquele falecido ministro (2 de Maio de 1782), provisão para o Juiz dos resíduos tomar a juro a quantia de 2480\$000 réis debaixo da hipoteca de que trata (12 de Novembro de 1783), provisão de licença para poder contrair matrimónio (27 de Abril de 1785), provisão para conhecimento de causa (25 de Agosto de 1785), provisão para do seu vínculo se darem 600\$000 réis a juro ao padre Fortunato José Barreto de Pina e Gouveia (17 de Fevereiro de 1787), (com sua mulher) provisão de confirmação da doação que lhes fizeram Manuel Fernandes e sua mulher (28 de Maio de 1801), e provisão de aforamento de dois terrenos um por cima das Bouças das Fontes outro no sítio da Chã de Barreiros da freguesia de Santa Leocádia de Briteiros (15 de Julho de 1806).

Observações: O pai e avô paterno são nascidos e baptizados na freguesia de Santa Maria de Oliveira no termo de Barcelos, e lá moraram. A avó paterna é natural do lugar de Silveira da freguesia de S. Miguel do Paraíso no termo de Guimarães. Os avós paternos assistiram algum tempo na freguesia de Santiago de Ronfe, que da outra freguesia é apenas separada pelo rio Ave. A freguesia de Santa Maria de Oliveira é, por sua vez, bastante próxima da de S. Miguel do Paraíso, distando desta apenas meia légua. Os avós paternos viviam do rendimento das suas fazendas, acabando o avô paterno por falecer na sua terra natal. O pai, quando rapaz, embarcou para o Brasil, casando na cidade de Mariana. A mãe é natural da vila de Taboate na capitania de Santos, e a avó materna é natural da freguesia da vila de Santos. O avô materno é natural da freguesia de Santa Cruz da Ilha das Flores. Os pais e avós maternos moraram em Mariana e no Rio de Janeiro, vivendo estes últimos abundantemente das suas fazendas. O pai era homem de negócio grosso e é, à data de Agosto de 1752, Contratador dos diamantes. O agraciado tinha dois tios maternos religiosos, um do Carmo, e o outro de Santo António. O Bacharel parece ter pelo menos uma irmã e é, à data de Agosto de 1752, solteiro. O agraciado é cavaleiro da Ordem de Cristo e mora, à data de Agosto de 1752, em Lisboa à Horta Seca (LB). Foi Contratador dos Diamantes que, dizem, terá três milhões, e foi o que comprou o mosteiro do Grijó. Desembargador da Relação do Porto entretido em Lisboa (MM).

João Ferraz Velho (Bacharel), nascido em 1643, natural de Coimbra, filho de Luís Ferraz Velho e de Isabel de Azambuja.

Foi **Juiz de Fora de Mourão** (1670); **Juiz de Fora de Santarém** (1675); **Superintendente dos Tabacos de Minho** (1679); **Corregedor do crime do Bairro Alto** (1681); **Desembargador da Relação do Porto** (1695). Recebeu alvará para vencer ordenado enquanto está fora do seu cargo, alvará de ordenado, e alvará de licença para estar fora de seu cargo.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 16 de Julho de 1680 (HOC).

João Ferreira Batalha (Bacharel em leis), também *João Pereira Batalha*, nascido em 1752 ou 1753, natural de Lisboa, filho de José Ferreira Batalha e de Catarina Rosa de S. José, neto paterno de Manuel Ferreira e Teresa Maria de Jesus, e neto materno de Diogo Correia e Joana Evangelista.

Foi **Juiz de Fora de Óbidos e Caldas** (26 de Março de 1782); **Juiz de Fora de Elvas** com predicamento de correição ordinária (19 de Junho de 1784), carta (9 de Março de 1785), posse (9 de Abril de 1785); **Juiz do crime do Bairro do Limoeiro** (27 de Junho de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800 para ter exercício em **Juiz dos órfãos de Alfama**), carta de Desembargador da Relação do Porto com o lugar (8 de Junho de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Setembro de 1804). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares do provimento do Senado da Câmara de Lisboa (2 de Março de 1780), e provisão de moratória (13 de Julho de 1801).

Observações: Recebeu certidão negativa a 2 de Março de 1820, com 62 anos de idade. Os pais e avós paternos são naturais da Batalha na Comarca de Leiria, residindo os últimos aí. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. Os pais terão fixado casa em Lisboa, vivendo o agraciado na sua companhia, de acordo com testemunhos datados de 28 de Janeiro de 1780. O Bacharel é, até à data anterior, solteiro, residindo na Praça do Rossio em Novembro de 1779. O avô paterno foi na Batalha Escrivão da Câmara, Almotacé, Vereador, Juiz ordinário, e Tabelião do Judicial e Notas. A avó paterna não teve ofício servil, antes era recolhida e vivia com estimação (LB).

João Ferreira Bettencourt e Sá (Bacharel), natural das Minas do Sabará, filho de João Ferreira dos Santos e de Maria Isabel de Bettencourt e Sá.

Foi **Juiz de Fora do cível da Baía** (carta de 18 de Fevereiro de 1755), provisão de 50\$000 réis de ajuda de custo com o dito lugar (27 de Fevereiro de 1755); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Baía** (provisão de 15 de Março de 1755); **Intendente e Primeiro-Ministro da Mesa da Inspeção da Baía** com o predicamento de lugar de primeiro banco (carta de 28 de Janeiro de 1764), provisão para vestir beca (24 de Fevereiro de 1764); **Intendente do Ouro da Baía; Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado no lugar de 4 de Outubro de 1781), alvará de 332\$000 réis de ordenado com a aposentação de Desembargador da Relação do Porto (26 de Novembro de 1781). Recebeu padrão de 18\$000 réis de tença (3 de Outubro de 1767).

João Ferreira Gabriel (Bacharel em cânones). Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Março de 1684). Recebeu alvará de Capelão da Casa Real com 1\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (11 de Março de 1682).

João Ferreira Ribeiro de Lemos (Bacharel em leis), nascido em 1726 ou 1727, natural de Castro d'Aire no bispado e Comarca de Lamego, filho de João Ferreira Ribeiro de Lemos e de D. Joana de Vasconcelos, neto paterno de António Ferreira de Abreu e D. Maria Ribeira, e neto materno de Bernardo Pereira Teles e D. Catarina de Miranda de Vasconcelos.

Foi **Provedor da Comarca de Setúbal** (alvará de 11 de Novembro de 1759); **Corregedor do cível de Lisboa** da terceira vara (28 de Agosto de 1764), carta de Corregedor do cível da cidade (6 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1768), posse (31 de Janeiro de 1769), provisão para estar ausente do lugar (15 de Junho de 1769); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 30 de Dezembro de 1775), carta (12 de Fevereiro de 1776); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 14 de Maio de 1776); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 7 de Março de 1779), decreto (4 de Maio de 1779), carta (7 de Maio de 1779); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Agosto de 1782); **Conselheiro da Fazenda** (carta de um lugar honorário no Conselho da Fazenda de 22 de Novembro de 1793), lugar honorário de Conselheiro da Fazenda ficando a servir o lugar que ocupa (17 de Dezembro de 1793), carta de um lugar honorário no Conselho da Fazenda (2 de Dezembro de 1793); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade (24 de Dezembro de 1793). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (18 de Junho de 1746), provisão de mercê para ser Juiz privativo do inventário de D. Maria de Meneses (12 de Maio de 1777), provisão para ser Juiz nas causas e dependências respectivas à casa de Rodrigo de Azevedo Sá e Coutinho em lugar do anterior Juiz o Doutor Francisco António Gravito (19 de Julho de 1779), e carta de confirmação da doação que lhe fez D. Francisca Antónia Galvão de Lacerda Botado e Pina (22 de Fevereiro de 1790). **Observações:** Recebeu certidões negativas a 17 de Janeiro de 1795 e 27 de Junho de 1817, esta com 93 anos de idade. O pai e avô paterno são naturais da freguesia de Moledo na Comarca de Viseu, tendo sido o primeiro fidalgo cavaleiro da Casa Real, e familiar do Santo Ofício. O Bacharel tem um tio paterno, chamado António Ribeiro de Abreu, que foi Inquisidor da Mesa Pequena no Tribunal do Santo Ofício. É provável que o Bacharel tenha nascido em

Junho de 1727. O Bacharel vivia, à data de Junho de 1752, em Lisboa na casa do referido tio, situada na Carreira dos Cavalos, actualmente Rua Gomes Freire. A avó paterna é natural da vila de Castro Daire, onde assistiu e morou o avô paterno do Bacharel. A mãe é natural da freguesia de Lazarim na Comarca de Lamego. O avô materno, se bem que seja natural da vila de Alvarenga, sempre assistiu na freguesia de Lazarim. A avó materna é natural de Sequeiro Longo do concelho de Cinfaes. O Bacharel é fidalgo da Casa Real, e assistiu em Castro Daire. Os ascendentes nomeados trataram-se à lei da nobreza, sendo de reconhecida estirpe. O Bacharel é, à data de Janeiro de 1752, solteiro. É irmão do Excelentíssimo Bispo de Lamego, D. Manuel de Vasconcelos Ferreira. Faleceu a 22 de Novembro de 1794, na idade de 67 anos não completos (MM).

João de Figueiredo (graduado em cânones em 1770), natural da vila de Sandomil, filho de João de Figueiredo e de Engrácia de Moura, neto paterno de João de Figueiredo e Maria Mendes, e neto materno de Manuel Rodrigues da Fonseca Saraiva e Mariana de Moura.

Foi **Provedor de Castelo Branco** (22 de Outubro de 1779), carta (20 de Agosto de 1781), posse (2 de Fevereiro de 1782), provisão de licença para por tempo dois meses poder estar ausente daquele lugar (3 de Julho de 1783); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 6 de Novembro de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Março de 1801); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 8 de Janeiro de 1816), provisão para prestar juramento por procurador (8 de Janeiro de 1816); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Julho de 1821), alvará de aposentado com meio ordenado (27 de Agosto de 1825), alvará (23 de Abril de 1826); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 6 de Dezembro de 1827); **Desembargador do Desembargo do Paço** (alvará de um lugar honorário de 10 de Dezembro de 1827), carta de um lugar (2 de Setembro de 1828). Recebeu provisão de perdão (12 de Maio de 1794), provisão de extinção do encargo que tinha no rendimento de certos bens sitos na freguesia de Tenda da Comarca de Viseu imposto por Pedro Jorge (9 de Dezembro de 1797), provisão de extinção da capela por ele instituída no lugar da Telha do termo do Lavradio (12 de Janeiro de 1801), provisão de extinção de um prédio chamado o Mortedo sito no limite do lugar de Oliveira do Barreiro instituído por Maria de Natal (28 de Junho de 1803), provisão de extinção de encargo num quintal de que era administrador que impusera o padre Gaspar de Abrantes (15 de Julho de 1805), provisão de extinção de encargo em certa fazenda de que era administrador com que o onerara o padre Sebastião Nogueira (15 de Julho de 1805), provisão

de extinção de encargo em certa propriedade de que era administrador com que o onerara Bernardo Marques (15 de Julho de 1805), (com sua mulher) provisão de comissão para conhecimento de causa (20 de Dezembro de 1819), provisão para servir o ofício de Escrivão do Público etc. de Ucanha com o da Câmara da mesma vila (29 de Janeiro de 1820), provisão escusando-o da comissão e administração da casa de João Infante de Lacerda e sua mulher nomeando para ela outro ministro (22 de Março de 1820), provisão para ser escuso da administração da casa de que trata (15 de Maio de 1820), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (7 de Janeiro de 1828).

Observações: Recebeu certidão negativa com 70 anos de idade. Os pais e a avó materna são naturais de Sandomil. Os avós paternos são naturais de Loriga. O avô materno é natural do lugar de Silhada no termo de Tábua. Todos eles são pertencentes à Provedoria da Guarda e bispado de Coimbra. Os pais e avós encontram-se entre os mais ricos e nobres das suas terras que, vivendo das suas abundantes fazendas cultivadas por criados, serviram algumas vezes de juizes ordinários e dos órfãos nos sobreditos seus lugares. Quando da inquirição em Seia de 14 de Julho de 1780, a mãe tinha falecido há poucos meses. O Bacharel é, à data de 29 de Julho de 1780, solteiro. Os avós maternos viveram em Silhada (LB). Foi opositor canonista (MM).

João da Fonseca Coutinho (Licenciado), natural de Castelo Branco, filho de João da Fonseca (ou Diogo da Fonseca Coutinho) e de Teodora da Fonseca, neto paterno de Álvaro da Fonseca e Joana Mendes da Fonseca, e neto materno de Gaspar Gomes e Catarina da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Marvão** (carta de 30 de Outubro de 1642); **Provedor de Castelo Branco** (alvará de 16 de Janeiro de 1650); **Corregedor de Santarém** (carta de 17 de Julho de 1655); **Juiz do Tombo da Coroa de Santarém** (carta de 19 de Dezembro de 1660); **Desembargador da Relação do Porto** (carta para poder servir o mesmo cargo com beca de 14 de Janeiro de 1661). Recebeu hábito de noviço (4 de Junho de 1671).

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Portalegre. A mãe e avó materna são naturais de Castelo Branco. O avô paterno é natural de Abrantes. A avó materna é natural de Idanha-a-Nova. A família do habilitante vivia à lei da nobreza e fidalguia, com criados, escravos, e cavalos. O pai foi eleito para Procurador das Cortes. O pai é irmão de Nuno da Fonseca Coutinho, cujo filho, chamado Álvaro da Fonseca Coutinho, é habilitado pela ordem de Malta. A mãe é irmã de Paulo Gomes da Fonseca, que foi Corregedor de Portalegre. O avô paterno é tio direito de Nuno da Fonseca Cabral que, para lá de Corregedor do crime da Corte, foi lente da Universidade de Coimbra, e habilitado pela Ordem de Cristo. A avó materna é irmã do inquisidor Bartolomeu da Fonseca, e do Corregedor da Corte Diogo da Fonseca. O habilitante teve um tio, chamado João da Fonseca, que foi

Desembargador, e um outro chamado Lucas da Fonseca, que foi fidalgo nos livros d'El-Rei e teve o hábito de Cristo. O habilitante teve um outro tio, chamado Gaspar da Fonseca, que foi cavaleiro do hábito de Malta com comenda de 4 ou 5 mil cruzados de renda. O habilitante é, à data de Junho de 1637, casado com a sua prima D. Maria Pereira, filha de António da Fonseca Juzarte, e nascida em Portalegre. O habilitante mora, à data de Junho de 1640, em Portalegre. O habilitante foi opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra (LB).

João Fróis Leitão (Bacharel), nascido em 1701, natural de Lisboa, filho de José Rodrigues Fróis e de Maria Antónia da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (1729); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 21 de Abril de 1737). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (7 de Março de 1729).

João Gaudêncio Torres (Bacharel em leis de 1802 para 1803), nascido em 1779 ou 1780, natural do Arcebispado de Braga, filho de José Pedro Machado Torres e de D. Joana Rita Bravo Cardoso de Lacerda, neto paterno de Rodrigo Coelho Machado Torres e D. Margarida Luísa Mourate, e neto materno de João Correia de Sousa e Joana de Jesus.

Foi **Provedor da Comarca da Guarda** (carta de 25 de Agosto de 1804), provisão de licença por tempo de um mês poder estar ausente do exercício daquele lugar (24 de Outubro de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício de **segundo ajudante do Intendente-Geral da Polícia** de 4 de Abril de 1814); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar ordinário de 11 de Julho de 1818), provisão para prestar juramento e tomar posse de um lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Julho de 1818), alvará para ser destituído ao exercício de Desembargador da Casa da Suplicação (13 de Outubro de 1823), alvará para ser restituído ao seu lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (13 de Outubro de 1823); **Vereador do Senado da Câmara** (alvará de 4 de Junho de 1829); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 4 de Junho de 1829). Recebeu padrão de 100\$000 réis de tença (24 de Outubro de 1787), provisão de dispensa (22 de Abril de 1814), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (14 de Junho de 1814), carta de profissão de hábito (26 de Março de 1816), provisão de confirmação que lhe fez o padre Francisco Pereira de Sousa Lopes (25 de Fevereiro de 1817), e alvará de uma comenda da

Ordem de Cristo da lotação de 16\$000 réis (11 de Junho de 1818).

Observações: O Bacharel mora em Lisboa à data de 29 de Dezembro de 1803. O pai e avô paterno são Desembargadores, Conselheiros e naturais da freguesia de S. Pedro Fins de Ferreira da Comarca do Porto. A avó paterna é natural do Porto, assistindo com o seu marido aí e mais tarde em Lisboa. Os pais assistiram no Porto. O seu irmão já habilitado, Rodrigo Bravo Cardoso Torres, é natural do Porto e assistiu em Lisboa, ocupando à data de 1804 o cargo de Corregedor e Provedor da Comarca de Penafiel. Os avós maternos são naturais e moradores de Beja, sendo o avô morgado da quinta do Castelo, e a avó sucessora no morgado dos Bravos e Cardosos da dita cidade. Os avós maternos eram já falecidos em 1797, tendo sido pessoas muito abastadas (LB).

João de Góis de Araújo (Licenciado), nascido em 1625, natural da Baía, filho de Jorge de Araújo de Góis e de Ângela de Sequeira.

Foi **Executor da Real Fazenda de Brasil** (1666); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 19 de Outubro de 1667); **Ouvidor-Geral do cível da Relação da Baía** (carta de 1 de Abril de 1672). Recebeu quatro alvarás de moratória para fábricas no Brasil, e alvará de lembrança de ofício.

Observações: Faleceu enquanto Ouvidor-Geral da Relação da Baía, no surto de febre amarela que atacou a cidade (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 10 de Janeiro de 1667 (HOC).

João Gomes (Doutor), nascido em 1589 ou 1590, natural de Coimbra, filho de Domingos Martins (ou Manuel da Fonseca, ou Francisco Gomes) e de Maria Simões, neto paterno de Domingos Pires e Helena Gomes, e neto materno de João Fernandes e Ana Simões.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Março de 1642); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 10 de Dezembro de 1642). Recebeu carta de Escrivão da Fazenda de Ceilão por seis anos (13 de Março de 1643), alvará da cadeira de leis na Universidade de Coimbra (14 de Março de 1643), provisão de propriedade da cadeira de leis da Universidade de Coimbra (14 de Março de 1643), alvará de uma escrivaninha de Nau da Carreira da Índia para uma sobrinha (7 de Janeiro de 1644), alvará de escrivaninha de uma das naus da carreira da Índia (27 de Janeiro de 1644), alvará de um ofício de Justiça ou Fazenda (27 de Janeiro de 1644), carta de Guarda da alfândega de Aveiro (27 de Abril de 1644), carta de Procurador e Solicitador dos Cativos e resíduos do Porto e seu bispado (18 de Outubro de 1645), carta de alferes de uma companhia de infantaria no Reino de Angola (2 de Junho de 1661), carta de Guarda da alfândega de Aveiro (10 de Janeiro de

1670), alvará de promessa de um ofício de Justiça ou Fazenda para sua filha (7 de Fevereiro de 1673), carta de propriedade do ofício de Escrivão da Fazenda do Hospital das Caldas (20 de Setembro de 1673), alvará de 6\$000 réis de ordenado como Guarda da alfândega de Aveiro (10 de Julho de 1676), e alvará de 100\$000 réis por dia para sustento de sua mulher enquanto durar a sua viagem à Índia (20 de Fevereiro de 1684).

Observações: Foi morador no Porto. O avô paterno e avós maternos são naturais de Coimbra. A avó paterna é natural de Santarém. O pai é licenciado e advogado nos auditórios de Coimbra. O avô paterno voltou de Santarém a Coimbra depois da morte da avó paterna e, nessa cidade, exercitou o ofício de sombreireiro. O avô materno parece que, antes de servir de sacristão da Misericórdia de Coimbra, foi alfaiate. O habilitante é, em meados de Dezembro de 1625, casado e com filhos. O habilitante é lente da catedrilha de Instituta na faculdade de leis, e Deputado do Fisco da Universidade de Coimbra. O habilitante é muito bom estudante e opositor às cadeiras (LB).

João Gomes Ribeiro (Bacharel em cânones), nascido em 1745 ou 1746, natural de Lisboa, filho de Manuel Gomes Ribeiro e de Clara Maria Rosa, neto paterno de Manuel João e Ana Gomes de Faria, e neto materno de Domingos Gonçalves e Maria Francisca.

Foi **Juiz do crime da Mouraria** em cujo lugar ficou reconduzido fazendo primeiro banco (Dezembro de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar com exercício de Juiz do crime do Bairro da Mouraria de 18 de Fevereiro de 18 de Fevereiro de 1784); **Fiscal da alfândega das Sete Casas**. Recebeu provisão de serventia por um ano de Provedor da Real Fazenda nas causas perante o Juiz da Índia e Mina (12 de Maio de 1780), e (com seu irmão) provisão para o Desembargador Luís Ribeiro Godinho concluir as causas de um inventário (11 de Maio de 1787).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da freguesia de S. Lucrécia de Ponte de Louro no termo de Barcelos. O avô paterno é natural da freguesia de S. Julião de Calendário no termo de Barcelos. O avô materno é natural da freguesia de S. Miguel da Carreira no termo de Barcelos. A mãe e avó materna são naturais de Lisboa. O Bacharel e o pai são familiares do Santo Ofício. Os pais e avó materna viveram provavelmente mais de vinte anos na Rua dos Escudeiros em Lisboa, com carruagem e missa em casa, assistindo o Bacharel junto dos mesmos. A avó materna faleceu anos antes do terramoto de 1755. Os avós viveram das suas fazendas, e o pai foi homem de negócio. O Bacharel ainda assistiu na terra natal do seu pai. O Bacharel é solteiro à data de Novembro de 1768. À data de Dezembro de 1768, o Bacharel reside em Lisboa no Campo de Santana. O Bacharel presume ter tido informações de bom estudante pela Universidade de Coimbra aquando da sua proposta de habilitação (LB).

João Gomes de Serpa (Bacharel; Licenciado), nascido em 1649 ou 1650, natural de Lisboa, filho de João Gomes e de Francisca de Medina, neto paterno de Pero Gomes e Inês Gomes, e neto materno de Alonso de Medina e Maria Lopez de Gavara.

Foi **Ouvidor de Tânger** por tempo de três anos (carta de 6 de Abril de 1645); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (alvará de 23 de Maio de 1650); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Agosto de 1661). Recebeu carta de Auditor da Armada Real (18 de Junho de 1641), alvará de Ouvidor da Armada Real que vai correr a costa a cargo do general António Teles de Meneses (8 de Julho de 1643), e alvará para que possa renunciar o ofício de Almoxarife das Sisas de Santarém em filho ou filha (20 de Maio de 1645).

Observações: Os pais moraram em Lisboa e depois mudaram-se para Almoester. Os dados dos avós são obtidos através de um instrumento de testemunhas realizado em Lisboa, não parecendo haver conhecimento directo dos mesmos, e pelo qual se sabe que são oriundos de Toledo. O Bacharel é irmão dos nobres da Misericórdia de Santarém, e Almoxarife das Sisas da mesma Comarca. O Bacharel é casado com Maria da Costa de Távora, irmã do licenciado António Furtado Mata Mouros, que se encontra ao serviço do Rei, e do carmelita descalço e defensor da Ordem Sebastião, que celebrou o casamento de ambos. Diz o conde de Unhão que ouviu dizer a Margarida de Távora, sogra do Bacharel, que o pai e avós deste último eram gente limpa e serviam em confrarias. O Bacharel tem uma irmã freira do mosteiro de Almoester (LB). Foi filho natural de D. Justa de Albuquerque, irmã de Lopo Vaz de Albuquerque, e [ambos] filhos de Nuno Vaz Freire e de D. Brites Nunes de Albuquerque. Casou em Lisboa na família de Matamouros, junto a Nossa Senhora da Luz e Paço do Lumiar (MM).

João Gonçalves Pereira (Bacharel), nascido em 1704, natural de Montalegre, filho de Francisco Gonçalves e de Domingas Pereira.

Foi **Juiz de Fora de Alagoas** (carta de 21 de Outubro de 1730); **Provedor de Cuiabá** (carta de 12 de Janeiro de 1735); **Ouvidor de Cuiabá** (carta de 12 de Janeiro de 1735); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 9 de Abril de 1745); **Ouvidor do crime da Relação da Baía** (carta de 10 de Novembro de 1747); **Juiz Conservador do Contrato dos Dízimos Reais da Baía** (carta de 28 de Novembro de 1750). Recebeu provisão para prestar juramento (27 de Abril de 1745), provisão para tomar posse por procurador (26 de Abril de 1746), e provisão para jurar nas mãos do Chanceler da Relação da Baía (12 de Novembro de 1747).

João de Gouveia da Rocha (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com posse sem exercício (carta de beca de 10 de Maio de 1666), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (22 de Junho de 1666); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (1671); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Novembro de 1672); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 26 de Outubro de 1677), provisão para poder servir o cargo (8 de Outubro de 1680); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 17 de Setembro de 1678); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis efectivos cada ano (30 de Outubro de 1674), e padrão de 18\$000 réis de tença.

João Gualberto Pinto de Moraes Sarmiento (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Estêvão Pinto de Moraes Sarmiento (ou Estêvão Pinto de Mascarenhas).

Foi **Juiz do crime de Santarém** (carta de 31 de Março de 1775), reconduzido fazendo correição ordinária (12 de Março de 1780), carta reconduzindo-o no lugar de Juiz do crime de Santarém (17 de Julho de 1780); **Desembargador da Relação do Porto (Ouvidor do Pará)** fazendo o lugar de Desembargador efectivo do Porto (Setembro de 1786); **Ouvidor do Sabará** com o mesmo predicamento, carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício de Ouvidor do Sabará (11 de Setembro de 1787), carta (11 de Novembro de 1787), carta de privilégio de Desembargador (6 de Março de 1787), carta de privilégio de Desembargador (6 de Março de 1788); **Provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes da Comarca do Sabará** (alvará de 13 de Novembro de 1787). Recebeu alvará de 103\$587 réis e mais 18\$000 réis de mantimento de Capelão da capela do Paço de Sintra (12 de Julho de 1763), alvará de administração de capela (12 de Julho de 1763), carta de Escrivão da Mesa do Sal (20 de Junho de 1777); alvará para nomear serventuário no seu ofício de Escrivão da Mesa do Sal desta cidade (30 de Junho de 1777), alvará de mercê vitalícia de ofício com pensão para sua mãe (20 de Julho de 1777), licença para nomear serventia ao ofício de Escrivão da Mesa (30 de Julho de 1777), foro de escudeiro fidalgo (22 de Abril de 1778), Moço da Câmara (22 de Abril de 1778 e 17 de Agosto de 1781), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (24 de Abril de 1778), alvará de foro de cavaleiro fidalgo (22 de Maio de 1778), licença para hipotecar a propriedade do ofício que tem o empréstimo de 2400\$000 réis que pretende fazer (23 de Junho de 1787), alvará de serventia do ofício de Provedor dos resíduos do concelho do Sabará (13 de Novembro de

1787), e carta do ofício de Escrivão da Mesa do Sal com a pensão de 200\$000 réis anuais para alimentar a sua mãe D. Teresa Mongiardino enquanto viva for (20 de Maio de 1789).

Observações: O pai era fidalgo da Casa Real e Guarda Jóias de El-Rei D. José (MM).

João Guedes de Sá (Doutor), natural de Lisboa, filho de António Rodrigues de Sá.

Foi **Juiz de Fora de Sintra** de que deu boa residência (26 de Junho de 1686); **Ouvidor-Geral de Pernambuco** (carta); **Juiz Conservador da Administração da Junta Geral de Pernambuco** (alvará); **Provedor dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará); **Desembargador da Relação da Baía** (carta), posse (25 de Maio de 1701); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Conselheiro da Nação Holandesa** (alvará de 15 de Fevereiro de 1708); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Julho de 1710); **Juiz do crime de Lisboa**; **Juiz dos Contos do Reino e Casa** (carta de 17 de Julho de 1716); **Desembargador suplente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 19 de Janeiro de 1719). Recebeu alvará de licença para vir ao Reino, alvará para tomar posse do cargo por procurador, e padrão de 122\$063 réis de juro na alfândega de Lisboa.

Observações: Foi bom estudante e bem procedido. Leu a 13 de Janeiro de 1682 (MM).

João de Guimarães (D.) (Licenciado), filho de Diogo dos Guimarães.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Maio de 1643); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Janeiro de 1648); **Vereador da Câmara de Lisboa** com 200\$000 réis de ordenado em cada ano à custa das rendas da Câmara (alvará de 16 de Novembro de 1650); **Deputado do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 18 de Julho de 1651); **Ouvidor de Braga**. Recebeu alvará para que a demanda que tem com as freiras de Vila do Conde relativa ao benefício de S. Pedro da Polvoreira pare durante a sua ausência na Suécia (13 de Maio de 1648), ajuda de custo de 3\$000 cruzados (17 de Novembro de 1650), carta de padrão de uma comenda da Ordem de Cristo (30 de Janeiro de 1651), alvará de administração por mais dois anos da comenda de S. Miguel de Caporosa (18 de Agosto de 1651), várias mercês de 780\$000 réis para repartir em tenças pelas suas irmãs, capela do Nome de Jesus na Rua dos Fornos em Guimarães, e carta de Tabelião de Ponte de Lima.

Observações: Foi fidalgo da Casa Real e Desembargador da Casa da Suplicação (RGM). D. João IV lhe escreveu 9 cartas, assinadas de seu próprio punho, em que lhe auto-

riza os seus procedimentos nas residências de Inglaterra e Suécia sobre a liberdade do infante D. Duarte seu irmão. Casou com D. Mariana dos Guimarães e Melo que, ficando viúva, lhe deu El-Rei 50 milhões de tença. Foi Abade de Polvereira junto a Guimarães. El-Rei D. João IV fez-lhe mercê de Desembargador do Senado da Câmara com 200\$000 de tença. D. João IV deu-lhe em várias mercês 780\$000 réis para repartir em tenças pelas suas irmãs. Deu-lhe também a comenda de S. Miguel de Camparosa do bispado de Viseu na Ordem de Cristo, a qual vagou por morte do marquês de Porto Seguro. Instituiu a capela do Nome de Jesus, na Rua dos Fornos em Guimarães, de que foi administrador Manuel Peixoto dos Guimarães, seu parente. Faleceu em 1753 (MM).

João Henriques da Maia (bacharel em leis), nascido em 1703 ou 1704, natural de Setúbal, filho de João Henriques e de D. Felícia Josefa da Maia, neto paterno de Ricardo Henriques e Catarina Josefa, e neto materno de Pedro da Maia e Felícia Heusce.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Março de 1754), provisão para tomar posse do lugar por seu procurador (7 de Abril de 1754), provisão para estar ausente do dito lugar (4 de Setembro de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Julho de 1759); **Promotor das Justiças** (carta de 18 de Abril de 1765); **Feitor e Recebedor da alfândega de Setúbal** (alvará de 16 de Outubro de 1771); **Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação** (28 de Outubro de 1771), carta (2 de Novembro de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Agosto de 1778); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de aposentado no lugar com o vencimento por inteiro de 25 de Agosto de 1783). Recebeu carta de padrão de tença de 50\$000 réis e hábito (5 de Abril de 1767), alvará de capela de Luís Alves na freguesia de Santa Catarina (22 de Dezembro de 1770), alvará de mercê de propriedade de ofício com faculdade de o renunciar (16 de Outubro de 1771), alvará de mercê da capela de Luís Huc ou Hue em Lisboa na freguesia de Santa Catarina de Monte Sinai que denunciou à Coroa (22 de Dezembro de 1771), carta de confirmação de doações recíprocas de bens com sua mulher D. Ana Luísa Van Zeler (15 de Novembro de 1773), e provisão para aforar a Nicolau Pereira Coutinho Horta e Meneses um chão de vínculo sito na Rua das Canastras na vila de Setúbal (17 de Junho de 1784).

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Setúbal. A mãe e avó materna são naturais de Lisboa. O avó paterno é natural da Ilha Santa junto ao rio de Hamburgo e limite do império cesáreo. O avó materno é natural de Lubeck do sobredito limite. O pai é familiar do Santo Ofício. O avó paterno era homem de negócio de grosso trato, e faleceu em Setúbal. A mãe tem um irmão, chamado Diogo da Maia, que é familiar do Santo Ofício, e habilitante a cavaleiro

da Ordem de Cristo. Pelo menos os pais e avós maternos trataram-se com criados e carruagens, e moraram na Rua Nova de Almada. O habilitante é, à data de Setembro de 1729, solteiro e mora à data de Outubro seguinte em Setúbal. O habilitante é cavaleiro do hábito de Cristo, e familiar do Santo Ofício. O habilitante é bom estudante (LB). O pai era homem de negócio de Setúbal. Faleceu em Setúbal em 1785 ou 1786 (MM).

João Henriques da Silva (Bacharel), nascido em 1670, natural de Alenquer, filho de Manuel Henriques da Silva e de Catarina da Mota.

Foi **Juiz de Fora da Chamusca** (carta de 20 de Dezembro de 1711); **Juiz de Fora da Chamusca** (carta de 26 de Outubro de 1715); **Juiz de Fora de Sintra** (depois de 1719); **Ouidor de Piauí** (carta de 10 de Agosto de 1748), **Provedor de Piauí** (carta de 16 de Agosto de 1748), **Provedor da Fazenda de Piauí** (carta de 29 de Agosto de 1748); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 9 de Agosto de 1757).

João Homem Freire (graduado e opositor em leis), natural de Ázere na Comarca de Viseu, filho de Manuel Homem Freire e de D. Luísa Francisca de Almeida, neto paterno de Manuel Homem Freire e D. Isabel Freire, e neto materno de Damião Góis de Chaves e D. Francisca de Almeida.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 18 de Fevereiro de 1715), posse (1 de Julho de 1715); **Ouidor-Geral do cível da Baía** (carta de 3 de Março de 1716); **Juiz Conselheiro da Junta do Comércio da Baía** por três anos (alvará de 25 de Agosto de 1718); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Novembro de 1720); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (carta de 12 de Setembro de 1727).

Observações: O pai e avó paterno são naturais de Ázere. A avó paterna é natural de Vila Cova da Comarca de Viseu. A mãe e avó materno são naturais de Viseu. A avó materna é natural da quinta do Arvoredo do conselho de Penalva e Comarca de Viseu. O pai, que foi Doutor, morreu em Coimbra exercendo o lugar de Corregedor da mesma cidade. O avó paterno, que foi Desembargador, morreu no Porto. Os pais e avós são das mais qualificadas nobrezas da Comarca de Viseu, destacando-se a casa de Arvoredo, e são-lhes conhecidos parentes familiares do Santo Ofício e clérigos. O Doutor é, à data de Julho de 1714, solteiro. O Doutor foi bom estudante (LB).

João Inácio Almeida e Sousa (Bacharel em cânones), também *José Inácio de Almeida e Sousa*, também *João Inácio de Almeida*, nascido em 1719 ou 1720, natural de Almeida da Comarca de Pinhel (ou Coimbra), filho de José Ferreira

de Leborão e de Joana Teresa de Sousa, neto paterno de Manuel Gonçalves de Carvalho e Catarina Ferreira de Leborão, e neto materno de João de Almeida e Sousa e Maria Fernandes Monteiro.

Foi **Juiz dos órfãos de Monção** (provisão de 6 de Outubro de 1756); **Corregedor de Tavira** (30 de Dezembro de 1777), carta de Corregedor da Comarca de Tavira (23 de Janeiro de 1778); **Corregedor do cível da cidade** (25 de Junho de 1784), posse (18 de Setembro de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta (15 de Setembro de 1789), carta (8 de Outubro de 1789); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 25 de Junho de 1804). Recebeu carta de Juiz dos órfãos Inquiridor e Contador da vila de Ançã (6 de Outubro de 1756 e 14 de Fevereiro de 1757), e carta da propriedade dos ditos ofícios (12 de Março de 1757).

Observações: Os pais, avós paternos, e avô materno, são naturais de Almeida. A avó materna é natural de Alfaiates da Comarca de Pinhel. O avô paterno era Capitão. O avô materno foi Escrivão dos Mantimentos da praça de Almeida e, para lá de cavaleiro professo da Ordem de Cristo, é actualmente sargento-mor da Comarca de Coimbra. A avó materna descendia de lavradores honrados da vila de Alfaiates. O habilitante é, à data de Agosto de 1745, solteiro e assistente na vila de Eiras junto de Coimbra. O habilitante é bom estudante (LB). Casou com D. Hipólita, natural de Anção, e filha de um Doutor, de quem teve filha ilegítima do morgado de Paço de Perdiz. Sendo Juiz de Fora de Barcelos, teve histórias com o criado do Ouvidor João ou José Ferreira da Silva (MM).

João Inácio do Amaral Silveira (Bacharel em leis), nascido em 1747 ou 1748, natural da Ilha do Pico (ou da Vila das Lajes da ilha do Pico), filho de João Inácio de Almeida da Silveira (ou João Inácio do Amaral) e de Rosa Catarina da Silveira, neto paterno de José de Medeiros e Luzia Antónia, e neto materno de Manuel Silveira Medina e Rosa Garcia.

Foi **Juiz de Fora da ilha de Santa Maria** (carta de 29 de Outubro de 1778), Juiz de Fora de Santa Maria nas ilhas dos Açores (13 de Março de 1779); **Fiscal da Extração dos Diamantes** (6 de Janeiro de 1789), carta de Fiscal dos Diamantes do Serro do Frio (28 de Fevereiro de 1789); **Intendente dos Diamantes no Serro Frio** (13 de Maio de 1794), carta de Intendente dos Diamantes da capitulação da Comarca do Serro Frio (22 de Setembro de 1794), alvará de mantimento com o lugar (2 de Dezembro de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador da Casa da Suplicação de 30 de Julho de 1806).

Observações: Recebeu certidão negativa, com 70 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais da vila de Madalena na Ilha do Pico. A mãe e avós maternos são naturais da vila de Lajes na referida ilha. Os pais e avós viviam dos rendimentos das suas fazendas, e serviram de juizes e vereadores. O habilitante é, à data de Junho de 1777, solteiro e morador em Lisboa na Rua de S. João na freguesia de Nossa Senhora das Mercês. O habilitante foi à Universidade de Leiden ouvir as lições de Direito Público que aí se liam na cadeira de Hugo Grotius (LB).

João Inácio de Brito e Abreu (Bacharel em leis), nascido em 1722 ou 1723, natural de Messejana na Comarca de Ourique onde foi baptizado, filho de Inácio de Brito Alvelos (ou João de Brito) e de Maria Lamega Mendanha de Abreu (ou D. Catarina de Abreu), neto paterno de Pedro Gomes de Brito e Vargas e Constância Raposa de Brito, e neto materno de João Coelho de Abreu e Margarida Correia Guerra.

Foi **Juiz de Fora do Pará; Ouvidor do Maranhão; Provedor de Évora** (28 de Agosto de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de um lugar de 4 de Setembro de 1778), carta de aposentado no lugar (4 de Dezembro de 1778), alvará de aposentado com vencimento de 200\$000 réis (25 de Janeiro de 1779). Recebeu provisão a Joaquim Miguel de Cunha Alcoforado para lhe dar de foro a terça parte da metade de uma azenha na ribeira do Guadiana no termo de Beja (18 de Junho de 1764), tença de 200\$000 réis anuais de sua aposentadoria (25 de Janeiro de 1779), e (com outros) carta de confirmação de sesmaria de terras nos sertões entre o Iguará e Itapucurá (20 de Dezembro de 1802).

Observações: O avô paterno é natural de Mértola, e a avó paterna é natural de Almodôvar, sendo ambas as vilas pertencentes à Comarca de Ourique. Os avós maternos são naturais de Serpa da Comarca de Beja. Os pais moram em Messejana e, à data de Novembro de 1749, estão assentes na herdade dos Menzos no termo da vila de Aljustrel. Em Almodôvar viram testemunhas um instrumento, que mostrava ser o pai do Bacharel descendente de pessoas da primeira e mais antiga nobreza da Comarca de Ourique, e aparentados com pessoas da nobreza da Corte, e parente do comendador da vila de Casével, juntamente com vários documentos de serviços feitos ao Rei pelos seus irmãos e demais ascendentes paternos. A testemunha, Doutor Manuel Ramos Carneiro, depõe que o Provedor de Beja disse que, não só era certo serem os ascendentes da mãe do habilitante pessoas da mais antiga nobreza de Serpa, mas que certamente era também aparentada com algumas das primeiras pessoas da nobreza do Reino. A mãe do Bacharel é irmã do Doutor Manuel de Abreu Coelho, que foi Juiz proprietário dos órfãos em Mértola. O Bacharel teve um tio paterno, chamado António Perdígão Vargas, que foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo e morador em Mértola. Os avós maternos terão servido os cargos nobres da governança de Serpa, entre os quais o de Provedor

da Mesa. Os pais casaram provavelmente em Mértola. O Bacharel é, à data de Outubro de 1749, solteiro e é morador à data de Setembro do mesmo ano em Messejana (LB). A mãe é natural de Serpa (MM).

João Inácio Dantas Pereira (Bacharel em leis), nascido em 1703 ou 1704, natural de Lisboa e baptizado na freguesia do Santíssimo Sacramento, filho de Francisco Dantas Pereira e de D. Francisca Maria Ana Xavier de Araújo, neto paterno de Francisco Afonso Vaz e D. Inês Dantas, e neto materno de Manuel Pereira da Fonseca e D. Mariana Josefa de Araújo.

Foi **Corregedor** (carta de 8 de Outubro de 1735), carta de Corregedor por mais três anos (22 de Novembro de 1740), carta de Corregedor por mais três anos (29 de Novembro de 1743); **Desembargador** (carta de 29 de Maio de 1748); **Desembargador Agravista** (carta de 7 de Janeiro de 1750); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 29 de Março de 1758). Recebeu carta de padrão de 30\$000 réis (15 de Maio de 1744), carta de padrão de 20\$000 réis (29 de Outubro de 1744), e alvará de fidalgo da Casa (2 de Agosto de 1758).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (RGM e LB) e Conselheiro Ultramarino, natural de Viana do Castelo onde teve baptismo na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate. A mãe é natural de Lisboa Ocidental, tendo baptismo na freguesia de Nossa Senhora da Encarnação. O avô paterno é natural de Vila Nova da Cerveira, tendo sido baptizado na freguesia de Santa Maria. A avó paterna é natural de Viana do Castelo, em cuja freguesia de Nossa Senhora de Monserrate foi baptizada. O avô materno é natural de Lisboa, recebendo baptismo na freguesia do Santíssimo Sacramento, e foi fidalgo da Casa Real e Provedor dos Assentamentos. A avó materna é natural de Lisboa Oriental, tendo sido baptizada na freguesia de S. Jorge. Os pais terão morado na dita freguesia da Encarnação. O Bacharel é, à data de 16 de Dezembro de 1730, morador na Rua da Condessa da freguesia do Sacramento e solteiro. O Bacharel é cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O pai do Bacharel foi, com pouca idade, de Viana para Lisboa para a companhia de dois irmãos inteiros, chamados João Dantas Pereira e Manuel Afonso Dantas, partindo mais tarde da capital para Coimbra onde cursou. Os avós paternos moraram em Viana e viveram nobremente das suas fazendas (LB).

João José de Abreu e Silva (Bacharel em cânones), nascido em 1749 ou 1750, natural de Pico de Regalados na Comarca de Viana, filho de Joaquim de Abreu e Silva e de D. Inocência da Silva, neto paterno de Alexandre de Abreu e Silva e Antónia de Araújo (ou D. Antónia de Meireles), e neto materno de Baltasar Lopes da Silva e Isabel da Silva de Resende.

Foi **Juiz de Fora de Caminha** (8 de Janeiro de 1779); **Ouidor de Valença** (10 de Setembro de 1783); **Juiz de Fora de Vila Real** (alvará de 20 de Setembro de 1789), alvará de predicamento com beca no dito lugar (10 de Outubro de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Maio de 1800), carta (31 de Maio de 1800). Recebeu provisão para a Câmara de Pico de Regalados lhe dar de aforamento o terreno de que trata (17 de Novembro de 1788), provisão para tomar de aforamento a administração da casa de D. Fernando de Almeida uma terra de morgado sita nos subúrbios da vila de Pico de Regalados (30 de Outubro de 1789), provisão para tomar estado enquanto Juiz de Fora de Vila Real (14 de Dezembro de 1792), (e outra) carta de confirmação de doação de bens que lhe fez João José de Gouveia Pinto (16 de Abril de 1793), alvará de mercê de capela (30 de Agosto de 1793), provisão para a Câmara do concelho de Regalados lhe aforar um terreno no mesmo concelho (7 de Janeiro de 1802), carta de profissão de hábito (9 de Março de 1804), provisão de extinção de encargo em certa propriedade de que era administrador (12 de Março de 1807), provisão para o Desembargador Francisco José de Miranda ser Juiz Administrador da casa de Duarte Cândio Huet (27 de Janeiro de 1812), provisão de confirmação da doação que lhe fez António de Araújo e Silva (20 de Abril de 1812), provisão de aforamento de um pedaço de terreno no monte de Santa Catarina da freguesia de Santo Estêvão de Orgens (23 de Novembro de 1813), e (com outros) carta de confirmação da doação de bens que os ditos fizeram a Ana Joaquina de Abreu de Pico de Regalados e a seu futuro marido (16 de Setembro de 1815).

Observações: Os avós paternos são naturais de Pico de Regalados, sendo o avô da freguesia de Figueiredo e a avó da de Valdeu. Os avós maternos são naturais e moradores da freguesia de Avanca, pertencente ao concelho de Estarreja e à Comarca de Aveiro. A naturalidade do pai não é explícita, sabendo-se que é Bacharel formado pela Universidade de Coimbra, e um dos advogados mais capazes do concelho de Entre Homem-e-Cávado. Para além dos lugares de Alferes da ordenança e Juiz no concelho de Entre Homem e Cávado, o avô paterno vivia das suas fazendas com seus criados. Da avó paterna há notícias de que procedia de lavradores que viviam das suas fazendas com seus criados. Os avós maternos eram lavradores honrados e ricos, vivendo com seus criados e bestas, e cujo trato se equivalia ao das pessoas principais da sua freguesia e concelho. O Bacharel mora, à data de 28 de Fevereiro de 1773, na Rua de S. Miguel de Alfama. (LB). A mãe é natural da terra da Feira. O habilitante casou com D. Quitéria em Vila Real. Por decreto de 20 de Setembro de 1789, houve Sua Majestade por bem graduá-lo com o predicamento de primeiro banco e beca honorária no Porto, que o Príncipe Nosso Senhor tinha despachado por decreto de 9 de Julho de 1789 para Juiz de Fora de Vila Real

por ser lugar pertencente à Casa do Infantado, e posse a 12 de Junho de 1790 (MM).

João José de Faria da Costa e Abreu Guião (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Romão José Rosa Guião e de Isabel Maria Esmerea de Faria.

Foi **Corregedor de Torres Vedras** (7 de Janeiro de 1771), carta do lugar (11 de Janeiro de 1771), carta (12 de Janeiro de 1771); **Corregedor de Évora** (decreto de 31 de Maio de 1775), carta (31 de Maio de 1775), provisão para vestir beca honorária com o dito lugar (31 de Julho de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (29 de Outubro de 1778), posse (27 de Março de 1779); **Juiz Conservador da Nação Hamburguesa** (alvará de 5 de Agosto de 1782); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 22 de Agosto de 1789, carta de 9 de Setembro de 1789); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Abril de 1795), carta de um lugar (16 de Maio de 1795); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (carta de 29 de Dezembro de 1795); **Juiz Conservador da Nação Espanhola** (alvará de 12 de Dezembro de 1799); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Março de 1799); **Conservador da Nação Britânica**. Recebeu carta de padrão de tença e hábito (15 de Junho de 1762), carta de padrão de tença (28 de Junho de 1762), padrão de 8\$000 réis de tença (28 de Junho de 1762), alvará de foro de fidalgo (26 de Agosto de 1766), alvará a Romão José Rosa Guião e Abreu confirmando-lhe a instituição de morgado, padrão de 42\$216 réis de juro no Almojarifado de Leiria (12 de Novembro de 1782), padrão de 70\$000 réis de juro no Almojarifado da Casa da Fruta (20 de Novembro de 1782), (e seus irmãos) alvará de confirmação de convenção feita entre eles de várias doações para acrescentamento do vínculo da sua casa em benefício de seu irmão o Desembargador Francisco José de Faria da Costa e Abreu Guião (7 de Janeiro de 1791), e carta de título (9 de Janeiro de 1800).

Observações: O pai era Desembargador. Era irmão do Bacharel Francisco José de Faria Barbosa Fagundes Guião. Leu a 7 de Agosto de 1767 (MM).

João José de Faria Mascarenhas e Melo (Bacharel), nascido em 1763, natural de Lisboa, filho de José Pedro de Faria Barbosa Fagundes e de Maria Brígida Mascarenhas e Melo.

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 25 de Novembro de 1789); **Corregedor de Leiria** (1797); **Ajudante do Procurador da Real Fazenda** (carta de 31 de Janeiro de 1805). Recebeu provisão de prestação de

600\$000 réis de arras para sua futura nora D. Maria da Piedade de Lacerda (26 de Novembro de 1792), provisão de licença por dois meses (28 de Abril de 1797), e provisão de licença por dois meses (4 de Julho de 1799).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 26 de Abril de 1798 (HOC).

João José de Lima Viana (Bacharel em leis), nascido em 1735 ou 1736, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, filho de João de Lima Viana e de D. Ana Maria Mongiardina, neto paterno de João de Lima Calheiros e Benta Fernandes, e neto materno de Lázaro Mongiardino e Catarina Mongiardina.

Foi **Juiz dos órfãos da repartição do Meio** (carta de 20 de Setembro 1760); **Corregedor do crime da Rua Nova** (28 de Agosto de 1764), carta (11 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (17 de Outubro de 1768), carta (15 de Março de 1769), posse (4 de Abril de 1769); **Superintendente do tabaco da cidade e Comarca do Porto** (alvará de 2 de Março de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 29 de Outubro de 1778), carta (28 de Novembro de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação com exercício no lugar de **Promotor da Justiça** de 18 de Agosto de 1783). Recebeu carta de padrão de tença de 10\$000 réis (27 de Setembro de 1766), e (com sua mulher) provisão de confirmação do aforamento das terras de que trata no termo de Alenquer (27 de Janeiro de 1783).

Observações: Recebeu certidão negativa a 27 de Novembro de 1793. O pai é natural de Viana e baptizado na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate. A mãe é natural de Lisboa, e baptizada na igreja de Nossa Senhora do Loreto. O avô paterno é natural do lugar de Bemposta, pertencente à freguesia de Santa Maria de Refóios no termo de Ponte de Lima e baptizado na mesma freguesia. A avó paterna é natural de Viana, e baptizada na freguesia de Nossa Senhora de Monserrate. Os avós maternos são naturais de Génova, e baptizados na freguesia de S. Pedro de Arena. Os avós paternos moravam em Viana do Castelo. O pai era cavaleiro professo na Ordem de Cristo e, tal como o avô materno, era homem de negócio de grosso trato e ostentação. O avô paterno vivia das suas fazendas e rendas. O Bacharel é, à data de Outubro de 1759, solteiro e morador ao Bairro Alto, na freguesia de Nossa Senhora da Encarnação (LB).

João José Mascarenhas de Azevedo e Silva (Bacharel em leis), nascido em 1760 ou 1761, natural de Loulé, filho de Marçal de Azevedo e Silva e de D. Violante Maria de Andrade (ou

D. Violante Maria de Andrade Lobo), neto paterno de Diogo de Barros e Sousa e D. Joana de Azevedo, e neto materno de Simão Barroso de Andrade e D. Leonor Soares Mascarenhas de Araújo.

Foi **Juiz de Fora de Vimioso** (1788), posse (3 de Abril de 1789); **Juiz dos órfãos de Beja** (26 de Outubro de 1793); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1804), provisão para jurar na Chancelaria por procurador como Desembargador da Relação do Porto (21 de Fevereiro de 1804); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 31 de Março de 1821); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de mercê de um lugar de 31 de Março de 1821). Recebeu provisão de expulsão de herdade (1 de Julho de 1812).

Observações: O pai é Bacharel formado na faculdade dos Sagrados Cânones, natural de Loulé e criado em Mértola. A mãe é natural de Mértola pertencente à Comarca de Campo de Ourique. O pai é neto, pela parte paterna, de Manuel Mendes Caeiro e Maria de Azevedo e Silva, ambos naturais e moradores de Loulé, e pela parte materna é neto de Marçal de Azevedo e Silva, natural de Loulé, e D. Ana da Feira, natural de Mértola. Na inquirição feita em Mértola, as testemunhas parecem apontar um Estêvão Rodrigues Lampreia como avô materno do pai do nosso Bacharel, levantando-se a questão se não se tratará do segundo marido da avó materna. O avô materno do pai apontado na provisão, e aquele outro nomeado pelas testemunhas em Mértola, foram ambos cavaleiros da Ordem de Cristo, e Capitães-mores de Mértola. O processo de habilitação do pai do Bacharel decorreu entre os anos de 1737 e 1740, grosso modo, sendo à data de Março de 1738 solteiro e tendo, à data de 15 de Julho de 1738, 25 anos. Os pais e os avós paternos e maternos do pai do Bacharel eram pessoas nobres e servidoras de cargos honoríficos. A avó paterna do pai do Bacharel tinha dois irmãos inteiros, chamados Manuel Azevedo e Silva e João de Azevedo e Silva, sendo o primeiro-sargento maior de Faro e cavaleiro da Ordem de Cristo, e o segundo-sargento maior de Alvor. O avô paterno do nosso Bacharel foi Sargento das ordenanças de Loulé. O pai do Bacharel era proprietário do ofício de Escrivão dos órfãos de Loulé, tendo sido encartado no mesmo. O pai do Bacharel tinha um tio com o mesmo nome que o seu, o qual era Prior da igreja matriz de Tavira, e Juiz da Ordem de Santiago no Algarve, e em cuja companhia assistiu em Tavira. O Bacharel tem um irmão, chamado Simão José de Azevedo da Silva Lobo, natural de Loulé e, com 30 anos de idade à data de 20 de Outubro de 1791, que foi tido por hábil para desempenhar o cargo de Escrivão dos órfãos da mesma vila. A mãe do Bacharel e seus avós maternos são naturais de Lagoa da Comarca de Faro. A avó paterna do Bacharel era parente de Francisco Faria, que foi um dos principais de Mértola. Os bisavós maternos do Bacharel são naturais de Lagoa. À data de 22 de Agosto de 1786, o Bacharel é morador em Loulé, sob o pátrio poder, e tem 25 anos. O pai e o avô paterno do Bacharel ocuparam cargos honoríficos de Loulé, tais como o de Vereador e Almotacé. É constante que o pai do Bacharel leu no Desembargo do

Paço, e é aparentado com sacerdotes, assim como com o reverendo João Diogo Guerreiro de Aboim Freire, que era conventual de Palmela e Prior na Matriz de Loulé. O Bacharel encontra-se, à data de 26 de Novembro de 1791, já habilitado e desempenha o ofício de Juiz de Fora de Vimioso (LB). Os pais eram pessoas nobres de Loulé (MM).

João José da Silva (Bacharel em leis), nascido em 1740 ou 1741, natural de Lisboa, filho de Henrique Custódio da Silva e de D. Luísa Teresa Joaquina, neto paterno de Miguel da Silva e D. Teresa de Jesus, e neto materno de Pascoal Vicente e D. Maria Pedrosa.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** (carta de 4 de Março de 1771); **Juiz de Fora de Évora** (carta do lugar de 23 de Março de 1778); **Corregedor da Comarca de Lagos** (carta de 28 de Setembro de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício no lugar de **Corregedor da Comarca de Avis** (carta de 1 de Junho de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 9 de Setembro de 1806). Recebeu provisão de dispensa para se opor aos lugares do Senado (4 de Julho de 1767), alvará de administração de capela (16 de Agosto de 1770), carta de profissão do hábito de Cristo (1 de Fevereiro de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo renunciada por D. João Vieira de Andrade (6 de Outubro de 1779), alvará de mercê do morgado que instituíra o Desembargador Fernando Pereira de Vasconcelos julgando-se-lhe por demanda à sua custa (8 de Fevereiro de 1790), alvará de mercê da capela que na cidade de Portalegre instituíra Catarina Vaz Tavares tirando-a por demanda à sua custa (6 de Agosto de 1790), alvará de administração de uma capela que Catarina Vaz Tavares instituiu em Portalegre (8 de Outubro de 1790), carta de administrador da capela que instituíra o Desembargador Fernando Pereira de Vasconcelos (25 de Agosto de 1797), carta de administração da capela ou morgado instituído pelo Desembargador Fernando Pereira de Vasconcelos (28 de Agosto de 1797), carta de patente de alferes de infantaria (8 de Maio de 1799), alvará do padroado da abadia de Santa Lucrecia de Aguiar no termo de Barcelos que denunciou (2 de Setembro de 1799), carta de propriedade dos ofícios de Escrivão do Geral do Judicial do Porto e de Almotacé do concelho da Gaia (7 de Novembro de 1800), carta de compra de uma propriedade de casas defronte do senhor Jesus da Boa Morte na Rua de Santa Ana desta cidade (23 de Dezembro de 1801), carta de Corregedor do Mestrado de Avis (1 de Julho de 1803), provisão de perdão (26 de Janeiro de 1804), alvará de serventia de ofício (8 de Setembro de 1804), alvará para nomear serventuário no ofício

de Escrivão do Judicial do Porto e do da Almotaçaria do concelho de Gaia que lhe é anexo (28 de Setembro de 1804), alvará de administração da barca de passagem que atravessa os rios Tâmega e Douro que a Câmara do couto de Entre Ambos os Rios e Santa Clara do Torrão possuía (30 de Julho de 1806), carta de Capitão de um regimento de milícias da capitania de S. Paulo (30 de Agosto de 1807), (e outro) provisão de comissão (17 de Outubro de 1812), e provisão a Manuel Francisco Ferrão para tomar dinheiro a juro pertencente à capela que o sobredito administra (23 de Maio de 1821).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. Os pais e avós viviam do seu negócio. O habilitante tem um irmão religioso de S. Domingos. O habilitante é, à data de Novembro de 1766, solteiro e morador em Lisboa à Fonte Santa. O habilitante é bom estudante. O habilitante serviu de Corregedor de Faro de Julho de 1792 a Maio de 1800 (LB).

João José da Veiga (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Ourém** (decreto de 17 de Dezembro de 1799), alvará de graduação com predicamento do primeiro banco (14 de Junho de 1806); **Corregedor das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria** (carta de 5 de Junho de 1813); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 5 de Junho de 1813), provisão para dar o juramento como Desembargador da Relação do Porto fazendo o lugar de Corregedor da Ilha de S. Miguel não obstante a falta de carta (14 de Junho de 1813), provisão para por tempo de seis meses estar ausente do seu lugar (19 de Novembro de 1818).

João Lampreia de Vargas (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 8 de Abril de 1658); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Janeiro de 1664); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Maio de 1664); **Corregedor do crime da Corte** (carta); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta mudando-o de Corregedor do crime da Corte para Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda de 6 de Abril de 1669), carta de padrão de 44\$000 réis de ordenado cada ano e quatro moios de trigo como Juiz dos Feitos da Coroa (18 de Setembro de 1669); **Desembargador Supranumerário do Desembargo do Paço** com 4\$000 réis de escrivaninha (alvará de 10 de Maio de 1679). Recebeu alvará de Ouvidor das terras e coutos por três anos (27 de Outubro de 1646), alvará de ordenado, alvará de 4\$000 réis para uma escrivaninha, e tença de 40\$000 réis com o hábito de Cristo (21 de Março de 1675).

Observações: Casou com D. Maria Teresa de Lemos, filha do Desembargador José Botelho de Lemos, e de sua mulher D. Joana da Costa (MM).

João Leal da Gama (Bacharel em leis), também *João Leal da Gama e Ataíde*, nascido em 1686 ou 1687 (ou 14 de Junho de 1693 e baptizado a 24 do mesmo mês), natural de Tavira, filho de Vicente Nunes Leal e de Inês Vaz Farta, neto paterno de Francisco Nunes Rasco e Beatriz Viegas, e neto materno de Barnabé de Ataíde Farto e Bárbara Martins da Gama.

Foi **Ouvidor-Geral do cível da Relação da Baía** (carta de 3 de Março de 1721); **Juiz de Fora de Tavira** por três anos (carta de 23 de Dezembro de 1721); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 8 de Agosto de 1726), provisão para tomar posse na Relação do Porto (14 de Dezembro de 1726), posse na Baía (14 de Junho de 1727); **Procurador da Coroa da Baía; Juiz da Coroa da Baía; Ouvidor-Geral do crime da Baía; Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Dezembro de 1737); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Janeiro de 1741), alvará de aposentadoria da Casa da Suplicação com 212\$400 réis (2 de Março de 1741), alvará de acrescentamento de 150\$000 réis de ordenado com o lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação aposentado (22 de Janeiro de 1753). Recebeu (com sua mulher) carta de confirmação de emprazamento de um sapal junto a Tavira (31 de Agosto de 1771), provisão de extinção da capela do beneficiado João Vaz França no termo de Tavira (26 de Agosto de 1776), provisão de extinção da capela de Isabel Jorge Teles no termo de Tavira (26 de Agosto de 1776), provisão de extinção da capela de Mór de Oliveira no termo de Tavira (26 de Agosto de 1776), provisão de extinção da capela de Sabina Fernandes no termo de Tavira (26 de Agosto de 1776), provisão de extinção de pensões em bens de Catarina Nobre e outra no termo de Tavira (26 de Agosto de 1776), e provisão de extinção das capelas de Manuel Fernandes Soares no termo de Tavira com excepção de certo encargo (16 de Setembro de 1776).

Observações: Foi Juiz de Fora de Albufeira (RGM). O pai e avô paterno são naturais de Estói do termo de Faro. A mãe e avós maternos são naturais de Tavira. A avó materna é natural de Faro. O pai foi em Tavira Alferes da ordenança e Almotacé, e vive presentemente do negócio que faz por terceiros. Os avós paternos foram lavradores ricos. O avô materno vivia da sua fazenda na sua horta da Atalaia, que ficava extramuros de Tavira. O habilitante tem um irmão clérigo, de nome Henrique Nunes. O habilitante é, à data de Abril de 1717, solteiro e assistente em Lisboa na freguesia da Sé. O habilitante é bom estudante (LB). Foi baptizado pelo seu tio paterno, o padre Manuel Viegas. Foi seu pa-

drinho o Aicaide-mor de Tavira, Jerónimo Correia da Silva. Teve como filhos o Desembargador José Bernardo da Gama e Ataíde, D. Mariana Luísa Rosa da Gama, religiosa que foi de S. Bernardo no mosteiro de Tavira e depois em Odivelas, D. Francisca Joana Micaela da Silva, que foi religiosa no mesmo mosteiro onde faleceu com opinião de virtude a 11 de Junho de 1765, havendo 22 anos de idade, e finalmente D. Maria Bárbara Micaela da Gama e Silva, que casou com Manuel de Figueiredo Mascarenhas que, além de fidalgo da Casa Real e cavaleiro na Ordem de Cristo, foi capitão-mor e Guarda-Mor da Saúde, e Cabo Maior das Vigias em Faro. Na Relação da Baía foi Procurador da Coroa, Juiz da Coroa, e Ouvidor-Geral do crime. Faleceu em Tavira a 11 de Janeiro de 1790, com 96 anos, 6 meses, e 27 dias (MM).

João Leite de Aguiar (Licenciado em cânones; colegial do Colégio de S. Pedro), também *João Leite de Aguiar*, filho de António Antunes Leite e de D. Catarina de Aguiar, neto paterno de Gaspar Antunes Leite e Inês Gonçalves Figueira, e neto materno de João Gonçalves de Aguiar e Maria de Braga.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Julho de 1652); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 6 de Março de 1653); **Juiz da Coroa Real e Chancelaria da Relação do Porto** (carta de 8 de Maio de 1655); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Maio de 1656); **Conselheiro** (do Conselho de El-Rei); **Deputado da Junta do Comércio do Brasil** (1664). Recebeu carta para ser admitido a substituir as cadeiras da sua faculdade (17 de Fevereiro de 1642).

Observações: Os ascendentes nomeados são todos naturais de Lisboa, exceptuando o avô materno que é natural de Viana do Castelo. Os pais do avô materno eram dos principais de Viana, tratando-se com os seus escravos, e era o dito avô aparentado com o Desembargador da Casa da Suplicação Manuel Jacome Bravo. O avô materno foi casar a Lisboa onde morou e faleceu. O pai do Bacharel era licenciado e desempenhou o ofício de Provedor da Comarca de Viana. O Bacharel é licenciado em cânones por exame privado e assiste, à data de 10 de Junho de 1640, na universidade onde exercita o ofício de letras com grande satisfação. Ainda na universidade lhe são pedidos pareceres muito aceites, sendo que, por tudo o que se disse o bispo conde de Coimbra o ocupou do ofício de Desembargador na Relação Eclesiástica, onde ministra justiça com grande inteireza e igualdade. Na inquirição de testemunhas feita em Coimbra, é dito que há muito que o Bacharel reside nessa cidade. A família conta com parentes de relevo, como sejam D. Frei António Valente, bispo de S. Tomé, e o Doutor António Valente, Vereador, Secretário das Mercês, e cavaleiro da Ordem de Cristo. O Bacharel é sobrinho do inquisidor em Coimbra, Luís Alves da Rocha, e tem três irmãos religiosos na Companhia de Jesus. O Bacharel é, à data de 30 de Dezembro de 1636, solteiro. À data de Agosto de 1636 os avós são já defuntos (LB).

João Lobato Quinteiro (Licenciado em leis), natural de Amora no termo de Almada (ou Lisboa, ou Quinta de Cheira Ventos no termo de Almada), filho de Francisco Lobato Quinteiro (ou Domingos Lobato Quinteiro) e de D. Isabel Teresa de Figueiredo, neto paterno de João Lobato Quinteiro e D. Catarina de Vargas, e neto materno de Caetano de Oliveira de Figueiredo e D. Isabel Correia da Veiga.

Foi **Juiz de Fora de Évora** por três anos (carta de 16 de Setembro de 1692); **Procurador da Coroa e Fazenda Real de Santarém** por três anos com o ordenado anual de 120\$000 réis (alvará de serventia do ofício de 28 de Outubro de 1696), alvarás de Procurador por mais três anos (22 de Novembro de 1700 e 11 de Outubro de 1703), alvará de Procurador do Tombo e Fazenda de Santarém (4 de Fevereiro de 1709), alvará para que possa vencer os ordenados dos dois lugares enquanto servir o ofício de Procurador do Tombo e Fazenda de Santarém (1 de Março de 1709); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 8 de Novembro de 1708), alvará de escusa de ir ao Porto para onde foi despachado como Desembargador (23 de Novembro de 1708); **Desembargador suplente da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Setembro de 1713); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 7 de Dezembro de 1723). Recebeu alvará de escudeiro fidalgo acrescentado a cavaleiro fidalgo com o total de 750 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (1 de Dezembro de 1687), carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos cada ano com o hábito de Cristo (17 de Janeiro de 1689), e carta de padrão de tença de 8\$000 réis efectivos cada ano (17 de Janeiro de 1695).

Observações: Recebeu certidão negativa a 15 de Março de 1817. Bom estudante. Leu a 23 de Outubro de 1687 (MM).

João Lopes Tinoco (Licenciado em leis), natural de Braga, filho de João Fernandes Tinoco e de Maria Lopes, neto paterno de Domingos Fernandes e Maria Dinis, e neto materno de António Fernandes e Helena Lopes de Oliveira. Foi **Ouvidor-Geral do Reino de Angola** (carta de 22 de Dezembro de 1663); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Maio de 1681); **Juiz da Coroa na Casa do Porto** (carta de 6 de Maio de 1687).

Observações: Os pais e os defuntos avós maternos são naturais de Braga, e aí moraram. Os defuntos avós paternos são naturais da freguesia de Santa Maria de Panóias do couto de Tibães, e aí moraram. Os avós paternos eram lavradores honrados que viviam da sua fazenda, havendo o

avô paterno servido de Vereador, Almotacé, e Juiz ordinário no sobredito couto. O habilitante é, à data de Setembro de 1648, viúvo e provavelmente morador em Braga. O habilitante foi casado na vila de Prado com mulher nobre. O habilitante é bom estudante (LB).

João Luís Cardoso (Bacharel em cânones; Licenciado), também *João Luís Cardoso Pinheiro*, nascido em 1702 ou 1703, natural do Porto, filho de Domingos Cardoso e de Mariana Teresa da Rosa, neto paterno de Luís Cardoso e Maria Casada, e neto materno de Bento Lopes Porto e Isabel Gomes.

Foi **Juiz de Fora de Seia** (carta de mercê do cargo de 10 de Janeiro de 1734); **Juiz de Fora e órfãos de Santarém** (carta de 13 de Abril de 1742), carta (3 de Fevereiro de 1747); **Desembargador da Relação da Baía** (carta do lugar de 3 de Fevereiro de 1747), posse (18 de Janeiro de 1748); **Procurador da Coroa e Fazenda da Relação da Baía** (carta de 9 de Novembro de 1747); **Superintendente do tabaco na Baía** (carta de 2 de Julho de 1749); **Ouvidor** (carta de 27 de Outubro de 1752); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Junho de 1759); **Juiz dos Cativos e resíduos no Porto** (provisão de 22 de Dezembro de 1762). Recebeu provisão de dispensa para poder advogar nas causas em que o dito seu pai for Escrivão na Provedoria do Porto (8 de Julho de 1730), e carta restituindo-o no lugar de que tinha sido suspenso (23 de Junho de 1759).

Observações: Os pais, avô paterno, e avó materna são naturais do Porto. A avó paterna é natural de Portela da freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Viana do Castelo. O avô materno é natural de Fontela da freguesia de Santiago de Arcas do couto de Landim e Comarca de Barcelos. O avô materno morou no lugar de Gomariz, pertencente à freguesia de Santiago de Arcas, onde cuidava das suas propriedades e se tratava com a sua besta. De Gomariz o avô materno ausentou-se para o Porto, e daqui para o Brasil. A avó paterna, enquanto morou em Portela, vivia recolhidamente, fiando na sua roca e tratando-se com criadas. À altura em que se mudou para o Porto com o marido, a avó paterna dependia de bens de raiz cultivados pelo seu irmão e outros. O habilitante é, à data de Janeiro de 1771, solteiro e mora à data de Novembro desse ano no Porto. O habilitante é, à data de Novembro de 1771, Procurador dos resíduos e cativos. O habilitante é bom estudante (LB). No fim de 1764 lhe mandou El-Rei despir a beca no Porto em Relação Pública e a Martim Teixeira Homem (MM).

João Maldonado (D.) (Bacharel), também *D. João Maldonado Azevedo*, filho de D. Francisco Maldonado e de D. Olaia da Silva, neto paterno de D. Constantino Maldonado e D. Ana

de Azevedo, e neto materno de João Nunes Rogado (Doutor) e Briolanja da Silva.

Foi **Desembargador para o Porto** (alvará de beca e título de 17 de Agosto de 1677), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (26 de Fevereiro de 1680), alvará; **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Setembro de 1680). Recebeu padrão de 40\$000 réis de tença, e carta de padrão de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Vila Viçosa. A mãe e avó materna são naturais de Terena. A avó materna é natural de Sarzedas do bispado da Guarda. O pai era cavaleiro e comendador do hábito de Cristo. Os avós paternos eram pessoas afidalgadas e aparentadas com fidalgos conhecidos, e foram criados da Casa de Bragança. O avô materno, para lá de Corregedor de Guimarães e Provedor de Setúbal, foi Corregedor do cível de Lisboa e familiar do Santo Ofício. Os ascendentes maternos foram da governança de Terena, servindo de Juízes e Vereadores. O bisavô paterno, António Maldonado, já fora comendador do hábito de Cristo. O habilitante é, à data de Outubro de 1655, casado há poucos meses em Évora (LB).

João Manuel Guerreiro de Amorim Pereira (Bacharel em leis), também *João Manuel de Amorim Pereira*, nascido em 1755 ou 1756, natural da freguesia de Lanhelas no termo de Caminha e Comarca de Valença, filho de João de Amorim Pereira e de D. Ana Maria Guerra da Rocha, neto paterno de Domingos de Amorim e Mónica Quaresma da Silva, e neto materno de Diogo Lourenço de França e Maria Rosa Guerra. Foi **Juiz de Fora do cível do Porto** (17 de Julho de 1782), provisão de licença de dois meses (4 de Março de 1785), carta (21 de Maio de 1782); **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de 11 de Fevereiro de 1788); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (decreto de 15 de Janeiro de 1789), carta (23 de Maio de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Junho de 1804); **Superintendente-Geral dos contrabandos e descaminhos dos Reais Direitos** (carta de mercê do lugar de 30 de Outubro de 1810); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Fevereiro de 1813), provisão para tomar posse de um lugar ordinário (11 de Outubro de 1813), carta de mercê de um lugar ordinário (23 de Janeiro de 1815); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de mercê de 4 de Novembro de 1819), provisão para tomar posse do lugar (8 de Novembro de 1819); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** com metade do ordenado (carta de um lugar ordinário de 23 de Agosto de 1821), apostila

para ser integrado no ofício de Deputado do Tribunal da Mesa (18 de Setembro de 1823), carta de Deputado do Tribunal da Mesa (31 de Outubro de 1823); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 4 de Setembro de 1821); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta de 31 de Outubro de 1823). Recebeu (com sua mulher) carta de confirmação da doação de 12\$000 cruzados que o conselheiro José do Casal Ribeiro e sua mulher fizeram (20 de Outubro de 1818).

Observações: A mãe e avós maternos são naturais da freguesia de Lanhelas. O pai e avós paternos são naturais de Vila Nova da Cerveira. O pai acha-se, à data de Novembro de 1779, despachado para Desembargador da Relação do Porto, ocupando os lugares de Letras. Os avós eram dos principais das suas terras, sendo o avó materno ainda vivo à data de Novembro de 1779. À mesma data o Bacharel é morador na freguesia de Lanhelas (LB).

João Manuel Peixoto de Araújo (Bacharel em leis em 1773), também *João Manuel Peixoto*, natural da freguesia de Palmeira no termo de Braga, filho de José Lopes Peixoto e de Maria de Araújo Costa, neto paterno de Francisco Peixoto e Maria Lopes, e neto materno de Veríssimo Antunes e Mariana de Araújo Costa.

Foi **Juiz de Fora de Alenquer** (1777); **Ouvidor de Jacobina** de correição ordinária (decreto de 19 de Agosto de 1786), carta (23 de Agosto de 1787); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes na Comarca de Jacobina** (alvará para servir de 23 de Agosto de 1787); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800), carta de um lugar (12 de Maio de 1800), carta (15 de Maio de 1800), carta de privilégio de Desembargador (4 de Agosto de 1800). Recebeu (com sua mulher) provisão de confirmação da doação que lhe fizeram José da Rosa Leite da Cunha e outros (6 de Fevereiro de 1800), e provisão de extinção de duas capelas instituídas em três peças de terra na freguesia de Palmeira (20 de Junho de 1801).

Observações: Recebeu certidão negativa a 10 de Dezembro de 1796, com 45 anos de idade. Os pais e avós são oriundos do distrito de Braga. O pai é Capitão. Os pais e avós sustentavam-se das suas quintas e fazendas, mandadas cultivar por seus criados e jornaleiros. A casa dos pais e avós paternos é das principais da freguesia de Palmeira, tratando-se esses com criados e cavalos. O habilitante é, à data de Julho de 1776, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

João Marques Anjo da Fonseca (Bacharel), também *João Marques Araújo da Fonseca*.

Foi **Juiz de Fora de Feira** (posse a 1 de Março de 1787); **Ouvidor de Beja** (posse a 11 de Setembro de 1790), alvará de predicamento de 5 de Dezembro de 1792), alvará de recondução do lugar de Corre-

gedor (5 de Dezembro de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Novembro de 1804), alvará de 600\$000 réis de assentamento com o lugar de aposentado na Relação do Porto (30 de Maio de 1817).

João Marques Bacalhau (Bacharel em leis), nascido em 1679 ou 1680, natural de Tancos, filho de Francisco Lourenço e de Isabel Marques, neto paterno de Francisco Lourenço e Maria Nunes, e neto materno de João Marques Bacalhau e Maria Álvares.

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (carta de 20 de Fevereiro de 1706); **Ouvidor-Geral de Pernambuco** por três anos (carta de 19 de Janeiro de 1711); **Juiz Conservador das Causas da Administração da Junta do Comércio Geral de Pernambuco** (alvará de 26 de Abril de 1711); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** por três anos (carta de 26 de Maio de 1716); **Desembargador da Relação do Porto** por mais três anos (carta de 19 de Julho de 1722); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Junho de 1725); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 8 de Julho de 1728); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Maio de 1730); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 8 de Março de 1738), alvará de quatro moios de trigo cada ano para os ter com o lugar de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (10 de Julho de 1738), alvará de 40\$000 réis para os ter com o lugar de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (29 de Agosto de 1740); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 12 de Dezembro de 1740), alvará de título de Conselheiro (1 de Fevereiro de 1741); **Juiz-Geral das Coutadas** (carta de serventia do ofício de Juiz da Coutada de um pinhal que vagou de 7 de Janeiro de 1746); **Conservador-Geral do tabaco** (carta de 5 de Fevereiro de 1753), alvará de Conservador-Geral do tabaco destes reinos (2 de Outubro de 1755). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis efectivos com o hábito de Cristo (13 de Janeiro de 1724), carta de padrão de 60\$000 réis de tença (7 de Setembro de 1733), e alvará de fidalgo (1 de Fevereiro de 1741). **Observações:** Os pais e avós são todos naturais e moradores de Tancos. Os avós, e provavelmente os pais, são já defuntos à data de Janeiro de 1705. À data de Abril de 1705, o Bacharel é recentemente casado com uma mulher limpa de sangue, não tendo ainda filhos. O Bacharel é, à data de Maio de 1705, morador em Lisboa no Bairro da Betesga. Os pais e avós eram dos principais da vila natal, servindo os cargos de Juiz ordinário, Vereador, e Provedor da Santa Casa da Misericórdia (LB). Casou com D. Ana (MM).

João de Mascarenhas (D.) (Bacharel), filho de D. Francisco Mascarenhas e de D. Maria de No-

ronha, neto paterno de D. João de Mascarenhas e D. Madalena de Castro, e neto materno de D. Francisco da Gama e D. Helena da Silveira.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Fevereiro de 1709); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Julho de 1710); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 28 de Junho de 1715); **Mordomo-mor** (carta). Recebeu alvará de mais uma vida na comenda de Nossa Senhora da Graça de Castelo Novo de Alpedrinha e de mais uma na comenda de Santa Maria de Espinho para sua filha D. Margarida sendo também concedidos dois anos de sobrevivência para pagamento das suas dívidas (12 de Setembro de 1681), alvará de quatro anos de sobrevivência com o que havia em Esposende para seu tio o marquês de Santa Cruz (8 de Junho de 1686), alvará de sobrevivência de quatro anos mais nos bens da Coroa, apostila de declaração do título de Conde da Torre, apostila de 200\$000 réis de juro na Casa das Carnes de Lisboa, carta de assentamento de Conde da Torre, doação das ilhas de Santo Antão e Flores, doação das terras de Abul no campo de Azuel, doação da vila de Lavre, verba de 200\$000 réis de juro na Casa das Carnes, verba de 13\$600 réis de juro no tabaco, e verba de 400\$000 réis de tença.

Observações: Foi conde do Sabugal e conde de Santa Cruz (RGM). Os pais foram os primeiros condes de Coculim. Os avós paternos foram marqueses de Fronteira. Os avós maternos foram marqueses de Nisa. O habilitando é, à data de Novembro de 1707, solteiro. É provável que o pai tenha tido casa em Lisboa, vivendo aí o habilitando pelo menos parte da sua vida (LB).

João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães (Bacharel em leis), também *João de Matos e Vasconcelos*, também *João de Matos Vasconcelos Barbosa*, nascido em 1767 ou 1768, natural do Porto, filho de António de Matos e Silva e de Rosa Maria Clara de Azevedo e Vasconcelos, neto paterno de Manuel de Matos e Catarina da Silva, e neto materno de João Barbosa e Faria e Josefa Escolástica Maria Rosa de Azevedo e Vasconcelos.

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** (decreto de 26 de Junho de 1796), condecorado com beca honorária (13 de Maio de 1798); **Juiz do crime do Bairro de Alfama** (provisão de condecoração de beca honorária de 18 de Maio de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800), carta (19 de Maio de 1800), carta (29 de Maio de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Julho de 1802); **Conse-**

lheiro (carta de título de Conselho de 4 de Fevereiro de 1813); **Intendente-Geral da Polícia** (alvará de 1600\$000 réis de ordenado de 4 de Fevereiro de 1814), alvará de ordenado de 600\$000 réis pelo lugar de Intendente-Geral da Polícia (14 de Fevereiro de 1814); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de mercê de um lugar ordinário de Desembargador do Desembargo do Paço e Petições de 23 de Setembro de 1816), provisão para tomar posse do lugar (25 de Setembro de 1816); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Agosto de 1823), alvará de Chanceler com 300\$000 réis de ordenado (7 de Outubro de 1823). Recebeu carta de profissão de hábito (27 de Abril de 1802), carta de padrão de hábito e tença (24 de Maio de 1802), provisão para ser escuso de Juiz Comissário e Administrador da casa de D. José Francisco da Costa (14 de Janeiro de 1809), alvará em sua vida de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 20\$000 réis que estiver vaga ou quando vagar (4 de Abril de 1814), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Fevereiro de 1817), e provisão de dispensa (22 de Junho de 1818).

Observações: Os ascendentes são naturais de Barcelos e de seus arrabaldes, e são pessoas de conhecida nobreza. O pai é Desembargador. O Bacharel mora em Lisboa. O Bacharel é, à data de 19 de Outubro de 1793, solteiro. O Bacharel tem praticado há mais de um ano nas audiências do Juízo de Lisboa com boa aceitação (LB).

João de Medeiros Correia (Bacharel em cânones), natural de Lisboa, filho de Bartolomeu de Medeiros e de Luísa da Silva, neto paterno de Sebastião de Medeiros e Antónia Gonçalves, e neto materno de Álvaro Pedreira e Guiomar da Silva.

Foi **Auditor-Geral da Gente da Guerra da Província do Alentejo** pelo tempo de três anos (carta de 8 de Outubro de 1654); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 5 de Outubro de 1661); **Corregedor do cível do Porto** (carta de 16 de Outubro de 1662); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Abril de 1668). Recebeu alvará para poder renunciar ao ofício de Feitor da Mesa dos Azeites de Lisboa em pessoa apta (20 de Junho de 1671).

Observações: A sua esposa chamava-se D. Maria Soutomaior. Os pais são naturais de Lisboa. Os pais e avós moravam em Lisboa. O pai é cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade, e Escrivão dos Contos da Mesa da Consciência e Ordens. O avô materno serve de Escrivão do crime de Lisboa. O Bacharel vive, à data de Dezembro de 1629, com o pai. O habilitante fez os seus autos da Universidade de Coimbra, com muita satisfação (LB).

João de Melo de Carvalho (Licenciado; Bacharel), filho de Sebastião de Carvalho e de D. Luísa de Melo, neto paterno de Sebastião de Carvalho (Doutor) e D. Maria de Braga, e neto materno de Gaspar Leitão Coelho e D. Joana de Mesquita.

Foi **Provedor dos resíduos de Lisboa** por três anos (carta de 9 de Agosto de 1662); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Janeiro de 1667); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Outubro de 1669); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 19 de Janeiro de 1674). Recebeu apostila de 40\$000 réis de juro, apostila de 32\$000 réis de juro, padrão de 60\$000 réis de juro, padrão de 40\$000 réis de juro, padrão de 200\$000 réis de tença, verba de redução de juro, e apostila de aposentado.

Observações: O Bacharel é, à data de 18 de Agosto de 1659, casado com uma filha do Desembargador Francisco da Cruz Freire, e deve morar em Lisboa. O pai do Bacharel é Desembargador da Casa da Suplicação, e é provável que seja natural de Sernancelhe. O avô paterno é natural de Sernancelhe, Desembargador do Desembargo do Paço, cavaleiro do hábito, e dos principais daquela vila. O Bacharel tem um tio paterno, chamado Paulo de Carvalho (Doutor), provavelmente natural de Sernancelhe, que foi comendador do Hábito de Cristo e seu cavaleiro, Desembargador da Casa da Suplicação, colegial do Colégio de S. Pedro de Coimbra e Vereador mais velho da Câmara de Lisboa. A avó materna é natural de S. João da Pesqueira. O avô materno é natural e morador de Arrifana de Santa Maria no termo de Vila da Feira, fidalgo da Casa Real, e Desembargador da Casa da Suplicação. O Bacharel tem dois irmãos que se habilitaram, um para familiar do Santo Ofício, e o outro para o hábito de S. João de Malta, chamando-se este último Simão de Melo. A avó materna é filha de [...] de Azevedo, que foi comendador de Mato de Lobos da Ordem de Cristo, cargo este que foi transmitido ao filho, Jorge de Azevedo Mesquita, e ao neto, Marco António de Azevedo (LB).

João Mendes da Costa (graduado em 1746), nascido em 1719 ou 1720, natural de Montemor-o-Velho, filho de João Rodrigues da Costa e de Francisca Micaela Barreto (ou Francisca Micaela Mendes Barreto), neto paterno de João Rodrigues e Ana Simões, e neto materno de António Mendes Correia (ou António Mendes Barreto) e Luísa da Costa Barreto.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** sem exame vago nem inquirições (decreto de 1 de Setembro de 1772), posse (25 de Setembro ou de Novembro de 1772), carta (1 de Outubro de 1772), provisão para se ausentar do dito lugar por tempo de dois meses (1 de Julho de 1777), para exercer o lugar de Desembargador da Relação do Porto na Casa da Suplicação (10 de Novembro de 1777); **Desembargador da**

Casa da Suplicação (carta de 10 de Novembro de 1777), decreto (29 de Outubro de 1778), carta (12 de Novembro de 1778), carta (13 de Novembro de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 31 de Março de 1787), carta (19 de Abril de 1787), carta de um lugar (19 de Maio de 1787); **Desembargador do Desembargo do Paço** sem exercício e vencendo o ordenado (decreto de 4 de Novembro de 1799), carta de Desembargador do Desembargo do Paço sem exercício (2 de Dezembro de 1799), carta de nomeação de Desembargador do Desembargo do Paço sem exercício (12 de Dezembro de 1799). Recebeu carta do ofício de Juiz dos órfãos do concelho de Felgueiras (carta do ofício de 26 de Março de 1756); provisão para estar ausente do dito lugar (6 de Fevereiro de 1777), carta de padrão de tença de 28\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (8 de Outubro de 1778), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (13 de Outubro de 1778), e provisão para lhe aforarem os bens de capela de Isabel Vaz e João de Barros e sua mulher (12 de Setembro de 1781).

Observações: Recebeu certidão negativa a 25 de Maio de 1804. Os pais e avós maternos são naturais de Montemor-o-Velho. Os avós maternos são naturais do couto de Maiorca do termo de Montemor-o-Velho. O pai é familiar do Santo Ofício, e tem fazendas e quintas suas de que faz bom rendimento. O pai tem uma botica em Montemor-o-Velho, herdada de um tio da mãe, onde tem praticantes a trabalhar. O pai tem exercitado os ofícios de Vereador e Escrivão da Misericórdia em Montemor-o-Velho. O avô paterno foi lavrador farto, que tratava das suas fazendas por criados seus, e serviu de Juiz ordinário na freguesia e couto de Maiorca. O avô materno foi Capitão da ordenança em Montemor-o-Velho e Provedor da Misericórdia dessa vila, tratando-se com muita nobreza, criados e cavalos. Parece que o avô materno e o pai deste foram familiares do Santo Ofício. O habilitante é sobrinho do padre Francisco Gomes que foi vigário de Alcáçova e comissário do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Maio de 1750, solteiro e morador em Montemor-o-Velho. O habilitante é bom estudante, e opositor às cadeiras de cânones (LB). Foi Colegial de S. Paulo. O avô materno é natural de Montemor-o-Velho. Casou com D. Ana Lucinda de Freitas que, em 16 de Março de 1776, fez 14 anos. Esta era filha de Luís António de Freitas que, além de cavaleiro na Ordem de Cristo, foi Capitão de cavalos e senhor da Quinta da Levre, sita na freguesia de S. Pedro de Miragaia, e de sua mulher D. Ana Luísa Barreto. Esta era natural do Porto e filha de Gregório de Oliveira Gonçalves, que era cavaleiro na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Parece que teve um filho chamado João que nasceu a 24 de Junho de 1776 (MM).

* **João de Mesquita de Figueroa** (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Antão de Mesquita e de D. Joana de Figueiroa.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 19 de Fevereiro de 1626); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Janeiro de 1630); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Maio de 1633). Recebeu carta de confirmação de doação, apostila de 26\$960 réis de juro, e alvará de renúncia de ofício.

Observações: Foi Aicaide-mor de Almeida, Comendador da Ordem de Cristo, e Fidalgo da Casa Real (MM).

João de Mesquita e Matos (Bacharel), também *João de Mesquita e Matos Teixeira*, natural de Lisboa, filho de Domingos de Mesquita Teixeira e de Juliana de Matos Lobata, neto paterno de António Martins Barreto e Maria Jorge Teixeira, e neto materno de João Dinis de Matos.

Foi **Corregedor de Torres Vedras** (carta); **Superintendente dos descaminhos do tabaco da Província da Beira** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Agosto de 1703); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta). Recebeu carta de administração à capela de S. Miguel da Alcainça de Sintra (1 de Fevereiro de 1680), carta de padrão de 30\$000 réis de tença efectivos com o hábito de Cristo (20 de Março de 1687), e padrão de 18\$000 réis de tença.

Observações: Tem mais uma carta do lugar de Deputado da Mesa (RGM). A mãe e avô materno são naturais da freguesia de S. Miguel da Palhacana no termo de Alenquer, sendo o último já falecido à data de 2 de Junho de 1665. O avô materno tratava-se como nobre, e foi Monteiro-mor no termo de Alenquer, vivendo das suas fazendas. O pai e avós paternos são naturais da freguesia de S. Pedro de Vila Real. Os avós paternos moraram na freguesia natal, e vivam da sua fazenda e agências. O Bacharel mora em Lisboa, e é solteiro à data de Junho de 1665 (LB). Foi sua filha D. Bárbara Juliana de Mendonça, que foi freira no Real Mosteiro de Odivelas num dos lugares gratiosos que aí instituiu a Rainha D. Catarina. Servia com satisfação havia mais de quarenta anos em 1706 (MM).

João Milis de Sá e Macedo (Doutor), filho de João Milis e de Isabel de Macedo.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Agosto de 1660); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Novembro de 1661). Recebeu alvará de lembrança de ofício.

João Monteiro de Faria (Bacharel), natural da Chamusca, filho de Manuel de Matos e de Isabel de Faria.

Foi **Juiz de Fora de Loulé** por três anos (carta de 4 de Novembro de 1641); **Juiz dos órfãos de Santarém** pelo tempo de três anos (carta de 3 de Junho de 1649); **Corregedor de Beja** por três anos (carta de 17 de Setembro de 1654); **Corregedor de Serpa** (alvará de 8 de Abril de 1655); **Corregedor de Pinhel** por tempo de três anos (carta de 28 de Abril de 1656); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Janeiro de 1661), carta para vencer a sua antiguidade na Relação do Porto (22 de Maio de 1663); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Setembro de 1666); **Procurador-Geral e Promotor Fiscal das Três Ordens Militares** (carta de 6 de Agosto de 1670). Recebeu alvará de aposentadoria nas suas jornadas (4 de Novembro de 1641), e 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu filho (5 de Novembro de 1680).

Observações: Foi Superintendente da décima (RGM).

João Monteiro de Miranda (Bacharel), filho de Francisco Monteiro de Miranda e de Maria Nunes Matilha, neto materno de Belchior Matilha, e Guiomar Nunes.

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** por três anos (carta de 14 de Maio de 1652); **Auditor-Geral do Alentejo** (carta de 11 de Maio de 1667), alvará de beca de Desembargador (11 de Maio de 1667); **Desembargador da Relação do Porto** (carta para tomar posse de um lugar de 17 de Janeiro de 1670); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Setembro de 1679).

Observações: A avó materna morou em Lisboa no Bairro de S. Vicente, e aí terá casado com Belchior Matilha, indo viver além Tejo, provavelmente para a vila do Alvito. É verosímil que tenha regressado a Lisboa após a morte daquele marido, pois que há testemunhos que a dão como viúva na capital do País por volta de 1618-1619. Algumas testemunhas declaram ter ouvido a mesma avó dizer que era natural de Lisboa, enquanto uma outra aponta a vila do Alvito como sua terra natal. Conta uma testemunha que a mãe do habilitando residiu no Alvito. Há também um testemunho que aponta que a avó materna havia sido outra vez casada. A avó materna era mulher nobre e honrada, e diz-se que casou com um homem nobre do Alentejo, provavelmente Belchior Matilha. O Bacharel era bom estudante (LB).

João da Mota Banha (Doutor), nascido em 1678, natural de Pombal, filho de João Gomes Banha e de Isabel da Mota.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1709). Recebeu alvará de 100\$000 réis de ajuda de custo ao embarque para a Índia (17 de Março de 1709).

João de Moura Coutinho (Licenciado), natural de Lamego, filho de João Tavares (ou Domingos Monteiro Coutinho) e de D. Francisca de Torres (ou Maria Dias da Silva), neto paterno de Brás Cardoso Coutinho e Ana Monteiro, e neto materno de João Fernandes e Maria Dias da Silva. Foi **Juiz de Fora** e **Juiz dos órfãos de Mourão** (carta de 22 de Setembro de 1635); **Juiz de Fora do Porto** por três anos (alvará de 11 de Agosto de 1642); **Corregedor de Beja** por três anos (carta de 24 de Dezembro de 1646); **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Dezembro de 1663); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 4 de Maio de 1669), alvará de aposentação do lugar com ordenado e propinas (25 de Setembro de 1675), alvará para que se lhe paguem as propinas que lhe pertencem como Desembargador (17 de Outubro de 1675). Recebeu carta de Conservador da Universidade (27 de Janeiro de 1658), verba de Caminheiro de Vouzela, carta de Caminheiro de Vouzela, alvará de lembrança de ofício, alvará e verba de Escrivão do Judicial de Vila da Feira, carta de propriedade de ofício (20 de Julho de 1699), carta de Escrivão da Sisas de Arouca, carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos cada ano (14 de Setembro de 1713), e carta de quitação. **Observações:** Os pais e avós são naturais de Lamego, e aí moraram. Os pais e avós foram nobres e, para lá de cidadãos de Lamego, serviram na governança dessa cidade. O habilitante é, à data de Março de 1629, solteiro (LB). A sua irmã foi mulher de Manuel de Magalhães Teixeira, este filho de Manuel Teixeira Cabral. O pai era irmão de Pedro Cardoso, sendo deste filho Brás Cardoso Pais e Guiomar de Moura Coutinho. Esta foi mulher de António de Almeida de Gouveia, que foi Escrivão da Provedoria de Lamego (MM).

João Nepomuceno Pereira da Fonseca (Bacharel em leis), nascido em 1743, natural de Barcelos, filho de José Pereira da Fonseca e de Josefa Mendonça do Sacramento. Foi **Juiz de Fora de Messejana** (resolução de 4 de Janeiro de 1778), carta (11 de Março de 1778), provisão para estar ausente por dois meses do lugar (9 de Agosto de 1781), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de dois meses (12 de Agosto de 1783); **Ouidor de Barcelos** (Agosto de 1784), posse (22 de Dezembro de 1784), reconduzido com novo predicamento da correição (decreto de 13 de Abril de 1791); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Abril de 1800), carta (29 de Maio de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de graduado em Desembargador de 15 de Dezembro de 1802), carta (3 de Julho de 1806). Recebeu carta de hábito (18 de Novembro de 1802),

e carta de hábito de Cristo com 12\$000 réis de tença (5 de Janeiro de 1803).

Observações: É seu irmão o Bacharel José Valério Pereira da Fonseca. Casou em Aljustrel com D. Francisca Maria Isabel Cabral de Brito Guerreiro de Aboim, filha do Mestre de campo daquela Comarca (MM).

João Nogueira (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 1 de Abril de 1783).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 5 de Abril de 1783 (HOC).

João Nunes Colares de Espie (Licenciado), nascido em 1716, natural de Lisboa, filho de Domingos Nunes Colares e de Mariana de Espie.

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (1750); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 5 de Abril de 1756). Recebeu provisão de dispensa para se opor aos lugares de Juiz do crime e do Cível de Lisboa (25 de Outubro de 1746), e provisão de licença de dois meses (6 de Fevereiro de 1756).

Observações: Faleceu na viagem para a Índia (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 13 de Julho de 1757 (HOC).

João de Oliveira Leite de Barros (Doutor), também *João de Oliveira Leite*, também *João de Oliveira Leitão*, natural de Cabeceiras de Basto, filho de Manuel Martins Couto de Barros e de D. Catarina Leite de Oliveira, neto paterno de João de Barros de Marques e Escolástica Martins Álvares, e neto materno de Jorge de Oliveira e Senhorinha Leite Pereira.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Dezembro de 1751); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Abril de 1758); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (29 de Agosto de 1767); **Chanceler da Mesa** (alvará de 24 de Abril de 1777); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 17 de Junho de 1777), carta de título de Conselho (17 de Julho de 1777); **Desembargador do Desembargo do Paço** (despacho de 7 de Agosto de 1778), carta (11 de Agosto de 1778); **Conselheiro do Santo Ofício; Chanceler do Estado e Real Casa das Rainhas de Portugal; Chanceler das Ordens Militares; Secretário de El-Rei para o expediente e despacho da Casa do Infantado**. Recebeu (com André António Leite de Barros) foro de fidalgo cavaleiro (5 de Outubro de 1777), e foro de fidalgo para seu sobrinho (5 de Outubro de 1777). **Observações:** Recebeu certidão negativa a 9 de Maio de 1794. O avô paterno é natural da freguesia de Santa Senhorinha do concelho de Cabeceiras de Basto, sabendo-se apenas que a avó paterna é natural deste concelho. O avô

materno é natural de S. Martinho de Penalva, e a avó paterna é-o da mesma freguesia de S. Nicolau. Os pais e avós sempre viveram das suas fazendas, e são aparentados com os melhores da Província do Minho. O Bacharel é clérigo de boa vida e costumes, instruindo a todos na Universidade de Coimbra com o elevado da sua literatura (LB). Morreu em Novembro de 1785, e foi sepultado na igreja do Mosteiro do Desterro (MM).

João de Oliveira de Miranda (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Arraiolos** (1649); **Ouidor de Angola** (1659); **Desembargador da Relação do Porto** (1661).

João Osório de Castro Sousa Falcão (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora do Vimioso** (1795); **Desembargador da Relação de Goa** (carta do lugar de 25 de Setembro de 1800), provisão de assentamento de ordenado (30 de Dezembro de 1800), provisão de vencimento de ordenado durante a sua viagem (7 de Janeiro de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Fevereiro de 1822); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1825); **Conselheiro do Ultramar** (carta de 13 de Setembro de 1825); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 27 de Setembro de 1825), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria-mor da Corte e Reino (5 de Outubro de 1825). Recebeu provisão de confirmação da doação que fez ao Doutor António Osório de Sousa Castro Cabral e Albuquerque para casar com D. Joana Felícia de Sousa e Meneses Osório Beltrão (5 de Outubro de 1822).

João Pacheco Pereira (Bacharel em cânones),

nascido em 1684 ou 1685, natural da Baía, filho de Manuel Pacheco Pereira e de D. Úrsula Barbosa de Almeida, neto paterno de Domingos Ribeiro e Maria Pacheco, e neto materno de João de Sampaio Ribeiro e Maria de Almeida. Foi **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta de 26 de Agosto de 1737); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Julho de 1741); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Maio de 1748); **Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Janeiro de 1750); **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 23 de Outubro de 1751); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 17 de Novembro de 1751); **Conselheiro** (carta de Conselho de 18 de Novembro de 1751); **Chanceler das Três Ordens Militares** (provisão de 11 de Fevereiro de 1768). Recebeu alvará de foro de fidalgo da Casa Real (15 de Janeiro de 1748), alvará de acréscimo de moradia no foro de fidalgo cavaleiro (6 de Abril de 1752), alvará de acréscimo

de moradia no foro de fidalgo cavaleiro com salva (2 de Agosto de 1756), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (2 de Abril de 1757), alvará de tença de 300\$000 réis com sobrevivência para cinco filhos seus (12 de Agosto de 1769), e aviso para se lhe registar o título de foro apesar de não ter declarado o nome do pai (3 de Janeiro de 1782).

Observações: O Bacharel é bom estudante. O pai e avós paternos são naturais do lugar de Santiago Novo, pertencente à freguesia de Ferreira do bispado do Porto, tendo todos aí residido algum tempo. O avó materno é natural da quinta da Várzea pertencente à freguesia de Santão do concelho de Felgueiras e arcebispado de Braga. A avó materna é natural da freguesia de Passe Recôncavo do arcebispado da Baía. A mãe é natural da Baía. Na inquirição de Santão, em Fevereiro de 1713, é dito que o avó materno se ausentou para o Brasil há mais de 70 anos, acabando por aí casar e ter filhos. Teve o avó materno um irmão mais velho, chamado Gaspar de Sampaio Ribeiro, que advogou. O avó paterno, que foi Escrivão do concelho de Aguiar de Sousa, embarcou para o Brasil mandando buscar mais tarde o pai do Bacharel, de cerca de 12 anos de idade. O pai é familiar do Santo Ofício e, juntamente com a mãe do Bacharel, vive da sua fazenda na Baía onde casaram. O Bacharel é, à data de Junho de 1713, solteiro e mora à data de Fevereiro de 1713 em Lisboa na Encarnação. O Bacharel tem um irmão inteiro religioso da Companhia de Jesus na Baía (LB).

João Pedro Alfonso Videira (Bacharel em leis),

também **José Pedro Afonso Videira**, nascido em 1770 ou 1771, natural de Castelo de Vide, filho de António José Afonso e de Francisca Teresa Videira, neto paterno de Domingos Afonso e Maria Carrilha, e neto materno de Mateus Dias Videira e Leonor Dias.

Foi **Juiz de Fora da Sertã** (decreto de 13 de Novembro de 1796); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará da graduação de Desembargador da Relação do Porto com a recondução de **Corregedor da Comarca do Crato** de 12 de Novembro de 1819). Recebeu carta da compra que fez de um foro de 3\$600 réis imposto numa morada de casas na Mesa da alfândega de Castelo de Vide (31 de Julho de 1800), e carta de profissão de hábito (21 de Outubro de 1816).

Observações: Os pais e avós são naturais de Castelo de Vide e aí moradores. Os sobreditos são todos falecidos, exceptuando o pai. O pai é um dos maiores lavradores de Castelo de Vide, possuindo fazendas próprias e gados. O pai é Capitão das ordenanças de Castelo de Vide e, para lá de Almotacé, serviu de Almojarife do Real Hospital da dita vila. O avó paterno era lavrador que se servia com criados nas suas lavouras. O avó materno era também abastado de bens de raiz, e por isso serviu muitas vezes de Procurador da Câmara de Castelo de Vide, e algumas de Almotacé na dita vila. O habilitante é, sensivelmente à data de Junho de 1795, solteiro e morador em Castelo de Vide (LB).

João Pedro de Carvalho (Bacharel), também *João Pedro de Carvalho Borbon e Vasconcelos*, nascido a 21 de Outubro de 1721, natural de Castelo de Vide (ou Portalegre), filho de José Godinho de Carvalho (ou Fernando de Carvalho Rocha, ou José de Carvalho e Vasconcelos) e de D. Maria Josefa de Velês, neto paterno de José de Carvalho e Vasconcelos e D. Mariana de Parabel, e neto materno de Francisco Velês e Brites Moruja da Silveira.

Foi **Corregedor de Portalegre** (decreto de 17 de Setembro de 1772), carta (24 de Setembro de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (29 de Outubro de 1778), carta do lugar (23 de Dezembro de 1778), provisão para por seu procurador poder prestar na Chancelaria o juramento necessário para se lhe passar carta de Desembargador da Relação do Porto (9 de Janeiro de 1779), posse (12 de Janeiro de 1779); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta do lugar (23 de Setembro de 1789), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (3 de Outubro de 1789); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** aposentado (decreto de 4 de Novembro de 1799); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado de 17 de Janeiro de 1800). Recebeu carta de padrão de 50\$000 réis de tença (26 de Agosto de 1755), carta de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (11 de Outubro de 1755), provisão de conhecimento de inventário e partilhas (19 de Outubro de 1764), e carta de compra de uma courela de terra sita no vale das Estradas pertencente à capela instituída por Lourenço Pires da vila de Castelo de Vide (24 de Julho de 1800).

Observações: Recebeu certidão negativa a 28 de Novembro de 1804, com 72 anos de idade. Os pais e avós são naturais de Portalegre, e aí moradores. O pai era Capitão, que faleceu servindo de Mestre de campo e governando o terço dos Auxiliares em Portalegre. O pai também exerceu os cargos da república, e governou-se pelos seus morgados. O avô paterno era professo na Ordem de Cristo. O avô materno foi confeiteiro, mas juntou cabedais e foi Procurador do Conselho e Almotacé, sendo estes cargos nobilitantes. O avô materno sustentava-se também das suas fazendas, e de um morgado instituído pelos seus antepassados. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1750, solteiro e mora à data de Junho seguinte em Portalegre (LB). Leu no Desembargo do Paço a 12 de Maio de 1751 (MM).

João Pedro Mouzinho de Albuquerque (Bacharel em cânones), nascido em 1735 ou 1736, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de

S. Vicente de Fora, filho de Pedro Mamede Mouzinho de Albuquerque (ou Pedro Mouzinho de Albuquerque ou Pedro Mamede Marinho de Albuquerque) e de D. Isabel Margarida de Almeida do Amaral, neto paterno de António Mouzinho de Albuquerque e D. Maria Micaela de Mesquita, e neto materno de Pedro de Almeida do Amaral e D. Margarida de Oliveira. Foi **Corregedor da Comarca de Leiria** (carta de 3 de Outubro de 1761); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 15 de Março de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (29 de Outubro de 1771), carta (11 de Dezembro de 1771), posse (18 de Janeiro de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Junho de 1776); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 31 de Março de 1787), carta (19 de Abril de 1787), carta (7 de Maio de 1787), carta de privilégio de Desembargador (16 de Novembro de 1791); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 15 de Maio de 1795); **Juiz Geral das Coutadas do Reino** (carta de 31 de Janeiro de 1799); **Desembargador do Desembargo do Paço** sem exercício e vencendo o ordenado (decreto de 9 de Novembro de 1798), carta de Desembargador do Desembargo do Paço sem exercício (13 de Dezembro de 1799), carta do lugar de Desembargador do Desembargo do Paço (31 de Dezembro de 1799). Recebeu carta de confirmação de nomeação de prazo que lhe fez o padre José Mergulhão de Matos (15 de Fevereiro de 1777), provisão para sub-rogar uma terra de vínculo no sítio das Nogueiras no termo de Castelo de Vide por outra com o padre Gregório Xavier da Cruz sita no Ribeiro da Amieira (1 de Julho de 1783), provisão para sub-rogar a quantia de que trata existente no depósito público pelo chão adjudicado a José da Cruz de Miranda de que faz menção (22 de Dezembro de 1783), provisão de licença para aforar uma vinha no sítio da Ribeira da Fonte no termo de Castelo de Vide (18 de Maio de 1784), apostila de 39\$600 réis de juro anualmente (15 de Junho de 1784), provisão para hipotecar bens do seu morgado a quantia de que trata (29 de Agosto de 1785), provisão para do depósito público dos vínculos de que trata tomar a juro a quantia de 16\$000 cruzados debaixo da hipoteca de que faz menção (13 de Setembro de 1785), provisão para obrigar bens do seu morgado a arras da sua futura noiva (20 de Setembro de 1785), provisão para do depósito público tomar a juro a quantia de 4\$000 cruzados debaixo da hipoteca de que trata (8 de Outubro de 1785), provisão para aforar a Simão José de Carvalho uma vinha de vínculo sita no Vale de Ródão no termo de Marvão (22 de Maio de 1786), provisão de licença para dar de aforamento a Maria

Rita umas casas de vínculo na Rua de S. Lourenço no Porto (22 de Maio de 1789), provisão para dar de aforamento a Francisco Tomás da Costa Fragoso umas casas de vínculo sitas por detrás de S. Lourenço no Porto (9 de Outubro de 1791), provisão para sub-rogar dois pedaços de terra em diversos lugares no termo de Castelo Vide pela terça parte da tapada da Lovreira Formosa pertencente a Francisco Carrilho Borracho (17 de Novembro de 1792), provisão para dar de aforamento uma vinha de vínculo no sítio da Senhora da Luz Safra do Almo no termo de Castelo de Vide (26 de Fevereiro de 1794), provisão de prorrogação de tempo para destrate da dívida que contraiu (16 de Maio de 1794), alvará de acrescentamento de moradia (26 de Novembro de 1795), alvará para receber o foro (26 de Novembro de 1795), provisão de licença para dar de aforamento umas casas de vínculo na vila de Castelo de Vide a João Batista Ribeirinho e sua mulher (1 de Julho de 1796), provisão para execução do plano de Lisboa no Bairro do Mocambo, Remolares, Santa Catarina e Bairro Alto, provisão para dar de aforamento umas casas de vínculo na Rua Nova de Castelo de Vide a Vicente Faustino (12 de Julho de 1799), alvará de sobrevivência na comenda da Lezíria da Covilhã (18 de Março de 1799), alvará de vida nos bens da Coroa e Ordens (18 de Maio de 1799), provisão para aforar a José Joaquim Ribeiro Tavares uma courela de terra no sítio da Talisca (30 de Janeiro de 1800), provisão para anexar ao vínculo instituído pelo Desembargador Mateus Mouzinho sete vínculos com a albergaria de S. Domingos (17 de Maio de 1800), provisão para aforar a vinha no sítio das Ferrarias ao Capitão Francisco Xavier Marçal (10 de Setembro de 1800), provisão de aforamento em enfiteuse da metade de uma tapada chamada a do Corregedor sita no termo de Castelo de Vide (10 de Setembro de 1800), provisão para aforar dois bocados de terra no sítio da Amieira a Francisco Gonçalves das Neves (28 de Março de 1801), provisão para dar de foro em enfiteuse a Francisco Gonçalves Neves umas casas no sítio do Outeiro em Castelo de Vide (8 de Abril de 1801), provisão para poder aforar um chão no sítio da Senhora dos Remédios em Castelo de Vide (16 de Outubro de 1801), provisão para aforar a Manuel Pires Marchão um chão à Senhora dos Remédios pertencente ao vínculo (28 de Novembro de 1801), alvará de pensão de 400\$000 réis pelas suas cinco filhas repartidamente (13 de Agosto de 1803), e apostila a seu filho Pedro Mouzinho de Albuquerque de 39\$600 réis de juro que foram do dito (16 de Abril de 1822).

Observações: Foi Frei (RGM). O pai e avós paternos são naturais de Portalegre. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O avô materno era Desembargador e Juiz do

fisco em Lisboa. O pai e um irmão deste eram familiares do Santo Ofício. O Bacharel e o pai tinham o foro de fidalgo. O pai é, à data de Maio de 1761, já falecido. Os pais e avós paternos serviram, em Portalegre e Castelo de Vide, de Vereadores e Almotacés. O pai da avó paterna chamava-se Pedro Tavares de Mesquita. Uma testemunha diz ter visto um alvará do Rei concedido a um ascendente do tronco paterno que foi Desembargador Agravista, documento esse demonstrativo da antiguidade e nobreza daquela casa de Portalegre. À data de Maio de 1761, o Bacharel mora na Junqueira e é solteiro (LB).

João Pedro Ribeiro (Doutor), natural da freguesia da Sé do Porto, filho de Pedro do Rosário Ribeiro.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Julho de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador enquanto lente da cadeira de Diplomática de 4 de Setembro de 1802), carta (4 de Setembro de 1809); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Maio de 1811), provisão para jurar na Chancelaria na forma do estilo não obstante não apresentar carta para entrar em Desembargador Agravista (24 de Maio de 1811); **Conselheiro** (carta de Conselho de 3 de Fevereiro de 1822); **Conselheiro honorário da Fazenda** com exercício das férias da Universidade (27 de Abril de 1822). Recebeu provisão de mercê para ser censor régio (20 de Abril de 1807), carta de mercê de cronista do Ultramar (27 de Julho de 1807), provisão de comissão sobre inventário (18 de Março de 1814), carta de fidalgo capelão (24 de Outubro de 1822), e carta de Comendador honorário da Ordem da Torre e Espada (5 de Julho de 1825).

Observações: Recebeu certidão negativa a 26 de Novembro de 1823, com 65 anos de idade.

João Pedro de Sousa Sequeira Ferraz (Bacharel), também *João Pedro de Sousa e Sequeira*, também *João Pedro de Sousa de Sequeira de Vilhena e Castro*, filho de João de Sousa de Siqueira Ferraz Vilhena e Castro.

Foi **Juiz de Fora de Avis** (carta do cargo de 2 de Novembro de 1748); **Ouvidor de Barcelos** (carta de 16 de Outubro de 1758); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 16 de Outubro de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador de 12 de Setembro de 1759), carta (20 de Fevereiro de 1765); **Corregedor do crime no Rio de Janeiro** (carta de 16 de Julho de 1760). Recebeu carta de legitimação para si mesmo (23 de Dezembro de 1743), provisão de acrescentamento de 8\$000 réis de aposentadoria (14 de Fevereiro de 1750), carta da comenda de Santa Maria de Terroso (7 de Maio de 1768), alvará de

administração da capela de Fernando Vaz da Granja em Constantim junto de Vila Real (21 de Março de 1772), e carta de administração da dita capela (12 de Julho de 1772).

João Peixoto de Sá (Licenciado), natural de Guimarães, filho de Mateus Peixoto de Sá e de D. Maria da Mota Guilherme, neto paterno de Francisco Peixoto de Sá e Mécia Pais, e neto materno de Gaspar da Mota de Figueirôa e Ana Vieira de Valadares.

Foi **Superintendente do Lançamento e Cobrança das décimas da Comarca de Santarém** por dois anos com 200\$000 réis em cada (alvará de 19 de Maio de 1664); **Desembargador da Relação do Porto** (carta fazendo-lhe mercê da beca com posse de um lugar de 20 de Maio de 1664), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (17 de Julho de 1668).

Observações: A mãe e avós maternos são naturais de Vila Viçosa. O pai e avós paternos são naturais de Guimarães. O pai foi Desembargador do Estado e Casa de Bragança, e Comendador da Ordem de Cristo. Foi também Ouvidor da Comarca de Vila Viçosa, e Ouvidor da Casa de Bragança. O avô paterno foi Memposteiro-mor dos Cativos do Porto e seu bispado e, juntamente com Mécia Pais, foi morador na referida cidade. Os avós maternos são nobres por geração, servindo a Real Casa de Bragança. Os avós paternos são aparentados com fidalgos e pessoas do hábito de Cristo. Os pais são, à data de Fevereiro de 1648, já defuntos. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1648, solteiro e reconhecido pela fama de bom estudante. O pai é licenciado (LB).

João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho (Doutor), natural do Rio de Janeiro, filho de Manuel Pereira Ramos de Lemos e Faria (ou Manuel Pereira Ramos) e de D. Helena de Andrade de Soutomaior.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** em posse de Desembargador da Relação do Porto (carta de 31 de Maio de 1763), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação da Baía por procurador (31 de Maio de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Janeiro de 1768); **Ajudante do Procurador da Coroa** (alvará de 9 de Fevereiro de 1768), alvará de ordenado de ajudante do Procurador da Coroa (20 de Junho de 1769); **Deputado ordinário da Mesa Censória** (carta de 22 de Abril de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Outubro de 1768); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Junho de 1771); **Procurador da Coroa** (carta do lugar de 14 de Junho de 1771); **Desembargador do Desembargo do Paço** (despacho de 7 de Agosto de 1778), carta (17 de

Agosto de 1778), carta de privilégio de Desembargador (12 de Junho de 1786); **Conselheiro** (carta do título de Conselho de 25 de Agosto de 1778); **Juiz Conservador do tabaco** (alvará de 2 de Junho de 1789), alvará do lugar (21 de Julho de 1789); **Chanceler da Corte e Casa da Suplicação** (decreto de 24 de Junho de 1793); **Chanceler-mor da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Julho de 1793); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 3 de Agosto de 1794), alvará (13 de Agosto de 1794); **Deputado da Junta da Sereníssima Casa do Infante** e da do tabaco; **Deputado da Junta Plena da Revisão do Novo Código**; **Deputado da Junta do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas**; **Deputado da Mesa Censória**; **Conservador-Geral e Executor das Dívidas da Administração do tabaco**; **Chanceler dos Contos da cidade**. Recebeu carta de Guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo (29 de Abril de 1774), alvará de 430\$000 réis de ordenado com o cargo de Guarda-mor do Arquivo Real (12 de Fevereiro de 1777), alvará do cargo de Guarda-mor da Torre do Tombo (12 de Fevereiro de 1778), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Setembro de 1778), uma Alcaidaria-mor em três vidas pelos seus serviços por decreto (17 de Dezembro de 1792), provisão de confirmação do aforamento que lhe fez D. Ana Catarina Felicidade de Carvalho Palhavã Galvão de Lacerda e Pina da terra chamada os Quarteiros em Santo António do Tojal (17 de Janeiro de 1798), e (com outro enquanto administradores da capela instituída por D. Fernando Martins Mascarenhas) padrão de 84\$138 réis de juro (7 de Fevereiro de 1799).

Observações: Foi sócio da Academia Real das Ciências. Faleceu em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1799. A mãe é natural de Castela e de família ilustre. É seu irmão D. Francisco de Lemos de Azevedo Pereira Coutinho, bispo de Coimbra e Deputado da Mesa Prioral do Crato. Casou com D. Maria do Cardal Ramalho Teles Arnas Rigo, filha de José Ramalho [...], cavaleiro na Ordem de Cristo, e de D. [...]. Esta era filha de João de Carvalho e de D. Teodora Negrão Arnão que, por sua vez era filha de João Negrão Arnão. Sabe-se que o avô paterno era irmão de Amador Francisco de Queirós, que foi Capitão de infantaria e avô materno das Freiras do Rio em Setúbal. Foi secretário da Princesa Nossa Senhora, Fidalgo de Sua Majestade e do seu Conselho, Comendador da Ordem de Cristo, Senhor da vila de Pereira, e Comendador de S. Salvador de Serrazes da Ordem de Cristo (MM).

João Pereira do Vale (Licenciado; Doutor), natural da freguesia de Espiçandeira no termo de Alenquer, filho de Francisco Pereira e de Catarina da Silva, neto paterno de Francisco Fernandes Pissoeiro e Maria Antónia, e neto materno de Luís Jorge e Beatriz Francisca.

Foi **Juiz de Fora de Tomar; Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais e confrarias do Reino do Algarve** (alvará de mercê do cargo de 17 de Janeiro de 1686); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Corregedor do cível** desta cidade (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Juiz de Fora da Fazenda dos Contos do Reino** (carta de 30 de Janeiro de 1704), carta de Juiz dos Feitos e Fazenda dos Contos Reino e Casa; **Conselheiro da Fazenda** (carta de 8 de Janeiro de 1706); **Conselheiro** (carta de título do Conselho com todas as honras e privilégios de 14 de Agosto de 1708). Recebeu alvará de Juiz de inventário de Pedro Carvalho Aronche, carta de 8\$000 réis de tença (16 de Outubro de 1691), carta de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (18 de Outubro de 1691), carta de profissão do hábito de Cristo (20 de Maio de 1692), alvará de administração de capela, padrão de 8\$000 réis de tença, alvará de fidalgo da Casa Real com 2\$000 réis e um alqueire de cevada por dia (9 de Agosto de 1707), e alvará para que possa nomear em vida ou por morte os 20\$000 réis que logra de tença (13 de Março de 1719).

Observações: Os ascendentes nomeados são todos naturais e moradores da freguesia de Espiçandeira, provavelmente do lugar de Cossoaria. O pai tinha bastante fazenda de que vivia e foi tanoeiro. O avô materno foi também tanoeiro, e o avô paterno foi lavrador, vivendo todos abastadamente e sendo de bom procedimento. O licenciado era bom estudante, e encontrava-se, à data de Março de 1678, solteiro (LB). Bom estudante e bem procedido. Leu a 24 de Maio de 1678 (MM).

João Pinheiro (Doutor), filho de José Pinheiro. Foi **Conselheiro de Guerra e Desembargador do Desembargo do Paço** (alvará de 14 de Maio de 1641), carta de Desembargador do Desembargo do Paço (14 de Janeiro de 1642), alvará de Desembargador da Casa da Suplicação (13 de Julho de 1643); **Conselheiro da Fazenda** com 300 réis de ordenado cada ano, quatro moios de trigo, e quatro moios de cevada (carta de 29 de Junho de 1686); **Conselheiro** (carta). Recebeu alvará para um seu criado que nomear um ofício de Justiça ou Fazenda que caiba em sua pessoa (11 de Julho de 1641; neste alvará nomeou em seu criado Custódio Baptista da Silva), alvará de um ofício de Justiça ou Fazenda (14 de Janeiro de 1642), alvará de administração por mais um ano da comenda de S. Pedro de Gouveias de que era provido D. Fernando de Figueiroa (20 de Março de 1644), alvará da comenda de S. Pedro de Gouveias pela ausência de D. Fernando de Figueiroa (4 de Maio de 1644), alvará de administração por mais um ano da comenda de S. Pedro de Gouveias de que era provido D. Fernando de Figueiroa (20 de Maio de 1644), alvará de administração por dois

anos da comenda de S. Pedro de Gouveias (4 de Maio de 1646), alvará de administração por dois anos da comenda de S. Pedro de Gouveias (24 de Maio de 1648), alvará de administração por dois anos da comenda de S. Pedro de Gouveias (15 de Maio de 1649), alvará de administração por dois anos da comenda de S. Pedro de Gouveias (30 de Janeiro de 1650), carta de padrão de 40\$000 réis com o hábito de Cristo por estar casado com D. Isabel filha do Desembargador Gaspar Rodrigues Porto (25 de Fevereiro de 1662), carta de Monteiro das matas das Coutadas de Coruche, carta de padrão de tença de 60\$000 réis (6 de Março de 1677), carta de padrão e de dois moios de trigo cada ano (6 de Outubro de 1679), e alvará de aforamento do prazo de nomeação chamado de Choralhos lugar foreiro à Mesa Mestral da Ordem de Cristo com 2\$400 réis cada ano em três vidas (22 de Dezembro de 1690).

Observações: Foi Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (RGM). Foi lente de Código desde cerca de 1613, lendo com satisfação. Foi colegial do colégio de S. Pedro. Tem, à volta de 1621, 22 anos de direito (LB). Sendo Desembargador do Desembargo do Paço, foi um dos adjuntos que sentenciaram o Marquês de Vila Real e mais fidalgos pela conjuração contra El-Rei D. João IV (MM).

João Pinheiro de Amorim (Licenciado), nascido em 1690, natural de Vila do Conde, filho de Manuel Pinheiro e de Maria da Conceição e Amorim.

Foi **Juiz de Fora de Vila Viçosa** (1720); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 24 de Março de 1730).

João Pinheiro da Fonseca (Bacharel), filho de Miguel Pinheiro da Fonseca (ou de Manuel ou Miguel Pinheiro) e de Ana.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 24 de Abril de 1741); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (9 de Dezembro de 1745), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (11 de Dezembro de 1745), carta de Desembargador com exercício na Casa da Suplicação (17 de Novembro de 1746), carta de Desembargador honorário dos Agravos (28 de Abril de 1749); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Janeiro de 1750); **Juiz das Ordens Militares** (carta de 6 de Abril de 1753); **Conservador da Nação Britânica** (alvará de 18 de Janeiro de 1754). Recebeu carta de tença de 12\$000 réis para os ter com o hábito de Cristo por se achar casado com Maria Angélica da Silva Vieira (28 de Dezembro de 1747), e provisão para execução de sentença (12 de Janeiro de 1758).

Observações: Recebeu certidão negativa a 30 de Março de 1798, com 101 anos de idade. O pai era natural de Arneiros. Casou com D. Maria [...]. É seu filho o Bacharel Francisco António Pinheiro da Fonseca (MM).

João Pinto Ribeiro (Licenciado).

Foi **Juiz de Fora de Pinhel** (1621); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta patente de **Contador-mor do Reino e Casa** a que são sujeitos os de Lisboa sem ordenado enquanto servir o cargo de 4 de Janeiro de 1641), carta de Desembargador suplente da Mesa do Desembargo do Paço com todos os ordenados (20 de Janeiro de 1641); **Conselheiro** (carta de Conselho de 11 de Janeiro de 1641). Recebeu alvará para uma escrivania e saco (5 de Junho de 1641), alvará para que haja cada ano 40\$000 réis para uma escrivania (5 de Junho de 1641), alvará de administração da Igreja de Santa Catarina de Lisboa (26 de Novembro de 1641), carta de Guarda-mor da Torre do Tombo (2 de Abril de 1644), carta do hábito da Ordem de Cristo (25 de Abril de 1653), alvará de administração por dois anos da comenda de S. Pedro dividida da de S. Gens de Parada (20 de Setembro de 1653), carta de 27\$000 réis nos três quartos da comenda de S. Pedro dividida da de S. Gens de Parada (24 de Setembro de 1653), carta da comenda de S. Pedro dividida da de S. Gens de Parada da Ordem de Cristo (20 de Abril de 1657), alvará da escrivania da feitoria de Baçaim (14 de Março de 1679), carta de padrão para casamento de sua filha mais velha Maria de Barros o hábito de Santiago e 15\$000 réis de tença (29 de Agosto de 1681), carta de padrão para casamento de sua filha Plácida Pinto do hábito de Santiago e 15\$000 réis de tença (29 de Agosto de 1681), carta de padrão para casamento de sua filha Joana de Matos do hábito de Santiago e 15\$000 réis de tença (29 de Agosto de 1681), e carta de padrão para casamento de sua filha Mariana Ribeiro do hábito de Cristo e 15\$000 réis de tença (29 de Agosto de 1681).

João de Proença e Silva (Bacharel em cânones de 1688 para 1689), também *João de Proença*, nascido em 1663 ou 1664, natural do lugar de Vilarinho no termo da Lousã, filho de Cipriano da Silva e Proença (ou Cipriano da Silva, ou Cipriano da Silva e Proença) e de Maria de Albuquerque, neto paterno de Domingos da Silva e Joana de Proença, e neto materno de Tomé Pires e António de Albuquerque.

Foi **Juiz de Fora de Torres Novas** (1691); **Juiz de Fora da Covilhã** (1699), reconduzido (1702); **Provedor dos órfãos da Guarda** (1706); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 8 de Outubro de 1710); **De-**

sembargador Extravagante da Relação do Porto (carta de 24 de Setembro de 1717), provisão de licença de dois meses vencendo neles o seu ordenado (8 de Novembro de 1717); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 16 de Setembro de 1718), carta de aposentado como Desembargador da Relação do Porto (15 de Setembro de 1742).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da vila de Fontelo da Comarca de Lamego. A mãe e avós maternos são naturais de Vilarinho do termo de Lousã. O avó paterno é natural de Armamar da Comarca de Lamego. O pai ausentou-se solteiro de Fontelo, vindo a casar em Vilarinho. O pai foi Meirinho da Ouvidoria de Montemor-o-Velho, tratando-se com criado e cavalo. Os avós paternos eram lavradores que viviam da sua fazenda, ocupando os cargos da república de Fontelo. O avó materno era oficial de sapateiro. O habilitante é, à data de Outubro de 1690, solteiro. O habilitante é bom estudante. A habilitação do Bacharel recebe reprovação, não havendo notícia do recurso e subsequente aprovação (LB). Foi bom estudante (MM).

João de Puga de Vasconcelos (Licenciado em leis), nascido em 1655 ou 1656, natural de Lisboa, filho de Nicolau de Puga de Vasconcelos (ou Nicolau de Puga de Vasconcelos) e de Isabel de Aguiar de Lima, neto paterno de Afonso de Puga e Brígida de Vasconcelos, e neto materno de Jorge Gonçalves e Maria Franca.

Foi **Ouvidor-Geral de Angola** (carta de 15 de Março de 1696), **Provedor da Fazenda de Angola** (carta de 15 de Março de 1696); **Desembargador da Relação da Baía** (alvará de expectativa do lugar de 15 de Março de 1696), carta (22 de Março de 1703), posse de Desembargador suplente da Relação da Baía (2 de Outubro de 1706); **Provedor da Fazenda de Angola** (provisão de 16 de Março de 1696); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Outubro de 1712), alvará para tomar por procurador do lugar (27 de Novembro de 1712), provisão de licença por dois meses (2 de Dezembro de 1713), provisão de licença por um mês (26 de Junho de 1714). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689), carta de administração de capela, alvará de nomeação de serventuário, alvará para posse de cargo por procurador, alvará para empenho de ofício, e alvará para que possa regressar a este Reino (26 de Janeiro de 1711).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da vila de Alagoa da ilha de S. Miguel. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O avó paterno provém provavelmente de Castela. O pai embarcou de S. Miguel para Lisboa sendo moço, e aqui viveu à lei da nobreza como homem honrado. O avó paterno era lavrador honrado e abastado que serviu na governança de Alagoa. O avó materno tinha tenda de oficial de barbeiro na Rua dos Escudeiros, e entrara na Casa dos 24. O habilitante é, à data de Outubro de 1692, casado

com mulher nobre. O habilitante é bom estudante (LB). Foi bom estudante. Leu a 12 de Outubro de 1692 (MM).

João Ribeiro da Fonseca (Doutor e lente em leis; lente de Código e colegial do Colégio Real de S. Paulo), nascido em 1655 ou 1656, natural de Torre de Moncorvo, filho de Francisco de Moraes de Mesquita e Castro (ou Francisco de Moraes da Mesquita) e de Maria de Castro Osório, neto paterno de António de Moraes da Mesquita e Isabel da Mesquita, e neto materno de João Ribeiro da Fonseca e Isabel da Mesquita de Castro.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta, alvará para tomar posse de lugar por procurador; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1707); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 8 de Junho de 1715). Recebeu alvará de fidalgo da Casa Real (5 de Novembro de 1701), e carta de conezia na Sé de Miranda.

Observações: Os ascendentes nomeados são todos naturais e moradores de Torre de Moncorvo. O Doutor é descendente das principais casas e famílias de Trás-os-Montes e Reino, e granjeou em Coimbra os maiores créditos pelo seu exercício académico, sendo condecorado pelo Colégio Real. O Desembargador é casado com D. Isabel Coutinho de Vasconcelos, filha de Diogo Pereira de Figueiredo, que foi Capitão de cavalos na Beira, e de D. Francisca de Sampaio, todos eles de Sernancelhe e pertencentes a famílias nobres e de puro sangue. O Doutor tem um irmão, também Doutor, chamado Francisco de Moraes de Mesquita e Castro que, para além de ter sido familiar do Santo Ofício, foi cavaleiro professo do hábito de Cristo, e Conservador dos Tabacos da Província de Trás-os-Montes. O Doutor teve um tio materno, chamado Jorge de Castro, que foi Mestre frei da Ordem de S. Domingos, e Deputado e Qualificador do Santo Ofício. À data de Fevereiro de 1694, os pais, avós, e o referido tio são já falecidos. Os pais e avós ocuparam os cargos honrosos das terras onde estiveram, quer de letras quer de armas. É, à data de Dezembro de 1693, residente há poucos dias em Lisboa ao Arco de Santo António. Foi bom estudante (LB). Casou com D. Isabel de Vasconcelos, viúva de António Veloso de Figueiredo de Pinhel, que foi Governador de Castelo Branco. D. Isabel de Vasconcelos era filha de Diogo Pereira de Figueiredo de Sernancelhe, e de sua mulher D. Francisca de Vasconcelos, esta filha de Rodrigo Homem Ribeiro de Vasconcelos (MM).

João da Rocha Dantas e Mendonça (Bacharel), também *João da Rocha Dantas*, natural de Pernambuco, filho de António da Rocha Dantas e de D. Maria Dias de Mendonça.

Foi **Juiz de Fora de Elvas** (carta de 2 de Junho de 1764), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (8 de Março de 1766); **Corregedor de Elvas** (carta de 26 de Dezembro de 1766); **Fiscal**

da Extração dos Diamantes nas Minas Gerais e Desembargador da Relação do Porto (lugar criado de novo com 5000 cruzados de ordenado sem mais emolumentos com a mercê de Desembargador no Porto fazendo-o no mesmo lugar dispensada a residência de Corregedor de Elvas (decreto de 17 de Fevereiro de 1772), carta de Fiscal da Extração dos Diamantes fazendo no dito lugar o de Desembargador da Relação do Porto (9 de Março de 1772), posse na Relação do Porto (28 de Abril de 1772); **Intendente dos Diamantes do Serro do Frio** (carta de 20 de Novembro de 1773); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador ordinário de 27 de Fevereiro de 1784), provisão para por seu procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (1 de Março de 1784), carta de Desembargador da Casa da Suplicação com exercício de **Superintendente-Geral dos Diamantes** (27 de Fevereiro de 1784); **Chanceler da Relação da Baía** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta do lugar (10 de Setembro de 1789), posse (21 de Janeiro de 1790); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 13 de Setembro de 1789); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 6 de Setembro de 1793). Recebeu provisão para ser administrador dos bens de Ambrósio Pereira Freire de Andrade e Castro (18 de Dezembro de 1770), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (12 de Outubro de 1781), e provisão de emancipação (3 de Novembro de 1797).

Observações: Recebeu certidão negativa com 62 anos de idade. Este Desembargador tem um filho homónimo sendo que a Leitura de Bacharel patente na Lista Geral diz respeito a este último e ao seu irmão mais velho, José da Rocha Dantas e Mendonça. Não obstante colhe-se também aí informações sobre o homem que nos concerne. O agraciado é casado com D. Rita Quitéria Garceint de França e Rocha, natural do Serro do Frio. Em Maio de 1796 o agraciado achava-se no lugar de Chanceler da Relação da Baía. Os pais foram pessoas de conhecida nobreza. Os pais da mulher do agraciado chamam-se Francisco Jacinto Gersaint e D. Maria Antónia de Gusmão, sendo ele natural da freguesia de S. Jacques de L'Abuchere no arcebispado de Paris, e ela de Angra dos Reis. O pai do agraciado é natural de Viana do castelo e foi capitão-mor. A mãe do agraciado é natural de Pernambuco (LB).

João da Rocha Pita (Bacharel), nascido em 1633, natural de Pernambuco, filho de Sebastião da Rocha Pita e de Úrsula de Antas Barbosa. Foi **Juiz de Fora de Lamego** (1670); **Desembargador da Relação da Baía** (1677); **Procurador da Coroa da Relação da Baía** (carta de 23 de Fevereiro de 1688); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 19 de Dezembro de 1693); **Superintendente da**

Casa da Moeda da Baía (1694). Recebeu alvará de dispensa de juramento.

Observações: Foi sindicante das Províncias do Sul, no Brasil. Tinha sido nomeado Conselheiro do Conselho Ultramarino mas trocou a nomeação pela de Chanceler da Relação da Baía (MM).

João Rodrigues Botelho (Bacharel em leis), também *João Rodrigues Botelho Vieira*, nascido em 1744 ou 1745, natural e baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda no termo de Lisboa, filho de Manuel Rodrigues Botelho e de Rosa Maria do Espírito Santo, neto paterno de Manuel Rodrigues Botelho e Maria Rodrigues, e neto materno de António João e Leonor Vieira. Foi **Juiz dos órfãos da Repartição do Meio** (despachado a 7 de Janeiro de 1771); **Provedor da Comarca de Torres Vedras** (alvará de 5 de Dezembro de 1774), alvará do lugar da Provedoria (15 de Dezembro de 1774); **Superintendente das Fábricas de Lanifícios da Covilhã** com beca honorária (27 de Junho de 1794), reconduzido (decreto de 4 de Maio de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de recondução de Superintendente das Fábricas da Covilhã fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto de 17 de Setembro de 1800), alvará de aposentadoria num lugar de Desembargador da Relação do Porto (3 de Julho de 1817). Recebeu provisão de licença para ser opositor aos lugares de letras do Senado (6 de Maio de 1767), carta de padrão de tença e hábito (3 de Julho de 1767), carta de padrão de tença (6 de Julho de 1767), padrão de 8\$000 réis de tença (6 de Julho de 1767), carta de confirmação da doação que lhe fez João Vieira da Silva (25 de Junho de 1776), e provisão de sub-rogação (15 de Abril de 1807).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de S. Miguel das Antas no termo de Penedono e Comarca de Pinhel. A mãe e avó materno são naturais de Benfica, sendo aquela de Alfragide. A avó materna é natural da freguesia de S. Pedro de Barcarena no termo de Lisboa. O Bacharel tem um irmão mais velho, também Bacharel e nascido na Ajuda, formado na faculdade de cânones pela Universidade de Coimbra, que se habilitou no ano de 1752, não vindo no entanto a ocupar os lugares de letras. O pai foi para Lisboa há muitos anos, e era lavrador e contratador de gado. O avó paterno foi dos principais lavradores da sua freguesia, enquanto o avó materno vivia das suas fazendas, tendo criados encarregados do contrato de gado. A avó materna e a mãe viviam recolhidas e sem trato. Os pais moram à data de 1752 na Junqueira, e os avós maternos moravam em Alfragide. O pai e o irmão são familiares do Santo Ofício. Parece possível à Mesa do Desembargo do Paço que o Bacharel se tenha tornado accionista da Companhia do Alto Douro para contornar a mecânica do seu avó materno. O Bacharel é, à data de Março de 1766, solteiro e mora à data de Abril de 1766 na Carreira dos Cavaleiros (LB).

João Rodrigues de Brito (Bacharel), natural de Évora, filho de Domingos Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Portel** (decreto de 24 de Junho de 1796); **Juiz de Fora da vila do Alvito da Vila Nova da Baronia, Oriola e Aguiar** (carta de 8 de Junho de 1801), carta do lugar de Juiz de Fora do Alvito (3 de Dezembro de 1801); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 10 de Outubro de 1801), provisão de vencimento de ordenado com o lugar (22 de Outubro de 1801); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Novembro de 1812), carta de Desembargador graduado em Agravos da Casa da Suplicação (13 de Outubro de 1820), provisão para tomar posse de um lugar ordinário de Desembargador graduado em Agravos da Casa da Suplicação (20 de Outubro de 1820), carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (9 de Julho de 1821), alvará de aposentadoria em Desembargador da Casa da Suplicação (2 de Dezembro de 1823), alvará de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (26 de Abril de 1826); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 12 de Junho de 1835).

Observações: Recebeu certidão negativa a 17 de Abril de 1822, com 54 anos de idade.

João Rodrigues Campelo (Bacharel em cânones), nascido em 1696 ou 1697, natural do Recife, em Pernambuco, filho de António Rodrigues Campelo e de D. Inácia de Barros Rego, neto paterno de Manuel Rodrigues e Natária Domingues, e neto materno de Francisco Rabelo e Maria da Rocha Barros.

Foi **Juiz de Fora de Ourique** (carta de 20 de Janeiro de 1728); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Lisboa** (provisão de serventia de ofício de 26 de Outubro de 1733); **Ouvidor** (carta de 27 de Outubro de 1733); **Desembargador da Relação da Baía** (posse a 20 de Novembro de 1749); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 15 de Março de 1756), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (6 de Abril de 1756), provisão para estar ausente do dito lugar (22 de Maio de 1756), aposentado na Relação do Porto vencendo o ordenado (1 de Dezembro de 1764), carta de aposentadoria de Desembargador da Relação do Porto (20 de Fevereiro de 1765), alvará de 200\$000 réis de sua aposentadoria com o dito lugar (24 de Janeiro de 1766).

Observações: Os ascendentes nomeados são todos eles naturais de Viana do Castelo. Os pais, antes de irem para o Recife, moraram com os avós paternos na Rua de Santa Luzia da freguesia de Nossa Senhora de Monserrate, onde nascera o avó paterno. Os avós maternos, antes de embarcarem para o Recife, moraram na Rua Grande da freguesia

de Nossa Senhora da Assunção. O pai era familiar do Santo Ofício e, se se ligou ao negócio de sobrado e detinha um engenho de fazer açúcar, também ocupou postos nas ordenanças e lugares da República, vindo a ser sargento-mor. O avô materno foi alferes e Capitão de infantaria da ordenança da praça do Recife, e serviu de Tesoureiro da Junta do Comércio Geral. A família manteve no Brasil negócio mercantil por alto, sem ser de loja aberta, com Lisboa, Porto, e Viana do Castelo. O Bacharel saiu do Recife ainda moço para ir estudar para Coimbra e, enquanto estudante, assistiu em Viana do Castelo na Rua de S. Sebastião em casa do seu tio, Manuel Rodrigues Campelo. O Bacharel é bom estudante e é, à data de Abril de 1722, solteiro e morador em Lisboa na Calçada do Colégio. Os avós maternos são, à data de Abril de 1722, já falecidos (LB).

João Rodrigues de Fontoura (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Dezembro de 1642); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Janeiro de 1649). Recebeu alvará de pensão de 60\$000 réis em comenda (28 de Março de 1650), alvará de consignação da comenda do Valdreu (30 de Março de 1653), alvará de administração aos 40\$000 réis no rendimento da comenda de Valdreu (13 de Junho de 1653), alvará de administração por dois anos aos 40\$000 réis de pensão (10 de Março de 1655), alvará de administração por mais um ano da pensão de 40\$000 réis no rendimento da comenda de Valdreu (16 de Julho de 1656), alvará para lograr por administração por mais um ano os 40\$000 réis de pensão (12 de Junho de 1657), e alvará para gozar mais um ano a pensão de 40\$000 réis no rendimento da comenda do Valdreu (12 de Julho de 1657).

João Rodrigues Machado (Bacharel), nascido em 1661, natural de Tânger, filho de Duarte Velez e de Cecília Feijó.

Foi **Provedor da Índia** (1691); **Desembargador da Relação de Goa** (1691); **Secretário de Estado da Índia** (carta de 17 de Fevereiro de 1707); **Chanceler da Relação de Goa** (1725). Recebeu padrão de 60\$000 réis de tença, alvará de licença para casar, provisão de dispensa para que possa ir à Casa dos 24 e mais adjuntos da mesma (8 de Novembro de 1727), patente da capitania da fortaleza de Chaul (11 de Abril de 1718), patente da capitania da fortaleza de Baçaim com a Madeira (11 de Abril de 1718), alvará para renunciar a capitania da Fortaleza de Chaul (11 de Abril de 1718), e alvará para renunciar a capitania da Fortaleza de Baçaim (11 de Abril de 1718).

João Rodrigues Pereira (Bacharel), natural de Lisboa, filho de João Rodrigues Pereira, neto

paterno de Pedro Afonso e Maria Esteves, e neto materno de Pedro João e Maria Manuel. Foi **Corregedor da Rua Nova de Lisboa** (carta); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 3 de Junho de 1697); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Julho de 1710); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 2 de Novembro de 1715); **Conselheiro da Fazenda** (19 de Março de 1725), carta de Conselheiro da Fazenda Real (24 de Março de 1725); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 3 de Setembro de 1726). Recebeu alvará de fidalgo da Casa Real com 2\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (16 de Abril de 1716), carta de confirmação de terras no Maranhão (2 de Maio de 1724), carta de padrão de tença de 260\$000 réis para sua mulher D. Maria Teresa de Freitas Garcês (5 de Agosto de 1726), carta de sesmaria (20 de Abril de 1728), alvará de administração de capela, provisão de extinção do seu vínculo a Alexandre Pereira Cabral (17 de Maio de 1780), e provisão para se discutir no Juízo da Coroa a nulidade da provisão de extinção do seu vínculo a Hugo Fournier Leclair e sua mulher (30 de Janeiro de 1804).

Observações: A mãe e o avô materno são naturais do lugar de Paradela da freguesia de S. Martinho de Pessegueiro, pertencente ao concelho de Sever, e a avó materna é natural do lugar de Paredes da mesma freguesia e concelho. O pai e avós paternos são naturais do lugar de Penim da freguesia de Santa Maria de Cunha, pertencente ao concelho de Paredes de Coura. Os avós maternos moravam em Paradela e viviam da lavoura, desempenhando também a avó materna por algum tempo o ofício de tecedeira. Os avós paternos eram lavradores honrados, moradores em Penim, havendo sido um bisavô do pai do Bacharel Juiz do concelho de Coura. A mãe do Bacharel foi para Lisboa, onde casou com o pai, e teve aí uma tenda na capela real, onde tratava de mercância e grosso trato, sendo ambos negociantes abastados. O Bacharel teve algum enguiço quando da apreciação das inquirições pelo Tribunal do Desembargo do Paço, relativamente à dita tenda e ao ofício da sua avó materna. O Bacharel procedeu com notória satisfação na Universidade, fazendo seus autos com grande aplauso. O Bacharel é morador em Lisboa juntamente com os pais. Os avós paternos são, à data de Agosto de 1675, já defuntos. O Bacharel foi aluno suficiente (LB). Casou com D. Madalena da Silveira, que foi mulher de Manuel de Miranda Henriques, este morador que foi em Odivelas (MM).

João Rodrigues Vilar (Bacharel), natural de Belém (ou Lisboa), filho de António Rodrigues Vilar (ou António Rodrigo).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** conserando a Superintendência dos foros da Ajuda (21 de Janeiro de 1784), carta de Desembargador da

Relação do Porto com exercício de **Superintendente dos Foros da freguesia da Ajuda** (10 de Fevereiro de 1784); **Desembargador da Casa da Relação** (carta de 5 de Setembro de 1785), carta de privilégios de Desembargador (12 de Março de 1788); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (graduado em Desembargador Agravista conservado no emprego que tem por decreto de 2 de Junho de 1793), carta (17 de Julho de 1793). Recebeu alvará de Porteiro da Junta de Administração do tabaco (13 de Abril de 1773), carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito (24 de Janeiro de 1774), alvará do ofício de Escrivão da correição da Comarca de Évora (18 de Setembro de 1775), provisão para poder gozar de beca (14 de Março de 1779), alvará de Superintendente dos Foros e Rendas das propriedades e terras pertencentes à Casa Real nos sítios de Nossa Senhora da Ajuda Belém e mais pertenças (20 de Abril de 1779), lugar de Superintendente dos Foros da Ajuda (29 de Abril de 1779), licença para usar beca (4 de Maio de 1779), carta do ofício de Superintendente e Administrador do Real Paço e quinta de Alcântara (28 de Maio de 1782), alvará de administração de capela (7 de Setembro de 1782), alvará para administrar vários rendimentos para a sustentação da família de D. Ana Joaquina Rosa (26 de Setembro de 1782), administração de duas capelas de que trata (7 de Outubro de 1782), alvará de administração das capelas que ficaram vagas por morte de D. Ana Joaquina Rosa uma sita em Abrantes e outra instituída por Maria Gonçalves (7 de Outubro de 1782), alvará para vencer além do seu ordenado 4 moios e 33 alqueires de trigo e outros tantos de cevada pelo Almoarifado de Algés enquanto de Superintendente e Administrador do Real Paço e quinta de Alcântara (6 de Novembro de 1782), alvará de ordenado como Superintendente e Administrador do Paço da quinta de Alcântara (16 de Novembro de 1782), alvará de administração de capela sita em Abrantes para a família de D. Joaquina Rosa viúva de Pedro Teixeira (2 de Dezembro de 1782), carta de administração da capela sita em Abrantes e que vagou por morte de D. Ana Joaquina Rosa (2 de Dezembro de 1782), carta de administração da capela instituída por Manuel Gonçalves em Abrantes para a família que ficou por morte de D. Ana Joaquina Rosa (2 de Dezembro de 1782), carta de administração da capela instituída por Maria Gonçalves (2 de Dezembro de 1782), verba da carta de administração das capelas que vagaram por morte de D. Ana Joaquina Rosa uma sita em Abrantes e outra instituída por Maria Gonçalves (5 de Dezembro de 1782), carta de administração de capela (12 de Dezembro de 1782), apostila de declaração de mais 10 alqueires de trigo como Superintendente do Real Paço e quinta de Alcântara

(1 de Abril de 1783), 10 alqueires de trigo anuais (1 de Abril de 1783), apostila de Superintendente do Paço e quinta de Alcântara (1 de Maio de 1783), carta de Desembargador da Casa da Suplicação com exercício de Superintendente dos Foros da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda (5 de Setembro de 1785), provisão para se lhe adjudicar a sua da Mergueira no distrito de Almada a vinha de que faz menção (25 de Outubro de 1785), carta do ofício de Escrivão das Apelações e Crimes da Casa da Suplicação (carta de 6 de Setembro de 1788), alvará de faculdade para renunciar o ofício de Escrivão das Apelações e Crimes da Casa da Suplicação (4 de Julho de 1795), alvará de renúncia de ofício (10 de Julho de 1795), alvará de renúncia do ofício de Porteiro da Junta do tabaco (28 de Julho de 1795), carta de Recebedor da Casa das Carnes desta cidade (27 de Outubro de 1796), carta de propriedade de ofício (27 de Outubro de 1796), alvará para nomear serventuário no ofício de Porteiro da Junta de Administração do tabaco (20 de Agosto de 1798), e alvará para poder nomear serventuário ao ofício de Porteiro da Junta do tabaco (22 de Setembro de 1798).

Observações: Recebeu certidão negativa a 20 de Maio de 1824, com 80 anos de idade. O pai era Capitão (MM).

João de Roxas de Azevedo (Bacharel), natural de Madrid, filho de Pedro de Roxas de Azevedo e de D. Maria da Veiga, neto paterno de Amador de Azevedo e D. Catarina de Roxas, e neto materno de Diogo da Veiga e D. Maria de Roxas. Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Junho de 1653); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1663); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 5 de Janeiro de 1669); **Chanceler-mor do Reino; Conselheiro do Conselho de Estado** (1669). Recebeu alvará de 4\$286 réis de moradia por mês de conselheiro entrando 2\$000 réis de fidalgo-cavaleiro (29 de Outubro de 1677), alvará de sub-rogação de bens de morgado, alvará de ordenado, alvará de administração de capela, alvará de ordinária, alvará de um pedaço de chão da Estrada, alvará de aforamento na Lezíria de Alvasetim, verba de 50\$000 réis de juro, e verba de 110\$000 réis de juro.

Observações: Foi Secretário da Embaixada de França. Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Pedro II a 9 de Junho de 1668 (MM).

João de Sá Soutomaior (Doutor), nascido em 1670, natural de Ponte de Lima, filho de João de Sá Soutomaior e de Inês de Merim e Azevedo, neto paterno de Francisco Rebelo Soutomaior

e D. Ana Pacheco Borges, e neto materno de Gonçalo Coelho de Araújo.

Foi **Ouvidor e Provedor de Sergipe de El-Rei** (1699), reconduzido (1703), reconduzido (1706); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 10 de Junho de 1708); **Ouvidor-Geral do crime da Relação da Baía** (carta de Fevereiro de 1711). Recebeu padrão de 18\$000 réis de tença, alvará para vestir beca, alvará de tabelião de Ponte de Lima, alvará de renúncia de ofício, e alvará para dar o juramento de Desembargador da Baía na mesma cidade (13 de Março de 1708).

Observações: «[...] como ficara veuvo, sem filhos herdando huma consideravel e opulenta riqueza, se recolheu ao Reyno deixando o Serviço real que tinha continuado e sendo Dezembargador da Bahia» (MM).

João de Sampaio Freire de Andrade (Bacharel em cânones), nascido em 1758 ou 1759, natural de Lisboa da freguesia de Nossa Senhora das Mercês onde foi baptizado, filho de Manuel de Sampaio e Pina e de D. Ana Maria de Hann, neto paterno de Inácio José de Sampaio e D. Filipa Teresa de Noronha, e neto materno de João Jacob de Hann e Mariana Raïdgg.

Foi **Juiz do cível de Santarém** (carta de 6 de Maio de 1783), carta de Juiz de Fora de Santarém (6 de Maio de 1783), posse (30 de Outubro de 1784); **Corregedor da Comarca de Tomar** (carta do lugar de 12 de Fevereiro de 1800), carta do lugar (17 de Fevereiro de 1800), provisão de licença para por tempo de 30 dias estar ausente daquele lugar (5 de Fevereiro de 1805), provisão para dos rendimentos dos bens do concelho lhe serem pagas certas propinas (29 de Julho de 1806), provisão de licença do exercício do lugar (11 de Agosto de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Maio de 1803), carta de um lugar ordinário da Relação do Porto com exercício de Corregedor da Comarca de Tomar (16 de Maio de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador da Casa da Suplicação de 3 de Julho de 1811), provisão para jurar na Chancelaria por procurador (8 de Julho de 1811). Recebeu alvará de foro de fidalgo escudeiro (12 de Setembro de 1760), provisão para ser opositor aos lugares de letras do Senado da Câmara de Lisboa (19 de Junho de 1781), carta de padrão de tença (22 de Fevereiro de 1792), e carta de padrão de tença de 188\$000 réis na alfândega do Porto por renúncia que lhe fez a sua mãe D. Ana Maria do resto dos 200\$000 réis com que foi deferido (16 de Março de 1792).

Observações: Recebeu certidão negativa a 13 de Novembro de 1826, com 57 anos de idade. O pai e avô paterno são naturais de Lisboa. A avó paterna é natural do Porto. A mãe e avós maternos são naturais de Viena de Áustria. O pai

tinha foro de fidalgo, e o avô paterno era cavaleiro professo da Ordem de Cristo. A mãe foi açafata da rainha D. Mariana de Áustria. O avô materno tinha um irmão que foi cavaleiro da Ordem de Malta. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1781, solteiro e mora à data de Março seguinte em Lisboa na Rua Formosa. O habilitante é bom estudante e fidalgo da Casa de Sua Majestade (LB). A mãe é natural da Alemanha e foi açafata. O Bacharel casou com D. Bárbara Gertrudes Tavares de Sousa Cirne e Andrade, natural de Santarém, e filha que era de João de Sousa Tavares Cirne e Andrade, e de D. Genoveva da Fonseca Sousa Nogueira. Esta era filha de Policarpo José de Sousa Nogueira, este natural de Camarate, cavaleiro da Ordem de Cristo e Tesoureiro-mor de [...]. O Bacharel tem daquele casamento D. Maria e um rapaz. O avô paterno seria irmão do frei José de Sampaio. Foi Fidalgo da Casa Real (MM).

João Saraiva de Carvalho (Bacharel), nascido em 1649 ou 1650, natural da freguesia de Soalhães (ou Viseu), filho de Manuel Rodrigues Saraiva (ou Francisco Lopes Saraiva) e de Ana de Araújo, neto paterno de Gaspar João de Carvalho e Isabel Rodrigues, e neto materno de Baltasar de Araújo e Isabel Rodrigues.

Foi **Auditor-Geral da Província da Beira** (alvará de 23 de Junho de 1681); **Juiz de Fora de Avis** (carta); **Corregedor da Comarca de Guimarães** (carta de 15 de Maio de 1686); **Provedor de Guimarães** (alvará); **Juiz de Fora da Covilhã** (carta de 28 de Março de 1691); **Corregedor de Guimarães** (1693); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Esgueira** (alvará de 20 de Abril de 1695); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Outubro de 1715), provisão para que vença as propinas que pertencem ao lugar de Desembargador (16 de Dezembro de 1724), alvará de aposentadoria de 120\$000 réis na Relação do Porto (6 de Outubro de 1740); **Conselheiro da Nação Holandesa** (alvará de 23 de Abril de 1717); **Juiz Conselheiro do distrito da Relação do Porto** (carta de 24 de Agosto de 1717). Recebeu carta de Escrivão da Câmara de Serpins, carta de administração da capela que instituiu António Castanho em Viseu (19 de Agosto de 1683), alvará de nomeação de ofício, alvará de Tabelião de Viseu para uma irmã (2 de Junho de 1690), alvará de Escrivão da Auditoria Geral do partido de Penamacor na Província da Beira, e alvará de faculdade para renunciar o ofício de Escrivão da Auditoria Geral do partido de Penamacor (19 de Fevereiro de 1715).

Observações: A mãe e avós maternos são naturais da freguesia de Soalhães, provavelmente do lugar de Eiró. Os avós paternos são naturais e moradores do lugar de Aldeia Nova da Teixeira no termo da Guarda. O pai nasceu provavelmente nesse mesmo lugar de Aldeia Nova da Teixeira, e foi abade de S. Martinho de Soalhães, e prelado

da igreja de Santa Cruz de Sobre Douro. A mãe é solteira. Os avós maternos eram lavradores não muito ricos, que viviam das suas fazendas e de rendas de outras. Os avós paternos vivam honradamente das suas fazendas. O Bacharel mora, à data de Julho de 1675, no lugar de Eiró e é à data de Abril do mesmo ano solteiro. O Bacharel foi aluno suficiente nos anos de 1672 e 1673, que devem corresponder à sua formatura (LB). Leu a 29 de Novembro de 1686 (MM).

João de Seixas Cabreira (Doutor), filho de Sebastião de Almeida de Seixas, neto paterno de Francisco de Seixas e Joana de Almeida.

Foi **Juiz-Geral das Três Ordens Militares do Reino** vago por falecimento de João Guedes Pereira (alvará de 27 de Março de 1657), alvará elevando para 120\$000 réis os 60\$000 réis de ordenado que recebe como Juiz-Geral das Ordens Militares como lograva o seu antecessor João Guedes Pereira (16 de Março de 1660); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (título de posse de um lugar de 28 de Agosto de 1665).

Observações: Foi reitor do colégio das Ordens Militares em Coimbra (RGM). Foi Prior de Palmela. O pai foi capitão-mor de Torres Vedras, onde viveu. A avó paterna era filha de Rafael Botado e de sua segunda mulher, Maria de Almeida. A avó paterna teve ao pai do Bacharel fora do matrimónio. A avó paterna foi mulher de [...] de quem teve o Doutor Luís de Seixas, que foi Corregedor do crime (MM).

João de Sepúlveda e Matos (D.) (Doutor), também João de Sepúlveda, filho de Manuel de Sepúlveda.

Foi **Juiz de Fora da Guarda** (carta); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta); **Ouvidor-Geral da Capitania de Pernambuco** (carta); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** com beca e posse tomada (alvará de 3 de Setembro de 1681), alvará para tomar posse por seu procurador do lugar de Desembargador do Porto (9 de Outubro de 1681); **Chanceler da Relação do Estado do Brasil** por seis anos (carta de 13 de Janeiro de 1682), alvará para que tenha o ordenado que lhe tocar como Chanceler da Relação do Estado do Brasil (28 de Janeiro de 1682), carta de Chanceler da Relação do Estado do Brasil com 600 cruzados de ajuda de custo (17 de Fevereiro de 1682); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará de 31 de Janeiro de 1682), alvará de Conselheiro Ultramarino com 300\$000 réis de ordenado (17 de Fevereiro de 1683); **Chanceler da Baía** (posse de 26 de Maio de 1682). Recebeu alvará de ajuda de custo, alvará de ordenado, carta de padrão de tença de 38\$000 réis cada ano em vida (7 de Novembro de 1681), carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos a título do

hábito de Cristo (10 de Novembro de 1681), alvará de licença para vir para o Reino, e alvará de ordenado.

Observações: Tomou posse de Chanceler da Baía em 1682, e serviu algumas vezes de Governador (MM).

João de Sequeira de Sousa (Licenciado em leis), também *João de Sousa de Sequeira*, nascido em 1694 ou 1695, natural de Estremoz, filho de Manuel de Sequeira e Sousa e de Maria Borralha, neto paterno de João de Sequeira e Sousa e Maria Duarte, e neto materno de Francisco Álvares e Maria Borralha.

Foi **Juiz de Fora de Arronches** (carta de mercê do lugar de 4 de Março de 1722); **Juiz de Fora de Évora** (carta de 9 de Fevereiro de 1728), carta reconduzindo-o por mais três anos no cargo (15 de Fevereiro de 1734); **Juiz de Fora dos órfãos de Évora** (carta de mercê de 9 de Dezembro de 1728); **Juiz do fisco do distrito da Inquisição de Coimbra** com beca e título de Desembargador da Relação do Porto (provisão para que exercite o lugar de 23 de Setembro de 1748); **Desembargador no Porto** (provisão de 23 de Setembro de 1748).

Observações: Os pais, avós maternos, e avó paterna, são naturais de Estremoz, e aí residiram. O avó paterno é natural do lugar de Bragadas da freguesia de Cristelo do concelho de Coura e Comarca de Viana do Castelo e, tal como os restantes ascendentes, também morou em Estremoz, onde terá casado e para onde foi de pouca idade. Os pais e avós viveram das suas fazendas à lei da nobreza. O avó paterno era dos principais da sua freguesia e concelho e, enquanto esteve no lugar natal, viveu das suas fazendas à lei da nobreza. O Bacharel é casado com mulher natural de Évora, que tem parentes religiosos e um irmão Capitão na governança da mesma cidade. O Bacharel é bom estudante, e dele se tinham feito diligências eclesiásticas na freguesia natal do avó paterno, antes das inquirições aí tiradas para se habilitar para os lugares de letras. O Bacharel mora, à data de Agosto de 1721, em Estremoz (LB).

João da Silva Rodarte (Bacharel em leis; Licenciado), nascido em 1668 ou 1669, natural de Lisboa, filho de Pedro da Silva Rodarte e de D. Ana Micaela da Silva, neto paterno de André Siurmão e Isabel Rodarte de Paris, e neto materno de Domingos Gomes e Maria Francisca ou Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Loulé** (carta); **Juiz de Fora de Santarém** (carta); **Corregedor da Comarca de Leiria** por três anos (carta de 21 de Outubro de 1707); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Esgueira** por três anos (alvará de 29 de Maio de 1713); **Corregedor do cível da Comarca de Esgueira** (carta de 7 de Maio de 1722);

Desembargador da Relação do Porto (carta de 29 de Janeiro de 1725); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 23 de Agosto de 1727); **Conservador dos Hamburgueses** (carta de 6 de Fevereiro de 1732). Recebeu alvará para sub-rogar bens de capela, verba de 19\$170 réis de juro no tabaco, alvará de cavaleiro fidalgo com 750\$000 réis e um alqueire de cevada por dia (1 de Fevereiro de 1723), e provisão de extinção de uma capela instituída pelo dito a Carlos José Correia de Lacerda (12 de Outubro de 1802).

Observações: O agraciado é bom estudante. O Bacharel e os seus pais moram em Lisboa na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. O pai é natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda em Lisboa. A mãe e o avô materno são naturais de Vila do Conde, e a avó materna é natural do Porto. Os avós maternos casaram em Vila do Conde, onde viveram na Rua da Praça, partindo a avó materna e seus filhos para o Porto quando da morte do seu marido. No Porto viveram no Terreiro de S. Bento das Freiras, deslocando-se depois para Lisboa a avó materna, a mãe, e um tio materno chamado Domingos Ferreira. O avô materno desempenhou em Vila do Conde o cargo de Escrivão da alfândega. A parte materna sempre foi tida por honrada e de grande virtude. O Bacharel é, pelo menos até à data de 29 de Abril de 1693, solteiro. O avô paterno é natural de Hamburgo, e a avó paterna é-o de Lisboa. Os pais e avós eram irmãos da Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães. Os avós paternos eram pessoas de negócio e das principais famílias de Hamburgo, tendo riqueza e observância à lei da nobreza (LB).

João da Silva e Sousa (Bacharel), natural das Caldas da Rainha, filho de António da Silva e Sousa, neto paterno de Henrique da Silva e Sousa.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (1664). Recebeu alvará de fidalgo-cavaleiro com 2\$000 réis de morada por mês e um alqueire de cevada por dia (27 de Setembro de 1668), alvará de ordenado e mantimento de 200\$000 réis seis moios de trigo seis moios de cevada duas pipas de vinho e uma quarta de azeite como administrador da Prelazia de Tomar (1 de Agosto de 1695), alvará de fidalgo-capelão com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (10 de Janeiro de 1703), portaria aumentando-lhe 60\$000 réis no seu ordenado (2 de Janeiro de 1705), e alvará de fidalgo-capelão com 2\$375 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (3 de Janeiro de 1707).

João Soares de Almeida (Bacharel; Licenciado), filho de Vicente Soares Homem e de Ana Pinto, neto paterno de João Soares Homem e Antónia Aranha.

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças**

e resíduos da Comarca de Elvas (alvará do cargo de 8 de Março de 1644); **Corregedor das Ilhas dos Açores** pelo tempo de três anos (carta de 28 de Abril de 1651), alvará de ordenado de 200\$000 réis com o cargo de Corregedor das Ilhas dos Açores (27 de Maio de 1651); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Junho de 1651), carta para servir o lugar de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (18 de Janeiro de 1656); **Juiz da Jugadas de Torres Vedras** (carta). Recebeu carta para lhe dar o hábito de noviço (4 de Janeiro de 1654), carta de Tabelião do Judicial e Notas da Guarda (29 de Fevereiro de 1664), carta de patente de capitão-mor do Reino de Angola por três anos (27 de Outubro de 1666), apostila declarando que o título que se lhe passou de capitão-mor do Reino de Angola é o verdadeiro e tenha cumprimento (1 de Março de 1667), e alvará para aforar bens de morgado.

Observações: Morreu solteiro. O seu pai tinha por irmão Diogo Soares Homem, que era senhor da Quinta de Tarei na Terra da Feira. O avô paterno era senhor da Quinta de Tarei na Feira. A avó paterna era filha de Diogo Vaz de Pinho, descendente desta família da Terra da Feira (MM).

João Soares de Brito (Bacharel), natural da Quinta de Alentém em Unhão, filho de Gonçalo Pinto de Almeida e Brito e de D. Francisca de Paiva Andrade e Gavião, neto paterno de Cristóvão de Almeida Soares e D. Jerónima de Miranda, e neto materno de Luís de Barros Gavião e D. Teresa de Andrade.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** com exercício nas férias da Universidade (carta de 8 de Julho de 1754). Recebeu provisão para tomar posse por procurador (12 de Julho de 1754).

Observações: Foi colégio de Colégio de São Paulo, e lente de Instituta da Universidade de Coimbra (MM).

João Soares Tavares (Bacharel em leis), nascido em 1699 ou 1700, natural do lugar de Refóios da freguesia de Vila Chã no termo de Cambra e Comarca de Esgueira (ou Feira), filho de António Tavares da Rocha (ou António Soares da Rocha) e de D. Maria Borges Soares, neto paterno de Nicolau Fernandes da Rocha e Domingas Tavares, e neto materno de Manuel Soares Homem e Maria Borges.

Foi **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 19 de Dezembro de 1727); **Ouidor da Comarca do Rio de Janeiro** com predicamento (carta de 28 de Janeiro de 1736); **Provedor dos defuntos e ausentes** (provisão de serventia do ofício de 4 de Fevereiro de 1736); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28

de Novembro de 1740); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1751); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador Agravista extranumerário da Casa da Suplicação de 22 de Julho de 1754), provisão para jurar na Chancelaria por procurador para servir o dito lugar (23 de Julho de 1754); **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 5 de Agosto de 1754); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 6 de Agosto de 1754), carta com salva (6 de Agosto de 1755). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (19 de Janeiro de 1732), carta de padrão de 28\$000 réis de tença efectiva (22 de Janeiro de 1732), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (7 de Agosto de 1754).

Observações: O pai do agraciado é Doutor (RGM). Recebeu certidão negativa a 19 de Dezembro de 1826, com 119 anos de idade. O pai, a mãe, a avó paterna, e o avó materno são naturais de Refóios. O avó paterno é natural do lugar de Currais da freguesia de Carregosa no termo de Feira. A avó materna é natural do lugar de Sandiães da freguesia de Rôge no termo de Cambra. O Doutor e os ascendentes nomeados eram todos moradores no lugar de Refóios, residindo no entanto o primeiro, à data de Agosto de 1726, em Lisboa na freguesia das Mercês. O pai era Desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo. O avó paterno era Capitão da ordenança em Cambra, e servia de Juiz na mesma vila, e o avó materno era Capitão e Juiz dos órfãos em Cambra, vivendo ambos das suas fazendas. A família era aparentada com clérigos e frades. O Doutor é, à data de Agosto de 1726, solteiro (LB).

João do Sobral de Barbuda (Bacharel; Licenciado), também *João do Soveral de Barbuda*, nascido em 1653 ou 1654, natural de Carnide no termo de Lisboa, filho de Luís Sobral de Barbuda (ou Luís do Soveral de Barbuda) e de D. Joana Hequemberg, neto paterno de Domingos de Sobral e Maria Custódia de Macedo, e neto materno de João Hequemberg e Joana Sebanliger.

Foi **Juiz de Fora de Setúbal**; **Corregedor de Leiria**; **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Fevereiro de 1700); **Corregedor do crime da Corte** (carta); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 30 de Outubro de 1709); **Conselheiro do Conselho da Fazenda Real** (carta de 8 de Junho de 1715). Recebeu alvará para posse de cargo por procurador, alvará de licença para casar, alvará de uma capela do provimento da Coroa de 80\$000 réis de rendimento (13 de Setembro de 1707), carta de 88\$000 réis de tença efectiva cada ano (26 de Setembro de 1707), alvará de administração da capela instituída por Vasco Arnaldo em Évora (16 de Outubro de 1709),

alvará de quatro moios de trigo (28 de Novembro de 1709), e carta de administração de uma capela instituída por Vasco Arnaldo em Évora (30 de Janeiro de 1710).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do lugar de Sabadelhe no termo de Trancoso e Comarca de Pinhel (LB). O avó e pai foram para Lisboa há muitos anos, havendo o rumor de que o último aí casou. Pela existência em Sabadelhe de um tio paterno, chamado Fernão de Soveral, fica a saber-se que os ascendentes do nosso Bacharel eram lavradores que viviam abastadamente das suas fazendas. O próprio Fernão de Soveral ocupou os ofícios nobres de Sabadelhe, e foi Ouvidor na vila de Guilherbe, através da nomeação feita pelo comendador da Ordem de Malta da mesma vila. O sobredito tio tem dois filhos, um chamado António Rodrigues, que acabou por possuir uma fazenda em Sabadelhe vendida pelo seu tio Luís de Soveral, e outro, provavelmente chamado Bartolomeu de Sobral, que foi clérigo e sacerdote em Lisboa. O pai teve ainda dois irmãos, um chamado Filipe Sobral, e o outro André de Sobral Barbuda. Entre os parentes da família encontra-se o abade António de Sobral, que o foi de Guimarães. A mãe e avó materna são nascidas em Lisboa, na freguesia de S. Paulo, e o avó materno é de Hamburgo. Os avós maternos foram mercadores de trato grosso sem loja aberta, e moradores em Lisboa. Os avós paternos viviam das suas fazendas e moravam em Carnide, onde também residia o Bacharel junto dos seus pais. O pai foi familiar do Santo Ofício e Escrivão do julgado de Carnide. O Bacharel é bom estudante e é, à data de Setembro de 1678, solteiro (LB). Muito bom estudante. Leu a 28 de Fevereiro de 1679. Casou no Faial com D. Maria de Montojo, viúva de Jerónimo de Brum, seu parente e filho de Manuel Brum da Silveira e Fóios. D. Maria de Montojo era filha do capitão-mor do Faial, Jorge Gularte Pimentel, que também era fidalgo e cavaleiro da Ordem de Cristo, e de D. Maria de Montojo (MM).

João de Sousa (Bacharel), natural de Lisboa, filho de João de Sousa e de Maria da Costa, neto paterno de Gaspar de Sousa e Ana Duarte, e neto materno de Luís da Costa e Antónia Pedrosa.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (posse a 6 de Maio de 1690), carta; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 26 de Janeiro de 1696); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 11 de Março de 1703); **Chanceler da Relação da Baía** (6 de Dezembro de 1703); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará de um lugar no Conselho Ultramarino de 16 de Março de 1703), carta de Conselheiro do Conselho Ultramarino (15 de Outubro de 1712), alvará de 300\$000 réis de ordenado de Conselheiro do Conselho Ultramarino (1 de Dezembro de 1712). Recebeu padrão de 8\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, apostila de 78\$132 réis de juro na alfândega de Lisboa, apostila de 122\$082 réis de juro na alfândega de Lisboa, alvará de dois meses

de licença, alvará de ordenado, alvará de renúncia de ofícios, alvará para tomar posse por procurador, padrão de 60\$000 réis de tença, carta de privilégio de Estalajadeiro, alvará de lembrança de ofício, alvará da fundação do Hospital do Paraíso e S. João de Deus em Pernambuco, alvará para casar na Baía, carta de Capitão de infantaria na Baía, alvará de licença para vir ao Reino, alvará para os estudantes trazerem vestidos compridos, alvará de vestimenta, verba de 12\$000 réis de tença, alvará de ajuda de custo, carta de assentamento de Conde de Prado, carta de Marquês das Minas, provisão de 600 cruzados para ajuda de custo pagos na Baía (5 de Março de 1703), alvará de fidalgo cavaleiro com pensão em dinheiro e cevada (30 de Março de 1713), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (24 de Março de 1721), carta de Escrivão da Câmara da Cachoeira (22 de Março de 1722), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (12 de Junho de 1737), carta de padrão de tença de 12\$000 réis por renúncia de Francisco de Brito (27 de Julho de 1753), e alvará de dois alqueires de trigo por mês para cada uma das três filhas (12 de Abril de 1760).

Observações: Foi casado com Feliciano Maria. Foi sobrinho de Manuel da Conceição Nobre. Os pais moravam em Lisboa na freguesia da Conceição. Os avós paternos moravam em Lisboa na freguesia da Madalena. Os avós maternos moravam em Lisboa na freguesia da Sé. O defunto pai teve loja de latoeiro em que trabalhavam oficiais, e cuja obra era mandada para fora do Reino. O pai começou a mandar para fora do Reino outras muitas encomendas de que lhe veio grosso cabedal. O avô materno foi irmão da Misericórdia de Lisboa. O habilitante tem um tio paterno, chamado Francisco de Sousa Loureiro, que é familiar do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Novembro de 1679, solteiro e mora à data de Fevereiro seguinte em Lisboa na freguesia da Sé. O habilitante é bom estudante (LB). Tomou posse de Desembargador da Relação da Baía em 1690, e de Chanceler da mesma Relação em 1703, de cujo cargo foi suspenso pelo Desembargador Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, que foi por sindicante e entrou a servir de Chanceler a 22 de Setembro de 1708. Depois tornou a servir João de Sousa (MM).

* **João Sousa Cardenas** (Bacharel; Licenciado), também *João de Sousa de Cordonez*, natural de Évora, filho de Pedro de Cardenas Soutomaior e de Helena de Carvalho, neto paterno de Diogo de Cardenas Soutomaior, e neto materno de Jerónimo Luís de Azevedo e Margarida de Carvalho.

Foi **Desembargador do Brasil** (carta de 20 de Abril de 1621); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Abril de 1632); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Maio de 1635); **Desembargador Agravista da**

Casa da Suplicação (carta de 7 de Março de 1641); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta).

Observações: O pai é Doutor e Desembargador da Casa da Suplicação. O pai e os ascendentes paternos devem ser oriundos de Tavira, ou pelo menos aí moradores, pois que o oficial encarregado da informação sobre o Bacharel se refere ao hábito de Cristo do bisavô, Pedro de Cardenas Soutomaior, esculpido no claustro do mosteiro de S. Francisco da mesma cidade. Os pais e avós paternos viveram sempre à lei da nobreza, com negros, e negras, e cavalo. A mãe e os avós maternos provêm talvez de Évora, desempenhando o avô nesta cidade o cargo de Tabelião do Judicial, e sendo pessoas honradas. O pai tinha casa em Évora, onde o Bacharel foi visto, e a mãe residiu no Algarve. O Bacharel não é tido por rico, nem se sabe que tenha em Évora mais fazenda que uma quinta. Uma testemunha tem o Bacharel como solteiro, à data de Fevereiro de 1619. É dito que o Bacharel não nasceu nem residiu no Algarve. O Bacharel, para além dos oito anos, cursou mais dois conforme o estilo (LB).

João de Sousa Caria (Bacharel), filho de João de Sousa.

Foi **Juiz de Fora de Santiago do Cacém e Sines** por três anos (carta de 2 de Março de 1714); **Corregedor da Comarca de Évora** por três anos (carta de 7 de Setembro de 1737); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Junho de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Janeiro de 1749); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 20 de Abril de 1753). Recebeu alvará de Escrivão da Câmara da Cachoeira (29 de Novembro de 1747), alvará de Escrivão da Câmara e Almotacaria da vila de Cachoeira na Baía (14 de Agosto de 1750), carta de Escrivão da Câmara da Cachoeira (4 de Setembro de 1750), e carta de propriedade do dito ofício (4 de Setembro de 1750).

João Tavares de Abreu (Bacharel), filho de Luís de Abreu Prego e de D. Francisca Bernarda Tavares, e neto materno de João Rodrigues Tavares.

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (carta de 31 de Maio de 1742), alvará de ordenado (2 de Maio de 1743); **Juiz de Fora do Porto** (carta de 22 de Agosto de 1748), provisão de licença para se ausentar do lugar (27 de Agosto de 1750); **Ouvidor da Comarca do Sabará** (carta de 24 de Março de 1752); **Provedor dos defuntos e ausentes da Comarca do Sabará** (alvará de 29 de Março de 1752); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro; Intendente-Geral do Rio de Janeiro; Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Outubro de 1768), decreto (17 de Dezembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Março de 1771), passou

para a Casa da Suplicação (26 de Março de 1771), carta (17 de Maio de 1771); **Meirinho da Relação da Baía** (carta de 24 de Março de 1773); **Corregedor do Cível da Corte** (decreto de 27 de Fevereiro de 1774), carta (14 de Abril de 1774). Recebeu carta de 12\$000 réis de tença no hábito de Cristo (9 de Janeiro de 1721), carta de propriedade de ofício (10 de Julho de 1744), provisão para nomear serventuário ao ofício de Meirinho da Relação da Baía (21 de Novembro de 1744), provisão de licença para casar no dito lugar (15 de Fevereiro de 1755), provisão da mesma licença por segunda via (16 de Junho de 1756), carta de confirmação de terras nas Minas (5 de Setembro de 1757), carta de confirmação de sesmaria na Carreira Comprida na Comarca do Rio das Velhas (5 de Setembro de 1757), verba de 64\$000 réis de juro na Casa da Moeda (23 de Fevereiro de 1768), e apostila da dita quantia (22 de Maio de 1769).

Observações: O pai era capitão-de-mar-e-guerra, havendo por alcunha o *Perna de Pau*. O avô materno era natural de Tânger, e além de cavaleiro fidalgo e de cavaleiro na Ordem de Cristo, era proprietário de três ofícios na alfândega de Lisboa, que lhe foram dados pelos seus serviços em 1699. Foi Intendente-Geral do Rio de Janeiro e Desembargador durante treze anos nessa Relação, donde voltou para o Reino, chegando a Lisboa em Fevereiro de 1767 (MM).

João Teixeira Loureiro (Doutor), natural de Lisboa, filho de Luís Borges Loureiro.

Foi **Juiz de Fora do Algozo**; **Juiz dos órfãos do Porto**; **Provedor de Torres Vedras**; **Provedor de Viana** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Dezembro de 1707); **Desembargador Agravista** e de **Juiz da Coroa da Relação do Porto** (carta de 21 de Outubro de 1708), carta de Desembargador Agravista da Relação do Porto (30 de Agosto de 1715), aposentado na Casa da Suplicação com ordenado e propinas que tinha nos seus lugares (7 de Novembro de 1725), provisão para se aposentar no lugar de Desembargador da Relação do Porto com ordenado e propinas (12 de Janeiro de 1726). Recebeu carta de 38\$000 réis de tença para sua filha Antónia de Almeida (7 de Setembro de 1718).

Observações: Foi bom estudante. Leu a 17 de Março de 1678 (MM).

João Telo da Fonseca (Bacharel; Licenciado por exame privado), natural de Proença-a-Nova, filho de António Freire da Fonseca e de D. Maria Soeira, neto paterno de António Freire da Fonseca e Maria de Meireles Freire, e neto materno de Manuel Soeiro da Madureira e Guiomar Monteiro.

Foi **Conservador da Universidade de Coimbra**; **Corregedor de Tavira** de que deu boa residência; **Desembargador da Relação do Porto** (carta). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia e um alqueire de cevada (28 de Setembro de 1689), e alvará para vestir beca.

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Proença-a-Nova e, juntamente com a mãe e o Bacharel, aí residem. A mãe e avós maternos são naturais de Mogadouro, sendo os últimos aí moradores. O pai é Desembargador da Relação do Porto e cavaleiro da Ordem de Cristo. O pai é primo de Manuel Manço da Fonseca que, além de ser Desembargador da Casa da Suplicação, é cavaleiro da Ordem de Cristo e Juiz do fisco da Inquisição de Lisboa e seu distrito. Os avós paternos são dos principais da governança de Proença. A mãe tem um irmão chamado Luís Telo, que é abade de Vale Benfeito do bispado de Bragança, e um primo co-irmão, de nome Francisco Vaz Monteiro, que é familiar do Santo Ofício dos Nobres de Mogadouro. O Bacharel teve outros tios abades, para além de ser aparentado com doutores em cânones e leis. A avó materna tem um irmão inteiro, chamado Diogo Monteiro de Novais da vila de Azinhoso, que é familiar do Santo Ofício. O Bacharel é, à data de Novembro de 1666, solteiro. O Bacharel é de bom talento e procedimento. Os avós maternos eram dos principais da Província, e tratavam-se à lei da nobreza (LB). O pai era Desembargador e fidalgo cavaleiro. Foi bom estudante e bem procedido. Leu a 27 de Novembro de 1670. Casou com D. Teresa Maria Colaço, sendo esta filha de Manuel Nunes Colaço, que foi Almojarife da Sertã, e de Catarina Aires de Figueiredo. Daquele matrimónio o nosso Desembargador teve João Telo da Fonseca, que foi fidalgo cavaleiro. Parece que este foi pai de João António Xavier Telo da Fonseca, o qual casou com D. Francisca Maria Palhares Rebelo, filha de António Rebelo que foi Escrivão da Câmara de Lisboa, e de D. Maria Antónia Palhares (MM).

João Teodoro Saraiva Fragoso de Vasconcelos (Bacharel), também **João Teodoro Saraiva Fragoso**, também **João Teodoro dos Pais Saraiva**, também **João Teodoro Fragoso de Vasconcelos**. Foi **Juiz de Fora da Sertã**; **Juiz de Fora de Tomar** (decreto de 12 de Novembro de 1789), posse (4 de Fevereiro de 1790), provisão de licença de dois meses (18 de Abril de 1792), provisão de licença de dois meses (20 de Fevereiro de 1793); **Provedor de Coimbra** (27 de Junho de 1794), carta (19 de Novembro de 1794); **Provedor da Comarca da Guarda** (provisão de licença de um mês de 19 de Julho de 1797); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800), carta de um lugar (15 de Maio de 1800); **Tesoureiro da Relação do Porto** (carta de 15 de Maio de 1800). Recebeu provisão de extinção de várias capelas de que era Administrador (5 de Novembro de 1777).

Observações: Foi capitão-mor de Manteigas (MM).

João Torres da Silva (Bacharel), nascido em 1675 ou 1676, filho de Francisco Cordeiro da Silva (Doutor) e de D. Luísa Maria da Silva, neto paterno de Valentim de Torres e Isabel Cordeira da Silva, e neto materno de Luís Francês da Silva e Maria Machado da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais e albergarias** por tempo de três anos (alvará de 18 de Outubro de 1708); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta de 20 de Agosto de 1714); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Maio de 1718), provisão de dois meses de licença vencendo ordenado (22 de Maio de 1720); **Desembargador da Casa da Suplicação** (7 de Novembro de 1725), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (26 de Novembro de 1725); **Vereador da Câmara de Lisboa** (alvará de 19 de Junho de 1733). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis (12 de Março de 1716).

Observações: O Bacharel vive da sua fazenda. Os ascendentes aqui apresentados são naturais e moradores de Torres Vedras. Os avós paternos são, à data da inquirição, já defuntos, bem como a avó materna. O avô materno é licenciado. O pai é, à data das habilitações do Bacharel, Corregedor da Comarca de Setúbal. O Bacharel é, à data de 1 de Março de 1698, solteiro. O Bacharel é nobre pelos seus pais e avós, e é de boa vida e costumes (LB).

João Valente Mendes (Bacharel em cânones), natural de Serpa, filho de André Rodrigues Valente e de Catarina Rodrigues, neto paterno de Manuel Rodrigues Mendes e Maria Rodrigues, e neto materno de João Fernandes Lopes e Luísa Martins.

Foi **Juiz de Fora de Beja** (depois de 1686); **Juiz de Fora de Tavira** (depois de 1690); **Ouvidor de Vila Viçosa** (depois de 1695); **Provedor de Tomar** (depois de 1705); **Provedor de Elvas** por três anos (alvará de 15 de Junho de 1708); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos de Évora** por três anos (alvará de 20 de Janeiro de 1713); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 30 de Setembro de 1717), provisão para estar ausente do emprego por dois meses (29 de Março de 1718), provisão de aposentado como Desembargador da Relação do Porto com o mesmo ordenado (25 de Janeiro de 1725); **Promotor da Justiça da Relação do Porto** (carta de 24 de Setembro de 1718). Recebeu alvará de licença para estar fora do seu cargo, carta de padrão de 28\$000 réis (24 de Outubro de 1719), e carta de 12\$000 réis de tença e hábito da Ordem de Cristo (9 de Novembro de 1719).

Observações: Os ascendentes nomeados são todos naturais de Serpa e seu termo. O Bacharel mora em Serpa, tendo aí assistido nas audiências por mais de um ano. O Bacharel é, à data de Novembro de 1685, solteiro. Os pais e avós serviram na governança da vila, e viveram das suas fazendas e lavouras. O Bacharel é bom estudante e bem procedido (LB).

João Vanvessem (Bacharel em cânones), nascido em 1618 ou 1619, natural de Lisboa à Boavista, filho de Miguel Vanvassem e de Catarina Zagarus, neto paterno de Miguel Vanvessem e Bárbara António, e neto materno de Pedro Zagarus, e Isabel Romans.

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (carta); **Desembargador Agravista da Relação da Baía** (carta do cargo de 9 de Novembro de 1658), posse (11 de Abril de 1659); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Novembro de 1671); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 3 de Julho de 1675); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Juiz das Justificações do Conselho da Fazenda** (carta de 23 de Agosto de 1697); **Procurador da Fazenda Real** (carta); **Conselheiro** (carta). Recebeu provisão de mercê para lhe pagar na Baía os seus ordenados (28 de Março de 1668), alvará para pagamento de ordenados, e provisão a Baltasar Pelles Signel de Cordes para aforar a Domingos Francisco um pedaço de terra em Barcarena pertencentes ao morgado instituído pelo sobredito Desembargador (24 de Fevereiro de 1744).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da cidade flamenga de Bolduque, tendo os últimos aí morado e falecido. Ao ano de 1645, o pai tem domicílio e é casado em Lisboa há cerca de trinta anos e, desde então, sempre viveu na capital sem se ausentar. O avô materno é natural da cidade flamenga de Fragus. A avó materna e a mãe são naturais de Lisboa. Os avós maternos moraram e faleceram em Lisboa. O pai e os avós são mercadores de fazendas grossas, sem ter tenda ou loja. A avó materna tem um irmão inteiro, chamado Luís Romão, que é mercador flamengo e familiar do Santo Ofício. O Bacharel é, à data de Setembro de 1645, solteiro e é à data de fins de Agosto do mesmo ano morador em Lisboa à Boavista. Pela informação da Universidade foi estudante suficiente. O Bacharel fez os seus autos com muita suficiência, e ter-se-á formado em 1643 (LB).

João Velasques Sarmento (D.) (Doutorado em leis em Julho de 1760), também **João Velasques Sarmento de Vasconcelos**, também **D. João Velasques Sarmento**, natural de Espinhal no termo de Penela, filho de D. Manuel Caetano Sarmento de Vasconcelos (ou D. Manuel Caetano Velasques Sarmento) e de D. Inácia Margarida Arnaut Salazar, e neto materno de João Neto Arnaut.

Foi **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 16 de Novembro de 1772), decreto (17 de Dezembro de 1772); **Desembargador Agravista da Relação do Rio de Janeiro** (posse na Relação entrando logo nos Agravos a 6 de Novembro de 1773); **Desembargador da Relação do Porto** (lugar de 20 de Dezembro de 1780); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (Agravista na sexta Casa e Juiz da Portagem); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1794); **Corregedor do cível da Corte** (1795); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 4 de Novembro de 1799), carta (9 de Dezembro de 1799), carta de um lugar (14 de Dezembro de 1799); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de um lugar de 27 de Agosto de 1801), apostila para ter exercício com o seu vencimento no lugar (10 de Dezembro de 1801), verba de apostila por ter logo exercício de Deputado da Junta do tabaco (17 de Dezembro de 1801); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 29 de Maio de 1802), alvará de assentamento de ordenado (13 de Julho de 1802), alvará de ordenado (25 de Agosto de 1802), alvará de assentamento (25 de Agosto de 1802); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 2 de Dezembro de 1804), carta de Conselheiro da Real Fazenda (24 de Dezembro de 1804); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 7 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (17 de Abril de 1777), e carta de padrão de tença de 8\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (24 de Abril de 1777).

Observações: Recebeu certidão negativa a 28 de Junho de 1828. O pai era fidalgo da Casa Real, e Cavaleiro da Ordem de Cristo. O avô materno foi Corregedor de [...]. Fez viagem para o Brasil a 15 de Agosto de 1773. Partindo para o Reino, chegou a Lisboa a 12 de Agosto de 1780 (MM).

João Velho de Azevedo (Bacharel), natural de Lisboa, filho de André Velho de Azevedo. Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (depois de 1644); **Desembargador da Relação da Baía** (1662). Recebeu alvará para venda de bens de capela.

* **João Velho Barreto** (Licenciado; Doutor e colegial do Colégio de S. Paulo), natural de Pernambuco, filho de Paio Velho de Araújo (ou Luís do Rego Barros) e de Inês de Góis, neto paterno de Afonso de Barros Rego e Maria Nunes Velha, e neto materno de Arnão de Holanda e Brites Mendes de Vasconcelos.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Agosto de 1635); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 14

de Março de 1642); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Janeiro de 1643); **Juiz da Coroa e Feitos da Coroa** de ordenado de 40\$000 réis em dinheiro e quatro moios de trigo (alvará de 20 de Novembro de 1650); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 18 de Julho de 1651); **Conselheiro** (carta de Conselho de 30 de Outubro de 1651); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta do cargo de 12 de Fevereiro de 1657); **Chanceler-mor do Reino** (carta de 4 de Março de 1666). Recebeu promessa de 20\$000 réis de pensão (1 de Junho de 1647), carta de padrão de 20\$000 réis com o hábito de Cristo (28 de Agosto de 1651), carta de padrão de 30\$000 réis nos rendimentos dos bens do padre Estêvão Miranda para os ter com o hábito de Cristo (31 de Agosto de 1651), alvará de 40\$000 réis e quatro moios de trigo (20 de Novembro de 1651), carta para que nem o Corregedor do crime nem outra qualquer autoridade da Relação se intrometa nas profissões e semelhantes lugares dependentes da cortesia dos vereadores (7 de Janeiro de 1654), carta de Escrivão da correição e Chanceler e Promotor da Justiça de Viana e Foz de Cima por renúncia de seu pai Paio Velho de Araújo como se vê no alvará junto (27 de Novembro de 1657), alvará de Tabelião do Judicial e Notas em Alcácer do Sal vago por morte de Nicolau Freire para seu criado João Rodrigues Ferreira (5 de Fevereiro de 1660), alvará de promessa de um ofício de Justiça ou Fazenda para uma pessoa de sua obrigação (8 de Março de 1660), alvará para poder nomear a comenda de S. Martinho de Aloutas a António de Albuquerque (26 de Abril de 1660), alvará de licença para nomear a comenda de Martinho do Monte em seu sobrinho António de Albuquerque (6 de Maio de 1660), carta para poder renunciar os 20\$000 réis em seu sobrinho Gaspar Aranha de Barros (13 de Fevereiro de 1663), alvará do ofício de Tabelião do Judicial e Notas para sua criada Maria Ferreira (5 de Julho de 1664), provisão sobre certa devassa, carta de padrão de pensão de 20\$000 réis com o hábito de Cristo (20 de Março de 1667), alvará para renunciar em seu sobrinho os 40\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (16 de Agosto de 1667), hábito de noviço (18 de Agosto de 1676), tença de 40\$000 réis com o hábito de Cristo (24 de Dezembro de 1676), padrão de 80\$000 réis de tença, e provisão de extinção de capela por ele instituída em Lisboa a João Correia de Sá (11 de Dezembro de 1773).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Viana do Castelo, morando os últimos aí. A mãe é natural de Pernambuco. A avó materna é natural do Crato. O avô materno é natural de Lovaina na Província de Brabant, e sobrinho direito do papa Adriano VII. Os pais casaram-se em Pernambuco, tal como os avós maternos. A avó materna tinha um irmão inteiro, chamado Rui Mendes

de Vasconcelos, que era Escrivão da Câmara do Crato e proprietário do dito ofício, e do qual foi herdeira já no Brasil. Rui Mendes Vasconcelos, casado com Ana de Moraes, tratava-se com cavalos, escravos, e criados, e foi sepultado na Igreja do Espírito Santo, do Crato, onde se lhe pôs uma campa de pedra mármore vinda de Estremoz. Diz uma testemunha que esteve em Pernambuco nos inícios do século XVII e que, permanecendo aí dez anos, conheceu uma filha da avó materna chamada Ana de Holanda e seus filhos, tratando-se a família à lei da nobreza com ginetes, e saindo com os fidalgos da terra. A avó materna é filha de Bartolomeu Rodrigues Falião, que foi Almojarife do infante D. Luís no Crato, e de Joana Góis, nascida na referida vila. O avô paterno foi da governança de Viana do Castelo, e teve dois sobrinhos, um chamado Francisco Pereira, que foi colegial do Colégio de S. Paulo e Desembargador da Casa da Suplicação, e o outro era Pêro Vaz Pereira, que foi cavaleiro da Ordem de S. João de Malta. O avô paterno também teve um primo, de nome Jerónimo de Gouveia, nascido em Barcelos, que foi colegial do Colégio de S. Paulo e lente de véspera de leis. Finalmente, a família do pai é aparentada com cavaleiros do hábito de Cristo e outros fidalgos, como é o caso de Gaspar Caminha Rego. Viu uma testemunha provisões dos reis de Portugal escritas a Bernardo de Barros, avô do avô paterno, em que o nomeavam Fronteiro-mor de Entre Douro-e-Minho nas guerras sobre a pretensão do Reino de Castela de D. Joana. João Velho Barreto é, à data de Junho de 1635, solteiro. João Velho Barreto é dado como Desembargador novamente provido, e tem um irmão religioso de Santo António que foi de Caminha (LB). Casou em Viana com D. Antónia de Brito sem geração, e depois se fez clérigo no ano de 1676 (MM).

João Veloso de Brito (Bacharel), natural e baptizado em Alcobaça, filho de Álvaro Gonçalves e de Maria Velosa de Brito, neto paterno de João Gonçalves Malhó e Ana Dias, e neto materno de Mateus de Brito e Catarina Vicente.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Fevereiro de 1679); **Desembargador da Relação da Baía** (posse a 7 de Dezembro de 1699).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Maiorga. A mãe e avó materna são naturais de Alcobaça. O avô materno é natural do lugar do Casal no termo da Batalha. Os pais e os avós maternos casaram em Alcobaça. Os avós paternos foram da governança de Maiorga, desempenhando o avô paterno os cargos de Provedor da Santa Casa da Misericórdia e Juiz ordinário dos órfãos da mesma vila. O pai do avô paterno, Afonso Malhó, era chamado de fidalgo por se tratar à lei da nobreza, com escravos e cavalos. O pai e o avô materno foram da governança de Alcobaça, e o último talvez da Batalha. O avô materno saiu ainda pequeno do lugar do Casal, para ir provavelmente para Alcobaça, onde faleceu. Os avós eram lavradores abastados. Os pais encontram-se, à data de Dezembro de 1659, já falecidos. O Bacharel viveu da sua fazenda quando estudante em Coimbra, e mais tarde do lucro das suas letras quando advogou por muitos anos em Alcobaça, atendendo as causas de todos, e graciosamente dos pobres. Em 1660

é advogado da Casa da Suplicação e mora em Lisboa. O Bacharel é viúvo da filha do licenciado Manuel Henriques, médico do partido da Universidade de Coimbra, que foi no Real Convento de S. Bernardo de Alcobaça. O pai tem um primo co-irmão chamado Manuel Malhó, natural de Maiorga e talvez falecido em Vila Franca de Xira, que foi familiar do Santo Ofício de Lisboa. O avô materno tinha quatro irmãos chamados Francisco, Mateus, Miguel, João, Margarida Rodrigues, e Isabel Mateus, e um meio-irmão de nome Domingos João, todos eles naturais do lugar do Casal no termo da Batalha e já falecidos (LB). Deixou uma missa na Misericórdia de Alcobaça (MM).

João Veríssimo da Silva e Torres Cordeiro (Licenciado por exame privado em leis), também *João Veríssimo da Silva*, nascido em 1692 ou 1693, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santa Catarina da mesma cidade, filho de Nicolau de Torres Cordeiro e de D. Maria Joana Francisca Lobo, neto paterno de Valentim de Torres e Isabel Cordeira da Silva, e neto materno de Gaspar João e Catarina Rodrigues Lobo.

Foi **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de mercê do cargo de 13 de Abril de 1717), carta de Corregedor por três anos (13 de Abril de 1717); **Desembargador da Relação da Baía** por três anos (carta de mercê de um lugar de 6 de Novembro de 1722), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Relação da Baía (19 de Dezembro de 1722); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de 19 de Dezembro de 1722), carta de privilégio de Desembargador (23 de Dezembro de 1722). Recebeu carta de padrão de 80\$000 réis (25 de Abril de 1704), e carta de padrão de 120\$000 réis com o hábito de Cristo (15 de Maio de 1704).

Observações: Foi Desembargador da Relação da Baía. O pai do agraciado é Desembargador. Foi Corregedor da Comarca de Portalegre (RGM). O pai e avós paternos são naturais de Torres Vedras. Os avós maternos são naturais de Moura, e aí moraram. O pai, para lá de Desembargador, era familiar do Santo Ofício e cavaleiro professo do hábito de Cristo, havendo falecido no cargo de Deputado do Tribunal da Junta do Comércio Geral. Os avós paternos eram da governança de Torres Vedras e dos principais dessa vila. O avô materno foi familiar do Santo Ofício, e foi visto algumas vezes com o hábito a levar presos para a Inquisição. Os avós maternos viveram sempre das suas fazendas, e eram pessoas caritativas. O habilitante é, à data de Novembro de 1715, solteiro e morador em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

João Vidal da Costa e Sousa (Bacharel em leis), também *João Vidal da Costa*, nascido em 1733 ou 1734, natural de Setúbal, filho de Manuel da Costa da Fonseca e de Maria Agostinha Úrsula,

neto paterno de Feliciano da Fonseca e Teresa Maria de Jesus, e neto materno de Agostinho Fernandes e Maria Inácia da Conceição.

Foi **Juiz de Fora da Golegã** (despachado a 23 de Fevereiro de 1771), carta (4 de Março de 1771); **Juiz de Fora de Aveiro** (Março de 1775); **Juiz do Tombo do Casal de S. Marcos e Reguengo de Barcarena** então do Marquês de Pombal; **Corregedor de Portalegre** (decreto de 10 de Setembro de 1781), carta do lugar (24 de Setembro de 1781), posse (1 de Dezembro de 1781); **Superintendente dos Tabacos do Algarve** (11 de Janeiro de 1786), carta (23 de Janeiro de 1786); **Juiz da alfândega de Faro** (alvará para servir de 24 de Janeiro de 1786); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de Desembargador da Relação do Porto de 20 de Fevereiro de 1794), provisão para por seu procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador da Relação do Porto (10 de Março de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta do lugar ordinário de Desembargador da Casa da Suplicação de 6 de Fevereiro de 1802); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 7 de Janeiro de 1805). Recebeu padrão de 28\$000 réis de tença, provisão de licença para tomar estado de casado com D. Isabel Vitória da Gama Ataíde e Figueiredo como residente na dita Comarca enquanto Corregedor da Comarca de Portalegre (21 de Setembro de 1783) (1790/09/02), carta de padrão de 28\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino (2 de Setembro de 1790), carta de hábito (11 de Junho de 1791), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (20 de Julho de 1791), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título de hábito da Ordem de Santiago (1 de Setembro de 1791), carta de doação das terras da Ataboeira próximas do lugar da Fuzeta no termo de Tavira (24 de Novembro de 1794), carta de terras da Ataboeira no sítio da Fuzeta para o beneficiário e reduzir a cultura para si e para seus sucessores (23 de Janeiro de 1795), provisão para conhecimento de causa (21 de Fevereiro de 1795), provisão de comissão (24 de Janeiro de 1804), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (6 de Maio de 1806).

Observações: Os pais e a avó paterna são naturais e baptizados em Setúbal, na freguesia de Santa Maria da Graça. O avó paterno é natural de Palmela, da freguesia de Santa Maria. Os avós maternos são naturais e baptizados em Setúbal, na freguesia de S. Sebastião, tendo aí morado e falecido. Os avós paternos casaram em Setúbal, e moraram na freguesia de Santa Maria da Graça. O pai é Escrivão proprietário do Juízo da Ordem de Santiago da Comarca de Setúbal, o qual cargo serviu muitos anos. O Bacharel tem dois tios paternos, sacerdotes do hábito de S. Pedro e cônegos da Igreja de Santa Maria da Graça de Setúbal, e

um outrossi Capitão. O Bacharel é, à data de Novembro de 1769, solteiro e morador em Setúbal (LB). O pai é natural de Setúbal, e foi Escrivão. O seu pai foi Juiz do Tombo de Oeiras. Foi correspondente da Academia Real das Ciências. Casou com D. Isabel [...] (MM).

João Vieira de Macedo (Licenciado por exame privado em cânones), nascido entre Julho e Outubro de 1660, natural do Porto, filho de António Vieira de Macedo (ou António Vieira) e de Domingas Gomes, neto paterno de Manuel Francisco e Maria Dinis, e neto materno de Miguel Ribeiro e Maria Francisca.

Foi **Juiz de Fora da Golegã**; **Ouidor da Baía** (carta do lugar de 22 de Novembro de 1698); **Provedor dos resíduos** (carta de 15 de Janeiro de 1699); **Provedor dos defuntos e ausentes da Baía** (alvará); **Juiz Conservador da Junta do Comércio da Baía** (alvará); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 12 de Maio de 1708), carta (9 de Junho de 1708), alvará de Desembargador da Baía por três anos (27 de Setembro de 1709), posse (13 de Fevereiro de 1710), carta (24 de Novembro de 1716); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 18 de Julho de 1708). Recebeu alvará de licença para recolher a este Reino para tratar de sua saúde (7 de Dezembro de 1712).

Observações: Os pais são moradores e naturais do Porto. Os avós paternos são moradores e naturais da freguesia de S. João de Alpendorada, do concelho de Benviver e Comarca do Porto. Os avós maternos são moradores e naturais de Vila Nova de Gaia. Os avós paternos viviam das suas fazendas, à lei da nobreza. O Bacharel, para além de ter irmãos religiosos e três tios familiares do Santo Ofício, é aparentado com um bispo. O Bacharel é, à data de Setembro de 1690, solteiro e é, à data de Janeiro de 1691, morador no Porto (LB). Leu no Desembargo do Paço a 28 de Setembro de 1691 (MM).

João Xavier Teles de Sousa (Bacharel em cânones), nascido em 1728 ou 1729 (ou 1732), natural da freguesia de S. Sebastião, em Lagos, filho de António de Sousa e de Maria de Sousa, neto paterno de Francisco de Sousa e Domingas Gonçalves, e neto materno de Amaro de Sousa e Brites dos Santos.

Foi **Juiz de Fora de Tavira** (carta de 5 de Novembro de 1759); **Ajudante do Intendente-Geral da Polícia** (carta de 1 de Agosto de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (17 de Outubro de 1768), carta (22 de Outubro de 1768), posse (15 de Dezembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de nomeação de 6 de Outubro de 1777); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Junho de 1778), carta (27 de Agosto de

1782); **Juiz Conservador da Nação Britânica** (alvará de 22 de Março de 1779); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de nomeação de 27 de Agosto de 1782), carta de nomeação (18 de Agosto de 1783); **Deputado da Junta de Administração do tabaco** (alvará de 23 de Junho de 1784); **Conselheiro** (carta do título de Conselho de 19 de Setembro de 1786); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de um lugar ordinário de 19 de Setembro de 1786), provisão para jurar por procurador na Chancelaria ao passar a sua carta de Desembargador do Desembargo do Paço (27 de Setembro de 1786), carta de privilégio de Desembargador (4 de Julho de 1798); **Juiz Executor e Superintendente das Lezírias; Deputado da Real Casa e Estado das Rainhas de Portugal**. Recebeu carta de padrão de tença (19 de Abril de 1760), padrão de 88\$000 réis de tença (19 de Abril de 1760), carta de Escrivão dos órfãos de Ourique (2 de Dezembro de 1765), alvará de fidalgo cavaleiro (5 de Novembro de 1783), apostila de 20\$000 réis de juro (13 de Abril de 1786), alvarás da comenda de Santo Apolinário da Vila Verde (17 e 26 de Julho de 1791), carta da comenda da Ordem de Cristo do bispado de Miranda em lugar do Barreiro da Ordem de Santiago da Espada (6 de Agosto de 1791), alvará de sobrevivência de 100\$000 réis de tença para sua mulher D. Maria Teresa Rita de Proença Ferreira Souto (23 de Julho de 1792), apostila de 320\$000 réis de juro que lhe vendeu Gonçalo Lourenço Botelho de Lemos Abreu do Rego e Castro (30 de Maio de 1795), apostila de 150\$841 réis de juro que lhe vendeu Gonçalo Lourenço Botelho de Lemos Abreu do Rego e Castro (15 de Setembro de 1795), apostila de 24\$794 réis de juro na Intendência das Dívidas dos Armazéns (9 de Abril de 1796), apostila de 80\$000 réis de juro na Intendência das Dívidas dos Armazéns (9 de Abril de 1796), verba que declara pertencer-lhe 20\$000 réis de tença por uma nova apostila que pertenciam a Eufrazia Maria Rosa enquanto Desembargador do Desembargo do Paço (11 de Maio de 1796), padrão de 344\$880 réis de juro (26 de Outubro de 1797), provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Lagos (4 de Setembro de 1798), provisão aos marqueses de Nisa para sub-rogarem o Casal do Penedo por uma apólice do dito (23 de Junho de 1800), e carta da comenda de Castro Marim (17 de Março de 1803).

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Portimão. Quanto ao avó paterno, não se sabe se é natural de Albufeira ou de Castro Marim. A mãe e avós maternos são naturais de Lagos, e aí moradores. Os avós paternos moraram em Portimão e o pai, depois de aqui estar, foi viver para Lagos junto da mãe do Bacharel. A avó paterna é filha bastarda de Diogo Gonçalves Henriques e de uma criada sua, tendo sido aquele o fundador do Colégio de Vila

Nova de Portimão, e cavaleiro fidalgo de Sua Majestade. Relativamente ao avó paterno, há quem diga ter sido inicialmente sapateiro ou assistente em casa de um sapateiro, passando mais tarde a viver das suas fazendas, e há quem avance que vivia das suas fazendas. Quanto ao avó materno, supostamente de cor baça, se diz que no princípio foi tanoeiro, e também se afirma que sempre foi visto viver das suas fazendas. O pai foi Capitão de Granadeiros do Regimento de Lagos, e sargento-mor do Regimento de infantaria da guarnição de Faro. O pai tinha dois primos clérigos em Portimão, chamados Manuel da Costa Sousa, e José da Costa, e a mãe tinha outros tantos clérigos parentes em Lagos, de nome José Rodrigues Botelho e José Ferreira. O Bacharel tem um irmão germano religioso, chamado António José Curvo, natural e morador em Lagos. O Bacharel mora, à data de Maio de 1758, em Lisboa à Cruz de Pau e é à data de Janeiro de 1758 solteiro. O Bacharel é muito bom estudante (LB). Fez lugar de Primeiro Banco em Ajudante de Polícia por criar este lugar. Foi Desembargador da Relação do Porto em 1768. Passou para a Casa da Suplicação e, sendo mandado à Ilha da Madeira tirar uma devassa de João António de Sá, este Governador que tinha sido da mesma ilha, foi despachado Desembargador Agravista e o seu Escrivão, o Bacharel Bento António de Sampaio, foi despachado Desembargador da Relação do Porto (MM).

João Zuzarte da Fonseca (Bacharel; Licenciado), também *João Duarte da Fonseca*.

Foi **Provedor das obras órfãos capelas hospitais confrarias albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca do Porto** por três anos (alvará de 23 de Junho de 1646), alvará de Provedor da Comarca do Porto (23 de Junho de 1646); **Corregedor da Comarca do Porto** por três anos (carta de 23 de Junho de 1646); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Dezembro de 1651). Recebeu alvará de prémio e salário (23 de Junho de 1646), alvará para que apesar de estar aposentado com os seus vencimentos se lhe pague pela suspensão (23 de Junho de 1646), alvará para tomar contas, alvará de emolumento dos selos, alvará sobre suspeições, alvará para que ele possa julgar e determinar o que lhe aprouver, alvará concedendo a sua mulher 30\$000 réis de renda efectiva (21 de Junho de 1658), alvará de 20\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo para quem casar com sua filha (24 de Julho de 1658), carta de padrão consignando a sua mulher D. Mariana 30\$000 réis de tença no Almojarifado da Casa das Frutas (1 de Maio de 1661), alvará de 20\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo para quem casar com sua filha (23 de Março de 1664), alvará de 4\$000 réis anuais de propina (17 de Janeiro de 1667), alvará de propina, e alvará de 30\$000 réis de tença.

Joaquim Alberto Jorge (bacharel em cânones), nascido em 1757 ou 1758, natural de Lisboa, filho de Paulo Jorge e de D. Catarina Maria Caetana, neto paterno de João Jorge e Catarina Hiberti, e neto materno de Francisco Bis e Maria Teresa.

Foi **Juiz do crime do Bairro da Ribeira** (decreto de 1 de Julho de 1784 e posse a 22 de Outubro de 1784); **Auditor-Geral da Marinha Real** (lugar criado de novo com predicamento de primeiro banco e beca vencendo por ano 4\$000 réis com inibição de levar emolumentos ou assinaturas a 31 de Dezembro de 1789 e posse a 2 de Janeiro de 1790), carta de Auditor da Marinha com predicamento de primeiro banco e beca (21 de Janeiro de 1790); **Desembargador Fiscal** e Auditor da Marinha (decreto de 26 de Outubro de 1796); **Desembargador da Casa da Suplicação** continuando em Auditor da Marinha (carta de 16 de Agosto de 1800); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 10 de Maio de 1803); **Vereador do Senado da Câmara** de Lisboa (alvará para servir de 10 de Maio de 1803); **Deputado da Real Junta da Fazenda da Marinha**.

Observações: A avó paterna e pais são naturais de Lisboa, morando aqui os últimos. O avô paterno é natural de Milão. O avô materno é natural de Barcelona, no condado da Catalunha, e a avó materna é natural de Cascais. O pai e avós são homens de negócio de grosso trato. O pai é familiar do Santo Ofício. Tem um irmão conterrâneo chamado António Benevenuto Jorge, que é já habilitado, ocupando à data de 1783 o lugar de Corregedor do bairro de Alfama. O habilitando mora à data de Junho de 1783 na Junqueira (LB). É irmão do Doutor António Benevenuto Jorge (MM).

Joaquim Álvares Moniz (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Francisco Álvares Moniz e de Josefa Maria de Jesus.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (depois de 1735); **Ouvidor de Azeitão** (depois de 1739); **Provedor das fazendas dos Defuntos e ausentes das Alagoas em Pernambuco** (alvará de mercê da serventia do ofício de 21 de Janeiro de 1744); **Ouvidor-Geral das Alagoas da Capitania de Pernambuco** (carta de 25 de Janeiro de 1744); **Corregedor da Comarca das Ilhas dos Açores** (carta de 22 de Fevereiro de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Abril de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (2 de Dezembro de 1764), carta (10 de Janeiro de 1765); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 31 de Março de 1767).

Joaquim Amorim Castro (Bacharel em leis), também *Joaquim de Amorim de Castro*, também *Joaquim de Amorim e Castro*, nascido em 1753

ou 1754, natural da Baía, filho de Henrique de Amorim e Castro e de D. Maria Eufrázia Raimunda Coelho, neto paterno de António de Amorim e Castro e D. Rosa da Cunha, e neto materno de António Ribeiro Pinheiro e D. Jacinta Rosa. Foi **Juiz de Fora da Cachoeira** (carta de 7 de Setembro de 1786), Juiz de Fora da Cachoeira na capitania da Baía com predicamento de cabeça de Comarca por decreto (6 de Agosto de 1786) e posse (12 de Abril de 1787); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes na Cachoeira** (alvará de 15 de Setembro de 1786); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 10 de Fevereiro de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de um lugar de 10 de Fevereiro de 1801). Recebeu provisão de licença para tomar o estado de casado na capitania do Rio de Janeiro (10 de Dezembro de 1802), provisão de licença para casar enquanto Desembargador da Relação do Rio de Janeiro (28 de Julho de 1803), e carta de profissão de hábito (29 de Outubro de 1803).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Dezembro de 1817, com 55 anos de idade. Os pais e avós são naturais da Baía. O pai era comerciante de grosso trato, e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O avô materno foi sargento de um regimento da Baía. Os pais e avós viviam à lei da nobreza das suas fazendas. O habilitante é, à data de Abril de 1784, solteiro e mora, sensivelmente à mesma data, em Lisboa na Ribeira Velha. O habilitante é bom estudante (LB). Foi correspondente do Número da Real Academia das Ciências (MM).

Joaquim António de Araújo (Bacharel em leis), nascido em 1753 ou 1754, natural de Lisboa, filho de Francisco da Costa Araújo e de Ana Filipa, neto paterno de Manuel de Araújo e Lourença de Barros, e neto materno de Estêvão Figueira e Domingas da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** (decreto de 10 de Setembro de 1781), carta de Juiz de Fora de Montemor-o-Velho (22 de Julho de 1782), provisão de licença de certo tempo (19 de Junho de 1784), provisão para se lhe pagar 20\$000 réis em cada um dos três anos que serviu de Juiz de Fora de Montemor-o-Velho pelo serviço de que faz menção (11 de Fevereiro de 1791); **Juiz de Fora de Leiria** (carta do lugar de 4 de Setembro de 1786), Juiz de Fora de Leiria (29 de Outubro de 1786), provisão de licença de dois meses (23 de Janeiro de 1789); **Corregedor de Santarém** (decreto e carta do lugar de 12 de Novembro de 1789), posse (13 de Janeiro de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Abril de 1798); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Maio de 1803); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de mercê de um

lugar de 22 de Dezembro de 1809); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar ordinário de 27 de Setembro de 1813); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 30 de Outubro de 1823); **Desembargador honorário do Desembargo do Paço** continuando nos Agravos da Casa da Suplicação (carta de 4 de Novembro de 1823); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de um lugar ordinário de 24 de Março de 1825). Recebeu apostila de administração da capela instituída por Isabel Lobo de Matos em Olivença (5 de Setembro de 1791), provisão que o escusa da comissão sobre o inventário da herança de Pedro António Virgolino (4 de Abril de 1815), provisão para ser escuso de uma administração (21 de Maio de 1816), provisão para ser Administrador da casa do Conde de Almada (28 de Junho de 1815), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (9 de Dezembro de 1823). **Observações:** Recebeu certidão negativa a 28 de Janeiro de 1817, com 62 anos de idade. O pai e avó paterna são naturais de Alverca. O avó paterno é natural de Montalegre. A mãe e avó materno são nascidos em Lisboa, e a avó materna é oriunda de S. Bartolomeu da Charneca. O avó materno, já falecido à data de Maio de 1777, foi Escrivão da Mesa dos Vinhos nas Sete Casas e Contratador da Cortiça, mantendo além disso os seus negócios. O pai é professor de cirurgia e seu praticante em Lisboa. O avó paterno, já falecido em Maio de 1777, vivia dos rendimentos das suas fazendas em Alverca e do negócio de compra e venda de trigo. Os pais e avós maternos viveram muito provavelmente na freguesia do Socorro. Os avós paternos moravam em Alverca, indo falecer o avó paterno a casa do seu filho e pai do Bacharel. O Bacharel vive, à data de Outubro de 1776, no estado de solteiro e na companhia do seu pai (LB).

Joaquim António Calça de Pina (Bacharel em leis), também *Joaquim António Calça de Pina Barreiros*, nascido em 1744 ou 1745, natural de Sousel na Comarca de Vila Viçosa, filho de João de Pina Ravasco e de D. Teresa Antónia Barreiros, neto paterno de Manuel Botelho de Albuquerque e Catarina Soares Xara, e neto materno de Manuel da Serra de Carvalho e Maria Barreiros Godinha.

Foi **Juiz de Fora de Arronches** (carta de 25 de Abril de 1775); **Juiz do crime de Coimbra** (carta de 2 de Maio de 1771), reconduzido com predicamento de correição ordinária (decreto de 10 de Setembro de 1781); **Juiz do crime e cível de Barcelos** (posse a 2 de Novembro de 1785); **Juiz de Fora de Barcelos** com predicamento imediato no que tem reconduzido (decreto de 13 de Abril de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 22 de Setembro de 1802), carta de privilégios de Desembargador (20 de Maio de 1812); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de

mercê de um lugar ordinário de 8 de Novembro de 1819), provisão para tomar posse de Desembargador da Casa da Suplicação (13 de Novembro de 1819). Recebeu provisão que escusa um recurso ficando em pé uma sentença sobre um atravessadouro (13 de Julho de 1812).

Joaquim António de Carvalho Santa Marta (Bacharel), também *Joaquim António de Carvalho Santa Marta Soares*.

Foi **Ouvidor de Ourém** (carta de **Conservador da Universidade de Coimbra** de 6 de Abril de 1765), carta para usar de beca com o dito lugar (10 de Maio de 1765), provisão para estar ausente do dito lugar (12 de Outubro de 1770); **Desembargador da Relação do Porto** (29 de Outubro de 1771 com posse a 7 de Janeiro de 1772), provisão para estar ausente do dito lugar por mais dois meses (9 de Outubro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 29 de Outubro de 1778), carta de um lugar (27 de Novembro de 1778); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 8 de Agosto de 1783. Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (23 de Setembro de 1747), provisão para conhecimento de causa (30 de Setembro de 1763), carta de confirmação de emprazamentos denominados da Boaventura sitos na Ribeira de Pernes (16 de Fevereiro de 1775), carta de confirmação de emprazamento de moinhos denominados da Feira e lagar de azeite na Ribeira de Pernes (17 de Fevereiro de 1775), e provisão para o rendeiro da herdade chamada dos Almojarifes no termo de Beja fazer novo arrendamento debaixo das cláusulas de que trata (17 de Maio de 1783).

Observações: Faleceu em 1784 e jaz em S. Bento. É seu filho o Bacharel José Germano de Santa Marta. Do primeiro matrimónio, a mãe do nosso Desembargador teve Pedro de Carvalho, congregado que foi no Espírito Santo, frei José de Carvalho que foi dominico, Manuel de Carvalho que foi cônego na Sé, e D. Maria e D. Francisca, ambas solteiras. A mãe do nosso Desembargador casou segunda vez com o Doutor Guerra, de quem teve o Doutor Francisco Xavier de Moura, clérigo elente que foi de Direito Pátrio, e o Doutor António Velho igualmente clérigo. O nosso Desembargador casou com D. Luísa filha de Fl... de Mesquita, este senhor de um morgado em Sesimbra. Desse matrimónio tiveram o Bacharel José Germano Santa Marta Miguel de Almada, D. Rita de Mesquita, e D. Maria Marcelina, ambas solteiras (MM).

Joaquim de Barros de Almeida (Bacharel em cânones), também *Joaquim de Barros de Almada*, também *Joaquim de Barros*, nascido em 1746 ou 1747, natural de Leiria, filho de João de Barros Pereira e de D. Antónia Marcela

Soares de Almeida, neto paterno de Pedro de Barros e Sebastiana Pereira, e neto materno de João de Almeida e Marcela Soares de Almeida. Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (carta de **Provedor do Hospital Real da vila das Caldas** de 28 de Maio de 1775), reconduzido no lugar de Provedor do Hospital das Caldas (4 de Agosto de 1779), carta de recondução de Provedor do Hospital Real da vila das Caldas (14 de Agosto de 1779), alvará dispensando-o da residência como Juiz de Fora de Óbidos (3 de Setembro de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador ficando reconduzido no lugar de Provedor do Hospital das Caldas (9 de Outubro de 1782), alvará para prestar juramento na Chancelaria por procurador e se encartar em Desembargador da Relação do Porto (25 de Outubro de 1782); **Desembargador da Casa da Suplicação** (17 de Dezembro de 1793), carta (25 de Janeiro de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria de um lugar ordinário de 18 de Dezembro de 1799); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (aposentado na Mesa da Consciência e Ordens por decreto de 4 de Novembro de 1799). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito da Ordem de Cristo assentados num dos Almoarifados do Reino (18 de Dezembro de 1782).

Observações: Os pais e avós são naturais de Leiria e aí moraram. O pai é Bacharel formado na Universidade de Coimbra, e ocupou em Leiria os cargos de Almotacé, de Ouvidor da Sereníssima Casa do Infantado, de Provedor das Valas do campo, e de Juiz dos Direitos Reais. O avô paterno vivia das suas fazendas e do seu negócio, que consistia em dar dinheiro a risco e a juro e mandar linhas e panos de linho para o Brasil por intermédio de um compadre. O avô materno era Bacharel formado na Universidade de Coimbra e advogava nos auditórios de Leiria. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1767, solteiro e morador em Leiria. O habilitante é bom estudante (LB).

Joaquim Casimiro da Costa (Bacharel em leis e cânones), nascido em 1735 ou 1736, natural de Lisboa, filho de José Gomes da Costa e de Margarida Maria, neto paterno de Manuel Gomes e Maria Antunes, e neto materno de Domingos João e Antónia Simões.

Foi **Juiz de Fora de Coruche** (despachado a 2 de Dezembro de 1764), carta de Juiz de Fora de Coruche (18 de Dezembro de 1764); **Ouvidor da Comarca do Serro Frio** (decreto de 17 de Setembro de 1772), carta (21 de Outubro de 1772), provisão de 200\$000 réis de ajuda de custo com o dito cargo (27 de Outubro de 1772); **Desembargador da Relação da Baía** com assento na Relação do Porto (carta de 17 de Março de 1783). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (13

de Novembro de 1772), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (13 de Novembro de 1772), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis (12 de Novembro de 1773).

Observações: Os pais e avós paternos são naturais de Lisboa. Os avós maternos são naturais do lugar de D. Maria do termo de Lisboa. O pai era homem de negócio de grosso trato, que negociava em fazendas atacadas e familiar do Santo Ofício. O avô paterno era homem de negócio de grosso trato que, à semelhança do pai, mandava as suas comissões para o Brasil. Os avós maternos viviam das suas fazendas com opulência. O habilitante é, à data de Dezembro de 1762, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Santa Isabel. O habilitante é bom estudante (LB).

Joaquim Clemente da Silva Pombo (Bacharel), nascido em 1767, natural de Lisboa, filho de Gregório da Silva Pombo e de Maria Joaquina Pombo.

Foi **Juiz de Fora do Pará** (carta de 4 de Abril de 1797); **Provedor do Pará** (carta de 6 de Abril de 1797); **Ouvidor do Pará** com predicamento de correição ordinária (carta de 26 de Maio de 1804); **Provedor do Pará** (carta de 26 de Maio de 1804); **Desembargador da Relação da Baía** ficando no lugar do Pará (carta de 13 de Agosto de 1804). Recebeu provisão para vencer o ordenado desde o dia em que embarcar (4 de Maio de 1797), provisão de dispensa para casar com Maria do Carmo (15 de Outubro de 1800), provisão para ter a terça parte da aposentadoria do que tem o Ouvidor do Pará (4 de Maio de 1797), carta de doação *causa dotis* que o Coronel Ambrósio Henriques e sua mulher D. Antónia Joaquina Oliveira e Silva lhe fizeram para casar com D. Maria do Carmo Henriques da Silva Oliveira (14 de Dezembro de 1802), provisão de 60\$000 réis de aposentadoria como Ouvidor do Pará (8 de Maio de 1804), provisão para vencer o ordenado desde o dia em que embarcar (21 de Maio de 1804), e provisão de vencimento de ordenado como Ouvidor do Pará (28 de Maio de 1804).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 8 de Janeiro de 1803 (HOC).

Joaquim Estanislau Rodrigues Ganhado (Bacharel em cânones em 1799), também *Joaquim Estanislau Rodrigues Ganhado da Fonseca Coutinho*, também *Joaquim Estanislau Rodrigues da Fonseca Coutinho Ganhado*, nascido em 1775 ou 1776, natural de Coimbra (ou Lisboa), filho de Vicente Rodrigues Ganhado e de D. Joana José da Fonseca Coutinho, neto paterno de Domingos Rodrigues e Josefa da Encarnação,

e neto materno de António José da Fonseca Coutinho e D. Paula Teresa Joaquina.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Junho de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Novembro de 1821); **Promotor das Justiças** (carta de 4 de Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador ordinário dos Agravos de 20 de Fevereiro de 1824); **Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 24 de Março de 1825), alvará do lugar de Juiz da Chancelaria (11 de Maio de 1825); **Conselheiro** (carta de título de 6 de Dezembro de 1827); **Vereador da Câmara do Senado de Lisboa** (alvará de 10 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de padrão de tença (30 de Janeiro de 1793), padrão de 12\$000 réis de tença (30 de Janeiro de 1793), (com sua mulher, D. Maria Amália da Conceição de Moraes Vasques) carta de doação de umas casas que lhe fez D. Antónia Maria Caetana (7 de Outubro de 1800), alvará de moço fidalgo (6 de Outubro de 1802), carta de profissão de hábito (1 de Junho de 1804), provisão de extinção da capela de que era administrador que instituíra António Duarte (9 de Janeiro de 1805), (por cabeça de sua mulher) carta de confirmação de 15 mil cruzados na metade de certa propriedade que lhe fizera seu pai e sogro José Ferreira de Moraes e sua mulher (20 de Janeiro de 1807), alvará de uma pensão no cofre das comendas vagas (3 de Julho de 1816), provisão que o escusa da comissão de Juiz Administrador da casa de João Paulino Leite Pacheco Malheiros (15 de Março de 1819), e alvará de mantimento de 230\$000 réis (11 de Maio de 1825). **Observações:** O pai do agraciado é Desembargador do Desembargo do Paço (RGM). Recebeu certidão negativa com 46 anos de idade. O pai é Desembargador do Desembargo do Paço, e Juiz dos Feitos da Real Coroa e Fazenda. O habilitante é, à data de Maio de 1801, casado (LB).

Joaquim Gerardo Teixeira (Doutor), filho de Manuel Duarte Teixeira (Doutor).

Foi **Corregedor do Bairro do Rossio** (carta de 9 de Junho de 1747); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1760), provisão para tomar posse do dito lugar por seu procurador (15 de Janeiro de 1760); **Desembargador da Casa da Suplicação** (2 de Dezembro de 1764), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (18 de Dezembro de 1764); **Desembargador do Senado**. Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (14 de Setembro de 1731), alvará de cavaleiro fidalgo com 750\$000 réis e um alqueire de cevada (20 de Outubro de 1739), provisão para ser administrador da casa de D. Francisca Maria Forjaz de Gusmão e Meneses (23 de Janeiro de 1765), (com seu

irmão) carta de confirmação da doação que fizeram a Domingos Álvares Pereira da herança que lhes pertencia de Domingos da Conceição (24 de Maio de 1771), e provisão a D. Maria Antónia de S. Boaventura Meneses Monteiro Paim para lhe vender um pardieiro pertença da Quinta das Laranjeiras (23 de Julho de 1773).

Observações: Sobrinho de Francisco Maria Quintela (RGM). Falecido em Lisboa, foi sepultado na Igreja de Santo António dos Capuchos do Campo de Santana a 30 de Junho de 1782. É irmão do Desembargador António José da Cunha (MM).

Joaquim Gomes da Silva Belfort (Bacharel em leis), nascido em 1776 ou 1777, natural de S. Luís do Maranhão, filho de Filipe Rodrigues da Silva (ou Filipe Marques da Silva) e de D. Inácia Maria Freire Belfort, neto paterno de António Gomes de Sousa e D. Mariana das Neves, e neto materno de Joaquim da Serra Freire e D. Maria Madalena Belfort.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Dezembro de 1816), provisão para prestar juramento e tomar posse de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (7 de Janeiro de 1817); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 17 de Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 10 de Junho de 1829), apostila de um lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação e exonerado do exercício de **Ajudante do Intendente-Geral da Polícia** (12 de Novembro de 1829); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 6 de Julho de 1831); **Intendente-Geral da Polícia da Corte e Reino** (carta de 18 de Agosto de 1831); **Desembargador ordinário da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 24 de Novembro de 1831). Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo (20 de Outubro de 1801), alvará de foro de fidalgo (31 de Julho de 1829), e carta de Comendador supranumerário da Ordem da Conceição (4 de Outubro de 1831).

Observações: Os pais e avós viveram das suas fazendas, havendo sido o avô paterno sargento-mor. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1801, morador em Lisboa na Rua dos Sapateiros e solteiro. O Bacharel foi bom estudante em leis (LB).

Joaquim Gomes Teixeira (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Alexandre Gomes Teixeira. Foi **Juiz de Fora dos Arcos** lugar criado de novo com predicamento de cabeça de Comarca (despachado a 26 de Março de 1771), alvará de 106\$666 réis de ordenado com o dito lugar (18 de Julho de 1771); **Corregedor da Ilha Terceira** (resolução de 30 de Dezembro de 1777 e posse a 23 de Março de 1779);

Juiz de Fora de Arcos de Valdevez (carta de 31 de Janeiro de 1778); **Provedor de Santarém** (decreto de 19 de Agosto de 1786 e posse a 5 de Fevereiro de 1787), carta de Provedor da Comarca de Santarém (18 de Setembro de 1786), provisão de licença de dois meses (1 de Julho de 1793); **Desembargador da Relação do Porto** (27 de Junho de 1794), carta de Desembargador da Relação do Porto (29 de Outubro de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Janeiro de 1802), provisão de dispensa (1 de Fevereiro de 1802), Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Dezembro de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (provisão para tomar posse de um lugar ordinário de 13 de Outubro de 1813); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** da segunda vara (carta de 29 de Dezembro de 1815); **Conselheiro da Fazenda** (carta de aposentado em Conselheiro da Fazenda com metade do ordenado de 3 de Agosto de 1821). Recebeu carta de profissão do hábito de Cristo (13 de Agosto de 1778), tença de 8\$000 réis anual (13 de Setembro de 1778), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino com o hábito de Cristo (13 de Setembro de 1778), carta de padrão de tença de 8\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino (15 de Setembro de 1778), e provisão para ser Juiz da administração da casa que ficou de Francisco Higino Dias Pereira no impedimento de outro (5 de Setembro de 1803).

Observações: Recebeu certidão negativa a 16 de Fevereiro de 1824, com 75 anos de idade.

Joaquim Inácio Ferreira da Rocha (Doutor), filho de Alexandre Ferreira.

Foi **Provedor dos resíduos e cativos** de primeira intrância por tempo de três anos (carta de 14 de Novembro de 1743), carta de recondução por mais três anos no lugar de Provedor dos resíduos (25 de Abril de 1747), alvará para poder gozar de beca com o lugar de Provedor de resíduos (25 de Abril de 1747); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Maio de 1751); **Conservador da Nação Britânica** (alvará de 26 de Abril de 1752); **Conservador da Nação Holandesa** (alvará de 26 de Abril de 1752). Recebeu alvará de moço fidalgo (22 de Novembro de 1743), e alvará de fidalgo escudeiro (13 de Dezembro de 1743).

Joaquim José de Aguiar e Sá (Bacharel em cânones), também *Joaquim José de Aguiar Sá*, nascido em 1742 ou 1743, natural de Lisboa e aí baptizado na freguesia do Sacramento, filho de Domingos de Aguiar e de Ana Silvéria de Sá, neto paterno de Bartolomeu Nunes e Maria de

Aguiar, e neto materno de Manuel de Sequeira de Sá e Hilária Maria.

Foi **Juiz da alfândega de Faro** (alvará de 20 de Março de 1777); **Superintendente do tabaco do Reino do Algarve** (carta e alvará de Juiz da alfândega de Faro como Superintendente do tabaco do Reino do Algarve de 20 de Março de 1777), carta reconduzindo-o no lugar de Superintendente do tabaco no Reino do Algarve (9 de Abril de 1780), alvará para servir de Juiz da alfândega de Faro conjuntamente com o de Superintendente do tabaco de Faro (11 de Abril de 1780), Superintendente dos Tabacos do Algarve fazendo o lugar de primeiro banco (1782); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Provedor dos resíduos fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto de 1 de Março de 1784), dispensado de dar residência (1 de Março de 1784), carta de **Provedor dos resíduos no Porto** (1 de Março de 1784), Provedor dos resíduos com posse a 13 de Março de 1784 fazendo nele o lugar ordinário da Relação do Porto, provisão de licença de dois meses como Provedor dos resíduos (21 de Abril de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1789), decreto de Desembargador da Casa da Suplicação (22 de Agosto de 1789); **Juiz do Tombo do Senado da Câmara; Executor das dívidas reais pretéritas da Casa da Suplicação.**

Observações: O pai e avó paterna são baptizados na freguesia de Bucelas do termo de Lisboa. A mãe e o avó materno são baptizados na freguesia de Nossa Senhora da Madalena. O avó paterno é natural de Vialonga do termo de Lisboa. A avó materna é natural de Lisboa, e aí baptizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição Nova. O pai era ajudante de um forte ou de engenharia militar. O avó paterno era lavrador. O avó materno era corretor do Número, e mandava dinheiros a risco para a Índia e Brasil. O habilitante é, à data de Novembro de 1767, solteiro e vive sensivelmente à mesma data das suas fazendas. O habilitante é bom estudante (LB).

Joaquim José de Andrade (Bacharel), também *Joaquim José de Andrade e Silva*, filho de Agostinho de Andrade (ou José Rodrigues de Andrade).

Foi **Juiz de Fora do crime de Coimbra** (carta de 7 de Dezembro de 1748); **Ouvidor da Capitania da Baía da parte do Sul** (carta de 28 de Fevereiro de 1755); **Ouvidor-Geral da Baía** (alvará de **Provedor** da mesma cidade da parte do Sul (13 de Março de 1755); **Desembargador da Relação da Baía** (posse a 7 de Outubro de 1758), provisões de **Juiz Conservador dos Moedeiros** da mesma cidade (19 de Junho de 1760 e 4 de Maio de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Março de 1769), posse no Porto (27 de Junho de 1769); **Desembar-**

gador Agravista da Relação do Porto (reconduzido num lugar de Agravista no Porto a 29 de Outubro de 1778); **Conservador da Nação Britânica**. Recebeu carta de Escrivão do Judicial na Ilha da Madeira (28 de Maio de 1746), provisão de Escrivão do Público Judicial e Notas de S. Vicente da Ilha da Madeira (28 de Maio de 1746), carta da propriedade do ofício de Escrivão do Público Judicial e Notas de S. Vicente da Ilha da Madeira (10 de Maio de 1747), verba de se lhe ter passado carta de Escrivão do Público Judicial e Notas de S. Vicente da Ilha da Madeira (22 de Abril de 1747), sinal público de que há-de usar com o ofício de Escrivão do Público Judicial e Notas de S. Vicente da Ilha da Madeira (26 de Abril de 1747), provisão para nomear serventuário no ofício de Escrivão do Público Judicial e Notas de S. Vicente da Ilha da Madeira (4 de Agosto de 1749), e alvará de cavaleiro fidalgo (24 de Janeiro de 1783).

Observações: Casou com D. Rosa Januária Barcelei, natural de Lisboa e filha de um catalão, que tinha sido casada no Brasil donde por amores veio seguindo o nosso Desembargador até ao Porto. Morreu no Porto a 19 de Dezembro de 1783 (MM).

Joaquim José de Carvalho (Bacharel), natural de Estremoz, filho de José Rodrigues de Carvalho.

Foi **Provedor de Évora** (decreto de 19 de Outubro de 1798), carta de Provedor da Comarca de Évora (22 de Novembro de 1798), provisão de licença para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Provedor de Évora (12 de Dezembro de 1798), condecorado com beca honorária (decreto de 7 de Outubro de 1799), provisão para beca honorária (29 de Outubro de 1799), provisão de licença (3 de Outubro de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto continuando em Provedor de Évora de 26 de Outubro de 1801), provisão para tomar posse por procurador (29 de Outubro de 1801), provisão de licença por tempo de dois meses para estar ausente daquele lugar (1 de Junho de 1804), provisão de licença para se demorar nesta Corte fora daquele lugar por tempo de um mês (3 de Agosto de 1804), provisão que lhe concede estar ausente do seu lugar de Provedor da Comarca de Évora até se restabelecer (24 de Outubro de 1804); **Comissário da Junta Directória dos Estudos e Escolas Menores da Província do Alentejo e Reino do Algarve**. Recebeu licença para renunciar em seu filho o ofício de Escrivão do Consulado (5 de Junho de 1782), provisão para conhecimento de causa (30 de Abril de 1789), provisão para servir também no lançamento das Sisas da dita Comarca enquanto Escrivão da correição da Comarca de Aveiro (15 de

Dezembro de 1792), carta de profissão de hábito (15 de Dezembro de 1798), carta de hábito com 12\$000 réis de tença (25 de Janeiro de 1799), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (12 de Fevereiro de 1799), provisão de confirmação que lhe fizeram Francisco Gonçalves de Faria e sua mulher D. Maria Joaquina e Sousa (28 de Abril de 1801), provisão para conhecimento de causa (13 de Março de 1803), carta de Escrivão (29 de Fevereiro de 1804), e carta de Capitão de Infantaria de Ordenanças da capitania da Paraíba (16 de Janeiro de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 27 de Novembro de 1824, com 57 anos de idade.

Joaquim José Fidalgo da Silveira (Licenciado), natural de Lisboa, filho de Gregório Pereira Fidalgo da Silveira e de D. Maria Antónia Coutinho de Eça, neto paterno de João Pereira Fidalgo e D. Guiomar Vilhena da Silveira, e neto materno de Cosme Dinis Freire e D. Antónia Coutinho.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Novembro de 1737); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Novembro de 1740); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Junho de 1748); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de Conselheiro ordinário de 9 de Janeiro de 1755); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 14 de Fevereiro de 1755). Recebeu alvará de moço fidalgo com pensão em dinheiro e cevada (22 de Junho de 1718), alvará de fidalgo escudeiro com acrescentamento de moradia (23 de Junho de 1718), carta de padrão de tença de 12\$000 réis cada ano com o hábito de Cristo (28 de Agosto de 1733), e carta de comenda de Santiago de Coelhooso (1 de Maio de 1755).

Observações: Recebeu certidão negativa a 5 de Setembro de 1801, com 89 anos de idade. A mãe e avó materna são naturais do estado da Índia. O avó paterno é natural de Redondo. A avó paterna é natural de Estremoz. O avó materno é natural de Tentúgal. O pai é Desembargador do Desembargo do Paço e do Conselho de Sua Majestade. O avó paterno era graduado na Universidade de Coimbra, e os seus familiares serviram na república da vila de Redondo. Para lá do pai, o avó paterno teve dois filhos, um frei chamado Alexandre, e outro Capitão de cavalos e Governador da Praça de Sines de nome João Pereira Fidalgo. O avó materno foi de pouca idade para a Índia, onde terá ocupado os lugares honrosos. O avó materno é filho de Rodrigo de Bulhões de Sá e Maria Moniz. O avó teve um irmão chamado António Morás Freire, que foi familiar do Santo Ofício na Inquisição de Coimbra. Os referidos bisavós eram pessoas principais de Tentúgal, que aí exercitaram os lugares de Vereadores, Juizes Ouvidores e Contadores-

-mor do duque do Cadaval. Os avós maternos eram das principais famílias do estado da Índia. O habilitante é irmão do Bacharel João Pereira Coutinho. O habilitante é, à data de Agosto de 1734, solteiro (LB).

Joaquim José Freire de Andrade (Bacharel), nascido em 1730, natural de Lisboa, filho de Manuel Rodrigues Freire e de Inácia Maria Escolástica.

Foi **Intendente do Ouro de Goiás** (carta de 5 de Maio de 1769); **Provedor de Goiás** (carta de 23 de Maio de 1769); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 15 de Abril de 1777). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (8 de Julho de 1762), padrão de 8\$000 réis de tença (10 de Julho de 1769), provisão para tomar posse por procurador (15 de Junho de 1777), e provisão para jurar na Chancelaria por procurador (15 de Junho de 1777).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 12 de Julho de 1769 (HOC).

Joaquim José de Jordão (Bacharel), natural de Beja (ou Évora), filho de José Martins Jordão.

Foi **Juiz de Fora de Arronches** (despachado a 23 de Fevereiro de 1771), provisão para estar ausente do dito lugar por dois meses (15 de Julho de 1773), carta de Juiz de Fora de Arronches (13 de Março de 1778); **Corregedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de 22 de Março de 1774); **Corregedor do cível de Lisboa** (Corregedor do cível da cidade a 21 de Janeiro de 1784 vestindo a beca e posse a 2 de Março de 1784), cartas (4 de Fevereiro de 1784 e 1 de Março de 1789), carta de recondução de Corregedor do cível da cidade fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (11 de Março de 1789), decreto de Desembargador da Relação do Porto ficando reconduzido (26 de Março de 1789).

Observações: Recebeu certidão negativa a 18 de Julho de 1825, com 42 anos de idade.

Joaquim José Marques Torres Salgueiro

(Bacharel em 1776), também *Joaquim José Marques Salgueiro*, nascido em 1747 ou 1748, natural de Beja, filho de Manuel Baptista Torres Salgueiro (ou Manuel Baptista) e de Rosa Teresa Joaquina, neto paterno de José Coelho Figueira Salgueiro e Josefa Maria Baptista, e neto materno de Manuel Coelho e Joana dos Prazeres. Foi **Juiz de Fora de Cuba**; **Juiz de Fora de Castanheira** (26 de Janeiro de 1780); **Provedor de Évora** (decreto de 22 de Agosto de 1789 e posse a 13 de Dezembro de 1789), carta do lugar de Provedor da Comarca de Évora (14 de Outubro de 1789), decreto

para a demarcação do Alentejo e beca honorária (8 de Janeiro de 1793); **Corregedor de Coimbra** podendo vestir beca honorária (decreto de 4 de Novembro de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de **Provedor da Comarca de Beja** fazendo o lugar de Desembargador de 22 de Setembro de 1801), carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício de Provedor da Comarca de Beja (5 de Outubro de 1802), carta de Desembargador da Relação do Porto (5 de Outubro de 1802), provisão de dispensa (29 de Novembro de 1802), provisão de licença de dois meses (25 de Agosto de 1803), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de quinze dias (25 de Abril de 1805); **Desembargador da Corte** (carta de 5 de Outubro de 1802). Recebeu provisão para expulsar António Gomes da herdade de Vale de Pauítos no termo da vila de Cuba (6 de Maio de 1791), carta de padrão de hábito e tença (1 de Abril de 1802), e provisão para poder comprar umas herdades (5 de Fevereiro de 1806).

Observações: O pai é natural da vila de Frades ou do Alvito e aqui foi estudante. A mãe e avós maternos são naturais de Évora. O avó paterno é natural do Alvito e aí baptizado na igreja matriz. A avó paterna é natural de Alva e aí baptizada na igreja matriz. Os pais e avós sempre viveram dos rendimentos das suas fazendas, desempenhando o pai em Beja os officios de Alferes das ordenanças e Tesoureiro do celeiro comum. Os avós paternos moraram em Alvito, depois da avó paterna ter assistido em Alva. Os pais casaram em Beja e aí viveram. Os avós maternos casaram e viveram em Évora, indo depois o avó materno para Beja junto da filha e do genro onde faleceu. O Bacharel, tendo vivido em Beja, encontra-se à data de Fevereiro de 1777, em Lisboa na casa do conde de Soure à Penha de França. O Bacharel tinha tias em Alvito (LB). Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

Joaquim José Mendes da Cunha (Bacharel em cânones), natural de Lisboa (ou da freguesia de Santa Bárbara de Souto Maior no termo de Trancoso e Comarca de Pinhel), filho de Manuel da Cunha e de Leonor Maria Bárbara, neto paterno de João da Cunha e Helena Rodrigues, e neto materno de José Mendes e Maria Francisca.

Foi **Juiz de Fora do cível e crime e órfãos da Província de Bardês** (carta de 22 de Abril de 1776), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria servir o lugar de Juiz de Fora da Província de Bardez (22 de Maio de 1776); **Desembargador da Relação de Goa** no Estado da Índia (carta de 8 de Abril de 1778), Desembargador da Relação de Goa (1782); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (7 de Setembro de 1789), carta de privilégio de Desembargador (23 de

Dezembro de 1793); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício no lugar que ocupa (decreto de 4 de Novembro de 1799), carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (11 de Dezembro de 1799); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 1 de Dezembro de 1802), carta do título de Conselheiro (5 de Dezembro de 1802); **Ouvidor do crime na Corte**. Recebeu hábito da Ordem de Cristo (7 de Fevereiro de 1778), carta para armar cavaleiro (7 de Fevereiro de 1778), tença de 12\$000 réis e o hábito de Cristo (20 de Julho de 1778), carta de padrão de mercê de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (20 de Julho de 1778), carta de padrão de mercê de 8\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (28 de Setembro de 1778), carta de padrão de tença de 38\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (15 de Dezembro de 1787), e provisão de confirmação de aforamento do morgado que administrava Sebastião Vieira Matoso instituído por D. Micaela Maurícia de Brito na quinta de D. Durão (31 de Outubro de 1810).

Observações: Recebeu certidão negativa com 74 anos de idade. Os ascendentes são todos naturais e moradores da freguesia de Soutomaior, e eram lavradores honrados que vivam dos rendimentos dos seus bens. O Bacharel é, à data de Outubro de 1771, solteiro e morador em Lisboa ao Bairro Alto (LB).

Joaquim José Soares de Araújo (Bacharel; Doutor em cânones em 1785), também *Joaquim José Soares*, nascido em 1760 ou 1761, natural de Braga, filho de José de Araújo Soares e de Teresa Maria da Conceição, neto paterno de Matias de Araújo e Mariana Tomásia, e neto materno de António Francisco Duarte e Natália Maria Marques.

Foi **Juiz dos órfãos do Porto** (despachado por decreto de 12 de Novembro de 1789 e posse a 25 de Fevereiro de 1790); **Corregedor de Miranda** (24 de Junho de 1796), carta de Corregedor da Comarca de Miranda (12 de Julho de 1796); **Intendente do Ouro do Rio das Mortes** (provisão de vencimento de ordenado de 4 de Fevereiro de 1802), carta do lugar de Intendente do Ouro do Rio das Mortes (27 de Abril de 1802), alvará de Intendente do Ouro do Rio das Mortes com o predicamento de primeiro banco (15 de Fevereiro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de 9 de Junho de 1813). Recebeu provisão que o escusa de Juiz Administrador da casa de José de Melo Pereira Correia (5 de Setembro de 1814).

Observações: Os pais e avós são naturais de Braga. O pai é Doutor e pratica advocacia nos auditórios seculares e eclesiásticos de Braga, com louvor tanto nas suas letras

como na sua conduta. O habilitante é, à data de Agosto de 1788, solteiro e mora à data de Setembro seguinte em Braga, provavelmente na companhia dos seus pais. O habilitante é opositor às cadeiras de cânones e bom estudante (LB). Tomou o capelo em leis em 1784. O pai era Doutor e grande letrado. É irmão do opositor em leis Narciso Joaquim Soares, e do Doutor em leis Joaquim José Soares (MM).

Joaquim de Magalhães e Meneses (Bacharel em leis), natural de Alvelos do concelho de Celorico de Basto, filho de Fernando de Magalhães e Meneses e de D. Ana Joaquina Velosa de Sousa e Mancilha, neto paterno de Teotónio Manuel de Sousa e Meneses e D. Mécia Joana Pereira de Castro e Lira, e neto materno de José António de Sousa e Faria e D. Maria Caetana Veloso e Mancilha.

Foi **Juiz de Fora de Penela** (decreto de 24 de Junho de 1796), carta do lugar de Juiz de Fora de Penela (23 de Janeiro de 1797), provisão de licença para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Juiz de Fora de Penela (16 de Maio de 1797); **Juiz de Fora de Seia** (apostila do lugar de 11 de Agosto de 1797), apostila de declaração para permutar o lugar de Juiz de Fora de Penela para a vila de Seia com o Bacharel José Guedes de Carvalho Coutinho Guerrido (17 de Agosto de 1797); **Juiz do crime do Porto** (carta de 9 de Outubro de 1802); **Juiz de Fora do Porto** (carta de 9 de Dezembro de 1802); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de mercê de um lugar de 5 de Abril de 1807); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Abril de 1807), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (10 de Dezembro de 1823), provisão para jurar por procurador como Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Dezembro de 1823), alvará de restituição de antiguidade como Desembargador da Relação do Porto (2 de Setembro de 1828); **Superintendente do tabaco, Saboarias, e alfândega do Porto** (alvará e carta de 5 de Julho de 1821); **Conservador-Geral da Junta da Administração do tabaco** com ordenado anual de 600\$000 réis (alvará de 20 de Dezembro de 1826); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 9 de Novembro de 1829); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 11 de Março de 1830). Recebeu provisão de faculdade para permutar deste lugar com o Bacharel José Guedes de Carvalho Coutinho Garrido para a vila de Seia enquanto Juiz de Fora de Penela (11 de Agosto de 1797), (e outros) provisão para o Juiz de Fora mais vizinho do concelho de Santa Cruz Comarca de Penafiel lhe tomar conhecimento do seu inventário

(23 de Fevereiro de 1809), e alvará de comendador honorário da ordem de Avis (12 de Maio de 1831).

Observações: O pai é provavelmente natural de Amarante. A mãe é natural de Oliveira, do concelho de Mesão Frio. A avó materna é natural de Mesão Frio. Os pais moraram em Amarante. Os avós paternos moraram em Alvelos. Os avós maternos moraram na sua quinta em Oliveira. Os pais e avós paternos foram pessoas muito distintas. O avó materno era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e serviu no lugar de Juiz de Fora de Vila Real. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1795, solteiro. O habilitante tem informações de bom estudante, havendo lido na Universidade de Coimbra em 1794 (LB).

Joaquim Manuel de Carvalho (Bacharel em leis), nascido em 1732 ou 1733, natural de Óbidos, filho de José Franco de Carvalho e de D. Antónia Maria de Avelar, neto paterno de José Farto (ou Fasto) Franco e D. Maria Rosa de Carvalho, e neto materno de Domingo (ou Diogo) de Arruda e Maria Josefa.

Foi **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 23 de Janeiro de 1760), posse (12 de Maio de 1760); **Juiz dos Direitos Reais e Jugadas da vila de Mafra** (carta de 13 de Janeiro de 1768); **Corregedor do cível da cidade** (7 de Janeiro de 1771), carta de Corregedor do cível da cidade (26 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (29 de Outubro de 1778 com posse a 7 de Janeiro de 1779), carta de Desembargador da Relação do Porto (14 de Novembro de 1778); **Juiz Conservador da Nação Britânica no Porto** (alvará de 19 de Junho de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Agosto de 1789), decreto (22 de Agosto de 1789), carta (19 de Setembro de 1789), carta de privilégio de Desembargador (16 de Março de 1790); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 7 de Março de 1795), lugar de Desembargador Agravista (1 de Maio de 1795). Recebeu provisão de tença de 12\$000 réis (14 de Novembro de 1761), carta de propriedade de ofício (13 de Janeiro de 1768), e carta de confirmação da doação de bens que lhe fez José da Silva Moreira Lima (22 de Maio de 1797).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Óbidos. O avó paterno é natural de Lisboa, e a avó paterna de Peniche. O pai é Doutor, e o avó materno é Capitão. Os avós paternos terão assistido em Lisboa, sendo que mais tarde foram morar para Óbidos. Nesta vila os pais e avós desempenharam os cargos honrosos da república, entre os quais Vereadores e Provedores da Misericórdia, e trataram-se à lei da nobreza. Se o avó paterno é já falecido, restam dúvidas quanto à avó paterna. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1759, solteiro e mora à data de Março do mesmo ano em Óbidos (LB). Leu no Desembargo do Paço em 25 de Setembro de 1759 (MM).

Joaquim Manuel Garcia de Castro Barbosa (Bacharel em leis em 1761), também *Joaquim Manuel Garcia de Castro*, nascido em 1736 ou 1737 (ou 13 de Fevereiro de 1741), natural da freguesia de S. Miguel de Barreiros do concelho da Maia e bispado do Porto, filho de Domingos Garcia Dinis e de Catarina Barbosa, neto paterno de Diogo Garcia Dinis e Serafina Francisca, e neto materno de Manuel João e Margarida Barbosa.

Foi **Juiz de Fora de Albufeira** (despachado a 24 de Agosto de 1764/08/24 e posse no mesmo ano), carta de Juiz de Fora de Albufeira (15 de Outubro de 1764); **Ouvidor-Geral do Reino de Angola** (carta de 24 de Setembro de 1776), alvará do lugar de Ouvidor do Reino de Angola (17 de Outubro de 1776); **Conservador da Companhia Geral de Pernambuco** (carta de 20 de Outubro de 1776); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes do Reino de Angola** (provisão do ofício de 23 de Outubro de 1776); **Corregedor do cível da cidade** (decreto de 22 de Agosto de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1794), carta de um lugar (29 de Outubro de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Janeiro de 1802), Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Dezembro de 1802); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 13 de Julho de 1821); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 7 de Setembro de 1821), portaria de Deputado da Mesa (7 de Setembro de 1821). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título do hábito (9 de Dezembro de 1776).

Observações: Os pais e avós são naturais da freguesia de S. Pedro da Sobreira do concelho de Aguiar de Sousa e bispado do Porto. Os pais e avós são lavradores fartos e limpos, tratando por si e seus criados da sua fazenda. O habilitante tem um tio direito paterno, chamado Manuel Garcia Dinis, que é clérigo e músico na patriarcal de Lisboa. O habilitante tem outro tio direito paterno, chamado Serafim Garcia Dinis, que é padre e secretário do bispo de Viseu. O habilitante é, à data de Maio de 1762, solteiro e mora à data de Julho seguinte em Lisboa a S. Cristóvão. O habilitante é bom estudante (LB). Com informações de bom estudante, leu no Desembargo do Paço a 21 de Outubro de 1762, com os mesmos assentos por todos (MM).

Joaquim Nicolau Mascarenhas Cordovil (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Monchique** (decreto de 9 de Setembro de 1791), carta de Juiz de Fora de Monchique (14 de Outubro de 1791), provisão de licença de dois meses (28 de Setembro de 1792); **Corregedor de Lagos** (12 de Julho de 1801), carta de Corregedor da Comarca de Lagos (9 de Setembro de 1801), provisão de licença de dois meses (6 de Maio de 1803), provi-

são de aumento da aposentadoria como Corregedor de Lagos (11 de Março de 1814); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador continuando em Corregedor da Comarca de Lagos de 12 de Setembro de 1804), provisão para jurar por procurador como Desembargador (22 de Outubro de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Março de 1813), provisão para prestar juramento (29 de Março de 1813), provisão de licença (27 de Setembro de 1813), provisão de licença (25 de Junho de 1819), provisão para estar ausente dois meses do seu lugar (17 de Julho de 1821), alvará de Corregedor de Lagos e Desembargador da Casa da Suplicação (8 de Outubro de 1824). Recebeu carta do hábito de Cristo (16 de Dezembro de 1805), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (18 de Fevereiro de 1806), e provisão para comprar um prédio rústico junto às muralhas de Lagos sem embargo de ser Corregedor da Comarca (8 de Janeiro de 1819).

Joaquim de Oliveira Brandão (Doutor), filho de Manuel Lopes de Oliveira.

Foi **Corregedor do crime da Ribeira** com a mercê de **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para vestir beca no exercício de 5 de Abril de 1751); **Corregedor do crime do Bairro do Limoeiro** (carta de 21 de Agosto de 1751); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Agosto de 1758), provisão para tomar posse deste lugar por procurador (4 de Setembro de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (28 de Agosto de 1764), carta (16 de Dezembro de 1764). Recebeu carta de padrão de tença (29 de Abril de 1760), padrão de 28\$000 réis de tença (29 de Abril de 1760), e carta de padrão de tença e hábito (3 de Setembro de 1760).

Observações: O pai foi Escrivão da Mesa Grande da alfândega de Lisboa. A mãe, cujo nome se desconhece, era irmã do Doutor Nicolau Álvares Brandão, que foi lente de cânones da Universidade de Coimbra. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

Joaquim Pedro Gomes de Oliveira (Bacharel em Matemática, Filosofia e leis), nascido em 1761 ou 1762, natural de Azeitão (ou Vila Fresca de Azeitão, ou Vila Nogueira de Azeitão), filho de João Gomes de Oliveira e de Teresa Micaela Getrudes Barreta, neto paterno de Alberto Gomes de Oliveira e Francisca Xavier, e neto materno de José Barreto e Domingas Maria da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Pinhel** (30 de Junho de 1791 e posse a 12 de Outubro de 1791); **Provedor da Comarca de Setúbal** (carta do lugar de 23 de Março

de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Juiz-Geral do Tombo da Casa e Estado do Infantado** (carta de 6 de Fevereiro de 1802); **Provedor da Comarca de Setúbal** (carta do lugar de cosmógrafo da dita Comarca (4 de Fevereiro de 1803); **Superintendente do Sal de Setúbal** (carta de 7 de Setembro de 1807), carta de recondução no lugar de Superintendente do Sal de Setúbal (19 de Dezembro de 1811); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador com exercício de Superintendente do Sal em Setúbal de 19 de Dezembro de 1810), provisão para jurar por procurador na Chancelaria-mor do Reino (18 de Janeiro de 1811), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (4 de Fevereiro de 1811); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador da Casa da Suplicação com a graduação de Desembargador Agravista da mesma casa de 26 de Agosto de 1818), carta (9 de Julho de 1821); **Conselheiro** (carta do título de Conselho de 11 de Outubro de 1823). Recebeu carta de profissão de hábito (5 de Maio de 1800), provisão de licença para contrair o sacramento do matrimónio enquanto Provedor da Comarca de Setúbal (17 de Janeiro de 1800), carta de mercê de hábito com 12\$000 réis de tença (21 de Julho de 1800), apostila de 20\$000 réis de juro (12 de Dezembro de 1801), apostila de 60\$000 réis (12 de Dezembro de 1801), verba de 60\$000 réis de juro (22 de Dezembro de 1801), carta de cosmógrafo da Comarca de Setúbal (4 de Fevereiro de 1803), provisão de comissão (18 de Junho de 1807), (com seu irmão) provisão de confirmação para que a Marinha sita na Cotovia no termo de Setúbal fique isenta de pagar dízimas e direitos por trinta anos (20 de Dezembro de 1817), provisão dispensando-o da administração da casa de José Caetano Godinho de Sousa Tavares e Horta (26 de Novembro de 1818), (com outro) provisão para serem isentas as marinhas de direitos e dízimos por tempo de trinta anos (17 de Setembro de 1819), e alvará de fidalgo (28 de Fevereiro de 1824).

Observações: Recebeu certidão negativa a 12 de Setembro de 1828, com 67 anos de idade. Os pais, avós paternos, e avó materna são naturais de Azeitão, e o avó materno é natural da Caparica no termo de Almada. Os pais e avós foram moradores em Azeitão, estando os primeiros vivos à data de Outubro de 1789. O pai era sargento-mor das ordenanças de Azeitão, e o avó materno era Capitão de um navio que andava na carreira do Ultramar. O avó paterno faleceu em Azeitão. O Bacharel é, à data de Outubro de 1789, solteiro e morador em Lisboa à Madalena (LB). Foi sócio-correspondente da Real Academia das Ciências. Foi premiado três anos sucessivos pela Universidade de Coimbra. Prendeu o famoso malfeitor João da Fonseca só com um oficial e outro homem (MM).

Joaquim Pereira de Mendonça (Bacharel em leis em 1739), nascido em 1703 ou 1704, natural de Alcobaça, filho de António Pereira Barroso e de Cristina Josefa de Mendonça, neto paterno de António Pereira e Isabel Martins, e neto materno de João de Mendonça e Antónia Pinta. Foi **Juiz de Fora de Freixo de Espada à Cinta** que não aceitou; **Ouvidor de ALENQUER** (carta de **Corregedor de Viseu** de 21 de Março de 1760); **Corregedor de Santarém** (carta de 11 de Março de 1769); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Julho de 1775), posse em cuja Relação é Conservador dos Tabacos Pescado e Sal (22 de Agosto de 1775); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Dezembro de 1783), **Executor do Patriarcado** (passou para a Casa da Suplicação aposentado com todo o ordenado por decreto de 31 de Março de 1787); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado no lugar de 19 de Abril de 1787). Recebeu carta de padrão do hábito de Cristo com 12\$000 réis de tença efectiva para cada ano (12 de Outubro de 1739).

Observações: O pai e avô paterno são naturais do lugar de Pereira, pertencente à freguesia de Santo Maria do Salto do termo de Montalegre. A avó paterna é natural do lugar de Lamalonga do concelho de Ruivães. A mãe e avó materna são naturais do lugar de Freixofera, pertencente à freguesia de Turcifal do termo de Torres Vedras. O avô materno é dito ser natural de Olhalhas do termo de Tomar, não encontrando o Provedor da dita Comarca testemunhas que o confirmassem. O pai, já defunto à data das inquirições, ausentou-se novo de Pereira para Alcobaça, onde casou com a mãe do Bacharel e serviu os lugares honrosos da república como os de Vereador, Juiz ordinário e Juiz dos órfãos. Os pais moraram em Alcobaça, continuando a mãe aí a viver em casa de Silvério da Silva. Os avós paternos moravam em Pereira, e trabalhava o avô na sua fazenda como também ajudava os seus vizinhos na lavoura das suas. Os avós maternos casaram em Freixofera e aí moraram. O avô materno foi feitor de algumas fazendas pertencentes a um fidalgo de Alcobaça chamado Silvério da Silva, pelo que andando a cavalo governava as rendas das ditas fazendas. O avô materno, possuindo fazendas próprias, parece que também foi criado do sogro de Silvério da Silva, chamado António de Sousa Melo. A mãe tinha um irmão inteiro clérigo, chamado João de Mendonça, e cujo ofício de pároco desempenhara nas freguesias de Sobral e de Nossa Senhora da Oliveira de Matacães. Diz uma testemunha que ouviu algum rumor de cristão-novo por parte de avó materna, sem lhe saber contudo origem nem fundamento. Na inquirição de Dezembro de 1733 diz-se que o Bacharel foi há pouco tempo de Freixofera para Alcobaça, onde assiste a maior parte do ano, e sabe-se que em Dezembro de 1734 reside nessa vila. O Bacharel é, à data de Dezembro de 1733, solteiro (LB). Leu no Desembargo do Paço em 1740. Casou a primeira vez com D. Luísa Maria de Seixas, filha de João de Seixas da Silva, natural do Turcifal, e de sua mulher D. Maria de Mendanha e Sousa. Casou pela segunda vez com D. Ana

Joaquina Cavalcante de Albuquerque, natural da Baía, filha do Bacharel Francisco Pereira Botelho, de quem se fez memória, e de sua mulher D. Maria Francisca Cavalcante de Albuquerque, natural da Baía. Casou uma terceira vez com D. Maria Cláudia Madalena Holbeche, natural de Lisboa, filha de José Vitorino Holbeche, fidalgo da Casa Real e Guarda Roupas, e de sua mulher D. Bárbara Xavier. Faleceu a 1 de Abril de 1793 por velho e achado dos olhos (MM).

Joaquim Rafael do Vale (Bacharel), nascido em 1776, natural de Sesimbra em Setúbal, filho de Rafael Mendes do Vale e de Branca Joaquina Henriques de Castro.

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (depois de 1802); **Juiz do crime do Bairro do Andaluz**; **Provedor de Santarém**, reconduzido com graduação de **Desembargador da Relação do Porto**.

Joaquim Rodrigues Botelho (Bacharel), natural de Antas do concelho de Penedono.

Foi **Juiz de Fora de Cascais** (carta de 30 de Abril de 1776), provisão de dois meses de licença (9 de Abril de 1778), provisão de licença para por tempo de dois meses poder estar ausente do lugar de Juiz de Fora de Cascais vencendo o seu ordenado (18 de Maio de 1780); **Juiz de Fora de Viseu** (decreto de 10 de Setembro de 1781), carta do lugar de Juiz de Fora de Viseu (5 de Outubro de 1781), provisão de licença para estar ausente do seu lugar por tempo de dois meses (15 de Julho de 1783); **Juiz de Fora de Lamego** com predicamento de correição ordinária (decreto de 14 de Agosto de 1786), carta do lugar de Juiz de Fora de Lamego (4 de Setembro de 1786), provisão de licença de dois meses (24 de Maio de 1787), provisão de dois meses de ausência (23 de Julho de 1788); **Provedor do Algarve** (decreto de 17 de Outubro de 1799), carta do lugar de Provedor das comarcas do Reino do Algarve (7 de Janeiro de 1800), provisão de licença de três meses (24 de Janeiro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 21 de Junho de 1804). Recebeu carta de profissão de hábito (29 de Março de 1800), carta de Monteiro-mor de Caldecorrolos na Comarca de Viseu (9 de Junho de 1806), e carta de padrão de tença (2 de Outubro de 1820).

Joaquim Rodrigues de Santa Marta Soares (Doutor em leis), também **Joaquim Rodrigues de Santa Marta**, nascido em 1692 ou 1693, natural de Lisboa e baptizado na igreja da Madalena, filho de João Rodrigues e de Teresa Bernarda, neto paterno de João Gonçalves e Maria Fernandes, e neto materno de António Duarte Mafra e Joana Soares.

Foi **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 17 de Dezembro de 1731), carta reconduzindo-o no lugar de Corregedor com beca (21 de Agosto de 1737); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1741); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Maio de 1748). Recebeu alvará de capelas para suas filhas (25 de Setembro de 1750).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Bustelo pertencente ao concelho de Ribeira de Pena da Comarca de Guimarães. A avó paterna é natural de Santa Marta pertencente ao concelho de Vila Pouca de Aguiar da Comarca de Guimarães. A mãe é natural de Lisboa. O avô materno é natural de Mafra e avó materna é-o da Azambuja. Os pais da avó materna chamavam-se André Gomes e Feliciano da Costa, e foram moradores na Azambuja. A avó materna não tinha ofício mecânico sem embargo de ser pobre mas honrada e acabou por ir da Azambuja para Lisboa. O avô materno era conhecido por andar a cavalo, tratando-se à lei da nobreza. O avô paterno pertencia à casa de Bustelo, cujos integrantes serviam os cargos de juizes do concelho de Ribeira de Pena, chegando aquele a servir de Juiz do concelho de Vila Pouca de Aguiar. O pai tinha um irmão chamado António Fernandes, pai de dois familiares do Santo Ofício. O pai era familiar do Santo Ofício e tinha uma loja de confeitaria nas suas casas na Rua da Confeitaria, servida por moços. O pai também negociava em partidas de caixas de açúcar que comprava e vendia, e por cujo trato é homem de grandes cabedais. Os pais são, à data de Janeiro de 1718, vivos e residem com a companhia do Bacharel na Rua da Confeitaria. O Bacharel tem um irmão inteiro religioso de Santo Elói, denominado Manuel Teodósio de Santa Marta, que foi qualificador do Santo Ofício. O Bacharel é, à data de Janeiro de 1718, solteiro e mora à data de Outubro de 1723 ao Arco dos Garretes. O Bacharel foi bom estudante e graduou-se em Junho de 1716 (LB).

Joaquim Teotónio Segurado (Bacharel), nascido em 1771, natural de Moura, filho de José Gomes Segurado e de Ana Maria das Dores. Foi **Juiz de Fora de Melgaço** (depois de 1797); **Ouvidor de Goiás** (por carta de 1 de Junho de 1804), graduado em **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro**; **Provedor de Goiás** (carta de 6 de Junho de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 5 de Outubro de 1824), apostila de declaração de antiguidade no lugar de Desembargador Ordinário da Relação do Porto (17 de Agosto de 1825); **Desembargador ordinário da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Fevereiro de 1826). Recebeu provisão de licença por mais um ano (4 de Fevereiro de 1828).

Joaquim Xavier de Lima (Bacharel em leis), nascido em 1734 ou 1735, natural de Lisboa e aí baptizado na freguesia de S. José, filho de Manuel Ferreira de Lima e de D. Ana Joaquina

de Jesus, neto paterno de António Ferreira de Lima e D. Francisca João da Conceição, e neto materno de Bento Gomes Ribeiro e D. Maria Jesus da Purificação.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 24 de Outubro de 1759), provisão para vestir beca com o lugar (25 de Outubro de 1759); **Juiz Executor da Mesa da Consciência e Ordens** (provisão de 21 de Fevereiro de 1760); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Janeiro de 1765), posse a 23 de Fevereiro de 1765, aposentado na Relação do Porto (decreto de 30 de Dezembro de 1775), alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (28 de Fevereiro de 1776), alvará de ordenado de 200\$000 réis como aposentado (12 de Junho de 1776); **Superintendente da décima da freguesia de Campo Grande** (alvará do lugar de 10 de Janeiro de 1780). Recebeu carta para ser provido do hábito da Ordem de Cristo (19 de Novembro de 1749), carta de padrão de tença a título de hábito (27 de Agosto de 1755), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (13 de Agosto de 1793).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (RGM). O pai é baptizado na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos de Lisboa. A mãe é baptizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa. O avô paterno é baptizado na freguesia de Salvador de Joane do termo de Barcelos. A avó paterna é baptizada na freguesia de S. Julião de Lisboa. O avô materno é baptizado na freguesia de Santa Cristina do concelho de Refóios e bispado do Porto. A avó materna é baptizada na Basílica de Santa Maria de Lisboa. O pai é Desembargador e Deputado da Mesa da Consciência e Ordens. O avô materno foi para Lisboa de menor idade, e era homem de negócio de grosso trato. O habilitante é sobrinho direito paterno do Doutor Francisco Ferreira de Lima, que serviu de Corregedor do crime do bairro do Mocambo. O habilitante é, sensivelmente à data de Agosto de 1758, casado e morador em Lisboa às Janelas Verdes. A mulher do habilitante é natural de Mazagão. O habilitante é cavaleiro professo da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O habilitante tem informações de bom estudante (LB). Casou com D. Rita, filha de Cristóvão Valente do Couto, fidalgo Governador de Mazagão e Superintendente das décimas do Campo Pequeno, Lumiar, Carnide e Odivelas (MM).

Joaquim Xavier Morato Boroa (Bacharel em leis), nascido em 1742 ou 1743, natural de Évora, filho de Francisco Xavier Morato Boroa e de D. Teresa de Jesus, neto paterno de António Gonçalves Boroa e Brites Mendes, e neto materno de Agostinho Nunes e Maria Pereira. Foi **Corregedor de Leiria** (28 de Agosto de 1764), carta (10 de Outubro de 1764), carta (12 de Outubro de 1764), provisão para estar ausente do dito lugar

(28 de Setembro de 1767); **Corregedor do cível da cidade** (decreto de Março de 1775), carta (29 de Março de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** ficando com o lugar de Corregedor do cível da cidade que ocupa (Outubro ou Novembro de 1778 e posse a 4 de Janeiro de 1779), carta de Desembargador da Relação do Porto (11 de Outubro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Março de 1784), carta de privilégio de Desembargador (31 de Março de 1784); **Corregedor do cível da Corte** (decreto de 31 de Março de 1787), carta de Corregedor do cível da Corte (19 de Abril de 1787).

Observações: O pai e avós são naturais de Portalegre. A mãe é natural de Lisboa e baptizada na freguesia da Madalena mas, tal como os restantes familiares nomeados, morou por muitos anos em Portalegre. O pai é familiar do Santo Ofício e Desembargador Agravista da Casa da Suplicação. O avô materno, para além de viver das suas fazendas e ser familiar do Santo Ofício, era cavaleiro do hábito de Cristo e tinha foro de cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade. O avô paterno vivia das suas fazendas. O habilitando assistiu em Portalegre durante algum tempo em casa do seu tio paterno, o cônego Manuel Mendes Boroa, que foi comissário do pai no que refere ao estatuto de familiar do Santo Ofício. O habilitando tem dois tios maternos, que também foram familiares do Santo Ofício. O habilitando é, à data de Dezembro de 1762, solteiro e é dito, à data de Setembro do mesmo ano, que vive em Lisboa na freguesia de Santa Engrácia há mais de doze anos. Diz o Bacharel que tem informações de bom estudante (LB). Leu a 23 de Dezembro de 1761 (MM).

*** Jorge de Araújo Estaço** (Doutor).

Foi **Corregedor de Viana** (até 1625); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (posse em 27 de Março de 1625); **Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação** (posse em 24 de Setembro de 1633); **Juiz dos Feitos da Coroa da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Fevereiro de 1641), alvará para que enquanto estiver a servir o cargo de Juiz dos Feitos tenha quatro moios de trigo (16 de Abril de 1641), alvará de 40\$000 réis cada ano enquanto estiver a servir o dito cargo (1 de Agosto de 1641); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta (20 de Junho de 1643). Recebeu carta de quatro moios de trigo e 45\$000 réis de tença cada ano (6 de Fevereiro de 1644).

Jorge Freire de Andrade (Bacharel; Licenciado), natural de Almeida (ou Arruda), filho de António Freire de Andrade e de D. Isabel de Noronha, neto paterno de Jorge Freire de Andrade e D. Maria de Soutomaior, e neto materno de Afonso de Avelar de Noronha e D. Isabel de Madureira.

Foi **Juiz de Fora de Coimbra** por três anos (carta de 27 de Outubro de 1685); **Provedor dos órfãos, obras, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Messejana** (alvará de 5 de Dezembro de 1689); **Provedor de Elvas** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará), alvará para poder usar da beca de Desembargador com predicamento de primeiro banco (15 de Novembro de 1698); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 7 de Fevereiro de 1708); **Conservador dos Moedeiros da Casa da Moeda** (alvará de 23 de Dezembro de 1712). Recebeu carta com salva de administração do morgado que instituiu Duarte Mendes como administrador de seu filho António da Costa (15 de Janeiro de 1716), carta de administração de morgado para seu filho menor, alvará de venda de bens de capela, e alvará de 12\$000 réis de tença (14 de Abril de 1719).

Observações: Os ascendentes nomeados são naturais da vila de Arruda e, bem como o Bacharel, lá moradores. O pai é licenciado. A família é das primeiras da dita vila e, tratando-se à lei da nobreza, serviu os cargos honrados da república tais como Provedores da Misericórdia, Juizes ordinários, Capitães-mores e Vereadores. O habilitando é, à data de Dezembro de 1679, solteiro (LB). Foi casado com D. Brites de Abreu, filha de Martim de Abreu e de sua terceira mulher D. Catarina, esta filha do Chanceler João Teixeira Lobo. D. Brites de Abreu era viúva de Francisco da Cunha, filho de Pedro Correia, senhor de Farelães. Parece que, do casamento com D. Brites de Abreu, o nosso Desembargador teve D. Joana de Abreu, que foi segunda mulher de Fernão Lopes de Sousa ou de Fradique Lopes de Sousa (MM).

Jorge Luís Pereira (Doutor) nascido em 1719, natural do Rio de Janeiro, filho de Bartolomeu Luís Lanargan e de Maria Ribeira. Foi **Juiz de Fora da Baía** (1750); **Desembargador da Relação de Goa** (1760).

Jorge de Magalhães Pereira (Doutor; Bacharel), também *Jorge de Magalhães*, natural de Coimbra, filho de Rui Lopes de Magalhães e de D. Leonor Rangel, neto paterno de Rui Lopes do Basto e Antónia Pereira, e neto materno de Miguel André e Maria Andreia Pericoa. Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1643); **Corregedor do cível na Relação do Porto** (carta de 14 de Fevereiro de 1645).

Observações: Os avós paternos são naturais de Coimbra. Os avós maternos são naturais de Aveiro. O habilitante, por seus pais e avós paternos, é um dos mais nobres e fidalgos homens de Coimbra. Os avós maternos eram dos principais de Aveiro. O habilitante é, à data de Maio de 1624, casado

com uma filha do Desembargador Francisco Gomes do Loureiro (LB).

Jorge Manuel da Costa (Doutor; graduado em cânones a 6 de Outubro de 1746), nascido em 1724 ou 1725, natural de Lisboa, filho de Domingos da Costa e de Tomásia Maria da Encarnação, neto paterno de João Manuel e Teresa da Costa, e neto materno de Francisco Lopes e Maria da Encarnação.

Foi **Juiz dos órfãos** (carta do lugar de **Provedor dos resíduos** de 27 de Setembro de 1763), provisão para vestir beca com o lugar de Provedor dos resíduos (24 de Fevereiro de 1764), carta de recondução do lugar de Provedor dos resíduos (29 de Outubro de 1768); **Executor dos Contos da Mesa da Consciência e Ordens** (provisão do lugar de 14 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** ficando reconduzido no lugar de Provedor dos resíduos (17 de Outubro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 11 de Janeiro de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Maio de 1772), decreto (4 de Maio de 1779), carta (8 de Maio de 1779); **Corregedor do cível da Corte** (carta do lugar de 23 de Abril de 1776), carta (14 de Maio de 1776); **Deputado da Junta da Casa de Bragança; Procurador da Fazenda**. Recebeu provisão de licença para se opor aos lugares do Senado (18 de Setembro de 1753), carta de tença de 12\$000 réis com hábito (20 de Novembro de 1763), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (21 de Novembro de 1763), alvará de administração de capela em sua vida somente (29 de Outubro de 1777), e carta de administração de uma capela com 80\$000 réis de ordenado (30 de Abril de 1778).

Observações: Os pais, avô materno, e avó paterna são naturais de Lisboa e foram com os restantes ascendentes moradores na mesma cidade. O avô paterno é natural do lugar de Silveira, pertencente à freguesia de S. Mamede da Comarca de Esgueira. A avó materna é natural de Colares, da Comarca de Torres Vedras. O avô paterno, já falecido à data das inquirições, era lavrador dos principais da sua terra natal. O avô materno, recentemente falecido à data das inquirições, para além de desempenhar o ofício de tirador de prata e ouro e de fazer punhos de espada, contando para isso com loja em Lisboa, era familiar do Número. A avó materna tinha parentes clérigos em Colares, como seja o padre da mesma vila, Luís Pereira. De uma forma geral, pais e avós viviam à lei da nobreza dos rendimentos das suas fazendas. O habilitando é familiar do Santo Ofício, e tem um irmão inteiro cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O habilitando é, à data de Fevereiro de 1751, solteiro e morador em Lisboa no Campo do Corral (LB). Faleceu de uma apoplexia a 28 de Novembro de 1788, e foi sepultado no dia seguinte na igreja da Pena, sua paróquia (MM).

Jorge Pacheco de Mendonça (Bacharel), filho de Tomé Pacheco de Mendonça e de D. Ana Pacheco.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Branco** (carta de 2 de Junho de 1622); **Juiz de Fora de Lagos** (carta de 9 de Junho de 1627); **Corregedor de Castelo Branco** (carta de 6 de Agosto de 1633); **Desembargador da Relação do Porto** (1657); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1662). Recebeu alvará de aposentadoria.

Jorge Pimentel Velho (Bacharel), nascido em 1657, natural da Ilha das Flores, filho de Lourenço Pimentel e de Esperança da Mota.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1693). Recebeu alvará para ajuda de custo, verba de 100\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, e alvará para tomar posse de lugar por procurador.

Observações: Tinha reprovado numa primeira leitura de bacharéis, a 15 de Março de 1692, pelo que leu segunda vez no dia 20 de Março de 1693 (MM).

Jorge Pinheiro (Licenciado).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Outubro de 1651). Recebeu carta de jubilação na cadeira de Prima de Escritura da Universidade de Coimbra (7 de Fevereiro de 1647).

Jorge Pinto de Almeida (Licenciado; Bacharel em leis e cânones em 1628), natural de Espinhel do termo de Óis da Ribeira de Águeda do termo de Aveiro, filho de António de Almeida e de Brites Pinto, neto paterno de Miguel de Mancelos e Joana de Almeida, e neto materno de Jorge Pinto e Isabel de Macedo.

Foi **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 3 de Setembro de 1641); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Viseu** (alvará de 30 de Outubro de 1647); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** no lugar do Dr. Cristovão Mouzinho de Castelo Branco (carta de 16 de Janeiro de 1648); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 11 de Setembro de 1654); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 7 de Janeiro de 1659); **Procurador da Coroa** (carta de mercê do ofício de 23 de Dezembro de 1660); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 24 de Outubro de 1662); **Juiz Conservador adjunto do Comércio do Brasil** (alvará do lugar de 2 de Junho de 1666). Recebeu alvará de caminho (3 de Setembro de 1641), alvará de Provedoria boa e do hábito de Cristo com promessa de 20\$000 réis

de pensão (6 de Outubro de 1647), alvará para poder levar prêmio dos selos e Chancelaria das cartas que por ela devem passar (30 de Outubro de 1647), alvará de promessa de um lugar de freira em qualquer mosteiro da apresentação da Coroa a favor de uma sua filha (8 de Novembro de 1647), alvará de 20\$000 réis de pensão nos bens de D. Lopo da Cunha (18 de Junho de 1653), e carta de padrão de 20\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (20 de Setembro de 1653).

Observações: Procurador e Definidor das Cortes da Comarca de Águeda. Os pais, sendo concerteza do actual distrito de Aveiro, parece que nasceram e moraram da sua quinta em Espinhel. O avô paterno parece ser natural de Espinhel e, juntamente com a avó paterna, que parece ser natural de Águeda do termo de Aveiro, era morador na quinta de Espinhel. Os avós maternos parece que são naturais de Águeda do termo de Aveiro e aí moradores. O Bacharel reside na freguesia de Espinhel, provavelmente na dita quinta. O avô materno foi casado duas vezes. O habilitando é, à data de Março de 1628, solteiro. A família é nobre e honrada. O habilitando é bom estudante, e tomou oito anos para cursar em leis e cânones, e cerca de meio ano para o curso de leitura (LB).

Jorge Privado de Faria (Bacharel; Doutor em cânones), natural de Moura, filho de Francisco Privado de Faria e de Marcela de Pinho, neto paterno de João Alveres de Faria e Constança Toscana de Sampaio, e neto materno de António Nunes e Joana de Pinno.

Foi **Provedor dos resíduos de Lisboa** por tempo de três anos (carta de 12 de Agosto de 1645); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Dezembro de 1651); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 5 de Abril de 1653); **Juiz da Coroa no Porto** (1655); **Provedor da Coroa** (carta de 13 de Dezembro de 1660). Recebeu alvará de promessa de 20\$000 réis de pensão numa das comendas da Ordem de Cristo (16 de Agosto de 1646).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores de Moura. O pai, já defunto à data da inquirição, foi cavaleiro fidalgo do hábito de Cristo. Os pais ter-se-ão casado em Moura. Os avós maternos são defuntos à data da inquirição. O Bacharel tinha um bisavô materno, chamado Nuno Vaz, natural de Moura. Os pais e avós são das pessoas principais da dita vila, tendo desempenhado os cargos de Juiz e Vereador. O Bacharel é, à data de Novembro de 1628, solteiro e é sisudo e afazendado (LB).

Jorge Salter de Mendonça (D.) (Bacharel), também *Jorge Saltel de Mendonça*, filho de João António Salter de Mendonça.

Foi **Juiz de Fora de Ourém** (depois de 1728); **Ouvidor da Paraíba** (carta de 20 de Fevereiro de 1733);

Desembargador (carta de 16 de Novembro de 1745), posse de **Desembargador da Relação da Baía** (22 de Novembro de 1747); **Juiz das Causas das Capitanias** (provisão de 13 de Setembro de 1749); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Janeiro de 1756), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (26 de Fevereiro de 1756). Recebeu provisão de dispensa para poder apontar aos lugares de Letras (21 de Agosto de 1729), e provisão de serventia de ofício (21 de Fevereiro de 1733).

Jorge Seco de Macedo (Doutor), filho de Francisco Botelho de Macedo e de D. Maria, neto paterno de Jorge Seco.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Junho de 1641); **Chanceler e Juiz da Chancelaria da Relação do Brasil** (carta de 28 de Maio de 1654), Chanceler da Baía com posse a 25 de Setembro de 1655). Recebeu carta de 200\$000 réis anuais enquanto estiver no Brasil por conta da promessa que tem de pensão nos bispados vagos (25 de Setembro de 1654).

*** Jorge da Silva Mascarenhas (D.)** (Doutor), filho de Diogo Cardoso de Almeida e de D. Isabel (ou Joana) de Sequeira.

Foi **Juiz de Fora de Tavira** (1616); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 31 de Março de 1630); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Março de 1642); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Abril de 1644); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 13 de Setembro de 1650), alvará de Desembargador suplente da Mesa (13 de Setembro de 1650), carta (28 de Setembro de 1650), apostila de Deputado da Mesa que lhe foi concedido por carta de 13 de Setembro de 1650 (28 de Setembro de 1650); **Deputado das Três Ordens Militares** (28 de Setembro de 1650); **Chanceler das Três Ordens Militares** vago por morte de Diogo Marchão Temudo (alvará de 8 de Março de 1660), Chanceler das Ordens (1666). Recebeu carta de Cavaleiro da Ordem de Cristo (18 de Fevereiro de 1650), carta de pensão de 40\$000 réis (20 de Novembro de 1650), alvará para poder nomear numa vida a mesma comenda em parente ou pessoa que lhe parecer (15 de Janeiro de 1665), alvará da comenda da Rebaldeira vaga por morte de Sebastião de Sá Meneses (11 de Setembro de 1665), alvará de mantimento do ordenado anual de 80\$000 réis que já tinha logrado seu antecessor o Dr. Diogo Marchão Bernardo pelo cargo de Chanceler das Ordens Militares (20 de Abril de 1660), e carta de mercê do ofício de Justiça

ou Fazenda para a pessoa que ele nomear (18 de Novembro de 1674).

Observações: Foi Conselheiro Real e Desembargador do Desembargo do Paço (RGM). A mãe era filha bastarda de Jorge da Silva de Lima, que por sua vez era filho de Fernão Boto de Sousa, que o foi do Chanceler-mor Rui Boto. Casou com D. Melícia ou Melécia de Lima, sua prima segunda, filha de Rodrigo de Sequeira e de D. Catarina [...], sendo esta filha bastarda de Rui Boto de Lima, irmão do supracitado Jorge da Silva de Lima (MM).

José de Abreu Bacelar Chichorro (Bacharel), também *José de Abreu Bacelar*, natural de S. Martinho no bispado e Comarca de Coimbra, filho de Francisco de Abreu Bacelar Chichorro. Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (carta de 12 de Dezembro de 1779), carta (15 de Fevereiro de 1780); **Provedor da Comarca de Tomar** (carta de 24 de Maio de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 2 de Maio de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de Desembargador da Casa da Suplicação de 5 de Março de 1804); **Conservador da Nação Italiana** (alvará de 7 de Fevereiro de 1805); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Julho de 1816). Recebeu provisão para casar com D. Luísa Brites de Vasconcelos Mascarenhas (30 de Julho de 1787), (com sua futura noiva D. Brites Luísa de Vasconcelos Mascarenhas) provisão para ficar em seu vigor a entrega que o Corregedor de Leiria fez de certos títulos a Joaquina Manuel da Mota (24 de Outubro de 1791), provisão para usar de beca honorária (8 de Fevereiro de 1793), (como tutor de Joaquim Manuel da Mota Garcia) provisão para dar de aforamento a Alexandre Xavier da Costa duas propriedades de casas de vínculo sitas na praça pública de Tomar (8 de Outubro de 1795), carta de compra que fez de duas pequenos casais um das Varandas no sítio do Vale do Cabrito e outro do Azinhal ambos na vila de Tomar (26 de Outubro de 1799), carta de compra que fez à Coroa de dois casais no sítio um do Vale do Cabrito e outro do Azinhal ambos em Tomar (20 de Dezembro de 1800), provisão para poder apascentar o seu gado no casal chamado das Varandas no distrito de Tomar (30 de Junho de 1802), provisão de administração da casa de João Roque Jorge (13 de Abril de 1812), provisão para ser escuso da comissão que lhe foi dada (12 de Setembro de 1815), e carta de profissão de hábito (7 de Janeiro de 1819).

Observações: Recebeu certidão negativa a 14 de Novembro de 1821, com 65 anos de idade. Foi demarcante das comarcas da Estremadura, nomeado a 2 de Julho de 1792 para a execução da divisão das comarcas determinada pela Lei de 19 de Julho de 1790, e com beca honorária a 8 de Janeiro de 1793 (MM).

José Albano Fragoso (Bacharel), nascido em 1768, natural de Lisboa, filho de João Rodrigues Fragoso e de Luísa Leonor de Caria.

Foi **Ouvidor do Rio de Janeiro** (carta de 16 de Maio de 1799), **Provedor do Rio de Janeiro** (carta de 22 de Agosto de 1799); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 17 de Julho de 1807). Recebeu provisão para vencer o ordenado que lhe compete no dito lugar (19 de Agosto de 1807), e provisão de comissão (3 de Agosto de 1812).

José Alberto Leitão Manso de Lima Falcão (Doutor), também *José Alberto Leitão Manso Falcão*, também *José Alberto Leitão Manso de Lima*, filho de António da Costa Falcão.

Foi **Corregedor de Santarém** (carta de 5 de Maio de 1747); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Março de 1750), provisão de licença para estar ausente do lugar de Desembargador da Relação do Porto por tempo de seis meses (10 de Novembro de 1751); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Maio de 1754); **Juiz da Moeda Falsa** (alvará e carta de 26 de Agosto de 1777), alvará de ordenado de Juiz da Moeda Falsa (20 de Outubro de 1777), alvará de 450\$000 réis de ordenado cada ano com o lugar de Juiz da Moeda Falsa (29 de Outubro de 1777); **Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares** (carta de 4 de Fevereiro de 1778), 140\$000 réis de ordenado como Juiz das Ordens Militares (23 de Janeiro de 1779); **Desembargador do Desembargo do Paço e Petições** (carta de 17 de Agosto de 1778); **Conselheiro** (carta do título de Conselho de 25 de Agosto de 1778); **Chanceler-mor do Reino** (carta de 12 de Novembro de 1794), alvará de mantimento de Chanceler-mor do Reino (17 de Janeiro de 1795), provisão de dispensa como Desembargador do Desembargo do Paço e Chanceler-mor do Reino (20 de Dezembro de 1802). Recebeu alvará de escudeiro fidalgo (20 de Julho de 1740), apostila de 14\$300 réis de juro (12 de Novembro de 1790), provisão para não ter efeito a sentença adjudicada de bens que contra ele obteve Margarida Antónia (15 de Novembro de 1791), provisão para sub-rogar com o Conde da Redinha por um padrão de juro certos bens contíguos à Quinta da Lage da freguesia dos Olivais (24 de Março de 1794), e alvará de ordenado de 520\$000 réis por ano (26 de Janeiro de 1795).

José Alexandre Cardoso Soeiro (Bacharel em cânones), nascido em 1739 ou 1740, natural de Lisboa, filho de Alexandre Vitorino Cardoso Soeiro e de D. Joana Rosa de Miranda (ou D. Isabel da Mota e Miranda), neto paterno de Luís

Cardoso Soeiro de Vasconcelos e D. Catarina de Sousa, e neto materno de Francisco Rodrigues de Couto, e D. Maria da Ascensão e Miranda.

Foi **Juiz de Fora de Borba** (despachado em 1771 ou a 7 de Janeiro de 1772); **Juiz de Fora de Lamego** (carta do lugar de 20 de Setembro de 1775); **Superintendente do tabaco da Província do Alentejo** (carta de 28 de Julho de 1777); **Provedor da Comarca de Elvas** (decreto de Setembro de 1778/9? com predicamento de primeiro banco e posse a 13 de Abril de 1779), carta do lugar (29 de Janeiro de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (21 de Janeiro de 1784), carta de um lugar (4 de Março de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (17 de Dezembro de 1793), carta de um lugar (17 de Janeiro de 1794); **Superintendente-Geral dos Contrabandos** (carta do lugar de 12 de Agosto de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício no lugar que ocupa (decreto de 4 de Novembro de 1799), carta (13 de Novembro de 1799); **Juiz Presidente dos Leilões** (carta do lugar de 2 de Fevereiro de 1800); **Deputado do Depósito Público** (carta de 20 de Fevereiro de 1800); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 7 de Janeiro de 1805); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Deputado da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares** (carta de 5 de Novembro de 1805). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo assentada num dos Almojarifados do Reino (8 de Maio de 1781), provisão para ser Juiz privativo a respeito das heranças de Pedro Paulo da Silveira e seu irmão (4 de Abril de 1791), provisão para ser Juiz Comissário do inventário dos bens que ficaram da Condessa de Santiago D. Josefa de Noronha (20 de Abril de 1793), e provisão para o aliviar de Juiz Administrador do Convento de Nossa Senhora da Piedade da Esperança (30 de Maio de 1808).

Observações: Recebeu certidão negativa a 6 de Outubro de 1808. Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai é Doutor. O habilitante tem um irmão padre crúzio, e um outro beneficiado em S. Lourenço. O habilitante é, à data de Agosto de 1766, solteiro e morador em Lisboa por trás de S. Domingos (LB). O habilitante leu no Desembargo do Paço a 18 de Março de 1767. O pai era Doutor e bom letrado. O habilitante é irmão do Bacharel José Maria Cardoso Soeiro (MM).

José Alexandre da Silva (Bacharel em cânones), natural de Viana do Alentejo (ou da freguesia de S. Sebastião de Cernache do Bonjardim, filho de Pedro Vilar (ou Domingos da Silva) e de Ana Joaquina, neto paterno de Manuel Tomás e Inês

da Silva, e neto materno de Salvador Gomes e Esperança Maria.

Foi **Juiz dos órfãos da Repartição de Alfama** (decreto de 2 de Julho de 1784), decreto de beca honorária (5 de Março de 1791); **Corregedor do Bairro da Rua Nova** (decreto de 12 de Fevereiro de 1791), carta do lugar, com licença para vestir beca honorária (15 de Abril de 1791); **Provedor dos resíduos** (decreto de 9 de Novembro de 1792 e posse a 22 de Dezembro de 1792), carta (14 de Novembro de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do lugar de 13 de Março de 1800), decreto (4 de Maio de 1800), carta do lugar de Desembargador da Relação do Porto (3 de Agosto de 1807); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Agosto de 1807); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de mercê de graduação de 15 de Fevereiro de 1816). Recebeu (como tutor de Maria Leocádia) provisão para conhecimento de causa (11 de Março de 1793), carta para ser armado cavaleiro (9 de Outubro de 1797), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (20 de Dezembro de 1797), e provisão para casar (22 de Março de 1804). **Observações:** Recebeu certidão negativa a 30 de Janeiro de 1823, com 40 anos de idade. Os avós paternos são oriundos da freguesia de Vila de Rei. Os avós maternos são naturais do mesmo lugar que o Bacharel, tendo juntamente com os pais aí assistido. Os pais e avós viveram sempre do rendimento das suas fazendas, e serviram os cargos honrosos dos seus lugares (LB).

José Almeida Machado (Doutor), filho de Manuel de Miranda de Almeida.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (alvará de 10 de Dezembro de 1677); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 10 de Dezembro de 1677). Recebeu alvará de mercê de 100\$000 réis para as suas quatro irmãs (3 de Março de 1678), alvará para poder voltar a este Reino por ter acabado o seu tempo de serviço (23 de Janeiro de 1685), alvará para tomar posse por procurador, alvará de 100\$000 réis de tença, e alvará para se recolher ao Reino.

José Álvares da Silva (Bacharel), nascido em 1743, natural da Baía, filho de José Álvares da Silva e de Águeda Maria do Sacramento.

Foi **Juiz de Fora de Lafões** (carta de 9 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 24 de Outubro de 1778); **Juiz Conservador dos Moedeiros da Baía** (carta de 21 de Novembro de 1778).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 14 de Outubro de 1778 (HOC).

José António Barbosa do Lago (Bacharel em leis), também *José António Barbosa Lobo*, nascido em 1737 ou 1738, natural de Lisboa e aí baptizado na freguesia de S. Jorge, filho de Miguel Barbosa Álvares e de Ana Joaquina do Lago, neto paterno de Miguel Álvares Barbosa e Inês da Silva, e neto materno de António da Conceição Rebelo e Mariana da Silva do Lago. Foi **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Sabará** (alvará do ofício de 2 de Março de 1776), alvará (20 de Março de 1776); **Juiz do crime do Bairro de Andaluz** (7 de Janeiro de 1771); **Ouvidor do Sabará** (17 de Agosto de 1775), carta do lugar (17 de Março de 1776); **Corregedor do crime do Bairro de Remolares** (posse a 8 de Fevereiro de 1782), carta (7 de Janeiro de 1783); **Corregedor de Belém** vestindo a beca (27 de Março de 1792); **Corregedor do crime do Bairro de Belém** (carta de 28 de Junho de 1792), carta de beca honorária (28 de Junho de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (27 de Junho de 1794), carta de um lugar (21 de Junho de 1798). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares do provimento do Senado (23 de Junho de 1767), e alvará de mercê de propriedade de ofício (10 de Fevereiro de 1793).

Observações: O pai é natural da freguesia de Santo Estêvão de Geraz do concelho de Lanhoso e Comarca de Guimarães. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. Os avós paternos são oriundos do concelho de Lanhoso. O pai ausentou-se de pouca idade da sua freguesia natal para Lisboa. Os pais e avós maternos viveram das suas fazendas e algum negócio. Os avós paternos viveram abastadamente dos seus bens, que mandavam fabricar por caseiros e criados. Os avós paternos tinham bens nas freguesias de Geraz e Louredo do concelho de Lanhoso, costumando assistir nos da primeira por ocasião das colheitas. O habilitante mora, à data de Agosto de 1766, em Lisboa na freguesia dos Olivais e é, à data de Outubro seguinte, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

José António Calado (Bacharel em leis), nascido em 1702 ou 1703, natural de Vila Alva da Comarca de Beja, filho de André Pires Calado e de D. Isabel Maria Baptista, neto paterno de André Pires Calado e Catarina Vaz (ou Vasques), e neto materno de João Baptista Estaço e Margarida Luísa.

Foi **Ouvidor-Geral no Rio das Mortes** e de **Provedor dos defuntos e ausentes** no referido sítio (carta de 12 de Dezembro de 1740), provisão de serventia do ofício de Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Rio das Mortes (13 de Dezembro de 1740); **Provedor das tenças de Évora** (carta de 20 de Setembro de 1759), alvará

de Provedor da Comarca de Évora (29 de Novembro de 1759), provisão para vestir beca honorária (21 de Janeiro de 1761); **Desembargador da Relação do Porto** (17 de Outubro de 1768 e aposentado na mesma Relação a 26 de Março de 1771 vencendo ordenados e propinas), carta (15 de Dezembro de 1768), alvará de aposentado (18 de Maio de 1771), alvará de ordenado e propinas como aposentado na Casa da Relação do Porto (18 de Junho de 1771), alvará de 332\$000 réis de ordenado e propinas (18 de Junho de 1771). Recebeu carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (22 de Outubro de 1743), carta de padrão da tença anual de 8\$000 réis em sua vida (17 de Novembro de 1743), e carta de confirmação da doação que fez ao Desembargador Manuel Coelho de Moura (2 de Outubro de 1772).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel a 26 de Agosto de 1728. O pai é Bacharel (RGM). O pai e avós paternos são naturais de Vila Alva da Comarca de Beja. A mãe e avós maternos são naturais de Viana do Alentejo da Comarca de Évora. O pai é Bacharel formado em cânones, e habilitado a ler no Desembargo do Paço. O pai é também licenciado e Doutor. O avô paterno foi inicialmente Almocreve e, assim que teve bens seus, viveu das suas fazendas com abundância. O avô paterno foi rendeiro do duque do Cadaval, cuja renda arrendavam as pessoas nobres por ser de muito considerável preço. O avô paterno serviu os cargos nobres da república, certamente de Vila Alva. Parece que o avô materno serviu Sua Majestade durante muitos anos. Os avós maternos viveram honradamente das suas fazendas em Viana do Alentejo. O habilitante é, sensivelmente à data de Abril de 1728, solteiro e morador em Vila Alva. O habilitante é bom estudante (LB).

José António Cobeiro de Azevedo (graduado em Artes e Bacharel em cânones), nascido em 1702 ou 1703, natural de Miranda do Douro, filho de António Cobeiro e de Maria Jorge de Azevedo, neto paterno de Francisco Fernandes e Maria Cobeiro, e neto materno de Agostinho Jorge e Catarina Luís de Azevedo.

Foi **Corregedor de Tavira** (carta de 9 de Agosto de 1748); **Corregedor do cível da Corte**; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Março de 1758), provisão para por seu procurador tomar posse do dito lugar (11 de Abril de 1758), provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente da dita Relação (17 de Maio de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** e aposentado no mesmo Tribunal (2 de Dezembro de 1764), carta (11 de Janeiro de 1765); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado com o lugar de 20 de Junho de 1771).

Observações: Os pais, avós paternos, e avô materno são naturais de Miranda e aí moradores. A avó materna é na-

tural do lugar de Cercio do termo de Miranda, e moradora nesta cidade. O pai é licenciado e Bacharel, formado em cânones pela Universidade de Coimbra, e costuma servir os cargos honrosos de Miranda, como Juiz pela Ordenação, Vereador, Almotacé, e Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Os avós eram lavradores abastados, vivendo das suas fazendas com criados que as administravam e são, à data da inquirição, falecidos. A família tinha parentes clérigos, abades, e familiares do Santo Ofício. O habilitando e o pai são cidadãos de Miranda do Douro. O Bacharel é, à data de Novembro de 1728, solteiro e mora, à data de Dezembro do mesmo ano, em Miranda (LB). O pai, sendo bom letrado, desempenhou os cargos de Promotor do Bispado mais de 40 anos, e de Desembargador. O habilitante casou com D. Genoveva Xavier Gentil, esta filha de D. Engrácia, e teve dois filhos, um chamado José Avelino, e o outro D. Mariana. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

José António Mâncio da Costa Ubaldo (Bacharel em leis), nascido em 1759 ou 1760, natural de Lisboa, filho de José Ubaldo e de Catarina de Faria, neto paterno de Francisco Rodrigues e Micaela Maria dos Anjos, e neto materno de Manuel da Costa Mornaça e Maria da Encarnação.

Foi **Juiz de Fora de Portel** (13 de Abril de 1791); **Juiz de Fora de Vila Real** com predicamento de correição ordinária (alvará do lugar de 26 de Junho de 1802); **Provedor da Comarca de Aveiro** (carta do lugar de 19 de Novembro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Junho de 1818), provisão para prestar juramento na Chancelaria (18 de Junho de 1818), alvará de aposentadoria de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (4 de Fevereiro de 1824), alvará para continuar no exercício do dito lugar na Relação do Porto (13 de Abril de 1826); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado em 4 de Fevereiro de 1824), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (19 de Dezembro de 1827), alvará de Desembargador Extravagante aposentado da Casa da Suplicação (4 de Fevereiro de 1831).

Observações: O pai é natural de Lisboa, e morador na freguesia da Senhora do Socorro. O avô paterno é natural da freguesia de S. Miguel de Carregueiros e à prelaria de Tomar. A naturalidade da avó paterna é desconhecida, sabendo-se que é exposta no Hospital Real de Todos os Santos de Lisboa. A mãe e avós maternos são naturais da Póvoa de Santo Adrião, tendo os últimos aí morado. O pai é oficial da Secretaria da Repartição de Justiças da Junta da Casa de Bragança. Os avós paternos moraram no lugar de Charneca do termo de Ourém, e vivendo honradamente das suas fazendas, aí faleceram. O avô materno vivia das suas fazendas. O pai esteve junto dos avós paternos alguns anos na Charneca, e acabou por se retirar para Lisboa após o falecimento daqueles. O habilitando teve um tio paterno chamado Pedro Paulo Rodrigues, nascido na Charneca e habilitado como familiar do Santo Ofício. Uma testemunha

avança na inquirição de Ourém que o Bacharel vive na companhia dos pais. Sabe-se que o Bacharel mora, à data de Junho de 1787, em S. Lázaro. O Bacharel é, à data de Abril de 1787, solteiro. O Bacharel terá sido bom estudante e ter-se-á formado no ano de 1786 (LB).

José António de Meireles Freire (Bacharel em leis), nascido em 1726 ou 1727, natural da freguesia de Figueiras na Comarca do Porto (ou da freguesia de Figueiras do concelho de Aguiar de Sousa), filho de José Ferreira Leal e de Josefa de Meireles Freire, neto paterno de Luís Ferreira e Jerónima Leal, e neto materno de Manuel de Beça e Joana de Meireles.

Foi **Corregedor de Miranda** (carta de 12 de Junho de 1773), Corregedor de Lagos que não chegou a ser passando a Corregedor de Miranda; **Desembargador da Relação do Porto** (lugar de 27 de Novembro de 1779), carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício de **Fiscal da Extração dos Diamantes** (27 de Novembro de 1779), Intendente dos Diamantes nas Minas Gerais fazendo o lugar do Porto (1783), carta de Desembargador da Relação do Porto e Fiscal da Extração dos Diamantes do Serro Frio (27 de Novembro de 1799). Recebeu carta de padrão de 284\$000 réis a sua irmã D. Eugénia Maria de Meireles num dos Almojarifados do Reino pela renúncia que lhe fez por conta dos 40\$000 réis (6 de Outubro de 1779), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título do hábito da Ordem de Cristo assentado num dos Almojarifados do Reino como que foi deferido pelos seus serviços (14 de Outubro de 1779).

Observações: O pai e avô paterno são naturais do lugar de Lavadeira ou Lavandeira da freguesia de S. João de Eiris. A avó paterna é natural da vila de Arrifana de Sousa. A mãe e avô materno são naturais do lugar de Casal da freguesia de Figueiras. A avó materna é natural do lugar de Rio de Moinhos da freguesia de S. João de Covas. O pai enquanto viveu na quinta dos avós paternos chamada da Lavadeira, trabalhou nas fazendas dos mesmos, e passando pelo Brasil ligou-se ao negócio. Mais tarde o pai foi para a freguesia de Figueiras, em cujo lugar de Casal viveu com a mãe, nobremente e acompanhado de criados e escravos. O pai tinha dois irmãos que, antes de ordenados clérigos, devem ter trabalhado nas fazendas do avô paterno. Os avós paternos viviam com abastança na sua quinta em Lavadeira, e trabalhavam somente nas suas fazendas, sendo para isso acolitados por criados. A avó paterna viveu recolhidamente com criadas em Arrifana de Sousa na casa dos seus pais, chamados Gaspar de Sousa e Maria Leal, tendo ido depois casar à freguesia de S. João de Eiris. Os avós maternos foram lavradores honrados que viviam no lugar de Casal somente das suas fazendas, e cuja casa passaram a habitar os pais e habilitando. Tal como a avó paterna, a avó materna viveu primeiramente no seu lugar natal, onde se servia com criados, e só depois foi para o lugar de Casal. O Bacharel é,

à data de Dezembro de 1750, solteiro e mora à data de Abril do ano seguinte na freguesia natal. Dizem as testemunhas que o Bacharel é de excelente génio (LB).

José António de Oliveira Damásio (Bacharel). Foi **Ouvidor da Comarca de Beja** (alvará de **Provedor das comarcas do Algarve** de 26 de Outubro de 1764); **Provedor do Algarve** (Agosto de 1764 com posse a 4 ou 5 de Janeiro de 1765), provisão para estar ausente deste lugar (11 de Julho de 1767), provisão de mais dois meses de licença (30 de Maio de 1768); **Superintendente-Geral das Alfândegas do Alentejo e Algarve** (provisão para vestir beca de 9 de Setembro de 1771), alvará (18 de Setembro de 1771), Superintendente-Geral das Alfândegas do Sul fazendo lugar de primeiro banco dispensado na residência e vestindo logo beca de cujo novo lugar tomou posse no Conselho da Fazenda (Outubro de 1771); **Presidente e Juiz Relator na Junta dos Foros** (lei de 16 de Janeiro de 1773); **Desembargador da Relação do Porto** (nomeado a 22 de Janeiro de 1784 com exercício na Casa da Suplicação), carta de um lugar (4 de Fevereiro de 1784); **Procurador Fiscal da Junta dos Três Estados** (provisão de 22 de Março de 1786); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta (5 de Setembro de 1789), carta (15 de Setembro de 1789). Recebeu carta de propriedade de ofício (30 de Dezembro de 1751), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (25 de Outubro de 1766), carta de padrão de tença de 30\$000 réis e hábito (14 de Novembro de 1766), e provisão para ser tutor dos seus sobrinhos na conformidade de que faz menção (17 de Novembro de 1788).

Observações: Recebeu certidão negativa a 26 de Fevereiro de 1793. Como ministro de maior graduação do Reino do Algarve foi Presidente e Juiz Relator na Junta dos Foros estabelecida pela Lei de 16 de Janeiro de 1773, porém nesta nova ocupação teve muito em que desagradar aos aristocratas do Algarve, por serem interessados em se conservar na posse dos censos e foros a 10%, que na dita Junta na forma da Lei se julgavam usurários. Mas o que de todo o perdeu foi o desagradar também ao Marquês de Pombal na frouxa execução de algumas ordens suas respectivas ao restabelecimento de Vila Real de Santo António da Arenilha que naquele tempo o dito Marquês cuidou em rectificar com todas as forças do seu despótico poder. Em 24 horas mandou sair do Algarve o referido ministro suspenso de todos os seus lugares, e até da esperança de tornar a entrar no serviço do Soberano. Faleceu em Lisboa a 20 de Janeiro de 1793. Casou-se com D. Inácia Brígida de Vasconcelos e Brito Almeida e Guevara, de quem teve D. Ana Brígida. A sua mulher era segunda filha de António de Almeida e Brito, e de D. Ana de Vasconcelos Guevara Arama de Mesquita. No mesmo ano [de 1765] foi provido pelo Conselho da Fazenda no emprego de Provedor das Almadras do mesmo Reino [do Algarve]. Conservou sempre o emprego

de Provedor das Almadras e o de Juiz do Tombo dos Bens dos Ausentes. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo (MM).

José António de Oliveira Leite de Barros (Bacharel), também *José António de Oliveira Leite*, natural e baptizado na freguesia de Santa Maria de Ribeiros do concelho de Monte Longo, filho de André de Oliveira Leite e de Brígida do Vale, neto paterno de Manuel Martins Couto de Barros e D. Catarina Oliveira Leite, e neto materno de Francisco do Vale e Teresa de Castro.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Fevereiro de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1 de Dezembro de 1793), carta de um lugar (18 de Janeiro de 1794), carta de privilégio de Desembargador (20 de Junho de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (4 de Novembro de 1799), carta de um lugar (11 de Dezembro de 1799), provisão de comissão (5 de Julho de 1802); **Provedor Fiscal da Junta dos Três Estados** (alvará de propriedade do emprego de 10 de Julho de 1800); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 7 de Janeiro de 1805); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Juiz-Geral das Reais Coutadas do Reino** (carta de mercê do ofício de 13 de Setembro de 1805). Recebeu carta de confirmação da doação do padroado da igreja de Santa Marinha de Ludares no bispado do Porto (19 de Dezembro de 1801), carta de profissão de hábito (18 de Agosto de 1803), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (9 de Setembro de 1803), alvará de fidalgo cavaleiro (20 de Agosto de 1805), provisão para a Câmara de Monte Longo lhe aforar dois terrenos no Monte do Corvo e Devesa do Vale (10 de Maio de 1813), alvará de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 20\$000 réis (11 de Maio de 1814), provisão para poder lançar em praça nos bens que se arrematam pela Real Fazenda (14 de Dezembro de 1815), alvará da Alcaidaria-mor de Guimarães em sua vida (7 de Janeiro de 1819), carta de mercê do senhorio do concelho de Rosas da Comarca de Guimarães (5 de Janeiro de 1820), provisão para tomar posse do senhorio do concelho de Rôssas na Comarca de Guimarães (17 de Janeiro de 1820), carta da comenda de S. Nicolau dos Vales e sua anexa de Santa Comba na Comarca de Miranda (4 de Fevereiro de 1820), provisão para lhe dar posse o Corregedor da Comarca de Guimarães da Alcaidaria-mor (22 de Julho de 1820), verba que declara ter-se-lhe passado carta da Alcaidaria-mor de Guimarães (10 de Outubro de 1820), e alvará de licença dada por Martinho Correia de Moraes e sua mulher Viscondes de Azenha para que o agraciado possa casar com D. Catarina

Correia Leite de Moraes de Almada Machado filha dos sobreditos (9 de Outubro de 1828).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de S. Nicolau do concelho de Cabeceiras de Basto. A mãe e avós maternos são naturais da freguesia de S. Gens do concelho de Monte Longo. O pai e avós paternos são das principais famílias do seu concelho natal. Os pais e avós maternos viviam das suas fazendas, que eram cultivadas pelos seus criados e caseiros. Foi feita ao habilitante a mercê de um lugar de Desembargador da Relação do Porto. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1784, solteiro (LB). Leu de jure aperto a 22 de Fevereiro de 1784. Mal leu foi Desembargador para o Porto. É sobrinho do Desembargador do Desembargo do Paço João de Oliveira Leite de Barros (MM).

José António de Oliveira Machado (Bacharel em leis), também *José António de Oliveira*, nascido em 1695 ou 1696, natural de Évora, filho de Diogo Machado e de Mariana de Oliveira, neto paterno de António Machado e Ângela Correia, e neto materno de Sebastião Martins de Oliveira e Francisca Gomes Pereira.

Foi **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Ouro Preto** (alvará de 18 de Janeiro de 1744); **Ouvidor-Geral da Vila Rica de Minas de Ouro Preto** (carta do lugar de 20 de Janeiro de 1744); **Corregedor do crime do Bairro de Santa Catarina** (carta de 27 de Abril de 1750); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Fevereiro de 1758); **Superintendente-Geral dos 4 e meio por cento** (alvará para que sirva de 25 de Fevereiro de 1758); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta de 8 de Janeiro de 1763), carta (18 de Janeiro de 1763); **Conselheiro** (carta do título de Conselho de 11 de Janeiro de 1763), carta do título do Conselho de Sua Majestade (17 de Junho de 1763). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (1 de Junho de 1754), carta de padrão de 8\$000 réis de tença (18 de Junho de 1754), padrão de 8\$000 réis de juro na Casa da Moeda (7 de Novembro de 1754), carta de sesmaria (27 de Fevereiro de 1762), carta de sesmaria (18 de Março de 1762), e alvará de foro de fidalgo da Casa (8 de Junho de 1763).

Observações: Os pais e avós são naturais de Évora e aí moraram. Os pais e avós viveram dos rendimentos das suas fazendas, e da negociação de algumas carretas que traziam a ganho por dois criados seus. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1731, solteiro e mora à data de Junho seguinte em Évora. O habilitante é bom estudante (LB).

José António Pestana da Silva (Bacharel), também *António José da Silva Pestana*, natural de Lisboa (ou da Sertã).

Foi **Juiz de Fora de Aveiro** (28 de Agosto de 1764), carta (20 de Outubro de 1764); **Ouvidor da vila de Castanheira** (carta de **Ouvidor do Rio Negro** de 30

de Maio de 1767); **Corregedor da Comarca de Aveiro** (carta de 8 de Novembro de 1771), Juiz Conservador da fábrica de algodão ficando no mesmo lugar de Corregedor por mais três anos com predicamento de primeiro banco (decreto de 5 de Setembro de 1774); **Intendente-Geral da Agricultura e Fábricas de Algodão de Coimbra até ao Porto; Desembargador da Relação do Porto** (22 de Janeiro de 1784), carta de Desembargador da Relação do Porto (16 de Março de 1784). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (29 de Outubro de 1771), padrão de 8\$000 réis de tença (13 de Novembro de 1771), carta de padrão de tença e hábito (14 de Novembro de 1771), e (com outros) carta de confirmação da doação de bens que lhes fez Luísa Pestana (13 de Novembro de 1775).

Observações: É irmão gémeo de outro ministro do Brasil.

José António Pinto Donas Boto (Bacharel em cânones a 1 de Maio de 1790), nascido em 1726 ou 1727, natural de Ervedosa do Douro da Comarca de Pinhel (ou do concelho de Numão), filho de António de Aguiar Pinto Donas e de Maria Madalena do Amaral, neto paterno de Simão Pinto Donas e Maria Josefa de Sequeira, e neto materno de Cosme do Amaral e Isabel Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Esposende** (após leitura no Desembargo do Paço saiu despachado Juiz de Fora de Esposende pela Casa de Bragança a 25 de Outubro de 1753 de que tomou posse a 17 de Julho de 1754/07/17 e foi suspenso a 27 de Junho de 1757); **Juiz de Fora da cidade de Mariana** (2 de Outubro de 1758 com posse em Abril de 1759 e acabou em Junho de 1765), carta de Juiz de Fora (13 de Outubro de 1758), **Ouvidor da cidade de Mariana** (alvará de Provedor da mesma de 17 de Outubro de 1758); **Corregedor das ilhas de S. Miguel e Santa Maria** fazendo lugar de primeiro banco e vestindo beca (carta de 23 de Agosto de 1766), despachado para criar a nova correição das ilhas de S. Miguel e Santa Maria que se separaram das mais ilhas com o predicamento de primeiro banco e beca (28 de Agosto de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** (29 de Outubro de 1771 e posse a 5 de Dezembro de 1771), carta de Desembargador da Relação do Porto com 30\$000 réis e hábito de Cristo (2 de Novembro de 1771); **Corregedor do cível da Corte** (lugar de 18 de Agosto de 1778), posse (5 de Junho de 1783), carta (18 de Agosto de 1783); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 29 de Outubro de 1778), carta (20 de Novembro de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 31 de Março de 1787), carta de um lugar ordinário (19 de

Abril de 1787); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 10 de Maio de 1787), segunda vara de Corregedor do crime; **Conselheiro no Conselho Ultramarino** (4 de Abril de 1795), carta de um lugar ordinário do Conselho Ultramarino (15 de Abril de 1795); **Conselheiro** (carta do título de 20 de Abril de 1795); **Juiz do fisco da Inquisição de Lisboa**. Recebeu padrão de 18\$000 réis de tença (19 de Fevereiro de 1759), e provisão para ser escuso da administração da casa de D. Felizarda Henriques da Silva Melo e Castro (26 de Novembro de 1792).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Ervedosa do Douro do termo de S. João da Pesqueira. A mãe e avós maternos são naturais de Sebadelhe do termo de Freixo de Numão. As famílias paterna e materna são da principal nobreza da suas terras, e aparentadas com as mais nobres famílias dos concelhos circunvizinhos. Ambas as famílias tinham familiares e parentes clérigos e familiares do Santo Ofício. O pai e avô eram dos principais da governança de S. João da Pesqueira, Ervedosa e Sebadelhe e, tal como os avós maternos, sempre se sustentaram das suas fazendas. A mãe é irmã inteira do pároco da freguesia de Sebadelhe. O avô paterno era pessoa da principal nobreza de Ervedosa, sendo cabeça da parcialidade dos Donas de S. João da Pesqueira e, para além de ter irmãos clérigos, era ele mesmo familiar do Santo Ofício. O Bacharel tem dois irmãos ordenados, pelo menos um de missa, e o seu bisavô, pai do avô paterno, chamava-se Feliciano Pinto da Fonseca e era de Ervedosa. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1753, solteiro e assistente em Sabadelhe e mora à data de Abril do mesmo ano em Ervedosa (LB). Leu no Desembargo do Paço a 19 de Maio de 1753. O pai é natural de S. João da Pesqueira. O avô paterno era filho de Feliciano Pinto da Fonseca. Voltou para o Reino na nau S. José que saiu do Rio de Janeiro em Novembro de 1765 e chegou a Lisboa no último de Fevereiro de 1766 (MM).

José António da Rocha Álvares de Carvalho (Bacharel), nascido em 1770, natural de Vila de Cerva em Vila Real, filho de João Álvares da Rocha e de Maria Teresa da Cunha Pinto.

Foi **Juiz de Fora de Vinhais** (carta de 17 de Maio de 1800); **Juiz dos órfãos de Beja** (depois de 1805); **Corregedor de Lamego** (carta de 19 de Fevereiro de 1823); **Juiz do nível de Braga** (carta de 12 de Maio de 1828); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Setembro de 1831). Recebeu provisão para jurar por procurador (25 de Junho de 1800), provisão de licença (31 de Março de 1802), provisão de dois meses de licença (6 de Outubro de 1824), e provisão de dois meses de licença (7 de Maio de 1825).

José António de Sá (Doutor em leis), nascido em 1755 ou 1756, natural de Bragança, filho de Luís Francisco (ou Luís Francisco de Sá, ou Francisco de Sá) e de Catarina Rosa de Castro,

neto paterno de Francisco de Sá e Ana da Paz, e neto materno de Manuel de Paços Furtado e Isabel de Castro.

Foi **Juiz de Fora de Moncorvo** (19 de Junho de 1784), carta do lugar (25 de Junho de 1784), provisão de licença de dois meses (7 de Abril de 1786); **Corregedor da Comarca de Moncorvo** (decreto de 16 de Maio de 1788), carta do lugar (21 de Maio de 1788), provisão de licença de dois meses (10 de Setembro de 1792), provisão de licença de dois meses (20 de Fevereiro de 1793); **Desembargador da Relação do Porto**, condecorado com beca (27 de Junho de 1794); **Superintendente-Geral da décima** (decreto de 19 de Outubro de 1798), alvará (6 de Novembro de 1798), Superintendente-Geral da décima sem prejuízo de antiguidade, alvará de ordenado como Superintendente-Geral da décima da Corte e Reino (20 de Agosto de 1801), alvará de acrescentamento de ordenado (28 de Janeiro de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 4 de Novembro de 1799), carta de Desembargador ordinário (4 de Fevereiro de 1800); **Conselheiro honorário do Conselho da Fazenda** (carta de 16 de Abril de 1812). Recebeu carta de padrão de 28\$000 réis de tença (17 de Setembro de 1791), carta de padrão de tença de 28\$000 réis num dos Almoarifados do Reino dos 40\$000 réis com que foi deferido (12 de Outubro de 1791), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (16 de Fevereiro de 1792), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Santiago da Espada dos 40\$000 réis com que foi deferido (8 de Maio de 1792), provisão de comutação de degredo (5 de Dezembro de 1792), provisão de licença para advogar na vila de Vinhais (12 de Maio de 1798), carta de padrão de hábito e tença (7 de Maio de 1803), provisão para por mais três anos poder advogar nos auditórios da vila de Vinhais sem embargo de não ser formado (6 de Junho de 1804), provisão para advogar por mais de três anos em Vinhais (28 de Abril de 1813), provisão para advogar por mais três anos em Vinhais (9 de Dezembro de 1817), e provisão para advogar por mais três anos nos auditórios de Vinhais (26 de Setembro de 1821). **Observações:** Recebeu certidão negativa a 2 de Outubro de 1819. Os pais e avós maternos são naturais de Bragança. Os avós paternos são naturais do lugar de Rebordelo do termo de Vinhais. O pai vive das suas fazendas e negócio, e tem servido os cargos da república de Bragança. Os avós viviam igualmente das suas fazendas. O habilitante mora, à data de Agosto de 1782, em Lisboa ao Socorro e é à data de Janeiro de 1783 solteiro. O habilitante é bom estudante (LB). O pai era homem de negócio muito rico de Bragança. Foi opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra. Foi correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa,

de que tem impressas várias obras. Foi Cavaleiro do hábito de Santiago com 40 mil réis de tença (MM).

José António da Silva Pedrosa Guimarães

(Doutor), também *José António da Silva Pedroso Guimarães*, também *José António de Pedrosa Guimarães*, também *José António da Silva Pedroza*, filho de José Joaquim da Silva Pedrosa. Foi **Juiz do crime do Porto** (27 de Junho de 1794), carta de Juiz do crime do Porto (14 de Julho de 1794), provisão de licença por dois meses (4 de Abril de 1799); **Superintendente da décima da freguesia dos Santos Reis do Campo Grande e suas anexas** (alvará do lugar de 7 de Outubro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Março de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Setembro de 1804), alvará para o reintegrar no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (5 de Agosto de 1824); **Conservador do Contrato do tabaco** (alvará de 17 de Junho de 1819), provisão para tomar posse do lugar de Conservador do Contrato Geral do tabaco e Saboarias em Lisboa e termo (2 de Julho de 1819), provisão para tomar posse do lugar de Conservador-Geral do Contrato do tabaco e Sabão (30 de Setembro de 1820); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de mercê de um lugar de 8 de Novembro de 1824); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Fevereiro de 1826); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 17 de Janeiro de 1827), carta de um lugar ordinário de Desembargador do Desembargo do Paço (11 de Setembro de 1826); **Corregedor do cível da Corte** da primeira vara (carta de 24 de Março de 1825); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 5 de Abril de 1826). Recebeu alvará de propriedade do ofício de Escrivão e Tabelião do concelho da Maia e couto de Leça do Balio (14 de Março de 1812), provisão para o dar por habilitado para se encartar no ofício de Escrivão do Público Judicial etc. do concelho da Maia e couto de Leça (24 de Julho de 1819), carta da propriedade do ofício de Escrivão e Tabelião do concelho da Maia e couto de Leça do Balio (14 de Agosto de 1819), verba que declara se lhe passou carta da propriedade do ofício de Escrivão e Tabelião do concelho da Maia e couto de Leça do Balio (21 de Agosto de 1819), (com sua mulher) provisão de comissão para inventário (9 de Julho de 1825), alvará de fidalgo cavaleiro (14 de Junho de 1826), e alvará de acrescentamento de moradia de foro de fidalgo (27 de Outubro de 1826). **Observações:** O pai era cavaleiro na Ordem de Santiago. Foi Procurador e Advogado da Casa de Bragança (MM).

José António da Silva Santa Bárbara (Bacharel em leis), também *José António de Santa Bárbara*, nascido em 1762 ou 1763, natural e baptizado na freguesia de Santa Cruz de Albergaria-a-Velha da Comarca de Aveiro (ou Coimbra), filho de Manuel da Silva e de Agostinha Maria Lavareda, neto paterno de Manuel da Silva e Maria Nogueira, e neto materno de Manuel João e Sebastiana Marques.

Foi **Juiz de Fora do Crato** (decreto de 10 de Abril de 1790); **Corregedor de Linhares** (1795); **Provedor de Torres Vedras** (decreto de 19 de Outubro de 1798), carta de Provedor da Comarca de Torres Vedras (29 de Novembro de 1798), predicamento de primeiro banco no anterior lugar (decreto de 17 de Outubro de 1799), alvará de predicamento do primeiro banco no lugar de Provedor da Comarca de Torres Vedras (14 de Dezembro de 1799), carta do lugar de Provedor da Comarca de Torres Vedras (25 de Novembro de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1802), carta de um lugar ordinário de Desembargador da Relação do Porto (23 de Julho de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Julho de 1821).

Observações: Relativamente aos pais apenas se sabe que são naturais da Comarca de Aveiro. O avô paterno é natural da freguesia de S. Martinho de Gândara do bispado do Porto, e a avó paterna é natural da freguesia de Santa Eulália da Comarca de Aveiro. Os avós maternos são naturais do mesmo local que o Bacharel. Os pais e avós eram lavradores vivendo das suas fazendas. O Bacharel é, à data de Janeiro de 1790, solteiro e mora à data de Dezembro de 1789 em Albergaria-a-Velha. O Bacharel habilitou-se como Pátria Comum (LB).

José António Valente (Bacharel), nascido em 1748, natural de Lisboa, filho de António Fernandes Valente e de Iria Teresa.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** (carta de 7 de Setembro de 1786); **Ouvidor do Rio de Janeiro** (carta de 6 de Novembro de 1790); **Provedor do Rio de Janeiro** (carta de 20 de Julho de 1791); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 27 de Junho de 1797). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (7 de Outubro de 1778), provisão de dois meses de licença (6 de Agosto de 1788), provisão de dispensa de juramento para se encartar em Desembargador da Relação do Rio de Janeiro (5 de Setembro de 1798), e carta de confirmação da doação de bens que fez a Francisco Soares da Fonseca (26 de Julho de 1803).

José António da Veiga (Bacharel), natural de Penalva, filho de Joaquim José da Veiga e de D. Ana Joaquina.

Foi **Juiz de Fora de Recardães** (23 de Fevereiro de 1771), carta (5 de Março de 1771); **Juiz de Fora de Mesão Frio** (carta de 20 de Junho de 1776), provisão para levar pelo Cabeção das Sisas dois moios de trigo etc. com o lugar de Juiz de Fora de Mesão Frio etc. (13 de Outubro de 1779); **Juiz de Fora de Barqueiros** com predicamentos (carta de 20 de Junho de 1776), alvará de 106\$666 réis de ordenado com o dito lugar (6 de Novembro de 1776), alvará de ordenado de Juiz de Fora (6 de Novembro de 1777); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 4 de Junho de 1785); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1794), carta de Desembargador da Relação do Porto (21 de Maio de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Janeiro de 1802), provisão de dispensa (30 de Janeiro de 1802), carta de um lugar (1 de Fevereiro de 1802), decreto (17 de Dezembro de 1802), carta (7 de Janeiro de 1805); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta do lugar de 29 de Dezembro de 1815); **Conselheiro** (carta do título de Conselho de 14 de Julho de 1823). Recebeu (com sua tia) provisão de extinção de encargos em certos bens de que eram administradores (6 de Junho de 1778), carta de hábito de Cristo (27 de Novembro de 1802), carta de hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença efectiva (27 de Janeiro de 1803), carta de confirmação da doação de bens que lhe fizeram seus pais Luís da Veiga e sua mulher (11 de Fevereiro de 1825), e carta de confirmação da doação de bens que lhe fizera sua mulher Francisca Eufrásia Baptista (30 de Abril de 1825).

Observações: Casou com uma sobrinha do prior de Ventosa, natural de Palhavã. Os pais moraram no termo de Trancoso (MM).

José de Araújo Col (Bacharel), nascido em 1704, natural de Lisboa, filho de Francisco de Araújo Silva e de Antónia Col.

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega** (carta de 21 de Junho de 1730); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 26 de Março de 1735). Recebeu provisão para que possa levar as espórtulas de que faz menção (14 de Outubro de 1733).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 10 de Abril de 1737 (HOC).

José de Arriaga Brum da Silveira (Doutor), natural da Ilha do Faial, filho de José de Arriaga Brum da Silveira.

Foi **Provedor da Fazenda Real das Ilhas dos Açores** (alvará de 19 de Fevereiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador e para tomar posse por seu procurador de 24 de Abril de 1765), Desembargador da Relação do Porto (carta de 29 de Novembro de 1771), posse (10 de Dezembro de 1771); **Governador-mor da Saúde da ilha do Faial** (provisão do ofício de 2 de Abril de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 29 de Outubro de 1778), carta de um lugar (22 de Fevereiro de 1779), carta de privilégio de Desembargador (6 de Março de 1783). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com hábito (12 de Julho de 1763), provisão de conhecimento de causa (9 de Dezembro de 1775), verba de 15\$000 réis de juro nos Armazéns (12 de Dezembro de 1776), provisão de confirmação de Guarda-mor da Saúde do Faial (2 de Abril de 1778), (e outros) apostila de 15\$000 réis de juro na Intendência das dívidas antigas dos Armazéns (18 de Abril de 1778), e (com sua mulher) alvará de licença para instituírem um morgado (15 de Março de 1784).

Observações: Recebeu certidão negativa a 10 de Janeiro de 1803, com 74 anos de idade. Saiu despachado Provedor das Ilhas que sucedeu a Manuel de Matos, saindo este em Julho de 1765 (MM).

José Barata Freire de Lima (Bacharel em leis; Licenciado em cânones), nascido em 1775 ou 1776, natural de Castelo Rodrigo da Comarca de Trancoso, filho de Manuel Martins Freire e de D. Maria Barata de Lima, neto paterno de Manuel Martins Freire e Maria Gomes, e neto materno de Manuel Barata Lima e Teresa Galera do Nascimento.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Povos e Castanheira** (provisão de acrescentamento de aposentadoria ficando o total de 120\$000 réis anuais de 12 de Janeiro de 1806); **Corregedor da Comarca de Ribatejo** (provisão de licença sendo Corregedor de 29 de Fevereiro de 1808); **Corregedor do Bairro Alto** (carta de mercê do lugar de 21 de Abril de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Maio de 1819), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto (12 de Maio de 1819), alvará para que tenha exercício deste lugar na Casa da Suplicação (11 de Fevereiro de 1820); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará do cargo de 18 de Janeiro de 1825); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 20 de Janeiro de 1825); **Intendente-Geral da Polícia da Corte e Reino** (carta de 26 de Abril de 1828), alvará de assentamento do ordenado como Intendente-Geral da Polícia (3 de Julho de 1828); **Conservador-Geral**

da Junta da Administração do tabaco (alvará de 11 de Março de 1830); **Desembargador ordinário da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 17 de Novembro de 1831). Recebeu carta de confirmação de doação (28 de Novembro de 1810), provisão para ser curador de sua sogra D. Maria Angélica da Fonseca e Silva durante o impedimento da sua demência (18 de Setembro de 1811), provisão de comissão (11 de Dezembro de 1811), provisão escusando-o de Juiz Administrador da casa de João Inácio Pereira da Azambuja nomeando outro ministro para a mesma comissão (24 de Março de 1821), carta de profissão da Ordem de Cristo (20 de Junho de 1824), e alvará de foro da fidalgo cavaleiro (16 de Fevereiro de 1829).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador, Bacharel e Doutor (RGM e LB). Não se sabe ao certo a naturalidade dos pais, conquanto sejam da Comarca da Guarda. O avô paterno é natural da freguesia de S. Pedro de Celorico da Beira, e o mesmo deve passar-se com a avó paterna. Os avós maternos são naturais da Guarda. Sobre o pai é dito que é homem rico e nobre dos da governança de Celorico, e sobre a mãe que é filha de uma distinta família. Os avós paternos eram lavradores honrados, cujas terras eram cultivadas por criados, tendo sido o avô paterno proposto para Capitão e servido os cargos honrosos de Celorico. O avô materno era homem distinto da Guarda e irmão inteiro do Inquisidor Luís Barata de Lima, que foi secretário do Senhor D. Pedro. A avó materna era filha dos mais honrados lavradores do arrabalde da Guarda. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1802, solteiro. Os pais tiveram o habilitando quando assistiam em Castelo Rodrigo (LB).

José de Bastos Torres (Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de Luís Gomes de Basto e de D. Bernardina de Torres, neto paterno de Simão do Basto e Maria Gomes Pereira, e neto materno de Francisco Rodrigues Torres e D. Maria de Bragança.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Dezembro de 1675); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Julho de 1678).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Coimbra tendo os últimos vivido sempre aí. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa e seus moradores. O pai é pessoa de muita nobreza, letras, e rectidão e, tendo o grau de Doutor, foi Juiz dos órfãos, Juiz do cível, Corregedor do crime da cidade, Desembargador da Relação do Porto e Casa da Suplicação, Corregedor do cível da Corte, Desembargador Agravista, Juiz dos Feitos d'El-Rei, e Procurador dos Presos no Santo Ofício em Lisboa. O pai foi ainda cavaleiro professo da Ordem de Cristo e, constando como fidalgo dos livros do Rei, desempenha presentemente o cargo de Conselheiro da Fazenda. O Capitão Francisco Rodrigues Torres foi cidadão de Lisboa e, morando à Cordoaria Velha, vivia nobre e sobradamente da sua fazenda, com os seus criados e cavalo, e do ofício de Contador da mesma

cidade. Sabe-se que o pai vive à data de Fevereiro de 1668 à Cordoaria Velha, nas casas pertencentes ao avô materno. O habilitando graduou-se no ano de 1667 para 1668 com a sentença de bom estudante e bem procedido. O próprio ministro responsável pelo sumário testemunhou actos feitos pelo Bacharel, não só em Filosofia em que foi mestre em Artes, como em Direito, obtendo grande aprovação dos mestres da escola. O Bacharel enquanto estudou em Coimbra viveu recolhidamente nas casas dos seus avós. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1668, solteiro (LB).

José Belarmino Cré (Bacharel em cânones), nascido em 1736 ou 1737, natural de Lisboa, filho de Ricardo Creagh e de D. Tomásia Maria Rosa, neto paterno de Cristóvão Creagh e D. Isabel Galvei, e neto materno de Manuel Leitão e D. Jerónima da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Cuiabá** (resolução de 4 de Janeiro de 1778 e decreto de Setembro de 1778), carta (3 de Abril de 1778); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da vila de Cuiabá** (alvará de 6 de Maio de 1778), provisão de serventia do ofício (6 de Maio de 1778); **Juiz de Fora de Arronches** (carta de 17 de Outubro de 1778), posse (26 de Dezembro de 1778); **Corregedor de Arronches** (provisão para estar ausente por dois meses do lugar de 25 de Fevereiro de 1783); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado num lugar da Relação do Porto de 31 de Maio de 1806), alvará de 200\$000 réis de sua aposentadoria (22 de Setembro de 1806). **Observações:** O pai e avós paternos são naturais da cidade de Cork do Reino da Irlanda. A mãe e avó materna são naturais de Lisboa. O avô materno é natural da freguesia de S. Lourenço do termo de Óbidos. Os pais viveram com tratamento grave. O habilitante é, à data de Agosto de 1768, casado com D. Joaquina Antónia de Faria Tagarro, e mora à data de Outubro seguinte em Almada. A mulher do habilitante é filha de Francisco Xavier de Faria Tagarro e de mulher incógnita, sendo aquele natural de Almeirim (LB). A mulher do habilitante foi baptizada em Muge à data de Outubro de 1749.

José Bernardo Álvares do Vale (Bacharel), também *José Bernardes Alves do Vale*, filho de Brás do Vale.

Foi **Juiz de Fora de Coimbra** (carta de 13 de Agosto de 1750); **Auditor-Geral da gente de guerra de Trás-os-Montes** (carta de 21 de Abril de 1760); **Corregedor da Comarca de Guimarães** (carta de 10 de Janeiro de 1782), decreto (10 de Setembro de 1782), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria e se encartar no lugar de Corregedor da Comarca de Guimarães (11 de Dezembro de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** (posse no Porto a 16 de Maio de 1783), Desembargador aposentado no Porto (decreto de 19 de Agosto de

1786), alvará de aposentado em Desembargador da Relação do Porto (5 de Dezembro de 1786), alvará de 200\$000 réis de ordenado com a aposentadoria de Desembargador da Relação do Porto (20 de Março de 1787), carta de privilégio de Desembargador (18 de Janeiro de 1788). Recebeu carta de padrão de hábito de Cristo com pensão (13 de Janeiro de 1750), carta de compra de certos bens pertencentes à capela que instituiu Feliciano Duarte na vila de Santa Comba Dão (13 de Agosto de 1799), e alvará de fidalgo cavaleiro (3 de Março de 1802).

Observações: Casou com D. Rafaela Borges de Araújo, filha do Bacharel Bernardo José Pereira Teles Soutomaior, que foi Corregedor de Leiria, e da sua mulher D. Antónia. Foi irmão do Desembargador Constantino António Álvares do Vale (MM).

José Bernardo Coelho de Figueiredo (Bacharel), filho de Manuel de Oliveira Coelho.

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide e Alter do Chão** (carta de 11 de Setembro de 1737); **Provedor da Comarca de Portalegre** (alvará de 7 de Dezembro de 1750); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 25 de Outubro de 1759); **Desembargador suplente da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Junho de 1761); **Desembargador Agravista supranumerário da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Junho de 1766); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 12 de Junho de 1777). Recebeu carta de Provedor da capela de Elvas (5 de Março de 1748), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (12 de Junho de 1777).

Observações: Recebeu certidão negativa a 4 de Março de 1795.

José Bernardo da Gama e Ataíde (Doutor), natural de Tavira, filho de João Leal da Gama e Ataíde.

Foi **Corregedor da Comarca de Almada** (carta de 28 de Junho de 1760); **Juiz da Índia e Mina** (carta de 4 de Abril de 1764), provisão para vestir beca (26 de Abril de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Abril de 1768); **Deputado da Real Mesa Censória** (carta de 21 de Abril de 1768), carta (14 de Julho de 1787), **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Junho de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Junho de 1778), dispensado do lugar de Desembargador Agravista com ordenado (23 de Junho de 1778); **Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e Petições** (carta de 19 de Setembro de 1786); **Conselheiro** (carta de Conselho de 19 de Setembro de 1786); **Deputado da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros** (carta de 14 de Julho de 1787); **Deputado**

da Junta da Casa do Infantado e Deputado do Conselho da Rainha. Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (5 de Setembro de 1759), alvará de foro de fidalgo cavaleiro com o hábito de Cristo e 20\$000 réis de tença (20 de Setembro de 1759), alvará de acréscimo de moradia do foro de fidalgo cavaleiro (29 de Janeiro de 1787), apostila de acréscimo de moradia do foro de fidalgo cavaleiro (12 de Março de 1789), e provisão de confirmação da renúncia das legítimas paterna e materna feita por sua irmã D. Mariana da Gama e o vínculo delas fizeram os pais dos sobreditos (13 de Abril de 1790).

Observações: Recebeu certidão negativa a 17 de Junho de 1828, com 92 anos de idade. Foi casado com D. Bernarda Mariana de Brito Sande e Vasconcelos. Degredado para Angola, onde assistiu no sítio das Pedras Negras, donde voltou para o Reino por mercê da Rainha Nossa Senhora que o despachou para os Agravos com licença de se ir restabelecer da sua saúde para o Algarve sua pátria pelo tempo que quiser. Por decreto de 28 de Janeiro de 1784, foi nomeado um dos cinco juizes adjuntos para sentenciarem os delinquentes que estiverem em termos de pena ordinária (MM).

José Bonifácio de Andrade e Silva (Bacharel em leis e Filosofia), também *José Bonifácio de Andrade*, nascido em 1763 ou 1764, natural da vila de Santos na capitania de S. Paulo do principado do Brasil, filho de Bonifácio José de Andrade e de D. Maria Bárbara da Silva, neto paterno de José Ribeiro de Andrade e D. Ana da Silva Borges, e neto materno de Manuel Fernandes Souto e D. Maria de Viterbo e Castro. Foi **Intendente-Geral das Minas e Metais do Reino** (carta de 25 de Agosto de 1801), carta com o título (18 de Maio de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de 8 de Agosto de 1806); **Superintendente do Rio Mondego e obras Públicas de Coimbra** (alvará do lugar de 13 de Julho de 1807). Recebeu carta de profissão de hábito (29 de Agosto de 1801).

Observações: Os ascendentes nomeados são naturais do mesmo local que o Bacharel. O pai e avô paterno foram coronéis dos Auxiliares na capitania de S. Paulo. Os pais e avós viviam nobremente das suas fazendas e engenhos. O Bacharel é, à data de Maio de 1789, solteiro e mora à data de Fevereiro do mesmo ano em Lisboa no Largo do Calhariz. O Bacharel ter-se-á graduado com boa nota no ano de 1788 (LB). «*Depois de se ter habilitado para servir os lugares de letras deixou a carreira da magistratura e viajou por ordem e escolha da Rainha para a maior parte dos países da Europa por espaço de 10 anos e visitou todos os seus estabelecimentos [...] e metalúrgicos instruindo-se assim [...] como praticamente em todos os seus respectivos trabalhos e manipulações como também na Administração Pública e economia particular dos mesmos voltando a Portugal com todas as luzes e conhecimentos necessários e próprios para ser*

um dos primeiros membros [do] Estabelecimento público que tinha a seu cargo dirigir as casas da Moeda Minas e Bosques destes Reinos para cujo fim vai desde já concorrer indo formar na Universidade de Coimbra como lente da nova cadeira de Metalurgia pessoas capazes de serem para o futuro membros da sobredita instituição [...] Foi o Príncipe Regente servido declarar por carta de 18 de Maio de 1802 que o Bacharel José Bonifácio de Andrade fosse um dos membros do novo estabelecimento com o título de Intendente-Geral das Minas e Metais do Reino e que desde já ficasse encarregado de dirigir e administrar as minas e fundições de ferro de Figueiró dos Vinhos e para animar o seu zelo no cabal desempenho destas novas ocupações lhe fez mercê de beca honorária com o predicamento de um lugar de primeiro banco conservando-lhe a pensão de que já gozava todo o tempo das suas viagens de 800 mil réis; e passados seis anos ficará unicamente ocupado de Intendente-Geral das Minas e Metais e particularmente das de Figueiró dos Vinhos assim como da abertura das de carvão de pedra» (MM).

José Bostoque (Licenciado e Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de Miguel Rodrigues Coelho e de D. Brigida Teresa Costão, neto paterno de Miguel Rodrigues e Maria Coelha, e neto materno de Tomás Bostoque e Maria Costão.

Foi **Conservador da Nação Inglesa no Porto** (carta de 15 de Junho de 1726); **Procurador da Coroa na Relação do Porto** (carta de 15 de Outubro de 1727); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Junho de 1734); **Juiz da Chancelaria** (carta de 25 de Novembro de 1740); **Desembargador do Senado** (9 de Dezembro de 1745); **Vereador do Senado da Câmara** (carta de 13 de Dezembro de 1745). Recebeu padrão de 28\$000 réis de tença.

Observações: O pai deve ser natural da vila de Alvito. A mãe e avó materna são naturais de Lisboa, sendo a última baptizada na freguesia de Santos-o-Velho. O avó paterno é natural de Montemor-o-Novo. A avó paterna é natural de Alvito. O avó materno é natural de Bristol. O pai, para além de ser Doutor e médico da Câmara de Sua Majestade, é cavaleiro professo na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Há quem tratasse o pai por Manuel Rodrigues Palmela. O avó paterno foi para Alvito de menor idade, onde casou com a avó paterna e morou. O avó paterno foi oficial de serralheiro com tenda aberta no Alvito, e quando deixou de poder trabalhar como tal viveu das suas fazendas. O avó materno era irmão da Misericórdia de Alvito. Os avós maternos eram amigos dos exercícios da Igreja, pelo que a frequentavam todos os dias. O avó materno, tendo vivido e falecido católico em Lisboa, negociava em pregos vindos do Norte que vendia pelo grosso a outros mercadores. A mãe, já defunta à data da inquirição, tinha um irmão chamado Guilherme Bostoque. O Bacharel era bom estudante e assistente em Lisboa. O Bacharel era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e encontra-se à data de Novembro de 1713 solteiro (LB).

José Botelho de Lemos (Licenciado), filho de Artur Botelho de Lemos e de Isabel Pedrosa, neto paterno de Francisco Botelho de Lemos e Rafaela de Piemonte, e neto materno de Bartolomeu Gil de Moura e Brites Pedrosa.

Foi **Juiz de Fora de Trancoso; Juiz de Fora do cível de Lisboa** (1643 e 1644); **Corregedor de Elvas** pelo tempo de três anos (carta de 23 de Setembro de 1650); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 11 de Outubro de 1666), posse (26 de Outubro de 1666); **Corregedor do cível de Lisboa; Ouvidor do crime; Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Agosto de 1670. Recebeu alvará de administração dos bens de Afonso Lopes em Santarém com 40\$000 réis (16 de Julho de 1648).

Observações: O pai era senhor da capela de Santiago de Torres Vedras, que instituiu seu tio Veríssimo Botelho. A mãe é natural de Aldeia Gavinha. O avó paterno foi moço da câmara de D. Sebastião, com quem morreu em África, e tinha tirado brasão de armas Galhardos Botelhos e Lemos a 20 de Agosto de 1567. A avó paterna era irmã de D. Gabriela Maria, que foi moça da câmara da infanta D. Maria, e mulher de Lucas de Andrade, que foi Guarda Roupas de D. Sebastião. O avó materno foi cavaleiro fidalgo. Casou em Palmela com D. Joana da Costa, filha de Pedro Cardoso e sua mulher Isabel Pereira. Do dito matrimónio tiveram um filho, chamado Artur Botelho de Lemos, cavaleiro da Ordem de Cristo que casou com F[...], filha do Desembargador Bento Botelho, e uma filha de nome D. Maria Teresa de Lemos, que casou com o Desembargador João Lamprea de Vargas. Leu no Desembargo do Paço em Outubro de 1629. Ultimamente foi transferido para Lisboa onde faleceu a 7 de Fevereiro de 1684 sendo Desembargador Agravista (MM).

José Caetano César Manitti (Bacharel em leis), nascido em 1746 ou 1747, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santa Justa, filho de D. Júlio César Manitti e de D. Rosa Inácia de Sousa, neto paterno de João Baptista Manitti e Maria Tomásia Parodi, e neto materno de Manuel das Neves e Doroteia Francisca.

Foi **Ouvidor da Comarca de Sabará** (carta de 15 de Setembro de 1782); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca de Sabará** (alvará de 18 de Setembro de 1782); **Intendente do Ouro de Vila Rica** (decreto de 14 de Outubro de 1790), Intendente da capitação do ouro de Vila Rica (carta de 23 de Outubro de 1790), dispensado na residência; **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800), carta (4 de Junho de 1800), carta de um lugar (14 de Junho de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria de um lugar de 19 de Setembro de 1807). Recebeu carta de hábito (7 de Janeiro de 1805).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da jurisdição de Voltri na diocese da República de Génova. A mãe é natural de Lisboa, e baptizada na freguesia da Sé. O avô materno é natural do lugar de Chão de Bispo, e a avó materna é-o do lugar de Picoto, ambos do termo de Coimbra. O pai sempre se tratou à lei da nobreza, vivendo do seu negócio feito com casa própria (LB). O pai e avós paternos diz-se que são de uma qualificada nobreza. Os avós maternos viviam da sua fazenda em Chão de Bispo, e eram servidos por criados e criadas. A avó materna foi para Chão de Bispo de tenra idade. O Bacharel é, à data de Abril de 1773, solteiro e mora à data de Maio do mesmo ano na Rua de S. Bento (LB).

José Caetano Pacheco e Tavares (Bacharel), também *José Caetano Pacheco*, natural de Vinhais, filho de Caetano José Pereira e de D. Maria de Jesus Tavares da Fonseca, neto paterno de Francisco Pires e Isabel Gonçalves, e neto materno de Manuel Teixeira Tavares e Maria Madalena da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Tondela** (carta do lugar de 20 de Setembro de 1782); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 27 de Fevereiro de 1787), provisão de mantimento com o dito cargo (8 de Março de 1787); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Fevereiro de 1787); **Chanceler da Relação de Goa e Conselheiro do Conselho Ultramarino** com carta do Conselho e hábito da Ordem de Cristo (decreto de 29 de Março de 1799), carta do lugar de Chanceler (9 de Abril de 1799), carta de Chanceler (13 de Abril de 1799), carta do lugar de Conselheiro do Conselho Ultramarino (13 de Abril de 1799), provisão de dispensa para servir o lugar de Chanceler da Relação de Goa debaixo do juramento que prestou na Chancelaria (24 de Abril de 1799); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de Sua Majestade de 11 de Abril de 1799). Recebeu alvará a seus irmãos e sobrinhos de 200\$000 réis de pensão repartidos 60\$000 por quatro e 40\$000 por três (23 de Dezembro de 1829).

Observações: Recebeu certidão negativa a 3 de Agosto de 1815. O pai e avós paternos são naturais de Argozelo da Comarca de Miranda do Douro. A mãe e avós maternos são naturais de Chacim da Comarca de Torre de Moncorvo. O pai parece morar em Vinhais, onde teve botica servida por criados seus, e se tratara com besta de sela. O pai foi Juiz pela ordenação e Vereador mais velho em Vinhais. O pai serviu de Escrivão da alfândega de Vinhais, e é familiar do Santo Ofício. O pai vive das suas fazendas, e é Monteiro-mor da vila de Lomba. O avô paterno serviu de Juiz da Igreja do Povo em Argozelo, tratando-se de um cargo comumente servido pelas pessoas principais. Os avós paternos eram lavradores. Os avós maternos eram lavradores ricos em bens que se tratavam com criados. O habilitante é, à data de Novembro de 1777, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

José Caetano de Paiva Pereira (Bacharel), filho de Francisco José de Paiva.

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** com predicamento de correição ordinária (decreto de 17 de Outubro de 1799), carta de mercê do lugar (15 de Novembro de 1799), provisão de licença de dois meses (5 de Dezembro de 1799), alvará de predicamento de primeiro banco com o lugar (22 de Setembro de 1801), provisão para se lhe dar 60\$000 réis de aposentadoria das casas (14 de Junho de 1802), graduado no lugar competente por ser a primeira vez que o Príncipe Regente entrou no seu distrito sendo **Juiz de Fora de Alhandra e Alverca** (decreto de 14 de Agosto de 1802); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca da Ilha da Madeira** (alvará de 9 de Junho de 1804), alvará do ofício (9 de Julho de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** ficando a exercer o lugar de Corregedor da Comarca da Ilha da Madeira (carta de 27 de Junho de 1804); **Juiz Conservador da Nação Britânica na Ilha da Madeira** (alvará do lugar de 24 de Julho de 1805); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 20 de Dezembro de 1827); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1828); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 18 de Abril de 1833); **Membro do Supremo Tribunal de Justiça** (carta de nomeação de 5 de Junho de 1834). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (20 de Junho de 1788), e alvará de confirmação de legitimação que o dito fez a seu filho Ernesto Augusto de Paiva Pereira (9 de Janeiro de 1836).

José Caetano Peixoto Martins Barroso (Bacharel), nascido em 1769, natural de Braga, filho de Inácio José Peixoto e de Ana Clara Martins. Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (depois de 1797); **Juiz de Fora de Barcelos** (depois de 1812); **Corregedor de Guimarães** (carta de 30 de Outubro de 1820), reconduzido (decreto de 11 de Julho de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (1826). Recebeu provisão para que possa levar os 12\$000 réis (12 de Junho de 1807), alvará de predicamento de primeiro banco (14 de Maio de 1814), provisão para jurar por procurador (30 de Outubro de 1820), e provisão de dois meses de licença (27 de Agosto de 1825). **Observações:** Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 7 de Abril de 1824 (HOC).

José Camelo de Sá (Bacharel), também *José Camilo de Sá*.

Foi **Juiz de Fora da Baía** (carta de 25 de Setembro de 1737); **Provedor das capelas na Baía** (carta de 27 de Setembro de 1737); **Ouvidor da Comarca de**

Campo de Ourique (carta de 10 de Junho de 1747); **Auditor-Geral da Gente da Guerra da Província do Alentejo** (carta de 25 de Novembro de 1751), alvará para com este lugar vestir beca (14 de Dezembro de 1751); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Junho de 1758), provisão de prorrogação de tempo para tomar posse deste lugar por procurador (1 de Julho de 1758), [provisão] para estar ausente do dito lugar (13 de Julho de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (2 de Dezembro de 1764), carta (9 de Janeiro de 1765).

José de Caminha Falcão (Bacharel em leis de 1688 para 1689), também *José de Caminha*, nascido em 1667 ou 1668, natural de Lisboa, filho de Bartolomeu Caminha Falcão e de D. Catarina de Leão, neto paterno de Francisco Caminha Falcão e D. Antónia de Miranda, e neto materno de Tomás de Leão e Isabel Ribeira.

Foi **Desembargador suplente da Relação da Baía** (carta de 13 de Maio de 1719), posse (8 de Junho de 1720); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse na Relação do Porto por procurador de 16 de Setembro de 1719), carta (22 de Julho de 1731); **Procurador da Coroa da Relação da Baía** (carta de 1 de Abril de 1722). Recebeu alvará de foro de fidalgo (16 de Abril de 1705), e alvará de lembrança de um ofício de Justiça ou Fazenda (12 de Março de 1716).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa e aí moraram. O pai era Doutor e advogado em Lisboa. A avó materna é a segunda mulher do avô materno. O habilitante é cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade, e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O habilitante é, à data de Outubro de 1705, casado com mulher limpa e mora à data de Novembro seguinte em Lisboa às Portas de Santa Catarina. O habilitante é bom estudante (LB).

José Cardoso Castelo (Bacharel em cânones), nascido em 1692 ou 1693, natural de Loures, filho de Vicente Simões Castelo (ou Vicente Simões) e de Antónia Cardosa, neto paterno de Diogo Simões e Maria Pedrosa, e neto materno de Adrião Fernandes Castelo e Marta Cardosa. Foi **Corregedor de Torres Vedras** (carta de 22 de Março de 1725); **Ouvidor da alfândega** (carta de 28 de Julho de 1730), alvará para que tenha como Ouvidor da alfândega 100\$000 réis (24 de Janeiro de 1731); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Agosto de 1734); **Juiz das Causas dos Cativos na Relação do Porto** (carta de 1 de Junho de 1735); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Dezembro de 1740); **Corregedor do cível da Corte** (9 de Dezembro de 1745), carta (11 de

Dezembro de 1745); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Abril de 1747); **Juiz das Causas da Misericórdia de Lisboa** (alvará de 26 de Junho de 1749); **Corregedor do crime da Corte** (carta de Corregedor do crime da Corte da mesma Casa de 9 de Janeiro de 1751), carta de Corregedor do crime da Corte e Casa (10 de Setembro de 1753), carta (10 de Novembro de 1753), carta (15 de Dezembro de 1753), carta (9 de Janeiro de 1755); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Janeiro de 1756); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 14 de Março de 1758); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 20 de Abril de 1758). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (30 de Abril de 1712), carta de padrão de tença de 28\$000 réis para sua sobrinha D. Ana Joaquina Luísa da Silva (30 de Abril de 1742), e alvará de foro de fidalgo da Casa Real (20 de Dezembro de 1753).

Observações: Os pais terão nascido em Murteira na freguesia de Loures, e aí moram à data da inquirição. Os avós paternos são naturais de Odivelas, e moravam no Casal do Moinho ou da Bica freguesia daquela localidade. O avô materno é natural de Lisboa da freguesia de S. Julião, e da avó materna sabe-se que morou primeiramente no Campo Grande, numa quinta do seu irmão o padre José Cardoso, que foi Secretário do Conselho Geral da Inquirição. Mais tarde, os avós maternos tornam-se moradores da freguesia de Murteira. Os pais e avós maternos viviam das suas fazendas. O Bacharel é, à data de Junho de 1720, solteiro e morador em Lisboa na freguesia do Sacramento, em casa do seu cunhado o Desembargador Alexandre Ferreira (LB). O Bacharel é aluno suficiente (LB).

José Cardoso Girão (Bacharel), filho de Francisco Girão Cardoso.

Foi **Juiz de Fora de Évora** por três anos (carta de 3 de Março de 1714); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e residuos da Comarca de Elvas** por três anos (carta de 6 de Junho de 1719); **Corregedor do crime do Bairro Alto** por três anos (carta de 9 de Dezembro de 1726); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Setembro de 1734). Recebeu carta de padrão de 28\$000 réis de tença (1 de Março de 1720), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito da Ordem de Cristo (13 de Outubro de 1728). **Observações:** Casou com D. Micaela Arcângela de Resende (MM).

José Carlos Xavier da Silva (Bacharel em leis), nascido em 1771 ou 1772, natural de Sesimbra, filho de André Xavier da Silva e de Margarida da Rosa Angélica, neto paterno de Bernardo Lopes da Silva e Bernarda Lopes da Silva, e neto

materno de Carlos Pimentel e Maria Rosa de Morais.

Foi **Juiz de Fora de Caminha** (serviu em 1798); **Juiz de Fora de Montemor-o-Novo** (carta do lugar de 8 de Maio de 1802), carta de reconduzido no dito lugar com o predicamento de correição ordinária (4 de Fevereiro de 1805), provisão de licença por tempo de um mês estar ausente daquele lugar (13 de Maio de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de 8 de Dezembro de 1812), carta de Desembargador da Relação do Porto para continuar no exercício de **Juiz do crime do Bairro da Ribeira de Lisboa** (9 de Dezembro de 1812), carta de um lugar (28 de Maio de 1819), provisão para prestar juramento para posse de Desembargador da Relação do Porto sem embargo de falta de carta (3 de Junho de 1819), alvará de um lugar (21 de Janeiro de 1826); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Dezembro de 1827). Recebeu provisão de dispensa (8 de Dezembro de 1812), e carta de hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença como graduado em Desembargador da Relação do Porto com exercício no lugar de Juiz do crime do Bairro da Ribeira (9 de Dezembro de 1812). **Observações:** O pai e avô materno são naturais de Lisboa. O avô paterno é natural de Lamego. Os pais e avós sempre se trataram à lei da nobreza, com exercício no comércio de grosso trato e com os rendimentos das suas fazendas. O Bacharel licenciou-se com boa nota no ano de 1795. O Bacharel é, à data de Abril de 1796, solteiro e morador em Sesimbra (LB).

José Carvalho de Andrade (Bacharel), natural de Lisboa, filho de João Carvalho de Andrade. Foi **Juiz de Fora da Vila de Basto** (carta de 28 de Maio de 1742); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 12 de Março de 1748); **Juiz das Três Ordens Militares no Estado da Índia** (provisão de 21 de Março de 1750); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1756); **Procurador Fiscal da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba** (carta de 6 de Setembro de 1759); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 16 de Abril de 1761); **Desembargador ordinário de Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 19 de Abril de 1768). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Março de 1748). **Observações:** Tomou posse de Chanceler da Relação da Baía a 20 de Junho de 1762. No mesmo dia tomou posse do governo interino da Baía, junto com o coronel Gonçalo Xavier de Barros e Alvim. Morreu em 1783 (MM).

José Carvalho Martens (Bacharel em leis), nascido em 1694 ou 1695, natural do Porto e baptizado na freguesia da Vitória, filho de

Henrique Martens (ou Martens) e de D. Maria do Espírito Santo, neto paterno de Hendrik Martens (ou Henriq de Andris Martens) e Isabel Martens, e neto materno de Gonçalo do Rego e Carvalho e Ana Francisca.

Foi **Juiz de Fora de Miranda** (carta de 23 de Janeiro de 1721); **Provedor da Câmara na Baía** (carta de 26 de Novembro de 1727), carta de Provedor das capelas na Baía (16 de Dezembro de 1727); **Ouvidor da Ilha do Príncipe** (carta de 4 de Abril de 1732); **Provedor das fazendas dos Ausentes da vila do Príncipe** (provisão do ofício de 5 de Abril de 1732); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1740); **Conservador da Nação Britânica** (alvará de 18 de Março de 1741); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Junho de 1748); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1750); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 25 de Março de 1758), alvará de 320\$000 réis de ordenado com o lugar de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (26 de Abril de 1758); **Conselheiro ordinário da Real Fazenda** (carta de 3 de Janeiro de 1762); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 12 de Janeiro de 1762). Recebeu alvará de foro de fidalgo da Casa Real (2 de Julho de 1762), e carta de legitimação a sua filha Joana Maria de Carvalho Martins (9 de Maio de 1766).

Observações: Recebeu certidão negativa a 26 de Janeiro de 1796. O pai e avós paternos são naturais de Hamburgo, sabendo-se que o primeiro é à data das inquirições já falecido no Porto. A mãe é natural do Porto. O avô materno é natural da freguesia de Molares do concelho de Celorico de Basto, e a avó materna é natural do lugar de S. Martinho pertencente à freguesia de Lobão do termo de Feira e Comarca de Esgueira. O pai e avós paternos eram luteranos, convertendo-se o primeiro ao catolicismo romano quando veio para o Porto. O pai e avô paterno eram homens de negócio que se tratavam nobremente. O pai e avô materno foram cidadãos do Porto, tendo aí morado juntamente com a mãe e avó materna. Os avós maternos deslocaram-se das suas naturalidades para o Porto, e casaram nessa cidade. O pai da avó materna chamava-se Francisco Jorge, e era lavrador que vivia honradamente das suas fazendas. O avô materno tinha um irmão chamado Gonçalo do Rego de São Roque. O Bacharel é bom estudante e tem um irmão presbítero do hábito de S. Pedro, que foi muitos anos congregado. O Bacharel é, à data de Junho de 1720, solteiro e assiste à data de Setembro do mesmo ano em Lisboa (LB). Assessor do Conselho da Guerra. Foi sua filha legitimada D. Joana Maria de Carvalho Martins, mulher do Desembargador Francisco Roberto de Sá Ferrão (MM).

José de Carvalho Martens da Silva Ferrão (Bacharel em leis), nascido em 1767 ou 1768, filho de Francisco Roberto da Silva Ferrão e de D. Joana Maria de Carvalho Martens, neto paterno

de Bernardo da Silva Ferrão e D. Francisca de Seixas da Fonseca Borges, e neto materno de José de Carvalho Martens e D. Inácia Francisca de Sousa.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 21 de Maio de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de 14 de Junho de 1805); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Agosto de 1821), alvará para ser restituído ao seu lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (15 de Abril de 1825); **Corregedor do cível da Corte** (carta do lugar de 20 de Julho de 1825); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Dezembro de 1827); **Deputado da Administração do Depósito Público de Lisboa** (portaria de remessa da cópia do decreto de 30 de Julho de 1833 que o nomeara para o lugar de 2 de Agosto de 1833); **Presidente da Praça dos Leilões** (portaria de transferência de Presidente do Depósito Público para **Presidente da Praça dos Leilões** de 5 de Setembro de 1835). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Junho de 1794), provisão de comissão (3 de Outubro de 1814), e provisão para se levantar um sequestro (29 de Julho de 1822).

Observações: A mãe é natural e baptizada na freguesia de S. Gonçalo dos Campos da vila da Cachoeira e Comarca da Baía. A avó materna é natural de Maragogipe da Comarca da Baía. O pai, para lá de Desembargador e Chanceler da Relação do Porto, é conselheiro da Fazenda. O avô materno parece que foi habilitado e conselheiro da Fazenda. O habilitante é, sensivelmente à data de Setembro de 1793, solteiro e morador no Porto. O habilitante terá feito os seus actos em 1792, obtendo a informação de bom estudante. O habilitante é, em meados de 1797, Juiz da Índia e Mina. O habilitante é irmão germano do Bacharel em leis, Francisco Roberto da Silva Ferrão de Carvalho Martins (LB). O pai era Desembargador do Conselho da Fazenda. O avô materno era Conselheiro da Fazenda. Foi condecorado com beca a 27 de Junho de 1794 (MM).

José do Casal Ribeiro (Bacharel em leis), nascido em 1743 ou 1744, natural de Cabeçudo no termo da Sertã e Comarca do Crato, filho de António do Casal Ribeiro e de Joana Maria, neto paterno de António do Casal e Joana Ribeira, e neto materno de Manuel Nunes e Mariana da Mata.

Foi **Juiz de Fora do Alandroal** (despachado a 7 de Janeiro de 1771); **Juiz de Fora e órfãos de Évora** (carta de 12 de Março de 1773); **Provedor da Comarca de Portalegre** (carta de 2 de Setembro de 1778), carta (22 de Setembro de 1778), decreto (4 de Outubro de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Agosto de 1782), provisão de licença de dois meses (14 de Abril de 1791);

Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Dezembro de 1793), carta (15 de Fevereiro de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador Agravista com exercício no lugar que ocupa por decreto de 4 de Novembro de 1799), Agravista da Casa da Suplicação com o exercício de **Juiz Executor das dívidas reais pretéritas** (11 de Dezembro de 1799); **Juiz da Executoria das Dívidas Reais** (decreto de 4 de Novembro de 1799); **Corregedor do crime da Corte** (decreto de 3 de Maio de 1802), carta do lugar (29 de Maio de 1802); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 7 de Janeiro de 1805); **Deputado da Mesa da Consistência e Ordens** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Conservador do Real Contrato do tabaco** (alvará de confirmação do lugar de 22 de Junho de 1813), provisão para tomar posse de Deputado da Junta do tabaco (17 de Dezembro de 1817). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (6 de Maio de 1778), carta de padrão de 8\$000 réis de tença (11 de Julho de 1778), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (16 de Maio de 1778), 12\$000 réis de tença e o hábito de Cristo (16 de Maio de 1778), 8\$000 réis de tença anual (11 de Julho de 1778), provisão para poder comprar certa morada de casas sem embargo de estarem em terras de sua jurisdição (14 de Abril de 1779), provisão de licença para casar não obstante ser em terras da sua jurisdição enquanto Provedor da Comarca de Portalegre (21 de Maio de 1779), provisão para poder comprar certa herdade não obstante ser em terras da Comarca de Portalegre (3 de Maio de 1780), provisão para comprar certa propriedade enquanto Provedor da Comarca de Portalegre (8 de Novembro de 1780), provisão para levar propinas pelas arrematações das rendas e procissões reais de Monforte (26 de Abril de 1781), provisão de licença para comprar os bens de que trata sem embargo de servir de Provedor da Comarca de Portalegre (8 de Agosto de 1783), provisão para aforar ao alferes José Ferreira uma vinha de vínculo no sítio do Moinho do Cubo em Portalegre (14 de Fevereiro de 1788), provisão para sub-rogar uma quinta chamada do Borreirão no termo de Marvão por três tapadas de vínculo chamadas dos Pombais no termo da dita vila com João de Torres Alfaia (18 de Abril de 1788), provisão de confirmação do aforamento das terras da Sapateira sitas no termo de Marvão (28 de Julho de 1792), provisão para a vila de Gáfete lhe dar de aforamento o terreno de que trata (14 de Outubro de 1795), provisão para a vila de Nisa lhe dar de aforamento o terreno de que trata (14 de Outubro de 1795), provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Portalegre imposto por Isabel Freire (18 de Março de 1797), provisão de

licença para aforar os bens da capela incorporada na Coroa instituída pelo Doutor Manuel da Rosa Vilela no termo de Marvão (23 de Agosto de 1797), carta de compra que fez à Coroa de um pomar sito na Ribeira da Lixosa em Portalegre pertencente à capela que instituíra Aires de Meira (2 de Janeiro de 1800), provisão para os lavradores da sua herdade dos Pombais gozarem dos privilégios concedidos aos da vila e termo de Marvão (22 de Maio de 1817), (com sua mulher) carta de confirmação da doação de 12 000 cruzados que os ditos fizeram a sua filha D. Joana Rosa Paula Escolástica de Casal e a seu marido (20 de Outubro de 1818), e alvará a suas filhas de 200\$000 réis a cada uma pelos serviços do sobredito seu pai (3 de Agosto de 1826).

Observações: Recebeu certidão negativa a 10 de Fevereiro de 1819, com 75 anos de idade. Os pais e avós paternos são naturais e moradores do lugar de Cabeçudo do termo da Sertã e priorado do Crato. Os avós maternos moravam no lugar de Tojal do termo da Sertã. Os pais e avós viviam dos rendimentos avultados das suas fazendas, e tratando-se nobremente ocuparam os cargos honoríficos da Sertã, entre eles o de Vereador. O pai é, à data de Julho de 1766, ainda vivo e mora com o Bacharel no lugar de Cabeçudo. O Bacharel é, à data de Julho de 1766, solteiro e assiste ao mesmo tempo em Lisboa na freguesia do Socorro. O Bacharel é bom estudante (LB). Assistiu aos festejos que fez o Juiz de Fora e Câmara de Monforte, Manuel de Campo Andrade Chichorro da Gama Lobo (MM).

José de Castro Henriques (Bacharel em leis), também *José Henriques de Castro*, nascido em 1727 ou 1728, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, filho de Miguel Xavier de Castro (ou Miguel Henriques de Castro) e de Luísa Joana de Gouveia, neto paterno de Manuel Fernandes Henriques e Brites Rodrigues, e neto materno de Gregório Ferreira Henriques e Maria Francisca.

Foi **Juiz de Fora de Moura** (1753); **Juiz de Fora de Monforte de Rio Livre** (carta de 25 de Outubro de 1759); **Juiz do crime de Santarém** (1 de Dezembro de 1764); **Corregedor da Guarda** com predicamento de primeiro banco (decreto de Março de 1775), carta (4 de Maio de 1775); **Juiz Conservador do Contrato do tabaco na Comarca da Guarda** (provisão para servir de 8 de Julho de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Dezembro de 1780); **Juiz dos resíduos** no Porto; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1799), decreto (7 de Janeiro de 1800), carta (4 de Fevereiro de 1800); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 14 de Novembro de 1801); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará do lugar de 16 de Novembro de 1801). Recebeu provisão de

extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Aveiro imposto pelo padre Duarte Lopes (10 de Setembro de 1799), e carta de profissão de hábito (10 de Abril de 1802).

Observações: Recebeu certidão negativa a 22 de Outubro de 1822. O pai foi sargento-mor de Águeda. O Bacharel tinha um irmão, de nome João de Castro Henriques, que foi capitão-mor daquela vila (MM).

José Correia de Abreu (Bacharel em leis), natural da freguesia da Conceição de Lisboa, filho de Filipe Correia, neto paterno de Domingos Correia e Isabel de Oliveira, e neto materno de Francisco de Abreu e Faria e Mariana de Torre. Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** (provisão); **Provedor de Leiria** (alvará); **Corregedor e Provedor da Comarca do Porto** por três anos (carta de 5 de Novembro de 1711), alvará para que possa vestir a beca de Desembargador (19 de Novembro de 1711); **Desembargador suplente** (carta de 21 de Maio de 1718), aposentado na Casa da Suplicação com o mesmo ordenado e propinas que tinha nos seus lugares (7 de Novembro de 1725), alvará de aposentação do lugar de **Desembargador da Relação do Porto** com vencimento (20 de Março de 1726). Recebeu alvará de foro de cavaleiro fidalgo (17 de Abril de 1693), alvará para renunciar ofício (29 de Março de 1695), carta de padrão de tença de 20\$000 réis efectivos em sua vida (6 de Abril de 1699), carta de padrão de tença de 20\$000 réis pela renúncia de José Álvares (10 de Abril de 1699), verba de 28\$000 réis de tença, padrão de 20\$000 réis de tença, alvará de sub-rogação de bens de capela, alvará de renúncia de ofício, alvará de compra de bens de capela, e carta para poder renunciar o ofício de Tabelião de Notas de Santarém em pessoa apta (19 de Abril de 1716).

Observações: Genro de Lucas José.

José Correia de Lacerda (Doutor em leis em 1760), também *João Correia de Lacerda*, filho de Francisco Correia de Lacerda (ou Manuel Joaquim Correia de Lacerda, ou João Correia de Lacerda, ou Carlos Lacerda).

Foi **Corregedor da Comarca de Aveiro** (provisão para jurar na Chancelaria por seu procurador servir o lugar de **Ouvidor das terras da Rainha** de 20 de Setembro de 1762); **Juiz das Sisas** (carta de 11 de Fevereiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Março de 1765), Desembargador e **Chanceler da Relação do Porto**; **Conservador dos Hamburgueses no Porto** (carta de 12 de Agosto de 1765), carta de sesmaria de Conservador (8 de Julho de 1768); **Desembargador da Casa da**

Suplicação (carta de 23 de Novembro de 1768); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Novembro de 1771); **Conselheiro do Conselho da Real Fazenda** (carta de 20 de Agosto de 1778); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 28 de Agosto de 1778); **Procurador da Fazenda da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 6 de Junho de 1785); **Procurador da Fazenda** (lugar de 26 de Junho de 1789); **Conselheiro da Fazenda e Secretário dos Negócios do Estado do Infantado**. Recebeu alvará de foro de fidalgo escudeiro (25 de Novembro de 1722), carta de padrão de tença de 38\$000 réis para sua irmã D. Maria de Portugal (16 de Abril de 1737), alvará de foro de moço fidalgo (18 de Janeiro de 1739), alvará de foro de fidalgo escudeiro por acrescentamento (10 de Fevereiro de 1739), alvará de foro de fidalgo escudeiro (16 de Fevereiro de 1754), carta de ordenanças de 120\$000 réis (16 de Outubro de 1763), alvará de foro de moço fidalgo com acrescentamento a fidalgo escudeiro (21 de Janeiro de 1780), alvará de foro de fidalgo cavaleiro por acrescentamento (25 de Junho de 1782), e (com outro) provisão para tomarem a juro a quantia de 1889\$990 réis e assim mais 72\$000 réis cujas quantias são pertencentes ao vínculo de que era administrador Carlos Correia de Lacerda debaixo da hipoteca de que tratam (9 de Março de 1785).

Observações: Foi 8.º neto de Fernão Afonso Correia que, em tempo de El-Rei D. João I, foi senhor de Farelães, Votados, S. Pedro do Monte, Vilharpares, Riba de Mouro, Freixinel, Castelo de Neiva, Penafiel, Sequeira, Nomães, Mondim e Filhais. Este Fernão Afonso Correia era bisneto de D. Paio Correia, que foi mestre de Santiago feito no ano de 1242. Foi seu filho o Desembargador Lourenço Correia de Lacerda (MM).

José da Costa Correia (Bacharel), nascido em 1658, natural de Lisboa, filho de José Correia e de Maria Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (depois de 1683); **Juiz de Fora da Baía**, tendo criado o lugar (1686), **Superintendente do tabaco da Baía, Provedor da Baía; Desembargador da Relação da Baía** (1701). Recebeu verba de 38\$000 réis de tença, padrão de 38\$000 réis de tença, alvará de renúncia de ofício, alvará de ordenado, alvará de dispensado para gozar nobreza dos cidadãos, e padrão de 8\$000 réis de tença (30 de Setembro de 1724).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 18 de Junho de 1687 (HOC).

José da Costa Dias Barros (Bacharel em cânones), também *José da Costa Dias*, nascido em 1734 ou 1735, natural de Faro, filho de Lourenço da Costa Dias e de Isabel Rodrigues de

Barros, neto paterno de Manuel Dias da Costa e Maria Gonçalves, e neto materno de António de Barros e Isabel Rodrigues.

Foi **Juiz do crime do Bairro da Ribeira** (despachado a 7 de Janeiro de 1771); **Ouvidor do Ceará** (acabou em 1781); **Ouvidor da Capitania de Moçambique, Rios de Sena e Sofala** (carta de 2 de Março de 1785), provisão para igualmente servir de **Juiz da alfândega da mesma Capitania** (2 de Março de 1785); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Capitania de Moçambique** (alvará de 4 de Março de 1785); **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 2 de Março de 1785 e 24 de Dezembro de 1794). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares de letras do Senado (3 de Julho de 1767), carta de profissão de hábito (10 de Fevereiro de 1796), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (7 de Julho de 1796), e carta de padrão de tença de 2\$000 réis num dos Almoarifados do Reino a título da Ordem de Cristo (19 de Agosto de 1796).

Observações: Recebeu certidão negativa a 23 de Março de 1805. Os pais e avós maternos são naturais de Faro. Os avós paternos são naturais de Vila Nova de Portimão. Os pais e avós maternos vivem das suas lavouras e fazendas. O avô paterno viveu das suas fazendas e lavouras, e do soldo de sargento reformado do regimento de Lagos. O habilitante é, à data de Setembro de 1765, solteiro e morador em Faro. O habilitante é bom estudante (LB). O pai era natural de Portimão, e homem de negócio de Faro. O Bacharel é irmão de Lourenço da Costa Dias, que foi Capitão de artilheiros da ordenança de Faro, e de D. Maria, havendo sido esta mulher do Capitão António de Brito (MM).

José da Costa Ribeiro de Vasconcelos (Bacharel; Licenciado em leis), nascido em 1701 ou 1702, natural da Ilha da Madeira (ou do lugar de Runa no termo de Torres Vedras), filho de Jerónimo Teixeira de Góis (ou António da Costa) e de Maria Antónia, neto paterno de Francisco Pires e Vicência da Costa, e neto materno de Domingos Fernandes e Maria Ribeira.

Foi **Juiz de Fora de Mértola** por três anos (carta de 3 de Setembro de 1712); **Ouvidor de Cabo Verde** (provisão de beca honorária com o lugar de 25 de Setembro de 1728), carta de Ouvidor-Geral da Ilha de Cabo Verde com assento na Relação do Porto dando boa renda (4 de Dezembro de 1728); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes e capelas de Cabo Verde** (provisão de serventia do ofício de 8 de Outubro de 1728); **Juiz de Fora de Sesimbra** (carta de 30 de Março de 1734); **Desembargador de Goa** (carta de 15 de Abril de 1737); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação de 13 de Novembro de 1741), carta de Desembargador Extravagante da

Casa da Suplicação (10 de Dezembro de 1745), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (18 de Março de 1747), alvará aposentando-o do lugar (20 de Agosto de 1748), alvará aposentando-o do lugar vencendo 212\$400 réis (23 de Setembro de 1748); **Ouvidor-Geral do crime** (1744); **Juiz das Apelações e Agravos dos Cativos** (provisão de 11 de Fevereiro de 1750); **Procurador da Coroa** (carta de 27 de Maio de 1754), alvará para que tenha dois moios de trigo de ordenado como Provedor da Coroa (28 de Janeiro de 1755); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de 4 de Maio de 1758); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta de 4 de Janeiro de 1762); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 12 de Janeiro de 1762); **Deputado da Junta da Sereníssima Casa de Bragança; Deputado da Junta do tabaco; Deputado da Junta do Infantado**. Recebeu carta de tença de 28\$000 réis e hábito (15 de Junho de 1728), carta de tença de 12\$000 réis e hábito (19 de Junho de 1728), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Maio de 1739), carta para ser provido do hábito da Ordem de Cristo (2 de Janeiro de 1740), padrão de 192\$000 réis de juro (28 de Setembro de 1754), alvará de dois moios de trigo e 12\$000 réis de ordenado (28 de Janeiro de 1755), alvará de foro de fidalgo da Casa (2 de Julho de 1762), apostila de 65\$000 réis de juro na Casa da Moeda (29 de Janeiro de 1772), verba da dita quantia (21 de Março de 1772), provisão ao Desembargador Alexandre José Ferreira Castelo para hipotecar o seu morgado à restituição do dote da filha do dito (11 de Janeiro de 1779), apostila de 12\$922 réis de juro (30 de Janeiro de 1784), e carta de legitimação (18 de Março de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 27 de Janeiro de 1815. Morreu a 28 de Abril de 1785, havendo sido sepultado no dia seguinte em S. Vicente. Teve duas filhas uma, mulher do Desembargador Alexandre José Ferreira Castelo, e a outra, D. Antónia Cláudia Rosa da Costa Ribeiro, mulher que foi de António Joaquim de Pina Manique (MM).

José da Costa e Silva (Mestre em artes; Bacharel e Doutor em leis), natural de Lisboa e baptizado na Igreja de S. Julião, filho de Pedro da Costa e Silva e de D. Francisca da Conceição da Silva, neto paterno de Pedro Manuel e Ana Gomes, e neto materno de Romão Gonçalves e Catarina da Silva.

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 16 de Novembro de 1717); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Janeiro de 1725); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 5 de Novembro de 1727); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Junho de 1734); **Juiz dos Contos do Reino** (carta

de 26 de Março de 1738). Recebeu carta de Escrivão das Avenças das Três Casas (7 de Março de 1738), e alvará para seu filho Luís José de Figueiredo servir o ofício de Escrivão das Três Casas (1 de Abril de 1743).

José da Cunha Brochado (Bacharel; leu a 21 de Outubro de 1673), natural de Lisboa, filho de António da Cunha da Fonseca (ou António da Cunha, ou António Brochado) e de D. Joana do Quental, neto paterno de Belchior da Fonseca e Domingas de Macedo, e neto materno de António Marinho e Isabel do Quental.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra; Juiz do cível de Lisboa; Provedor de Miranda; Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 12 de Dezembro de 1705); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 13 de Agosto de 1708); **Chanceler das Três Ordens Militares** (provisão de 22 de Dezembro de 1720). Recebeu provisão para haver a diferença do ordenado do cargo de Provedor (7 de Setembro de 1689), verba de 53\$000 réis de tença, verba de 12\$000 réis de tença, alvará para tomar posse de cargo por procurador, carta de tença de 12\$000 réis com o hábito (23 de Setembro de 1710), carta de tença de 8\$000 réis (23 de Setembro de 1710), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (15 de Outubro de 1727).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Lisboa. A mãe e avós maternos são naturais de Cheleiros da Comarca de Torres Vedras. O pai, para além de tenente do castelo de S. Jorge, era familiar do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O avô paterno era cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Alteza, passando esse foro para o pai do habilitando. Os avós maternos viviam nobremente da sua fazenda. Os avós paternos são à data da inquirição já falecidos. O Bacharel é, à data de Agosto de 1673, solteiro e vive sob a administração paterna (LB). Ajustou o casamento do rei D. José com a rainha D. Mariana Vitória. No Memorial de Ministros, no que toca à filiação do nosso homem refere-se que «[...] dizem [ser] filho de António Brochado [...]». O pai é natural de Basto e, além de escudeiro fidalgo, foi Governador de Tãnger e coronel (MM).

José da Cunha Cardoso (Bacharel), nascido em 1677, natural de Alhandra, filho de José da Cunha Feio e de Marta de Basto.

Foi **Juiz de Fora de Torrão** (carta de 26 de Março de 1707); **Juiz de Fora de Portalegre** (carta de 10 de Novembro de 1711); **Ouvidor da Baía** (carta de 4 de Fevereiro de 1719); **Provedor da Baía** (carta de 29 de Março de 1719); **Desembargador da Relação da Baía** com posse na Relação do Porto (carta de 18 de Setembro de 1726); **Provedor Régio das Caldas da Rainha** (carta de 11 de Julho de 1729). Recebeu

provisão de licença para casar (28 de Março de 1722), provisão para tomar posse por procurador (21 de Novembro de 1726), e padrão de 18\$000 réis de tença (17 de Setembro de 1733).

Observações: Foi nomeado Provedor das Caldas por recusar a Relação do Porto em protesto por ter sido ultrapassado na Casa da Suplicação por candidatos mais novos, tendo de seguida ingressado na vida eclesiástica (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 18 de Junho de 1687 (HOC).

José da Cunha Fialho (Bacharel em 1776), nascido em Lisboa, natural de 1751 ou 1752, filho de João Maurício da Cunha e de D. Águeda Rosa Fialho, neto paterno de Pascoal da Costa e Almeida e D. Calista Teresa Dantas, e neto materno de Manuel de Barros Murzelo e Catarina Josefa Fialho.

Foi **Juiz de Fora da Moita** (carta de 6 de Outubro de 1778); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (19 de Junho de 1784), carta (12 de Outubro de 1784), provisão de licença por dois meses (8 de Abril de 1785); **Ouvidor do Mestrado da Ordem de Santiago** (provisão de 23 de Setembro de 1789); **Corregedor de Torres Vedras** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta (21 de Novembro de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de Desembargador com posse ordinária e antiguidade continuando no lugar da Comarca de Torres Vedras de 19 de Outubro de 1798), carta de um lugar (17 de Novembro de 1798), provisão de licença para por seu procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador da Relação do Porto (17 de Dezembro de 1798); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Junho de 1804); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de mercê de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação continuando no exercício de Corregedor da Comarca de Torres Vedras de 12 de Abril de 1807); **Conselheiro da Fazenda** com ordenado por inteiro (carta de 22 de Fevereiro de 1821). Recebeu provisão para poder entrar nas vilas das câmaras de Torres Vedras (28 de Novembro de 1789), carta de profissão de hábito (7 de Janeiro de 1800), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (3 de Março de 1800), padrão de 38\$000 réis de tença (6 de Março de 1800), e carta de padrão de 38\$000 réis de tença (16 de Março de 1800).

Observações: O pai foi Escrivão em Alenquer. Os pais e avós trataram-se sempre à lei da nobreza, tendo pelo menos os últimos morado em Lisboa. O Bacharel é, aos finais de Setembro de 1776, solteiro e morador em Lisboa no Bairro da Ribeira (LB).

José da Cunha Soares (Bacharel), nascido em 1654, natural de Coimbra, filho de Bento de Almeida e de Ana Cerdeira.

Foi **Juiz de Fora de Chamusca** (carta de 29 de Janeiro de 1693); **Juiz dos órfãos de Beja** (1698); **Ouvidor de Montemor-o-Velho** (depois de 1702); **Ouvidor de Alagoas** criado de novo (carta de 6 de Fevereiro de 1711); **Provedor de Alagoas** (carta de 4 de Março de 1711); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 15 de Dezembro de 1719). Recebeu provisão para jurar na Chancelaria por procurador (18 de Fevereiro de 1720).

José Dias Ribeiro (Doutor e lente de cânones; colegial do Colégio Real), nascido em 1692 ou 1693, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Nicolau, filho de Francisco Dias e de Catarina da Silva, neto paterno de Pascoal Fernandes e Maria Dias, e neto materno de Manuel da Silva e Mariana Ribeira.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Outubro de 1733), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (18 de Agosto de 1734); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738). Recebeu provisão de 8\$000 réis de tença (1 de Dezembro de 1734), e provisão de 12\$000 réis de tença (17 de Janeiro de 1735).

Observações: O pai e avó paterna são naturais do lugar do Pego pertencente à freguesia de Santa Maria de Alvorninha e nesta baptizados. O avó paterno é natural do lugar das Laranjeiras da freguesia de Santa Maria de Alvorninha e do termo de Santa Catarina nos coutos de Alcobaça. O pai e avós paternos foram moradores no lugar do Pego tendo o primeiro ido depois para Lisboa. A mãe e avó materno são naturais de Lisboa, sendo a primeira baptizada na freguesia de S. Julião e o último na de S. Nicolau. A avó materna é natural da Panasqueira, pertencente à freguesia de S. Bartolomeu da Charneca do termo de Lisboa, e foi baptizada na mesma freguesia. A mãe e avós maternos moraram na freguesia de S. Nicolau. Os familiares sobreditos são à data das inquirições todos defuntos. O pai foi aceite em 1708 como filho da Casa dos Vinte e Quatro, enquanto ourives do ouro. O avó materno também foi ourives do ouro. Os avós paternos e alguns dos seus filhos terão servido os cargos da república da vila de Santa Catarina. O Doutor é reitor no colégio real de S. Paulo da Universidade de Coimbra e, antes de se habilitar aos lugares de letras, foi-lhe dada a mercê de Desembargador titular da Relação do Porto. O Doutor e o pai são familiares do Santo Ofício. O Doutor é, à data de Março de 1733, solteiro e mora à data de Maio do mesmo ano em Lisboa. O Doutor foi bom estudante (LB).

José Dias do Vale (Bacharel), nascido em 1724, natural da Baía, filho de António Luís do Vale e de Francisca Dias Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Amarante** (carta de 30 de Setembro de 1753); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 16 de Maio de 1760). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença (20 de Setembro de 1761 e 5 de Maio de 1764).

José Diogo Mascarenhas Neto (Bacharel em leis), também *José Diogo Mascarenhas*, nascido em 1753 ou 1754, natural de Alcantarilha no termo de Silves e Comarca de Faro no Algarve, filho de João Jacinto Neto e de D. Ana Paula, neto paterno de Manuel Neto e D. Brites Maria dos Santos, e neto materno de Diogo Mascarenhas e D. Teresa Francisca de Mendonça.

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (carta do lugar de 13 de Outubro de 1781), posse (1 de Julho de 1782), provisão de licença de dois meses (12 de Agosto de 1783); **Corregedor da Comarca de Guimarães** (decreto de 29 de Agosto de 1786 e posse a 7 de Janeiro de 1787), carta do lugar (25 de Novembro de 1786), provisão de licença de dois meses; **Juiz Conservador do Contrato Geral do tabaco e Saboarias da Comarca de Guimarães** (provisão de 15 de Fevereiro de 1787); **Superintendente-Geral das Estradas** que se tem delineado de Lisboa até ao Porto no lugar de Corregedor de Guimarães em primeiro banco com beca e posse na Relação do Porto (decreto nomeando-o por comissão de 11 de Março de 1791), carta de primeiro banco com beca (14 de Abril de 1791); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1794), carta de Desembargador da Relação do Porto (5 de Julho de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** com exercício nas comissões com que se acha encarregado (17 de Dezembro de 1802), carta (20 de Janeiro de 1802), carta de privilégio de Desembargador (16 de Agosto de 1806); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa e Conselheiro** (carta de título do Conselho de 7 de Janeiro de 1805), carta de Vereador do Senado da Câmara (9 de Janeiro de 1805); **Juiz Conservador da Nação Francesa** (alvará do lugar de 18 de Junho de 1805). Recebeu carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Ana Paula Mascarenhas de Mendonça (4 de Maio de 1799).

Observações: Recebeu certidão negativa a 2 de Maio de 1828, com 80 anos de idade. O pai e avós paternos são provavelmente naturais de Alcantarilha. Os avós maternos são naturais de Faro, e aí viveram. O pai é capitão-mor de Silves e formado pela Universidade de Coimbra, vivendo à data da inquirição na sua quinta em Alcantarilha. O avó materno foi Guarda-mor de Faro. O Bacharel é, à data de Agosto de 1780, solteiro e mora à data de Setembro do mesmo ano em Alcantarilha. O Bacharel é bom estudante. As testemunhas referem-se aos familiares como pessoas de muita distinção (LB). O pai era capitão-mor de Silves. Por

decreto de 11 de Março de 1791 foi Sua Majestade servida graduá-lo, nomeando-o por comissão Superintendente-Geral das Estradas que se tem delineado de Lisboa até ao Porto no lugar de Corregedor de Guimarães em primeiro banco com beca e posse na Relação do Porto para nela ter exercício que dito a mesma Senhora o houver por bem. Foi sócio da Academia Real das Ciências (MM).

José de Faria (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Manuel de Faria e de Maria Nogueira, neto paterno de Manuel Gil de Esposende e Catarina de Faria, e neto materno de Gregório Gomes e Joana Carreira.

Foi **Juiz do civil de Lisboa** (1671); **Procurador-Geral e Promotor das Ordens Militares** (27 de Agosto de 1677); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 20 de Janeiro de 1695); **Conselheiro** (carta); **Chanceler-mor** (carta). Recebeu hábito de noviço (15 de Janeiro de 1677), carta de Guarda-mor da Torre do Tombo (25 de Janeiro de 1695), carta de Cronista-mor (11 de Abril de 1695), alvará de ordenado de 280\$000 réis (2 de Maio de 1695), alvará de ordenado de Cronista-mor (17 de Maio de 1695), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (17 de Setembro de 1695), carta de padrão de tença de 200\$000 réis (8 de Agosto de 1701), alvará para que tenha anualmente 60\$000 réis para um oficial que lhe assista (15 de Maio de 1702), alvará de acréscimo de moradia (2 de Março de 1702), alvará de moradia em espécie (17 de Março de 1702), alvará para receber pelo Almojarifado a moradia em espécie (18 de Maio de 1702), e alvará de ordenados.

Observações: Foi Secretário da Assinatura. O pai e avó paterna são naturais de Barcelos, ausentando-se o primeiro da dita vila ainda moço. O avó paterno é natural de Esposende. Os avós maternos são naturais de Lisboa. O pai serviu de Escrivão no Juízo eclesiástico e tinha um primo, chamado António de Faria Machado, natural de Barcelos, que foi Inquisidor do Santo Ofício nas partes da Índia. Diz-se que pela parte paterna descende o Bacharel de gente nobre e das melhores famílias de Barcelos e Esposende. O Bacharel tem um irmão religioso de S. Bernardo, e outro prior de S. Miguel de Torres Vedras. O Bacharel tem muitos parentes cavaleiros do hábito de Cristo e fidalgos da Casa Real pela parte paterna. O Bacharel é, à data de Abril de 1665, solteiro (LB). A avó paterna era filha de João Gonçalves Barroso, ou Lopo Nunes de Andrade e de Violante de Faria. Esta bisavó era filha de Brás de Faria e de Catarina Afonso Coelho. O Bacharel teve um irmão frei, de nome Luís de Faria, que foi abade geral e esmoler-mor, eleito em Maio de 1671 (MM).

José Feio de Melo e Albuquerque (Bacharel), nascido em 1732, natural de Pernambuco, filho de Manuel de Melo e Albuquerque e de Ana Cavalcante de Melo.

Foi **Juiz de Fora de Pará** (1760); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 27 de Maio de 1779).

José Feliciano da Rocha Gameiro (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Juiz de Fora de Castro Marim** (decreto de 9 de Agosto de 1779), carta (30 de Setembro de 1779), reconduzido (19 de Junho de 1784); **Juiz de Fora de Vila Real de Santo António** (1785); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (decreto de 22 de Agosto de 1789), provisão para servir com o dito lugar o de **Conservador do Contrato do Sal** na mesma cidade (25 de Setembro de 1790), carta (25 de Maio de 1803), carta de privilégio (6 de Agosto de 1804); **Conservador do Contrato Geral do tabaco e Saboarias na cidade e Comarca do Porto** (provisão do lugar de 12 de Novembro de 1804); **Ouvidor do crime da primeira vara** (carta de 30 de Julho de 1821); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado de 10 de Março de 1824). Recebeu carta de confirmação da doação de bens que lhe fizera seu irmão António Joaquim de Sales Gameiro (28 de Novembro de 1804), e carta de propriedade vitalícia do ofício de Almojarifado de Alcoelha (27 de Setembro de 1805). **Observações:** Casou em Vila Real de Santo António com D. Ana Preciosa de Mendonça Pessanha, filha de Francisco de Mendonça Pessanha, que foi tenente-coronel e Governador da mesma vila, e de D. Feliciano Tomásia de Aquino da Silva. Esta era filha de Francisco Nunes da Silva, que foi Vedor do Algarve, e de D. Antónia Augusti Yuvaca, que era natural de Valença do Reino de Castela, e filha de Salvador Augusti Yuvaca, Acaide-mor que foi de Molvedo e senhor de Fóios, também no Reino de Castela (MM).

José Félix de Araújo (Bacharel em leis em 1776), natural de Lisboa, filho de Domingos António de Araújo e de D. Berarda Maria dos Mártires, neto paterno de Luís da Costa e D. Caetana Maria, e neto materno de Manuel Ferreira da Fonseca e D. Madalena do Sacramento.

Foi **Juiz do crime do Bairro do Mocambo** (decreto de Setembro de 1778); **Juiz do crime do Bairro de Andaluz** com predicamento de correição ordinária (29 de Junho de 1784), posse (12 de Julho de 1784); **Provedor das fazendas de Mato Grosso** (carta do lugar de 28 de Outubro de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 21 de Agosto de 1807). Recebeu carta de profissão de hábito (24 de Outubro de 1794), portaria do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (13 de Janeiro de 1795), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (4 de Julho de 1795), (com sua

mulher) carta de confirmação da doação de uma quinta com suas pertenças no sítio de Corroios do termo de Almada que lhes fez sua tia D. Tomásia Maria Colaço Malafaia (14 de Outubro de 1815), e (com sua mulher) provisão de subbenfiteuticação de um pedaço de vinha no lugar de Corroios do termo de Almada a António Gomes (17 de Março de 1820). **Observações:** É irmão do Bacharel Joaquim Manuel Xavier de Araújo (MM).

José Félix Potier Lamas (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (carta do lugar de 19 de Março de 1800), decreto (4 de Maio de 1800), carta do lugar (19 de Maio de 1800); **Ouvidor de Moçambique** dando-se-lhe por acabado o lugar de Sesimbra com posse na Relação do Porto (decreto de Fevereiro de 1802), provisão de dispensa (30 de Março de 1802), carta de Ouvidor de Moçambique com posse de Desembargador da Relação do Porto (8 de Abril de 1802), provisão para servir o lugar de **Juiz da alfândega** da mesma capitania (30 de Março de 1802); **Provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes de Moçambique** (alvará de mercê do ofício de 6 de Abril de 1802), alvará (8 de Abril de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Abril de 1802). Recebeu carta de profissão de hábito (10 de Abril de 1802), e carta de padrão de hábito e tença (15 de Maio de 1802).

José Fernandes Nunes (graduado na Faculdade de leis e colegial do Real Colégio de S. Paulo), nascido a 16 de Abril de 1728, natural do Porto, filho de Manuel Fernandes Nunes e de D. Maria Josefa Teixeira Bacelar, neto paterno de Domingos Fernandes Nunes e D. Maria Correia, e neto materno de Manuel Monteiro Correia e D. Rosa Maria Teixeira Bacelar.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (17 de Outubro de 1768), carta de um lugar (21 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1771); **Juiz Conservador das Cidades Asiáticas** (alvará de 27 de Junho de 1772); **Corregedor do cível e Corte** (carta de 25 de Abril de 1776); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Agosto de 1783), carta de privilégio de Desembargador (20 de Outubro de 1788); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta e alvará de 6 de Julho de 1789); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 11 de Maio de 1793); **Juiz Conservador dos Hamburgueses e da Nação Espanhola**. Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (3 de Outubro de 1770), (com Sebastião Rodrigues Junqueira negociante da Praça de Lisboa) provisão nomeando-os

para administrarem a casa de Dinis Gregório de Melo de Castro e Mendonça (5 de Maio de 1777), provisão de Juiz Privativo das causas da Prioresa e religiosos do Convento das Trinas do Mocambo (4 de Março de 1778), provisão para hipotecar bens da dita casa até à quantia de 20 000 cruzados etc. como administrador da casa de Pancas (9 de Março de 1784), provisão para do cofre dos resíduos se lhe dar 20 000 cruzados a juro debaixo da hipoteca dos bens de morgado da casa de Pancas (13 de Dezembro de 1784), e alvará de fidalgo cavaleiro (6 de Maio de 1793).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador. Recebeu certidão negativa a 14 de Abril de 1807, com 58 anos de idade. Passados os primeiros estudos na Pátria, seguiu a Universidade de Coimbra onde foi Doutor em leis. Casou no Porto com D. Rosa [...], filha de José Francisco Monteiro Maça. Tem três filhos chamados João, José, e Francisco. O pai era Doutor e advogado de bom nome, e ficando viúvo fez-se clérigo. Foi Cavaleiro fidalgo de Sua Majestade (MM).

José Ferreira Cardoso (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Vila da Feira** (carta de 20 de Maio de 1747), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (27 de Julho de 1754); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 4 de Maio de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Abril de 1772). Recebeu provisão de Tabela de Notas no Porto (23 de Junho de 1761), carta de propriedade do ofício de Tabela do Porto (14 de Agosto de 1761), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (28 de Abril de 1764).

Observações: É irmão do abade de Melres, o Doutor Pantaleão. Tem dois filhos que defenderam conclusões de Filosofia nos congregados em 1779, e ambos são ministros: o Doutor Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, e o Bacharel João Bernardo da Costa Cardoso. Faleceu no Porto em 1774 (MM).

José Ferreira Gil (Bacharel), nascido em 1713, natural de Lisboa, filho de Manuel Ferreira Gil e de Domingas da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Torres Novas** (1743); **Provedor da Paraíba** (carta de 16 de Fevereiro de 1750); **Ouidor da Paraíba** (carta de 18 de Fevereiro de 1750); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 4 de Maio de 1763); **Juiz Conservador da Casa da Moeda da Baía** (carta de 26 de Setembro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Novembro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Dezembro de 1778). Recebeu provisão de serventia temporária de ofício (16 de Fevereiro de 1750), provisão para se lhe satisfazer a terça parte mais do seu ordenado do tempo que serviu de Ouidor da Paraíba (6 de Dezembro de 1754); carta de profissão de hábito de Cristo (15 de Junho de 1763), carta de padrão de

tença de 12\$000 réis a título de hábito (4 de Julho de 1763), carta de hábito de Cristo (20 de Janeiro de 1806), e carta de hábito com 12\$000 réis de tença (2 de Maio de 1806).

Observações: Recebeu certidão negativa a 17 de Setembro de 1803, com 30 anos de idade.

José Ferreira de Horta (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Manuel Ferreira de Horta.

Foi **Juiz de Fora da Golegã** (1719); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 18 de Março de 1820), provisão de 50\$000 réis de ajuda de custo por uma só vez para servir como Desembargador da Relação de Goa (24 de Março de 1720); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1720), carta (6 de Julho de 1728), carta (18 de Março de 1738); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1754), aposentado na Casa da Suplicação vencendo somente o ordenado do lugar (decreto de 10 de Dezembro de 1764), alvará de aposentado no lugar (22 de Dezembro de 1764); **Juiz das Causas pertencentes a cativos e resíduos** (alvará de 19 de Julho de 1754); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 14 de Janeiro de 1755), **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (provisão de aposentado de 20 de Outubro de 1757), alvará de aposentado no lugar (20 de Dezembro de 1757). Recebeu carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito da Ordem de Cristo (20 de Setembro de 1728).

José Ferreira da Horta (Bacharel), nascido em 1717, natural de Lisboa, filho de José Ferreira da Orta e de Mariana de Lemos e Sousa.

Foi **Corregedor do Bairro de Alfama** (carta de 25 de Abril de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Fevereiro de 1750); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1754); **Juiz das Causas dos Cativos e resíduos** (carta de 19 de Julho de 1754). Recebeu alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (22 de Dezembro de 1764).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 15 de Janeiro de 1733 (HOC).

José de Figueiredo Carvalho (Bacharel), também *José de Figueiredo da Cunha*, natural de Alhandra, filho de Manuel Rodrigues Nogueira. Foi **Juiz de Fora de Almada** (carta de 9 de Dezembro de 1743); **Juiz do crime de Andaluz** (carta de **Corregedor do crime do Bairro Alto** de 6 de Novembro de 1759); **Desembargador da Casa da Suplicação**

(carta de Desembargador da Casa da Suplicação aposentado de 25 de Junho de 1781). Recebeu carta de hábito de Cristo (15 de Março de 1755).

Observações: Recebeu certidão negativa a 14 de Abril de 1815, com 94 anos de idade.

José Filipe Pires da Costa (Doutor em cânones), nascido em 1782 ou 1783, natural de Coimbra, filho de Bento Filipe e de Maria Angélica Gomes de Carvalho, neto paterno de António Rodrigues Coelho Filipe e Mariana da Costa, e neto materno de Manuel Marques de Carvalho e Antónia Gomes dos Santos.

Foi **Juiz de Fora do Fundão** (carta de 3 de Março de 1810), carta (3 de Julho de 1810), provisão para se lhe dar posse do lugar (13 de Julho de 1810); **Corregedor da Comarca de Arganil** (carta do lugar de 10 de Novembro de 1817), provisão para tomar posse do lugar (18 de Novembro de 1817), provisão para poder jurar por procurador (2 de Dezembro de 1817); **Corregedor da Comarca de Braga** (carta de 29 de Maio de 1822), provisão para poder jurar por procurador como Corregedor da Comarca de Braga (19 de Outubro de 1822); **Ouvidor de Macau** (carta do lugar de 20 de Setembro de 1825); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos de Macau** (alvará de mercê da serventia do ofício de 9 de Dezembro de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1825); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 5 de Fevereiro de 1855). Recebeu provisão para ser Administrador de sua mãe demente D. Maria Angélica Gomes de Carvalho (28 de Setembro de 1813), e carta de legitimação a sua filha Maria Conceição de Santa Apolónia (5 de Outubro de 1859).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do couto de Verride da Comarca de Coimbra. A mãe e avós maternos são naturais da vila de Eiras da referida Comarca. O pai é boticário e droguista em Coimbra. Os avós paternos eram lavradores ricos que serviram os cargos do concelho do couto de Verride. Os avós maternos eram lavradores ricos, servindo o avô materno de Capitão das ordenanças de Eiras. O habilitante é, à data de Maio de 1809, solteiro e sensivelmente à mesma data morador em Coimbra. O habilitante doutorou-se de 1805 para 1806, sendo informado com os votos de Muito Bom por 2 e Bom por 7 (LB).

José Firmino da Silva Galdes Quelhas (Bacharel), também *José Firmino da Silva Galdes*, natural de Alpedrinha, filho de Teodósio Galdes Quelhas.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Maio de 1815), carta de Desembargador da Relação do Porto com exercício na Casa da Suplicação (22 de Abril de 1817); **Desembargador**

da Casa da Suplicação (carta de 16 de Agosto de 1821); **Juiz das capelas da Coroa** (carta de 14 de Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Fevereiro de 1824). Recebeu provisão escusando-o da administração da herança de José Alves de Mira nomeando outro ministro para a mesma (3 de Março de 1821), e provisão escusando-o de Juiz Comissário da herança de Vitorino José Garcia e nomeando outro ministro para a mesma comissão (27 de Março de 1821).

Observações: Recebeu certidão negativa a 28 de Junho de 1826, com 51 anos de idade.

José Fiúza Correia (Bacharel; Licenciado), também *José Fiusa Correia*, natural de Bragança, filho de Francisco Fiúza Correia e de D. Francisca da Silva, neto paterno de Manuel Fiusa e Catarina Correia, e neto materno de José da Silva e Isabel da Fonseca.

Foi **Corregedor do crime de Alfama** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Junta do Comércio e Juiz Conservador Privativo** de todas as causas que a ela tocarem (carta de 3 de Abril de 1710); **Provedor da alfândega de Lisboa** por três anos (alvará de 15 de Outubro de 1712); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 13 de Agosto de 1715). Recebeu verba de 60\$000 réis de juro em Portalegre, verba de 40\$000 réis de juro nas Carnes, alvará para usar beca, alvará para vir à Corte por tempo de dois meses, carta de administração da capela do Corpo de Deus de Santa Clara e de Santo André de Estremoz (13 de Setembro de 1707), alvará de fidalgo cavaleiro por se achar casado com D. Agostinha Mariana da Silveira (16 de Julho de 1710), alvará para que tenha e haja 2\$000 réis e um alqueire de cevada por dia (13 de Dezembro de 1715), e carta de administração de uma capela e bens (25 de Abril de 1716).

Observações: Este indivíduo é dado como Desembargador e Juiz das capelas da Coroa. Os familiares são naturais de Lisboa, excepto o avô paterno que é nascido em Vila Nova da Cerveira. Os familiares são todos defuntos, salvo a mãe que administra a vida do Bacharel. O pai era Desembargador da Casa da Suplicação e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Os pais residiram em Bragança na ocasião de ser o pai Ouvidor da Comarca daquela cidade, explicando-se por tal a naturalidade do Bacharel. O avô paterno tinha dois irmãos, um chamado João Fiúza que foi médico do Hospital Real e da Inquisição e também familiar do Santo Ofício, e outro chamado Francisco Fernandes Fiúza, que foi sacerdote. O avô materno parece ter sido lapidário e foi avaliador de diamantes na Casa da Índia, comprando e vendendo-os. O Bacharel tem um irmão chamado Luís Fiúza Correia que, à data da inquirição, desempenha o cargo de Juiz de Fora de Pinhel. O Bacharel tem três tios

maternos religiosos de Santo Agostinho, e um outro que foi abade da vila de Rebordãos. O Bacharel é, à data de Novembro de 1672, solteiro. O Bacharel é, por nota da Universidade, bom estudante (LB).

José Fortunato de Brito Abreu Sousa e Menezes (Bacharel em 1791), nascido em 1766 ou 1767, natural da Guarda, filho de António de Brito Leitão Abreu e Sousa e de Teresa Joaquina de Jesus e Brito, neto paterno de Manuel de Brito Leitão e Mariana Coelho, e neto materno de Jacinto Jorge da Costa e Maria de S. José.

Foi **Juiz de Fora de Figueira** (decreto de 24 de Junho de 1796); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** em consulta do Desembargo do Paço (Março de 1801), carta de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro com posse na Relação do Porto (16 de Abril de 1801), provisão para vencimento de ordenado como Desembargador da Relação do Rio de Janeiro (20 de Maio de 1801). Recebeu carta de profissão de hábito (26 de Novembro de 1803).

Observações: Os familiares apontados são naturais da Guarda. O Bacharel é, à data de Janeiro de 1792, solteiro e mora à mesma data na Guarda. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Francisco de Lencastre (D.) (Doutor), natural de Lisboa, filho de João Xavier de Lencastre.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 1 de Setembro de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Junho de 1803), carta de privilégios de Desembargador (12 de Fevereiro de 1812); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Novembro de 1817), provisão para tomar posse do lugar (20 de Novembro de 1817); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 21 de Março de 1825); **Desembargador do Desembargo do Paço e Petições** (carta de um lugar ordinário de 22 de Março de 1825). Recebeu alvará de foro de moço fidalgo (25 de Maio de 1771), alvará de foro de fidalgo escudeiro por acrescentamento (26 de Junho de 1785), provisão para ser aliviado da comissão de que se trata (26 de Maio de 1809), (por cabeça de sua mulher) provisão para aforar a José Pires as duas herdades chamadas Porto de Mouro e das juntas sitas nos termos das vilas de Ferreira Alvalade e Torrão (18 de Dezembro de 1810), (com sua mulher) provisão de confirmação da sua escrita dotal (15 de Dezembro de 1813), provisão de dispensa da qualidade de Desembargador para prosseguir na denúncia de duas capelas instituídas por Pedro Nunes de Valadares (10 de Maio de 1815), alvará de administração de capela (3 de Julho de 1815), alvará de administração da capela que na Igreja de Santa Maria de Oeiras instituiu o Dr. Pedro

Nunes de Valadares (3 de Julho de 1815), alvará de administração da capela instituída na Igreja de S. Martinho de Sintra pelo Dr. Pedro Nunes de Valadares (5 de Julho de 1815), provisão para prosseguir na denúncia da capela instituída na vila de Oeiras pelo Doutor Pedro Nunes de Valadares (10 de Julho de 1815), provisão para prosseguir na denúncia da capela instituída na vila de Sintra pelo Doutor Pedro Nunes de Valadares (10 de Julho de 1815), alvará de administração vitalícia da capela instituída na Igreja de S. Martinho de Sintra pelo Doutor Pedro Nunes de Valadares (3 de Julho de 1816), alvará de administração vitalícia da capela instituída na Igreja de Santa Maria de Oeiras pelo Doutor Pedro Nunes de Valadares (3 de Julho de 1816), e provisão ao conde da Lousã D. Diogo de Meneses para o dito ser Administrador na sua ausência da casa do seu sogro o conde do mesmo título (28 de Abril de 1817). **Observações:** Recebeu certidão negativa a 22 de Junho de 1830, com 66 anos de idade.

José Francisco de Oliveira (Bacharel em leis), natural de Lisboa da freguesia de S. Mamede, filho de Feliciano de Oliveira Braga e de Ana Vitória, neto paterno de Custódio de Oliveira Braga e Vitória Ramires, e neto materno de Francisco Lopes de Andrade e Dária Maria.

Foi **Juiz de Fora de Oliveira do Bairro** (carta de 4 de Fevereiro de 1777); **Juiz de Fora da cidade de S. Paulo do Reino de Angola** com predicamento de correição ordinária (decreto de 11 de Outubro de 1786), carta (19 de Maio de 1787); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de S. Paulo da Assunção de Angola** (alvará de ofício de 19 de Março de 1787); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 13 de Maio de 1794), carta (6 de Outubro de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário da Relação do Porto de 21 de Maio de 1803).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Braga, sendo o último aí falecido e da freguesia de Santa Justa (LB).

José Franco Falcão (Bacharel), filho de Manuel Bernardo Falcão (ou Bernardo Falcão).

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (carta de 12 de Junho de 1747); **Corregedor de Leiria** (carta de 2 de Novembro de 1753); **Corregedor do Bairro de Belém** (carta de 29 de Janeiro de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 17 de Outubro de 1768 e posse a 19 de Novembro de 1768 ficando a servir de **Contador do Mestrado de Cristo** com três mil cruzados de renda), carta (26 de Novembro de 1768), aposentado na Relação do Porto (decreto

de 30 de Dezembro de 1775), alvará de aposentado no dito lugar (12 de Fevereiro de 1776), alvará de aposentado da Relação do Porto (12 de Junho de 1776), alvará de ordenado de 200\$000 réis na Relação do Porto (18 de Junho de 1776). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis (16 de Agosto de 1734), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (18 de Fevereiro de 1743).

Observações: O pai é sargento-mor reformado no regimento de Cascais, e cavaleiro na Ordem de Cristo. A mãe é irmã do Bacharel Simão Franco (MM).

José Freire Falcão de Mendonça (Bacharel em cânones), nascido em 1708 ou 1709 (ou a 3 de Agosto de 1711), natural de Figueira no termo de Castelo Rodrigo, filho de Manuel da Cella de Almeida (ou Manuel de Cela Falcão) e de Maria Freire da Guerra (ou D. Maria Freire da Fonseca), neto paterno de António de Almeida e Maria de Cella de Mendonça, e neto materno de João Velho da Costa e Maria da Rua Freire.

Foi **Juiz de Fora de Algozo** (carta de 27 de Março de 1734), posse (25 de Junho de 1734, que serviu até 1741); **Juiz de Fora de Portalegre** (carta de 10 de Fevereiro de 1744), posse (24 de Fevereiro de 1744);

Provedor de Lamego (alvará de 25 de Agosto de 1751), alvará (25 de Agosto de 1751); **Corregedor de Évora** (28 de Agosto de 1764), carta (12 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Superintendente-Geral das Alfândegas do Sul** (5 de Agosto de 1761), carta de Desembargador da Relação do Porto e Superintendente-Geral das Alfândegas da Província do Alentejo e Reino do Algarve (17 de Agosto de 1767), alvará de 400\$000 réis de ordenado de Superintendente (18 de Agosto de 1767);

Desembargador da Casa da Suplicação (carta de 8 de Junho de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Abril de 1779), carta de um lugar ordinário de Desembargador Agravista (27 de Abril de 1779), passou para os Agravos (4 de Maio de 1779); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 27 de Agosto de 1782). Recebeu carta de ofício de Tabelião do Judicial e Notas de Castelo Rodrigo (15 de Junho de 1750), provisão à Câmara de Castelo Rodrigo para lhe sub-rogar uma leira de terra por outra no termo da mesma vila (31 de Março de 1772), provisão de extinção de ónus em bens do padre Domingos Gonçalves na freguesia da Mata de Lobos Comarca de Pinhel (10 de Março de 1773), provisão de extinção de ónus em bens de Francisco Fernandes Alvanar na freguesia de Figueira da Comarca de Pinhel (10 de Março de 1773), provisão de extinção de ónus em bens do

padre Francisco Romão na freguesia de Mata de Lobos na Comarca de Pinhel (10 de Março de 1773), provisão de extinção de ónus em bens de Inês Vaz na freguesia de Figueira Comarca de Pinhel (10 de Março de 1773), provisão de extinção de ónus em bens de Manuel de Sella Falcão e sua mulher nas vilas de Reigada e cinco vilas (10 de Março de 1773), provisão de extinção de ónus em bens de Vicente Quadrado na Comarca de Pinhel (10 de Março de 1773), carta de doação de bens (18 de Janeiro de 1775), provisão para anexar ao seu morgado os bens confiscados a Francisco Nunes de Carvalho (19 de Setembro de 1777), e provisão para seus filhos e genro poderem jurar sobre o contrato que na escritura da herança futura lhe deixara (11 de Agosto de 1785).

Observações: O pai e avô paterno são naturais e assistentes de Figueira do termo de Castelo Rodrigo. A avó paterna é natural de Reigada do termo de Castelo Rodrigo e moradora em Figueira. A mãe e avós maternos são naturais de Vilar Torpim do termo de Castelo Rodrigo, sendo a primeira assistente em Figueira e os últimos moradores na sua terra natal. Os pais e avós eram lavradores abastados, que cultivavam e mandavam cultivar pelos seus criados. O avô paterno era, à data da inquirição, ainda vivo. O pai foi vereador em Castelo Rodrigo. O Bacharel tem de ambos os lados tios e parentes clérigos. O Bacharel é, à data de Abril de 1733, solteiro. Ao Bacharel é feita em 1750 a mercê de um dos ofícios de Tabelião do Juiz e Notas de Castelo Rodrigo, proveniente da parte da sua mulher, e entre 1733 e aquela data serviu o Bacharel durante doze anos de Juiz de Fora de Algozo e de Portalegre, de que deu boa residência. O Bacharel casou-se com D. Helena da Costa Mendonça na vila de Cinco Vilas da ouvidoria de Tomar no ano de 1746 (LB). Teve aplicação viva para os estudos e na Universidade. Estando nesta ocupação [Desembargador da Relação do Porto e Superintendente-Geral das Alfândegas da Província do Alentejo e Reino do Algarve] tirou o devassado desacato de 3 de Novembro feito à sagrada pessoa de El-Rei D. José I em Vila Viçosa, de que foi seu Escrivão o Desembargador Diogo Inácio de Pina Manique por ordem especial do mesmo soberano. Ultimamente foi Desembargador da Mesa da Consciência e Ordens, a cujo Tribunal nunca faltou ainda depois de cego de ambos os olhos porque o Tabelião lhe lia os Feitos que ele depois com admirável memória relatava em mesa. Faleceu a 8 de Janeiro de 1789, e no mesmo dia foi sepultado no Convento de Santo António do Curral. Foi casado com D. Helena da Costa e Mendonça, que era sua parenta e filha ilegítima do Doutor Bernardo da Cela Falcão, sendo este natural da vila de Arreigada e senhor do morgado das cinco vilas. Do dito casamento teve o Desembargador João Bernardo da Costa Falcão de Mendonça, e D. Helena da Costa Freire Falcão, que casou com o Bacharel António Dias Teles de Vila Fanha. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo (MM).

José de Freitas Serrão (Bacharel), natural de Lisboa da freguesia da Madalena, filho de António de Freitas Serrão e de Brites Monteiro, neto paterno de Gaspar Serrão de Freitas e Maria

Pimenta, e neto materno de Custódio Pinto e Catarina Monteiro.

Foi **Desembargador da Baía** (posse a 23 de Março de 1675); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Fevereiro de 1682); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Junho de 1686), alvará de Desembargador da Casa da Suplicação com o ordenado de 300\$000 réis cada ano (18 de Janeiro de 1692); **Conselheiro Ultramarino** supranumerário (carta de 8 de Outubro de 1691); **Procurador da Fazenda Real da Repartição do Conselho Ultramarino** (carta de 12 de Fevereiro de 1716). Recebeu alvará para cumprir certo testamento, alvará sobre benfeitorias de uma marinha, e alvará de ordenado.

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores da sobredita freguesia de Lisboa e são, à data da inquirição, falecidos. O Bacharel é, à data de Agosto de 1661, solteiro e leva uma vida sem defeitos (LB).

José Galvão de Lacerda (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Gaspar de Lemos Galvão e de D. Ana da Silveira e Lacerda, neto paterno de Cristovão Galvão Soares e Jerónima de Lemos, e neto materno de Jorge Correia de Lacerda e D. Joana da Silveira.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta para servir um lugar de 9 de Junho de 1679); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Julho de 1681); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 17 de Setembro de 1691), alvará de 4\$000 réis para uma escrivãzinha como Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (5 de Julho de 1700); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 2 de Junho de 1700); **Conselheiro** (carta de Conselho de 3 de Junho de 1700); **Chanceler-mor do Reino** (carta de 23 de Novembro de 1711), alvará para que tenha 20\$000 réis de ordenado cada ano (22 de Setembro de 1711), carta de 13\$000 réis sendo 9\$000 réis de sua ordinária e 4\$000 réis para uma escrivãzinha (22 de Setembro de 1712), carta de 9\$000 réis de sua ordinária cada ano (19 de Março de 1713); **Conselheiro de Capa e Espada do Conselho do Ultramar** (carta de 12 de Fevereiro de 1724); **Juiz da Coroa** (carta). Recebeu apostila de 40\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, alvará de fidalgo (28 de Julho de 1700), alvará de sub-rogação de bens de capela, alvará de administração de certos bens, alvará de ordenado, alvará de aforamento de terra de morgado em Sacavém, e carta de privilégio a seus caseiros.

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (RGM). O pai e avó paterno são naturais da vila de Torrão do concelho de Alcácer do Sal. A avó paterna é natural da vila de

Veiros do concelho de Estremoz. A mãe é natural do Porto. O pai foi Doutor e Desembargador Agravista da Relação do Porto e Casa da Suplicação, e cavaleiro do hábito de Cristo. O avó paterno foi Desembargador em Lisboa e cavaleiro do hábito de Cristo, pertencendo à principal gente de Torrão. O avó materno foi Doutor e Chanceler da Relação do Porto. O avó materno foi Desembargador Agravista da Casa da Suplicação. O Bacharel tem um tio materno chamado Lourenço Correia de Lacerda que, para além de ter sido Desembargador da Relação do Porto e Juiz da Coroa na mesma, foi também cavaleiro do hábito de Cristo. O Bacharel é cavaleiro do hábito de Cristo e encontra-se, à data de Setembro de 1669, solteiro. O Bacharel mora em Lisboa (LB).

José Germano de Santa Marta Mesquita de Almada e Melo (Bacharel em leis), também *José Germano de Santa Marta Mesquita e Mello*, nascido em 1761 ou 1762, natural de Cumeiras da freguesia de S. Vicente do Paul do termo de Santarém junto a Pernes, filho de Joaquim António de Carvalho Santa Marta e de Luísa Leocádia de Mesquita Alcoforado de Almada e Melo, neto paterno de Domingos de Carvalho e D. Teresa Maria de Jesus, e neto materno de Luís de Mesquita Alcoforado de Almada e Melo e D. Maria Ludovica Coutinho da Maia.

Foi **Juiz do crime do Bairro da Ribeira** (2 de Janeiro de 1790); **Provedor de Santarém** (carta de 8 de Janeiro de 1795); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800), carta de um lugar (29 de Julho de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Março de 1813), provisão para por seu procurador dar o juramento do estilo para exercer o lugar de Desembargador da Relação do Porto (16 de Março de 1813). Recebeu alvará de confirmação de cessação de capela (19 de Novembro de 1787), provisão de administração da casa de sua mãe D. Luísa Leocádia de Mesquita de Almada e Melo (21 de Julho de 1788), provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Santarém imposto pelo padre Francisco Damião e outro (4 de Fevereiro de 1799), provisão de comissão (3 de Outubro de 1803), carta de administração da capela que instituiu Fernão Gonçalves na freguesia de Santa Maria de Anchete (6 de Julho de 1801), e alvará de fidalgo cavaleiro (18 de Novembro de 1806).

Observações: Os pais, a avó paterna, e o avó materno são naturais de Lisboa. A avó materna e os pais desta são naturais de Peniche. O pai da avó materna chamavam-se João Coutinho e D. Catarina Franca da Maia Coutinho, tendo sido o primeiro Capitão de navios. O pai é falecido à data das inquirições, e era Desembargador. O Bacharel é, à data de Agosto de 1786, solteiro e assistente em Lisboa na freguesia de Santa Isabel. O Bacharel é bom estudante, e sabe-se que

em meados de 1799 acaba de servir o lugar de Provedor da Comarca de Santarém. O Bacharel tem um irmão germano, chamado Miguel de Almada de Santa Marta Mesquita, que foi Bacharel em cânones e se habilitou em Junho de 1799 (LB). O pai era Desembargador (MM).

José Gil Tojo Borja e Quinhones (bacharel em cânones em 1736), nascido a 11 de Setembro de 1716, natural da Vidigueira, filho de Sebastião Gil (ou D. Sebastião Gil e Borja) e de D. Ana de Almeida e Quinhones, neto materno de Gaspar Tojo Gato Falcão e D. Leonor de Almeida. Foi **Juiz de Fora de Redondo** (posse a 18 de Junho de 1742 sendo suspenso e dando boa residência em Julho de 1747); **Juiz de Fora de Évora** (com posse a 3 de Setembro de 1748, até 1753); **Corregedor do cível de Tavira** (posse a 3 de Março de 1760); **Corregedor de Coimbra**; **Superintendente-Geral das Alfândegas do Sul** fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto; **Desembargador da Casa da Suplicação** com exercício no mesmo lugar de Superintendente (decreto de Agosto de 1778), carta (3 de Novembro de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Agosto de 1783), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encantar no lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (2 de Março de 1784). Recebeu carta de Desembargador da Casa da Suplicação (3 de Novembro de 1778), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoarifados do Reino (8 de Março de 1779), e provisão para sub-rogar o quinhão dos Moinhos de Cabanas de vínculo sitos no Rio Guadiana no termo de Monsaraz pela herdade da Taipá de que trata (23 de Janeiro de 1783).

Observações: Recebeu certidão negativa a 10 de Março de 1804, com 80 anos de idade. Antes o Bacharel chamava-se José Gil Távora. O pai era fidalgo espanhol, natural da cidade de S. Filipe do Reino de Valença que, por seguir as partes do futuro imperador Carlos VI, passou a Portugal e foi alferes de infantaria no regimento dos espanhóis. O avô materno foi capitão-mor de Portel. A avó materna era filha de João de Quinhones, natural de Toledo, e de sua mulher D. Andresa de Almeida, esta irmã do Desembargador Manuel de Almeida Cabral. Sucedeu a seu primo, D. Inocêncio Gil, no morgado e senhorio de Stubeny partido da cidade de S. Filipe do Reino de Valença, cuja jurisdição foi dada pelo rei D. Jaime de Aragão. Na jurisdição do morgado e senhorio de Stubeny há-de suceder o seu sobrinho e afilhado, José Gil, filho do seu irmão Gaspar Tojo de Quinhones Matos Cabral e mulher deste, D. Maria Luísa Isabel da Silveira e Meneses. Esta era filha de Fabrício José Limpo Segurado e Vasconcelos, e de D. Rita Gertrudes da Silveira e Meneses (MM).

José Gomes de Azevedo (Licenciado; Bacharel em cânones), natural de Évora, filho de Domin-

gos Gomes e de Antónia Mendes, neto paterno de Luís Gomes e Margarida Gonçalves, e neto materno de Gervásio Vieira de Azevedo e Margarida Mendes.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** (1675); **Juiz de Fora de Santarém** (1679); **Corregedor de Tomar** (1682); **Corregedor de Elvas** (1687); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (1694); **Desembargador da Relação do Porto** (1698); **Desembargador da Casa da Suplicação**; **Corregedor do cível da Corte** (carta de 24 de Outubro de 1704); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 20 de Maio de 1712), alvará de 300\$000 réis de ordenado como Conselheiro do Conselho Ultramarino (5 de Agosto de 1712). Recebeu provisão para haver o que lhe pertence da sua residência (28 de Maio de 1694), alvará para ter de ordenado e propinas durante uma diligência (13 de Maio de 1699), alvará para pagamento de ordenados, e provisão de extinção de vínculo por ele instituído em Lisboa a Simão Costa Falcão Rebelo Aranha de Meneses (24 de Outubro de 1770).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da aldeia de Ruães de São Paio de Merelim, pertencente ao couro de Tibães junto a Braga, tendo o primeiro ido para Évora quando novo, e aí morado e falecido, e havendo morado os últimos na referida aldeia. A mãe e avó materna são naturais de Évora, e aí moradoras. O avô materno é natural de Berredo da freguesia de Santo Estêvão de Quartelães, pertencente ao concelho de Vieira do Minho, tendo ido moço para Évora e aí morado e falecido. Os avós paternos são já defuntos e, para além de terem sido lavradores, desempenharam os cargos da governança, como o de Juiz. Os pais do avô materno eram lavradores. Os pais viveram abastada e honradamente das suas fazendas, tendo a mãe talvez depois de enviuar uma loja de sirgaria em Évora. O Bacharel é, à data de Junho de 1674, solteiro e morador em Évora. O Bacharel tinha um meio-irmão padre pela parte do pai, chamado Manuel Pereira, que foi clérigo, assim como outros parentes religiosos. O Bacharel é bom estudante (LB). Leu no Desembargo do Paço a 14 de Março de 1675, e é bom estudante e bem procedido (MM).

José Gomes de Carvalho (Bacharel), nascido em 1735, natural de Lisboa, filho de Sebastião Gomes e de Engrácia dos Santos.

Foi **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 12 de Agosto de 1776); **Chanceler da Relação de Goa** (carta de 7 de Março de 1793); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 27 de Outubro de 1798). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (19 de Outubro de 1764).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 9 de Março de 1793 (HOC).

José Gomes Ribeiro (Bacharel), também *José Ribeiro Gomes*, natural da freguesia de S. Miguel de Guizande, filho de Santos Gomes Lage. Foi **Juiz de Fora de Monção** (carta de 1 de Setembro de 1748); **Juiz de Fora da vila da Cachoeira** (alvará de **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da dita vila da Cachoeira** de 18 de Fevereiro de 1755); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 6 de Fevereiro de 1764), carta de Desembargador da Relação da Baía e **Superintendente da planta do tabaco na Cachoeira** (6 de Fevereiro de 1764); **Juiz Conservador do Contrato do Sal na Baía** (provisão de 1 de Agosto de 1769); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Setembro de 1771), Desembargador da Relação do Porto (16 de Setembro de 1771 fazendo o lugar em **Deputado da Junta do tabaco e Inspector das Águas Livres**); **Desembargador da Casa da Suplicação** tomando posse do dito lugar e ficando com o exercício no lugar de **Provedor da Casa da Moeda** e de outros do Real Serviço em que se achava ocupado (decreto de 30 de Dezembro de 1775), alvará de Provedor da Casa da Moeda de Lisboa (6 de Março de 1772), cartas (23 de Janeiro de 1776 e 22 de Dezembro de 1783); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício de Provedor da Casa da Moeda (carta de 26 de Janeiro de 1784), carta de um lugar (7 de Fevereiro de 1784); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 7 de Setembro de 1771); **Juiz Conservador do Colégio dos Nobres** (decreto de 13 de Março de 1772); **Deputado da Junta da Fazenda da Relação do Colégio dos Nobres** (carta de 4 de Maio de 1772). Recebeu carta de padrão de tença de 30\$000 réis e hábito (28 de Maio de 1764), padrão de 18\$000 réis de tença (28 de Maio de 1764), carta de padrão de tença de 12\$000 réis (30 de Maio de 1764), provisão para nomear a Joaquim Nicolau da Fonseca Botelho servir nos seus impedimentos de Escrivão da Provedoria de Setúbal (1 de Março de 1782), (e seu irmão) provisão para o Desembargador Luís Ribeiro Godinho concluir as causas de um inventário (11 de Maio de 1787), carta de Capitão do Terço de Auxiliares da capitania de Pernambuco (19 de Agosto de 1797), carta de patente de Capitão de milícias (27 de Setembro de 1802), e provisão para a Câmara de Braga lhe aforar certo terreno (12 de Fevereiro de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Junho de 1815, com 97 anos de idade. Faleceu a 9 de Abril de 1787. Ficou toda a sua herança, que seriam cerca de 200 mil cruzados, ao seu irmão Domingos Gomes Ribeiro, que era Capitão dos auxiliares no termo de Barcelos e que, da sua mulher D. Úrsula Ribeiro da Guerra, teve o Desembargador António Gomes Ribeiro, que ultimamente ficou senhor de toda a casa (MM).

José Gregório Ribeiro (Bacharel em cânones), nascido em 1705 ou 1706, natural de Leiria e baptizado na freguesia da Sé, filho de João Ribeiro (ou José Ribeiro) e de Isabel Pereira, neto paterno de João Ribeiro e Francisca Gomes, e neto materno de João Carreira e Francisca Gomes.

Foi **Ouvidor-Geral de Alagoas** (carta de 17 de Abril de 1739); **Provedor dos defuntos e ausentes de Alagoas** (provisão de serventia do ofício de 17 de Abril de 1739); **Superintendente dos descaminhos do tabaco** (carta de 30 de Agosto de 1748); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de **Desembargador da Casa da Suplicação** com a Superintendência dos pinhais de Leiria de 2 de Junho de 1758), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria de servir o dito lugar (2 de Junho de 1758), provisão para por seu procurador tomar posse do dito lugar (27 de Junho de 1758). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis (1 de Junho de 1756). **Observações:** Os pais e avô paterno são naturais de Leiria, sendo pelo menos os primeiros da freguesia da Sé e, pelo menos o segundo, morador da mesma cidade. A avó paterna é natural do lugar de Couto de Cirol do termo de Leiria. O avô materno é natural da freguesia de Maceira do termo de Leiria, e nesta morador. A avó materna é filha de pais incógnitos. O pai, sendo defunto ao tempo da inquirição, vivia da sua fazenda e negócio, e ocupou os cargos nobres da república. Sobre o avô paterno correu em tempos um rumor infundado de cristão-novo, e foi o mesmo avô oficial de sapateiro, ofício esse que deixou alguns anos antes de morrer. O avô materno foi guarda da sé, e enfermeiro do hospital da Casa da Misericórdia. O Bacharel é, à data de Agosto de 1731, solteiro e mora à data de Outubro do mesmo ano em Leiria. O Bacharel é bom estudante, e tal informação funciona como recurso para a revisão da reprovação das suas habilitações pela mecânica do seu avô paterno (LB). Foram seus filhos o Bacharel Joaquim Tibúrcio de Campos Ribeiro, e D. Maria do Céu de Campos Ribeiro, casando esta com o Capitão Francisco Xavier Boucinha, que era natural de Albardos do termo de Porto de Mós, e cavaleiro da Ordem de Cristo. Deste matrimónio resultou uma filha, chamada D. Maria, que nasceu em 1777 (MM).

José da Guarda Fragoso (Bacharel), nascido em 1650 ou 1651, natural de Leiria, filho de Manuel da Mota de Madureira e de Isabel Soares (ou D. Isabel Soares Sisneiros), neto paterno de Pedro Botelho da Mota e Isabel da Silveira, e neto materno de Francisco Soares de Errera (ou Herera), e D. Ana Sarmento ou Ana de Sisneiros. Foi **Juiz da alfândega de Moura** (carta de ofício de 28 de Maio de 1801); **Juiz das Sisas de Moura** (carta de ofício de 30 de Maio de 1801); **Desembargador da Relação da Baía** (carta); **Desembargador da Re-**

lação do Porto (alvará). Recebeu padrão de 37\$354 réis de juro em Aveiro.

Observações: O pai era cavaleiro da Ordem de Santiago. Os pais e avós foram da nobreza qualificada de Leiria, e ocuparam os cargos da governança dessa cidade. O avô paterno morreu moço e teve um irmão, chamado Francisco da Mota Madureira, que era filhado nos Livros como cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício, e Aicaide-mor de Vila Real (LB).

José Guilherme de Miranda (Bacharel em leis), nascido em 1745 ou 1746, natural de Lisboa, filho de António Silvério de Miranda e de Leonarda Jacinta Teodora de Miranda, neto paterno de António da Silva Chagas e D. Maria Teresa Caetana, e neto materno de Manuel Antunes da Silva e Teresa Maria de Moraes.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** reconduzido no mesmo lugar com predicamento de correição ordinária (29 de Junho de 1784), carta (27 de Julho de 1784), decreto de dispensado na residência do costume (19 de Dezembro de 1788), carta de reconduzido no dito lugar (23 de Janeiro de 1789); **Corregedor do cível da cidade** (13 de Maio de 1794), condecorado com beca honorária por mercê (4 de Outubro de 1794), carta (14 de Outubro de 1794), carta de recondução em Corregedor do cível da cidade fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (4 de Agosto de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de assento de 4 de Agosto de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Julho de 1804); **Juiz dos falidos** com o ordenado de 300\$000 réis (carta de 11 de Abril de 1810). Recebeu cartas de padrão de tença (29 de Agosto de 1789 e 28 de Janeiro de 1791), padrão de 40\$000 réis de tença (29 de Agosto de 1789), carta de padrão de tença de 40\$000 réis num dos Almojarifados que lhe renunciou António Silveira de Miranda dos 100\$000 réis com que foi deferido (5 de Setembro de 1789), padrão de 30\$000 réis de tença (28 de Janeiro de 1791), carta de padrão de tença de 30\$000 réis num dos Almojarifados do Reino que lhe renunciou Rodrigo Pereira da Silva dos 80\$000 réis com que foi deferido (14 de Fevereiro de 1791), carta de hábito de Cristo (14 de Outubro de 1802), carta de padrão de hábito de Cristo e tença de 12\$000 réis (17 de Novembro de 1802), e provisão para ser Juiz do inventário do conde de Almada (28 de Junho de 1815).

Observações: O pai e avós paternos são naturais e moradores de Lisboa. A mãe e avós maternos são naturais do lugar de Vila Franca do Rosário do reguengo do Gradil e Comarca de Torres Vedras. O pai é cavaleiro do hábito de Cristo e primeiro escriturário de uma das contadorias do Erário Régio, onde está há pelo menos treze anos a contar da data da inquirição. A mãe foi criada com nobreza e re-

colhimento, e casou com o pai em Lisboa. O avós paternos viviam à lei da nobreza com seus criados e cavalos. Os avós maternos viviam das rendas das suas fazendas com criados e cavalos, havendo o avô servido de Juiz ordinário e Almotacé no reguengo do Gradil. O avô materno era familiar do Santo Ofício, e a avó materna era filha de um Capitão da ordenança, e tinha um irmão religioso. O Bacharel é, à data de Agosto de 1776, solteiro e morador em Lisboa ao Rossio (LB).

José Henriques de Anchieta Portes Pereira de Sampaio (Bacharel em cânones em 1762), nascido em 1738 ou 1739, natural de Vila da Vitória da capitania do Espírito Santo e bispado do Rio de Janeiro e ali baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, filho de Henrique Miguel Esquetes de Portes e de D. Maria da Rocha de Sampaio, neto paterno de Lourenço Henriques Esquetes de Portes e D. Teodora Teresa Micaela de Azevedo, e neto materno de Valério da Rocha Banhos e D. Joana de Sampaio.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** fazendo correição e vestindo beca (23 de Fevereiro de 1771), carta (11 de Março de), carta (14 de Março de 1771), provisão para estar dois meses ausente do seu lugar de Juiz de Fora de Sesimbra (14 de Outubro de 1777), carta para ser reconduzido no lugar de Juiz de Fora de Sesimbra com o predicamento de cabeça de Comarca (18 de Março de 1778), provisão de recondução no mesmo lugar com o predicamento da correição ordinária vestindo beca (23 de Dezembro de 1779); **Juiz do Tombo das comendas de Sesimbra** (provisão de 12 de Outubro de 1779), provisão concedendo-lhe jurisdição ordinária (12 de Outubro de 1779); **Corregedor da Comarca de Setúbal** (carta de 21 de Janeiro de 1782), decreto com predicamento de primeiro banco e **Desembargador da Relação do Porto** no mesmo lugar (10 de Setembro de 1782), carta de Desembargador da Relação do Porto (13 de Julho de 1784); **Juiz do Tombo da Sereníssima Casa do Infantado** (provisão para servir de 28 de Janeiro de 1782), nomeado pelo Príncipe como Administrador da Casa do Infantado e **Juiz Geral do Tombo da dita Real Casa e Estado** (decreto de 25 de Outubro de 1794). Recebeu 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (23 de Março de 1778), carta de padrão de mercê de 12\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (23 de Abril de 1778), alvará de foro de cavaleiro fidalgo (6 de Junho de 1778), carta de padrão de mercê de 8\$000 réis de tença num dos Almojarifados (27 de Junho de 1778), licença para usar de toga (23 de Outubro de 1779), e provisão de licença para comprar bens dentro da sua Comarca de Setúbal onde era Ouvidor (9 de Maio de 1791).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Lisboa e aí baptizados na freguesia de S. Paulo. A mãe e avós maternos são naturais de Vila da Vitória, e aí baptizados na freguesia de Nossa Senhora da Vitória. A avó paterna é natural do Porto, e aí baptizada na freguesia de S. Nicolau. O pai serviu os cargos honrosos da república de Vila da Vitória, e foi Procurador da Coroa e Promotor das justiças. O avô paterno foi governador da Ilha do Príncipe. A avó paterna deslocou-se do Porto para Lisboa, e daqui para Setúbal onde foi conhecida pelo seu luzido tratamento. O avô materno era das principais famílias de Vila da Vitória, e aí serviu os cargos honrosos da república, como o de Juiz ordinário, em que faleceu. A família é aparentada com cavaleiros de hábito, e tem foros de cavaleiro fidalgo. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1765, solteiro e morador em Setúbal. O habilitante é bom estudante (LB).

José Henriques Cavaco (Bacharel), nascido em 1666, natural de Vinha da Rainha, filho de Manuel Henriques Cavaco e de Margarida de Almeida.

Foi **Juiz de Fora de Mourão** (depois de 1693); **Superintendente dos Tabacos de Alentejo** (carta de 9 de Novembro de 1700); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1725); **Procurador do Tombo da Coroa de Santarém** (carta de 9 de Julho de 1725); **Juiz Conservador do tabaco de Santarém** (carta de 20 de Julho de 1734); **Juiz do Tombo dos bens da Coroa de Santarém** (carta de 20 de Dezembro de 1740). Recebeu alvará para vestir beca, alvará para aforar bens de capela, provisão para jurar por procurador (7 de Agosto de 1725), provisão para jurar na Chancelaria por procurador (7 de Agosto de 1725), provisão para que o corregedor de Coimbra ponha em sequestro todos os bens pertencentes à capela de que trata até determinação final da causa (19 de Agosto de 1732), provisão de comissão para inventário (31 de Janeiro de 1742), e provisão para que possa vender casas de órfão de que era tutor (11 de Setembro de 1747).

Observações: Os avós paternos são naturais de Paião do termo de Montemor-o-Velho. Os avós maternos são naturais de Vinha da Rainha do termo de Montemor-o-Velho. O pai era Capitão. O avô materno era Capitão. Os pais e avós trataram-se sempre à lei da nobreza, com cavalos, negros, e criados. O habilitante é, à data de Março de 1693, solteiro e mora à data de Abril seguinte em Vinha da Rainha. O habilitante é familiar do Santo Ofício e bom estudante (LB). Faleceu a 27 de Novembro de 1746 (MM).

José Inácio de Arouche (Bacharel), nascido em 1667 ou 1668, natural de Setúbal, filho de Estevão Gomes de Arouche e de Brites Gomes Ribeiro, neto paterno de António Gomes e

Maria Pereira, e neto materno de Pedro Gomes Areias e Maria Ribeiro.

Foi **Juiz de Fora do Porto** (carta); **Provedor dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará); **Conservador da Junta do Comércio Geral em Pernambuco** (alvará); **Ouvidor-Geral em Pernambuco** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 20 de Novembro de 1712); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 1 de Março de 1723); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 7 de Novembro de 1725), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (29 de Novembro de 1725); **Juiz dos Contos do Reino** (carta de 7 de Março de 1732); **Corregedor do cível da Corte** (1735); **Conselheiro do Conselho do Ultramar** (carta de 18 de Março de 1738), carta (26 de Março de 1738). Recebeu provisão de extinção do vínculo por ele instituído em Setúbal e seu termo a Manuel Inácio de Aronche (7 de Fevereiro de 1774).

Observações: Os familiares mencionados são naturais e moradores na freguesia de Nossa Senhora da Anunciada da vila de Setúbal, e na igreja da mesma baptizados. O pai e avós foram mareantes e cerqueiros e, por darem lucros à Fazenda de Sua Majestade, lhes foi dado o privilégio de servirem de Procuradores do Concelho, Almotacés, e Vereadores da Câmara, tendo servido somente os dois primeiros pelo facto de não serem admitidos no último. O Bacharel tem parentes religiosos e familiares do Santo Ofício, e um tio porteiro na dita instituição. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1696, solteiro e mora à data de Maio do mesmo ano em Setúbal. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Inácio de Brito Bocarra Castanheda (Bacharel em leis e cânones), também *José Inácio de Brito Bocarro Castanheda*, também *José Inácio de Rodrigues Bocarra Castanheda*, natural de Beja (ou Elvas), filho de João da Costa Pereira Leitão (ou Custódio Pereira Leitão) e de D. Maria Antónia de Brito Castanheda, neto paterno de João Pereira Salema e Sebastiana Pessoa da Costa, e neto materno de João da Silveira e D. Joana de Brito Castanheda.

Foi **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 16 de Março de 1757), provisão para vestir beca (16 de Março de 1757); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Agosto de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Maio de 1771), carta (9 de Março de 1779); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Maio de 1779); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 11 de Setembro de 1782); **Conselheiro do Conselho do Ultramar** (carta de Conselheiro do Conselho Ultramarino de 13 de Setembro de 1782);

Conselheiro (carta de título de Conselho de 11 de Março de 1793), carta do título do Conselho (11 de Maio de 1793). Recebeu padrão de 28\$000 réis de tença (7 de Janeiro de 1758).

Observações: Recebeu certidão negativa a 23 de Janeiro de 1798, com 60 anos de idade.

José Inácio de Mendonça (D.) (Bacharel), natural de Santarém, filho de António Ferreira de Mendonça e de D. Rosa Josefa Teresa.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta de 15 de Dezembro de 1753); **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 23 de Novembro de 1764), posse (12 de Janeiro de 1765); **Provedor dos resíduos** de Lisboa, dispensado na residência de **Provedor de Castelo Branco** (carta de 24 de Abril de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (lugar de 16 de Outubro de 1778), Desembargador da Relação do Porto (29 de Outubro de 1778), carta de Desembargador da Relação do Porto (16 de Dezembro de 1778), posse fazendo o mesmo lugar (4 de Janeiro de 1779); **Desembargador da Casa da Suplicação** (22 de Janeiro de 1784), carta (10 de Março de 1784), carta (20 de Março de 1784), carta de privilégios de Desembargador (6 de Fevereiro de 1787); **Corregedor do cível da Corte** (carta do lugar de 22 de Abril de 1795), carta (23 de Abril de 1795); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 9 de Novembro de 1799), carta (18 de Dezembro de 1799); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (decreto de 13 de Maio de 1802), carta de lugar de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens etc. (3 de Junho de 1802); **Conselheiro** (carta de Conselho de 4 de Junho de 1802). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis num dos Almoarifados do Reino pelos serviços de seu pai (4 de Abril de 1780), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoarifados do Reino com o hábito de Cristo pelos serviços de seu pai (13 de Junho de 1780), e carta de compra que lhe fez a Coroa os bens de capela que instituíra Estêvão Meneses Freire no termo de Alenquer (17 de Agosto de 1801).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (RGM). Recebeu certidão negativa a 1 de Fevereiro de 1820, com 66 anos de idade. Leu a 10 de Junho de 1752. O pai foi Juiz de Fora de Santarém. A mãe era filha de Fernando Roiz de Matos. Casou com D. Ana Maria de Melo, que era irmã dos Reverendíssimos Provinciais da Graça Frei José de Melo e frei João de Melo, e do prior de S. Jorge e chantre de Leiria. Desse matrimónio teve João Pedro Torquato, que ocupou o lugar de Corregedor de Torres Vedras, Francisco Joaquim Vito de Mendonça, que foi cônego de Leiria, e D. Maria Fiúza na das Claras de Santarém (MM).

José Inácio Pais Pinto de Sousa e Vasconcelos (Bacharel em leis em 1790), também *José Inácio*

Pais Pinto de Sousa, nascido em 1766 ou 1767, natural de Lousa no termo de Vilarinho da Castanheira da Comarca de Torre de Moncorvo, filho de José Joaquim Pais Monteiro de Sousa Vasconcelos (ou José Joaquim Pais Monteiro) e de D. Maria Teresa da Cunha Sousa Vasconcelos, neto paterno de António Pais Monteiro Cardoso e D. Maria Josefa Mendes, e neto materno de Teodoro Barbosa e D. Maria Benícia Pinto de Sousa Vasconcelos.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (29 de Janeiro de 1793), carta (18 de Fevereiro de 1793); **Provedor da Comarca de Lamego** (decreto de 17 de Outubro de 1799), carta do lugar (21 de Junho de 1800), provisão de licença (13 de Março de 1802); **Superintendente do tabaco da Província da Beira** (carta de 7 de Fevereiro de 1803), carta de Superintendente dos Tabacos na Província da Beira com predicamento do primeiro banco (7 de Fevereiro de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 17 de Outubro de 1808); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Julho de 1821); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 25 de Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1825); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 10 de Dezembro de 1828). Recebeu carta de foro de cavaleiro fidalgo (14 de Março de 1795), alvará de faculdade para nomear serventuário no ofício de Escrivão da Câmara e Almotaxaria de Freixo de Numão (19 de Maio de 1798), provisão de Escrivão da Câmara e Almotaxaria de Freixo de Numão (3 de Setembro de 1798), provisão para a Câmara de Freixo de Numão lhe aforar terras agrestes nos sítios de Cadima Penascosa etc, provisão para prestar juramento (31 de Maio de 1808), carta de hábito (2 de Março de 1812), e provisão para ser Juiz Comissário de todas as causas de Gaspar Cotta Falcão Aranha de Sousa e Meneses (2 de Outubro de 1825).

Observações: O pai é natural de Lisboa, e falecido em Freixo de Numão da Comarca de Trancoso. O avô paterno e a avó materna são naturais de Freixo de Numão, sendo o primeiro falecido enquanto abade no lugar de Malpartida do termo de Castelo Rodrigo, e a última no de Lousa. A mãe e avó materno são naturais de Lousa, sendo o último aí falecido. Os pais casaram em Freixo de Numão. O pai era homem da nobreza, e os avós eram pessoas principais da primeira nobreza da Comarca de Torre de Moncorvo, e aparentados com os melhores da Província. Os familiares sempre viveram das suas fazendas e rendas, tratando-se com ostentação, e serviram os cargos mais distintos no concelho de Freixo de Numão. O Bacharel é, à data de Outubro de 1790, solteiro e mora à data de Setembro do mesmo ano em Lisboa, na Travessa do Forno, no Bairro Andaluz. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Inácio Pereira de Campos (Bacharel em leis), também *José Inácio Pereira*, nascido em 1760 ou 1761, natural de Chaves, filho de Luís Bernardo de Campos e de D. Isabel Bernarda Joaquina, neto paterno de Baltasar Mendes Cardoso e Teresa Maria de Campos, e neto materno de Francisco Pereira e Ana de Campos. Foi **Juiz de Fora das vilas de Alhandra e Alverca** por três anos (alvará de 3 de Agosto de 1795), provisão de licença de ausência do seu lugar (31 de Agosto de 1799), provisão de dois meses de licença de ausência do seu lugar (23 de Julho de 1800), carta de recondução do lugar por mais três anos (8 de Agosto de 1800), alvará de predicamento do primeiro banco com o lugar (22 de Setembro de 1801), provisão para vencer por aposentadoria 60\$000 réis como Juiz de Fora de Alhandra e Alverca (18 de Maio de 1802), carta de recondução do lugar com lugar ordinário da Relação do Porto (1 de Setembro de 1802), provisão de licença (18 de Agosto de 1806), alvará para vencer ele e seus sucessores anualmente quatro moios de trigo como Juiz de Fora de Alhandra e Alverca (11 de Abril de 1809); **Juiz do cível do Porto** (decreto de 17 de Outubro de 1799); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Setembro de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 2 de Abril de 1807), carta de um lugar (24 de Abril de 1807); **Juiz dos falidos** (carta de mercê de um lugar de 6 de Fevereiro de 1819); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 24 de Julho de 1821), carta de um lugar (15 de Novembro de 1823); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 24 de Fevereiro de 1824); **Conselheiro** (carta de Conselho de 26 de Fevereiro de 1824). Recebeu carta de hábito de Cristo (29 de Janeiro de 1803), provisão de licença (15 de Junho de 1803), carta de padrão de hábito e tença (14 de Agosto de 1805), e provisão de confirmação do aforamento em enfiteuse que fez da sua quinta em Arroios a João de Vasconcelos Pessoa Hasse da Cunha e Andrade e sua mulher (28 de Abril de 1824).

Observações: O pai é natural de Chaves. A mãe é natural de Lisboa. Os avós paternos são naturais de Lebução da Comarca de Torre de Moncorvo. Os avós maternos são naturais de Vila Pouca de Aguiar. O pai era médico do Hospital Real da praça de Chaves. Os pais e avós sustentavam-se das rendas dos seus bens e negócios. O habilitante mora, à data de Março de 1786, em Lisboa na Rua Direita dos Anjos e é, à data de Maio seguinte, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

José Inácio de Santa Marta Soares (Bacharel), também *José Inácio Rodrigues Santa*, também *José Inácio Rodrigues Santa Marta Soares*.

Foi **Corregedor do Bairro do Rossio** (carta de 19 de Janeiro de 1760); **Desembargador da Relação do Porto** e aposentado na mesma Relação (17 de Outubro de 1768), carta (15 de Março de 1769), decreto (30 de Dezembro de 1775), alvará de aposentado na Relação do Porto (21 de Maio de 1777), alvará aposentando-o no lugar de Desembargador da Relação do Porto (24 de Maio de 1777), alvará de 200\$000 réis de ordenado como aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (28 de Junho de 1777). Recebeu alvará de administração das capelas de Catarina Fernandes e Madalena Afonso em Lisboa (22 de Setembro de 1755), alvará de mercê da capela de Leonor Pires e sua irmã Brites Lopes nos termos de Arraiolos e Vimieiro (24 de Setembro de 1755), carta de mercê dos foros de Cárquere do concelho de Arégos (4 de Setembro de 1756), e provisão para se suspender por três anos o tomo do vínculo de Santa Marta (23 de Setembro de 1757).

José Inácio da Silveira Leal (Bacharel), natural de Borba, filho de Manuel Meireles Leal e de Antónia Maria de Almeida.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Torrão e Ferreira** (carta de 19 de Novembro de 1772); **Juiz de Fora de Elvas** (carta de 23 de Março de 1778), carta de recondução do lugar (31 de Janeiro de 1782), provisão de licença de dois meses (6 de Setembro de 1783); **Ouvidor da Comarca de Avis** com predicamento de primeiro banco (28 de Janeiro de 1785), alvará (6 de Agosto de 1785), carta de Ouvidor da Comarca de Avis com predicamento de selo branco (22 de Agosto de 1785), provisão de licença de dois meses (12 de Junho de 1786), provisão de licença de dois meses (28 de Junho de 1788), provisão de licença de dois meses (15 de Junho de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (aposentado no Porto a 27 de Junho de 1794), alvará de aposentado num lugar ordinário da Relação do Porto (23 de Outubro de 1794), alvará de ordenado (15 de Dezembro de 1794), carta de privilégio de Desembargador (22 de Junho de 1795). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (28 de Setembro de 1768), carta de confirmação da doação que lhe fizera sua mãe Antónia Maria de Almeida (27 de Julho de 1779), provisão para instituir morgado de seus bens sendo ele por administrador (3 de Agosto de 1785), provisão para expulsar Catarina Inácia da herdade da Vila Clara sita no termo de Terena (25 de Janeiro de 1789), provisão para expulsar das herdades das Vaqueiras Rodrigues Baba (2 de Abril de 1789), provisão de confirmação de 400\$000 réis de arras para sua futura noiva D. Joaquina Camila de Lucena Noronha Almeida e Faro (21 de Abril de 1792), provisão de licença para aforar o

terreno de vínculo de que trata no termo de Borba (30 de Maio de 1794), e provisão de confirmação da escritura de 400\$000 réis anuais de arras que fez a sua noiva D. Maria Cândida de Almeida Valejo de Maria (16 de Janeiro de 1797).

José Januário de Carvalho (Bacharel em cânonos), nascido em 1735 ou 1736, natural de Lisboa e aí baptizado na freguesia dos Mártires, filho de Simão Pires de Carvalho e de Joana Maria Teresa, neto paterno de Domingos Carvalho e Isabel Pires, e neto materno de António de Andrade e Teresa Maria de Jesus.

Foi **Juiz de Fora de Portel** (depois de 1755); **Ouvidor da Paraíba** (1765); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de padrão do lugar de 24 de Março de 1773); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Outubro de 1781); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Julho de 1784), carta de privilégio de Desembargador (1788, não refere dia nem mês); **Juiz Presidente da Praça dos Leilões** (carta do lugar de 13 de Julho de 1789); **Desembargador** ou **Vereador do Senado da Câmara** (decreto de 19 de Outubro de 1790), alvará de Vereador extraordinário do Senado da Câmara (3 de Novembro de 1790); **Juiz das Arrematações; Conservador da Moeda**. Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis efectiva (26 de Setembro de 1768), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Setembro de 1769), (e outro) provimento para conhecimento de causa (13 de Novembro de 1795), e provisão ao Desembargador Manuel Vicente de Carvalho para estabelecer a capela do dito no Convento de Nossa Senhora de Jesus (12 de Maio de 1800).

Observações: Recebeu certidão negativa a 9 de Janeiro de 1812, com 79 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais do lugar de Travassos da freguesia de S. Salvador de Bilhó da Comarca de Guimarães. A mãe e avó materna são naturais de Lisboa da freguesia de Nossa Senhora dos Mártires. O avô materno é natural de Pedrógão Grande da Comarca de Tomar. Os avós paternos eram lavradores honrados que viviam dos seus bens. O avô materno serviu o ofício de Escrivão do cível de Pedrógão Grande, e aí viveu das suas fazendas. O habilitante é, à data de Maio de 1755, solteiro e mora sensivelmente à mesma data em Lisboa na freguesia de S. Paulo. O habilitante é bom estudante (LB).

José João Teixeira (Bacharel), natural de Monção, filho de Pedro Esteves Teixeira e de Francisca dos Santos.

Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (carta de 20 de Outubro de 1767); **Intendente do Ouro de Vila Rica** (carta de 20 de Outubro de 1767), carta de reconduzido fazendo o lugar de **Desembargador**

da Relação do Rio de Janeiro (10 de Outubro de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Novembro de 1779); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de 28 de Julho de 1783). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (13 de Março de 1770), carta de padrão de tença (28 de Abril de 1770), e provisão para ser curador da pessoa e bens da demente Josefina Rosa Deodata Marta (16 de Fevereiro de 1810).

José Joaquim de Almeida e Araújo (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Pascoal de Almeida de Araújo e de Sebastiana Maria de Miranda. Foi **Juiz de Ourém** (depois de 1754); **Provedor dos defuntos e ausentes da Comarca da Baía** da parte Sul (alvará de 16 de Junho de 1763); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 20 de Julho de 1770); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Outubro de 1778), onde faleceu com pouco tempo de exercício a 2 de Abril de 1780. Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (22 de Maio de 1764), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e título de hábito (4 de Dezembro de 1779), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (4 de Dezembro de 1779).

Observações: Recebeu certidão negativa a 11 de Maio de 1793, com 38 anos de idade (RGM). Foi sepultado no dia da sua morte, na Igreja de S. Bento dos Frades. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

José Joaquim de Almeida de Araújo Correia de Lacerda (Bacharel em leis em 1789), também *José Joaquim de Almeida e Araújo*, nascido em 1763 ou 1764, natural de Rio das Contas da Comarca de Jacobina, filho de José Joaquim de Almeida e Araújo e de Antónia Luísa Joaquina de Portugal, neto paterno de Pascoal de Almeida e D. Sebastiana Maria Joaquina de Miranda, e neto materno de Pedro Joaquim Correia de Lacerda e D. Vicência Teresa de Sousa Furtado. Foi **Juiz de Fora de Monforte** (decreto de 13 de Abril de 1791), provisão de licença de dois meses (12 de Abril de 1793); **Juiz de Fora de Barcelos** com predicamento de correição ordinária (decreto de 17 de Dezembro de 1800); **Juiz de Fora do crime do Porto** (carta de 11 de Janeiro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Março de 1812); **Superintendente do tabaco do Porto** (alvará de 10 de Novembro de 1818); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Julho de 1821); **Conservador-Geral da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 11 de Dezembro de 1823); **Conselheiro** (carta de mercê do título do Conselho de

26 de Janeiro de 1825); **Meirinho da primeira vara da Relação do Porto** (provisão de 10 de Setembro de 1829). Recebeu provisão para nos impedimentos de seu pai servir de Porteiro da Casa da Índia (21 de Fevereiro de 1784), alvará de Porteiro da Casa da Índia (17 de Fevereiro de 1797), alvará de faculdade para nomear a José David Henriques para serventuário do ofício de moço do Conselho Ultramarino (6 de Junho de 1805), carta de ofício de Porteiro da Casa da Índia (20 de Outubro de 1815), carta de profissão de hábito (11 de Outubro de 1823), e alvará de fidalgo cavaleiro (24 de Maio de 1825).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (RGM). Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai era Doutor, e faleceu em Lisboa sendo Desembargador da Relação do Porto. O avô paterno era Doutor graduado em Medicina, que exercitou até à sua morte. O avô materno era moço fidalgo da Casa Real, e foi «*acrescentado a fidalgo escudeiro*» (LB). O habilitante é, sensivelmente à data de Dezembro de 1789, solteiro e morador em Lisboa no Campo de Santana. O habilitante é bom estudante (LB). Foi talvez filho do Desembargador José Joaquim de Almeida e Araújo (MM).

José Joaquim Borges da Silva (Bacharel), nascido em 1752 ou 1753, natural de Lisboa, filho de Manuel Borges da Silva e de D. Francisca Tomásia Xavier, neto paterno de António Borges da Silva e Maria Rita, e neto materno de Luís da Cunha e Josefa Xavier.

Foi **Juiz de Fora de Torres Novas** (carta do lugar de 5 de Novembro de 1781), provisão de licença de dois meses (13 de Agosto de 1782), carta de recondução do lugar (26 de Outubro de 1784); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 18 de Março de 1790), decreto (12 de Novembro de 1787), posse (2 de Dezembro de 1790); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1800), carta (4 de Setembro de 1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1815); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de mercê do lugar de 29 de Novembro de 1817), provisão para prestar juramento e tomar posse do lugar de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (6 de Dezembro de 1817). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares do provimento do Senado da Câmara de Lisboa (5 de Maio de 1779), provisão para casar com D. Maria Gertrudes de Seixas (12 de Fevereiro de 1802), carta do ofício de Guarda da alfândega e Solicitador das Execuções do Paço da Madeira (3 de Novembro de 1807), alvará para nomear serventuário enquanto proprietário dos ofícios de Guarda do Número dos 13 da alfândega Grande desta cidade etc. (11 de Janeiro de 1808), e provisão para continuar somente na comissão do

inventário como Administrador da casa do conde de Almada (17 de Agosto de 1812).

Observações: Recebeu certidão negativa a 7 de Julho de 1831, com 80 anos de idade. Os familiares sobreditos são naturais de Lisboa, e moraram nas freguesias do Socorro e de S. Nicolau. O pai exerceu um ofício na alfândega, do qual a família é proprietária, e o de Solicitador dos Feitos da Fazenda. À data da inquirição, o dito ofício na alfândega é exercido por um irmão do Bacharel. Um dos avós tratou de negócio, sem que tivesse alguma mecânica. O Bacharel mora, à data de Março de 1778, na Rua da Oliveira no Bairro da Mouraria e é à data de Abril do mesmo ano solteiro. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Joaquim Emaús (Bacharel em leis), nascido em 1730 ou 1731, natural de Lisboa, filho de André Emaús e de Maria de Deus, neto paterno de Nicolau Emaús e Helena Monteiro, e neto materno de Domingos Marques e Maria de Jesus Fialha.

Foi **Auditor-Geral da Guerra da Corte e Estremadura** (carta do lugar de 13 de Setembro de 1753), alvará de 370\$000 réis de soldo com o lugar de Auditor-Geral da Gente da Guerra da Corte e Estremadura (19 de Outubro de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (1 de Dezembro de 1764), carta de um lugar (14 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Novembro de 1768), Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Outubro de 1771); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 31 de Outubro de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 27 de Fevereiro de 1774), carta (15 de Abril de 1774), carta de privilégio de Desembargador (1 de Outubro de 1778); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (7 de Agosto de 1778), carta (19 de Agosto de 1778); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 22 de Agosto de 1782); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 27 de Agosto de 1782); **Adjunto ao Conselho da Justiça no Conselho da Guerra**. Recebeu carta de padrão de tença e hábito (30 de Agosto de 1767), provisão de extinção da capela de Mariana Cabral em Leiria (27 de Outubro de 1772), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Setembro de 1778).

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Lisboa. O avô paterno é natural da cidade de Amsterdão dos Estados da Holanda ou Irlanda. A mãe e avós maternos são naturais de Sesimbra, sendo os últimos falecidos à data da inquirição. O pai é cavaleiro da Ordem de Cristo, e homem de negócios de grandes cabedais da praça de Lisboa. O avô materno vivia do trabalho de cultura de algumas fazendas e, juntamente com a avó materna, morou na Rua de Santiago em Sesimbra. O Bacharel é, à data de Novembro de 1752, solteiro e morador em Lisboa no Beco dos Apóstolos. O Bacharel é bom estudante. É tio paterno do Bacharel o Desembargador e Chanceler da Relação do Porto José

Pedro Emaús (LB). O pai era homem muito rico de Lisboa. É irmão do Desembargador do Desembargo do Paço José Pedro Emaús. Casou com D. Maria Violante (MM).

José Joaquim Nabuco (Bacharel em leis), também *José Joaquim Nabuco de Araújo*, também *Joaquim José Nabuco de Araújo*, nascido em 1760 ou 1761, natural da Baía, filho de Manuel Fernandes Nabuco e de D. Ana Maria Joaquina de Vasconcelos, neto paterno de João Fernandes Branco e D. Maria Rabelo, e neto materno de António de Araújo e Vasconcelos e D. Maria da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Monforte do Rio Livre** (decreto de 12 de Novembro de 1789), posse (6 de Março de 1790), carta do lugar (25 de Novembro de 1789), provisão de licença de dois meses (16 de Novembro de 1791), provisão de licença de dois meses (2 de Dezembro de 1793); **Ouvidor do Pará** (27 de Junho de 1794), carta (13 de Novembro de 1794), provisão para vencimento de ordenado (22 de Novembro de 1794); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Pará** (alvará de 1795 ou de 7 de Janeiro de 1798); **Ouvidor de Pernambuco** (decreto de 19 de Maio de 1798), carta de Ouvidor de Pernambuco com beca e posse na Relação do Porto (21 de Junho de 1798), alvará de Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca de Pernambuco (24 de Setembro de 1798); **Conservador do Contrato do Sal em Pernambuco** (provisão de 8 de Outubro de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto de 16 de Fevereiro de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Maio de 1804); **Ajudante do Procurador da Coroa** (alvará de mercê do lugar de 26 de Agosto de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Agosto de 1811, com 49 anos de idade. Os pais e avós são naturais da Baía. O pai era pessoa rica que vivia das suas fazendas, e foi cirurgião-mor do segundo regimento de infantaria da Baía. A mãe tinha um irmão do Cuiabá. Os avós viviam das suas fazendas. O Bacharel é, à data de Abril de 1787, solteiro e mora à data de Janeiro do mesmo ano em Lisboa, a S. Mamede. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Joaquim Reinaud de Sampaio (Bacharel em leis), também *José Joaquim Reynol de Sampaio*, também *José Joaquim Reimão*, nascido em 1745 ou 1746, natural de Ourém, filho de José Luís Reynaud e de D. Inácia Caetana de Sampaio, neto paterno de Pedro Reynaud e D. Marta Maria Margarida Galli Reynaud, e neto materno de Manuel de Azevedo Sampaio e Teresa da Guerra.

Foi **Ouvidor de Alenquer** (1782), reconduzido (19 de Junho de 1784), alvará de reconduzido no lugar com o predicamento de primeiro banco (15 de Fevereiro de 1785); **Contador dos Feitos Cíveis da Corte e Casa da Suplicação** (provisão de mercê de 2 de Março de 1790), com beca (27 de Junho de 1794), carta (10 de Julho de 1797); **Corregedor de Alenquer** reconduzido com assento na Relação do Porto (lugar de 17 de Dezembro de 1801), carta de recondução em Corregedor de Alenquer fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (12 de Fevereiro de 1802). Recebeu provisão de extinção do encargo de certos bens sitos no lugar de Aldeia de Paio Pires no termo de Almada (6 de Outubro de 1797), (como Contador dos Feitos Cíveis e Crimes da Corte e Casa da Suplicação) provisão para seu irmão Simão José Reinaud o servir nos seus impedimentos todos (14 de Março de 1799), provisão de licença para casar com D. Ana José Furtado (14 de Março de 1799), e carta de hábito de Cristo (22 de Junho de 1803).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da cidade de Asti do Reino do Piemonte. A mãe e avós maternos são naturais de Ourém. O pai é cavaleiro do hábito de Cristo, e vive das suas fazendas com seus criados e bestas. O pai foi ainda proprietário do ofício de Contador da Corte e Casa da Suplicação, que renunciou ao Bacharel. A mãe era irmã de Luís de Azevedo que, para além de cavaleiro professo na Ordem de Cristo, serviu no lugar de Juiz de Fora de Tabuaços. Os avós maternos sempre se trataram com os rendimentos das suas fazendas. O avô paterno vivia das suas fazendas e tinha um posto de oficial militar de alferes para cima. O Bacharel é, à data de Outubro de 1771, solteiro e morador em Lisboa em Arroios (LB). O Bacharel desempenha em meados de 1797 o cargo de Corregedor da Comarca de Alenquer, pedindo nessa altura que se lhe passe carta de propriedade do ofício de Contador da Corte e Casa da Suplicação.

José Joaquim de Sequeira Magalhães Lançães (Bacharel), nascido em 1731, natural de Torres Novas, filho de João Pereira de Magalhães e de Maria Teresa de Sequeira, neto paterno de António Gonçalves Rebelo e D. Luísa de Lançães, e neto materno de Luís Dias de Sequeira e Maria Madalena Pereira.

Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (1760); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 22 de Abril de 1763); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1775); **Chanceler da Relação de Goa** (carta de 5 de Abril de 1778), com um lugar de **Desembargador do Desembargo do Paço**; **Conselheiro** (carta de 6 de Abril de 1778). Recebeu foro de fidalgo (10 de Abril de 1778), e 38\$000 réis de tença (29 de Março de 1779).

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Valença do Minho. A mãe e avós maternos são naturais de Torres Novas, e aí moraram. O avó paterno é natural de Monção do Minho. O avó paterno serviu muitas vezes de Escrivão da Câmara de Monção. Os avós paternos eram pessoas graves, e ter-se-ão ausentado de Monção para Torres Novas ou Abrantes. Os avós maternos eram pessoas de conhecida nobreza. O habilitante é, à data de Setembro de 1756, solteiro e mora à data de Maio de 1757 em Torres Novas. O habilitante é bom estudante (LB). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 26 de Outubro de 1763 (HOC). Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Maria I a 13 de Maio de 1777 (MM).

José Joaquim Toscano de Figueiredo e Albuquerque (Bacharel em cânones), também *José Joaquim Toscano*, nascido em 1742 ou 1743 (ou 1745), natural da Vacariça, filho de Bernardo José Toscano de Figueiredo e de D. Sebastiana Josefa dos Mártires, neto paterno de João Toscano de Figueiredo e Albuquerque e Ana Maria dos Santos, e neto materno de Luís Ferreira da Maia e D. Josefa Maria Brandão.

Foi **Juiz de Fora de Trancoso** (28 de Agosto de 1764), carta (24 de Novembro de 1764); **Provedor de Moncorvo** (decreto de 12 de Setembro de 1772), provisão para jurar na Chancelaria por procurador servir o lugar de Provedor da Comarca de Moncorvo (14 de Janeiro de 1773), apostila do lugar (17 de Junho de 1779); **Provedor da Comarca de Lamego** (carta de 26 de Maio de 1779), apostila de declara servir de Provedor de Lamego com predicamento de primeiro banco (17 de Junho de 1779), predicamento de primeiro banco e posse (30 de Dezembro de 1779 ou 20 de Julho de 1784), carta de recondução do lugar (7 de Junho de 1784); **Juiz Comissário das Adjudicações e Intendente das Estradas e Caminhos do Alto Douro** fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Abril de 1789). Recebeu padrão de 80\$000 réis de tença (13 de Fevereiro de 1789), e carta de padrão de tença de 80\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino que lhe renunciou D. Rita Emerenciana (5 de Março de 1789).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel em 1761. Os pais e avó paterno são naturais do lugar e couto de Vacariça da Comarca de Coimbra. A avó paterna é natural do lugar de Pocariça da mesma Comarca. Os avós maternos são naturais do Casal de Comba da mesma Comarca. O pai é Capitão. O avó paterno era Capitão. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1762, solteiro e mora à data de Agosto do ano seguinte em Vacariça. O habilitante é bom estudante (LB). Foi Provedor de Moncorvo que serviu 9 anos. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

José Joaquim Vieira Godinho (Doutor), nascido em Mariana na capitania de Minas Gerais, filho de Boaventura Vieira e de D. Teresa.

Foi **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Janeiro de 1781); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 12 de Janeiro de 1783), alvará (13 de Janeiro de 1783); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 22 de Setembro de 1786); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade (19 de Dezembro de 1793); **Desembargador honorário do Desembargo do Paço** (lugar honorário na Mesa do Desembargo do Paço a 17 de Dezembro de 1793), carta de um lugar (23 de Dezembro de 1793); **Desembargador do Desembargo do Paço** (4 de Abril de 1795), carta (15 de Abril de 1795); **Provedor da Fazenda do Ultramar** (carta de 28 de Fevereiro de 1799); **Deputado da Junta do tabaco; Deputado da Junta do Novo Código**. Recebeu alvará de Administrador da casa instituída por Catarina de Serra Pereira e seu marido no Vale de Pereiro (28 de Março de 1791), carta de administração da capela que em Vale de Pereiro instituíra Catarina da Serra Pereira e seu marido (9 de Maio de 1791), carta de administração da capela da Coroa instituída por Catarina de Sena Pereira e seu marido Pedro Marques em Vale de Pereira (11 de Maio de 1791), e provisão para não se proceder a novo tombo na capitania enquanto era Administrador instituída em Vale de Pereiro por Catarina de Serra e seu marido (16 de Novembro de 1792).

Observações: Recebeu certidão negativa a 28 de Janeiro de 1805, com 74 anos de idade. A mãe é irmã de D. Margarida, esta mulher de Manuel da Guerra, que era pai do Bacharel Francisco de Sousa da Guerra. Por sua diligência se descobriram os livros que faltavam das ordenações afonquinas. Foi varão benemérito de Jurisprudência Portuguesa. Tendo consideração aos seus merecimentos e letras, e a ter criado na Universidade de Coimbra a cadeira de Direito Pátrio de que é lente proprietário, Sua Majestade houve por bem fazer-lhe mercê de um lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação, sem prejuízo da antiguidade dos que forem promovidos na próxima futura promoção (MM).

José Leandro de Gusmão e Vasconcelos (Bacharel), nascido em 1729, natural de Lisboa, filho de Bento Pereira de Gusmão e de Eugénia Antónia de Vasconcelos.

Foi **Juiz de Fora de Arronches** (1764); **Desembargador da Relação Rio de Janeiro** (carta de 2 de Março de 1765).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 8 de Outubro de 1766 (HOC).

José de Lima Coutinho.

Foi **Corregedor de Lagos** (20 de Março de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (4 de Fevereiro de 1784). Recebeu 12\$000 réis de tença e o hábito de Cristo (21 de Janeiro de 1778), e 18\$000 réis de tença (30 de Agosto de 1779).

José de Lima Pinheiro de Aragão (Bacharel em leis), também *José de Lima Pinheiro*, nascido em 1705 ou 1706, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Miguel dessa cidade, filho de Manuel de Lima Pinheiro e Aragão e de D. Luísa Maria de Alpoim, neto paterno de José Pinheiro de Aragão e D. Apolónia de Andrade da Arruda, e neto materno de Giraldo Rodrigues da Cruz e Eugénia Fracol de Alpoim.

Foi **Juiz de Fora de Benavente e Salvaterra** (carta de mercê do cargo de 10 de Janeiro de 1734), provisão de licença de dois meses para poder vir a esta Corte (22 de Dezembro de 1735); **Juiz de Fora de Santarém** por tempo de três anos (carta de 18 de Julho de 1739), carta de reconduzido em Juiz de Fora de Santarém (27 de Setembro de 1742); **Juiz da Índia e Mina** (carta de 15 de Novembro de 1746); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Fevereiro de 1750), provisão de Desembargador para o Porto (24 de Fevereiro de 1750); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Setembro de 1752); **Procurador Fiscal da Companhia Geral do Pará** (alvará de 28 de Agosto de 1755); **Procurador Fiscal da Junta do Comércio destes Reinos** (carta de 13 de Fevereiro de 1757), **Promotor das Justiças da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Abril de 1758). Recebeu provisão de licença por um mês para se tratar (11 de Outubro de 1736), provisão de dois meses de licença para estar ausente do seu lugar (30 de Julho de 1737), provisão de licença por tempo de um mês (23 de Outubro de 1741), alvará para que se haja por firme e valioso o tombo das terras novas e juncais da Azambuja feito pelo sobredito (21 de Março de 1746), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (2 de Setembro de 1746), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (23 de Abril de 1751), e 20\$000 réis de tença para a sua filha D. Ana Joaquina Eugénia Xavier Aragão e igual para as suas cinco irmãs (26 de Fevereiro de 1778).

Observações: Os pais, avó paterno, e avó materna são naturais de Lisboa. A avó paterna é natural de Beja. O avó materno é natural de Aveiro. O pai é cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e Provedor da Contadoria Geral da Guerra e Reino. O avó paterno era Escrivão do Registo da Contadoria Geral da Guerra e Reino. O avó materno foi de pouca idade de Aveiro para Lisboa, onde começou por ficar em casa de um tio que era criado do rei. A avó paterna

foi de pouca idade de Beja para Lisboa. O avó materno, enquanto morou em Aveiro na casa do seu pai, Manuel Rodrigues, sustinha-se da sua fazenda. Em Lisboa o avó materno fez o seu negócio com muito crédito e verdade. O habilitante é, à data de Outubro de 1731, solteiro e mora à data de Dezembro seguinte em Marvila. O habilitante é bom estudante (LB).

José Lobo da Veiga (Bacharel em cânones), natural de Beja, filho de Manuel Jorge Veiga e de Francisca dos Serafins Rosa (ou Veiga e Francisca dos Serafins Painço), neto paterno de Pedro Jorge Verdelho e Marta Mendes, e neto materno de Manuel Francisco Painço e Maria Afonso da Silveira.

Foi **Juiz de Fora de Caminha** (carta de **Desembargador da Relação de Goa** de 29 de Março de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Novembro de 1775); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 2 de Agosto de 1783), alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (22 de Agosto de 1783); **Promotor das Justiças**. Recebeu carta de padrão de 20\$000 réis de tença efectiva (7 de Novembro de 1726), carta de padrão de tença de 50\$000 réis (30 de Agosto de 1759), carta de padrão de tença de 38\$000 réis (30 de Agosto de 1759), padrão de 38\$000 réis de tença (31 de Agosto de 1759), e carta de padrão de tença de 20\$000 réis no Almojarifado de Beja que o dito renunciou em seu sobrinho Teotónio Borges da Veiga (1 de Setembro de 1784).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Lagos. A mãe e avó materna são naturais de Beja, e o avó materno é oriundo da freguesia de S. Cosme de Gemunde do termo do Porto. O pai morou em Beja com a mãe e foi, depois de soldado, tenente de cavalos do Regimento de Dragões da Província do Alentejo em que morreu. O avó paterno exerceu o ofício de tanoeiro. O avó materno começou por ir ao Alentejo trabalhar no ofício de pedreiro, passando mais tarde a morar em Beja com a avó materna, onde viveu dos rendimentos das suas fazendas e negócio. A mãe e avó materna trataram-se sempre com muito recolhimento e gravidade. O Bacharel tinha um tio clérigo da parte materna, chamado Francisco Lobo Painço, e um irmão habilitado na Companhia de Jesus. O Bacharel é, à data de Maio de 1749, solteiro e mora à data de Junho do mesmo ano em Beja (LB). O pai era tenente de cavalos (MM).

José Luís Coutinho (Bacharel), nascido em 1697, natural de Lisboa, filho de João da Fonseca Coutinho e de Antónia Marcelina da Cunha. Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta de 10 de Maio de 1724); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 2 de Março de 1728). Recebeu (com sua mulher)

provisão de licença para tomar dinheiro de empréstimo (21 de Março de 1746).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 12 de Abril de 1728 (HOC).

José Luís França (Bacharel em cânones), natural do Rio de Janeiro, filho de António Luís França (ou João Luís França) e de Florência da Silva, neto paterno de Luís Gonçalves de França e Maria Josefa da Trindade, e neto materno de Manuel da Silva Viana e Catarina de Espinha.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (carta de 3 de Setembro de 1747), carta (3 de Setembro de 1750); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de Desembargador da Relação de Goa com posse na Casa da Suplicação de 25 de Março de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (17 de Outubro de 1768), carta de reintegrado com a antiguidade em Desembargador da Casa da Suplicação (3 de Novembro de 1768); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Outubro de 1771), Agravista (29 de Outubro de 1771), alvará de serventia do lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação e **Juiz do Tombo dos Bens** (3 de Setembro de 1776), carta (31 de Outubro de 1778); **Desembargador da Mesa da Consciência e Ordens** (despacho de 7 de Agosto de 1778), carta (26 de Agosto de 1778); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta de 19 de Fevereiro de 1781), Conselheiro da Fazenda havendo posse e vencendo ordenado e servindo de **Chanceler do Rio de Janeiro** enquanto Sua Majestade não mandar o contrário; **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 20 de Fevereiro de 1781); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 1 de Março de 1781); **Juiz Conservador do Contrato do Sal no Rio de Janeiro** (provisão de 27 de Junho de 1781). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (12 de Dezembro de 1766), carta de padrão de 38\$000 réis de tença (15 de Janeiro de 1767), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (7 de Março de 1781).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Lisboa, o primeiro da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, e os últimos das de S. Miguel de Alfama e de S. Julião, respectivamente. A mãe e avó materna são naturais do Rio de Janeiro, sendo a primeira da freguesia da Candelária, e a última da da Sé. O avó materno é da freguesia de S. Veríssimo de Nevogilde do termo de Arrifana de Sousa. Os pais e avós maternos viviam das suas fazendas no Rio de Janeiro. Os avós paternos viviam das suas fazendas e negócio em Lisboa. O avó materno, antes de embarcar para o Brasil, aprendeu no Porto e exerceu o ofício de violeiro, e parece que casou em Viana do Castelo, onde tinha um irmão. O avó materno era filho de Maria Gaspar e Veríssimo Vieira, parecendo que ambos são naturais e moradores da freguesia de S. Veríssimo de Nevogilde. O Bacharel é, à

data de Fevereiro de 1749, solteiro e morador em Lisboa no fim da Rua dos Mercadores. O Bacharel é bom estudante (LB). Faleceu em Março de 1793. Era o principal autor de tudo quanto se obrava contra os padres da Congregação o Marquês de Pombal. Na madrugada de 26 de Dezembro de 1759, foram presos os padres da Congregação no Estado da Índia e foi o mais exacto executor das ordens régias no Colégio Novo de S. Paulo de Goa e, como dentro em quatro meses ficasse tolhido das mãos e pés, fez voto a S. Francisco Xavier de lhe fazer uma festa. Foi mandado para Pombal pela Rainha D. Maria para fazer certos interrogatórios (MM).

José Luís de Magalhães e Meneses (Bacharel em leis), também *José Luís de Magalhães*, nascido em 1732 ou 1733, natural de Vila Real da Comarca de Lamego, filho de António José de Magalhães e de D. Joana Maria de Carvalho e Meneses, neto paterno de Miguel Francisco de Carvalho e D. Francisca Correia de Magalhães, e neto materno de Francisco Martins de Meneses e D. Luísa Rebelo de Carvalho.

Foi **Ouvidor de Abrantes** (carta do lugar de 15 de Março de 1775), 20\$000 réis para sua aposentadoria (9 de Março de 1782); **Desembargador da Relação da Baía** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta de um lugar (13 de Março de 1790), posse (23 de Setembro de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Setembro de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado com um lugar ordinário da Casa da Suplicação (28 de Julho de 1807). Recebeu carta de padrão de tença a título de hábito (30 de Agosto de 1767), e provisão de extinção de encargo imposto em terras de Maria Antunes no termo de Santarém (21 de Novembro de 1772).

Observações: Os familiares sobrescritos são naturais e assistentes de Vila Real. O Bacharel é, à data de Outubro de 1760, solteiro e mora à data de Novembro do mesmo ano em Lisboa à Rosa. O Bacharel é bom estudante e familiar do Santo Ofício (LB). Parece que casou. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

José de Magalhães Castelo Branco (Bacharel em leis), nascido em 1726 ou 1727, natural de Coimbra, filho de João de Magalhães de Castelo Branco e de D. Joana Luísa da Silveira e Sousa, neto paterno de António de Magalhães de Castelo Branco e D. Clara de Pinho e Figueiredo, e neto materno de André da Costa Bombarda e D. Francisca Ribeira da Silveira.

Foi **Juiz dos Direitos Reais em Coimbra** (ofício de 25 de Setembro de 1778), carta de Almoxarife e Juiz dos Direitos Reais de Coimbra (25 de Setembro de 1778), alvará para nomear serventuário no seu ofício de Almoxarife e Juiz dos Direitos Reais de Coimbra

(25 de Novembro de 1778), apostila para continuar na jurisdição contenciosa que tinha levantando-se-lhe a suspensão para esse fim (25 de Setembro de 1788), apostila declarando que como Almojarife de Coimbra era também Juiz dos Direitos Reais (25 de Setembro de 1788), verba que declara pertencer-lhe toda a jurisdição contenciosa como sempre tinha exercitado no seu ofício de Almojarife e Juiz dos Direitos Reais de Coimbra e tinha já praticado seu pai no dito ofício (29 de Novembro de 1788); **Ouidor de Linhares; Juiz de Fora da Sertã; Juiz das Calçadas de Coimbra; Provedor da Guarda** (decreto de Setembro de 1778), carta de Provedor da Comarca da Guarda (16 de Outubro de 1778), provisão para estar ausente por dois meses de Provedor da Guarda (22 de Agosto de 1780), provisão para estar ausente dois meses do lugar de Provedor da Comarca da Guarda (26 de Setembro de 1780); **Corregedor da Comarca de Aveiro** (decreto de 10 de Setembro de 1781 com predicamento de primeiro banco e posse a 8 de Janeiro de 1782), carta (15 de Outubro de 1782); **Superintendente do Rio Mondego e Obras Públicas de Coimbra** (alvará de 10 de Maio de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Maio de 1794), carta de Desembargador da Relação do Porto (7 de Julho de 1794), provisão para poder ser Procurador e prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Desembargador (14 de Julho de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 1806), lugar ordinário da Casa da Suplicação (6 de Agosto de 1807), provisão para jurar por procurador (8 de Agosto de 1807). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito (22 de Junho de 1773), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (1 de Dezembro de 1773), carta de propriedade de ofício (25 de Setembro de 1778), alvará para nomear serventuário do ofício (25 de Setembro de 1778), carta de doação do prazo das terras da Cervieira (22 de Outubro de 1795), provisão para reunir as terras a um vínculo (18 de Setembro de 1799), provisão para unir a seu vínculo as terras dadas de Cervieira (18 de Setembro de 1799), e carta de confirmação da doação que lhe fez José António de Castro (10 de Abril de 1800).

Observações: Recebeu certidão negativa a 12 de Abril de 1804. O pai e avô paterno são naturais de Coimbra. A mãe e avós maternos são naturais de Aveiro. A avó paterna é natural de Vagos. O pai é Doutor, e sabe-se que exerceu o cargo de Corregedor do crime do bairro de Alfama. O pai é professor da Ordem de Cristo. Os pais e avós paternos trataram-se à lei da nobreza, com cavalos na estrebaria e liteira. Os avós maternos eram de conhecida nobreza. O habilitante faz pender a sua habilitação da do seu irmão inteiro, o Bacharel em leis Carlos de Magalhães Castelo Branco, que já ocupou o lugar de Juiz de Fora de Montemor-o-Velho. O habilitante mora, à data de Junho de 1767, em Coimbra. O habilitante

é bom estudante (LB). Casou com D. Teresa Marcelina Pereira de Carvalho e Faria, filha de Ventura Luís Pereira e de D. Paula, filha do Cevadeiro-mor da Casa Real, ofício este já extinto. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

José Maldonado (D.) (Bacharel; Licenciado por exame privado em cânones em 1755), nascido em 1734 ou 1735, natural de Lisboa, filho de D. Miguel Maldonado e de D. Margarida Josefa Janssen, neto paterno de D. Francisco Maldonado e D. Serafina Isidora de Castro, e neto materno de Henrique Jansen Moller e D. Joana Micaela de Pract.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta de 18 de Janeiro de 1771); **Provedor de Leiria** com predicamento de primeiro banco (resolução de 30 de Dezembro de 1777), carta do lugar (30 de Janeiro de 1778), posse (23 de Maio de 1778), carta de reconduzido ao lugar (3 de Janeiro de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** ficando reconduzido no mesmo lugar de Provedor de Leiria (decreto de 26 de Fevereiro de 1789), carta de reconduzido no dito lugar e fazendo o de Desembargador da Relação do Porto (31 de Março de 1789), carta de um lugar (31 de Março de 1789). Recebeu alvará de moço fidalgo (2 de Junho de 1740), e alvará de fidalgo escudeiro (4 de Fevereiro de 1751).

Observações: Os pais, avô paterno, e avós maternos são naturais de Lisboa. A avó paterna é natural do lugar de Quinta Nova do termo de Panóias da Comarca de Ourique. Os avós paternos são de esclarecida família, e moços fidalgos da Casa de Sua Majestade desde há muitos séculos. A avó paterna é filha de Luís de Mesquita e Castro, e de D. Sebastiana Josefa de Melo. A avó paterna é neta de Antão Vaz Cavaco, que foi familiar do Santo Ofício. O avô materno era Desembargador. O habilitante é, à data de Março de 1765, solteiro e mora à data de Novembro do mesmo ano em Lisboa, na Rua Direita dos Anjos. O habilitante é bom estudante e fez actos grandes (LB).

José Manuel de Oliveira Mascarenhas (Bacharel em leis), nascido em 1741 ou 1742, natural de Lisboa, filho de Luís Manuel de Oliveira (ou Luís Manuel de Oliveira Mascarenhas) e de D. Leocádia Maria Joaquina de Sousa (ou D. Tomásia), neto paterno de José Tavares Mascarenhas e D. Teresa Maria da Silva, e neto materno de Manuel de Sousa Valdes e Josefa Antónia de Noronha.

Foi **Juiz de Fora de Tomar** (despachado a 28 de Agosto de 1764 que serviu até 5 de Setembro de 1774); **Provedor das comarcas do Algarve** (resolução de 30 de Dezembro de 1777), carta de Provedor do Reino do Algarve (13 de Maio de 1778), provisão para estar dois meses ausente do seu lugar de Provedor

dor das comarcas do Algarve (9 de Junho de 1780); **Corregedor do cível da cidade** com predicamento de primeiro banco (21 de Janeiro de 1784), carta (7 de Fevereiro de 1784), posse (2 de Março de 1784), carta de reconduzido no lugar (12 de Outubro de 1789), carta de um lugar (8 de Julho de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** fazendo este lugar reconduzido em Corregedor do cível (decreto de 22 de Agosto de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 7 de Janeiro de 1800), carta do lugar (8 de Julho de 1800); **Juiz Executor da Casa do Infantado** (decreto de 21 de Março de 1795); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (Agravista a 13 de Maio de 1802), carta do lugar (10 de Junho de 1802); **Superintendente-Geral dos contrabandos e descaminhos dos Reais Direitos** (carta de mercê de 30 de Dezembro de 1808).

Observações: Recebeu certidão negativa a 3 de Junho de 1814, com 71 anos de idade. Os pais e avós são naturais de Lisboa, e aí moradores. O pai é Desembargador e, tal como o filho, é cavaleiro da Ordem de Cristo. Os pais e avós viveram das suas fazendas. O Bacharel é, à data de Novembro de 1762, solteiro e morador em Lisboa em casa do seu pai na Rua do Sol. O Bacharel obteve boa nota da Universidade (LB). O pai era Desembargador (MM).

José Manuel Ribeiro Vieira de Castro (Doutor), natural do Porto, filho de José Ribeiro dos Santos.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Maio de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Julho de 1821); **Juiz da Coroa** da segunda vara (carta de 27 de Julho de 1821), alvará de 360\$000 réis de mantimento como Juiz da Coroa da segunda vara (6 de Setembro de 1821), carta de Juiz da Coroa de primeira vara (2 de Maio de 1825), alvará de assentamento de 320\$000 réis de ordenado como Juiz da Coroa da primeira vara (5 de Julho de 1825), apostila de declaração de mais 40\$000 réis de ordenado com o lugar de Juiz da Coroa da primeira vara (17 de Agosto de 1825); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação em 4 de Novembro de 1823); **Juiz da Coroa da Fazenda** (alvará de ordenado como 15 de Junho de 1825); **Conselheiro Ultramarino** (alvará de um lugar ordinário do Conselho Ultramarino de 17 de Dezembro de 1829); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 3 de Abril de 1830). Recebeu alvará de predicamento de um lugar de primeiro banco de Secretário da Junta da Directoria-Geral dos Estudos (8 de Junho de 1802), alvará de predicamento como opositor às cadeiras da faculdade de cânones da Universidade de Coimbra (8 de Janeiro de 1803), (com sua mulher) provisão para poderem anexar a sua quinta do mosteiro de Vila Boa do Bispo

ao seu vínculo de S. Gonçalo de Pala (7 de Janeiro de 1822), carta de fidalgo cavaleiro (7 de Agosto de 1822), alvará de confirmação da posse e domínio em que se achava dos bens que foram do mosteiro extinto de Vila Boa do Bispo (2 de Agosto de 1824), carta de domínio de bens do extinto convento de Vila Boa do Bispo (15 de Outubro de 1824), e alvará de predicamento de correição ordinária para seu filho o Bacharel José Maria Ribeiro Vieira de Castro (8 de Julho de 1825).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Julho de 1822, com 59 anos de idade.

José Manuel de Sousa Cardoso Pizarro (Bacharel), natural de Chaves, filho de José de Sousa Cardoso Pizarro.

Foi **Ouvidor de Bragança** (15 de Fevereiro de 1781), posse (4 de Dezembro de 1781), provisão de reconduzido no lugar com predicamento de primeiro banco (27 de Janeiro de 1785); **Provedor da Comarca de Guimarães** com o predicamento de primeiro banco vestindo logo a beca honorária (decreto de 14 de Maio de 1788), carta (22 de Outubro de 1789); **Provedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 7 de Janeiro de 1795); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Março de 1801). Recebeu foro de fidalgo (21 de Julho de 1777), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (24 de Julho de 1777).

Observações: O pai era Capitão de cavalos (MM).

José Maria de Almeida Beltrão de Seabra (Bacharel em leis), nascido em 1785 ou 1786, natural da freguesia de Santiago de Cassurrães da Comarca de Viseu, filho de Lucas de Seabra da Silva e de D. Josefa Emanuela de Almeida Beltrão de Seabra, neto paterno de Lucas de Seabra da Silva e D. Josefa Teresa de Moraes Ferrás, e neto materno de Miguel António Beltrão e D. Francisca da Silva Moraes de Seabra da Silva.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Novembro de 1810), provisão de dispensa para entrar na posse de um lugar (12 de Novembro de 1810), carta de privilégios de Desembargador (28 de Abril de 1812); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Desembargador da Casa da Suplicação de 22 de Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de **Promotor das Justiças** e graduado em Desembargador Agravista de 15 de Abril de 1825), carta de Desembargador ordinário da Mesa dos Agravos da Casa da Suplicação (13 de Novembro de 1829). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (30 de Agosto de 1794), carta de hábito (14 de Outubro de

1802), carta de padrão do hábito de Cristo e tença de 12\$000 réis (19 de Novembro de 1802), (com sua mulher) provisão para a Câmara de Vila do Castelo lhe aforar um monte maninho no limite de Corga (20 de Junho de 1818), e provisão de Curador de seu irmão Lucas de Seabra da Silva (20 de Novembro de 1819).

Observações: O pai é natural de Coimbra. A mãe é natural de Cassurrães da Comarca de Viseu. O avô paterno é natural de Várzea da Comarca de Viseu. As avós são da freguesia de Torre de Vilela da Comarca de Coimbra. O avô materno é de Aguiar da Beira. O pai é Desembargador do Desembargo do Paço. O avô paterno foi Desembargador do Desembargo do Paço. O habilitante é, sensivelmente à data de Outubro de 1810, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Santa Isabel. O habilitante foi despachado para Desembargador da Relação do Porto com exercício na Casa da Suplicação (LB).

José Maria Cardoso Soeiro (Bacharel em leis em 1783), também *José Maria Cardoso*, nascido em 1760 ou 1761, natural de Lisboa, filho de Alexandre Vitorino Cardoso Soeiro e de D. Isabel Rosa de Miranda.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (decreto de 25 de Setembro de 1786), carta (25 de Setembro de 1786); **Juiz de Fora do Funchal** (decreto de 11 de Junho de 1790), carta (20 de Julho de 1790), provisão de licença de dois meses (23 de Agosto de 1796), provisão de licença de quatro meses (31 de Março de 1797), provisão de licença de quatro meses (21 de Agosto de 1797); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes no Funchal** (alvará de 3 de Agosto de 1790), alvará do ofício (30 de Agosto de 1790); **Juiz Conservador da Nação Britânica** (alvará de 15 de Junho de 1795); **Corregedor da Ilha da Madeira** (carta do lugar de 26 de Fevereiro de 1798), provisão para vestir beca honorária (26 de Fevereiro de 1798); **Corregedor do cível da cidade** por três anos (carta de 4 de Fevereiro de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Setembro de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Agosto de 1821); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1823); **Procurador Fiscal da Junta de Administração da Fazenda Real**. Recebeu provisão de licença para casar com D. Francisca Ferreira de Macedo enquanto Juiz de Fora de Sesimbra (17 de Outubro de 1787) (com sua mulher D. Francisca Xavier de Macedo) provisão de abolição de bens instituídos por D. Inês Antónia de Macedo (29 de Julho de 1803), (por cabeça de sua mulher D. Francisca Xavier de Macedo) provisão de extinção da capela de que era administrador que instituíra o padre Luís Antunes Guerreiro (19 de Novembro de 1803), e provisão de confirmação da declaração de dois pontos do seu

compromisso como Presidente da Mesa do Montepio dos Professores (13 de Março de 1817).

Observações: Recebeu certidão negativa a 20 de Março de 1824, com 63 anos de idade. O habilitante é bom estudante e mora, à data de Novembro de 1784, em Lisboa na Rua da Oliveira (LB). O habilitante é irmão germano do Desembargador da Relação do Porto, José Alexandre Cardoso Soeiro.

José Maria Teles do Vale (Bacharel em 1801), nascido em 1779 ou 1780, natural de Tondela da Comarca de Viseu, filho de José Bernardo Álvares do Vale (ou Bernardo Alves do Vale) e de D. Rafaela Helena Borges, neto paterno de Brás do Vale e D. Bernarda Maria Alves, e neto materno de Bernardo José Pereira Teles e D. Antónia.

Foi **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de 14 de Março de 1803), provisão de licença para estar ausente do dito lugar por tempo de dois meses vencendo o seu ordenado (9 de Novembro de 1803), provisão para haver mais 65\$000 réis de aposentadoria além dos 15\$000 réis que já tinha como Fidalgo da Casa e Corregedor (14 de Maio de 1805); **Corregedor da Comarca de Arganil** (carta de mercê do lugar de 16 de Março de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar com exercício de Corregedor da Comarca de Arganil de 8 de Abril de 1807), carta (9 de Outubro de 1820), carta de Desembargador com exercício de Corregedor de Arganil (9 de Outubro de 1821), alvará de aposentado na Relação do Porto (16 de Fevereiro de 1824), alvará de 300\$000 réis de assentamento com a aposentadoria em Desembargador da Relação do Porto (8 de Maio de 1824), alvará para restituir ao exercício de Desembargador da Relação do Porto (21 de Março de 1825), alvará que o restitui a Desembargador da Relação do Porto (24 de Março de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (3 de Agosto de 1799), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (21 de Agosto de 1799), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (30 de Março de 1803), e (com sua mulher) carta de confirmação da doação de bens que lhes fez sua mãe D. Helena Rafael da Costa Falcão Mendonça (2 de Março de 1812).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores de Tondela. O pai e avô paterno foram Desembargadores. A família sempre viveu cavalheiramente, gozando de nobreza herdada e adquirida. O Bacharel mora, à data de Abril de 1802, em Tondela e é, à data de Maio do mesmo ano solteiro. O Bacharel foi condecorado com o hábito de Cristo (LB).

José Martins da Costa (Bacharel), nascido em 1725, natural de Lisboa, filho de Manuel Martins da Costa e de Ana Caetana Joaquina Clemente da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Faro** (1753); **Juiz de Fora do Crato** (1756); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta de 7 de Novembro de 1759); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 30 de Outubro de 1786). Recebeu (com sua mulher) provisão para conhecimento de causa (29 de Novembro de 1798).

José Mascarenhas Pacheco Coelho (Doutor), também *José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo*.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1758); **Conselheiro Ultramarino** dispensado de assistência do Tribunal.

Observações: Depois da prisão de dezoito anos foi restituído ao Reino. Faleceu em 1789 (MM).

José Mascarenhas Salter de Melo (Bacharel em leis), também *José Mascarenhas Cipriano Salter de Melo*, nascido em 1738 ou 1739, natural de Lisboa, filho de Duarte Salter de Mendonça e de D. Serafina Luísa Mascarenhas de Melo, neto paterno de Vasco Nabo Salter de Mendonça e D. Joana Leocádia Pimentel Souto Maior, e neto materno de José Mascarenhas Cipriano de Melo (ou José Mascarenhas de Figueiredo Coelho) e D. Luísa Maria de Melo.

Foi **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** (despachado a 28 de Agosto de 1764), carta (28 de Setembro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** com o exercício no lugar de **Provedor dos órfãos e capelas** (29 de Outubro de 1778), carta (28 de Novembro de 1778), posse no Porto (7 de Janeiro de 1779); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Janeiro de 1784), carta (17 de Maio de 1784).

Observações: O pai, avós paternos, e avó materna são naturais de Lisboa. A mãe e avó materno são naturais de Pombal. O pai é Desembargador, e assistiu em Lisboa juntamente com a mãe, que foi açafata do Paço antes de se casar. Os avós paternos moraram em Lisboa, provavelmente na freguesia de S. Nicolau, sendo o avó cavaleiro professo do hábito de Cristo e Escrivão da Carga e Descarga das naus da Índia. O avó materno tinha o foro muito antigo na família de fidalgo cavaleiro, e era familiar do Santo Ofício. A avó materna morou em Lisboa, e assistiu algum tempo em Pombal, certamente junto do avó materno. O Bacharel mora, à data de Agosto de 1762, em Lisboa na freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai. O Bacharel é bom estudante (LB). Foi filho segundo do sobredito. O pai era Desembargador. O avó materno era Senhor do Morgado de Santorão em Pombal, e Fidalgo da Casa Real. Leu a 17 de Novembro

de 1762. Faleceu em Julho de 1790. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo e Fidalgo da Casa Real (MM).

José de Matos da Veiga (Doutor e colegial do Colégio de S. Pedro), natural de Lisboa, filho de Fernão de Matos de Carvalhosa (ou Fernando de Matos) e de D. Isabel da Veiga, neto paterno de Jorge Poderoso de Matos e D. Brites de Carvalhosa, e neto materno de André de Matos de Almada e D. Luísa da Veiga.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Julho de 1655); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 10 de Outubro de 1661); **Chanceler da Relação do Porto** (carta do cargo de 4 de Fevereiro de 1668); **Conselheiro de Estado** (carta de 2 de Outubro de 1668); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 18 de Março de 1677). Recebeu carta de padrão de 100\$000 réis de renda na Fazenda Real por falecimento de seu pai (24 de Julho de 1663), e verba para que possa dividir os 100\$000 réis em 50\$000 réis para sua esposa Inês Maria da Silva e os outros 50\$000 réis para seu filho Fernão Leite de Matos (27 de Fevereiro de 1680).

Observações: Os familiares sobreditos são todos naturais de Lisboa e aí moraram. O pai é Doutor, Desembargador do Desembargo do Paço, fidalgo da Casa de Sua Majestade e do seu Conselho, e cavaleiro da Ordem de Cristo. O avó paterno foi Escrivão das Apelações e Crimes e, após a renúncia do dito ofício, viveu por sua fazenda. O avó materno foi Doutor do Desembargo de Sua Majestade, e Conservador da Universidade de Coimbra, onde faleceu. O habilitando é, à data de Setembro de 1654, casado com D. Inês Maria, filha que foi do Doutor Cid de Almeida e de D. Constança da Silva e Azevedo. Cid de Almeida era fidalgo, e foi colegial do Colégio de S. Paulo, e Desembargador do Desembargo do Paço, tendo também integrado o Conselho de Sua Majestade e o Conselho de Portugal em Madrid, onde faleceu. O habilitando era cavaleiro da Ordem de Cristo (LB). Casou com D. Inês, filha do Desembargador Cid de Almeida e de sua segunda mulher, D. Constança da Silva, filha de Manuel de Oliveira de Azevedo (MM).

José Maurício da Gama (Bacharel em cânones), também *José Maurício da Gama Freitas*, também *José Maurício de Freitas*, nascido em 1731 ou 1732, natural de Lisboa, filho de João Felício da Gama e Freitas (ou João Félix da Gama, ou João Félix da Gama e Freitas) e de D. Catarina Maria Isabel da Gama, neto paterno de José de Freitas da Gama e D. Maria Luísa de Andrade, e neto materno de Vicente Gomes Lopes e D. Maria Teresa Machado.

Foi **Juiz de Fora de Sousel** (carta de **Juiz de Fora do Rio de Janeiro** de 17 de Outubro de 1758), provisão

de ajuda de custo com o dito lugar (17 de Outubro de 1758); **Provedor do Rio de Janeiro** (alvará de 24 de Outubro de 1758); **Intendente-Geral do Rio de Janeiro**, fazendo o lugar de primeiro banco (decreto de 1 de Fevereiro de 1765 donde passou a Desembargador na mesma Relação; **Intendente do Ouro do Rio de Janeiro** (carta de 23 de Abril de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** e tomando posse 25 dias depois e ficando com exercício na incumbência de **Fiscal da Junta da Arrecadação e Administração do Subsídio Aplicado para as obras das Águas Livres** (decreto de 30 de Dezembro de 1775), carta de Desembargador da Relação do Porto (5 de Fevereiro de 1776); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Março de 1783), carta (17 de Novembro de 1783); carta de Procurador Fiscal da Junta do Comércio (21 de Julho de 1788); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 3 de Janeiro de 1791), carta (12 de Janeiro de 1791); **Fiscal da Fazenda** (alvará de 27 de Agosto de 1792); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (decreto de 4 de Novembro de 1799), carta do lugar (2 de Dezembro de 1799); **Juiz Executor das Dívidas Reais Pretéritas**; **Inspector do Plano para a Reedificação de Lisboa nos Bairros de Alfama, Ribeira, Limoeiro, e Castelo**. Recebeu alvará de Escrivão da Abertura da alfândega do Rio de Janeiro (28 de Agosto de 1760), carta do dito ofício (16 de Fevereiro de 1761), alvará para nomear serventuário no dito ofício (22 de Julho de 1761), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (23 de Março de 1776), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (8 de Junho de 1776), carta de padrão de tença de 14\$000 réis no Almoarifado das Portagens de Lisboa (28 de Maio de 1777), alvarás de foro de fidalgo cavaleiro (15 de Novembro de 1786 e 16 de Janeiro de 1790), alvará de mercê de sobrevivência de 200\$000 réis de tença para suas filhas (15 de Dezembro de 1792), alvará de administração da capela da Peninha da serra de Sintra (26 de Março de 1794), carta de administração da capela de Nossa Senhora da Peninha da serra de Sintra (2 de Setembro de 1794), carta de administração da capela de Nossa Senhora da Peninha da serra de Sintra (4 de Setembro de 1794), carta de confirmação da doação de bens que fez a D. Josefa Joaquina Maria Ana Berquó da Silveira (11 de Março de 1796), e alvará de mercê do ofício de Escrivão da Abertura da alfândega do Rio de Janeiro para seu filho João Maria da Gama e Freitas (23 de Setembro de 1801).

Observações: Recebeu certidão negativa a 23 de Julho de 1803. Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai é cavaleiro da Ordem de Cristo, e tenente na praça de Cascais. O avô paterno era cavaleiro da Ordem de Cristo e tenente-coronel na praça de Cascais. O avô materno era Capitão. O habilitante tem um irmão inteiro, religioso de S. Domingos.

O habilitante é, à data de Fevereiro de 1752, solteiro e mora sensivelmente à mesma data em Lisboa na Rua de São Boaventura (LB). O pai era Capitão de infantaria no regimento de Cascais. Casou com D. Catarina Inácia Falcão de Gouveia, irmã do Bacharel Bernardino Falcão de Gouveia (MM).

José de Melo Freire Fonseca (Bacharel em leis), nascido em 1756 ou 1757, natural do lugar de Almofala de Cima no termo de Aguda e Comarca e ouvidoria das Cinco Vilas de Chão de Couce, filho de Marcos de Freire de Melo e Reis e de D. Ana Maria Joaquina, neto paterno de Belchior dos Reis e D. Faustina Freire de Mello, e neto materno de Manuel Fernandes Temudo e Maria da Graça.

Foi **Juiz de Fora de Tomar** (19 de Junho de 1784), carta do lugar (25 de Junho de 1784); **Corregedor da Comarca de Tomar** (carta do lugar de 26 de Março de 1790), alvará de lugar de primeiro banco com preferência à Relação do Porto (16 de Outubro de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Setembro de 1800). **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação de 29 de Dezembro de 1815); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Novembro de 1817), provisão para tomar posse de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (26 de Novembro de 1817); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 7 de Maio de 1821); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 7 de Maio de 1821), carta de Conselheiro da Fazenda (2 de Maio de 1821); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de um lugar de 18 de Novembro de 1823). Recebeu carta de profissão de hábito (6 de Fevereiro de 1799), provisão para ser escuso de uma comissão (21 de Março de 1812), provisão para prestar juramento do estilo por procurador (8 de Janeiro de 1816), provisão de extinção do vínculo instituído por João Freire em diferentes propriedades (4 de Maio de 1820), e carta de cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (26 de Janeiro de 1824).

José Mendes Salas (Licenciado e Doutor; colegial do Colégio de S. Paulo), também *José Mendes Salar*, natural de Montemor-o-Novo, filho de Francisco Mendes e de Inês Alves (ou Álvares), neto paterno de Martim Mendes e Marisa Rodrigues Salas, e neto materno de Pedro Afonso Cavalinho e Maria Nunes.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de terceiro lugar de Desembargador Extravagante da Relação do Porto de 5 de Outubro de 1648); **Desembargador da Casa da Suplicação**

(1652). Recebeu alvará de promessa de 20\$000 réis de pensão para a pessoa com quem casar sua filha D. Ana Maria (20 de Junho de 1654).

Observações: Os familiares nomeados são naturais de Montemor-o-Novo e, tal como o habilitando, aí moraram. Os familiares tratavam-se com criados, escravos, e cavalos. O habilitando tinha parentes religiosos na Companhia de Jesus e em outras ordens, dos quais se destaca um irmão do pai que foi cartuxo. O habilitando é, à data de Julho de 1639, solteiro (LB).

José de Mendonça de Matos Moreira (Bacharel), nascido em 1746, natural do Algarve, filho de José de Mendonça Vieira e de Bárbara Xavier de Matos.

Foi **Juiz de Fora de Odemira** (carta de 13 de Fevereiro de 1773); **Ouidor de Alagoas** (carta de 31 de Julho de 1779); **Provedor de Alagoas** (carta de 26 de Agosto de 1779), reconduzido (carta de 22 de Maio de 1786); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 17 de Agosto de 1790). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (15 de Junho de 1780).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 15 de Março de 1780 (HOC).

José de Meneses (D.) (Doutor) nascido em 1642, natural de Lisboa, filho de D. Afonso de Meneses.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1665); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de Junho de 1668); **Conselheiro de Junta dos Três Estados; Deputado de Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 13 de Janeiro de 1670). Recebeu carta de conde de Viana, carta de assentamento de Conde de Viana, apostila do reguengo e jugadas de Almada, alvará de sub-rogação de bens de morgado, alvará para o seu meirinho trazer vara branca, alvará de emprazamento de bens de terras em Santarém, verba de aforamento de dois mouchões de terra em Santarém, carta de Prior da Colegiada de Guimarães, verba de 600\$000 réis de juro, verba de 35\$000 réis de juro, verba de 70\$000 réis de juro, alvará de mercê de reguengo de Calvos em Lafões, e alvará de fidalgo capelão com 3\$500 réis de moradia por mês e um alqueire e meio de cevada por dia (25 de Agosto de 1671).

Observações: Foi Porcionista do Colégio de São Paulo (12 de Dezembro de 1656), Deputado do Santo Ofício de Lisboa, Sumilher da Cortina do Príncipe D. Pedro, e Visitador dos Conventos de Aviz e Palmela. Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Pedro II a 9 de Junho de 1668. Faleceu em Braga no dia 16 de Fevereiro de 1696 (MM).

José de Meneses (D.) (Doutor), filho de D. Afonso de Meneses e de D. Joana Manuel, neto paterno de D. Fradique de Meneses e D. Isabel Henriques, e neto materno de D. Constantino de Magalhães e D. Isabel Manuel de Aragão.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1665), carta tomando-o por Desembargador da Relação do Porto (18 de Fevereiro de 1666); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Junho de 1668); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de Deputado da Mesa vago pelo Doutor Luís Delgado de Abreu (11 de Janeiro de 1670); **Conselheiro** (carta). Recebeu verba de 70\$000 réis de juro, verba de 35\$000 réis de juro, verba de 600\$000 réis de tença, alvará de mercê do Reguengo de Calvos em Lafões, Hábito de noviço (26 de Novembro de 1669), carta de padrão de 600\$000 réis de tença (15 de Dezembro de 1669), comenda de Santa Maria de Valada (22 de Março de 1670), administração dos bens da comenda de Idanha-a-Nova (14 de Janeiro de 1679), verba e apostila de 83\$333 réis de juro, verba de 53\$333 réis de juro, verba e apostila de 41\$666 réis de juro, verba de 26\$666 réis de juro, verba de 22\$400 réis de juro, apostila de 35\$000 réis de juro, verba de aforamento de dois mouchões de terra em Santarém, padrão de 600\$000 réis de tença, carta de Prior da Colegiada de Guimarães, alvará de emprazamento de terras em Santarém, alvará para o seu Meirinho trazer vara branca, alvará de sub-rogação de bens de morgado, apostila de reguengo e jugadas de Almada, carta de assentamento de conde de Viana, e carta de conde de Viana.

Observações: Foi Reformador e Reitor da Universidade de Coimbra de que tomou posse em Outubro de 1675. Foi nomeado Inquisidor-Geral que não aceitou (MM).

José Monteiro de Resende Cabral (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Peniche** (19 de Junho de 1784), posse (2 de Dezembro de 1786); reconduzido com predicamento de cabeça de Comarca (carta de 22 de Dezembro de 1790); **Juiz de Fora do cível de Santarém** (decreto de 17 de Outubro de 1799), carta do lugar (28 de Maio de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de Juiz de Fora do cível de Santarém (carta de 14 de Dezembro de 1803), carta de privilégios de Desembargador (8 de Agosto de 1804). Recebeu carta do hábito de Cristo (26 de Agosto de 1803), e provisão do ofício de Escrivão das aposentadorias da Corte (23 de Janeiro de 1833).

Observações: Tinha sido nomeado Juiz de Fora de Setúbal, mas prevaleceu a recondução em Peniche, com predicamento de cabeça de Comarca.

José Monteiro de Vasconcelos (Bacharel em leis), também *José Monteiro de Vasconcelos e Miranda*, nascido em 1664 ou 1665, natural de Lisboa, filho de Bartolomeu Monteiro de Sequeira e de D. Ângela Garcês de Vasconcelos, neto paterno de António Monteiro de Miranda e D. Violante Fróis de Andrade, e neto materno de Manuel Ribeiro de Vasconcelos e D. Maria Garcês Soares.

Foi **Juiz de Fora de Portalegre** (carta); **Provedor de Torres Vedras** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Fevereiro de 1710), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (11 de Janeiro de 1714); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Novembro de 1716), provisão para poder jurar na Chancelaria e tomar posse do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (15 de Novembro de 1716). Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo (6 de Setembro de 1702), carta de Ouvidor das comendas do Mestrado de Santiago, e carta de Auditor-Geral dos Regimentos pagos por Inglaterra (17 de Fevereiro de 1710).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Alvito. A mãe é natural de Lisboa, da freguesia de Nossa Senhora do Alecrim. A avó paterna é natural de Setúbal. O avô materno é natural da freguesia de S. Vicente de Sousa do concelho de Felgueiras. A avó materna é natural do Porto. O pai é Escrivão dos Contos e cavaleiro professo da ordem de Santiago. O avô paterno era licenciado e serviu de Juiz de Fora de Torrão. O avô materno foi Capitão no concelho de Felgueiras, e pertencia a uma das principais famílias do mesmo. O habilitante é, à data de Abril de 1690, solteiro e morador em Lisboa. O habilitante é muito bom estudante (LB).

José de Morais Machado (Bacharel em cânonas), nascido em 1691 ou 1692, natural de Chaves, filho de Domingos de Morais e de Isabel Pereira, neto paterno de Domingos Pires Machado e Maria Gonçalves, e neto materno de Domingos Fernandes Lameiras e Maria Jorge. Foi **Juiz de Fora de Viseu** (carta 2 de Dezembro de 1726); **Juiz de Fora de Pinhel** (carta de 23 de Janeiro de 1728); **Corregedor de Moncorvo** (carta de 2 de Dezembro de 1731); **Superintendente em Torre de Moncorvo** (carta de 26 de Março de 1732); **Conservador de Évora** (carta de 4 de Dezembro de 1740); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Junho de 1748); **Desembargador**

da Casa da Suplicação aposentado (carta de 9 de Julho de 1754).

Observações: O pai é muito provavelmente natural de Chaves ou do seu termo. A avó paterna é natural do lugar de Seixo da freguesia de Loivos do termo de Chaves. O avô paterno é de Bornes de Montemel do termo de Bragança. A mãe e avós maternos são naturais de Alfarela pertencente à Comarca de Bragança. À data da inquirição os pais e o Bacharel moram em Chaves. Os pais e avós paternos viviam de contratos de mercância, mantendo o pai uma loja. O avô paterno foi soldado na praça de Chaves, e aí casou com a sobredita avó. Os pais também casaram em Chaves. Os avós maternos moraram no lugar de Moreira pertencente à freguesia de Alfarela. O avô materno foi, por alguns anos, meirinho do concelho de Alfarela. O Bacharel é, à data de Março de 1720, solteiro. O Bacharel é muito bom estudante. As habilitações do Bacharel foram, à data de 15 de Março de 1720, vistas e reprovadas pela mecânica do avô materno, mas em 11 de Junho do mesmo ano foi dispensado por resolução real em consulta do Desembargo do Paço (LB).

José da Mota Banha (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação do Estado da Índia** (carta de 18 de Março de 1709).

José Navarro de Andrade (Bacharel), também *José de Campos Navarro de Andrade*.

Foi **Juiz de Fora de Alcacer do Sal** (decreto de 7 de Julho de 1800), carta do lugar (8 de Agosto de 1800); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 23 de Março de 1804), provisão para se lhe fazer assentamento de ordenado como Desembargador da Relação de Goa (24 de Março de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Março de 1804). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (22 de Novembro de 1801), e carta do hábito de Cristo (27 de Junho de 1803).

José de Nogueira Galvão (Licenciado), natural do lugar de Ribeira dos Moinhos do termo de Miranda do Corvo, filho de Francisco Dias Nogueira, neto paterno de João Domingos, e neto materno de Pedro Francisco e Isabel Álvares Galvoa.

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 29 de Março de 1691); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Maio de 1708).

Observações: Os familiares parecem ser naturais do mesmo lugar de Ribeira dos Moinhos. O avô materno viveu no lugar da Quinta da Flor da Rosa. O pai é lavrador que, por si e seus criados, cultiva a sua fazenda, tendo servido em Miranda do Corvo os lugares de Juiz ordinário e Escrivão da Câmara. Os avós eram lavradores que, por si, seus filhos, e criados trabalhavam as suas fazendas, vivendo com abastança. O Doutor tem nota de bom estudante da

Universidade de Coimbra, e aí assiste no primeiro semestre de 1675, opondo-se aos lugares de letras. O Doutor é, à data de Fevereiro de 1675, solteiro (LB).

José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira (Bacharel em cânones), natural da freguesia e cidade de Mariana no Brasil, filho de António de Oliveira Pinto e de D. Paula Felícia da Rosa de Sousa Botelho, neto paterno de António de Oliveira Pinto e D. Domingas Rodrigues de Carvalho, e neto materno de Manuel Botelho da Rosa e Mosqueira e D. Ana Felícia de Sousa e Vasconcelos.

Foi **Ouvidor de Beja** (Julho de 1776); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de Desembargador da Relação da Baía com assento na Relação do Porto de 25 de Junho de 1782), posse (18 de Janeiro de 1783); **Juiz das Causas dos Cativos e dos resíduos na Baía** (alvará de 23 de Agosto de 1782); **Juiz Conservador dos Moedeiros da Baía** (provisão de 2 de Setembro de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Janeiro de 1794), carta (7 de Janeiro de 1795), alvará reintegrando na antiguidade na Relação do Porto (27 de Março de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** (17 de Dezembro de 1802), carta (18 de Janeiro de 1802); **Juiz Conservador dos Privilegiados do Comércio** (carta de 2 de Janeiro de 1805); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de um lugar de 9 de Julho de 1807).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores de Mariana. O pai é à data da inquirição já falecido. Os pais e avós tiveram fazendas e minas, sendo mineiros de mais de trinta negros, e serviram de Vereadores da Câmara de Mariana. O avô materno foi capitão-mor do Rio das Velhas, e o seu pai, chamado Manuel Mosqueira da Rosa, talvez tenha exercido o cargo de Ouvidor da Comarca de Vila Rica. O Bacharel mora, à data de Agosto de 1770, em Lisboa aos Paulistas e é à data de Setembro do mesmo ano solteiro (LB).

José de Ornelas da Fonseca Nápoles da Silva (Bacharel), também *José de Ornelas da Fonseca e Nápoles*.

Foi **Juiz de Fora de Figueira** (decreto de 19 de Maio de 1798), carta (9 de Abril de 1799), provisão de licença para estar ausente do seu lugar (12 de Agosto de 1799), provisão de licença de dois meses de ausência do seu lugar (30 de Maio de 1800); **Provedor da Comarca de Torres Vedras** (carta do lugar de 2 de Junho de 1802); **Provedor da Comarca de Leiria** com predicamento de primeiro banco (carta de 18 de Dezembro de 1805), provisão de

acrescentamento de aposentadoria ficando ao todo com 80\$000 réis anuais (23 de Dezembro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 11 de Julho de 1810); **Presidente da Junta do Subsídio Militar do Porto** (provisão do lugar de 18 de Fevereiro de 1819); **Desembargador da Casa da Suplicação** e **Juiz dos órfãos da Repartição do Porto** (carta de 16 de Agosto de 1821), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (18 de Agosto de 1821), provisão para poder jurar por procurador (27 de Agosto de 1821), carta de Juiz dos órfãos (11 de Março de 1822); **Juiz da Moeda Falsa** (alvará de 9 de Dezembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Março de 1825).

José Paulo de Carvalho (Bacharel em leis em 1788), nascido em 1765 ou 1766, natural de Braga, filho de Vicente Luís de Carvalho e de D. Joana Maria Teixeira da Conceição, neto paterno de Luís Rodrigues de Carvalho e D. Maria Pereira de Carvalho, e neto materno de José Álvares Teixeira e D. Ana Maria da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Serpa** (decreto de 19 de Novembro de 1792), posse (26 de Janeiro de 1794); **Provedor da Comarca de Beja** (carta do lugar de 1 de Outubro de 1799); **Corregedor das vilas de Odemira** (carta de 1 de Outubro de 1799); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Agosto de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de Desembargador da Casa da Suplicação etc. enquanto **Corregedor da Comarca de Évora** de 18 de Junho de 1806). Recebeu provisão de dispensa de idade para se encartar no ofício de Escrivão do cível do Porto (27 de Novembro de 1789), carta de Escrivão do cível de Coimbra (28 de Agosto de 1793), alvará de faculdade para renunciar em António Ferreira de Guimarães o ofício de Escrivão do Geral de Coimbra (18 de Agosto de 1798), carta do hábito de Cristo (4 de Julho de 1803), e provisão de dispensa para comprar quaisquer bens (2 de Maio de 1806).

Observações: O pai é natural de Braga, e é provável que o mesmo se passe com os restantes familiares, sabendo-se que todos moraram naquela cidade. O pai é professo na Ordem de Cristo e, tal como os avós, vivia dos seus bens e fazendas. O Bacharel é, à data de Junho de 1789, solteiro. O Bacharel tem nota de bom estudante da Universidade de Coimbra, e praticou na banca do advogado João Luís de Magalhães, onde se instruiu com aproveitamento na praxe criminal e cível. O Bacharel ficou aprovado na leitura que fez na Mesa do Desembargo do Paço a 6 de Outubro de 1789. O Bacharel encontra-se, à data de Setembro-Outubro de 1792, como proprietário de um ofício do cível de Coimbra (LB).

José Paulo de Sousa (Bacharel; Doutor em cânones), nascido em 1715 ou 1716, natural de Viana do Castelo, filho de José de Sousa e de Catarina Maciel, neto paterno de Gonçalo de Sousa e Maria Francisca, e neto materno de Gabriel Rodrigues e Ana Vaz.

Foi **Juiz de Fora de Bragança** (carta de 20 de Novembro de 1764); **Juiz de Fora do Porto** (28 de Agosto de 1764), carta de Juiz de Fora do cível do Porto enquanto Juiz de Fora de Bragança de 20 de Novembro de 1764); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 26 de Junho de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (29 de Outubro de 1778), carta de Desembargador da Relação do Porto (22 de Março de 1779), lugar de Desembargador da Relação do Porto (29 de Março de 1779).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores de Viana, tendo já falecido. Os familiares nomeados viviam dos seus bens e fazendas, de que eram abastados. O Bacharel é, à data de Abril de 1752, solteiro e morador em Viana (LB). Opositor sábio. Faleceu no Porto a uma quinta-feira, o primeiro de Maio de 1783, havendo sido sepultado na Igreja de S. Bento da Vitória (MM).

José Pedro Bayma de Barros (Bacharel em leis), nascido em 1732 ou 1733, natural de Carnide, filho de Manuel Martins Vaz de Barros e de D. Andreza, neto paterno de Manuel Martins de Barros e Maria Vaz.

Foi **Juiz do crime do Bairro da Ribeira** (28 de Agosto de 1764); **Corregedor de Setúbal** (decreto de 16 de Janeiro de 1773); **Corregedor de Almada** (carta de 30 de Janeiro de 1773); **Corregedor do cível da cidade** (carta do lugar de 1 de Março de 1779), carta de Corregedor do cível da cidade (4 de Maio de 1779), posse (15 de Junho de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (lugar de 8 de Maio de 1779), Desembargador da Relação do Porto (21 de Janeiro de 1784), carta (18 de Março de 1784). Recebeu provisão de dispensa para se opor aos lugares de letras do Senado da Câmara (9 de Julho de 1762).

Observações: O pai é natural de Tomar. A mãe é natural de Lisboa. Os avós paternos são naturais de Santarém. O pai era médico formado na Universidade de Coimbra, e familiar do Santo Ofício. Os avós paternos viviam das suas fazendas. O habilitante é, sensivelmente à data de Novembro de 1758, solteiro e morador em Lisboa na Rua dos Calafates (LB).

José Pedro Emaús (Bacharel em leis e cânones), nascido em 1689 ou 1690, natural de Lisboa, filho de Nicolau Emaús e Helena Van Zitart, neto paterno de Pedro Emaús e Catarina Tenberg,

e neto materno de João Van Zitart e Antónia Monteiro.

Foi **Juiz de Fora de Santiago do Cacém** (carta de 3 de Abril de 1717); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de Desembargador do Estado da Índia por seis anos de 18 de Março de 1720), provisão de Desembargador da Relação de Goa com 50\$000 réis para ajuda de custos (9 de Julho de 1720); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Setembro de 1743); **Corregedor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Março de 1748); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 19 de Setembro de 1749), carta (16 de Janeiro de 1753), alvará para servir no Senado como Chanceler da Casa da Suplicação (23 de Março de 1753); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 16 de Janeiro de 1753); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 9 de Março de 1753); **Chanceler das Três Ordens Militares** (provisão de 8 de Agosto de 1753). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (19 de Janeiro de 1689), alvará para renunciar a capitania de Damão (3 de Março de 1737), alvará para renunciar a capitania de Goa (30 de Março de 1737), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (6 de Outubro de 1749), e alvará de 4\$000 réis para uma escrivãzinha (18 de Julho de 1753).

Observações: O pai é natural da vila holandesa de Zaandam perto de Amesterdão. A mãe é natural de Lisboa da freguesia de S. Paulo. O avô materno é natural de Endlem(?) na Holanda. A avó materna é natural do lugar de Pombalinho da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, pertencente à Comarca de Coimbra, e é filha de Simão Rodrigues e de Catarina Rodrigues. O pai foi da Holanda para Lisboa em 1674, onde faleceu, e procede de uma família que fazia contratos marítimos de navegação. O pai tem um irmão, chamado Geraldo Emaús, que nasceu na Holanda e foi advogado, sabendo-se que é vivo ao tempo da habilitação. O Bacharel é, à data de Dezembro de 1715, solteiro e mora à data de Novembro do ano seguinte em Lisboa. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Pedro Henriques (Bacharel), nascido em 1711, natural de Alenquer, filho de João Lopes Pereira e de Joana Maria.

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (1740), reconduzido em 1744; **Ouvidor de Piauí** (depois de 1747); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 10 de Maio de 1757). Recebeu padrão de 38\$000 réis anuais em vida (8 de Abril de 1748).

Observações: Faleceu enquanto Desembargador da Baía (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 14 de Maio de 1749 (HOC).

José Pedro de Lemos (Bacharel em leis; Doutor), nascido em 1754 ou 1755, natural da

freguesia de Vila Marim no termo de Mesão Frio da Comarca de Lamego, filho de Bernardo José de Lemos Viana e de D. Quitéria Jacinta Rosa da Mota, neto paterno de Manuel de Lemos Viana e D. Caetana Maria Alves Teixeira, e neto materno de Simão Rodrigues Alves e Rosa Maria Borges.

Foi **Juiz de Fora dos Arcos** (19 de Junho de 1784), carta (1 de Julho de 1784); **Juiz de Fora de Cascais** (decreto de 24 de Junho de 1796), carta (6 de Agosto de 1796); **Corregedor da Ilha da Madeira** (carta de 9 de Setembro de 1801); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da dita Ilha da Madeira** (alvará do ofício de 9 de Março de 1802); **Conservador da Nação Britânica na Ilha da Madeira** (alvará de 2 de Novembro de 1802); **Corregedor do crime do Bairro de Remolares** (carta de 7 de Novembro de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de 27 de Julho de 1812); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Outubro de 1812), alvará para vencer o ordenado inteiro como Desembargador da Casa da Suplicação aposentado (23 de Fevereiro de 1824). Recebeu provisão de dispensa (8 de Outubro de 1812), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (12 de Abril de 1815).

Observações: O pai é Desembargador (MM).

José Pedro de Machado Coelho Torres (Bacharel em leis em 1769), também *José Pedro Coelho*, nascido em 1744 ou 1745 (ou 28 de Agosto de 1750), natural da freguesia de S. Pedro Fins de Ferreira no termo e Comarca do Porto, filho de Rodrigo Coelho Machado Torres e de D. Margarida Luísa Marat, neto paterno de Manuel Coelho Torres e Maria Machado de Abreu, e neto materno de José Marat e Ana Marat.

Foi **Juiz dos órfãos do Porto** (decreto de 12 de Setembro de 1772), posse (20 de Fevereiro de 1773); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 29 de Julho de 1782), posse (11 de Janeiro de 1783); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Março de 1794), despachado para o Porto (13 de Maio de 1794); **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** e hábito de Cristo (carta de 23 de Dezembro de 1802), carta do lugar (28 de Janeiro de 1804); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 30 de Dezembro de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Janeiro de 1802), despachado para a Casa da Suplicação (17 de Dezembro de 1802). Recebeu carta de hábito de Cristo e tença de 12\$000 réis (28 de Março de 1803).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia do Bacharel. A mãe e avós maternos são naturais do Porto, oriundos pelo menos os últimos da freguesia de S. Nicolau. O Bacharel é morador na freguesia natal à data de Março de 1770, e encontra-se casado em Fevereiro do mesmo ano. O avô materno foi no Porto homem de negócio grosso. Os avós sempre se trataram distintamente à lei da nobreza. O Bacharel leu no ano de 1769 ou 1770 até 1771 (LB). O pai é Desembargador. Leu a 12 de Setembro de 1770. Casou com D. Joana Rita Bravo Cardoso, filha de João de Sousa Correia, natural de Beja e senhor do morgado do Castelo. Teve Rodrigo Bravo Cardoso Torres, que seguiu leis, João Gaudêncio, e Soror Maria Francisca das Chagas nas Urselinas (MM).

José Pedro de Oliveira (Bacharel), nascido em 1700, natural de Setúbal, filho de António Ribeiro de Oliveira e de Antónia Maria de Oliveira. Foi **Juiz de Fora de Mourão** (carta de 30 de Janeiro de 1727); **Ouvidor de Faro** (carta de 19 de Setembro de 1731); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 3 de Abril de 1732).

José Pedro Quintela (Bacharel), filho de *Félix José Pereira*.

Foi **Juiz de Fora de Torres Vedras** com predicamento de correição ordinária (decreto de 17 de Outubro de 1799), carta de mercê do lugar (5 de Novembro de 1799); **Juiz de Fora de Mafra** (carta do lugar de 14 de Março de 1803), provisão de licença por tempo de um mês se possa ausentar daquele lugar vencendo o seu ordenado (30 de Julho de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Junho de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 9 de Junho de 1807), carta de privilégios de Desembargador (3 de Fevereiro de 1817); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Novembro de 1823); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 22 de Março de 1825); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 29 de Março de 1825); **Juiz Administrador das Rendas do Colégio dos Meninos órfãos de Lisboa** (alvará do lugar de 12 de Agosto de 1830).

José Pegado de Azevedo e Melo (Bacharel em leis), também *D. José Pegado de Azevedo*, nascido em 1758 ou 1759, natural de Lisboa, filho de José Joaquim Antunes de Melo e de D. Cecília Maria Josefa de Azevedo, neto paterno de Manuel Antunes e D. Caetana Gertrudes de Melo, e neto materno de José da Silva de Azevedo e D. Josefa Maria Antónia Pegado.

Foi **Juiz de Fora de Castanheira** (decreto de 8 de Janeiro de 1787), posse (16 de Março de 1787); **Juiz**

de Fora de Cascais (30 de Janeiro de 1791), carta (28 de Maio de 1791); **Juiz de Fora de Angra** (decreto de 5 de Outubro de 1799), carta (16 de Janeiro de 1800); **Conselheiro** (carta de Conselho enquanto Bispo eleito de Angra de 20 de Março de 1801); **Corregedor da Comarca de Angra** (carta de Corregedor de Angra da Ilha Terceira de 14 de Outubro de 1802), alvará de predicamento de primeiro banco com o lugar de Corregedor da Comarca de Angra (30 de Agosto de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Julho de 1807). Recebeu alvará de administração vitalícia das suas casas com seu quintal em Angra a Pedro António de Ornelas enquanto Bispo da ilha Terceira (4 de Abril de 1815). **Observações:** Os pais e avós são naturais de Lisboa, e aí baptizados na freguesia de S. Julião. Os pais e avós vivem e viviam das suas fazendas e algum negócio. O habilitante é, à data de Julho de 1784, solteiro e morador em Lisboa a S. José. O habilitante é bom estudante (LB).

José Peixoto de Azevedo (Bacharel), natural de Guimarães, filho de Francisco Álvares do Canto e de D. Teodósia Peixoto Golias, neto paterno de Pedro Gonçalves e Ana Fernandes, e neto materno de Jorge Peixoto e Ana do Canto.

Foi **Juiz de Fora de Montealegre** (carta de 29 de Janeiro de 1647); **Juiz de Fora de Moura** (carta de 27 de Junho de 1651), **Juiz de Fora de Aveiro** (carta); **Ouvidor de Avis** (carta de 20 de Maio de 1656); **Ouvidor de alfândega de Lisboa** (carta de 18 de Junho de 1661); **Desembargador da Relação do Porto** (1665), carta (4 de Junho de 1667); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Outubro de 1669). Recebeu padrão de 28\$000 réis de tença.

Observações: Os pais e avós são naturais de Guimarães. O pai serviu de capitão-mor do concelho de Monte Longo, e de Vereador em Guimarães. O avô materno serviu o mesmo cargo. O habilitante tem um tio direito materno, chamado Francisco Peixoto, que é fidalgo da Casa de Sua Majestade. O habilitante tem um irmão, chamado Alexandre Peixoto, que é Capitão da ordenança de Guimarães. O habilitante é, à data de Novembro de 1645, solteiro e assistente nos auditórios de Guimarães (LB).

José Pereira Coutinho (Bacharel em cânones), natural do Porto, filho de Manuel Pereira Coutinho (ou Geraldo Pereira Coutinho, ou Miguel Pereira Coutinho, ou Rui Pereira Freire) e de D. Maria da Natividade, neto paterno de João Coutinho e Isabel Pereira, e neto materno de Jacinto de Almeida e Francisca das Chagas.

Foi **Juiz de Fora de Coruche** (carta); **Provedor da Comarca de Viana** (alvará de 17 de Março de 1722); **Desembargador da Relação do Porto** aposentado

(provisão de 29 de Agosto de 1732). Recebeu alvará de moço da Câmara (13 de Março de 1702), alvará de foro de fidalgo escudeiro (14 de Maio de 1702), alvará para nomear serventuário, alvará de moço da Câmara dos 40 do Número com 406\$000 réis de moradia por mês e 3/4 de cevada por dia (7 de Março de 1707), alvará de fidalgo cavaleiro (3 de Fevereiro de 1724), carta de Escrivão da correição do crime do Bairro do Rossio (23 de Março de 1729); alvará de ordenado anual com lugar de 260\$000 réis (3 de Agosto de 1733), alvará de cavaleiro fidalgo da Casa Real (9 de Janeiro de 1736), alvará de foro de fidalgo escudeiro (8 de Outubro de 1737), provisão de renúncia do ofício de Justiça em seu filho Leandro (22 de Junho de 1742), e alvará de 60\$000 réis de aumento de ordenado (26 de Fevereiro de 1753).

Observações: Foi casado com D. Francisca da Rocha de Lima. O pai do agraciado é Desembargador.

José Pereira Dias (Doutor), também *José Pereira Dias de Carvalho*, natural do Porto e baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, filho de João Dias de Carvalho e de Joana Pereira Baía, neto paterno de João Dias e Senhorinha João, e neto materno de António Pires e Catarina Gonçalves Baía.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto de 15 de Março de 1749), aposentado no Porto com ordenado e propinas (26 de Março de 1771), alvará de assentamento de 332\$000 réis de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (10 de Fevereiro de 1772).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do lugar de Xertelo da freguesia de S. Lourenço do Cabril do concelho de Montealegre. A mãe é natural da freguesia de S. Mamede da Caniçada do antigo concelho de Ribeira de Soás. O avô materno é natural do lugar de Ermida do antigo concelho de Ribeira de Soás. A avó materna é oriunda do lugar de Pereira da freguesia de Santa Maria do Salto do concelho de Montealegre. Os pais moraram no Porto na freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Os avós eram lavradores honrados, que viviam das suas fazendas. O habilitante é, à data de Junho de 1748, solteiro e morador no Porto na freguesia de Nossa Senhora da Vitória. O habilitante é colegial do colégio de S. Pedro e lente de Instituta (LB).

José Pereira de Morais Sarmiento (D.) (Bacharel), também *José Pereira Sarmiento*.

Foi **Juiz de Fora de Arraiolos** (carta de **Ouvidor da Comarca de Serro Frio** de 26 de Outubro de 1758), padrão de 18\$000 réis nomeado Ouvidor da Vila do Príncipe no Serro Frio (20 de Dezembro de 1758); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes do Serro Frio** (provisão de 27 de Outubro de 1758);

Corregedor do crime do Bairro Alto por três anos (carta de 12 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1784). Recebeu provisão ao Conde de Vila Nova para lhe dar de foro o Casal de Calhariz na freguesia de Benfca (22 de Março de 1768), e padrão com salva de 18\$000 réis de tença (19 de Janeiro de 1790).

José Pereira de Moura (Bacharel em cânones), nascido em 1699 ou 1700, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santa Maria Madalena, filho de António Pereira e de Luísa da Silva, neto paterno de Brás António e Ana Pereira, e neto materno de Francisco de Moura e Bernarda da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Pombal e Redinha** (carta de 15 de Outubro de 1728); **Juiz de Fora de Ribeirão do Carmo** (carta de 23 de Outubro de 1733), carta de recondução por mais três anos no lugar de Juiz de Fora de Ribeirão do Carmo (12 de Agosto de 1738); **Provedor da Fazenda dos Defuntos e capelas do Ribeirão do Carmo** (carta de 23 de Outubro de 1733), carta de padrão de recondução por mais três anos no ofício de Provedor da Fazenda dos Defuntos de Ribeirão (3 de Setembro de 1738); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 27 de Abril de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Fevereiro de 1750); **Desembargador Extravagante ordinário da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Setembro de 1753); **Corregedor do cível da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1758), alvará aposentando-o no lugar de Corregedor do cível (24 de Maio de 1765). Recebeu alvarás de administração de uma capela (18 de Abril e 14 de Maio de 1750), carta de administração de capela (12 de Junho de 1750), provisão para sub-rogar umas casas por outras todas em Lisboa com Simão Nunes Rangel da Silva (12 de Agosto de 1752), alvará de mercê de uma vida mais nas capelas de Lopo Dias Conde em Estremoz de Vasco Lourenço em Veiros de João Peres e Estêvão Redondo Cegagatos em Viana do Alentejo para uma de sua filhas (20 de Janeiro de 1758), provisão para sub-rogar uma courela nos coutos de Estremoz com Rodrigo Zagalo por um olival nos ditos coutos (11 de Fevereiro de 1762), carta de confirmação das capelas de Lopo Dias Conde em Estremoz (11 de Agosto de 1772), e alvará de tença de 50\$000 réis no rendimento da Obra Pia para sua mulher D. Maria Joaquina de Moura (30 de Setembro de 1777).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de S. Salvador de Ruivães do termo de Barcelos, sendo pelo menos os últimos do lugar do Rebordelo dessa freguesia e lá moradores. A mãe e avó materna são naturais de Lisboa, sendo a primeira baptizada na freguesia da

Madalena, e a segunda na de S. Julião. O avó materno é natural da freguesia de S. Miguel do Juncal junto a Alcobaça. O pai era livreiro em Lisboa. O avó paterno era lavrador que fabricava pelas próprias mãos as suas fazendas. Pela parte paterna há familiares eclesiásticos habilitados pelo ordinário e pelo Santo Ofício, e sabe-se que o avó paterno tinha um filho em Lisboa feito familiar do dito orgão. Recaiu infundadamente sobre uma avó ou bisavó de Ana Pereira a fama de cristã-nova. O avó materno foi para Lisboa enquanto moço aprender o ofício de alfaiate, que exercitou naquela cidade na Rua do Príncipe, onde morou com a avó materna e a mãe. O Bacharel é, à data de Novembro de 1725, solteiro e mora à data de Novembro de 1726 em Lisboa, na Rua dos Ourives da Prata. O Bacharel é bom estudante (LB). Casou uma sua filha com José Ramos, filho de Matias Aires Ramos, havendo sete filhos. Este Matias Aires Ramos era irmão do Bacharel Manuel Inácio (MM).

José de Pina Coutinho (D.) (Bacharel), nascido em 1746 ou 1747, natural de Lisboa, filho de Luís Manuel de Pina Coutinho e de D. Antónia Inês Correia da Silva Fróis, neto paterno de Pedro de Pina Coutinho e D. Josefa Maria de Gouveia, e neto materno de António Correia Sardinha e D. Francisca Tomásia de Aquino Fróis.

Foi **Corregedor de Lagos** com predicamento de primeiro banco (7 de Fevereiro de 1778), carta do lugar (20 de Março de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (22 de Janeiro de 1784), carta de um lugar ordinário (14 de Fevereiro de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (agravista na sexta Casa e com exercício na Casa da Suplicação a 13 de Maio de 1794), decreto (2 de Janeiro de 1800), carta de um lugar (4 de Fevereiro de 1800); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 29 de Maio de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (13 de Maio de 1802). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis num dos Almojarifados do Reino dos 30\$000 réis com o hábito de Cristo com que foi deferido o Desembargador Luís Manuel de Pina Coutinho (30 de Agosto de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (4 de Setembro de 1779), (e seus irmãos) apostila de 93\$435 réis de juro (6 de Setembro de 1780), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (1 de Setembro de 1784).

Observações: Recebeu certidão negativa a 23 de Maio de 1803. O pai e avós paternos são naturais de Lisboa. Os avós maternos moraram na vila de Évora dos Coutos de Alcobaça, continuando aí a morar a avó à data de 1762, depois do falecimento do avó. O pai, avós, e irmão foram professos na Ordem de Cristo. O pai foi Desembargador do Desembargo do Paço e é ao ano de 1762 já defunto. O avó paterno foi Desembargador e Vereador do Senado da Câmara de Lisboa, e o avó materno foi sargento-mor de

Vila Rica do Ouro Preto. O Bacharel tem um irmão chamado António Raimundo de Pina, que é licenciado na faculdade de leis, e ocupa o lugar de Provedor da Comarca de Miranda ao tempo de Maio de 1769. O Bacharel é bom estudante e mora, à data de Maio de 1769, na vila de Évora nos Coutos de Alcobaça (LB). É irmão do Bacharel António Raimundo de Pina Coutinho. O pai foi Desembargador do Desembargo do Paço (MM).

José Pinheiro (Bacharel), natural de Punhete [actual Constância], filho de João Gameiro e de Catarina Lopes Pinheira, neto paterno de António Vicente e Margarida Rodrigues, e neto materno de Pero Gião e Brites Álvares Pinheira. Foi **Corregedor do cível de Lisboa** por três anos e os mais que ocorrerem (carta do cargo de 22 de Março de 1641); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1647); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (alvará do cargo de 12 de Setembro de 1661); **Conselheiro** (carta de título de Conselheiro honorário (31 de Dezembro de 1674). Recebeu carta de padrão de 100\$000 réis com o hábito de Cristo (16 de Fevereiro de 1663), verba por se ter passado padrão de 60\$000 réis (8 de Fevereiro de 1677), e 60\$000 réis de tença (6 de Março de 1677).

Observações: Foi Desembargador da Casa da Suplicação (RGM). Os pais e avós moraram em Punhete. Os pais e avós viviam abastadamente das suas fazendas, e ocuparam os cargos da governança da dita vila, como os de Juiz ordinário, Vereador, e Provedor da Santa Casa da Misericórdia. O pai serve à data de Março de 1640 de Juiz ordinário. O Bacharel é sobrinho de João Pinheiro que, para além de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação e Chanceler das Ordens, foi cavaleiro do hábito de Cristo. O Bacharel tem um irmão na Companhia de Jesus, e um tio paterno capucho da Província de Santo António. O Bacharel é parente do Doutor Fernão Gameiro, que foi Corregedor das Ilhas. O Bacharel foi Almotacé na Universidade de Coimbra. O Bacharel é, à data de Junho de 1640, solteiro e morador em Punhete (LB).

José Pinto Falcão (Bacharel), também *José Pinto Falcão de Sousa*, também *José Pinto de Mira Falcão*, filho de Manuel Pinto de Mira.

Foi **Corregedor da Comarca de Tavira** (carta de mercê do cargo de 12 de Agosto de 1722); **Provedor das capelas de Lisboa** (carta de 8 de Julho de 1728); **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta de mercê do cargo de 8 de Julho de 1728); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de Desembargador Extravagante da Relação do Porto de 20 de Setembro de 1734). Recebeu padrão de 29\$000 réis de tença a D. Ana Xavier de Almeida pelos serviços do Doutor Manuel Pinto de Mira e renúncia do sobredito (18 de Dezembro de 1737).

Observações: O pai do agraciado é Doutor (RGM). O pai era Desembargador (MM).

José Pinto de Morais Bacelar (Bacharel), também *José Pinto de Marques Bacelar*.

Foi **Juiz de Fora de Seia** (provisão de **Ouvidor-Geral da Comarca de Serro do Frio** de 20 de Outubro de 1750), alvará de **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da dita Comarca** (30 de Outubro de 1750), provisão de serventia do ofício de Provedor dos Ausentes (30 de Outubro de 1750); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 9 de Novembro de 1759); **Desembargador da Relação do Porto** (17 de Outubro de 1768), carta (26 de Outubro de 1768), posse (19 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 30 de Dezembro de 1775), carta (13 de Fevereiro de 1776); **Ajudante do Intendente-Geral da Polícia** (alvará de 2 de Maio de 1776); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 4 de Maio de 1779), carta (7 de Maio de 1779).

José Pinto Ribeiro (Bacharel em leis), nascido em 1757 ou 1758, natural da Capitania do Espírito Santo, filho de Manuel Pinto Ribeiro e de D. Luísa Pereira da Costa Carneira, neto paterno de Manuel Ribeiro Pereira e D. Maria Pinta Ribeiro, e neto materno de Luís Duarte Carneiro e D. Maria Pereira da Costa.

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (carta do lugar de 26 de Junho de 1784); **Juiz de Fora de Sortelha** (19 de Junho de 1784), carta de Juiz de Fora das vilas de Sortelha e Belmonte (26 de Junho de 1784); **Ouvidor da Capitania do Espírito Santo** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta (26 de Março de 1790), provisão de mantimento com o lugar (26 de Março de 1790), provisão para vencer mais uma terça parte do ordenado (26 de Março de 1790), provisão para vencer o seu ordenado desde o dia do seu embarque (26 de Março de 1790), provisão para servir igualmente de **Provedor das fazendas na mesma Capitania** (26 de Março de 1790), alvará para servir de Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes na capitania do Espírito Santo (13 de Abril de 1790); **Desembargador da Relação da Baía** (decreto de 4 de Maio de 1800), carta de Desembargador da Relação da Baía com posse na Relação do Porto (20 de Agosto de 1800), provisão de dispensa (1 de Setembro de 1800), provisão para vencimento de ordenado como Desembargador da Relação da Baía (29 de Julho de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar ordinário de Desembargador da Relação do Porto de 16 de Março de 1807). Recebeu carta de profissão de hábito (20

de Setembro de 1801), carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (3 de Novembro de 1801), e (com sua mulher) provisão para em suas vidas fazerem as partilhas de seus bens a seus filhos (28 de Novembro de 1806).

Observações: Os pais e avós são naturais da capitania do Espírito Santo. O pai, para lá de capitão-mor da capitania do Espírito Santo, serviu aí de Provedor da Fazenda Real e de Juiz ordinário. O avô paterno foi Capitão da ordenança naquela capitania. O avô materno foi alferes da ordenança na mesma capitania. Os pais e avós mantiveram-se dos seus bens e negócio. O habilitante é, à data de Maio de 1783, solteiro e morador em Lisboa na Calçada de Santa Ana. O habilitante é bom estudante (LB). É irmão de Marcelino Pinto, que é lente de cânones em Coimbra (MM).

José Pio Ferreira Souto (Bacharel), nascido em 1718, natural de Lisboa, filho de Domingos Ferreira Souto e de Bárbara Maria da Luz.

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega** (carta de 20 de Setembro de 1748); **Ouvidor de Vila Rica** (carta de 13 de Outubro de 1758); **Corregedor de Ouro Preto** (carta com serventia de 13 de Outubro de 1758); **Juiz das Causas dos Cativos e resíduos da Relação da Baía** (carta de 5 de Fevereiro de 1768); **Desembargador da Relação Rio de Janeiro** (1774). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (25 de Maio de 1742), e padrão de 18\$000 réis de tença 28 de Janeiro de 1761.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 27 de Outubro de 1758 (HOC). Foi Familiar do Santo Ofício (MM).

José de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos (Bacharel), nascido em 1764, filho de António Botelho de Queirós Pimentel e de Maria Josefa Luísa de Gouveia e Menezes de Barbosa e Vasconcelos.

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (carta de 3 de Março de 1790); **Juiz Conservador dos Moedeiros da Baía** (carta de 27 de Julho de 1801); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 28 de Julho de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Outubro de 1820). Recebeu provisão para jurar por procurador (19 de Fevereiro de 1790), provisão de dois meses de licença (13 de Agosto de 1792), e carta de confirmação da doação de 800\$000 réis de arras que o dito e seu irmão Gaspar de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos e sua mulher se dotaram para casar (27 de Agosto de 1812).

Observações: Foi Senhor da casa de Soutelo em Amarante, e Fidalgo da Casa Real (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 3 de Outubro de 1801 (HOC).

José Rebelo do Vadre (Bacharel; Licenciado), nascido em 1675 ou 1676, natural de Benfica em Lisboa, filho de Vicente Gonçalves Rebelo e de D. Maria do Vadre, neto paterno de Miguel Pereira da Torre e Mariana de Almeida de Castelo Branco, e neto materno de Jerónimo do Vadre e D. Antónia Rebelo de Azevedo.

Foi **Juiz de Fora de Ourique** (carta); **Juiz de Fora de Guimarães** por três anos (carta de 15 de Junho de 1711); **Corregedor da Comarca de Castelo Branco** por três anos (carta de 2 de Setembro de 1718); **Provedor da Fazenda da Ilha da Madeira** (provisão de 28 de Janeiro de 1727), provisão para tomar posse no lugar (22 de Fevereiro de 1727); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Junho de 1734); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Promotor da Justiça** (carta de 25 de Novembro de 1740); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (4 de Dezembro de 1745), carta (12 de Dezembro de 1745); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 30 de Maio de 1748). Recebeu carta de padrão de tença de 2\$000 réis (6 de Setembro de 1728), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (18 de Setembro de 1728), padrão de 58\$624 réis de juro na alfândega do tabaco (26 de Novembro de 1753), e provisão para dar de foro a Domingos Jorge umas casas em Cascais (11 de Março de 1754).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Lisboa. Os avós paternos são naturais de Oeiras. O pai era abastado de bens, e o avô materno era Capitão dos familiares. O Bacharel mora, à data de Julho de 1702, em Benfica e é à data de Novembro do mesmo ano solteiro (LB).

José Ribeiro Gomes (Bacharel), nascido em 1718, natural de Lamas no Cadaval, filho de António Ribeiro Gomes e de Catarina do Rego. Foi **Juiz de Fora de Castanheira** (1750); **Ouvidor de Beja** (1575); **Juiz do Tombo das Terras da Casa do Infantado** (carta de 5 de Março de 1761); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Dezembro de 1783).

José Ribeiro Saraiva (Bacharel em cânones), natural do lugar de Paços no termo de Santa Marinha da Comarca da Guarda, filho de José Ribeiro Saraiva e de Josefa Maria, neto paterno de José Ribeiro e Maria Saraiva, e neto materno de Domingos Simões e Isabel Martins.

Foi **Juiz de Fora de Trancoso** (carta do lugar de 27 de Janeiro de 1779), Juiz de Fora de Trancoso (27 de Março de 1779), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de dois meses (23 de

Fevereiro de 1783); **Juiz de Fora de Loures** (carta do lugar de 2 de Março de 1785); **Juiz de Fora de Soure ou de Ega** com predicamento de correição ordinária (provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria para se encartar no lugar em 1784), Juiz de Fora de Soure (15 de Fevereiro de 1785), carta (2 de Maio de 1785); **Corregedor de Viseu** com o predicamento de primeiro banco (decreto de 11 de Junho de 1790), carta do lugar (3 de Agosto de 1790), posse (25 de Novembro de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 4 de Maio de 1800), carta de um lugar (5 de Junho de 1800); **Juiz Conservador-Geral da Junta de Administração do tabaco** (alvará de mercê de 5 de Dezembro de 1808), alvará (5 de Dezembro de 1818), provisão para tomar posse do lugar (9 de Dezembro de 1818); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Agosto de 1807); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar ordinário de 6 de Março de 1815); **Juiz Conservador do Contrato do tabaco** (alvará de 5 de Dezembro de 1818); **Deputado da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 27 de Setembro de 1820), provisão para tomar posse do lugar (8 de Outubro de 1820); **Juiz da Coroa** da primeira vara (carta de 21 de Julho de 1821), alvará de 360\$000 réis de mantimento como Juiz da Coroa da primeira vara (22 de Outubro de 1821); **Conselheiro honorário** (carta de título de 30 de Outubro de 1823), carta (31 de Outubro de 1823), carta de Conselho (24 de Maio de 1825); **Conselheiro do Conselho da Fazenda honorário** (carta de 4 de Novembro de 1823), carta de Conselheiro do Conselho da Fazenda (24 de Março de 1825). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (11 de Fevereiro de 1824).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Paços do termo de Santa Marinha da Comarca da Guarda. O avô paterno é natural de Mangualde da Serra do termo de Gouveia e da Comarca da Guarda. A avó paterna é natural de Pinhanços do termo de Seia e da referida Comarca. Os pais e avós ocuparam os cargos honrosos da república. O pai é Capitão e o Bacharel é, à data de Novembro de 1776, solteiro (LB).

José Ricalde Pereira de Castro (Doutor), também *José Ricardo Pereira de Castro*, nascido a 1 de Novembro de 1715, filho de Francisco de Abreu Pereira Cirne Peixoto.

Foi **Procurador-Geral das Três Ordens Militares** (carta de 8 de Maio de 1748); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Abril de 1754); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 2 de Janeiro de 1762); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 4 de Janeiro de 1762); **Chanceler-mor** (carta de 30

de Maio de 1783), carta de Chanceler-mor destes Reinos e senhorios (31 de Maio de 1783), alvará de ordenado de Chanceler-mor destes Reinos (21 de Julho de 1783); **Comissário-Geral da Bula da cruzada nestes Reinos e Senhorios de Portugal**; **Deputado da Junta da Sereníssima Casa do Infantado**; **Deputado da Mesa Prioral do Crato**; **Procurador da Fazenda**; **Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício**; **Procurador-Geral das Ordens**; **Ministro da Assembleia de Malta** para seu soberano; **Chanceler da Sereníssima Casa do Infantado**. Recebeu verba de compra do capital do juro de tença de 283\$822 réis como Procurador da Fazenda da Sereníssima Casa do Infantado (2 de Março de 1781), alvará de moço fidalgo (17 de Agosto de 1782), provisão de confirmação de 600\$000 réis de arras que fez a D. Maria José de Lencastre para casar com seu sobrinho Sebastião Pereira Cirne de Abreu (23 de Agosto de 1792), (e outro) carta de confirmação da doação de bens que fizeram a Sebastião Pereira Cirne de Abreu (15 de Fevereiro de 1793), comenda de S. Miguel de Vila Franca em três vidas (29 de Abril de 1793), Senhor de Lanhezes criando-se de novo vila de juro e herdade, três vidas na comenda e Alcaldaria-mor que já tem, e provisão de extinção de capela de que era administrador que instituíra o Doutor Pedro Gomes Dantas (4 de Janeiro de 1807). **Observações:** Foi frei. Faleceu em Lisboa a 31 de Outubro de 1794, com 79 anos menos um dia (MM).

José Ricardo Godinho Valdês (Bacharel; formado em 1771), também *José Ricardo das Neves Godinho Valdes*, natural de Pombal, filho de Luís Godinho Leitão e de D. Jerónima de Sousa Valdes, neto paterno de Vicente Godinho Leitão e D. Teresa Neves de Oliveira, e neto materno de António de Sousa Valdes e D. Joana das Neves Craveiro.

Foi **Juiz de Fora de Ourique** (19 de Junho de 1784), carta do lugar (27 de Julho de 1784), posse (3 de Agosto de 1784), alvará de 106\$666 réis com o lugar (19 de Outubro de 1787); **Juiz de Fora de Leiria** com predicamento de correição ordinária (decreto de 4 de Maio de 1800), carta do lugar (30 de Maio de 1800), carta de mercê de recondução do lugar (25 de Maio de 1803), provisão de licença por tempo de dois meses estar ausente daquele lugar (15 de Julho de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** e Juiz de Fora de Leiria (carta de recondução do lugar de Juiz de Fora de Leiria fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto de 21 de Julho de 1806), provisão de acrescentamento de aposentadoria (24 de Novembro de 1806); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar

ordinário de 12 de Maio de 1807), carta de privilégios de Desembargador (7 de Janeiro de 1809), alvará de Desembargador da Casa da Suplicação aposentado com meio ordenado (15 de Abril de 1825); **Juiz da Moeda Falsa** (alvará de 21 de Julho de 1821).

Observações: Os pais, avós paternos, e avó materna são naturais e moradores de Pombal. O avô materno é natural de Lisboa e morou em Pombal. Os familiares são já falecidos, excepto o pai. O pai é Desembargador, e exerce à data da inquirição o ofício de Juiz do fisco de Coimbra. O avô paterno foi capitão-mor de Pombal. O avô materno era Doutor, e serviu nos lugares de letras como ministro em Portalegre. Sabe-se que o avô materno é filho de Luísa Maria Pereira de Sá e de Inácio de Sousa Valdés, tendo sido este Tesoureiro-mor da Fazenda Real em Lisboa. As avós eram irmãs legítimas, filhas do Doutor Mateus das Neves Lampreia e de D. Maria Luísa Craveiro, sendo aquele natural de Pombal e esta de Pedrógão Grande. A família é das mais distintas de Pombal, provindo as avós de famílias nobres. O Bacharel é, à data de Agosto de 1777, solteiro e morador em Pombal. O Bacharel encontra-se matriculado na Universidade de Coimbra com o nome de José Ricardo de Sousa Valdés (LB). O pai era Desembargador. Casou com D. Maria [...], que era natural de Elvas (MM).

José Roberto Vidal da Gama (Bacharel em leis), nascido em 1725 ou 1726, natural de Lisboa provavelmente da freguesia de Santo André, filho de José Jorge Vidal e de D. Antónia Joaquina Inácia da Gama, neto paterno de Jorge Marcos Vidal e D. Maria Manuela Bendriz, e neto materno de Manuel Pires Cabeça e D. Andreza de Gouveia.

Foi **Juiz de Fora de Alter do Chão** (1752); **Juiz do crime do Bairro de Santa Catarina** (1756); **Provedor das capelas** (1759); **Juiz do crime do Bairro de Santa Catarina** (carta de Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa de 19 de Dezembro de 1759); **Auditor-Geral da gente de guerra da Marinha** (carta de 5 de Janeiro de 1761), carta (17 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 1 de Dezembro de 1764), carta (17 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (17 de Outubro de 1768), carta (25 de Outubro de 1768); **Ouidor do crime** (29 de Outubro de 1771), carta (2 de Novembro de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 4 de Maio de 1779), carta de um lugar (6 de Maio de 1779); **Chanceler da Relação do Porto** (carta do lugar de 24 de Novembro de 1785); **Conselheiro** (carta de Conselho de 9 de Abril de 1786), carta de título de Conselho (9 de Novembro de 1786); **Conselheiro da Fazenda** (carta de um lugar ordinário de 9 de Outubro de 1786); **Juiz Conservador do tabaco** (alvará de 22 de Agosto de 1804). Recebeu provisão que o desobriga da administração da casa

do Conde de Sampaio nomeando o Desembargador António de Matos e Silva (5 de Setembro de 1782), provisão para continuar na administração da casa de D. António de Almeida Beja e Noronha e dar a seus irmãos certas quantias declaradas (11 de Junho de 1783), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e passar nela as cartas do lugar ordinário de Conselheiro da Real Fazenda com o título de Conselheiro (8 de Janeiro de 1787), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (25 de Janeiro de 1787), foro de fidalgo (29 de Janeiro de 1787), carta de compra de uma propriedade de casas em Estremoz no sítio do Terreiro do Prior (24 de Outubro de 1799), e provisão para poder dar de aforamento umas casas pertencentes ao vínculo que administra em Estremoz a Joaquim Manuel Delicado (2 de Dezembro de 1801).

Observações: Recebeu certidão negativa a 27 de Maio de 1815. O pai e avós paternos são naturais da cidade de Valência do Reino de Espanha. A mãe e avós maternos são naturais de Estremoz, e aqui baptizados na igreja paroquial de Santo André. O pai foi tenente de cavalos da guarnição de Lisboa. O pai teve um irmão inteiro, chamado Pedro Vicente Vidal que, além de sargento-mor no estado da Índia e cavaleiro professo na Ordem de Cristo, foi fidalgo da Casa de Sua Majestade. Os pais assistiram em Estremoz durante vários anos e depois de casarem foram para Lisboa. Os avós paternos foram lavradores ricos e abastados. O avô materno usou sempre das suas letras e da medicina, chegando à condecoração de médico da câmara do infante D. Francisco em Lisboa, depois de ter exercitado em Estremoz onde faleceu. A avó materna tinha familiares habilitados pelo Santo Ofício, e o avô materno, ele próprio familiar do Santo Ofício, tinha um irmão freire professo no Real Convento de S. Bento de Avis. O Bacharel tem um tio irmão da sua mãe beneficiado na freguesia de Santo André. O Bacharel foi para Estremoz de pouca idade, ficando em casa de uma tia até aos 11 ou 12 anos. O Bacharel tem um irmão inteiro chamado, Domingos Vidal Cabeça, que é cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O Bacharel é, à data de Março de 1749, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Santo André (LB). Casou a 26 de Novembro de 1780 com D. Guiomar Anacleto Lobo de Almada, filha de António Lobo da Gama, que foi enviado em Castela, e de sua mulher D. Mariana Angélica de Arez Soares da Quinta da Ulmeira, havendo-se recebido na ermida da mesma quinta, sita na freguesia de Odivelas. Foi Cavaleiro na Ordem de Cristo (MM).

José da Rocha Dantas e Mendonça (Bacharel), nascido em 1735, natural de Pernambuco, filho de António da Rocha Dantas e de Maria Dias de Mendonça.

Foi **Juiz de Fora de Faro** (1763); **Juiz de Fora do Faial** (carta de 2 de Outubro de 1766); **Provedor do Faial** (carta de 4 de Fevereiro de 1768 e de 18 de Março de 1769); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 27 de Outubro de 1773); **Chanceler da Relação de Goa** (carta de 28 de Fevereiro de 1787);

Conselheiro do Conselho Ultramarino (carta de 6 de Março de 1787). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença (3 de Fevereiro de 1774), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez seu tio o padre João da Rocha Dantas (3 de Outubro de 1774), e provisão de mantimento (9 de Março de 1787).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 13 de Maio de 1767 (HOC).

José Rodrigues Ribeiro César (Bacharel em leis em Junho de 1777), nascido em 1748 ou 1749, natural de Moita no termo de Óbidos (ou do Carrascal no termo de Lisboa), filho de José Rodrigues e de Josefa Maria, neto paterno de Pascoal Rodrigues e Teodora da Conceição, e neto materno de Pascoal Ribeiro e Madalena da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Mértola** (carta de 2 de Novembro de 1782); **Juiz de Fora de Lagos** (carta do lugar de 4 de Setembro de 1787), posse (11 de Abril de 1788), provisão de licença de dois meses (14 de Dezembro de 1792); **Corregedor da Ilha de S. Miguel** (carta de Corregedor da ilha de S. Miguel com beca e posse na Relação do Porto de 9 de Setembro de 1797); **Conservador do Contrato Geral do tabaco na Ilha de S. Miguel** (provisão para servir de 28 de Janeiro de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de compra que fez de uma quinta chamada da Glória no termo de Óbidos que se achava na administração da Real Coroa (18 de Julho de 1799), carta de hábito com tença (17 de Dezembro de 1806), carta de hábito com 12\$000 réis de tença (14 de Abril de 1807), e provisão para se lhe dar do cofre dos órfãos 1800\$000 réis a juro (13 de Setembro de 1811).

Observações: Recebeu certidão negativa a 13 de Novembro de 1812, com 58 anos de idade. Os pais e avós paternos são naturais da Moita, e os avós maternos são-no de Reguengo Grande, ambos os lugares do termo de Óbidos. Os pais e avós viviam das suas fazendas. O Bacharel é, à data de Abril de 1779, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Nossa Senhora da Lapa (LB).

José de Sá de Mendonça (Bacharel), nascido em 1651, natural da Guarda, filho de João Borges de Gouveia e de Filipa de Sá.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (1679); **Auditor-Geral da gente de guerra de Trás-os-Montes** (depois de 1682); **Provedor de Pernambuco** (depois de 1687); **Juiz Conservador de Junta do Comércio de Pernambuco**; **Ouidor de Pernambuco** (1690); **Desembargador da Relação da Baía** (1696); **Ouidor-Geral da Relação da Baía** (carta de 18 de Março de 1698); **Juiz Conservador da Casa da**

Moeda da Baía (carta de 28 de Junho de 1713). Recebeu alvará para tomar posse de Desembargador por procurador, alvará de mercê de cargo, alvará de licença para vir ao Reino, alvará para jurar na Chancelaria por procurador, alvará de licença para casar na Baía, e alvará de ajuda de custo.

José dos Santos Palma (Bacharel em leis), nascido em 1681 ou 1682, natural de Lisboa, filho de Manuel João e de Inês de Jesus, neto paterno de João Domingues e Maria Dinis, e neto materno de Manuel Soares e Cecília Antunes.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Julho de 1734).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de Nossa Senhora da Piedade de S. Quintino, do concelho de Sobral de Monte Agraço, morando o primeiro em Lisboa, e estes na dita freguesia. A mãe e avós maternos são naturais e moradores de Lisboa, tendo sido aquela baptizada na freguesia de S. Vicente de Fora. O pai tinha loja no Poço da Foteia ou Fótea à Conceição Nova, na qual havendo um negro por sua conta, fazia barretes e vivia de contratos e dinheiro a juro. O Bacharel é, à data da inquirição, advogado em Lisboa há muitos anos, não só na primeira instância como na Casa da Suplicação, sendo considerado como um dos melhores letrados da Corte. O Bacharel é, à data de Julho de 1712, casado e mora à data de Maio do ano seguinte em Lisboa na Rua Nova. O Bacharel é bom estudante (LB).

José dos Santos Pinheiro de Matos (Bacharel), nascido em 1755, natural de Lisboa, filho de Luís Pinheiro de Matos e de Teotónia Maria.

Foi **Juiz de Fora de Cuba** (depois de 1785); **Juiz dos órfãos de Ourém** (depois de 1791); **Provedor de Alagoas** (carta de 2 de Julho de 1802); **Ouidor de Alagoas** (carta de 3 de Julho de 1802); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 11 de Outubro de 1806). Recebeu provisão de licença para casar com D. Maria Isabel Peregrina de Mira (21 de Maio de 1788), provisão para conhecimento de causa (7 de Novembro de 1788), provisão de vencimento de ordenado (17 de Julho de 1802), e provisão de aumento de ordenado (19 de Julho de 1802).

José Sarmento de Figueiredo (Bacharel), nascido em 1706, natural de Bragança, filho de José Cardoso Borges e de Clara Maria de Figueiredo. Foi **Juiz de Fora de Outeiro** (1732); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 29 de Março de 1738). **Observações:** Faleceu no mar, na viagem de regresso de Goa (MM).

José de Seabra e Silva (Bacharel em leis), nascido em 1732, natural de Vilela no termo de Coimbra, filho de Lucas de Seabra e Silva.

Foi **Desembargador extraordinário da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1754); **Procurador Fiscal da Companhia do Grão Pará e Maranhão** (alvará de 20 de Abril de 1757); **Fiscal da Junta do Comércio** (carta de 3 de Julho de 1758); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Abril de 1765), carta de privilégio de Desembargador (26 de Novembro de 1792); **Conselheiro** (carta de Conselho com 4286\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia de 10 de Julho de 1792). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (12 de Junho de 1744), alvará de fidalgo cavaleiro (2 de Outubro de 1745), alvará de moço fidalgo com moradia (20 de Setembro de 1753), alvará de fidalgo cavaleiro (20 de Setembro de 1753), carta da quinta do Canal no campo de Coimbra (20 de Maio de 1769), carta da comenda de S. Miguel de Oliveira de Azeméis da Ordem de Cristo (15 de Maio de 1779), provisão de licença para poder apascentar as suas ovelhas pelos campos e montes de sua quinta e pelos mais da Comarca de Coimbra (9 de Maio de 1785), carta de mercê das jeiras de que faz menção ficando o uso e fruto em segurança de arras para sua mercê (13 de Janeiro de 1786), carta com salva de mercê de várias jeiras de terra no Campo do Bolão vizinhas a Coimbra em compensação e escambo das casas que possuía na Ajuda ficando o fruto das mesmas jeiras em segurança de arras em vida de sua mulher (5 de Junho de 1790), provisão adicionando certas Sisas de terra no Campo do Bulhão a mais do que possuía (7 de Junho de 1790), carta com salva de várias jeiras de terra sitas no Campo do Bulhão vizinhas a Coimbra em compensação das casas que possuía no sítio de Nossa Senhora da Ajuda etc. (28 de Maio de 1791), apostila declarando que em lugar de catorze jeiras são quatro jeiras a carta em que eu passar (10 de Junho de 1791), apostila de declaração à carta de mercê de várias jeiras de terra no Campo do Bolão que onde se diz quatro jeiras junto à ponte de Cidreira se deve entender 14 (10 de Junho de 1791), apostila de mercê de catorze jeiras de terra no campo de Bolão junto à ponte da Cidreira e não quatro jeiras como na carta se via (16 de Junho de 1791), provisão de nomeação de Juiz para o tomo dos bens de que trata (16 de Agosto de 1791), alvará de aprovação do contrato que fez com António José Ferreira sobre a porção de água de que trata sendo-lhe conduzida pelo aqueduto geral para se dividir para as suas propriedades (8 de Janeiro de 1793), provisão para sub-rogar uma vinha de vínculo por outra livre com Luís de Abranches Castelo Branco e

sua mulher (26 de Abril de 1793), provisão de licença para poder comprar à abadessa e mais religiosas do mosteiro de Odivelas um casal em Campolide (12 de Abril de 1796), verba por que lhe pertence 41\$681 réis e meio de juro de uma apostila e juros vencidos pelo haver arrematado na testamentaria do beneficiado Inácio Xavier da Silva Lobo a quem o mesmo juro pertencia (2 de Maio de 1796), apostila de 9\$000 réis de juro no rendimento do tabaco (5 de Maio de 1796), apostila de 41\$861 réis de juro que foram do beneficiado Inácio Xavier da Silva Lobo (25 de Maio de 1796), alvará de nomeação de Mestrado Juiz Privativo para a medição e tomo dos bens de sua casa (9 de Setembro de 1796), provisão para conhecimento de causa (14 de Outubro de 1796), concessão para possuir certo terreno em Coimbra (8 de Abril de 1799), apostila de oito jeiras e um côvado de terra das Sapinhas para completar a porção que por direito lhe pertencia pela mercê e escambo de que faz menção (8 de Abril de 1799), provisão para conhecimento de causa (24 de Abril de 1799), e provisão de faculdade para sub-rogar um foro que tinha numas casas em S. Sebastião da Pedreira pertencentes ao Recolhimento dos órfãos de Nossa Senhora do Âmparo por uma apólice de 1000\$000 réis (18 de Junho de 1799).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador. Por decreto de 21 de Outubro de 1778, foi a Rainha Nossa Senhora servida declarar que na sua Real presença não constava culpa alguma de José de Seabra da Silva, e que os procedimentos que contra ele se praticaram se originaram de falsas e afectadas informações, e que não é da sua Real Intenção privá-lo das honras de que gozava. Ordenou Sua Majestade se riscasse de todos os livros qualquer ordem que fosse contra ele expedida (MM).

José Sequeira (Bacharel em leis), nascido em 1653 ou 1654, natural de Barreiro do Ribatejo, filho de Francisco Gonçalves de Siqueira e de Helena Coelho, neto paterno de Manuel Francisco e Francisca de Siqueira, e neto materno de António Coelho e Maria Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Mourão** (carta); **Ouvidor-Geral do Rio de Janeiro** (carta); **Juiz Conservador da Junta do Comércio no Rio de Janeiro** (alvará); **Provedor dos defuntos e ausentes do Rio de Janeiro** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Julho de 1731), alvará de aposentado da Casa da Suplicação (13 de Setembro de 1738). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença.

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores do Barreiro. O pai e avós ocuparam os cargos honrosos da governança do Barreiro, como sejam os de Vereador, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, e Juiz, e viviam da sua fazenda. O Bacharel tem um irmão frade da Ordem de S. Francisco, e um primo beneficiado no Barreiro do hábito

de Santiago. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1689, solteiro e morador no Barreiro. O Bacharel é estudante suficiente (LB). Leu a 19 de Agosto de 1689 (MM).

José da Silva Gomes (Bacharel em cânones), também *José da Silva Gomes e Vasconcelos*, nascido em 1703 ou 1704, natural de Lisboa, filho de António da Silva e de Catarina do Sacramento, neto paterno de António da Silva e Isabel Maria, e neto materno de Domingos Rodrigues Gomes e Joana dos Santos.

Foi **Juiz de Fora de Aljustrel** (carta de 8 de Junho de 1730); **Juiz de Fora de Tavira** (carta de 9 de Maio de 1739); **Provedor das obras, órfãos e capelas da Comarca da Guarda** (carta de 26 de Fevereiro de 1748); **Provedor da Comarca da Guarda** (carta de **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** de 6 de Outubro de 1758), provisão para tomar posse por procurador de Desembargador da Relação do Porto (25 de Abril de 1760); **Desembargador Agravista da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 23 de Julho de 1761); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 17 de Outubro de 1768), carta (24 de Outubro de 1768), alvará aposentando-o no lugar de Desembargador da Relação do Porto com ordenado (4 de Março de 1771), aposentado na mesma Relação vencendo o ordenado (26 de Março de 1771), alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (4 de Maio de 1771), alvará de 200\$000 réis de ordenado no dito lugar (14 de Junho de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de aposentado em um lugar de 2 de Junho de 1777), alvará de aposentado na Casa da Suplicação (2 de Junho de 1777). Recebeu carta de propriedade de ofício (15 de Novembro de 1758).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa e, além de viverem das suas fazendas e dos rendimentos delas, faziam negócio. O pai é, à data da inquirição, já falecido, vivendo a mãe na companhia do Bacharel. O Bacharel é, à data de Novembro de 1729, solteiro e morador em Lisboa na Conceição Velha (LB). Voltou para o Reino na frota de 1766, e chegou a Lisboa no último dia de Fevereiro de 1768 (MM).

José da Silva de Gouveia (Bacharel), nascido em 1656, natural de Lisboa, filho de Simão da Silva e de Maria Nogueira.

Foi **Juiz de Fora de Mértola** (depois de 1682); **Juiz do crime do Bairro da Sé** (1688); **Desembargador da Relação de Goa** (1693). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença, alvará de licença para casar na Índia, alvará de ajuda de custo, e carta de administração de capela (16 de Março de 1711).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 24 de Março de 1695 (HOC).

José da Silva Magalhães (Bacharel em leis em 1770), nascido em 1749 ou 1750, natural da Baía, filho de Manuel da Silva Magalhães e de Josefa Ferreira da Silva, neto paterno de Manuel de Abreu Magalhães e Domingas da Silva, e neto materno de Manuel da Silva Barreto e Eugénia Pereira da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Odemira** (decreto de 11 de Junho de 1790), carta do lugar (18 de Junho de 1790), posse (14 de Outubro de 1790), carta (18 de Julho de 1790), provisão de licença de dois meses (12 de Janeiro de 1792); **Ouvidor de Jacobina** (decreto de 14 de Outubro de 1798), carta do lugar de Ouvidor de Jacobina do Estado do Brasil (10 de Dezembro de 1798); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca de Jacobina do Brasil** (carta de ofício de 20 de Dezembro de 1798), carta para ficar reconduzido no mesmo lugar (14 de Outubro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Novembro de 1807). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares dados pelo Senado da Câmara (11 de Maio de 1787), carta de hábito (22 de Setembro de 1802), carta de padrão de hábito e tença (10 de Outubro de 1802), e carta do hábito de Cristo (9 de Dezembro de 1805).

Observações: Os pais e avós são oriundos da Baía. O pai foi nos primeiros tempos comerciante de grosso trato, de que passou para o cargo de Almoxarife da Fazenda Real, e vive actualmente dos rendimentos das suas fazendas rústicas e urbanas. O avô paterno foi lavrador de cana, cujas fazendas eram cultivadas pelos seus escravos. O avô materno foi comerciante de grosso trato. O habilitante é, à data de Outubro de 1782, morador em Lisboa às Chagas e é à data de Fevereiro de 1783 solteiro. O habilitante obteve informações de bom estudante (LB).

José da Silva Pinto de Carvalho (Bacharel), natural da freguesia de S. Nicolau de Lisboa e aí baptizado, filho de João Pinto de Carvalho e de Maria Inácia da Conceição, neto paterno de Gaspar Pinto e Bernarda do Espírito Santo, e neto materno de Mário Francisco e Graça Maria.

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (1 de Dezembro de 1764); **Provedor de Beja** (decreto de 26 de Fevereiro de 1772); **Corregedor das vilas de Odemira Beringel e Farinho** (carta de 28 de Agosto de 1772); **Provedor de Évora** (alvará de 25 de Setembro de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto de 7 de Junho de 1779), **Ouvidor do crime** (Outubro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (3 de Maio de 1794), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (25 de Junho de 1794); **Juiz da Chancelaria**

(decreto de 4 de Novembro de 1799), carta de um lugar (2 de Dezembro de 1799); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Dezembro de 1799). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (29 de Junho de 1779), carta de padrão de 12\$000 réis e o hábito de Cristo (29 de Junho de 1779), e carta de padrão de tença de 28\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (13 de Setembro de 1779).

Observações: Foi irmão do Guarda-mor da alfândega Grande de Lisboa, Raimundo Pinto de Carvalho.

José Simões Barbosa (Bacharel em leis), também *José Simões Barbosa de Azambuja*, nascido em 1683 ou 1684, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Julião, filho de José Simões Barbosa e de Páscoa Maria de Sena, neto paterno de António Simões Barbosa e Luísa de Almeida, e neto materno de Manuel Pereira da Paz e Catarina de Sena.

Foi **Corregedor da Comarca de Torres Vedras** por três anos (carta de 23 de Julho de 1718); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** por três anos (carta de 15 de Junho de 1725), carta de recondução no lugar de Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova (17 de Dezembro de 1731); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Novembro de 1737); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Novembro de 1740); **Juiz Conservador do tabaco do Reino e Ilhas** (alvará de 28 de Janeiro de 1741); **Deputado da Mesa da Ciência e Ordens** (carta de 14 de Fevereiro de 1745); **Juiz da alfândega de Goa** na vidente dos providos (carta de 11 de Janeiro de 1755); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade (5 de Maio de 1758); **Conselheiro da Fazenda** (carta de Conselheiro ordinário da Real Fazenda de 9 de Maio de 1759). Recebeu carta de hábito da Ordem de Cristo no Mosteiro de Nossa Senhora da Luz extramuros de Lisboa (9 de Novembro de 1718), alvará de renúncia do ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria de S. Francisco de Sergipe do Conde do Recôncavo da Baía (13 de Fevereiro de 1728), e alvará de alvará de foro de fidalgo da Casa (20 de Abril de 1751).

Observações: O agraciado é tutor de sua sobrinha, D. Leonor Josefa Caetana Barbosa (RGM). Os familiares sobresscritos são naturais de Lisboa, sabendo-se que, pelo menos, os pais e avós paternos são da freguesia de S. Julião, e que os avós maternos moraram na Calçetaria. Os familiares são defuntos, excepto a mãe. O pai foi mercador de loja grande de sedas na Rua Nova, defronte do chafariz dos Cavalos. O avô paterno foi primeiramente mercador de lojinha na dita rua, passando a mercador da loja que mais tarde coube ao

pai. O avô materno foi mestre alfaiate com loja aberta na Calçetaria, negociando também aí em panos e baetas. O Bacharel é, à data de Setembro de 1707, solteiro e morador em Lisboa às Portas do Mar (LB).

José Soares de Azevedo (Bacharel em 1687), nascido em 1663 ou 1664, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santa Engrácia, filho de Manuel Soares e de Francisca de Azevedo, neto paterno de Manuel Gomes Setúbal e Catarina Soares Ferreira, e neto materno de Pero Coelho e Isabel Dias.

Foi **Provedor do Algarve** (alvará), alvará para vestir beca; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Janeiro de 1714); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Novembro de 1716); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 28 de Março de 1719); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de mercê de 7 de Junho de 1725), alvará de Vereador do Senado da Câmara de Lisboa Oriental (17 de Junho de 1725). Recebeu alvará de foro de cavaleiro fidalgo (8 de Junho de 1691), carta de quitação (18 de Junho de 1707), e carta de legitimação a sua filha D. Francisca Soares de Azevedo (8 de Maio de 1726).

Observações: Os falecidos avós paternos são naturais de Setúbal e, tal como os pais, aí moraram por trás do Paço. O falecido avô materno é natural de Porto de Mós, e aí chegou a residir. A avó materna é natural de Vila Viçosa. O pai é cavaleiro fidalgo da Casa Real, e assistiu por muitos anos em casa de António Cabide. O avô paterno vivia da sua fazenda quando foi feito alferes pago de Setúbal, e andou na Armada com um posto grande em que faleceu. O avô materno era filho de Jerónimo Lopes e de Maria Rodrigues, ambos naturais e moradores de Porto de Mós. O avô materno foi criado da Casa de Bragança, e depois da Aclamação serviu de Reposteiro da Casa Real em Lisboa, vindo a ser mais tarde Porteiro da mesma. Os avós maternos viveram em Vila Viçosa ao terreiro de D. João, passando para Lisboa à altura da Aclamação. A avó tinha um irmão sapateiro, e criou-se em casa de uma tia, cujo marido era comprador dos frades de S. Francisco. O Bacharel mora, à data de Junho de 1687, na freguesia de Santa Engrácia e é à data de Novembro do mesmo ano solteiro. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Soares de Barbosa Queirós de Azevedo (Bacharel em cânones), também *José Soares Barbosa*, nascido em 1737 ou 1738, natural da Quinta da Igreja de S. Miguel no concelho de Baião do Porto, filho de Manuel Soares Barbosa e de D. Maria Tomásia de Azevedo e Queirós, neto paterno de Jorge Soares Barbosa e Joana Baptista, e neto materno de Dionísio Pinto de Azevedo e Maria Clara de Azeredo.

Foi **Juiz de Fora de alfândega da Fé; Juiz do crime do Porto** (posse a 14 de Maio de 1783); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (decreto de 22 de Agosto de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Novembro de 1801); **Procurador da Coroa**. Recebeu carta de confirmação da doação de bens que fizera a José Borges de Carvalho e Vasconcelos e outro (19 de Fevereiro de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 28 de Novembro de 1801, com 58 anos de idade. O pai e avô paterno são naturais da freguesia de Santa Marinha do Zêzere do concelho de Baião. A mãe, avó paterna, e avós maternos, são naturais da freguesia de Tresouras do mesmo concelho. O pai, para lá de estar habilitado para os lugares de letras, serviu de Juiz de Fora de Arrifana de Sousa, e serve de Juiz de Fora do Tombo do reguengo de Penafiel. O pai é Doutor. O avô materno é Capitão. Os pais e avós são pessoas das principais e melhor aparentadas do concelho de Baião, que sempre se trataram com criados e bestas seladas. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1763, solteiro e morador no concelho de Baião. O habilitante é bom estudante (LB). O pai era Bacharel (MM).

José de Sousa Castelo Branco (Licenciado), natural de Leiria, filho de António Vaz de Castelo Branco e de Maria Rabela, neto paterno de Heitor Vaz de Castelo Branco e Filipa de Valadares, e neto materno de Gaspar Rabelo da Guerra e Clemência Vieira da Silva.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 14 de Agosto de 1653); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1656); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 28 de Setembro de 1661); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (alvará do cargo de 9 de Março de 1668); **Conservador do Contrato do Sal do Brasil** (provisão de 24 de Abril de 1674), alvará de Conservador do Contrato do Sal em Lisboa; **Conselheiro da Fazenda** supranumerário (carta de 13 de Dezembro de 1674), carta de aposentado no lugar de Conselheiro da Fazenda (14 de Janeiro de 1692); **Chanceler das Três Ordens Militares** (3 de Julho de 1679), com 82\$000 réis de ordenado (2 de Setembro de 1679). Recebeu alvará de quatro moios de trigo por ano, alvará de sub-rogação de bens de morgado, verba de 56\$075 réis de juro, verba de 17\$500 réis de juro, verba de consignação na comenda de Vila Franca dos 40\$000 réis de pensão que tinha sua irmã D. Joana da Silva e a de 20\$000 réis de que ele tinha também mercê, alvará de administração de capela, alvará para sub-rogar bens de capela, alvará para sub-rogar bens de morgado, apostila de declaração de alvará, apostila de 24\$000 réis de juro no tabaco, verba de 120\$000 réis de juro no tabaco, verba de 30\$000 réis de juro no tabaco, verba de 24\$000 réis

de juro no tabaco, carta de pensão de 60\$000 réis na comenda de Vila Franca (9 de Agosto de 1684), carta de pensão de 12\$000 réis na comenda de Vila Franca (12 de Abril de 1685), carta de padrão de tença de 40\$000 réis para sua filha D. Ana Soares de Albergaria (12 de Janeiro de 1692), carta de padrão de tença de 28\$000 réis para seu filho Pedro de Sousa Castelo Branco (27 de Janeiro de 1692), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito para seu filho Pedro de Sousa Castelo Branco (9 de Fevereiro de 1692), alvará de aposentado, carta de padrão de tença de 28\$000 réis (21 de Maio de 1728), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Agosto de 1728).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores de Leiria. Os pais e avós são de muita qualidade e antiga nobreza, e serviram todos os cargos da governança de Leiria, repetidamente o de Provedor da Santa Casa da Misericórdia. Luís de Araújo de Barros, irmão ou primo do avô materno, foi Desembargador do Paço e cavaleiro do hábito de Cristo. Belchior Dias Preto, irmão do avô materno, foi Desembargador do Paço e cavaleiro do hábito de Cristo. Pero Vieira da Silva, irmão da mãe, foi Desembargador, Secretário de Estado, e cavaleiro da Ordem de Cristo. Belchior Dias Preto, irmão da mãe, foi Deão de Leiria e Inquisidor da Mesa Pequena da Inquisição de Lisboa. Heitor Vaz de Castelo Branco, irmão do habilitando, é cavaleiro do hábito de Cristo. O habilitando é, à data de Abril de 1653, solteiro (LB).

José de Sousa de Moraes (Licenciado por exame privado em leis; Mestre em Artes; Lente de véspera de leis), natural de Coimbra, filho de Simão de Moraes da Serra e de D. Leonor de Lara, neto paterno de Francisco de Moraes da Serra e Ana de Faria, e neto materno de Gonçalo de Sousa e D. Maria de Lara.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1682); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1687).

Observações: Os pais e avós são naturais de Coimbra e aí moraram. O pai, para lá de cavaleiro professo do hábito de Cristo, foi Escrivão da Câmara de Coimbra e familiar do Santo Ofício. O avô paterno era cidadão de Coimbra, e aí serviu muitas vezes de Vereador. O avô materno foi Escrivão da Câmara de Coimbra, e cavaleiro professo do hábito de Cristo. A família é nobre e das principais de Coimbra. O habilitante tem um irmão, por nome Gonçalo de Moraes da Serra, que é familiar do Santo Ofício. O habilitante mora, à data de Dezembro de 1672, em Coimbra e é à data de Março de 1673 solteiro. O habilitante lê à data de Março de 1673 uma cadeira de Instituta com grande satisfação (LB).

José de Sousa Tavares (Bacharel em leis), nascido em 1687 ou 1688, natural da freguesia de Espírito Santo de Falachos no termo de Tranco-so, filho de José Pinto da Fonseca e de D. Josefa Maria de Sousa, neto paterno de António Pinto

da Fonseca e D. Luísa Saraiva, e neto materno de Manuel de Sousa e D. Maria Tavares.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de Desembargador da Relação do Estado da Índia por seis anos de 15 de Março de 1711), provisão de 80\$000 réis de ajuda de custo para ir para a Índia onde vai servir o ofício de Desembargador por seis anos (21 de Abril de 1711); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Novembro de 1730), alvará aposentando-o no lugar (8 de Junho de 1734), alvará para que tenha de aposentadoria do lugar 212\$400 réis cada ano (15 de Outubro de 1742). Recebeu carta de campos em Angola (18 de Setembro de 1720), alvará de administração vitalícia do morgado denunciado (12 de Junho de 1728), e carta de sesmaria (3 de Março de 1739).

Observações: Os defuntos pai e avós paternos são naturais de Trancoso, deslocando-se depois para o lugar de Falachos do termo daquela vila. A mãe e avós maternos são naturais de Coimbra, e moraram na Rua de Coruche da mesma cidade. O pai foi sargento-mor do concelho de Trancoso, e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Os avós paternos eram das melhores e mais nobres famílias da Comarca, e faleceram em Falachos. O avô materno é Doutor e Desembargador da Relação do Porto. O Bacharel é, à data de Fevereiro de 1710, tido por solteiro e assiste à data de Março do mesmo ano em Lisboa (LB).

José Teixeira de Sousa (Bacharel em leis em 1781), natural de Penafiel, filho de Manuel de Sousa Teixeira e de Luísa Josefa Pinto e Sousa, neto paterno de António Fernandes e Maria de Sousa, e neto materno de Manuel Coelho e Maria de Sousa.

Foi **Juiz de Fora do Sabugal** (19 de Junho de 1784), carta do lugar (26 de Junho de 1784), posse (15 de Setembro de 1784), provisão para ser pago das propinas do dito lugar (23 de Março de 1787); **Juiz do crime do Porto** (decreto de 12 de Setembro de 1789), carta do lugar (7 de Dezembro de 1789), posse do Porto (29 de Fevereiro de 1790), provisão de licença de dois meses (30 de Julho de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do lugar de 10 de Dezembro de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Setembro de 1804), provisão para jurar por procurador na Chancelaria-mor como Desembargador da Casa da Suplicação (13 de Setembro de 1804); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Julho de 1821); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 22 de Fevereiro de 1825). Recebeu alvará de predicamento de primeiro banco vestindo beca honorária enquanto ajudante do Desembargador Francisco de Almada Mendonça (6 de Outubro de

1800), provisão de dispensa (14 de Janeiro de 1801), carta de profissão de hábito (7 de Fevereiro de 1803), e carta de padrão de hábito de Cristo com 12\$000 réis de tença (22 de Março de 1803).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Penafiel, sabendo-se que pelo menos os pais moraram nessa cidade. Os avós paternos são naturais da freguesia de Santa Marta do termo de Penafiel. O Bacharel é, à data de Setembro de 1781, solteiro e é bom estudante (LB). Por decreto de 4 de Maio de 1800, atendendo o Príncipe Regente ao bom serviço que lhe tinha feito no emprego de Ajudante do Desembargador Francisco de Almada e Mendonça, houve por bem ordenar que continuasse a servir no dito emprego com o predicamento de primeiro banco, vestindo beca honorária (MM).

José Teles de Meneses (Bacharel), também *José Teles de Meneses e Melo*, nascido em 1718 ou 1719, natural de Arouca, filho de Manuel Teles de Meneses e de Josefa Meireles Bernardes.

Foi **Juiz de Fora de Penamacor** (carta de 10 de Janeiro de 1734); **Juiz de Fora de Coimbra** (depois de 1739); **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta de 3 de Outubro de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 2 de Março de 1750); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Março de 1754), provisão para tomar posse do dito lugar por seu procurador (8 de Abril de 1754), provisão para estar ausente dois meses do dito lugar (19 de Outubro de 1754), alvará de aposentado no dito lugar (30 de Junho de 1757). Recebeu carta de uma légua de terra (8 de Maio de 1732), provisão de licença para ser opositor ao lugar de Conservador da Universidade de Coimbra (4 de Novembro de 1746), e carta de Escrivão dos órfãos de Arouca e de Burgo (27 de Agosto de 1759).

José Teotónio Sodrão Zuzarte (Bacharel em leis), nascido em 1731 ou 1732, natural de Lisboa, filho de Manuel Cedron Zuzarte e de Mariana Teresa Xavier, neto paterno de José Cedron Zuzarte e Maria de S. José, e neto materno de José Pereira e Francisca de Oliveira.

Foi **Ouvidor da Capitania de Pernambuco** (carta de 20 de Dezembro de 1768); **Provedor das capelas na Capitania de Pernambuco** (alvará de 22 de Dezembro de 1768); **Desembargador da Baía** (decreto de 19 de Agosto de 1786), carta (30 de Outubro de 1786), posse (25 de Setembro de 1787); **Desembargador da Relação do Porto** (1794), carta de um lugar ordinário de Desembargador da Relação do Porto (8 de Janeiro de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria num lugar de 3 de Agosto de 1807); **Juiz da Coroa**. Recebeu carta de padrão de tença de 20\$000 réis e

hábito (8 de Março de 1775), e carta de padrão de tença de 8\$000 réis (6 de Maio de 1775).

Observações: Os pais e o avô materno são naturais de Lisboa e, juntamente com a avó materna, habitam em casas próprias por cima da igreja dos Anjos. A avó materna é natural de Sacavém e ainda vive. Os avós paternos são naturais de Santarém. O pai serve, à data de Março de 1761, de ourives do ouro na Casa dos 24, e foi aceito como Procurador no seu ofício. O pai tinha, antes do terramoto, loja de ourives do ouro e serve na Casa da Índia o ofício de avaliador dos diamantes, de que é proprietário. O pai detém ainda fazendas em Santarém, de que se sustenta. O avô paterno era oficial de celeiro com loja aberta na Rua de S. Nicolau em Santarém e, casado, ausentou-se para Lisboa com a família por volta de 1700, onde serve na Casa dos 24 em 1702. Um irmão do pai habilitou-se de clérigo sacerdote, chegando a ter as ordens sacras e a ser capelão da Misericórdia de Santarém. O avô materno foi mestre de obras de grosso trato, achando-se a servir na Casa dos 24 em 1714. O avô materno era abastado, e andava de capa e volta. O Bacharel é, à data de Julho de 1759, solteiro e mora à data de Agosto seguinte à Mouraria. O Bacharel é bom estudante. A habilitação do Bacharel foi primeiramente reprovada pela mecânica do seu pai e avós, recorrendo depois o habilitando ao privilégio, concedido por D. João IV aos filhos dos oficiais da Casa dos 24, de poderem ser admitidos a ler no Desembargo do Paço e a ser despachados e ocupados nos lugares de letras (LB).

José Tomás Marinho da Costa (Bacharel em cânones), também *José Tomás Marinho*, natural de Vila Nova da Cerveira, filho de Francisco Marinho e de Maria Madalena da Costa, neto paterno de António Marinho e Ana Afonso, e neto materno de Gonçalo de Ávila Pinto e Inês Correia.

Foi **Juiz de Fora de Marvão** (resolução de 4 de Janeiro de 1778), carta (2 de Março de 1778), provisão para estar ausente por dois meses do lugar (16 de Outubro de 1778); **Juiz de Fora de Barcelos** (carta do lugar de 29 de Agosto de 1791); **Juiz dos órfãos de Barcelos** com predicamento da cabeça de Comarca (decreto de 13 de Abril de 1792); **Provedor da Comarca de Viana** (decreto de 17 de Outubro de 1799), provisão de recondução (23 de Janeiro de 1800); **Provedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de 11 de Setembro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Junho de 1811). Recebeu provisão de aforamento de um terreno chamado Choqueiro próximo do Rio Minho (29 de Janeiro de 1800).

Observações: Os familiares sobreditos são naturais de Vila Nova da Cerveira. Os pais são vivos e moram na referida vila, sustentando-se das suas fazendas. O pai é alferes de infantaria auxiliar. Os avós viviam das suas fazendas, tendo sido o avô materno Condestável da artilharia. O Bacharel tem vários familiares religiosos, e ele próprio tomou as ordens menores. O Bacharel é, à data de Maio de 1768,

solteiro e mora à mesma data em Vila Nova da Cerveira. O Bacharel é bom estudante, segundo as informações da Universidade de Coimbra (LB).

José Valério Pereira da Fonseca (Bacharel em leis em 1778), nascido em 1759, natural de Quinta da Torres de Moldes na freguesia de Remelhe do termo de Barcelos, filho de José Pereira da Fonseca e de D. Josefa Maria do Sacramento da Silva e Oliveira, e neto paterno de João Gonçalves Pereira.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (despachado a 15 de Maio de 1784), carta do lugar (25 de Junho de 1784), posse (24 de Setembro de 1784); **Corregedor da Comarca da Guarda** (decreto de 17 de Outubro de 1799), carta do lugar (18 de Novembro de 1799), carta de recondução do lugar (2 de Junho de 1803), carta de recondução no mesmo lugar (3 de Junho de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Fevereiro de 1807), apostila para vencer o ordenado de Desembargador da Relação do Porto (19 de Junho de 1807). Recebeu carta de profissão de hábito (13 de Abril de 1807), e carta de hábito com 12\$000 réis de tença (6 de Maio de 1807).

Observações: O pai era, além de cavaleiro na Ordem de Cristo, Capitão de auxiliares e sargento-mor da Comarca. O avô paterno era Capitão e irmão do reverendíssimo frei João Baptista, geral da congregação de S. Bento. O habilitante era irmão do Bacharel João Nepomuceno Pereira da Fonseca, que se acha falecido ao tempo da lavra do *Memorial de Ministros* (MM).

José de Vasconcelos e Sousa (D.) (Bacharel), nascido em 1740, natural de Lisboa, filho de D. José de Vasconcelos e Sousa Câmara e de Maria Rosa de Noronha, neto paterno de Afonso de Vasconcelos e Sousa e Pelágia Sinfronia de Rohan, e neto materno de D. António de Noronha e D. Luísa Josefa de Meneses.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Outubro de 1768); **Procurador fiscal da Junta dos Três Estados** (carta de 4 de Abril de 1769); **Desembargador de Agravos da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Outubro de 1771); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 17 de Agosto de 1778); **Conselheiro do Conselho de Estado** (carta de 20 de Agosto de 1778); **Presidente de Junta do Novo Código; Conselheiro do Conselho da Real Fazenda** (carta de 23 de Novembro de 1785), apostila dispensando-o da posse do lugar de Conselheiro da Fazenda (20 de Fevereiro de 1786); **Deputado de Junta do tabaco; Deputado de Junta da Inspeção sobre a**

Peste; Deputado de Junta do Exame das dívidas à Fazenda Real; Chanceler da Casa da Suplicação (carta de 29 de Julho de 1786); **Regedor das Justiças; Embaixador extraordinário de Londres; Presidente do Conselho da Real Fazenda** (carta de 19 de Setembro de 1789); **Presidente da Mesa de Desembargo do Paço** (carta do cargo de 17 de Dezembro de 1790); **Presidente de Mesa da Consciência e Ordens** (1802). Recebeu alvará de moço fidalgo (20 de Novembro de 1765), padrão de 68\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino (4 de Abril de 1780), padrão de 68\$000 réis de tença (4 de Abril de 1780), padrão de 12\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino com o Hábito de Cristo (7 de Abril de 1780), carta de privilégio de Desembargador (26 de Maio de 1784), carta do título de 6.º conde de Pombeiro (2 de Agosto de 1785), provisão para ficar imposto o foro perpétuo de 10\$965 réis no terreno sub-rogado por Matias Lourenço de Araújo (22 de Agosto de 1786), alvará de comenda de Santa Maria de Amêndoa no Bispado da Guarda (27 de Agosto de 1789), alvará de comenda (8 de Julho de 1795), alvará da comenda de São Cristóvão de Nogueira (17 de Junho de 1804), alvará da comenda de Santa Maria da Sabacheira (7 de Maio de 1819), carta da comenda de Santa Maria da Sabacheira da Ordem de Cristo (6 de Junho de 1821), e alvará de moradia (20 de Julho de 1825).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 5 de Abril de 1780 (HOC). Foi Capitão da Guarda Real (23 de Dezembro de 1785). Foi Colegial do Colégio de São Paulo, Aicaide-mor de Vila Franca de Xira, Conde de Pombeiro por casamento com a condessa, D. Maria Rita de Castelo Branco Correia e Cunha, herdeira de toda a casa de seus pais, e marquês de Belas (13 de Janeiro de 1802). Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Maria I a 13 de Maio de 1777 (MM).

José Vaz de Carvalho (Licenciado por exame privado em leis), nascido em 1671 ou 1672, natural do Fundão, filho de Gonçalo Vaz Preto e de D. Inês Falcão de Carvalho, neto paterno de Gonçalo Vaz e Susana Fernandes, e neto materno de Belchior de Carvalho e Brites Falcão. Foi **Provedor dos resíduos** (alvará de renúncia do ofício de 6 de Outubro de 1706); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 26 de Abril de 1709), alvará de três meses de licença como Desembargador (10 de Novembro de 1710); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Novembro de 1712); **Procurador da Fazenda do Conselho Ultramarino** (alvará de 12 de Fevereiro de 1716); **Corregedor do cível da Corte** (carta de mercê de um lugar de 28 de Março de 1719); **Desembargador Agravista da Casa da**

Suplicação (19 de Março de 1725), carta de um lugar (22 de Março de 1725); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta e provisão de 17 de Janeiro de 1727), carta de mercê do lugar (17 de Junho de 1727); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de mercê do cargo de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda num lugar supranumerário e servirá juntamente o lugar de Corregedor do crime da Corte e Casa de 20 de Março de 1730); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 18 de Março de 1738); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 18 de Março de 1738), carta do título do Conselho (22 de Março de 1738); **Chanceler da Casa da Suplicação** (alvará e carta de mercê do lugar de 17 de Fevereiro de 1749). Recebeu padrão de 13\$000 réis de tença, carta de tença de 12\$000 réis com o hábito (29 de Abril de 1711), padrão de 18\$000 réis de tença (2 de Maio de 1711), provisão para nomear serventuário no ofício de Escrivão do Judicial de Montemor-o-Novo (22 de Fevereiro de 1717), (e outros) provisão para que os ditos possam levar as espórtulas pelo trabalho que hão-de ter em ver os autos de que tratam (17 de Novembro de 1725), provisão para poder renunciar em pessoa apta a propriedade do ofício de Escrivão do Judicial de Montemor-o-Novo (15 de Dezembro de 1730), verba de provisão para renunciar o ofício de Escrivão do Judicial de Montemor-o-Novo (25 de Janeiro de 1731), provisão de sub-rogação de certas propriedades pertencentes à capela de Nossa Senhora do Miradouro sita em S. Miguel Dache instituída por Gonçalo Vaz por outras propriedades no mesmo lugar (17 de Junho de 1738), alvará da comenda de Santa Maria de Monção para seu filho José da Silveira (30 de Setembro de 1739), alvará da Alcaidaria-mor da vila de Monção para seu filho Gonçalo José da Silveira Preto (10 de Outubro de 1739), alvará do lugar de Procurador da Fazenda da repartição do Ultramar para seu filho Gonçalo José da Silveira Preto (1 de Fevereiro de 1745), e alvará de mercê do senhorio do lugar de S. Miguel de Acha para seu filho Gonçalo José da Silveira Preto (7 de Outubro de 1751).

Observações: Os avós paternos e avô materno são naturais do lugar de S. Miguel da Acha do termo de Proença. A avó materna é natural do Fundão. O pai é Desembargador. O avô materno ordenou-se de clérigo depois de enviuvar. O Bacharel é, à data de Setembro de 1697, solteiro e mora à data de Outubro seguinte em Lisboa ao Pelourinho (LB).

José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro (Bacharel).

Foi **Juiz do crime do Bairro do Limoeiro** (alvará de predicamento de primeiro banco de 8 de Abril de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Outubro de 1811); **Desembarga-**

dor da Casa da Suplicação (carta de um lugar ordinário de 6 de Novembro de 1820), alvará para ser restituído ao lugar (24 de Julho de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvarás de Desembargador graduado dos Agravos da Casa da Suplicação de 17 de Janeiro de 1827 e 17 de Janeiro de 1828), carta de um lugar ordinário da Mesa dos Agravos (9 de Novembro de 1829), carta de Desembargador da Mesa dos Agravos continuando no lugar de Ajudante do Procurador da Coroa (9 de Novembro de 1829); **Ajudante do Procurador da Coroa** (alvará nomeando-o Ajudante do Procurador da Coroa de 23 de Setembro de 1829), alvará de 120\$000 réis de mantimento como Ajudante do Procurador (6 de Novembro de 1829), alvará de 120\$000 réis de mantimento como Ajudante do Procurador da Coroa (26 de Novembro de 1829); **Juiz-Geral das Coutadas** (carta do ofício de 13 de Março de 1830). Recebeu provisão para usar beca (15 de Junho de 1807), carta de profissão de hábito (20 de Novembro de 1807), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (4 de Janeiro de 1828), e provisão para nomear serventia ao ofício de Escrivão da Provedoria da Comarca de Viseu para seu filho José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro (14 de Março de 1831).

José Xavier Cardoso Nobre (Doutor), filho de Feliciano Ramos Nobre.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Abril de 1804). Recebeu alvará de moço fidalgo (26 de Agosto de 1794), e carta de profissão de hábito (7 de Setembro de 1804).

José Xavier Machado (Bacharel), também *José Xavier Machado Monteiro*, natural de Ceia, filho de Manuel de Fontes Monteiro (ou Manuel de Freitas Monteiro).

Foi **Ouvidor da Comarca de Linhares** (carta de 4 de Janeiro de 1744); **Provedor da Comarca de Campo de Ourique** (alvará de 7 de Janeiro de 1760); **Ouvidor da Capitania de Porto Seguro** (carta de 27 de Novembro de 1766), carta de beca honorária (17 de Dezembro de 1766); **Provedor dos defuntos e ausentes da dita Capitania de Porto Seguro** (provisão de 17 de Dezembro de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** fazendo o lugar no de Ouvidor da capitania de Porto Seguro (decreto de Abril de 1772); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Outubro de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação**, alvará de aposentação de Desembargador na Casa da Suplicação (12 de Outubro de 1783). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença anual (29 de Julho de 1746), carta de padrão de tença de 12\$000 réis

e hábito (27 de Agosto de 1746), e provisão para conhecimento de causa (18 de Abril de 1752).

Observações: Recebeu certidão negativa com 97 anos de idade. O Bacharel casou com D. Maria [...], filha do Desembargador Francisco Lopes de Carvalho e de sua mulher D. Francisca. Daquele matrimónio nasceu D. Maria Barbosa Machado, que casou com José Freire Pimentel de Mesquita e Vasconcelos, que foi fidalgo da Casa Real e capitão-mor de Gouveia. Era irmão do Desembargador Francisco Machado de Fontes. Morreu em 1786, aposentado nos Agravos (MM).

* **Julião de Campos** (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto; Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Fevereiro de 1621); **Juiz dos cavaleiros; Vereador da Câmara de Lisboa** (carta de 1 de Junho de 1628). Recebeu alvará para vir da Índia com sua família, e alvará para ir buscar sua família à Índia.

Julião de Moura Negrão (Bacharel), nascido em 1634, natural do Rio de Janeiro, filho de Pedro Martins Negrão e de Maria de Moura.

Foi **Juiz de Fora de Torres Novas** (1667); **Juiz de Fora de Montemor-o-Novo** (carta de 10 de Junho de 1670); **Corregedor de Elvas; Juiz do crime de Lisboa; Desembargador da Relação da Baía** (1686).

Lancelote Leitão de Noronha (Doutor), também *Lançarote Leitão*.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1661); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Setembro de 1664); **Executor-Mor do Reino** (carta de propriedade do ofício de 16 de Agosto de 1666); **Procurador da Real Fazenda** (carta de 13 de Outubro de 1672), carta para que vença como Procurador da Real Fazenda o mesmo que o Conselheiro da Fazenda (6 de Janeiro de 1679); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de um lugar ordinário de 31 de Agosto de 1680); **Conselheiro** (carta de Conselho de 2 de Setembro de 1680); **Provedor da Fazenda Real** (carta), carta para haver ordenado e pinpinas. Recebeu verba de 125\$000 réis de juro, verba de 40\$000 réis de juro, apostila de 200\$000 réis de juro, alvará de um lugar de freira, apostila de 30\$000 réis de juro, apostila de 105\$900 réis de juro, apostila de 100\$000 réis de juro, verba de 20\$134 réis de juro, verba de 30\$000 réis de juro, alvará de 125\$000 réis de juro, verba de 200\$000 réis de juro, e verba de 100\$000 réis de juro. **Observações:** Irmão do Bispo de Elvas, D. Bento de Beja de Noronha (RGM).

Lázaro Leitão Aranha (colegial do Colégio Real de S. Paulo e lente de leis), natural de Lisboa da freguesia da Madalena, filho de Manuel Leitão Aranha (ou Manuel Leitão) e de Brásia Duarte, neto paterno de Gaspar de Reis e Maria de Azeredo, e neto materno de Gaspar Duarte e Margarida João.

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** (carta de 30 de Abril de 1711), alvará para tomar posse por procurador de um lugar de Desembargador titular (9 de Julho de 1711), carta de Desembargador titular da Relação do Porto (30 de Abril de 1716); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Novembro de 1716); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 23 de Novembro de 1716); **Conselheiro** (carta de Conselho de 1 de Fevereiro de 1717). Recebeu carta de apresentação de uma conezia da Capela Real de Lisboa (13 de Outubro de 1710), carta de Cónego da Igreja Patriarcal (30 de Setembro de 1724), e alvará de administração da capela instituída pelo dito a Ana Máxima (15 de Setembro de 1800).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de Paços de Gaiolo do concelho de Bemviver e Comarca do Porto. A mãe e avós maternos são naturais do lugar de Quenena da freguesia de S. Domingos de Rana e termo de Cascais. O defunto pai era contraste da prata, rei de armas e familiar do Santo Ofício, havendo sido aceite na Casa dos 24 no ano de 1686. A mãe é viva e mora na freguesia da Madalena. Os avós maternos viviam das suas fazendas que trabalhavam e faleceram no lugar de Quenena. Os avós terão morado na freguesia de Penha Longa vizinha da de Paços de Gaiolo, sendo o avô pessoa das principais do concelho de Penafiel. O habilitando é Deputado do Santo Ofício e sacerdote do hábito de S. Pedro. Ao habilitando foi feita a mercê de um lugar de Desembargador da Relação do Porto. Do habilitando há informações da Universidade de Coimbra de bom estudante e boa capacidade (LB).

Lázaro da Silva Ferreira (Bacharel em cânones a 18 de Junho de 1758), nascido em 1737 ou 1738, natural de Lagos, filho de Belchior da Costa e de Natália de Jesus Maria (ou de Micaela Maria), neto materno de Vicente Martins e Maria do Ó.

Foi **Juiz de Fora de Esposende** (despachado em 7 de Janeiro de 1771 tomando posse em 6 de Setembro de 1771); **Juiz de Fora de Guimarães**; **Desembargador da Relação de Goa** (28 de Fevereiro de 1780), carta da Relação de Goa **com assento na Casa da Suplicação** (28 de Fevereiro de 1780); **Ouvidor de Macau** (carta do lugar de 3 de Março de 1785), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria para se encartar no lugar de Ouvidor de Macau (20 de Abril de 1785), Ouvidor de Macau

e fazendo o lugar de **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (posse em 31 de Julho de 1787); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 12 de Junho de 1788); **Conselheiro do Conselho do Ultramar** (decreto de 17 de Dezembro de 1800), carta do lugar de Conselheiro do Conselho do Ultramar (23 de Dezembro de 1800); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 2 de Janeiro de 1801); **Executor do Conselho Ultramarino** (alvará de 27 de Fevereiro de 1802); **Procurador Fiscal da Junta do Comércio** (carta de mercê de 30 de Maio de 1806). Recebeu carta de Desembargador da Relação do Porto para seu sobrinho o bacharel Belchior da Costa (20 de Julho de 1801), alvará de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 30\$000 réis (10 de Março de 1815), carta de legitimação a seu sobrinho Belchior (23 de Junho de 1820), carta de legitimação a sua sobrinha Maria (23 de Junho de 1820), carta de compra de uma marinha chamada os Montes de Alvor no termo de Portimão (14 de Agosto de 1820), e provisão de confirmação do aforamento que lhe fez a Câmara de Monchique de uma porção do baldio da Faia no sítio do Pomar Velho (17 de Fevereiro de 1825).

Observações: Foi passada certidão negativa com 74 anos (RGM). Irmão de Manuel da Costa Ferreira. O habilitante mora à data de Novembro de 1763 em Lagos. O habilitante é bom estudante. Irmão do Desembargador Manuel da Costa Ferreira. O pai era homem de negócio rico de Lagos (LB).

Leandro de Castro da Silveira (Bacharel), natural de Odemira.

Foi **Juiz de Fora de Ilha de São Miguel** (1644); **Juiz dos órfãos de Santarém** (carta de 7 de Janeiro de 1653); **Desembargador da Relação da Baía** (1661); **Provedor-mor dos defuntos da Baía** (1667).

Leandro de Melo e Faria (Bacharel em cânones), nascido em 1672 ou 1673, natural do couto de Pombeiro na Comarca de Guimarães, filho de Filipe de Melo Pereira e de D. Josefa de Faria e Sousa, neto paterno de Luís de Melo Pereira e Maria Ribeira, e neto materno de Pedro de Faria e Sousa e D. Luísa Delgada de Nervais.

Foi **Corregedor da Comarca de Torres Vedras** por três anos (carta de 22 de Maio de 1713), carta de recondução do cargo de Corregedor da Comarca de Torres Vedras (30 de Julho de 1717); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 6 de Agosto de 1720); **Desembargador suplente da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 3 de Janeiro de 1726). Recebeu provisão para poder

aforar ou trocar as propriedades de que faz menção (20 de Julho de 1717).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do referido couto de Pombeiro e aí moraram. A mãe é natural de Lisboa e baptizada na freguesia de Nossa Senhora da Conceição. A avó materna é natural de Madrid. É provável que o avó materno seja natural de Madrid parecendo certo que não é nascido em Portugal. Os avós maternos casaram em Madrid e depois de estarem alguns tempos em Lisboa parece que se fixaram com a mãe do habilitando no couto de Pombeiro nas fazendas outrora pertencentes ao pai do avó materno chamado Manuel de Faria e Sousa. Conta a tradição que este foi secretário de uma embaixada a reinos estrangeiros na época em que Portugal estava sob a coroa espanhola, tendo entretanto casado e havido o avó materno. O avó materno foi moço da Câmara de Sua Majestade e capitão. A família a que pertence a avó materna os Norvais é antiga e muito estimada em Espanha. Os pais e avós viviam dos rendimentos das suas fazendas, tratando-se com criados. O habilitando é, à data de Outubro de 1700, solteiro e mora à data de Agosto de 1703 em Lisboa. O habilitando é estudante suficiente (LB). Casou com D. Eufrazia Micaela Pinto filha de António Nunes Pinto tendo Ivo de Melo e Faria, que é cavaleiro na Ordem de Cristo e segue as letras. Serviu El-Rei por espaço de vinte e quatro anos e quatro dias continuados, desde 5 de Junho de 1705 até 26 de Setembro de 1731, cujos serviços pertenceram ao seu filho o Doutor Ivo de Melo de Faria e às suas cinco filhas, D. Teresa Antónia de Faria, D. Josefa Fortunata de Faria, D. Joana de Faria e Sousa, D. Catarina de Faria e Sousa e D. Luisa de Faria e Sousa, religiosas no Real Mosteiro de Odivelas. A cada uma das suas filhas deu 100\$000 réis de tença nas obras Pias por alvará de 24 de Setembro de 1748, havendo a dita tença ficado reduzida a 50\$000 réis por alvará de 8 de Agosto de 1754 (MM).

Leonardo de Carvalho e Silva (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Diogo (ou Domingo) Carvalho Serqueira (ou Cerqueira) (ou de Manuel Rebelo da Fonseca) e de D. Isabel Maria de Sousa, neto paterno de Leonardo António de Carvalho e D. Catarina de Carvalho, e neto materno de Domingos Pereira da Silva e D. Ana Maria de Sousa.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Outubro de 1712); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 12 de Maio de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1715). Recebeu alvará de moço fidalgo (6 de Fevereiro de 1692), alvará de acrescentamento de foro, carta de padrão de tença de 100\$000 réis (31 de Janeiro de 1701), padrão de 100\$000 réis de tença, alvará de aforamento de terra, alvará para se lhe aforar por dez alqueires de trigo umas terras no sítio dos Barris no termo de Oeiras (19 de Julho de 1707), carta de confirmação do aforamento que lhe fez o Contador da Real Fazenda de vários pedaços

de terra no reguengo de Oeiras junto à sua Quinta da Fonte de Ouro (1 de Agosto de 1708), e alvará a Manuel Cerqueira de Carvalho e Vasconcelos para sub-rogar com o dito uma vinha junto a Oeiras no sítio da Borgia e da capela de Maria Carvalha em S. Francisco da cidade por umas casas em Lisboa (27 de Outubro de 1711).

Observações: Os avós paternos são naturais e moradores de Lisboa tendo o avó paterno vivido no beco do Hospital dos Palmeiros na dita cidade. A mãe e avós maternos são naturais de Vila Viçosa, tendo os últimos morado nessa vila. O pai era Doutor e Desembargador do Desembargo do Paço. O avó paterno era bacharel formado e advogado em Lisboa, e o avó materno foi Desembargador. A mãe tinha um irmão chamado João Pereira da Silva, que foi padre na paroquial igreja de S. Bartolomeu de Vila Viçosa e comissário do Santo Ofício na mesma vila. O bacharel é bom estudante (LB).

Leonardo Monteiro de Vasconcelos (Licenciado em leis), também *Leonardo Monteiro de Vasconcelos e Miranda*, nascido em 1661 ou 1662, natural de Lisboa, filho de Bartolomeu Monteiro de Sequeira e de D. Ângela Garcez de Vasconcelos, neto paterno de António Monteiro de Miranda e D. Violante Froes de Andrade, e neto materno de Manuel Ribeiro de Vasconcelos e D. Maria Garcez.

Foi **Juiz de Fora de Elvas** (carta); **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta); **Corregedor de Guimarães** (carta); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de mercê de 24 de Setembro de 1717), provisão para tomar posse por procurador de um lugar de Desembargador suplente da Relação do Porto (12 de Outubro de 1717). Recebeu alvará de cavaleiro fidalgo (6 de Setembro de 1702), e alvará para poder vestir beca de Desembargador e acabar o tombo em Barcelos (8 de Fevereiro de 1708).

Observações: O pai e avó paterno são naturais da vila de Alvito. A avó materna é natural de Setúbal. A mãe é natural de Lisboa da freguesia do Alecrim. O avó materno é natural da quinta do Burgueto da freguesia de S. Vicente de Sousa, pertencente ao concelho de Felgueiras. A avó materna é natural do Porto. O pai, sendo moço, foi do Alvito para Lisboa onde casou e morou sempre. O pai é irmão do Doutor Francisco Monteiro que ocupa à data de Abril de 1687 o lugar de Corregedor de Santarém e tem dois primos co-irmãos, um Ouvidor de Beja e outro Juiz de Fora de Almada. O avó paterno é Desembargador, e ocupou o cargo de Juiz de Fora de Torrão. A avó paterna é filha de Bartolomeu de Siqueira e das principais famílias de Setúbal, não se sabendo ao certo se casou com o avó paterno em Setúbal ou em Alvito. O defunto avó materno é filho de Gaspar Mendes de Vasconcelos e Branca Ribeira que moraram na quinta do Burgueto, havendo sido os familiares dos principais do concelho onde serviram de capitães. O avó materno foi moço para Lisboa, onde casou

e foi guarda na Casa da Índia. A avó materna é filha de Isabel de Araújo, que morou no Porto ao padrão de Santo Elói e passou a primeira daquela cidade para a de Lisboa onde casou. O bacharel mora à data de Julho de 1687 em Lisboa (LB).

Leonel de Perada (Bacharel; Licenciado), *Leonel de Parada*, também *Leonel de Perada Tavares*, natural de Marvão, filho de Francisco de Perada Estaço e de D. Maria Tavares, neto paterno de Leonel de Perada e Maria Estaça, e neto materno de Paulo Rodrigues Fraião e Catarina Vares. Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Dezembro de 1651); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Janeiro de 1656). Recebeu alvará de renúncia do ofício de Escrivão da Câmara de Monção o qual se verificou em Fernando Rodrigues Mousinho como da verba em 1 de Março de 1641 (11 de Fevereiro de 1641), e alvará de administração vitalícia da sua capela a Francisco Xavier de Mendonça (15 de Novembro de 1711).

Observações: Foi Desembargador e Procurador da Relação do Porto (RGM). Os pais e avós são naturais de Marvão e aí moraram. O pai parece que era moço da Câmara de Sua Majestade e a sua ascendência teve os ofícios mais honrados de Marvão como sejam Inquisidor, Vereador, e Provedor da Misericórdia. O avô paterno foi Escrivão da Câmara de Marvão, e esteve na Índia ao serviço de Sua Majestade. A avó paterna descende da mais honrada gente de Marvão, e foi das primeiras mulheres recolhidas dessa vila. A avó materna tinha um irmão habilitado pela Ordem de Cristo, e um outro cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade. O habilitante tem um irmão chamado Paulo de Perada que anda no serviço de El-Rei há muitos anos, estando nomeado capitão de uma armada de socorro para Pernambuco. O habilitante tem um primo direito materno, chamado João Francisco Tavares, que morreu cónego e visitador em S. Tomé. O habilitante é, à data de Agosto de 1631, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Lopo de Lagares Pessanha (Bacharel).

Foi **Ouvidor da Índia** (carta de 10 de Março de 1643); **Desembargador da Relação de Goa** (1644); **Ouvidor-Geral do cível da Índia**; **Desembargador da Relação do Porto** (1650). Recebeu alvará para se lhe não repetirem certos ordenados.

Lopo Tavares de Araújo (Bacharel em leis), nascido em 1655 ou 1656, natural de Tânger, filho de Francisco Tavares de Araújo e de Maria Guallas (ou Gallas) de Madureira, neto paterno de Lopo Fernandes Tavares de Araújo e Maria da Silveira Tavares, e neto materno de Jorge Vieira de Madureira e Maria Tavares de Madureira.

Foi **Juiz do cível** em Lisboa (1689); **Corregedor de Elvas** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará para tomar posse do cargo por procuração; **Corregedor da Rua Nova de Lisboa** (carta); **Juiz dos Contos** (carta 7 de Junho de 1706), alvará de 10\$000 réis de acrescentamento pelo trabalho de rubricar os livros como Juiz dos Contos do Reino e Casa (19 de Agosto de 1708); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Junho de 1710); **Desembargador do Desembargo do Paço** (19 de Março de 1725), carta de Desembargador do Desembargo do Paço (26 de Março de 1725), alvará de 4\$000 réis por ano para uma escrivaniinha como têm os demais Desembargadores do Paço (14 de Abril de 1725); **Procurador da Fazenda Real** (carta de 24 de Março de 1725); **Juiz dos cavaleiros das Ordens Militares** e para servir juntamente de Procurador da Real Fazenda; **Conselheiro** (carta do título do Conselho 31 de Março de 1725). Recebeu alvará de tença de 10\$000 réis cada ano e uma fanga de trigo por mês (25 de Outubro de 1681), alvará de promessa de um ofício de Justiça ou Fazenda (25 de Outubro de 1681), alvará de 20\$000 réis de tença (5 de Outubro de 1683), alvará de tença de 10\$000 réis (20 de Agosto de 1694), alvará de promessa de comenda (9 de Junho de 1697), carta de comenda em Tânger (8 de Outubro de 1698), alvará de renúncia de 12\$000 réis de tença em seu filho Francisco Tavares de Araújo (24 de Agosto de 1706), alvará de administração de uma capela de lote de 400\$000 réis para seu filho Francisco Tavares de Araújo (25 de Janeiro de 1710), alvará de administração da capela instituída por Joana Ferreira na igreja de Unhos para seu filho Francisco Tavares de Araújo (18 de Outubro de 1714), carta de administração da capela instituída por Joana Ferreira na igreja do lugar de Unhos para seu filho Francisco Tavares de Araújo (21 de Novembro de 1714), alvará de mercê das capelas uma na igreja de Unhos que instituiu Joana Ferreira a segunda da que Fernando Aires instituiu em S. Francisco desta cidade e da que instituiu o padre Manuel Brochado no Convento da Trindade desta cidade para seu filho Francisco Tavares de Araújo (30 de Março de 1715), carta de administração vitalícia a seu filho Francisco Tavares de Araújo das capelas instituídas por Fernando Aires em S. Francisco da cidade e o padre Manuel Brochado no Convento da Trindade de Lisboa (15 de Maio de 1715), verba de 60\$000 réis de juro (10 de Agosto de 1726), apostila de 100\$000 réis de juro na Tesouraria de 1% do ouro e produto do pau-brasil (7 de Outubro de 1726), apostila de 100\$000 réis de juro nos efeitos da Tesouraria do 1% do ouro e produto do pau-brasil (9 de Outubro de 1726), verba de 100\$000 réis de juro

(19 de Fevereiro de 1727), e verba por onde consta não ter efeito a compra que tinha feito de 100\$000 réis de juro (29 de Julho de 1728).

Observações: Os familiares acima referidos são naturais e moradores de Tânger. O pai era sargento-mor de Tânger. O avô paterno era proprietário do cargo de Porteiro-Mor das Portas do Campo de Tânger. O pai e avô paterno talvez tenham sido cavaleiros da Ordem de Cristo. A família é das principais daquela praça marroquina. O bacharel é cavaleiro da Ordem de Cristo e foi eleito para substituir a cadeira de Digesto Velho no período de 1 a 17 de Outubro de 1680. O bacharel é, à data de Outubro de 1682, solteiro e morador em Faro (LB).

Lourenço António de Gouveia (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Pernambuco** (decreto de 1 de Fevereiro de 1765); **Ouvidor da Comarca dos Ilhéus** (7 de Fevereiro de 1771), carta (12 de Abril de 1771), alvará de serventia do ofício de Provedor da Comarca dos Ilhéus (3 de Setembro de 1771); **Juiz de Fora de Olinda** (carta de 23 de Fevereiro de 1765); **Provedor da Comarca de Pernambuco** (provisão de serventia de ofício de 18 de Abril de 1765); **Conservador da Companhia Geral de Pernambuco** (carta de 28 de Agosto de 1765); **Desembargador da Relação da Baía** com assento na Relação do Porto (carta de 12 de Julho de 1777), Desembargador (1782); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 22 de Agosto de 1789), carta (3 de Setembro de 1789). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (30 de Agosto de 1763).

Lourenço de Arrochela Vieira de Azevedo (Bacharel), também *Lourenço de Arrochela Vieira de Almeida*, natural da Quinta da Arrochela do termo de Guimarães, filho de Nicolau de Arrochela Vieira de Almeida Sodré e de D. Francisca Vitorino Pereira de Soutomaior, neto materno de António Pereira Malheiro e D. Antónia Pereira de Soutomaior.

Foi **Juiz de Fora de Montemor o Velho** (decreto de 24 de Junho de 1796); **Juiz de Fora de Coimbra** (decreto de 19 de Outubro de 1798); **Desembargador da Relação da Baía** e findo este lugar vir para o Porto (carta de 14 de Março de 1803).

Observações: O pai era senhor da Quinta da Arrochela e morgados dos seus pais. O avô materno era fidalgo da Casa Real e senhor da Casa de Cortemil. A avó materna era filha de Gaspar Marinho Pereira Ferraz, senhor do Morgado dos Maninhos de Ponte de Lima, e de sua mulher D. Maria Pereira de Soutomaior. Esta era filha de Félix Pereira de Castro, o qual foi cavaleiro na Ordem de Cristo e capitão-Mor de Monção (LB).

Lourenço Brandão (Doutor lente em leis e colegial do Colégio de S. Paulo), nascido em 1652 ou 1653, natural do lugar de Adsinjo na freguesia de S. Miguel do Mato do antigo concelho de Alafões e do actual concelho de Vouzela e Comarca de Viseu, filho de Manuel Dias Brandão e de Catarina Antónia da Costa, neto paterno de Lourenço Fernandes Brandão Pereira e Leonor Dias Caldeira, e neto materno de André Afonso Teixeira e Maria Antónia da Costa.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para tomar posse por procuração.

Observações: O pai e provavelmente o avô paterno são naturais da vila de Gafete do priorado do Crato e Comarca de Portalegre. A avó paterna parece ser natural de Aldeia da Mata do termo do Crato. A mãe e avô materno são naturais do lugar de Adsinjo, e a avó materna é natural do lugar de Sacorelhe da freguesia de Ventosa, pertencente ao antigo concelho de Alafões. O pai foi abade de S. Miguel de Queirã do dito concelho de Alafões, e prior de Vila Nova ao pé da Serra da Estrela. Os avós maternos casaram em Adsinjo e aí moraram, mais a mãe, vivendo das suas fazendas limpa e honradamente. Os avós paternos moraram em Gafete e sustentavam-se abastadamente das suas fazendas. Chegou a dizer-se que o avô paterno foi no princípio cardador, e parece que ocupou os cargos de Juiz e Vereador em Gafete. O habilitando assistiu no lugar de Adsinjo e foi levado, parece que pelo seu pai, para a vila de Gafete. O habilitando parece ser à data de Fevereiro de 1693 solteiro, e mora à data de Março do mesmo ano em Lisboa ou Coimbra junto da igreja de S. Martinho. O habilitando assiste na Universidade de Coimbra desde de 1667. Ao habilitando foi feita a mercê de um lugar de Desembargador da Relação do Porto. O habilitando é filho ilegítimo do sobredito abade (LB).

Lourenço Coelho Leitão (Doutor).

Foi **Corregedor do crime do Porto** (1635); **Desembargador do Desembargo do Paço** (alvará de promessa de um lugar de 14 de Novembro de 1644), alvará de promessa de um lugar do Número do Desembargo do Paço (27 de Maio de 1645). Recebeu alvará de acrescentamento de 40\$000 réis na pensão (27 de Maio de 1645).

Lourenço Correia de Lacerda (Doutor em leis), filho de Manuel Correia de Lacerda (ou Jorge, ou João) e de D. Joana da Silveira, neto paterno de Gaspar Fernandes Ferreira e Aldonça de Castro, e neto materno de João Ibre Machado e Ana de Brum.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 11 de Julho de 1656); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Outubro

de 1661). Recebeu alvará de foro de cavaleiro fidalgo (20 de Janeiro de 1690).

Observações: A mãe é natural da ilha do Faial. A avó paterna é natural de Lagos, onde casou com o avô paterno e moraram. O pai para além de cavaleiro do hábito de Cristo e Chanceler da Relação do Porto, foi Desembargador em Lisboa. O pai assistiu algum tempo em Lagos com beca sendo já Desembargador. Os pais moraram no Porto. O avô paterno para além de Doutor, Juiz de Fora de Lagos e Vereador do Senado da Câmara desta cidade, foi Desembargador em Lisboa. Os avós maternos moraram na vila da Horta na Ilha do Faial, tendo servido o avô todos os cargos nobres da dita ilha como os de Eleitor, Vereador e Provedor da Santa Casa da Misericórdia, em que fez grandes esmolas por ser muito rico e grandioso. Um dos bisavós paternos do habilitando, provavelmente o pai da avó paterna chamado Jorge Correia de Lacerda, era natural de Lagos e terá sido aio da infanta D. Maria, filha que foi do rei D. Manuel. O habilitando é cavaleiro do hábito de Cristo. O habilitando ostentou uma cadeira de Instituta que vagou no ano de 1650, e substituiu outras por algum tempo dando muita satisfação das suas letras e engenho, pelo que foi muito aplaudido pelos seus mestres e discípulos. O habilitando fez o seu auto de bacharel com grande satisfação provavelmente no ano de 1649 ou 1650, e nas conferências públicas mostrou grande estudo. Casou com D. Vicência, viúva de Francisco Rebelo de Carvalho. Esta era filha de António Barbosa de Faria, senhor do Morgado de Aboim e chefe desta família, e de sua mulher D. Isabel de Miranda, que era filha de Carlos de Araújo senhor de Lábios [?]. O Desembargador e D. Vicência tiveram D. Joana e Isabel (LB).

* **Lourenço Coutinho (D.)** (Doutor), natural do Redondo, filho de D. João Coutinho e de D. Francisca de Menezes.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Maio de 1629).

Observações: Foi Colegial do Colégio de São Paulo a 21 de Janeiro de 1619 (MM).

* **Lourenço da Gama Pereira** (Bacharel; Licenciado), também *Lourenço de Sousa de Vasconcelos*, também *Lourenço de Sousa*, natural de Lisboa, filho de Pedro Barreto de Vasconcelos e de D. Maria de Sousa, neto paterno de Sebastião Martins Leitão e Isabel do Couto de Brito, e neto materno de Lourenço Vaz Pereira e D. Damásia de Sousa.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1636); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1642); **Conselheiro do Conselho do Rei** (carta de 2 de Janeiro de 1657); **Desembargador do Desembargo do Paço** (1680).

Observações: É provável que o pai e avô paterno sejam naturais de Lisboa. Diz-se na inquirição feita em Lisboa que a avó paterna é natural de Évora. A mãe e avó materna são naturais da freguesia de Figueiredo de Donas do concelho de Lafões. O avô materno parece ser natural de Elvas. O

pai era doutor e serviu de Desembargador da Casa da Suplicação. O avô materno era doutor e faleceu ocupando o lugar de Corregedor de Tomar. O avô materno era doutor, e serviu de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação. O habilitante tinha um tio direito paterno doutor, chamado Gaspar Barreto de Brito que, para além de colegial de S. Pedro e Deputado da Inquirição de Lisboa, foi Inquisidor em Coimbra e prior de Santa Maria de Torres Vedras onde faleceu. Afirma-se na inquirição feita na freguesia de Queirã que a avó materna descende da casa de Figueiredo, sendo de qualquer forma pessoa fidalga (LB).

Lourenço José de Guimarães Moreira (Bacharel em leis), também *Lourenço José de Guimarães Moreira*, também *Lourenço José de Guimarães*, também *Lourenço José Moreira de Guimarães*, natural de Lisboa (ou da Golegã), filho de Tomás Gomes Moreira (ou Tomé Gonçalves Moreira) e de D. Luísa Maria dos Guimarães, neto paterno de Tomás Gomes Moreira e D. Antónia de Vasconcelos (ou D. Antónia Maria Rodrigues), e neto materno de Lourenço dos Guimarães Feijó (ou Feio) e D. Filipa Maria de Sousa.

Foi **Corregedor da Comarca de Pinhel** (carta de 8 de Maio de 1773), **Corregedor de Pinhel** (1776); **Corregedor da Comarca de Leiria** (carta do lugar de 6 de Fevereiro de 1778), **Corregedor de Leiria** com predicamento de primeiro banco (resolução de 31 de Janeiro de 1778 e posse a 3 de Abril de 1778), carta de Corregedor (26 de Abril de 1778);

Desembargador da Relação do Porto (21 de Janeiro de 1784), carta de Desembargador (16 de Setembro de 1785), **Desembargador da Relação do Porto** (referência de 11 de Outubro de 1785), carta de privilégio de Desembargador (27 de Fevereiro de 1786). Recebeu carta do ofício de Escrivão da Comarca (8 de Novembro de 1769), alvará de renúncia do ofício de Escrivão do cível da cidade (29 de Agosto de 1782); alvará de foro de fidalgo (25 de Março de 1765), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Teresa de Melo Carrolas (12 de Maio de 1784), e (com sua mulher) provisão de tutores, curadores e administradores de seu cunhado e irmão Francisco Soares Galhardo (31 de Outubro de 1788).

Observações: O pai é natural de Colares ou de Lisboa. A mãe e avô materno são naturais da Golegã. Os avós paternos e avó materna são naturais de Lisboa. O pai é doutor graduado em leis e foi opositor na Universidade de Coimbra. O pai, para lá de familiar do Santo Ofício e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, foi Desembargador e do Conselho do Ultramar. O avô paterno era capitão e proprietário do ofício de Escrivão dos juizes do cível de Lisboa, sustentando-se também da sua fazenda. O avô materno era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e dos principais da Golegã. O habilitante tem um irmão bacharel

formado em leis que se habilitou à leitura no Desembargo do Paço, chamado Tomás António dos Guimarães Moreira. O habilitante é, à data de Maio de 1763, solteiro e morador em Lisboa à Lapa. O habilitante leu no Desembargo do Paço em Outubro de 1763. O habilitante pretende à data de 1769 encartar-se de propriedade no ofício de Escrivão do cível da cidade. O pai era Desembargador e Conselheiro do Conselho Ultramarino. A mãe foi a segunda mulher do pai (LB).

Lourenço Pires Carvalho (Doutor), natural de Lisboa da freguesia de S. João da Praça, filho de Lourenço Pires Carvalho e de D. Madalena de Vilhena, neto paterno de Gonçalo Pires Carvalho e D. Camilia de Noronha, e neto materno de Henrique de Sousa e D. Mécia de Mendonça. Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Março de 1641); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Julho de 1669); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Novembro de 1672); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 8 de Maio de 1676); **Conselheiro** (carta de título de Conselho 20 de Setembro de 1681). Recebeu verba de 7\$564 réis de juro em Tomar, apostila de 7\$564 réis de juro em Tomar, carta de 250\$000 réis de pensão cada ano na comenda de Santa Maria de Serpa (23 de Agosto de 1687), verba de 5\$000 réis de juro em Tomar, apostila de 5\$000 réis de juro em Tomar, alvará de sub-rogação de bens de capela, e apostila de bens da Coroa para seu filho D. Luís Inocêncio de Castro (18 de Dezembro de 1715).

Observações: Os pais moraram na freguesia de S. Julião e os avós maternos na dos Fiéis de Deus. O pai foi comendador da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. Os avós foram comendadores. O habilitando é fidalgo por todos os avós. O habilitando é, à data de Outubro de 1666, solteiro (LB). Sendo Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, quis introduzir-se em alguns actos de jurisdição nas capelas de D. Dinis no Real Mosteiro de Odivelas em 27 de Junho de 1678, porém foi repellido por uma acção de força do D. Abade Geral e Esmoler-Mor e da D. Abadessa de Odivelas (MM).

Lourenço Saraiva de Carvalho (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de beca de 19 de Fevereiro de 1658); **Juiz do Tombo do Ribatejo de Santarém** (carta de 9 de Março de 1658).

Lucas Ferreira Calado de Oliveira (Bacharel), também *Lucas Ferreira Calado de Oliveira da Silva*, também *Lucas Ferreira Calado*, nascido em 1752 ou 1753, natural de Punhete [actual Constância], filho de José Caetano de Oliveira

e de D. Maria Tomásia de Jesus Ferreira e Silva, neto paterno de Manuel Rodrigues de Oliveira e Maria Vicente, e neto materno de Lucas Ferreira Calado e Joana Paula Maria da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Borba** reconduzido com predicamento de cabeça de Comarca (decreto de 13 de Abril de 1791), alvará do lugar de Juiz de Fora de Borba para o servir pela terceira vez com o predicamento de primeiro banco (16 de Dezembro de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** ficando no exercício de **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 17 de Maio de 1804), provisão de licença por dois meses (30 de Outubro de 1806). Recebeu carta de profissão de hábito (20 de Agosto de 1804).

Observações: Recebeu certidão negativa a 5 de Maio de 1812 com 60 anos de idade (RGM). Os pais, avós paternos e avó materno são naturais de Punhete. A avó materna é natural de Sardoal. O pai serviu de Juiz ordinário de Punhete e, com os avós, tratava-se à lei da nobreza com as suas bestas e criados. O habilitando tem um irmão germano mais velho, chamado João Cláudio Ferreira Calado de Oliveira, que é bacharel formado em leis. O habilitando mora à data de Setembro de 1776 no Rossio de Lisboa, junto da Igreja de S. Domingos (LB).

Lucas Pereira de Araújo e Azevedo (Bacharel e Doutor em cânones), também *Lucas Pereira de Araújo*, nascido em 1674 ou 1675, natural do Porto de Mós, filho de João Pereira de Azevedo (ou Araújo) e de Francisca de Araújo, neto paterno de João Rodrigues Pereira e Leonor das Neves, e neto materno de Simão de Araújo e Maria Teresa.

Foi **Ouvidor-Geral na Ilha de S. Tomé** por três anos (carta de 4 de Dezembro de 1710), carta reconduzindo-o no lugar de Ouvidor em S. Tomé por mais quatro anos (10 de Março de 1715); **Provedor da Fazenda Real em S. Tomé** por três anos (provisão de 23 de Fevereiro de 1711); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Ilha de S. Tomé** (alvará de 16 de Março de 1711); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de 8 de Janeiro de 1726); **Conservador da Nação Inglesa** por seis anos (alvará do lugar de 13 de Novembro de 1729), alvará de serventia de Conservador da Nação Inglesa por mais três anos (5 de Outubro de 1733), alvará de Conservador dos Ingleses por mais três anos (25 de Fevereiro de 1737). Recebeu alvará de lembrança de um lugar de freira para sua irmã Bernarda Maria de Santa Teresa (30 de Março de 1713).

Observações: Os familiares sobrescritos são naturais e moradores de Porto de Mós e da principal nobreza dessa vila. O bacharel é, à data de Abril de 1705, solteiro e mora à data de Maio do mesmo ano em Porto de Mós. O bacharel

é estudante suficiente. Casou com D. Veríssima Guiomar do Nascimento. Esta era irmão do doutor Francisco Mateus Xavier de Carvalho, mestre escola e provisor no Porto. Teve duas filhas, uma chamada D. Maria Eusébia Agostinha de Araújo e Azevedo que casou com o seu primo, o sargento-mor do Porto de Moz Francisco Caldeira de Araújo, e a outra chamada D. Ana Bárbara Ludovina (LB).

Lucas de Seabra da Silva (Doutor em leis de 1710 para 1711 e graduado em leis de 1711 para 1712), natural de Lobão no concelho de Besteiros e Comarca de Viseu, filho de Gregório Seabra e Silva (ou Lucas de Seabra da Silva) e de Antónia Ribeira Pinto, neto paterno de Domingos de Seabra e Maria Antunes da Silva, e neto materno de Manuel Ribeiro e Isabel Joana Pinto.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** com exercício nas férias (carta de mercê de 3 de Dezembro de 1729), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar de Desembargador honorário da Relação do Porto (30 de Dezembro de 1729); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** com exercício nas férias (carta de mercê de 7 de Junho de 1734), provisão de mercê para que o dito possa jurar na Chancelaria por seu procurador (10 de Junho de 1734); **Conservador da Nação Inglesa em Coimbra** (alvará de mercê de 2 de Setembro de 1734), alvará (22 de Setembro de 1734); **Juiz do fisco de Coimbra** (alvará de 8 de Outubro de 1734); **Desembargador honorário dos Agravos da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Abril de 1738), provisão para poder jurar por seu procurador na Chancelaria (13 de Setembro de 1738); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 2 de Janeiro de 1745), carta do título do Conselho (2 de Junho de 1745); **Conselheiro da Fazenda Real** (carta de 4 de Fevereiro de 1745), provisão de licença para para poder jurar por procurador na Chancelaria (27 de Março de 1745); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 1 de Janeiro de 1753), carta (3 de Junho de 1753), alvará de 4\$000 réis de ordinária cada ano para uma escrivãzinha com o lugar (25 de Agosto de 1753). Recebeu carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (6 de Julho de 1730), carta de padrão de 8\$000 réis de tença (11 de Julho de 1730), carta de padrão de tença anual de 26\$000 réis em vida para seu filho Luís Morais de Seabra (10 de Junho de 1744), carta de padrão de tença anual em vida de 12\$000 réis para seu filho José de Seabra e Silva (12 de Junho de 1744), alvará de fidalgo cavaleiro (30 de Abril de 1745), carta de jubilação (22 de Março de 1746), e carta de jubilado na cadeira de Prima de leis (14 de Dezembro de 1752).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Fail do termo de Viseu, tendo o segundo morado aí e o primeiro em Lobão. A avó paterna é natural de Vila Chã de Sá do mesmo termo. A mãe e avós maternos são naturais e moradores de Lobão do concelho de Besteiros e Comarca de Viseu. Os pais e avós tratavam-se com criados e cavalos. O habilitando é, à data de Setembro de 1729, solteiro. O habilitando é muito bom estudante e lente de Instituta na Universidade de Coimbra. Ao habilitando foi feita a mercê de um lugar honorário na Relação do Porto com exercício nas férias (LB).

Lucas de Seabra da Silva (Bacharel em cânones), natural de Coimbra, filho de Lucas de Seabra da Silva e de D. Josefa.

Foi **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** com beca (7 de Janeiro de 1771), carta (9 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Agosto de 1771); **Ajudante do Procurador da Coroa** João Pereira de Ramos (29 de Outubro de 1771), alvará de Ajudante do Procurador da Coroa (31 de Outubro de 1771); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 24 de Março de 1779), cartas de privilégio de Desembargador (13 de Julho de 1785 e 21 de Fevereiro de 1795), carta (10 de Julho de 1793); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de um lugar ordinário de 20 de Dezembro de 1790); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 22 de Dezembro de 1790); **Chanceler da Casa da Suplicação** (decreto de 8 de Fevereiro de 1799), cartas (16 e 19 de Fevereiro de 1799); **Desembargador do Desembargo do Paço** (decreto de 8 de Fevereiro de 1799), carta de um lugar ordinário (20 de Fevereiro de 1799); **Intendente da Polícia da Corte e Reino** (carta de 9 de Março de 1807). Recebeu alvará de foro de fidalgo escudeiro (11 de Maio de 1754), carta de padrão de 12\$000 réis de tença num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (22 de Abril de 1779), carta de padrão de tença de 48\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (22 de Abril de 1779), alvará de foro de fidalgo (30 de Agosto de 1794), padrão de 253\$751 réis de juro (10 de Outubro de 1800), (com sua mulher) provisão para o bacharel Sebastião Saraiva de Sampaio tomar os bens de sua casa (4 de Maio de 1802), alvará de comenda na Ordem de Cristo (28 de Abril de 1807), e provisão de seu Curador a seu irmão José Maria de Almeida Beltrão Seabra (20 de Novembro de 1819).

Observações: Foi passada certidão negativa de 26 de Março de 1803 com 52 anos de idade (RGM). O pai foi lente da Universidade de Coimbra e Desembargador da Relação do Porto, Desembargador da Casa da Suplicação, e Desembargador do Desembargo do Paço. O habilitante é irmão de José de Seabra da Silva (que foi Secretário de Estado) e de Luís de Morais Seabra da Silva, falecendo este no exercício de Desembargador da Relação do Porto. José

de Seabra da Silva serve sensivelmente à data de Setembro de 1769 de Procurador da Coroa. O pai era Desembargador. Seguiu as armas e foi Guarda Marinha. Porém, deixando a aula de Marte pela de Minerva, frequentou a Universidade de Coimbra onde se formou. Participou da desgraça do seu irmão, sendo excusado do Real Serviço por decreto de Janeiro de 1774 (MM).

Lucas da Silva de Azevedo (Bacharel em leis), também *Lucas da Silva de Azeredo Coutinho*, nascido em 1757 ou 1758, natural de Lisboa, filho de Miguel Nuno da Silva Azevedo (ou Azeredo) Coutinho e de D. Joaquina Inácia de Barros e Vasconcelos, neto paterno de Lucas Nicolau Tavares da Silva e D. Maria Madalena Trigueiros Semedo e Vasconcelos, e neto materno de António Pereira Borges e D. Maria Joaquina Barros e Vasconcelos.

Foi **Juiz do crime do Bairro do Mocambo** (decreto de 19 de Agosto de 1786), provisão de dispensa de residência do lugar de Juiz do crime do Bairro do Mocambo que acabou (2 de Março de 1797); **Vedor das obras do Senado**, condecorado com beca (27 de Junho de 1794); **Provedor dos órfãos e capelas** (carta de 3 de Março de 1797), carta (9 de Março de 1797), carta do lugar de Provedor dos órfãos e capelas por mais três anos fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (31 de Março de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 27 de Setembro de 1805); **Procurador Fiscal da Junta da Administração do tabaco** (alvará de 1 de Dezembro de 1814); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Dezembro de 1814); **Procurador da Coroa** (carta de 26 de Julho de 1821); **Desembargador honorário da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 4 de Novembro de 1823), carta de um lugar ordinário (22 de Março de 1825); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 6 de Fevereiro de 1824); **Chanceler das Três Ordens Militares** (carta de 7 de Abril de 1832). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares de letras do Senado (8 de Agosto de 1783), provisão de 40\$000 réis para a sua futura noiva D. Maria do Carmo Almeida de Lima Botado (1 de Fevereiro de 1793), carta de padrão de tença e hábito (12 de Agosto de 1793), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino a título do hábito de Cristo (20 de Setembro de 1793), carta de profissão de hábito (1 de Abril de 1794), provisão de aforamento de uma quinta chamada Comieira além da Barca de Sacavém na freguesia de S. João da Talha (6 de Setembro de 1805), alvará de ofício (19 de Julho de 1810), e alvará de ordenado (3 de Julho de 1811).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai vive dos rendimentos das suas fazendas, e serve de propriedade o ofício de Vedor das obras do Senado. Este ofício foi também servido pelo avô paterno e mais ascendentes que do mesmo tinham propriedade. O avô materno era capitão-de-mar-e-guerra, e morreu com a patente de coronel de mar. O habilitante mora à data de Fevereiro de 1783 em Lisboa às Escolas Gerais, e é à data de Março seguinte solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís de Abreu Borges (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Mourão** (carta de 5 de Abril de 1631); **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 22 de Julho de 1637); **Desembargador da Relação de Goa** (1647); **Provedor-mor dos defuntos da Índia** (1647). Recebeu alvará para se incorporar na Universidade de Coimbra, e alvará de renúncia de ofício.

Luís Abreu de Freitas (Doutor), também *Luís de Abreu de Cunha de Freitas*, natural de Lisboa, filho de Gaspar de Abreu de Freitas e de Joana Maria de Torres Pereira (ou D. Joana Maria Pereira), neto paterno de Luís de Abreu de Freitas e D. Luísa de Faria, e neto materno de Luís Gomes de Basto e D. Bernardina de Torres e Aguiar.

Foi **Desembargador da Relação do Porto; Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu padrão de 17\$600 réis de tença, padrão de 100\$000 réis de tença, padrão de 20\$000 réis de tença, padrão de 238\$000 réis de tença, alvará de foro de fidalgo (8 de Junho de 1682), carta de doação de 20 léguas de terra no Estado do Maranhão no sítio do rio Xinga para as ter em capitania e que possa denominar-se capitães gerais e governadores delas (31 de Janeiro de 1685), carta de Administrador da capela instituída por Margarida Dias no altar de Santo António da Igreja de S. Francisco de Lisboa (10 de Novembro de 1686), alvará de administração da capela do Bucifal de Nossa Senhora da Conceição do lugar de Olival no termo de Ourém instituída por Martim Anes (10 de Novembro de 1686), carta de padrão de tença de 20\$000 réis (15 de Novembro de 1686), carta de padrão de tença de 17\$600 réis (18 de Novembro de 1686), carta de padrão de tença de 40\$000 réis anuais em vida (21 de Novembro de 1686), carta de padrão de tença de 100\$000 réis anuais em sua vida (28 de Novembro de 1686), carta de padrão de tença de 20\$000 réis (8 de Janeiro de 1687), carta de padrão de tença de 40\$000 réis (10 de Setembro de 1687), carta de padrão de tença de 22\$000 réis (7 de Janeiro de 1697), padrão de 100\$000 réis de tença, padrão de 40\$000 réis de tença, padrão de 17\$500 réis de tença, padrão de 20\$000 réis de tença, carta de administração de capela, padrão de 22\$000 réis de tença, e padrão de 40\$400 réis de tença.

Observações: Os familiares sobrescritos são naturais de Lisboa. O pai para além de Doutor, Desembargador, Conselheiro da Fazenda e Fidalgo da Casa Real, foi do Conselho de Sua Majestade e Embaixador extraordinário em Londres. O avô paterno foi Secretário do Desembargo do Paço. O avô materno, para além de fidalgo da Casa Real e Desembargador do Desembargo do Paço, foi do Conselho de Sua Majestade. O habilitando é bom estudante e é à data de Novembro de 1699 solteiro (LB).

Luís Afonso Dantas (Bacharel), nascido em 1681, natural de Lisboa, filho de Manuel Afonso Dantas e de Maria da Cruz Caminha.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** com posse de **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Fevereiro de 1710). Recebeu alvará de 80\$000 de ajuda de custo (19 de Fevereiro de 1710), padrão de 19\$000 réis de tença a sua irmã D. Joana Inês Teresa Dantas (16 de Fevereiro de 1718), carta de mercê da capitania de Diu (9 de Março de 1725), alvará de mercê para poder renunciar por si ou por seu procurador a mercê da capitania de Diu (9 de Março de 1725), carta de mercê da capitania de Baçaim (16 de Março de 1725), e alvará de mercê para poder renunciar a mercê da capitania de Baçaim (16 de Março de 1725).

Luís Álvares de Aguiar (Bacharel), nascido em 1692, natural de Lisboa, filho de Manuel da Costa de Aguiar e de Luísa Maria de Aguiar.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** (carta de 23 de Janeiro de 1721); **Juiz do cível de Lisboa** (1726); **Provedor de Elvas** (carta de 3 de Agosto de 1730); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 24 de Novembro de 1740), reconduzido (carta de 24 de Novembro de 1743); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1746). Recebeu provisão de licença por dois meses (19 de Janeiro de 1723), e provisão de licença para casar com D. Maria Madalena de Pina (8 de Outubro de 1726).

Observações: Faleceu pouco depois de nomeado Desembargador da Casa da Suplicação (MM).

Luís Álvares da Costa (Licenciado em cânones; Bacharel em leis), também *Luís Alveres da Costa*, também *Luís Alves da Costa*, natural do lugar de Azenha na freguesia de S. Martinho do Bispo do termo de Coimbra (ou Santarém), filho de Sebastião da Costa (ou Manuel Alveres Ramos) e de D. Isabel da Costa (ou D. Ana da Costa), neto paterno de Manuel Francisco (ou Simão Dias Costa) e Maria Francisca (ou Maria Alves Sentieira), e neto materno de Gaspar Jorge

Leborão (ou João Pinheiro) e Maria da Costa (ou Maria Carvalha).

Foi **Provedor dos órfãos e capelas em Lisboa** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão e carta de 3 de Maio de 1709), provisão de aposentado do cargo de Desembargador da Relação do Porto (24 de Maio de 1714), alvará para que tenha e haja em cada ano de sua aposentadoria 260\$000 réis (18 de Maio de 1724). Recebeu alvará de mercê de fidalgo (16 de Fevereiro de 1704), alvará de execução em officios, e padrão de 68\$000 réis de tença.

Observações: Os avós paternos são de Casais do Campo do termo de Coimbra, e os avós maternos são do lugar de Fornos do mesmo termo. O pai é doutor e serviu de Juiz de Fora de Seia de Auditor de Chaves, de Superintendente das Dízimas de Santarém, e de Provedor de Castelo Branco. Os pais e avós viviam abastadamente das suas fazendas. O habilitando é, à data de Fevereiro de 1690, solteiro e mora à data de Março do mesmo ano na freguesia de S. Martinho do Bispo. Os pais e avós maternos são naturais de Santarém, aí morando pelo menos os últimos. Os avós paternos são naturais da Golegã e moraram em Santarém. O pai é doutor e serviu de Desembargador e Chanceler da Relação do Porto. O avô materno era doutor. O bacharel é, à data de Dezembro de 1695, solteiro e mora à data de Janeiro do ano seguinte em Santarém. O bacharel é bom estudante. Bom estudante, leu em 7 de Fevereiro de 1696 (LB).

Luís Álvares da Cunha (Licenciado), nascido em 1646, natural do Porto, filho de Gonçalo Ribeiro de Sousa e de Maria de Alçada Cunha.

Foi **Juiz de Fora de Lamego** (1678); **Corregedor de Tavira** (carta de 13 de Março de 1682); **Desembargador da Relação da Baía** (1685); **Desembargador da Relação do Porto** (1686). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença, e alvará para posse de cargo por procurador.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 9 de Setembro de 1682 (HOC).

Luís Álvares Ribeiro (D.) (Doutor), também *Luís Alves Ribeiro (D.)*, nascido em 1622 ou 1623, natural do Porto, filho de João Álvares Ribeiro (ou Luís Álvares Ribeiro) e de Jerónima da Silva Cardosa, neto paterno de Pantaleão Luís e Catarina Luís, e neto materno de Francisco Alves e Aldonça Vareira da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega do Ribatejo** pelo tempo de três anos (carta de 27 de Outubro de 1654); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Março de 1658); **Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares** (carta de 20 de Março de 1664), carta de Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares (20 de Maio de 1664); **Capitão da Fortaleza de Mombaça e Costa de Melinde**

(alvará de renúncia da 29 de Março de 1669); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Junho de 1669); **Procurador da Mesa** (lugar de 8 de Maio de 1676); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta); **Feitor da alfândega de Vila Nova de Portimão** (carta de 22 de Março de 1696). Recebeu alvará de pensão de 20\$000 réis consignados na comenda de S. Martinho de Pindo (4 de Outubro de 1658), comenda de 200\$000 réis (15 de Maio de 1669), e alvará de renúncia de cargo na Índia.

Observações: Casado com uma filha de Francisco Soares Pacheco. Os familiares acima referidos ora são naturais do Porto, ora o são do arrabalde de Miragaia, tendo todos morado naquela cidade. O pai é licenciado e, para além de cidadão do Porto e de ter sido Procurador eleito dessa cidade e Almotacé, é Procurador da Real Fazenda na Comarca do Porto, e Procurador das causas da Casa de Bragança. O pai é advogado que assiste há muitos anos nos auditórios do Porto e da Relação sendo um dos mais consultados. O pai teve um tio do hábito de Cristo que era licenciado e foi vereador e Juiz Ordinário com o nome de Manuel Álvares. O defunto avô paterno era torneiro, e serviu Sua Majestade na Corunha com o seu ofício. O defunto avô materno foi piloto das carreiras da Índia e Brasil. O habilitando tem duas irmãs freiras no Convento de Monchique que se situa extramuros do Porto. O habilitando é parente do bispo eleito de Portalegre que, à data da inquirição, é prior de Cedofeita. O bacharel é, à data de Agosto de 1649, solteiro e morador com os pais no Porto, talvez na Rua das Flores. O bacharel é bom estudante e assiste no escritório do seu pai onde aconselha. Casou com D. Juliana, viúva de José de Mendonça de Arraes ou Jorge de Arraes de Mendonça, e depois mulher de Mendo de Fóios Pereira. D. Juliana era filha de Frutuoso Barbosa Jordão Carneiro, que era cavaleiro na Ordem de Cristo havendo casado na Índia com Mariana Pereira. Esta era neta paterna de Jordão Fernandes Barbosa e de sua mulher D. Maria Barbosa, esta filha de Frutuoso Barbosa que foi ao Brasil por mandado de D. Filipe II e conquistou a Paraíba aos Franceses e o Tapuia pelo que teve mercês e hábito (LB).

Luís Anes Barreiros (Bacharel em leis), nascido em 1720 ou 1721, natural de Areosa no termo de Viana do Castelo, filho de João Enes Barreiros e de Andreza Afonso, neto paterno de Pedro Annes e Antónia Gonçalves, e neto materno de Domingos Afonso Pequito e Ana Afonso. Foi **Juiz de Fora de Gouveia** (carta de 30 de Agosto de 1750), tomou posse de Juiz de Fora de Gouveia (23 de Novembro de 1750 servindo até 7 de Maio de 1760); **Juiz de Fora do cível e crime e órfãos de Goa** criado de novo conservando o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 24 de Maio de 1773), carta de Juiz de Fora do cível, crime e órfãos de Goa (17 de Janeiro de 1774); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Janeiro de 1774).

Observações: Os familiares sobscritos são naturais de Areosa. Os pais e avós viviam das suas fazendas trazendo algumas por arrendamento. O bacharel é, à data de Dezembro de 1746, solteiro e assiste à data de Agosto do ano seguinte em Coimbra. O bacharel é muito bom estudante. Da obrigação do Inquisidor Pita (LB).

Luís António de Araújo e Amorim (Bacharel), também *Luís António de Araújo*, natural de Arcos.

Foi **Juiz de Fora de Azurara da Beira** (carta de 26 de Julho de 1794), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar (7 de Agosto de 1794), provisão de licença de quatro meses (21 de Junho de 1796); **Juiz de Fora de Angra** (carta do lugar de 8 de Maio de 1802); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Angra** (alvará do ofício de 11 de Junho de 1802); **Corregedor da Comarca de Lamego** (carta de 7 de Janeiro de 1809); **Superintendente do tabaco no Minho** (carta de 18 de Abril de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Outubro de 1818). **Observações:** Recebeu certidão negativa a 22 de Maio de 1824, com 60 anos de idade. Sobrinho do Desembargador Francisco Xavier de Araújo (RGM).

Luís António Branco Bernardes de Carvalho (Bacharel), também *Luís António Branco*.

Foi **Juiz de Fora de Almada** (carta de 22 de Novembro de 1773); **Juiz de Fora do crime de Sortelha e Belmonte** (12 de Dezembro de 1775), carta (17 de Dezembro de 1776), alvará de 106\$666 réis de ordenado com o lugar de Juiz de Fora de Sortelha e Belmonte (25 de Agosto de 1777); **Ouvidor da Baía** com predicamento de primeiro banco (decreto de 19 de Agosto de 1786); **Ouvidor do Rio das Mortes** (21 de Outubro de 1786), provisão para vencer o seu ordenado desde o dia do seu embarque (3 de Março de 1787), provisão para vencer ordenado como o seu antecessor (7 de Março de 1787), lugar de Ouvidor do Rio das Mortes (4 de Agosto de 1787), lugar de Ouvidor do Rio das Mortes (5 de Novembro de 1787), carta (5 de Dezembro de 1787); **Provedor dos defuntos e ausentes do Rio das Mortes** (6 de Outubro de 1787), alvará de serventia do ofício de Provedor dos defuntos e ausentes do Rio das Mortes (15 de Novembro de 1787); **Provedor dos resíduos de S. João de El-Rei** (15 de Novembro de 1787); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Provedor da Comarca do Algarve** (carta de 26 de Abril de 1803), carta de privilégios de Desembargador (22 de Outubro de 1804); **Corregedor da Comarca de Viana** fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Dezembro de 1804); **Desembargador da**

Relação do Porto aposentado (alvará de 30 de Julho de 1810), alvará de pensão (14 de Maio de 1811). Recebeu provisão de sub-rogação de umas casas sitas em Guimarães por outras da mesma vila de Bento de Miranda Peixoto e sua mulher (6 de Novembro de 1799), provisão para a Câmara de Guimarães lhe aforar certos terrenos (25 de Junho de 1806), e provisão de aforamento de um terreno na serra de Santa Catarina na freguesia de Salvador do Pinheiro termo de Guimarães (20 de Outubro de 1806).

Luís António de Sousa Tavares (Bacharel em leis), também *Luís António de Sousa Tavares e (ou de) Abreu*, nascido em 1736 ou 1737, natural da freguesia de S. Martinho de Lisboa, filho de José de Sousa Ferreira e de D. Maria Teresa Tavares, neto paterno de António de Sousa Ferreira e D. Josefa Maria Rosa, e neto materno de Luís de Abreu Prego e D. Francisca Luísa Bernarda Tavares.

Foi **Provedor das fazendas dos Defuntos da Ilha da Madeira** (provisão de 27 de Março de 1763); **Juiz de Fora do Funchal** (carta do lugar de 12 de Abril de 1763); **Provedor da Fazenda dos Defuntos da Ilha da Madeira** (alvará de 27 de Maio de 1763); **Juiz de Fora de Ribeira Grande na Ilha de S. Miguel** (resolução de Sua Majestade de 12 de Setembro de 1766), carta (2 de Outubro de 1766), provisão para jurar na Chancelaria por procurador para servir o dito cargo (15 de Dezembro de 1766); **Provedor dos órfãos e capelas da Ribeira Grande** (decreto de 12 de Setembro de 1772), carta do lugar de Provedor dos órfãos e capelas da Ribeira Grande (10 de Outubro de 1772); **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** (carta de 10 de Outubro de 1772), provisão para vestir beca (15 de Novembro de 1773), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (10 de Abril de 1774); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1784), carta de privilégio de Desembargador (29 de Maio de 1784), alvará de aposentadoria de Desembargador da Relação do Porto (24 de Abril de 1788), alvará de acrescentamento de ordenado como aposentado (8 de Outubro de 1788). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis (23 de Junho de 1768), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito (20 de Julho de 1768), verba de 64\$000 réis de juro na Casa da Moeda de Lisboa (10 de Novembro de 1772), apostila da dita quantia (20 de Novembro de 1772), e apostila de 64\$000 réis de juro que passou para sua mulher D. Isabel Joaquina Pereira de Aguirre (29 de Setembro de 1802).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai era bacharel e doutor formado em Coimbra, havendo

advogado em Lisboa. O avô era capitão que usava bengala distintiva desse posto e pessoa que vivia da sua fazenda abastadamente. O avô materno empregou-se nos postos militares, sendo coronel do mar quando faleceu. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1761, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Santos. O habilitante é sobrinho materno de João Tavares de Abreu, que foi cavaleiro na Ordem de Cristo e Intendente-Geral das Minas. Filho de uma irmã de um ministro (LB).

Luís Barbosa de Mendonça (Bacharel em cânonos), também *Luís de Barbosa e Mendonça*, nascido em 1758 ou 1759, natural da sua quinta de Santiago de Rande do concelho de Unhão e Comarca de Penafiel, filho de João Barbosa de Mendonça e de D. Maria Eusébia de Magalhães Coelho de Seixas, neto paterno de João Barbosa de Mendonça Pinto e D. Rosa Maria de Campos e Abreu, e neto materno de António Dias de Seixas e D. Maria Josefa de Magalhães Coelho. Foi **Juiz de Fora de Alijó** (decreto de 11 de Junho e posse em 18 de Novembro de 1790), carta (10 de Julho de 1790); **Juiz de Fora dos órfãos da Baía** (provisão de vencimento de ordenado com o lugar de 2 de Abril de 1800), decreto (4 de Maio de 1800), carta do lugar de Juiz dos órfãos da Baía (30 de Maio de 1800), provisão de vencimento de propinas concedidas aos juizes de fora da Baía com o lugar de Juiz dos órfãos (2 de Outubro de 1800); **Juiz de Fora do cível do Porto** (carta de mercê de 3 de Agosto de 1807), alvará de predicamento do primeiro banco para servir o lugar de Juiz de Fora do cível do Porto (27 de Novembro de 1807), alvará de predicamento (27 de Novembro de 1807), provisão de licença para por tempo de um mês poder estar ausente daquele lugar (20 de Fevereiro de 1808), carta de recondução em Juiz de Fora (14 de Junho de 1810), carta (16 de Agosto de 1816); **Desembargador da Relação do Porto** em exercício efectivo (carta de mercê de 16 de Agosto de 1816), provisão para prestar juramento por procurador e para tomar posse de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (18 de Setembro de 1816); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Dezembro de 1823), provisão para jurar por procurador como Desembargador da Casa da Suplicação (22 de Dezembro de 1823). Recebeu provisão de sobrevivência do ofício de Escrivão dos órfãos do concelho de Aguiar de Sousa e seus coutos para seu filho João Pedro de Barbosa Pinto e Cunha (25 de Janeiro de 1825), e provisão de sobrevivência do ofício de Tabelião do Público, Judicial e Notas e Almotaçaria de Penafiel para seu filho António Pedro de Barbosa Mendonça Pinto e Cunha (25 de Janeiro de 1825).

Observações: Parece que os pais moram em meados de 1785 na freguesia de Santiago de Rande. Os avós paternos moraram na referida freguesia. Os avós maternos moram ou moraram na freguesia de Vila Verde do concelho de Unhão e Comarca de Penafiel. O pai é capitão. O avô paterno era professor na Ordem de Cristo. O habilitante é, à data de Junho de 1785, solteiro e mora à data de Setembro seguinte na sua quinta de Santiago de Rande. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís de Barros Teixeira Lobo (Bacharel em leis), também *Luís de Bastos Teixeira Lobo*, nascido em 1767 ou 1768, natural de Sabrosa do termo e Comarca de Vila Real, filho de José António de Barros Teixeira Lobo e de D. Rita Quitéria Correia de Azevedo Teixeira, neto paterno de Luís de Barros Correia Lobo e D. Isabel Joana Teixeira Lobo, e neto materno de José Taveira Correia e D. Mariana de Carvalho Azevedo e Vasconcelos. Foi **Juiz de Fora de Monforte do Rio Livre** (decreto de 24 de Junho de 1796), carta (23 de Julho de 1796), carta de recondução de Juiz de Fora de Monforte do Rio Livre (21 de Junho de 1800), provisão para estar ausente por dois meses do lugar de Juiz de Fora de Monforte do Rio Livre (30 de Agosto de 1800); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos e findos estes o lugar de Desembargador da Relação do Porto (carta de 8 de Abril de 1805), reconduzido por decreto (4 de Maio de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (8 de Maio de 1805).

Observações: Os pais e avós são naturais de Sabrosa. O avô paterno era doutor. Os pais e avós viveram sempre dos seus bens, tratando-se como pessoas nobres. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1793, solteiro e mora à data de Março seguinte em Sabrosa. O habilitante é bom estudante e leu no ano de 1791 (LB).

Luís Bernardo Pinto de Mendonça e Figueiredo (Bacharel), também *Luís Bernardino Pinto de Mendonça e Figueiredo*, filho de Francisco José Pinto de Mendonça (ou de Francisco Pinto de Mendonça).

Foi **Juiz de Fora de Coimbra** (carta de 6 de Julho de 1770), carta (7 de Julho de 1770), despachado Juiz de Fora de Coimbra por decreto de 27 de (?) de 1770; **Superintendente dos Tabacos da Província da Beira** (carta de 26 de Julho de 1800), provisão de dispensa (21 de Agosto de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Março de 1806), alvará de aposentadoria em Desembargador da Relação do Porto (26 de Novembro de 1814). Recebeu provisão para o tombo de certos bens (3 de Maio de 1773), provisão a Franca de Oliveira para lhe vender uma terra (20 de Maio de 1777), provisão para tirar um registo de água da Fonte da Rua na vila de Seia

reedificando os aquedutos à sua custa etc. (15 de Janeiro de 1778), alvará de fidalgo (7 de Abril de 1780), provisão de aprovação e confirmação da instituição do morgado de que trata (6 de Novembro de 1784), e provisão de abolição de uma capela instituída por Maria Natália Velosa (22 de Setembro de 1797).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador. Irmão do bacharel José António Pinto, que foi Bispo de Pinhel (RGM).

Luís Borges de Carvalho (Bacharel em leis), também *Luís Borges de Carvalho e Azevedo*, nascido em 1688 ou 1689, natural da vila de Melo na Comarca da Guarda, filho de David Borges Azevedo e de D. Maria de Carvalho, neto paterno de Cipriano Borges e Maria Manuel, e de neto materno de Manuel Lopes de Carvalho e Isabel de Matos Saraiva.

Foi **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** (carta de mercê do cargo de 15 de Maio de 1719), carta de mercê por três anos (15 de Outubro de 1731); **Corregedor do cível** com beca honorária (provisão de 17 de Julho de 1733), carta de recondução no lugar (30 de Agosto de 1737); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1741); **Juiz dos cavaleiros** (9 de Dezembro de 1745); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1748); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Maio de 1748); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 10 de Setembro de 1749), alvará de ordenado de 300\$000 réis como Conselheiro do Ultramar (16 de Dezembro de 1749). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (25 de Julho de 1706), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (4 de Setembro de 1706).

Observações: Casou com D. Josefa de Moura, senhora do Morgado de Santa Bárbara e filha do Desembargador Inácio Lopes de Moura (MM).

Luís Botelho da Silva Vale (Bacharel em cânonos), nascido em 1708 ou 1709, natural de Alfeizerão na Comarca de Leiria, filho de João Botelho da Silva e de Bernarda Maria de Santa Teresa, neto paterno de José Botelho do Vale e Ana Gomes da Silva, e neto materno de Máximo de Moura e Clara Gomes de Couto.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (carta de 16 de Maio de 1742); **Juiz de Fora de Lagos** (carta do cargo de 29 de Outubro de 1748), provisão de licença por dois meses para se ausentar do dito lugar (29 de Maio de 1750); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 21 de Março de 1754), carta de privilégio de Desembargador (14 de Julho de 1755), provisão

para se lhe levar em conta certo tempo (12 de Março de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Janeiro de 1762); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (decreto de 27 de Fevereiro de 1774), carta de Agravista na Casa da Suplicação (15 de Abril de 1774); **Desembargador do Senado da Câmara** (despacho de 7 de Agosto de 1778); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 20 de Agosto de 1778); **Provedor-mor da Saúde**; **Juiz do Tombo do Senado**; **Chanceler do Senado**. Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (7 de Fevereiro de 1757), e carta de padrão de tença de 38\$000 réis (23 de Julho de 1761).

Observações: Os pais e avós paternos são naturais de Alfeizerão. A mãe nasceu em Macarca do termo de Alfeizerão. O avô materno é natural de Alcobaça, mas viveu sempre em Macarca. A avó materna é natural de Famalicão do termo de Alfeizerão. Os familiares referidos são defuntos exceptuando o pai. O bacharel é, à data de Maio de 1735, solteiro e mora à data de Julho do mesmo ano em Lisboa na Rua dos Escudeiros. O bacharel é bom estudante. Na Índia foi o que prendeu os padres da Companhia na casa professa de Goa em 26 de Setembro de 1759. Faleceu em Março de 1793 (LB).

Luís Coelho Ferreira do Vale (Bacharel em leis), também *Luís Coelho Ferreira do Vale e Faria*, também *Luís Ferreira Coelho do Vale e Faria*, também *Luís Coelho Ferreira*, nascido em 1746 ou 1747, natural da Baía, filho de Luís Coelho Ferreira e de D. Maria Dias do Vale, neto paterno de Domingos Ramalho e Mariana Coelho, e neto materno de António Luís do Vale e Francisca Dias Ferreira.

Foi **Juiz do crime do Bairro de Santa Catarina** (carta de 13 de Maio de 1774); **Desembargador da Relação da Baía** com assento na Relação do Porto (carta de 13 de Maio de 1774), provisão para por seu procurador tomar posse do dito lugar (30 de Maio de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1784); **Guarda-mor da alfândega da Baía** (carta de ofício de 8 de Outubro de 1785), alvará para nomear serventuário ao ofício (17 de Maio de 1786), alvará de faculdade para renunciar o ofício de Guarda-mor (14 de Junho de 1799); **Provedor do Hospital da vila das Caldas** (carta do lugar de 17 de Janeiro de 1794), carta de Provedor do Hospital Real das Caldas (10 de Janeiro de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Janeiro de 1795); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 29 de Dezembro de 1798); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 18 de Fevereiro de 1801). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos

lugares do provimento do Senado (28 de Julho de 1767), provisão para expulsar João António Barradas e outro da herdade da Torre de Areias sita no Ervedal na Comarca de Avis (25 de Janeiro de 1799), (por cabeça de sua mulher) provisão de aforamento de uma terra chamada da Beira do vínculo do espanhol a José Gonçalves de Azevedo (16 de Setembro de 1799), provisão para se lhe vender sem concorrência o senhorio directo do prazo da quinta pequena do espanhol (23 de Janeiro de 1800), provisão sobre a avaliação do prazo da quinta pequena do espanhol que lhe foi mandada vender sem concorrência (29 de Julho de 1800), carta de ofício (18 de Maio de 1802), alvará de fidalgo cavaleiro (14 de Novembro de 1802), (e seu filho) provisão de faculdade para se unir ao morgado instituído por João Lopes Perestrelo o domínio directo e útil (12 de Junho de 1812).

Observações: Recebeu certidão negativa a 16 de Março de 1802, com 50 anos de idade (RGM). O pai e avós paternos são naturais da freguesia de S. Pedro de Torrados do concelho de Felgueiras, e aí moraram na sua quinta no lugar de Nogueirinha. A mãe e avó materna são naturais da Baía. O avô materno é natural da freguesia de S. Martinho do Vale do termo de Barcelos, e aí morou no lugar de Outeiro. O pai era estudante no momento que foi para o Brasil. Diz uma testemunha que o pai é professo da Ordem de Cristo. O avô paterno parece que foi capitão. Os avós paternos eram lavradores honrados cujos bens fabricavam por si e seus criados. Os avós paternos andavam sempre calçados, e tinham bestas de sela em que se deslocavam. O avô materno ausentou-se da sua terra natal para o Brasil aos 16 anos de idade, havendo casado e tido filhos neste continente. O habilitante é, à data de Janeiro de 1767, solteiro e mora à data de Fevereiro seguinte em Lisboa na freguesia de Santa Catarina, defronte dos Paulistas. Avença uma testemunha que o habilitante é professo na Ordem de Cristo (LB).

Luís Coelho Pimentel (Bacharel), filho de Francisco Mendes Pimentel.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 48\$000 réis (23 de Agosto de 1687), carta de padrão de tença de 12\$000 réis (30 de Abril de 1687), alvará de ordenado, e alvará de conservação e promessa de lugar de Letras.

Luís Contador de Argote (Bacharel), também *Luís José Contador Argote*, natural de Lisboa, filho de José Contador de Argote (ou Jerónimo Contador) e de D. Francisca de Robles, neto paterno de Luís Nunes Contador e D. Joana Carrilho, e neto materno de José de Alcalá e D. Inês de Robles.

Foi **Juiz de Fora de Pinhel** (carta); **Juiz de Fora e órfãos de Évora** (carta); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta); **Desembargador da Relação do**

Porto (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado na Casa da Suplicação com seu ordenado de 20 de Maio de 1686), carta (5 de Junho de 1686). Recebeu verba de 5\$000 réis de juro, apostila de 5\$000 réis de juro, apostila de 10\$000 réis de juro na Casa da Fruta de Lisboa, provisão de tença de 12\$000 réis (18 de Março de 1729), provisão de tença de 68\$000 réis (28 de Março de 1729), e alvará de foro de fidalgo da Casa Real (4 de Maio de 1734).

Observações: Os referidos familiares são naturais de Lisboa e viviam à lei da nobreza com criados e cavalos. O pai foi Tesoureiro da alfândega de Lisboa. O habilitando tem primos nos frades carmelitas descalços, sendo um deles secretário da Província. O habilitando é, à data de Setembro de 1661, solteiro e tem-se ocupado nos estudos (LB).

Luís da Costa e Faria (Bacharel; Licenciado), natural de Arganil, filho de Manuel de Faria Neto e de Maria da Costa, neto paterno de Pedro Lopes Neto, e neto materno de Francisco Peres e Catarina Gil.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova da Cerveira** (carta); **Juiz de Fora de Lamego** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** (carta); **Procurador da Coroa na Baía** (carta), alvará para tomar posse de cargo por procurador; **Provedor de Leiria** (alvará); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Julho de 1710), alvará para tomar por procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (27 de Agosto de 1710); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Julho de 1712); **Juiz da Chancelaria** (carta de 27 de Abril de 1716); **Juiz dos Contos do Reino e Casa** (carta de 3 de Março de 1722), alvará de aposentadoria no lugar de Juiz dos Contos do Reino (9 de Julho de 1725), carta de aposentadoria no lugar de Juiz dos Contos do Reino e Casa (10 de Julho de 1725), alvará de mercê para que tenha quatro moios de trigo de sua aposentadoria com o lugar de Juiz dos Contos que tinha (14 de Setembro de 1726); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 1 de Julho de 1725). Recebeu carta patente de tença de 38\$000 réis para seu sobrinho Francisco Caetano Cabral (17 de Janeiro de 1689), alvará de licença para casar na Baía, padrão de 60\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa (16 de Janeiro de 1714), padrão de 38\$000 réis de tença a seu sobrinho o doutor João da Costa Leite (25 de Outubro de 1715), e provisão a Maria de S. Francisco para poder sub-rogar certos bens do morgado instituído pelo sobredito em Vila Cova que ela administrava (23 de Outubro de 1739).

Observações: O pai, avô paterno e avô materna são naturais de Arganil. A mãe e avô materno são naturais de Vila

Cova de Subavô, do actual concelho de Arganil. Os pais e avós viviam das suas fazendas. O bacharel é, à data de Dezembro de 1678, solteiro e mora à data de Fevereiro de 1679 em Vila Cova de Subavô. O bacharel é estudante suficiente e serviu de Ouvidor de Arganil desde Outubro de 1677, até pelo menos Fevereiro de 1679 (LB).

Luís da Costa Lima (Bacharel em leis), também **Luís da Costa Lima Barros**, nascido em 1728 ou 1729, natural da freguesia de S. Martinho de Friastelas na ouvidoria de Barcelos e arcebis-pado de Braga, filho de Bonifácio Fernandes e de Mariana da Costa, neto paterno de António Fernandes e Jerónima Fernandes, e neto materno de Gonçalo Loureiro e Domingas da Costa. Foi **Juiz de Fora de Amarante** (carta de 27 de Outubro de 1759); **Auditor do Regimento de Infantaria da Praça de Chaves** (carta de 24 de Novembro de 1764); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 19 de Novembro de 1778); **Desembargador da Relação do Porto** (3 de Setembro de 1789). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (18 de Abril de 1787), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (26 de Abril de 1787), e carta de legitimação a Manuel Vieira de Lima Barros (28 de Junho de 1804).

Observações: Os pais e avós paternos são naturais da freguesia de S. Martinho de Friastelas e aí moraram. Os avós maternos são naturais da freguesia de S. Tomé da Correlã da provedoria de Viana do Castelo. Os pais e avós eram lavradores que exercitavam nas suas fazendas. O habilitante é, à data de Outubro de 1754, solteiro e mora à data de Janeiro de 1755 na freguesia natal. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís da Cunha (D.) (Bacharel), filho de D. António Álvares da Cunha e de D. Maria Manuel, neto paterno de D. Lourenço da Cunha e D. Luísa de Aragão, e neto materno de D. Cristóvão Manuel e D. Joana de Faria.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Provedor das capelas de El-Rei D. Afonso IV** (alvará); **Desembargador suplente do Desembargo do Paço** (carta de 15 de Abril de 1710), alvará para tomar posse por procurador e jurar na Chancelaria do lugar de Desembargador suplente do Desembargo do Paço (2 de Maio de 1710), alvará para que tenha uma escrivanhina de 4\$000 réis (9 de Agosto de 1710). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos com o hábito de Cristo (28 de Março de 1695), carta de padrão de tença de 38\$000 réis efectivos cada ano em vida (15 de Novembro de 1695), padrão de 150\$000 réis de tença (8 de Junho

de 1709), carta de comenda de lote de 300\$000 réis (8 de Dezembro de 1709), carta da comenda de Santa Maria de Almendra da Ordem de Cristo no bispado de Lamego (5 de Fevereiro de 1711), e padrão de 40\$000 réis de tença a seu filho frei António da Cunha (10 de Julho de 1713).

Observações: O pai e avó paterna parece serem naturais do estado da Índia. Os pais moraram em Lisboa no Bairro Alto. Os avós paternos casaram e viveram na Índia. Os avós maternos viveram em Lisboa e em Évora. O pai é trincheiro de Sua Majestade e comendador da Ordem de Cristo. A mãe é irmã inteira de D. Sancho Manuel que foi conde de Vila Flor e comendador da Ordem de Cristo. O avó paterno serviu durante muitos anos na Índia, e é irmão do arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha. A avó paterna é filha de Fradique Carneiro, que era tio do conde da Ilha do Príncipe. O avó materno era fidalgo nobilíssimo dos Manuéis de Castela e da linha d'El-rei D. Fernando, o Santo. A avó materna era irmã de Manuel Severim de Faria que foi chantre na sé de Évora. O habilitante é, à data de Abril de 1686, solteiro. O habilitante está habilitado para o hábito de Cristo (LB).

Luís da Cunha de Toar (Licenciado, Bacharel), também *Luís da Cunha de Thoar*, natural da Aldeia Galega de Merciana, filho de Manuel da Cunha de Thoar (ou Luís da Cunha de Thoar) e de Inês de Faria de Lemos, neto paterno de Luís da Cunha de Thoar e Maria Alves, e neto materno de António Gomes Monteiro e Antónia de Lemos.

Foi **Juiz de Fora de Nisa** por três anos (carta de 1 de Março de 1662); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta); **Corregedor de Guimarães** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de beca no Porto com posse de Desembargador de 17 de Janeiro de 1678); **Alcaide das lezírias de Albacetim** (carta de 22 de Julho de 1689); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta).

Observações: Os pais e avó paterno são naturais da vila de Aldeia Galega de Merciana do concelho de Alenquer. A avó paterna é natural de Serocunha do termo daquela vila. O avó materno é natural de Freixial do Meio também do termo daquela vila, e a avó materna é natural de Torres Vedras. Os familiares referidos são defuntos, excepto a mãe, e moraram em Freixial do Meio. O pai e avós serviram os cargos da governança de Aldeia Galega de Merciana. O bacharel é, à data de Agosto de 1661, solteiro e morador em Freixial do Meio com a sua mãe (LB).

Luís da Cunha Varela (Licenciado), nascido em 1696, natural de Vila Nova de Cerveira em Viana, filho de Luís Varela da Cunha e de Maria Álvares.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Castelo** (carta de 12 de Janeiro de 1734); **Corregedor de Lagos** (carta de 20 de Abril de 1742); **Desembargador da Relação da**

Baía (carta de 6 de Maio de 1747). Recebeu provisão de mais 8\$000 réis de aposentadoria (5 de Junho de 1745).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 9 de Dezembro de 1733 (HOC).

* **Luís Delgado de Abreu** (Doutor), provavelmente natural do Porto, filho de Baltasar Delgado de Abreu e de Susana Soares, neto paterno de Baltasar Delgado de Abreu e Isabel Anes de Brito, e neto materno de Cristovão Gonçalves Peixoto e Mécia Vaz Soares.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Novembro de 1635); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (carta de 6 de Outubro de 1642); **Promotor da Justiça da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Agosto de 1643); **Deputado da Mesa** (carta de 18 de Dezembro de 1653); **Conselheiro** (carta de Conselho de 11 de Março de 1664). Recebeu hábito de noviço (18 de Dezembro de 1653), carta de hábito de Cristo (20 de Dezembro de 1653), alvará de promessa de 20\$000 réis de pensão (20 de Março de 1654), carta de padrão de 20\$000 réis de pensão (2 de Abril de 1659), alvará de promessa de uma comenda do lote de 150\$000 réis da Ordem de Cristo (10 de Janeiro de 1661), carta de 60\$000 réis por conta dos 120\$000 réis de tença (20 de Abril de 1665), e carta de consignação de mercê de 90\$000 réis de tença (10 de Abril de 1667).

Observações: Os avós paternos e provavelmente os pais são naturais e moradores do Porto, e os avós maternos são naturais de Entre Ambos os Rios. O pai e avó paterno foram Vereadores, servindo este também de Provedor da Misericórdia do Porto. Os cargos atrás referidos é costume serem ocupados por fidalgos e homens mais nobres daquela cidade. Os avós são nobres e alguns deles fidalgos de geração. O habilitando é, à data de Julho de 1635, solteiro (LB).

Luís Dias Pereira (Doutor em leis em 1770), nascido em 1746 ou 1747, natural de Lisboa, filho de José Dias Pereira e de D. Josefa Teresa, neto paterno de Miguel Dias e Luzia Gonçalves, e neto materno de Francisco Ribeiro e Andreza Maria.

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Remolares** (carta de 6 de Junho de 1790), carta do lugar (16 de Junho de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 2 de Abril de 1798 e 8 de Julho de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Julho de 1801); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Janeiro de 1813); **Deputado do Tribunal da Mesa** (carta de 29 de Novembro de 1817); **Juiz da Moeda Falsa** (alvará de 6 de Março de 1819). Recebeu carta

de profissão de hábito (20 de Maio de 1802), carta de padrão de hábito e tença (15 de Junho de 1802), e alvará de legitimação (15 de Abril de 1846).

Observações: O pai do agraciado é padre. O pai e avós paternos são naturais de Paredes do Rio do termo de Montalegre e Comarca de Bragança. A mãe e avó materna são naturais de Lisboa, e o avó materno é natural de Almada. Os avós paternos eram dos principais lavradores da sua terra, tendo servido o avó paterno os cargos de Vereador mais velho e Juiz da ordenação do respectivo concelho. O pai e avó materno eram negociantes de grosso trato, pagando o pai a derrama à Junta do Comércio. O habilitando é, à data de Abril de 1777, solteiro e mora à data de Maio do mesmo ano em Lisboa na Rua dos Retroseiros, provavelmente na companhia do seu pai (LB).

Luís Estanislau da Silva (Bacharel em cânones), também *Luís Estanislau da Silva Lobo*, natural de Lisboa Ocidental, filho de Manuel Gonçalves (ou Manuel Gonçalves da Silva) e de D. Joana Maria de Olival, neto paterno de João Rodrigues Lobo e Maria Gonçalves, e neto materno de Luís Roque da Silva e D. Francisca Maria de Olival.

Foi **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 11 de Abril de 1742); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 9 de Janeiro de 1750), carta de mercê do lugar de Corregedor (17 de Janeiro de 1750); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Março de 1758), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (5 de Abril de 1758), carta de privilégio de Desembargador (13 de Novembro de 1758), provisão para estar ausente do lugar (22 de Setembro de 1761); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Dezembro de 1764); **Juiz Conservador da Nação Holandesa** (alvará de 16 de Agosto de 1766); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de agravista de 7 de Maio de 1771), carta (7 de Junho de 1771).

Luís Fernandes Teixeira (Licenciado).

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** (25 de Janeiro de 1644); **Auditor-Geral da gente de guerra da Corte em Lisboa** (alvará de 23 de Novembro de 1646); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Maio de 1654); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 10 de Maio de 1655), alvará de ordenado.

Luís Ferreira de Araújo e Azevedo (Bacharel), nascido em 1720, natural de Lisboa, filho de Francisco Ferreira e de Joana Micaela de Araújo. Foi **Juiz de Fora de Luanda** (carta de 24 de Abril de 1772); **Provedor de Luanda** (carta de 12 de Maio de 1772); **Ouidor de Rio das Mortes** (carta de 2

de Outubro de 1779); **Provedor de Rio das Mortes** (carta de 11 de Outubro de 1779); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 16 de Julho de 1791).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 22 de Junho de 1772 (HOC).

Luís de Figueiredo de Abreu Castelo Branco (Bacharel em leis), nascido em 1746 ou 1747, natural de Lisboa, filho de José António de Abreu Castelo Branco e de D. Maria Antónia Colaço, neto paterno de Jacinto de Figueiredo Abreu Castelo Branco e D. Juliana Maria de Vila Nova, e neto materno de António Colaço e D. Sebastiana Gracia Cotta.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Setembro de 1782); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 25 de Setembro de 1782).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. Os pais e avós eram pessoas distintas, tratando-se sempre à lei da nobreza. O habilitante é, à data de Maio de 1768, solteiro e morador no lugar de Cachoeiras junto da vila de Castanheira (LB).

Luís de Fóios (Licenciado, Bacharel), também *Luís de Fóios de Sousa*, natural de Meixoeira ou Ameixoeira do termo de Lisboa, filho de Estêvão de Fóios e de D. Mariana de Sousa, neto paterno de Mendo Fóios e D. Guiomar Mexia de Cabreira, neto materno de Nicolau de Brito de Sousa e D. Ana de Sousa.

Foi **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 9 de Maio de 1658); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Vereador do Senado de Lisboa** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará de licença; **Provedor dos resíduos de Lisboa** (carta). Recebeu alvará para que se lhe leve em conta seis meses na Universidade de Coimbra (16 de Fevereiro de 1655), carta de padrão de tença de 8\$000 réis para seu filho Manuel de Fóios de Sousa (10 de Abril de 1693), carta de padrão de tença de 25\$000 réis para sua filha D. Maria Joana (11 de Abril de 1693), carta de padrão de tença de 25\$000 réis para sua filha D. Mariana Antónia de Sousa (16 de Abril de 1693), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (28 de Abril de 1693), alvará de lembrança de um lugar de freira para D. Joana Maria (20 de Abril de 1694), alvará de lembrança de um lugar de freira para sua filha D. Ana de Sousa (20 de Abril de 1694), e carta de padrão de tença de 30\$000 réis (15 de Outubro de 1694).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (RGM). O pai e avó paterno são naturais do lugar de Ameixoeira do termo de Lisboa e aí criados. A avó paterna é natural

de Portalegre. Os avós maternos são naturais de Lisboa, parecendo que a mãe também o é. Os pais e avós moraram em Lisboa e na Ameixoeira. O pai, para além de doutor fidalgo da Casa de Sua Majestade e Procurador da Fazenda Real, era cavaleiro da Ordem de Cristo e Desembargador Agravista da Casa da Suplicação em que faleceu. O avó paterno era doutor e faleceu como Desembargador da Relação do Porto. O avó materno era fidalgo da Casa de Sua Majestade. A avó paterna era de geração de fidalgos, e aparentada com o fidalgo filhado Nuno da Fonseca Coutinho. O bacharel tem por via da avó paterna familiares das ordens Cristo e de Malta. O bacharel é fidalgo da Casa de Sua Majestade e cavaleiro da Ordem de Cristo. O bacharel é, à data de Setembro de 1655, solteiro (LB).

Luís da França Pimentel (Bacharel em leis), nascido em 1664 ou 1665, natural de Tavira, filho de Fernando da Fonseca Pimentel e de D. Maria da França, neto paterno de Diogo de Paiva de Oliveira e Catarina Pimentel de Oliveira, e neto materno de Luís de Madureira Brandão e D. Simoa da França.

Foi **Juiz de Fora de Almodôvar** (alvará); **Provedor da Fazenda da Madeira** (carta de 26 de Março de 1707), alvará para que possa vestir a beca de **Desembargador da Relação do Porto** (5 de Março de 1707), alvará para tomar posse do lugar que trata por procurador (26 de Março de 1707); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1712), **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 15 de Julho de 1715), carta de Desembargador Agravista da Relação do Porto (3 de Janeiro de 1716); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Janeiro de 1712), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (3 de Janeiro de 1716), provisão para jurar na Chancelaria e tomar posse de Desembargador da Casa da Suplicação por seu procurador (20 de Janeiro de 1716); **Conservador do novo imposto do Açúcar** com 100\$000 réis cada ano (alvará de 25 de Julho de 1722); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com ordenado (carta de 18 de Junho de 1725). Recebeu carta de 20\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (10 de Março de 1698), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito (22 de Junho de 1705), provisão para dar de aforamento as terras no sítio da Jordana termo de Faro e da capela de S. Simoa da França (22 de Julho de 1717), e provisão a D. Maria de Assunção Colaça para que o dito seja curador e administrador dos bens do seu marido Álvaro Pereira de Carvalho (8 de Maio de 1720).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Tavira. A mãe e avós maternos são naturais de Tânger. O pai e avós paternos eram proprietários do cargo de Escrivão da Câmara de Tavira. Os avós maternos eram fidalgos dos

livros de Sua Majestade, pertencendo a avó materna à principal família de Tânger. O bacharel é, à data de Junho de 1692, solteiro e mora à data de Fevereiro de 1693 em Tavira. O bacharel é bom estudante (LB).

Luís Francisco Ferreira (Bacharel; Licenciado), também *Luís Franco Ferreira*.

Foi **Corregedor das vilas de Faro, Beringel e Odeira da Comarca de Beja** (carta de 26 de Setembro de 1737); **Corregedor na Comarca de Beja** (carta de 6 de Outubro de 1737); **Provedor da Capela em Beja** (carta de 26 de Outubro de 1737); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais etc. da Comarca de Beja** (alvará de 26 de Outubro de 1737); **Juiz do Tombo em Santarém** (carta de 24 de Abril de 1749); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Fevereiro de 1750), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria para haver de servir um lugar de Desembargador (8 de Março de 1750), provisão para que seu Procurador possa tomar posse de um lugar de Desembargador (9 de Março de 1750); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Setembro de 1753), provisão para jurar na Chancelaria por procurador (8 de Outubro de 1753); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Março de 1758); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1758); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (provisão de aposentadoria num lugar de 11 de Janeiro de 1765). Recebeu sinal Público de que há-de usar (6 de Abril de 1724), e provisão para poder renunciar o ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas Câmara e órfãos e Almotaçaria do couto de Tibães para uma das suas filhas o ter com quem ela casar (17 de Janeiro de 1747).

Luís Freire da Fonseca Coutinho (Bacharel), filho de *Álvaro Xavier da Fonseca Coutinho*.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta de 27 de Outubro de 1764), provisão para estar ausente do dito lugar (12 de Junho de 1767); **Corregedor de Tomar** (carta de 17 de Maio de 1771); **Corregedor do Bairro do Rossio** (carta de 11 de Janeiro de 1776); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Janeiro de 1794), carta de Desembargador (13 de Maio de 1802); **Corregedor do cível da Corte** (carta do lugar de 2 de Dezembro de 1799); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1802); **Desembargador do Desembargo do Paço e Petições** (carta de 23 de Setembro de 1813). Recebeu provisão para ter toda a validade o contrato que fez com seu primo João da Fonseca Accioli sobre as casas sitas no Coveo

de Baixo da cidade de Portalegre (16 de Agosto de 1785).

Observações: Recebeu certidão negativa a 6 de Novembro de 1820, com 76 anos de idade (RGM).

Luís Godinho Leitão (Bacharel em cânones), nascido em 1716 ou 1717, natural de Pombal, filho de Vicente Godinho Leitão e D. Teresa Neves de Oliveira, neto paterno de Luís Godinho e D. Bárbara Teixeira Feio, e neto materno de Mateus das Neves e D. Maria Luísa de Oliveira. Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** por três anos (carta de 5 de Junho de 1747); **Juiz dos órfãos de Évora** (carta de 5 de Julho de 1752); **Juiz do fisco da Inquisição de Coimbra** (provisão para servir o dito lugar com beca de 29 de Março de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Fevereiro de 1779). Recebeu provisão para dar de foro a Luís Leitão uma casa na vila de Pombal (15 de Fevereiro de 1769).

Observações: Os pais, avós paternos e avó materno são naturais e moradores de Pombal. A avó materna é natural de Pedrogão Grande. Os pais são vivos à data da inquirição, não se passando o mesmo com os avós. O pai é capitão-mor de Pombal. O avó paterno foi cavaleiro da Ordem de Cristo, e familiar do Santo Ofício. O avó materno foi doutor de capêlo graduado na Universidade de Coimbra, servindo nos lugares de letras e familiar do Santo Ofício. O bacharel é, à data de Abril de 1742 solteiro, e mora à data de Junho do mesmo ano em Pombal. O bacharel é bom estudante (LB).

Luís Godinho de Moraes (Bacharel em cânones), nascido em 1677 ou 1678, natural de Alhandra, filho de André de Torres Rijo e de Isabel de Moraes de Campos, neto paterno de Nicolau Pires Correia e Ana de Torres Rija, e neto materno de Luís Godinho de Moraes e Maria Bernardes de Brito.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** por seis anos (carta de 17 de Março de 1711), carta de Desembargador da Relação de Goa com posse de **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (17 de Março de 1711), provisão de 80\$000 réis de ajuda de custo para embarcar para a Índia e servir o ofício de Desembargador (6 de Maio de 1711). Recebeu carta de padrão de 38\$000 réis de tença efectiva cada ano (29 de Janeiro de 1719), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (12 de Fevereiro de 1719).

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Pontével do termo de Santarém. O avó paterno é oriundo do lugar de Painho do termo da vila do Cadaval. A mãe é natural de Alhandra e aí moradora. O avó materno é natural de Alverca, e a avó materna é natural da vila de Arruda da Comarca de Torres Vedras. O pai é homem nobre que mora

em Alhandra, vivendo da sua fazenda e alguma lavoura. O avó paterno era capitão e homem dos principais da sua terra natal, tendo ido casar a Pontével. O avó materno era homem da governança e dos principais de Alverca. A avó materna era mulher das principais de Arruda. O bacharel é, à data de Outubro de 1704, solteiro e mora à data de Dezembro do mesmo ano em Alhandra. O bacharel é estudante de nota suficiente (LB).

Luís Gomes de Basto (Doutor), também *Luís Gomes de Bastos*, filho de Simão de Basto (ou António de Basto Pereira, ou Simão do Basto) e de Maria Gomes Pereira, neto paterno de Francisco do Basto e Maria Nicolares, e neto materno de António Vaz e Maria Gomes.

Foi **Corregedor do crime de Lisboa** por três anos (carta de 2 de Março de 1641); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Julho de 1644); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Fevereiro de 1648); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Outubro de 1663); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 10 de Janeiro de 1667), alvará de ordenado; **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 10 de Janeiro de 1675); **Juiz das Coutadas do Reino** (alvará). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis de pensão (3 de Novembro de 1653), padrão de 75\$157 réis de juro, 20\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (9 de Setembro de 1677), padrão de 60\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 60\$000 réis efectivos num dos Almojarifados do Reino (4 de Setembro de 1684), alvará de terras na Azambuja (29 de Agosto de 1692), e padrão de 80\$000 réis de tença.

Observações: O pai do agraciado é Desembargador. Os defuntos avós paternos são naturais do couto da Vacariça do termo de Coimbra e aí foram moradores. Os avós maternos são naturais de Coimbra e aí foram moradores tal como os pais. O pai era doutor e, para além de Síndico da Universidade e Conservador na mesma, foi Procurador do Fisco de Coimbra em que faleceu. O avó paterno foi dos principais do referido couto e juntamente com a avó paterna vivia da sua fazenda. O avó materno foi Escrivão do Eclesiástico de Coimbra e homem de muita verdade e crédito. A mãe teve um irmão frade de Santo António da Piedade que faleceu guardião na Relação do Porto, e um outro chamado André Gomes que foi padre da Companhia de Jesus. O habilitando teve um irmão, chamado Francisco Inácio, que foi religioso de São Domingos e Comissário do Santo Ofício. O habilitando é, à data de Novembro de 1628, solteiro e Síndico da Universidade de Coimbra. O habilitando é pessoa rica e de muitas letras (LB).

Luís Gomes Leitão de Moura (Bacharel em leis em 1794), nascido em 1769 ou 1770, natural de Lisboa, filho de Bento José Alves e de D. Mariana Inácia de Moura, neto paterno de Pascoal

Alves Lourenço e D. Mariana de Sousa, e neto materno de Luís Gomes Leitão e D. Isabel Josefa de Moura.

Foi **Juiz de Fora de Marvão** (carta de 3 de Agosto de 1796), provisão de licença por dois meses (20 de Novembro de 1797); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta do lugar de 28 de Julho de 1806), provisão de licença para vestir beca honorária para servir o lugar de Corregedor (6 de Dezembro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 1 de Março de 1811); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Fevereiro de 1819), alvará de aposentadoria no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (27 de Abril de 1824). Recebeu carta de hábito (6 de Maio e 1 de Setembro de 1807). **Observações:** Recebeu certidão negativa a 18 de Maio de 1826, com 50 anos de idade (RGM). Os pais moraram na freguesia do Socorro em Lisboa, e pelo menos os avós maternos moraram na freguesia dos Anjos na mesma cidade. O pai foi comerciante de grosso trato. O avô paterno parece ter sido comerciante, e vivia das suas fazendas. O avô materno era proprietário do ofício de Escrivão do crime da Corte e Casa e Arca das Malfeitorias, e também foi Contratador do tabaco e Administrador no Estanque. O habilitando é, à data de Março de 1795, solteiro e morador em Lisboa à Penha de França. O habilitando é bom estudante (LB).

Luís Gomes Loureiro (Doutor).

Foi **Corregedor de Viseu** (6 de Agosto de 1641); **Conservador da Universidade de Coimbra**; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (10 de Setembro de 1654); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de aposentadoria.

Observações: Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Pedro II a 9 de Junho de 1668 (MM).

Luís Gonzaga de Carvalho e Brito (Doutor), também *Luís Gonzaga de Carvalho*.

Foi **Juiz do crime de Coimbra** (carta 8 de Agosto de 1794), alvará de predicamentos de primeiro banco e beca honorária (6 de Julho de 1798); **Juiz do Tombo da Prebenda de Coimbra** (alvará de Juiz do Tombo com beca honorária de 6 de Julho de 1798), alvará para servir de Juiz do Tombo (8 de Agosto de 1798); **Cônsul de Coimbra** (alvará de 24 de Setembro de 1801); **Juiz Conservador da Nação Inglesa em Coimbra** (alvará de confirmação de 24 de Setembro de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 9 de Dezembro de 1802). Recebeu provisão de hábito e tença (3 de Outubro de 1794), carta de profissão de hábito (7 de Outubro de 1794), carta de padrão de tença de 125000 réis num dos Almoxarifados do Reino a título de hábito da Ordem de Cristo (14 de Outubro de

1794), e carta de confirmação da doação de bens que lhe fizera o cônego Salvador José Rodrigues de Almeida e sua irmã (28 de Janeiro de 1806).

Luís Guedes Carneiro (lente de Prima em cânones; Doutor e lente de Clementinas), natural do Porto, filho de Feliciano Guedes (ou Feliciano Guedes Carneiro) e de D. Margarida Correia Pinta, neto paterno de Domingos Guedes e Antónia Lourença, e neto materno de Francisco Correia Cerveira e Antónia Moreira.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará para tomar posse do lugar por procurador; **Desembargador ordinário do Desembargo do Paço e Petições** (carta de 18 de Junho de 1715), provisão para jurar por procurador e tomar posse do lugar de Desembargador (7 de Julho de 1715), alvará de 45000 réis para uma escrivaninha (22 de Novembro de 1715). Recebeu alvará de mercê de casas, carta de administração de umas casas em Coimbra, e padrão de 885000 réis de tença a seu sobrinho Bento Cruz Correia de Melo (4 de Julho de 1717).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Vila Real. A mãe e avó materna são naturais do Porto e aí moraram. O avô materno é natural do lugar de Gração da freguesia de Sobrado, pertencente ao concelho de Castelo de Paiva da Comarca de Lamego. O pai era doutor médico da Relação do Porto, onde assistiu muitos anos depois de ter morado em Vila Real. Do avô paterno diz-se que foi barbeiro e sangrador muito experimentado até falecer. Da avó paterna diz uma testemunha que foi padeira de pão molete. Do avô materno sabe-se por tradição que foi de Gração para o Porto, tendo-se sustentado naquele lugar das suas fazendas. A avó materna vivia das suas fazendas, e era parente legítima do bispo do Porto D. Nicolau Monteiro e de fidalgos e Vereadores da mesma cidade. O habilitando é, à data de Maio de 1689, solteiro (LB). Recebeu carta de Jubilado em cânones no reinado de D. Pedro II (RGM).

Luís Inácio da Silva (Doutor), também *Luís Ignácio da Silva Duarte*.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Março de 1754); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Maio de 1758), provisão para tomar posse e jurar na Chancelaria por procurador (2 de Junho de 1758), alvará de aposentado no dito lugar (25 de Outubro de 1768).

Luís José de Carvalho e Melo (Bacharel), nascido em 1761, natural da Baía, filho de Eusébio João de Carvalho e de Antónia Maria de Melo. Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (carta de 28 de Novembro de 1789); **Desembargador da Relação**

do Rio de Janeiro (carta de 13 de Maio de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** continuando em Desembargador do Rio de Janeiro (carta de 8 de Julho de 1801); **Deputado à Assembleia Constituinte** pela Baía (1823); **Ministro dos Negócios Estrangeiros** (1823); **Senador pela Baía** (1826). Recebeu provisão de dois meses de licença (11 de Dezembro de 1790), e alvará para futuro sucessor do Desembargador José António Ribeiro Freire no lugar de Juiz da alfândega do Rio de Janeiro (18 de Agosto de 1804).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 24 de Outubro de 1801 (HOC). Foi Deputado à Assembleia Constituinte de 1823 pela Baía, Ministro dos Negócios Estrangeiros (1823), e Senador pela Baía (1826). Faleceu a 6 de Julho de 1826 (MM).

Luís José Duarte Freire (Bacharel), nascido em 1708 ou 1709, natural de Santiago do Cacém na Comarca de Ourique (ou Setúbal), filho de Manuel dos Santos Duarte e de Bernarda Teresa Madalena, neto paterno de Manuel Rodrigues e Luísa Pinta Maria, e neto materno de Luís Lopo da Silva e Francisca Teresa Viçosa.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Aljustrel, Messejana e Cazevel** (carta de 8 de Maio de 1739); **Ouvidor do Pará** (carta de mercê do cargo de 26 de Abril de 1747); **Provedor das fazendas dos defuntos, ausentes, capelas e resíduos da Comarca do Pará** (provisão de mercê da serventia do ofício de 28 de Abril de 1747); **Ouvidor-Geral da Comarca do Piauí** vestindo beca e fazendo o lugar de **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 2 de Agosto de 1758); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes do Piauí** (alvará de 3 de Agosto de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de **Desembargador da Casa da Suplicação** de 16 de Maio de 1771); **Ajudante do Intendente-Geral da Polícia** (alvará de 16 de Junho de 1774); **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 29 de Setembro de 1775); **Conselheiro do Conselho do Ultramar** (carta de um lugar ordinário de 11 de Janeiro de 1783). Recebeu provisão para levar 240\$000 réis de espórtula da factura do inventário e partilhas dos bens do casal do doutor José Borges Valério no Pará (21 de Abril de 1751), e padrão de 18\$000 réis de tença (27 de Março de 1762).

Observações: Recebeu certidão negativa a 27 de Setembro de 1806 com 92 anos de idade (RGM). O pai é natural da freguesia de S. Brás de Barrosa, termo de Benavente, e aí foi baptizado. O avô paterno é natural de Vila Franca de Xira e baptizado na freguesia de S. Vicente da mesma. A avó paterna é natural da freguesia de S. Torquato no termo de Coruche, e aí baptizada. A mãe e avós maternos são naturais de Setúbal. O pai, enquanto esteve em Benavente, foi lavrador e daí foi para o Paúl de Pêra do ducado de Aveiro,

onde para lá de capitão da ordenança e almoxarife, serviu de couteiro das coutadas reais e Juiz dos Direito Reais da Casa de Aveiro. O avô paterno deslocou-se de pouca idade com o seu pai de Vila Franca de Xira para Barrosa, onde casou e foi lavrador, logrando o estatuto de irmão nobre da Misericórdia de Benavente. Os pais do avô paterno eram João Rodrigues e Domingas Antunes, vivendo da sua lavoura em Barrosa. A avó paterna vivia numa sesmaria de Barrosa de que tratava a lavoura. O avô materno, para além de ter servido de Escrivão do Geral e de Almotacé, foi capitão da ordenança e Procurador do Concelho tudo em Setúbal. O habilitando é, à data de Fevereiro de 1736, solteiro e mora à data de Maio seguinte em Lisboa às Portas Negras. O habilitando é bom estudante (LB).

Luís José de Moraes Carvalho (Bacharel em leis em 1792), nascido em 1771 ou 1772, natural de Lisboa, filho de José Gomes de Carvalho e de D. Mariana Clara Vicência de Moraes, neto paterno de Sebastião Gomes e D. Inácia dos Santos, e neto materno de Inácio Alves de Moraes e D. Maria Perpétua Constância.

Foi **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 4 de Junho de 1798), provisão de licença para usar de beca com o lugar de Corregedor do Bairro da Rua Nova (16 de Agosto de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Setembro de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Dezembro de 1816); **Juiz de Chancelaria** (carta de 23 de Julho de 1821), carta de **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício no ofício de Juiz da Chancelaria (17 de Setembro de 1821), alvará de ordenado (30 de Janeiro de 1822); **Escrivão da Câmara, órfãos e Sisas de Idanha-a-Velha** (provisão de 18 de Março de 1825); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 22 de Março de 1825); **Deputado da Mesa** (carta de 24 de Março de 1825); apostila de aposentadoria no Supremo Tribunal de Justiça com o ordenado anual de 1\$200 réis (10 de Janeiro de 1850). Recebeu carta de padrão de tença (17 de Abril de 1793), carta de padrão de tença de 68\$000 réis num Almoxarifado do Reino que lhe renunciou seu pai dos 80\$000 réis com o hábito de Cristo com que foi deferido (5 de Junho de 1793), carta de profissão de hábito (3 de Janeiro de 1824), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (13 de Março de 1824), e carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo (14 de Dezembro de 1829).

Observações: O pai do agraciado é Doutor (RGM).

Luís José Pereira Freire de Andrade (Bacharel em cânones), também **Luís José Pereira de Andrade**, também **Luís José Freiro Pereira de Andrade**, também **Luís José Pereira Ferreira de**

Andrade, nascido em 1754 ou 1755, natural de Valença do Minho, filho de José João Pereira Freire de Andrade e de D. Margarida Inácia de Araújo, neto paterno de Simão Rodrigues e D. Francisca Maria Freire de Andrade, e neto materno de D. Caetano de Noboa e Araújo e D. Rosa de Araújo.

Foi **Juiz de Fora de Alcobaça** (carta de 27 de Agosto de 1790); **Corregedor da Comarca de Alcobaça** (carta de 19 de Abril de 1804), alvará de predicamento do primeiro banco para servir o lugar de Corregedor (13 de Março de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de Corregedor da Comarca de Alcobaça (carta de 26 de Maio de 1810). **Observações:** Os familiares referidos são naturais de Valença do Minho. O bacharel é, à data de Outubro de 1780, solteiro e mora à data de Novembro seguinte em Alfama à Rua dos Remédios. O bacharel é bom estudante (LB).

Luís Leite de Faria (Licenciado por exame privado em cânones), nascido em 1677 ou 1678, natural de Lisboa (ou Barcelos), filho de Sebastião Leite de Faria e de D. Catarina de Faria e Sousa, neto paterno de José Leite e Gracia Rodrigues, e neto materno de Pedro de Faria e Sousa e D. Luísa Delgado de Nervaes.

Foi **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** (decreto de 5 de Junho de 1708), carta (10 de Junho de 1708); **Superintendente do tabaco e Província da Estremadura** (alvará de 2 de Setembro de 1710); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de lembrança de um lugar de 12 de Junho de 1711); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1712), provisão de licença por dois meses (8 de Agosto de 1714); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 12 de Agosto de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Dezembro de 1715); **Conservador-Geral do tabaco** (alvará de 10 de Janeiro de 1722); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (18 de Junho de 1725). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença e hábito (12 de Julho de 1693), alvará de escudeiro fidalgo acrescentado a cavaleiro fidalgo com o total de \$750 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (10 de Outubro de 1695), alvará de 1\$100 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (18 de Novembro de 1707), alvará de mercê do lugar de Conservador-Geral do tabaco deste Reino (17 de Fevereiro de 1725), carta de mercê de um lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (18 de Junho de 1725).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Barcelos. A mãe e avó materna são naturais de Madrid. O avô

materno é natural do couto de Santa Maria de Pombeiro da Comarca de Guimarães. O pai e avós paternos são pessoas nobres das principais de Barcelos e da Província de Entre Douro e Minho. O avô materno era pessoa nobre, capitão e filho de Manuel de Faria e Sousa e de D. Catarina. A avó materna veio de Madrid casada com o avô materno. O habilitando é, à data de Junho de 1703, solteiro e mora à data de Agosto seguinte em Lisboa por trás da Igreja de S. Domingos. O habilitando tem o hábito de Cristo e é muito bom estudante (LB).

Luís Machado (Doutor em leis e lente de Instituta), também *Luís Machado de Barros*, natural de Vila do Conde, filho de Mário Salvador Bastos (ou Manuel Salvador Bastos, ou Manuel Salvadores Bastos) e de Helena Machada de Barros, neto paterno de Antão Gonçalves e Antónia Salvadores, e neto materno de António de Barros Gesteira e Filipa Machado Rangel.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê do lugar de 3 de Dezembro de 1725), carta de Desembargador (27 de Novembro de 1723); **Chanceler da Relação da Baía** por seis anos (carta de mercê do lugar de 26 de Fevereiro de 1727), alvará de cargo (3 de Março de 1727), provisão para ter mais 300\$000 réis além dos 400\$000 que já tem fazendo 700\$000 réis por causa do lugar de Chanceler da Baía (4 de Março de 1727), provisão de mercê para se lhe pagarem na Baía 600 cruzados para ajuda de custo (15 de Março de 1727); **Deputado do Despacho do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (alvará de mercê de um lugar de 8 de Março de 1727). Recebeu verba de 100\$000 réis de juro em Guimarães, verba de 300\$000 réis de juro em Ponte de Lima, alvará de 40\$000 réis de juro na Casa das Carnes, apostila de 160\$000 réis de juro (3 de Outubro de 1742), apostila de 40\$000 réis de juro (24 de Outubro de 1742), e apostila de 300\$000 réis de juro (2 de Novembro de 1742).

Observações: Os pais e avós são naturais de Vila do Conde e aí moraram. O pai serviu de Vereador e Provedor da Misericórdia de Vila do Conde, e era pessoa rica e das principais dessa vila. Os pais e avós viviam das suas fazendas, constituindo estas bens de vínculo que, à data do processo, são possuídos por um irmão do habilitante. O habilitante é, à data de Junho de 1719, solteiro e assiste à data de Setembro seguinte na Universidade de Coimbra. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Luís Magalhães de Brito (Doutor), filho de Pedro Ferreira (ou Luís Magalhães de Brito).

Foi **Juiz de Fora de Loulé** (carta); **Corregedor de Leiria** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Corregedor do Porto** (carta); **Provedor do Porto** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), carta de privilégio de Desembar-

gador (19 de Julho de 1713); **Conservador-Geral do tabaco deste Reino** (alvará de 28 de Novembro de 1707). Recebeu carta de padrão de tença de 40\$000 réis (18 de Junho de 1700), provisão de ajuda de custo para apresto para os Estados da Índia (23 de Março de 1706), verba de 40\$000 réis de tença, alvará de ajuda de custo, carta de legitimação a seu filho José de Magalhães e Brito (23 de Fevereiro de 1709), provisão a Pedro de Sousa da Silva para dar de aforamento ao dito umas casas em Lisboa e da capela do cônego Álvaro Botelho (21 de Março de 1714), e padrão de 60\$000 réis de tença a sua filha D. Luísa Josefa de Magalhães e Brito (4 de Março de 1718).

Luís Manuel de Moura Cabral (Bacharel em leis em 1787), nascido em 1762 ou 1763, natural do lugar de Pombal na Comarca de Moncorvo, filho de Manuel de Escobal Moura Cabral (Manuel de Escobar e Moura) e de D. Rosa Maria de Azevedo, neto paterno de Vicente de Moura e Maria de Escobar, e neto materno de João de Azevedo e Catarina Luís Cardenha.

Foi **Juiz de Fora da Capitania de Cuiabá** (carta de 7 de Dezembro de 1789); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Cuiabá** (alvará do ofício de 13 de Janeiro de 1790); **Ouvidor do Ceará** por três anos (carta do lugar de 20 de Setembro de 1802); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 2 de Setembro de 1811); **Intendente do Ouro da Baía** (carta de 7 de Julho de 1812), alvará de dispensa de residência do lugar de Intendente do Ouro da Baía (1 de Setembro de 1817); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Julho de 1822), alvará para vencer por inteiro o ordenado como Desembargador da Casa da Suplicação (18 de Fevereiro de 1824), alvará para ser instituído ao exercício da Casa da Suplicação (15 de Abril de 1825); **Conservador-Geral da Junta de Administração do tabaco** (alvará de 20 de Maio de 1825); **Conselheiro** (carta de título do Conselho e hábito de 19 de Dezembro de 1826). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro (7 de Março de 1827).

Observações: Os pais e avós são naturais do lugar de Pombal do concelho de alfândega da Fé. O defunto pai era bacharel formado na Universidade de Coimbra com grau de Doutor, e advogou no concelho de alfândega da Fé. Os pais e avós viviam dos rendimentos das suas fazendas, sendo os avós dos lavradores principais do lugar de Pombal. O habilitante é, à data de Janeiro de 1788, solteiro e morador no lugar de Pombal. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís Manuel de Oliveira Mascarenhas (Bacharel em cânones em 1733), também *Luís Manuel*

de Oliveira Mascarenhas, também *Luís Manuel de Oliveira*, nascido em 1710 ou 1711, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Miguel de Alfama, filho de José Tavares Mascarenhas e de D. Teresa Maria da Silva, neto paterno de Manuel Martins de Oliveira Feio (ou Feijô) e D. Ana Maria Tavares, e neto materno de Manuel Gomes e Antónia da Silva.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Março de 1754), alvará de aposentado na Casa da Suplicação (18 de Dezembro de 1764); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** e exercício no lugar de **Juiz Presidente nos leilões** (carta de 9 de Março de 1779).

Observações: Recebeu certidão negativa a 18 de Março de 1795 (RGM). Os pais e avós são naturais de Lisboa. O avô paterno era bacharel e advogado nos auditórios de Lisboa. O avô paterno era irmão do Desembargador Ambrósio da Silva Martins, que faleceu na Relação do Porto. A avó materna teve um irmão religioso de Nossa Senhora da Graça, e um outro de S. Francisco de Xabregas. O avô materno era pescador, e a avó materna vendia peixe na Ribeira. O habilitante é, à data de Março de 1735, solteiro e mora à data de Maio seguinte às Portas do Mar. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís Manuel de Pina Coutinho (Licenciado em leis), filho de Pedro de Pina Coutinho e de D. Josefa Maria de Gouveia, neto paterno de Manuel de Pina Coutinho e D. Antónia Travassos, e neto materno de Luís Álvares e Mariana de Gouveia. Foi **Juiz de Fora do Porto** (carta do lugar de 7 de Janeiro de 1722); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de mercê do cargo de 9 de Dezembro de 1729), provisão para que possa levar 30\$000 réis de aposentadoria (14 de Setembro de 1731); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 21 de Agosto de 1734); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Dezembro de 1740), provisão de comissão para execução das suas dependências (9 de Agosto de 1745); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1745); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de mercê do lugar de 17 de Setembro de 1749), alvará de ordenado com o lugar de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (4 de Outubro de 1749); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 29 de Agosto de 1752); **Provedor da Coroa** (carta de 4 de Agosto de 1753); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 5 de Setembro de 1753). Recebeu alvará de foro de fidalgo (17 de Setembro de 1753), e alvará de Escrivão das Acções Novas da Relação do Porto para seu filho António Raymundo de Pina Coutinho (2 de Agosto de 1756).

Observações: Os familiares são naturais de Lisboa e aí moraram na Rua da Rosa das Partilhas ao Bairro Alto. O pai é doutor e Desembargador que assiste na Relação do Porto. O avô paterno, para além de cirurgião-mor em Lisboa e médico da Câmara de Sua Majestade, era familiar do Santo Ofício. O avô materno era capitão. O habilitante é, à data de Novembro de 1719, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís Martins Baião (Bacharel; Licenciado), natural de Beja, filho de Domingos Baião e de Apolónia Baião, neto paterno de João Baião e Beatriz Fialha, e neto materno de Luís Martins Baião e Catarina Gonçalves.

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** por tempo de três anos (carta patente de 27 de Outubro de 1645); **Juiz de Fora dos órfãos de Évora** por tempo de três anos (carta de 20 de Agosto de 1649); **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** (carta de 16 de Junho de 1666); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 28 de Junho de 1673). Recebeu 20\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu filho (7 de Dezembro de 1680).

Observações: Os familiares referidos são naturais e moradores da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Baleizão, do termo de Beja. Os pais e avós eram lavradores que viviam abastada e honradamente da sua lavoura. O bacharel mora, à data de Novembro de 1631, em Beja e é à data de Janeiro de 1632 solteiro. O bacharel é por informação geral do ano de 1631 bom estudante (LB).

Luís Matoso Soares (Licenciado; Bacharel em cânones de 1661 para 1662), também *Luís Matos Soares*, natural de Coimbra, filho de Luís Cordeiro Matoso e de Antónia Soares, neto paterno de Gaspar Cordeiro e Ana Matoza, e neto materno de António Lourenço e Luísa Gomes. Foi **Corregedor dos Açores** (carta de 3 de Julho de 1681); **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta); **Juiz de Fora do Porto** (carta), alvará de beca para o Porto (3 de Julho de 1681); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Agosto de 1689); **Corregedor do cível da Corte** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis (20 de Agosto de 1681), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com hábito (25 de Agosto de 1681), padrão de 8\$000 réis de tença, e alvará de administração de capela.

Observações: Os pais e avós paternos são naturais de Espinhel do termo da vila de Penela, tendo os últimos aí morado. A mãe e avós maternos são naturais de Coimbra, havendo pelo menos os últimos morado na Rua das Covas daquela cidade. O pai é bacharel licenciado e advoga em Coimbra de que é cidadão. O pai parece ser familiar do Santo Ofício também em Coimbra. Os avós paternos viviam

da sua fazenda, e parece que integraram a governança de Penela. O avô materno exercia o ofício de picheleiro, cujo produto o vendia em tenda e pelas ruas, e também terá vivido da sua fazenda. O bacharel tem irmãos religiosos, um deles de Santa Cruz. O bacharel mora, à data de Novembro de 1663, em Coimbra e é à data de Fevereiro de 1664 solteiro. O bacharel é bom estudante (LB).

Luís de Melo e Sá (Bacharel em cânones), nascido em 1708 ou 1709, natural de Fornos de Algodres, filho de Matias de Sá e Melo e de Bernarda de Andrade, neto paterno de Gregório de Figueiredo e Melo e Maria Tenreira e Pina, e neto materno de Simão Nunes de Andrade e Antónia de Sousa.

Foi **Juiz de Fora de Trancoso** (carta de 12 de Janeiro de 1744); **Auditor-Geral da Gente da Guerra da Província do Minho** (carta de mercê do lugar de 24 de Julho de 1750), provisão de licença de quatro meses para se ausentar do dito lugar (9 de Outubro de 1755); **Corregedor de Santarém** (carta de 7 de Fevereiro de 1760), provisão de licença por dois meses para estar ausente do lugar de **Corregedor do crime de Santarém** (14 de Março de 1766), reconduzido com beca e fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto (de 27 de Outubro de 1764), provisão para tomar posse por procurador deste último lugar (8 de Novembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Outubro de 1768); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** e **Corregedor do crime da Corte** (carta de 31 de Outubro de 1771); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 19 de Agosto de 1778); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de Sua Majestade de 14 de Maio de 1793). Recebeu carta de padrão de tença de 20\$000 réis e hábito (3 de Outubro de 1770), e carta de confirmação da doação de bens que fez a José Joaquim Pereira de Carvalho (23 de Novembro de 1792).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Fornos de Algodres e aí moraram. Os avós paternos são naturais de Inírias, e aí moraram na quinta do Casalinho pertencente à freguesia de S. Pedro. Os pais e avós viviam das suas fazendas e respectivos rendimentos com criados e cavalos, e exerceram os cargos honrosos das suas vilas. Os pais e avós eram aparentados com as melhores pessoas das suas vilas e Comarca. O habilitante tem um irmão direito, chamado Pedro Inácio de Sá, que é beneficiado na colegiada de Santa Maria de Celorico. O habilitante é, à data de Dezembro de 1735, casado com D. Ana, e mora à data de Janeiro seguinte em Fornos de Algodres. A mulher do habilitante é filha do bacharel António Rebelo Castelo Branco e de D. Antónia, havendo aquele servido de Corregedor de Lamego. A mulher e sogros do habilitante são oriundos de Viseu. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís de Melo da Silva (Bacharel; Licenciado por exame privado), nascido em 1668 ou 1669, natural de Lisboa, filho de Luís de Melo da Silva e de D. Maria Camília de Lemos, neto paterno de Nuno de Melo da Silva e D. Maria Pita, e neto materno de Martinho Monteiro Cea e Camília de Lemos.

Foi **Coronel da ordenança da Baía** (carta); **Juiz da Índia e Mina** (carta); **Juiz das Causas do Consulado** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Novembro de 1704); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 27 de Março de 1711), provisão de 60\$000 réis de ajuda de custo (18 de Abril de 1711), alvará de 600 cruzados de ajuda de custo como Chanceler da Relação da Baía (18 de Abril de 1711), carta de Chanceler da Relação da Baía (27 de Março de 1717); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** por seis anos (alvará de um lugar de 21 de Abril de 1711), carta para ter efeito a mercê do ofício de Conselheiro Ultramarino (24 de Novembro de 1719), alvará de 300\$000 réis de ordenado como Conselheiro do Conselho Ultramarino (19 de Janeiro de 1720); **Presidente da Alçada do Rio de Janeiro** (provisão para se recolher ao Reino de 7 de Março de 1716). Recebeu carta da comenda de Santa Maria do Porto de Mós (23 de Setembro de 1688), carta da Alcaldaria-mor da vila e castelo de Porto de Mós (6 de Março de 1692), carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos cada ano em vida com o hábito de Cristo (29 de Abril de 1696), apostila de 77\$501 réis de juro no Paço da Madeira de Lisboa, alvará para fazer certa obra no Rio Douro, alvará para aforar bens reguengos, (com sua mulher D. Margarida Teresa Correia) apostila de 320\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa (12 de Novembro de 1720), (com sua mulher) apostila declarando que dos 300\$000 réis de juro que tinham eram 204\$000 réis vinculados (17 de Dezembro de 1721).

Observações: Foi genro de Pedro Rodrigues de Carvalho, e marido de Maria Clara de Carvalho. Os pais e o avô paterno parece serem naturais de Lisboa. A avó paterna é natural de Bucelas. O pai era comendador e Aicaide-mor de Porto de Mós, havendo tido também a dita comenda o avô paterno. O defunto avô materno era doutor e, para além de conselheiro da Fazenda, foi Juiz das Justificações. O avô materno foi casado mais do que uma vez, havendo sido a sua primeira mulher a avó materna do habilitando. A avó paterna era filha herdeira do governador de Cabo Verde António Gonçalves Pita, e de sua mulher D. Antónia de Madureira. A defunta avó materna era filha do Desembargador Luís Galvão de Lemos e de D. Maria de Carvalho. Os pais e avós eram fidalgos muito honrados. O habilitando é, à data de Abril de 1696, solteiro e é bom estudante (LB).

Luís Monteiro da Costa (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 16 de Março de 1653); **Ouvidor-Geral do cível da Índia**. Recebeu alvará para se lhe levar em conta certo tempo na Universidade, alvará para actos em Coimbra, e alvará de concessão de tempo para formatura.

Luís de Morais de Seabra (Doutor), também *Luís Morais Seabra e Silva*, natural de Vilela no termo de Coimbra, filho de Lucas de Seabra e Silva e de D. Josefa Teresa de Morais Ferraz, neto paterno de Gregório de Seabra e Silva e Antónia Ribeira Pinto, e neto materno de Manuel Velho Marmeleiro da Costa e D. Bernarda Antónia de Morais.

Foi **Provedor dos órfãos e capelas** (carta de 13 de Setembro de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Maio de 1758), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (22 de Maio de 1758). Recebeu carta de padrão de tença anual de 26\$000 réis em vida (10 de Junho de 1744), alvará de fidalgo cavaleiro (2 de Outubro de 1745), alvará de foro de moço fidalgo (20 de Setembro de 1753), alvará de foro de fidalgo escudeiro com moradia (2 de Janeiro de 1754), e padrão de 28\$000 réis de tença (12 de Julho de 1758).

Luís de Moura Furtado (Bacharel), também *Luís de Moura Furtado Quintanilha*, natural de Lisboa, filho de António Gomes Furtado Quintanilha e de D. Antónia Luísa de Moura, neto paterno de Manuel Gomes Furtado Quintanilha e Maria das Neves, e neto materno de Teodósio Dias de Moura e D. Francisca Joaquina da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** (carta de 12 de Outubro de 1764); **Ouvidor da Capitania de Paraíba** (alvará de 50\$000 réis de ajuda de custo de 17 de Outubro de 1772), carta de Ouvidor da dita capitania (29 de Outubro de 1772); **Provedor da Capitania de Paraíba** (alvará de 4 de Novembro de 1772); **Provedor da Comarca de Setúbal** (carta de 9 de Abril de 1782), carta de recondução em Provedor da Comarca de Setúbal (6 de Setembro de 1786), provisão de condecoração de beca honorária (16 de Fevereiro de 1793); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Outubro de 1794). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença com hábito (15 de Março de 1773), carta de padrão de tença de 8\$000 réis e hábito (18 de Março de 1773), alvará de pensão da terça parte do líquido rendimento do ofício de Escrivão da alfândega de Pernambuco

(4 de Maio de 1813), e alvará de pensão da parte que lhe tocou do rendimento do ofício de Escrivão da fortuna das fazendas e descargas de navios na alfândega de Pernambuco (21 de Junho de 1813).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Lisboa. Os avós paternos são naturais de Évora. O pai foi criado particular do infante D. António e é criado de Sua Majestade. O avô paterno parece ter usado inicialmente e brevemente do ofício de sapateiro, passando depois a sustentar-se das suas fazendas. O avô materno embarcava em navios seus para o Brasil, e detém a patente de capitão-de-mar-e-guerra. O habilitante é, à data de Maio de 1761, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Luís Mourão Cordeiro do Vale (Bacharel em leis de 1780 para 1781), também *Luís Morão Cordeiro do Vale*, nascido em 1751 ou 1752, natural de Lisboa e baptizado na freguesia do Socorro, filho de João Carlos Morão Pinheiro e de D. Clara Rosa de Leão, neto paterno de Francisco Carvalho Chaves e D. Joana Leonor de Chaves, e neto materno de Luís Cordeiro do Vale e D. Maria Madalena de Leão.

Foi **Ouvidor das Ilhas de S. Tomé e Príncipe** com um lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta do lugar de 18 de Setembro de 1800).

Observações: Os pais e avós são de Lisboa. O pai é doutor e advogado do Nossa da Casa da Suplicação. A mãe foi a primeira mulher do pai. O avô paterno era homem de negócio na praça de Lisboa. A avó paterna é filha do doutor em medicina Gaspar Lopes Henriques que exerceu em Lisboa. O avô materno era advogado. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1786, solteiro e morador no Rossio. O habilitante é advogado nos auditórios de Lisboa desde 1781, despachando debaixo da prática e escritório do seu pai. O habilitante tem informações de Muito Bom ou Bom estudante. O habilitante ocupa, à data de meados de 1802, o lugar de Ouvidor das Ilhas de S. Tomé e Príncipe (LB).

Luís Neto da Silveira (Bacharel), nascido em 1696, natural de Lisboa, filho de António Neto Chainho e de Rosa Maria de Macedo.

Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (1724); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 13 de Abril de 1728). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença pelos seus serviços de letras e por ir de Desembargador da Relação de Goa e por se costumar dar hábito de Cristo e 50\$000 réis de tença a quem servia esses cargos indo os restantes 12\$000 noutra padrão (12 de Fevereiro de 1732).

Observações: Faleceu em Goa (MM). Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 22 de Março de 1730 (HOC).

Luís de Oliveira da Costa (Doutor), filho de Simão de Oliveira da Costa.

Foi **Juiz dos órfãos de Manteigas** (apostila de 8 de Outubro de 1668), alvará de Juiz dos órfãos de Manteigas; **Corregedor de Coimbra** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Dezembro de 1669); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Fevereiro de 1673); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Novembro de 1677); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 1 de Dezembro de 1678); **Deputado suplente do Tribunal da Mesa** (carta de 23 de Outubro de 1682), carta de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens; **Conselheiro** (carta de Conselho). Recebeu 40\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (27 de Abril de 1676), alvará de administração vitalícia da capela instituída por Isabel Martins em Alpedrinha (1 de Junho de 1674), alvará de administração de capela, e carta de padrão de tença de 30\$000 réis (17 de Junho de 1683).

Luís de Oliveira Figueiredo e Almeida (Bacharel em leis em 1798), também *Luís de Oliveira Figueiredo*, nascido em 1777 ou 1778, natural de S. Pedro do Sul no concelho de Lafões, filho de João de Almeida de (ou e) Oliveira e de Joaquina Teresa de Figueiredo, neto paterno de Cristóvão de Almeida e Filipa de Oliveira, e neto materno de Luís de Figueiredo e Teresa de Oliveira.

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide** (carta do lugar de 9 de Junho de 1800); **Juiz de Fora do Maranhão** (carta de 13 de Fevereiro de 1805), provisão para vencer o ordenado desde o dia que embarcar nesta cidade (12 de Março de 1805), provisão para ter 40\$000 réis anuais de aposentadoria como Juiz de Fora do Maranhão (12 de Março de 1805); **Provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes do Maranhão** (alvará com o predicamento de correição ordinária de 28 de Fevereiro de 1805); **Desembargador da Relação da Baía** sem ordenado (carta fazendo nele o lugar de Juiz de Fora de 13 de Abril de 1812); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Janeiro de 1822); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de nomeação para uma dízima dos Agravos da Suplicação de 19 de Abril de 1825); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta do lugar de 5 de Novembro de 1829), alvará de 320\$000 réis em parte do seu ordenado e mesmo 40\$000 réis (4 de Março de 1830). Recebeu alvará do hábito de Cristo (3 de Março de 1819).

Observações: Foi passada certidão negativa com 47 anos de idade (RGM). O pai e avô paterno são naturais da freguesia de Trapa do termo de S. Pedro do Sul. A mãe é natural de S. Pedro do Sul. As avós são naturais da freguesia de

Carvalhais do termo de S. Pedro do Sul. O avô materno é natural de Coutos, talvez do termo de S. Pedro do Sul, e comprovadamente da Comarca de Viseu. Parece que os pais assistem em S. Pedro do Sul. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1799, solteiro e morador em S. Pedro do Sul (LB).

Luís Pereira de Abreu (Bacharel).

Foi **Corregedor da Comarca de Almada** de 1.^a entrância (carta de 8 de Março de 1741), carta de Corregedor da Comarca de Almada (3 de Março de 1744); **Ouidor da Comarca de Setúbal** (carta de 15 de Março de 1741); **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** (carta do lugar de 13 de Novembro de 1747), carta de Provedor das capelas de Lisboa (13 de Dezembro de 1747); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Fevereiro de 1750), alvará de aposentado na Casa do Porto (7 de Fevereiro de 1760), alvará de aposentado no mesmo lugar (9 de Fevereiro de 1760), alvará de ordenado de 200\$000 réis como aposentado (20 de Março de 1760).

Luís Pereira de Castro (Doutor).

Foi **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Dezembro de 1640); **Conselheiro** (carta do Conselho de 18 de Outubro de 1642); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 19 de Outubro de 1642); **Deputado clérigo do Tribunal da Mesa** (carta de 20 de Outubro de 1642).

Luís Pimentel da Costa (Bacharel; Licenciado em Março de 1674), natural de Loulé (provavelmente), filho de Afonso Pimentel da Costa. Foi **Juiz do Consulado da Índia e Mina** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Juiz dos Feitos da Coroa** (carta de 5 de Novembro de 1703). Recebeu carta de padrão de tença de 38\$000 réis (14 de Outubro de 1689), alvará de 44\$000 réis e quatro moios de trigo anuais (15 de Dezembro de 1703), carta de padrão de 150\$000 réis (19 de Agosto de 1705), alvará para tomar posse do cargo por procurador, e alvará de renúncia de ofícios.

Observações: Os pais e avós são naturais de Loulé e aí moradores. Os pais e avós tratavam-se à lei da nobreza com cavalos criados e escravos, servindo de Vereadores e os demais cargos da governança de Loulé. O bacharel tem um tio materno licenciado que, para além de cónego da sé de Faro, foi provisor e vigário geral no Algarve, chamado Pedro Ribeiro da Câmara. O bacharel tem um tio paterno, provavelmente chamado Simão Peres, que foi prior de Querença e sacerdote de grandes prendas. O bacharel é, à data de Julho de 1675, solteiro. O bacharel é bom estudante e sujeito quieto e de grande opinião (LB).

Luís Pinheiro (Bacharel), filho de Tomé Pinheiro da Veiga.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 14 de Dezembro de 1643); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (1650).

Observações: Ingressou na vida religiosa no Convento da Figueira, com o nome de Frei Luís de São Francisco (MM).

Luís Quifel Barbarino (Licenciado por exame privado em cânones), nascido em 1673 ou 1674, natural de Lisboa, filho de Bartolomeu Quifel e de D. Teresa Maria de Figueiredo, neto paterno de Guilherme Quifel e D. Isabel de Freitas, e neto materno de Manuel Rebelo de Figueiredo e D. Catarina Maria Quifel.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Junho de 1707); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Outubro de 1715). Recebeu carta da Índia e Mina, e padrão de 68\$000 réis de tença.

Observações: Os pais avós maternos e avó paterna são naturais de Lisboa e aí moradores. O avô paterno é natural de Anvers. O pai era doutor e, para além de fidalgo da Casa de Sua Majestade e familiar do Santo Ofício, servia de Desembargador e Conselheiro da Fazenda. O avô paterno foi homem de negócios em Lisboa e, segundo a tradição, é aparentado com os cardeais barbarinos. O avô materno era doutor e Corregedor do cível de Lisboa, e conquanto tenha sido despachado para Desembargador da Relação do Porto, faleceu antes que servisse tal cargo. A avó materna casou segunda vez com o doutor João de Andrade Leitão Corregedor, que foi do crime da Corte e familiar do Santo Ofício. A avó materna é irmã do pai, casando este com a filha daquela que é a mãe do habilitando. O habilitando é fidalgo filhado. O habilitando é, à data de Julho de 1700, solteiro e morador em Lisboa a S. Luís. O habilitando é muito bom estudante. Os familiares referidos são à data da inquirição falecidos, exceptuando o pai (LB).

Luís Rebelo Quintela (Bacharel em leis), também **Luís Ribeiro Quintela**, nascido em 1722 ou 1723, natural de Lisboa, filho de Félix José Pereira (ou Félix Pereira Quintela, ou João Gomes Rebelo) e de Teresa de Jesus Quintela, neto paterno de António Gomes Rebelo e Madalena de Jesus, e neto materno de Manuel João e Mariana da Costa Quintela.

Foi **Juiz de Fora de Santarém** (carta de 21 de Julho de 1750); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Fevereiro de 1754); **Juiz de Fora de Santarém** (carta de **Desembargador da Relação da Baía** de 3 de Fevereiro de 1754); **Juiz Conservador do Contrato dos Dizimos Reais da Capitania da Baía** (provisão de 13 de Fevereiro de 1754); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para

tomar posse por seu procurador na Relação do Porto de 31 de Julho de 1754); **Juiz das Causas dos Cativos da Relação da Baía** (provisão de 13 de Fevereiro de 1755); **Juiz Conservador do Contrato do Sal da Capitania da Baía** (provisão para ser 20 de Fevereiro de 1758), provisão de Conservador do Contrato do Estanque do Sal do Brasil no Porto (30 de Janeiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Dezembro de 1764); **Governador da Companhia Geral de Pernambuco** (carta de 17 de Junho de 1765); **Conservador da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba** no Porto (carta de 17 de Junho de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1768); **Provedor Fiscal da Companhia Geral do Grão Pará** (carta de 7 de Março de 1769); **Juiz Conservador da Nação Hamburguesa** (alvará de 18 de Março de 1770); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Junho de 1771); **Provedor Fiscal da Junta do Comércio** (carta de 21 de Setembro de 1771); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Outubro de 1771). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (18 de Setembro de 1750), carta de padrão de tença (13 de Outubro de 1750), carta de hábito de Cristo (1 de Abril de 1751), alvará de confirmação do testamento de seu irmão Inácio Pinto Quintela (19 de Dezembro de 1775), apostila de juro anual de 13\$268 réis (23 de Maio de 1777), verba de 13\$268 réis de juro no Conselho Ultramarino (25 de Maio de 1777), apostila de 102\$000 réis de juro no rendimento dos efeitos do Conselho Ultramarino (24 de Outubro de 1778), apostila de 102\$000 réis de tença (12 de Janeiro de 1779), verba de 102\$000 réis de juro no Conselho do Ultramar (18 de Janeiro de 1779), provisão para poder fazer certo contrato e sub-rogação com a Mesa da Misericórdia de Lisboa (28 de Setembro de 1779), verba de 100\$000 de juro na Tesouraria da Casa da Moeda (3 de Dezembro de 1779), apostila de 100\$000 réis de juro na Casa da Moeda (6 de Dezembro de 1779), verba de 100\$000 réis de tença (11 de Janeiro de 1780), e apostila de 68\$667 réis de juro nos efeitos do Conselho Ultramarino (30 de Agosto de 1780).

Observações: Os pais e as avós são naturais de Lisboa e baptizados na freguesia de S. Julião. O avô paterno é natural de Turquel dos coutos de Alcobaça, e baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição daquela vila. O avô materno é natural e baptizado na freguesia de Santa Maria dos Olivais do termo de Lisboa. O pai é familiar do Santo Ofício e homem de negócio de grosso trato, vivendo à lei da nobreza com carruagem. O avô paterno é filho de Pedro Gomes e Francisca Luís e irmão de Isabel Maria, os quais moraram na vila de Turquel. O avô paterno ausentou-se de pouca idade para Lisboa, onde teve o ofício de mercador na Rua Nova. O avô materno vivia do seu

negócio e fazenda abastadamente. O bacharel é, à data de Dezembro de 1749, solteiro e morador em Lisboa na Cordoaria Velha. O bacharel é bom estudante (LB).

Luís Ribeiro Godinho (Bacharel), também *Luís Rebelo Godinho*, nascido em 1716 ou 1717, natural de Lisboa, filho de Ambrósio Ribeiro Godinho e de D. Caetana Maria de Jesus, neto paterno de Pedro Ribeiro e Catarina Josefa, e neto materno de Domingos Pires e Mariana da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Recardães, Segadães e Brunnido** (carta do cargo de 17 de Agosto de 1748), provisão de licença por dois meses para estar ausente do dito lugar (30 de Julho de 1752); **Juiz de Fora do Bairro Alto** (carta de 3 de Novembro de 1764); **Corregedor da Comarca de Lamego** (carta de 3 de Novembro de 1764), carta de Corregedor de Lamego (23 de Novembro de 1764); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 11 de Junho de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Novembro de 1778), carta de Desembargador da Relação do Porto (10 de Dezembro de 1778), carta de Desembargador da Relação do Porto (9 de Dezembro de 1783); **Provedor da Suplicação** (9 de Outubro de 1781); **Provedor do Subsídio Militar do Porto** (14 de Outubro de 1781), provisão de **Presidente do Subsídio Militar do Porto** (14 de Dezembro de 1781); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1783); **Juiz dos falidos** (carta de 27 de Fevereiro de 1786); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 19 de Fevereiro de 1787), carta de Corregedor do cível da Corte (19 de Abril de 1787); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (cartas de 15 de Abril e 15 de Setembro de 1795); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 29 de Novembro de 1799). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (23 de Janeiro de 1765), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (26 de Janeiro de 1765), (como Juiz do Inventário e Administrador da Casa do defunto Marquês de Nisa) provisão das instruções para a dita administração (10 de Janeiro de 1786), e provisão que o nomeia para Juiz de uma questão da Casa do Marquês de Valença em lugar do Desembargador Alexandre José Ferreira Castelo que era seu administrador (17 de Julho de 1787).

Observações: O pai e a falecida avó paterna são naturais de Lisboa e baptizados na freguesia de S. Julião. O falecido avô paterno é natural de Lisboa, e baptizado na freguesia de S. Sebastião da Pedreira. A mãe é natural de Lisboa e baptizada na freguesia de S. Nicolau. A falecida avó materna é natural de Pedrouços e aí baptizada. O falecido avô materno é natural da freguesia de Salvador de Figueiredo do couto de Vimieiro e da Comarca de Guimarães. O pai é

doutor e advogado em Lisboa. O avô paterno foi ourives do ouro com loja na rua do mesmo nome. O avô materno foi em Lisboa mestre espingardeiro. Segundo o conhecimento público, houve na freguesia de Salvador de Figueiredo um Domingos Pires que vivia da sua fazenda, e cujo filho do mesmo nome se aposentou para Lisboa. O bacharel é, à data de Setembro de 1743, solteiro e mora à data de Outubro seguinte em Lisboa na freguesia de S. Nicolau (LB).

Luís Rodrigues Belo (Bacharel), nascido em 1650, natural de Setúbal, filho de Francisco Rodrigues Belo e de Mariana Barbosa.

Foi **Ouvidor de Cabo Verde; Corregedor de Miranda; Corregedor de Elvas; Corregedor do Bairro do Rossio; Desembargador Extravagante da Relação do Porto** aposentado (carta de 28 de Janeiro de 1716), alvará de 260\$000 réis de aposentado (19 de Março de 1716).

Luís Salema de Carvalho (Bacharel), filho de Cristovão Salema Castelo e de D. Inês de Carvalho, neto paterno de António Vaz Castelo e D. Isabel Xara, e neto materno de Francisco Casado de Carvalho e D. Francisca de Lemos.

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos de Campo de Ourique** por tempo de três anos (alvará de 29 de Maio de 1646); **Desembargador Agravista da Relação da Baía** (carta de 6 de Novembro de 1651); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Março de 1662); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Março de 1669); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta), alvará de aposentação como Desembargador da Casa da Suplicação com ordenado e propinas (20 de Novembro de 1671), alvará de aposentado. Recebeu carta de padrão de 10\$000 réis de tença em sua vida (15 de Maio de 1672).

Observações: O pai e avô paterna são naturais de Moura. O avô paterno é natural de Setúbal. A mãe e os avós maternos são naturais de Lisboa. O avô paterno era doutor e, para além de Desembargador da Casa da Suplicação e do Desembargo do Paço, foi do Conselho de Sua Majestade. O avô materno era doutor e, para lá de ter servido de Corregedor da Corte, esteve em África com D. Sebastião. O pai do avô materno, chamado Manuel Alves de Carvalho, foi embaixador de Inglaterra. A mãe é irmã inteira do doutor Manuel Álvares de Carvalho que serviu de Corregedor do crime da Corte. Os familiares são pessoas principais e fidalgos. O bacharel é, à data de Junho de 1628, casado (LB).

Luís Sanches de Almeida (Bacharel), filho de António Sanches Pereira.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 17 de Setembro de 1753), provisão para vestir beca com o dito lugar (24 de Setembro de 1753), carta de Juiz da Índia e Minas (17 de Setembro de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar da Ordem de 9 de Agosto de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Maio de 1771). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis (29 de Setembro de 1731), alvará de fidalgo da Casa Real (29 de Maio de 1738), e provisão para obrigar a dote e arras de bens de morgado (19 de Maio de 1769). **Observações:** O pai é Desembargador (LB).

Luís de Sequeira (Bacharel em cânones), também *Luís de Serqueira*, também *Luís de Cerqueira da Gama*, nascido em 1677 ou 1678, natural de Lisboa, filho de António de Sequeira (ou António de Serqueira, ou António de Cerqueira da Gama), e de D. Inês Maria de Oliveira, neto paterno de Fernão Martins de Ayala e D. Catarina da Gama e Ataíde, e neto materno de Gaspar Gomes de Oliveira e Ana dos Santos Pereira.

Foi **Juiz de Fora do Alandroal** (carta); **Juiz de Fora de Guimarães** por três anos (carta de 8 de Dezembro de 1707); **Juiz de Fora da vila de Santos** (alvará de 100\$000 réis de ajuda de custo de 26 de Março de 1713), carta de Juiz de Fora da vila de Santos (27 de Março de 1713), alvará de ajuda de custo para casas (22 de Fevereiro de 1716); **Desembargador da Relação da Baía** (carta para que possa vestir beca de 27 de Fevereiro de 1716); **Desembargador suplente da Relação da Baía** (carta de mercê de 29 de Agosto de 1718), provisão para que por seu procurador possa tomar juramento na Chancelaria (27 de Outubro de 1718); **Superintendente do tabaco da Capitania da Baía** enquanto durar o impedimento de Cristovão Tavares de Morais (provisão de 2 de Maio de 1722), provisão do cargo de Superintendente do Registo e Arrecadação do tabaco da Baía durante os impedimentos do próprio (12 de Maio de 1722); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 19 de Novembro de 1725); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (carta de mercê de 15 de Outubro de 1727); **Juiz dos Cativos e resíduos na Relação do Porto** (provisão e alvará de mercê do lugar de Juiz para que privativamente conheça as causas, apelações e agravos pertencentes aos cativos e resíduos de 10 de Março de 1730); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Junho de 1734), carta de mercê de um lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (9 de Julho de 1734); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 18 de Março de 1738); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação**

(carta de 2 de Setembro de 1738). Recebeu alvará de administração de capela, alvará de mercê de 60\$000 réis cada ano para casas como Juiz de Fora da vila de Santos (22 de Fevereiro de 1716), e provisão para que o dito e seus oficiais possam levar as espórtulas pelo trabalho que tiveram com o inventário de Catarina de Góis de Sequeira (5 de Março de 1723).

Observações: Foi Juiz de Fora da Baía. O pai e avó paterna são naturais de Campo Maior. A mãe, avós maternos e avó paterno são naturais de Lisboa, tendo morado os segundos na freguesia de S. Mamede. O pai mora em Lisboa. A mãe tirou inquirições para ser terceira da Ordem do Carmo. O avó paterno parece ter casado duas vezes, a primeira das quais com a avó do habilitando, porventura na altura em que foi capitão de cavalos no Alentejo. O avó paterno morou em Lisboa na freguesia de S. Mamede e, para além de cavaleiro do hábito de Santiago, foi comissário geral da cavalaria. O avó materno era doutor e advogado da Casa da Suplicação. A avó paterna era da principal nobreza de Campo Maior, chamando-se o seu pai Jorge do Rego. O habilitando tem um irmão bacharel já habilitado no Desembargo do Paço, chamado José de Siqueira e Ayala. O bacharel é, à data de Outubro de 1700, solteiro e mora à data de Novembro seguinte em Lisboa às Portas de Santa Catarina vivendo da sua fazenda. O bacharel é bom estudante (LB).

Luís de Sequeira da Gama e Aiala (Bacharel em leis), nascido em 1762 ou 1763, natural do Porto, filho de António de Siqueira da Gama e Ayala e de D. Valentina Lourença de Sens, neto paterno de Luís de Siqueira da Gama e D. Catarina Álvares da Cunha, e neto materno de João Chavapeira de Sens e D. Maria Marta Lourença de Gracia.

Foi **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 19 de Novembro de 1792), provisão de beca honorária (14 de Dezembro de 1792), carta de Corregedor do crime do Bairro Alto (19 de Dezembro de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Maio de 1803), carta de Desembargador da Relação do Porto (12 de Dezembro de 1816); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com metade do ordenado (carta de aposentado no lugar de 1 de Setembro de 1820). Recebeu provisão de extinção da capela que instituíra Luís Pereira de Sequeira no rendimento de certos bens na Comarca de Portalegre (12 de Fevereiro de 1798).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da cidade de Santos do bispado de S. Paulo no Brasil. O avó paterno é natural de Lisboa. A mãe e avós maternos são naturais do Reino de Aragão. O pai foi Desembargador do Senado da Câmara de Lisboa, e o avó paterno foi Desembargador Agravista da Casa da Suplicação. O avó materno vivia das suas fazendas. O bacharel é, à data de Maio de 1790, solteiro e morador em Lisboa na Rua Larga de S. Roque. O bacharel é bom estudante (LB).

Luís de Sousa Pereira (Bacharel), nascido em 1691, natural da Baía, filho de João de Sousa e de Mariana Pereira de Cerqueira.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 12 de Abril de 1717); **Juiz Conservador do Contrato do Sal da Baía** (carta de 11 de Maio de 1723). Recebeu provisão para tomar posse por procurador (5 de Fevereiro de 1718), e provisão de licença para casar (28 de Setembro de 1719).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 9 de Março de 1707 (HOC).

Luís Teixeira Cabral (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Arronches** (1635); **Juiz de Fora da Covilhã** (carta de 11 de Dezembro de 1628); **Corregedor de Tavira** (carta de 19 de Dezembro de 1635); **Desembargador da Relação de Goa**.

Luís Tomás Veloso de Miranda (Bacharel em cânones), nascido em 1748 ou 1749, natural do lugar de Nossa Senhora das Necessidades no termo de Barcelos, filho de João Veloso de Miranda e de D. Brígida Maria Lopes de Fonseca, neto paterno de Luís Veloso de Miranda e D. Teodora Luísa Matos e Noronha, e neto materno de João Lopes da Fonseca e Maria de Abreu.

Foi **Juiz de Fora dos órfãos de Vila Viçosa** (provisão de licença para poder conservar em sua casa em companhia da sua mulher enjeitadas e delas se servir como criadas de 13 de Agosto de 1790); **Superintendente do tabaco** (carta de 27 de Julho de 1794); **Provedor da Comarca de Viana** (carta do lugar de 11 de Fevereiro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Agosto de 1807). **Observações:** Os pais, avós paternos e avó materna são naturais da freguesia de S. João de Barqueiros do termo de Barcelos. O avó materno é natural da freguesia de Santa Maria de Rio Tinto. O pai é frei e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Os pais e avós viviam dos seus bens. O habilitante é, à data de Maio de 1774, solteiro e mora à data de Junho seguinte em Lisboa no colégio de Nossa Senhora da Estrela. O bacharel é bom estudante. O bacharel aparece também com o nome de Luís Veloso de Miranda Matos e Noronha (LB).

Luís Veloso de Miranda (Licenciado em cânones em 1722; Licenciado em Direito Civil em 1728), nascido em 1697 ou 1698, natural de Guimarães, filho de Jerónimo da Silva e de Angélica de Martins e Afonseca, neto paterno de António da Silva e Maria Francisca, e neto materno de Adrião de Miranda Ferreira e Ana Velosa de Afonseca.

Foi **Juiz de Fora do Porto** (carta de mercê do cargo de 7 de Janeiro de 1734); **Juiz do crime do Porto** (carta de 21 de Março de 1741), alvará de ordenado de 84\$040 réis como Juiz do crime do Porto (5 de Agosto de 1741), alvará de ordenado com o lugar de Juiz do crime do Porto (5 de Agosto de 1741), alvará designando o vencimento que tem como Juiz do crime do Porto e bem assim todos os outros empregados deste Juízo (18 de Novembro de 1746); **Corregedor e Provedor da Comarca do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1746); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 13 de Março de 1750). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (7 de Julho de 1734).

Observações: O agraciado é sobrinho de António Rodrigues Vaz (RGM). Os pai e avós paternos são naturais de Guimarães. Os defuntos mãe e avô materno são naturais do lugar de Baçar do termo de Barcelos. A defunta avó materna é natural de Vila Nova de Famalicão do termo de Barcelos. O pai era bacharel licenciado que advogava em Guimarães e aí morava, sustentando-se da sua advocacia e de bens que possuía. O avô paterno exercitava o ofício de serralheiro em casas suas situadas na Rua dos Gatos logo abaixo do cruzeiro da Rua Travessa em Guimarães, e parece que se sustentava também de uma fazenda. O avô materno era familiar do Santo Ofício, e morava com a avó materna na sua quinta de Baçar. Ouviu uma testemunha dizer que o habilitante era casado, datando o depoimento de Janeiro de 1729. O habilitante tem morada em Guimarães na Rua das Hortas, mas mora à data de Setembro de 1728 em Lisboa à Graça. O habilitante advoga há quatro anos nas correições da Relação do Porto e no Número da mesma (LB).

Luís Xavier Valente de Gouveia (Bacharel em leis), nascido em 1729 ou 1730, natural de Cascais, filho de João Valente Sarrano e de D. Maria Cleofa de Gouveia, neto paterno de Domingos Valente e D. Maria Josefa, e neto materno de Francisco Ribeiro de Gouveia e D. Cressência Baptista da Encarnação.

Foi **Juiz de Fora de Seia** (carta de 9 de Outubro de 1764), provisão para estar ausente do dito lugar (13 de Julho de 1767); **Corregedor da Comarca de Leiria** (carta do lugar de 16 de Março de 1784), provisão de licença de dois meses (11 de Fevereiro de 1789), carta de reconduzido no dito lugar ficando nele a fazer de Desembargador da Relação do Porto (24 de Março de 1789); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Março de 1789).

Observações: Os pais e avós são naturais de Cascais e aí moradores. O pai é capitão de infantaria do regimento de Cascais. O avô paterno foi Vedor Geral da Gente e Guerra de Cascais e de Lisboa. O avô materno era doutor e foi Ouvidor de Cascais. Os pais e avós são das famílias mais distintas e qualificadas de Cascais. O habilitante mora, à data de

Novembro de 1760, em Cascais e é à data de Fevereiro de 1761 solteiro. O habilitante vive das suas fazendas (LB).

Manuel de Abreu Couceiro (Bacharel em leis), também *Manuel de Abreu Coutinho*, nascido em 1675 ou 1676, natural de Lisboa, filho de Miguel de Abreu Couceiro e de D. Leonor de Paiva, neto paterno de Manuel de Abreu e D. Mariana Couceira, e neto materno de António Lopes Leal e D. Helena de Paiva Moreira.

Foi **Juiz de Fora de Almodôvar** (carta); **Corregedor da Comarca de Portalegre** por três anos (carta de 9 de Março de 1714); **Corregedor do crime do Bairro de Alfama** por três anos (carta de mercê do lugar de 2 de Junho de 1719); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Janeiro de 1726). Recebeu alvará de escudeiro fidalgo (18 de Janeiro de 1704), carta de padrão de 18\$000 réis de tença efectiva cada ano (7 de Julho de 1725), e carta de padrão de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (14 de Julho de 1725).

Observações: Os pais e as defuntas avós são naturais de Lisboa e aí moraram. O defunto avô paterno é natural de Sintra, tendo ido para Lisboa onde casou. O defunto avô materno é natural do lugar de Gaeiras, pertencente à freguesia de Santa Maria do termo de Óbidos, e daí foi para Lisboa onde casou e faleceu. O pai é cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O avô paterno e um tio são cavaleiros do hábito de S. Bento de Avis. O bacharel é, à data de Novembro de 1702, solteiro. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Manuel Aires de Almeida (Licenciado; Bacharel legista), natural de Portalegre, filho de Aires (ou Agostinho) Souzão e de Leonor de Vasconcelos, neto materno de Fernão de Oliveira de Vasconcelos.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1648); **Desembargador da Casa da Suplicação** em lugar de **Ouvidor do crime** (carta de 15 de Dezembro de 1653). Recebeu carta de padrão de uma capela de 50\$000 réis de renda instituída nos bens do Marquês de Castelo Rodrigo (13 de Setembro de 1656), alvará concedendo-lhe 50\$000 réis de renda os mesmos que tinha seu pai (24 de Julho de 1658), e padrão de 50\$000 réis de tença.

Observações: O avô materno é natural de Estremoz e era pessoa nobilíssima. O avô paterno fez parte da governança de Portalegre, e o materno era aparentado com fidalgos muito honrados daquela cidade. O habilitante é sobrinho direito de Fernão d'Aires de Almeida, que foi Desembargador do Desembargo do Paço, e dispõe de fazenda por herança de uma tia. O bacharel é, à data de Novembro de 1622, casado em Portalegre. O bacharel cursou durante oito anos e residiu mais dois, perfazendo uma estada de dez anos na Universidade de Coimbra (LB).

Manuel de Albuquerque de Melo Pereira (Doutor em leis), também *Manuel de Albuquerque e Melo*, nascido em 1746 ou 1747, natural da freguesia de Ladário da Comarca de Viseu, filho de Francisco de Albuquerque e Castro e de D. Isabel Antónia de Melo, neto paterno de João Rodrigo Pereira de Albuquerque e Castro e D. Margarida Francisca Sottomaior de Vasconcelos, e neto materno de António Luís de Melo e D. Isabel Maria Pereira de Sottomaior.

Foi **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 15 de Julho de 1774); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Agosto de 1782); **Presidente do Subsídio Militar do Porto** (provisão de um lugar de 16 de Dezembro de 1783); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Janeiro de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado num lugar de 8 de Maio de 1802). Recebeu (com seu irmão) provisão de faculdade para anexarem as legítimas de que tratam aos bens de vínculo de que fazem menção (18 de Janeiro de 1793).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Ínsua do concelho do Castelo de Penalva e da Comarca de Viseu. A mãe e avô materno são naturais da sua quinta da Várzea, situada nas imediações de Coimbra. A avó paterna é natural de Santa Eulália do concelho de Seia. A avó materna é natural de Barbeita do termo de Monção. O pai é actualmente comendador da Ordem de Cristo e mestre de campo dos Auxiliares da Comarca de Viseu com o foro de fidalgo da Casa de Sua Majestade. O avô paterno era comendador da Ordem de Cristo e capitão mor do concelho de Penalva havendo o foro de fidalgo da Casa de Sua Majestade. O avô materno era fidalgo da Casa de Sua Majestade e pessoa ilustre e de qualificada nobreza. A avó materna tem em Barbeita estabelecido o solar da sua casa, onde se conservou a Alcaidaria e Capitania Mores de Caminha. A avó materna é filha de Gonçalo Afonso Pereira de Soutomaior e D. Sebastiana de Valadares, havendo sido aquele comendador da Ordem de Cristo e Acaide-mor de Caminha, além de fidalgo da Casa Real. O habilitante é, à data de Agosto de 1773, solteiro e morador em Ínsua. O habilitante é fidalgo da Casa de Sua Majestade e bom estudante (LB).

Manuel de Almeida Cabral (Bacharel), natural da Vidigueira, filho de António de Almeida Cabral e de Isabel Rodrigues, neto paterno de António de Almeida Cabral e Leonor Rodrigues, e neto materno de Domingos Rodrigues e Catarina Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Mértola** por três anos (carta de 3 de Março de 1654); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Fevereiro de 1681). Recebeu 40\$000 réis de tença com o hábito

de Cristo (8 de Julho de 1669), e carta de padrão de tença de 60\$000 réis (17 de Janeiro de 1689).

Observações: Os pais e avós são naturais de Vidigueira e do seu termo e moraram naquela vila. Os familiares eram dos principais de Vidigueira e da governança desta. Ouviu uma testemunha dizer aos seus antepassados que um bisavô do bacharel foi Acaide-mor de Vidigueira. O bacharel é, à data de Outubro de 1644, solteiro e morador na Vidigueira (LB).

Manuel de Almeida de Carvalho (Doutor), natural de Lisboa na freguesia de S. Jorge, filho de António de Almeida e Carvalho e de D. Maria de Nazaré, neto paterno de Manuel de Almeida e Carvalho e Ana Jorge de Carvalho, e neto materno de Manuel João Mouzinho e Catarina Josefa da Silva.

Foi **Juiz Geral das Três Ordens Militares** (provisão de 20 de Outubro de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 3 de Novembro de 1725); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Maio de 1730), carta de mercê de um lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (30 de Maio de 1730); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 1 de Fevereiro de 1745), alvará de 4\$000 réis anuais para uma escrivãzinha com o lugar de Desembargador do Desembargo do Paço (22 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro** (carta do título do Conselho (1 de Fevereiro de 1745). Recebeu padrão de 96\$000 réis de juro no Conselho Ultramarino (4 de Junho de 1751).

Observações: Os defuntos avós paternos são naturais de Assafarge, e os defuntos avós maternos são oriundos de Castelo Viegas, tudo do termo de Coimbra. Quanto aos pais, parecem ser naturais daquelas localidades. O pai, para lá de Doutor e familiar do Santo Ofício, era advogado dos de maior nota na Casa da Suplicação. Os avós viviam nobre e abastadamente das suas fazendas. O habilitante, para lá de Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa e Juiz Geral das três ordens militares, é clérigo do hábito de S. Pedro e freire de Santiago. O suplicante acha-se habilitado pelo Santo Ofício pelas Ordens e pelo Juízo Eclesiástico, e é familiar do Santo Ofício. Ao habilitante foi feita a mercê de um lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (LB).

Manuel de Almeida Peixoto (Bacharel), natural de Aveiro.

Foi **Auditor-Geral de Trás-os-Montes** (1650); **Corregedor de Leiria** (1660); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 25 de Agosto de 1663). Recebeu alvará para se lhe restituir o que se lhe deve no Brasil, e alvará para se lhe pagarem seus ordenados.

Manuel de Almeida dos Santos (Licenciado em cânones por exame privado), natural do

Porto, filho de João de Almeida Cabral e de Úrsula dos Santos, neto paterno de Baltasar Marinho e Joana de Almeida, e neto materno de Domingos Gonçalves e Maria Vaz.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** tomando também o posto de **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Fevereiro de 1681).

Observações: O pai e avós paternos são oriundos da freguesia de Castelões do concelho de Cambra. A mãe e avós maternos são de Vila Nova de Gaia. Os pais e avós paternos serviram os ofícios mais honrados do concelho de Cambra, tanto de justiça como da Igreja. Os avós maternos viviam das suas fazendas, havendo sido o avô materno canasteiro. O habilitante é clérigo de missa. O habilitante foi mandado habilitar para servir o lugar de Deputado da Mesa do Santo Ofício de Goa por ordem do Conselho Geral de 28 de Julho de 1674. O habilitante é consultado para um dos lugares de Desembargador da Relação de Goa a instância do arcebispo dessa cidade, havendo também o propósito de exercer o cargo de vigário geral para que está nomeado pelo dito eclesiástico (LB).

Manuel Álvares Cardoso (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Julho de 1668), alvará de aposentado em Desembargador da Casa da Suplicação com o ordenado de propinas (19 de Dezembro de 1671), alvará de aposentado. Recebeu carta de doação de três léguas de terra (10 de Março de 1727).

Manuel Álvares Pereira (Licenciado em cânones), natural de Leiria, filho de Domingos Pereira e de Maria Rodrigues Pereira, neto paterno de Domingos Rodrigues e Isabel Pires, e neto materno de Manuel Rodrigues e Antónia Fernandes.

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** (carta); **Provedor de Tomar** (carta); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta); **Conservador do tabaco das Ilhas dos Açores** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará), alvará para posse de cargo por procurador, carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (19 de Fevereiro de 1709); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará para tomar posse por procurador do lugar de 15 de Novembro de 1712), alvará para jurar por procurador na Chancelaria como Desembargador da Casa da Suplicação (20 de Dezembro de 1712); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Março de 1725); **Conservador da Nação Alemã em Lisboa** (alvará de mercê de 31 de Março de 1716); **Juiz Privativo do Contrato dos Portos Secos** (alvará de 6 de Julho de 1716); **Corregedor do cível da Corte** (carta de

mercê do lugar de 28 de Março de 1719); **Deputado supranumerário do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de mercê de um lugar de 14 de Junho de 1727). Recebeu alvará de Conservador das causas de Gaspar Ribeiro Lopes pertencentes ao rendimento das alfândegas dos portos secos (8 de Junho de 1714), e carta de ofício (4 de Novembro de 1723).

Observações: Os avós paternos e provavelmente o pai são naturais do lugar de Donairia da freguesia de Santa Catarina da Serra do termo de Leiria. Os avós maternos, e provavelmente a mãe, são naturais de Leiria, sendo que os primeiros aí moraram na Portela. Os pais moraram em Leiria. O pai foi inicialmente criado do Procurador do duque de Caminha em Leiria, e mais tarde escrevente de Simão Alves da Costa, que serviu de Escrivão dos Pinhais de Sua Majestade. Posteriormente o pai ocupou de serventia os ofícios de Escrivão do Judicial e das décimas, e foi eleito almotacé pela Câmara de Leiria de que é cidadão. O pai é irmão da Misericórdia de Leiria, e vive ao presente da sua fazenda. O avô paterno era lavrador pobre em Donairia que lavrava por si com o seu arado e bois. Quando o avô paterno morreu, a avó paterna deslocou-se para Leiria com o pai onde foi ama do já citado requerente do duque de Caminha, e do padre Lourenço de Matos. O avô materno foi oficial de conteiro, e a avó materna padeira. O habilitando é, à data de Março de 1685, casado em Tentúgal e aí reside (LB).

Manuel Álvares Preto (Bacharel), nascido em 1673, natural de Lisboa, filho de Luís Álvares Preto e de Joana de Ramos de Almada.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (1703); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 23 de Março de 1708).

Manuel António Cabral (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Setembro de 1772), provisão para jurar por procurador na Chancelaria (24 de Setembro de 1772), carta (16 de Setembro de 1773); **Desembargador da Casa da Suplicação** (12 de Novembro de 1778), carta (carta de 18 de Novembro de 1778); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará de 20 de Novembro de 1792), alvará de aposentado num lugar ordinário de Conselheiro do Conselho do Ultramar (20 de Novembro de 1792); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 10 de Janeiro de 1794).

Manuel António da Cunha Soutomaior (Licenciado; Bacharel em cânones), também *Manuel António da Cruz Soutomaior*, nascido em 1707 ou 1708, natural de Viana do Castelo, filho de Pedro da Cunha Soutomaior e de D. Maria Eugénia de Figueiredo, neto paterno de João

da Cunha Soutomaior e D. Apolónia Pereira de Brito, e neto materno de Matias Rebelo de Figueiredo e D. Teresa Maria de Figueiredo.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 25 de Janeiro de 1740), carta de Desembargador da cidade da Baía (25 de Novembro de 1740); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse do lugar por procurador de 14 de Dezembro de 1740); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1748); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 23 de Dezembro de 1748); **Provedor-mor da Fazenda na Baía** (provisão para servir o lugar de 4 de Fevereiro de 1749); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará de 26 de Agosto de 1749), alvará de mercê de um lugar de Conselheiro do Conselho Ultramarino (26 de Outubro de 1749), carta de Conselheiro do Ultramar (14 de Março de 1760), carta de Conselheiro do Conselho Ultramarino enquanto Fidalgo da Casa Real e Chanceler da Relação da Baía (15 de Março de 1760), alvará aposentando-o no Conselho do Ultramar (7 de Agosto de 1765). Recebeu carta de padrão de 50\$000 réis para poder renunciar em seu sobrinho (25 de Fevereiro de 1749), e padrão de 38\$000 réis de tença (27 de Fevereiro de 1749).

Observações: O pai é natural de Viana do Castelo, da freguesia Matriz. O defunto avô paterno é natural da freguesia de S. Paio de Belinhos do termo de Barcelos. A avó paterna é natural da freguesia de S. Miguel de Facha da Comarca de Viana. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa, sendo a primeira da freguesia de S. Miguel, e os segundos da de S. Mamede. O pai, para além de fidalgo da Casa de Sua Majestade, é comendador da Ordem de Cristo e mestre de campo. O avô paterno, para lá de Comendador da comenda de S. Mamede de Troviscoso da Ordem de Cristo e de Governador das Armas do Minho, foi Governador dos estados de Pernambuco onde faleceu. A família paterna é fidalga e das mais ilustres do Minho. O avô materno foi comendador de Santa Maria de Mourão. Os avós maternos contam na sua geração não só com eclesiásticos, mas também com familiares do Santo Ofício e cavaleiros dos hábitos, tratando-se com criados e carruagens. O pai do avô materno, chamado Manuel Ferreira Rebelo, além de ter servido de Escrivão supranumerário da Fazenda e de Porteiro da cúria do Rei D. Pedro, foi Familiar do Santo Ofício e tenente-general da Artilharia. O bacharel é, à data de Novembro de 1731, solteiro e morador em Viana. O bacharel é fidalgo da Casa de Sua Majestade e bom estudante (LB).

Manuel António da Fonseca e Gouveia (Bacharel), natural de Lisboa, filho de António José da Fonseca.

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** (carta do lugar de 24 de Abril de 1784), carta de reconduzido no dito lugar ficando nele fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto (11 de Março de 1789),

provisão de licença de dois meses (11 de Agosto de 1791); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Março de 1789); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Janeiro de 1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 29 de Maio de 1802); **Desembargador honorário da Mesa do Desembargo do Paço** com exercício no de **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 22 de Setembro de 1813); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 12 de Dezembro de 1815). Recebeu provisão de extinção da capela que administrava o seu pai como seu administrador (28 de Julho de 1777), provisão de licença para casar com D. Maria Doroteia Dique Bandeira enquanto Corregedor do cível da cidade [de Lisboa] (16 de Novembro de 1784), alvará de foro de fidalgo (25 de Janeiro de 1796), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez o capitão Rodrigo António de Azevedo (20 de Dezembro de 1802), alvará da comenda de Santo André de Lever da Ordem de Cristo (22 de Dezembro de 1822), e carta de mercê da comenda de Santo André de Lever da Ordem de Cristo (10 de Abril de 1823).

Observações: Recebeu certidão negativa a 20 de Setembro de 1823, com 64 anos de idade (RGM).

Manuel António Freire de Andrade (Bacharel em cânones; Licenciado), nascido em 1714 ou 1715, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Nicolau, filho de António Lopes Freire e de D. Teresa Maria de Jesus, neto paterno de André Freire e Isabel Lopes, e neto materno de André Dias e D. Isabel Francisca.

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta de 24 de Julho de 1742), provisão de licença para estar ausente por dois meses do lugar (28 de Abril de 1744), carta de reconduzido por três anos no lugar de Juiz de Fora de Vila Franca de Xira (20 de Dezembro de 1745), carta de reconduzido em Juiz de Fora de Vila Franca de Xira (16 de Janeiro de 1750); **Provedor da Comarca de Coimbra** (alvará do lugar de 3 de Dezembro de 1759), alvará de Provedor da Comarca de Coimbra enquanto Juiz de Fora de Vila Franca de Xira (3 de Dezembro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para por seu procurador tomar posse de um lugar de Desembargador da Relação do Porto de 20 de Fevereiro de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Março de 1766); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Maio de 1771); **Desembargador do Distrito Público** (carta de 13 de Março de 1779); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Maio de 1779); **Vereador extraordinário do Senado da Câmara de**

Lisboa (alvará de 6 de Março de 1784); **Deputado no Depósito Público** (lugar de 6 de Maio de 1784); **Conservador da Moeda** (alvará de 24 de Março de 1787), alvará de mantimento com o dito cargo (24 de Maio de 1787). Recebeu carta de padrão de tença de 20\$000 réis (29 de Agosto de 1731), carta de padrão de 8\$000 réis de tença (21 de Setembro de 1734), carta do hábito de Cristo (6 de Dezembro de 1734), provisão de dispensa (28 de Abril de 1739), provisão de 8\$000 réis de acrescentamento de aposentadoria (16 de Fevereiro de 1746), alvará de mercê de dez moios e meio de trigo de terra nas lezírias (de 25 de Janeiro de 1750 a 22 de Dezembro de 1785), alvará de mercê de dez moios e meio de terra em duas vidas nas lezírias de Vila Franca (25 de Junho de 1750), alvará de mercê de umas terras que pertenciam a seu irmão Francisco Xavier Freire de Andrade (20 de Setembro de 1755), provisão de extinção de capela por ele instituída em Nabais no termo de Gouveia a Ana Joaquina Freire de Andrade (4 de Setembro de 1774), e alvará com salva de dez moios e meio de terra nas lezírias de Vila Franca no Almojarifado da Malveira (22 de Dezembro de 1785).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do lugar de Vale do termo de Pombal. A mãe é natural de Lisboa e baptizada na freguesia de S. Nicolau. O avô materno é natural do lugar de Pego, pertencente à freguesia de Alvorinha do termo de Santa Catarina dos Coutos de Alcobça. A avó materna é natural do lugar de Pinheiro da freguesia de Benedita «do distrito de Santa Catarina sem embargo de ser do termo de Santarém». O pai, sendo rapaz, deslocou-se por soldado do lugar de Vale para Lisboa onde atingiu a patente de capitão-de-mar-e-guerra. O pai é professo na Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Os avós paternos moraram no lugar de Vale e eram lavradores vivendo das suas fazendas. Os avós maternos ausentaram-se, de pouca idade, das suas naturalidades para Lisboa onde casaram. Os avós maternos viveram sempre honradamente das suas fazendas. O habilitante é, à data de Novembro de 1737, solteiro e mora à data de Janeiro seguinte em Lisboa a S. Nicolau. O habilitante é cavaleiro professo da Ordem de Cristo e bom estudante. O habilitante tem carta de formatura em direito canónico e civil (LB).

Manuel António Pessoa Osório (Bacharel em leis), também *Manuel António Pereira Osório*, natural de Oliveira do Hospital, filho de Francisco Osório Pessoa e de D. Maria Angélica da Cunha, neto paterno de Domingos Pessoa e D. Isabel Osório, e neto materno de Francisco da Cunha Magalhães e D. Ana de Amaral.

Foi **Juiz de Fora de Santiago do Cacém** (carta de lugar de 23 de Janeiro de 1778); **Corregedor da Comarca de Aveiro** (carta do lugar de 5 de Dezembro de 1789), provisão de licença de dois meses (4 de Abril de 1791), provisão de licença de dois meses (30

de Julho de 1792); **Corregedor do crime de Lisboa** (carta de 23 de Julho de 1796), carta de recondução em Corregedor do cível da cidade fazendo o lugar de **Desembargador do Porto** (4 de Agosto de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Agosto de 1801), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (18 de Junho de 1804). Recebeu (com sua mulher) provisão de confirmação da doação que lhe fizeram António Jacinto de Araújo e sua mulher Domingas Maria (7 de Janeiro de 1783), provisão para comprar não obstante ser Corregedor do cível da cidade (10 de Fevereiro de 1801), (com sua mulher e D. Luísa Rita Fortunata) carta de doação de bens que os ditos fizeram a seus filhos Francisco Bernardo Osório e D. Maria José da Costa para contraírem esponsais (9 de Abril de 1802), e carta de profissão de hábito (23 de Julho de 1804).

Observações: Recebeu certidão negativa a 10 de Abril de 1793 (RGM). Os pais e falecidos avós são naturais e moradores do concelho de Oliveira do Hospital. O pai exerce o ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas do concelho de Oliveira do Hospital e também vive das suas fazendas com criados e bestas. O avô paterno era lavrador com criados que lhe cultivavam as suas fazendas. O avô materno era capitão-mor do concelho de Oliveira do Hospital. A mãe é filha ilegítima do dito capitão que a reconheceu e tratou decentemente tal como de resto à avó materna. A avó materna era filha de lavradores. O bacharel mora, à data de Dezembro de 1767, em Oliveira do Hospital e é à data de Março de 1768 solteiro (LB).

Manuel António Pinto de Escobar (Bacharel).

Foi **Corregedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 14 de Maio de 1776), provisão para estar ausente por dois meses do lugar de Corregedor de Moncorvo (24 de Março de 1779); **Provedor da Câmara de Torre de Moncorvo** (carta de 20 de Agosto de 1788); **Juiz Conservador do Contrato do tabaco da Câmara de Torre de Moncorvo** (provisão de 22 de Março de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Julho de 1801), com o lugar de **Corregedor da Comarca de Trancoso**. Recebeu (com sua mulher) carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Joana Batista (15 de Maio de 1766).

Manuel da Ascensão da Rocha (Bacharel em cânones de 1704 para 1705), nascido em 1679 ou 1680, natural de Coimbra, filho de Domingos da Rocha e de Margarida Josefa, neto paterno de Domingos da Rocha e Antónia Ribeira, e neto materno de António Dinis de Pedrada e Maria Ribeira.

Foi **Juiz de Fora de Mértola** (carta de 12 de Setembro de 1708); **Provedor dos órfãos** (alvará de 14 de Janeiro de 1723); **Provedor das capelas e resíduos**

da Comarca de Leiria (alvará de mercê do cargo de 14 de Junho de 1723); **Corregedor e Provedor da Comarca do Porto** (carta de mercê do lugar de 3 de Setembro de 1730), provisão para jurar na Chancelaria por procurador (12 de Dezembro de 1730), provisão de licença de um mês para poder sair do lugar que serve (3 de Agosto de 1733); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1740).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores de Coimbra, tendo aí falecido. O avô materno é licenciado. O habilitante é casado com D. Maria Teresa, nascida em Coimbra e filha do Doutor Manuel da Cruz Freire e de D. Inês Álvares. O habilitante é familiar do Santo Offício e estudante suficiente. O habilitante mora à data de Junho de 1706 em Coimbra (LB).

Manuel de Azevedo Soares (Doutor), natural do Porto, filho de António de Azevedo Soares. Foi **Provedor da Fazenda Real das ilhas de Cabo Verde** (alvará); **Ouvidor-Geral da Ilha de Santiago** (carta); **Provedor dos defuntos e ausentes das ilhas de Santiago** (alvará); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 4 de Agosto de 1706); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 18 de Julho de 1719); **Juiz dos Contos do Reino e Casa** (carta de 2 de Julho de 1725); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 22 de Setembro de 1727). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis (27 de Novembro de 1702), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (15 de Dezembro de 1702), carta admitindo a profissão na igreja de Nossa Senhora da Luz (8 de Julho de 1706), e provisão para que o dito possa levar os 40\$000 réis de espórtulas de que trata (20 de Janeiro de 1729).

Manuel Bicudo de Mendonça (Bacharel), filho de Matias Bicudo de Mendonça e de Vitória Ferreira Praiana, neto paterno de Nuno Bicudo de Mendonça e Margarida Mendes Pereira, e neto materno de Francisco Ferreira e Ana Palmeira. Foi **Desembargador da Relação do Porto** (alvará mandando ao governador da Relação do Porto que lhe dê posse de Desembargador da mesma Relação de 11 de Março de 1670); **Corregedor da Comarca de Elvas** (carta); **Corregedor das Ilhas dos Açores** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (cartas de 9 de Setembro de 1676 e 18 de Novembro de 1679), apostila de supressão do lapso de tempo e de tomada de posse do lugar de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (19 de Janeiro de 1682); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado e Conservador da**

Junta do Comércio (carta). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença efectivos com o hábito de Cristo (4 de Janeiro de 1687), carta de Escrivão da Câmara de Ribeira Grande da Ilha de S. Miguel (1 de Outubro de 1687), verba de 135\$000 réis de juro, e apostila de 135\$000 réis de juro no tabaco.

Observações: Os avós são naturais da vila de Ribeira Grande e com os pais aí moraram. Os pais e avós serviram os cargos da governança de Ribeira Grande, tal como consta dos livros da Câmara, e viviam à lei da nobreza. O bacharel teve um tio, chamado Manuel Cabral de Melo, que era vigário de Achada Grande e cavaleiro do hábito de Cristo, e um outro chamado Estêvão Álvares que foi beneficiado da igreja matriz de Nossa Senhora da Estrela de Ribeira Grande, ambos filhos de uma irmã do avô paterno chamada Isabel Bicuda. O bacharel ausentou-se da Ilha de S. Miguel há muitos anos (LB).

Manuel Brissete de Barros (Bacharel), nascido em 1728, natural de Lisboa, filho de João de Barros Brissete e de Teodora de Azevedo. Foi **Juiz de Fora do Crato** (1755); **Desembargador da Relação de Goa** (1758).

Manuel Caetano Barbosa Cabral Calheiros (Bacharel e Doutor em leis), também *Manuel Caetano Barbosa Cabral*, natural de Santarém, filho de António Pedro Cabral e de D. Umbelina Antónia Xavier de Campos, neto paterno de Tomás Nunes de Lemos e D. Brites Maria Mónica Coutinho, e neto materno de António Xavier Barbosa Calheiros e D. Teresa Xavier de Campos. Foi **Juiz de Fora de Loulé** (provisão de licença para por tempo de dois meses poder estar ausente daquele lugar de 2 de Julho de 1782), carta de reconduzido no lugar de Juiz de Fora de Loulé com procedimento (20 de Outubro de 1784); **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta de 28 de Julho de 1796); **Juiz do Tombo da Comarca de Santarém** com 200\$000 réis de ordenado (alvará de 14 de Dezembro de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador continuando no lugar de Juiz do Tombo da Coroa da contadoria de Santarém (12 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de hábito (30 de Janeiro de 1805).

Observações: Os pais e os defuntos avós são naturais de Santarém e aí moradores. O pai e avô paterno eram bacharéis e advogaram nos auditórios de Santarém. O avô materno foi Escrivão proprietário de um dos ofícios do cível de Santarém. O habilitante tinha um irmão, chamado Tomás Nunes de Lemos, que era bacharel formado em leis, e morreu estando habilitado pelo Desembargo do Paço. O referido irmão estava habilitado pela Mesa como cavaleiro do hábito de Cristo, e pelo Ordinário do patriarcado de Santarém. É provável que o bacharel esteja habilitado pelo eclesiástico de Santarém. O bacharel é bom estudante (LB).

Manuel Caetano de Macedo (Bacharel).

Foi **Juiz do Tombo dos morgados da Casa de Mateus** (provisão de jurisdição ordinária com o lugar de 19 de Maio de 1776); **Juiz de Fora de Monchique** (carta do lugar de 14 de Março de 1778), carta de Juiz de Fora de Monchique (4 de Maio de 1778), provisão para estar ausente por dois meses do seu lugar de Juiz de Fora de Vila Nova de Monchique (23 de Dezembro de 1779), provisão de 25\$000 réis de aposentadoria anualmente (30 de Janeiro de 1781); **Juiz de Fora da vila de Santa Marta** (carta do lugar de 27 de Fevereiro de 1787); **Corregedor da Comarca de Aveiro** (carta do lugar de 14 de Novembro de 1792); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta do lugar de 22 de Março de 1800), provisão de licença de dois meses de ausência do seu lugar (14 de Maio de 1800), provisão para estar ausente por dois meses do seu lugar de Corregedor de Coimbra (12 de Maio de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Julho de 1806).

Manuel Caetano de Sá (Bacharel em cânones), também *Manuel Caetano de Sá e Sousa*, nascido em 1721 ou 1722, natural da Aldeia de Santo Antão da freguesia de S. Miguel de Messegães na vila de Valadares, filho de Caetano de Sá e de Maria Álvares de Sousa, neto paterno de Carlos de Sá Vilarinho e Domingas Pereira de Lomba, e neto materno de João Álvares de Sousa e Natália Vaz do Rego.

Foi **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta do lugar enquanto Juiz de Fora de Braga de 16 de Setembro de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Novembro de 1778); **Juiz Administrativo e Público da Fazenda da Mesa Censória** (provisão do lugar de 11 de Janeiro de 1779); **Corregedor do cível** (carta de Corregedor do cível com exercício de Desembargador da Relação do Porto de 15 de Dezembro de 1783). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença (15 de Outubro de 1766), carta de padrão de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (6 de Novembro de 1766), e provisão para renunciar às suas filhas o ofício de Tesoureiro das Despesas da Relação do Porto (12 de Dezembro de 1785).

Observações: Os pais e o falecido avô paterno são naturais da aldeia de Santo Antão da freguesia de S. Miguel de Messegães, pertencente à vila de Valadares, e aí moraram. A defunta avó paterna é natural do lugar de Portela da freguesia de Santa Eulália pertencente à vila de Valadares, e morou na freguesia vizinha de S. Miguel de Messegães. O defunto avô materno é natural do lugar de Serra da freguesia de S. Miguel de Messegães e aí morou. A falecida avó materna é natural da freguesia de S. Martinho de Alvaredo do concelho de Valadares, e morou na freguesia de S. Miguel de

Messegães. Os pais e avós eram lavradores honrados que cultivavam pão e vinho para suas casas com aparelhagem e criados próprios, sem trabalharem em fazendas alheias. O pai foi Vereador e Almotacé de Valadares, e o avô paterno exerceu o mesmo cargo de Vereador. O habilitante tem tios e primos frades e clérigos. O habilitante é, à data de Maio de 1751, solteiro e mora à data de Junho seguinte em Lisboa à Vitória. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel de Campos e Sousa (D.) (Bacharel), nascido em 1696 ou 1697, natural da freguesia de S. João do Souto de Braga, filho de Geraldo de Sousa e de Maria Francisca de Campos, neto paterno de Geraldo Rodrigues e Marta de Sousa, e neto materno de Manuel de Campos e Maria Francisca.

Foi **Juiz das Propriedades** (provisão de dispensa de 1 de Dezembro de 1727); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de mercê de um lugar de 22 de Março de 1728); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1735); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 13 de Dezembro de 1745). Recebeu provisão de licença para se opor aos lugares providos pelo Senado de Lisboa (10 de Dezembro de 1727), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (24 de Maio de 1728).

Observações: O falecido pai, avós paternos, e a falecida avó materna são naturais da freguesia de S. João de Nogueira do termo de Braga. A mãe é natural da freguesia de S. João de Souto de Braga, e mora na freguesia de Salvador de Aveleda do concelho de Lousada. O defunto avô materno é natural da freguesia de S. Salvador de Aveleda do dito concelho. O pai e avós maternos viveram em Braga na Rua de S. Marcos, onde tinham tenda de sombreiro que administravam pelos seus moços e obreiros. O avô materno, enquanto viveu na sua terra natal, sustentava-se da sua fazenda. O avô paterno vivia da sua fazenda na freguesia de S. João de Nogueira. O bacharel tem um irmão chamado João de Sousa Campos que é cavaleiro do hábito de Cristo. O bacharel é, à data de Setembro de 1724, solteiro e mora, à data de Dezembro do mesmo ano, em Lisboa a S. Francisco. O bacharel é clérigo de ordens menores recebidas pelo arcebispo de Braga. O bacharel é bom estudante (LB).

Manuel Carlos de Abreu e Meneses (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Julho de 1795); **Conselheiro** (carta de Conselheiro enquanto **Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso** de 7 de Agosto de 1802), carta de patente de Governador e Capitão General de Mato Grosso (28 de Agosto de 1802), provisão para vencer o soldo desde o dia do seu embarque para o dito governo de Mato Grosso (28 de Setembro de 1802). Recebeu carta de hábito (24 de Setembro

de 1802), e carta de padrão de hábito e tença (14 de Outubro de 1802).

Manuel Carlos da Silva Gusmão (Bacharel), nascido em 1740, natural de Oeiras, filho de Eleutério da Silva e de Isabel Inácia Bárbara.

Foi **Juiz de Fora de Peniche** (carta de 27 de Setembro de 1769); **Ouvidor de Espírito Santo** (carta de 27 de Novembro de 1775); **Provedor de Espírito Santo** (carta de 11 de Setembro de 1776); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 8 de Agosto de 1800). Recebeu provisão de dispensa (27 de Outubro de 1800), e provisão para vencer o ordenado desde o dia em que embarcar (8 de Outubro de 1802).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 9 de Julho de 1803 (HOC).

Manuel Carneiro de Sá (Doutor), natural de Vila do Conde, filho de Jácome Carneiro de Barros e de Filipa de Sá, neto paterno de António Luís Carneiro e Luísa Francisca Monteiro, e neto materno de António de Sá Barbosa e Isabel Fernandes.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Novembro de 1681); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Junho de 1686); **Deputado extraordinário da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 17 de Novembro de 1693); **Conselheiro** (carta); **Chanceler do Brasil** (alvará); **Desembargador do Desembargo do Paço e Petições** (carta de 24 de Maio de 1703), alvará de 4\$000 réis para uma escrivaninha como Desembargador do Desembargo do Paço e Petições (2 de Abril de 1704). Recebeu padrão de 18\$000 réis de tença, carta de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (30 de Janeiro de 1682), carta de padrão de 18\$000 réis de tença (20 de Setembro de 1682), provisão de 600 cruzados de ajuda de custo (23 de Março de 1688), alvará de fidalgo cavaleiro com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (20 de Março de 1688), carta de Juiz da alfândega de Vila do Conde para dote de sua filha (8 de Agosto de 1704), carta de padrão de tença de 30\$000 réis num dos Almoarifados do Reino (21 de Novembro de 1704), alvará de faculdade para renunciar em sua filha os 30\$000 réis de tença que possui (22 de Novembro de 1704), alvará para que tenha de moradia mais \$400 réis e para que tenha com o foro de fidalgo cavaleiro 2\$000 réis por mês e um alqueire de cevada por dia (16 de Março de 1706), alvará de 600 cruzados de ajuda de custo, alvará para voltar do Brasil a este Reino, alvará de propina, alvará de Juiz da alfândega

de Vila do Conde, alvará para nomear serventuário em seu ofício, alvará para ter jazigo na capela-mor de S. Sebastião em Vila do Conde, alvará de renúncia de tença, padrão de 30\$000 réis de tença, alvará de Juiz da alfândega de Vila do Conde com 30\$000 réis de ordenado (12 de Fevereiro de 1710), alvará de 20\$000 réis de acrescentamento de ordenado ao ofício de Juiz da alfândega de Vila do Conde (12 de Fevereiro de 1710), padrão de 80\$000 réis de tença a seu neto João Álvares Pamplona Carneiro Rangel (9 de Fevereiro de 1714), alvará de uma Alcaldaria-mor de lote de 40\$000 a 50\$000 réis para seu neto João Álvares Pamplona Carneiro Rangel (26 de Fevereiro de 1714), e carta de legitimação a sua filha Andreza Carneiro de Sá (7 de Maio de 1722).

Observações: Os defuntos pai e avós paternos são naturais do lugar de Azurara vizinho de Vila do Conde, tendo residido na primeira povoação. A mãe e os defuntos avós maternos são naturais de Vila do Conde e seus moradores. O pai foi viver de Azurara para Vila do Conde onde casou. O pai e avós foram da governança de Vila do Conde. A mãe é viva e mora em Vila do Conde. O habilitante é, à data de Julho de 1681, solteiro. O habilitante é muito bom estudante e familiar do Santo Ofício (LB).

Manuel de Carvalho Oliveira (Doutor em leis), nascido em 1689 ou 1690, natural do Porto, filho de Matias de Carvalho e de Francisca Maria, neto paterno de Salvador Francisco e Benta Fernandes, e neto materno de Gregório Dias de Oliveira e Maria de Araújo Leite.

Foi **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta de recondução no lugar de 27 de Setembro de 1735); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de licença para por seu procurador tomar juramento do lugar de Desembargador da Relação do Porto de 28 de Novembro de 1740). Recebeu provisão para jurar por procurador na Chancelaria (12 de Maio de 1735), carta de cargo (7 de Setembro de 1735), e provisão de licença por dois meses (5 de Novembro de 1746).

Observações: O pai e os falecidos avós paternos são naturais de Póvoa de Lanhoso, sendo certo que os últimos o são do lugar de Chãos da freguesia de S. Miguel de Vilela da referida vila, e aí moraram. As defuntas mãe e avó materna são naturais do Porto, e o defunto avó materno é natural de Torre de Moncorvo e aí foi baptizado. O pai é licenciado, e para além de servir de Procurador da Santa Casa da Misericórdia do Porto, advoga há muitos anos nessa cidade onde vive abastadamente. O avós paternos foram inicialmente alfaiate e tecedeira, vindo a ter terras que lavraram e arrendaram. O avó materno foi estudante que viveu em Torre de Moncorvo na Rua Direita tendo ido para o Porto já homem feito. O avó materno exerceu no Porto o cargo de Almotacé e, além de ter sido subscrevente do ofício das comissões de António Bandeira, chegou a servir este último de serventia. A mãe do avó materno chamava-se Maria

Dias. O habilitante é, à data de Março de 1717, solteiro e mora, à data de Setembro do ano seguinte, no Porto. O habilitante é bom estudante e opositor às cadeiras da faculdade de leis (LB).

Manuel de Carvalho Pais (Bacharel), filho de António Gonçalves de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora do Porto** (carta de mercê do cargo de 5 de Junho de 1730); **Provedor das obras e capelas da Comarca de Viana** (alvará de mercê do cargo de 22 de Agosto de 1737); **Provedor das obras, órfãos e capelas da Comarca de Évora** (alvará de mercê do cargo de 15 de Janeiro de 1749); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de alvará de um lugar de 5 de Outubro de 1749); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de 15 de Fevereiro de 1755), alvará de aposentadoria na Relação do Porto (4 de Março de 1760), alvará de 200\$000 réis de ordenado de aposentado (31 de Maio de 1760). Recebeu carta de padrão de 8\$000 réis de tença (12 de Novembro de 1735), carta de padrão de mercê de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (15 de Novembro de 1735), e provisão de confirmação da doação que fez ao padre António Jorge de Queirós (27 de Setembro de 1779).

Manuel de Carvalho Rebelo de Meneses (Doutor), também *Manuel Rebelo de Carvalho e Meneses*, também *Manuel de Carvalho Rebelo*, filho de Diogo Lopes de Carvalho.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Setembro de 1789), carta (19 de Fevereiro de 1800); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Fevereiro de 1802). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro (12 de Abril de 1766).

Manuel Chainho Sanches (Bacharel), natural de Évora, filho de Francisco Gomes de Araújo e de Catarina da Veiga Sanches, neto paterno de João Gomes de Araújo e Catarina Jorge de Sousa, e neto materno de Manuel Chainho Sanches e Brites da Silva.

Foi **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 10 de Junho de 1708), alvará aposentando-o no lugar de Desembargador Agravista da Relação do Porto com ordenado e propinas de 20 de Julho de 1713); **Conservador da Nação Holandesa** (alvará de 7 de Outubro de 1710).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Alcácer do Sal tendo os últimos aí residido. A mãe e avós maternos são naturais de Évora e aí moraram. O pai casou em Évora, onde morou, e foi alferes que morreu ao serviço do rei na rota de Alcavariça. Os avós paternos viviam da sua fazenda. A parte paterna tinha parentes que serviram de Alamoacés em Alcácer do Sal, e o avô paterno era irmão inteiro de

D. Frei Manuel dos Anjos, que foi bispo de Fez e Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Évora. O avô materno serviu de Escrivão do Judicial de que era proprietário e vivia das suas muitas passeando-se em cavalos. O bacharel tem uma irmã religiosa no Convento de Araceli em Alcácer do Sal. O bacharel tem um tio religioso de S. Domingos chamado Manuel dos Anjos, que foi prior da sua ordem. O bacharel é, à data de Maio de 1669, viúvo de mulher nobre com quem casou em Montemor-o-Novo. O bacharel mora, à data de Novembro de 1669, em Évora.

Manuel Cipriano da Silva (Bacharel), natural de Lagos, filho de António Manuel Ribeiro e de Maria Josefa Freire.

Foi **Juiz de Fora de Silves** (depois de 1777); **Juiz de Fora de Faro** (1791?); **Provedor de Aveiro** (carta de 24 de Junho de 1796); **Juiz dos órfãos** (alvará de 20 de Julho de 1801), alvará de predicamento de primeiro banco e beca honorária com o lugar de Juiz dos órfãos do termo (20 de Julho de 1801); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 11 de Agosto de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de Corregedor do cível da cidade (carta de 10 de Dezembro de 1804). Recebeu carta do hábito de Cristo (18 de Outubro de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 3 de Abril de 1824 (RGM).

Manuel da Costa de Almada (Doutor), também *Manuel da Costa de Almeida*, filho de Gaspar Gonçalves.

Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 3 de Setembro de 1698), alvará para haver 4\$000 réis anuais para uma escrivaniha (27 de Fevereiro de 1699); **Conselheiro** (carta de título do Conselho (12 de Novembro de 1698). Recebeu alvará de foro de fidalgo capelão (21 de Junho de 1700), alvará de capelão (16 de Abril de 1705), alvará de vestimenta ordinária (6 de Outubro de 1700), carta de Jubilado, alvará de ordinária, e provisão a Frutuoso da Costa de Almeida para dar de aforamento em vida certas propriedades na freguesia das Marinhas termo de Esposende do vínculo instituído pelo sobredito Doutor e pelo padre Manuel da Costa de Almeida (6 de Junho de 1741).

Manuel da Costa Amorim (Licenciado em cânones), nascido em 1668 ou 1669, natural de Vila do Conde, filho de Domingos Manuel e de Mariana de Amorim, neto paterno de Domingos Manuel e Maria Manuel, e neto materno de António Fernandes de Amorim e Maria Fernandes.

Foi **Juiz de Fora de Monção** (carta); **Juiz de Fora de Ponta Delgada** (carta); **Ouvidor-Geral do dis-**

trito do Ouro Preto na Capitania de S. Paulo com 600\$000 réis de ordenado cada ano (carta de 3 de Fevereiro de 1711); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos do Ouro Preto** (carta de 3 de Março de 1711); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de um dos lugares de 1 de Março de 1723); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Outubro de 1725); **Corregedor do cível da Corte** (carta de mercê de um lugar de 4 de Março de 1732). Recebeu carta de padrão de tença de 50\$000 réis para seu filho Luís António de Amorim (17 de Fevereiro de 1689), carta de padrão de tença de 18\$000 réis efectivos cada ano (3 de Março de 1711), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (5 de Março de 1711), carta de legitimação para seu filho Luís António de Amorim (22 de Maio de 1730), e provisão para que o suplicante possa levar a espórtula de 96\$000 réis de que faz menção (2 de Maio de 1733).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Rates, tendo os últimos aí morado. A mãe e avós maternos são naturais e moradores de Vila do Conde. O pai foi casar a Vila do Conde, onde exerceu todos os cargos nobres da governança. Os avós sustentavam-se das suas fazendas com criados. O habilitante é, à data de Novembro de 1698, solteiro e mora à data de Janeiro de 1699 em Vila do Conde. O bacharel é estudante suficiente (LB).

Manuel da Costa Bonicho (Bacharel em cânones), nascido em 1678 ou 1679, natural de Coimbra, filho de Manuel da Costa Bonicho e de Maria Francisca, neto paterno de Pedro da Costa Bonicho e Ana do Avelar, e neto materno de Manuel Fernandes e Domingas Francisca. Foi **Desembargador da Relação da Baía** (alvará e carta de mercê de 20 de Novembro de 1712); **Procurador da Coroa da Relação da Baía** (carta de menção do lugar de Procurador da Relação da Baía de 9 de Março de 1716); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um dos lugares de 1 de Março de 1723); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Novembro de 1725); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 4 de Março de 1732); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738). Recebeu carta de padrão de tença de 38\$000 réis (5 de Setembro de 1730), carta de tença de 12\$000 réis (12 de Setembro de 1730), carta de legitimação a seu filho Pedro da Costa (27 de Março de 1735), carta de legitimação com salva a seu filho Pedro da Costa Bonicho (15 de Abril de 1743), carta de padrão de tença anual de 40\$000 réis (30 de Março de 1746), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (26 de Outubro de 1754).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Coimbra. A mãe e avós maternos são naturais do couto de Mogofores da Comarca de Coimbra. O pai é Desembargador Agravista da Casa da Suplicação e, com os avós, são das principais pessoas de Coimbra, onde serviram os cargos honoríficos da república. Os avós maternos sustentavam-se da sua fazenda. O habilitante é, à data de Junho de 1708, solteiro. O bacharel é estudante suficiente (LB).

Manuel da Costa Bonicho (Doutor) nascido em 1654, natural de Coimbra, filho de Pedro da Costa Bonicho e de Ana do Avelar Zuzarte. Foi **Desembargador da Relação da Baía** (1695); **Desembargador da Relação do Porto** (1699); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1705); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 8 de Agosto de 1715); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 27 de Março de 1725); **Conselheiro** (carta de 25 de Julho de 1725). Recebeu padrão de 8\$000 réis de tença, alvará para tomar posse de cargo por procurador, alvará para se lhe levar em conta certo tempo, alvará de mantimento com o cargo de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (10 de Setembro de 1715), carta de legitimação a seu filho Manuel da Costa Bonicho (28 de Novembro de 1721), alvará de 4\$000 réis de escrivinha como Desembargador do Paço (19 de Novembro de 1725), carta de legitimação a seu filho Pedro da Costa (27 de Março de 1735), e carta de legitimação a seu filho Pedro da Costa Bonicho (15 de Abril de 1743).

Observações: Foi colegial de Colégio de São Paulo (27 de Julho de 1691). Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. João V a 1 de Janeiro de 1707 (MM).

Manuel da Costa Ferreira (Doutor), nascido em 1734 ou 1735, natural de Lagos, filho de Belchior da Costa e de Natália de Jesus Maria, neto materno de Vicente Martins e Maria do Ó. Foi **Escrivão das Sisas de Penedono** (carta de 6 de Março de 1754); **Escrivão das Sisas de Ranhados** com 1\$000 réis de ordenado (apostila do ofício de 26 de Novembro de 1764); **Corregedor do crime do Bairro dos Remolares** (carta de 11 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Novembro de 1774); **Corregedor do crime da primeira vara da Relação do Porto** (carta de 15 de Abril de 1783), carta de Corregedor do crime de primeira vara (15 de Dezembro de 1783); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1783); **Desembargador agregado da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1795); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta do lugar de **Corregedor do crime da Corte** de 11 de Dezembro de 1799); **Procurador Fiscal da Real Junta do Comércio** (carta

do lugar de 10 de Setembro de 1801); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 26 de Maio de 1802); **Administrador-Geral da alfândega Geral do Açúcar** (alvará para servir de 19 de Abril de 1803); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 7 de Janeiro de 1805); **Conselheiro** (carta de Conselho de 7 de Janeiro de 1805). Recebeu provisão para o Corregedor de Lagos não conhecer de culpa alguma do sobredito e só sim o Corregedor do crime da Corte (15 de Novembro de 1758), carta de padrão de hábito (20 de Fevereiro de 1790), carta de confirmação de sesmaria de duas léguas de terra de comprido e uma de largura na Capitania do Maranhão (24 de Dezembro de 1796), carta para ser armado cavaleiro (9 de Abril de 1799), carta de hábito com tença (10 de Maio de 1799), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (3 de Julho de 1799), alvará de fidalgo cavaleiro (12 de Julho de 1802), carta do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença para seu cunhado Vicente de Azevedo Magalhães (2 de Agosto de 1803), provisão para ser escuso de servir os cargos do concelho em Alcobaça (3 de Julho de 1805), e carta de confirmação da doação de 25\$000 réis anuais que fizera a Timóteo Martins dos Reis hipotecando uma sua quinta (26 de Novembro de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 31 de Maio de 1806 com 70 anos de idade, e certidão negativa com 80 anos de idade. O pai é natural de Lagos e aí morador. A mãe e avós maternos são naturais de Faro, morando os últimos nessa cidade e a primeira na de Lagos. O pai nasceu a 28 de Julho de 1706, e teve assento de soldado na vedoria de Lagos em 21 de Agosto de 1724, de que passou para ajudante do terço. O pai serve o ofício de Tesoureiro das Almadras da Real Fazenda, de que é proprietário e se encartou em 1742, e é homem de grande negócio. Algumas testemunhas sabem que os avós paternos são de limpo sangue, mas não os podem nomear por estarem ajuramentadas. O avô materno foi oficial das ordenanças em Faro. Os avós maternos viviam das suas fazendas e eram aparentados com frades e beneficiados da sé de Faro. O habilitante é, à data de Julho de 1758, solteiro e mora à data de Novembro de 1763 em Lisboa. O habilitante é bom estudante e é, à data de Fevereiro de 1764, opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra. A mãe é, à data de Novembro de 1763, defunta (LB).

Manuel da Costa e Lemos (Licenciado), filho de Fernão Martins Leitão (ou Girão).

Foi **Memposteiro-mor dos Cativos de Évora** (carta); **Juiz de Fora de Lagos** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** com o lugar de **Juiz do fisco de Coimbra** (provisão de beca honorária e título de 19 de Outubro de 1716), provisão para ser aposentado num lugar de Desembargador da Relação do Porto (15 de Dezembro de 1726); **Feitor e Recebedor**

da alfândega da vila de Monte Alegre (carta da propriedade do ofício de 8 de Novembro de 1727), verba da carta de Feitor e Recebedor da alfândega de Monte Alegre (18 de Novembro de 1727).

Manuel da Costa Mimoso (Bacharel), filho de Bernardo da Costa Mimoso.

Foi **Escrivão dos órfãos de Linhares** (carta de 17 de Maio de 1715); **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 10 de Junho de 1720); **Ouvidor-Geral da Capitania do Rio de Janeiro** com beca (provisão de 2 de Janeiro de 1726); **Ouvidor-Geral de S. Sebastião do Rio de Janeiro** por três anos (carta de 9 de Dezembro de 1726); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Repartição da Comarca do Rio de Janeiro** (carta de 8 de Janeiro de 1727); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Setembro de 1733); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 23 de Novembro de 1740); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1718); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 30 de Maio de 1748), provisão aposentando-o na Mesa com ordenado por inteiro (24 de Novembro de 1766), alvará de aposentado no lugar de Deputado da Mesa (24 de Novembro de 1766). Recebeu carta de padrão de 8\$000 réis de tença efectiva (6 de Janeiro de 1727), carta de padrão de 12\$000 réis de hábito de Cristo (4 de Março de 1727), alvará de foro de fidalgo da Casa Real (27 de Abril de 1751), provisão para sub-rogar umas casas em Gouveia por uma regada no arrabalde da mesma vila como Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (1 de Julho de 1755), e provisão para conhecimento de inventário (20 de Julho de 1757).

Manuel da Costa Moreira (Bacharel em leis; Licenciado), nascido em 1665 ou 1666, natural de Lisboa do lugar de Belém, filho de Francisco Gomes e de Mariana da Costa, neto paterno de João Jorge e Ana João, e neto materno de Domingos da Costa e Ana Luís.

Foi **Corregedor do crime de Alfama** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** (alvará e carta de mercê de um dos lugares de 15 de Fevereiro de 1715); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador de 5 de Abril de 1715), alvará de Desembargador aposentado da Relação do Porto (25 de Fevereiro de 1741), alvará de 272\$000 réis pagos pelo rendimento da alfândega de Lisboa como Desembargador aposentado da Relação do Porto (20 de Dezembro de 1741), alvará

aposentando-o no lugar de Desembargador da Relação do Porto (25 de Dezembro de 1741). Recebeu provisão de licença para poder levar os 600\$000 réis de espórtulas pelo trabalho que teve etc. (7 de Março de 1719), alvará de administração de capela, e carta de legitimação para sua filha D. Juliana (4 de Fevereiro de 1744).

Observações: O pai é natural do lugar de Caspolima pertencente ao concelho de Oeiras. A mãe e avó materna são naturais de Belém. O avó paterno é natural do lugar de Arneiro da freguesia de S. Domingos de Rana. A avó paterna é natural de Vila Fria da freguesia de Oeiras. O avó materno é natural da freguesia de Santa Marinha de Seide do couto de Landim e termo de Barcelos. O pai era mestre de obras do ofício de pedreiro, e vivia limpa e honradamente das suas fazendas. O avó paterno era medidor do reguengo de Algés e, além de fazendas de raiz, tinha criados e bestas. O avó materno ausentou-se para Lisboa e, enquanto esteve na sua freguesia natal, foi à imagem dos seus pais lavrador que vivia limpamente da sua fazenda. Os pais do avó materno chamam-se Bento Pires e Margarida da Costa. O habilitante é, à data de Novembro de 1691, solteiro e mora, à data de Março de 1692, em Lisboa à Cotovia. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel da Costa Palma (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (1669). Recebeu alvará de 40\$000 réis de renda, e alvará para vir da Baía.

Observações: Morreu no surto de febre amarela que atacou a Baía (MM).

Manuel Cristóvão Mascarenhas de Figueiredo (Bacharel em cânones em 1791), natural de Tavira, filho de Manuel de Figueiredo Mascarenhas Manuel e de D. Maria Bárbara Micaela da Gama e Silva, neto paterno de Diogo Mascarenhas Figueiredo e D. Teresa Francisca de Mendonça Manuel, e neto materno de João Leal da Gama e Ataíde e D. Francisca Bárbara Micaela da Silva.

Foi **Corregedor de Tavira** (carta de 14 de Julho de 1794), reconduzido por carta de 16 de Abril de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Agosto de 1804).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Faro. A mãe e avós maternos são naturais de Tavira. O pai, para lá de professo na Ordem de Cristo e fidalgo cavaleiro da Casa de Sua Majestade, é capitão-mor das ordenanças de Faro e Guarda-mor da Saúde dessa cidade. A mãe é irmã do Desembargador do Desembargo do Paço, José Bernardo da Gama e Ataíde. O avó paterno, além de professo na Ordem de Cristo e fidalgo cavaleiro da Casa de Sua Majestade, foi Guarda-mor da Saúde de Faro e Sargento Mór das ordenanças dessa cidade. A avó paterna é filha do Desembargador Veríssimo de Mendonça. O avó materno é Desembargador

e professo na Ordem de Cristo. Os pais e avós são da mais distinta nobreza do Reino do Algarve. O habilitante é, à data de Janeiro de 1792, solteiro. O habilitante é bom estudante e fidalgo cavaleiro da Casa de Sua Majestade (LB).

Manuel da Cunha (Bacharel; Licenciado em 1625), natural de Reivaldinho, filho de Tomé João e de Domingas do Rego (ou de António Ferreira e de Francisca da Cunha), neto paterno de Domingos (ou João Afonso) Candido e Isabel Gonçalves (ou de Manuel Rodrigues Ferreira e Maria Lopes), e neto materno de João Brás da Cunha e Domingas do Rego (ou António da Cunha e Antónia Rodrigues).

Foi **Juiz dos órfãos de Lisboa** (depois de 1626); **Corregedor de Torres Vedras** (carta de 11 de Outubro de 1632); **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta de 22 de Setembro de 1639); **Juiz do Despacho da Mesa dos Negócios dos Contos Reais do Reino** pelo tempo de três anos (alvará de 10 de Janeiro de 1649); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Novembro de 1653); **Provedor Fiscal do Tribunal da Junta dos Três Estados** com 80\$000 réis de ordenado (alvará de 4 de Maio de 1655); **Deputado da Junta do Comércio** (carta de 16 de Março de 1678). Recebeu alvará para poder renunciar o ofício de Tabelião de Évora de que seu sogro Diogo Guterres foi proprietário em pessoa apta (1 de Março de 1641), alvará para que use beca com todos os privilégios (10 de Outubro de 1646), alvará de Juiz dos órfãos de Cucanha para seu filho ou para quem se casar com sua filha (9 de Março de 1648), apostila de 20\$000 réis de juro, apostila de 40\$000 réis de juro, e alvará de segurança de arras.

Observações: Os pais e avós paternos são naturais do lugar de Fragosela da freguesia do mesmo nome do termo de Viseu. Os avós maternos moraram no lugar de Prime da freguesia de Fragosela. Os pais e avós eram da melhor gente de Fragosela e, para lá de viverem da sua fazenda com criados, serviram os ofícios nobres dessa freguesia incluindo os da igreja. O habilitante tem dois primos co-irmãos recolhidos na Companhia de Jesus, e é sobrinho direito do chantre de Leiria. O bacharel é, à data de Janeiro de 1638, casado com Maria Baptista, natural de Leiria. Os pais e avós são naturais do lugar de Reivaldinho da Comarca de Viseu e aí moraram. O habilitante cursou oito anos na faculdade de leis. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel da Cunha Andrade (Bacharel em leis), também **Manuel da Cunha de Andrade e Sousa**, nascido em 1713 ou 1714, natural da freguesia de Ferreira no concelho de Coura e Comarca de Viana, filho de Henrique de Caldas Ledo Bacelar e de D. Prudência da Cunha, neto paterno de António de Barros Freire e D. Ana Soares de

Lenções, e neto materno de João da Cunha e Ana da Cunha.

Foi **Juiz de Fora de Santos** (carta de 18 de Abril de 1742); **Provedor dos defuntos e ausentes em Santos** (carta de 29 de Abril de 1742); **Juiz dos órfãos do Porto** (carta de 7 de Dezembro de 1759); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 4 de Abril de 1775); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Março de 1779). Recebeu provisão para o Desembargador e Corregedor do cível da Corte Alexandre José Ferreira Castelo fazer remeter certa causa em que litiga em seu cunhado o padre José de Oliveira Machado para o Juiz privativo dos Desembargadores da Relação do Porto (28 de Abril de 1779).

Observações: Os pais moram na freguesia de Ferreira do concelho de Coura. Os avós paternos moravam na freguesia de Parada do mesmo concelho. O avô materno é natural da freguesia de Linhares do mesmo concelho, e morou na de Ferreira. A avó materna é natural da freguesia de Ferreira, e aí morou. Os pais e avós são pessoas principais do concelho de Coura, e andaram na governança do mesmo. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1738, solteiro e mora, à data de Março seguinte, no seu concelho natal. O habilitante é cavaleiro professo na Ordem de Cristo e bom estudante (LB).

Manuel da Cunha Sardinha (formado de 1680 para 1681; colegial do Colégio Real de S. Paulo e lente), nascido em 1655 ou 1656, natural de Setúbal, filho de Manuel Rodrigues Vieira e de Isabel da Costa Sardinha, neto paterno de Amaro Fernandes e Maria Rodrigues, e neto materno de Luís Sardinha da Cunha e Catarina Barbosa.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), carta de 300\$000 réis de ordenado e quatro moios de trigo de ordinária (4 de Fevereiro de 1707); **Procurador da Real Fazenda** (carta de 23 de Janeiro de 1704), carta para ter voto no Conselho da Fazenda de que era Procurador (4 de Fevereiro de 1707); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 9 de Janeiro de 1709). Recebeu alvará de administrador da casa de Pedro Álvares Caldas, alvará de fidalgo da Casa Real com 2\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (30 de Junho de 1708), e carta de privilégio para o seu caseiro Manuel Ferreira (19 de Julho de 1710).

Observações: Os pais e avós são naturais de Setúbal e aí moraram, na freguesia de Santa Maria da Graça. Os pais e avós viviam das suas fazendas com criados. O avô materno foi Juiz de propriedade do Paço e algumas vezes Vereador. O habilitante é, à data de Abril 1692 solteiro e assistente em Lisboa. O habilitante é familiar do Santo Ofício e muito

bom estudante. Foi-lhe feita a mercê de um lugar ordinário da Relação do Porto (LB).

Manuel da Cunha Soutomaior (Bacharel), também *Manuel da Cunha Soto Maior*, natural de Viana (ou Vila Viçosa), filho de Pedro (ou António) da Cunha Soutomaior (ou António de Castro) e de D. Bernarda da Cunha, neto paterno de Diogo de Castro e D. Isabel Rebela, e neto materno de Belchior Cunha Soutomaior e D. Luísa de Melo.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Agosto de 1664); **Vereador da Câmara de Lisboa** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta).

Observações: Recebeu certidão negativa a 21 de Agosto de 1797. O pai e avós paternos são naturais de Vila Viçosa. Os avós maternos são naturais de Lisboa e moradores na sua quinta dos Calvos em Loures. O pai é Doutor e físico Mor do Reino. Os pais e avós paterno são pessoas nobilíssimas de Vila Viçosa, cujos parentes foram ocupados pelos duques de Bragança nos cargos honrosos. A limpeza da família é sabida por uma averiguação que houve em torno de um falso rumor de impureza de sangue imputado a um avô do habilitante. O trisavô paterno, chamado António André de Castro, e o bisavô paterno, chamado António de Castro, foram comendadores e cavaleiros do hábito de Cristo. Os avós maternos viveram à lei da nobreza com criados e cavalos, havendo fidalguia pela avó materna. O bacharel tem um irmão de nome Diogo da Cunha, que é cavaleiro da Ordem de Cristo. O bacharel é, à data de Novembro de 1656, solteiro e residente em Lisboa (LB).

Manuel Delgado de Matos (lente do Colégio Real de S. Paulo).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Maio de 1649); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 16 de Junho de 1653); **Desembargador Agravista da Relação do Porto**; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Maio de 1654); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Abril de 1656); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 16 de Outubro de 1664).

Manuel Delgado de Vasconcelos (Bacharel; Licenciado em leis), nascido em 1661 ou 1662, natural do lugar de Palaços no limite de Alenquer, filho de Domingos da Fonseca de Almeida e de Antónia Delgada da Fonseca, neto paterno de Manuel de Almeida de Faria e Mariana Pellez Salvado, e neto materno de Domingos Gomes Delgado e Joana Caiada de Almeida.

Foi **Juiz de Fora no concelho de Lafões** (carta de 8 de Janeiro de 1694); **Superintendente do tabaco**

do Algarve (carta); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos do Algarve** por três anos (carta de 22 de Setembro de 1711), alvará de Provedor do Algarve (22 de Setembro de 1711); **Executor do Almoxarifado do Algarve** (carta de quitação de 21 de Maio de 1717); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Santarém** por três anos (alvará de 22 de Janeiro de 1721); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 8 de Janeiro de 1726), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (10 de Outubro de 1727); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de mercê de um dos lugares de 10 de Outubro de 1727); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado na Casa da Suplicação com ordenado e propinas de 8 de Novembro de 1734), alvará de 212\$000 réis de aposentadoria na Casa da Suplicação (13 de Dezembro de 1734). Recebeu carta de legitimação para sua filha Natália Luísa (12 de Março de 1725).

Observações: Os falecidos pai e avós paternos são naturais do lugar de Palaios da freguesia de S. Miguel de Palhacana do limite de Alenquer. A mãe é natural de Lisboa da freguesia de Santa Justa, e os falecidos avós maternos são naturais de Torres Vedras. O pai e avós paternos tinham a sua fazenda. A mãe viveu em Palaios com o pai e depois da morte deste na Índia acabou por voltar para Lisboa com o habilitante onde ainda moram. A mãe tinha um irmão frade da Graça, chamado frei Luís de S. Tomás, que morreu prior no convento de Santarém. Os avós maternos viviam da sua fazenda. O avó materno casou de segunda vez com Sebastiana da Fonseca, que vive com a mãe e o habilitante em Lisboa na Rua das Canas. O habilitante mora, à data de Novembro de 1687, em Lisboa na Rua das Canas e é, à data de Janeiro de 1688, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Delgarte da Costa (Bacharel), nascido em 1662, natural de Coimbra, filho de João Delgarte e de Ana Moreira.

Foi **Ouvidor de Cabo Verde** (1690), **Provedor de Cabo Verde** (1690); **Desembargador da Relação de Goa** (1694).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 18 de Fevereiro de 1688 (HOC).

Manuel Dias de Lima (Licenciado em cânones), nascido em 1673 ou 1674, natural de Faro, filho de Domingos Álvares de Sousa (ou Diogo Alves de Sousa) e de Isabel Rodrigues de Lima, neto paterno de João Martins e Catarina Rodrigues, e neto materno de Manuel Dias e Francisca Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** por três anos (carta de 10 de Abril de 1708); **Juiz de Fora de Santarém** por três anos (carta de 8 de Setembro de 1712); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Setúbal** por três anos (carta e alvará de mercê do cargo de 15 de Dezembro de 1717); **Corregedor e Provedor da Comarca do Porto** por três anos (carta de mercê do cargo de 15 de Maio de 1727); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 23 de Agosto de 1734); **Juiz das Causas dos Cativos e resíduos** e conhecer das apelações e agravos dos mesmos (alvará de 16 de Janeiro de 1742). Recebeu (com sua mulher) alvará para hipotecarem o seu casal de Benfica vinculado em capela (27 de Junho de 1707).

Observações: Os pais e avós são naturais de Faro e aí moraram. O pai e avós eram pescadores e mareantes de entre os primeiros da gente do mar de Faro. Corre também a informação de que os avós maternos viviam das suas fazendas. O habilitante tem dois tios maternos, um deles chantre da sé de Faro, e o outro cura da mesma. O habilitante é, à data de Outubro de 1705, casado com uma filha do Almoxarifado do Paço da Madeira de Lisboa de nome João Francisco Mascarenhas, e mora, à data de Abril de 1707, em Lisboa às Cruzes da Sé. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Dias Raposo (Doutor), natural de Alcobaça, filho de João Dias Raposo e de Bernarda Francisca, neto paterno de João Dias Raposo e Antónia Fernandes, e neto materno de Luís Álvares e Maria Francisca.

Foi **Ouvidor-Geral da Capitania do Rio de Janeiro** (carta de 16 de Janeiro de 1664); **Conservador da Junta do Comércio Geral do Rio de Janeiro** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de mercê de beca e posse de 3 de Outubro de 1673); **Ouvidor-Geral de Angola** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis para cumprimento de 40\$000 réis efectivos de que lhe fez mercê com o hábito de Cristo (10 de Outubro de 1677), e alvará de aposentado.

Observações: Os familiares nomeados são naturais de Alcobaça e do lugar de Chaqueda do termo da mesma vila. Os pais e avós eram lavradores que viviam abastadamente com criados e serviam na governança de Alcobaça. O habilitante é casado em Coimbra com D. Isabel, sendo esta daí natural. O habilitante é bom estudante.

Manuel Dias Torres (Bacharel), também *Manuel Das Torres*, filho de Manuel Dias.

Foi **Juiz de Fora dos órfãos da Covilhã** (carta de mercê do cargo de 25 de Outubro de 1723); **Superintendente dos descaminhos do tabaco da Província da Beira Alta** (carta de mercê do cargo de 23 de

Dezembro de 1728); **Intendente da Fazenda Real de Minas Gerais** (alvará de 31 de Janeiro de 1736); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1740), carta de Desembargador (28 de Outubro de 1740), provisão para tomar posse por seu procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (9 de Dezembro de 1740), carta de Desembargador (31 de Julho de 1748), provisão de licença por dois meses (15 de Dezembro de 1747), provisão prorrogando por mais dois meses a licença para poder estar na Corte (30 de Janeiro de 1748), provisão prorrogando por mais dois meses a licença para estar ausente da Relação do Porto (3 de Abril de 1748), provisão de licença por mais dois meses para se demorar na Corte (15 de Junho de 1748); **Juiz Conservador do Contrato do Sal no Porto** (provisão para servir por três anos o lugar de 27 de Fevereiro de 1744); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 26 de Julho de 1748), provisão de licença para por dois meses estar ausente da Relação do Porto onde é Desembargador Agravista (7 de Novembro de 1748), provisão de licença para poder por mais dois meses estar ausente da Relação do Porto onde é Desembargador (19 de Dezembro de 1748), provisão de mercê prorrogando por mais dois meses a licença para estar ausente da Relação do Porto onde é Desembargador (21 de Abril de 1749), alvará para vencer além do ordenado de aposentado as propinas emolumentos e privilégios com o dito lugar (18 de Novembro de 1757), alvará de 632\$000 réis com o lugar de aposentado na Relação do Porto (7 de Janeiro de 1758). Recebeu provisão de tença de 12\$000 réis efectiva de hábito (6 de Junho de 1734), provisão de tença de 8\$000 réis (18 de Junho de 1734), e provisão de extinção da capela que instituiu Maria Inês (3 de Fevereiro de 1778).

Manuel Dinis da Silva (Bacharel).

Foi **Ouvidor de Pernambuco** (carta para servir o cargo de 27 de Outubro de 1665); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará de 17 de Dezembro de 1666); **Desembargador da Relação do Porto** (carta).

Manuel Duarte da Fonseca Lobo (Bacharel), natural de Lamego.

Foi **Desembargador Agravista e Apelações da Relação do Porto** (carta de 23 de Dezembro de 1768). Recebeu provisão para estar ausente (10 de Julho de 1771), alvará de aposentadoria (21 de Maio de 1772), e alvará de 200\$000 réis de aposentadoria (29 de Julho de 1772).

Observações: Foi Colegial de Colégio de São Paulo (MM).

Manuel Duarte Leitão (Bacharel em cânones em 1809), nascido em 1784 ou 1785, natural de Manteigas da Comarca da Guarda, filho de Manuel Duarte Leitão (ou Manuel Duarte Leitão Saraiva) e de Brízida Craveiro Rodrigues Correia, neto paterno de Francisco Leitão Saraiva e Ana Duarte Craveiro de Carvalho, e neto materno de Manuel Craveiro da Rosa e Ana Rodrigues Correia.

Foi **Juiz de Fora de Mogadouro** (carta de 20 de Maio de 1811), provisão para tomar posse do lugar de Juiz de Fora de Mogadouro (30 de Maio de 1811), provisão para jurar por procurador como Juiz de Fora de Mogadouro (30 de Maio de 1811); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Janeiro de 1818), escuso por decreto de 13 de Outubro de 1821; **Desembargador da Casa da Suplicação** fazendo o lugar de **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 18 de Agosto de 1823); **Membro do Supremo Tribunal de Justiça** (carta do lugar de 5 de Junho de 1824); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 8 de Outubro de 1833); **Ministro do Estado** (decreto concedendo-lhe as honras de 27 de Maio de 1835); **Presidente do Supremo Tribunal de Justiça** (carta de nomeação de 15 de Abril de 1837). Recebeu alvará de fidalgo da Casa Real (3 de Fevereiro de 1835), e portaria de comendador honorário da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa concedendo-lhe faculdade para usar a respectiva insígnia (16 de Julho de 1839).

Observações: Os pais e avós são naturais de Manteigas e aí moraram. Os pais e avós sempre se sustentaram do granjeio e rendimento dos seus bens sendo dos principais lavradores de Manteigas. O habilitante é, à data de Março de 1810, solteiro e morador em Lisboa na Ajuda (LB).

Manuel Estêvão de Almeida e Vasconcelos Barbarino (Licenciado em cânones), também *Manuel Estêvão de Almeida e Vasconcelos Quifel Barbarino*, também *Manuel Estêvão de Almeida e (ou de) Vasconcelos*, nascido em 1718 ou 1719, natural de Lisboa, filho de João de Almeida e Vasconcelos e de D. Isabel Luísa de Figueiredo, neto paterno de Gaspar de Almeida e Andrade e D. Maria Joana da Costa Figueiroa, e neto materno de Bartolomeu Quifel Barbarino e D. Teresa Maria de Figueiredo.

Foi **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** (carta de 18 de Setembro de 1753); **Síndico do Hospital Real de Todos os Santos** com beca fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto (carta de 3 de Dezembro de 1757); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Maio de 1758); **Con-**

selheiro do Conselho Ultramarino (carta de 27 de Outubro de 1767), carta de Conselheiro do Conselho Ultramarino (28 de Outubro de 1767); **Conselheiro de Sua Majestade** (carta de título do Conselho de 19 de Outubro de 1778); **Aicaide-mor de Penedono** (carta da Alcaidaria-mor de Penedono de 5 de Março de 1778), alvará de mercê da Alcaidaria-mor de Penedono (23 de Outubro de 1778), carta da Alcaidaria-mor de Penedono (5 de Novembro de 1778), verba por que consta se lhe passou carta da Alcaidaria-mor de Penedono (26 de Novembro de 1778), provisão para poder tomar posse da Alcaidaria-mor de Penedono não obstante não haverem ainda precedido os actos que são do costume (2 de Fevereiro de 1780). Recebeu provisão de tença de 12\$000 réis (30 de Junho de 1758), provisão para sub-rogar casas em Lisboa com o Conde da Ponte (28 de Junho de 1774), provisão para sub-rogar certas fazendas sem embargo de serem vinculadas (24 de Outubro de 1778), provisão para que não cabendo no rendimento dos seus bens 600\$000 réis anuais prometidos a sua mulher se lhe inteirem pelas rendas dos seus morgados (17 de Novembro de 1779), provisão para o Juiz de Fora de Abrantes perguntar testemunhas fora da sua jurisdição (15 de Março de 1783), provisão para dar de aforamento a Manuel Francisco Janeiro a horta de vínculo de que trata (16 de Dezembro de 1788), e provisão de licença para anexar aos morgados de que é Administrador as propriedades de que trata (15 de Dezembro de 1790).

Observações: Recebeu certidão negativa a 30 de Abril de 1802. Os pais e avós maternos são naturais de Lisboa. O avô paterno é natural de Pedrógão Grande. A avó paterna é natural de Arronches. O avô paterno foi Desembargador do Desembargo do Paço, e o avô materno Desembargador e Conselheiro da Fazenda Real. O habilitante é fidalgo da Casa de Sua Majestade e bom estudante. O habilitante mora, à data de Agosto de 1743, em Lisboa na freguesia de S. Bartolomeu e é, à data de Outubro seguinte, casado (LB).

Manuel de Évora Heitor (Licenciado em cânones), nascido em 1673 ou 1674, natural de Tomar, filho de Manuel de Évora Heitor e de Ângela Rodrigues, neto paterno de António Lopes e Maria Rodrigues, e neto materno de Manuel Heitor e Maria de Évora.

Foi **Escrivão da jurisdição eclesiástica de Tomar** por renúncia de Rodrigo de Magalhães de Matos (carta de 13 de Julho de 1682); **Juiz de Fora** (carta de 17 de Agosto de 1701); **Superintendente das barragens** (alvará de 15 de Abril de 1711); **Ouvidor-Geral do Rio das Mortes** (alvará de 15 de Abril de 1711); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará que o escusa de Ouvidor-Geral do Rio das Mortes para continuar em **Superintendente das**

carruagens com a mercê de um lugar na Relação do Porto de 15 de Abril de 1711), alvará e carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (15 de Outubro de 1715).

Observações: O pai e avô paterno são naturais do lugar de Cabeça do Carvalho da freguesia de Olalhas do termo de Tomar. A avó paterna é natural do lugar de Vales da freguesia de Junceira do termo daquela vila. A mãe e avós maternos são naturais de Tomar. O pai foi alferes de uma companhia da ordenança de Tomar, tratando-se com criados e cavalo e, tal como os avós, vivia da sua fazenda. O habilitante é, à data de Abril de 1698, solteiro e mora à data de Junho de 1700 em Tomar. O bacharel é bom estudante (LB).

Manuel Fernandes Tomás (Bacharel em cânones em 1791), nascido em 1768 ou 1769, natural de Figueira da Foz, filho de João Fernandes Tomás e de Maria da Encarnação, neto paterno de José Fernandes Tomás e Josefa Maria, e neto materno de José Salvado e Florinda Baptista.

Foi **Juiz de Fora de Arganil** (carta de 2 de Junho de 1801), carta do lugar de Juiz de Fora de Arganil (8 de Junho de 1801), provisão para estar ausente daquele lugar por tempo de dois meses (19 de Maio de 1804);

Superintendente dos Tabacos das três comarcas de Leiria, Aveiro e Coimbra (carta do lugar de 15 de Julho de 1805);

Provedor da Comarca de Coimbra (carta de mercê do lugar de 21 de Novembro de 1808); **Conservador da Nação Britânica em Coimbra** (alvará de 12 de Fevereiro de 1810), provisão para poder servir o lugar de Conservador da Nação Britânica em Coimbra sendo Provedor da mesma (26 de Fevereiro de 1812);

Desembargador da Relação do Porto (carta de mercê de um lugar ordinário de 10 de Fevereiro de 1812), provisão para por seu bastante procurador prestar juramento do estilo para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto (26 de Fevereiro de 1812), provisão dispensando o juramento do estilo para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto (26 de Fevereiro de 1812), carta de Desembargador da Relação do Porto (7 de Agosto de 1818). Recebeu (com sua mulher) provisão para o Juiz de Fora da vila de Figueira poder sair do distrito da sua jurisdição para inquirir testemunhas para certa causa (17 de Julho de 1807), provisão de confirmação de privilégio (26 de Fevereiro de 1819), e provisão de privilégio exclusivo por 10 anos (26 de Fevereiro de 1819).

Observações: Os pais e avós são naturais de Figueira da Foz e aí moraram. Os pais e avós viveram do negócio e algumas fazendas. O habilitante é, à data de Maio de 1792, solteiro e mora, à data de Julho seguinte, em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Fernandes Vargas (Bacharel; Licenciado em leis), também *Manuel Fernandes Vargas*, nascido em 1657 ou 1658, natural de Estremoz, filho de Manuel Fernandes Vargas (ou Vargas) e de Maria Rodrigues, neto paterno de Simão Fernandes e Ana Manuel, e neto materno de Matias Rodrigues e Catarina Gonçalves.

Foi **Corregedor de Elvas** (carta); **Desembargador suplente da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Janeiro de 1709); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de mercê de um lugar de 4 de Julho de 1716), alvará de Conselheiro do Conselho Ultramarino com ordenado de 300\$000 réis (10 de Junho de 1717).

Observações: O pai e os defuntos avós paternos são naturais do lugar de Várzea de Meruge, outrora da vila de Casal da Comarca da Guarda. A mãe e os defuntos avós maternos são naturais de Estremoz onde viveram. O pai deslocou-se, de pequeno, de Várzea de Meruge para Estremoz, onde usou e usa do trato de trapeiro pelo que manda fazer panos que vende por sua conta e compra outros para diversas partes do Reino vivendo abastadamente. O pai tem servido em Estremoz os ofícios de Almotacé e Procurador do Concelho. O avô paterno foi inicialmente almocreve passando a lavrador. A avó materna fiava à roda para si e para outros. O avô materno foi cardador e teve trato de panos e lãs. O habilitante é, à data de Julho de 1686, solteiro e assiste, à data de Setembro seguinte em Lisboa. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Manuel Ferreira (Bacharel), nascido em 1640, natural de Braga, filho de Francisco Ferreira e de Maria Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** (1666); **Juiz do cível de Lisboa**; **Corregedor de Tomar** (depois de 1679); **Provedor de Viana**; **Corregedor das Ilhas** com posse na Relação do Porto (1686); **Desembargador da Relação do Porto** (1692); **Corregedor do cível da Relação do Porto**.

Manuel Ferreira de Carvalho (Bacharel), nascido em 1666, natural de Setúbal, filho de António Ferreira e de Sebastiana Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Albufeira** (1697); **Ouvidor de Faro** (carta de 14 de Julho de 1701); **Ouvidor de Angola** com beca (carta de 5 de Agosto de 1712); **Provedor da Fazenda de Angola** (carta de 9 de Agosto de 1712); **Provedor de Angola** (carta de 12 de Agosto de 1712); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Agosto de 1720). Recebeu alvará para vestir beca como Ouvidor de Angola (30 de Agosto de 1712), provisão para se lhe poder fazer património em bens reguengos (27 de Junho de 1730), e provisão de moratória por tempo de dois meses (16 de Julho de 1730).

Manuel Ferreira de Lima (Bacharel em cânones), nascido em 1696 ou 1697, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, filho de António Ferreira de Lima e de Francisca João da Conceição, neto paterno de Gonçalo Antunes e Gracia Ferreira, e neto materno de Manuel Gonçalves e Isabel João.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 6 de Fevereiro de 1722), alvará de mercê de 80\$000 réis de ajuda de custo para embarque (14 de Março de 1722); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 10 de Novembro de 1731); **Ouvidor-Geral do crime da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Março de 1740); **Juiz em causas de apelações e agravos dos Cativos e resíduos** (alvará de nomeação como um dos juízes dos Cativos e resíduos de 8 de Fevereiro de 1741), alvará de acrescentamento de mais 30\$000 réis ao ordenado que tem (13 de Março de 1743); **Juiz dos Contos** (carta de 7 de Setembro de 1743); **Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Janeiro de 1745); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 12 de Setembro de 1749); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de mercê de 4 de Agosto de 1760). Recebeu alvará de administração de capelas, carta de padrão de 38\$000 réis de tença efectiva (4 de Julho de 1727), carta de padrão de 12\$000 réis e hábito de Cristo (26 de Setembro de 1727), alvará de 30\$000 réis de acrescentamento de ordenado pelo trabalho de rubricar os livros dos Direitos Reais (13 de Março de 1745), carta de padrão de tença de 30\$000 réis sendo 18\$000 réis para seu sobrinho Francisco Xavier de Lima (3 de Junho de 1751), e portaria de mercê de 50\$000 réis de tença para suas duas filhas (8 de Julho de 1752).

Observações: O pai e avô paterno são naturais do lugar de Ribeira, pertencente à freguesia de Salvador de Joane do termo de Barcelos, tendo pelo menos o último sido baptizado nessa freguesia. A avó paterna é natural do lugar de Vendas pertencente à freguesia de Salvador de Tabosa do termo de Barcelos, e foi baptizada na mesma freguesia. A mãe é natural da freguesia de S. Julião de Lisboa. O avô materno é natural e baptizado na freguesia de Santa Marinha do Rio Tinto do termo de Barcelos. A avó materna é natural de Alcântara, e baptizada na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. O pai ausentou-se de pouca idade da sua terra natal, onde com os avós paternos constituía família de lavradores que vivia honradamente dos seus bens com criados, e encontra-se em Lisboa a exercer o ofício de jardineiro do Paço. Os pais moram em Lisboa a S. José. O avô materno era filho de lavradores honrados e ausentou-se da sua terra natal, indo ter a Lisboa onde exerceu o cargo de jardineiro na quinta d'El-Rei em Alcântara e no Paço. O habilitante é, à data de Outubro de 1720, solteiro e morador em Lisboa a S. José. O habilitante é estudante suficiente e habilitou-se de género no arcebispado de Lisboa Oriental em 1713 (LB).

Manuel Ferreira de Oliveira (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Tróia** (alvará de 18 de Janeiro de 1734); **Juiz de Fora das vilas de Soure e Ega** (carta de mercê do cargo de 18 de Janeiro de 1734), provisão de dois meses de licença para estar ausente do seu lugar (5 de Setembro de 1737); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Baía** (provisão de serventia de 10 de Maio de 1742); **Juiz de Fora da Baía** por tempo de três anos (carta de 12 de Maio de 1742); **Provedor da Câmara de Leiria** (alvará de 20 de Agosto de 1750); **Corregedor e Provedor do Porto** com beca (alvará e carta de 8 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Janeiro de 1772), provisão para jurar na Chancelaria servir este lugar (18 de Janeiro de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Maio de 1774), alvará de aposentado em Desembargador da Casa da Suplicação (27 de Junho de 1776). Recebeu provisão de extinção das capelas de Francisca Maria da Costa e outro na Comarca de Coimbra (16 de Dezembro de 1773).

Manuel Ferreira da Silva (Bacharel), nascido em 1658, natural de Pombal, filho de Manuel Ferreira e de Catarina Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Penela** (1689); **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (1694); **Ouvidor de Montemor** (carta de 8 de Outubro de 1708); **Desembargador da Relação da Baía**. Recebeu alvará de aposentadoria, alvará de aposentado com o ordenado de Ouvidor de Montemor-o-Velho (23 de Novembro de 1715), e alvará de 80\$000 réis de aposentadoria (4 de Fevereiro de 1716).

*** Manuel Figueira Delgado** (Bacharel), natural de Atouguia, filho de Brás Figueira e de Brites Delgada.

Foi **Juiz do crime de Lisboa**; **Corregedor de Castelo Branco** (carta de 23 de Maio de 1630); **Desembargador da Relação do Porto** (1634).

Manuel de Figueiredo Loureiro (Bacharel; Licenciado em leis), natural do concelho de Besteiros, filho de Francisco de Loureiro e de Leonor Henriques, neto paterno de Diogo João de Loureiro e Maria Simões, e neto materno de Domingos de Figueiredo e Leonor Henriques. Foi **Juiz de Fora de Algozo** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Corregedor de Coimbra** (carta); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 20 de Fevereiro de 1709), alvará de aposentado em Desembargador Agravista da Relação do Porto com o ordenado e

propinas (5 de Maio de 1713); **Tabelião do Público Judicial e Notas do concelho de Besteiros** (alvará de faculdade para renunciar o ofício de 20 de Julho de 1713), alvará para renunciar o ofício de Tabelião do Público Judicial e Notas do concelho de Besteiros (20 de Julho de 1713). Recebeu hábito de noviço (8 de Fevereiro de 1676), e alvará de escuso dos cargos do concelho.

Observações: Os familiares referidos são naturais do concelho de Besteiros. O pai é lavrador que vive da sua fazenda e familiar do Santo Ofício. O avô materno usou do ofício de barbeiro, mas passou a sustentar-se da sua lavoura com criados e cavalos e a servir os cargos da governança de Besteiros, como o de Juiz. Os avós maternos são pessoas nobres do dito concelho. O habilitante é, à data de Outubro de 1673, casado com Catarina de Carvalho, e mora à data de Novembro de 1674 em Tondela. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel da Fonseca de Azevedo (Licenciado), natural de Aveiro, filho de António da Fonseca e de Antónia de Azevedo, neto paterno de Domingos João e Margarida da Fonseca, e neto materno de André Fernandes Pinheiro e Antónia Manuel.

Foi **Juiz de Fora de Marão** por tempo de três anos (carta de 17 de Agosto de 1649); **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (carta de 9 de Agosto de 1655); **Corregedor da Comarca de Pinhel** (carta); **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta do cargo de 16 de Maio de 1672); **Ouvidor das Apelações do crime da Relação do Porto** (carta de 17 de Outubro de 1674); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Julho de 1678).

Observações: O pai é provavelmente natural de Figueiró dos Vinhos. A mãe e avós maternos são naturais de Aveiro. O avô paterno é natural e criado em Ceras do termo de Tomar. Diz uma testemunha que o pai foi cirurgião em Figueiró dos Vinhos. O pai foi de Figueiró para Aveiro, onde exerceu os cargos de Procurador da Câmara e Almotacé. O pai tinha um irmão chamado Manuel da Fonseca, que foi clérigo de missa, e um outro chamado Simão da Fonseca que serviu de Vereador, Almotacé, e Juiz ordinário em Figueiró dos Vinhos. O avô paterno foi de Ceras para Figueiró, onde viveu até morrer e, para lá de exercitar os ofícios de barbeiro e cirurgião, foi Vereador e Almotacé nessa vila. O avô paterno tinha um irmão em Ceras chamado Pedro João sendo ambos dos melhores desse lugar. O habilitante tem duas irmãs freiras em Lorrvão e um irmão frade da Ordem de S. Domingos. O habilitante é, à data de Outubro de 1646, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel da Fonseca Brandão (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Mourão** (carta de 26 de Janeiro de 1734); **Provedor das capelas na Baía** (carta de 7 de Junho de 1742); **Ouvidor na Baía** (carta de 30

de Junho de 1742); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 14 de Junho de 1747); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 17 de Fevereiro de 1752); **Desembargador Agravista da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 7 de Abril de 1752); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Abril de 1768); **Procurador Fiscal da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba** (carta de 10 de Março de 1769), carta (10 de Maio de 1769); **Conselheiro do Ultramar** (carta de 12 de Julho de 1771). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (10 de Julho de 1754), (com sua mulher) provisão de confirmação de aforamento de casas em Lisboa que lhe deu Fernando Xavier Botelho e sua mulher (30 de Março de 1772), e provisão para empenhar seus bens no principal e juros de 4000 cruzados sem embargo de passar de 60 anos de idade (22 de Fevereiro de 1776).

Manuel Francisco da Silva da Veiga Magro e Moura (graduado e opositor em cânones), também *Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro*, natural de Coimbra, filho de João Francisco da Costa e de Comba da Silva, neto paterno de Miguel Gonçalves Afonso e Maria Francisca Magro, e neto materno de Manuel da Silva Leitão e Isabel das Neves.

Foi **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 23 de Fevereiro de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Janeiro de 1776); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1783), alvará de mantimento com o lugar ordinário de Desembargador da Casa da Suplicação (25 de Maio de 1787); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Abril de 1787). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (1 de Agosto de 1761), alvará para se lhe lançar o hábito da Ordem de Cristo (9 de Junho de 1769), padrão de 18\$000 réis de tença (1 de Outubro de 1771), e carta de padrão do hábito de Cristo e 30\$000 réis de tença (23 de Janeiro de 1776).

Observações: Os pais e o defunto avô materno são naturais de Coimbra e aí moradores. Os defuntos avós paternos são naturais de Mondim de Basto e moraram no lugar de Pedra Vedra da freguesia de S. Cristóvão de Mondim de Basto. A defunta avó materna é natural do lugar de Póvoa, pertencente à freguesia de S. Martinho da Cortiça do termo de Coimbra, e morou aqui. O pai é familiar do Santo Ofício e trata-se com bestas na estrebaria e criados, tal como o faziam os avós maternos. Os avós paternos eram lavradores honrados que vivendo dos seus bens se tratavam limpa-mente. O avô materno era Doutor. O habilitante tem dois irmãos religiosos. O habilitante mora, à data de Maio de 1759, em Coimbra e é, à data de Junho seguinte, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Freire de Matos (Bacharel), filho de Simão Lopes Freire e de D. Brites de Matos, neto paterno de Simão Lopes e Brígida Dias, e neto materno de Diogo Gonçalves da Paz e Antónia de Lagos.

Foi **Provedor das capelas** com a beca de Desembargador (alvará de 26 de Outubro de 1679); **Provedor dos órfãos de Lisboa** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto. Recebeu carta de uma vara de Alcaide de Lisboa por morte de Estêvão Rodrigues (19 de Fevereiro de 1641), 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu filho (15 de Novembro de 1678 e 16 de Maio de 1680), e carta de padrão de 18\$000 réis de tença (14 de Maio de 1680).

Observações: Foi Cavaleiro fidalgo da Casa Real. Os defuntos avós paternos moraram na vila de Asseiceira da Comarca de Tomar. Os defuntos avós maternos são naturais de Cacilhas e aí moraram. O pai é licenciado e julgador de Sua Majestade, havendo casado outra vez. O pai teve dois primos co-irmãos com o hábito de Cristo, um chamado Manuel Gomes Ribeiro e o outro frei Domingos Ribeiro, este religioso do convento da Ordem de Cristo em Tomar, e teve um irmão religioso de missa. Os avós paternos viviam por sua fazenda com criados e criadas e parece que o avô paterno tinha uma estalagem cuja lida estava entregue a criadas e criados seus. O avô materno era capitão de navios em que embarcava. O habilitante tem um primo coirmão chamado Duarte Ribeiro de Macedo, o qual serve de Juiz de Fora de Elvas. Sabe-se por ouvir que o bacharel é casado com uma parenta da sua madrastra, morando ambos na Comarca de Pinhel (LB).

Manuel Freire da Silva (Doutor), filho de João Freire.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta); **Provedor do Algarve** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** por seu procurador (alvará para tomar posse), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (12 de Julho de 1710); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 16 de Outubro de 1712); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Julho de 1713), carta de Ouvidor do crime da Casa da Suplicação (29 de Julho de 1714). Recebeu alvará para casar na Baía.

Manuel de Freitas Soares (Bacharel), nascido em 1678 ou 1679, natural de Torre de Moncorvo, filho de António de Freitas Soares e de Maria Borges, neto paterno de Xisto de Freitas e D. Luísa Soares, e neto materno de António Borges Turaco (ou de Prado) e Maria Pereira.

Foi **Juiz da Índia e Mina** (carta de 20 de Abril de 1706); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de lembrança de um lugar de 28 de Novembro de 1709), carta e alvará de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (20 de Outubro de 1712), provisão de licença por um mês (15 de Fevereiro de 1714), provisão de licença por três meses (15 de Fevereiro de 1714), provisão de licença por mais mês e meio (21 de Junho de 1714); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Dezembro de 1715); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 18 de Junho de 1725). Recebeu carta de padrão de 20\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (20 de Junho de 1713), provisão de tença de 20\$000 réis (22 de Dezembro de 1714), padrão de 208\$000 réis de tença (22 de Dezembro de 1714), alvará de mercê de administração da capela de João Flandres (3 de Janeiro de 1715), carta de administração da capela de João Flandres (2 de Janeiro de 1716), e carta de administração vitalícia da capela de João de Flandres (2 de Janeiro de 1716).

Observações: Sobrinho de Francisco de Freitas Soares. O pai e avós paternos são naturais de Lisboa, e aí moraram na Rua da Condessa junto da Igreja do Carmo. A mãe e avós maternos são naturais de Torre de Moncorvo. O pai é Doutor e, além de ter servido de Corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo e Conservador dos Tabacos da Província de Trás-os-Montes, ocupa o lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação. O avô paterno foi oficial da Mesa. O avô materno era bacharel formado pela Universidade de Salamanca. O pai do avô materno, chamado António Borges, serviu de Procurador da Câmara e Almotacé em Torre de Moncorvo. O habilitante é, à data de Outubro de 1704, solteiro e mora, à data de Novembro seguinte, em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel da Gama Lobo (Doutor), natural de Montemor-o-Velho, filho de Manuel Chichorro Pinheiro.

Foi **Desembargador do Desembargo do Paço extraordinário** (carta de mercê de um lugar de 17 de Agosto de 1719), provisão para poder tomar posse de um lugar de Desembargador do Desembargo do Paço extraordinário (6 de Setembro de 1719). Recebeu carta de jubilado na cadeira de Digesto Velho (13 de Outubro de 1713), carta de jubilação na sobredita cadeira como lente de Prima da cadeira de leis (2 de Maio de 1719), carta de 12\$000 réis de tença para seu sobrinho André Chichorro da Gama (13 de Abril de 1720), e carta de jubilado segunda vez na dita cadeira de Prima de leis (26 de Junho de 1733).

Manuel Gameiro de Barros (Bacharel; Licenciado), natural da Chamusca, filho de António

Basílio e de Maria Gameira, neto paterno de Bernardo Martins e Leonor Álvares, e neto materno de Manuel Gameiro e Maria Dias.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1643); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Dezembro de 1655); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 15 de Junho de 1660). Recebeu carta de padrão de 20\$000 réis de pensão e hábito de Cristo (15 de Novembro de 1653).

Observações: Os pais e avós são naturais da Chamusca e aí moraram. O pai era cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade e serviu de Juiz dos órfãos na Chamusca e na vizinha vila de Ulme. Os avós eram lavradores honrados que viviam das suas fazendas e lavouras, tendo servido de Juizes e Vereadores na Chamusca. O habilitante é, à data de Julho de 1635, solteiro. Na informação da Universidade respeitante ao ano de 1634 o bacharel tem a nota de bom estudante (LB).

Manuel Gomes Bezerra de Lima (Doutor), também *Manuel Gomes Bezerra*, também *Manuel Gomes Bezerra Abreu e Lima*.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador com dispensa de exame vago de 12 de Junho de 1804), provisão para prestar juramento por procurador na Chancelaria para tomar posse de um lugar da Relação do Porto sem embargo da falta da carta de mercê (21 de Abril de 1820), alvará de aposentadoria no lugar de Desembargador da Relação do Porto com metade do ordenado (7 de Junho de 1826), alvará de aposentadoria no lugar de Desembargador da Relação do Porto com 300\$000 réis cada ano (28 de Setembro de 1826). Recebeu carta de profissão de hábito (5 de Junho de 1804), e provisão de comissão (8 de Fevereiro de 1819).

Manuel Gomes de Carvalho (Doutor), filho de Manuel Gomes de Carvalho.

Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 15 de Dezembro de 1723), provisão para tomar posse do lugar que trata por seu procurador (12 de Janeiro de 1724); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Janeiro de 1725), carta (3 de Dezembro de 1725); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 23 de Novembro de 1740), alvará de ordinária como Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (24 de Janeiro de 1741), carta de Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda e quatro moios de trigo (24 de Janeiro de 1748); **Juiz Conservador do Contrato do Sal da América** por tempo de três anos (provisão de 8 de Fevereiro de 1741); **Juiz Conservador do Contrato do Sal de**

Lisboa por três anos (provisão de 10 de Março de 1744); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 1 de Fevereiro de 1745), alvará de 4\$000 réis anuais para uma escrivania com o lugar de Desembargador do Desembargo do Paço (20 de Fevereiro de 1745), alvará de 4\$000 réis para uma escrivania como Desembargador do Desembargo do Paço (21 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 1 de Fevereiro de 1745), carta de título do Conselho (8 de Fevereiro de 1745); **Procurador da Coroa** (carta do lugar de 19 de Abril de 1749), alvará de dois moios de trigo de ordinária com o lugar de Procurador da Coroa (7 de Setembro de 1749), alvará de mercê de 12\$000 réis com o lugar de Procurador da Coroa (17 de Dezembro de 1749); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de Chanceler enquanto Desembargador do Desembargo do Paço de 16 de Janeiro de 1753); **Chanceler-mor** (carta de 3 de Janeiro de 1756). Recebeu carta de padrão de 38\$000 réis de tença (2 de Fevereiro de 1726), provisão de tença de 38\$000 réis (2 de Setembro de 1726), provisão de tença de 12\$000 réis (5 de Setembro de 1726), carta de padrão de tença de 40\$000 réis (6 de Agosto de 1728), padrão de 800\$000 réis de juro na alfândega do tabaco (5 de Dezembro de 1731), alvará de fidalgo da Casa Real (8 de Julho de 1745), alvará de ordinária de dois moios de trigo (7 de Julho de 1749), e alvará de 12\$000 réis cada ano (17 de Dezembro de 1749).

Manuel Gomes Cerveira Valente (Bacharel em leis), também *Manuel Gomes Serqueira Valente*, nascido em 1756 ou 1757, natural de Arazede do Bispo da Comarca de Coimbra, filho de Manuel José Cerveira Valente e de D. Eulália Maria, neto paterno de António Cerveira Valente e D. Doroteia da Silva, e neto materno de Pascoal Gomes e Teresa Marques.

Foi **Juiz de Fora de Figueira** (carta do lugar de 14 de Janeiro de 1790); **Juiz de Fora dos órfãos de Santarém** (carta do lugar de 14 de Agosto de 1800); **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de 16 de Junho de 1804), provisão de licença por tempo de um mês (12 de Agosto de 1805), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de dois meses (30 de Agosto de 1806), carta de reconduzido por mais três anos em Corregedor de Santarém e **Desembargador da Relação do Porto** (5 de Fevereiro de 1810).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Melhada pertencente ao couto de Vacariça da Comarca de Coimbra, havendo os últimos aí morado. A mãe e avós maternos são naturais do couto de Arazede do Bispo da mesma Comarca, morando aí e em Santa Cruz. O pai era formado na Universidade de Coimbra e foi casar a Arazede

do Bispo onde, tal como os avós maternos, viveu abundantemente das suas fazendas contando com criados e cavalgaduras. Os avós paternos viviam do rendimento das suas fazendas servindo-se com pessoas de ambos os sexos nos ministérios da sua casa. O habilitante é, à data de Maio de 1787, solteiro e mora, à data de Agosto seguinte, em Arazede. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Gomes da Costa (Doutor e opositor em cânones), nascido em 1659 ou 1669, natural do Porto, filho de Pedro António Gomes (ou António Gomes da Costa) e de Francisca Marques, neto paterno de António João e Andreia João, e neto materno de Francisco Vaz e Isabel Marques.

Foi **Provedor das capelas e hospitais da Câmara de Santarém** (alvará de 5 de Dezembro de 1690); **Provedor das capelas d'El-Rei D. Afonso IV** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta); **Escrivão das Sisas da vila de Eiras** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu padrão de 3\$055 réis de juro, carta de padrão de tença de 38\$000 réis (26 de Novembro de 1704), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (2 de Dezembro de 1704), alvará para se ausentar da Corte, padrão de 38\$000 réis de tença, carta de legitimação a seu filho Bernardo (3 de Outubro de 1716), e carta de legitimação a seu filho Bernardo (14 de Abril de 1717).

Observações: O pai e avó paterno são naturais da freguesia de S. Pedro de Formariz do termo de Barcelos. A avó paterna é oriunda de Vila do Conde. A mãe e avó materna são naturais da freguesia de S. Nicolau do Porto. O avó materno é natural da freguesia de Mouriz da Comarca do Porto. O pai é licenciado e, além de advogado na Relação do Porto, é cidadão dessa cidade. O avó paterno exerceu o ofício de carpinteiro em Vila do Conde e em Lisboa na Ribeira das Naus. Os avós maternos moravam no Porto na Rua dos Mercadores, sendo o avó materno oficial agulheiro que tratava para o Brasil e vivia abastadamente. O habilitante é, à data de Maio de 1683, solteiro e mora, à data de Abril de 1690, em Lisboa junto a S. Lourenço. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Gomes Ferreira (Bacharel em cânones e colegial do Colégio de S. Paulo), nascido em 1706 ou 1707, natural de Santa Maria de Bagunte do termo de Barcelos, filho de João Gomes (ou João Gomes Ferreira) e de Maria Ferreira, neto paterno de Francisco Gomes Ferreira e Francisca Gonçalves, e neto materno de Manuel João e Custódia Ferreira.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 30 de Abril de 1754); **Desembarga-**

dor da Relação do Porto (carta de 29 de Abril de 1758), provisão para jurar na Chancelaria e tomar posse do dito cargo por procurador (2 de Maio de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Janeiro de 1765); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Abril de 1765); **Deputado da Real Mesa Censória** (carta de 20 de Abril de 1768); **Desembargador do Desembargo do Paço e Petições** (carta de 17 de Agosto de 1778); **Conselheiro** (carta de Conselho de 17 de Agosto de 1778). Recebeu provisão de privilégio para por dez anos poder imprimir e vender um livro de prática criminal (17 de Setembro de 1746), carta de padrão de tença de 20\$000 réis (7 de Janeiro de 1755), provisão para incorporar à sua quinta do Carvão a estrada que vai da vila de Góis para a freguesia da Várzea dando terra para outra nova (22 de Dezembro de 1757), carta de Monteiro pequeno das montarias de Santarém (19 de Outubro de 1769), foro de fidalgo para seu sobrinho (2 de Junho de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (3 de Julho de 1779), tença de 12\$000 réis e o hábito de Cristo (3 de Julho de 1779), e carta de Monteiro-mor (13 de Maio de 1785).

Observações: Recebeu certidão negativa a 11 de Março de 1793. O pai e avós paternos são naturais da vila de Rates. A mãe e avó materna são naturais de Bagunte no termo de Barcelos. O avô materno é natural de Tougues do termo da Maia. O habilitante nasceu de uma relação ilegítima situada no tempo em que o pai era cura da freguesia de Bagunte e a mãe solteira. O reverendo pai tornou-se no abade de S. Pedro de Pondras em Trás-os-Montes. O avô paterno serviu de Juiz ordinário em Rates e partilhava a sua fatura de bens com a avó paterna. Os avós maternos eram lavradores abastados que viviam das suas fazendas. O habilitante criou-se e assistiu em Bagunte e Rates sabendo-se também que esteve com o seu pai em Trás-os-Montes. O habilitante é sacerdote do hábito de S. Pedro e lente em cânones. O habilitante mora à data de Janeiro de 1753 em Coimbra no colégio de S. Paulo. O habilitante é bom estudante e foi-lhe feita a mercê de um lugar de Desembargador honorário da Relação do Porto (LB).

Manuel Gomes de Melo (Bacharel em leis), natural de Soure na Comarca de Leiria, filho de Francisco José da Silva e Melo e de Maria Marcelina de Brito, neto paterno de Manuel Ferreira e Teresa Maria de Jesus, e neto materno de Francisco Gomes e Antónia Micaela de Brito. Foi **Juiz de Fora de Alpedrinha** (carta de 18 de Junho de 1800), provisão de licença (29 de Janeiro de 1801), provisão de licença de dois meses (7 de Fevereiro de 1803), provisão de licença (10 de Setembro de 1803); **Superintendente dos Tabacos da Província do Alentejo** (carta de 10 de Julho

de 1804), carta de Superintendente do tabaco da Província do Alentejo (16 de Julho de 1804), alvará de predicamento da correição ordinária (22 de Agosto de 1806), carta de recondução do lugar de Superintendente dos Tabacos e Alfândegas do Alentejo (12 de Janeiro de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Fevereiro de 1815); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1823). Recebeu carta para ser armado cavaleiro (21 de Maio de 1798), carta de padrão de tença e hábito (24 de Maio de 1798), carta de padrão de tença num dos Almojarifados do Reino pelos serviços de seu pai Francisco José da Silva e Melo (24 de Maio de 1798), alvará de fidalgo cavaleiro (1 de Fevereiro de 1805), carta de hábito (4 de Fevereiro de 1805), e carta de padrão de hábito e tença (20 de Agosto de 1805).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Soure da Comarca de Leiria. Os avós paternos são naturais da Batalha na mesma Comarca. O pai é capitão. Os pais e avós viviam das suas fazendas com criados e lavouras. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1799, solteiro. O habilitante residiu em Soure e em Coimbra (LB).

Manuel Gomes de Oliveira (Bacharel e Doutor em cânones), natural da Baía, filho de João Gomes Barreto (ou João Gomes) e de Antónia de Oliveira de Santiago, neto materno de Inácio de Oliveira e Maria de Almeida.

Foi **Juiz de Fora de Pinhel** por três anos (carta de 7 de Outubro de 1711); **Ouvidor e Provedor de S. Salvador da Baía de Todos os Santos** por três anos (carta de 17 de Setembro de 1714), provisão para jurar por procurador como Ouvidor da Baía (19 de Novembro de 1714); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da repartição da Comarca da Baía** (provisão de 16 de Janeiro de 1715); **Corregedor do cível da Baía** (carta de 9 de Setembro de 1725); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de mercê do lugar de 23 de Agosto de 1734); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1738); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Dezembro de 1745). Recebeu alvará de um moio de trigo (30 de Março de 1708), e alvará de escudeiro fidalgo com 750\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (28 de Fevereiro de 1711).

Observações: O pai é natural da Baía não havendo conhecimento dos avós paternos. A mãe e avó materna são naturais do Porto. O avô materno é natural de Amarante. O pai mora na Baía, onde serve de Escrivão e foi soldado do terço. O avô materno, quando embarcou de Amarante para o Brasil, era estudante que vivia das fazendas dos seus pais. A mãe e avó materna, enquanto moraram no Porto esperando ir ter com o avô materno ao Brasil, eram

mulheres recolhidas. O habilitante mora, à data de Dezembro de 1710, em Lisboa onde está há cerca de dez anos. O habilitante é bom estudante e advogado na Casa da Suplicação (LB).

Manuel Gomes Soares (Bacharel), nascido em 1671, natural do Cadaval, filho de Estêvão Soares e de Ana Gomes.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** com posse na Casa da Suplicação (carta de 17 de Março de 1714). Recebeu alvará de 80\$000 de ajuda de custo (24 de Abril de 1714), e padrão de 18\$000 de tença (23 de Janeiro de 1757).

Manuel Gonçalves de Carvalho (Bacharel em cânones), natural do lugar de Venda da freguesia de Pelariga e termo de Pombal, filho de João Gonçalves e de Maria Rodrigues, neto paterno de Sebastião Gonçalves e Filipa Gonçalves, e neto materno de Bento Rodrigues e Francisca João.

Foi **Juiz de Fora da Baía** (carta de mercê do cargo de 23 de Setembro de 1732), carta de Juiz de Fora de Salvador da Baía (26 de Setembro de 1732); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Baía** (alvará de serventia do ofício de 26 de Setembro de 1732), provisão para servir de Provedor da Fazenda dos Ausentes (30 de Setembro de 1732); **Provedor da Comarca do Reino do Algarve** (alvará de 26 de Fevereiro de 1742), alvará de Provedor e **Contador das tenças e resíduos das comarcas do Algarve** (26 de Junho de 1742), provisão de licença para estar ausente do seu emprego por dois meses (22 de Outubro de 1743); **Corregedor do crime do bairro dos Remolares** (carta de 30 de Setembro de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentadoria do lugar de 10 de Março de 1765), alvará de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (11 de Março de 1765), alvará de 200\$000 de réis de ordenado com o dito lugar de Desembargador da Relação do Porto (12 de Maio de 1765). Recebeu provisão de licença para poder contrair o sacramento do matrimónio sem embargo de estar servindo o lugar de Provedor das comarcas do Reino do Algarve (16 de Abril de 1747), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (5 de Agosto de 1753).

Manuel Gonçalves Guião (Bacharel), filho de Domingos Coelho.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (alvará de Desembargador com posse na Relação de Goa de 4 de Maio de 1682); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará para tomar posse por procurador do

lugar de 4 de Maio de 1682), provisão para vencer dois ordenados (28 de Junho de 1683). Recebeu alvará de ordenado, e alvará de fidalgo da Casa Real com 1\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (4 de Abril de 1717).

Manuel Gonçalves de Miranda (Bacharel em cânones e leis; Licenciado), nascido em 1705 ou 1706, natural do lugar de Paradinha no termo da vila de Outeiro da Comarca de Bragança, filho de Martinho Carlos de Miranda (ou Domingos de Miranda) e de Isabel Gonçalves, neto paterno de Miguel de Miranda e Maria Pires, e neto materno de Domingos Gonçalves e Inês Geraldês.

Foi **Auditor-Geral da Província de Trás-os-Montes** (carta de 8 de Maio de 1739); **Corregedor da Comarca de Torre de Moncorvo** (carta do cargo de 15 de Junho de 1747); **Superintendente dos linhos e cânhamos da Comarca de Torre de Moncorvo** (alvará de 27 de Junho de 1747); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de 28 de Setembro de 1753), provisão de licença para estar fora do lugar (6 de Novembro de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de prorrogação de tempo para por seu procurador tomar posse do lugar de Desembargador de 21 de Junho de 1758), carta de Desembargador da Relação do Porto (26 de Junho de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 12 de Dezembro de 1764); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Novembro de 1766); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de Sua Magestade de 22 de Dezembro de 1766); **Intendente-Geral da Polícia** (carta de 22 de Dezembro de 1766), alvará de 3200\$000 réis de ordenado com o lugar de Intendente-Geral da Polícia (27 de Abril de 1768). Recebeu provisão de extinção das capelas do Doutor Afonso Luís e outros no lugar de Paradinha na Comarca de Miranda como Intendente-Geral da Polícia.

Observações: Os pais e avó materna são naturais do lugar de Paradinha do termo de Outeiro. Os avós paternos são naturais do lugar de Rio Frio do mesmo termo. O avó materno é natural do lugar de Veigas do mesmo termo. Os pais e avós viviam das suas fazendas abastados de bens, e tratavam-se com criados, bestas, e cavalos. Os pais e avós eram dos principais do seu povo e serviram de Vereadores e Juizes pela Ordenação na vila de Outeiro. O bacharel é, à data de Dezembro de 1730, solteiro e mora, à data de Março de 1731, em Paradinha. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel de Gouveia Álvares (Bacharel; formado em Direito Civil e Canónico), também *Manuel*

de *Gouveia Alves*, também *Manuel Gonçalves de Gouveia Alves*, nascido em 1720 ou 1721, natural do lugar de Barreira do termo de Marialva na Comarca de Pinhel, filho de Domingos Fernandes da Carreira e de Inocência de Gouveia, neto paterno de Belchior Gaspar e Maria Gonçalves, e neto materno de António Gouveia e Domingas Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Ourém** (depois de 1749); **Ouidor da Capitania das Alagoas** (carta de 28 de Fevereiro de 1755), **Provedor** da dita capitania (alvará de 4 de Março de 1755); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 26 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Novembro de 1778). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Março de 1755), carta de padrão de tença de 20\$000 réis (11 de Abril de 1755), e carta de padrão de tença de 8\$000 réis (11 de Abril de 1755).

Observações: O pai e avó paterna são naturais do lugar de Coriscada do termo de Marialva. O avó paterno é natural do lugar de Cótimos do termo de Moreira Comarca de Pinhel. A mãe é natural da vila de Nagosa da Comarca de Lamego. O avó materno é natural do lugar de Almofala do termo de Mondim e Comarca de Lamego, e a avó materna é natural da vila de Castanheiro da Comarca de Pinhel. O pai vivia da sua fazenda com bestas e criados, e serviu os cargos da república em Nagosa, como o de Juiz ordinário. Os avós paternos eram lavradores dos principais das suas terras. O avó materno vivia da sua fazenda com moços e criados, e andou na governança de Mondim. O habilitante teve tios direitos clérigos, pelo menos um deles ordenado no hábito de S. Pedro. O habilitante é, à data de Julho de 1749, solteiro e morador em Barreira. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Guerreiro Camacho e Fóios (Licenciado em leis), também *Manuel Guerreiro Camacho de Fóios*, nascido em 1691 ou 1692, natural de Évora e aí criado, filho de Diogo Guerreiro Camacho e (ou de) Aboim e de D. Maria Luísa de Fóios, neto paterno de Diogo Guerreiro Camacho e Mónica Guerreira Camacha, e neto materno de Luís da Fonseca Coutinho e D. Ana Teresa de Fóios.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 7 de Junho de 1734). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis cada ano efectivos em sua vida com o hábito de Cristo (22 de Dezembro de 1707), alvará da capela dos coutos de Olivença em sua vida que pertenceu a seu pai (21 de Janeiro de 1721), apostila declarando que a capela instituída por Leonor Afonso Nabo é sita em Garvão (18 de Abril de 1721), carta de Administração da capela instituída por Leonor

Afonso Nabo sita em Garvão (8 de Maio de 1721), carta de mercê de capela em Garvão e Olivença instituída por Catarina Cabral (8 de Maio de 1721), carta de mercê de capela em Garvão (8 de Maio de 1721), e carta de administração da capela e bens sita nos coutos de Olivença instituída por Bento Moreno (13 de Maio de 1721).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da herdade dos Guerreiros do termo de Ourique, e aí viveram. A mãe é natural de Lisboa, da freguesia de Santa Cruz do Castelo. O avó materno é natural do lugar de Toutão do concelho de Caria. A avó materna é natural do Lumiar no termo de Lisboa. O pai era Doutor e, além de Juiz do fisco de Évora, serviu de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação em que faleceu. O pai e avó materno foram familiares do Santo Ofício, havendo o último tido foro de fidalgo. O pai era irmão inteiro do Doutor Manuel Guerreiro Camacho de Aboim que é, à data da inquirição, Presidente da Mesa do Santo Ofício de Évora, e foi deão do Algarve. O avó materno foi de Toutão para Lisboa onde casou e morou com a avó materna no Lumiar, e provém das melhores famílias daquele lugar e respectivo concelho. O habilitante mora, à data de Setembro de 1712, em Lisboa, provavelmente com a mãe, na Calçada de Santo André e é, à data de Outubro seguinte, solteiro. O habilitante é cavaleiro professo da Ordem de Cristo e bom estudante (LB).

Manuel Henriques Coelho de Mancilha (Bacharel; Doutor em cânones), também *Manuel Henriques Coelho de Mancilha*, nascido em 1707 ou 1708, natural de S. Pedro de Loureiro no concelho de Penaguião e Comarca de Lamego, filho de Gabriel Coelho de Araújo e de Bernarda de Mesquita de Mancilha, neto paterno de Brás Coelho e Maria de Araújo, e neto materno de Manuel Correia e Antónia de Mesquita de Mancilha.

Foi **Provedor da Comarca de Tomar** (carta de Provedor enquanto **Auditor-Geral da Província de Trás-os-Montes** de 22 de Novembro de 1759), provisão para jurar por procurador na Chancelaria servir o dito lugar de 16 de Maio de 1760), provisão de licença para estar ausente dois meses do sobredito lugar (11 de Setembro de 1760), provisão para por tempo de dois meses estar ausente do dito lugar (17 de Setembro de 1761), provisão de licença para estar ausente dois meses do sobredito lugar (26 de Agosto de 1763); **Ouidor da alfândega** (provisão de licença para estar ausente dois meses do dito lugar de 18 de Novembro de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Novembro de 1774), aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (22 de Outubro de 1780), alvará de aposentado na Relação do Porto (22 de Dezembro de 1780), alvará de 200\$000 réis de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (12

de Outubro de 1781). Recebeu provisões ao Provedor da Comarca de Lamego para conhecimento de inventário e partilhas (4 de Julho de 1758 e 18 de Outubro de 1764), carta de padrão de tença de 30\$000 réis com hábito (5 de Novembro de 1772), provisão de extinção da capela de Gabriel Coelho de Araújo no lugar de Gervide do concelho de Penaguião (3 de Abril de 1774), e tença de 200\$000 réis anuais (12 de Outubro de 1781).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores da freguesia de S. Pedro de Loureiro do concelho de Penaguião e Comarca de Lamego. Ao pai chamavam «cirurgião» por ler livros de medicina e aplicar remédios aos pobres e amigos sem com isso ter o ofício ou levar dinheiro. Os pais e avós eram muito ricos e aparentados com as principais famílias daquela Província. O habilitante e o pai são familiares do Santo Ofício, tendo sido o primeiro habilitado pelo Ordinário para tomar ordens. O habilitante é, à data de Março de 1734, solteiro e mora, à data de Abril seguinte, na sua freguesia natal. O habilitante é bom estudante e serviu de Auditor-Geral da gente de guerra de Trás-os-Montes, de Abril de 1744 a Julho de 1750 (LB).

Manuel Henriques Sacoto (Bacharel), natural de Vila Franca de Xira, filho de Martim Henriques Baracho e de Úrsula Henriques, neto paterno de Diogo Henriques Sacoto e Maria de Araújo Baracho, e neto materno de António Luís e Maria Alves.

Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (carta); **Provedor das capelas** (carta reconduzindo-o por mais três anos no lugar de 27 de Agosto de 1695); **Corregedor de Leiria** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para vestir a beca de Desembargador, alvará para estar fora do seu cargo; **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Junho de 1710); **Deputado da Junta do Comércio Geral** e **Juiz Conservador Privativo** de todas as causas que a ela tocarem (carta de 17 de Outubro de 1715); **Conselheiro do Conselho da Fazenda Real** (carta de 26 de Março de 1725); **Conselheiro** (carta de mercê do título do Conselho de 20 de Julho de 1726). Recebeu verba de 158\$099 réis de juro, verba de 50\$000 réis de tença, carta de padrão de 50\$000 réis (31 de Julho de 1692), verba de 119\$500 réis de juro no tabaco, verba de 38\$353 réis de juro no tabaco, verba de 59\$750 réis de juro no tabaco, padrão de 38\$353 réis de juro no tabaco, verba de 19\$676 réis de juro, alvará para arrendar terras sem embargo de ser ministro, padrão de 50\$000 réis de tença, verba de 50\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 38\$000 réis cada ano (6 de Outubro de 1725), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença efectivos (18 de Fevereiro de 1741).

Observações: Os pais são naturais de Vila Franca de Xira e moram aí. Os defuntos avós são naturais de Vila Franca de Xira e moraram aí. Os pais e avós são nobres e da governança de Vila Franca de Xira. O habilitante é, à data de Agosto de 1680, solteiro e provavelmente morador em Vila Franca de Xira (LB).

Manuel Herculano de Freitas Azevedo Falcão (Bacharel em leis), nascido em 1758 ou 1759, natural de Lisboa, filho de António de Freitas e Azevedo e de D. Teresa Senhorinha Rosa, neto paterno de Manuel de Azevedo Carvalho e Inês Vicência Sebastiana de Freitas, e neto materno de Valentim Falcão e Lúcia Antónia da Encarnação.

Foi **Juiz de Fora de Redondo** (carta de 4 de Agosto de 1796); **Juiz de Fora de Azambuja** (provisão de licença de 2 de Março de 1803), provisão para vencer o título da sua aposentadoria 120\$000 réis cada ano como Juiz de Fora de Azambuja (22 de Junho de 1804); **Juiz de Fora de Faro** (alvará de predicamento do primeiro banco para com ele servir o lugar de 27 de Julho de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Fevereiro de 1810).

Observações: O pai e avó paterna são baptizados na freguesia de Santa Marinha de Lisboa. O avó paterno é baptizado na freguesia de S. Nicolau de Lisboa. A mãe é baptizada na freguesia de S. Vicente de Fora de Lisboa. O avó materno é baptizado na freguesia do Socorro de Lisboa. A avó materna é natural da freguesia da Encarnação de Lisboa. O pai era bacharel e Doutor. Os pais e avós viviam dos seus bens. O habilitante é, à data de Maio de 1785, solteiro e morador em Lisboa na Rua Direita de S. José (LB).

Manuel Homem Freire (Doutor), natural de Ázere, filho de Nuno da Fonseca Homem e de D. Catarina Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Coimbra** por três anos (carta de 4 de Agosto de 1649); Juiz de Fora do Porto (1652); Corregedor de Viseu (1657); **Conservador da Universidade de Coimbra** (1666), com posse na Relação do Porto, **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de posse de um lugar de 23 de Setembro de 1666); **Juiz dos Feitos da Coroa e Chancelaria da Relação do Porto** (carta de 1 de Agosto de 1674). Recebeu padrão de 48\$000 réis de tença, e carta de padrão de 18\$000 réis de tença.

Observações: Os pais são de Ázere. O habilitante casou com D. Isabel de Figueiredo que é natural de Ázere ou de Vila Cova de Sub-Avô, e de cujo matrimónio nasceu o Doutor graduado em leis Manuel Homem Freire. Os pais da mulher do habilitante são Domingos de Figueiredo e Isabel Nunes, sendo que o primeiro é oriundo do termo da vila de Bobadela e a última de Vila Cova de Sub-Avô. Os pais eram pessoas nobres entre os de melhor qualidade da Beira. Os sogros do habilitante eram dos principais de Vila Cova de

Sub-Avô servindo-se de criados e bestas na estrebaria em que andavam. O sogro do habilitante foi Monteiro-mor das terras e coutos da jurisdição da cidade da Guarda e Capitão de infantaria em Vila Cova de Sub-Avô. O habilitante é, à data de Agosto de 1669, Desembargador da Relação do Porto e Conservador da Universidade de Coimbra. O habilitante é irmão do cavaleiro do hábito de Cristo João Nunes Homem e neto de Manuel Homem (LB).

Manuel Inácio da Mota e Silva (Bacharel em leis), também *Manuel Inácio da Mota*, nascido em 1742 ou 1743, natural de Lisboa e baptizado na freguesia dos Anjos, filho de Bernardo António de Andrade e de D. Francisca Xavier do Espírito Santo, neto paterno de Manuel Antunes Belém e Filipa Maria de Andrade, e neto materno de João Fernandes Mendes e D. Luísa das Neves Xavier.

Foi **Juiz de Fora de Redondo** (carta de 11 de Maio de 1771); **Provedor da Saúde de Lisboa** (provisão de licença para servir o ofício de 9 de Dezembro de 1777); **Provedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de 30 de Abril de 1787); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Maio de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de padrão de 5 de Outubro de 1805). Recebeu carta de padrão de tença anual de 8\$000 réis num dos Almoarifados do Reino (30 de Abril de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoarifados do Reino com o hábito de Cristo (30 de Abril de 1779), e (na causa com Luís Profírio da Mota) provisão para conhecimento de causa (10 de Julho de 1797).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai, para lá de professor na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, está encartado no ofício de Provedor da Saúde de que é proprietário. O avô paterno vivia das suas fazendas e do empréstimo de dinheiros a juros usando carruagens. O avô materno era homem de negócio de grosso trato com navios próprios e cavaleiro professor da Ordem de Cristo. O habilitante é, à data de Abril de 1764, solteiro e morador em Lisboa a S. Tomé. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Inácio de Moura (Bacharel em leis), nascido em 1709 ou 1710, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, filho de João Baptista de Moura e de D. Antónia Ferreira de Figueiredo, neto paterno de Manuel Nunes da Fonseca e Luísa Baptista da Silva, e neto materno de Domingos Ferreira Braga e Margarida Francesa.

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 28 de Janeiro de 1744), carta de recondução por mais três anos no lugar de Corregedor do cível da cidade (25 de Abril de 1747), carta de Desembargador da Casa

da Suplicação (25 de Abril de 1747); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Março de 1751); **Juiz dos Cativos e resíduos** (alvará de 22 de Abril de 1755); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 17 de Março de 1758); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Abril de 1758); **Conservador da Nação Britânica** (carta e alvará de 15 de Janeiro de 1760); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 6 de Abril de 1777); **Conselheiro** (carta de Conselho de 16 de Abril de 1777, sem efeito), carta do título do Conselho (17 de Junho de 1777). Recebeu provisão de tença de 8\$000 réis efectivos em vida (14 de Outubro de 1728), provisão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (20 de Outubro de 1728), alvará de moço arreios (10 de Junho de 1731), alvará de cavaleiro fidalgo (2 de Abril de 1737), provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (1 de Setembro de 1737), provisão de Escrivão da correição da Comarca de Santarém (12 de Março de 1738), provisão para nomear serventário no ofício de Escrivão da Comarca de Santarém (21 de Agosto de 1738), provisão para renunciar ao ofício de Escrivão da correição da Comarca de Santarém (29 de Outubro de 1756), provisão para lhe dar de foro D. Diogo de Nápoles e Noronha a herdade da Taboeira no termo de Odemira (19 de Outubro de 1761), padrão de 8\$000 réis de tença na alfândega do Porto (20 de Outubro de 1763), apostila de 22\$201 réis de 2/3 de juro nos Armazéns (17 de Março de 1773), verba da dita quantia (22 de Junho de 1773), provisão de extinção de encargo numa capela nos Olivais no termo de Lisboa (6 de Outubro de 1773), alvará concedendo-lhe os remanescentes de água do Chafariz de Benfica (19 de Junho de 1786), provisão das remanescentes da água do Chafariz do lugar de Benfica (19 de Julho de 1786), e alvará de tença de 300\$000 réis no rendimento das comendas vagas a favor de sua mãe D. Maria Bárbara Joaquina Neves (25 de Junho de 1787).

Observações: Os pais são naturais de Lisboa e baptizados na freguesia de S. Nicolau. O avô paterno é natural de Castiço do termo de Penedono e baptizado na freguesia de S. Sebastião do dito lugar. A avó paterna é natural de Lisboa e baptizada na freguesia da Madalena. O avô materno é oriundo de Braga e baptizado na sé da mesma. A avó materna é natural de Lisboa e baptizada na freguesia de S. Cristovão. O avô paterno ausentou-se da sua terra natal para Lisboa, onde foi mercador d'El-Rei e familiar do Santo Ofício. O avô paterno era filho de lavradores que viviam das suas fazendas, e irmão do vigário de Valadares no Minho. O habilitante é, à data de Março de 1735, solteiro e mora, à data de Abril seguinte, em Lisboa à Cordoaria Nova. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Inácio Pereira Cabral (Bacharel em leis), nascido em 1755 ou 1756, natural de Alvites no termo de Mirandela da Comarca do Porto (ou Alvites do termo de Mirandela e Comarca de Moncorvo), filho de Manuel Pereira Cabral e de D. Maria Josefa da Costa, neto paterno de Domingos Dinis Pereira e Isabel André, e neto materno de João Baptista da Costa e Maria Caetana Rodrigues.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 9 de Setembro de 1801); **Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 29 de Dezembro de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Outubro de 1820); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (provisão de nomeação para a Casa dos Agravos de 18 de Abril de 1825); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de 11 de Outubro de 1826); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 17 de Julho de 1827); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 21 de Julho de 1827); **Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço** (alvará de honras e prerrogativas que gozam os Desembargadores do Desembargo do Paço de 23 de Julho de 1827), alvará de aposentadoria num lugar de Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço (29 de Agosto de 1828). Recebeu (com sua mulher) carta de confirmação da doação que lhes fez seu tio o cônego Luís António de Sá Delgado (7 de Março de 1800), carta de confirmação da doação que lhes fez o padre António Luís da Costa (7 de Março de 1800), carta de hábito (1 de Outubro de 1804), carta de padrão de hábito e tença (29 de Dezembro de 1804), e alvará de fidalgo cavaleiro (29 de Novembro de 1826).

Observações: Recebeu certidão negativa a 16 de Abril de 1822 com 57 anos de idade. O pai e avós paterno são naturais de Arrabães do termo de Vila Real. A mãe e avós maternos são naturais de Alvites do termo de Mirandela, e sabe-se que os últimos moraram em Goivães do mesmo termo. O pai era bacharel habilitado pelo Desembargo do Paço no ano de 1749, tendo servido de Juiz de Fora de Vila Real e Provedor de Moncorvo. Os pais e avós eram ricos e abonados e das principais famílias dos seus lugares. O avô materno era Doutor. O habilitante é, à data de Agosto, solteiro e mora, à data de Novembro seguinte, em Arrabães. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Joaquim Bandeira (Bacharel em leis), nascido em 1730 ou 1731, natural de Lisboa na freguesia de S. Nicolau onde foi baptizado, filho de João Rodrigues Bandeira e de D. Brígida Teresa da Conceição e Sousa, neto paterno de Domingos Pires Bandeira e Tomásia Maria Feli-

zarda, e neto materno de Custódio Nogueira o Velho e Antónia de Sousa de Faria.

Foi **Conservador da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba no Porto** (carta de 7 de Dezembro de 1759); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 20 de Dezembro de 1759); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Junho de 1769); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Março de 1778); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (lugar de 8 de Agosto de 1783); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 27 de Setembro de 1783), carta de Corregedor do crime da Corte e Casa (19 de Abril de 1787); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 27 de Setembro de 1783), carta do lugar de Corregedor do cível da Corte (19 de Abril de 1787). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares de provimento do Senado (18 de Setembro de 1753), carta de padrão de tença e hábito (7 de Fevereiro de 1757), carta de privilégio (20 de Fevereiro de 1784), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (6 de Julho de 1787).

Observações: Recebeu certidão negativa a 4 de Abril de 1799 com 58 anos de idade. O pai é natural da freguesia de S. Nicolau de Lisboa e aí foi baptizado. O avô paterno é natural de Viana do Castelo. A avó paterna é natural da freguesia de S. Julião de Lisboa e aí foi baptizada. A mãe e avô materna são naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa e aí foram baptizadas. O avô materno é natural de Braga. O pai era cavaleiro professo na Ordem de Cristo e viveu sempre do seu negócio. O avô paterno foi de Viana para Lisboa de pouca idade onde se fez reconhecer como homem de negócio. O avô materno foi de Braga para Lisboa também de pouca idade onde vivia com criados e criadas. O habilitante é cavaleiro professo na Ordem de Cristo e acha-se habilitado pelo Tribunal do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1753, solteiro e mora, à data de Março seguinte, em Lisboa na Rua dos Escudeiros, provavelmente na companhia dos seus pais. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Joaquim Lopes Pereira Negrão (Bacharel), nascido em 1740 ou 1741, natural de Azurara do concelho da Maia e termo do Porto, filho de José João da Cruz Lopes Pereira Negrão (ou José João da Cruz Lopes e Negrão) e de D. Maria Josefa Guiomar do Nascimento Pereira, neto paterno de João da Cruz Neves e D. Maria Lopes dos Santos, e neto materno de Manuel Martins dos Santos e D. Antónia Gomes Pereira. Foi **Juiz de Fora de Loulé** (carta de 12 de Fevereiro de 1773); **Provedor da Comarca de Aveiro** (carta de 28 de Julho de 1787); **Corregedor da Comarca de Braga** (carta de 15 de Novembro de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de dispensa para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de 7 de Fevereiro

de 1803), carta de Desembargador da Relação do Porto (9 de Fevereiro de 1803). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino com o hábito de Cristo renunciada por Manuel Quaresma de Lacerda Limpo (8 de Março de 1780), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (9 de Março de 1780), carta de padrão de tença de 18\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino renunciada por Manuel Quaresma de Lacerda Limpo (11 de Março de 1780), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez seu irmão o padre Joaquim Manuel (13 de Janeiro de 1792), e provisão para casar com D. Maria Bernarda Freire Leite Pita da Urtingueira (21 de Fevereiro de 1801).

Observações: Recebeu certidão negativa a 3 de Novembro de 1826 com 68 anos de idade. Os pais e avós são naturais e moradores de Azurara. O pai é bacharel. O habilitante é, à data de Abril de 1766, solteiro e mora, à data de Junho seguinte, em Azurara. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Joaquim Ribeiro Freire (Bacharel em leis em 1770), também *Manuel Joaquim Ribeiro*, nascido em 1754 ou 1755, natural do Rio de Janeiro, filho de Manuel Freire Ribeiro e de D. Ana Maria da Anunciação, neto paterno de Manuel Barbosa Pinto e D. Catarina Ribeira, e neto materno de António Cardoso de Azevedo e D. Mariana de Jesus.

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide** (provisão de licença por dois meses de 18 de Julho de 1793), provisão de licença por dois meses (18 de Maio de 1798); **Ouvidor de Mato Grosso** (provisão para vestir beca honorária de 26 de Novembro de 1798), carta de Ouvidor de Mato Grosso (4 de Março de 1799), provisão de mantimento (12 de Abril de 1799); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Capitania de Mato Grosso** (alvará do ofício de 8 de Abril de 1799); **Desembargador honorário** (provisão de tutoria de 17 de Março de 1806); **Juiz da Índia e Mina** por três anos (carta do lugar de 7 de Novembro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de Juiz da Índia e Mina (carta de 14 de Novembro de 1810). Recebeu carta para ser armado cavaleiro (18 de Março de 1796), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Santiago da Espada (10 de Janeiro de 1799).

Observações: Os pais e avós são naturais do Rio de Janeiro. O pai viveu dos rendimentos procedentes da serventia do ofício de Escrivão da Ouvidoria do Rio de Janeiro e da sua fazenda. Os avós viveram dos rendimentos dos seus bens e ocuparam os cargos da governança do distrito do Rio de Janeiro. O habilitante é, à data de Outubro de 1790, viúvo e morador em Lisboa na Praça da Alegria. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel José de Araújo Tavares (Doutor), nascido em 1761, natural de Arcozelos da Torre em Lamego, filho de Joaquim de Araújo Tavares e de Maria de Jesus da Silva Torres.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 17 de Novembro de 1798). Recebeu provisão para casar na Baía (5 de Setembro de 1801), e padrão de 38\$000 réis de tença (15 de Setembro de 1804).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 25 de Maio de 1803 (HOC).

Manuel José de Arriaga Brum da Silveira (Bacharel), natural de Angra na Ilha Terceira, filho de José de Arriaga Brum da Silveira.

Foi **Corregedor da Comarca de Angra da Ilha Terceira** (carta de 28 de Julho de 1790); **Provedor da Comarca de Santarém** (carta de 26 de Novembro de 1798), carta de Provedor da Comarca de Santarém (29 de Novembro de 1798), provisão de licença (18 de Setembro de 1800), provisão para aposentadoria (17 de Outubro de 1801), provisão de licença (3 de Novembro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Setembro de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar ordinário de 14 de Junho de 14 de Junho de 1806), alvará de Desembargador da Casa da Suplicação (6 de Março de 1822), alvará para restituir ao lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (29 de Julho de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Novembro de 1823); **Corregedor do crime da Corte e Casa Real** (carta de 24 de Março de 1825); **Conselheiro** (carta de Conselho de 5 de Abril de 1826); **Intendente-Geral da Polícia** (carta de 10 de Abril de 1826), alvará de acrescentamento de 1600\$000 réis do seu ordenado como Intendente-Geral da Polícia (20 de Maio de 1826); **Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de um lugar ordinário de 21 de Junho de 1826). Recebeu provisão de condecoração de beca honorária (8 de Janeiro de 1799), carta de profissão de hábito (14 de Julho de 1804), carta de hábito (3 de Novembro de 1804), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (27 de Julho de 1825), e alvará de honras e prerrogativas dos moços fidalgos (21 de Junho de 1826).

Observações: Recebeu certidão negativa a 10 de Janeiro de 1803 com 34 anos de idade (RGM).

Manuel José Calheiros (Bacharel), também *Manuel José Calheiros de Araújo*, também *Manuel José Calheiros Bezerra de Araújo*.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 26 de Fevereiro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Junho de 1805),

carta de Desembargador da Relação do Porto (14 de Junho de 1805); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Julho de 1821); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 1 de Março de 1831).

Manuel José de Faria e Sousa (Bacharel em cânones), nascido em 1715 ou 1716, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Nossa Senhora do Socorro, filho de Diogo de Faria e Sousa e de D. Joana de Faria e Sousa, neto paterno de José de Sousa e Faria e D. Antónia Micaela de Padilha, e neto materno de Sebastião Leite de Faria e D. Catarina de Faria e Sousa. Foi **Juiz de Fora de Alenquer** (depois de 1739); **Juiz dos órfãos** (depois de 1743) **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 2 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 12 de Dezembro de 1764 e 25 de Novembro de 1771), alvará de aposentadoria como Desembargador da Relação do Porto (29 de Março de 1776), alvará de aposentado no dito lugar (25 de Abril de 1776), alvará de 200\$000 réis de ordenado de aposentado no lugar retro (29 de Maio de 1776); **Auditor-Geral da Marinha** (carta de 13 de Maio de 1765). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito por renúncia de seu tio Francisco António Faleiro (16 de Janeiro de 1735), provisão de extinção da capela de D. Maria da Costa em Lisboa (12 de Janeiro de 1774), provisão de dispensa de idade para vender um juro de 30\$000 réis que tinha no Senado da Câmara pela Folha dos Vinhos (18 de Agosto de 1776), provisão para nomear serventuário do seu ofício de Escrivão da Câmara Judicial e Notas de Viana do Alentejo (26 de Janeiro de 1779), e provisão de conhecimento de causa (9 de Fevereiro de 1795).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Viana do Alentejo e baptizados na freguesia de Nossa Senhora da Anunciação da mesma vila. A avó paterna é natural de Lisboa e aí baptizada na freguesia de Nossa Senhora dos Mártires. A mãe é natural de Lisboa e aí baptizada na freguesia de Santa Justa. O avô materno é natural de Barcelos. A avó materna é natural de Madrid e baptizada na freguesia de Laganitos, presume-se que da mesma cidade. O pai era Doutor, e além de ministro de letras foi cavaleiro do hábito de Cristo. O avô paterno era proprietário do ofício de Escrivão da Câmara de Viana do Alentejo o qual exerceu sempre. O avô materno, para lá de Provedor nos Contos e Tesoureiro Geral do tabaco, foi do hábito de Cristo. O habilitante é sobrinho direito materno do Desembargador Agravista Luís Leite de Faria. O habilitante é, à data de Janeiro de 1739, solteiro e morador em Lisboa na Rua Larga de S. Roque. O habilitante é cavaleiro professo na Ordem de Cristo e bom estudante (LB).

Manuel José Gama e Oliveira (Bacharel em cânones), nascido em 1711 ou 1712, natural de

Lisboa Oriental, filho de José Borges de Oliveira e de Catarina da Gama, neto paterno de João Gomes Barreto e D. Antónia de Oliveira de Santiago, e neto materno de Manuel da Gama e Maria de Oliveira.

Foi **Juiz de Fora de Lagos** (carta de 11 de Abril de 1739); **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 26 de Abril de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 de Fevereiro de 1750); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Março de 1754); **Conservador da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba** (carta de 6 de Setembro de 1759); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Abril de 1765); **Corregedor da Corte e Casa** (carta de 22 de Outubro de 1771), carta de Corregedor do crime da Corte e Casa (31 de Outubro de 1771); **Conselheiro** (carta de título do Conselho (14 de Junho de 1777); **Juiz Geral das Coutadas do Reino** (carta de 21 de Agosto de 1777); **Conselheiro da Real Fazenda** (carta de 18 de Agosto de 1778). Recebeu carta de confirmação de doação de uma quinta com suas casas em Camarate que lhe fizeram seus tios o padre Ambrósio de Oliveira e Gama e D. Maria Henriques de Gouveia (23 de Setembro de 1745), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (28 de Julho de 1766), foro de fidalgo para seu cunhado Policarpo José Machado (2 de Julho de 1777), e tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo para seu sobrinho (6 de Novembro de 1779).

Observações: O pai é natural da Baía. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa Oriental, havendo estes aí morado. A avó paterna é natural do Porto e, tal como o avô paterno, morou na Baía. O pai é irmão germano do Desembargador da Relação do Porto Manuel Gomes de Oliveira, cuja condição de habilitado dispensou o habilitante da inquirição sobre o ascendente paterno. O avô paterno era filho exposto. O habilitante é, à data de Junho de 1737, solteiro e mora, à data de Julho seguinte, em Lisboa na freguesia de S. João da Praça. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel José Gomes Loureiro (Bacharel em leis), também *Manuel José Gomes Loureiro*, nascido em 1769 ou 1770, natural de S. Mamede de Sezures do termo de Barcelos, filho de Manuel Gomes e de Rosa Maria Loureiro, neto paterno de José Gomes e Sebastiana Gomes, e neto materno de Francisco Lopes Loureiro e Isabel Carneiro.

Foi **Ouvidor de Moçambique** com assento na **Relação do Porto** (carta de 19 de Maio de 1798), alvará de serventia de ofício (19 de Maio de 1798), carta de Ouvidor de Moçambique (10 de Julho de 1798), provisão de licença para com o lugar de

Ouvidor de Moçambique também poder servir de **Juiz da alfândega** da mesma Capitania (10 de Julho de 1798); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Moçambique** (alvará de 19 de Maio de 1798); **Desembargador da Relação de Goa** com um lugar de **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1802); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 31 de Outubro de 1812); **Conselheiro do Conselho da Fazenda do Brasil** (carta de 11 de Novembro de 1812); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 6 de Junho de 1826); **Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça** com o ordenado anual de 1\$600 réis (apostila de 9 de Janeiro de 1850). Recebeu carta de hábito com 12\$000 réis de tença (15 de Maio de 1799), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (29 de Agosto de 1799), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (12 de Novembro de 1812), e alvará de mercê de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 20\$000 réis (6 de Maio de 1818).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da freguesia de S. Miguel de Vila Cova da Morreira do termo de Braga. A mãe e avó materna são naturais da freguesia de S. Miguel de Sezures do termo de Barcelos. O avó paterno é natural da freguesia de Santa Maria de Lamas do termo de Braga. O avó materno é natural da freguesia de Santa Maria de Arnoso do termo de Braga. O pai tem besta sua em que costuma andar a cavalo, e vive com a mãe na freguesia de S. Miguel de Sezures. Os pais e avós eram lavradores honrados e abastados. O habilitante estudou em Braga de onde foi para Coimbra. O habilitante é, à data de Abril de 1793, solteiro e morador em S. Miguel de Sezures. O habilitante alcançou a nota de Bom por todos e leu em 1792 (LB).

Manuel José de Oliveira (Doutor), também *Manuel José de Oliveira (D.)*, natural de Tortosendo do termo da Covilhã, filho de João de Oliveira. Foi **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 14 de Dezembro de 1772); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Dezembro de 1780); **Desembargador Agravista ordinário da Relação do Porto** (carta de 27 de Setembro de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria na Casa da Suplicação com o ordenado por inteiro de 17 de Setembro de 1804). Recebeu alvará de administração de capela (13 de Fevereiro de 1773), carta de padrão de 8\$000 réis de tença (12 de Fevereiro de 1774), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença com hábito (17 de Fevereiro de 1774).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Outubro de 1804, com 72 anos de idade (RGM).

Manuel José Soares (Bacharel em cânones), nascido em 1714 ou 1715, natural de Braga (ou Arcos de Valdevez), filho de Francisco de Amorim Soares e de Marta Fernandes Barbosa, neto paterno de Gonçalo de Amorim Soares e Domingas de Araújo, e neto materno de João Fernandes e Catarina Barbosa.

Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** (carta do cargo de 27 de Julho de 1750); **Ouvidor de Mato Grosso** (cartas de **Desembargador da Relação da Baía** e posse na do Porto de 16 de Agosto e 7 de Setembro de 1770); **Desembargador da Relação do Porto** com o hábito de Cristo e 12\$000 réis (carta de 8 de Outubro de 1776); **Juiz Conservador do Contrato do Sal do Brasil e do Porto** (provisão de 23 de Março de 1779); **Ouvidor do crime** (carta de 2 de Dezembro de 1783), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria e se encartar no lugar de uma das Ouvidorias do crime da dita cidade (29 de Fevereiro de 1784).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de Távora, do termo de Arcos de Valdevez. A mãe e avós maternos são naturais do Couto de Valdreu do termo de Pico de Regalados. Os pais e avós eram lavradores honrados que viviam das suas fazendas. O habilitante é, à data de Junho de 1745, solteiro e mora, à data de Julho seguinte, na freguesia de Távora. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel de Lima Barreto (Bacharel), nascido em 1656, natural de Coimbra, filho de Pascoal de Lima e de Jerónima da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (1684); **Juiz de Fora de Lamego** (carta de 19 de Maio de 1688); **Corregedor de Pinhel** (1694); **Provedor de Lamego** (depois de 1698); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 15 de Fevereiro de 1715). Recebeu provisão para tomar posse por procurador (8 de Abril de 1715).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 24 de Setembro de 1732 (HOC). Foi Memposteiro-mor dos Cativos de Lamego (24 de Dezembro de 1739) (MM).

Manuel Lopes de Barros (Bacharel; Licenciado), nascido em 1641 ou 1642, natural de Santarém, filho de António Lopes e de Luísa de Barros, neto paterno de Manuel Pires e Isabel Lopes, e neto materno de Manuel Francisco de Barros e Luísa Antunes.

Foi **Juiz de Fora de Ponta Delgada** (carta); **Corregedor do cível da Corte** (carta); **Procurador Fiscal da Junta do Comércio de Lisboa** (alvará); **Provedor da Fazenda Real em Cabo Verde** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Corregedor**

do crime da Corte (carta de 9 de Abril de 1710); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 8 de Agosto de 1715), alvará para que tenha 44\$000 réis de ordenado e quatro moios de trigo como Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda (27 de Agosto de 1715); **Juiz Privativo das Causas dos Consulados das Alfândegas do Porto e das vilas de Viana, Aveiro, Buarcos** etc (alvará de 3 de Junho de 1716); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de mercê de um lugar ordinário de 24 de Maio de 1719); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 8 de Agosto de 1719). Recebeu verba de 60\$000 réis de tença, padrão de 60\$000 réis de tença, carta de padrão de 60\$000 réis (5 de Junho de 1682), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (17 de Janeiro de 1689), alvará para vencer ordenado, alvará para tomar posse de cargo por procurador, padrão de 8\$000 réis de tença, alvará para vestir beca, alvará de dois meses de licença, e provisão a José de Sá Rebelo para sub-rogar com o dito umas casas em Lisboa e da capela de Vicente Rodrigues Castelão e sua mulher pelo juro de 70\$000 réis (14 de Janeiro de 1715).

Observações: Os pais e avós são naturais e moradores de Santarém. O pai vive abastadamente da sua fazenda e tem cavalo seu na estrebaria. Os avós viviam da sua fazenda. Os pais são, à data de Março de 1678 vivos e, tal como o habilitante, moram à mesma data em Santarém. O habilitante é, à data de Março de 1678, solteiro (LB).

Manuel Lopes de Oliveira (Doutor), filho de André de Oliveira.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Dezembro de 1675); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Agosto de 1679); **Conselheiro da Fazenda** supranumerário com 300\$000 réis de ordenado quatro moios de trigo e quatro moios de cevada (carta de 29 de Setembro de 1689); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 23 de Setembro de 1695), alvará para que tenha 4\$000 réis para uma escrivaniha como Desembargador do Desembargo do Paço (6 de Agosto de 1698); **Procurador da Coroa** (carta); **Juiz Privativo dos Consulados e Alfândegas do Porto** (alvará); **Chanceler-mor do Reino** (carta de 14 de Setembro de 1707). Recebeu carta para lhe lançar o hábito dos noviços (13 de Junho de 1662), verba de quatro moios de trigo, verba de 24\$000 réis de juro, tença de 15\$000 réis com o hábito de Cristo para seu filho (25 de Fevereiro de 1679), pensão de 15\$000 réis com o hábito de Cristo para seu filho (25 de Fevereiro de 1679), alvará de fidalgo escudeiro com 2\$000 réis de moradia e um alqueire de cevada (8 de Novembro de 1689), apostila de 24\$000 réis de

juro na alfândega de Lisboa, alvará de quatro moios de trigo de juro em Algés, alvará de administração de capela, alvará de 40\$000 réis de ordinária, e alvará de ordenado.

Manuel Luís Cordeiro (Doutor), nascido em 1680, natural do Crato, filho de José Luís e de Maria Cordeiro.

Foi **Juiz de Fora do Rio de Janeiro** (carta de 22 de Fevereiro de 1717), **Provedor do Rio de Janeiro** (carta de 23 de Fevereiro de 1717), **Desembargador da Relação da Baía** (1723).

Manuel Luís Pereira (Bacharel; Licenciado em leis e cânones), nascido em 1706 ou 1707, natural do Porto, filho de Vicente (ou Gonçalo) Luís e de Mariana Pereira de Castro, neto paterno de Domingos Luís e Maria André, e neto materno de Manuel de Sousa Coelho e Maria de Castro. Foi **Escrivão das Sisas de Ansiães** (carta da propriedade do ofício de 16 de Junho de 1735), carta de propriedade de ofício (16 de Setembro de 1735); **Juiz de Fora de Ponta Delgada e Corregedor da Ilha de Santa Maria** (carta de 4 de Novembro de 1737); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1748). Recebeu alvará de agente da Ordem de Cristo (20 de Junho de 1755), carta de Monteiro-mor (20 de Julho de 1774), e (com sua mulher) carta de confirmação da doação de bens que fizeram a Francisco Luís Pereira (10 de Abril de 1794).

Observações: Os pais e a avó paterna são naturais do Porto. O avô paterno é natural do lugar de Quintela da freguesia de Fonte Arcada da Comarca do Porto. O avô materno é natural da freguesia de Barreiros da Comarca do Porto. A avó materna é natural de Vila Nova de Gaia. Os pais e avós moraram no Porto na Rua Chã e na Rua de Cima da Vila. O pai era capitão da ordenança da freguesia de Sobrado e serviu de Tabelião. O avô materno foi Escrivão da Provedoria no Porto e Meirinho da correição. O habilitante é, à data de Janeiro de 1735, viúvo e morador em Lisboa na Rua do Outeiro. O habilitante é bom estudante e advoga à data de Janeiro de 1735 na Casa da Suplicação (LB).

Manuel Luís Pires (Bacharel), filho de Francisco Luís Pires.

Foi **Juiz de Fora de Almada** (carta de 10 de Janeiro de 1727); **Juiz de Fora de Olivença** (carta de 26 de Outubro de 1731); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 28 de Novembro de 1740), provisão para tomar posse do lugar por procuração (6 de Setembro de 1742); **Superintendente do regimento do tabaco da Capitania da Baía** (alvará de 15 de Novembro de 1744); **Guarda do Número da casa da Judia** (carta de mercê do ofício de 2 de Maio de

1746); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1748). Recebeu carta de padrão do hábito de Cristo com 12\$000 réis (29 de Maio de 1748).

Manuel de Macedo Neto (Bacharel em cânones), nascido em 1696 ou 1697, natural de Alcobaça, filho de João Macedo Neto e de Maria Pinheira da Costa, neto paterno de João de Macedo Neto e Maria Rebela, e neto materno de Manuel Gomes Boto e Úrsula Pinheira da Costa. Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de mercê de um lugar de 17 de Abril de 1728); **Desembargador da Casa da Suplicação** (provisão para tomar posse do lugar de 4 de Maio de 1728). Recebeu provisão de ajuda de custo (16 de Abril de 1728), carta de padrão de tença de 18\$000 réis (2 de Abril de 1729), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (12 de Abril de 1729), e carta para ser provido de hábito da Ordem de Cristo (13 de Abril de 1729). **Observações:** Os pais e avó materna são naturais de Alcobaça e baptizados na freguesia do Santíssimo Sacramento. O avó paterno é natural da vila de Côs dos coutos de Alcobaça, e baptizado na freguesia de Santa Eufémia da mesma. A avó paterna é natural da vila de Évora dos coutos de Alcobaça, e baptizada na freguesia de Santiago da mesma. O avó materno é natural da vila de Alfeizerão dos coutos de Alcobaça, e baptizado na mesma. O pai era capitão. Os pais e avós viviam das suas fazendas, dizendo uma testemunha que tiveram a renda da maçã dos frades de Alcobaça. O avó paterno foi oficial de barbeiro em Alcobaça, não obstante havendo servido os cargos honrosos dessa vila. O habilitante é, à data de Janeiro de 1721, solteiro e mora, à data de Junho de 1727, em Alcobaça. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Manuel de Macedo Pereira Coutinho (Bacharel em cânones em 1790), também *Manuel de Macedo Pereira de Horta*, também *Manuel de Macedo Pereira de Horta Coutinho*, nascido em 1764 ou 1765, natural do Couto de Verride na Comarca de Coimbra, filho de Roque de Macedo Pereira Forjas e de D. Isabel Joaquina de Sousa Pereira Coutinho, neto paterno de Francisco Xavier de Macedo Pereira de Sampaio e D. Teresa Josefa Cavaco do Couto, e neto materno de Manuel José Pereira Coutinho e D. Doroteia de Sousa Camelo e Meneses. Foi **Juiz de Fora de Pernambuco** (carta de 23 de Janeiro de 1793); **Provedor de Pernambuco** (alvará de serventia do ofício de 6 de Fevereiro de 1793); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Setembro de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Maio de 1804), carta de

privilégios de Desembargador (28 de Novembro de 1806); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 23 de Julho de 1821), alvará restituindo-o no dito lugar (11 de Dezembro de 1826); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 18 de Setembro de 1833); **Membro do Supremo Tribunal de Justiça** (carta de nomeação de membro do Supremo Tribunal de Justiça de 5 de Junho de 1834). Recebeu cartas de honras de grandeza (30 de Julho de 1841).

Observações: O pai e avós paternos são do couto de Verride. A mãe e avó materno são de Coimbra. A avó materna é oriunda da Beira. Os pais assistem no couto de Verride servindo o pai de capitão Mor de Montemor-o-Velho. Os pais e avós eram pessoas nobres com foros de fidalgo antigos e casas estabelecidas na Comarca de Coimbra. O habilitante é, à data de Outubro de 1790, solteiro e morador no couto de Verride. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel de Magalhães de Meneses (Bacharel). Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** (alvará de um lugar de 15 de Novembro de 1666). Recebeu alvará de emolumento, e alvará de lembrança de ofício.

Manuel de Magalhães e Mexia de Macedo (Bacharel em leis em 1798), também *Manuel de Magalhães Mexia e Macedo Bulhões*, nascido em 1761 ou 1762, natural da Lousã, filho de José de Magalhães Mexia e Macedo e de D. Guiomar Micaela da Silva, neto paterno de José Miguel de Magalhães Mexia e Macedo e D. Isabel Caetana Xavier Serra, e neto materno de Félix da Silva e D. Teresa Rosa Galvão. Foi **Juiz de Fora do Alandroal** (carta de 17 de Maio de 1800); **Corregedor de Vila Viçosa** (alvará de predicamento do primeiro banco para com ele servir de 5 de Agosto de 1820); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Fevereiro de 1824). Recebeu (com sua mulher) provisão para expulsar um rendeiro de certa herdade (6 de Abril de 1805), e carta de hábito (30 de Outubro de 1824). **Observações:** Os pais e avós são naturais da Lousã. O pai e avós eram das pessoas principais de Lousã. O avó paterno era cavaleiro do hábito de Cristo. O avó materno serviu vários anos de Vereador da Câmara de Lousã. O habilitante mora, à data de Dezembro de 1798, em Lousã e é, à data de Janeiro de 1799, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel de Magalhães Pinto e Avelar (Doutor em cânones e opositor às cadeiras da Universidade), também *Manuel Pinto de Magalhães e Avelar*, nascido em 1758 ou 1759, natural de Lamego, filho de José Magalhães Barbedo

e Avelar e de D. Maria Leonarda Pinto, neto paterno de Manuel Rodrigues dos Santos e D. Leonor Maria de Magalhães Louzada, e neto materno de José Monteiro Pinto e Jerónima Luísa Pereira.

Foi **Ouvidor da Comarca do Ceará** (carta de 11 de Outubro de 1785); **Provedor dos resíduos da Comarca do Ceará** (alvará de serventia do ofício de 24 de Outubro de 1785); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Agosto de 1795); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 21 de Junho de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Setembro de 1805).

Observações: A mãe e avós maternos são naturais de Vila Nova do Souto de El-Rei no subúrbio de Lamego, tendo os últimos aí morado. O avô paterno é de Vila de Sande, e a avó paterna é do concelho de S. Martinho de Mouros, tudo da Comarca de Lamego, tendo ambos vivido nesta cidade na Rua Nova. O defunto pai era Doutor formado na faculdade de Medicina e mestre em Artes, tendo praticado o ofício em Lamego, onde vivia na Rua Nova. A mãe é viva e reside em Lamego, na Rua Nova. O avô paterno era também Doutor, formado na faculdade de Medicina e praticante em Lamego. O avô materno tem servido de Juiz ordinário e Juiz da Câmara em Vila Nova do Souto de El-Rei. O habilitante é, à data de Outubro de 1784, solteiro e mora à data de Novembro seguinte em Lamego. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Manso da Fonseca (Bacharel em cânones), também *Manuel Manço da Fonseca*, natural de Proença a Nova, filho de Diogo Manço. Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto**; **Corregedor do cível da Casa do Porto** (carta de 7 de Março de 1653); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Janeiro de 1654). Recebeu alvará de promessa de 20\$000 réis de pensão (10 de Junho de 1655), e tença de 40\$000 réis com o hábito de Cristo para outro filho (14 de Maio de 1673).

Observações: O pai é natural de Proença-a-Nova. O bacharel é dos principais da sua terra, e aparentado com os de melhor qualidade. O bacharel estava, à data de Janeiro de 1621, contratado para casar com uma filha de Diogo da Mota, e devido ao parentesco esperava licença (LB).

Manuel Marinho Falcão de Castro (Bacharel), também *Manuel Marinho Falcão de Castro e Meneses*, também *Manuel Marinho Falcão de Castro e Morais*.

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (carta de 5 de Dezembro de 1792), carta de recondução do lugar de Juiz de Fora de Guimarães (27 de Outubro de 1800), provisão de licença (21 de Junho de 1802), carta de Juiz de Fora de Guimarães (29 de Março

de 1805); **Provedor da Comarca de Guimarães** fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Março de 1805), provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria-mor do Reino juramento do estilo ao passar a carta de Desembargador da Relação do Porto (4 de Abril de 1805), carta de Desembargador da Relação do Porto (5 de Dezembro de 1818); **Intendente-Geral da Polícia do Reino** (carta de 17 de Maio de 1821); **Conselheiro** (carta de Conselho de 3 de Julho de 1821), alvará de ordenado (22 de Julho de 1821). Recebeu carta do hábito (28 de Novembro de 1804), carta do lugar de Juiz Conservador das fábricas do papel e tinturarias denominadas de Sá sitas no termo de Guimarães (15 de Julho de 1805), carta do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (15 de Setembro de 1805), carta de fidalgo cavaleiro (20 de Setembro de 1821), e carta de cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (26 de Março de 1824).

Manuel Martins Ferreira (Bacharel em cânones), natural de Almada, filho de Manuel Fernandes (ou Manuel Martins Ferreira) e de Joana Cordeira, neto paterno de Domingos Fernandes e Margarida Luís, e neto materno de Manuel Martins e Isabel Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra e Barreiro** (carta de mercê do lugar de 30 de Janeiro de 1721); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 9 de Março de 1721); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 4 de Fevereiro de 1730); **Ouvidor da Câmara da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Março de 1738); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Março de 1738); **Vereador do Senado de Lisboa** (alvará de 22 de Novembro de 1740). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1722), carta do hábito de Cristo (20 de Março de 1723), e provisão de comissão ao Desembargador Manuel Pereira Barreto Corregedor do cível da Corte para ser Juiz de um inventário (29 de Março de 1748).

Observações: Os pais e as avós são naturais de Almada e aí moraram. O avô paterno é natural da freguesia de S. Miguel de Vilela do termo de Póvoa de Lanhoso e aí foi baptizado. O avô materno é natural da freguesia de S. Pedro da Gafanhoeira do termo de Arraiolos. O pai foi Almotacém em Almada. Os avós deslocaram-se enquanto rapazes das suas terras natais para Almada, onde casaram e foram homens de negócio. O pai e avô do avô paterno, chamados Pedro Fernandes Carneiro e Gonçalo Fernandes Carneiro respectivamente, serviram os cargos da república da vila de Póvoa de Lanhoso e tratavam-se com armas, cavalos e criados. O habilitante é, à data de Outubro de

1719, solteiro e habilitado pelo juízo eclesiástico para tomar ordens menores. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Martins Madeira (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Castelo Novo** (carta de 11 de Janeiro de 1650); **Desembargador Extravagante da Relação de Goa** servindo de **Provedor-mor dos defuntos e ausentes do Estado da Índia** (carta de 2 de Março de 1655); **Ouvidor do crime da Índia** (1661); **Juiz da Coroa e Fazenda da Relação de Goa**. Recebeu alvará para voltar da Índia, alvará de ordenado, alvará para se lhe levantar a fiança sobre seu ordenado, alvará por que o Rei lhe supre o defeito de se casar na Índia sem sua licença, e alvará de declaração sobre vir consultado da Índia.

Manuel Martins Nunes (Licenciado em cânones), nascido em 1693 ou 1694, natural da freguesia de S. Julião de Lisboa, filho de João Martins e de D. Filipa Maria, neto paterno de Manuel Martins França e Francisca Mendes, e neto materno de António Nunes Veloso e Maria dos Santos.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (carta de 10 de Julho de 1723); **Juiz do crime do Bairro Alto** (1728); **Corregedor do crime do Bairro de São Paulo** (carta de 8 de Outubro de 1737); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 10 de Junho de 1748). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de provimento do Senado de Lisboa (3 de Novembro de 1722), alvará de administração de capela (16 de Outubro de 1723), e carta de legitimação para seu filho Manuel José de França (10 de Fevereiro de 1749).

Observações: Os familiares acima referidos são naturais de Lisboa e seus moradores na freguesia de S. Julião. O pai era Doutor e advogado da Casa da Suplicação. O avô paterno era homem de negócio de grosso trato e tinha dois filhos beneficiados na Igreja de S. Julião, chamados Gabriel e Teotónio Martins. O avô materno contratava em chapéus e era familiar do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Julho de 1721, solteiro e mora, à data de Janeiro do ano seguinte, em Lisboa na Rua Nova dos Ferros. O habilitante advoga à data de Julho de 1721 na corte. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel de Matos (Doutor e lente de Código; opositor às cadeiras de leis), natural da Baía, filho de Inácio de Matos e de Helena Fernandes, neto paterno de Domingos Fernandes de Matos e Maria Fernandes, e neto materno de António Fernandes Alcochete e Maria Álvares. Foi **Desembargador titular da Relação do Porto** com exercício nas férias (carta de 26 de Abril de 1717), provisão de Desembargador titular da Relação

do Porto (15 de Junho de 1717); provisão de licença para que por seu procurador possa jurar e tomar posse do lugar de Desembargador titular da Relação do Porto (15 de Julho de 1717); **Desembargador titular da Casa da Suplicação** com exercício nas férias (carta de mercê de um lugar de 16 de Abril de 1719); **Provedor do Reino do Algarve** (alvará de mercê do cargo de 31 de Janeiro de 1721); **Desembargador Agravista titular na Casa da Suplicação** com exercício nas férias (carta de mercê de um lugar de 18 de Novembro de 1727), provisão para poder tomar juramento e posse do lugar referido por procurador (19 de Novembro de 1727); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 28 de Abril de 1738). Recebeu alvará de nomeação de ofícios, provisão para tomar posse e jurar por procurador como lente dos três Livros do Código na Universidade de Coimbra (3 de Julho de 1719), padrão de 40\$000 réis de tença para sua sobrinha D. Ana Maria Rosa (19 de Dezembro de 1719), carta de quitação como executor do Almoarifado do Reino do Algarve (3 de Março de 1727), carta de jubilação na cadeira de Véspera de leis da Universidade de Coimbra (6 de Setembro de 1732), carta de mercê de o haver por jubilado na cadeira de Digesto Velho e que goze de todas as honras (13 de Janeiro de 1733), provisão para que o Corregedor da Comarca de Pinhel tome conhecimento da causa de que o dito trata (13 de Fevereiro de 1735), e carta de Jubilado na cadeira de leis (6 de Setembro de 1737).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Setembro de 1805. O pai é natural de Viana do Castelo, e quanto aos defuntos avós paternos, só se sabe que moraram na Rua do Loureiro naquela vila minhota. A mãe e os defuntos avós maternos são naturais de Salvador da Baía, morando pelo menos estes últimos na freguesia da Sé dessa cidade. O pai é familiar do Santo Ofício na Baía e, tal como fazia o avô materno, vive da mercância e loja que tem na mesma cidade. O pai serviu de Almotacé na Baía, pelo que se tornou cidadão da mesma. Os avós paternos viviam das suas fazendas. O habilitante parece ser à data de Outubro de 1702 solteiro (LB).

Manuel de Matos Pinto de Carvalho (Bacharel), também *Manuel de Matos Pereira de Carvalho*, natural da Baía, filho de Inácio de Matos Pinto de Carvalho e de D. Ana Sá Teles de Meneses. Foi **Provedor da Fazenda Real das Ilhas dos Açores** (provisão de **Desembargador Extravagante na Relação do Porto** de 20 de Maio de 1760), carta de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (13 de Janeiro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Novembro de 1783); **Corregedor do cível da Corte** (alvará de 3 de Dezembro de 1790), lugar de Corregedor do cível da Corte (13 de Janeiro de 1791); **Desembargador**

Agravista da Casa da Suplicação (alvará de 4 de Abril de 1795). Recebeu alvará de foro de escudeiro fidalgo (10 de Novembro de 1753), carta de padrão de tença de 12\$000 réis de hábito (8 de Maio de 1760), alvará de administração de uma capela na ilha de S. Miguel para seu filho (27 de Outubro de 1777), e provisão para ser isento da administração da casa que ficara do Desembargador João Caetano Tourel (7 de Maio de 1793).

Observações: Certidões negativas de 6 de Janeiro de 1797 e 19 de Setembro de 1805 (RGM). Os pais são naturais da Baía. O pai, para lá de professo na Ordem de Cristo, era fidalgo da Casa de Sua Majestade e Governador da fortificação e presídio do Mar da Baía. O habilitante casou com D. Maria Violante Cavalcanti de Albuquerque, os quais tiveram os bacharéis Manuel de Matos Pinto de Carvalho Teles de Albuquerque, e José Teles de Matos e Meneses Cavalcanti de Albuquerque. A mulher do habilitante é filha do Doutor José Pires de Carvalho e Albuquerque e D. Isabel Pereira de Aragão. O sogro do habilitante, para lá de fidalgo da Casa de Sua Majestade e professo na Ordem de Cristo, foi alcaide de Maragogipe e Secretário de Estado do Brasil (LB).

Manuel de Melo Godinho Manso (Bacharel), nascido em 1679, natural da Sertã, filho de Simão Godinho Manso e de Maria de Melo.

Foi **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 15 de Outubro de 1708); **Ouidor de Bragança** (1713); **Ouidor de Braga** (1717); **Ouidor de São Paulo** com beca (carta de 28 de Fevereiro de 1721); **Provedor de São Paulo** (carta de 4 de Março de 1721); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Junho de 1733). Recebeu provisão para tomar posse por procurador, provisão para vestir beca honorária de Desembargador (29 de Março de 1721), e alvará de administração de capela (16 de Junho de 1728).

Observações: «[...] teve a incumbencia das obras de Mafra fazendo conduzir as admiraveis pedras de Estremóz a Pero Pinheiro [...]» (MM).

Manuel Mendes Carvalho (Bacharel), nascido em 1673 ou 1674, natural de Carcavelos do termo de Cascais, filho de Manuel (de) Carvalho e de Mariana de Figueiredo, neto paterno de José Mendes e Maria Fernandes, e neto materno de Domingos de Figueiredo e Catarina Rodrigues. Foi **Superintendente dos linhos cânhamos de Coimbra** (alvará de serventia do ofício e carta de 26 de Agosto de 1707); **Superintendente do tabaco de Leiria, Esgueira e Coimbra** por quatro anos com 250\$000 réis (carta de 15 de Novembro de 1707), carta de recondução em Superintendente dos Tabacos de Leiria, Coimbra e Esgueira (28 de Abril de 1715); **Conservador da Universidade de Coimbra** por três anos (carta de 7 de Novembro de 1716),

carta de recondução do cargo de Conservador da Universidade de Coimbra (10 de Fevereiro de 1721); **Conservador da Nação Inglesa em Coimbra** (alvará de serventia do lugar de 7 de Dezembro de 1719), provisão para usar beca de Desembargador no lugar de Conservador (5 de Fevereiro de 1721), carta para o reconduzir por mais três anos no lugar de Conservador da Nação Inglesa (10 de Fevereiro de 1721), carta de recondução por mais três anos no lugar de Conservador da Universidade de Coimbra e de um lugar de **Desembargador suplente da Relação do Porto** (27 de Outubro de 1724); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 23 de Agosto de 1734). Recebeu provisão para que o Juiz de Fora de Amarante tome conhecimento da causa que o dito trata (13 de Maio de 1732), provisão de comissão (17 de Julho de 1739), e alvará ao padre Manuel Guerreiro de Ataíde da administração da capela instituída em Vialonga pelo sobredito (9 de Abril de 1746).

Observações: O pai e avó paterna são naturais do lugar de Carvalhais, pertencente à freguesia do termo de Montemor-o-Velho. O avó paterno é natural da freguesia de Paião do termo de Montemor-o-Velho. A mãe e avó materno são naturais de Carcavelos do termo de Cascais. A avó materna é natural de Oeiras do termo de Cascais. O pai e avós paternos viveram honradamente das suas fazendas, que eram tratadas por criados e criadas. O avó paterno tinha dois irmãos religiosos, um da Companhia de Jesus e o outro de S. Francisco. Os pais casaram em Carcavelos, onde viveram muitos anos. Os avós maternos viveram casados na fortaleza de S. Julião da Barra. O habilitante é, à data de Julho de 1703, solteiro e assiste, à data de Setembro do mesmo ano, em casa do marquês do Alegrete. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel de Meneses (Licenciado).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Abril de 1762); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1764).

Observações: O pai do agraciado é marquês de Marialva (RGM).

Manuel Mogo de Melo (Bacharel), natural de Torres Novas, filho de D. Isabel Froes de Brito.

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** (1660); **Desembargador da Relação do Porto** (1664).

Observações: Faleceu no dia 22 de Julho de 1705, com 68 anos (MM).

Manuel Moniz Monteiro (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1681); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Outubro de 1689).

Manuel de Moura de Cerqueira (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Miguel da Silva Cerqueira.

Foi **Juiz de Fora de Tomar** (carta de 16 de Março de 1721); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de mercê de um dos lugares de 10 de Fevereiro de 1722), provisão de ajuda de custo de 80\$000 réis para a sua viagem (21 de Março de 1722); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 13 de Março de 1730); **Ouidor-Geral do crime da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 25 de Setembro de 1740); **Vereador do Senado da Câmara** (alvará de mercê de um lugar no Senado da Câmara de 12 de Dezembro de 1745). Recebeu carta de profissão do hábito de Cristo (3 de Maio de 1730), e carta de privilégio como Desembargador da Casa da Suplicação (2 de Setembro de 1732).

Manuel Mourão Botelho e Figueira (Bacharel em leis), também *Manuel Mourão Botelho*, natural de Angeja da Comarca de Esgueira, filho de Nicolau Mourão Botelho e de Domingas de Jesus Maria, neto paterno de Domingos Dias e Maria Mourão, e neto materno de João Dias de Pinho e Sebastiana Rodrigues.

Foi **Provedor da Comarca de Viseu** (provisão para seu procurador jurar na Chancelaria a fim de servir o lugar de 10 de Dezembro de 1747); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Novembro de 1750), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (29 de Novembro de 1752), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (6 de Setembro de 1755), provisão de licença para estar ausente do dito lugar (20 de Outubro de 1756); **Desembargador da Casa da Suplicação** (provisão para jurar na Chancelaria por procurador servir o lugar e tomar posse dele de 31 de Abril de 1758), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (17 de Maio de 1758), provisão para estar ausente do dito lugar (16 de Novembro de 1758).

Manuel Mouzinho Gil (D.) (Licenciado), filho de Pedro Gil Barrento (ou Manuel Moutinho) e de Maria Barba Mousinha, neto paterno de Mateus Gonçalves Barrento e Catarina Carrilha, e neto materno de João Tarouco Barba e Beatriz Dias Mousinha.

Foi **Juiz de Fora de Arronches** pelo tempo de três anos (carta de 10 de Julho de 1653); **Juiz de Fora da Covilhã** (carta de 7 de Abril de 1657), carta (7 de Outubro de 1657); **Provedor das obras e órfãos do Porto** (alvará do cargo de 2 de Outubro de 1662);

Corregedor do crime de Alfama (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Dezembro de 1675); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Maio de 1678). Recebeu carta de Escrivão dos órfãos do concelho de Numão e vila da Horta (5 de Maio de 1673); carta de padrão de 88\$000 réis de tença efectiva além de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (8 de Julho de 1679), e padrão de 88\$000 réis de tença.

Observações: Os pais e avós eram pessoas nobres e das principais de Castelo de Vide que se tratavam abastadamente com criados e cavalos na estrebaria. O pai serve, à data de Maio de 1650, de Provedor da Misericórdia de Castelo de Vide, e para além de Vereador e Juiz pela ordenação foi capitão de cavalos. Os avós, para além de Vereadores, foram Juizes pela ordenação e Provedores da Misericórdia de Castelo de Vide. A avó paterna foi alvo de rumor infundado. O habilitante tem um primo co-irmão chamado Mateus Mousinho de Matos que era licenciado e cavaleiro do hábito de Cristo e serviu de Corregedor de Évora. O habilitante tinha um tio materno chamado Gaspar Mousinho Barba que foi Corregedor de Santarém. O habilitante tinha um irmão, de nome Mateus Gonçalves Barba, que ocupou o lugar de Juiz de Fora de Campo Maior. O habilitante é, à data de Maio de 1650, solteiro (LB).

Manuel de Mures Monteiro (Bacharel), natural de Tomar, filho de Agostinho Mures e de Ângela Gomes, neto paterno de Afonso Álvares e Isabel Mures, e neto materno de António Alves e Grácia Gomes.

Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (carta); **Juiz de Fora de Coimbra** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), carta de licença para ir fora da Corte; **Chanceler da Baía** (carta). Recebeu alvará de 240\$000 réis de ajuda de custo, alvará de lembrança de cargo, alvará de foro de fidalgo cavaleiro (4 de Março de 1693), e provisão de ajuda de custo (13 de Março de 1693).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Monforte. A mãe e avós maternos são naturais de Tomar. O pai é Doutor. O pai, quando estudante, ausentou-se de Monforte para Tomar, onde casou e ocupou várias vezes o cargo de Vereador. O avó paterno tratou-se à lei da nobreza, e para além de viver da sua fazenda, serviu algumas vezes na Câmara de Monforte. O avó materno viveu à lei da nobreza e serviu os cargos da república, entre eles o de Almotacé. O habilitante teve um tio direito materno chamado Belchior Álvares, que foi vigário de S. Silvestre e detinha o hábito de Cristo. O habilitante é, à data de Setembro de 1665, casado com Luísa de Carvalho, que é natural de Dornes e mulher nobre e rica. O habilitante e os seus pais moram à data de Setembro de 1665 em Tomar (LB).

Manuel Nicolau Esteves Negrão (Bacharel em leis), nascido em 1730 ou 1731, natural de Lisboa, filho de Dionísio Esteves Negrão e de D. Ana Maria Barbosa de Araújo, neto paterno de Pedro Fernandes Negrão e D. Ana Maria da Paixão da Silva, e neto materno de Manuel Machado Francês e D. Luísa de Araújo Barbosa. Foi **Corregedor das capelas de Lisboa** (carta de 15 de Setembro de 1753); **Superintendente do Tabelião do Porto** (alvará de 24 de Janeiro de 1765); **Superintendente do tabaco da cidade e Câmara do Porto** com 100\$000 réis de ordenado (alvarás de 24 de Janeiro de 1765 e 2 de Maio de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Agosto de 1765); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Maio de 1771); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 2 de Novembro de 1771); **Corregedor dos agravos da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Abril de 1774); **Chanceler da Relação do Porto** (lugar de 5 de Agosto de 1780); **Conselheiro** (carta de Conselho de 13 de Setembro de 1782); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 5 de Outubro de 1782); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de 10 de Janeiro de 1805); **Chanceler-mor do Reino** (carta de 12 de Setembro de 1805), alvará para ter de ordenado com o lugar de Chanceler-mor do Reino 50\$000 réis (5 de Dezembro de 1805). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (2 de Agosto de 1749), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (31 de Janeiro de 1783).

Observações: Recebeu certidão negativa a 31 de Outubro de 1826 com 90 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais de Montemor-o-Velho. A mãe é natural de Lisboa e baptizada na freguesia do Socorro da mesma cidade. O avô materno é natural de Lisboa e baptizado na freguesia da Pena da mesma cidade. A avó materna é natural de Lisboa e baptizada na freguesia de S. Julião da mesma cidade. O pai, para lá de Desembargador, era cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O avô paterno era capitão. O avô materno vivia da sua fazenda. O habilitante é cavaleiro da Ordem de Cristo. O habilitante mora, à data de Agosto de 1751, ao Caracol da Graça e é, à data de Novembro seguinte, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel da Nóbrega (Licenciado), filho de Manuel da Nóbrega e de Ana de Vilas Boas, neto paterno de Baltasar da Nóbrega e Brites da Costa.

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Elvas** por três anos (alvará de 20 de Novembro de 1642); **Desembargador da Relação do Porto; Juiz da Coroa e Chanceler da Relação do Porto** (carta de 30 de Maio de 1648).

Observações: O pai serviu o ofício de Almojarife em Azinhaga. O avô paterno foi da obrigação dos Saldanhas junto a Santo Amaro, indo para o lugar de Azinhaga servir o cargo de Almojarife das lezírias que mais tarde serviu de propriedade o pai. O avô materno, para lá de Almojarife da condessa velha de Castanheira, foi Almojarife de Sua Majestade e cavaleiro fidalgo da Sua Casa, morrendo neste foro e naqueles ofícios. O habilitante é, à data de Novembro de 1623, solteiro. O habilitante é bom estudante.

Manuel de Novais da Silva Leitão (Bacharel em cânones), nascido em 1708 ou 1709, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santa Maria Madalena, filho de Jerónimo de Novais Soares e de D. Inês Josefa da Silva, neto paterno de Manuel Soares e Joana de Novais, e neto materno de Manuel da Silva e Jacinta de S. Roque.

Foi **Juiz do crime de Santarém** (alvará de mercê para que na qualidade de Juiz do crime de Santarém tenha os ordenados como têm os juizes do crime desta cidade de Lisboa e assim os seus empregados de 18 de Janeiro de 1748); **Corregedor do crime da Rua Nova** (carta de 12 de Fevereiro de 1750), provisão de licença por mais dois meses para estar ausente do lugar de Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova (12 de Agosto de 1752); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 9 de Abril de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Abril de 1753), carta de privilégio de Desembargador (6 de Março de 1765). Recebeu provisão de dispensa para poder ser opositor aos lugares de provimento do Senado da Câmara de Lisboa (28 de Junho de 1736).

Observações: Recebeu certidão negativa a 12 de Dezembro de 1793. O pai e avô paterno são naturais e baptizados na freguesia de Santa Eulália do actual concelho de Fafe. A avó paterna é natural e baptizada na freguesia de S. Martinho de Moreira de Rei da Comarca de Guimarães. A mãe e avó materna são naturais e baptizadas na freguesia de S. Pedro da Ericeira da Comarca de Torres Vedras. O avô materno é natural e baptizado na freguesia da Sé de Elvas. O pai era capitão. Os avós paternos eram dos principais do antigo concelho de Monte Longo. O avô materno, embora nascido em Elvas, cedo se enraizou na Ericeira onde começou por exercitar o ofício de cordoeiro, de que passou para os cargos de Juiz ordinário e contratador de rendas, acabando por viver também das suas fazendas. O habilitante tem um tio direito materno chamado Alexandre da Silva Leitão, que é prior em Montemor-o-Velho. O habilitante é, à data de Dezembro de 1735, solteiro e mora, à data de Janeiro seguinte, em Lisboa na freguesia natal. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Nunes Colares (Bacharel e Doutor em leis), natural de Colares, filho de André Brás e de Maria Nunes, neto paterno de João Fernandes

e Catarina Jorge, e neto materno de Sebastião Dias e Maria Carrasca.

Foi **Ouvidor-Geral de S. Luís do Estado do Maranhão** (carta de 19 de Dezembro de 1689); **Desembargador da Relação da Baía** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará). Recebeu provisão de suprimento de idade.

Observações: Os familiares sobrescritos são naturais e moradores de Colares. Os pais e avós viviam honradamente das suas fazendas, havendo o pai servido os lugares da república da referida vila. O habilitante é, à data de Março de 1685, solteiro e mora, à data de Abril-Maio do mesmo ano, em Colares. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Manuel do Ó Barriga (Bacharel), nascido em 1653, natural de Faro, filho de Martinho Alonso Barriga e de Maria das Neves de Sequeira.

Foi **Juiz de Fora de Mourão** (1680); **Desembargador da Relação de Goa** (1683).

Manuel de Oliveira da Cunha e Silva (Bacharel), filho de Manuel de Oliveira da Cunha.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (alvará para vestir beca e entrar num lugar de 30 de Outubro de 1709), carta de **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (20 de Outubro de 1712), alvará de licença por três meses para estar ausente da dita Relação (10 de Maio de 1713); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 19 de Novembro de 1713); **Conservador da Nação Espanhola** (alvará de mercê do lugar de 23 de Maio de 1716); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Junho de 1725); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta de mercê do lugar de 17 de Junho de 1727). Recebeu carta de tença de 38\$000 réis anuais em sua vida (1 de Outubro de 1715), carta de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (2 de Outubro de 1715), e verba que declara se lhe concedeu uma vida mais na tença de 38\$000 réis e na de 12\$000 réis que tinha com o hábito de Cristo para seu filho Miguel António de Oliveira da Cunha e Silva e por ser falecido o dito Desembargador se passou padrão da dita tença ao dito seu filho (13 de Novembro de 1731).

Manuel de Oliveira Pinto (Bacharel), filho de Jerónimo Ferreira de Oliveira.

Foi **Juiz de Fora de Olinda** (carta de 18 de Janeiro de 1734), **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos de Olinda** (carta e alvará de serventia do ofício de 21 de Janeiro de 1734); **Auditor-Geral da Corte** (carta de 12 de Junho de 1748), provisão para vestir beca como Auditor-Geral da Corte (16 de Junho de 1748); **Auditor-Geral da**

Provincia da Estremadura (alvará de mantimento com o lugar de 21 de Janeiro de 1749); **Desembargador da Relação do Porto** e **Conservador-Geral do tabaco na Ribeira do Porto** (alvará de 13 de Março de 1750), provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente do seu lugar de Desembargador da Relação do Porto (8 de Julho de 1750), provisão para estar ausente do lugar (15 de Dezembro de 1752); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Setembro de 1753). Recebeu provisão de comissão (14 de Agosto de 1744), carta de padrão de tença de 20\$000 réis (21 de Fevereiro de 1754), e carta de padrão de tença e hábito (30 de Setembro de 1773).

Manuel de Oliveira Pinto (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Sintra** com o predicamento do primeiro banco (alvará do lugar de 11 de Agosto de 1802), provisão de dispensa da sua residência (13 de Setembro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de mercê de 3 de Agosto de 1805).

Manuel Pais de Aragão Trigoso (Doutor e lente de cânones), também *Manuel Pais de Araújo Trigoso*.

Foi **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 19 de Outubro de 1808); **Desembargador honorário do Desembargo do Paço** (carta de 17 de Outubro de 1818).

Manuel Pais Gomes de Oliveira (Bacharel), também *Manuel Pais Gomes*, nascido em 1718 ou 1719, natural do Porto, filho de Domingos Gomes de Oliveira e de Francisca Rosa de Oliveira, neto paterno de José de Oliveira Porto e Benta Gomes de Oliveira, e neto materno de Gonçalo Pais Gomes e Maria de Páscoa de Oliveira.

Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (carta do cargo de 13 de Julho de 1747), provisão para por seu procurador poder jurar na Chancelaria para servir o cargo de Juiz de Fora de Ponte de Lima (18 de Julho de 1747), alvará de designação de ordenado pelo lugar de Juiz de Fora (22 de Maio de 1754); **Juiz de Fora de Castro Marim** (provisão para levar 20\$000 réis de aposentadoria e as propinas das procissões reais pelos bens do concelho da dita vila de 20 de Novembro de 1754); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 15 de Janeiro de 1760); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Outubro de 1768), carta patente de Desembargador da Relação do Porto (9 de Novembro de 1768). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis (12 de Novembro

de 1760), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (14 de Novembro de 1760), e padrão de 18\$000 réis de tença (17 de Novembro de 1769).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do Porto. A mãe e avó materna são naturais de Massarelos dos subúrbios do Porto. O avô materno é natural de Viana do Castelo. Os defuntos pai e avô paterno eram homens de negócio e trato. O defunto avô materno ausentou-se de pouca idade de Viana para o Brasil, onde terá granjeado o cargo de capitão de navios. Os pais do avô materno tinham abundância de bens. O habilitante é, à data de Abril de 1744, solteiro e mora, à data de Agosto seguinte, no Porto. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Pedro de Sequeira (Doutor; lente de leis), nascido em 1716 ou 1717, natural de Castelo de Vide, filho de Manuel Carrilho de Sequeira e de Maria da Mota Subtil, neto paterno de Francisco Fernandes Tarouco e Maria de Sequeira, e neto materno de Pedro Dias da Masseuria e Maria Garçoa.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de Desembargador com exercício nas férias enquanto lente de leis na Universidade de Coimbra de 29 de Janeiro de 1755), provisão para seu procurador tomar posse do dito lugar (20 de Fevereiro de 1755); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Abril de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Dezembro de 1764); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Abril de 1765); **Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares** (carta de 22 de Agosto de 1765); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 12 de Janeiro de 1767). Recebeu provisão para sub-rogar com Domingos Rodrigues uma terra por outra no termo de Marvão (28 de Maio de 1762), provisão para dar de foro a António Rodrigues Sazedas uma vinha e terra nos coutos de Castelo de Vide (2 de Junho de 1762), provisão para dar de foro ao padre António Vaz Roxo umas casas em Castelo de Vide (2 de Junho de 1762), e carta de padrão de tença e hábito (8 de Outubro de 1765).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Castelo de Vide. A mãe e avós maternos são naturais de Marvão. O pai era capitão e, para lá de Vereador e capitão da ordenança, serviu de Provedor da Misericórdia. O avô paterno era capitão e, para lá de Vereador e capitão da ordenança, serviu de Juiz de Fora e Provedor da Misericórdia. Os cargos da governança de Castelo de Vide acima referidos eram ocupados pela primeira nobreza local. O avô materno foi Vereador de Marvão. O habilitante é, à data de Novembro de 1754, solteiro e mora, à data de Dezembro seguinte, em Castelo de Vide. O habilitante é familiar do Santo Ofício e foi-lhe dada a mercê de um lugar de Desembargador honorário da Relação do Porto. O habilitante é colegial do colégio de S. Pedro e lente de leis. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Pedro Tavares de Sequeira (Bacharel), também *Manuel Pedro Tavares*, natural de Lisboa, filho de Eusébio Tavares de Sequeira.

Foi **Juiz de Fora de Portalegre** (carta do lugar de 25 de Junho de 1784), provisão de licença de dois meses (20 de Outubro de 1785), provisão de licença de dois meses (12 de Março de 1788); **Porteiro e Tesoureiro das Despesas da Junta dos Três Estados** (carta de ofício de 11 de Maio de 1790); alvará para nomear serventuário ao ofício de Porteiro da Junta dos Três Estados (10 de Junho de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Maio de 1800), carta de Desembargador da Relação do Porto (19 de Maio de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Julho de 1807), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (29 de Dezembro de 1815). Recebeu (com seus irmãos) alvará de mercê de administração dos bens e foros dos ausentes confiscados Simão e Lourenço Pereira sites nas comarcas de Coimbra e Leiria que já seu pai possuía (3 de Agosto de 1790), e carta do hábito de Cristo (5 de Agosto de 1803).

Observações: Recebeu certidão negativa a 19 de Junho de 1804 com 45 anos de idade (RGM).

Manuel Pedroso de Lima (Doutor), também *Manuel Pedruco de Lima*.

Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 5 de Setembro de 1789); **Conselheiro de Sua Majestade** (carta do título de 26 de Setembro de 1789). Recebeu carta de profissão de hábito (9 de Junho de 1791), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (26 de Junho de 1791), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título de hábito da Ordem de Cristo (23 de Julho de 1791), e provisão de licença para no Porto poder arrematar em hasta pública a terra de que trata (30 de Julho de 1798).

Manuel Pereira Barreto (Bacharel; Licenciado), natural de Vialonga, filho de João Correia Soares (ou Manuel Pereira Botelho).

Foi **Juiz de Fora da Golegã** por três anos (carta de 20 de Julho de 1713); **Juiz de Fora de Setúbal** por três anos (carta de 14 de Abril de 1717); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos de Torres Vedras** por três anos (carta e alvará de mercê do cargo de 7 de Junho de 1723); **Auditor-Geral da Província do Alentejo** por três anos (carta de mercê do cargo de 19 de Janeiro de 1730); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 19 de Novembro de 1734), provisão de licença para poder tomar posse por

procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (20 de Novembro de 1734); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Janeiro de 1741); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 11 de Dezembro de 1745). Recebeu alvará de foro de cavaleiro fidalgo (12 de Junho de 1706), alvará de administração de um morgado ou capela em sua vida somente (28 de Fevereiro de 1747), alvará de mercê de capela (28 de Fevereiro de 1747), e alvará de mercê de 95\$000 réis de tença (17 de Julho de 1748).

Manuel Pereira Ramos de Azevedo Coutinho Ramalho (Doutor), também *Manuel Pereira Ramos de Azevedo Coutinho*, filho de João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Maio de 1798); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Maio de 1804), carta (20 de Junho de 1804); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 6 de Março de 1815). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (26 de Agosto de 1784), provisão de administração da casa de seu pai o Doutor João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho ao bispo de Coimbra (29 de Novembro de 1799), e carta de profissão de hábito (5 de Maio de 1800).

Manuel Pereira da Silva (Doutor e lente em leis), também *Manuel Pereira da Silva e Caldas*, natural de Espinhal do termo de Penela, filho de Bernardo Pereira da Silva e de Luísa Josefa de Magalhães (ou D. Brites de Azevedo), neto paterno de João Pereira da Silva e D. Úrsula da Silva Lobo de Andrade, e neto materno de Luís de Magalhães de Brito e Azevedo e D. Josefa Freire de Miranda.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 23 de Junho de 1754), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (26 de Junho de 1754); **Superintendente do Rio Mondego e obras Públicas de Coimbra** (provisão para jurar por procurador na Chancelaria e servir o lugar de 18 de Julho de 1759), alvará de Superintendente do Mondego e Obras Públicas de Coimbra (5 de Abril de 1761), alvará de mercê do dito lugar (5 de Maio de 1761), provisão para tomar posse por procurador do dito lugar de Superintendente (20 de Maio de 1761); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Dezembro de 1764); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Abril de 1765); **Procurador da Fazenda da Repartição do Ultramar** (provisão de 29 de Abril de 1765); **Deputado da Real Mesa Censória** (carta de 20 de

Abril de 1768). Recebeu provisão para D. Bernarda Antónia Maria da Costa Freire Mesquita sub-rogar com ele um olival no lugar do Espinhal por uns foros no sítio do Casalinho tudo no termo de Penela (3 de Outubro de 1764).

Observações: O pai é natural da freguesia de Nossa Senhora do Alecrim de Lisboa. A mãe e avó materna são naturais do lugar de Espinhal. O avó paterno é natural de Lisboa. A avó paterna é natural de Cantanhede. O avó materno é natural da freguesia de S. Tomé de Lisboa. O pai é Doutor e, para lá de Desembargador Agravista e cavaleiro da Ordem de Cristo, conta com as posições de colegial do colégio de S. Paulo e lente de Véspera de leis. O avó paterno era cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O avó materno, além de comendador da comenda de Santiago de Adeganha na Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, era Desembargador da Casa da Suplicação e Deputado da Junta do tabaco. O avó paterno era filho de Rui Pereira da Silva e de D. Catarina Duque de Estrada, tendo sido aquele cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão de Mar, e Governador do Mar na Índia. A avó paterna era filha de Manuel Coelho da Silva e Andrada e de D. Isabel da Silva Monteiro. O avó materno era filho de Luís de Magalhães de Azevedo e de D. Catarina de Brito, havendo sido aquele comendador da comenda de Santiago de Adeganha, Governador e capitão-general do Estado do Maranhão, e do Conselho de Estado. A avó materna era filha de Manuel de Miranda e de D. Águeda Freire Gameiro, tendo sido aquele Juiz da alfândega de Figueira e Buarcos e familiar do Santo Ofício. O habilitante é cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Dezembro de 1742, solteiro. Dizem algumas testemunhas que o habilitante é opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra. Ao habilitante foi feita a mercê de um lugar de Desembargador honorário da Relação do Porto. Na Leitura de Bacharel nomeia-se também o habilitante por Manuel Pereira da Silva e Caldas. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Manuel de Pinho de Almeida e Lima (Bacharel em leis), também *Manuel de Pinho de Almeida*, nascido em 1758 ou 1759, natural do lugar de Quintã da freguesia de Fornos na Comarca de Feira, filho de Manuel de Pinho de Almeida e de Maria Rosa Carneiro de Lima, neto paterno de Francisco de Pinho e Domingas Antónia, e neto materno de António Marques e Maria Carneiro. Foi **Juiz de Fora do Maranhão** (carta de 28 de Março de 1789); **Provedor dos resíduos do Maranhão** (alvará de serventia do ofício de 24 de Abril de 1789); **Corregedor da Comarca da Guarda** (carta de 9 de Agosto de 1796), provisão de licença de dois meses (8 de Fevereiro de 1798), provisão de licença do seu lugar (22 de Outubro de 1799); **Provedor da Comarca de Portalegre** (carta do lugar de 10 de Outubro de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria-mor do Reino o juramento do estilo ao passar a carta de Desembargador de 5 de Março

de 1804), carta de Desembargador da Relação do Porto continuando no exercício de Provedor da Comarca de Portalegre (4 de Fevereiro de 1805). Recebeu provisão de extinção de uma capela (2 de Agosto de 1777), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez Maria Leite (12 de Agosto de 1791), alvará de mercê da capela denominada de Nossa Senhora de Água de Lupe sita em S. José de Comam do termo de Guimarães na Capitania do Maranhão julgando-se-lhe por demanda à sua custa (5 de Julho de 1796), alvará de administração de uma capela denominada de Nossa Senhora de Guadalupe sita em S. José de Comam do termo de Guimarães na Capitania do Maranhão (3 de Agosto de 1796), carta de profissão de hábito (15 de Junho de 1804), e carta do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (30 de Julho de 1805).

Observações: Os pais e os defuntos avós maternos são naturais da freguesia de Fornos da Comarca de Feira. Os defuntos avós paternos são naturais da freguesia de Macieira de Sarnes da mesma Comarca. O pai é bacharel e advogado nos auditórios de Feira. Os pais e avós serviram os cargos honrosos do concelho. O habilitante é, à data de Abril de 1785, solteiro e mora à data de Maio seguinte na freguesia natal. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Pinto da Cunha e Sousa (Doutor em leis), nascido em 1736 ou 1737, natural do Rio de Janeiro e baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Candelária, filho de Manuel Pinto da Cunha e de Maria Teresa dos Santos, neto paterno de Manuel Pinto e Serafina Fernandes da Cunha, e neto materno de António Pires dos Santos e Antónia de Sousa e Oliveira.

Foi **Ouvidor do Reino de Angola** (carta de 3 de Setembro de 1763), provisão para vencer com este cargo o mesmo ordenado que tinha seu antecessor (9 de Setembro de 1763); **Provedor da Fazenda Real do Reino de Angola** (provisão de 9 de Setembro de 1763); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Reino de Angola** (provisão de mercê do ofício de 28 de Setembro de 1763); **Intendente do Ouro e primeiro ministro da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro** (carta do lugar de 22 de Agosto de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Março de 1792).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel a 16 de Setembro de 1762. O pai e avós paternos são naturais do lugar de Jancide da freguesia de Infesta, pertencente ao concelho de Coura e Comarca de Valença do Minho. A mãe e avó materna são naturais e baptizadas na freguesia de Nossa Senhora da Candelária. O avó materno é natural e baptizado na freguesia de S. João da Foz do Douro do termo do Porto. O pai, enquanto assistiu na sua freguesia natal, cultivou os seus bens servindo-se de criados próprios e de besta em que andava, e uma vez regressado ao Brasil

continuou como homem de negócio muito rico. O pai é familiar do Santo Ofício. O avó paterno foi na freguesia de Infesta lavrador rico que cultivava os seus bens. O avó materno era estudante quando embarcou para o Brasil, e aí casou nobre e rico. O avó materno era da melhor gente da sua freguesia natal. O habilitante parece ser, à data de Março de 1762, solteiro e é à mesma data morador em Lisboa. O habilitante é bom estudante e opositor legista na Universidade de Coimbra (LB).

Manuel Pinto de Mira (Bacharel em leis de 1685 para 1686), nascido em 1660 ou 1661, natural de Setúbal, filho de Manuel Pinto de Mira e de D. Maria Botelha Miguéis, neto paterno de Lourenço Pinto e Leonor Fernandes, e neto materno de Matias Miguéis e Maria Botelha.

Foi **Procurador da Fazenda de Setúbal** (carta de 20 de Setembro de 1688); **Juiz de Fora de Nisa** (carta); **Procurador da Fazenda em Setúbal** (carta); **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de lembrança de um lugar de 16 de Outubro de 1710), alvará para vestir beca de Desembargador (12 de Novembro de 1710); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1712); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1715); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 18 de Junho de 1725). Recebeu carta de quitação, e padrão de 29\$000 réis de tença a D. Ana Xavier de Almeida pelos serviços do sobredito e renúncia de José Pinto Falcão de Sousa (18 de Dezembro de 1737).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Montemor-o-Novo. A mãe e avós maternos são naturais de Setúbal. O pai foi de pouca idade de Montemor-o-Novo para Setúbal onde casou e vive. O pai é Almojarife da rainha e vive à lei da nobreza dos seus cabedais e fazendas. Os avós paternos viviam das suas fazendas, havendo o avó paterno negociado em panos e couramas. Os avós maternos viveram também das suas fazendas. O habilitante é, à data de Janeiro de 1690, solteiro e mora, à data de Abril seguinte, em Setúbal, provavelmente com o pai. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Pinto Monteiro (Bacharel), nascido em 1655, natural de São Romão, filho de Manuel Duarte Pinto e de Maria da Mouta.

Foi **Juiz de Fora de Azurara** (carta de 23 de Novembro de 1679); **Juiz de Fora da Guarda** (depois de 1683); **Provedor de Viseu** (carta de 25 de Julho de 1689); **Auditor-Geral da gente de guerra de Alentejo** (1696); **Desembargador da Relação do Porto** (1704); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (1705); **Juiz da Coroa da Relação do Porto** (carta de 20 de Março de 1709). Recebeu

alvará de mercê de beca, alvará de licença de três meses (9 de Março de 1712), alvará de licença por mais três meses (4 de Setembro de 1712), e provisão de aposentado em Juiz da Coroa da Relação do Porto com o ordenado e Propinas (16 de Maio de 1715).

Manuel de Proença Leandro (Bacharel em leis), também *Manuel de Proença Landro*, nascido em 1682 ou 1683, natural de Vinhó do termo de Gouveia, filho de Simão Antunes Tavares e de Isabel de Proença.

Foi **Provedor das capelas** (alvará do cargo de 2 de Dezembro de 1697); **Provedor de Torre de Moncorvo** (alvará); **Juiz de Fora de Santarém** (carta); **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (carta); **Juiz de Fora de Algoz** por três anos (carta de 12 de Setembro de 1708); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca da Esqueira** (carta de 25 de Outubro de 1709); **Juiz de Fora e dos órfãos de Santarém** por três anos (carta de 18 de Fevereiro de 1715); **Provedor das capelas de Setúbal** (carta de 7 de Julho de 1721); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para poder tomar posse por seu procurador do lugar de Desembargador de 11 de Maio de 1730); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Agosto de 1746), alvará de aposentadoria num lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (12 de Junho de 1748), alvará de 212\$400 réis de aposentado no lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (26 de Setembro de 1748), apostila de vencimento de 6\$500 réis cada mês como aposentado no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (20 de Junho de 1759). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (17 de Janeiro de 1689), e provisão de extinção do seu vínculo instituído na Comarca da Guarda a Bernardo José Henriques da Fonseca (14 de Dezembro de 1816).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do lugar de Teixoso do termo da Covilhã. A mãe e avós maternos são naturais do lugar de Vinhó do termo de Gouveia. O pai é bacharel formado na faculdade de leis e acabou de servir, à data de Setembro de 1707, de Provedor de Torre de Moncorvo. Os pais moram à data de Setembro de 1707 em Vinhó, sendo o pai familiar do Santo Ofício. Os pais e avós maternos viviam honradamente das suas fazendas. Os avós paternos viviam abastadamente das suas fazendas e lavouras que eram feitas pelos seus moços, havendo sido o avô paterno capitão em Teixoso. O habilitante é, à data de Setembro de 1707, solteiro e mora à data de Março de 1708 em Vinhó. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Manuel dos Reis Bexiga (Bacharel), filho de António Fernandes da (ou de) Azambuja.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** por três anos (alvará de 25 de Setembro de 1708); **Juiz de Fora de Miranda** por três anos (carta de 15 de Novembro de 1713); **Ouvidor da Capitania do Grão-Pará** por três anos (carta de 8 de Novembro de 1719); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Castelo Branco** (alvará de 10 de Janeiro de 1722); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 26 de Novembro de 1729); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1740); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Janeiro de 1750). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis para seu filho Joaquim José Bexiga (22 de Março de 1742), e alvará de administração de capela (6 de Agosto de 1756).

Manuel dos Reis Maciel (Bacharel em cânones), nascido em 1680 ou 1681, natural de Viana do Castelo, filho de Manuel Maciel Jordão e de Maria Antónia Luís, neto paterno de Sebastião Álvares Góis e Maria Maciel Jordão, e neto materno de António Fernandes Fão e Isabel Antónia Luís.

Foi **Juiz de Fora de Barcelos** (carta de 24 de Setembro de 1714); **Corregedor do crime do Bairro Alto** por três anos (carta de 15 de Junho de 1719); **Auditor-Geral da Corte e Província da Estremadura** por três anos com soldo (alvará de ordenado de 6 de Fevereiro de 1726); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Agosto de 1734), alvará de apresentação do lugar com 140\$000 réis de ordenado e 132\$000 réis de emolumentos (20 de Maio de 1750). Recebeu carta de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (15 de Outubro de 1711), e carta de tença de 18\$000 réis (13 de Outubro de 1718).

Observações: Sobrinho de Sebastião Fernandes. O pai e avós paternos são naturais de Viana do Castelo. A mãe e avós maternos são naturais de Fão do termo de Barcelos. Os pais e avós serviram os ofícios honrosos e dependiam das suas fazendas. O habilitante tem um irmão professo na hábito de Cristo e é estudante suficiente. O habilitante é, à data de Dezembro de 1704, solteiro e mora à data de Janeiro seguinte em Viana (LB).

Manuel Ribeiro Galvão (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Elvas** (carta); **Provedor da Comarca de Portalegre** (alvará); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Portalegre** (alvará de reconduzido como Prove-

dor do predicamento da Comarca de Portalegre por três anos de 10 de Dezembro de 1707); **Corregedor da Comarca do Porto** (carta de 10 de Outubro de 1715); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 17 de Janeiro de 1726); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 12 de Outubro de 1727), carta de mercê de um lugar de Desembargador Agravista da Relação do Porto (12 de Outubro de 12 de Outubro de 1727). Recebeu provisão para que o Corregedor do cível da Relação do Porto tome conhecimento da causa que se trata (29 de Janeiro de 1736).

Manuel Rodrigues Leitão (Doutor colegial do Colégio Real de S. Paulo e lente da cadeira de Sexta), natural de Nesperal do termo da Sertã, filho de Francisco Rodrigues e de Francisca Marques, neto paterno de Simão Pires e Brásia Francisca, e neto materno de Duarte Marques e Isabel Francisca.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de título de 2 de Junho de 1666); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de título de 3 de Junho de 1666), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (22 de Setembro de 1666); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Janeiro de 1669); **Provedor e Administrador das capelas d'El-Rei D. Afonso IV** (alvará). Recebeu alvará de promessa de um ofício de Justiça ou Fazenda para quem casar com sua filha Maria Leitoa (28 de Maio de 1653), 66\$000 réis de tença (5 de Abril de 1666), alvará de lembrança para ser contemplado com uma capela de 80\$000 réis (12 de Abril de 1666), alvará de lembrança para ser contemplado com uma capela de 60\$000 réis (12 de Abril de 1666), alvará para ter assentamento no Almojarifado das Sisas da Comarca de Coimbra dos 60\$000 réis de tença que já tinha (20 de Abril de 1666), 60\$000 réis de pensão (20 de Abril de 1666), hábito de noviço (10 de Julho de 1666), carta de padrão de 70\$000 réis de tença (11 de Julho de 1680), padrão de 30\$000 réis de juro no tabaco, padrão de 140\$000 réis de juro no tabaco, carta de padrão de tença de 18\$000 réis (17 de Janeiro de 1689), e padrão de 18\$000 réis de tença.

Observações: O pai e avós são naturais do lugar de Nesperal do termo da Sertã. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O pai era sapateiro inscrito na Casa dos 24, e viveu à lei da mercância contratando com cabedais e dinheiro provenientes da compra de couros e fazendas. Os pais e avós maternos moraram em Lisboa na Rua do Vêr do Peso. O avô materno era sapateiro da Casa dos 24, havendo tido todos os cargos de governo do seu ofício. O habilitante é, à data de Março de 1666, solteiro e morador em Lisboa (LB).

Manuel Sarmento (Bacharel em cânones), também *Manuel do Sacramento*, nascido em 1712 ou 1713, natural de Celorico da Beira, filho de Vicente Afonso e de Maria Rodrigues, neto paterno de João Afonso e Maria Rodrigues, e neto materno de Manuel Fernandes e Maria Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Ponta Delgada** (carta de 5 de Abril de 1742), carta de Juiz de Fora de Ponta Delgada e de **Corregedor da ilha de Santa Maria** por tempo de três anos (5 de Abril de 1742); **Provedor dos defuntos e ausentes na ilha de S. Miguel** (carta de 15 de Abril de 1742), provisão de serventia do ofício de Provedor dos defuntos e ausentes da ilha de S. Miguel (18 de Abril de 1742); **Ouvidor-Geral da Capitania do Maranhão** (carta de 3 de Abril de 1751), provisão para vestir beca com o dito lugar (3 de Abril de 1751), (3 de Abril de 1751), provisão de 50\$000 réis de ajuda de custo com o lugar de Ouvidor-Geral da Capitania do Maranhão (22 de Abril de 1751), carta de padrão de beca honorária (3 de Abril de 1757); **Provedor dos defuntos e ausentes da Capitania do Maranhão** (provisão de 3 de Abril de 1751); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 19 de Novembro de 1763); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Janeiro de 1776); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1783); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Abril de 1787). Recebeu carta do hábito de Cristo (24 de Março de 1751), carta de padrão de 8\$000 réis de tença (7 de Maio de 1751 e passado com salva a 5 de Junho de 1762), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis (13 de Março de 1762).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de Algem do bispado de Tui e Reino da Galiza. A mãe e avós maternos são naturais de Benespera do termo da Guarda. O pai ausentou-se da freguesia natal para a vizinha de S. Cristóvão de Gondomil, acabando por casar em Celorico da Beira. Os pais moram à data de Junho de 1738 em Celorico da Beira. Os avós paternos eram dos principais da freguesia de Algem, sustentando-se dos seus próprios bens e rendimentos, e também se deslocaram para a freguesia vizinha de S. Cristóvão de Gondomil. O avô materno era almocreve e tinha alguma fazenda. O habilitante é, à data de Junho de 1708, solteiro e assiste à data de Novembro de 1738 em Lisboa na Rua das Parcas. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Sarmento Pimentel do Vabo (Bacharel), nascido em 1699, natural de Alvor, filho de Luís Pimentel do Vabo e de Guiomar Varela de Moura.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (carta de 24 de Agosto de 1730); **Juiz de Fora da Ilha de**

S. Miguel (carta de 5 de Abril de 1742); **Provedor da Ilha de S. Miguel** (carta de 18 de Abril de 1742); **Ouvidor de Maranhão** com lugar de Desembargador da Relação da Baía sem concurso dando boa residência (1750); **Desembargador da Relação da Baía** (1756).

Manuel de Sequeira Malheiro (Bacharel), também *Manuel de Cerqueira Malheiro*.

Foi **Juiz de Fora dos órfãos e Direitos Reais de Seia e da Guarda**; **Corregedor do cível de Lisboa** por três anos (carta de 21 de Novembro de 1647); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de aposentação da Relação do Porto com vencimento do seu ordenado e propinas de 24 de Setembro de 1657). Recebeu alvará de um lugar de freira nos Mosteiros para sua irmã (13 de Outubro de 1646), e 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (19 de Novembro de 1676).

Manuel de Sequeira da Silva (Bacharel em cânones), nascido em 1694 ou 1695, natural de Lisboa, filho de Francisco de Sequeira e de Teresa Maria, neto paterno de Domingos Afonso e Maria Fernandes, e neto materno de Domingos Gonçalves e Domingas Pires.

Foi **Juiz de Fora de Alcácer do Sal** (carta de mercê do cargo de 6 de Setembro de 1725); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de mercê de um lugar de 1 de Abril de 1732); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Junho de 1743); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 31 de Maio de 1748); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 15 de Dezembro de 1749). Recebeu carta de padrão de tença de 19\$000 réis para sua mulher D. Sebastiana de Garcia Jacinta de Oliveira (17 de Janeiro de 1689), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis para sua irmã D. Úrsula Margarida Antonieta de Laras (17 de Janeiro de 1689).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de S. Salvador de Covas do termo de Vila Nova da Cerveira, e aí foram baptizados. A mãe foi baptizada na freguesia de Santa Catarina de Lisboa. Na provisão diz-se que os avós maternos foram baptizados na freguesia de Santos, não havendo contudo quem confirme tal dado. O pai ausentou-se quando pequeno da freguesia natal para Lisboa, onde foi ourives do ouro com assento na Casa dos 24. Os avós paternos eram lavradores que viviam honradamente das suas lavouras. Os avós maternos sustentavam-se da sua fazenda, provavelmente na quinta que tinham em S. Julião do Tojal junto de Loures. Uma testemunha ouviu dizer que o avó materno fora capitão. A mãe foi primeiramente casada com um capitão-de-mar-e-guerra, e quando casou com o pai do habilitante foram morar para a Rua dos Ourives do Ouro. O habilitante mora, à data de Fevereiro

de 1724, em Lisboa e é à data de Março do mesmo ano solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel da Silva Baptista e Vasconcelos (Bacharel em cânones), nascido em 1741 ou 1742, natural da freguesia de Avintes no termo do Porto, filho de Bernardo da Silva Baptista e de Maria Alves Pegas, neto materno de Domingos Alves e Maria Francisca.

Foi **Juiz do crime do Bairro da Mouraria** (provisão de licença por dois meses para estar ausente do dito lugar de 28 de Junho de 1775); **Corregedor da Comarca de Viana** (carta de 18 de Março de 1776); **Superintendente das Fábricas de lanifícios da Covilhã** com predicamento do primeiro banco (carta do ofício de 8 de Fevereiro de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Dezembro de 1789). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de letras do Senado da Câmara (22 de Junho de 1767), e provisão sustentória (15 de Julho de 1812).

Observações: Fez a Leitura de Bacharel de 5 de Abril de 1765. Os pais e avós maternos são naturais da freguesia de Avintes. O pai é homem de negócio, e foi nomeado pelo Senado da Câmara do Porto como o primeiro cobrador e depositário da dízima real da freguesia de Avintes. Os avós maternos eram lavradores honrados que viviam das suas fazendas. O pai foi exposto na Santa Casa do Porto. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1766, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Nossa Senhora do Socorro. O habilitante é bom estudante e presumivelmente familiar do Santo Ofício (LB).

Manuel da Silveira Correia (Licenciado).

Foi **Juiz de Fora de Viana** por três anos e mais que decorrerem (carta de 10 de Março de 1645); **Auditor-Geral da Armada** (carta de patente de 18 de Setembro de 1649); **Corregedor do crime de Lisboa** (carta de 30 de Abril de 1660); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Outubro de 1668); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de promoção ao cargo de 18 de Dezembro de 1676); **Juiz Conservador da Junta do Comércio Geral** (alvará).

Observações: Foi Fidalgo da Casa Real (RGM).

Manuel Simões da Rosa Moreira (Bacharel em cânones), também *Manuel Simões da Rocha Moreira*, também *Manuel Simões da Roma Moreira*, também *Manuel Simões da Rosa*, nascido em 1753 ou 1754, natural de Caselas na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda do termo de Lisboa, filho de Manuel Simões e de Maria Rosa, neto paterno de Sebastião Simões e Joana Maria, e

neto materno de Manuel da Rosa e Francisca Feliciana.

Foi **Juiz de Fora de Estremoz** (carta do lugar de 26 de Setembro de 1781), provisão de licença de dois meses (3 de Outubro de 1783), carta de recondução do lugar de Juiz de Fora de Estremoz (3 de Setembro de 1784), carta de reconduzido no dito lugar (15 de Abril de 1790), provisão de licença de dois meses (12 de Julho de 1792), provisão de licença de dois meses (23 de Outubro de 1795); **Corregedor da Comarca da Coroa** (carta de 7 de Junho de 1798); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 27 de Junho de 1798); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Março de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de mercê de aposentadoria num lugar de 5 de Março de 1806), carta de aposentadoria de um lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (21 de Julho de 1807). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares do Senado da Câmara (1 de Junho de 1781), provisão de licença para tomar de casado no distrito do dito lugar (4 de Junho de 1783), carta para ser armado cavaleiro (11 de Março de 1799), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (25 de Abril de 1799), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (18 de Maio de 1799).

Observações: Recebeu certidão negativa a 13 de Fevereiro de 1794. O pai e avó paterna são naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda. A mãe, avó paterno e avós maternos são naturais da freguesia de S. Pedro de Barcarena do termo de Lisboa. Tal como foram os avós paterno e materno, o pai é lavrador que cultivava por seus criados e jornaleiros convocados para o efeito as suas fazendas e outras que traz arrendadas. O habilitante é, à data de Novembro de 1779, solteiro e morador em Caselas. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Soares Dourado (Bacharel), natural do Torrão, filho de João Dourado, neto paterno de Vasco Dourado e Isabel Rodrigues Borralho.

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (1659); **Ouidor de Vila Viçosa** (1668); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Dezembro de 1679); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1685); **Corregedor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Maio de 1687).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 8 de Fevereiro de 1680 (HOC).

Manuel de Sousa de Meneses (Bacharel), filho de Nicolau Pereira de Sousa e de D. Ana de Melo, neto paterno de Pedro Camelo Pereira e D. Iria da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Torre de Moncorvo** (depois de 1626); **Corregedor de Viseu** (carta de 31 de Agosto de 1634); **Corregedor de Évora** (1641); **Desembargador da Relação do Porto** (1645). Recebeu alvará de lembrança de lugar de freira.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 4 de Dezembro de 1651 (HOC).

Manuel Teixeira de Azevedo (Doutor), natural de Vila Franca de Xira, filho de Diogo Teixeira de Azevedo e de D. Cristina da Fonseca, neto paterno de João de Lemos Teixeira e Maria da Costa, e neto materno de Simão Velho da Fonseca e Maior Nunes.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Novembro de 1655), alvará levantando o degredo e aposentando-o com o ordenado de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (15 de Julho de 1673), apostila para que além do ordenado vença também as propinas que lhe tocarem pelo lugar de Desembargador Extravagante aposentado (alvará de 18 de Setembro de 1673). Recebeu carta de quitação.

Observações: O pai é natural de Vila Real. A mãe e avó materno são naturais de Vila Franca de Xira. A avó materna é natural de Vila Nova de Portimão. Os avós paternos moraram em Vila Real. O pai era licenciado. Os avós paternos eram dos principais de Vila Real. O avó materno, para lá de licenciado, foi o primeiro Juiz de Fora de Portimão e julgador d'El-Rei, morrendo ao serviço deste. A ascendência materna era aparentada com fidalgos e com os melhores de Portimão. A mãe é irmã do padre frei Francisco da Fonseca, religioso de Santo Agostinho e lente de Teologia na Universidade de Coimbra.

Manuel Teles da Silva (Licenciado em cânones), nascido em 1786 ou 1787, natural de Lisboa, filho do Marquês de Penalva.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1813). Recebeu carta de legitimação (15 de Outubro de 1805), alvará de Prior-mor da Ordem de S. Bento e Visitador Geral da mesma ordem (24 de Novembro de 1823), e alvará de beneficiado da colegiada da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (5 de Julho de 1832).

Observações: O habilitante é filho natural e legitimado do sobredito. O pai e avós paternos são naturais de Lisboa. O habilitante é, à data de Maio de 1812, solteiro e assiste à data de Novembro seguinte na Rua Direita de Santa Apolónia. O habilitante acha-se despachado para Desembargador da Relação do Porto fazendo exame vago (LB).

Manuel Teófilo de Mesquita e Moura (Doutor). Foi **Corregedor do crime do Bairro de Remolares** (carta de 20 de Dezembro de 1796); **Escrivão Promotor e Chanceler da correição da Comarca de Coimbra** (alvará do ofício de 4 de Abril de

1815); **Desembargador da Relação do Porto** sem embargo da falta da carta (provisão para jurar na Chancelaria para tomar posse de um lugar de 26 de Junho de 1820).

Manuel de Toar de Vasconcelos (Doutor), também *Manuel de Tovar de Vasconcelos*.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Setembro de 1643); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 9 de Fevereiro de 1645); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Dezembro de 1648); **Juiz dos cavaleiros das Três Ordens Militares** por falecimento do Dr António Moniz de Carvalho (alvará de 16 de Julho de 1654); **Corregedor do cível da Corte** (carta do cargo de 8 de Janeiro de 1659); **Vereador da Câmara de Lisboa** (alvará de um lugar de 8 de Abril de 1664). Recebeu promessa de 40\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (12 de Outubro de 1668).

Manuel Tomás de Sousa e Azevedo (Doutor e opositor às cadeiras de cânones), nascido em 1742 ou 1743, natural de Coimbra, filho de António de Sousa de Azevedo e de D. Rosa Violante Caetana de Sousa, neto paterno de João de Sousa e Azevedo e D. Antónia do Amaral, e neto materno de Matias Rodrigues de Gouveia e Luísa Teresa.

Foi **Juiz de Fora de Évora** (carta do lugar de 5 de Janeiro de 1780); **Juiz de Fora dos órfãos de Évora** (carta de 5 de Janeiro de 1780); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta do lugar de 9 de Julho de 1784); **Provedor da Comarca de Coimbra** (carta do lugar de 30 de Março de 1791), carta de Provedor da Comarca de Coimbra (30 de Maio de 1791); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Março de 1795); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Junho de 1803); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (provisão para jurar e tomar posse de um lugar de 27 de Outubro de 1813); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 1 de Setembro de 1817), provisão para prestar juramento na Chancelaria por procurador (3 de Setembro de 1818). Recebeu carta de confirmação de doação que lhe fizeram o padre Manuel de Oliveira e outro (12 de Setembro de 1777).

Observações: Recebeu certidão negativa a 10 de Fevereiro de 1819 com 77 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais de Lisboa. A mãe e avós maternos são naturais de Coimbra. O pai era Doutor e síndico na Universidade de Coimbra. O avô paterno foi capitão dos Auxiliares em Lisboa e governou a casa de D. Maria de Noronha, filha do conde de Aveiras. O avô paterno teve um filho sacerdote da Trindade, chamado frei Tomás de Sousa. O avô materno

foi bedel na Universidade de Coimbra. O habilitante é, à data de Maio de 1762, solteiro e mora à data de Agosto do mesmo ano em Lisboa à Travessa da Madre de Deus na freguesia de Santa Isabel. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Vaz Nunes (Bacharel), natural de Lousa do termo de Castelo Branco, filho de Domingos Vaz e de Catarina Nunes, neto paterno de Gonçalves Vaz e Maria Simoa, e neto materno de João Nunes e Maria Vaz.

Foi **Provedor da Comarca de Moncorvo** (carta); **Provedor da Comarca de Elvas** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta). Recebeu alvará de ordenado.

Observações: O habilitante teve uma filha chamada D. Maria Gregória Vaz Nunes. Os avós paternos e provavelmente o pai são naturais de Lousa do termo de Castelo Branco. Os avós maternos e provavelmente a mãe são naturais de Idanha-a-Nova. Os pais e avós serviram os cargos honrosos da república dos seus lugares. O avô paterno era homem muito conhecido naquela Comarca e muito rico havendo sido também capitão. Um bisavô paterno, chamado provavelmente Domingos Vaz, foi lavrador abastado e sargento no tempo das guerras. Um tio direito paterno é capitão de S. Miguel de Acha e pessoa muito rica. A mãe teve dois irmãos frades de Santo António. O bacharel é, à data de Abril de 1664, solteiro. O bacharel advoga em Castelo Branco (LB).

Manuel Velho da Costa (Doutor em leis), nascido em 1735 ou 1736, natural do Porto e baptizado na freguesia de Santo Ildefonso, filho de António Velho da Costa (Dr.) e de D. Maria Josefa Berarda de Mesquita Castelo Branco, neto paterno de Francisco Velho da Costa e D. Maria da Rocha Fagundes, e neto materno de Agostinho Mesquita Castelo Branco e D. Isabel Borges de Cerqueira.

Foi **Ouvidor da alfândega** (carta do lugar de 15 de Novembro de 1762); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Novembro de 1768), carta de aposentadoria do lugar de Desembargador da Relação do Porto (13 de Fevereiro de 1776), alvará de 200\$000 réis de aposentado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (20 de Junho de 1776), carta de aposentadoria do lugar de Desembargador da Relação do Porto (13 de Novembro de 1776); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1778), carta de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (18 de Agosto de 1783); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de aposentado de 19 de Dezembro de 1793); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 28 de Abril de 1801). Recebeu alvará

de declaração de ordenança (20 de Junho de 1776), carta de profissão de hábito (24 de Janeiro de 1794), carta de padrão de 12\$000 réis de tença (8 de Abril de 1794), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título de hábito da Ordem de Cristo (20 de Maio de 1794).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da cidade de S. Paulo da Assunção do Reino de Angola, e baptizados na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios da mesma. O avó paterno é natural de Viana do Castelo, e baptizado na freguesia de Santa Maria Maior da mesma vila. O avó materno é natural de Lisboa. A avó materna e provavelmente a mãe são naturais da Guarda. O pai, para lá de Doutor graduado em leis e Desembargador do Desembargo do Paço, era familiar do Santo Ofício e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O avó paterno, além de cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, foi capitão em Angola. O avó materno, para lá de mestre de campo dos Auxiliares da Comarca da Guarda e familiar do Santo Ofício, é fidalgo da Casa de Sua Majestade e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. A avó paterna era da principal família do Reino de Angola. A avó materna era irmã do Doutor Manuel Borges de Cerqueira que foi lente de Prima de cânones na Universidade de Coimbra, e de Simão Borges que foi cônego na sé da Guarda. O habilitante é irmão do Doutor e Desembargador Francisco Feliciano Velho da Costa Borges de Mesquita Castelo Branco, já habilitado pelo Desembargo do Paço. O habilitando mora, à data de Setembro de 1761, em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Velho de Miranda (Bacharel em cânones a 27 de Julho de 1688), nascido em 1659 ou 1660, natural de Lisboa, filho de António Velho de Brito e de Clara de Miranda, neto paterno de Cosme Carreira e Margarida Freme a Velha, e neto materno de António Teixeira e Maria de Miranda.

Foi **Ouvidor da Paraíba** (carta, alvará para vestir beca); **Juiz de Fora de Évora** (carta); **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta); **Desembargador da Relação da Baía** por tempo de três anos (carta de 6 de Abril de 1713); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de licença para tomar posse de um lugar por procurador de 27 de Julho de 1713), carta de Desembargador da Relação do Porto (22 de Outubro de 1722). Recebeu alvará para que possa recolher a este Reino sem embargo de qualquer ordem (27 de Abril de 1711).

Observações: Foi Ouvidor da Capitania do Paraíba. O pai e avó paterna são naturais de Punhete (actual Constância). O avó paterno parece ser natural do lugar de Reguengo do termo de Leiria. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O pai serve, à data de Fevereiro de 1690, de Escrivão proprietário dos órfãos de Punhete e foi pajem e escudeiro da casa de D. Diogo de Meneses. O pai e avó paterno foram da governança de Punhete e viveram das suas fazendas com criados e cavalos, havendo já sido o último Escrivão proprietário dos órfãos na mesma vila. A

mãe e avós maternos foram aios da casa dos Meneses e, ouviu uma testemunha, viviam da sua fazenda. O pai tem dois irmãos religiosos, sendo o da Companhia ainda vivo. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1690, solteiro e mora, à data de Maio seguinte, em Portalegre onde foi advogado. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Vicente Marecos Pereira e Silva do Castelo (Bacharel em leis), nascido em 1757 ou 1758, natural de Santarém, filho de José Caetano da Mota e Silva Marecos e de D. Isabel Jerónima Pereira de Oliveira, neto paterno de Jorge da Mota e Silva e D. Margarida Clara da Silva Corte Real, e neto materno de Manuel Vicente Pereira e D. Francisca Clara de Oliveira. Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega** (carta do lugar de 18 de Agosto de 1794), provisão de dispensa de revista do dito lugar e para se lhe passar carta de Corregedor de Setúbal (7 de Novembro de 1798); **Corregedor da Comarca de Setúbal** (carta do lugar de 16 de Novembro de 1798); **Corregedor do Mestrado da Ordem de Santiago de Setúbal** (carta do lugar de 23 de Novembro de 1798); **Desembargador extraordinário da Relação do Porto** (carta de 24 de Junho de 1800), carta de Desembargador da Relação do Porto (25 de Junho de 1800); **Juiz Geral das Coutadas Reais** (carta de 25 de Junho de 1800). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares do Provimento do Senado de Lisboa (24 de Maio de 1787), e carta de profissão de hábito (10 de Setembro de 1801).

Observações: O pai e avó paterno são naturais do lugar de Lapas do termo de Torres Novas. A mãe é natural da freguesia dos Mártires de Lisboa. A avó paterna é natural do lugar de Chancelaria da freguesia de Santa Eufémia do termo de Torres Novas. O avó materno é natural da Quinta de Cima da freguesia de Fornelos, pertencente ao concelho de Aregos e Comarca de Lamego. A avó materna é natural de Santarém. O pai é bacharel formado e habilitado para os lugares de letras havendo o grau de Doutor. O pai é professo na Ordem de Cristo e ocupou o lugar de Juiz de Fora de Coruche. O avó materno era professo na Ordem de Cristo e casou em Santarém. Os pais e avós são de distinta nobreza e serviram os cargos da república, tanto de Santarém como de Torres Novas. O habilitante é, à data de Março de 1785, solteiro e morador em Santarém na companhia dos pais. O habilitante é bom estudante e muito bem educado (LB).

Manuel Vicente Rosa (Bacharel; Licenciado em cânones), também *Manuel Vicente Roza*, natural de Tancos, filho de Manuel (ou João) Lourenço (da) Rosa e de Maria Vicente, neto paterno de Rodrigo Fernandes e Branca Lourenço, e neto materno de Matias Vicente e Gracia Vicente. Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta), alvará de ajuda de custo de 100\$000 réis para via-

gem da Índia (12 de Abril de 1685); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Abril de 1695); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê do ofício de Desembargador ou **Inquisidor** da Casa da Suplicação (13 de Março de 1705), carta; **Promotor das Justiças da Casa da Suplicação** (carta); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (alvará de aposentado num dos lugares de Conselheiro do Conselho Ultramarino com o respectivo ordenado de 20 de Maio de 1712), alvará de ordenado de 300\$000 réis e aposentadoria como Conselheiro Ultramarino (6 de Outubro de 1712). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (12 de Maio de 1692), e carta de padrão de tença de 38\$000 réis (13 de Maio de 1692).

Observações: Os pais e avós são naturais de Tancos e aí moraram. O pai foi Juiz e Vereador na vila de Paio de Pele e é à data de Janeiro de 1683 Juiz na mesma. Os avós eram mareantes que navegavam em barcos próprios até Lisboa. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1683, casado com Leonor Machada e mora em Tancos. A mulher do habilitante é, pela parte materna, dos principais de Tancos e descende, pela paterna, de gente da república de Vila Viçosa. O pai de Leonor Machada chamava-se Manuel Machado da Maia. O habilitante é estudante suficiente.

Manuel Vicente Teixeira de Carvalho (Bacharel em leis), também *Manuel Vicente Vieira de Carvalho*, nascido em 1752 ou 1753, natural de S. Cristóvão de Mondim de Basto, filho de Pedro António Teixeira de Carvalho e de D. Joaquina Maria de Carvalho, neto paterno de Manuel Teixeira de Carvalho e Rosa Maria Pereira, e neto materno de António de Carvalho e Maria da Costa.

Foi **Juiz de Fora da Vila dos Arcos** (carta do lugar de 19 de Setembro de 1782); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 27 de Fevereiro de 1787), provisão para vencer o seu ordenado desde o dia de embarque (8 de Março de 1787); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1794), carta de privilégio de Desembargador (26 de Abril de 1802); **Ajudante do Procurador do Porto** (carta do lugar de 19 de Dezembro de 1799); **Ajudante do Procurador da Coroa** (alvará de 20 de Abril de 1801); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Junho de 1802); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 7 de Janeiro de 1805), carta de Juiz dos Feitos da Coroa e da Fazenda (12 de Dezembro de 1815); **Desembargador honorário da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 22 de Setembro de 1813); **Desembargador do Desembargo do Paço efectivo** (carta de 10 de Dezembro de 1815), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador do Desembargo do

Paço e Petições efectivo (15 de Dezembro de 1815), provisão para prestar juramento por procurador na Chancelaria-mor do Reino (15 de Dezembro de 1815). Recebeu provisão para estabelecer no Convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa a capela que em seu testamento deixou o Desembargador José Januário de Carvalho (12 de Maio de 1800), e carta de padrão do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (29 de Março de 1803).

Observações: Recebeu certidão negativa a 3 de Junho de 1830 com 69 anos de idade. O pai e avô paterno são naturais do lugar de Cerdeiredo da freguesia de Santa Maria de Viade do concelho de Celorico de Basto. A avó paterna é natural de Mondim de Basto. A mãe e avós maternos são naturais de Mondim de Basto. O pai é bacharel formado em cânones e habilitado pelo Desembargo do Paço. Os pais moram à data de Fevereiro de 1782 em Mondim de Basto. Os avós paternos viviam dos seus bens e fazendas com criados e bestas, havendo tido o avô paterno o grau de Doutor. Parece que os avós maternos eram também lavradores. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1782, solteiro e mora, à data de Março seguinte, em Mondim de Basto. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Vidigal de Morais (Bacharel em cânones), natural de Évora, filho de Luís de Pires Vidigal e de Jerónima Giôa, neto paterno de Sebastião Vidigal e Inocência Pires, e neto materno de Estêvão Gião e Margarida Rodrigues. Foi **Juiz de Fora de Portalegre** (carta); **Juiz de Fora de Leiria** (carta); **Corregedor de Portalegre** (carta); **Tabelião de Évora** (alvará); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (15 de Dezembro de 1697); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará para poder vestir a beca de Desembargador de 15 de Dezembro de 1697); **Vereador da Câmara de Lisboa** (alvará); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Provedor do recolhimento de S. Cristóvão de Lisboa** (provisão de 18 de Novembro de 1719); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 24 de Março de 1725); **Conselheiro** (carta de mercê do título do Conselho de 20 de Julho de 1726). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito e Cristo (14 de Maio de 1683), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (20 de Maio de 1683), alvará para trazer beca, alvará de renúncia de ofício, alvará de licença para ir à sua terra, padrão de 30\$000 réis de tença a seu filho Francisco Álvares Vidigal (9 de Dezembro de 1707), padrão de 18\$000 réis de tença a seu filho Luís Pires Vidigal (9 de Dezembro de 1707), e verba do padrão de 60\$000 réis de tença a seu filho Francisco Álvares Vidigal (28 de Novembro de 1714). **Observações:** Os avós paternos são oriundos da freguesia de Nossa Senhora da Represa do termo de Montemor-o-Novo. A mãe e avós maternos são naturais de Évora. O pai foi familiar do Santo Ofício da Inquisição de Évora e,

vivendo da sua fazenda, tratava-se à lei da nobreza com criados e cavalos. Os pais moravam em Évora. Os avós eram lavradores dos mais honrados das suas terras que viviam abastadamente das suas fazenda. O avô paterno foi capitão de uma companhia de ordenança. O habilitante é, à data de Junho de 1676, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Viegas de Oliveira (Bacharel), nascido em 1635, natural de Lisboa, filho de António Viegas e de Leonor Lopes.

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (12 de Março de 1667), reconduzido em 26 de Março de 1672; **Juiz de Fora da Covilhã** (1675); **Juiz de Fora de Elvas** (1679); **Provedor de Torres Vedras**; **Provedor de Évora** (1686); **Desembargador da Relação do Porto** (1701). Recebeu alvará para usar de beca, e alvará de aposentado (1 de Março de 1701).

Observações: Foi Familiar do Colégio de São Paulo (MM).

Manuel Vieira Pedrosa (Bacharel), nascido em 1702, natural de Trancoso, filho de Gonçalo Vieira Pedrosa e de Maria de Andrade.

Foi **Juiz de Fora de Monforte** (1730); **Juiz de Fora da Ilha da Madeira** (carta de 27 de Outubro de 1733); **Provedor da Ilha da Madeira** (carta de 16 de Março de 1734); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos com promessa de lugar na Relação do Porto (carta de 6 de Fevereiro de 1741); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para tomar posse por procurador de um lugar de 3 de Março de 1741). Recebeu provisão de licença para casar (25 de Novembro de 1744), e provisão de licença para casar na Baía (10 de Dezembro de 1744).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 28 de Abril de 1751 (HOC).

Manuel Vilela Carneiro (Licenciado em cânones), nascido em 1667 ou 1668, natural do Porto, filho de Manuel Vilela e de Maria Carneiro, neto paterno de Marcos Vilela e Maria Barbosa, e neto materno de António Ribeiro de Avidos e Clara Carneiro.

Foi **Juiz de Fora de Monção** (carta); **Corregedor do cível de Castelo Branco** (carta), carta (13 de Outubro de 1711); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de um dos cinco lugares de Desembargador suplente da Relação do Porto de 18 de Maio de 1718).

Observações: Os pais e avós são naturais do Porto. Os avós paternos, e provavelmente os pais, moravam na Rua da Fonte de Aurina e os avós maternos moravam em Miragaia, extramuros do Porto. O pai foi homem nobre e cidadão do Porto. O avô paterno foi ourives de ouro com tenda e de grande cabedal e moedeiro dos do Número do Porto. O avô materno foi inicialmente taneiro com tenda, e depois

homem de negócio muito rico e moedeiro do Porto. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1692, solteiro e reside à data de Dezembro do mesmo ano em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho (Bacharel e Doutor em leis), também *Manuel Xavier Ribeiro Vaz*, nascido em 1760 ou 1761, natural de Presegueda do termo de Vila Real, filho de Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho e de Joana Inácia Rosa, neto paterno de Manuel Ribeiro de Carvalho e D. Maria Caetana Ribeiro de Carvalho.

Foi **Corregedor da Comarca de Lamego** (carta do lugar de 21 de Março de 1794); **Provedor da Comarca de Viseu** (carta de 12 de Novembro de 1799), provisão de dois meses de licença de ausência do seu lugar (18 de Fevereiro de 1800), alvará de mercê do lugar de Provedor da Comarca de Viseu com o predicamento do primeiro banco (4 de Abril de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **Provedor da Comarca de Lamego** (carta de 16 de Outubro de 1803), provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria-mor o juramento do estilo (3 de Novembro de 1803). Recebeu carta de processo de hábito (23 de Setembro de 1803), carta de legitimação a seu filho Maximiano Xavier Vaz de Carvalho (17 de Julho de 1811), e carta de legitimação a sua filha D. Maria do Carmo Xavier Vaz de Carvalho (17 de Julho de 1811).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do referido lugar de Presegueda. A mãe é natural do lugar de Granja do Douro do termo de Vila Real. Os pais e avós tratavam-se com decência e eram pessoas ricas e de conhecida nobreza. O habilitante é, à data de Junho de 1786, solteiro e assiste, à data de Janeiro de 1787, em Vila Real. O habilitante é bom estudante (LB).

* **Marçal Casado Jácome** (Doutor), natural de Viana do Castelo, filho de João Casado Jácome e de Maria do Rego de Vilas Boas, neto paterno de Martim Casado Maciel e Leonor Lopes Jácome, e neto materno de Jácome de Vilas Boas Raimundo e Isabel da Rocha Rego.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Maio de 1630); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de terceiro lugar de um dos ofícios de Desembargador Agravista dos seis a vagar largando a cadeira que lê na Universidade de Coimbra de 1 de Março de 1641); **Desembargador do Desembargo do Paço** com posse tomada (carta de 21 de Outubro de 1643); **Conselheiro** (carta de título do Conselho (9 de Janeiro de 1644), carta de **Conselheiro do Desembargo do Paço** e lente da

cadeira de Prima da Universidade de Coimbra (14 de Janeiro de 1649), carta de reconduzido com ordenado e moios (19 de Janeiro de 1649). Recebeu alvará de Juiz das partilhas entre ele e seus irmãos (9 de Março de 1643), carta da cadeira de Prima de leis (9 de Outubro de 1643), carta de padrão de 20\$000 réis de tença cada ano (20 de Novembro de 1649), e carta do hábito da Ordem de Cristo (13 de Março de 1644).

Observações: Os pais e avós são naturais de Viana e aí moraram. Os pais são pessoas nobres das principais de Viana, e o pai serviu os ofícios nobres dessa vila. O avô paterno, para lá de rico e bem afazendado, tratando-se com criados e escravos, foi administrador da capela e morgado de Santiago em Viana, pertencentes à linhagem dos Casados. Os avós maternos eram igualmente dos principais de Viana do Castelo. A família era aparentada com pessoas muito qualificadas, desde Desembargadores até um Inquisidor, passando por um comendador da Ordem de Malta, e um Chanceler Mor do Reino. O habilitante é, à data de Janeiro de 1630, solteiro. O habilitante é lente e colegial do colégio de S. Pedro. O habilitante tinha um irmão chamado João Casado Jacome, que foi capitão de infantaria, e um outro chamado Jácome de Vilas Boas que foi abade.

Marçal José Galvão de Oliveira Araújo (Bacharel em cânones), também *Marçal José Galvão de Oliveira Faiardo*, também *Marçal José Galvão de Oliveira Fajardo*, também *Marçal José Galvão*, também *José Galvão Fajardo*, nascido em 1728 ou 1729, natural de Lisboa, filho de Estêvão Galego Vidigal e de D. Luísa Antónia de Almeida Cabral, neto paterno de Marçal Pereira Galvão e D. Brites do Rego Vidigal, e neto materno de José Rebelo Perdigoão e D. Joana (ou Felician) Josefa Soares de Almeida.

Foi **Provedor da Comarca de Moncorvo** (alvará de 19 de Outubro de 1764); **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta de 15 de Setembro de 1772), provisão para estar ausente do dito lugar (11 de Agosto de 1773), carta de reconduzido no lugar de Conservador da Universidade de Coimbra (23 de Janeiro de 1776); **Desembargador da Relação do Porto** (apostila para no seu lugar em que está de Conservador reconduzido da Universidade de Coimbra fazer nele o lugar de Desembargador da Relação do Porto no triênio da sua recondução de 20 de Outubro de 1777); **Desembargador da Casa da Suplicação** (lugar de 28 de Janeiro de 1778), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (28 de Janeiro de 1784); **Procurador-Geral das décimas** (lugar de 28 de Fevereiro de 1787), alvará de 120\$000 réis de ordenado (29 de Agosto de 1788); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (lugar de 3 de Janeiro de 1791), carta (11 de Janeiro de 1791); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 4

de Abril de 1795), lugar de Corregedor do crime (18 de Abril de 1795). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis (20 de Novembro de 1774), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (7 de Janeiro de 1775), alvará de ofício (28 de Janeiro de 1787), alvará de tença (29 de Agosto de 1788), (com sua mulher) provisão para sub-rogar as casas de vínculo denominadas Vale de Canas de Baixo e Vale de Canas de Cima por quatro padrões de juro com Joaquim Pedro Quintela (17 de Outubro de 1791), provisão para administrar a casa de António Xavier da Gama Lobo em lugar de sua mãe D. Ana Leonor Salema (14 de Dezembro de 1792), e (com sua mulher) padrão de 11\$547 réis de juro (23 de Junho de 1795).

Observações: Os avós paternos são naturais de Évora. Os avós maternos são naturais de Lisboa. O pai é Desembargador. O avô materno foi secretário do governo de Minas Gerais, bem como mestre de campo das ordenanças nesse estado. O avô materno tratou-se com nobreza e ostentação, havendo falecido em Minas Gerais. O habilitante é, à data de Novembro de 1753, solteiro e morador em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Marçal José Machado (Bacharel), filho de Vitorino José Machado.

Foi **Juiz de Fora de Odemira** (carta do cargo de 9 de Janeiro de 1749), provisão para estar ausente deste lugar (19 de Agosto de 1752), provisão para estar ausente deste lugar (11 de Julho de 1753); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 20 de Março de 1754); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Janeiro de 1762). Recebeu carta de 12\$000 réis com o hábito (12 de Janeiro de 1750), carta de padrão de 28\$000 réis (12 de Janeiro de 1750), e carta para ser provido do hábito da Ordem de Cristo (14 de Setembro de 1750).

Marceliano Coelho de Abreu e Carvalho (Bacharel), também *Marceliano Coelho de Abreu*, também *Marcelino Coelho de Carvalho*, nascido em 1655 ou 1656, natural de Loredó do arcebispado de Braga, filho de Luís Coelho de Carvalho e de Ana Botelho da Costa, neto paterno de António de Carvalho Dantas e Lucrecia Coelho de Mesquita, e neto materno de Diogo Mendes Botelho e Maria Moreira.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta), alvará para jurar e tomar posse de Desembargador Agravista por procurador. Recebeu carta de lente de leis.

Observações: Os pais e avós são naturais de Braga e seus subúrbios, e aí moraram. O pai é Doutor. Os pais e avós são pessoas nobres. O habilitante é, à data de Maio de 1692, solteiro e mora à data de Setembro seguinte em Coimbra,

onde é lente de leis e colegial do colégio de S. Pedro. O habilitante é bom estudante (LB).

Marcelino José de Fontes Vieira (Bacharel), nascido em 1726, natural de Lisboa, filho de José Teixeira Pontes de Matos e de Teresa Jacinta Teodora.

Foi **Juiz de Fora de Sintra** (1757); **Desembargador da Relação de Goa** com o lugar de **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Abril de 1763).

Marcelino Pereira Neto (Bacharel), nascido em 1739, natural de Santa Catarina da Serra em Leiria, filho de Silvério Pereira e de Francisca Joaquina do Nascimento e Vasconcelos.

Foi **Juiz de Fora de Santos** (carta de 24 de Janeiro de 1778); **Provedor de Santos** (carta de 17 de Fevereiro de 1778); **Juiz Conservador do Contrato do Sal do Brasil de Santos** (carta de 12 de Março de 1778); **Ouvidor do Rio de Janeiro** (carta de 11 de Agosto de 1787); **Provedor do Rio de Janeiro** (carta de 1 de Setembro de 1787); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 26 de Outubro de 1790). Recebeu provisão de 200\$000 réis de ajuda de custo (21 de Maio de 1778), padrão de 8\$000 réis de tença (3 de Julho de 1778), provisão para prestar juramento (15 de Dezembro de 1790), carta de privilégio de Desembargador (1 de Outubro de 1791), e provisão de licença para casar com D. Emiliania Leocádia da Silva ou Cleto (28 de Julho de 1792).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 8 de Julho de 1778 (HOC).

Marcelo António Leal Arnaut (Bacharel em cânones), também *Marcelino António Leal Arnaut*, também *Marcelo António Leal*, nascido em 1750 ou 1751, natural de Lisboa, filho de Francisco Dias Leal e de D. Marcelina Bernarda Xavier de Sousa, neto paterno de Manuel Dias Leal e Antónia Arnaut, e neto materno de Estêvão de Freitas Carneiro e D. Francisca Isabel de Sousa. Foi **Juiz de Fora do crime do Bairro do Limoeiro** (carta de **Corregedor do Bairro Alto** de 17 de Outubro de 1774), carta de recondução do lugar de Corregedor do crime do Bairro Alto (29 de Outubro de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Janeiro de 12 de Janeiro de 1779), carta de Desembargador da Relação do Porto (29 de Outubro de 1782); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Dezembro de 1785), Desembargador da Casa da Suplicação com exercício de Corregedor do crime do Bairro Alto (6 de

Dezembro de 1785); **Provedor Fiscal da Junta do Comércio** (carta de 31 de Outubro de 1786), carta de Procurador Fiscal da Junta do Comércio (31 de Outubro de 1786); **Juiz Conservador dos Privilégios da Junta do Comércio** (carta de 21 de Junho de 1788); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Dezembro de 1799); **Conservador da Nação Italiana** (alvará de 22 de Abril de 1800). Recebeu provisão e carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (8 de Fevereiro de 1779), e (com seus irmãos) provisão para conhecimento de causa (15 de Junho de 1791).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Lisboa. Os avós paternos são naturais de Penela, havendo morado no lugar de Taliscas do termo da mesma. O pai, para lá de capitão e cavaleiro professo na Ordem de Cristo, é familiar do Santo Ofício e vive das suas fazendas. O avô paterno tratava-se com besta e criado. O avô materno era capitão e cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e serviu de Tesoureiro em Lisboa. Os pais e avós maternos tratavam-se à lei da nobreza com carruagens e criados. O habilitante tem um irmão professo na Ordem de Cristo. O habilitante mora, à data de Outubro de 1771, em Lisboa, na Calçada de Sant'Ana, e é à data de Novembro seguinte solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Marcolino Xavier da Fonseca (Bacharel em cânones), também *Marcolino Xavier da Fonseca Pinto*, também *Marcelino Xavier da Fonseca Pinto*, nascido em 1727 ou 1728, natural de Lisboa, filho de Francisco Xavier dos Santos da Fonseca e de D. Inês Maria Xavier.

Foi **Ouvidor de Pombal** (carta de 2 de Outubro de 1764); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 2 de Outubro de 1764), carta de Corregedor do cível da Corte (20 de Novembro de 1783); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Dezembro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Fevereiro de 1776). Recebeu provisão de tença de 12\$000 réis e mercê de hábito de Cristo (20 de Julho de 1768).

Observações: O pai é Doutor. O habilitante é, à data de Janeiro de 1753, solteiro. O habilitante apoia-se na habilitação do seu irmão germano, o bacharel Caetano Xavier da Fonseca (LB).

Marcos de Andrade (Bacharel; Licenciado), natural de Leça de Matosinhos, filho de Manuel Jorge e de Maria da Rua, neto paterno de António Jorge e Maria Afonso, e neto materno de Bento Martins e Isabel André.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova da Cerveira** por três anos (carta de 5 de Novembro de 1647); **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta de 29 de Outubro de

1653); **Ouvidor da Capitania de Pernambuco** por três anos (carta de 1 de Abril de 1658); **Escrivão da correição do cível de Lisboa** (carta de 30 de Agosto de 1670); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Novembro de 1672), carta de Desembargador da Relação do Porto (3 de Abril de 1674); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 17 de Novembro de 1679).

Observações: Os pais e avós são naturais de Leça de Matosinhos. O pai serve, à data da inquirição, de Juiz em Leça de Matosinhos e é mestre e piloto de embarcações próprias de alto bordo. O pai é familiar do Santo Ofício e trata-se com escravos e criados. Os avós começaram por servir de grumetes e marinheiros nos navios dos seus pais, acabando como mestres e pilotos, sendo que serviram também de Juizes em Leça de Matosinhos. O habilitante tem irmãos da ordem de S. Francisco, e tios frades.

Martim Afonso de Melo (Doutor), natural de Serpa, filho de D. Luís de Melo (ou Francisco de Melo) e de D. Catarina de Castro, neto paterno de Pedro de Melo e D. Luísa Pereira, e neto materno de D. Rodrigues Manuel e D. Filipa de Castro.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (1644); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Março de 1644); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 3 de Outubro de 1656).

Observações: Os pais e avós paternos moraram em Serpa. O avô materno morou em Alcáçovas e foi comendador. Os pais e avós são fidalgos muito principais e ilustres do Reino. O avô paterno é sobrinho de D. Guiomar, que foi camareira mor da imperatriz. O habilitante é Deputado do Santo Ofício da Inquirição de Coimbra e colegial do colégio de S. Paulo. Ao habilitante foi feita a mercê de um lugar efectivo de Desembargador da Casa da Suplicação (LB).

Martim Afonso de Melo Pereira (Licenciado), nascido em 1667, natural de Elvas, filho de Bernardo de Faria de Fresneda e de Brites de Melo Pereira.

Foi **Ouvidor de Bragança** (depois de 1692); **Corregedor de Lamego** (1706); **Auditor-Geral da gente de guerra de Alentejo** com beca (carta de 6 de Janeiro de 1713); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1725). Recebeu alvará para vestir a beca como Auditor (21 de Janeiro de 1713), padrão de 188\$000 réis de tença (25 de Novembro de 1717), e provisão de licença por dois meses (13 de Junho de 1726).

Observações: Tinha sido Juiz de Fora de Olivença, mas foi escuso por resolução régia de 4 de Setembro de 1696 (MM).

Martim Afonso de Melo Pereira (Licenciado em cânones), natural de Elvas, filho de Bernardo de Faria de Fresneda e de D. Brites de Melo Pereira. Foi **Ouvidor de Bragança** (1700); **Corregedor de Lamego** (1706); **Auditor-Geral da Província do Alentejo** (alvará para vestir beca como 21 de Janeiro de 1713); **Desembargador** (alvará para que possa vestir a beca de 21 de Janeiro de 1713); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 23 de Maio de 1718); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1725), provisão de licença por dois meses (13 de Junho de 1726). Recebeu apostila de 8\$032 réis de juro, carta do título de Conde de S. Lourenço, alvará da Aldeia do Bispo, apostila de duas vidas mais nos bens da Coroa, verba de 77\$501 réis de juro no Paço da Madeira de Lisboa, alvará de ajuda de custo, carta de conde de S. Lourenço, carta de assentamento de conde de S. Lourenço, carta de Capitão de infantaria da ordenança no Brasil, e padrão de 188\$000 réis de tença (25 de Novembro de 1717).

Martim Monteiro de Seia (Doutor), natural de Monforte, filho de Francisco Mendes Seia e de Brites Monteiro, neto paterno de Francisco Fernandes Farilhalvo e Maria Gonçalves Seia, e neto materno de Martim Fernandes Monteiro e Isabel Vaz.

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** por tempo de três anos que vagou por Luís de Carvalho (5 de Outubro de 1644); **Desembargador da Relação do Porto** com o cargo de **Juiz da Índia e Mina** (alvará de 23 de Abril de 1642), carta para poder tomar posse do cargo de Desembargador por seu procurador de 22 de Setembro de 1647, carta de Juiz da Índia e Mina por três anos (23 de Abril de 1648); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1650) **Procurador da Fazenda** com 200\$000 réis de ordenado (carta de 13 de Novembro de 1651); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 24 de Dezembro de 1655), alvará mandando abrir assentamento nos livros da Fazenda dos quatro moios de trigo de ordinária pelo seu lugar de Conselheiro (20 de Janeiro de 1657), alvará mandando abrir assentamento da ordinária de quatro moios de cevada cada ano (21 de Fevereiro de 1657).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Portalegre. A mãe é natural de Monforte. O pai é médico com grau de licenciado, e serve actualmente de Vereador em Portalegre, onde já foi por várias vezes Juiz pela ordenação. O pai serviu também de Juiz dos órfãos em Monforte. O avô paterno, para lá de Juiz ordinário e Juiz dos órfãos de propriedade, foi Vereador, Contador, e Distribuidor, tudo em Monforte. O habilitante é parente de Manuel Monteiro, que é padre da Companhia e comissário do Santo Ofício

na Ilha Terceira, e outrossim de Manuel Seia, que é deão da sé de Portalegre e comissário da Inquisição de Évora. O habitante é, à data de Maio de 1644, solteiro (LB).

* **Martinho Afonso Coelho** (Doutor), natural de Lisboa, filho de Egas Coelho e de D. Luísa de Mendonça.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Brasil** (carta de 5 de Fevereiro de 1621); **Juiz dos Feitos da Coroa do Brasil** (carta de 17 de Novembro de 1622); **Juiz da Índia e Mina** (carta de 26 de Outubro de 1630); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 15 de Junho de 1647); **Desembargador da Casa da Suplicação**. Recebeu alvará de direito de domínio da Ilha do Maio (4 de Setembro de 1642).

Observações: Foi Moço fidalgo da Casa Real (RGM).

Martinho Lobo da Silva (Bacharel), nascido em 1690, natural de Montemor-o-Novo, filho de Francisco Rodrigues Lobo e de Maria Gomes da Silva.

Foi **Juiz de Fora e Juiz dos órfãos de Monsaraz** (1723); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 9 de Abril de 1727). Recebeu provisão para poder tomar posse do lugar da Casa da Suplicação (19 de Julho de 1727).

Martinho Teixeira Homem (Licenciado em cânones), também *Martim Teixeira Homem*, também *Martins Teixeira Homem*, nascido em 1702 ou 1703, natural de Ervões no termo de Chaves, filho de Luís Pereira Delgado e de Joana Teixeira de Morais, neto paterno de Francisco Delgado e Ângela Pereira, e neto materno de Jacinto Teixeira Homem e Maria Martins.

Foi **Superintendente do tabaco na Província de Trás-os-Montes** (carta de 6 de Maio de 1739); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais e confrarias da Comarca de Guimarães** (alvará de mercê do cargo de 17 de Junho de 1747), alvará para que leve o prémio dos selos e chancelaria das cartas que por ele houverem de passar e que tocarem ao ofício de Provedor da Comarca de Guimarães que vai servir (17 de Junho de 1747), provisão de licença para por seu procurador poder jurar na Chancelaria para servir o lugar de Provedor da Comarca de Guimarães (19 de Junho de 1747); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador enquanto Juiz do Tombo dos bens confiscados da Província de Trás-os-Montes de 13 de Abril de 1758), provisão para estar ausente do dito lugar (29 de Julho de 1758), aposentado no lugar de Desembargador da

Relação do Porto com o ordenado competente (28 de Abril de 1778), alvará de 200\$000 réis de ordenado como Desembargador aposentado da Relação do Porto (20 de Setembro de 1778), alvará de 200\$000 réis cada ano como aposentado na Relação do Porto (26 de Setembro de 1778).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Rio Torto do termo de Chaves. A avó paterna é oriunda de Olmos do termo de Bragança. A mãe e avó materna são naturais de Ervões. O avô materno é natural de Chaves. Os pais moravam em Ervões e tal como os avós eram lavradores ricos e dos principais do seu lugar que cultivam e mandam cultivar as suas fazendas por criados e caseiros tratando-se também com besta. O habitante tomou ordens menores. O habitante é, à data de Outubro de 1727, solteiro, e assiste à data de Março de 1728 em Lisboa. O habitante é bom estudante (informações da sua Leitura de Bacharel) (LB).

Mateus Afonso Soares (Bacharel; Doutor em leis), nascido em 1672 ou 1673, natural de Estarreja, filho de Mateus Afonso e de Maria Soares, neto paterno de Mateus Afonso e Antónia Marques, e neto materno de António Soares Homem e Inocência de Pinho.

Foi **Juiz de Fora da Covilhã** por três anos (carta de 2 de Janeiro de 1707); **Juiz de Fora dos órfãos do Porto** por três anos (carta de 18 de Fevereiro de 1715); **Provedor dos resíduos de Lisboa** por três anos (carta de mercê do cargo de 2 de Março de 1720), provisão para que possa levar as espórtulas de que faz menção (18 de Março de 1723); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Janeiro de 1725), carta de um lugar (3 de Janeiro de 1726); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (provisão para ser curador da pessoa e bens de Maria de Paiva enquanto Desembargador e **Corregedor** de 15 de Maio de 1741). Recebeu provisão para poder levar as espórtulas de que faz menção (28 de Agosto de 1721), provisão de licença para poder comprar o prazo de que trata não obstante servir de Provedor dos resíduos de Lisboa (18 de Março de 1722), carta de 12\$000 réis de tença e hábito da Ordem de Cristo (12 de Janeiro de 1732), provisão para ser curador da pessoa e bens de Maria de Paiva enquanto Desembargador e Corregedor do cível da Relação do Porto (15 de Maio de 1741), e provisão para por seu procurador jurar e assinar os termos necessários em certo inventário (26 de Março de 1744).

Observações: Os avós paternos são naturais da freguesia de Santiago de Beduído do concelho de Estarreja e aí moraram. Os avós maternos são naturais da freguesia de Oliveira de Azeméis do concelho de Feira e aí moraram. O pai é licenciado cujas letras são tidas em grande nota no concelho de Estarreja. O avô paterno vivia honrada e abastadamente das suas fazendas, e era dos bons do concelho de Estarreja. O avô materno era capitão e familiar do Santo

Ofício, e vivia das suas fazendas. Os avós tratavam-se com criados e bestas em que andavam. O habilitante é, à data de Julho de 1705, solteiro e morador em Estarreja vivendo das suas fazendas. O habilitante é bom estudante e familiar do Santo Ofício (LB).

Mateus Gonçalves Mouzinho (Licenciado), também *Mateus Gonçalves Mourinho*.

Foi **Juiz de Fora de Setúbal** por três anos (carta de 25 de Outubro de 1650); **Escrivão dos órfãos de Évora** (carta de 10 de Outubro de 1661); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Setembro de 1666); **Sindicante dos Julgadores das comarcas do Alentejo e Algarve** (alvará de 13 de Novembro de 1670); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu carta de padrão de 20\$000 réis de pensão (15 de Dezembro de 1657), apostila de 20\$000 réis com o hábito de Cristo (20 de Setembro de 1668), carta de padrão de 40\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (29 de Outubro de 1668), e padrão de 40\$000 réis de tença.

Mateus Mouzinho (Bacharel; Licenciado), natural de Castelo de Vide, filho de Gaspar Mouzinho Barba e de Mísia (ou Mécia) de Matos, neto paterno de Manuel Gil e Isabel Mouzinha, e neto materno de Mateus Gonçalves Barrento e Catarina Fernandes.

Foi **Juiz de Fora de Arraiolos** (carta de 14 de Outubro de 1641), carta de mercê de pousadas e mantimentos nas vilas e lugares do Reino enquanto for em serviço (14 de Outubro de 1641); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Maio de 1654); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1661); **Chanceler das Três Ordens Militares** vago por morte do Dr. Rodrigo Rodrigues de Lemos (2 de Janeiro de 1675), 82\$000 réis de ordenado (25 de Janeiro de 1675); **Desembargador do Desembargo do Paço** com o ordenado que lhe compete (carta de 18 de Maio de 1677); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 20 de Maio de 1677). Recebeu alvará de privilégio de Fidalgo, alvará de sub-rogação de bens de morgado, e provisão a Pedro Mamede Mouzinho e sua mulher para sub-rogar seis olivais no termo de Tomar e do morgado do dito pelas benfeitorias numas casas em Lisboa (30 de Outubro de 1716).

Observações: Os pais e defuntos avós são naturais de Castelo de Vide e aí vivem e viveram. O pai é licenciado, e à data da inquirição está despachado para Corregedor de Santarém. Os pais e avós são e foram da governança de Castelo de Vide, vivendo à lei da nobreza com criados e cavalos. O pai tinha um irmão, chamado Lourenço Mouzinho, que serviu Sua Majestade na guerra e nesse serviço morreu. O habilitante é, à data de Abril de 1637, solteiro (LB).

Mateus Mouzinho Barba (Doutor).

Foi **Juiz de Fora de Arroios** (carta de 14 de Dezembro de 1641); **Corregedor de Évora** (1646); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Maio de 1654). Recebeu alvará de aposentadorias.

Matias Álvares da Costa (Bacharel), nascido em 1608, natural de Lisboa, filho de António Álvares e de Beatriz Pires, neto paterno de João Álvares e de Constança André, e neto materno de Domingos Álvares.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1662).

Observações: Foi advogado da Casa da Suplicação (MM).

Matias Álvares Mourão (Doutor), também *Matias Alves Mourão*, natural de Mateus do termo de Vila Real, filho de Belchior de Aguiar Ferreira e de D. Isabel, neto paterno de Amaro Gonçalves de Aguiar e D. Margarida Ferreira, e neto materno de Diogo Álvares Mourão e Maria de Azevedo.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Junho de 1653), durante o tempo de férias da Universidade de Coimbra (alvará de 24 de Julho de 1653). Recebeu alvará de 40\$000 réis de pensão (12 de Setembro de 1654), e padrão de 18\$000 réis de tença.

Observações: Colegial do Colégio Real de S. Paulo. Os pais e avós parece serem todos naturais de Vila Real e aí moradores. O pai era capitão de infantaria e o avô paterno era licenciado. Os pais e avós eram muito nobres de geração e qualidade, e como tais sempre se trataram com criados negros, lacaios, e cavalos. O habilitante era, à data de Abril de 1753, casado com D. Maria, filha do licenciado António Alves Coelho, que foi Ouvidor em Vila Real e Provedor da Misericórdia dessa vila. O habilitante é lente na Universidade de Coimbra.

Matias de Carvalho Coutinho de Vasconcelos (Bacharel), também *Matias de Carvalho Mendes Coutinho e Vasconcelos*.

Foi **Escrivão e Feitor da alfândega da Figueira** (alvará de 11 de Maio de 1756), alvará de serventário neste ofício (9 de Abril de 1761), alvará para que seu cunhado António Montes Caldeira sirva de Escrivão da alfândega da Figueira (5 de Dezembro de 1764); **Superintendente-Geral das Alfândegas da Província da Beira** (alvará e carta de 11 de Março de 1765), alvará de ordenado de Superintendente das alfândegas da Beira (26 de Março de 1765), alvará de 190\$000 réis de ordenado e aposentadoria com o dito lugar (26 de Março de 1765), provisão para vestir beca com o dito lugar (28 de Setembro de

1765), apostila de 400\$000 réis de ordenado com a Superintendência (22 de Novembro de 1766); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Novembro de 1768), carta de Desembargador da Relação do Porto fazendo o lugar de Superintendente das Alfândegas das Províncias da Beira (12 de Novembro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** com exercício de **Superintendente das Alfândegas das Províncias do Norte** (carta de 2 de Novembro de 1771). Recebeu provisões para conhecimento de inventário e partilhas (7 de Novembro de 1754 e 13 de Agosto de 1757), alvará para servir vários ofícios sem embargo da lei em contrário (23 de Dezembro de 1761), e alvará de prorrogação de serventia em seus ofícios (5 de Dezembro de 1764).

Matias Ferreira da Silva Granado (Bacharel), nascido em 1696, natural da Sertã, filho de João Ferreira e de Maria Ferreira.

Foi **Juiz de Fora do Crato** (1723); **Ouidor de Beja** (depois de 1726); **Superintendente dos Tabacos de Alentejo** (carta de 16 de Março de 1734); **Provedor de Tomar** (carta de 16 de Maio de 1747); **Auditor-Geral da gente de guerra de Corte** (carta de 7 de Dezembro de 1759); **Corregedor de Évora** (alvará de 200\$000 réis de aposentadoria de 20 de Março de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado num lugar de Desembargador da Relação do Porto de 9 de Fevereiro de 1765). Recebeu alvará de 370\$000 réis de ordenado (27 de Fevereiro de 1761), e provisão para unir ao vínculo de Inocência Soares os que instituía Francisco Ferreira do Castelo e outro no termo da Sertã (15 de Abril de 1776).

Observações: Fora nomeado Juiz de Fora de Torrão, depois de servir no Crato, mas foi escuso por resolução de 22 de Fevereiro de 1726 (MM).

Matias Franco Ferreira (Licenciado por exame privado em cânones), nascido em 1681 ou 1682, natural de Gradil no termo de Torres Vedras, filho de Luís Pires Ferreira e de Maria Franca, neto paterno de António Ferreira e Engrácia Luís, e neto materno de Jorge Lopes e Madalena Franca.

Foi **Ouidor da Comarca de Avis** por três anos (carta de 24 de Maio de 1713); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Torres Vedras** por três anos (alvará de mercê do lugar de 23 de Maio de 1719), alvará de mercê para poder tomar todas as contas nos lugares da Comarca e que possa levar salário delas (23 de Maio de 1719), alvará de mercê para que fazendo algumas diligên-

cias do seu cargo lhe possam dar pousadas camas de graça (23 de Maio de 1719), alvará de mercê para que possa levar o prémio dos selos e chancelaria das cartas (23 de Maio de 1719), alvará de mercê sobre a suspensão de algum feito ou causa (23 de Maio de 1719); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Santarém** por três anos (alvará de mercê do cargo de 23 de Janeiro de 1731), alvará para se lhe darem pousadas (23 de Janeiro de 1731), alvará para poder levar celario pelas contas que tomar (23 de Janeiro de 1731), alvará de mercê de suspeição (23 de Janeiro de 1731), alvará de mercê para levar o prémio dos selos e chancelaria as cartas que por ele houverem de passar (23 de Janeiro de 1731); **Provedor da Comarca de Santarém** (provisão de licença de dois meses para poder estar ausente do dito lugar de 16 de Novembro de 1731); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1740), provisão de um mês de licença (17 de Junho de 1743), provisão de licença por mais um mês (25 de Junho de 1743), provisão de licença por tempo de três meses (4 de Maio de 1744), provisão de licença para uso de remédios (12 de Novembro de 1744), provisão de prorrogação de licença por mais um mês para estar ausente do lugar de Desembargador da Relação do Porto (6 de Maio de 1745), provisão de prorrogação de um mês de licença na Corte (25 de Junho de 1745), provisão de licença por mais um mês (22 de Julho de 1745), provisão de prorrogação de licença por três meses para estar ausente do lugar de Desembargador da Relação do Porto (26 de Abril de 1746), provisão prorrogando por mais três meses a licença para estar ausente da Relação do Porto (29 de Novembro de 1747); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará aposentado-o na Casa da Suplicação com ordenado e propinas (26 de Junho de 1748), alvará de 212\$400 réis como Desembargador da Casa da Suplicação aposentado (18 de Setembro de 1748), alvará de 212\$400 réis de ordenado e propinas no lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (5 de Julho de 1759), alvará de 78\$000 réis por ano das braçagens do dito lugar (16 de Janeiro de 1760). Recebeu alvará de acrescentamento de ordenanças (30 de Março de 1753).

Observações: O agraciado terá renunciado a 12\$000 réis de tença com hábito (informação recolhida junto de Matias António Franco Ferreira). O pai e avós paternos são naturais do lugar de Colaria do termo de Torres Vedras. A mãe e avós maternos são naturais do lugar de Gradil do mesmo termo. O pai foi capitão de Gradil e viveu sempre da sua fazenda. Os avós eram lavradores que viviam das suas fazendas, havendo sido o materno alferes. O habilitante é, à data de Dezembro de 1706, casado com mulher cuja ascendência é oriunda de Vila Franca do Rosário do termo de Torres

Vedras, e mora à data de Fevereiro de 1707 em Gradil. O habilitante é bom estudante (LB).

Matias Pinheiro da Silveira Botelho (Bacharel), nascido em 1709, natural de Leiria, filho de João Gonçalves Dias e de Maria da Silveira.

Foi **Juiz de Fora da Sertã** (1735); **Provedor da Fazenda do Piauí** (carta de 25 de Janeiro de 1744), **Provedor do Piauí** (carta de 22 de Junho de 1744); **Ouvidor do Piauí** (carta de 22 de Junho de 1744); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (1752). Recebeu provisão para levar certo emolumento (23 de Agosto de 1737), e provisão de licença para casar no Rio de Janeiro (4 de Setembro de 1755).

Observações: Faleceu enquanto Desembargador do Rio de Janeiro (MM).

Mendo de Fóios Pereira (Bacharel), também *Mendo Fóios Pereira*, também *Mendo de Fróis Pereira*, natural de Aldeia Galega do Ribatejo, filho de António Pereira e de Damiana de Fóios, neto paterno de João Pereira e Isabel Álvares, e neto materno de Estêvão Pires e Ana Botada. Foi Juiz dos órfãos do termo de Lisboa (depois de 1629); Corregedor de Tomar (carta de 8 de Janeiro de 1641); **Provedor de Setúbal** por tempo de três anos e além deles (alvará de 21 de Abril de 1645); **Corregedor de Évora** (1652); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (carta de 5 de Julho de 1660); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Novembro de 1679). Recebeu 40\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (7 de Junho de 1669), verba de 45\$000 réis de juro, verba de 60\$000 réis de tença, alvará de Capitão da Fortaleza de Mombaça e Costa de Melinde, carta de patente para poder renunciar a Capitania da Fortaleza de Mombaça e Costa de Melinde (28 de Janeiro de 1681), carta de padrão de 60\$000 réis de tença cada ano em sua vida (13 de Dezembro de 1694), carta de padrão de tença de 50\$000 réis (5 de Maio de 1695), carta de mercê de comenda (22 de Maio de 1695), alvará de diferentes graças e mercês (20 de Agosto de 1705), apostila de 45\$000 réis de juro no tabaco, alvará de 60\$000 réis na Casa da Índia, padrão de 60\$000 réis de tença, padrão de 50\$000 réis de tença, carta de administração de capela, alvará de uma vida mais nos bens da Coroa, e carta de quitação.

Miguel Achioli da Fonseca (Bacharel; Licenciado), natural de Castelo Branco, filho de Francisco da Fonseca Leitão e de Maria de Lugo (ou de Francisco da Fonseca Leitão e de D. Genebra

Achioli de Castelo Branco), neto paterno de João Gonçalves Leitão e Isabel Gonçalves da Fonseca, e neto materno de Miguel Achioli e Maria de Andrade de Castelo Branco.

Foi **Juiz dos órfãos de Fora do Porto** por três anos (carta de 14 de Maio de 1647); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Novembro de 1662). Recebeu alvará para que se lhe dê aposentadoria nas suas jornadas em serviço (14 de Maio de 1641), alvará de um lugar de freira que possa prometer no mosteiro de Abrantes para sua irmã D. Jerónima da Fonseca (2 de Julho de 1646), alvará para que sua mãe possa renunciar nele 20\$000 réis de tença dos 40\$000 réis de que goza (16 de Maio de 1647), carta de padrão de tença de 20\$000 réis com o hábito de Cristo (1 de Setembro de 1648), e provisão de 100\$000 réis de ajuda de custo pelas diligências de serviço do Estado do Brasil (13 de Março de 1663).

Observações: Os pais e avós maternos moravam em Castelo Branco. Os avós paternos moravam em Rosmaninhal da Comarca de Castelo Branco. O defunto pai era Doutor e Desembargador da Casa da Suplicação. Os avós eram dos principais das suas terras e da governança das mesmas, havendo parentesco com gente fidalga. O pai tinha um primo irmão chamado Antão da Fonseca, que era moço fidalgo filhado nos livros de Sua Majestade. O habilitante era parente de um Manuel da Fonseca, que tinha o hábito de Cristo com tença e cujo pai fora comendador de Rosmaninhal, e de um outro com o mesmo nome, filho do Doutor e Desembargador do Desembargo do Paço Diogo da Fonseca, que era moço fidalgo e também tinha o hábito de Cristo. O habilitante é, à data de Março de 1636, solteiro e mora, à data de Agosto de 1640, em Castelo Branco na companhia da mãe e irmã e onde serve de Vereador (LB).

Miguel António de Oliveira da Cunha e Sá (Bacharel em leis), também *Miguel António de Oliveira*, também *Miguel António de Oliveira da Cunha e Silva*, nascido em 1709 ou 1710, natural de Lisboa, filho de Miguel de Oliveira da Cunha e Sá (ou Silva) e de D. Maria Luísa Granate, neto paterno de Miguel de Oliveira da Cunha e D. Ana de Oliveira da Cunha, e neto materno de Jaques Granate e D. Catarina Maria de Holbeche.

Foi **Ouvidor da alfândega de Lisboa** (carta de 22 de Agosto de 1737), alvará de ordenado de 100\$000 réis como Ouvidor da alfândega (23 de Março de 1738), carta de recondução no lugar de Ouvidor da alfândega por mais três anos (24 de Novembro de 1740), carta de beca honorária (24 de Dezembro de 1740); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Fevereiro de 1745); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta

de 30 de Maio de 1748). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (29 de Outubro de 1731), carta de padrão de tença de 50\$000 réis (21 de Abril de 1732), e provisão para que os 62\$000 réis sejam para seu irmão Francisco de Paulo de Oliveira da Cunha (28 de Junho de 1749).

Observações: O pai do agraciado era Desembargador. O pai e avós paternos são naturais de Aldeia Nova do Cabo do termo da Covilhã. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O pai foi Desembargador e proprietário do cargo de Corregedor do crime da Corte. Os avós paternos eram dos principais do termo da Covilhã, e tratavam-se com criados e cavalos. O habilitante é, à data de Setembro de 1735, solteiro e morador em Lisboa ao Carmo. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel de Arriaga Brum da Silveira (Bacharel), nascido em 1716, natural do Ribatejo, filho de José de Arriaga Brum da Silveira e de Catherine Naudin de Peyrelongue.

Foi **Juiz de Fora da Ilha da Madeira** (carta de 29 de Abril de 1747), reconduzido com predicamento de correição ordinária (carta de 18 de Dezembro de 1750); **Juiz Conservador de Coimbra** (carta de 24 de Novembro de 1758); **Juiz de Fora da Ilha de São Miguel** (1761); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 22 de Setembro de 1764); **Tesoureiro e Provedor de Casa da Moeda de Lisboa** (carta de 6 de Setembro de 1769). Recebeu provisão para servir o lugar de Juiz de Fora da Madeira reconduzido de baixo do primeiro juramento (17 de Janeiro de 1751), provisão para vestir beca (24 de Novembro de 1758), e provisão de testamenteiro do coronel do mar António de Brito Freire (9 de Dezembro de 1769).

Observações: Recebeu certidão negativa a 8 de Janeiro de 1803 com 80 anos de idade (RGM). O pai e avó paterna são naturais da Ilha do Faial. A mãe, avó paterno, e avó materna são naturais da cidade de Baiona do Reino de França. O avó materno é natural de Paris do referido Reino. O pai é pessoa que serve na república certamente do Faial. Os pais casaram em Lisboa e moraram no Faial. Os avós paternos casaram no Faial. Os avós maternos casaram em Baiona. O pai e avós eram homens de negócio de grosso trato, vivendo a mãe e avós recolhidamente. O habilitante é, à data de Setembro de 1742, solteiro e morador em Lisboa às Portas de Santa Catarina. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel de Arriaga Brum da Silveira (Bacharel em cânones), também Miguel de Arriaga, nascido em 1772, natural da Ilha do Faial, filho de José de Arriaga Brum da Silveira e de D. Francisca Josefa Borges da Câmara.

Foi **Juiz do crime em Lisboa** (depois de 1798); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 25 de

Fevereiro de 1802), alvará de serventia de **Provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes da cidade de Macau** (15 de Março de 1802). Recebeu carta de padrão de tença (20 de Março de 1802), padrão de tença de 38\$000 réis em sua vida (20 de Março de 1802), carta de padrão de hábito e tença (26 de Abril de 1802), e alvará de sobrevivência da Alcaidaria-mor da Horta na Ilha do Faial para seu filho José de Arriaga Brum da Silveira (17 de Fevereiro de 1831).

Miguel Barbosa Carneiro (Licenciado), nascido a 18 de Abril de 1660, natural de Viana, filho de Miguel Barbosa Carneiro e de D. Leonor da Fonseca, neto paterno de Sebastião Barbosa de Carneiro e D. Madalena da Costa, e neto materno de Pedro Domingos Cordeiro e Mariana Cardosa da Fonseca.

Foi **Juiz de Fora de Viana** por três anos (carta de 18 de Julho de 1659); **Juiz de Fora de Santarém** por três anos (carta de 15 de Maio de 1666); **Provedor de Setúbal** (alvará); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Dezembro de 1693); **Deputado suplente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de mercê de um lugar de 17 de Junho de 1715). Recebeu alvará de 2\$375 réis de vestimenta de fidalgo capelão da Casa Real.

Observações: Foi frade. O pai e avó paterna são naturais de Coimbra. A mãe e avós maternos são naturais de Castelo Branco. O avó paterno é natural da vila de Ega. O pai era bacharel formado em cânones no ano de 1646, e para lá de Juiz dos órfãos de Santarém e Juiz de Fora de Castelo Branco, serviu de Juiz de Fora de Viana do Castelo. O avó paterno era bacharel formado em cânones, e para lá de ter servido de Juiz de Fora de Penamacor de Vouzela e da Guarda, foi nomeado Juiz do fisco de Évora. O avó materno foi sargento-mor de Castelo Branco e governador da praça de Rosmaninhal. O bisavô, pai do avó paterno, foi Almoxarife em Ega e serviu nas partes da Índia de que recebeu tença. O trisavô, pai da mãe do avó paterno, foi Corregedor de Coimbra. O habilitante foi colegial do Colégio do Militares de Coimbra e tem um irmão religioso da congregação de S. João Evangelista. O habilitante é Juiz Geral das Ordens Militares e Desembargador. Ao habilitante foi feita a mercê de um lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (LB).

Miguel Borges Tavares (Bacharel em leis e cânones de 1674 para 1675), natural de Anseziz do termo de Avô, filho de João Borges (ou João Borges Tavares) e de Maria Madeira, neto paterno de António Borges de Castro e Ana Tavares, e neto materno de António Nunes e Maria Afonso.

Foi **Juiz de Fora de Azurara** (carta); **Juiz de Fora de Viseu** (carta); **Corregedor de Portalegre** (carta); **Corregedor da Comarca do Porto** (carta de 29 de

Julho de 1694); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Miranda** por três anos (alvará de 12 de Junho de 1708); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das terras e resíduos da Comarca de Viana** por três anos (alvará de 24 de Setembro de 1714); **Corregedor da Comarca de Coimbra** por três anos (carta de mercê do cargo de 23 de Maio de 1719); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão aposentando-o no lugar de 3 de Janeiro de 1726). Recebeu alvará de lembrança de dois lugares de freiras para as suas filhas (2 de Julho de 1725), alvará de mercê de dois lugares de freiras para suas filhas em um só mosteiro ou em dois (2 de Julho de 1725), e provisão de comissão para conhecimento de causa (8 de Setembro de 1746). **Observações:** Os avós paternos são naturais de Galizes do concelho de Nogueira e da Comarca de Viseu, e aí moraram. Os avós maternos, e provavelmente a mãe, são naturais de Anseriz do termo de Avô e aí moraram. Os pais moraram em Anseriz. O pai foi capitão da ordenança e lavrador que tinha os seus moços. O avô paterno viveria da sua fazenda e era da governança de Nogueira onde parece que serviu os cargos de Juiz e capitão. O avô materno era lavrador e tinha os seus moços. O inquisidor Pedro Borges Tavares era irmão inteiro do pai. O habilitante é, à data de Dezembro de 1679, solteiro e mora à data de Abril de 1682 em Vale de Orca da freguesia de Póvoa de Midões. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Miguel Borges Tavares de Azevedo Gouveia Castro (Bacharel em cânones), natural de Oliveira do Conde da Comarca de Viseu, filho de Luís Xavier de Azevedo e de D. Rosa Luísa de Melo Borges e Castro, neto paterno de António Rodrigues Alves e Faustina de Jesus Maria, e neto materno de Miguel Borges Tavares e Castro e D. Maria Micaela de Melo.

Foi **Corregedor da Comarca da Guarda** (carta de 25 de Novembro de 1789), provisão de licença de dois meses (8 de Agosto de 1791); **Provedor da Comarca de Coimbra** (carta de 4 de Setembro de 1802), provisão para ter 60\$000 réis de aposentadoria além dos 20\$000 réis que já tinha como Provedor da Comarca de Coimbra (23 de Janeiro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Provedor da Comarca de Coimbra e de um lugar de Desembargador da Relação do Porto de 3 de Outubro de 1805); **Provedor da Comarca da Guarda** (carta de Provedor da Comarca da Guarda continuando em Desembargador da Relação do Porto de 4 de Maio de 1811), provisão para tomar posse e entrar a servir o lugar de Provedor da Comarca da

Guarda (14 de Maio de 1811), carta de Provedor da Guarda (4 de Maio de 1817).

Observações: Os pais e avós paternos são naturais de Oliveira do Conde da Comarca de Viseu. O avô materno é natural de Galizes da mesma Comarca. A avó materna é natural de Santiago de Cassurrães do concelho de Azurara da Beira e mesma Comarca. O pai é Doutor, e para lá de ter o hábito de Cristo, serve de Juiz de Fora do nível do Porto. Os avós paternos eram da governança de Oliveira do Conde e sustentavam-se da sua fazenda com criados e bestas. O avô paterno era familiar do Santo Ofício. O avô materno era Doutor e Desembargador, e para lá de Corregedor de Coimbra, serviu de Juiz de Fora de Azurara da Beira em que casou com a avó materna. O habilitante é, à data de Dezembro de 1756, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco (Bacharel), natural de Portel, filho de Miguel Caldeira Lopes Artur (ou Miguel Lopes Caldeira e Artur) e de Maria Rita de Pina Castelo Branco, neto paterno de Manuel Lopes Caldeira e D. Brásia Gonçalves Artur, e neto materno de Francisco de Abreu de Pina e Maria Ribeira.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 14 de Março de 1758); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Fevereiro de 1768); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1783), **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Janeiro de 1791); **Deputado da Junta de Administração do tabaco** (alvará de um lugar de 29 de Novembro de 1799); **Corregedor do crime da Corte e Casa** (carta do lugar de 21 de Julho de 1801); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta do lugar de Conselho da Fazenda de 22 de Maio de 1802), carta do título do Conselho (25 de Maio de 1802). Recebeu provisão para casar com D. Maria de Simas Velez Castelo Branco (16 de Janeiro de 1778), provisão para sub-rogar umas casas em Portel e outras propriedades das capelas de Montalvão por um quinhão da herdade da Asseiceirinha (7 de Dezembro de 1780), provisão para a Câmara de Arronches lhe aforar o baldio denominado dos Medronhos (20 de Maio de 1785), alvará de uma sobrevivência na administração da capela que instituiu Bartolomeu Franco (16 de Fevereiro de 1788), carta de administração de capela instituída em Portalegre por Bartolomeu Franco, presbítero secular (4 de Agosto de 1788), provisão para sub-rogar com Francisco José Limpo Toscano e Vasconcelos as courelas de que tratam (26 de Março de 1791), carta de arrematação da herdade do Pego Escuro sita no termo de Fronteira (13 de Agosto de 1793), provisão para expulsar Francisco Xavier Godinho da herdade do Pego Escuro sita no termo de Fronteira (13 de Dezembro de 1793),

provisão de licença para tomar de aforamento a João Garcez Palha Lobo de Almeida uns terrenos que administra do morgado nos subúrbios de Arronches (5 de Novembro de 1794), provisão para a Câmara de Arronches lhe dar de aforamento o terreno de que trata (5 de Setembro de 1798), provisão de licença para fazer arrendamento dos bens de vínculo de que trata na vila de Portel (2 de Julho de 1798), provisão de licença para poder vender o quinhão que possuía o cabido da Sé de Portalegre na herdade da Fialha termo de Arronches debaixo das condições de que trata (30 de Abril de 1799), provisão de licença para se lhe venderem os bens da capela instituída pelo padre Martim Fernandes Prezado a favor da colegiada de Arronches (28 de Janeiro de 1800), provisão para a D. Isabel Luísa de Sousa Barreto administrar a casa do seu filho Rodrigo José de Albuquerque Barradas Caldeira Castelo Branco (15 de Setembro de 1800), provisão para o Juiz de Fora de Monforte regular a administração da casa do seu genro Rodrigo José de Albuquerque (18 de Setembro de 1800), provisão a D. Manuel Henriques Romo de Sousa Tavares para expulsar o dito da herdade da Soeira (21 de Outubro de 1800), provisão para expulsar José Nunes da herdade da Marroteira (24 de Dezembro de 1800), alvará de fidalgo cavaleiro (22 de Setembro de 1801), e provisão para conhecimento de causa (9 de Novembro de 1802).

Observações: Recebeu certidão negativa a 24 de Julho de 1805 com 70 anos de idade. O pai é natural da vila de Arês. A mãe e avó materna são naturais de Arraiolos. O avó paterno é natural de Aldeia da Mata. A avó paterna é natural do termo do Crato. O avó materno é natural de Portel. O pai era bacharel formado em leis e bom estudante. A mãe tinha irmãos habilitados. O avó paterno era lavrador abastado e capitão da ordenança, provavelmente de Arês. O avó materno era reverendo e foi cura e reitor em Arraiolos. O habilitante é, à data de Outubro de 1751, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel Cirne de Faria (Bacharel).

Foi **Ouvidor-Geral do crime do Estado da Índia** (carta de 14 de Março de 1641); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Março de 1641); **Procurador da Coroa e Fazenda do Estado de Goa** (carta de 13 de Março de 1645).

Miguel da Costa Sobrinho (Bacharel; Licenciado em 1656), natural do termo de Vila Nova perto da vila de Alvito, filho de Lourenço Lopes e de Maria Vaz Sobrinha, neto paterno de Brás Delicado e Margarida Lopes, e neto materno de Francisco Vaz e Ana Rodrigues.

Foi **Corregedor de Viana** (carta); **Corregedor da Comarca do Porto** (carta); **Provedor do Porto** (al-

vará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará para tomar posse de cargo por procurador. Recebeu carta de padrão de tença de 48\$000 réis (9 de Outubro de 1694), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (13 de Outubro de 1694), alvará de licença, e alvará de aposentado.

Observações: O pai e avós parece serem naturais de Vila Nova junto à vila de Alvito. Os avós maternos, e provavelmente a mãe são naturais de Alvito. Os pais e avós paternos eram lavradores honrados e abastados, com criados, cavalos, e negros, que moravam em herdade própria no termo de Vila Nova. Os avós maternos eram dos mais autorizados de Alvito. A mãe tinha um irmão, chamado Jorge Rodrigues Sobrinho, que era licenciado e prior de Beringel. O habilitante é, à data de Dezembro de 1662, casado. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel Dourado de Mariz (Bacharel; Licenciado), natural de Bragança, filho de Francisco Dourado e de Maria de Figueiredo, neto paterno de Estevão Dourado e Maria de Mariz, e neto materno de João ou Jerónimo de Figueiredo e Catarina de Brito Mascarenhas.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (alvará de 140\$000 réis de ordenado cada ano com o cargo de 18 de Outubro de 1641), carta de Desembargador do Porto (21 de Janeiro de 1642). Recebeu alvará de Abade dos coutos de Alcoçaba e Prior do Crato (19 de Julho de 1641), alvará de aforamento de alagoa, e alvará de ordenado.

Observações: Os avós paternos são naturais de Bragança, e tal como os pais aí moraram. Os avós maternos são naturais de Coimbra, e aí moraram. Os pais e avós paternos são da principal gente da Comarca de Bragança. O avó materno era licenciado e serviu em Coimbra de Juiz pela ordenação e de Vereador. Os avós maternos eram nobres e cidadãos de Coimbra. O habilitante é, à data de Março de 1630, casado com uma filha de Aires de Morais da vila de Vinhais. O habilitante é estudante suficiente.

Miguel Fernandes de Andrade (Licenciado e Doutor em leis de 1673 para 1674), também *Miguel Andrade Fernandes*, natural da freguesia de Almonde do termo de Viana, filho de Pedro Fernandes e de Maria Gonçalves, neto paterno de Francisco Gonçalves e Clara Domingues, e neto materno de Paio Gonçalves e Isabel Afonso.

Foi **Ouvidor da Universidade de Coimbra** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta), alvará de Desembargador honorário do Desembargo do Paço (12 de Janeiro de 1704); **Conselheiro**

(carta de Conselho de 21 de Maio de 1704); **Juiz das Coutadas do Reino** (carta de 22 de Abril de 1711). Recebeu alvará para tomar posse de cargo por procurador, carta de Jubilado em leis, alvará para haver certo emolumento, carta de fidalgo (8 de Maio de 1704), alvará para seu filho António Brandão de 70 até 100\$000 réis (21 de Novembro de 1704), alvará de administração vitalícia para seu filho António Brandão de Andrade de um olival casas junto à Fonte do Bispo no termo de Coimbra (9 de Janeiro de 1710), alvará de lembrança de uma Alcaidaria-mor do lote de 30\$000 réis para seu filho António Brandão de Andrade (22 de Junho de 1713), e alvará de administração da capela de Santa Maria de Mileu no bispado da Guarda para seu filho António Brandão de Andrade (30 de Outubro de 1714).

Observações: O pai era padre, e perfilhou o habilitante depois deste ter sido criado pela mãe solteira. Os avós maternos eram também eles padre e mulher solteira. A mãe e avó materna são naturais de Vila Verde da freguesia de Riba de Âncora. O avó paterno é natural da freguesia de Riba de Âncora do termo de Caminha. A avó paterna é natural de Lanhelas, e morou com o avó paterno na freguesia natal deste. Ouvia uma testemunha dizer ao seu pai que o avó materno morava na freguesia de Moreira do termo de Monção, e daí partiu para as partes de Caminha, onde foi clérigo e pároco na igreja Velha. O pai era abade da freguesia de Amonde do termo de Viana. Os avós paternos viviam da sua fazenda, tal como a avó materna. O habilitante tem um irmão clérigo também ele perfilhado pelo dito abade. O habilitante é, à data de Abril de 1677, solteiro. O habilitante é muito bom estudante (LB). Era Colegial do Colégio de São Paulo e lente de Prima de leis da Universidade de Coimbra (MM).

Miguel de Figueiredo de Abreu (Licenciado em cânones), natural de Besteiros da Comarca de Viseu, filho de Manuel de Figueiredo e Abreu e de Maria da Cruz da Veiga, neto paterno de Pedro de Figueiredo e Antónia de Abreu, e neto materno de Manuel Rodrigues da Veiga e Antónia Lopes de Figueiredo.

Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (carta de 18 de Outubro de 1684); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (carta); **Corregedor da Guarda** (carta); **Superintendente do tabaco da Província da Beira** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Agosto de 1709); **Conservador da Nação Inglesa do Porto** (alvará de 15 de Maio de 1713); **Juiz da Coroa da Relação do Porto** (carta de 3 de Maio de 1715). Recebeu alvará de licença para casar, alvará de sub-rogação de bens de capela, e alvará de licença por quatro meses (3 de Abril de 1713); alvará de mercê de Escrivão do Público Judicial e Notas, órfãos, Câmara e Almotaçaria do concelho de Mourão (3 de Novembro de 1707), e alvará para renunciar o

ofício de Escrivão do Público Judicial Notas e Câmara do concelho de Mourão (15 de Outubro de 1709).

Observações: O pai e avós paternos são provavelmente naturais de Besteiros, e com a mãe moraram e moram na freguesia de Tonda. Os avós maternos, e provavelmente a mãe, são naturais de Viseu, morando aqui os primeiros. O pai é proprietário de todos os ofícios do concelho de Mouraz, exercendo actualmente o de Escrivão do Público Judicial e Notas. O avó paterno foi proprietário do cargo de Escrivão ou Tabelião do Público Judicial e Notas do concelho de Besteiros, que exerceu até morrer, sendo ao presente servido pelo genro Manuel Pessoa de Andrade. Os pais e avós foram das principais famílias da Comarca de Viseu. O pai teve um irmão que foi abade de Santa Eulália. A mãe teve um irmão letrado, chamado Domingos Rodrigues da Veiga, que foi abade da Lagiosa e promotor eclesiástico. O habilitante é, à data de Dezembro de 1682, solteiro e mora à data de Maio de 1684 em Tonda. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel José Vienne (Bacharel), nascido em 1709, natural de Lisboa, filho de Bartolomeu José Viene e de Teresa Maria do Ó.

Foi **Juiz de Fora de Borba** (1737); **Ouvidor de Mazagão** (carta de 12 de Setembro de 1744); **Corregedor do Bairro do Rossio** (carta de 23 de Fevereiro de 1750); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 5 de Abril de 1752).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 6 de Maio de 1745 (HOC).

Miguel Lopes Caldeira e Artur (Bacharel), nascido em 1703, natural de Arcas em Portalegre, filho de Manuel Lopes Caldeira e de Brásia Gonçalves Artur.

Foi **Juiz de Fora de Arraiolos** (1729); **Juiz de Fora de Serpa** (1732); **Juiz de Fora de Tomar** (carta de 6 de Maio de 1739); **Provedor do Porto** (carta de 18 de Maio de 1747); **Provedor de Évora** com beca (carta de 13 de Março de 1755); **Desembargador da Relação do Porto** aposentado (12 de Fevereiro de 1765). Recebeu carta de mercê de um dos lugares de Advogado do Número da Casa da Suplicação (28 de Novembro de 1732), alvará de administração de capela a seu filho Miguel Carlos (14 de Fevereiro de 1739), e provisão para vestir beca (13 de Março de 1755).

Miguel Manso Preto (Bacharel em cânones de 1680 para 1681; Licenciado), nascido em 1658 ou 1659, natural da vila de Redinha na Comarca de Leiria, filho de António Rodrigues Preto e de Ana Mansa, neto paterno de António João e Antónia Rodrigues, e neto materno de Manuel Lopes Leão e Maria Mansa.

Foi **Ouvidor da Baía** (carta de carta de 17 de Abril de 1702); **Provedor dos defuntos e ausentes da Baía** (alvará); **Juiz dos órfãos de Faro** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 25 de Setembro de 1717); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 25 de Setembro de 1718); **Conservador da Nação Holandesa no Porto** (alvará de 10 de Janeiro de 1726); **Juiz da Coroa e Chancelaria da Relação do Porto** (carta de mercê do cargo de 4 de Dezembro de 1727). Recebeu provisão para que poder levar 400\$000 réis pelo trabalho do inventário e partilhas de que trata (27 de Janeiro de 1707), carta de padrão de 28\$000 réis de tença em sua vida (17 de Outubro de 1719), e carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (23 de Outubro de 1719). **Observações:** O pai e avós maternos moraram na vila de Redinha, sendo que os últimos nasceram aí. Os avós paternos moraram no lugar de Vale de Nabal do termo da vila de Soure. A mãe mora na vila de Redinha. O pai era padre frei. Os pais e avós viveram sempre limpa e abastadamente por sua fazenda tratando-se com criados. O habilitante é, à data de Junho de 1688, solteiro e mora à data de Novembro de 1689 em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel Monteiro Bravo (Licenciado em cânones), nascido em 1667 ou 1668, natural de Guimarães, filho de Leão Gonçalves Bravo e de Francisca Luís, neto paterno de Sebastião Gonçalves Carneiro e Margarida Francisca, e neto materno de João Luís e Catarina Antunes. Foi **Juiz de Fora de Penamacor** por três anos (carta de 19 de Novembro de 1693); **Provedor da Fazenda da Capitania do Grão Pará** (provisão para que sirva de 2 de Outubro de 1700); **Provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes do Grão Pará** (provisão do ofício de 17 de Novembro de 1700), **Provedor da Real Fazenda do Pará** (alvará); **Ouvidor-Geral do Pará** (carta de 18 de Novembro de 1700); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 15 de Fevereiro de 1710), alvará de 80\$000 réis de ajuda de custo ao embarcar para a Índia (19 de Fevereiro de 1710); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar de 16 de Novembro de 1717); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de mercê do lugar de 17 de Junho de 1727). Recebeu padrão de 35\$000 réis de tença a seu filho José António Bravo Monteiro (23 de Setembro de 1710), padrão de 35\$000 réis de tença a sua mulher D. Tomásia (23 de Setembro de 1710), e provisão de licença para poder comprar as casas de que faz menção (18 de Março de 1721).

Observações: Os pais são naturais do arcebispado de Braga. Os avós paternos são naturais do lugar de Veade do concelho de Celorico de Basto, e aí moraram. O avô materno é natural do lugar de Caselhos da freguesia de

S. Martinho do Campo do termo de Lanhoso. A avó materna é natural da freguesia de S. Salvador de Louredo do termo de Lanhoso. O pai era reverendo e padre, e foi meio cônego da Real Colegiada de Guimarães e depois abade de Ferreiros no termo de Lamego. A mãe e avô materna eram solteiras. Os avós paternos viviam das suas fazendas que trabalhavam por si e pelos seus criados. O avô materno viveu antes de se ausentar de uma fazenda com a ajuda de filhos e criados. O habilitante é, à data de Março de 1693, tido por solteiro e mora à mesma data em Lisboa na Betesga. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Miguel Nunes de Mesquita (Bacharel), nascido em 1647, natural de Covas na Guarda, filho de Domingos Nunes e de Águeda de Mesquita. Foi **Desembargador da Relação de Goa** (1677); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Maio de 1685); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 9 de Novembro de 1697). Recebeu provisão para ter gado, carta de viagem de Goa a Moçambique, carta da Capitania de Goa, carta da Capitania de Diu, carta da Capitania de Chaul, carta da Capitania de Baçaim, alvará e verba de renúncia de cargo, alvará de ordenado, alvará sobre entrega de dinheiro de renúncia de cargo, e padrão de 100\$000 réis de juro (28 de Junho de 1707).

Observações: Foi sua mulher D. Josefa Maria Rebelo. Terá recusado a nomeação para Goa mas, sendo riscado do serviço por resolução de 14 de Março de 1676, acabou por aceitar e viajar para a Índia em Abril de 1677 (MM).

Miguel de Oliveira Guimarães e Castro (Bacharel), também *Miguel de Oliveira Guimarães*, natural de Vila Viçosa, filho de Filipe de Oliveira Guimarães.

Foi **Ouvidor da Comarca de Vila Viçosa** (provisão para vestir beca com o lugar de 18 de Julho de 1751); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de reconduzido no lugar de Ouvidor de Vila Viçosa fazendo o de Desembargador da Relação do Porto de 30 de Agosto de 1753), provisão para tomar posse por seu procurador do lugar de Desembargador da Relação do Porto (30 de Agosto de 1753); **Desembargador suplente da Casa da Suplicação** conservando-se no lugar de Ouvidor de Vila Viçosa (carta de 25 de Janeiro de 1765), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria e tomar posse do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (25 de Janeiro de 1765), carta de privilégio de Desembargador (22 de Maio de 1783); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de lugar de 24 de Janeiro de 1778). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito pela renúncia de João da Costa Feio (13 de Abril de 1742), e carta para ser provido do hábito (26 de Setembro de 1751).

Observações: Recebeu certidão negativa a 20 de Março de 1817 (RGM).

Miguel Pereira de Barros (Bacharel).

Foi **Ouvidor da Comarca de Bragança** com predicação de primeiro banco (alvará de 19 de Fevereiro de 1788), alvará de licença para vestir beca honorária (17 de Outubro de 1788); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Julho de 1791); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Janeiro de 1802); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 26 de Maio de 1804); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** com exercício de Corregedor do crime da Corte (carta de 7 de Janeiro de 1805). Recebeu carta de profissão de hábito (20 de Julho de 1802).

Miguel Pereira Pinto (Bacharel), natural de Vila Real, filho de José Caetano Teixeira Magalhães e Lacerda (ou José Caetano Teixeira de Lacerda). Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta de 9 de Novembro de 1764); **Ouvidor da Capitania de Mato Grosso** (carta de 19 de Outubro de 1767); **Provedor dos defuntos e ausentes** no mesmo distrito (alvará de 24 de Outubro de 1767); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de lugar de 2 de Março de 1784), carta (20 de Março de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Fevereiro de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de aposentadoria num lugar de 9 de Julho de 1801), alvará de aposentado nos Agravos da Casa da Suplicação (9 de Julho de 1801). Recebeu carta de propriedade de ofício (27 de Setembro de 1755), carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (18 de Abril de 1777), e 30\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (18 de Abril de 1777).

Observações: Recebeu certidão negativa a 13 de Novembro de 1805 (RGM).

Miguel Pinheiro de Brito (Licenciado).

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias de Lisboa** por três anos (carta de 24 de Novembro de 1642); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Setembro de 1648); **Juiz dos Feitos da Coroa e Chancelaria da Relação do Porto** (carta de 24 de Maio de 1653); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Fevereiro de 1654); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 12 de Abril de 1663). Recebeu alvará para que possa aforar enfiteuses courelas de vinha (20 de Novembro de 1643), e alvará de dois alqueires de sementeira e dez ou doze pés de oliveira (15 de Março de 1645).

Miguel Pinheiro Correia (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Maio de 1668).

Miguel Ribeiro da Cruz (Bacharel em leis), nascido em 1712 ou 1713, natural de Faro, filho de Salvador Rodrigues e de Maria da Conceição, neto paterno de Baltasar Martins e Maria dos Santos, e neto materno de António João e Guiomar Gil.

Foi **Juiz de Fora de Óbidos** (carta de **Juiz de Fora de Peniche e Atouguia** de 12 de Novembro de 1759), alvará de ordenado de 106\$666 réis como Juiz de Fora de Peniche (1 de Abril de 1762); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 15 de Abril de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Fevereiro de 1776); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Dezembro de 1783). Recebeu carta de padrão de tença de 30\$000 réis (23 de Junho de 1768), padrão de 18\$000 réis de tença (23 de Junho de 1768), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (20 de Julho de 1768).

Observações: Os pais e avós são naturais de Faro e aí moraram. O pai navegava com prática e ciência na náutica em barcos longos para os portos de Cádiz, Gibraltar, Mazagão, Tânger, e Lisboa, e fazia levas de gente para o troço de Sua Majestade da Ribeira das Naus de que era cabo. O pai gozava de privilégios da nobreza, tal como outros marítimos do Algarve. O avô paterno navegava para os referidos portos com ciência e bom procedimento. O avô materno serviu na república de Faro, provavelmente de tanoeiro. O habilitante é, à data de Março de 1747, solteiro e mora sensivelmente à mesma data em Lisboa na Mouraria. O habilitante é bom estudante. A sua habilitação foi inicialmente reprovada pela mecânica de seu pai e avô paterno em Agosto de 1747, tendo aprovação em Março de 1748 (LB).

Miguel da Rosa Pimentel (Licenciado), natural de Mirandela, filho de Fernão Pimentel e de Antónia da Rosa, neto paterno de Francisco Pimentel e Filipa Lourença, e neto materno de Jorge de Lemos e Maria de Moraes.

Foi **Ouvidor-Geral do Maranhão** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 20 de Julho de 1710). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis efectivos cada ano num dos Almojarifados do Reino por conta dos 20\$000 réis com que foi respondido (20 de Novembro de 1687), carta de padrão de tença de 12\$000 réis efectivos cada ano num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo por conta dos 20\$000 réis com que foi respondido (20 de Março de 1688), e padrão de 8\$000 réis de tença.

Observações: Tem como irmãs Francisca da Rosa, Leonor de S. Miguel, e Joana da Graça. Os pais, e provavelmente os avós paternos, são naturais de Mirandela, sendo outra hipótese o lugar de Mascarenhas do termo dessa vila. Os avós maternos são naturais do lugar de Mascarenhas. O avó paterno era licenciado. O habilitante tem um irmão e três tios clérigos. O habilitante é, à data de Dezembro de 1667, solteiro (LB).

Miguel de Sequeira Castelo Branco (Bacharel em leis), nascido em 1653, natural da Covilhã, filho de Filipe Caldeira Castelo Branco e de Beatriz Machada, neto paterno de António Delgado da Costa e Antónia de Sequeira, e neto materno de Pero Vaz Fragoso e Maria Machada. Foi **Juiz de Fora de Vila Real** (depois de 1680); **Juiz de Fora de Tavira** (1686); **Ouvidor do Rio de Janeiro** (carta de 7 de Dezembro de 1689); **Juiz Conservador da Moeda no Rio de Janeiro** com 40\$000 réis de ordenado (alvará de 30 de Dezembro de 1689); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes do Rio de Janeiro** pelo mesmo tempo que servir de Ouvidor-Geral da Capitania (alvará de 4 de Janeiro de 1690); **Desembargador da Relação da Baía** (1696); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Julho de 1710). Recebeu alvará para tomar posse de Desembargador do Porto por procurador.

Observações: Os pais e avós são naturais da Covilhã e aí moraram. Os pais e avós são das principais pessoas da Covilhã e da governança da mesma. O habilitante mora, à data de Setembro de 1678, na Covilhã e é, à data de Janeiro de 1679, solteiro. O habilitante é estudante suficiente.

Miguel Serrão Dinis (Licenciado por exame privado em cânones), nascido em 1716 ou 1717, natural da freguesia de S. Julião de Frielas, filho de António Serrão Dinis e de D. Leonor Josefa Corsina, neto paterno de Francisco Serrão de Oliveira e D. Paulina Dinis, e neto materno de António Lopes Monteiro e Páscoa da Ressurreição.

Foi **Juiz de Fora de Alcácer do Sal** (carta de 14 de Fevereiro de 1744); **Corregedor de Almada** (carta de 5 de Janeiro de 1751); **Corregedor da Comarca de Setúbal** (carta de **Desembargador extraordinário da Relação do Porto** (27 de Abril de 1756), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador extraordinário da Relação do Porto (5 de Maio de 1756), carta de Desembargador da Relação do Porto (27 de Maio de 1756), alvará de 200\$000 réis de ordenado na alfândega de Lisboa com o lugar de Desembargador extraordinário da Relação do Porto (20 de Setembro de 1757); **Juiz Executor das dívidas das Alfândegas de Lisboa**

e da Junta de Administração do tabaco (alvará para servir os cargos vencendo o ordenado de Desembargador (2 de Maio de 1756), alvará de 90\$000 réis de ordenado de Juiz Executor das dívidas das Alfândegas de Lisboa (1 de Junho de 1756); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1764); **Chanceler da Relação da Baía** (carta de 23 de Outubro de 1767); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 23 de Outubro de 1767); **Deputado da Junta de Administração do tabaco** (alvará de 20 de Agosto de 1778). Recebeu carta de administração de capela (25 de Janeiro de 1751), carta de padrão de tença e hábito (18 de Agosto de 1751), e carta de padrão de tença (15 de Setembro de 1751).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da freguesia de S. Julião de Frielas e aí foram baptizados. A mãe é natural da freguesia de S. João da Praça de Lisboa e aí foi baptizada. O avó paterno é natural da freguesia da Sé de Lisboa e aí foi baptizado. O avó materno é natural do lugar de Amoreira do termo de Óbidos. A avó materna é natural da freguesia de S. Miguel de Alfama e aí foi baptizada. O pai faleceu com a patente de coronel de infantaria. A mãe, depois de casar em Lisboa com o pai, foi morar para Frielas e ainda aí mora. O avó paterno viveu sempre em Frielas e era cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Os pais e avós maternos viviam das suas fazendas. O avó materno ausentou-se quando rapaz da sua terra natal para Lisboa, e foi capitão de infantaria. O habilitante é, à data de Abril de 1742, solteiro e mora à data de Maio seguinte em Frielas. O habilitante é bom estudante (LB).

Miguel da Silva Pereira (Bacharel; Licenciado), natural de Lisboa, filho de André Pereira Temudo e de D. Fulgência da Silva, neto paterno de Simão Afonso e Filipa Pereira, e neto materno de Gaspar Ferreira e Leonísia Gomes.

Foi **Juiz de Fora de Viana da Foz do Lima** por tempo de três anos (carta de 28 de Abril de 1656); **Juiz de Fora dos órfãos de Santarém** (carta de 24 de Maio de 1660); **Provedor de Leiria** (alvará); **Provedor de Santarém** (alvará); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Outubro de 1670); **Corregedor do cível da Corte** (carta promovendo-o na vara do Corregedor de 15 de Setembro de 1676); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Novembro de 1679); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 16 de Setembro de 1687); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Junta do Comércio Geral** (carta); **Desembargador suplente do Desembargo do Paço** (carta de 23 de Setembro de 1691), alvará de 4\$000 réis anuais para uma escrivania (13 de Novembro de 1698), alvará aposentando-o no lugar de Desembargador do Desembargo do Paço (8 de Novembro de 1701).

Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (3 de Agosto de 1679), carta de pensão de 110\$000 réis cada ano nos rendimentos da comenda de Santa Maria de Serpa (21 de Junho de 1688), carta de padrão de tença de 20\$000 réis efectiva num dos Almojarifados do Reino para sua sobrinha D. Rosa Maria da Silva (11 de Novembro de 1695), carta de padrão de tença de 20\$000 réis efectiva num dos Almojarifados do Reino para sua sobrinha D. Antónia Maria Velada (11 de Novembro de 1695), carta de padrão de tença de 20\$000 réis efectiva num dos Almojarifados do Reino para sua sobrinha D. Maria Brites da Silva (11 de Novembro de 1695), alvará de fidalgo cavaleiro com 2\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (3 de Outubro de 1698), carta de padrão de tença de 40\$000 réis efectivos cada ano em sua vida num dos Almojarifados do Reino por renúncia de seu tio Miguel da Silva Pereira (7 de Janeiro de 1702), alvará de aposentado, padrão de 58\$000 réis de tença, alvará de propina, padrão de 40\$000 réis de tença, e carta de Feitor da Mesa dos Azeites de Lisboa.

Observações: Foi irmão do Desembargador Gaspar Ferreira da Silva. O pai e talvez os avós paternos são naturais de Amieira do termo do Crato. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O pai foi governador do Rio Grande no estado de Pernambuco e terá falecido nesse posto. A mãe está casada com o tenente da torre de Belém Jacinto de Siqueira. Os avós paternos eram da governança de Amieira. Os avós maternos moravam no bairro dos Anjos, e vivendo por sua fazenda, tratavam-se com criados, cavalos, e escravos. O habilitante é, à data de Maio de 1655, solteiro e mora em Lisboa na companhia da mãe e padrastró. O habilitante é cavaleiro do hábito de Cristo (LB).

Miguel Teodoro Mourão Pinheiro (Bacharel em leis em Julho de 1801), nascido em 1777 ou 1778, natural de Lisboa, filho de João Carlos Mourão Pinheiro e de D. Clara Rosa de Leão. Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de um lugar fazendo outro vínculo de um lugar de **Desembargador da Casa da Suplicação** de 16 de Abril de 1807).

Miguel Teotónio dos Reis Rocha (Bacharel em leis), nascido em 1741 ou 1742, natural de Évora, filho de Alberto dos Reis Rocha e de D. Ana Joaquina Clara de Oliveira, neto paterno de Gaspar dos Reis e Joana da Rocha, e neto materno de José Gomes e Josefa Maria da Encarnação.

Foi **Ouvidor da Comarca de Avis** (carta do lugar de 30 de Agosto de 1782), provisão de licença de dois meses (8 de Agosto de 1783); **Provedor da Comarca de Évora** (carta de 19 de Novembro de 1792), pro-

visão de beca honorária (11 de Dezembro de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Agosto de 1802). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (16 de Março de 1779), e carta de padrão de tença anual de 8\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (24 de Abril de 1779).

Observações: Os pais e avós são naturais de Évora. O pai é actualmente ajudante pago das ordenanças da Comarca de Évora e vive da sua fazenda. O pai vive também do negócio de madeira e ferro que manda vir do estrangeiro em navios por sua conta e risco, vendendo aqueles produtos pelo grosso para a Província do Alentejo através dos seus armazéns e caixeiros que neles assistem. O avó materno manteve negócio em ferro que vendia pelo grosso e vivia das suas fazendas tratando-se de capa e volta. O avó paterno fez inicialmente negócio em partidas de solas que comprava e vendia pelo grosso, e acabou por viver apenas da sua fazenda. O habilitante tomou ordens menores. O habilitante é, entre Fevereiro e Março de 1767, morador em Évora e solteiro. O habilitante tem informações de bom estudante (LB).

Miguel do Vale (Bacharel em cânones de 1658 para 1659), natural de Lisboa, filho de Miguel do Vale e de Isabel Álvares, neto paterno de Belchior Gonçalves e Maria Rodrigues, e neto materno de Agostinho Rodrigues e Maria Álvares.

Foi **Juiz de Fora do Alandroal** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará). Recebeu alvará de mercê de propriedade de ofício (11 de Janeiro de 1752).

Observações: O pai avós paternos e provavelmente o avó materno são naturais de Abrantes. A mãe e provavelmente a avó materna são naturais de Alcochete. O pai enquanto esteve em Abrantes foi tratante fazendo trânsito de mercadorias entre essa vila e Castela, e uma vez em Lisboa, onde mora com a mãe e habilitando estabeleceu-se com loja de mercaria no Arco dos Pregos. A mãe é meia-irmã do beneficiado das igrejas de Alcochete, Luís Mendes de Oliveira, que nasceu de um segundo casamento do avó materno. Os pais moraram em Abrantes na freguesia de S. João Baptista. O avó paterno foi alfaiate em Abrantes, passando a partidador dos órfãos na mesma vila. A avó paterna parece que era tecedeira. O avó materno era médico graduado pela Universidade de Coimbra e curou em Abrantes e Alcochete, onde morreu. O habilitante é, à data de Abril de 1661, solteiro. O habilitante residiu na Universidade de Coimbra de Novembro de 1663 até Julho de 1664, e para além de ter lido seis meses no curso de leitura, ostentou por três vezes a cadeira de cânones que vagou no ano de 1664 (LB).

Miguel Zuzarte de Azevedo (Doutor), também **Miguel Zuzarte da Fonseca de Azevedo**, filho de André Velês da Fonseca.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1648); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Outubro de 1652); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1656); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 13 de Dezembro de 1660); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 12 de Abril de 1664), alvará para que tenha com o cargo de Conselheiro do Conselho Ultramarino 300\$000 réis de ordenado (5 de Maio de 1664), alvará para haver 300\$000 réis de mantimento cada ano com a aposentadoria no Conselho Ultramarino (18 de Abril de 1668). Recebeu alvará de promessa de um forno em Setúbal da Ordem de Santiago do rendimento de 100\$000 réis que tinha sido prometido a seu pai (9 de Março de 1644), apostila declarando que a mercê que tinha sido feita por alvará de 9 de Março de 1644 da promessa de um forno em Setúbal do lote de 100\$000 réis pertencente à Ordem de Santiago tivesse efeito em outra tanta renda em bens da Ordem de Cristo (2 de Maio de 1648), verba de se lhe haver passado apostila declarando que a mercê da renda que tinha na Ordem de Santiago por alvará de 9 de Março de 1644 se verificasse em bens da Ordem de Cristo (23 de Junho de 1648), carta de padrão de 60\$000 réis de renda (24 de Dezembro de 1654), e alvará de ordenado.

Observações: Foi Fidalgo da Casa Real (RGM).

Nicolau de Almeida Mascarenhas (Bacharel), nascido em 1669 ou 1670, natural de Vila de Trovões do concelho de S. João da Pesqueira, filho de Manuel da Fonseca de Almeida e de D. Maria Mascarenhas, neto paterno de Gaspar de Anciães da Fonseca e Isabel Caiada de Almeida, e neto materno de António Gracia Mascarenhas e Ana Marques.

Foi **Juiz de Fora de Vila Real** (c. 1699); **Juiz de Fora de Coimbra** (c. 1705); **Corregedor da Comarca de Lamego** por três anos (carta de 10 de Outubro de 1708); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca da Guarda** por três anos (alvará de 5 de Outubro de 1714); **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** (carta de serventia do cargo de 24 de Agosto de 1721); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de 23 de Junho de 1725); **Ouvidor do crime da Relação do Porto** (carta de mercê de 26 de Agosto de 1727). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (22 de Outubro de 1723).

Observações: Os avós paternos e, provavelmente, o pai são naturais da vila de Trovões. A mãe e avó materna são

naturais de Folhosa do actual concelho de Seia. O avô materno é natural de Ervedal do actual concelho de Oliveira do Hospital. Os avós paternos eram dos principais de Trevões. Os avós maternos viviam das suas fazendas. O pai do avô materno chamava-se Marcos Gracia. O habilitante é, à data de Junho de 1698, solteiro e mora à data de Agosto do referido ano em Trovões (LB).

Nicolau de Brito Cardoso (Doutor), também *Nicolau Cardoso de Brito*, natural de Santarém, filho de Baltasar Cardoso e de Luísa de Brito.

Foi **Juiz de Fora de Niza** (carta de 21 de Janeiro de 1626); **Juiz de Fora de Tomar** (c. 1634); **Juiz do fisco de Évora**; **Juiz do fisco de Coimbra**; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Dezembro de 1651); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 13 de Maio de 1653); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Março de 1657). Recebeu alvará de Desembargador com beca (30 de Abril de 1641), alvará de pensão de 40\$000 réis (4 de Dezembro de 1665).

Nicolau Dias Tinoco (Doutor).

Foi **Corregedor da alfândega desta cidade [Porto?]** (carta de 4 de Dezembro de 1642); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 14 de Maio de 1648), alvará para tomar posse do Desembargo do Porto por seu procurador (13 de Agosto de 1648), carta de Desembargador (14 de Dezembro de 1650); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 25 de Setembro de 1652).

Observações: Foi Procurador da Casa da Fazenda da Rainha (RGM).

Nicolau Joaquim de Miranda e Silva e Alarcão (Doutor), também *Nicolau de Miranda Silva e Alarcão*, também *Nicolau Joaquim de Miranda e Silva*, natural de Lisboa, filho de António Gomes da Silva de Alarcão.

Foi **Juiz de Fora de Estremoz** (carta de 30 de Julho de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 7 de Fevereiro de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1794); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Dezembro de 1799); **Conselheiro do Ultramar** (carta de 11 de Novembro de 1801), carta de título de Conselheiro (14 de Novembro de 1801).

Observações: Existe uma certidão negativa, datada de 5 de Julho de 1805, quando tinha 58 anos de idade (RGM).

Nicolau Pereira de Castro (Bacharel), natural de Monção.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1645); **Chanceler da Relação de Goa** (carta de 6 de Fevereiro de 1647). Recebeu portaria para que se pratique a seu respeito o que se tem praticado com os demais chanceleres (25 de Fevereiro de 1649).

Nicolau de Torres Cordeiro (Doutor), também *Nicolau da Torre Cardoso*, natural de Torres Vedras, filho de Valentim de Torres e de Isabel Cordeiro da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (carta); **Corregedor do crime do Bairro de S. Paulo** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (c. 1689), alvará de licença para vir à Corte, alvará de mercê de beca; **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Março de 1689); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador honorário dos Agravos da Casa da Suplicação** (alvará de 20 de Janeiro de 1707); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Junta do Comércio Geral e Juiz Conservador Privativo** com 300\$000 réis de ordenado cada ano (carta de 30 de Agosto de 1707). Recebeu alvará de sub-rogação de bens de capela.

Observações: Os pais e avós parece serem naturais do couto de Arazede ou da própria povoação de Arazede da Comarca de Coimbra. Os pais e avós eram dos principais dessa terra. O habilitante é, à data de Março de 1741, solteiro. O habilitante é colegial do Colégio de S. Paulo e lente de leis na Universidade de Coimbra (LB).

Nuno de Faria e Mata de Amorim Coelho Castelo Branco (Bacharel), também *Nuno de Faria da Mota*, também *Nuno de Faria da Mota e Amorim*, filho de António José de Faria e Mota e de Maria Micaela da Cunha Brandão Castelo Branco.

Foi **Juiz do crime do Porto** (carta de 10 de Março de 1785); **Provedor da Comarca de Aveiro** (carta de 7 de Junho de 1790); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 20 de Março de 1800), provisão de beca honorária (23 de Junho de 1801), alvará para poder apresentar a justificação de serviços que tem (22 de Janeiro de 1802); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Agosto de 1806), provisão de dispensa para prestar juramento por procurador (12 de Agosto de 1806). Recebeu provisão de extinção do encargo que tinha herdado dos Amorins no distrito de Olivença da Comarca de Elvas imposto por Francisco de Amorim (11 de Novembro de 1797), e alvará dispensando o Capítulo 7.º do *Regimento das Mercês* (22 de Janeiro de 1802).

Nuno Mendes Barreto (Doutor), natural do Couto de Arazede, filho de Tomé Mendes de Barbuda e de Maria Mendes Barreto.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Maio de 1741); **Desembargador Supranumérico da Relação do Porto** (carta de 15 de Junho de 1741); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 21 de Janeiro de 1751), provisão para estar ausente do dito lugar (13 de Outubro de 1752); **Juiz da Coroa da Relação do Porto** (carta de 12 de Fevereiro de 1755), provisão para jurar por procurador na Chancelaria para servir o dito lugar (22 de Fevereiro de 1755), provisão para estar ausente do dito lugar (27 de Julho de 1756), provisão para conhecimento do inventário (17 de Outubro de 1758), provisão para estar ausente do sobredito lugar (20 de Outubro de 1758), alvará de aposentado num lugar da Relação do Porto (9 de Março de 1765), alvará para que tenha como aposentado 200\$000 réis (13 de Maio de 1765). Recebeu carta de legitimação de sua filha D. Rita Joaquina Mendes Barreto (6 de Abril de 1760).

Observações: Os pais e avós são naturais do couto de Arazede e sua vizinhança do círculo de Coimbra e aí moraram. Os pais e avós eram dos principais do couto de Arazede. O habilitante é, à data de Março de 1741, solteiro. O habilitante é colegial do colégio de S. Paulo e lente de leis (LB).

Pantaleão Rodrigues Pacheco (Doutor).

Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** (alvará de 12 de Setembro de 1650).

Observações: Foi Conselheiro-Geral do Santo Ofício e Bispo eleito de Elvas (RGM).

Pantaleão de Sousa (Licenciado).

Foi **Contador da Relação do Porto** (carta de 30 de Janeiro de 1642), carta de licença para renunciar o ofício de Contador da Relação do Porto num seu filho ou filha (11 de Junho de 1657); **Corregedor da Comarca de Viseu** por tempo de três anos (carta de 26 de Março de 1646); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Tomar** (alvará de 27 de Julho de 1651); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 12 de Julho de 1657), alvará de nomeação de ofício; **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1661).

Pascoal de Abrantes Madeira (Bacharel em cânones), também *Pascoal de Abranches Madeira*, também *Pascoal de Abrantes Madeira Fernandes*, nascido em 1712 ou 1713, natural de Lagos da Beira, filho de António de Abranches

Madeira e de Maria Nunes, neto paterno de Pascoal Fernandes e Isabel Abranches, e neto materno de Manuel Nunes e Ana Domingues. Foi **Juiz dos órfãos do Reino de Angola** (provisão de 3 de Fevereiro de 1744); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos de Angola** (alvará de serventia do ofício de 4 de Fevereiro de 1744); **Juiz de Fora de S. Paulo da Assunção de Angola** (carta de 6 de Maio de 1744); **Ouidor-Geral do Pará fazendo o lugar da Relação da Baía com acesso à Relação do Porto** e logo vestiu a beca (carta de 7 de Junho de 1756), carta de beca honorária (7 de Julho de 1756); **Provedor da Comarca de Coimbra** (alvará de 27 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto e Corregedor do crime da primeira Vara** do Porto (carta de 11 de Dezembro de 1778). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (20 de Setembro de 1756).

Observações: Os pais e avós são naturais da vila de Lagos da Beira do actual concelho de Oliveira do Hospital e aí moraram. Os pais e avós eram lavradores que viviam das suas fazendas e serviram de juizes e mais cargos da república da dita vila. O habilitante tinha primos e parentes que foram familiares do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Maio de 1737, solteiro e morador em Lisboa a S. Jorge (LB).

Pascoal Ferreira de Veras (Bacharel em cânones; Licenciado), também *Pascoal Terceira de Veras*, também *Pascoal Ferreira de Veras*, nascido em 1686, natural da freguesia de Nossa Senhora da Vitória na cidade do Porto, filho de Domingos Ferreira de Veras e de Maria dos Reis, neto paterno de Domingos Afonso e Antónia Gonçalves, e neto paterno de Pascoal da Costa e Isabel Coelho.

Foi **Ouidor-Geral da Capitania do Espírito Santo** (carta de 9 de Maio de 1739); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Capitania do Espírito Santo** e suas anexas (alvará de serventia de 6 de Abril de 1740), provisão de Provedor da Fazenda Real da capitania do Espírito Santo por três anos (22 de Novembro de 1740), provisão para poder advogar as causas principiadas pertencentes à capitania do Espírito Santo (12 de Dezembro de 1740); **Desembargador da Baía** (carta de 23 de Julho de 1745), carta de Desembargador da Relação da Baía por tempo de três anos (27 de Julho de 1745), provisão de licença para poder jurar por seu procurador na Chancelaria (29 de Julho de 1745); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Agosto de 1753), alvará de aposentadoria no lugar de Desembargador da Relação do Porto (12 de Dezembro de 1759), alvará de ordem de 200\$000

réis no lugar de Desembargador da Relação do Porto (15 de Fevereiro de 1760).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da freguesia de S. Tomé de Parada do Gerês do termo de Montalegre. A mãe é natural da freguesia de Nossa Senhora da Vitória da cidade do Porto. O avô materno é natural da freguesia de Santa Eulália de Rio de Moinhos do termo de Arcos de Valdevez. A avó materna é natural da freguesia de Nossa Senhora de Monserrate de Viana do Castelo. O pai, enquanto esteve na sua terra natal, viveu juntamente com os avós paternos das suas lavouras e bens. O avô materno foi de pouca idade da sua terra natal para o Porto, onde casou e viveu da dependência dos seus bens. A avó materna era conhecida em Viana por viver recolhidamente dos seus bens. O habilitante é, à data de Janeiro de 1720, solteiro e morador no Porto (LB).

Pascoal José de Melo Freire dos Reis (Doutor), também *Pascoal José de Melo Freire*, nascido em 1741 ou 1742, natural da vila de Ansião, filho de Belchior dos Reis e de Faustina dos Reis Freire de Melo, neto paterno de Manuel Rodrigues e Isabel Rodrigues, e neto materno de José Carvalho e Luísa Freire de Melo.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** com dispensa de exame vago (carta de 14 de Setembro de 1778), provisão para tomar posse por procurador na Chancelaria (10 de Outubro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (2 de Março de 1785), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (19 de Abril de 1787); **Desembargador honorário dos Agravos da Casa da Suplicação** (carta de 2 de Março de 1785); **Deputado da Mesa Censória** (carta de 14 de Julho de 1787); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Agosto de 1787); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 7 de Maio de 1793), carta de título do Conselho (17 de Maio de 1793).

Observações: Os pais e avós são naturais da vila de Ansião pertencente outrora à Comarca de Coimbra e aí moraram. Os pais e avós eram das principais famílias de Ansião e viviam das suas numerosas fazendas, com criados que as amanhavam e cavalos na estrebaria. O habilitante é Deputado do Santo Ofício e cavaleiro da ordem de Avis. O habilitante é lente de direito pátrio e colegial do colégio dos militares em Coimbra. O habilitante é, à data de Agosto de 1778, solteiro e morador em Coimbra. Ao habilitante foi feita a mercê de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (LB).

Paulino Ribeiro de Araújo (Bacharel), natural de Trancoso, filho de Domingos Ribeiro de Araújo e de Luísa Furtada do Vale, neto paterno de Domingos Ribeiro e Maria de Araújo, e neto

materno de Pedro Fernandes Furtado e Maria das Neves.

Foi **Juiz de Fora de Amarante** (carta); **Provedor de Moncorvo** (alvará); **Corregedor de Miranda** (carta); **Corregedor das Ilhas dos Açores** por três anos (carta de 19 de Agosto de 1710), alvará para vestir beca e tomar posse por seu procurador na Relação do Porto como Corregedor das ilhas (4 de Setembro de 1710), carta de beca honorária (4 de Setembro de 1710); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Outubro de 1715), provisão de licença por dois meses para tratar da sua saúde (3 de Junho de 1719), provisão de licença por mais dois meses para estar ausente da Relação (3 de Junho de 1719), provisão para vencer o ordenado e propinas que competem ao lugar de Desembargador da Relação do Porto (16 de Fevereiro de 1725). Recebeu alvará de redução de foro de um prazo chamado de Covas Tenras de Pinhel não obstante o directo senhorio ter outro em contrário (19 de Maio de 1709), e carta de legitimação a seu filho Lázaro Ribeiro de Sousa (17 de Fevereiro de 1719).

Observações: Os avós paternos e provavelmente o pai são naturais do lugar de Cunha do termo de Sernancelhe. Os avós maternos e provavelmente a mãe são naturais de Trancoso. Os avós paternos eram dos principais de Cunha e sustentavam-se da sua fazenda. O habilitante é, à data de Maio de 1682, solteiro e mora à data de Julho seguinte em Trancoso. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Paulo Carneiro de Araújo (Doutor), filho de João Carneiro de Araújo (ou João Carneiro de Morais) e de D. Helena de Araújo, neto paterno de João Vicente Carneiro e Estácia Silveira(?) de Morais.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 27 de Abril de 1673); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 11 de Maio de 1674); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Novembro de 1675); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Novembro de 1677); **Provedor da Fazenda** com ordenado de 200\$000 réis cada ano mais 100\$000 réis, três moios de trigo e quatro moios de cevada (carta do cargo de 8 de Outubro de 1689); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta do cargo de 17 de Abril de 1698); **Procurador da Fazenda em Lisboa** (carta); **Conselheiro** (carta). Recebeu verba de 40\$000 réis de tença, padrão de 100\$000 réis de tença, carta de padrão de tença de 120\$000 réis (7 de Abril de 1688), carta de renda do Vale de Barroso no concelho de Lafões (10 de Junho de 1695), alvará de uma vida para filho ou filha em Celeiro do Vale do Barroso no concelho de Lafões e nas tenças de 120\$000 réis e 100\$000 réis (10 de

Junho de 1695), carta de padrão de 100\$000 réis efectivos (10 de Junho de 1695), padrão de 54\$000 réis de juro em Aveiro, apostila de 40\$000 réis de juro em Guimarães, e padrão de 120\$000 réis de tença.

Observações: Os avós paternos são naturais de Vila do Conde e de Azurara. Os avós maternos são naturais de Guimarães. O pai é Desembargador do Desembargo do Paço e familiar do Santo Ofício. O habilitante é reitor e colegial do colégio de S. Paulo. O habilitante é, à data de Setembro de 1671, solteiro (LB).

* **Paulo de Carvalho** (Bacharel), natural de São João da Pesqueira, filho de Sebastião de Carvalho e de Maria de Braga e Figueiredo.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 4 de Junho de 1630); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1635); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (1639); **Provedor de alfândega de Lisboa** (1650); **Desembargador do Desembargo do Paço** (1665).

Observações: Foi Colegial de Colégio de São Pedro (3 de Maio de 1623), e lente de leis da Universidade de Coimbra. Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. Afonso VI a 15 de Novembro de 1656 (MM).

Paulo de Carvalho (Bacharel), também *Paulo de Carvalho Ataíde*, natural de Lisboa, filho de Sebastião de Carvalho e Melo (ou Sebastião de Carvalho, ou Sebastião de Carvalho e Melo) e de D. Leonor Maria de Ataíde, neto paterno de Sebastião de Carvalho e D. Luísa de Melo, e neto materno de Gonçalo da Costa Coutinho e D. Isabel de Ataíde.

Foi **Superintendente do tabaco na Capitania de Pernambuco** (alvará de 4 de Fevereiro de 1711); **Juiz de Fora de Olinda** (carta de 4 de Fevereiro de 1711); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Olinda** (alvará de serventia de 3 de Março de 1711); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício nas férias da Universidade (carta de 8 de Fevereiro de 1712), carta de Desembargador titular (18 de Fevereiro de 1712); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Outubro de 1712), provisão de licença por dois meses (7 de Fevereiro de 1714); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Outubro de 1716); **Deputado da Mesa da Consistência e Ordens** (carta de 17 de Novembro de 1716). Recebeu alvará de foro de moço fidalgo (2 de Setembro de 1697).

Observações: Foi capelão fidalgo do colégio de S. Pedro na Universidade de Coimbra (RGM). Os pais, avós paternos e avô materno são naturais de Lisboa e aí moraram. A avó materna é natural de Coimbra. O avô paterno era Desembargador. O avô materno era governador de Aveiro,

Buarcos e Figueira. O habilitante é cônego doutoral na sé de Viseu e colegial do colégio de S. Pedro. O habilitante é condutário com privilégios de lente na faculdade dos Sagrados Cânones e Deputado do Santo Ofício. Ao habilitante foi feita a mercê da beca de Desembargador Extravagante da Relação do Porto. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Paulo Castelino de Freitas (Bacharel), também *Paulo Castelino*, filho de António de Freitas Preto.

Foi **Chanceler de Goa** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** com posse tomada na Relação do Porto (alvará de 20 de Janeiro de 1649). Recebeu alvará de um lugar de freira, alvará de foro de fidalgo cavaleiro (13 de Janeiro de 1695), e provisão para que o suplicante possa fazer a troca e sub-rogação de que faz menção (6 de Setembro de 1736).

Paulo Chamorro Freire (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Juiz de Fora de Lagos** (27 de Junho de 1651); **Juiz de Fora de Trancoso** (carta de 20 de Agosto de 1656); **Ouvidor de Setúbal** (1662); **Corregedor do Porto** (1670); **Desembargador da Relação do Porto** (1679).

Paulo Fernandes Viana (Bacharel), natural do Rio de Janeiro, filho de Lourenço Fernandes Viana e de D. Maria do Loureto Nascentes, neto paterno de André Fernandes e D. Ana Francisca, e neto materno de Paulo Ferreira de Andrade e D. Teresa Nascentes.

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (provisão de licença de dois meses de 6 de Junho de 1782); **Intendente da capitação do Sabará** (carta de 20 de Outubro de 1789); **Desembargador da Relação de Rio de Janeiro** (carta de 14 de Março de 1799), provisão de assentamento do seu ordenado de Desembargador da Relação de Rio de Janeiro (24 de Março de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta ficando exercido o dito lugar na Relação de Rio de Janeiro de 16 de Maio de 1804), provisão para jurar na Chancelaria por procurador como Desembargador da Relação do Porto (30 de Maio de 1804). Recebeu provisão de licença para casar (12 de Agosto de 1801), e carta do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (21 de Março de 1803).

Observações: Os pais e avós são oriundos do Rio de Janeiro. O pai e avô paterno eram comerciantes de grosso trato. O avô materno foi capitão das ordenanças, e vivia abundantemente dos rendimentos das suas casas quintas e engenhos. O habilitante é, à data de Novembro de 1778, solteiro (LB).

Paulo Frago de Abreu (Licenciado), também *Paulo Frago*.

Foi **Juiz de Fora da Golegã** por três anos (carta de 15 de Março de 1662); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 15 de Março de 1675), alvará para lhe serem pagos os ordenados de Desembargador da Relação de Goa (22 de Março de 1675); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de posse de um lugar de 16 de Março de 1675), alvará de ordenado. Recebeu alvará para empenhar as rendas do seu morgado.

Paulo José Correia (Bacharel em cânones), nascido em 1693 ou 1694, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Julião da cidade, filho de Domingos Correia (ou Domingos Dias Correia) e de Margarida Teresa de Jesus, neto paterno de António Brás e Ana Dias, e neto materno de Manuel Correia e Josefa da Encarnação.

Foi **Juiz de Fora de Mourão** (carta de 26 de Janeiro de 1721); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de mercê de 5 de Março de 1722), provisão de ajuda de custo de 80\$000 réis para sua viagem (21 de Março de 1722), provisão para que acabados os seis anos em que foi provido se possa recolher a este Reino (10 e 12 de Abril de 1728); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 9 de Novembro de 1731); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Chanceler** (alvará de 82\$000 réis com o cargo de 14 de Janeiro de 1740); **Procurador da Fazenda Real** (carta de 1 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 2 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 5 de Fevereiro de 1745); **Chanceler das Três Ordens Militares** (carta de 1 de Janeiro de 1746); **Procurador da correição** (carta de 11 de Janeiro de 1753); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 11 de Janeiro de 1753); **Procurador da Coroa** (carta de 11 de Janeiro de 1753). Recebeu carta de padrão de tença de 50\$000 réis para suas irmãs (20 de Maio de 1722), alvará de fidalgo da Casa Real (26 de Abril de 1745), carta da comenda de S. Lourenço da Perisqueira da Ordem de Cristo (7 de Setembro de 1749), e alvará de ordinária de dois alqueires de trigo e 12\$000 réis anuais (10 de Fevereiro de 1753). **Observações:** Foi Desembargador eclesiástico (RGM). O pai e avô paterno são naturais do lugar de Soutelinho da freguesia de S. Salvador de Telões do concelho de Aguiar. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. A avó materna é natural do lugar de Penousal da freguesia de Santiago de Soutelo do concelho de Aguiar. O pai ausentou-se quando rapaz do lugar de Soutelinho para Lisboa, onde assiste e é oficial de confeitaria. A mãe tem um irmão chamado

Joaquim Correia de Sousa, que é cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício e um outro, de nome Pedro Correia, que é da congregação do Oratório. Os avós paternos eram lavradores que viviam das suas fazendas e estiveram ao serviço da república nos cargos de Juizes e Vereadores. O avô materno foi Tabelião de Notas de Lisboa de que foi proprietário. O habilitante é, à data de Setembro de 1719, solteiro e mora à data de Maio de 1720 em Lisboa. O habilitante tem informações de bom estudante. O habilitante herdou a fama de cristão novo pelo lado paterno, que no entanto foi desacreditada por instrumentos de geração expedidos pela Câmara Eclesiástica e pelo juízo ordinário secular (LB).

Paulo de Meireles Pacheco (Bacharel).

Foi **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 21 de Outubro de 1642), alvará (20 de Março de 1654), alvará de aposentado.

Paulo Rebelo (Doutor), também *Paulo Rebelo de Sousa*, natural do lugar de Pascoais da freguesia de S. João de Gatão junto a Amarante, filho de Gonçalo Rebelo de Sousa e de Maria Pinta, neto paterno de Paulo Rebelo de Sousa e Maria Dias Teixeira, e neto materno de Pedro Pinto e Guiomar Francisca.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Fevereiro de 1643); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 5 de Setembro de 1645). Recebeu alvará para que se lhe leve em conta os 426\$000 réis de mercê (29 de Julho de 1645), e 40\$000 réis de tença com o hábito de Cristo para seu filho (22 de Maio de 1665).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Amarante e aí moraram. A mãe e avós maternos são naturais da freguesia de S. João de Gatão junto de Amarante e aí moraram juntamente com o pai. O pai era doutor e para lá de ter servido de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Amarante tratava-se com cavalo, negros, pajens e lacaios. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1659 solteiro, e provavelmente morador na Universidade de Coimbra onde é lente e colegial. O habilitante tem parentes frades, abades, e Desembargadores. O habilitante está despachado para um lugar de Desembargador Extravagante da Relação do Porto (LB).

Paulo Rebelo de Sousa (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Dezembro de 1659); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 1 de Julho de 1660).

Pedro de Almeida (Bacharel em Março de 1614), natural de Sendim da Comarca de Pinhel, filho de Pedro de Almeida Soeiro e de Maria Gomes de Gouveia, neto paterno de Álvaro

Soeiro de Albergaria e Ana de Almeida, e neto materno de André Fernandes e Isabel Gomes de Gouveia.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 4 de Setembro de 1706).

Observações: Foi genro do Dr. António dos Santos Oliveira (RGM). Os avós paternos são naturais de Sendim da Comarca de Pinhel e aí moraram. Os avós maternos são naturais do lugar de Cabaços do termo de Moimenta e Comarca de Lamego e aí moraram. O habilitante mora à data de meados de 1625 em Sendim. O habilitante, de acordo com as informações gerais da Universidade de Coimbra, é estudante suficiente e assim fez os seus autos (LB).

Pedro de Almeida do Amaral (Bacharel; Licenciado), natural talvez de Pombal, filho de Sebastião de Almeida do Amaral e de Isabel de Oliveira do Carvalho, neto paterno de Gaspar de Almeida do Amaral, e neto materno de Diogo Jorge de Medeiros e Catarina de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Amarante** pelo tempo de três anos (carta de 3 de Setembro de 1654); **Juiz de Fora do Geral do Porto** (carta de 7 de Março de 1660); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Setembro de 1664); **Vereador da Câmara de Lisboa** (alvará de 8 de Janeiro de 1666), alvará para que o Conselho da Fazenda lhe faça assentar 100\$000 réis de ordenado conforme ao costume (13 de Setembro de 1668); **Corregedor do cível da cidade** (carta). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis com o hábito da Ordem de Cristo (21 de Junho de 1664), apostila para que os 40\$000 réis lhe sejam assentes nos Almoarifados (9 de Julho de 1672), padrão de 120\$000 réis de tença, padrão de 18\$000 réis de tença, carta de quitação, e apostila de 58\$067 réis de juro.

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Viseu. A mãe e provavelmente os avós maternos são naturais de Pombal e aí moraram com o pai. O pai e avô paterno eram dos cidadãos de Viseu e da sua governança, havendo sido o último médico licenciado. Os avós maternos eram dos principais de Pombal cujos ofícios nobres serviram. O habilitante é, à data de Setembro de 1651, solteiro e morador em Pombal (LB).

Pedro de Almeida do Amaral (Doutor), filho de Pedro de Almeida do Amaral e de Maria Antónia.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 13 de Maio de 1708), alvará de licença para se deter na Corte por dois meses (1 de Novembro de 1709), alvará de dois meses mais de licença (16 de Dezembro de 1709), alvará de mais dois meses de licença para estar ausente da Relação do Porto (26 de Fevereiro de 1710); **Desembargador**

Extravagante da Casa da Suplicação (carta de 12 de Julho de 1710); **Ouvidor da Fazenda da Casa de Aveiro** por três anos (carta de serventia de 7 de Agosto de 1713); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 16 de Dezembro de 1715); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um dos lugares de 19 de Janeiro de 1719); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de mercê de 23 de Março de 1725), carta para que tenha com o ofício de Juiz dos Feitos da Coroa 44\$000 réis de ordenado (16 de Dezembro de 1727). Recebeu carta de padrão de 18\$000 réis de tença efectivos (2 de Novembro de 1681), carta de padrão de tença de 40\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (6 de Dezembro de 1681), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (12 de Dezembro de 1681).

Observações: O pai do agraciado foi Desembargador (RGM).

Pedro Álvares Dinis (Bacharel em leis), também *Pedro Alves Dinis*, nascido em 1772 ou 1773, natural do Porto (ou Vila Maior da Comarca do Porto), filho de João Alves Dinis (ou João Álvares Dinis) e de Maria Merciana da Conceição, neto paterno de Pedro Álvares Dinis e Joana Álvares, e neto materno de João Freire de Sousa e Joana Luísa.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Cerveira** (carta de 20 de Março de 1800), verba em que declara que a carta de Juiz de Fora de Vila Nova de Cerveira não tem aqui validade por ir escrita a folhas 173v deste livro (20 de Março de 1800), carta do lugar de Juiz de Fora de Vila Nova de Cerveira (20 de Maio de 1800), provisão para estar ausente dois meses do seu lugar de Juiz de Fora (23 de Fevereiro de 1801), provisão para estar ausente por um mês do lugar de Juiz de Fora de Vila Nova de Cerveira (18 de Janeiro de 1802); **Desembargador da Relação de Rio de Janeiro** (carta de 7 de Janeiro de 1805), carta de Desembargador tomando logo posse de um lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (7 de Janeiro de 1805), provisão de assentamento de ordenado (21 de Agosto de 1806); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 15 de Março de 1821), alvarás de Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço (5 de Junho e Julho de 1826). Recebeu carta de hábito (4 de Março de 1805), e carta de padrão do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (14 de Maio de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 5 de Outubro de 1828 (RGM). O pai e avós paternos são naturais de Teixeira da Comarca de Lamego. A mãe e avó materna são naturais de Lobrigos da Comarca de Vila Real. O avó materno é natural da Baía ou de S. João de Gondim, pro-

vavelmente da Comarca do Porto. Os pais e avós paternos viveram do produto dos seus bens «*que ainda hoje existem no casal*». O habilitante é, sensivelmente à data de Maio de 1798, solteiro e morador em Vila Maior (LB).

Pedro Alves Sanches (Licenciado), também *Pedro Álvares Sanchez*, filho de João Sanches de Baena.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Dezembro de 1641), alvará (7 de Fevereiro de 1642), carta (24 de Setembro de 1642). Recebeu alvará de promessa de 40\$000 réis de pensão a Bernardo de Sanches Pereira pelos serviços do sobredito (27 de Novembro de 1644).

Pedro Alves Seco (Bacharel; Licenciado), também *Pedro Álvares Seco*, natural de Lisboa, filho de Francisco Botelho de Macedo e de D. Maria de Azevedo Seco, neto paterno de Diogo Ribeiro de Macedo e Maria Botelho, e neto materno de Jorge Seco e Inês Velosa.

Foi **Corregedor do crime de Lisboa** (carta de 4 de Outubro de 1644); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 11 de Setembro de 1654); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Fevereiro de 1658); **Conselheiro Ultramarino** (carta); **Corregedor do crime da Corte** (carta). Recebeu alvará de ordenado, e carta de sub-rogação de bens de morgado.

Pedro António de Pina Manique Nogueira de Matos e Andrade (Bacharel), também *Pedro António de Pina Manique Brito Nogueira Matos Andrade*, também *Pedro António de Pina Manique*, filho de Diogo Inácio de Pina Manique.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Julho de 1796). Recebeu alvará de moço fidalgo (13 de Outubro de 1784), carta de 50\$000 réis de assentamento como Barão de Manique (6 de Maio de 1801), carta de título de barão da vila de Manique do Intendente com 50\$000 réis (6 de Maio de 1801), carta de título de barão da vila de Manique do Intendente (20 de Novembro de 1801), e carta de profissão de hábito (20 de Novembro de 1801).

Pedro de Anveres (Bacharel), nascido em 1628, natural de Pernambuco, filho de Jerónimo Domingues de Anveres e de Isabel de Gusmão.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 3 de Março de 1672).

Pedro Calado de Araújo e Lomba (Mestre em Artes; Bacharel em leis), natural do Vimieiro,

filho de João de Araújo da Lomba e de Catarina Bernardes, neto paterno de António Rodrigues da Lomba e Vitória Fernandes, e neto materno de Pedro Casado e Brites Rodrigues.

Foi **Juiz de Fora de Almodôvar e Padrões** pelo tempo de três anos (carta de 19 de Maio de 1654); **Juiz de Fora de Elvas**; **Corregedor de Tavira** (1665); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Dezembro de 1675); **Juiz da Coroa e Chanceler do Porto** (carta de 9 de Agosto de 1677); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 9 de Agosto de 1677); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Junho de 1678); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Agosto de 1679).

Pedro de Carvalho (Licenciado), natural de Lisboa, filho de Francisco de Carvalho e D. Simoa Henriques, neto paterno de Pedro Carvalho, e Joana da Canha (ou Cunha), e neto materno de António Rodrigues Pina e Isabel Henriques. Foi **Juiz dos órfãos de Alcoutim** (alvará de 29 de Janeiro e carta de 9 de Março de 1642); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Janeiro de 1655); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Março de 1657); **Conselheiro do Conselho Geral do Santo Ofício** (carta de 20 de Abril de 1657); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará de pensão em ofício; **Porteiro e Guarda Livros dos Armazéns da Junta do Comércio** (carta); **Patrão-mor da Baía** (carta), alvará de ordenado. Recebeu alvará de 40\$000 réis cada ano (3 de Julho de 1653), 100\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (10 de Março de 1669), alvará de mercê de ofício, e padrão de 30\$000 réis de tença.

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai tem o grau de doutor e, para lá de Desembargador do Desembargo do Paço e Chanceler da Casa da Suplicação, foi conselheiro da Fazenda e cavaleiro da Ordem de Cristo. O avô paterno foi Escrivão do Juízo do cível de Lisboa e Escrivão do Fisco e Câmara Real (LB).

* **Pedro de Castro e Melo** (D.) (Doutor).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (1634); **Provedor da alfândega de Lisboa** (alvará de 24 de Fevereiro ou Abril de 1642); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de provimento no segundo lugar de seis que estão a vagar de 4 de Março de 1641); **capitão-mor de Baçaim** (carta da fortaleza de Baçaim com a madeira por três anos de 15 de Março de 1651), provisão de licença para poder renunciar à capitania de Baçaim (6 de Fevereiro de 1654), provisão comutando-lhe dois

anos de serviço em Ceilão para outra parte que mais necessária parecer ao Vice-Rei da Índia (7 de Abril de 1664); provisão dispensando o tempo de serviço em Ceilão para entrar na capitania de Baçaim (10 de Abril de 1665). Recebeu alvará de pensão de 10 cruzados mensais (24 de Fevereiro de 1642), alvará de administração da comenda dos Azeites de Soure por tempo de um ano (21 de Fevereiro de 1642), alvará para ter em administração por tempo de um ano a comenda dos Azeites de Soure (21 de Julho de 1642), carta do hábito de Cristo (27 de Agosto de 1642), alvará para passar a comenda dos Azeites de Soure a seu genro António Cabide (28 de Julho de 1645), verba de se lhe ter passado alvará para poder nomear a comenda dos Azeites de Soure em seu genro António Cavide (1 de Agosto de 1645), carta das comendas dos Azeites e lagares de Soure a Francisco António Cavide (1 de Março de 1655), provisão para lhe perdoar quatro anos em que no Reino de Portugal foi condenado para a fortaleza de Chaul (1 de Abril de 1664), alvará de 50\$000 réis por dia, e alvará de nomeação de ofícios.

Observações: Foi moço fidalgo e Estante na Índia. Foi Desembargador da Casa de Suplicação (RGM).

Pedro Cordeiro Espinosa (Bacharel), natural dos Açores.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (1668). Recebeu alvará de ordenado.

Pedro Correia dos Santos (Bacharel), natural de Azurara da Comarca do Porto, filho de Manuel de Santiago.

Foi **Juiz de Fora das vilas de Torrão e Ferreira** (carta de 23 de Outubro de 1748); **Desembargador da Relação de Rio de Janeiro** (carta de 3 de Abril de 1765); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Janeiro de 1776); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1783); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Janeiro de 1791); **Membro da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 23 de Maio de 1795). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (22 de Outubro de 1768), padrão de 18\$000 réis de tença (22 de Outubro de 1768), e carta de padrão de tença de 30\$000 réis e hábito (29 de Outubro de 1768).

Observações: Recebeu certidão negativa a 11 de Agosto de 1798, com 70 anos de idade.

Pedro da Cunha e Sousa (Bacharel; Licenciado), natural do lugar de Freixinho do termo de Fonte Arcada, filho de Pedro da Cunha e de Maria Varela, neto paterno de Baltasar Tomás

e de Maria da Cunha, e neto materno de João Rodrigues e Isabel Varela.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (carta de 14 de Fevereiro de 1667); **Juiz de Fora de Lamego** (carta); **Provedor do Algarve** (alvará); **Provedor de Coimbra** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará aposentando-o no lugar de 16 de Dezembro de 1700), alvará de aposentado com o ordenado de 150\$000 réis como Desembargador da Casa da Suplicação (11 de Abril de 1701). Recebeu carta de mercê de 12\$000 réis de tença para os obter com o hábito de Cristo (17 de Julho de 1692), alvará de aposentado, alvará de ordenado, e alvará para tomar posse do lugar por procurador.

Observações: A mãe e avós maternos são naturais de Sarzedo do termo de Sernancelhe havendo, aí morado os últimos. Os avós paternos são naturais de Granjal do mesmo termo e aí moraram. Os pais moraram em Freixinho. O pai era licenciado e foi Juiz de Fora de Arronches. Os avós eram lavradores honrados que se serviam com criados e bestas, havendo sido os avós juizes em Sernancelhe. O habilitante é, à data de Maio de 1666, casado com Mariana Cabral que é natural da vila de Cedovim. O habilitante mora à data de Agosto de 1666 em Freixinho (LB).

Pedro Duarte da Silva (Bacharel em cânones), nascido em 1758 ou 1759, natural de Beja, filho de José da Silva Duarte e de Inácia Teresa de Jesus, neto paterno de António da Silva Duarte e Mariana Josefa, e neto materno de António Fernandes Malagão e Isabel Gaga Nogueira.

Foi **Procurador-Geral** e **Promotor Fiscal das Coutadas e Montarias do Reino** (carta de 22 de Março de 1797); **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** (carta de 5 de Julho de 1798), carta de recondução no lugar de Corregedor do crime do Bairro do Rossio fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (7 de Setembro de 1801); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Março ou Maio de 1813). Recebeu carta do hábito de Cristo (2 de Agosto de 1802), carta do hábito de Cristo com 12\$000 réis de tença (1 de Janeiro de 1803), provisão de licença para casar com Raimunda de Seixas (28 de Março de 1803), provisão para administrar a casa do Marquês do Lavradio (27 de Outubro de 1808), e provisão para ser escuso da administração da herança do cardeal da Cunha (24 de Julho de 1815).

Observações: Recebeu certidão negativa a 26 de Novembro de 1818, com 62 anos de idade (RGM). Os ascendentes acima referidos são todos naturais de Beja e aí moraram. Os pais e avós viveram sempre dos rendimentos das suas fazendas e negócio. O habilitante é, à data de Janeiro de 1789, solteiro e morador em Lisboa (LB).

Pedro Fernandes Monteiro (Doutor).

Foi **Corregedor do crime desta cidade** [Porto] (carta de 2 de Maio de 1641); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Setembro de 1642); **Juiz do Despacho da Mesa do Negócio dos Contos do Reino e Casa** (carta de 11 de Setembro de 1642); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** com retenção do cargo de Juiz dos Contos do Reino e Casa (carta de 16 de Março de 1644); **Procurador da Fazenda Real** (carta de 6 de Setembro de 1645), alvará de quatro moios de trigo vencendo com o cargo de Procurador da Fazenda Real (11 de Março de 1646); **Conselheiro** (carta de 7 de Janeiro de 1649), carta de título do Conselho (4 de Novembro de 1655); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 16 de Novembro de 1655), alvará para que o Desembargo do Paço dê a cada um deles 4\$000 réis para uma escrivanhina (1 de Outubro de 1658), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação para seu filho (4 de Maio de 1663), lugar de Deputado da Mesa para seu filho (14 de Junho de 1668). Recebeu alvará de promessa de 20\$000 réis de renda em capelas ou outros feitos semelhantes (20 de Novembro de 1647), carta da comenda de Santo André de Fianes (24 de Março de 1649), alvará de quatro moios de trigo e outro tanto de cevada (11 de Maio de 1650), carta de uma comenda da Ordem de Cristo de lote de 300\$000 réis para seu filho (2 de Agosto de 1663), carta de padrão de 200\$000 réis (12 de Outubro de 1663), carta da comenda de Santa Maria de Campanhã ao Dr. Roque Monteiro Pais pelos serviços do sobredito (24 de Março de 1665), comenda de Santo André de Fiães (29 de Março de 1676 e 24 de Janeiro de 1678), alvará de ordinária, doação dos padroados das igrejas de S. Miguel de Mamouros, doação dos direitos reais de Alva, padrão de 200\$000 réis de tença, e verba e alvará do morgado de Alva.

Observações: O alvará de 1 de Outubro de 1658 agracia também os Desembargadores Diogo Marchão Temudo e João Velho Barreto. Foi Conselheiro da Fazenda (RGM).

Pedro Ferreira de Andrade (Licenciado), natural de Veiros, filho de Francisco Ferreira de Andrade e de D. Fulgência Pegas, neto paterno de Pedro Ferreira Botelho e Ana de Andrade, e neto materno de Lopo Figueira Pereira e Inês Pegas.

Foi **Juiz de Fora de Avis** por três anos (carta de 27 de Julho de 1651); **Juiz de Fora dos órfãos de Goa** (carta de 7 de Abril de 1657); **Provedor das obras, órfãos e capelas da Comarca de Tomar** por três anos (alvará de 16 de Setembro de 1661); **Juiz dos órfãos de Évora** (carta); **Desembargador**

Extravagante da Relação do Porto (carta de 14 de Junho de 1678), alvará aposentando-o no lugar de **Doutor dos Agravos** (5 de Abril de 1690), apostila de aposentado. Recebeu alvará de licença, e carta de padrão de tença de 28\$000 réis para seu filho Inácio de Andrade de Sousa (2 de Março de 1690).

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Lisboa. A mãe e avós maternos são naturais de Veiros. O avó paterno é natural da Ilha de S. Miguel. O pai era doutor e, para lá de Juiz de Fora de Elvas, serviu de Ouvidor do mestrado de Avis em que faleceu. O avó paterno foi vedor dos condes de Vila Franca sendo respeitado nessa casa. Os avós maternos eram dos principais de Veiros onde serviram sempre os lugares nobres. A mãe tem um primo co-irmão chamado Gaspar de Lemos Galvão que, para lá de doutor, era cavaleiro da Ordem de Cristo e Desembargador da Relação do Porto. O habilitante tem um primo co-irmão, chamado Lopo Figueira Pereira, que é cavaleiro professo do hábito de S. Bento de Avis. O habilitante é, à data de Novembro de 1650, solteiro (LB).

Pedro de Freitas Duarte (Doutor) nascido em 1678, natural de Lisboa, filho de José Costa de Freitas e de Antónia Duarte.

Foi **Juiz do crime do Bairro Alto** (carta de 21 de Fevereiro de 1707), reconduzido (carta de 9 de Maio de 1710); **Superintendente das décimas do termo de Lisboa** (1710); **Superintendente dos 4,5% de Lisboa e seu termo** (carta de 2 de Setembro de 1722); **Deputado da Execução da Bula** (1725); **Desembargador da Relação do Porto** que não foi por ser deputado da Bula (1734); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1741); **Promotor dos Cativos** (1743). Recebeu provimento para vestir beca na entrada do patriarca em Lisboa (24 de Fevereiro de 1717), alvará de instrução dos 4,5% das freguesias desta cidade e seu termo com subordinação à Junta dos Três Estados (25 de Agosto de 1722), provimento de moratória (17 de Março de 1739), provisão de moratória por tempo de dois meses (15 de Julho de 1739), provisão de moratória por cinco anos (25 de Setembro de 1739), provimento para certa fiança (5 de Fevereiro de 1740), e provimento a Henrique Meyer para que possa fazer penhora na terça parte do rendimento do seu ofício de Promotor da Mesa da Consciência e Ordens (27 de Janeiro de 1747).

Observações: Participou nas Procissões do Corpo de Deus em 1725, 1729, e 1731, sempre pela Junta da Cruzada (MM).

Pedro de Freitas Tavares Pinto (Bacharel; Licenciado por exame privado), nascido em 1686 ou 1687, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Paulo, filho de Francisco Tavares da Guerra e de Mariana de Freitas, neto paterno

de Manuel de Amorim e Isabel da Silva, e neto materno de André de Freitas e Ana Monteiro. Foi **Juiz de Fora de Palmela e Alhos Vedros** por três anos (carta de 3 de Setembro de 1713); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de mercê de um dos lugares de 13 de Setembro de 1726); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de 12 de Novembro de 1726), provisão para poder tomar parte por procurador de um lugar de Desembargador (12 de Novembro de 1726), carta de Desembargador da Relação do Porto (5 de Setembro de 1738), provisão para tomar posse por procurador do lugar (28 de Outubro de 1738); **Procurador da Coroa da Relação da Baía** (carta de mercê do lugar de 7 de Abril de 1727), provisão de licença por tempo de dois anos para ir à Baía (2 de Setembro de 1739).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa e aí moraram. O pai era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e, tal como os avós, era homem nobre e vivia da sua fazenda. O habilitante tem um irmão religioso de S. Domingos e um outro padre de S. Vicente, e tem dois tios clérigos do hábito de S. Pedro. O habilitante mora à data de Agosto de 1712 em Lisboa e é à data de Novembro seguinte solteiro. O habilitante é cavaleiro fidalgo de Sua Majestade (LB).

Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira (Bacharel), nascido em 1683 ou 1684, natural de Messejana, filho de João Rodrigues Cordeiro e de Maria Marques Peres, neto paterno de Mateus Rodrigues do Cravalhar e Catarina Soriana Cordeira, e neto materno de Afonso Messias Álvares e Maria Afonso Marques.

Foi **Ouvidor e Provedor na Baía** (carta de 7 de Maio de 1723), carta de Provedor das capelas na Baía (8 de Maio de 1723); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de mercê de 18 de Setembro de 1726), carta de padrão para jurar nas mãos do Chanceler da Baía (6 de Fevereiro de 1728); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Fevereiro de 1728); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1748); **Juiz do Tombo dos Bens dos Ausentes e Confiscados da repartição dos Três Estados** (alvará de 8 de Maio de 1749); **Deputado da Mesa do Conselho** (carta de 9 de Maio de 1753); **Conservador da Companhia Geral do Grão Pará** (carta de 28 de Agosto de 1755); **Desembargador do Desembargo do Paço** (cartas de 21 e 28 de Fevereiro de 1758); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de Sua Majestade de 3 de Março de 1758); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Abril de 1758), carta do lugar de Chanceler-mor (26 de Novembro de 1766). Recebeu carta de padrão de tença de 40\$000 réis (25 de Abril de 1721), provisão a João de Saldanha da Gama para o sobre-dito ser administrador da sua casa (29 de Junho de

1745), alvará de foro de fidalgo da Casa (19 de Julho de 1758), (e outro) verba de 500\$000 réis de juro como executores do testamento de D. Fernando Martins de Alencastre (9 de Outubro de 1765), e (com outro) verba de 300\$000 réis de juro como executores do testamento de D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastre.

Observações: O pai e avó paterna são naturais de Alvalade da Comarca de Ourique. A mãe e avós maternos são naturais de Valverde do Caminho do condado de Niebla e Reino de Castela. O avô paterno é natural de Nossa Senhora-a-Bela do termo de Santiago do Cacém. Os pais e avós paternos ocuparam os cargos da república, tratando-se limpa e abundantemente com criados seus. Os avós maternos viveram nobre e abundantemente. Em Messejana assistiu um tio da mãe, chamado Pedro Fernandes Xara, que aí serviu de Vereador. O habilitante é, à data de Março de 1714, solteiro e mora à data de Abril seguinte em Messejana (LB).

Pedro Homem Mariz Sarmento (Bacharel), natural de Vinhais, filho de Manuel de Mariz Sarmento.

Foi **Juiz dos órfãos da Covilhã** (carta de 30 de Abril de 1705); **Juiz de Fora de Almada** (alvará); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das terras e resíduos da Comarca de Viseu** (alvará de 30 de Outubro de 1710); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias e albergarias e Contador das terras e resíduos de Évora** por três anos (carta de 5 de Agosto de 1716); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta e alvará de 3 de Janeiro de 1726), carta de **Ajudante do Procurador da Fazenda** (23 de Janeiro de 1726), provisão para tomar posse do seu lugar de Desembargador suplente da Relação do Porto por procurador (23 de Janeiro de 1726);

Pedro José de Araújo (Bacharel em leis), também *Pedro José de Araújo e Saldanha*, nascido em 1728 ou 1729, natural de Lisboa, filho de Cipriano de Araújo Ramos e de Maria Baptista Quitéria, neto paterno de Pedro de Araújo Ramos e Paula Ferreira, e neto materno de Manuel Rodrigues Leitão e Páscoa Correia.

Foi **Escrivão do Meirinho da Junta dos Três Estados** (alvará de 27 de Julho de 1756), alvará de serventia vitalícia de ofício (27 de Julho de 1765); **Ouvidor de Vila Rica** (carta de 17 de Janeiro de 1787), provisão para vencer ordenado com o lugar de Ouvidor de Vila Rica (10 de Março de 1787); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes na Capitania de Vila Rica** (alvará de 10 de Fevereiro de 1787); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Março ou Maio de 1791).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa da freguesia de S. Sebastião da Pedreira. O pai sempre serviu de Escrivão do Meirinho da Junta dos Três Estados. Os pais e avós vivem e viviam dos seus bens e negócios. O habilitante é, à data de Setembro de 1751, solteiro e morador em Lisboa na Rua da Chaga (LB).

Pedro Libório de Amorim (Bacharel em leis; Licenciado), também *Pedro Lebarco de Amorim*, nascido em 1705 ou 1706, natural da freguesia de S. Nicolau do Porto, filho de Manuel Fernandes Calheiros e de Helena Teresa de Sousa, neto paterno de João Fernandes de Amorim e Apolónia Cerqueira, e neto materno de Manuel Pinto Pereira e Maria de Sousa.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Minho** (carta de 21 de Abril de 1739); **Corregedor da Comarca de Lamego** (carta de 12 de Maio de 1747); **Corregedor de Évora** (carta de 3 de Outubro de 1753), provisão para vestir beca com o dito lugar (16 de Março de 1755); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Março ou Maio de 1758), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (20 de Julho de 1758).

Observações: Recebeu certidão negativa a 28 de Julho de 1804 com 87 anos de idade (RGM). O pai e avós paternos são naturais de Viana do Castelo. A mãe e avós maternos são naturais do Porto. Os pais moram na freguesia de S. Nicolau do Porto, onde também moraram os avós maternos. O pai é homem de negócio e familiar do Santo Ofício. Os avós paternos moraram na Rua da Bandeira em Viana e sustentavam-se dos rendimentos das suas fazendas. O avô materno foi capitão de ordenança e cidadão do Porto. O avô materno foi Almotacé no Porto e proprietário do ofício de Escrivão da alfândega daquela cidade que serviu durante algum tempo. O habilitante é, à data de Julho de 1730, solteiro e mora à data de Setembro seguinte no Porto (LB).

Pedro de Melo de Alvim (Bacharel; Licenciado por exame privado em leis de 1698 para 1699), também *Pedro de Melo de Alvim Pinto*, nascido em 1672 ou 1673, natural de Viana do Castelo, filho de Pedro de Melo de Alvim Pinto e de D. Teresa Maria Barreto, neto paterno de Bento de Melo de Alvim Pinto e D. Inês Fidalga, e neto materno de Barnabé Veloso Barreto e D. Ana Caminha de Barros Rego.

Foi **Corregedor das ilhas dos Açores** servindo nelas todo o tempo em que exercitar o cargo de **Conserrador do tabaco das Ilhas dos Açores** (provisão de 11 de Janeiro de 1707), alvará para vestir beca e tomar posse por procurador, carta, provisão de Corregedor das Ilhas dos Açores com 100\$000 réis de ajuda de custo por uma única vez (6 de Julho de 1707); **Desembargador Extravagante da Relação**

do Porto (carta de 19 de Outubro de 1712); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 2 de Maio de 1715), carta de Desembargador (22 de Maio de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1715), provisão de licença para ir a sua casa (3 de Abril de 1716), provisão de prorrogação de licença (10 de Julho de 1716); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Junho de 1725). Recebeu provisão (com outros) para que os ditos possam levar as espórtulas pelo trabalho que hão-de ter em ver os autos de que tratam (17 de Novembro de 1725).

Observações: Os pais e avós são naturais de Viana do Castelo e aí moraram. O pai é fidalgo da Casa de Sua Majestade. O avô paterno é fidalgo da Casa de Sua Majestade. Os avós paternos eram fidalgos antigos do Reino, e descendiam das principais casas dele. Os pais e avós eram das principais famílias da Província e viviam das suas fazendas e rendas, servindo-se de liteiras cavalos pajens e lacaios. O habilitante é, à data de Abril de 1700, solteiro e mora à data de Maio seguinte em Viana do Castelo. O habilitante é fidalgo da Casa de Sua Majestade e bom estudante (LB).

Pedro de Melo Brayner (Doutor), também *Pedro de Melo*, também *Pedro de Brayner*, natural de Lisboa, filho de Francisco de Melo.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 2 de Abril de 1784); carta (21 de Maio de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Março de 1787); **Procurador Fiscal da Junta dos Três Estados** com o ordenado de 600\$000 réis (alvará de 18 de Abril de 1787); **Desembargador da Mesa dos Agravos da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Janeiro de 1791), carta de privilégio de Desembargador (27 de Setembro de 1793), carta de um lugar extraordinário da Mesa dos Agravos da Casa da Suplicação (11 de Janeiro de 1798); **Deputado da Junta do tabaco** (alvará de 6 de Novembro de 1799), alvará de um lugar do departamento da Junta do tabaco (26 de Novembro de 1799); **Conselheiro** (carta de Conselho de 5 de Abril de 1800), carta de título de Conselheiro de 5 Maio de 1800); **Governador das Justiças da Relação do Porto** (carta de 5 de Maio de 1800), provisão de administração (4 de Agosto de 1800), provisão de comissão (12 de Julho de 1802). Recebeu carta de profissão de hábito (19 de Março de 1790), carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (30 de Maio de 1790), carta de padrão de 12\$000 réis a título da Ordem de Cristo num dos Almojarifados do Reino (7 de Junho de 1790), provisão para no Juízo das capelas da Coroa onde corre o processo de que trata ser admitido como oponente (18 de Setembro de 1794), provisão para ficar abolida a sentença que contra ele dera o Juiz de Fora de Óbidos sobre a serventia dos Povos pelo

atravessadouro de que faz menção (23 de Fevereiro de 1795), (com sua mulher) provisão de licença para dar de aforamento a Manuel Marques e a sua mulher uma terra de vínculo sita no lugar do Sobral termo de Óbidos (28 de Junho de 1797), (com sua mulher) provisão para darem de aforamento a António de Figueiredo e a sua mulher os bens de vínculo de que tratam na vila de Óbidos (28 de Junho de 1797), alvará de faculdade para unir ao seu morgado a capela denominada de D. Quitéria sita na Comarca de Portalegre debaixo do contrato com Manuel Pereira cidade (16 de Dezembro de 1797), carta de doação da capela denominada de D. Quitéria na Comarca de Portalegre com o ónus de 50\$000 réis a Manuel Pereira cidade (3 de Fevereiro de 1798), carta de doação de capela denominada de D. Quitéria na Comarca de Portalegre para se unir aos morgados que administrar por cabeça de sua mulher (20 de Março de 1798), provisão para expulsar a Manuel Vaz Torres da herdade de que faz menção no termo de Elvas (22 de Abril de 1799), provisão de despejo do rendeiro António Ribeiro das herdades de Pevide e Ferrador (20 de Dezembro de 1799), provisão para aforar uma fazenda no sítio do Loureiro a António Mendes Corrajola e sua mulher (7 de Maio de 1800), alvará de comenda dos Fornos da vila de Tomar (18 de Julho de 1800), carta de compra que fez à Coroa de uma das casas no sítio da Laganita que foram dos Jesuítas do Colégio da cidade de Portalegre (30 de Julho de 1800), carta de comenda dos Fornos da vila de Tomar (20 de Outubro de 1800), carta de comenda dos Direitos da Ordem de Cristo nos Fornos da vila de Tomar (19 de Dezembro de 1800), (com sua mulher) provisão de confirmação da sub-rogação da terra do seu vínculo chamada a Romeira pela da Cruz do Baião (29 de Março de 1802), provisão de sub-rogação (18 de Agosto e 28 de Setembro de 1803), (por cabeça de sua mulher a senhora de Melo) apostila para poder sub-rogar uma apólice do capital de 100\$000 réis do novo empréstimo (29 de Outubro de 1803), (por cabeça de sua mulher) provisão para sub-rogar certas benfeitorias da sua quinta de Beirolas com as declarações especuladas etc. (9 de Junho de 1804), (por cabeça de sua mulher) provisão para sub-rogar certas propriedades sem embargo de serem de morgado (25 de Outubro de 1804), alvará de mercê do senhorio da vila de Trofa (9 de Fevereiro de 1805), carta do senhorio da vila de Trofa (9 de Março de 1805), verba por que consta se lhe passou carta do senhorio da vila da Trofa (26 de Março de 1805), provisão para que Francisco Rodrigues seja expulso da herdade da Aranha sita no termo da vila de Arronches (12 de Dezembro de 1805), provisão de sub-rogação que fez por cabeça de sua mulher a Senhora de Melo D. Ana Rufina de Melo Sousa

Tavares de 11 apólices do valor de 1.101\$400 réis e vários prédios em Estremoz por 1.779\$820 réis de que era devedora no morgado de D. Guiomar Vaz do Peral (13 de Outubro de 1808), (por cabeça de sua mulher a Senhora de Melo) apostila para que a apólice n.º 4170 seja averbada como pertença do vínculo instituído por D. Maria da Silva (7 de Maio de 1811), apostila de declaração sobre ser também senhor útil de Trofa (19 de Dezembro de 1812), alvará de uma vida mais na capela que instituiu seu marido o doutor Rui Gago (24 de Março de 1817), (com sua mulher) alvará de administração de uma vida mais na capela instituída pelo doutor Rui Gago (24 de Março de 1817), provisão para aforar quaisquer courelas vinculadas que por cabeça de sua mulher a Senhora de Melo possui no termo do Crato (26 de Abril de 1817), provisão de nomeação de administrador dos bens de que trata (12 de Julho de 1817), provisão para ser contada a sua herdade Vale de Ramos no termo do Crato (17 de Março de 1819), provisão para ser contada a sua herdade Aguilhãozinho no termo do Crato (17 de Março de 1819), provisão para ser contada a herdade denominada o Vale de Carvalho sita no termo do Crato (17 de Março de 1819), provisão de comissão (2 de Junho de 1819), provisão para Juiz Administrador e Privativo da sua casa (25 de Junho de 1819), provisão para serem contadas as terras contíguas à sua herdade do Vale de Carvalho já contada no termo do Crato (5 de Dezembro de 1822), apostila de 10\$192 réis de juro que foram de António Xavier de Miranda Henriques (27 de Abril de 1825), apostila de 16\$533 réis de juro que foram de António Xavier de Miranda Henriques (27 de Abril de 1825), verba de 10\$192 réis de juro que foi de António Xavier de Miranda Henriques (17 de Maio de 1825), verba de 16\$533 réis de juro que foi de António Xavier de Miranda Henriques (17 de Maio de 1825), (como administrador do seu filho) provisão para dar de aforamento a João Paulo de Oliveira um terreno em Lisboa e do vínculo instituído por D. Maria da Silva Melo (9 de Dezembro de 1825), provisão para poder aforar a António Ferreira Lima um terreno no Chafariz de Dentro pertencente ao vínculo de sua casa (9 de Dezembro de 1825), e provisão para ser expulso da sua herdade da Corte da Negra de Cima na freguesia de Bombeja o lavrador José Joaquim (4 de Fevereiro de 1826).

Observações: Recebeu certidão negativa a 27 de Março de 1802, com 58 anos de idade. Foi casado com D. Ana Rufina de Melo Sousa Tavares (RGM).

Pedro Mendes de Sequeira (Bacharel; Licenciado), natural provavelmente da freguesia de Aldeia Gavinha do termo de Aldeia Galega de Merciana, filho de António Galvão da Fonseca

(ou Manuel Mendes) e de Ângela Francisca, neto paterno de Cristóvão Mendes e Ana Dias, e neto materno de Fernão Lopes e Francisca Dias. Foi **Provedor de Beja** (carta); **Juiz da Índia e Mina** (carta); **Juiz do Consulado de Lisboa** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Provedor da Guarda** (alvará); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Maio de 1687), carta (16 de Setembro de 1688); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis (8 de Junho de 1695), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (25 de Junho de 1695), padrão de 28\$000 réis de tença, alvará de licença, e alvará para estar na Corte dois meses.

Observações: Os pais e avós são naturais da freguesia de Aldeia Gavinha. O pai serviu de Juiz e Vereador em Aldeia Galega de Merciana. Os pais e avós eram lavradores honrados e abastados. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1644, solteiro (LB).

Pedro de Mendonça Corte-Real (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Desembargador da Suplicação** (carta de 18 de Janeiro de 1753); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (1755), aposentado (1758).

Pedro Monteiro Furtado (Bacharel), nascido em 1714 ou 1715, natural de Santa Maria de Almoester, filho de Manuel Ramos e de Helena da Cruz Monteiro, neto paterno de Domingos Jorge e Maria Madeira, e neto materno de António Monteiro Furtado e Madalena Vicente.

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega e Alcochete** (carta de 28 de Abril de 1739), provisão de acrescentamento de aposentadoria (26 de Janeiro de 1743); **Juiz de Fora do crime do Porto** (carta de 27 de Junho de 1747), provisão de licença por tempo de dois meses se poder ausentar do lugar que serve de Juiz do crime do Porto (27 de Setembro de 1748); **Desembargador no Rio de Janeiro** (carta de 7 de Fevereiro de 1752); **Ouvidor do crime da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 7 de Abril de 1752); **Escrivão das Sisas de Almoester, Tavega e Arrifana** (carta de 15 de Outubro de 1764); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Dezembro de 1764), alvarás de aposentado no dito lugar (4 de Maio e 15 de Junho de 1771), alvará aposentando-o na Relação do Porto (1 de Julho de 1771). Recebeu provisão de extinção de vínculos do padre Domingos de Ramos e Luísa Carvalha no termo de Santarém (28 de Fevereiro de 1774).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da vila da Azambujeira. A mãe

e avós maternos são naturais de Santa Maria de Almoester. O avô paterno é natural da freguesia de S. João da Ribeira do termo de Santarém. O pai e avô materno eram capitães e, tal como os familiares acima referidos, viviam das suas fazendas. O habilitante é, à data de Julho de 1734, solteiro e morador na freguesia de Santa Maria de Almoester na companhia da mãe (LB).

Pedro de Moraes Pimentel (Bacharel em cânones do ano de 1675 para 1676; Licenciado), natural de Bemposta da Comarca de Miranda, filho de Domingos de Moraes Pimentel (ou Diogo de Moraes) e de Luciana de Moraes, neto paterno de Pedro de Moraes e Bernarda Pimentel, e neto materno de Baltasar de Moraes e Catarina de Agirre.

Foi **Juiz de Fora de Coimbra** (carta); **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 15 de Maio de 1686); **Corregedor da Comarca de Santarém** por três anos (carta de 5 de Junho de 1690); **Juiz da alfândega de Bemposta** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para jurar e tomar posse do lugar por procurador, carta de recondução de lugar, alvará para beca; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** com ordenado (carta de 9 de Dezembro de 1706); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de carta de 24 de Abril de 1708). Recebeu carta de privilégio de Fidalgo, padrão de 38\$000 réis de tença, carta de padrão de 12\$000 réis de tença efectivos cada ano em sua vida com o hábito de Cristo (13 de Fevereiro de 1682), carta de padrão de 38\$000 réis de tença efectivos (13 de Fevereiro de 1682), provisão para aforar uns casais e propriedades, e carta de ofício (27 de Outubro de 1696).

Observações: Tem um tio chamado António de Moraes Pegas (RGM). Os avós são naturais da vila de Bemposta, Comarca de Miranda. A avó paterna é natural de Miranda do Douro. A avó materna é oriunda de Castela. Os pais e avós moraram em Bemposta. O pai foi capitão-mor e Juiz da alfândega de Bemposta. Os pais e avós são pessoas nobres e das principais de Bemposta. O habilitante apresentou-se no auditório de Miranda com cartas de formatura da Universidade de Salamanca. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1677, solteiro e morador em Bemposta. O habilitante é estudante suficiente (LB).

* **Pedro Nogueira Coelho** (Bacharel), filho de Manuel Nogueira.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação de Goa** (carta de 30 de Março de 1627). Recebeu alvará de suprimento de idade, alvará sobre suspeições, e alvará de ordenado.

Pedro Nunes Gadelha (Bacharel; Licenciado), nascido em 1658 ou 1659, natural de Castelo Branco, filho de Domingos Nunes e de Cecília Marques, neto paterno de Francisco Gonçalves e Maria Rodrigues, e neto materno de Estêvão Anes e Maria Marques.

Foi **Superintendente do tabaco do Algarve** (carta); **Juiz de Fora de Mértola** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Outubro de 1705), carta; **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Maio de 1708), carta (12 de Maio de 1708); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 14 de Maio de 1712); **Administrador-Geral do Assento da Companhia Real da Guiné** (carta de quitação de 31 de Janeiro de 1715). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis (13 de Agosto de 1691), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (10 de Setembro de 1691), e carta de tença de 60\$000 réis para sua mulher D. Brites Maria Pessoa de Vasconcelos Spínola (2 de Junho e 2 de Julho de 1716).

Observações: Os avós paternos e provavelmente o pai são naturais de Castelo Branco. Os avós maternos e provavelmente a mãe são naturais de Escalos de Baixo do termo de Castelo Branco. O pai era capitão. Os pais e avós eram lavradores que viviam da sua fazenda, e pertenciam à governança de Escalos de Baixo. O habilitante tinha um tio paterno, chamado Manuel Gonçalves, que era padre, e talvez um outro chamado Pedro Nunes que era frei. O habilitante é, à data de Maio de 1686, casado com Agostinha Teles, filha de João Teles e Maria Barrosa, havendo estes últimos morado em Castelo Branco. Na folha corrida em Lisboa aparece o nome Pedro Nunes Gadema e não Gadelha como filho de Diogo Nunes e não Domingos. O habilitante mora, à data de Outubro de 1686, em Castelo Branco. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Pedro Nunes Tinoco (Bacharel), nascido em 1651, natural de Lisboa, filho de João Nunes Tinoco e de Maria Pereira de Sousa.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Branco** (1679); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 21 de Março de 1682). Recebeu verba de 40\$000 réis de juro na Guarda, e carta de administração de capela.

Pedro Paulo de Sousa (Doutor).

Foi **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 20 de Setembro de 1642); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Fevereiro de 1643); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Novembro de 1647); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (alvará para que tenha de mantimento 44\$000 réis e quatro moios de trigo de 20 de Maio de 1656). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis

de tença pagos num dos Almojarifados ou Casas de Lisboa e alvará de promessa de um ofício de Justiça ou Fazenda para sua filha D. Mariana para a pessoa com quem casar (2 de Dezembro de 1653).

Observações: Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo (RGM).

Pedro de Pina Coutinho (Bacharel), nascido em 1672 ou 1673, natural de Lisboa, filho de Manuel de Pina Coutinho e de D. Antónia Travassos, neto paterno de Pedro Fernandes Coutinho e Catarina de Pina, e neto materno de Martinho dos Reis e Ana Travassos.

Foi **Corregedor de Portalegre** (carta); **Conservador da Universidade de Coimbra** (alvará para poder ser opositor ao lugar de Conservador da Universidade de 28 de Janeiro de 1710), carta de Conservador por três anos (11 de Junho de 1711); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 18 de Maio de 1718); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1725); **Veredor do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de mercê de 27 de Junho de 1733). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis (5 de Agosto de 1690), carta de padrão de tença de 8\$000 réis (23 de Agosto de 1690), padrão de 80\$000 réis de tença, e carta de tença de 28\$000 réis (4 de Junho de 1721).

Observações: O pai é natural de Via Longa do actual concelho de Vila Franca de Xira. A mãe e avó materna são naturais da freguesia de Santos-o-Velho de Lisboa. O avó paterno é natural da vila de Truquel. A avó paterna é natural de Alcobaça. O avó materno é natural da freguesia de Nossa Senhora do Alecrim de Lisboa. O pai e avó paterno eram médicos formados na Universidade de Coimbra e, tratando-se com criados e bestas, participavam dos principais de Truquel. A avó paterna era das famílias mais nobres de Alcobaça. O avó materno é licenciado. O habilitante é familiar do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Setembro de 1695, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Nossa Senhora do Alecrim (LB).

Pedro Pinheiro de Sousa (Doutor), filho de Francisco Pinheiro.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta), alvará de ajuda de custo; **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Março de 1694), carta de padrão de ajuda de custo de 100\$000 réis para a sua viagem da Índia (13 de Março de 1694). Recebeu carta de padrão de tença de 38\$000 réis para o seu irmão António Pinheiro de Sousa (10 de Janeiro de 1695), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito para o sobredito irmão (12 de Março de 1695).

Pedro da Rocha de Gouveia (Licenciado por exame privado), também *Pedro de Gouveia da*

Rocha, natural de Guimarães, filho de Pedro Vaz de Gouveia e de Isabel da Rocha, neto paterno de Gonçalo Vaz e Maria de Gouveia, e neto materno de André Pires Maduro e Maria Lopes da Rocha.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** com posse da Relação do Porto (carta de 21 de Novembro de 1669); **Procurador da Coroa** (carta de 12 de Fevereiro de 1671); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (alvará de 31 de Maio de 1680); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Julho de 1681). Recebeu 20\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (3 de Outubro de 1676).

Observações: Foi Desembargador da Relação da Baía (RGM). O pai e avós paternos são naturais da freguesia de Santa Eulália de Barrosas do termo de Guimarães. A mãe e avós maternos são naturais de Guimarães. O pai foi Almotacé e da governança de Guimarães. O habilitante é irmão do doutor João Gouveia da Rocha, que é colegial do colégio de S. Paulo. O habilitante é, à data de Dezembro de 1662, solteiro e tem assistido nos estudos da universidade. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Pedro Sanches de Farinha de Baena (Licenciado), também *Pero Sanches Farinha de Baena*, também *Pedro Sanches de Baena*, também *Pedro Sanches Farinha*, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Julião, filho de Luís Sanches de Baena e de D. Maria Francisca de Almada, neto paterno de João Sanches de Baena e D. Guiomar Carneiro Freire, e neto materno de Pero Sanches Farinha e D. Luísa de Baena.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta), alvará para vencer seu ordenado fora do lugar; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará de um mês de licença; **Deputado do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 19 de Junho de 1715); **Conselheiro** (carta de mercê do título do Conselho como Reitor da Universidade de Coimbra de 8 de Junho ou Julho de 1719); **Aicaide-mor das ilhas do Faial e Graciosa** (alvará de mercê de 30 de Setembro de 1733), carta da Alcaldaria-mor da Ilha do Faial (2 de Janeiro de 1734), carta da Alcaldaria-mor da Ilha Graciosa (2 de Janeiro de 1734). Recebeu padrão de 7\$000 réis de juro no tabaco, verba de 40\$000 réis de juro nas Carnes, alvará de aforamento de uma praia junto de Sacavém, carta de emprazamento de uma praia em Papa Leite freguesia de S. João da Talha, alvará para se lhe levar em conta certo tempo, alvará de licença para vir à Corte, alvará de administração de capela, verba de 110\$000 réis de juro (4 de Maio de 1711), alvará da comenda de Santa Maria de Vouzela da

Ordem de Cristo (18 de Março de 1716), apostila de 110\$000 réis de juro (9 de Junho de 1731), apostila de 40\$000 réis de juro (14 de Junho de 1731), carta de padrão de 100\$000 réis de tença (13 de Abril de 1733), alvará de mercê do lugar de Seixo Amarelo da Comarca da Guarda (2 de Dezembro de 1733), e alvará de mercê da capela de Catarina Annes ficando por esta mercê extinta a vida que na referida capela tinha seu pai (12 de Abril de 1734).

Observações: O pai parece que nasceu no Porto no ano de 1618 e foi baptizado na freguesia de Nossa Senhora da Vitória da dita cidade. A avó paterna e avós maternos são naturais de Lisboa. O defunto pai foi familiar do Santo Ofício. A mãe tem ou teve escudeiro. O defunto avô paterno foi Desembargador da Relação do Porto e do Desembargo do Paço. O avô materno é secretário e familiar do Santo Ofício. A defunta avó paterna é sobrinha do doutor Julião de Campos Barreto. O habilitante tem um irmão, chamado João Sanches, que é familiar do Santo Ofício. O habilitante é cônego da sé de Lisboa (LB).

Pedro da Silva (Bacharel em cânones), nascido em 1664 ou 1665, natural de Lisboa, filho de Simão da Costa e de Maria Quaresma, neto paterno de Gaspar Francisco e Isabel Gonçalves, e neto materno de Domingos Fernandes e Domingas Ferreira.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova da Cerveira** por três anos (carta de 20 de Junho de 1690); **Escrivão de Meirinho da alfândega de Lisboa** (alvará e carta); **Provedor da Comarca de Ourique** (alvará); **Contador de Penela** (alvará e carta); **Provedor dos resíduos de Lisboa** por três anos (carta de 20 de Março de 1709); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 4 de Janeiro de 1716), provisão para tomar posse por procurador de um lugar de Desembargador suplente da Relação do Porto (10 de Janeiro de 1716). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença, provisão de suprimento de idade, alvará de saldo de 4\$000 réis (30 de Maio de 1709), e carta para ser provido do hábito da Ordem de Cristo (1 de Março de 1714).

Observações: O pai e avô paterno são naturais da freguesia de Santo Adrião de Oleiros do termo de Ponte da Barca. A mãe é natural de Lisboa. A avó paterna é natural da freguesia de Aldeia do Ribeiro da Granja no termo de Ponte da Barca. O avô materno é natural do lugar de Aldeia da Torre da freguesia de Santa Lucrecia da Ponte do Louro no termo de Barcelos. A avó materna é natural de Cheleiros do termo de Mafra. O pai foi moço para Lisboa onde casou e faleceu, havendo sido moço da estrebaria de Sua Majestade. A mãe teve um lugar no Terreiro que já não dispõe vivendo à data da inquirição da sua fazenda. Os avós paternos eram lavradores que cultivavam por suas mãos a própria fazenda. O avô materno era lavrador que vivia da sua fazenda. O habilitante é, à data de Novembro de 1689, solteiro e mora à

data de Fevereiro de 1690 em Lisboa no bairro de S. Vicente de Fora. O habilitante é bom estudante (LB).

Pedro de Unhão Castelo Branco (Bacharel), também *Pedro de Unhão Ferrão Castelo Branco*, natural de Lisboa, filho de Cristóvão de Abreu de Castelo Branco e de Isabel Cardosa, neto paterno de João de Abreu Castelo Branco e Inês de Carvalho, e neto materno de Simão Cardoso Pegado e Maria Neta.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 7 de Janeiro de 1686); **Desembargador da Relação do Porto** (carta e alvará de 19 de Janeiro de 1686); **Provedor-mor das fazendas dos defuntos e ausentes do Brasil** (alvará); **Ouvidor-Geral do Rio de Janeiro** (carta), alvará de licença para recolher ao Reino; **Provedor de Castelo Branco** (alvará), alvará de licença para vir à Corte; **Vereador da Câmara de Lisboa** (alvará), provisão de prorrogação de licença por mais um ano para estar ausente (4 de Maio de 1737). Recebeu carta de padrão de 80\$000 réis de tença por renúncia de D. Branca Cabral (15 de Fevereiro de 1686).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da vila de Santa Marinha da Comarca da Guarda. A mãe é natural de Lisboa ou de Elvas. O avô materno é natural de Elvas. A avó materna é provavelmente natural de Lisboa. O pai saiu solteiro de Santa Marinha e casou em Lisboa. O pai era doutor e serviu de Promotor eclesiástico. O avô paterno era da principal gente de Santa Marinha, e parece que serviu de Juiz de Fora de Viana. O avô materno era aparentado com a principal nobreza de Elvas que servia os cargos mais autorizados da cidade. O avô materno ausentou-se de Elvas e casou em Lisboa. O habilitante criou-se em Elvas na companhia de um tio padre, chamado António Cardoso o Velho, e nessa cidade tem parentes familiares do Santo Ofício da Inquisição de Évora e cavaleiros do hábito de S. Bento de Avis. O habilitante tem um tio materno, chamado Manuel Cardoso, que é prior da igreja do Lumiar. O habilitante é, à data de Novembro de 1670, casado com D. Damiana de Castelo Branco, filha do tenente da torre de S. Gião. O habilitante é promotor fiscal da justiça eclesiástica do Arcebispado de Lisboa, e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O habilitante é bom estudante (LB).

Pedro Velho do Lagar (Bacharel em leis), também *Pedro Velho Lagos*, nascido em 1688 ou 1689, natural de Salvaterra ou de Lisboa e baptizado na Igreja de S. Paulo, filho de João Baptista (ou João Baptista Lagar) e de Maria Madalena Velha, neto paterno de Pedro do Lagar e Domingas Mingolla, e neto materno de Manuel Velho Ribeiro e Ana Rodrigues de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Cabeço de Vide e Alter Pedroso** por três anos (carta de 5 de Abril de 1710); **Juiz de**

Fora de Torres Vedras por três anos (carta de 4 de Março de 1720); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de mercê de 9 de Agosto de 1726), provisão de licença para poder tomar posse do lugar de Desembargador por seu procurador na Relação da Baía (4 de Dezembro de 1726); **Desembargador Agravista da Relação da Baía** (carta de 5 de Abril de 1727); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Novembro de 1737); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Dezembro de 1740), provisão para poder prestar juramento na Chancelaria por seu procurador (10 de Janeiro de 1741); **Promotor da Justiça na Casa da Suplicação** (carta de 14 de Dezembro de 1745); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 28 de Abril ou de Maio de 1747); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Maio de 1748); **Chanceler da Relação do Porto** (carta de 16 de Janeiro de 1753), alvará de 400\$000 réis de ordenado e assinatura dobrada (23 de Maio de 1753). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis (27 de Fevereiro de 1734), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (2 de Março de 1734).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Veneza. A mãe é natural de Lisboa e baptizada na igreja de S. Paulo. O avô materno é natural de Viana do Castelo. A avó materna é natural de S. João dos Bem Casados. O pai era homem de negócio de grosso trato e familiar do Santo Ofício. O avô paterno pertenceu à Mesa dos Vinhos de Veneza, e foi também homem de negócio. O avô materno enquanto viveu em Viana serviu os cargos honrosos, dependendo da abastança dos seus bens e, uma vez mudado para Lisboa, parece ter sido homem de negócio. O avô materno foi familiar do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Abril de 1714, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de S. Paulo. O habilitante é bom estudante (LB).

Pedro Viegas de Novais (Doutor de capelo e opositor às cadeiras da Universidade), natural de Tentúgal, filho de João Viegas de Novais e de D. Isabel António Couceiro de Azambuja, neto paterno de Pedro Viegas de Novais e D. Filipa de Pinho Teixeira, e neto materno de Francisco Ferrás Velho e D. Antónia da Costa Soares. Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 7 de Maio de 1749), provisão para poder tomar posse por procurador do lugar de Desembargador (8 de Maio de 1749), provisão para poder jurar na Chancelaria por procurador (6 de Janeiro de 1750); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Janeiro de 1750); **Desembargador titular da Casa da Suplicação** e lente de leis da Universidade de Coimbra (alvará de **Superintendente do Rio Mondego** e obras desta cidade de 16 de Novembro de 1752); **Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação**

com exercício nas férias da dita universidade (carta de 11 de Julho de 1754), carta de Desembargador *ad honorum* (16 de Julho de 1754), provisão para jurar na Chancelaria servir o lugar de Desembargador Agravista honorário (3 de Agosto de 1754), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (5 de Agosto de 1754), carta de Desembargador (26 de Março de 1758), carta de Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação (26 de Maio de 1758), provisão para jurar na Chancelaria e tomar posse por procurador do lugar de Desembargador (5 de Junho de 1758); **Juiz dos Feitos da Coroa** (carta de 18 de Abril de 1765), carta (18 de Maio de 1765); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 21 de Novembro de 1766); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 21 de Novembro de 1766); **Deputado da Mesa Censória** (carta de 19 de Maio de 1768). Recebeu provisão para se pôr em sequestro os rendimentos da Quinta e Prazo da Curujeira junto a Coimbra (4 de Novembro de 1763), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (30 de Março de 1767), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (13 de Janeiro de 1768), e alvará de mercê de tença para seu irmão e para sua sobrinha (20 de Julho de 1768).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Tentúgal. A mãe e avô materno são naturais de Coimbra. A avó paterna é natural de Vagos. A avó materna é natural da Lousã. Os familiares referidos são de conhecida nobreza e das principais famílias da Comarca. O habilitante é, à data de Agosto de 1745, solteiro (LB).

* **Pedro Vieira da Silva** (Bacharel), nascido em 1596, natural de Leiria, filho de Gaspar Rebelo da Guerra e de D. Clemência Vieira da Silva, neto materno de Martim de Távora Nogueira e D. Maria Leme.

Foi **Deputado do Fisco de Coimbra; Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 27 de Outubro de 1627); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1635); **Juiz da Coroa da Casa da Suplicação; Conselheiro do Conselho da Fazenda** (1641); **Secretário de Estado** (1645).

Observações: Foi Colegial de Colégio de São Paulo (9 de Abril de 1624). Esteve presente nos autos de levantamento e juramento de D. Afonso VI (15 de Novembro de 1656), e de D. Pedro II (9 de Junho de 1668) (MM).

Pedro de Vilas Boas e Sampaio (Doutor graduado de 1712 para 1713), natural de Barcelos, filho do Dr. António Vilas Boas (ou António Vilas Boas e Sampaio) e de D. Maria Ferrão de Almeida, neto paterno de Diogo de Vilas Boas Caminha e D. Ana de Carvalho e Sampaio, e

neto materno de Baltasar de Faria Machado e D. Madalena Pereira.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 13 de Setembro de 1731); **Desembargador titular da Relação do Porto** com exercício nas férias (carta de mercê de 13 de Setembro de 1731), provisão para tomar posse por proprietário do lugar titular de Desembargador da Relação do Porto (30 de Outubro de 1731); **Desembargador titular da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Julho de 1737).

Observações: Os pais e avós são naturais de Barcelos e aí moraram. O pai era doutor e Desembargador da Relação do Porto. Trata-se de uma das mais qualificadas e nobres famílias de Barcelos e respectiva Comarca. O habilitante tem um irmão inteiro chamado Baltasar de Faria que serve, à data da inquirição, de inquisidor da Inquisição de Coimbra. O habilitante, para lá de clérigo de ordens de missa, é lente de leis na Universidade de Coimbra e colegial do colégio de S. Pedro. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Rafael Pires Pardiniho (Bacharel em leis; Licenciado), nascido em 1672 ou 1673, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santo Estêvão de Alfama, filho de Francisco Pires e de Maria Gonçalves, neto paterno de Manuel Mateus e Maria Francisca, e neto materno de Miguel Gonçalves e Maria Dias.

Foi **Juiz de Fora de Santiago do Cacém** (carta); **Ouvidor-Geral da Capitania de São Paulo** por três anos com beca (carta de 8 de Março de 1717); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos de São Paulo** (alvará/provisão de 10 de Março de 1717); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 30 de Outubro de 1733), provisão para tomar, por seu procurador, posse do lugar de Desembargador (17 de Novembro de 1733), **Conselheiro Ultramarino** (carta de 23 de Setembro de 1743), alvará de ordenado de 300\$000 réis como Conselheiro (19 de Outubro de 1743), carta de privilégio de Desembargador do Conselho Ultramarino (12 de Abril de 1745), carta de título do Conselho (26 de Agosto de 1754). Recebeu padrão de 20\$000 réis de tença, padrão de 200\$000 réis de juro no Conselho Ultramarino (11 de Janeiro de 1751), e padrão de 120\$000 réis de juro no Conselho Ultramarino (16 de Agosto de 1753)

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Esgueira. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. A avó materna é natural da vila de Angeja. O pai foi em Esgueira pescador e, passando para Lisboa, onde se casou, foi calafate nas naus da carreira do Brasil e piloto da carreira da Índia, tendo falecido neste último cargo. O pai para lá de capitão era familiar do Santo Ofício e cavaleiro professo da ordem de Santiago. Os avós paternos eram lavradores vivendo das suas fazendas. O avô materno foi pescador do alto e

do rio. O habilitante é, à data de Outubro de 1700, solteiro e morador em Lisboa na freguesia de Santo Estêvão. O habilitante é cavaleiro da ordem de Santiago (LB).

Raimundo Coelho de Melo (Bacharel em cânonos), nascido em 1717 ou 1718, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Nicolau, filho de Francisco Coelho de Melo e de D. Ângela Maria de Gouveia, neto paterno de Diogo Vaz de Melo e D. Maria de Castro, e neto materno de Bartolomeu da Costa e D. Maria da Encarnação. Foi **Ouvidor da vila de Castanheira** (carta do lugar de 15 de Maio de 1747), provisão para que possa levar 20\$000 réis de aposentadoria cada ano com o lugar em que foi provido (10 de Setembro de 1749); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 21 de Janeiro de 1752; **Juiz Conservador dos Moedeiros da Baía** (provisão de 6 de Fevereiro de 1754); **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 26 e 28 de Janeiro de 1756), provisão para tomar posse do dito lugar por procurador (5 de Março de 1756), alvará de aposentado no dito lugar (24 de Maio de 1765), alvará de 200\$000 réis de ordenado de aposentado (27 de Novembro de 1765). Recebeu alvará de foro de fidalgo (25 de Fevereiro de 1693), alvará de fidalgo da Casa Real, 5 de Maio de 1738), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (11 de Março de 1746).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da Ilha Terceira. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O pai viveu sempre das fazendas do seu morgado e era fidalgo da Casa de Sua Majestade. A mãe era irmã do defunto bispo de Lacedemónia, chamado Valério da Costa Gouveia. O avô paterno era fidalgo da Casa de Sua Majestade. O avô materno serviu um ofício na alfândega do tabaco, e foi criado de Sua Majestade no foro de reposteiro. O habilitante é fidalgo da Casa de Sua Majestade, e tem parentes habilitados pelo Desembargo do Paço, Santo Ofício e Mesa da Consciência e Ordens. O habilitante é, à data de Outubro de 1743, solteiro e morador em Lisboa ao Carmo (LB).

Roberto António Xavier de Oliveira (Bacharel em leis), nascido em 1727 ou 1728, natural de Vila Verde dos Francos da Comarca de Torres Vedras, filho de Francisco Nunes Xavier e de Isabel Maria de Franca, neto paterno de João Nunes e Antónia das Neves, e neto materno de Luís Franco de Horta e Feliciano Maria de Oliveira.

Foi **Auditor do regimento de Conde do Prado** (carta de 13 de Janeiro de 1766); **Superintendente do tabaco das Três comarcas** (carta de 18 de Dezembro de 1779); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentação de 17 de Setembro de 1786), alvará de 20\$000 réis de aposentadoria

em Desembargador (26 de Outubro de 1786). Recebeu (com sua mulher) provisão de aprovação do testamento de mão comum (6 de Junho de 1778), carta de padrão de tença de 8\$000 réis anuais assentados num dos Almojarifados do Reino (4 de Setembro de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título do hábito da Ordem de Cristo num dos Almojarifados do Reino (27 de Novembro de 1779), (por cabeça de sua mulher) provisão de dispensa de lapso de tempo e insinuação dotal que lhe fez José António Vampraet e sua mulher (11 de Junho de 1792), (com sua mulher) carta de confirmação da doação de bens que lhe fez José António Vamprat e sua mulher (3 de Agosto de 1792), alvará de mercê para a sua filha D. Maria Leonor Honorata de Macedo Coelho Vamprat da capela que na vila de Torrão instituíra o beneficiado Tomás Pires de Carvalho (16 de Janeiro de 1795), carta de mercê de administração da capela que na vila de Torrão instituíra o beneficiado Tomás Pires de Carvalho para se verificar em sua filha D. Maria Leonor Honorata de Macedo Vamprat (8 de Junho de 1795), e carta de administração da capela instituída em Torrão pelo bacharel Tomé Pires de Carvalho para se verificar em sua filha D. Maria Leonor Honorata de Macedo Coelho Vamprat (17 de Junho de 1795).

Observações: Os pais e avós paternos são naturais da freguesia de S. Pedro de Coimbra. A mãe e avós maternos são naturais de Vila Verde de Francos. O pai exerceu o cargo de Escrivão da Câmara de Vila Verde de Francos por mais de 45 anos. Os pais e avós maternos viviam das suas fazendas sem darem jeiras por dinheiro nem servirem a outros. O avô paterno foi soldado de infantaria nas tropas de Sua Majestade. O avô materno serviu algumas vezes de Juiz ordinário de Vila Verde dos Francos e era dos principais dessa vila. O habilitante mora, à data de Abril de 1753, em Lisboa a Santa Marta e é à data de Janeiro de 1754 solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Roberto Car de Ribeiro (Bacharel), também *Roberto Car*, natural de Lisboa, filho de Barnabé (ou Bernardo) Car Ribeiro.

Foi **Superintendente do tabaco em Pernambuco** (alvará); **Provedor dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará); **Juiz de Fora de Olinda** (carta); **Ouvidor-Geral da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro** (cartas de 10 de Dezembro de 1708 e 10 de Dezembro de 1709); **Provedor das fazendas, dos defuntos e ausentes, capelas e residuos da Capitania do Rio de Janeiro** (alvará de serventia do ofício de 3 de Abril de 1709); **Juiz do fisco do Rio de Janeiro** (alvará para vestir a beca honorária de Desembargador para continuar a ocupação de Juiz, com a mercê no fim deste de Desembargador da Relação da Baía, de 12 de Agosto de 1712); **Desembargador da Relação do Porto** por seis

anos (provisão de mercê de 20 de Janeiro de 1715); **Escrivão da alfândega e Almojarifado do Rio de Janeiro** (carta da propriedade do ofício de 20 de Janeiro de 1719), alvará de faculdade para nomear serventuário ao ofício de Escrivão (11 de Fevereiro de 1719), alvará para poder renunciar em pessoa apta o ofício de Escrivão (7 de Março de 1719), verba que declara poder renunciar em pessoa apta o ofício de Escrivão (23 de Março de 1719); **Desembargador da Casa da Suplicação** (provisão para lhe ser conservada a sua antiguidade da preferência do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação de Maio de 1721); **Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Outubro de 1739), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador (8 de Março de 1740); **Escrivão da Receita e Despesa da Casa da Moeda de Lisboa** (carta da propriedade do ofício de 5 de Agosto de 1727), alvarás para nomear serventuário no ofício de Escrivão (17 de Junho e 17 de Julho de 1754). Recebeu verba de 21\$000 réis de juro, apostila de 21\$000 réis de juro, carta de confirmação de sesmaria de uma sorte de terras na freguesia de S. Gonçalo onde chamam Stataitim [sic] com mil braças de testador, meia légua de sertão em que tinha um engenho de fazer açúcar (17 de Agosto de 1718), carta de confirmação de sesmaria de uma légua de terra em quadro correndo a testada pelo rumo da Aracatibá e o sertão pelo rio Guaxandiba (2 de Maio de 1725), provisão de licença para poder comprar ou trocar as matas e barreiras de que trata (14 de Novembro de 1726), e provisão de licença para mandar suas filhas para o Reino (18 de Fevereiro de 1741).

Rodrigo António de Melo Ataíde (Bacharel em cânones) também *Rodrigo António de Melo*, também *Rodrigo António de Melo e Almeida*, nascido em 1733 ou 1734, natural das Caldas da Rainha, filho de João de Melo e Ataíde e de D. Maria Joaquina de Amorim, neto paterno de José da Silva Rego e D. Maria Luísa de Ataíde, e neto materno de José Rodrigues da Silva e D. Isabel Maria de Amorim.

Foi **Corregedor da Comarca de Santarém** (carta de 17 de Dezembro de 1774), **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Março de 1779); **Desembargador da Casa da Suplicação** com exercício de Corregedor de Santarém (carta de 18 de Fevereiro de 1784); **Escrivão das Matanças do Campo do Curral** (provisão/carta de propriedade de ofício de 22 de Fevereiro de 1787), licença para nomear serventuário do ofício de Escrivão (8 de Maio de 1788), ofício de Escrivão das Matanças do Campo do Curral (22 de Fevereiro de 1789), provisão para

juar por procurador; **Desembargador Agravista** (alvará de aposentado na mesa dos agravos com todo o ordenado de 11 de Março de 1790). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (12 de Março de 1752), carta de padrão de tença de 28\$000 réis (20 de Março de 1762), padrão de 28\$000 réis de tença (20 de Março de 1762), e provisão para conhecimento de causa (29 de Abril de 1770).

Observações: Recebeu certidão negativa a 23 de Julho de 1803, com 67 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais de Óbidos. A mãe e avós maternos são naturais de Caldas da Rainha. Os pais e avós gozavam de distinta nobreza e serviram os cargos honrosos da república. O avô paterno exerceu o cargo de Provedor e Almojarife do Hospital Real das Caldas da Rainha, depois de aí ocupar o de Vereador. Parece que o avô paterno era proprietário do ofício de Escrivão da Câmara de Óbidos. O habilitante é, sensivelmente à data de Novembro de 1754, solteiro e morador em Lisboa aos Anjos. O habilitante é bom estudante (LB).

Rodrigo Anveres (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 25 de Junho de 1672).

Rodrigo Botelho (Bacharel).

Foi **Desembargador da Suplicação** (1640); **Desembargador do Desembargo do Paço** (1643); **Conselheiro do Conselho da Fazenda**.

Observações: Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. João IV a 15 de Dezembro de 1640 (MM).

Rodrigo Bravo Cardoso Torres (Bacharel), também *Rodrigo Barba Cardoso Torres*, também *Rodrigo Bravo Cardoso de Torres*.

Foi **Corregedor da Comarca de Pernambuco** (carta do lugar de 6 de Outubro de 1800); **Corregedor da Comarca de Penafiel** (carta de 6 de Novembro de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Março de 1807). Recebeu carta de padrão de tença de 40\$000 réis num dos Almojarifados do Reino que lhe renunciou Luís António Sarmento da Maia (18 de Março de 1786), carta de padrão de tença efectiva cada ano de 40\$000 réis pela renúncia de Pascoal Gong [sic] do Paço (18 de Março de 1786), e carta de padrão de tença de 40\$000 réis num dos Almojarifados do Reino que lhe renunciou António Lobo de Melo e Castro dos 200\$000 réis com que foi deferido (26 de Outubro de 1787).

Rodrigo Coelho Machado Torres (Licenciado e Bacharel em leis e cânones), também *Rodrigo Coelho Machado*, nascido em 1718 ou 1719, natural da freguesia de S. Pedro Fins de Ferrei-

ra do termo do Porto, filho de Manuel Coelho Torres e de Maria Machada de Abreu, neto paterno de João Coelho e Catarina da Torre, e neto materno de Manuel Gonçalves Casanova e Maria Machada de Abreu.

Foi **Tabelião do Público, Judicial e Notas do concelho de Aguiar de Sousa** (alvarás de 15 de Junho e 15 de Julho de 1748); **Escrivão do Público do concelho de Aguiar de Sousa** (alvará do ofício de 15 de Julho de 1748); **Juiz de Fora de Beja** (carta de Desembargador da Relação da Baía com posse de Desembargador da Relação do Porto de 21 de Maio de 1763); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 21 de Maio de 1763); **Juiz Conservador do Contrato do Sal na Capitania da Baía** (provisão de 24 de Fevereiro de 1764); **Juiz das Casas das Capitánias e resíduos** (provisão de 4 de Fevereiro de 1768); **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 5 de Setembro e 5 de Novembro de 1771); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Dezembro de 1778); **Juiz Geral das Coutadas do Reino** (carta de 11 de Agosto de 1781); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Agosto de 1783); **Conselheiro do Ultramar** (alvará de aposentado no Conselho do Ultramar de 7 de Janeiro de 1794), carta de Conselheiro (27 de Janeiro de 1794), carta do título do Conselho (30 de Janeiro de 1794). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis a título de hábito (20 de Julho de 1763), (e outros) provisão ao Conde Aposentador-mor que lhe nomeia os ditos para administradores da sua casa (9 de Outubro de 1782), e carta de confirmação da doação de bens que fez a D. Ana Rita Cássia (10 de Novembro de 1798).

Observações: Todos os familiares são naturais da freguesia de S. Pedro Fins de Ferreira do termo do Porto, exceptuando o avô paterno que é natural da freguesia de S. Salvador de Meixomil do mesmo termo. Os pais e avós eram pessoas ricas que viviam do negócio de contratos para Lisboa e Brasil. O habilitante é, à data de Outubro de 1744, solteiro e mora à data de Dezembro seguinte em S. Pedro Fins de Ferreira. O habilitante é bom estudante (LB).

Rodrigo Homem de Brito (Bacharel), nascido em 1675, natural do Fundão, filho de Manuel Freire de Matos e de Maria Barreto.

Foi **Juiz de Fora de Lafões** (1705); **Ouvidor do Crato** (1714); **Corregedor de Pinhel** (carta de 31 de Dezembro de 1718); **Provedor de Viseu** (carta de 19 de Outubro de 1725); **Desembargador da Relação do Porto** (1728). Recebeu alvará de administração de capela (20 de Julho de 1716), e carta de quitação de Memposteiro-mor dos Cativos de Viseu (15 de Maio de 1753).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 8 de Outubro de 1680 (HOC).

Rodrigo Manuel de Carvalho (Doutor), nascido em 1745, natural de Lorvão, filho de José Gomes Baptista e de Maria Josefa Botelho de Carvalho.

Foi **Provedor de Tomar** (carta de 20 de Abril de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Setembro de 1789); **Corregedor do cível da Relação do Porto** (carta de 4 de Maio de 1802). Recebeu provisão de dois meses de licença (3 de Julho de 1783).

Rodrigo de Meneses (D.) (Bacharel), filho de D. Pedro de Meneses (ou Francisco de Sousa). Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** com todos os privilégios (carta de 11 de Janeiro de 1641), carta (12 de Janeiro de 1641); **Escrivão das Apelações da Casa da Suplicação** (alvará de 18 de Fevereiro de 1642); **Regedor da Casa da Suplicação** por três anos (carta de 13 de Outubro de 1656); **Presidente da Mesa do Desembargo do Paço** (carta de 29 de Julho de 1663), alvará para que vença o ordenado de Presidente (2 de Dezembro de 1669); **Escrivão dos Contos do Reino** (alvará de 7 de Junho de 1670). Recebeu carta de padrão de 300\$000 réis de tença (18 de Junho de 1660), alvará transferindo os 200\$000 réis de pensão em bispados vagos em renda seculares (26 de Maio de 1662), carta de lezíria ou capitania da Mesa da Coroa junta à Galega (3 de Dezembro de 1665), alvará de mouchões em Santarém pagando de foro à Real Fazenda dois moios de cevada cada ano (19 de Junho de 1667), alvará de aforamento de mouchões de terra em Santarém, carta de lezíria-capela junto da Golegã, alvará para que os 200\$000 réis que tem de tença se assentem em qualquer um dos Almojarifados do Reino (29 de Julho de 1667), comenda de Juromenha que era de Dinis de Melo (18 de Maio de 1668), comenda de Idanha (1 de Dezembro de 1668), comenda de Juromenha (7 de Janeiro de 1669), Alcaidaria-mor de Juromenha (7 de Janeiro de 1669), administração por um ano da comenda de Idanha-a-Nova (6 de Maio de 1669), comenda de Idanha a Nova (20 de Julho de 1669), Alcaidaria-mor de Idanha-a-Nova (3 de Maio de 1670), comenda de Idanha para seu filho (13 de Outubro de 1675), e comenda da Alcaidaria-mor de Idanha para seu filho (7 de Novembro de 1675). **Observações:** Foi Fidalgo da Casa Real (RGM).

Rodrigo de Oliveira Zagalo (Bacharel; Licenciado), nascido em 1670 ou 1671, natural da Caparica do termo de Almada, filho de Manuel

de Espinosa Zagalo e de D. Joana de Campos, neto paterno de Rui Dias de Espinosa Zagalo e Maria Rafaela das Neves, e neto materno de Agostinho de Oliveira Rebelo e D. Guiomar de Campos.

Foi **Corregedor de Leiria** (carta); **Corregedor do crime da Rua Nova** (carta); alvará para poder vestir a beca de Desembargador para pegar na vara do pálio (7 de Setembro de 1708); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Novembro de 1712), alvará para jurar por procurador e tomar posse de um lugar de Desembargador (10 de Dezembro de 1712), alvará para prestar juramento por procurador (7 de Janeiro de 1715), provisão de licença de quatro meses (27 de Novembro de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Dezembro de 1715), provisão de dois meses de licença para aprontar para ir à Casa da Suplicação exercitar o seu lugar (13 de Fevereiro de 1716); **Promotor da Justiça da Casa da Suplicação** (carta de mercê do cargo de 22 de Abril de 1719); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de mercê de 19 de Junho de 1725); **Procurador da Fazenda Real** (carta de 16 de Março de 1730), alvará aceitando-lhe a desistência do lugar de procurador da Fazenda Real percebendo as propinas do dito lugar (4 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 20 de Março de 1738), carta do título do Conselho (17 de Abril de 1738), carta de título (17 de Maio de 1738). Recebeu carta de padrão de 8\$000 réis de tença (13 de Julho de 1702), carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (16 de Julho de 1702), alvará para vestir beca para levar a vara do pálio com os ministros do Senado (7 de Setembro de 1708), carta de tença de 48\$000 réis (12 de Novembro de 1717), verba de 60\$899 réis de juro em Lamego (3 de Março de 1723), apostila de 16\$000 réis de juro na Casa das Carnes graça por tença separada como administrador da capela instituída por Rui Correia Lucas (13 de Setembro de 1723), apostila de 34\$000 réis de juro na Casa das Carnes como administrador da capela instituída por Rui Correia Lucas (13 de Setembro de 1723), apostila de 24\$000 réis de juro na Casa das Carnes como administrador da capela de Rui Correia Lucas (14 de Setembro de 1723), apostila de 10\$400 réis de juro (14 de Setembro de 1723), verba de 51\$200 réis de juro na Casa das Carnes (15 de Setembro de 1723), apostila de 60\$899 réis de renda como administrador da capela instituída por Rui Correia Lucas (23 de Dezembro de 1723), provisão para que o dito possa aforar a quinta de que se trata não obstante ser da capela (19 de Março de 1725), (e outros) provisão para que os ditos possam

levar as espórtulas pelo trabalho que não-de ter em ver os autos de que tratam (17 de Novembro de 1725), provisão para que os suplicantes possam celebrar o contrato de que fazem menção (22 de Setembro de 1731), provisão a António Guedes Pereira para trocar com o sobredito uma vinha em Pera termo de Almada por um juro de 15\$000 réis (4 de Janeiro de 1738; tem verba que a anula), carta de legitimação para sua filha Josefa Teresa Zagalo (13 de Fevereiro de 1740), apostila de 20\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa (7 e 20 de Agosto de 1741), alvará de foro de fidalgo da Casa Real (20 de Dezembro de 1741), alvará de moradia de 2000\$000 réis (30 de Janeiro de 1743), verba de 35\$565 réis de juro (2 de Janeiro de 1744), padrão de 15\$565 réis de juro no rendimento do tabaco (27 de Abril de 1744), e provisão a José de Almeida Rebelo para poder sub-rogar umas casas pertencentes à capela de Rui Lucas Dias que administrava (20 de Maio de 1744). **Observações:** O pai e avós paternos são naturais da sua quinta de Caparica no termo de Almada. Os avós maternos e provavelmente a mãe são naturais da freguesia de Santa Ana de Lisboa. O pai serviu de capitão e pela sua parte era das principais famílias do termo de Almada. O avô paterno descendia dos senhores de Vila Fernando. O avô materno ainda é vivo e foi Desembargador. O habilitante é, à data de Novembro de 1695, solteiro e assistente em Caparica. O habilitante é bom estudante (LB).

Rodrigo Rebelo da Silva (Bacharel em leis), natural da freguesia de Nossa Senhora do Alecrim de Lisboa, filho de Francisco Rebelo Homem e de D. Mariana da Silva Pereira, neto paterno de Diogo de Lisboa e Isabel Gomes, e neto paterno de Rui da Silva Pereira e D. Catarina Duque. Foi **Ouvidor-Geral de S. Paulo em Angola** (carta), alvará para vestir beca; **Provedor dos defuntos e ausentes de Angola** (alvará); **Provedor da Fazenda de Angola** (alvará); **Desembargador suplente da Relação da Baía** por tempo de seis anos (carta de 10 de Setembro de 1709), alvará para tomar posse por procuração do lugar (5 de Novembro de 1709). Recebeu carta de padrão de tença de 8\$000 réis (3 de Janeiro de 1699), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (19 de Janeiro de 1699), alvará de licença para casar em Angola sem embargo de ser Ouvidor do mesmo Reino (26 de Novembro de 1706), provisão para sair de Angola para o Brasil ou para este Reino com sua mulher e família (3 de Julho de 1707), e alvará para voltar com sua família de Angola para o Reino (3 de Julho de 1707).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Barcarena do termo de Lisboa. A mãe e avô materna são naturais da freguesia de S. Paulo de Lisboa. A avó paterna é natural de Benfica do termo da dita cidade. O avô materno é natural da Ilha do Pico. O pai foi capitão de infantaria em

Lisboa, e serve presentemente de ajudante da torre de Belém. A mãe tem um irmão, chamado João Pereira da Silva, que é familiar do Santo Ofício e cavaleiro do hábito de Cristo. Os pais moram em Belém. Os avós paternos eram pessoas honradas que viviam das suas fazendas, cujo amanho estava entregue aos seus criados. O avô materno era capitão-mor e comendador da Ordem de Cristo. O habilitante é, à data de Novembro de 1692, solteiro. O habilitante é estudante suficiente e pretende habilitar-se à Ordem de Cristo (LB).

Rodrigo Rodrigues de Lemos (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 14 de Março de 1641); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Novembro de 1648); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 11 de Julho de 1657), alvará para abrir assento dos quatro moios de trigo e 44\$000 réis de ordenado pelo cargo (25 de Agosto de 1657); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Julho de 1660); **Conselheiro de Estado** (carta de 21 de Novembro de 1661); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 27 de Janeiro de 1664), alvará de ordenado; **Chanceler das Três Ordens Militares** (alvará de 21 de Janeiro de 1667), provisão de Chanceler das Ordens Militares vago por falecimento do Dr. Jorge da Silva Mascarenhas (21 de Janeiro de 1667); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 40\$000 réis anuais (29 de Julho de 1647), carta de confirmação de 50\$000 réis na comenda de Santa Maria de Moreiras (20 de Outubro de 1654), e comenda de Santa Maria de Moreiras (23 de Julho de 1677).

Rodrigo de Sá Mendonça Godolfim (Licenciado em leis em 1791), também *Rodrigo de Sá Mendonça*, também *Rodrigo de Sá Goldofinho*, também *Rodrigo de Sá Mendonça Godolfim*, nascido em 1757 ou 1758, natural de Pias da Comarca de Tomar, filho de Estêvão de Sá Mendonça e de D. Maria Inácia Cabral da Cunha Godolfim, neto paterno de Rodrigo de Sá e Mendonça e D. Ana Maria de Araújo, e neto materno de José Cabral da Cunha Godolfim e D. Joana Teresa Garcês (ou Gracês).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Janeiro de 1815), carta de mercê de Desembargador com exercício no de **Corregedor da Comarca de Ourém** (carta de mercê de um lugar ordinário de 10 de Janeiro de 1815), provisão para jurar por procurador como Desembargador (2 de Março de 1815).

Observações: O pai e avós paternos são naturais da vila de Pias da Comarca de Tomar. Os avós maternos são naturais de Lisboa. O defunto pai foi capitão-mor da vila de Pias. A

mãe foi açafata. O avô paterno foi cavaleiro professo na Ordem de Cristo e Almotacé da comenda da vila de Dornes, ofício este que era seu de propriedade e ainda está na mesma casa. O avô materno foi preste [sic] dos moços da Câmara de Sua Majestade. O habilitante é, à data de Maio de 1792, solteiro. O habilitante tem tomadas as ordens menores e é bom estudante (LB).

Romão José da Rosa Guião e Abreu (Doutor). Foi **Corregedor de Elvas** por tempo de três anos (carta de 7 de Novembro de 1737); **Conservador do tabaco na Comarca de Elvas** (provisão de 13 de Maio de 1738), provisão de licença para vir à Corte (18 de Agosto de 1739); **Corregedor do crime dos Remolares** (carta de 30 de Abril e Maio de 1747); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 e 11 de Fevereiro de 1750), provisão de licença por dois meses para poder estar ausente do dito lugar (16 de Maio de 1750); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Setembro de 1753); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Maio de 1765); **Conselheiro do Conselho da Real Fazenda** (carta de 18 de Agosto de 1778). Recebeu provisão para se lhe passar carta de seguro (17 de Novembro de 1736), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (7 de Fevereiro de 1755), provisão para como testamenteiro do Desembargador Sebastião Franco fazer leilão dos seus bens à porta do dito falecido (16 de Fevereiro de 1786), e comenda de Santo Ildefonso para seu filho (17 de Julho de 1793).

Observações: Recebeu certidão negativa a 30 de Outubro de 1802 (RGM).

Roque Francisco Furtado de Melo (Bacharel em leis em 1797), também *Roque Franco Furtado de Melo*, também *Roque Furtado de Melo*, nascido em 1773 ou 1774, natural de S. Roque da Ilha do Pico, filho de José Francisco Furtado e de D. Brígida Ferreira de Melo, neto paterno de Caetano Pereira Furtado e D. Vitória Tomásia da Conceição, e neto materno de Caetano Ferreira de Melo e D. Luísa Teresa de Simas.

Foi **Ouvidor das ilhas de Cabo Verde** (carta de 4 de Fevereiro de 1800); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos das ilhas de Cabo Verde** (alvará do ofício de 10 de Fevereiro de 1801); **Juiz de Fora da vila do Faial** (carta de 12 de Dezembro de 1801), alvará de graduação com o lugar de Juiz de Fora da Ilha do Faial (2 de Outubro de 1802); **Juiz de Fora da Ilha de S. Miguel** (carta do lugar de 11 de Julho de 1806); **Juiz de Fora de Ponta Delgada** (carta de mercê do lugar de 11 de Julho de 1806), provisão para aumento da sua aposentadoria (26 de Julho de 1814); **Desembargador**

da Relação do Porto (carta de mercê de um lugar de 8 de Novembro de 1819), provisão para posse de Desembargador da Relação do Porto não obstante a falta da carta de mercê (12 de Novembro de 1819), alvará de Desembargador aposentado da Relação do Porto (20 de Agosto de 1821), alvará de assentamento como Desembargador aposentado da Relação do Porto (7 de Janeiro de 1822), apostila de declaração de ordenado como Desembargador aposentado da Relação do Porto (21 de Fevereiro de 1822), verba de se lhe haver passado apostila de declaração do ordenado como Desembargador da Relação do Porto (5 de Março de 1822), alvará para ser reintegrado no lugar de Desembargador da Relação do Porto (29 de Julho de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Abril de 1825); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 7 de Novembro 1829); **Juiz Conservador da Nação Britânica** (carta de 12 de Janeiro de 1830). Recebeu provisão de licença para casar com D. Maria Carlota da Câmara (21 de Junho de 1813), carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo (25 de Fevereiro de 1823), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro da Casa Real (22 de Julho de 1818).

Observações: Os pais e avós são naturais do concelho de S. Roque do Pico. O pai é sargento-mor das ordenanças de S. Roque. Os pais e avós são dos mais qualificados da Ilha do Pico, e aí serviram os cargos honoríficos. O habilitante é, à data de Dezembro de 1798, solteiro e morador em Lisboa na Rua Direita de S. José. O habilitante é bom estudante (LB).

Roque de Monteiro Paim (Doutor), natural de Lisboa, filho de Pedro Fernandes Monteiro e de D. Constança de Paim, neto paterno de Martim Fernandes Monteiro e Isabel Vaz da Guerra, e neto materno de Roque Álvares Franco e Leonor Rodrigues de Paim.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Junho de 1666); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Setembro de 1666); **Conselheiro** honorário (carta de 3 de Janeiro de 1674), alvará para haver o ordenado de Conselheiro da Fazenda da Casa e Espada (8 de Agosto de 1681), alvará de ordenado de Conselheiro da Fazenda, alvará para haver seis moios de [?] e cinco alqueires de cevada com o cargo de Conselheiro da Fazenda (8 de Agosto de 1681), carta de Conselheiro. Recebeu carta da comenda de Santo António dividida da de S. Gens de Paradas (20 de Fevereiro de 1662), carta da comenda de Santa Maria de Campanhã pelos serviços do Dr. Pedro Fernandes Monteiro (24 de Março e Abril de 1665), padrão de 200\$000 réis de tença, alvará para que se assentem num Almoxarifado do Reino os 200\$000 réis (11 de Novembro de 1673), verba de mudança de tença,

carta de doação da terra da vila de Caio (21 de Agosto de 1679), alvará para que os 200\$000 réis que tem de tença sejam assentes no rendimento das ilhas (20 de Abril de 1681), doação de Villacais, doação das Saboarias de Portalegre, carta dos reguengos da Maia e Agrela, padrão de 20\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, doação dos padroados de S. Miguel de Matamouros, padrão de 8\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, padrão de 40\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, padrão de 72\$000 réis de juro na alfândega de Lisboa, doação das rendas dos direitos reais de Alva, padrão de 200\$000 réis de tença, alvará de sub-rogação de bens vinculados, alvará para aforar bens de morgado, alvará de sub-rogação de bens de morgado, alvará de mercê do morgado de Alva, alvará de emprazamento de montados em Campanhão, verba de 20\$000 réis de juro, verba de 72\$000 réis de juro, verba de 8\$000 réis de juro, verba de 40\$000 réis de juro, carta de seis moios de terra no Lizirão das Atalaias, alvará de confirmação de contrato, verba de 200\$000 réis de tença, alvará para continuar um tombo, e alvará de lembrança de duas vidas mais nos bens da Coroa que possuía para sua filha D. Constância Luísa Monteiro Paim (26 de Fevereiro de 1702).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Monforte. Os avós maternos e provavelmente a mãe são naturais de Veiros. O pai é Desembargador do Desembargo do Paço e do Conselho de Sua Majestade. O avô paterno era dos principais de Monforte, possuindo muitas fazendas. O avô paterno, para lá de proprietário do ofício de Juiz dos órfãos de Monforte, foi Provedor da Misericórdia e mordomo-mor do hospital da mesma vila. Os avós maternos viveram algum tempo no termo de Monforte, havendo o avô materno servido de Juiz e Vereador naquela vila e em Veiros. O avô materno era pessoa rica que possuía cavalos de estado e detinha muitos escravos. O habilitante foi colégio do Colégio de S. Paulo, e é cavaleiro e comendador do hábito de Cristo (LB).

Roque Ribeiro de Abreu (Doutor e lente em cânones), natural da Vila de Midões da Comarca da Guarda, filho de Manuel Roque de Abreu e de Brites Monteiro Godinho, neto paterno de Roque Fernandes de Abreu e Ana Afonso, e neto materno de Pedro Ribeiro Furtado e Isabel Godinho da Costa.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Janeiro de 1689), carta de padrão de tença de 28\$000 réis (17 de Janeiro de 1689), carta de padrão de 28\$000 réis de tença (12 de Agosto de 1726), carta de padrão de tença efectiva anualmente em vida de 48\$000 réis para seu filho Luís

Ribeiro de Abreu (18 de Agosto de 1744), e alvará de sub-rogação de bens de capela.

Observações: Foi marido de D. Josefa Luísa de Lemos e genro do Desembargador Manuel Caldeira de Lemos (ver). O pai e avô paterna são naturais de Anseriz do termo de Avô. A mãe e avô materna são naturais da vila de Midões. O avô paterno é natural de Travanca do termo de Lagos da Beira. O avô materno é natural de Seixo da Comarca da Guarda. Os pais e avós viviam das suas fazendas, e ocuparam os cargos nobres da república. O habilitante tem um irmão familiar do Santo Ofício, chamado Nicolau Ribeiro. O habilitante é Deputado do Santo Ofício e cônego doutoral da sé do Algarve. Ao habilitante foi feita a mercê de um lugar de Desembargador titular da Casa da Suplicação (LB).

Rui Dias de Castro (Bacharel em leis), nascido em 1628 ou 1629, natural de Abrantes, filho de Diogo Freire de Sousa e de Brites de Mendanha Caldeira, neto paterno de Álvaro Gil Freire de Sousa e Júlia Freire Pereira, e neto materno de Rui Dias de Freitas de Castro e Antónia de Mendanha Caldeira.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Dezembro de 1675/); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta), alvará de posse por seu procurador. Recebeu apostila de 20\$000 réis de juro, alvará para ser admitido a judicatura pelo Senado de Lisboa, e alvará para que o Senado da Câmara o admita ao provimento da judicatura de que trata o alvará acima (11 de Abril de 1658).

Observações: Os pais e avós são naturais de Abrantes. Os pais e avós eram pessoas nobres e das principais de Abrantes. O avô paterno era proprietário do ofício de Juiz dos órfãos de Abrantes que serviu com muita satisfação. O avô materno era cavaleiro professo da Ordem de Cristo. O habilitante tem um tio paterno, chamado Francisco Freire de Sousa, que era cavaleiro professo do hábito de Cristo. O habilitante tem um tio materno, chamado Álvaro Soares de Castro, que para lá de cônego da sé de Lisboa e inquisidor da Inquisição dessa cidade, foi bispo eleito do Brasil. O habilitante tem um irmão familiar do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Outubro de 1657, solteiro e mora à data de Novembro seguinte em Lisboa (LB).

Salvador Taborda Portugal (Licenciado em leis e graduado no ano de 1654 para 1655), natural de Penamacor, filho de Domingos Antunes Portugal (ou Antunes Portugal) e de D. Isabel Taborda, neto paterno de Marcos Mendes Portugal e Violante Dias, e neto materno de Salvador Taborda e Isabel Lopes de Elvas.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Março de 1673); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Agosto de 1676); **Conselheiro da Fazenda**

supranumerário (carta de 18 de Outubro de 1682). Recebeu alvarás de uma vida mais nos 120\$000 réis que tem de tença (8 de Abril de 1676 e 25 de Fevereiro de 1678), carta de padrão de 40\$000 réis (18 de Fevereiro de 1679), padrão de 80\$000 réis de tença. **Observações:** O pai do agraciado é Doutor. Os pais e avós são naturais de Penamacor. O pai é licenciado. Os pais e avós eram pessoas muito nobres e da governança de Penamacor, tratando-se com seus criados e cavalos. O habilitante é, à data de Outubro de 1656, solteiro. O habilitante lê há três ou quatro anos cadeiras de substituição, e é opositor a elas. O habilitante é muito bom estudante, e cavaleiro professo da Ordem de Cristo (LB).

Sebastião de Abreu Castelo Branco (Bacharel em cânones), nascido em 1700 ou 1701, natural de Mangualde, filho de João de Abreu e de Maria Gracia, neto paterno de João de Abreu e Maria Borges, e neto materno de Francisco de Brito e Isabel Gracia.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (cartas de 12 e 13 de Outubro de 1737), provisão de comissão (18 de Agosto de 1744); **Juiz de Fora de Torre de Moncorvo** (carta de 3 de Junho de 1747); **Corregedor da Comarca da Guarda** (carta de 5 de Outubro de 1753), provisão para jurar na Chancelaria servir o dito lugar (9 de Novembro de 1753); **Corregedor da Comarca do Porto** (carta de 16 de Julho de 1760); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Outubro de 1768), provisão para jurar na Chancelaria por seu procurador exercer o lugar de Desembargador da Relação do Porto (11 de Novembro de 1768).

Observações: O pai é natural de Santiago do termo de Seia. A mãe e avós maternos são naturais de Sandomil da provedoria da Guarda. O avô paterno é natural de Freixiosa do concelho de Azurara da Beira e Comarca de Viseu. A avó paterna é natural de Pinhanços da Comarca da Guarda. Os pais assistiram algum tempo em Mangualde, onde o pai e avô paterno ocuparam os postos de Juiz ordinário e Vereador. O avô paterno casou em Santiago com a avó paterna e detinha fazendas em Freixiosa. Os pais e avó paterna também moraram em Santiago, onde viviam abastadamente das suas fazendas. Os avós maternos viviam com pobreza em Sandomil. O habilitante é, à data de Julho de 1729, solteiro e mora à data de Junho de 1733 no Porto, onde é Procurador dos advogados do Número da Relação, e Procurador da Misericórdia daquela cidade. O habilitante é bom estudante (LB).

Sebastião de Abreu Serrão (Bacharel; Licenciado).

Foi **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Leiria** por três anos (alvará de 25 de Novembro de 1642), provisão para que se possa fazer depósito de dinheiro segundo

está determinado na extravagante sobre os feitos e causas que pertencem ao cargo de Provedor (25 de Novembro de 1642), provisão para que haja o prémio e salário competentes pelo trabalho que tiver em tomar os contos na forma do regimento (25 de Novembro de 1642), alvará para que tenha prémio dos Selos e Chancelaria das cartas segundo o regimento (25 de Novembro de 1642), alvará de caminho quando for em diligência (25 de Novembro de 1642); **Corregedor da Comarca das Ilhas dos Açores** por tempo de três anos (carta de 3 de Fevereiro de 1648); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (alvará de 28 de Março de 1648); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Abril de 1659).

Sebastião Álvares Migas (Bacharel), natural de Elvas, filho de João Fernandes Migas.

Foi **Ouvidor da Índia** (carta de 17 de Março de 1653); **Desembargador da Relação de Goa** (1656). Recebeu alvará de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia pelos serviços prestados na Índia (10 de Abril de 1665).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 7 de Outubro de 1654 (HOC).

Sebastião António da Cruz Sobral (Bacharel em leis), também *Sebastião António da Cruz*, nascido em 1756 ou 1757, natural de Lisboa, filho de Anselmo José da Cruz Sobral (ou Anselmo José da Cruz) e de D. Maria Madalena Crocco, neto paterno de João Francisco da Cruz e D. Maria de Sousa, e neto materno de Carlos Maria Crocco e D. Clara Jacinta Donati.

Foi **Ouvidor da alfândega** (provisão para usar de beca com o lugar de 1 de Junho de 1781); **Desembargador da Relação do Porto** continuando o lugar de Ouvidor da alfândega (carta de 18 de Fevereiro de 1784), carta de privilégio de Desembargador (12 de Dezembro de 1787); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Setembro de 1789); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 22 de Julho de 1801); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 23 de Julho de 1801); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Agosto de 1801); **Aicaide-mor de Freixo de Numão** (alvará de mercê de 4 de Abril de 1802), carta da Alcaidaria-mor de Freixo de Numão (29 de Maio de 1802); **Conselheiro da Fazenda** (alvará para tomar assento no Conselho da Fazenda de 28 de Agosto de 1802). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença (8 de Outubro de 1779), alvará de acréscimo de moradia de fidalgo cavaleiro (9 de Maio de 1793),

alvará de comenda (10 de Abril de 1802), apostila confirmando-lhe a sucessão do senhorio de Sobral de Monte Agraço (2 de Junho de 1802), alvará de confirmação do senhorio honorífico de Sobral de Monte Agraço (16 de Junho de 1802), apostila de confirmação da doação do senhorio de Sobral de Monte Agraço (22 de Junho de 1802), verba do alvará de 16 de Junho de 1802 em que declara se passou apostila do senhorio honorífico da vila do Sobral (26 de Junho de 1802), alvará da comenda dos Moinhos de Soure da Ordem de Cristo (26 de Agosto de 1802), certidão da carta de doação do reguengo de Monte Agraço (20 de Maio de 1803), certidão de confirmação da composição feita entre o Rei e o Cabido de Évora sobre o reguengo de Monte Agraço e outros bens da Coroa (21 de Maio de 1803), certidão da carta de confirmação de D. Filipe III da doação de D. João I ao bispo de Évora da jurisdição de Monte Agraço (8 de Junho de 1803), alvará que declara que na carta do senhorio da vila de Sobral de Monte Agraço se entende pertencer-lhe a nomeação dos ofícios civis e mais regalias (19 de Junho de 1804), apostila de senhorio de terras (7 de Novembro de 1804), apostila de declaração para poder nomear os ofícios cívicos de Sobral de Monte Agraço cujo senhorio tinha (7 de Novembro de 1804), verba de se lhe ter passado apostila de declaração à outra de confirmação da doação do senhorio de Sobral para que também possa nomear os oficiais cívicos da dita vila (12 de Janeiro de 1805), e alvará da comenda dos Moinhos de Soure da Ordem de Cristo (20 de Novembro de 1805).

Observações: Recebeu certidão negativa a 13 de Janeiro de 1806 com 48 anos de idade (RGM). O pai e avós paternos são naturais de Lisboa. A mãe e avós maternos são naturais da República de Génova. O pai é fidalgo da Casa de Sua Majestade. O avô materno era reputado em Génova por pessoa de muita distinção. O habilitante tem um tio em Génova cônego na igreja metropolitana. O habilitante é, à data de Agosto de 1779, solteiro e mora à data de Outubro seguinte em Lisboa na Praça do Comércio na companhia do pai. (LB)

Sebastião António Gomes de Carvalho (Bacharel).

Foi **Juiz do crime do Bairro de Santa Catarina** (alvarás de predicamento do primeiro banco no lugar de 24 de Junho e 24 de Julho de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 23 de Fevereiro de 1804); **Corregedor do crime da primeira vara da Relação do Porto** (carta de 23 de Julho de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 21 de Setembro de 1816), carta de mercê de privilégios de Desembargador (24 de Julho de 1818); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 23 de Junho de 1821);

Conservador-Geral da Junta do tabaco (alvará de 20 de Julho de 1821); carta de ofício (20 de Julho de 1821); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Agosto de 1821), alvará de Desembargador da Casa da Suplicação aposentado (8 de Novembro de 1824), carta de aposentado com meio ordenado na Mesa da Consciência e Ordens (28 de Abril de 1825). Recebeu provisão de licença por dois meses de ausência de lugar (3 de Setembro de 1779), provisão de dispensa de inquirição para ler na Mesa do Desembargo do Paço (1 de Julho de 1797), carta de legitimação (14 de Fevereiro de 1799), carta de profissão de hábito (14 de Maio de 1803), carta do hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (30 de Maio de 1803), alvará que lhe concede revista na causa de que trata (26 de Outubro de 180?), provisão para que a revista que se lhe concede na causa tenha o seu devido efeito (9 de Novembro de 1810), carta de legitimação a sua filha D. Jacinta Antónia de Carvalho (1 de Outubro de 1818), e portaria de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada com faculdade para usar a respectiva insígnia (25 de Agosto de 1836).

Observações: Foi alferes do regimento de infantaria n.º 12 (RGM).

Sebastião Cardoso (Licenciado; Bacharel em leis em 1627), natural de Trancoso, filho de Sebastião Cardoso e de Violante Pinta, neto paterno de Pedro Cardoso Ribeiro e Mécia Luís, e neto materno de Cristóvão da Fonseca e Luísa Rebelo.

Foi **Juiz dos Feitos do Estado da Índia e Desembargador Agravista da Relação de Goa** (carta de 26 de Novembro de 1646), apostila para que sirva de Juiz dos Feitos da Fazenda e Coroa do Estado da Índia (17 de Janeiro de 1647), provisão para lhe serem pagos na Índia seus ordenados desde o dia em que partiu deste Reino (6 de Fevereiro de 1654). Recebeu alvará de uma praça morta de soldado enquanto viver (10 de Outubro de 1645), alvará de pensão anual de 50\$000 réis com o hábito da Ordem de Cristo numa das comendas da mesma Ordem (27 de Janeiro de 1656), e carta da igreja de S. Cristóvão de Nogueira em Lamego.

Observações: Os pais e avós são naturais de Trancoso e aí moraram. O habilitante tem muitos parentes cavaleiros dos hábitos de Cristo, Avis e Santiago, sendo primos co-irmãos dos avós. O habilitante é, à data de Outubro de 1629, solteiro. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Sebastião Cardoso de Sampaio (Licenciado por exame privado em cânones a 25 de Janeiro de 1658), natural de Trancoso ou Freches do concelho de Trancoso, filho de António Pais de

Aguilar e de Francisca de Saraiva Cardoso, neto paterno de Fernão Correia e Catarina Coelho de Sampaio, e neto materno de João Saraiva da Fonseca e Filipa Cardoso.

Foi **Juiz Comissário** (alvará e apostila); **Corregedor de Lamego** (carta); **Ouvidor-Geral do Rio de Janeiro** por três anos (carta de 7 de Outubro de 1660); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Outubro de 1668); **Chanceler do Porto** (carta), **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta). Recebeu 20\$000 réis de pensão com o hábito de Cristo (1 de Agosto de 1671), alvará de fidalgo cavaleiro com 2\$000 réis por mês e um alqueire de cevada por dia (3 de Junho de 1688), alvará de 4\$000 réis de ordinária, alvará para ser reconduzido no lugar de Provedor da Misericórdia, alvará de emolumento, e provisão de extinção do vínculo por ele instituído no termo de Trancoso a D. Rosa Jacinta e seus filhos (9 de Novembro de 1773).

Observações: Foi Desembargador do Desembargo do Paço, Distribuidor e Chanceler da Relação do Porto. Os pais moram em Freches. Os avós paternos moraram em Valbom que dista duas léguas de Trancoso. Os avós maternos são provavelmente naturais de Freches e aí moraram. Os pais e avós são das mais graves famílias da Beira, descendendo de fidalgos de solar e tratando-se com cavalos e criados. O habilitante é, à data de Agosto de 1659, solteiro. O habilitante é opositor na Universidade de Coimbra, e Desembargador do bispado de Coimbra. O habilitante foi de 1656 para 1657 provido na substituição de uma catedrilha de cânones (LB).

Sebastião César de Meneses (Bacharel), natural de Lisboa, filho de Vasco Fernandes César e de D. Ana de Menezes, neto materno de D. Manuel Pereira da Casa da Feira.

Foi **Deputado da Junta dos Três Estados**; (1640); **Conselheiro do Conselho de Estado** (1658).

Observações: Foi Porcionista de Colégio de São Paulo (23 de Novembro de 1618), Inquisidor-mor, Arcebispo de Braga e de Lisboa, Embaixador a França, Sumilher da Cortina, Deputado de Lisboa e do Geral do Santo Ofício, e Deputado da Inquisição de Coimbra. Esteve presente no auto de levantamento e juramento de D. João IV a 15 de Dezembro de 1640 (MM).

Sebastião Correia de Sá (Bacharel em leis em 1789), também *Sebastião Correia de Sá e Meneses*, nascido em 1765 ou 1766, natural de S. Martinho de Salreu do bispado de Aveiro, filho de Diogo Correia de Sá (ou do Visconde de Asseca, ou de Gonçalo Pereira da Silva Sousa e Meneses) e de D. Inês de Lencastre e César, neto paterno de Damião Pereira da Silva e Luísa Joana de Noronha e Meneses, e neto materno

de Sebastião Correia de Sá e D. Clara Joana de Amorim.

Foi **Superintendente dos Tabacos do Minho** (carta de 10 de Dezembro de 1792); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Outubro de 1800); **Juiz de um tombo da Fazenda Real da Comarca do Porto** (alvará de nomeação de 19 de Dezembro de 1800); **Superintendente do tabaco e Alfândegas do Porto** (alvará de 15 de Junho de 1805), alvará de 60\$000 réis anuais de mantimento como Superintendente (7 de Outubro de 1805); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de mercê de um lugar ordinário de 27 de Outubro de 1806); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Agosto de 1821). Recebeu alvarás de moço fidalgo (22 de Fevereiro de 1766 e 24 de Março de 1791), provisão de confirmação da renúncia que lhe fez seu sogro Baltazar Jacome de Lago Bezerra da administração da casa de seu cunhado (18 de Julho de 1791), provisão de conhecimento de causa (18 de Julho de 1791), alvará de comenda (18 de Fevereiro de 1793), provisão para a Câmara de Vila Nova de Cerveira lhe dar de aforamento o terreno de que trata (11 de Junho de 1799), alvará de pensão para suas duas filhas (5 de Julho de 1799), alvará de mercê do senhorio de Paredes na Comarca de Viana do Minho (21 de Janeiro de 1800), alvará para se poder chamar senhor de Paredes e igualmente os seus sucessores (21 de Janeiro de 1800 e 8 de Março de 1800), verba declarando ter-se-lhe passado carta de mercê do senhorio de Paredes na Comarca de Viana (20 de Março de 1800), alvará para se proceder à factura do Tombo pertencente à Comarca do Porto (19 de Dezembro de 1800), alvará de administração por um ano da comenda de S. Tomé de Travassos (16 de Agosto de 1815), (com sua mulher) provisão de confirmação do aforamento de uns terrenos na igreja de S. Miguel de Creixomil que lhes fez a Câmara de Guimarães (9 de Abril de 1824), alvará de visconde de S. Gil de Perre (30 de Outubro de 1824), carta de assentamento (27 de Novembro de 1824), e carta de visconde de S. Gil de Perre (27 de Novembro de 1824).

Observações: O pai e avó paterno são naturais de S. Martinho de Salreu. A mãe e avó materna são naturais de Guimarães. A avó paterna é natural de Trofa. O avó materno é natural de Lisboa. O pai e avós são fidalgos da Casa de Sua Majestade. O habilitante é, à data de Outubro de 1789, solteiro e morador no Porto. O habilitante é bom estudante e moço fidalgo da Casa de Sua Majestade Fidelíssima (LB).

Sebastião da Costa (Bacharel; Licenciado), natural da Golegã, filho de Simão Dias da Costa e de Maria Alves, neto paterno de Diogo da Costa e Isabel Simoa, e neto materno de Rodrigo Fernandes e Maria Marques.

Foi **Capitão de Infantaria no Maranhão** (carta); **Patrão-mor da Baía** (alvará); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 23 de Julho de 1671), alvará para que vença o ordenado que lhe tocar como Desembargador da Relação do Estado da Índia (19 de Agosto de 1671), alvará de ordenado, alvará de promessa de ofício de Justiça ou Fazenda (7 de Junho de 1673), alvará de lembrança de ofício, alvará de renúncia de ofício, **Desembargador da Relação do Porto** (carta), **Chanceler da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Setembro de 1691); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 4 de Agosto de 1700), **Desembargador do Desembargo do Paço** continuando no lugar de Chanceler (carta de 15 de Junho de 1703), alvará para por seu procurador tomar posse de Desembargador, alvará para que tenha como Desembargador do Desembargo do Paço 4\$000 réis para uma escrivãzinha (20 de Setembro de 1703). Recebeu alvará de renúncia de tença, padrão de 180\$000 réis de tença, alvará de uma capela de 240\$000 réis de renda (7 de Junho de 1673), alvará de serventia do ofício de Provedor das Lezírias e Paús de Santarém (19 de Janeiro de 1688), carta de padrão de tença de 68\$000 réis efectiva cada ano para seu filho Luís Álvares da Costa por conta dos 80\$000 réis com que seu pai fora respondido (8 de Novembro de 1694), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (9 de Novembro de 1694), alvará de fidalgo cavaleiro com 2\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (5 de Setembro de 1703), alvará de nomeação de ofícios, alvará de propina, (como testamenteiro do abade Domingos do Vale), alvará de lembrança de um lugar de freira para a sobrinha deste D. Antónia Catarina (12 de Abril de 1709), e (com outros) provisão para que o Juiz de Fora de Ponte de Lima tome conhecimento da causa de que os ditos tratam (11 de Maio de 1729).

Observações: Foi Chanceler da Relação do Porto. O pai e avós paternos são naturais do lugar de Tanquinhos, junto da vila de Tancos. Os avós maternos e provavelmente a mãe são naturais da Golegã. Os pais e avós maternos moraram na Golegã e os avós paternos moraram em Tanquinhos. Os pais e avós eram lavradores ricos, que se serviam de criados e cavalos em que andavam. A mãe casou-se segunda vez. O habilitante teve dois tios direitos maternos despachados com o hábito de Cristo, havendo sido um deles agraciado com um alvará de fidalgo. O habilitante é, à data de Novembro de 1659, solteiro e tem vivido com toda a satisfação tratando-se com criados e cavalos. O habilitante tem fama de bom estudante (LB).

Sebastião Francisco Manuel (Bacharel em leis e cânones), natural do Lugar de Sobral da Lagoa da freguesia de S. João do termo de Óbi-

dos, filho de Manuel Francisco e de Vitória Luís, neto paterno de Manuel Fernandes e Isabel Francisca, e neto materno de João Domingues e Maria Luís.

Foi **Juiz de Fora de Tomar** (carta de 20 de Janeiro de 1749); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 3 de Fevereiro de 1755); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Dezembro de 1764); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1768); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 31 de Janeiro de 1771); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 22 de Agosto de 1778). Recebeu carta de padrão de tença de 28\$000 réis (15 de Novembro de 1756), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (9 de Dezembro de 1756).

Observações: Os pais e avós são naturais do lugar de Sobral da Lagoa. Os pais moram, à data de Fevereiro de 1740, em Sobral da Lagoa. Os pais e avós vivem e viviam das suas fazendas. O habilitante é, à data de Fevereiro de 1740, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Sebastião Gameiro Feio (Bacharel), filho de Fernão Gameiro Mação.

Foi **Juiz de Fora de Palmela** (carta de 28 de Novembro de 1656). Recebeu alvará de promessa de um ofício de um lugar de freira para sua filha (16 e 26 de Outubro de 1673).

Sebastião Gomes Leitão (Bacharel em cânones), nascido em 1652 ou 1653, natural de Lisboa, filho de João Gomes Leitão e de Ana Maria de Campos, neto paterno de Jerónimo Gomes e Maria Lopes da Veiga, e neto materno de Manuel dos Santos e Maria Gonçalves.

Foi **Juiz de Fora de Tavira** (carta); **Corregedor de Torres Vedras** (carta); **Corregedor do cível da cidade** (carta de 16 de Setembro de 1700); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 16 de Setembro de 1700), alvará de beca de Desembargador para que possa levar a vara do pálio (19 de Novembro de 1708), alvará de lembrança de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (20 de Janeiro de 1711); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 20 de Outubro de 1712); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 4 de Julho de 1715); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 23 de Dezembro de 1715), provisão aposentando-o num lugar de **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (28 de Outubro de 1725); **Feitor da Descarga do Paço da Madeira da alfândega de Lisboa** (carta), alvará de mercê para renunciar em pessoa apta a propriedade do ofício de Feitor da Descarga (2 de Fevereiro de

1719). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis efetivos para lograr 12\$000 réis com o hábito de Cristo (29 de Outubro de 1678), padrão de 48\$000 réis de tença, hábito de noviço (23 de Junho de 1680), carta de propriedade de ofício (29 de Abril de 1699), alvará para usar de beca quando pegasse na vara do pálio com os do Senado de Lisboa (19 de Novembro de 1708), (em seu nome e dos herdeiros que ficaram de Miguel da Silva Cerqueira) provisão para que os suplicantes possam juntar a causa de revista que referem os documentos de que fazem menção (29 de Setembro de 1719), e alvará para ser juiz de uma causa em que é interessada uma sociedade (18 de Novembro de 1721).

Observações: A mulher do habilitante, o pai e avós paternos são naturais de Pinhel. A mãe é natural de Lisboa. A avó materna é natural de Colares. O pai saiu de Pinhel solteiro e rumou a Lisboa, onde terá servido de Escrivão ou Alcaide na Ribeira. Antes de ir para Lisboa com toda a família, o avó paterno foi caminheiro em Pinhel, tomando nomeadamente o caminho de Lisboa onde fazia negócios de capitães e gerais por ser homem inteligente e de confiança. Em Lisboa o avó paterno terá servido de solicitador. A avó paterna, uma vez em Pinhel, vivia de fazer meias recolhida em sua casa. O avó materno foi padre da Companhia de Jesus e serviu um regedor de justiça vivendo com a avó materna da sua fazenda. O habilitante é, à data de Agosto de 1677, casado com Mariana da Costa, filha do capitão pago de infantaria Manuel Peres da Veiga, que também vivia da sua fazenda. O habilitante é bom estudante (LB).

Sebastião da Guarda Fragoso (Doutor), também *Sebastião da Guarda Cardoso*.

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará de 5 de Outubro de 1646), carta de um lugar na Casa da Suplicação (30 de Abril de 1647), carta de Desembargador Extravagante (24 de Novembro de 1650); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de 27 de Julho de 1654), carta de Desembargador Agravista da Casa Real (18 de Fevereiro de 1663); **Conselheiro honorário** (carta de 12 de Maio de 1663). Recebeu carta de apresentação na conezia magistral da Sé da Guarda (12 de Agosto de 1654).

Sebastião José de Andrade Ferreira Barroso (Bacharel), também *Sebastião José Ferreira Barroco*, também *Sebastião José Ferreira Barroso*, também *José Ferreira Barros*, nascido entre Janeiro e Março de 1747, natural de Lisboa, filho de João Ferreira Lopes Barroso (ou de João Lopes Ferreira Barroco).

Foi **Corrector da Folha do crime da Corte** (4 de Agosto de 1779); **Ouvidor-Geral da Capitania do Rio de Janeiro** (carta de 2 de Março de 1781); **Provedor dos resíduos do Rio de Janeiro** (alvará

de serventia do ofício de 5 de Março de 1781); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Comarca do Rio de Janeiro** (alvará de serventia de 5 de Março de 1781); **Ouvidor da Capitania de S. Paulo** (carta de 1 de Junho de 1781); **Provedor dos resíduos da Capitania de S. Paulo** (alvará de serventia do ofício de 1 de Junho de 1781), **Provedor dos Defuntos em S. Paulo** (18 de Junho de 1781); **Desembargador da Relação de Goa** com aposento na Casa da Suplicação (carta de 12 de Janeiro de 1786), provisão de mantimento com o dito cargo (14 de Março de 1787); **Desembargador da Casa da Suplicação** (12 de Janeiro de 1786), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (7 de Março de 1787), carta (5 de Junho de 1798); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Dezembro de 1799), carta (24 de Dezembro de 1799); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda na Casa da Suplicação** (carta de 1 de Junho de 1802), alvará de assentamento de ordenado (5 de Agosto de 1802). Recebeu provisão de mercê de propriedade de ofício (2 de Dezembro de 1765), e carta de propriedade de ofício (4 de Agosto de 1779).

Observações: Recebeu certidão negativa a 8 de Novembro de 1802, com 55 anos de idade. Recebeu certidão negativa a 17 de Março de 1817, com 70 anos de idade (RGM).

Sebastião José Garcia (Bacharel em leis em 1788), também *Sebastião José Garcia Nogueira*, nascido em 1765 ou 1766, natural do Porto, filho de D. Vicente Gregório Garcia e de D. Inácia Antónia Garcia, neto paterno de D. Baltasar Garcia e D. Maria Teresa, e neto materno de Domingos Tomé e D. Maria Angélica.

Foi **Juiz de Fora de Almada** (carta de 18 de Julho de 1796), provisão para aumento de aposentadoria (20 de Março de 1798), carta de recondução de Juiz de Fora de Almada (28 de Junho de 1800), provisão de licença (14 de Junho de 1802), carta de recondução no lugar (24 de Janeiro de 1803), carta de recondução no lugar com o predicamento de primeiro banco (11 de Maio de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** ficando a exercer o lugar de Juiz de Fora de Almada (carta de 16 de Agosto de 1805), provisão de licença por um mês (28 de Setembro de 1808); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1811), provisão para prestar juramento e tomar posse do lugar ordinário de Desembargador da Casa da Suplicação (6 de Novembro de 1811), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (14 de Novembro de 1811); **Juiz Conservador da Nação Alemã e cidades hanseáticas** (alvará de confirmação de 5 de Dezembro

de 1811); **Juiz Conservador dos Privilegiados do Comércio** (carta de mercê de 7 de Junho de 1814); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 15 de Novembro de 1823), carta de nomeação para a 7.ª casa dos Agravos da Suplicação (26 de Março de 1825); **Desembargador honorário da Mesa do Desembargo do Paço** (alvará de mercê de 8 de Maio de 1832). Recebeu carta de padrão de hábito de Cristo e tença (24 de Janeiro de 1803), provisão de Juiz Comissário da casa do ausente Jorge Dorhmande Garon (10 de Maio de 1821), e provisão de confirmação da nomeação do lugar de Reitor do Colégio de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa para clérigos pobres no padre José Martins Gil (27 de Janeiro de 1825).

Observações: Os pais e avó materna são naturais de Lisboa. O avô paterno é natural de Santiago de Compostela. A avó paterna é natural de Faro. O avô materno é natural de Sesimbra. O pai é professo na Ordem de Cristo e administrador do tabaco da Comarca do Porto. O avô paterno é professo na ordem de Santiago, e foi tenente de cavalaria do regimento de Alcântara. O avô materno vivia das suas fazendas. O habilitante é, à data de Janeiro de 1789, solteiro e morador no Porto. O habilitante é bom estudante (LB).

Sebastião José de Sampaio (Bacharel), filho do Conde de Sampaio.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Novembro de 1790); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Junho de 1794).

Sebastião José Xavier Botelho (Bacharel), também *Sebastião Xavier Botelho*.

Foi **Provedor dos resíduos e cativos em Lisboa** (provisão de mercê de beca honorária de 8 de Fevereiro de 1805), carta do lugar de Provedor dos resíduos (12 de Dezembro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** e recondução em Provedor dos resíduos e cativos em Lisboa (carta de 15 de Junho de 1810); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de Desembargador aposentado na Casa da Suplicação com o ordenado por inteiro de 16 de Fevereiro de 1824); **Governador e capitão-general da Capitania de Moçambique** (patente de 7 de Agosto de 1824), carta (8 de Agosto de 1824). Recebeu provisão de dispensa de certas habilitações para poder ler na Mesa do Desembargo do Paço (8 de Fevereiro de 1805), carta do hábito de Cristo e Provedor dos resíduos (22 de Julho de 1805), provisão para ser curador da Marquesa de Fronteira (13 de Março de 1815), e alvará de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 16\$000 réis (12 de Dezembro de 1815).

Sebastião Marinho Falcão de Castro (Bacharel), filho de Manuel Marinho Falcão de Castro.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Cerveira; Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Outubro de 1827).

Sebastião Mendes de Carvalho (Bacharel em cânones), nascido em 1695 ou 1696, natural do lugar de Pelariga do termo de Pombal, filho de João Rodrigues e de Fabiana Mendes, neto paterno de João Rodrigues e Domingas João, e neto materno de Belchior Mendes e Maria João. Foi **Juiz de Fora do Funchal** (carta de mercê de 12 de Julho de 1730); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos da Ilha da Madeira** (alvará de serventia vitalícia do ofício de 10 de Abril de 1731); **Intendente dos Poiares e Provedor da Fazenda Real** no mesmo distrito (alvará de 31 de Janeiro de 1736); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 25 de Novembro de 1746), provisão de Desembargador da Relação do Porto (25 de Setembro de 1747); **Memposteiro-mor dos cativos da Ilha da Madeira** (carta de quitação de 17 de Fevereiro de 1748); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 24 de Junho de 1748); **Ouvidor do crime na Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1750); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Abril de 1752 ou 1753); **Intendente do Ouro da Capitania de Goiás** (carta); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 29 de Janeiro de 1762), alvará de aposentado no dito lugar com meio ordenado (7 de Setembro de 1767). Recebeu provisão para o gado que tem no termo de Torres Novas passar pelas fazendas dos vizinhos sem serem encoimados não sendo em tempo de novidade (21 de Janeiro de 1751), e provisão de tença de 12\$000 réis a título de hábito de Cristo (12 de Dezembro de 1764).

Observações: Os falecidos pai e avós paternos são naturais da vila de Redinha da Comarca de Leiria. A mãe e os falecidos avós maternos são naturais do lugar de Pelariga no termo de Pombal. Os pais e avós maternos eram lavradores fartos que trabalhavam nas suas fazendas. Os avós paternos eram lavradores fartos e abastados que viviam das suas fazendas. O habilitante é, à data de Abril de 1722, solteiro e mora à data de Maio seguinte no lugar de Pelariga. O habilitante é bom estudante (LB).

Sebastião Pereira Barbosa (Licenciado), nascido em 1682 ou 1683, natural da freguesia de S. Mamede de Caniçada do antigo concelho de Ribeira de Soaz e Comarca de Guimarães, filho de Pedro Martins Barbosa e de Ângela Pereira da Cruz, neto paterno de Gonçalo Martins Barroso e Ana Gonçalves Barbosa, e neto

materno de Francisco Pereira da Cruz e Catarina Fernandes de Araújo.

Foi **Juiz de Fora de Amarante** (carta de 2 de Setembro de 1624); **Juiz de Fora de Viana da Foz do Lima** (carta de 20 de Julho de 1632); **Corregedor de Guimarães** (carta de 22 de Outubro de 1641); **Corregedor da Comarca de Lamego** (carta de 30 de Setembro de 1648); **Provedor de Torre de Moncorvo** (alvará de 26 de Março de 1657); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 26 de Março de 1657); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 3 de Outubro de 1661). **Observações:** O pai e provavelmente os avós paternos são naturais de Calvelos, talvez o lugar hoje pertencente à freguesia de Soengas do concelho de Vieira do Minho. A mãe e provavelmente os avós maternos são naturais da freguesia de Caniçada. Os pais e avós eram honrados e bem procedidos. O habilitante é, à data de Agosto de 1709, solteiro e mora à data de Março seguinte na freguesia de Caniçada vivendo da sua fazenda (LB).

Sebastião Pereira de Castro (Doutor), natural de Viana, filho de Francisco de Abreu Pereira e de D. Mariana Francisca de Castro, neto paterno de Pedro Nunes de Cerveira e Susana Barbosa de Almeida, e neto materno de António Pereira Lobato e Ana de Vilas Boas.

Foi **Procurador-Geral e Promotor Fiscal das Três Ordens Militares** (carta de 22 de Março de 1724), provisão para levar propinas como Promotor e Procurador (20 de Maio de 1728); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Maio de 1728), carta de mercê de um lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (10 de Maio de 1734); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Março de 1738); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 1 de Fevereiro de 1745), alvará para haver 4\$000 réis cada ano para uma escrivãzinha como Desembargador (22 de Fevereiro de 1745); **Conselheiro** (carta de título de 1 de Fevereiro de 1745). Recebeu carta de padrão de tença de 18\$000 réis (14 de Janeiro de 1703), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito de Cristo (1 de Fevereiro de 1703), alvará de foro de fidalgo cavaleiro com 20\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (12 de Janeiro de 1708), alvará de foro de fidalgo cavaleiro capulhão(?) por acrescentamento (12 de Junho de 1734), alvará de 2\$365 réis com o foro de fidalgo cavaleiro (2 de Dezembro de 1745), alvará de mercê de foro de cavaleiro fidalgo para seu irmão Francisco de Abreu Pereira (10 de Maio de 1748), alvará de mercê de foro de cavaleiro fidalgo para seu sobrinho João de Barros Barbosa de Abreu e Lima (13 de Março de 1749), carta de Desembargador Extravagante

da Casa da Suplicação para seu sobrinho José Rical Pereira de Castro (28 de Novembro de 1749), alvará de mercê do senhorio do concelho de Lindoso para seu sobrinho Francisco de Abreu Cirne Peixoto (7 de Janeiro de 1750), e alvará de foro de fidalgo capelão com 2\$375 réis de vestimenta (2 de Setembro de 1754). **Observações:** Foi fidalgo da Casa Real e da Ordem de Cristo. Foi freire. Os pais e avós são naturais de Viana do Minho, excepto o avô paterno que é natural de Vila Nova de Cerveira. O pai foi em Viana mestre de campo de um terço de infantaria pago, e governador da Paraíba. O pai foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa de Sua Majestade. Os pais e avós são pessoas ilustres das principais da Província do Minho. O habilitante, para lá de frei professo da Ordem de S. Bento de Avis, é sacerdote de missa e Deputado do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa. Ao habilitante foi feita a mercê de um lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (LB).

Sebastião Pereira de Figueiredo (Bacharel), nascido em 1689, natural de Guimarães, filho de João Lourenço Pereira e de Mariana de Figueiredo.

Foi **Juiz de Fora de Alter do Chão** (1720); **Juiz de Fora do Crato** (1725); **Ouvidor de Ourém** (depois de 1729); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 23 de Março de 1734). Recebeu provisão de licença para que possa comprar quinta de que faz menção (22 de Fevereiro de 1732), e carta de propriedade de uma das duas partes do mando da Armação da Torre dos Almandravas do Reino do Algarve (17 de Março de 1732).

Sebastião Rui de Barros (Doutor), também *Sebastião Rei de Barros*, também *Sebastião Rodrigues de Barros*, filho de Francisco de Barros (ou de Francisco de Barros de Almeida).

Foi **Corregedor do crime do Bairro de S. Paulo de Lisboa** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 16 de Dezembro de 1675); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de 20 de Março de 1683); **Superintendente dos Direitos Reais de imposição dos vinhos e da carne** (alvará de 10 de Janeiro de 1690); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 12 de Dezembro de 1705), carta de Conselho (12 de Julho de 1707). Recebeu carta de padrão de 40\$000 réis de tença (5 de Dezembro de 1671), carta de padrão de 60\$000 réis cada ano em sua vida (3 de Abril de 1674), alvará de foro de fidalgo da Casa Real (2 ou 20 de Junho de 1706), e portaria para que suas primas hajam 60\$000 réis e seu sobrinho 40\$000 réis (26 de Maio de 1713).

* **Sebastião Soares Pais** (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 30 de Março de 1627).

Sebastião Tavares de Sousa (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (cartas de 20 de Fevereiro e 21 de Agosto de 1641).

Sebastião Vieira de Matos (Bacharel; Licenciado), provavelmente natural da Vidigueira, filho de Manuel Vieira e de Maria Magouta, neto paterno de Sebastião Rodrigues Pombeiro e Catarina Fernandes, e neto materno de Manuel Pires Magouto e Catarina Bentes.

Foi **Juiz de Fora de Beja** por tempo de três anos (carta de 19 de Abril de 1645), carta anexando inteiramente o lugar de Juiz de Fora de Beja ao cargo de **Executor e Ouvidor das terras do condado de Beja** (30 de Agosto de 1645); **Ouvidor do condado de Vila Ruiva** (alvará); **Provedor de Coimbra** (alvará); **Desembargador da Relação do Porto** efectivo (alvará de 11 de Fevereiro de 1649); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias e Contador das tenças e resíduos de Coimbra** por tempo de três anos (alvará de 11 de Fevereiro de 1649). Recebeu alvará de lembrança de ofício, carta de padrão de tença de 40\$000 réis com o hábito de Cristo (18 de Março de 1649), e alvará de 40\$000 réis com o hábito da Ordem de Cristo para sua mulher Maria Leal e sua filha D. Leonor (20 de Julho de 1652).

Observações: Os pais e avós são naturais da Vidigueira e aí moraram. O pai era licenciado e serviu de Vereador e Almotacé na Vidigueira e de Vereador no Alvito. Os avós foram inicialmente sapateiros, passando depois a usar o ofício de lavrador e a viver por suas fazendas. O habilitante é, à data de Agosto de 1641, casado em Évora (LB).

Sebastião Xavier de Vasconcelos (Doutor), filho de Jacinto da Costa e Vasconcelos.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Novembro de 1778), carta de privilégios de Desembargador (23 de Maio de 1783); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1783), carta de Desembargador da Ordem da Casa da Suplicação (9 de Junho de 1790); **Chanceler da Relação do Rio de Janeiro** (cartas de 18 e 19 de Junho de 1790); **Conselheiro do Conselho da Fazenda** (carta de 19 de Junho de 1790). Recebeu alvará de acrescentamento de moradia (em 1790, no dia 18 de mês desconhecido); alvará de fidalgo da Casa (12 de Fevereiro de 1755), carta de profissão de hábito (12 de Julho de 1790), e cartas

de padrão de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título do hábito da Ordem de Cristo (11 e 21 de Agosto de 1790).

Observações: O pai do agraciado é Desembargador (RGM).

Serafim dos Anjos Pacheco (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Montemor** (carta de 5 de Outubro de 1748); **Juiz de Fora de Portalegre** (carta de nomeação para **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** de 6 de Outubro de 1758); **Desembargador Agravista da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 12 de Junho de 1761); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Outubro de 1768), provisão para jurar por procurador servir o dito lugar (10 de Novembro de 1768), alvará de aposentação do lugar de Desembargador da Relação do Porto com o mesmo vencimento (4 de Março de 1776), alvará de ordenado de aposentado no dito lugar (27 de Junho de 1776). Recebeu carta de padrão de 30\$000 réis e hábito de Cristo (12 de Junho de 1761), alvará de mercê de propriedade de ofício (20 de Agosto de 1767), alvará de capela (30 de Outubro de 1768), alvará para demandar um devedor de Sisas renegadas (8 de Junho de 1789), alvará para poder demandar a Jacinto José de Castro pela solução da devida cera correspondente à compra dos bens de raiz nos termos de Abrantes e Punhete (15 de Julho de 1789), alvará de mercê da capela que na Irmandade da igreja do Paraíso instituíra Álvaro de Cascão de Contreiras tirando-a por demanda à sua custa (30 de Outubro de 1789), alvará para compelir Jacinto José de Castro para pagamento de Sisas (15 de Julho de 1790), alvará de mercê da capela que na freguesia de Santiago desta Corte instituíra Margarida Rodrigues julgando-se por demanda à sua custa (23 de Julho de 1791), alvará de administração da capela instituída por Bento Reis do Coito na freguesia de Santiago de Lisboa (3 de Setembro de 1791), carta de administração de capela (5 de Março de 1792), carta de administração da capela instituída por Álvaro Cascão de Contreiras na igreja do Paraíso de Lisboa (5 de Maio de 1792), carta de administração dos bens de capela (9 de Maio de 1792), e alvará de mercê de denúncia da sisa de quatro casais que comprara Inácio Xavier de Figueiredo julgando-se-lhe por demanda à sua custa (30 de Julho de 1792).

Sérgio Justiniano de Oliveira (Bacharel em cânones; carta de formatura em direito canónico e civil), também *Sérgio Juliano de Oliveira*, também *Juliano Sérgio de Oliveira*, nascido em 1698 ou 1699, natural da freguesia de S. Julião de Lisboa, filho de Lourenço Justiniano e de Maria Falcoa, neto paterno de Francisco Gomes

de Oliveira e Luísa da Silva, e neto materno de Luís Falcão e Antónia Quaresma.

Foi **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 4 de Junho de 1734), provisão para tomar posse por procurador de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (16 de Junho de 1734); **Desembargador Agravista da Relação da Baía** (carta de 19 de Janeiro de 1736); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Setembro de 1745), carta de Desembargador suplente da Relação do Porto (11 de Novembro de 1745); **Conselheiro do Contrato do tabaco** (alvará de mercê nomeando-o Conservador-Geral do Contrato do tabaco no distrito da mesma Relação ao Contratador do tabaco Feliciano Velho Oldenberg de 20 de Fevereiro de 1748); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 30 de Junho de 1748), carta de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (31 de Junho de 1748); **Ouvidor do crime da Casa da Suplicação** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (cartas de 7 de Janeiro de 1752 e 13 de Abril de 1758); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 7 de Junho de 1758), alvará de 5\$080 réis de parte do ordenado com o dito cargo (7 de Junho de 1758). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (27 de Abril de 1758), e (com sua mulher e outro) alvará de revista na causa que traziam com D. Rita Rosa de Oliveira (26 de Junho de 1776).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. O avô paterno é natural de Palmela. O avô materno é natural de Alpolentim do termo de Sintra. O pai vive dos seus negócios e fazenda. Os avós foram mestres tanoeiros com loja, filiados na Casa dos Vinte e Quatro, e parece que o avô materno foi procurador dos misteres e familiar do Santo Ofício. O habilitante é, à data de Maio de 1725, casado com a filha de Manuel Lopes de Oliveira, que foi tesoureiro do consulado da alfândega e familiar do Santo Ofício. O habilitante mora à data de Outubro de 1725 em Lisboa na freguesia de S. Julião. O habilitante é bom estudante (LB).

Silvestre da Silva Peixoto (Doutor em cânones em 1708), também *Silvestre da Silva Mourinho*, natural do Porto, filho de António da Silva Mourinho (ou Moutinho) e de Vitória do Amaral, neto paterno de António Peixoto da Silva (ou Baltasar Leitão) e Isabel Leitoa, e neto materno de Domingos Dias do Amaral e Margarida de Araújo.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador titular de 29 de Outubro de 1722), provisão para que possa tomar posse por procurador do lugar que faz menção (3 de Dezembro de 1722).

Observações: Se por um lado se dá como avô paterno António Peixoto da Silva, por outro na inquirição feita sobre a avó paterna diz-se que esta uma vez na freguesia de

Sande teve de Baltasar Leitão um filho, chamado António da Silva, que dizem ser pai do habilitante. Sabe-se que a avó é solteira, e os que depõem sobre a paternidade de António Peixoto da Silva dizem que, enquanto estudante, este teve daquela um filho. O pai é natural da freguesia de Sande do concelho de Benliver. A mãe e avó materna são naturais do Porto. António Peixoto da Silva é natural de S. Lourenço do Douro da concelho de Benliver. Baltasar Leitão é oriundo de Mourilhe. A avó paterna é natural de Bouças da freguesia de Cinfães e bispado de Lamego. O avô materno é das partes de Canaveses. O pai foi ouvidor do ouro no Porto. António Peixoto da Silva ordenou-se de clérigo, e depois foi abade. Baltasar Leitão era homem honrado que vivia das suas fazendas. A avó paterna vivia dos seus bens e fazendas. O avô materno era solicitador da Relação do Porto. O habilitante é, à data de Janeiro de 1722, solteiro. O habilitante é familiar do Santo Ofício e tem um irmão frade crúzio. O habilitante é colegial do colégio de S. Paulo e lente na Universidade de Coimbra. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Simão Álvares de La Penha Deusdará (Bacharel), natural de Pernambuco, filho de Manuel Álvares, neto paterno de António Álvares de la Penha, e neto materno de Pedro Álvares de la Penha.

Foi **Provedor da Fazenda de Pernambuco** (carta de 13 de Abril de 1646), **Auditor-Geral de Pernambuco; Desembargador Agravista da Relação da Baía** (carta de 3 de Março de 1653); **Provedor-mor do Brasil**. Recebeu alvará de nomeação de ofício, alvará de licença para vir ao Reino, e carta de Brasão de Armas.

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 7 de Agosto de 1645 (HOC).

Simão Botelho Vogado (Bacharel), também *Simião Botelho Vogado*.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 29 de Novembro de 1679); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 7 de Setembro de 1680); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 29 de Maio de 1682); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta); **Reposteiro extraordinário do Tribunal da Mesa** (carta do lugar de 3 de Junho de 1699); **Corregedor do nível da Corte** (carta), alvará de licença para ir para fora da terra; **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu 20\$000 réis de tença com o hábito de Cristo (15 de Julho de 1679).

Simão da Costa Estaço (Bacharel formado de 1655 para 1656), também *Simão da Costa Estácio*, natural de Castelo Branco, filho de Paulo Correia Botelho e de Guiomar Estaço da Costa, neto paterno de Pedro Rodrigues e Inês

Botelho, e neto materno de Jorge Estaço Frazão e Isabel da Costa de Lemos.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Novo** (carta de 12 de Outubro de 1658); **Tabelião do Judicial e Notas de Sines** (carta de 22 de Setembro de 1660); **Tabelião do Público, Judicial e Notas de Castelo Branco** (alvará de 16 de Agosto de 1667), carta (2 de Dezembro de 1672); **Corregedor de Elvas** (carta); **Corregedor das ilhas dos Açores** (carta); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará), alvará de licença para ir a Castelo Branco.

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Linhares. A mãe e avós maternos são naturais de Castelo Branco. Os pais e avós são dos principais das suas terras, havendo os avós maternos servido os lugares do governo de Linhares. O avô paterno teve filhos clérigos, um dos quais se tornou abade e, das suas filhas, uma casou-se com um julgador de Sua Majestade. O habilitante tem um irmão, chamado Agostinho Botelho, que serve à data das proanças de Juiz de Fora de Évora. O habilitante é, à data de Dezembro de 1657, solteiro e mora à data de Março do ano seguinte em Castelo Branco (LB).

Simão Ferrão de Andrade (Bacharel), natural de Lisboa, filho de António Luís de Andrade e de Guiomar Teixeira, neto paterno de Gaspar Luís de Andrade e Inês Velha, e neto materno de Filipe Calado e Ana Ferroa.

Foi **Juiz de Fora de Monção** (carta de 6 de Março de 1630); **Juiz de Fora de Faro; Corregedor do cível do Porto** (carta de 22 de Setembro de 1639), alvará de beca e posse no Porto (17 de Março de 1645); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Dezembro de 1653); **Procurador da Fazenda** (carta de 3 de Setembro de 1657), apostila para se lhe pagar o ordenado propinas e o mais que vencem os Conselheiros da Fazenda (28 de Junho de 1660), carta para que exercite o lugar de **Conselheiro da Fazenda** (28 de Fevereiro de 1663), carta de Procurador da Fazenda Real.

Observações: Os avós paternos e talvez o pai são naturais de Pedrógão Pequeno. A mãe e talvez os avós maternos são naturais de Santo António do Tojal do termo de Lisboa. Os pais eram ricos, havendo ainda a mãe dois casais e pomares. Os avós paternos viviam por sua fazenda e eram da governança de Pedrógão Pequeno. A parte materna conta com familiares e parentes que foram criados de Sua Majestade. O habilitante é, à data de Abril de 1627, solteiro (LB).

Simão da Fonseca de Sequeira (Bacharel em cânones), também *Simão da Fonseca e Siqueira*, nascido em 1689 ou 1690, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de S. Nicolau, filho de Diogo da Fonseca e Siqueira e de Maria da

Costa, e neto paterno de Baltasar de Sequeira Coelho e Maria Martins.

Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** por três anos (carta de 15 de Agosto de 1716); **Juiz do cível da cidade** (provisão para que o dito possa levar as esportulas de que faz menção de 5 de Julho de 1724); **Provedor das obras, órfãos, capelas, hospitais, confrarias, albergarias e Contador das tenças e resíduos da Comarca de Castelo Branco** por três anos (carta de 25 de Outubro de 1728); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 23 de Março de 1734), carta de recondução por mais três anos no lugar de Corregedor (16 de Novembro de 1740), carta de Corregedor do cível da cidade e beca honorária (23 de Novembro de 1740); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Janeiro de 1744); **Juiz dos Cativos e resíduos** (provisão de 3 de Novembro de 1745); **Juiz da Chancelaria da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Junho de 1748); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 31 de Janeiro de 1749); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Novembro de 1749); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 14 de Março de 1753); **Juiz dos Feitos e Fazenda da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Abril de 1753), alvará para ter ordinária correspondente ao cargo de Juiz dos Feitos da Casa da Suplicação (10 de Março ou 10 de Maio de 1753), alvará de 84\$000 réis e quatro moios de trigo de ordinária com o dito lugar (10 de Maio de 1753); **Conselheiro** (carta de título de 20 de Abril de 1758); **Chanceler da Casa da Suplicação** (carta de 26 de Novembro de 1766). Recebeu carta de padrão de tença de 48\$000 réis a sua mulher D. Teresa Jacinta Margarida de Sequeira pelos serviços do sobredito (3 de Fevereiro de 1740), verba de 32\$000 réis de juro na Casa da Moeda (13 de Setembro de 1759), apostila da dita quantia (24 de Outubro de 1759), e alvará de fidalgo da Casa Real e Chanceler da Casa da Suplicação (26 de Novembro de 1766).

Observações: O pai é natural de Lamego. A mãe é oriunda do termo de Alenquer. O avô paterno é natural do lugar de Portigans ou Portigais da freguesia de Borro ou Barrô do concelho de S. Martinho de Mouros. A avó paterna é natural do lugar de Vila Longa da freguesia de Fontes na Comarca de Lamego. Os pais residem, à data de Setembro de 1715, em Peniche estando o pai encarregado do governo da casa do conde da Atouguia. O pai viveu em Lamego até cerca dos 20 anos, e depois foi para Lisboa. O avô paterno foi para Lamego servir a vara de meirinho da correição, e era das principais famílias do seu concelho natal. A avó paterna morreu solteira e procedia de uma família de lavradores. O avô materno parece que era lavrador. O habilitante tem uma irmã inteira casada com o familiar do Santo Ofício, Pedro Álvares Vilaça. O habilitante mora, à data de Setembro de 1715, em Lisboa na Rua dos Condes (LB).

Simão Francisco Montarroyo (Licenciado). Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1643).

Simão José de Faria (Doutor), também *Simão José de Faria Pereira*, também *José de Faria Pereira*, natural de Ourém, filho de José da Mata Paraíso.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Setembro de 1772); **Desembargador da Casa da Suplicação** (28 de Novembro de 1778); **Ajudante do Procurador da Fazenda da repartição do Ultramar** (alvarás de 25 e 29 de Agosto de 1784); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 19 de Abril de 1787); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 24 de Dezembro de 1794), alvará de ordenado (26 de Janeiro de 1795), alvará de mantimento com o lugar de Juiz dos Feitos da Fazenda (26 de Janeiro de 1795); **Desembargador do Desembargo do Paço** sem exercício com o vencimento do seu ordenado (carta de 4 de Novembro de 1799), carta de Desembargador (2 de Dezembro de 1799); **Conselheiro** (carta de título de 28 de Janeiro de 1800). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença com o hábito (21 de Junho de 1773), provisão de extinção de encargo em bens de João da Costa Soares e outros na vila de Punhete e seu termo (27 de Julho de 1775), (com sua mulher) provisão para anexarem ao vínculo instituído por seu tio Gaspar Pereira da Silva as tenças e legítimas de que fazem menção (15 de Janeiro de 1794), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (13 de Maio de 1800), e alvará de senhorio de terras (19 de Julho de 1802).

Observações: Recebeu certidão negativa a 7 de Fevereiro de 1801 com 77 anos de idade (RGM).

Simão de Oliveira da Costa (Bacharel em leis em 1628), natural de Castelo Branco, filho de Manuel de Oliveira e de Helena da Costa, neto paterno de Simão de Oliveira e Joana Folgada, e neto materno de Jorge Estação (ou Estácio) e Isabel da Costa.

Foi **Escrivão da alfândega de Salvaterra** (alvará para que se lhe dê a terça parte do rendimento de 29 de Julho de 1644), alvará de renúncia de ofício; **Juiz do Tombo da Coroa de Santarém** (alvará de 12 de Agosto de 1648); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Agosto de 1652); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 4 de Novembro de 1657); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Maio de 1666). Recebeu carta de padrão de quatro moios de trigo (30 de Janeiro de

1670), carta de padrão de 20\$000 réis (30 de Janeiro de 1670), alvará de administração vitalícia da capela instituída por Isabel Martins em Alpedrinha (18 de Agosto de 1673), hábito de noviço (15 de Novembro de 1676 e 15 de Setembro de 1680), verba de 30\$000 réis de tença, e alvará de administração de capela.

Observações: Foi Provedor da Comarca de Lamego. Os pais e avós são naturais de Castelo Branco e aí moraram. Os pais e avós são dos principais de Castelo Branco e da governança dessa vila. Certas testemunhas afirmam ter visto um instrumento onde se certificava o parentesco e filiação do habilitante com fidalgos. O habilitante é primo em segundo grau por parte materna do falecido inquisidor geral da Índia Manuel Gil Frazão. O habilitante mora, à data de Setembro de 1629, em Castelo Branco e é à data de Novembro seguinte casado. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Simão da Rocha Couto (Bacharel), nascido em 1751, natural de Braga, filho de Inácio José Rodrigues da Rocha e de Mariana Teresa do Couto. Foi **Juiz de Fora de Mirandela** (depois de 1791); **Juiz de Fora de Lamego** (carta de 14 de Julho de 1794); **Provedor de Miranda** (carta de 15 de Dezembro de 1802); **Corregedor do Bairro Alto** (carta de 7 de Dezembro de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Agosto de 1812). Recebeu carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Maria Leonarda (3 de Abril de 1797), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez o padre José Constâncio (3 de Abril de 1797), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez o cônego José Carvalho Peixoto (3 de Abril de 1797), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez Teresa Jacinta (3 de Abril de 1797), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Clara Joaquina (11 de Maio de 1797), provisão de extinção de encargo (14 de Fevereiro de 1798), provisão para a Câmara da cidade de Braga lhe dar de aforamento o terreno de que trata (13 de Março de 1798), provisão para a Câmara da cidade de Braga lhe dar de aforamento o terreno de que trata (13 de Março de 1798), provisão de dois meses de licença (22 de Março de 1798), provisão de dois meses de licença (23 de Março de 1803), alvará para nomear serventuário em Escrivão da Câmara eclesiástica de Braga (7 de Julho de 1803), e provisão para a Câmara da cidade de Braga lhe dar de aforamento o terreno de que trata (27 de Abril de 1804).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 29 de Janeiro de 1812 (HOC).

Simão Rodrigues Taborda (Bacharel), natural de Vale de Prazeres.

Foi **Juiz de Fora de Aveiro** (depois de 1645); **Juiz de Fora de Lamego** (1653); **Corregedor de Alma-**

da (carta de 19 de Fevereiro de 1655); **Ouvidor de Setúbal**; **Provedor e Corregedor do Porto** (carta de 10 de Dezembro de 1660); **Desembargador da Relação do Porto** (1666); **Procurador da Coroa do Porto** (1670). Recebeu alvará de aposentadorias.

Simão de Sousa de Azevedo (Bacharel; Licenciado), nascido em 1650 ou 1651, natural de Lisboa, filho de João Martins Ribeiro e de Joana de Azevedo, neto paterno de Simão Nunes e Isabel Francisca da Mota, e neto materno de António da Maia e Maria Ribeira.

Foi **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** por mais três anos (carta de 15 de Março de 1692), cartas de recondução no lugar de Corregedor do crime do Bairro do Rossio por mais três anos (30 de Julho de 1695 e 20 de Fevereiro de 1699), alvará de mercê de beca; **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Setembro de 1700); **Vereador do Senado da Câmara de Lisboa** (alvará de mercê de 7 de Fevereiro de 1708); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará). Recebeu padrão de 70\$000 réis de tença para a sua mulher D. Margarida de Miranda (5 de Setembro de 1713).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai era capitão. Os avós viviam das suas fazendas. O habilitante é, à data de Novembro de 1674, solteiro e mora à data de Maio de 1678 em Lisboa. O habilitante serve de propriedade, à data de Maio de 1678, o ofício de promotor da justiça eclesiástica do arcebispado de Lisboa (LB).

Simão de Sousa de Magalhães (Doutor), natural de Tânger, filho de Manuel de Sousa de Magalhães e de Antónia Fernandes de Araújo, neto paterna de Sebastião de Magalhães e Filipa de Sousa, e neto materno de Manuel Vieira Matoso e Maria de Araújo.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Novembro de 1680); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta); **Conselheiro da Fazenda** (carta de 29 de Julho de 1692), alvará para tomar posse do cargo por procurador. Recebeu hábito de noviço (17 de Abril de 1666), e alvará de fidalgo (20 de Março de 1696).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Travanca do concelho de Sanfins da Comarca de Lamego. A mãe e avós maternos são naturais de Tânger. O pai deslocou-se, quando jovem, de Travanca para Tânger onde foi capitão e, além disso, teve o hábito de Cristo. Se, por um lado, na inquirição feita em Travanca em 1667 se diz que os avós paternos eram solteiros, por outro, na que foi realizada em Lamego no ano de 1680 nada disso é afluído, deprendendo-se que os avós paternos pelo menos viveram juntos. Na inquirição de 1667, diz-se que a avó paterna se casou, não se sabendo com quem. De acordo com a

inquirição de 1680, os avós paternos eram pessoas nobres dos principais do concelho de Sanfins, que se tratavam com criados e cavalos. Seguindo a inquirição de 1667, o avó paterno era dos principais do concelho de Sanfins, e tratava-se com os seus criados e cavalo, e a avó paterna descendia de lavradores que cuidavam da sua fazenda. Os avós maternos eram das pessoas mais autorizadas de Tânger e de muita nobreza, havendo servido de irmãos da Misericórdia. O habilitante é, à data de Junho de 1680, solteiro. O habilitante, para lá de familiar do Santo Ofício, é cavaleiro da Ordem de Cristo e colegial de S. Paulo (LB).

Teotónio Ferreira da Cunha (Bacharel em cânones no ano de 1711), também *Teodoro Ferreira da Cunha*, nascido em 1689 ou 1690, natural de Lisboa, filho de António Ferreira da Cunha e de Maria da Conceição, neto paterno de António Ferreira e Maria Gonçalves, e neto materno de António da Costa e Maria da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Palmela e Alhos Vedros** por três anos (carta de 3 de Novembro de 1717); **Juiz de Fora de Elvas** por três anos (carta de 17 de Agosto de 1722); **Desembargador da Relação da Baía** por seis anos (carta de 17 de Janeiro de 1729); **Desembargador Agravista da Relação da Baía** (carta de 17 de Novembro de 1735), provisão para que o suplicante possa jurar nas mãos do Chanceler da Relação da Baía (8 de Janeiro de 1736); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Outubro de 1738), provisão de licença para estar ausente por seis meses do seu lugar na Relação do Porto (26 de Março de 1741), provisão de licença por tempo de mais quatro meses (18 de Março de 1742), provisão de licença por mais dois meses (16 de Outubro de 1742), provisão de prorrogação a quatro meses de licença do exercício de Desembargador da Relação do Porto (21 de Fevereiro de 1743), provisão de licença para estar ausente por dois meses da Relação do Porto (20 de Fevereiro de 1744); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (12 de Outubro de 1745); **Promotor de Justiça da Casa da Suplicação** (carta do lugar de 18 de Fevereiro de 1749), **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Novembro de 1749); **Corregedor do crime da Corte** (carta de 15 de Dezembro de 1753).

Observações: O pai e avó paterna são naturais da freguesia de S. José de Lisboa. A mãe e avó materno são naturais da freguesia de Santa Engrácia de Lisboa. O avó paterno é natural da freguesia de Santa Maria de Vermoim do termo de Barcelos. A avó materna parece ser natural de Camarate. O pai é ourives do ouro, havendo servido na casa dos Vinte e Quatro, e assiste na rua desse ofício. O pai tem uma irmã, que casou com um familiar do Santo Ofício, e um irmão clérigo que é capelão da rainha da Grã-Bretanha. O avó paterno ausentou-se de pouca idade para Lisboa, onde foi mestre alfaiate que trabalhava pelos seus obreiros. O avó paterno é filho de Diogo Gonçalves e Maria Antónia, ambos

da freguesia de S. Maria de Vermoim do termo de Barcelos. O avô materno era tangedor de baixão na sé e na capela real. O habilitante é, à data de Março de 1717, solteiro e mora à data de Abril seguinte em Lisboa na Rua Nova do Almada. O habilitante é bom estudante (LB).

Tomás de Almeida (D.) (Bacharel), natural de Lisboa, filho de D. António de Almeida e de D. Maria Antónia Bourbon, neto materno de D. Tomás de Noronha.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 2 de Agosto de 1695); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Abril de 1698); **Deputado de Mesa da Consciência e Ordens** (1704); **Secretário de Estado** (1705); **Chanceler-mor do Reino**; **Conselheiro do Conselho do Rei** (carta de 3 de Dezembro de 1738). Recebeu alvará para vencer soldo fora do seu lugar, alvará de moradia, alvará de licença para vir à Corte, alvará de moço fidalgo com 1\$000 réis de moradia por mês e um alqueire e meio de cevada por dia (22 de Junho de 1688), e alvará de Fidalgo Capelão com 2\$960 réis de moradia por mês e um alqueire e meio de cevada por dia (5 de Maio de 1698).

Observações: Foi Porcionista de Colégio de São Paulo, Bispo de Lamego, Bispo do Porto, Patriarca de Lisboa, e Cardeal (MM).

Tomás António de Carvalho Lima e Castro (Bacharel), também *Tomás António de Carvalho e Lima*, filho de António Quaresma de Carvalho. Foi **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta de mercê do lugar de 16 de Março de 1750), alvará de 60\$000 réis de aposentadoria, 1\$200 réis de propinas nos doutoramentos, e 800 réis nos exames privativos com o lugar de Conservador da Universidade de Coimbra (15 de Novembro de 1753), carta de reconduzido com beca (17 de Novembro de 1753); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão de prorrogação de tempo para por seu procurador tomar posse do lugar de 21 de Junho de 1758), carta (26 de Junho de 1758); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 12 de Dezembro de 1764), provisão de licença para estar ausente do lugar por dois meses (31 de Janeiro de 1765); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Junho de 1771); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (cartas de 18 de Julho de 1772 e 15 de Abril de 1774); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 22 de Agosto de 1782); carta de título de **Conselheiro** (5 de Setembro de 1782). Recebeu uma provisão de dispensa para aceitar a doação que sua tia lhe fez (3 de Agosto de 1745).

Tomás António Gonzaga (Doutor), nascido em 1745, natural do Porto, filho de João Bernardo Gonzaga e de Tomásia Isabel Gonzaga.

Foi **Juiz de Fora de Beja** (depois de 1778); **Ouvidor de Vila Rica** (carta de 15 de Maio de 1782); **Provedor de Vila Rica** (carta de 25 de Maio de 1782); **Juiz Conservador dos Moedeiros da Baía** (carta de 23 de Novembro de 1786); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 28 de Novembro de 1786).

Observações: Participou na Inconfidência Mineira em 1789, o que lhe custou a prisão e, posteriormente, o degredo em Moçambique (MM).

Tomás António de Vila Nova Portugal (Bacharel em leis), nascido em 1756 ou 1757, natural de Lisboa, filho de José António das Neves e de Maria da Piedade, neto paterno de António Francisco e Maria Jorge, e neto materno de António da Costa Portugal e Maria Baptista.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Abril de 1800); **Corregedor da Comarca de Vila Viçosa** (carta do lugar de 5 de Maio de 1800); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 28 de Julho de 1801); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduado de 16 de Dezembro de 1805); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de um lugar ordinário de 10 de Março de 1807); **Conselheiro** (1807). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (29 de Maio de 1804), carta de profissão de hábito (2 de Junho de 1804), alvará de fidalgo cavaleiro (8 de Abril de 1807), e provisão de licença para poder constituir um passal (10 de Maio de 1832).

Observações: O pai do agraciado é Doutor. Os avós maternos são naturais de Tomar e aí viveram. O pai é bacharel e doutor. Os avós maternos viveram sempre dos rendimentos das suas fazendas, e tinham besta em que andavam. O habilitante mora, à data de Março de 1778, em Lisboa na Rua Direita de S. Pedro de Alcântara provavelmente na companhia do pai e é à data de Abril seguinte solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Tomás Carlos de Sousa e Meneses (Bacharel em cânones), também *Tomás Carlos de Sousa*, natural de Abrantes, filho de António Joaquim de Sousa e Almeida e de Antónia Luísa de Meneses, neto paterno de João Rodrigues e Isabel de Sousa, e neto materno de Tomás António de Meneses.

Foi **Partidor dos órfãos de Coimbra** (alvará de 20 de Fevereiro de 1782), alvará de mercê de propriedade de ofício (20 de Fevereiro de 1782); **Ouvidor de Pombal** (alvará de 8 de Março de 1790), alvará para servir o lugar de Ouvidor de Pombal com o

predicamento que está a acabar-lhe (11 de Março de 1790); **Capitão das ordenanças da Capitania de Minas** (carta patente de 10 de Julho de 1790); **Juiz de Fora de Pombal** (alvará de predicamento de 20 de Outubro de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 20 de Outubro de 1807). Recebeu alvará de mercê da capela que em Coimbra instituíra Úrsula Luís [ou Luísa] de Sesimbra tirando-a por demanda à sua custa (9 de Setembro de 1782). **Observações:** Os pais assistem em Coimbra. O pai e avós paternos são de Abrantes. A mãe e avó materna são de Coimbra. O pai enquanto em Abrantes serviu de Almotacé e Escrivão dos órfãos. A mãe foi criada como filha natural do avô materno em casa de uma tia deste, chamada D. Antónia Luísa de Borbon. Os avós paternos viviam fartamente das suas fazendas, dizendo uma testemunha que o avô paterno era negociante com embarcações próprias. O avô materno era fidalgo. O habilitante é, à data de Março de 1781, solteiro. O habilitante tem informações de bom estudante (LB).

Tomás da Costa Almeida (Bacharel em leis em 1725; Licenciado por exame privado), também *Tomás da Costa de Almeida Castelo Branco*, natural de Lisboa, filho de Jerónimo da Costa de Almeida e de Maria Francisca Ferrão de Castelo Branco, neto paterno de Rodrigo da Costa de Almeida e Madalena Maria de Carvalho, e neto materno de Pedro Unhão de Castelo Branco e Damiana Francisca da Silva Ferrão.

Foi **Corregedor da Comarca de Tomar** por três anos (carta de 23 de Dezembro de 1728); **Juiz da Índia e Mina** (carta de 25 de Novembro de 1740), carta de Juiz da Índia e Mina por tempo de três anos (25 de Novembro de 1740), carta de recondução com beca honorária (30 de Novembro de 1743); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Maio de 1748), alvará de aposentado em Desembargador da Casa da Suplicação (21 de Fevereiro de 1765); **Superintendente do Sal de Setúbal** (carta de 26 de Junho de 1748). Recebeu alvará de fidalgo da Casa Real com 1\$600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (20 de Junho de 1714), carta de padrão de tença de 12\$000 réis e hábito (17 de Março de 1731), alvará de superveniência na tença de seu pai (3 de Fevereiro de 1743), alvará de pensão em vida de 60 moios de sal (29 de Novembro de 1749), e provisão de extinção da capela de Catarina Serrão no termo da vila de Cabrela e em Setúbal (25 de Outubro de 1773). **Observações:** O pai do agraciado é Desembargador. Os pais e avós são naturais de Lisboa e aí moraram. O pai é Desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo. A mãe foi a primeira mulher do pai. O avô paterno era cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício. O avô materno era Desembargador e Cavaleiro da Ordem de Cristo. O habilitante tem o foro de fidalgo cavaleiro de 1\$600 réis

de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia que lhe pertence pelo pai. O habilitante é, à data de Janeiro de 1727, solteiro e morador em Lisboa às Escolas Gerais. O habilitante é bom estudante (LB).

Tomás Esteves Bravo (Bacharel em leis de 1688 para 1689), também *Tomás Estevães Bravo*, nascido em 1661 ou 1662, natural de Beja, filho de Gaspar Esteves [ou Estevães] Bravo e de Inês Baiôa Porta, neto paterno de Tomás Estevães Bravo e Maria Baiôa Mega, e neto materno de Estêvão Dias Porto e Margarida Martins.

Foi **Provedor de Messejana** (alvará); **Juiz de Fora do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 7 de Novembro de 1708); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará para jurar e tomar posse por procuração do lugar de 10 de Novembro de 1708); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Novembro de 1712), alvará de 24 meses de licença como Desembargador da Casa da Suplicação (12 de Maio de 1713). Recebeu alvará de administração de uma capela instituída por Isabel Toscana na freguesia de Quintos no termo de Beja (24 de Dezembro de 1711), alvará de administração vitalícia da capela instituída por Isabel Toscana na herdade da Toscana na freguesia de Quintos (6 de Fevereiro de 1712), carta de administração da capela instituída por mestre Diogo nos moinhos chamados do doutor Vítor na ribeira do Guadiana e termo de Beja (24 de Maio de 1713), carta de administração de uma capela e bens sitos na capela de Quintos no termo de Beja (24 de Maio de 1713), carta de 38\$000 réis de tença efectiva em cada ano (3 de Janeiro de 1716), padrão de 38\$000 réis de tença (23 de Janeiro de 1716), e carta de 12\$000 réis de tença para os ter com o hábito de Cristo (5 de Fevereiro de 1716);

Observações: Os pais e avós são naturais de Beja e aí moraram. O pai é familiar do Santo Ofício. Os pais e avós tratavam-se à lei da nobreza com cavalos, escravos e criados vivendo das suas fazendas com luzimento e abundância. O habilitante é, à data de Novembro de 1689, solteiro e assiste à data de Janeiro de 1690 em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Tomás Feliciano de Albernaz (Bacharel), nascido em 1670, natural de Lisboa, filho de Simão Cardoso Pereira e de Catarina Teresa da Costa. Foi **Juiz do crime da Sé** (1696); **Ouvidor de Montemor-o-Novo** (carta de 20 de Julho de 1701); **Provedor de Sergipe de El-Rei** (1705); **Ouvidor de Sergipe de El-Rei**; **Desembargador da Relação da Baía** com posse no Porto (carta de 15 de Fevereiro de 1715). Recebeu alvará de licença para casar (24 de Novembro de 1709), provisão para tomar posse

por procurador (20 de Janeiro de 1716), e padrão de 8\$000 réis de tença para seu filho (16 de Março de 1742).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 2 de Maio de 1699 (HOC).

Tomás Henriques Pais (Bacharel), nascido em 1658, natural da Ilha da Madeira, filho de João Dias e de Maria Pereira Henriques.

Foi **Juiz de Fora do Redondo** (1692); **Desembargador da Relação de Goa** (1695). Recebeu alvará de 100\$000 réis de ajuda de custo.

Tomás Inácio de Morais Sarmento (Bacharel em cânones), também *Tomás Inácio de Moraes Sarmento*, nascido em 1750 ou 1751, natural de Torre de Moncorvo, filho de Apolinário Luís Domingues Teixeira e de Maria Josefa de Morais Sarmento, neto paterno de Apolinário Luís Teixeira e Ana Domingues, e neto materno de Domingos Gomes de Magalhães e Ana de Morais.

Foi **Juiz de Fora de Tondela** (carta do lugar de 30 de Janeiro de 1776); **Juiz de Fora de Cascais** (carta do lugar de 23 de Outubro de 1781); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 25 de Junho de 1782), carta (4 de Novembro de 1782); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 23 de Março de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 18 de Janeiro de 1802); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Janeiro de 1803), carta (8 de Janeiro de 1805); **Procurador da Real Fazenda do Ultramar** (carta de 9 de Janeiro de 1805), carta de privilégios de Desembargador (20 de Outubro de 1815). Recebeu alvará de licença para sub-rogar os bens de vínculo de que trata pela quantia de 300\$000 réis em apólices sitos na Comarca de Moncorvo (5 de Agosto de 1799), (e outros) provisão para a Câmara de Moncorvo lhe aforar a Cova de Mendel no monte de Reboreda (4 de Fevereiro de 1800), provisão a seu filho Alexandre Tomás de Morais Sarmento dispensando-o de inquirições etc. para ler (19 de Junho de 1810), e apostila de 60\$000 réis de juro que passou para seu filho o Desembargador Alexandre Tomás de Morais Sarmento (13 de Novembro de 1821).

Observações: O pai e avô paterno são naturais de Urros do termo de Torre de Moncorvo. A mãe e avós maternos são naturais de Torre de Moncorvo. A avó paterna é natural de Maçores do termo de Torre de Moncorvo. O pai é bacharel. Os avós paternos e maternos eram dos lavradores honrados das suas terras e sustentavam-se das suas fazendas. O habilitante é, à data de Dezembro de 1775, solteiro e assiste

à data de Janeiro seguinte em Lisboa na Rua dos Couros. O habilitante é muito bom estudante (LB).

Tomás Joaquim da Rocha (Bacharel em leis), também *Tomás Joaquim da Rosa*, nascido em 1757 ou 1758, natural de Ponte da Barca, filho de Tomás Pedro da Rocha e de Luísa Teresa de Faria Machado, neto paterno de Cipriano José da Rocha, e neto materno de João Lopes da Mota.

Foi **Ouvidor das terras e coutos da Universidade de Coimbra** (carta de 3 de Março de 1789), provisão para vestir beca honorária no lugar de Ouvidor das terras e coutos de Coimbra (3 de Março de 1789); **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta de 24 de Março de 1794); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de graduação de 1 de Setembro de 1794), alvará (1 de Dezembro de 1794); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Julho de 1803). Recebeu (com seus irmãos) provisão para sua mãe continuar na administração de que tratam (19 de Dezembro de 1781).

Observações: O avô materno é natural de Póvoa de Lanhoso da Comarca de Guimarães. O habilitante é irmão inteiro do bacharel Bernardo da Rocha de Faria Machado, que se encontra habilitado pela Mesa do Desembargo do Paço. O habilitante é, à data de Julho de 1782, solteiro e assistente em Coimbra. O habilitante é opositor às cadeiras de leis e bom estudante (LB).

Tomás José Ferreira da Veiga (Bacharel em leis), nascido em 1740 ou 1741, natural de Braga, filho de Manuel Gomes do Vale e de Maria de Castro, neto paterno de João Gomes e Madalena Fernandes, e neto materno de João Ferreira e Joana de Castro.

Foi **Juiz de Fora de Vila Velha de Ródão e Sarzedas** (carta do lugar de 23 de Janeiro de 1767), alvará de seu ordenado (15 de Maio de 1767), provisão para estar ausente do dito lugar (20 de Julho de 1767), provisão de 20\$000 réis de aposentadoria com o dito lugar (9 de Setembro de 1767); **Advogado do Real Colégio dos Nobres** (carta de 13 de Outubro de 1777); **Procurador fiscal e Superintendente dos Foros da Ajuda** (alvará de mercê de 29 de Maio de 1781); **Advogado do Número da Casa da Suplicação** (carta de 29 de Julho de 1783); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício na Casa da Suplicação (carta de 4 de Setembro de 1785); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Julho de 1789); **Ajudante e substituto do Procurador da Real Fazenda** (alvará de 15 de Julho de 1789), carta de privilégio de Desembargador (23 de Março de 1793); **Fiscal do Subsídio Literário do**

Real Colégio dos Nobres (carta para haver 100\$000 réis de ordenado com o dito cargo de 12 de Maio de 1790). Recebeu 10\$000 réis de tença anual (3 de Novembro de 1778), provisão de hábito e tença (21 de Janeiro de 1779), carta de padrão de tença de 8\$000 réis num dos Almojarifados do Reino (21 de Janeiro de 1779), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino com o hábito de Cristo (4 de Fevereiro de 1779), provisão para adjudicar e comprar uma vinha encravada de vínculo a Maria Rosa de Nogueira no Lumiar do termo de Lisboa (5 de Dezembro de 1783), e provisão para continuar na curadoria da menor D. Eugénia Marquesa de Nisa (10 de Janeiro de 1786).

Observações: O pai e avô paterna são naturais da freguesia de S. Victor de Braga. A mãe e avô materna são naturais da freguesia de S. Vicente de Penso do termo de Braga. O avô paterno é natural da freguesia de S. João da Ponte do termo de Guimarães. O avô materno é natural da freguesia de Santo Estêvão do termo de Braga. Os pais e avós viviam dos rendimentos das suas fazendas, tendo também dinheiros a juro. Os pais moram sensivelmente à data de Outubro de 1761 em Braga, na Rua dos Chãos de Cima. O habilitante é, à data de Outubro de 1761, solteiro e assistente em Lisboa ao Pombal. O habilitante é bom estudante. O habilitante casou-se com D. Ana Joaquina de S. José e Veiga de quem teve o bacharel formado em leis Tomás Nepomuceno Ferreira da Veiga (LB).

Tomás José da Silva Vieira (Bacharel em leis), nascido em 1731 ou 1732, natural de Lisboa, filho de Filipe Ribeiro da Silva e de Eufrásia Maria Rosa, neto paterno de José da Silva e Maria Ribeira, e neto materno de Francisco de Araújo e Sousa e Teresa Maria de Jesus.

Foi **Ouvidor-Geral da Comarca do Rio das Mortes** (alvará da serventia de Provedor da dita Comarca de 13 de Outubro de 1758); **Corregedor do cível da cidade** (carta de Corregedor por três anos e mais enquanto não mandar o contrário de 26 de Janeiro de 1771); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Novembro de 1778); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Setembro de 1789), carta (23 de Setembro de 1789); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Abril de 1795); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta do título do Conselho de 2 de Junho de 1802), **Conselheiro** (carta de 5 de Junho de 1802). Recebeu carta de padrão de tença e hábito (27 de Julho de 1754).

Observações: O pai é natural de Braga. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa e aí viveram na freguesia de Santa Justa. Os avós paternos moraram em Braga na freguesia de S. João de Souto. O pai é bacharel formado em cânones e Desembargador tendo sido habilitado pelo Desembargo do Paço em 1716. O avô paterno foi sargento de infantaria e, quando findou a guerra, terá sido negócio

e servido de procurador a alguns fidalgos da corte. Diz-se também que o avô paterno vivia do rendimento da quinta da Louroza que era propriedade dos seus pais. O avô materno era cavaleiro professo da Ordem de Cristo e proprietário do ofício de Escrivão dos defuntos e ausentes. O habilitante mora, à data de Outubro de 1752, em Lisboa aos Anjos e é à data de Dezembro seguinte solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

* **Tomás Luís Ferreira** (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega** (carta de 5 de Fevereiro de 1622); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 30 de Março de 1627); **Provedor de Ourique** (carta de 28 de Junho de 1633); **Corregedor da Comarca de Viana** por três anos (alvará de 15 de Fevereiro de 1641), alvará de jornada para que se preste a aposentadoria (15 de Fevereiro de 1641); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Janeiro de 1647); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Novembro de 1652); **Promotor da Justiça da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Março de 1656).

Tomás Pedro da Rocha (Doutor em leis a 30 de Julho de 1741), nascido em 1715 ou 1716, natural da freguesia de Vila Nova Mutia do termo de Ponte da Barca, filho de Cipriano José da Rocha e de Maria Luísa Cerqueira de Araújo, neto paterno de Manuel Antunes da Rocha e Serafina Francisca de Araújo, e neto materno de Félix Cerqueira de Araújo e Ângela de Araújo Costa.

Foi **Desembargador do Desembargo do Paço** (alvará de um lugar honorário de 8 de Outubro de 1780), alvará de Desembargador honorário do Desembargo do Paço para passar a ordinário (8 de Outubro de 1780); **Conselheiro** (carta de 25 de Novembro de 1780). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (1 de Março de 1781).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais da freguesia de Vila Nova de Muía do termo de Ponte da Barca e aí moraram. Os avós paternos são naturais da freguesia de S. João de Vila Chã do termo de Ponte da Barca e aí moraram. O pai era doutor e serviu nos lugares de letras, entre os quais no de Ouvidor do Rio das Mortes. O avô materno era doutor e serviu de Juiz de Fora de Melgaço. Os pais e avós eram abundantes de bens. O habilitante é, à data de Novembro de 1747, solteiro e mora à data de Fevereiro de 1752 em Lisboa na Ruas dos Calafates. O habilitante é bom estudante e opositor às cadeiras de cânones (LB).

Tomás de Sousa Caldeira (Bacharel), nascido em 1658, natural de Cochim, filho de Francisco Simões e de Catarina de Sousa, neto materno de Tomás de Sousa.

Foi **Juiz de Fora de Odemira** (1690); **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (1694); **Desembargador da Relação de Goa** (1704); **Provedor da Índia** (1704). Recebeu alvará de mercê de capela, e alvará de ajuda de custo.

Tomé Baracho da Silva (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Juiz de Fora de Penamacor** (depois de 1656); **Juiz de Fora de Lagos**; **Corregedor do cível** da cidade (1675); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 17 de Maio de 1681); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta). Recebeu carta de Escrivão das Almadras do Algarve (26 de Junho de 1676).

Tomé da Costa Homem, (Bacharel; Licenciado), natural de Arganil, filho de Simão Fernandes e de Domingas da Costa, neto paterno de Manuel Fernandes e Susana Dias, e neto materno de Simão Duarte e Maria da Costa.

Foi **Juiz de Fora de Miranda** pelo tempo de três anos (carta de 30 de Setembro de 1652); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 23 de Dezembro de 1661); **Provedor da Fazenda Real da Baía** (carta); **Procurador da Real Fazenda da Baía** (carta de 9 de Agosto da 1664); **Desembargador da Relação do Porto** (carta); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 9 de Outubro de 1669), alvará aposentando-o de Desembargador da Relação do Porto como ordenado e propinas (10 de Fevereiro de 1672), alvará de aposentado (carta).

Observações: Os pais e avós paternos moram e moraram respectivamente no lugar de Sarzedo do termo de Arganil. Os avós maternos moraram na Lousã. Os pais e avós paternos eram lavradores honrados e abastados e da governança de Arganil. Os parentes, que se diz serem pessoas de bem e ocupantes dos cargos honrosos da Lousã, respeitam certamente à parte materna. O habilitante é, à data de Março de 1647, solteiro. O habilitante é bom estudante (LB).

Tomé Gomes Moreira (Doutor), nascido em 1687, natural de Lisboa, filho de Tomás Gomes Moreira e de Antónia Maria.

Foi **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 12 de Março de 1715); **Desembargador da Casa da Suplicação** (1720); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (carta de 18 de Março de 1738). Recebeu padrão de 38\$000 réis de tença (9 de Setembro de 1728), provisão de mercê de um ofício de Escrivão de um dos Juízos do Cível de Lisboa (26 de Fevereiro de 1733), provisão para poder nomear serventuário (18 de Junho de 1734), alvará de 300\$000 réis de

ordenado como Conselheiro do Conselho Ultramarino (5 de Maio de 1738), e carta de privilégios de Desembargador (8 de Fevereiro de 1742).

Tomé Joaquim Gonzaga Neves (Bacharel), nascido em 1750, natural do Rio de Janeiro, filho de Feliciano Gomes Neves e de Lourença Filipa Gonzaga.

Foi **Auditor do Regimento da Baía** com graduação em Capitão de infantaria, provido pelo Marquês do Lavradio e Vice-Rei do Estado do Brasil em 1775, e confirmado pela Rainha (carta de 20 de Janeiro de 1781); **Auditor do Regimento de Infantaria do Cais** (carta de 7 de Novembro de 1783); **Desembargador honorário da Relação do Porto** (carta de 1 de Abril de 1805). Recebeu mercês do hábito de Avis e 60\$000 de tença podendo renunciar 48\$000 em sua mulher pelos serviços de mais de quinze anos como auditor (31 de Janeiro de 1792).

Tomé Pinheiro da Veiga (Doutor).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 23 de Abril de 1650). Recebeu carta para poder votar no Desembargo do Paço (2 de Março de 1641), carta de nomeação do ofício de Escrivão da Feitoria dos Linhos de Coimbra na pessoa de Domingos Coelho (10 de Setembro de 1641), alvará para poder renunciar à capela chamada de Vicente André sita em Viana do Alentejo em seu filho Luís Pinheiro (4 de Setembro de 1643), alvará de 20\$000 réis de ordenado (3 de Outubro de 1647), e alvará de 120\$000 réis na folha de Chancelaria (29 de Janeiro de 1653).

Observações: Foi Conselheiro Real, Desembargador do Desembargo do Paço, Procurador da Coroa Real, Desembargador Agravista da Casa da Suplicação, e Juiz do Tombo das capelas (RGM).

Tristão José da Fonseca (Bacharel), nascido em 1740, natural de Castro Marim, filho de João Monteiro da Fonseca e de Engrácia Maria.

Foi **Juiz de Fora de Ourique** (depois de 1774); **Juiz de Fora de Monchique** (carta de 28 de Setembro de 1786); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de 27 de Maio de 1789). Recebeu provisão de licença de dois meses (2 de Julho de 1782), provisão de licença de dois meses (12 de Dezembro de 1783), provisão para vencer o ordenado desde o dia em que embarcar (17 de Junho de 1789), e padrão de 18\$000 de tença (26 de Março de 1790).

* **Valentim da Costa de Lemos** (Bacharel).

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 6 de Março de 1630); **Desembarga-**

dor Extravagante da Casa da Suplicação (carta de 26 de Abril de 1635); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta para ser promovido de 7 de Março de 1641).

Valentim Gregório de Resende (Bacharel; Licenciado), natural de Lisboa, filho de João Resende e de Filipa Godinha de Oliveira, neto paterno de José de Resende e Joana da Costa, e neto materno de Henrique Lopes de Oliveira e Ana Sã (ou Sá) Godinha.

Foi **Juiz de Fora de Montemor o Novo** (carta de 20 de Agosto de 1663); **Corregedor de Almada** (carta de 8 de Março de 1668); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1679); **Desembargador Agravista da Relação do Porto** (carta de 18 de Fevereiro de 1682); **Corregedor do crime de Alfama** (carta); **Conselheiro do Ultramar** com 300\$000 réis (carta de 15 de Fevereiro de 1689), alvará de renúncia de ofício; **Corregedor do cível da Corte** (carta). Recebeu carta de padrão de 38\$000 réis de tença efectiva (7 de Abril de 1679), e tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (13 de Maio de 1679).

Observações: Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai foi alcaide proprietário em Lisboa. O avô paterno teve o hábito de Cristo. Os pais e avós eram das principais famílias de Lisboa, e tiveram ofícios públicos dessa cidade. Os pais e avós foram irmãos da Misericórdia de Lisboa. O habilitante é, à data de Setembro de 1661, solteiro (LB).

Valentim Leite Homem de Magalhães Pereira (Doutor), natural de Ourém.

Foi **Provedor da Comarca de Viseu** (carta de 14 de Agosto de 1781), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de dois meses (20 de Maio de 1783), carta de recondução do lugar de Provedor (10 de Dezembro de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Novembro de 1789). Recebeu provisão de licença para estabelecer arras a sua futura noiva D. Ana Maria Josefa da Cunha (28 de Novembro de 1793), e alvará de uma vida mais na administração que tem da capela de Nossa Senhora da Natividade do Suímo sita em Ourém instituída pelo Dr. Padre Afonso Pires Loureiro para se verificar em seu sobrinho (9 de Julho de 1814).

Observações: Recebeu certidão negativa a 30 de Outubro de 1813 com 66 anos de idade (RGM).

Valério José de Leão (Bacharel), nascido em 1740, natural de Lisboa, filho de António Rodrigues de Leão e de Antónia Teresa Rosa.

Foi **Juiz de Fora de Cascais** (carta de 30 de Abril de 1766); **Juiz de Fora de Angra** (carta de 28 de Agosto

de 1766); **Provedor de Angra** (carta de 7 de Agosto de 1767); **Corregedor de São Miguel** (carta de 27 de Janeiro de 1770); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 31 de Janeiro de 1784).

Vasco Garcia Moniz (Doutor), natural de Fronteira, filho de Luís Gonçalves Moniz e de Brites de Azevedo, neto paterno de Vasco Garcia Moniz e Ana Mendes de Castelo Branco, e neto materno de Domingos Lopes de Azevedo e Beatriz Fernandes Manhãs.

Foi **Juiz de Fora de Castelo de Vide** (carta de 26 de Outubro de 1645); **Corregedor da Comarca de Portalegre** por três anos (carta de 15 de Março de 1652); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de predicamento de 11 de Dezembro de 1663); **Juiz do fisco de Coimbra** (alvará de 22 de Julho de 1670), **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Novembro de 1675).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Fronteira e aí moraram. A mãe e avós maternos são naturais de Alter do Chão, havendo os segundos morado nessa vila alentejana e a primeira em Fronteira. O pai e avô paterno foram capitães mores de Fronteira. Os pais e avós paternos eram dos principais de Fronteira e, em conservação da sua nobreza, serviam-se sempre de cavalos, armas, escravos e criados. Os avós maternos eram dos principais de Alter do Chão, tendo servido o avô todos os cargos nobilitantes dessa vila como os de Juiz, Vereador, Provedor da Misericórdia e alferes de S. João. Os avós maternos eram ricos, tratando-se com cavalos, criados, escravos e cães de caça. O avô materno era ainda familiar do Santo Ofício, e chega-se a classificá-lo como o mais rico homem do seu tempo. O habilitante tem um irmão freire conventual do convento de S. Bento de Avis, que se chama Manuel Mendes de Castelo Branco. O habilitante é, à data de Março de 1644, solteiro (LB).

Venâncio Marcelino de Campos de Deslandes (Bacharel), também *Venâncio Marcelino de Campos de Landes*, também *Venâncio Marcelino de Campos de Dantas*, natural de Lisboa, filho de Luís da Costa Campos.

Foi **Juiz de Fora do Redondo** (carta de 23 de Janeiro de 1776); **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 18 de Março de 1779); **Corregedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 1 de Julho de 1784); **Corregedor da Comarca de Viseu** (carta de 1 de Julho de 1784); **Corregedor do Bairro de Alfama** (carta de 6 de Outubro de 1789); **Desembargador efectivo na Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 24 de Julho de 1806), carta de privilégios de Desembargador (3 de Outubro de 1806). Recebeu carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almoxarifados do Reino e o hábito de Cristo (16 de Abril de 1779), carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Rosa de

Viterbo da Costa Deslandes (8 de Janeiro de 1796), provisão de Juiz Privativo na sua causa (16 de Junho de 1800), provisão de extinção de um comissão de ministros em certas causas (18 de Outubro de 1800), e carta de legitimação a seu filho Manuel Venâncio Deslandes (28 de Maio de 1819).

Observações: Recebeu certidão negativa a 28 de Maio de 1823 com 75 anos de idade (RGM).

Venceslau Pereira da Silva (Bacharel em leis; Licenciado), também *Vencislau Pereira da Silva*, nascido em 1692 ou 1693, natural de Alenquer, filho de João Lopes Pereira e de Joana Maria de Videira, neto paterno de Francisco Lopes e Arcângela Pereira, e neto materno de Manuel Nunes Monteiro e Maria Pais.

Foi **Juiz de Fora na Baía** (cartas de 20 e 21 de Setembro de 1724); **Provedor nas capelas na Baía** (carta de 30 de Outubro de 1724); **Desembargador da Relação da Baía** por tempo de seis anos com a posse de um lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 31 de Janeiro de 1741), provisão para tomar posse por procurador do lugar na Relação do Porto (3 de Março de 1741); **Intendente-Geral do Ouro da Baía** (carta de 14 de Maio de 1753); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** com exercício de Intendente-Geral do Ouro da Baía (carta de 8 de Agosto de 1754), provisão para jurar na Chancelaria por Procuração e tomar posse do lugar de Desembargador da Casa da Suplicação (19 de Novembro de 1754); **Conselheiro do Conselho Ultramarino** (cartas de 23 e 25 de Outubro de 1756). **Observações:** O pai e avô paterno são naturais de Freixial do Meio do termo de Aldeia Galega de Merciana. A mãe, avó paterna, e avós maternos são naturais de Alenquer. Os pais e avós trataram-se à lei da nobreza servindo os cargos honrosos da república. O habilitante é, à data de Novembro de 1717, solteiro e mora à data de Fevereiro de 1718 em Lisboa. O habilitante é bom estudante (LB).

Veríssimo de Mendonça Domingues (Doutor) nascido em 1669, natural de Santiago de Cacém, filho de Manuel Gago e de Ana Martins Guerra, neto paterno de Diogo Gago e Isabel Fernandes, e neto materno de Filipe Rodrigues Lopes e de Maria Guerra.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (1696); **Juiz de Fora de Tavira** (1701); **Ouidor de Azeitão** (1708); **Superintendente do tabaco do Algarve** (carta de 15 de Abril de 1709); **Provedor do Algarve** (carta de 23 de Agosto de 1715); **Corregedor das Ilhas** com posse na Relação do Porto (carta de 21 de Janeiro de 1721); **Desembargador da Relação do Porto** (1727). Recebeu provisão para tomar posse

por procurador (carta de 28 de Janeiro de 1721), e carta de quitação como executor do Almojarifado do Algarve (4 de Abril de 1721).

Vicente de Albuquerque (Licenciado), filho de Pedro de Albuquerque e de Maria Pais, neto paterno de Inácio de Figueiredo e Maria de Andrade, e neto materno de Manuel Nunes Monteiro e Maria Pais.

Foi **Corregedor da Comarca de Elvas** por tempo de três anos (carta de 13 de Agosto de 1641); **Corregedor do crime de Lisboa** (carta de 4 de Outubro de 1644); **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Novembro de 1654). Recebeu alvará de caminho (13 de Agosto de 1641).

Observações: Os pais e avós são do concelho de Azurara da correição de Viseu. Os pais e avós são pessoas nobres desse concelho (LB).

Vicente Correia (Doutor), filho de Duarte Correia e de Leonarda Evangelha, e neto materno de Pedro Correia e Leonor Reinel.

Foi **Desembargador Extravagante da Relação do Porto** (carta de 18 de Maio de 1641); e **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Setembro de 1648).

Observações: O pai e avô paterno foram Escrivães dos Armazéns. Os pais e avós foram pessoas nobres que se tratavam com os seus cavalos nas estrebarias. O habilitante é, à data de Julho de 1641, solteiro (LB).

Vicente José Ferreira Cardoso (formado em 1785; Doutor em leis em 1786), também *Vicente José Ferreira Cardoso da Costa*, nascimento em 1761 ou 1762, natural do Porto, filho de José Ferreira Cardoso da Costa e de D. Clara Joana Teixeira Coelho, neto paterno de João Cardoso da Costa e Cristina Ferreira, e neto materno de João Francisco Teixeira e D. Perpétua Clara.

Foi **Juiz de Fora do Porto** (carta de 4 e 14 de Abril de 1791), provisão de privilégio exclusivo para a impressão da colecção de leis extravagantes por ele ordenada (7 de Fevereiro de 1799); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de mercê de um lugar de 25 de Outubro de 1799); **Desembargador Ordinário da Casa da Suplicação** (cartas de 22 de Agosto de 1806 e 14 de Junho de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 4 de Fevereiro de 1825). Recebeu carta dos bens que foram da capela da Ratoeira do termo de Celorico de que foi administradora D. Mariana de Mendonça de Pina e Proença (4 de Abril de 1791), alvará de mercê de todo o direito e acção que a Coroa possa ter aos bens que ficaram

do mestre António Dias etc. (20 de Maio de 1806), (e outros) alvará para suceder nos bens de D. Mariana de Mendonça e Pina (20 de Maio de 1806), carta de uns bens que foram da capela do Ratoeiro no termo de Celorico na Comarca da Guarda de que foi administradora D. Marinha de Mendonça Pina (5 de Novembro de 1806), alvará de bens que foram dos vínculos ou morgados da Ramela e Benespera sitos na Comarca da Guarda (9 de Janeiro de 1809), carta de mercê da doação do morgado da Ratoeira e outros compostos dos bens que foram do mestre António Dias falecido em Ponta Delgada da Ilha de S. Miguel (27 de Janeiro de 1809), (com sua mulher) provisão de confirmação das arras impostas em bens de morgado a favor de D. Mariana Isabel de Matos e Góis Campers para casar com o primogénito dos sobreditos (22 de Setembro de 1824), e alvará de fidalgo cavaleiro para a pessoa que casar com sua filha D. Helena (20 de Novembro de 1824).

Observações: O pai e o irmão, João Bernardo Cardoso da Costa, são naturais do Porto. O pai faleceu sendo Desembargador da Relação do Porto. O dito irmão é bacharel habilitado pelo Desembargo do Paço, e serve actualmente de Juiz de Fora de Arcos de Valdevez. O habilitante é muito bom estudante e opositor às cadeiras de leis. O habilitante mora, à data de Setembro de 1790, no Porto (LB).

Vicente Rodrigues Ganhado (Doutor em cânones em 1755), nascido em 1733 ou 1734, natural de Lisboa, filho de Domingos Rodrigues e de Josefa da Encarnação, neto paterno de Vicente Rodrigues e Mariana dos Santos, e neto materno de António João e Catarina dos Santos.

Foi **Desembargador honorário** (provisão de mercê de beca honorária de 1 de Março de 1781); **Superintendente do Rio Mondego** (alvará de mercê de 12 de Fevereiro de 1785); **Desembargador honorário da Casa dos Agravos da Casa da Suplicação** (cartas de 15 e 23 de Junho de 1789), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar (23 de Julho de 1789); **Vereador do Senado da Câmara** (alvará de 22 de Outubro de 1794); **Juiz dos cavaleiros** (carta de 27 de Novembro de 1794); **Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda** (carta de 18 de Abril de 1795), alvará de 320\$000 réis de ordenado com o lugar (13 de Março de 1801); **Procurador das Dízimas da Casa de Bragança** (alvará de faculdade para nomear serventuário no ofício (23 de Março de 1798); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 28 de Março de 1802), carta de Desembargador do Desembargo do Paço sem exercício mas vencendo o ordenado (28 de Maio de 1802); **Conselheiro** (carta de 11 de Junho de 1802). Recebeu carta de profissão de hábito (6 de Fevereiro

de 1793), carta de padrão de hábito (20 de Março de 1793), carta de padrão de tença de 12\$000 réis num dos Almojarifados do Reino a título da Ordem de Cristo (13 de Abril de 1793), e alvará de fidalgo cavaleiro (13 de Julho de 1802).

Observações: Recebeu certidão negativa a 5 de Junho de 1804 com 70 anos de idade. O pai e avô paterno são naturais de Lisboa da freguesia dos Anjos. A mãe e avô materna são naturais do termo de Lisboa da freguesia dos Olivais. A avó paterna é natural do termo de Lisboa da freguesia dos Santos Reis. O avô materno é natural da freguesia de Santa Eulália de Vale Maior do termo de Aveiro. Os avós paternos tinham fazendas próprias e uma outra alheia de renda. Os avós maternos tinham uma quinta nos Olivais, e tratavam-se abundantemente com criados e bestas na estrebaria. Os pais e avós viviam assim das suas fazendas com gravidade e cabedais. O habilitante é, à data de Julho de 1759 solteiro, e mora, à data de Setembro seguinte, na freguesia dos Olivais. O habilitante tem dos seus actos na Universidade de Coimbra informações de bom estudante (LB).

Vitorino da Costa de Oliveira (Bacharel em cânones de 1702 para 1703; Licenciado), também *Vitoriano da Costa e Oliveira*, nascido em 1675 ou 1676, natural de Vila do Conde, filho de Silvestre da Costa Neiva e de Catarina Páscoa de Oliveira, neto paterno de Afonso da Costa Neiva e Ana Rodrigues, e neto materno de Manuel Gomes de Oliveira e Maria de Oliveira.

Foi **Juiz de Fora de Monção** pelo tempo de três anos (carta de 17 de Janeiro de 1707); **Desembargador da Relação do Estado da Índia** (carta de 4 de Fevereiro de 1711), provisão de ajuda de custo de 80\$000 réis para sua viagem para a Índia (30 de Abril de 1711); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Março de 1721); **Corregedor do crime da Relação do Porto** (carta de 18 de Junho de 1727); **Superintendente do tabaco da cidade e Comarca do Porto** (alvará de 12 de Abril de 1728). Recebeu provisão de licença para casar e trazer para este Reino toda a família (5 de Abril de 1718), e carta de padrão de tença de 12\$000 réis com o hábito de Cristo (3 de Março de 1732).

Observações: Foi Desembargador da Relação de Goa. Os avós paternos e provavelmente o pai são naturais de Guimarães. A mãe e avós maternos são naturais de Vila do Conde. O pai foi Vereador e Juiz pela Ordenação em Vila do Conde. Os pais e avós maternos viveram das suas fazendas. A mãe é irmã germana do doutor Inácio de Oliveira Gomes, que foi Juiz de Fora de Vila do Conde, e faleceu sendo Desembargador do estado da Índia. O avô paterno era dos principais de Guimarães e tinha fazenda no termo dessa vila. O habilitante é, à data de Março de 1706, solteiro. O habilitante é estudante suficiente (LB).

Vitorino José de Sequeira (Bacharel), nascido em 1694, natural de Lisboa, filho de Domingos Moreira e de Domingas de São José, neto paterno de Manuel Moreira e Maria Domingues. Foi **Juiz de Fora de Portel** (1725); **Desembargador da Relação de Goa** (carta de 16 de Abril de 1729). Recebeu carta patente da capitania da fortaleza de Damão por tempo de três anos (24 de Março de 1739), alvará para poder renunciar ou testar a capitania de Damão (13 de Maio de 1741), e provisão para se recolher com a sua família de Goa ao Reino (29 de Março de 1748).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 26 de Março de 1732 (HOC).

Vitorino José Cerveira Botelho do Amaral (Bacharel em leis em 1787), nascido em 1765 ou 1766, natural de Penafiel, filho de António José Cerveira Botelho Pereira do Amaral (ou António José Cerveira do Amaral) e de D. Ana Maria de S. José, neto paterno de Veríssimo dos Santos Pereira do Amaral e Maria Cerveira, e neto materno de D. Veríssimo de Sousa e Quitéria Maria de Araújo.

Foi **Juiz de Fora de Oliveira de Azeméis** (alvará de graduação num lugar de Desembargador da Relação do Porto de 26 de Julho de 1803); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Fevereiro de 1804), provisão para jurar por procurador na Chancelaria como Desembargador (2 de Março de 1804); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Dezembro de 1816), provisão para prestar juramento na Chancelaria por procurador (20 de Dezembro de 1816), carta de privilégios de Desembargador (27 de Maio de 1820); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 14 de Julho de 1821); **Juiz da Coroa da segunda vara** (carta de 24 de Março de 1823), carta (24 de Março de 1825), alvará de ordenado como Juiz (3 de Junho de 1825); **Comendador honorário da Ordem de Cristo** (alvará de 14 de Junho de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (cartas de 4 de Setembro e 4 de Novembro de 1823); **Corregedor do crime da Corte** (carta do lugar de 4 de Novembro de 1823); **Procurador Fiscal da Real Junta do Comércio** (carta de 25 de Novembro de 1825); **Desembargador honorário da Mesa do Desembargo do Paço** (alvará de 11 de Dezembro de 1827); **Conselheiro** (alvará de título de 6 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de hábito de Cristo e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (23 de Julho de 1823).

Observações: Recebeu certidão negativa a 23 de Dezembro de 1822 com 55 anos de idade. O pai e avós paternos são naturais de Boassas do concelho de Ferreiros e Comarca

de Barcelos. A mãe e avós maternos são naturais de Penafiel. O pai é mestre em Artes e doutor de capelo do partido da cidade de Penafiel. Os avós paternos viviam das suas fazendas, havendo servido o avô de Juiz no concelho de Ferreiros. O habilitante é, à data de Abril de 1789, solteiro e mora à data de Maio seguinte em Penafiel. O habilitante é bom estudante (LB).

Vitorino da Silva Freire (Doutor), natural de Lisboa, filho de António da Silva Freire e de Maria Clara, neto materno de João Domingues Salgado.

Foi **Juiz de Fora de Santarém** (carta de 27 de Novembro de 1766); **Corregedor do cível de Lisboa** (cartas de 3 e 5 de Maio de 1779); **Tabelião do Público e Notas de Lisboa** (provisão de 14 de Setembro de 1781), provisão para nomear serventuário do ofício (15 de Setembro de 1781), alvará de renúncia do ofício (24 de Janeiro de 1787), provisão para renunciar ao ofício com a pensão de 4\$800 réis por mês para duas sobrinhas (11 de Fevereiro de 1790); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Março de 1784); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Janeiro de 1794); **Corregedor do cível da Corte** (cartas de 2 e 10 de Dezembro de 1799); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Janeiro de 1801). Recebeu provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca de Alenquer imposto por Catarina Gaspar (26 de Julho de 1797).

Observações: Recebeu certidão negativa a 12 de Maio de 1802. O avô materno era natural do lugar de S. Salvador na freguesia de S. Pedro de Morufe, do termo de Monção do Minho. O pai era Tabelião de Notas de Lisboa. O avô, quando rapaz, foi para Lisboa onde casou e estabeleceu negócio marítimo com Pernambuco. O avô materno descendia de lavradores que viviam dos seus bens. O avô materno morou em Lisboa no Terreiro de Santa Catarina e faleceu em Pernambuco (LB).

Vitorino de Sousa Guerra (Bacharel), também *Vitoriano de Sousa Guerra*, também *Vitorino de Sousa Guerra e Araújo*, filho de Francisco de Sousa Guerra e Andrade.

Foi **Juiz de Fora de Soure** (carta de 4 de Outubro de 1764), provisões para estar ausente do dito lugar (29 de Maio e 12 de Julho de 1765); **Corregedor da Comarca de Miranda** (carta de 25 de Junho de 1784); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para dar juramento na Chancelaria por seu procurador de 4 de Junho de 1800), carta (5 de Junho de 1800). Recebeu carta de padrão de tença (16 de Junho de 1783).

Xavier Lopes Vilela (Bacharel), nascido em 1677, natural de Eiras em Coimbra, filho de Manuel Lopes Vilela e de Maria Baptista.

Foi **Ouvidor de Cabo Verde** (carta de 5 de Novembro de 1709); **Provedor de Cabo Verde** (carta de

7 de Novembro de 1709); **Provedor Fazenda de Cabo Verde** (carta de 21 de Novembro de 1709); **Desembargador da Relação da Baía** (carta de 13 de Abril de 1723); **Desembargador da Relação do Porto** (1730).

- Acúrcio José de Magalhães, 61
 Adrião da Costa e Sousa, 61
 Adrião Pereira Forjaz Sampaio, 61
 Afonso Botelho, 61
 Afonso Botelho Soutomaior, 61
 Afonso de Faro (D.), 61
 Afonso Manuel de Meneses (D.), 62
 Afonso Rodrigues Bernardo, 62
 Afonso Silva, 62
 Afonso Soares da Fonseca, 63
 Afonso Teixeira Mendonça, 63
 Agostinho Álvares da Silva, 63
 Agostinho Bernardo Delgado Pinto, 64
 Agostinho de Azevedo Monteiro, 63, 64
 Agostinho de Novais Campos, 64
 Agostinho de Oliveira Rebelo, 65
 Agostinho Félix Santos Capelo, 64
 Agostinho Góis Ribeiro, 64
 Agostinho Luís Ribeiro Vieira, 64
 Alberto Pais de Machado, 65
 Alexandre Barbosa de Albuquerque, 65
 Alexandre Botelho Moraes, 65
 Alexandre da Silva Correia, 68
 Alexandre de Moura Coutinho, 67
 Alexandre Duarte de Carvalho, 66
 Alexandre Ferreira, 66
 Alexandre José Ferreira Castelo, 66
 Alexandre José Gonçalves, 67
 Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, 67
 Alexandre Nunes Leal de Gusmão, 68
 Alexandre Nunes Monteiro, 68
 Alexandre Rebelo Leite, 68
 Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento, 68
 Alexandre Vasconcelos Coutinho, 69
 Álvaro de Faro, 69
 Álvaro Fonseca Lobo, 69
 Álvaro Velho, 69
 Amador António de Sousa Bernardes e Torres, 69
 Ambrósio da Silva Martins, 70
 Ambrósio de Sequeira (D.), 70
 Ambrósio Pitaluga, 69
 Anacleto José Macedo Portugal, 70
 Anastácio José da Costa e Silva, 70
 André Cardoso Godinho, 71
 André da Silva Mascarenhas, 73
 André de Carvalho da Silva, 71
 André de Matos de Almada, 72
 André de Moraes Sarmiento, 73
 André de Sousa Pinheiro da Câmara, 73
 André Ferreira de Ataíde, 71
 André Ferreira Lobato Lobo, 71
 André Franco, 71
 André Freire Carvalho, 71
 André Leitão, 72
 André Leitão de Melo, 72
 André Lopes Pinto, 72
 André Machado, 72
 André Mendes Barros, 73
 André Moraes Sarmiento, 73
 André Sanches de Leiros, 73
 André Varela Soutomaior, 74
 Antão Bravo de Sousa Castelo Branco, 74
 Antão de Almada (D.), 74
 António Álvares da Silva, 75
 António Alves da Cunha, 75
 António Alves da Silva, 76
 António Amado da Cunha Vasconcelos e Sarro, 76
 António Antunes Leite, 77
 António Baptista da Cunha, 77
 António Baracho Leal, 77
 António Barbosa Bacelar, 78
 António Barroso Pereira, 78
 António Benevenuto Jorge, 79
 António Bernardo Xavier Porcille, 80
 António Bolarte Dique, 80
 António Caetano de Sampaio Teixeira Pimentel, 80
 António Carneiro Barbosa, 81
 António Carneiro de Almada, 81
 António Carneiro Tinouco de Abreu, 81
 António Castelo Branco Távora, 81
 António Cláudio de Correia da Fonseca, 82
 António Coelho de Azevedo, 82
 António Coelho de Carvalho, 82
 António Coelho de Meireles, 82
 António Correia Amorim e Castro, 83
 António Correia Amorim Picanço, 83
 António Costa Freire, 84
 António Cunha Brochado, 84
 António da Costa Correia de Sá, 83
 António da Costa Maciel, 84
 António da Costa Novais, 84
 António da Cunha Pinheiro, 85
 António da Cunha Soutomaior, 85
 António da Fonseca de Brito, 88
 António da Maia Aranha, 98
 António da Maia Barreira, 99
 António da Mota Perestrelo, 102
 António da Mota Pinto, 102
 António da Silva e Almeida, 111
 António das Póvoas, 106
 António de Abreu Coelho, 74
 António de Abreu de Sequeira, 74
 António de Aguiar Carvalho, 74
 António de Aguiar da Silva, 75
 António de Andrade de Rego, 76
 António de Andrade do Amaral, 76
 António de Andrade do Rego, 76
 António de Azevedo Coutinho, 77
 António de Basto Pereira, 78
 António de Beja de Noronha, 79

- António de Brito e Amorim, 80
 António de Campos e Figueiredo, 80
 António de Campos Limpo Figueiredo Melo, 81
 António de Faria Machado, 86
 António de Figueiredo Branco, 87
 António de Freitas Faleiro, 89
 António de Freitas Pinto, 89
 António de Lemos da Rosa, 96
 António de Mariz Carneiro, 100
 António de Matos e Silva, 101
 António de Mesquita e Moura, 101
 António de Novais Pereira, 102
 António de Sampaio Cogominho de Vasconcelos, 109
 António de Sampaio Ribeiro, 110
 António de Sequeira da Gama e Ayala, 110
 António de Sousa da Silveira, 113
 António de Sousa de Macedo, 112
 António de Tavares Carvalho, 113
 António de Vilas Boas Sampaio, 117
 António Dias Alves, 85
 António Dinis da Cruz e Silva, 85
 António do Rego de Sá, 107
 António Duarte de Barros, 86
 António Esteves Coentro, 86
 António Feliciano da Silva Carneiro, 86
 António Félix Contreiras Silva, 86
 António Ferreira de Andrade Henriques, 87
 António Ferreira de Lemos Malheiros Vasconcelos e Melo, 87
 António Ferreira de Mendonça, 87
 António Ferreira de Sousa, 87
 António Ferreira Gil, 87
 António Filipe Soares Andrade e Brederode, 88
 António Freire da Fonseca, 88
 António Freire da Fonseca Osório, 89
 António Freire de Andrade Encerrabodes, 88
 António Freitas Branco, 89
 António Freitas Soares, 89
 António Germano da Veiga, 90
 António Gomes Henriques Gaio, 90
 António Gomes Pereira Silva, 90
 António Gomes Ribeiro, 90
 António Gouveia Araújo Coutinho, 91
 António Henriques da Silveira, 91
 António Janeiro Baraona, 91
 António Jaques Baharem, 91
 António Joaquim Costa Corte Real, 91
 António Joaquim da Silva Marques de Couto, 92
 António Joaquim de Pina Manique, 92
 António José Cabral de Almeida, 92
 António José Carvalho Pires, 93
 António José Coelho, 93
 António José da Cunha, 93
 António José da Fonseca Lemos, 93
 António José de Alencar Lima, 92
 António José de Araújo Sousa, 92
 António José de Carvalho Pimentel, 93
 António José de Sousa Amorim, 95
 António José Dias Mourão Mosgueira, 93
 António José Furtado de Mendonça, 94
 António José Godinho, 94
 António José Guião, 94
 António José Miranda, 94
 António José Morais Durão, 94
 António José Osório, 95
 António José Pereira Barroso, 95
 António José Rodrigues Ferreira, 95
 António José Saraiva do Amaral, 95
 António José Silvério Silva, 95
 António José Vieira de Azevedo, 95
 António Leitão Aguiar, 96
 António Leitão Homem, 96
 António Leite Campos, 96
 António Lobo de Torneio, 96
 António Lopes Carvalho, 96
 António Lopes da Costa, 97
 António Luís Coelho, 97
 António Luís de Sousa Leal, 98
 António Luís Peleja, 97
 António Luís Pereira da Cunha, 97
 António Macedo Pereira, 98
 António Macedo Velho, 98
 António Manuel Borges da Silva, 99
 António Manuel Nogueira Abreu, 99
 António Marchão Temudo (D.), 99
 António Maria Carneiro Sá, 99
 António Marques Cardoso, 100
 António Martins dos Reis (D.), 100
 António Maurício de Mascarenhas de Mansuelos, 101
 António Mendes Azambuja, 101
 António Metelo, 101
 António Moniz de Carvalho, 102
 António Monteiro de Oliveira, 102
 António Nabo Pessanha, 102
 António Nunes Castanho, 103
 António Pedro Baptista Machado, 103
 António Pedro de Alcântara de Sá Lopes, 103
 António Pedro Machado, 103
 António Pedro Torcato Barreto de Mendonça, 103
 António Pegado de Lima, 104
 António Peixoto de Figueiredo, 104
 António Pereira Bastos Lima Varela Barca, 104
 António Pereira da Cunha, 104
 António Pereira da Silva, 105
 António Pereira de Almeida Silva e Sequeira, 104
 António Pereira Quadros, 104
 António Pereira Santos, 105
 António Pereira Sousa (D.), 105
 António Pimenta de Araújo, 105

- António Pimentel Borges, 105
 António Pinheiro da Silva Freire, 105
 António Pinheiro de Faria, 105
 António Pinheiro Freire, 105
 António Pires da Silveira, 106
 António Procópio da Silva Pina, 106
 António Raimundo de Pina Coutinho, 106
 António Ramos da Silva Nogueira, 106
 António Raposo, 107
 António Rebelo Amaral, 107
 António Rebelo da Fonseca, 107
 António Ribeiro de Carvalho, 107
 António Ribeiro dos Santos (D.), 108
 António Robalo Freire, 108
 António Rodrigues Araújo, 108
 António Rodrigues Banha, 108
 António Rodrigues da Silva, 109
 António Rodrigues de Resende, 108
 António Rodrigues Gaioso, 108
 António Rodrigues Veloso, 109
 António Sá Lopes, 109
 António Sanches Pereira, 110
 António Santos Oliveira, 110
 António Saraiva de Sampaio Gouveia, 110
 António Silva Almeida, 111
 António Silva e Sousa, 111
 António Soares Monteiro, 111
 António Sodré Ferreira, 111
 António Sousa Tavares, 113
 António Tavares da Rocha, 113
 António Teixeira, 113
 António Teixeira Álvares, 113, 114
 António Teixeira da Mota, 114
 António Teixeira de Mendonça, 114
 António Tomás da Silva Leitão, 115
 António Valério de Mendonça Galvão, 116
 António Vales Caldeira, 116
 António Vaz de Figueiredo, 116
 António Velho da Costa, 116
 António Venceslau Xavier Castelo Branco Cabral e Taborda, 116
 António Vicente de Sousa, 117
 António Vicente Ferreira, 117
 António Vieira de Tovar e Albuquerque, 117
 António Xavier Costa Sameiro, 117
 António Xavier de Morais Pinto Teixeira Homem, 118
 Baltasar Azeredo, 118
 Baltasar da Silva Lisboa, 118
 Baltasar do Vale de Sequeira, 118
 Baltasar Inácio Ferreira Santa Bárbara e Moura, 118
 Baltasar Veloso Coutinho, 119
 Bartolomeu de Macedo Malheiro, 120
 Bartolomeu de Sousa Mexia, 120
 Bartolomeu Gomes Monteiro, 119
 Bartolomeu Gonçalves Castelo Branco, 119
 Bartolomeu Guifel Barbarino, 119
 Bartolomeu José da Cunha Soares e Vasconcelos, 119
 Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Andrade, 119
 Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Meneses, 120
 Bartolomeu Teixeira Gouveia, 121
 Basílio Teixeira Cardoso de Meneses Savedra, 121
 Belchior Amaral, 121
 Belchior Cunha Brochado, 122
 Belchior da Costa Ferreira, 122
 Belchior de Sousa Vilas Boas, 123
 Belchior do Amaral, 121
 Belchior do Rego de Andrade, 122
 Belchior do Rego e Andrade, 123
 Belchior José Vaz e Carvalho do Couto, 122
 Belchior Ramires de Carvalho, 122
 Bento António de Sampaio, 124
 Bento António dos Reis Pereira, 124
 Bento António Pacheco de Barros e Andrade, 124
 Bento Barros Bezerra, 124
 Bento Barros Lima, 124
 Bento Cardoso Jacome, 125
 Bento Coelho Sousa, 125
 Bento da Costa Oliveira e Sampaio, 125
 Bento da Fonseca e Silva, 126
 Bento da Silva Ramalho, 127
 Bento de Baena Sanches, 124
 Bento Dias Panasco, 126
 Bento José de Campos e Sousa, 126
 Bento José de Macedo Araújo e Castro, 126
 Bento José Pereira de Lima e Melo, 126
 Bento José Saraiva do Amaral, 126
 Bento Pedrosa Pereira Barreto, 127
 Bento Rebelo, 127
 Bento Teixeira de Saldanha, 127
 Bernardino Cabral Teixeira de Morais, 127
 Bernardino Falcão Gouveia, 128
 Bernardino José de Sena Freitas, 128
 Bernardino Macedo Velho, 128
 Bernardo Agostinho Borges, 128
 Bernardo Carneiro Vieira de Sousa, 128
 Bernardo Coelho da Gama Casco, 129
 Bernardo de Abreu Castelo Branco, 128
 Bernardo de Gouveia e Vasconcelos, 129
 Bernardo de Morais, 131
 Bernardo de Sousa Estrela, 131
 Bernardo de Sousa Guerra, 132
 Bernardo Duarte de Figueiredo, 129
 Bernardo Gonçalves de Moura, 129
 Bernardo José da Cunha Gusmão Vasconcelos, 129
 Bernardo José de Lemos Viana, 130
 Bernardo José de Paços, 130
 Bernardo José Raposo, 130
 Bernardo Lopes Pereira Maldonado, 130

- Bernardo Moniz Coutinho, 130
 Bernardo Pereira de Gusmão, 131
 Bernardo Pereira Silva, 131
 Bernardo Ribeiro Velho, 131
 Bernardo Salazar Sarmiento Eça de Alarcão, 131
 Bernardo Sampaio de Moraes, 131
 Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho, 132
 Bernardo Xavier Barbosa Sachetti, 132
 Brás Brandão de Sousa, 132
 Brás de Pina Moniz, 133
 Brás do Vale, 133
 Brás Henriques da Veiga, 132
 Brás Luís Moreira, 133
 Brás Ribeiro da Fonseca, 133
 Brás Rodrigues Pereira, 133
 Bruno Manuel Monteiro, 134
 Caetano Alberto de Ossuna, 134
 Caetano Bernardo Pimentel de Castro, 134
 Caetano de Brito e Figueiredo, 134
 Caetano de Melo da Gama Araújo e Azevedo, 135
 Caetano José da Rocha e Melo, 135
 Caetano José Pinto Mesquita, 134
 Caetano Lourenço de Azevedo, 135
 Caetano Manuel da Costa Fagundes, 135
 Caetano Pereira de Castro Padrão, 136
 Camilo José da Silveira Nunes, 136
 Carlos António Silva Franco, 136
 Carlos Cardoso Godinho, 137
 Carlos de Azevedo Leite, 136
 Carlos de Macedo Soutomaior e Castro (D.), 137
 Carlos Perim de Linde, 137
 Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos, 137
 Celestino da Cunha Feio, 137
 Ciriaco António Moura Tavares, 138
 Ciro da Costa Borges de Azevedo, 138
 Cláudio José Pereira da Costa, 138
 Columbano Pinto Ribeiro Castro, 138
 Constantino António Álvares do Vale, 138
 Constantino José Ferreira de Almeida, 138
 Crispim Mascaranhas de Figueiredo, 139
 Cristóvão Abreu, 139
 Cristóvão Alão de Moraes, 139
 Cristóvão Álvares Coelho, 139
 Cristóvão Álvares de Azevedo Osório, 139
 Cristóvão Azevedo, 140
 Cristóvão de Burgos, 140
 Cristóvão de Matos, 141
 Cristóvão Ferreira Freire, 140
 Cristóvão Gomes de Azevedo, 140
 Cristóvão Luís de Andrade, 141
 Cristóvão Melo Freire, 141
 Cristóvão Mouzinho Castelo Branco, 141
 Cristóvão Nunes de Brito, 141
 Cristóvão Pinto de Paiva, 141
 Cristóvão Rodrigues Barradas, 141
 Cristóvão Soares Abreu, 142
 Cristóvão Tavares de Moraes, 142
 Custódio da Silva Araújo de Faria Salazar, 142
 Custódio Dias de Sousa, 142
 Damião Rangel de Macedo, 142
 Diogo Álvares Mourão, 143
 Diogo Bernardes Pimenta, 144
 Diogo Botelho, 144
 Diogo Calisto Pereira, 144
 Diogo Carvalho Cerqueira, 145
 Diogo da Cunha Soutomaior, 145
 Diogo da Fonseca Pinto, 146
 Diogo da Silva de Gouveia, 151
 Diogo de Almeida de Azevedo, 143
 Diogo de Amorim de Faria, 143
 Diogo de Andrade Leitão, 144
 Diogo de Castro e Lemos, 145
 Diogo de Mendonça Côrte Real, 149
 Diogo de Moraes Botelho, 150
 Diogo de Sousa Mexia, 151
 Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, 152
 Diogo Fernandes de Salema, 145
 Diogo Filipe Pereira, 145
 Diogo Gouveia Miranda, 146
 Diogo Guerreiro Camacho Aboim, 146
 Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, 146
 Diogo Guerreiro Camacho de Brito de Aboim, 146
 Diogo Inácio de Pina Manique, 147
 Diogo José de Oliveira Ferreira e Cunha, 147
 Diogo Leitão da Fonseca, 147
 Diogo Marchão Temudo, 148
 Diogo Mendes Duro Esmeraldo, 148, 149
 Diogo Mendes Godinho, 149
 Diogo Mexia Galvão, 150
 Diogo Monteiro Noronha, 150
 Diogo Pacheco de Carvalho, 150
 Diogo Rangel Almeida de Castelo Branco, 150
 Diogo Rangel de Castelo Branco, 151
 Diogo Salter de Macedo, 151
 Diogo Vieira de Sousa, 153
 Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque, 153
 Dionísio de Ávila Vareiro, 153
 Dionísio de Azevedo Alvelos, 153
 Dionísio Esteves Negrão, 153
 Dionísio Inácio de Mesquita e Castro Pereira, 154
 Dionísio José Colaço, 154
 Dionísio Rebelo Godinho, 154
 Dionísio Soares de Albergaria, 154
 Domingos António de Araújo, 155
 Domingos António Ribeiro, 155
 Domingos Antunes Portugal, 155
 Domingos Barreiros Leitão, 156
 Domingos Borges Pinto, 156
 Domingos Coelho Reidono, 156
 Domingos de Gamboa e Liz, 157

- Domingos de Matos Corveira, 159
 Domingos de Sousa Santiago Ferraz de Aguiar, 161
 Domingos Dias de Matos, 156
 Domingos Dourado de Oliveira, 156
 Domingos Freire Gameiro, 156
 Domingos Gonçalves Santiago, 157
 Domingos José Cardoso Soares e Mendonça, 157
 Domingos Luís Ribeiro Vieira, 157
 Domingos Manuel Marques Soares, 158
 Domingos Marques Cardoso, 158
 Domingos Marques Giralde, 158
 Domingos Mendes, 159
 Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, 159
 Domingos Nogueira Araújo, 160
 Domingos Nunes Vieira, 160
 Domingos Peixoto, 160
 Domingos Pereira da Silva, 160
 Domingos Rebelo Lobo, 160
 Domingos Rodrigues de Macedo, 161
 Domingos Sequeira Sarmento, 156
 Domingos Vieira de Macedo, 161
 Duarte Alexandre Holbeche, 161
 Duarte Álvares de Abreu, 162
 Duarte de Paiva, 162
 Duarte Ribeiro de Macedo, 162
 Duarte Salter de Mendonça, 163
 Duarte Vaz Osório da Horta, 163
 Eleutério Colares de Carvalho, 163
 Estanislau Cunha Coelho, 163
 Estanislau José dos Santos Brandão, 164
 Estêvão de Fóios, 164
 Estêvão de Matos Pereira de Abegão, 166
 Estêvão de Miranda, 167
 Estêvão Ferraz de Campos, 164
 Estêvão Fragoso Ribeiro, 164
 Estêvão Fuzeiro de Sande, 164
 Estêvão Gallego Vidigal, 164
 Estêvão José Pereira Palha, 165
 Estêvão Leitão de Meireles, 166
 Estêvão Machado de Melo e Castro, 166
 Estêvão Pedro Carvalho, 167
 Eugénio Dias de Matos, 167
 Eugénio Tavares Sequeira, 167
 Faustino Fernandes de Castro Lobo, 168
 Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo, 168
 Feliciano Car Ribeiro, 168
 Feliciano Carvalho de Abreu, 168
 Feliciano Dourado, 168
 Feliciano Ramos Nobre Mourão, 168
 Félix Manuel da Silva Machado, 169
 Fernando Afonso Giralde, 169
 Fernando Afonso Giralde de Andrade, 169
 Fernando Afonso Giralde de Andrade Borba de Meneses, 169
 Fernando Caminha de Castro, 170
 Fernando da Costa Cardoso Pacheco, 170
 Fernando da Silva Teles Galvão, 173
 Fernando de Faro, 170
 Fernando de Matos de Carvalhosa, 173
 Fernando Dias Pinheiro, 170
 Fernando José António Álvares, 171
 Fernando José da Cunha Pereira, 171
 Fernando José Marques Bacalhau, 171
 Fernando Leite Lobo, 172
 Fernando Luís Pereira, 172
 Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas, 172
 Fernando Pires Mourão, 173
 Fernando Tudela de Castilho, 173
 Fernão Pereira de Vasconcelos, 174
 Filipe Custódio de Faria, 174
 Filipe de Abranches de Castelo Branco, 174
 Filipe José Faria, 175
 Filipe Maciel, 175
 Filipe Neri da Silva Coutinho, 175
 Filipe Ribeiro da Silva, 175
 Firmino de Magalhães Sequeira da Fonseca, 176
 Florêncio de Abreu Parada, 176
 Florêncio José Xavier Nogueira, 176
 Francisco Álvares da Silva, 178
 Francisco Álvares de Neiva, 178
 Francisco Álvares Godinho, 178
 Francisco Alves de Andrade, 179
 Francisco André de Ochoa, 179
 Francisco António Berquó da Silveira, 179
 Francisco António da Silva, 181
 Francisco António Duarte da Fonseca Montanha, 180
 Francisco António Gravito, 180
 Francisco António Maciel Monteiro, 180
 Francisco António Marques Giralde de Andrade, 180
 Francisco António Mourão, 181
 Francisco António Pinheiro da Fonseca Vieira da Silva, 181
 Francisco António Sousa Silveira, 181
 Francisco Azevedo Coutinho, 182
 Francisco Baía Teixeira, 183
 Francisco Baptista Rodrigues, 183
 Francisco Barradas de Mendonça, 183
 Francisco Barreto, 183
 Francisco Barreto Fróis, 183
 Francisco Barroso de Faria, 183
 Francisco Borges de Bettencourt, 184
 Francisco Botelho de Abreu, 184
 Francisco Bravo da Silveira, 184
 Francisco Cabral de Almada, 184
 Francisco Caetano de Oliveira Almada, 184
 Francisco Cardoso Amaral, 185
 Francisco Carneiro de Figueiroa, 185
 Francisco Carreira da Silva, 186
 Francisco Carvalho, 186
 Francisco Cerveira de Morais, 186

- Francisco Coelho da Silva Teixeira, 187
Francisco Coelho de Melo, 186
Francisco Coelho Sousa Sampaio, 187
Francisco Cordeiro da Silva, 187
Francisco Correia Manuel, 187
Francisco Craveiro de Almeida, 188
Francisco da Costa Alcoforado, 188
Francisco da Cruz Freire, 188
Francisco da Cunha de Andrade, 188
Francisco da Cunha Facha, 188
Francisco da Cunha Lobo, 188
Francisco da Cunha Rego, 189
Francisco da Fonseca Freire, 193
Francisco da Fonseca Sinel, 193
Francisco da Gama Pinto, 194
Francisco da Silva Coimbra, 213
Francisco da Silva Corte Real, 213
Francisco da Silva e Sousa, 213
Francisco da Silveira Soutomaior, 213
Francisco de Abreu Couceiro, 176
Francisco de Abreu Pereira de Meneses, 177
Francisco de Alarcão Velasques Sarmiento (D.), 177
Francisco de Almeida de Brito, 177
Francisco de Almeida e Mendonça, 177
Francisco de Almeida Pinto, 178
Francisco de Andrade Leitão, 179
Francisco de Assis da Fonseca, 182
Francisco de Atouguia Bettencourt de Lira, 182
Francisco de Barros, 183
Francisco de Brito Homem, 184
Francisco de Campos Limpo, 184
Francisco de Castro Jacome, 186
Francisco de Faria Barros, 190
Francisco de Figueiredo, 192
Francisco de Figueiredo Cardoso, 192
Francisco de Figueiredo de Carvalho, 192
Francisco de Figueiredo Vaz, 192
Francisco de Leão de Macedo, 197
Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, 198
Francisco Delgado de Matos, 189
Francisco de Mesquita, 205
Francisco de Moraes da Caldeira, 206
Francisco de Moraes Pimentel e Castro, 206
Francisco de Noronha e Mota, 207
Francisco de Paula de Sequeira Barreto, 208
Francisco de Puga Pinto e Antas, 209
Francisco de Sá Barreto, 211
Francisco de Sá de Meneses (D.), 211
Francisco de Santa Bárbara e Moura, 212
Francisco de Sá Sarmiento, 212
Francisco de Sousa da Guerra e Araújo, 214
Francisco de Sousa Moraes, 214
Francisco de Torres Pinheiro, 215
Francisco de Vasconcelos e Sousa, 215
Francisco Dias do Amaral, 189
Francisco Duarte Coelho, 189
Francisco Duarte dos Santos, 189
Francisco Durão Mexia, 190
Francisco Feliciano Velho da Costa Borges e Mesquita
Castelo Branco, 190
Francisco Fernandes de Andrade, 191
Francisco Ferreira Baião, 191
Francisco Ferreira Nobre, 191
Francisco Fiúza Correia, 192
Francisco Franco Pereira, 193
Francisco Galvão da Fonseca, 193
Francisco Gomes de Góis, 194
Francisco Gomes Leitão, 194
Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, 194
Francisco Guedes de Carvalho, 195
Francisco Guerreiro Leitão de Aguiar, 195
Francisco Jaques Salinas, 195
Francisco José António Damásio, 195
Francisco José Brandão, 195
Francisco José da Fonseca, 196
Francisco José da Serra Craesbeck de Carvalho, 197
Francisco José da Silveira Falcato, 197
Francisco José de Faria Barbosa Fagundes Guião, 196
Francisco José de Miranda Duarte, 197
Francisco José Freire de Macedo, 196
Francisco Leitão, 198
Francisco Leitão de Melo, 198
Francisco Lopes da Rocha, 200
Francisco Lopes da Silva, 200
Francisco Lopes de Barros, 199
Francisco Lopes de Beja Vilarinho, 199
Francisco Lopes de Carvalho, 199
Francisco Lopes de Sousa Faria e Lemos, 200
Francisco Lopes Ribeiro, 199
Francisco Lourenço de Almeida, 200
Francisco Luís Álvares da Rocha, 201
Francisco Luís da Cunha e Ataíde, 201
Francisco Luís de Almeida Coutinho, 201
Francisco Luís de Miranda Espínola, 202
Francisco Luís Martins Veloso, 202
Francisco Manso da Fonseca, 202
Francisco Manuel de Andrade Moreira (D.), 202
Francisco Manuel de Sousa Costa, 203
Francisco Manuel de Vasconcelos, 203
Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, 202
Francisco Manuel Pais Sande e Castro, 203
Francisco Manuel Pinto Mesquita, 203
Francisco Marcelino de Gouveia, 203
Francisco Martins da Luz, 204
Francisco Martins da Silva, 204
Francisco Melendes Freire, 205
Francisco Mendes Galvão, 205
Francisco Mendes Marecos, 205
Francisco Miranda Henriques, 205
Francisco Monteiro de Mendonça e de Miranda, 206

- Francisco Monteiro de Miranda, 206
 Francisco Monteiro Montarroio, 206
 Francisco Moreira de Freitas, 206
 Francisco Moreira de Matos, 207
 Francisco Mouzinho de Albuquerque, 207
 Francisco Nabo de Alcáçova, 207
 Francisco Nunes Cardeal, 207
 Francisco Nunes Rolão, 207
 Francisco Pereira, 208
 Francisco Pereira da Costa, 208
 Francisco Pereira da Cruz, 208
 Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, 208
 Francisco Quesadas de Abreu, 209
 Francisco Raimundo Morais Pereira, 209
 Francisco Rebelo Pereira da Fonseca, 210
 Francisco Ribeiro de Guimarães, 210
 Francisco Ribeiro de Lima, 210
 Francisco Roberto da Silva Ferrão, 211
 Francisco Roberto da Silva Ferrão de Carvalho e Martens, 211
 Francisco Roberto Silva Ferrão, 210
 Francisco Rodrigues Cação, 211
 Francisco Rodrigues Valadares, 211
 Francisco Sabino Alves da Costa Pinto, 212
 Francisco Salvado Pissarro, 212
 Francisco Soares de Macedo, 213
 Francisco Soares Galhardo, 213
 Francisco Sousa Guerra Araújo Godinho, 214
 Francisco Tavares de Almeida, 215
 Francisco Vaz de Santana, 215
 Francisco Vaz Pinto, 215
 Francisco Velasco de Gouveia, 215
 Francisco Vieira da Silva, 216
 Francisco Xavier Borges Pereira Ferraz, 216
 Francisco Xavier Campos de Carvalho, 217
 Francisco Xavier Carneiro de Sá, 217
 Francisco Xavier da Silva, 219
 Francisco Xavier da Silva Cabral, 220
 Francisco Xavier de Araújo, 216
 Francisco Xavier de Carvalho, 217
 Francisco Xavier de Oliveira, 218
 Francisco Xavier do Padre, 220
 Francisco Xavier Morato Boroa, 218
 Francisco Xavier Porcille, 218
 Francisco Xavier Ribeiro, 219
 Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, 219
 Francisco Xavier Saraiva de Lucena, 219
 Francisco Xavier Vasconcelos Coutinho, 220
 Francisco Ximenes de Lucena, 220
 Frederico de Almeida Correia, 221
 Frutuoso de Campos Barreto, 221
 Gabriel de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, 221
 Gabriel de Vilasboas Palmeiro, 221
 Gaspar Cardoso de Carvalho, 223
 Gaspar de Abreu de Freitas, 221
 Gaspar de Almeida de Andrade, 222
 Gaspar de Lemos Galvão, 225
 Gaspar de Macedo de Sampaio, 225
 Gaspar de Magalhães, 225
 Gaspar Ferreira Aranha, 223
 Gaspar Ferreira da Silva, 224
 Gaspar Gonçalves dos Reis, 224
 Gaspar Lampreia Vidal, 224
 Gaspar Leite Cabral, 224
 Gaspar Mouzinho de Albuquerque, 225
 Gaspar Pinto de Sousa, 226
 Gaspar Rebelo de Carvalho, 226
 Gaspar Rodrigues de Carvalho, 226
 Gaspar Rodrigues Porto, 227
 Gervásio de Almeida Pais, 227
 Gervásio do Sal de Almeida, 227
 Giraldo Pereira Coutinho, 227
 Gonçalo Alvo Godinho, 228
 Gonçalo Bandeira Maldonado, 228
 Gonçalo Correia de Campos, 228
 Gonçalo da Costa Veloso, 228
 Gonçalo da Cunha Vilas Boas, 228
 Gonçalo de Sequeira Sousa, 230
 Gonçalo José Brito Barros, 229
 Gonçalo José da Silveira Preto, 229
 Gonçalo Meireles Freire, 229
 Gonçalo Mendes de Brito, 229
 Gonçalo Vaz Preto, 230
 Gregório de Valcácer de Morais, 232
 Gregório Dias da Silva, 230
 Gregório Gomes Madeira, 231
 Gregório Mascarenhas Homem, 231
 Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, 231
 Gregório Pires Monteiro Bandeira, 232
 Guilherme António Apolinar Anderson, 232
 Guilherme Baptista Garvo, 232
 Guilherme José de Saldanha, 232
 Heitor de Brito Pereira, 232
 Henrique Carneiro Girão, 233
 Henrique de Barreira, 232
 Henrique de Mendanha da Costa Benavides Cirne e Vasconcelos, 233
 Henrique Jansen Moller, 233
 Henrique José de Mendanha Benavides Cirne, 233
 Henrique Lopes da Cunha, 233
 Henrique Sousa Serrão, 233
 Inácio Barbosa Machado, 234
 Inácio Caetano Carrilho, 234
 Inácio da Costa, 235
 Inácio da Costa Quintela, 235
 Inácio da Cunha de Toar, 235
 Inácio de Carvalho e Freitas, 234
 Inácio de Carvalho e Silveira, 234
 Inácio de Castro Lemos de Meneses, 234
 Inácio de Figueiredo, 236

- Inácio de Figueiredo Cabral Albuquerque, 237
 Inácio de Guevara, 237
 Inácio de Sousa Jacome Coutinho, 239
 Inácio Dias Madeira, 235
 Inácio do Rego de Andrade, 238
 Inácio Ferreira Pimentel, 236
 Inácio Ferreira Souto, 236
 Inácio José da Mota e Carvalho, 237
 Inácio José de Moraes e Brito, 237
 Inácio José Peixoto, 237
 Inácio Lopes Moura, 237
 Inácio Magalhães, 238
 Inácio Moraes Sarmento, 238
 Inácio Pereira de Sousa, 238
 Inácio Ribeiro Maio, 239
 Inácio Xavier e Henrique de Sousa Pissarro, 239
 Inocêncio Alves da Silva Freire, 240
 Isidoro Mendes de Elvas, 240
 Jacinto António Nobre Pereira, 240
 Jacinto Costa Vasconcelos, 240
 Jacinto da Costa Cabral de Vasconcelos, 240
 Jacinto de Queirós Botelho e Vasconcelos, 241
 Jacinto de Sequeira Sampaio, 241
 Jacinto Dinis de Figueiredo, 240
 Jacinto Manuel de Oliveira, 241
 Jacinto Pais Moreira de Mendonça, 241
 Jacinto Pimentel Arnaut, 241
 Jacinto Pimentel de Meneses, 241
 Jácome de Vilas Boas Casado, 242
 Jácome Ferreira da Fraga, 242
 Jerónimo Caetano de Barros Araújo e Bessa, 242
 Jerónimo da Costa de Almeida, 242
 Jerónimo da Cunha Machado, 243
 Jerónimo da Cunha Pimentel, 243
 Jerónimo da Silva de Azevedo, 244
 Jerónimo de Brito Caldeira, 242
 Jerónimo de Lemos Monteiro, 243
 Jerónimo de Milão Fragoso, 244
 Jerónimo de Sá e Cunha, 244
 Jerónimo Francisco Lobo, 243
 Jerónimo Ribeiro, 244
 Jerónimo Vaz Vieira, 244
 João Alberto Castelo-Branco, 245
 João Álvares da Costa, 245
 João Álvares de Figueiredo Brandão, 246
 João Álvares Simões, 247
 João Alves de Carvalho, 247
 João Anastácio Ferreira Raposo, 248
 João António Cogominho de Vasconcelos Sampaio, 249
 João António de Araújo e Azevedo, 249
 João António de Moraes, 250
 João António de Oliveira, 250
 João António Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcelos, 251
 João António Rodrigues Ferreira, 251
 João António Salter de Mendonça (D.), 251
 João António Teixeira de Bragança, 253
 João Antunes Monteiro, 253
 João Baptista Bavoni, 255
 João Baptista Dacier, 256
 João Baptista da Fonseca Teixeira Coelho Cardoso, 257
 João Baptista Esteves, 256
 João Baptista Vaz Pereira, 257
 João Barreto de Aguiar, 257
 João Barroso Pereira, 258
 João Bernardo Cardoso da Costa, 258
 João Bernardo da Costa Falcão de Mendonça, 259
 João Bernardo Gonzaga, 259
 João Bernardo Pereira Coutinho de Vilhena e Nápoles, 259
 João Cabral de Barros, 260
 João Caetano Soares Barreto, 260
 João Caetano Tourel da Cunha Manuel, 260
 João Cardoso de Azevedo, 261
 João Carlos Cardoso Verney, 261
 João Carlos de Matos Pereira, 262
 João Carneiro de Almada, 262
 João Carneiro de Moraes, 262
 João Carvalho Martens da Silva Ferrão, 262
 João Castelinho de Freitas, 263
 João Coelho de Almeida, 263
 João Coelho Henriques, 264
 João Cordeiro Leitão, 264
 João Coronel, 264
 João Correia de Abreu, 265
 João Correia de Carvalho, 265
 João Correia do Vale, 266
 João da Costa Borges, 266
 João da Costa Leitão, 266
 João da Cunha Soutomaior, 267
 João da Fonseca Coutinho, 270
 João da Mota Banha, 285
 João da Rocha Dantas e Mendonça, 293
 João da Rocha Pita, 293
 João da Silva e Sousa, 299
 João da Silva Rodarte, 298
 João de Almeida Coutinho Vieira, 245
 João de Amorim Pereira, 248
 João de Andrada Leitão, 249
 João de Araújo Ferreira Rebelo, 253
 João de Azevedo, 254
 João de Azevedo Barros, 255
 João de Azevedo (Fr.), 254
 João de Azevedo Pacheco Sacadura Bote, 255
 João de Azevedo Silveira, 255
 João de Bastos Teixeira, 258
 João de Brito Caldeira, 259
 João de Carvalho, 262

- João de Carvalho Henriques, 262
João de Cetém, 263
João de Figueiredo, 270
João de Góis de Araújo, 271
João de Gouveia da Rocha, 273
João de Guimarães (D.), 273
João Delgado Figueira, 267
João de Mascarenhas (D.), 282
João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães, 283
João de Medeiros Correia, 283
João de Melo de Carvalho, 284
João de Mesquita de Figueroa, 284
João de Mesquita e Matos, 285
João de Moura Coutinho, 286
João de Oliveira de Miranda, 287
João de Oliveira Leite de Barros, 286
João de Proença e Silva, 292
João de Puga de Vasconcelos, 292
João de Roxas de Azevedo, 296
João de Sampaio Freire de Andrade, 297
João de Sá Soutomaior, 296
João de Seixas Cabreira, 298
João de Sepúlveda e Matos (D.), 298
João de Sequeira de Sousa, 298
João de Sousa, 300
João de Sousa Caria, 301
João Diogo Guerreiro Camacho e Aboim, 267
João do Couto de Andrade, 267
João do Sobral de Barbuda, 300
João Eliseu de Sousa Serrão, 268
João Fernandes de Carvalho, 268
João Fernandes de Oliveira, 268
João Ferraz Velho, 268
João Ferreira Batalha, 269
João Ferreira Bettencourt e Sá, 269
João Ferreira Gabriel, 269
João Ferreira Ribeiro de Lemos, 269
João Fróis Leitão, 271
João Gaudêncio Torres, 271
João Gomes, 271, 272
João Gomes de Serpa, 272
João Gomes Ribeiro, 272
João Gonçalves Pereira, 272
João Gualberto Pinto de Moraes Sarmento, 273
João Guedes de Sá, 273
João Henriques da Maia, 274
João Henriques da Silva, 274
João Homem Freire, 274
João Inácio Almeida e Sousa, 274
João Inácio Dantas Pereira, 276
João Inácio de Brito e Abreu, 275
João Inácio do Amaral Silveira, 275
João José da Silva, 278
João José da Veiga, 279
João José de Abreu e Silva, 276
João José de Faria da Costa e Abreu Guião, 277
João José de Faria Mascarenhas e Melo, 277
João José de Lima Viana, 277
João José Mascarenhas de Azevedo e Silva, 277
João Lampreia de Vargas, 279
João Leal da Gama, 279
João Leite de Aguilhar, 280
João Lobato Quinteiro, 280
João Lopes Tinoco, 280
João Luís Cardoso, 281
João Maldonado (D.), 281
João Manuel Guerreiro de Amorim Pereira, 281
João Manuel Peixoto de Araújo, 282
João Marques Anjo da Fonseca, 282
João Marques Bacalhau, 282
João Mendes da Costa, 284
João Millis de Sá e Macedo, 285
João Monteiro de Faria, 285
João Monteiro de Miranda, 285
João Nepomuceno Pereira da Fonseca, 286
João Nogueira, 286
João Nunes Colares de Espie, 286
João Osório de Castro Sousa Falcão, 287
João Pacheco Pereira, 287
João Pedro Alfonso Videira, 287
João Pedro de Carvalho, 288
João Pedro de Sousa Sequeira Ferraz, 289
João Pedro Mouzinho de Albuquerque, 288
João Pedro Ribeiro, 289
João Peixoto de Sá, 290
João Pereira do Vale, 290
João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, 290
João Pinheiro, 291
João Pinheiro da Fonseca, 291
João Pinheiro de Amorim, 291
João Pinto Ribeiro, 292
João Ribeiro da Fonseca, 293
João Rodrigues Botelho, 294
João Rodrigues Campelo, 294
João Rodrigues de Brito, 294
João Rodrigues de Fontoura, 295
João Rodrigues Machado, 295
João Rodrigues Pereira, 295
João Rodrigues Vilar, 295
João Saraiva de Carvalho, 297
João Soares de Almeida, 299
João Soares de Brito, 299
João Soares Tavares, 299
João Sousa Cardenas, 301
João Tavares de Abreu, 301
João Teixeira Loureiro, 302
João Telo da Fonseca, 302
João Teodoro Saraiva Fragoso de Vasconcelos, 302
João Torres da Silva, 303

- João Valente Mendes, 303
 João Vanvessem, 303
 João Velasques Sarmiento (D.), 303
 João Velho Barreto, 304
 João Velho de Azevedo, 304
 João Veloso de Brito, 305
 João Veríssimo da Silva e Torres Cordeiro, 305
 João Vidal da Costa e Sousa, 305
 João Vieira de Macedo, 306
 João Xavier Teles de Sousa, 306
 João Zuzarte da Fonseca, 307
 Joaquim Alberto Jorge, 308
 Joaquim Álvares Moniz, 308
 Joaquim Amorim Castro, 308
 Joaquim António Calça de Pina, 309
 Joaquim António de Araújo, 308
 Joaquim António de Carvalho Santa Marta, 309
 Joaquim Casimiro da Costa, 310
 Joaquim Clemente da Silva Pombo, 310
 Joaquim de Barros de Almeida, 309
 Joaquim de Magalhães e Meneses, 315
 Joaquim de Oliveira Brandão, 317
 Joaquim Estanislau Rodrigues Ganhado, 310
 Joaquim Gerardo Teixeira, 311
 Joaquim Gomes da Silva Belfort, 311
 Joaquim Gomes Teixeira, 311
 Joaquim Inácio Ferreira da Rocha, 312
 Joaquim José de Aguiar e Sá, 312
 Joaquim José de Andrade, 312
 Joaquim José de Carvalho, 313
 Joaquim José de Jordão, 314
 Joaquim José Fidalgo da Silveira, 313
 Joaquim José Freire de Andrade, 314
 Joaquim José Marques Torres Salgueiro, 314
 Joaquim José Mendes da Cunha, 314
 Joaquim José Soares de Araújo, 315
 Joaquim Manuel de Carvalho, 316
 Joaquim Manuel Garcia de Castro Barbosa, 316
 Joaquim Nicolau Mascarenhas Cordovil, 316
 Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, 317
 Joaquim Pereira de Mendonça, 318
 Joaquim Rafael do Vale, 318
 Joaquim Rodrigues Botelho, 318
 Joaquim Rodrigues de Santa Marta Soares, 318
 Joaquim Teotónio Segurado, 319
 Joaquim Xavier de Lima, 319
 Joaquim Xavier Morato Boroa, 319
 Jorge da Silva Mascarenhas (D.), 322
 Jorge de Araújo Estaço, 320
 Jorge de Magalhães Pereira, 320
 Jorge Freire de Andrade, 320
 Jorge Luís Pereira, 320
 Jorge Manuel da Costa, 321
 Jorge Pacheco de Mendonça, 321
 Jorge Pimentel Velho, 321
 Jorge Pinheiro, 321
 Jorge Pinto de Almeida, 321
 Jorge Privado de Faria, 322
 Jorge Salter de Mendonça (D.), 322
 Jorge Seco de Macedo, 322
 José Albano Fragoso, 323
 José Alberto Leitão Manso de Lima Falcão, 323
 José Alexandre Cardoso Soeiro, 323
 José Alexandre da Silva, 324
 José Almeida Machado, 324
 José Álvares da Silva, 324
 José António Barbosa do Lago, 325
 José António Calado, 325
 José António Cobeiro de Azevedo, 325
 José António da Rocha Álvares de Carvalho, 329
 José António da Silva Pedrosa Guimarães, 330
 José António da Silva Santa Bárbara, 330
 José António da Veiga, 331
 José António de Meireles Freire, 326
 José António de Oliveira Damásio, 327
 José António de Oliveira Leite de Barros, 327
 José António de Oliveira Machado, 328
 José António de Sá, 329
 José António Mâncio da Costa Ubaldo, 326
 José António Pestana da Silva, 328
 José António Pinto Donas Boto, 328
 José António Valente, 330
 José Barata Freire de Lima, 331
 José Belarmino Cré, 332
 José Bernardo Álvares do Vale, 332
 José Bernardo Coelho de Figueiredo, 333
 José Bernardo da Gama e Ataíde, 333
 José Bonifácio de Andrade e Silva, 333
 José Bostoque, 334
 José Botelho de Lemos, 334
 José Caetano César Manitti, 334
 José Caetano de Paiva Pereira, 335
 José Caetano Pacheco e Tavares, 335
 José Caetano Peixoto Martins Barroso, 335
 José Camelo de Sá, 335
 José Cardoso Castelo, 336
 José Cardoso Girão, 336
 José Carlos Xavier da Silva, 336
 José Carvalho de Andrade, 337
 José Carvalho Martens, 337
 José Correia de Abreu, 339
 José Correia de Lacerda, 339
 José da Costa Correia, 340
 José da Costa Dias Barros, 340
 José da Costa e Silva, 341
 José da Costa Ribeiro de Vasconcelos, 340
 José da Cunha Brochado, 341
 José da Cunha Cardoso, 341
 José da Cunha Fialho, 342
 José da Cunha Soares, 342

- José da Guarda Fragoso, 351
 José da Mota Banha, 368
 José da Rocha Dantas e Mendonça, 377
 José da Silva de Gouveia, 380
 José da Silva Gomes, 380
 José da Silva Magalhães, 380
 José da Silva Pinto de Carvalho, 380
 José de Abreu Bacelar Chichorro, 323
 José de Araújo Col, 331
 José de Arriaga Brum da Silveira, 331
 José de Bastos Torres, 332
 José de Caminha Falcão, 336
 José de Carvalho Martens da Silva Ferrão, 337
 José de Castro Henriques, 339
 José de Faria, 343
 José de Figueiredo Carvalho, 345
 José de Freitas Serrão, 348
 José de Lima Coutinho, 360
 José de Lima Pinheiro de Aragão, 360
 José de Magalhães Castelo Branco, 361
 José de Matos da Veiga, 365
 José de Mendonça de Matos Moreira, 367
 José de Meneses (D.), 367
 José de Morais Machado, 368
 José de Nogueira Galvão, 368
 José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira, 369
 José de Ornelas da Fonseca Nápoles da Silva, 369
 José de Pina Coutinho (D.), 373
 José de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos, 375
 José de Sá de Mendonça, 378
 José de Seabra e Silva, 379
 José de Sousa Castelo Branco, 382
 José de Sousa de Morais, 382
 José de Sousa Tavares, 382
 José de Vasconcelos e Sousa (D.), 384
 José Dias do Vale, 342
 José Dias Ribeiro, 342
 José Diogo Mascarenhas Neto, 343
 José do Casal Ribeiro, 338
 José dos Santos Palma, 378
 José dos Santos Pinheiro de Matos, 378
 José Feio de Melo e Albuquerque, 343
 José Feliciano da Rocha Gameiro, 344
 José Félix de Araújo, 344
 José Félix Potier Lamas, 344
 José Fernandes Nunes, 344
 José Ferreira Cardoso, 345
 José Ferreira da Horta, 345
 José Ferreira de Horta, 345
 José Ferreira Gil, 345
 José Filipe Pires da Costa, 346
 José Firmino da Silva Geraldês Quelhas, 346
 José Fiúza Correia, 346
 José Fortunato de Brito Abreu Sousa e Meneses, 347
 José Francisco de Lencastre (D.), 347
 José Francisco de Oliveira, 347
 José Franco Falcão, 347
 José Freire Falcão de Mendonça, 348
 José Galvão de Lacerda, 349
 José Germano de Santa Marta Mesquita de Almada e Melo, 349
 José Gil Tojo Borja e Quinhones, 350
 José Gomes de Azevedo, 350
 José Gomes de Carvalho, 350
 José Gomes Ribeiro, 351
 José Gregório Ribeiro, 351
 José Guilherme de Miranda, 352
 José Henriques Cavaco, 353
 José Henriques de Anchieta Portes Pereira de Sampaio, 352
 José Inácio da Silveira Leal, 355
 José Inácio de Arouche, 353
 José Inácio de Brito Bocarra Castanheda, 353
 José Inácio de Mendonça (D.), 354
 José Inácio de Santa Marta Soares, 355
 José Inácio Pais Pinto de Sousa e Vasconcelos, 354
 José Inácio Pereira de Campos, 355
 José Januário de Carvalho, 356
 José João Teixeira, 356
 José Joaquim Borges da Silva, 357
 José Joaquim de Almeida de Araújo Correia de Lacerda, 356
 José Joaquim de Almeida e Araújo, 356
 José Joaquim de Sequeira Magalhães Lanções, 358
 José Joaquim Emaús, 357
 José Joaquim Nabuco, 358
 José Joaquim Reinaud de Sampaio, 358
 José Joaquim Toscano de Figueiredo e Albuquerque, 359
 José Joaquim Vieira Godinho, 359
 José Leandro de Gusmão e Vasconcelos, 359
 José Lobo da Veiga, 360
 José Luís Coutinho, 360
 José Luís de Magalhães e Meneses, 361
 José Luís França, 361
 José Maldonado (D.), 362
 José Manuel de Oliveira Mascarenhas, 362
 José Manuel de Sousa Cardoso Pizarro, 363
 José Manuel Ribeiro Vieira de Castro, 363
 José Maria Cardoso Soeiro, 364
 José Maria de Almeida Beltrão de Seabra, 363
 José Maria Teles do Vale, 364
 José Martins da Costa, 365
 José Mascarenhas Pacheco Coelho, 365
 José Mascarenhas Salter de Melo, 365
 José Maurício da Gama, 365
 José Mendes Salas, 366
 José Monteiro de Resende Cabral, 367
 José Monteiro de Vasconcelos, 368

- José Navarro de Andrade, 368
 José Paulo de Carvalho, 369
 José Paulo de Sousa, 370
 José Pedro Bayma de Barros, 370
 José Pedro de Lemos, 370
 José Pedro de Machado Coelho Torres, 371
 José Pedro de Oliveira, 371
 José Pedro Emaús, 370
 José Pedro Henriques, 370
 José Pedro Quintela, 371
 José Pegado de Azevedo e Melo, 371
 José Peixoto de Azevedo, 372
 José Pereira Coutinho, 372
 José Pereira de Morais Sarmiento (D.), 372
 José Pereira de Moura, 373
 José Pereira Dias, 372
 José Pinheiro, 374
 José Pinto de Morais Bacelar, 374
 José Pinto Falcão, 374
 José Pinto Ribeiro, 374
 José Pio Ferreira Souto, 375
 José Rebelo do Vadre, 375
 José Ribeiro Gomes, 375
 José Ribeiro Saraiva, 375
 José Ricalde Pereira de Castro, 376
 José Ricardo Godinho Valdês, 376
 José Roberto Vidal da Gama, 377
 José Rodrigues Ribeiro César, 378
 José Sarmiento de Figueiredo, 378
 José Sequeira, 379
 José Simões Barbosa, 381
 José Soares de Azevedo, 381
 José Soares de Barbosa Queirós de Azevedo, 381
 José Teixeira de Sousa, 383
 José Teles de Meneses, 383
 José Teotónio Sodrão Zuzarte, 383
 José Tomás Marinho da Costa, 384
 José Valério Pereira da Fonseca, 384
 José Vaz de Carvalho, 385
 José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, 385
 José Xavier Cardoso Nobre, 386
 José Xavier Machado, 386
 Julião de Campos, 386
 Julião de Moura Negrão, 386
 Lancelote Leitão de Noronha, 386
 Lázaro da Silva Ferreira, 387
 Lázaro Leitão Aranha, 387
 Leandro de Castro da Silveira, 387
 Leandro de Melo e Faria, 387
 Leonardo de Carvalho e Silva, 388
 Leonardo Monteiro de Vasconcelos, 388
 Leonel de Perada, 389
 Lopo de Lagares Pessanha, 389
 Lopo Tavares de Araújo, 389
 Lourenço António de Gouveia, 390
 Lourenço Brandão, 390
 Lourenço Coelho Leitão, 390
 Lourenço Correia de Lacerda, 390
 Lourenço da Gama Pereira, 391
 Lourenço de Arrochela Vieira de Azevedo, 390
 Lourenço José de Guimarães Moreira, 391
 Lourenço Pires Carvalho, 392
 Lourenço Saraiva de Carvalho, 392
 Lucas da Silva de Azevedo, 394
 Lucas de Seabra da Silva, 393
 Lucas Ferreira Calado de Oliveira, 392
 Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, 392
 Luís Abreu de Freitas, 394
 Luís Afonso Dantas, 395
 Luís Álvares da Costa, 395
 Luís Álvares da Cunha, 395
 Luís Álvares de Aguiar, 395
 Luís Álvares Ribeiro (D.), 395
 Luís Anes Barreiros, 396
 Luís António Branco Bernardes de Carvalho, 396
 Luís António de Araújo e Amorim, 396
 Luís António de Sousa Tavares, 397
 Luís Barbosa de Mendonça, 397
 Luís Bernardo Pinto de Mendonça e Figueiredo, 398
 Luís Borges de Carvalho, 398
 Luís Botelho da Silva Vale, 398
 Luís Coelho Ferreira do Vale, 399
 Luís Coelho Pimentel, 399
 Luís Contador de Argote, 399
 Luís da Costa e Faria, 400
 Luís da Costa Lima, 400
 Luís da Cunha (D.), 400
 Luís da Cunha de Toar, 401
 Luís da Cunha Varela, 401
 Luís da França Pimentel, 403
 Luís de Abreu Borges, 394
 Luís de Barros Teixeira Lobo, 398
 Luís de Figueiredo de Abreu Castelo Branco, 402
 Luís de Fóios, 402
 Luís Delgado de Abreu, 401
 Luís de Melo da Silva, 410
 Luís de Melo e Sá, 409
 Luís de Morais de Seabra, 410
 Luís de Moura Furtado, 410
 Luís de Oliveira da Costa, 411
 Luís de Oliveira Figueiredo e Almeida, 411
 Luís de Sequeira, 414
 Luís de Sequeira da Gama e Aiala, 415
 Luís de Sousa Pereira, 415
 Luís Dias Pereira, 401
 Luís Estanislau da Silva, 402
 Luís Fernandes Teixeira, 402
 Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, 402
 Luís Francisco Ferreira, 403
 Luís Freire da Fonseca Coutinho, 403

- Luís Godinho de Morais, 404
 Luís Godinho Leitão, 404
 Luís Gomes de Basto, 404
 Luís Gomes Leitão de Moura, 404
 Luís Gomes Loureiro, 405
 Luís Gonzaga de Carvalho e Brito, 405
 Luís Guedes Carneiro, 405
 Luís Inácio da Silva, 405
 Luís José de Carvalho e Melo, 405
 Luís José de Morais Carvalho, 406
 Luís José Duarte Freire, 406
 Luís José Pereira Freire de Andrade, 406
 Luís Leite de Faria, 407
 Luís Machado, 407
 Luís Magalhães de Brito, 407
 Luís Manuel de Moura Cabral, 408
 Luís Manuel de Oliveira Mascarenhas, 408
 Luís Manuel de Pina Coutinho, 408
 Luís Martins Baião, 409
 Luís Matoso Soares, 409
 Luís Monteiro da Costa, 410
 Luís Mourão Cordeiro do Vale, 411
 Luís Neto da Silveira, 411
 Luís Pereira de Abreu, 412
 Luís Pereira de Castro, 412
 Luís Pimentel da Costa, 412
 Luís Pinheiro, 412
 Luís Quifel Barbarino, 412
 Luís Rebelo Quintela, 412
 Luís Ribeiro Godinho, 413
 Luís Rodrigues Belo, 414
 Luís Salema de Carvalho, 414
 Luís Sanches de Almeida, 414
 Luís Teixeira Cabral, 415
 Luís Tomás Veloso de Miranda, 415
 Luís Veloso de Miranda, 415
 Luís Xavier Valente de Gouveia, 416
 Manuel Aires de Almeida, 416
 Manuel Álvares Cardoso, 418
 Manuel Álvares Pereira, 418
 Manuel Álvares Preto, 418
 Manuel António Cabral, 418
 Manuel António da Cunha Soutomaior, 418
 Manuel António da Fonseca e Gouveia, 419
 Manuel António Freire de Andrade, 419
 Manuel António Pessoa Osório, 420
 Manuel António Pinto de Escobar, 420
 Manuel Bicudo de Mendonça, 421
 Manuel Brissete de Barros, 421
 Manuel Caetano Barbosa Cabral Calheiros, 421
 Manuel Caetano de Macedo, 422
 Manuel Caetano de Sá, 422
 Manuel Carlos da Silva Gusmão, 423
 Manuel Carlos de Abreu e Meneses, 422
 Manuel Carneiro de Sá, 423
 Manuel Chainho Sanches, 424
 Manuel Cipriano da Silva, 424
 Manuel Cristóvão Mascarenhas de Figueiredo, 427
 Manuel da Ascensão da Rocha, 420
 Manuel da Costa Amorim, 424
 Manuel da Costa Bonicho, 425
 Manuel da Costa de Almada, 424
 Manuel da Costa e Lemos, 426
 Manuel da Costa Ferreira, 425
 Manuel da Costa Mimoso, 426
 Manuel da Costa Moreira, 426
 Manuel da Costa Palma, 427
 Manuel da Cunha, 427
 Manuel da Cunha Andrade, 427
 Manuel da Cunha Sardinha, 428
 Manuel da Cunha Soutomaior, 428
 Manuel da Fonseca Brandão, 433
 Manuel da Fonseca de Azevedo, 433
 Manuel da Gama Lobo, 435
 Manuel da Nóbrega, 452
 Manuel da Silva Baptista e Vasconcelos, 459
 Manuel da Silveira Correia, 459
 Manuel de Abreu Couceiro, 416
 Manuel de Albuquerque de Melo Pereira, 417
 Manuel de Almeida Cabral, 417
 Manuel de Almeida de Carvalho, 417
 Manuel de Almeida dos Santos, 417
 Manuel de Almeida Peixoto, 417
 Manuel de Azevedo Soares, 421
 Manuel de Campos e Sousa (D.), 422
 Manuel de Carvalho Oliveira, 423
 Manuel de Carvalho Pais, 424
 Manuel de Carvalho Rebelo de Meneses, 424
 Manuel de Évora Heitor, 431
 Manuel de Figueiredo Loureiro, 433
 Manuel de Freitas Soares, 434
 Manuel de Gouveia Álvares, 438
 Manuel Delgado de Matos, 428
 Manuel Delgado de Vasconcelos, 428
 Manuel Delgarte da Costa, 429
 Manuel de Lima Barreto, 445
 Manuel de Macedo Neto, 447
 Manuel de Macedo Pereira Coutinho, 447
 Manuel de Magalhães de Meneses, 447
 Manuel de Magalhães e Mexia de Macedo, 447
 Manuel de Magalhães Pinto e Avelar, 447
 Manuel de Matos, 449
 Manuel de Matos Pinto de Carvalho, 449
 Manuel de Melo Godinho Manso, 450
 Manuel de Meneses, 450
 Manuel de Moura de Cerqueira, 451
 Manuel de Mures Monteiro, 451
 Manuel de Novais da Silva Leitão, 452
 Manuel de Oliveira da Cunha e Silva, 453
 Manuel de Oliveira Pinto, 453

- Manuel de Pinho de Almeida e Lima, 455
 Manuel de Proença Leandro, 457
 Manuel de Sequeira da Silva, 459
 Manuel de Sequeira Malheiro, 459
 Manuel de Sousa de Meneses, 460
 Manuel de Toar de Vasconcelos, 461
 Manuel Dias de Lima, 429
 Manuel Dias Raposo, 429
 Manuel Dias Torres, 429
 Manuel Dinis da Silva, 430
 Manuel do Ó Barriga, 453
 Manuel dos Reis Bexiga, 457
 Manuel dos Reis Maciel, 457
 Manuel Duarte da Fonseca Lobo, 430
 Manuel Duarte Leitão, 430
 Manuel Estêvão de Almeida e Vasconcelos Barba-
 rino, 430
 Manuel Fernandes Tomás, 431
 Manuel Fernandes Varges, 432
 Manuel Ferreira, 432
 Manuel Ferreira da Silva, 433
 Manuel Ferreira de Carvalho, 432
 Manuel Ferreira de Lima, 432
 Manuel Ferreira de Oliveira, 433
 Manuel Figueira Delgado, 433
 Manuel Francisco da Silva da Veiga Magro e Mou-
 ra, 434
 Manuel Freire da Silva, 434
 Manuel Freire de Matos, 434
 Manuel Gameiro de Barros, 435
 Manuel Gomes Bezerra de Lima, 435
 Manuel Gomes Cerveira Valente, 436
 Manuel Gomes da Costa, 436
 Manuel Gomes de Carvalho, 435
 Manuel Gomes de Melo, 437
 Manuel Gomes de Oliveira, 437
 Manuel Gomes Ferreira, 436
 Manuel Gomes Soares, 438
 Manuel Gonçalves de Carvalho, 438
 Manuel Gonçalves de Miranda, 438
 Manuel Gonçalves Guião, 438
 Manuel Guerreiro Camacho e Fóios, 439
 Manuel Henriques Coelho de Mancilha, 439
 Manuel Henriques Sacoto, 440
 Manuel Herculano de Freitas Azevedo Falcão, 440
 Manuel Homem Freire, 440
 Manuel Inácio da Mota e Silva, 441
 Manuel Inácio de Moura, 441
 Manuel Inácio Pereira Cabral, 442
 Manuel Joaquim Bandeira, 442
 Manuel Joaquim Lopes Pereira Negrão, 442
 Manuel Joaquim Ribeiro Freire, 443
 Manuel José Calheiros, 443
 Manuel José de Araújo Tavares, 443
 Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, 443
 Manuel José de Faria e Sousa, 444
 Manuel José de Oliveira, 445
 Manuel José Gama e Oliveira, 444
 Manuel José Gomes Loureiro, 444
 Manuel José Soares, 445
 Manuel Lopes de Barros, 445
 Manuel Lopes de Oliveira, 446
 Manuel Luís Cordeiro, 446
 Manuel Luís Pereira, 446
 Manuel Luís Pires, 446
 Manuel Manso da Fonseca, 448
 Manuel Marinho Falcão de Castro, 448
 Manuel Martins Ferreira, 448
 Manuel Martins Madeira, 449
 Manuel Martins Nunes, 449
 Manuel Mendes Carvalho, 450
 Manuel Mogo de Melo, 450
 Manuel Moniz Monteiro, 450
 Manuel Mourão Botelho e Figueira, 451
 Manuel Mouzinho Gil (D.), 451
 Manuel Nicolau Esteves Negrão, 452
 Manuel Nunes Colares, 452
 Manuel Pais de Aragão Trigoso, 453
 Manuel Pais Gomes de Oliveira, 453
 Manuel Pedro de Sequeira, 454
 Manuel Pedroso de Lima, 454
 Manuel Pedro Tavares de Sequeira, 454
 Manuel Pereira Barreto, 454
 Manuel Pereira da Silva, 455
 Manuel Pereira Ramos de Azevedo Coutinho Ra-
 malho, 455
 Manuel Pinto da Cunha e Sousa, 456
 Manuel Pinto de Mira, 456
 Manuel Pinto Monteiro, 456
 Manuel Ribeiro Galvão, 457
 Manuel Rodrigues Leitão, 458
 Manuel Sarmento, 458
 Manuel Sarmento Pimentel do Vabo, 458
 Manuel Simões da Rosa Moreira, 459
 Manuel Soares Dourado, 460
 Manuel Teixeira de Azevedo, 460
 Manuel Teles da Silva, 460
 Manuel Teófilo de Mesquita e Moura, 460
 Manuel Tomás de Sousa e Azevedo, 461
 Manuel Vaz Nunes, 461
 Manuel Velho da Costa, 461
 Manuel Velho de Miranda, 462
 Manuel Vicente Marecos Pereira e Silva do Caste-
 lo, 462
 Manuel Vicente Rosa, 462
 Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, 463
 Manuel Vidigal de Morais, 463
 Manuel Viegas de Oliveira, 464
 Manuel Vieira Pedrosa, 464
 Manuel Vilela Carneiro, 464

- Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho, 464
 Marçal Casado Jácome, 464
 Marçal José Galvão de Oliveira Araújo, 465
 Marçal José Machado, 465
 Marceliano Coelho de Abreu e Carvalho, 465
 Marcelino José de Fontes Vieira, 466
 Marcelino Pereira Neto, 466
 Marcelo Antônio Leal Arnaut, 466
 Marcolino Xavier da Fonseca, 466
 Marcos de Andrade, 466
 Martim Afonso de Melo, 467
 Martim Afonso de Melo Pereira, 467
 Martim Monteiro de Seia, 467
 Martinho Afonso Coelho, 468
 Martinho Lobo da Silva, 468
 Martinho Teixeira Homem, 468
 Mateus Afonso Soares, 468
 Mateus Gonçalves Mouzinho, 469
 Mateus Mouzinho, 469
 Mateus Mouzinho Barba, 469
 Matias Álvares da Costa, 469
 Matias Álvares Mourão, 469
 Matias de Carvalho Coutinho de Vasconcelos, 469
 Matias Ferreira da Silva Granado, 470
 Matias Franco Ferreira, 470
 Matias Pinheiro da Silveira Botelho, 471
 Mendo de Fóios Pereira, 471
 Miguel Achioli da Fonseca, 471
 Miguel Antônio de Oliveira da Cunha e Sá, 471
 Miguel Barbosa Carneiro, 472
 Miguel Borges Tavares, 472
 Miguel Borges Tavares de Azevedo Gouveia Castro, 473
 Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, 473
 Miguel Cirne de Faria, 474
 Miguel da Costa Sobrinho, 474
 Miguel da Rosa Pimentel, 477
 Miguel da Silva Pereira, 478
 Miguel de Arriaga Brum da Silveira, 472
 Miguel de Figueiredo de Abreu, 475
 Miguel de Oliveira Guimarães e Castro, 476
 Miguel de Sequeira Castelo Branco, 478
 Miguel Dourado de Mariz, 474
 Miguel do Vale, 479
 Miguel Fernandes de Andrade, 474
 Miguel José Vienne, 475
 Miguel Lopes Caldeira e Artur, 475
 Miguel Manso Preto, 475
 Miguel Monteiro Bravo, 476
 Miguel Nunes de Mesquita, 476
 Miguel Pereira de Barros, 477
 Miguel Pereira Pinto, 477
 Miguel Pinheiro Correia, 477
 Miguel Pinheiro de Brito, 477
 Miguel Ribeiro da Cruz, 477
 Miguel Serrão Dinis, 478
 Miguel Teodoro Mourão Pinheiro, 479
 Miguel Teotônio dos Reis Rocha, 479
 Miguel Zuzarte de Azevedo, 479
 Nicolau de Almeida Mascarenhas, 480
 Nicolau de Brito Cardoso, 480
 Nicolau de Torres Cordeiro, 481
 Nicolau Dias Tinoco, 480
 Nicolau Joaquim de Miranda e Silva e Alarcão, 480
 Nicolau Pereira de Castro, 480
 Nuno de Faria e Mata de Amorim Coelho Castelo Branco, 481
 Nuno Mendes Barreto, 481
 Pantaleão de Sousa, 481
 Pantaleão Rodrigues Pacheco, 481
 Pascoal de Abrantes Madeira, 481
 Pascoal Ferreira de Veras, 482
 Pascoal José de Melo Freire dos Reis, 482
 Paulino Ribeiro de Araújo, 482
 Paulo Carneiro de Araújo, 483
 Paulo Castelino de Freitas, 484
 Paulo Chamorro Freire, 484
 Paulo de Carvalho, 483
 Paulo de Meireles Pacheco, 485
 Paulo Fernandes Viana, 484
 Paulo Fragoso de Abreu, 484
 Paulo José Correia, 484
 Paulo Rebelo, 485
 Paulo Rebelo de Sousa, 485
 Pedro Álvares Dinis, 486
 Pedro Alves Sanches, 486
 Pedro Alves Seco, 486
 Pedro Antônio de Pina Manique Nogueira de Matos e Andrade, 486
 Pedro Calado de Araújo e Lomba, 486
 Pedro Cordeiro Espinosa, 487
 Pedro Correia dos Santos, 487
 Pedro da Cunha e Sousa, 487
 Pedro da Rocha de Gouveia, 494
 Pedro da Silva, 495
 Pedro de Almeida, 485
 Pedro de Almeida do Amaral, 485
 Pedro de Anveres, 486
 Pedro de Carvalho, 487
 Pedro de Castro e Melo, 487
 Pedro de Freitas Duarte, 489
 Pedro de Freitas Tavares Pinto, 489
 Pedro de Melo Brayner, 491
 Pedro de Melo de Alvim, 490
 Pedro de Mendonça Corte-Real, 492
 Pedro de Morais Pimentel, 493
 Pedro de Pina Coutinho, 494
 Pedro de Unhão Castelo Branco, 495
 Pedro de Vilas Boas e Sampaio, 496
 Pedro Duarte da Silva, 488

- Pedro Fernandes Monteiro, 488
 Pedro Ferreira de Andrade, 488
 Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, 489
 Pedro Homem Mariz Sarmiento, 490
 Pedro José de Araújo, 490
 Pedro Libório de Amorim, 490
 Pedro Mendes de Sequeira, 492
 Pedro Monteiro Furtado, 492
 Pedro Nogueira Coelho, 493
 Pedro Nunes Gadelha, 493
 Pedro Nunes Tinoco, 493
 Pedro Paulo de Sousa, 494
 Pedro Pinheiro de Sousa, 494
 Pedro Sanches de Farinha de Baena, 494
 Pedro Velho do Lagar, 495
 Pedro Viegas de Novais, 496
 Pedro Vieira da Silva, 496
 Rafael Pires Pardiniho, 497
 Raimundo Coelho de Melo, 497
 Roberto António Xavier de Oliveira, 497
 Roberto Car de Ribeiro, 498
 Rodrigo António de Melo Ataíde, 498
 Rodrigo Anveres, 499
 Rodrigo Botelho, 499
 Rodrigo Bravo Cardoso Torres, 499
 Rodrigo Coelho Machado Torres, 499
 Rodrigo de Meneses (D.), 500
 Rodrigo de Oliveira Zagalo, 500
 Rodrigo de Sá Mendonça Godolfim, 501
 Rodrigo Homem de Brito, 499
 Rodrigo Manuel de Carvalho, 500
 Rodrigo Rebelo da Silva, 501
 Rodrigo Rodrigues de Lemos, 501
 Romão José da Rosa Guião e Abreu, 502
 Roque de Monteiro Paim, 502
 Roque Francisco Furtado de Melo, 502
 Roque Ribeiro de Abreu, 503
 Rui Dias de Castro, 503
 Salvador Taborda Portugal, 503
 Sebastião Álvares Migas, 504
 Sebastião António da Cruz Sobral, 504
 Sebastião António Gomes de Carvalho, 505
 Sebastião Cardoso, 505
 Sebastião Cardoso de Sampaio, 505
 Sebastião César de Meneses, 506
 Sebastião Correia de Sá, 506
 Sebastião da Costa, 506
 Sebastião da Guarda Fragoso, 508
 Sebastião de Abreu Castelo Branco, 504
 Sebastião de Abreu Serrão, 504
 Sebastião Francisco Manuel, 507
 Sebastião Gameiro Feio, 507
 Sebastião Gomes Leitão, 507
 Sebastião José de Andrade Ferreira Barroso, 508
 Sebastião José de Sampaio, 509
 Sebastião José Garcia, 508
 Sebastião José Xavier Botelho, 509
 Sebastião Marinho Falcão de Castro, 509
 Sebastião Mendes de Carvalho, 509
 Sebastião Pereira Barbosa, 509
 Sebastião Pereira de Castro, 510
 Sebastião Pereira de Figueiredo, 510
 Sebastião Rui de Barros, 510
 Sebastião Soares Pais, 511
 Sebastião Tavares de Sousa, 511
 Sebastião Vieira de Matos, 511
 Sebastião Xavier de Vasconcelos, 511
 Serafim dos Anjos Pacheco, 511
 Sérgio Justiniano de Oliveira, 511
 Silvestre da Silva Peixoto, 512
 Simão Álvares de La Penha Deusdará, 512
 Simão Botelho Vogado, 512
 Simão da Costa Estaço, 512
 Simão da Fonseca de Sequeira, 513
 Simão da Rocha Couto, 514
 Simão de Oliveira da Costa, 514
 Simão de Sousa de Azevedo, 515
 Simão de Sousa de Magalhães, 515
 Simão Ferrão de Andrade, 513
 Simão Francisco Montarroi, 514
 Simão José de Faria, 514
 Simão Rodrigues Taborda, 514
 Teotónio Ferreira da Cunha, 515
 Tomás António de Carvalho Lima e Castro, 516
 Tomás António de Vila Nova Portugal, 516
 Tomás António Gonzaga, 516
 Tomás Carlos de Sousa e Meneses, 516
 Tomás da Costa Almeida, 517
 Tomás de Almeida (D.), 516
 Tomás de Sousa Caldeira, 519
 Tomás Esteves Bravo, 517
 Tomás Feliciano de Albernaz, 517
 Tomás Henriques Pais, 518
 Tomás Inácio de Morais Sarmiento, 518
 Tomás Joaquim da Rocha, 518
 Tomás José da Silva Vieira, 519
 Tomás José Ferreira da Veiga, 518
 Tomás Luís Ferreira, 519
 Tomás Pedro da Rocha, 519
 Tomé Baracho da Silva, 520
 Tomé da Costa Homem, 520
 Tomé Gomes Moreira, 520
 Tomé Joaquim Gonzaga Neves, 520
 Tomé Pinheiro da Veiga, 520
 Tristão José da Fonseca, 520
 Valentim da Costa de Lemos, 520
 Valentim Gregório de Resende, 521
 Valentim Leite Homem de Magalhães Pereira, 521
 Valério José de Leão, 521
 Vasco Garcia Moniz, 521

Venâncio Marcelino de Campos de Deslandes, 521
Venceslau Pereira da Silva, 522
Veríssimo de Mendonça Domingues, 522
Vicente Correia, 522
Vicente de Albuquerque, 522
Vicente José Ferreira Cardoso, 522
Vicente Rodrigues Ganhado, 523

Vitorino da Costa de Oliveira, 523
Vitorino da Silva Freire, 524
Vitorino de Sousa Guerra, 524
Vitorino José Cerveira Botelho do Amaral, 524
Vitorino José de Sequeira, 524
Xavier Lopes Vilela, 525

II PARTE DO DICIONÁRIO

OS DESEMBARGADORES ENTRE 1820 E 1834

Alberto Carlos Meneses (Bacharel), nascido em 1761, natural de Leiria, filho de Carlos Alberto de Meneses e de Maria Teodora Ferreira de Sousa, neto paterno de Alberto Caetano da Costa e Maria Oriana de Andrade, e neto materno de Manuel Ferreira de Sousa e Anastácia Maria de Seixas (todos naturais de Leiria).

Foi **Inquisidor e Contador do Geral de Leiria** (provisão de mercê dos ofícios de 11 de Janeiro de 1790), carta de Inquisidor Distribuidor e Contador do Juízo Geral de Leiria (13 de Janeiro de 1800), provisão para nomear serventuário do ofício de Inquisidor do Juízo Geral de Leiria (3 de Setembro de 1823); **Juiz de Fora de Loulé** (carta de 4 de Junho de 1800); **Juiz de Fora de Soure** (carta de 16 de Junho de 1800), carta de Juiz de Fora de Soure com predicamento de primeiro banco (2 de Dezembro de 1805); **Superintendente da Agricultura nas Comarcas de Santarém, Setúbal e Évora** com o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Maio de 1814), carta para ser aliviado do lugar de Superintendente da Agricultura do Sul e ficar com o lugar de Desembargador da Relação do Porto (8 de Abril de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Novembro de 1829).

Observações: Leitura de Bacharel em 1785. O avô paterno era Meirinho da correição da Comarca de Leiria (LB).

Alexandre Gamboa Loureiro (Doutor), natural da freguesia de S. Paulo em Lisboa, filho de Agostinho José Loureiro (natural de Tondela) e de Maria Luísa Coutinho de Gamboa (natural de Cascais), neto paterno de Manuel Dias e Antónia Dias Alves (naturais de Tondela), e neto materno de Domingos Alexandre Alves de Coutinho (natural de Almada) e Maria Luísa de Gamboa (natural de Cascais).

Foi **Juiz de Fora da Ilha de Santa Maria** (carta de 21 de Junho de 1794); **Juiz de Fora de Vila do Campo** (carta de 16 de Agosto de 1803); **Escrivão da Câmara e Almotaxaria de Cascais** (provisão de mercê do ofício por morte de seu pai de 26 de Junho de 1813), carta de ofício de Escrivão da Câmara e Almotaxaria de Cascais (8 de Agosto de 1821), provisão para nomear serventuário do ofício de escrivão da Câmara e almotaxaria de Cascais (14 de Junho de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Maio de 1825); **Juiz da Relação de Lisboa** (carta de 20 de Março de 1834); **Presidente da Relação de Lisboa** (carta de 20 de Julho de 1838); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 8 de Agosto de 1838). Recebeu alvará de fidalgo da Casa Real (17 de Janeiro de 1839).

Observações: Leitura de Bacharel em 1820. Pretende encartar-se porque o pai faleceu e ocupava o ofício de Escrivão da Câmara e Almotaxaria de Cascais (LB).

Amaro José de Araújo Velasco Camisão (Bacharel), natural do Sabará.

Foi **Juiz de Fora de Monchique** (depois de 1810); **Juiz de Fora de Elvas** (depois de 1815); **Corregedor do Ribatejo** (1823), graduado em primeiro banco, reconduzido no mesmo lugar (carta de 17 de Fevereiro de 1826); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1829).

André Manuel Pinto Veloso Coelho e Melo (Bacharel).

Foi **Superintendente do tabaco de Trás-os-Montes** (carta de 24 de Julho de 1811); **Corregedor da Comarca de Barcelos** (provisão para estar ausente dois meses do seu lugar de 23 de Julho de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 9 de Julho de 1824). Recebeu carta de padroado (20 de Setembro de 1804), e alvará de confirmação de cessão e reivindicação do padroado da igreja de S. Nicolau de Carrazedo de Montenegro no Arcebispado de Braga (1 de Julho de 1822).

Antero José de Maia e Silva (Bacharel), nascido em 1770, natural de Tomar, filho de António Pedro da Maia e de Simpliciana Joaquina Constança da Silva, neto paterno de João Eusébio Maia e Maria Madalena dos Anjos, e neto materno de Manuel Mendes Godinho e Helena Maria Teresa da Silva (todos naturais de Tomar).

Foi **Juiz de Fora da vila da Sertã** (provisão de 26\$000 réis mais de aposentadoria 1 de Julho de 1803); **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (carta de 10 de Dezembro de 1804); **Juiz de Fora de Setúbal** (carta de 28 de Julho de 1809); **Corregedor da Comarca de Setúbal** (carta de 28 de Agosto de 1809), carta de recondução de Corregedor da Comarca de Setúbal (22 de Setembro de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Agosto de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 22 de Novembro de 1823).

Observações: Leitura de Bacharel em 1793. «*O bacharel Antero Jozé da Maya e Silva advogado nos Auditores desta villa, tem praticado per espaço de hum anno, no exercissio de Advogado, tanto nas Audiencias deste Juizo, como no escritório do dito seu pai*» (LB).

António Barreto Ferraz Vasconcelos (Bacharel em leis), natural de Aveiro, filho de Casemiro Barreto Ferraz de Vasconcelos e de Angelina Margarida Pereira Medela, neto paterno de José

Barreto Ferraz e Maria Josefa de Vasconcelos, e neto materno de João António da Silva Medela e Ana Bernarda Xavier Pereira (todos naturais de Aveiro).

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Remolares** (carta de mercê do lugar de 29 de Dezembro de 1815); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 16 de Julho de 1821), provisão para que por seu procurador possa jurar na Chancelaria para tomar posse de um lugar ordinário de Desembargador da Relação do Porto (3 de Agosto de 1821), alvará de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (8 de Julho de 1825), alvará de 300\$000 réis de mantimento de aposentadoria como Desembargador da Relação do Porto (6 de Setembro de 1825); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 28 de Novembro de 1833); **Presidente da Relação de Lisboa** (carta de 18 de Junho de 1834). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (18 de Setembro de 1803), alvará de comenda da Ordem de Cristo da lotação de 100\$000 réis (10 de Junho de 1815), provisão para que o aforamento em vida que fizera Gaspar Maria de Castro e Meneses a Filipe Benício Dias Pereira da sua Quinta da Ponte junto a Barcarena se verificasse no sobredito (15 de Dezembro de 1818), carta de elevação à dignidade de Grão Cruz da Ordem de Santiago da Espada com faculdade para usar respectiva insígnia (1 de Dezembro de 1834), e carta de visconde da Granja enquanto Par do Reino e Ministro e Secretário de Estado honorário (8 de Março de 1848).

Observações: Leitura de Bacharel em 1810. É fidalgo cavaleiro da Casa Real e filho do Desembargador Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos. O avô materno foi em 1732 opositor da faculdade de cânones na Universidade de Coimbra (LB).

António Caetano de Sousa de Faria Lobo Girão (Bacharel).

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Junho de 1831). Recebeu alvará de declaração de predicamento de primeiro Banco (26 de Junho de 1822).

António Camelo Fortes de Pina (Doutor).

Foi **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Julho de 1827). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (12 de Janeiro de 1824), e carta de profissão do hábito de Cristo (10 de Maio de 1826).

António Cardoso Meneses Montenegro (Bacharel em leis), natural de Souselo em Sanfins, filho de José Pinto de Castro (natural de Sou-

selo) e de Eugénia Margarida de Meneses (natural de Penafiel), neto paterno de Caetano de Sousa Meneses e Luísa de Sequeira (naturais de Sanfins), e neto materno de António Caetano Correia Montenegro e Maria de Sousa (naturais de Penafiel).

Foi **Juiz de Fora de Alijó** (carta de 11 de Janeiro de 1802); **Juiz de Fora de Lamego** com predicamento de correição ordinária (alvará de predicamento ao lugar de 30 de Outubro de 1806), carta de mercê de Juiz de Fora de Lamego (10 de Dezembro de 1806); **Superintendente do tabaco e alfândega da Província da Beira** (carta de 19 de Junho de 1815), provisão para poder prestar juramento por procurador para exercer o lugar de Superintendente dos tabacos e Alfândegas da Província da Beira (23 de Junho de 1815); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Julho de 1821), provisão para jurar por procurador como Desembargador da Relação do Porto (23 de Julho de 1821), verbas que declaram ter-se-lhe passado apostila de declaração de Desembargador da Relação do Porto e não de Desembargador da Casa da Suplicação (26 de Maio de 1825). Recebeu provisão para comprar um campo dentro da sua jurisdição de Juiz de Fora de Lamego (5 de Fevereiro de 1812), carta de confirmação da doação que lhe fez sua prima D. Maria Felisberta Pinto de Vilhena da Quinta de Santo António situada em Valdigem (6 de Maio de 1822), e provisão para ser tutor e administrador de D. Maria Henriqueta de Sousa da Silva Alcoforado Rebelo (10 de Janeiro de 1825).

Observações: Leitura de Bacharel em 1801. O seu avô materno vivia «[...] *á lei da nobreza sem que exercitasse officio macanico, sendo o Avô condecorado como fidalgo escudeiro [...]*» (LB).

António Cesário Sousa Guerra Quaresma

(Bacharel em leis), nascido em 1785, natural de Lisboa, filho de Bernardo José de Sousa da Guerra da Fonseca e Costa e de Delfina Bárbara Quaresma e Costa, neto paterno de Manuel de Sousa (natural de Coimbra) e Rosa Maria de Jesus (natural de Torquel), e neto materno de Manuel Quaresma (natural da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos em Lisboa) e Maria de São Pedro (natural de Lisboa).

Foi **Corregedor da Comarca de Leiria** (carta de mercê do lugar de 26 de Setembro de 1809); **Corregedor do crime do Bairro de Remolares em Lisboa** (carta de 30 de Abril de 1819), provisão para tomar posse do lugar de Corregedor do crime do Bairro de Remolares (7 de Maio de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 15 de Novembro de

1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Abril de 1825); **Administrador-Geral da alfândega das Sete Casas** (carta de 17 de Outubro de 1834); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 4 de Dezembro de 1834). Recebeu provisão de mercê de beca honorarial (14 de Julho de 1821), e carta de profissão de hábito (26 de Janeiro de 1824). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1809. O pai é Desembargador. Tem um irmão chamado Manuel Policarpo da Guerra Quaresma (LB).

António Delgado da Silva (Bacharel), nascido em 1778, natural de Tomar, filho de João Delgado da Silva e de Micaela da Silva Cecília, neto paterno de Manuel Delgado e Francisca Ferreira, e neto materno de Manuel Gonçalves Ferreira e Maria Nunes do Rosário (todos naturais de Tomar).

Foi **Juiz de Fora de Penela** (carta de 21 de Maio de 1803), provisão para estar ausente durante dois meses (8 de Fevereiro de 1804), provisão para estar ausente durante dois meses (19 de Agosto de 1805); **Provedor da Comarca da Guarda** (carta de 8 de Novembro de 1815); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 10 de Novembro de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 16 de Novembro de 1829). Recebeu provisão de nomeação como Juiz administrador da sua casa (RGM P4 L3 f206) 1833 de Março de 13].

Observações: Leitura de Bacharel em 1801 (LB).

António Duarte Fonseca Lobo (Bacharel em leis), nascido em 1766, natural de Lamego, filho de Manuel Duarte Fonseca Lobo e de Luísa Bernarda Pinheiro da Fonseca e Moura, neto paterno de Francisco Duarte da Fonseca e Joana Maria, e neto materno de José Mendes da Fonseca e Ângela Pinheiro da Fonseca (todos naturais de Lamego).

Foi **Juiz de Fora do Tabuaço** (carta de 12 de Julho de 1796); **Juiz de Fora da cidade de Lamego** (13 de Julho de 1803); **Juiz de Fora de Leiria** (carta de 23 de Abril de 1807); **Juiz de Fora de Azurara da Beira** (carta de 25 de Agosto de 1820); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 20 de Novembro de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 14 de Janeiro de 1830). Recebeu provisão de abolição de capela que instituiu António Gonçalves no lugar de Chãos em Lamego (10 de Julho de 1800), provisão de abolição de umas casas instituídas por Manuel Monteiro (10 de Julho de 1800), provisão de abolição de uma vinha sita em sua Quinta de Paredes de que foi

último possuidor Manuel de Cerqueira Cachaço (11 de Agosto de 1802), e carta de profissão do hábito de Cristo (1 de Março de 1826).

Observações: Leitura de Bacharel em 1788. O pai foi Desembargador e ministro de Sua Majestade na Relação do Porto (LB).

António Filipe Sousa Cambiaço (Bacharel em leis), natural de Lisboa, filho de Joaquim José de Sousa e de Ana Francisca de Sousa Cambiaço (naturais de Lisboa), neto paterno de Pascoal Rodrigues (natural de Fanhões) e Feliciano Teresa de Sousa (natural de Camarate), e neto materno de Francisco Caetano Cambiaço (natural de Génova) e Filipa Inácia de Azevedo (natural de Lisboa).

Foi **Superintendente dos tabacos e alfândega da Província do Alentejo** (carta de 29 de Outubro de 1818), provisão de licença por dois meses como Superintendente das Alfândegas do Alentejo (6 de Agosto de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Julho de 1821); **Presidente da Junta do Depósito Público da cidade do Porto** (portaria de 16 de Janeiro de 1837). Recebeu provisão de licença (27 de Novembro de 1817), e provisão de confirmação de doação que Joaquim José Fernandes da Silva sua irmã e sobrinha fizeram a Ana Matilde Fernandes da Silva para casar com o dito (13 de Setembro de 1824).

Observações: Leitura de Bacharel em 1815. É casado com Ana Matilde Fernandes (MM).

António Joaquim Coutinho (Doutor), nascido em 1778, natural dos Covões em Coimbra, filho de José Mendes de Carvalho e de Ana Inácia Joaquina.

Foi **Juiz de Fora de Celorico de Basto** (depois de 1806); **Juiz dos órfãos de Santarém** (depois de 1812); **Corregedor de Lamego** (decreto de 5 de Fevereiro de 1822); **Corregedor de Lagos** com predicamento de primeiro banco e beca (decreto de 13 de Maio de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 13 de Outubro 1829).

António Joaquim de Carvalho (Bacharel).

Foi **Superintendente e Juiz Conservador da fábrica da Covilhã** (carta de 10 de Outubro de 1822), carta de Superintendente das fábricas e lanifícios da Covilhã (21 de Fevereiro de 1826); **Juiz de Fora do Funchal** (carta de 3 de Novembro de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de profissão de hábito da Ordem de Cristo (21 de Março de 1828).

António Joaquim Gouveia Pinto (Bacharel). Foi **Juiz de Fora da vila de Coruche** (carta de 7 de Dezembro de 1808); **Juiz de Fora da vila de Torres Vedras** (carta de 24 de Janeiro de 1815); **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de 14 de Agosto de 1820), provisão para tomar posse de um lugar de Corregedor da Comarca de Portalegre (21 de Agosto de 1820); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Maio de 1829); **Corregedor do cível da cidade de Lisboa** (carta de 5 de Maio de 1829). Recebeu provisão de privilégio exclusivo por dez anos para umas obras (23 de Março de 1820).

António José de Morais Pimentel (Bacharel), também *António José de Morais de Mesquita Pimentel*.

Foi **Juiz de Fora de Moncorvo** (carta de 5 de Dezembro de 1792); **Superintendente dos tabacos de Trás-os-Montes** (carta de recondução no lugar de 20 de Julho de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Dezembro de 1821), alvará para ser aposentado na Relação do Porto (14 de Junho de 1826), alvará de Desembargador da Relação do Porto (14 de Dezembro de 1827).

António José da Silva Peixoto (Bacharel em cânones), nascido em 1757, natural da freguesia de Urrô na Comarca de Penafiel, filho de Francisco José Peixoto e de Eva Maria de Sousa, neto paterno de Ponciano Peixoto da Silva e Clara Barbosa, e neto materno de António Nunes de Melo e Ana de Sousa (todos naturais de S. João de Guilhufe em Penafiel).

Foi **Corregedor da Comarca de Portalegre** (carta de 8 de Junho de 1810), provisão para jurar por procurador como Corregedor da Comarca de Portalegre (23 de Junho de 1816); **Corregedor da Comarca de Coimbra** (carta de 25 de Maio de 1819), provisão para posse do lugar de Corregedor da Comarca de Coimbra não obstante a demora da carta (5 de Junho de 1819), provisão para prestar juramento por procurador (5 de Junho de 1819), provisão para estar ausente dois meses do lugar de Corregedor da Comarca de Coimbra (12 de Maio de 1820); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Novembro de 1823), provisão para estar ausente do mesmo lugar dois meses (7 de Maio de 1821). Recebeu provisão para ser escusado de servir os cargos públicos na cidade de Penafiel (14 de Maio de 1818).

Observações: Leitura de Bacharel em 1783. O seu pai era doutor (LB).

António José Soeiro de Gouveia (Bacharel), nascido em 1764, natural de Soure, filho de José Soeiro de Gouveia e de Maria Teresa Joaquina. Foi **Juiz de Fora de Ponte de Lima** (carta de 8 de Abril de 1796); **Juiz de Fora de Arcos** (carta de 8 de Junho de 1801), reconduzido como correição ordinária (carta de 9 de Junho de 1804); **Ouidor da alfândega** (carta de 16 de Abril de 1812); **Corregedor do Bairro Alto** (carta de 13 de Outubro de 1823), fazendo neste lugar o de Desembargador do Porto (resolução de 6 de Agosto de 1826); **Desembargador aposentado da Relação do Porto** (carta de 9 de Novembro de 1827).

António Júlio de Freitas Pimentel (Bacharel), também *António Júlio de Frias Pimentel*.

Foi **Corregedor de Braga** e **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Setembro de 1826).

António Leite de Araújo Ferreira Bravo (Bacharel em leis), natural de Porto, filho de António Leite Pinheiro (natural de Felgueiras) e de Luísa Teresa de Araújo Ferreira Bravo (natural de Braga), neto paterno de João Pinheiro (natural de Felgueiras) e Josefa Leite (natural de Guimarães), e neto materno de Barnabé de Araújo Pereira e Benta Maria Ferreira e Bravo (naturais de Braga).

Foi **Juiz de Fora do Marvão** (carta de 10 de Julho de 1800), carta de recondução do lugar de Juiz de Fora de Monção (21 de Julho de 1804); **Corregedor da Comarca de Setúbal** (carta de 28 de Setembro de 1811), alvará de predicamento de primeiro banco (4 de Fevereiro de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentado no lugar de 4 de Fevereiro de 1824), alvará de 300\$000 réis de aposentado em Desembargador da Relação do Porto (20 de Fevereiro de 1824), carta de Desembargador efectivo da Relação do Porto (19 de Agosto de 1828). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1794 (LB).

António Lopes Calheiros de Meneses (Doutor).

Foi **Juiz de Fora da vila de Ponte de Lima** (carta de 11 de Agosto de 1809), provisão para a Comarca de Ponte de Lima lhe poder dar mais emolumentos para aposentadoria 30\$000 réis como Juiz de Fora da dita vila (7 de Setembro de 1809), provisão de licença por dois meses (7 de Julho de 1814); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Julho de 1823), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (5 de Dezembro de 1823); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 27 de Fevereiro de 1826); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de exercício

no lugar de **Corregedor do cível da Corte** de 20 de Dezembro de 1827), apostila para ter exercício na mesa dos desembargadores da Casa da Suplicação (5 de Dezembro de 1829).

António Manuel Galvão (Bacharel em cânones), natural de Évora, filho de Manuel José Galvão Simões e de Catarina Leocádia de Abreu (naturais de Évora), neto paterno de Pedro Simões e Maria Benardo (naturais de Évora), e neto materno de Manuel de Abreu do Ó (natural de Tavira) e Maria Josefa (natural de Évora). Foi **Juiz de Fora de Pernambuco** (carta de 8 de Junho de 1798); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes de Pernambuco** (alvará de 20 de Julho de 1798); **Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (alvará de graduação de 24 de Junho de 1806); **Ouvidor da Comarca de Porto Seguro** (carta de provisão para vencer o ordenado daquele lugar desde o dia em que embarcar no porto desta cidade até chegar ao do desembarque de 5 de Novembro de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Junho de 1825).

Observações: Leitura de Bacharel em 1796. O seu pai serviu sempre em ofícios de justiça como tabelião de notas e escrivão do fisco. O avô paterno serviu de inquiridor, e o avô materno teve o ofício de entalhador, e depois foi tabelião de notas (LB).

António Maria Cardoso Costa Cabral, (Bacharel), natural de Pinhel.

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (depois de 1812); **Corregedor de Cinco Vilas**, reconduzido (26 de Junho de 1824; **Desembargador da Relação do Porto** (26 de Outubro de 1829).

António Osório de Sousa Castro e Cabral Albuquerque (Bacharel em leis), natural de Algodres em Linhares, filho de João Osório Albuquerque e Castro e de Josefa Jacinta Frias, neto paterno de Jerónimo Osório de Castro e Eufémia Josefa de Albuquerque, e neto materno de Manuel Nunes de Frias e Joana Jacinta (todos naturais de Algodres).

Foi **Juiz de Fora da Ilha de S. Jorge** (carta de 19 de Abril de 1803); **Corregedor da Comarca da Guarda** (carta de 16 de Fevereiro de 1816); **Corregedor da Guarda** com predicamento de primeiro banco (carta de 27 de Maio de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Novembro de 1823), provisão para jurar por procurador (22 de Novembro de 1823); **Presidente da Junta do presidio militar da cidade do Porto** (provisão de 21 de Julho de

1825). Recebeu carta de profissão de hábito (14 de Maio de 1819).

Observações: Leitura de Bacharel em 1801. É irmão de João Osório de Castro Sousa Falcão que foi Desembargador de Goa. O pai de ambos foi fidalgo cavaleiro bem como o avô paterno. O avô materno foi alferes (LB).

António Pedro Simão (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Arronches** (carta de 14 de Junho de 1803), provisão de licença por três meses para estar ausente e vencer o seu ordenado (15 de Julho de 1805); **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 10 de Outubro de 1808), provisão de licença por um mês para estar daquele lugar (16 de Fevereiro de 1809), carta de Juiz de Fora da Guarda (2 de Dezembro de 1814); **Corregedor do cível da cidade de Lisboa** (carta de 31 de Março de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 31 de Maio de 1825). Recebeu carta de profissão de hábito (14 de Junho de 1823), e carta de Escrivão das armas da vara velha do Bairro da Ribeira (13 de Março de 1828).

António Sá Lopes (Bacharel em leis), nascido em 1779 (ou 1780), natural de Guimarães, filho de António Pedro de Alcântara Sá Lopes (natural do Porto) e de Maria Teresa Carneiro Sá, neto paterno de António Sá Lopes (natural do Porto) e Rosa Maria Angelina Saraiva de Sá, e neto materno de Manuel Pinto Carneiro e Maria Carneiro.

Foi **Juiz de Fora do Tabuço** (carta de 17 de Maio de 1800); **Juiz de Fora da Póvoa** (carta de 17 de Maio de 1800), provisão de licença (5 de Agosto de 1802); **Juiz de Fora da vila de Câmara** (provisão de licença de 24 de Setembro de 1806); **Provedor da Comarca de Castelo Branco** (carta de 11 de Julho de 1815), alvará de predicamento em primeiro banco no lugar de Provedor da Comarca de Castelo Branco (12 de Fevereiro de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 30 de Junho de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de fidalgo cavaleiro (23 de Outubro de 1822), e carta de hábito de Cristo (10 de Setembro de 1824).

Observações: Leitura de Bacharel em 1799. Em 1779-1780 o seu pai encontrava-se a exercer o cargo de Juiz de Fora de Guimarães; este também foi Desembargador, bem como o seu avô paterno, e o materno foi capitão-mor (LB).

António Sérgio Doninho Soeiro Negrão (Bacharel em leis), também **António Sérgio Boninho Soeiro Negrão**, natural da vila de Fronteira na Comarca de Avis, filho de Eustáquio José Doninho Negrão e de Teresa Maria Soeiro, neto

paterno de Manuel Martins Negrão e Inês Maria, e neto materno de Manuel Rodrigues Soeiro e Brites Maria (todos naturais da vila de Fronteira).

Foi **Juiz de Fora do crime e dos órfãos de Santa-rém** (carta de mercê do lugar de 17 de Março de 1819); **Corregedor da Comarca de Setúbal** (carta de 15 de Novembro de 1822), carta de recondução do lugar de Corregedor da Comarca de Setúbal fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (6 de Junho de 1825). Recebeu carta de profissão de hábito (16 de Maio de 1823).

Observações: Leitura de Bacharel em 1811. O seu pai, além de Capitão das ordenanças, servia há muitos anos de Vereador na vila da Fronteira (LB).

António Vicente de Carvalho e Sousa (Bacharel em leis), nascido em 1784, natural de Santa Maria da Arrifana na Comarca da Feira, filho de António Vicente de Sousa (natural de Santa Maria da Arrifana) e de Maria Francisca de Carvalho (natural de Landim), neto paterno de António Vicente de Sousa e Ana Maria Teodora de Sousa (naturais de Santa Maria de Arrifana), e neto materno de Bento Diogo de Carvalho e Ana Gonçalves de Jesus (naturais de Landim). Foi **Provedor de Castelo Branco** (carta de 9 de Maio de 1811); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Janeiro de 1828), carta de Juiz da Relação do Porto (11 de Dezembro de 1834). Recebeu carta de profissão e hábito da Ordem de Cristo (15 de Novembro de 1822), e alvará de fidalgo da Casa Real (25 de Fevereiro de 1826).

Observações: Leitura de Bacharel em 1809. O habilitante foi morador na cidade de Lisboa no Largo de S. Tomé. O seu pai foi Desembargador e o avô paterno Doutor (LB).

Bernardino António do Sobral Tavares (Bacharel), também *Bernardino António do Saverdal Tavares*, também *Bernardino António do Soveral Tavares*.

Foi **Juiz de Fora da vila do Sabugal** (carta de 3 de Agosto de 1796); **Juiz de Fora** com predicamento de correição (carta de 3 de Março de 1802); **Juiz de Fora do cível e crime de Tarouca** (alvará de mantimento com o lugar de 3 de Junho de 1803); **Ouvidor da Comarca dos Ilhéus** (provisão para vencer o ordenado que lhe compete desde o dia do embarque no Porto desta cidade até chegar ao do desembarque de 22 de Setembro de 1806), carta de mercê do lugar de Ouvidor com predicamento de primeiro banco (9 de Outubro de 1806), alvará de predicamento de primeiro banco (17 de Outu-

bro de 1812); **Superintendente dos tabacos nas 3 comarcas** (carta de mercê de 24 de Outubro de 1808), alvará (20 de Novembro de 1808); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Julho de 1821), provisão para poder jurar por procurador (3 de Agosto de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Dezembro de 1827). Recebeu provisão para receber as propinas que lhe pertencem (28 de Abril de 1804).

Bernardo António da Mota e Silva (Bacharel em cânones; Licenciado), nascido em 1782, natural de Lisboa, filho de Manuel Inácio da Mota e Silva e de Genoveva Rosa da Mota e Silva, neto paterno de Bernardo António de Andrade e Francisca Xavier do Espírito Santo, e neto materno de Constantino de Araújo Fonseca e Maria Purificação (todos naturais de Lisboa).

Foi **Provedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de 11 de Dezembro de 1815), provisão para tomar papel do lugar (29 de Dezembro de 1815); **Corregedor do crime do bairro de Alfama** (carta de 31 de Março de 1821), provisão para tomar posse do lugar (7 de Abril de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Agosto de 1825); **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 12 de Dezembro de 1832); **Juiz da Relação de Lisboa** (carta de 20 de Março de 1834); **Juiz da Relação dos Açores** por decreto de 9 de Junho de 1838 (apostila de 7 de Junho de 1838). Recebeu provisão de dispensa (23 de Fevereiro de 1813).

Observações: Leitura de Bacharel em 1811. Tem um irmão chamado Tomás Joaquim da Mota Silva que é Juiz de Fora de Penamacor. O pai é Desembargador, são moradores no Campo de Santa Ana (LB).

Bernardo Carneiro Vieira de Sousa Oliveira Leite (Bacharel), natural de Cabeceiras de Basto em Guimarães, filho de Bernardo Carneiro Vieira de Sousa (natural de Cabeceiras de Basto) e de Sebastiana Joaquina Leite Lobo de Oliveira da casa do Rio Douro, neto paterno de Francisco Carneiro da Costa Vieira e Teresa Machado de Abreu e Sousa, e neto materno de Manuel Caetano Carneiro de Sousa e Mariana Teresa Lobo Leite (todos naturais de Cabeceiras de Basto). Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Abril de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Dezembro de 1829). Recebeu alvará de Alcaide-mor de Torres Novas (15 de Junho de 1831).

Observações: Leitura de Bacharel em 1819. O pai foi Desembargador do Paço (LB).

Bernardo Madeira de Abreu Brandão (Bacharel), natural da Quinta da Costa.

Foi **Juiz do crime do Bairro de Andaluz** (depois de 1817); **Provedor de Aveiro** com predicamento de primeiro banco e beca (decreto de 8 de Outubro de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 13 de Outubro de 1824).

Carlos Honório de Gouveia Durão (Bacharel em cânones), nascido em 1767, natural de Moura (Beja), filho de António José de Morais Durão e de Maria Rita Lobo de Gouveia, neto paterno de Francisco da Silva Morais e Clara Josefa de Morais, e neto materno de Luís António de Gouveia e Ana Joaquina Bernarda Lobo.

Foi **Provedor da Comarca de Beja** (provisão para tomar posse do lugar de 6 de Julho de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Julho de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Abril de 1825); **Conseheiro** (carta de título de 21 de Outubro de 1826); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 7 de Julho de 1827). Recebeu carta do hábito de Cristo (9 de Junho de 1827).

Observações: Leitura de Bacharel em 1792. O habilitado é irmão de José Ricardo de Gouveia Durão, Juiz de Fora de Serpa, «[...] o dito seu pai já foi habilitado por este tribunal e tem a honra de ter servido a Vossa Magestade em diversos lugares [...]» O avô paterno foi ajudante de praça em Moura. O avô materno foi proprietário do ofício de escrívão dos órfãos em Moura (LB).

Carlos Manuel de Macedo Soutomaior e Castro Nobre (D.) (Bacharel em leis), natural de Carvalhais em Moncorvo, filho de D. Henrique Manuel de Macedo (natural de Murça) e de Mariana Josefa de Sousa Meneses (natural de alfândega da Fé), neto paterno de D. Alexandre de Macedo Soutomaior Castro Muito Nobre (natural de Vila Real) e Caetana de Castro Salgado (natural de Murça), e neto materno de Domingos Luís Nobre e Ana Maria e Sousa e Meneses (naturais de alfândega de Fé).

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta de mercê de um lugar de 23 de Setembro de 1801); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Dezembro de 1823); **Desembargador aposentado da Casa da Suplicação** (alvará de 15 de Fevereiro de 1826). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro (3 de Junho de 1817).

Observações: Leitura de Bacharel em 1786 (LB).

Estêvão Ferreira da Cruz (Bacharel), natural de Vimieiro em Braga.

Foi **Juiz de Fora de Eposende** (depois de 1810); **Juiz de Fora de Guimarães** (depois de 1821); **Corregedor de Leiria** com predicamento de primeiro banco (decreto de 6 de Fevereiro de 1826); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 24 de Novembro de 1827).

Fernando de Magalhães e Avelar (Bacharel em cânones), nascido em 1795, natural da Baía, filho de Manuel de Magalhães Pinto e Avelar (natural de Lamego) e de Maria Luísa Francisca de Mendonça (natural de Lisboa), neto paterno de José de Magalhães e Avelar (natural de Lamego) e Maria Leonarda Pinto (natural de Arneiros), e neto materno de Luís da Mota Feo e Torres (natural de Lisboa) e Ana Zeferina de Azevedo Coutinho (natural da Golegã).

Foi **Provedor de Torres Vedras** (carta de 4 de Maio de 1819), provisão para tomar posse de Provedor de Torres Vedras (8 de Maio de 1819), alvará de Provedor da Comarca de Torres Vedras com predicamento de primeiro banco (5 de Setembro de 1820), provisão de licença de um mês (25 de Setembro de 1824); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício dos órfãos e capelas (carta de 27 de Maio de 1825); **Provedor dos órfãos e capelas** com título de lugar de Desembargador da Relação do Porto (carta de 25 de Agosto de 1825); **Ajudante do Procurador da Coroa** (carta de 7 de Janeiro de 1839); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 4 de Setembro de 1841).

Observações: Leitura de Bacharel em 1817. O seu pai foi doutorado tal como o avô paterno (LB).

Francisco António de Castro (Bacharel em leis), nascido em 1778, natural de Lisboa, filho de Jacinto José de Castro (natural de Beja) e de Maria Xavier de Castro (natural de Valença do Minho), neto paterno de António de Castro Henriques e Isabel Antónia de Barros (naturais de Beja), e neto materno de Manuel Gomes Pinheiro de Castro (natural de Melgaço) e Andresa Luísa da Cunha (natural de Valença do Minho).

Foi **Juiz de Fora de Azeitão** (carta de 14 de Agosto de 1801); **Corregedor de Guimarães** (carta de 7 de Agosto de 1809); **Superintendente dos Tabacos das Três comarcas** (carta de 20 de Março de 1816), provisão para tomar posse do lugar de Superintendente dos Tabacos das três comarcas (2 de Abril de 1816), provisão de licença por dois meses como Superintendente dos Tabacos das três comarcas

(15 de Março de 1817), provisão de licença por dois meses (5 de Maio de 1818), provisão de licença por dois meses (6 de Julho de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 28 de Junho de 1821); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 20 de Dezembro de 1827), alvará de graduação de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (31 de Maio de 1825); **Corregedor do civil da Corte** (carta de 10 de Dezembro de 1827). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro (5 de Fevereiro de 1803), carta de padrão de hábito e tença (9 de Junho de 1804), carta de profissão de hábito (15 de Junho de 1804), e carta do hábito de Cristo (26 de Abril de 1822).

Observações: Leitura de Bacharel em 1801. O seu pai foi Provedor do Alentejo, e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O seu avô materno foi coronel da infantaria de Melgaço, e ex-governador da fortaleza da Senhora da Ínsula de Caminha e, juntamente com sua mulher, eram moradores na sua quinta de Leiro sobranceira à vila de Melgaço. O habilitante tinha um irmão que era bacharel, chamado Matias José de Castro, que nasceu no ano de 1771 (LB).

Francisco Barroso Pereira (Bacharel em leis), nascido na freguesia de Santo Ildefonso na cidade do Porto, natural de 1779, filho de António Barroso Pereira (natural do Porto) e de Maria Inácia da Costa Sampaio (natural de Santa Madalena de Negrelos), neto paterno de João Barroso Pereira e Maria Inácia Aleivão [?] (naturais de Porto), e neto materno de António Dias da Costa e Catarina Josefa de Sampaio (naturais de S. Manuel de Negrelos em Guimarães). Foi **Desembargador da Relação do Porto** (alvará para ser restituído ao lugar de 22 de Abril de 1826). Recebeu provisão para ser opositor aos lugares do Senado da Câmara de Lisboa (11 de Agosto de 1803), e alvará de fidalgo cavaleiro (5 de Março de 1827). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1803. Irmão de José Barroso Pereira, Juiz de Fora de Vila da Barca. O pai de ambos era Desembargador, o avô paterno Desembargador, e o avô materno coronel (LB).

Francisco da Costa Mimoso Alpoim (Bacharel), natural de Penela. Foi **Juiz de Fora de Caminha** (depois de 1820), reconduzido com predicamento de correição ordinária (decreto de 18 de Dezembro de 1823); **Juiz de Fora de Viseu** fazendo o lugar da Relação do Porto (depois de 1828); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício em **Corregedor de Santarém** (carta de 18 de Dezembro de 1827).

Francisco de Castro Henriques (Bacharel em leis; Doutor), nascido em 1775, natural de Águeda, filho de José de Castro Henriques e de Maria Quitéria Ribeiro de Castro, neto paterno de Miguel Henriques de Castro e Luísa Joana de Gouveia, e neto materno de João Nunes Ribeiro e Teresa Nunes da Conceição (todos naturais de Águeda).

Foi **Corregedor da Comarca da Feira** (carta de confirmação de doação de certos bens que lhe fizeram Rosa Caetana de 9 de Setembro de 1806); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 11 de Abril de 1825); **Juiz da Chancelaria** (carta de 5 de Novembro de 1829). Recebeu carta de doação de dois contos de réis que lhe fez o prior Paulo de Castro Henriques assistente no lugar do Ribeiro para casar com Maria Cândida (3 de Setembro de 1806), carta de doação de 160\$000 réis que lhe fizera Maria Ribeiro de Castro do lugar do Ribeiro (9 de Setembro de 1806), carta de faculdade para instituir morgado em seu favor nos bens a que se refere a relação (28 de Janeiro de 1811), alvará de fidalgo cavaleiro (17 de Janeiro de 1828), e alvará de 130\$000 réis e mesmo 100\$000 réis de mantimento (26 de Abril de 1830). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1802. O pai foi Desembargador, Conselheiro e Vereador. É irmão do bacharel Pedro Henriques de Castro, natural de Águeda que se habilitou no ano de 1799. O avô paterno foi sargento-mor (LB).

Francisco de Oliveira e Silva (Bacharel), nascido em 1772, natural de Lisboa, filho de Vicente Francisco de Oliveira e de Joaquina Maria de Jesus e Silva. Foi **Juiz dos órfãos de Barcelos** (depois de 1802); **Corregedor de Viana da Foz do Lima** (depois de 1809); **Ouvidor de alfândega** (depois de 1814); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 26 de Outubro de 1824); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 13 de Outubro de 1829).

Francisco de Serpa Saraiva (Doutor), filho de José de Paiva Ribeiro. Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 31 de Julho de 1821), alvará para ter exercício de Desembargador da Relação do Porto (22 de Junho de 1826), alvará para ter escrivão de Desembargador da Relação do Porto (22 de Junho de 1826); **Presidente da Relação do Porto** como **Conselheiro** (carta de 26 de Setembro de 1834). Recebeu carta de confirmação de doação da sua escritura total que lhe fizeram seus pais José de Paiva Ribeiro e sua mulher (1 de Junho de 1814), e carta de título de Barão de São João de Areias como Conselheiro e Par do Reino (15 de Novembro de 1845).

Observações: Provisão para casar com Josefa Raimundo de Paiva e Sequeira (30 de Julho de 1814).

Francisco Eleutério de Faria e Melo (Bacharel), natural de Beja, filho de Francisco Manuel de Faria e Melo.

Foi **Juiz de Fora de Santiago de Cacém** (depois de 1816); **Juiz de Fora de Coruche** (depois de 1822); **Corregedor do Bairro de Belém** (decreto de 1 de Abril de 1828); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 18 de Novembro de 1829).

Francisco José Barbosa Pereira Couceiro Moreira (Bacharel), também *Francisco José Barbosa Pereira Couceiro Mareca*, também *Francisco José Barbosa Pereira Couceiro Marreca*.

Foi **Juiz de Fora de Tondela** (carta de 5 de Dezembro de 1808); **Juiz de Fora de Tomar** (carta de 9 de Março de 1815); **Provedor de Setúbal** (carta de 1821); **Provedor da Comarca de Setúbal com procedimento de primeiro banco** (alvará de 4 de Março de 1824); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 3 de Junho de 1825), carta dos resíduos fazendo nela o lugar de Desembargador da Relação do Porto (17 de Agosto de 1825). Recebeu portaria do hábito da Ordem de Cristo (6 de Setembro de 1825).

Francisco José Vieira (Doutor), natural dos arredores da cidade do Porto, filho de Francisco José Vieira (natural de Massarelos) e de Maria Josefa (natural de São Salvador de Ramalde), neto paterno de Manuel Vieira dos Santos (natural de Santa Maria do Tropeço) e Antónia de Pinho (natural de São Miguel de Urrô no termo de Arouca), e neto materno de João André e Maria Francisca (naturais de São Salvador de Ramalde).

Foi **Juiz de Fora da Vila Mor** (carta de 11 de Junho de 1804); **Desembargador** (carta de título de **Conselheiro** de 16 de Outubro de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (alvará de um lugar ordinário de 27 de Julho de 1822); **Desembargador da Casa da Suplicação e Conselheiro** (alvará de 27 de Julho de 1822); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de nomeação para um décimo da Casa dos Agravos da Suplicação de 26 de Março de 1825), alvará de aposentadoria no lugar de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (5 de Setembro de 1825), alvará de Desembargador Agravista da Casa da Suplicação (24 de Abril de 1826). Recebeu alvará de mantimento de cabeça de saúde da freguesia de S. Nicolau e suas anexas (7 de

Maio de 1789), provisão para a Comarca do Couto de Azevedo lhe dar de aforamento o terreno de que trata (28 de Maio de 1793), provisão para ficar sem efeito a sentença de abolição do caminho que contra eles obteve Manuel de Matos Pereira e sua mulher (14 de Fevereiro de 1799), provisão de abolição de capela que instituiu sita no lugar de S. Vicente a Manuel Moniz de Medeiros (10 de Dezembro de 1799), provisão para fazer sem efeito certa sentença e ficar tudo no seu antigo estado (10 de Julho de 1806), e carta de profissão de hábito (27 de Abril de 1824). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1801. O pai foi capitão, os avós paternos viviam dos rendimentos (LB).

Francisco Machado de Faria e Maia (Bacharel em leis), natural de Ponta Delgada na Ilha de S. Miguel, filho de António Machado de Faria e Maia (natural de Lisboa) e de Isabel Felícia (natural da Irlanda), neto paterno de Francisco Machado de Faria e Maia (natural da Ilha de S. Miguel) e Helena Máxima da Câmara (natural da Caparica no termo de Almada).

Foi **Juiz de Fora da vila de Mesão Frio** (carta de 30 de Maio de 1800), provisão de licença (22 de Outubro de 1800); **Juiz de Fora do cível da cidade de Angola** (carta de 4 de Outubro de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Outubro de 1823).

Observações: Leitura de Bacharel em 1798. O pai foi coronel e governador de Cabo Verde (LB).

Francisco Maria Borges Chichorro Bacelar (Bacharel), filho de José de Abreu Bacelar Chichorro.

Foi **Corregedor do cível de Lisboa** (carta de 17 de Outubro de 1818); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Junho de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Abril de 1825). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro (14 de Novembro de 1821).

Francisco Pinto Coelho de Castro (Bacharel). Foi **Juiz de Fora de Penalva** (provisão de licença por um mês como 4 de Abril de 1808); **Corregedor do cível da cidade de Lisboa** (carta de 30 de Julho de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** com exercício de **ajudante do Intendente-Geral da Polícia** (carta do lugar ordinário de 12 de Julho de 1826); **Desembargador graduado na Casa da Suplicação** servindo de **Corregedor do cível da cidade de Lisboa** (alvará de 13 de Outubro de 1828).

Francisco Ricardo da Fonseca Barreto (Bacharel em leis), também *Francisco Ribeiro da Fonseca Barreto*, nascido em 1772, natural de Salvaterra de Magos, filho de Joaquim António da Fonseca e de Teodósia Josefa Barreto Mialheiro, neto paterno de António da Fonseca e Costa e Catarina de Sena de Figueiredo, e neto materno de Francisco Barreto da Silva e Isabel Clara Pestana de Matos (todos naturais de Salvaterra de Magos).

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (carta de recondução no mesmo lugar de 12 de Janeiro de 1803), carta de recondução no lugar de Juiz de Fora de Benavente (22 de Setembro de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de aposentadoria em um lugar de Desembargador da Relação do Porto de 18 de Agosto de 1824), alvará de aposentadoria em um lugar de Desembargador da Relação do Porto (18 de Janeiro de 1825). Recebeu carta do hábito de Cristo (13 de Junho de 1803), carta de hábito de Cristo e tença de 12\$000 réis (29 de Julho de 1803), e provisão de extinção de capela de que era administrador e que foi instituída pelo padre Isidoro Coelho Peixoto Barreto (15 de Novembro de 1805). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1796. O pai era capitão-mor (LB).

Francisco Venâncio da Veiga (Bacharel em leis), nascido em 1777, natural de Lisboa, filho de José António da Veiga (natural de Carapito) e de Maria Hedevides Ferreira de Aguiar (natural de Lisboa), neto paterno de José da Veiga (natural de Carapito) e Francisca de Maceira (natural de Carapito), e neto materno de António Francisco de Carvalho e Ana Teresa de Aguiar (naturais de Lisboa).

Foi **Juiz de Fora de Tondela** (carta de 18 de Julho de 1804), provisão de licença enquanto Juiz de Fora de Tondela (17 de Setembro de 1807); **Juiz de Fora do cível de Santarém** (carta de 15 de Fevereiro de 1810), carta de recondução no mesmo lugar (27 de Junho de 1813), provisão de licença como Juiz (13 de Setembro de 1813), carta de licença por dois meses como Juiz de Fora do cível de Santarém (21 de Julho de 1815); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 5 de Maio de 1819), provisão para tomar posse de Corregedor do cível (13 de Maio de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Junho de 1825). Recebeu carta de confirmação de doação de 6\$000 réis em jóias que seu pai e sogro Luís Gonçalves Teixeira de Barros lhe fez de sua terça (20 de Setembro de 1815), alvará de foro de fidalgo

cavaleiro (10 de Outubro de 1818), e provisão de comissão (22 de Abril de 1819).

Observações: Leitura de Bacharel em 1802. O pai foi Desembargador. É irmão do Juiz de Fora de Ourém João José da Veiga, e de António Germano da Veiga. O avô paterno foi alferes das ordenanças, e o seu bisavô Manuel da Veiga foi capitão das ordenanças da vila do Carapito (LB).

Francisco Xavier de Lócio Silva e Seiblit (Bacharel), nascido em 1780, natural de Pernambuco, filho de Jorge Eugénio de Lócio e de Maria Egipcíaca Pereira Viana.

Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Monchique** (depois de 1806); **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (depois de 1812); **Superintendente dos Tabacos de Algarve** com predicamento de correição ordinária (depois de 1816); **Provedor de Santarém** (depois de 1821), reconduzido (decreto de 13 de Setembro de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (13 de Outubro de 1829).

Francisco Xavier de Montes e Magalhães (Bacharel em leis), nascido em 1767, natural de Lisboa, filho de Estevão António de Montes e de Francisca Micaela dos Anjos e Magalhães (naturais de Lisboa), neto paterno de Domingos António de Montes (natural da Galiza) e Teresa Maria Jesus (natural de Lisboa), e neto materno de José Nunes da Arribada (natural de Vila Real) e Maria Teresa dos Anjos (natural de Vespas). Foi **Juiz de Fora de Castanheira** (depois de 1790); **Juiz de Fora de Beja** (depois de 1800); **Corregedor de Valença** (depois de 1805); **Superintendente da décima dos Olivais** (alvará de 18 de Agosto de 1820), alvará de recondução no lugar de Superintendente da dízima dos Olivais (20 de Fevereiro de 1824); **Juiz de Fora da vila de Castanheira** (alvará de 10 de Abril de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 17 de Fevereiro de 1824), carta de Desembargador da Relação do Porto (26 de Maio de 1825), apostila para continuar no exercício de Desembargador da Relação do Porto (23 de Dezembro de 1830); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Setembro de 1831). Recebeu carta de profissão de hábito da Ordem de Cristo (12 de Novembro de 1822).

Observações: Leitura de Bacharel em 1790. O habitante é cavaleiro fidalgo da Casa Real e foi morador na Rua Formosa. O pai era sargento-mor, professo na Ordem de Cristo e cavaleiro fidalgo. O avô paterno «[...] vivera dos rendimentos de seus bens, e negocio, hera sargento-mor das ordenanças do distrito de Vespas [...]. O Avô materno vivera de suas fazendas; e do emprego de Porteiro do Real Erário e propriedade de um officio de fazenda que tinha [...]». Estevão António de Montes foi baptizado na freguesia de Santa

Maria Madalena em Lisboa. Foi morador na Rua Bela da Princesa na freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Lisboa. Foi oficial da Contadoria Geral da Corte e Província da Estremadura do Régio Erário. Era neto paterno de Marcos Conhago e de Maria Antónia de Montes, ambos naturais da freguesia de S. Mateus de Torton, bispado de Tuy no Reino da Galiza. Neto materno de António Nunes e de Mariana Nunes, ambos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ascensão da vila de Colares. Domingos António de Montes quando veio para Lisboa foi viver para a casa de um homem que tinha uma mercearia na Ribeira foi caixeiro e «[...] cazeiro de huma logea de Mercaria, que depois a teve propria, e hoje hé Administrador do Acento do pão dos soldados por parte da Fazenda Real em Passo d'Arcos; a may (Teresa Maria de Jesus) e Avo materna (Mariana Nunes) collarejas de vender fruta pessoalmente pelas ruas, em lugar que tinham na Ribeira desta cidade, o Avo paterno (Marcos Conhago) guardava os prezos que lhe entregava a justiça na sua terra, o Avô materno [António Nunes] foi official de correyro tendo loge do mesmo officio nesta Corte [...] Estevão depois que acabara os estudos na primeira idade se applicara no servico de Vossa Magestade em escrivão das Decimas de Oeyras por Decreto de Vossa Magestade athe que passara para escriptuario do Real Erario e onde se achava servindo com zello; e que seu pay se tinha empregado nas occupações do Real serviço, tanto em pagador dos artifices de Passo de Arcos, como em ratificar as Fortalezas da Barra, sem delle perceber, ordenando, fora louvado por Decreto das Decimas quinze mezas, Almotacel, Vereador na villa de Oeyras, e actualmente Feitor Commissario do provimento das Tropas das mesmas Fortalezas e Marinha da Estremadura havia sete annos, cujos serviçosz erão attendoz, os quais o mesmo seu Pay cedera no supplicante pela nomeação que oferecera [...]» (LB).

Gaspar Homem Pinto de Almeida (Bacharel), natural de Vilar de Maçada, filho de Francisco Pinto de Almeida.

Foi **Corregedor de Pinhel** (depois de 1816); **Juiz de Fora de Viseu** (sem data); **Corregedor de Braga** (decreto de 25 de Abril de 1828); **Desembargador da Relação do Porto** com posse e exercício em Braga (carta de 18 de Setembro de 1828).

Inácio Pedro Quintela Emaús (Bacharel em leis), nascido em 1798, natural de Lisboa, filho de António Luís Inácio Quintela Emaús e de Maria Brigida Bandeira, neto paterno de José Joaquim Emaús e Maria Violante Quitela, e neto materno de Manuela Joaquim Bandeira e Caetana Joaquim de Santo Alberto e Andrade (todos naturais de Lisboa).

Foi **Corregedor de Torres Vedras** (alvará de predicamento de primeiro banco de 10 de Outubro de 1823), carta de recondução de Corregedor com a graduação de **Desembargador da Relação do Porto** (28 de Setembro de 1824), provisão para lhe ser aumentada a 80\$000 réis a aposentadoria como

Corregedor da Comarca de Torres Vedras (31 de Janeiro de 1825); **Desembargador Ordinário da Relação do Porto** (carta de 7 de Junho de 1825), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria no transitar da carta de Desembargador (7 de Junho de 1825), carta de **Provedor da Comarca de Santarém** com exercício de Desembargador da Relação do Porto (3 de Abril de 1832). Recebeu alvará de foro de fidalgo (25 de Agosto de 1830).

Observações: O pai e avós foram fidalgos cavaleiros da Casa Real (LB).

Isidoro António do Amaral Semblano (Bacharel em leis), nascida em 1748, natural de Ferreiros na Comarca de Barcelos, filho de José do Amaral Semblano (natural de S. Miguel de Oliveira do Douro no concelho de Ferreiros) e de Joana Teodora da Costa (natural de Ferreiros), neto paterno de António do Amaral Semblano Carvalho e Eugénia Pinto da Cunha (natural de Ferreiros), e neto materno de Silvestre da Costa e Maria Luísa (natural de Lazarim na Comarca de Lamego).

Foi **Juiz de Fora da vila da Sertã** (sem data), provisão de licença de trinta dias (3 de Agosto de 1807), provisão de licença por um mês (9 de Março de 1809), provisão de aumento de dinheiro a título de aposentadoria (2 de Setembro de 1816); **Corregedor do crime do Bairro do Rossio** (carta de 28 de Setembro de 1824); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Fevereiro de 1826), carta de um lugar ordinário da Relação do Porto (22 de Fevereiro de 1826). Recebeu provisão de comissão para inventário (2 de Junho de 1819).

Observações: O avô paterno foi capitão-mor e cavaleiro da Ordem de Cristo. O pai foi capitão-mor do concelho de Ferreiros e também professo na Ordem de Cristo (LB).

Jacinto de Oliveira Castelo Branco (Bacharel em cânones), natural de Santar no concelho de Senhorim em Viseu, filho de Jacinto José de Oliveira Pinto (natural de Santar) e de Quitéria Jacinta do Amaral (natural de Casal Sancho), neto paterno de Manuel de Oliveira Pinto (natural de Santar) e Lourença Maria (natural de Carvalhal Redondo), e neto materno de José Pais do Amaral (natural de Casal Sancho) e Leonarda Maria (natural de Nelas).

Foi **Juiz de Fora de Algozo** (carta de 17 de Julho de 1807), alvará de predicamento de primeiro Banco (15 de Junho de 1822); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Julho de 1824), provisão para jurar por procuração (21 de Agosto de 1824).

Recebeu carta de profissão de hábito (5 de Maio de 1824).

Observações: Leitura de Bacharel em 1806. O pai foi Bacharel, e o avô paterno Capitão (LB).

João Anastácio Carvalhosa Henriques (Bacharel em leis), natural de Cortegaça, filho de Filipe de Monteiro Henriques e de Maria Rita Carvalhosa e Silva.

Foi **Juiz de Fora de Sesimbra** (carta de 18 de Janeiro de 1809); **Provedor do Algarve** (carta de 14 de Fevereiro de 1817), provisão de dois meses de licença (2 de Dezembro de 1818); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Julho de 1825); **Conselheiro** (carta de 16 de Outubro de 1827). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (4 de Dezembro de 1827).

João Carlos Leitão (Bacharel no ano de 1798), nascido em 1776 ou 1777, natural do Porto, filho de José Bento Leitão e de D. Maria do Nascimento Almada Leitão, neto paterno de Domingos Gomes e D. Mariana Josefa do Rosário, e neto materno de José Fernandes de Almada e D. Maria Teresa de São Boaventura.

Foi **Juiz de Fora da ilha das Flores** (carta de 11 de Agosto de 1803), provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente daquele lugar (28 de Janeiro de 1805), provisão de licença por dois meses (11 de Setembro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Maio de 1825). Recebeu carta de legitimação a seu filho do mesmo nome (16 de Agosto de 1822), carta de legitimação a sua filha D. Maria Carolina Leitão (16 de Agosto de 1822), e carta de legitimação a sua filha D. Antónia Cândida Carlota Leitão (16 de Agosto de 1822).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Vila do Conde. A mãe e avós maternos são naturais do Porto. Os familiares referidos são, à data de Abril de 1802, todos defuntos, excepto a mãe. O pai era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e homem de negócio da Praça do Porto. O avô paterno era homem de negócio. O avô materno era homem de negócio, e professo na Ordem de Cristo. A família tinha grande e avultado negócio de que pagavam bastantes direitos na alfândega do Porto. O habilitante é, à data de Abril de 1802, solteiro (LB).

João da Cunha Neves de Carvalho (Bacharel em leis), nascido em 1784 ou 1785, natural de Santo André de Barcelinhos, filho de João António das Neves e Brito e de Maria Angélica de Carvalho.

Foi **Juiz de Fora de Figueira** (carta de 20 de Dezembro de 1808); **Juiz Conservador da Nação Britânica**

(carta de 17 de Fevereiro de 1818); **Conservador da Universidade de Coimbra** (carta de 22 de Abril de 1819), provisão de licença para usar beca honorária (29 de Novembro de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 11 de Novembro de 1823); **Superintendente das Alfândegas do tabaco do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 14 de Novembro de 1829). Recebeu carta de hábito de Cristo (17 de Maio de 1822).

João de Sá Pereira Ferreira Soares (Bacharel em leis), também *João de Sá Pereira Soares*, nascido em 1789 ou 1790, natural de Torres Novas, filho de José Ferreira Soares e de D. Justiniana de Sá Pereira e Castro, neto paterno de Marcos Ferreira Soares e D. Maria Micaela do Céu, e neto materno de João António de Barros e D. Cipriana de Sá Pereira e Castro.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Março de 1824); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Setembro de 1831).

Observações: Todos os ascendentes aqui apresentados são naturais de Torres Novas na Comarca de Santarém, e aí moradores. O Bacharel mora, a 16 de Outubro de 1816, na Calçada do Combro em Lisboa. Os avós são, à data de Setembro de 1816, já falecidos e, juntamente com os pais, sempre se trataram com distinção. O Bacharel é, à data de 25 de Setembro de 1816, solteiro (LB).

João de Sá Pinto Abreu Soutomaior (Bacharel), natural de Viana da Foz do Lima. Foi **Juiz de Fora de Alijó**; **Corregedor de Valença** (carta de 18 de Novembro de 1819); **Corregedor de Valença** (carta de 19 de Janeiro de 1825); **Corregedor de Castelo Branco** (decreto de 14 de Julho de 1828); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 16 de Julho de 1828).

João Henriques Coelho de Sousa Sampaio (Bacharel em leis), nascido em Novembro ou Dezembro de 1797, natural de Coimbra, filho de Francisco Coelho de Sousa Sampaio e de D. Gertrudes Augusta de Castro Sampaio.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Janeiro de 1828). Recebeu carta de moço fidalgo (14 de Novembro de 1821).

Observações: O pai é Doutor e Desembargador aposentado do Desembargo do Paço, com todas as honras e privilégios. É irmão inteiro de Francisco Coelho de Sousa Sampaio. Fez o seu acto de Repetição em Leis a 12 de Julho de 1825 (LB).

João José Pereira da Costa (Bacharel em leis), nascido em 1761 ou 1762, natural de Penafiel, filho de João Silvestre Pereira e de Maria Joana Teresa da Costa, neto paterno de José Pereira Pimenta e Josefa Maria da Cunha, e neto materno de António Luís dos Santos e Maria Joana Teresa da Costa.

Foi **Juiz de Fora de Porto de Mós** (provisão de aumento de 40\$000 réis anuais ficando todo 60\$000 réis de aposentadoria com aquele lugar de 20 de Julho de 1807); **Juiz de Fora do crime do Porto** (carta de 28 de Setembro de 1812); **Provedor da Comarca de Leiria** (carta de 12 de Março de 1819), provisão para tomar posse do lugar (1 de Abril de 1819); **Corregedor da Comarca de Viana** (carta de 16 de Outubro de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário da Relação do Porto continuando o de Corregedor da Comarca de Viana de 18 de Outubro de 1823).

Observações: O pai é Bacharel, desempenhando o ofício de advogado nos auditórios forenses com ótimos créditos. Todos os ascendentes são naturais de Penafiel. O Bacharel mora, à data de 22 de Julho de 1802, em Lisboa ao Passeio Público e é à data de 20 de Julho de 1802 solteiro. Advogou no Porto durante vários anos com toda a honra e crédito, sem que no entanto fosse notado (LB).

João Luís Monteiro de Carvalho (Bacharel em leis), nascido em 1767 ou 1768, natural de Lisboa, filho de José Monteiro de Carvalho e Oliveira e de Ana Joaquina Rosa de Viterbo, neto paterno de António de Carvalho Correia e Francisca Teresa Monteiro, neto materno de João Francisco Caldeira Gorjão e Francisca das Chagas de Azevedo.

Foi **Juiz de Fora de Moura** (decreto de 4 de Novembro de 1795); **Corregedor de Beja** (decreto de 7 de Junho de 1799); **Corregedor de Ourique** (carta de 22 de Março de 1806), com predicamento de primeiro banco; **Superintendente da décima do termo de Lisboa** (carta de 9 de Outubro de 1822); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Setembro de 1823), apostila para fazer o lugar de desembargador da Relação do Porto na Suplicação de Lisboa (11 de Outubro de 1824). Recebeu provisão para a Câmara de Póvoa de Lanhoso lhe aforar um terreno no sítio das Batocas no lugar do Pinheiro da freguesia de Geraz (20 de Abril de 1815), provisão de aforamento de um terreno no sítio do Ribeiro Velho da freguesia de Ferreiros (16 de Agosto de 1817), provisão de confirmação e insinuação da doação que fizeram a sua sobrinha D. Maria do Carmo Pinheiro (11 de Outubro de 1825), e carta de administração vitalícia de uma propriedade de casas na Calçada do

Forno do Tijolo chamada da Peça a sua esposa (5 de Julho de 1826).

João Manuel da Câmara Berquó (Bacharel), nascido em 1776, natural da Ilha do Faial, filho de José Francisco da Câmara Berquó e de Francisca Úrsula Pessanha de Lavidó.

Foi **Juiz de Fora de Vila da Praia** (1802), reconduzido (1805); **Juiz de Fora de Ilha do Faial** (1824), reconduzido com predicamento de primeiro banco por ter servido dois triénios na Vila da Praia e outros dois no Faial (resolução de 10 de Janeiro de 1827); **Provedor de Santarém** fazendo neste lugar o de **Desembargador da Relação do Porto** com posse e vencimento de antiguidade (resolução de 12 de Dezembro de 1827).

João Manuel de Oliveira (Bacharel), natural da Ilha da Madeira.

Foi **Juiz de Fora de Monsaraz** (depois de 1811); **Juiz de Fora de Chaves** (depois de 1816); **Provedor da Guarda** (depois de 1822); **Corregedor do cível da cidade** (decreto de 9 de Março de 1825), reconduzido (resolução de 5 de Dezembro de 1827); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 13 de Outubro de 1829).

João Manuel Teixeira (Bacharel em leis), também *João Manuel Teixeira Cancela Pimentel*, nascido em 1779 ou 1780, natural de Adães do termo de Chaves, filho de Domingos Pereira Teixeira e de Antónia Maria Teixeira, neto paterno de Francisco Gonçalves e Maria Rodrigues, e neto materno de António Rodrigues e Rosa Maria.

Foi **Juiz de Fora de S. Vicente da Beira** (carta de 24 de Agosto de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 27 de Maio de 1825), apostila de declaração de antiguidade no lugar (17 de Outubro de 1825); **Juiz da Relação de Lamego** (carta de 3 de Junho de 1834). Recebeu (com sua mulher) provisão que declara sem efeito a sentença a favor de Gabriel António Cerqueira e poderem continuar as suas servidões pelo Souto do Poço (15 de Abril de 1817).

Observações: O avô paterno é natural do lugar de Adães. A avó paterna é natural do lugar e freguesia de Outeiro do termo de Chaves. O avô materno é natural de Vila Pouca de Aguiar da Comarca de Vila Real. A avó materna é natural da freguesia de Ribeira de Pena da mesma Comarca. Os pais e avós têm servido os empregos honoríficos. O habilitante mora, à data de Janeiro de 1806, em Adães e é à data de Julho seguinte solteiro. O habilitante leu em 1803.

João Nepomuceno de Benevides (Bacharel em cânones), nascido em 1785 ou 1786, natural do Porto, filho de José Dias Alves e de Micaela Gracinda Benevides, neto paterno de Manuel Dias Duarte, e Isabel Alves, neto materno de João de Almeida Benevides, e Teresa Angélica Rosa de Almeida.

Foi **Juiz de Fora de Gouveia** (carta de 24 de Maio de 1810); **Juiz de Fora de Vila Nova de Portimão** (carta de 26 de Fevereiro de 1816); **Corregedor de Tavira** (carta de 27 de Junho de 1821); **Provedor dos órfãos e capelas** (carta de 20 de Dezembro de 1823), graduado em **Desembargador da Relação do Porto** com o lugar (alvará de 9 de Julho de 1824). Recebeu carta do hábito de Cristo (3 de Outubro de 1824).

João Nogueira da Silva (Bacharel em leis), nascido em 1760 ou 1761, natural de Paçô, filho de João Nogueira da Silva e Joana Pires Mendes, neto paterno de João Nogueira e Isabel Rodrigues, neto materno de Domingos Pires e Ana Mendes.

Foi **Juiz de Fora de alfândega da Fé** (decreto de 4 de Maio de 1800); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de 7 de Novembro de 1826).

João Pinto Pereira de Figueiredo Castelo Branco (Bacharel), nascido em 1766, natural de Capinha na Guarda, filho de António José Pereira Pinto e de Rosa Angélica.

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** com predicamento de correição ordinária (decreto de 25 de Novembro de 1820); **Provedor de Leiria** com predicamento de primeiro banco (decreto de 7 de Junho de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 20 de Março de 1827). Recebeu provisão para jurar por procurador (2 de Dezembro de 1820), provisão para tomar posse (2 de Dezembro de 1820); provisão de beca honorária (15 de Julho de 1825), alvará de graduação de Desembargador da Relação do Porto (20 de Março de 1827), e provisão de licença por três meses (20 de Julho de 1827).

Joaquim Alberto Magno de Assis e Andrade (Bacharel), também *Joaquim Alberto Magno*.

Foi **Juiz de Fora do Torrão** (decreto de 12 de Setembro de 1789 e posse a 30 de Janeiro de 1790), provisão de licença de dois meses (4 de Maio de 1796); **Juiz de Fora de Serpa** (decreto de 2 de Setembro de 1800), provisão para por tempo de dois meses poder estar ausente daquele lugar (20 de Outubro de 1804); **Desembargador da Relação do**

Porto (alvará de aposentado em Desembargador da Relação do Porto com meio ordenado de 6 de Setembro de 1823), alvará de ordenado de 300\$000 réis de aposentado em Desembargador da Relação do Porto (30 de Janeiro de 1824).

Joaquim António Segurado (Bacharel), também *Joaquim Teotónio Sigurado*.

Foi **Juiz de Fora de Melgaço** pela Casa de Bragança (decreto de 17 de Dezembro de 1799); **Ouvidor de Goiás e Desembargador da Relação do Rio de Janeiro** (carta de Ouvidor com assento na Relação do Rio de Janeiro de 1 de Junho de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Outubro de 1824), apostila declarando o rendimento da antiguidade de Desembargador da Relação do Porto (17 de Agosto de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 15 de Fevereiro de 1826).

Joaquim de Gouveia Osório (Bacharel e Doutor em leis), nascido em 1773 ou 1774, natural do lugar de Quintãs do concelho de Penalva do Castelo e da Comarca de Viseu, filho de José Osório de Faria e de Maria Joaquina Pereira, neto paterno de Manuel de Albuquerque e Luísa de Faria, e neto materno de Francisco Mendes e Francisca Pereira.

Foi **Juiz de Fora de Miranda** (carta de 22 de Julho de 1807); **Corregedor da Comarca de Avis** (provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente do seu lugar de 17 de Agosto de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Maio de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Setembro de 1831). Recebeu provisão para se devassar sobre o furto de uma sua mula (16 de Setembro de 1811), e carta de profissão de hábito (18 de Dezembro de 1822).

Observações: Leitura de Bacharel em 1800. Os pais e avó paterna são naturais do lugar de Quintãs. O avô paterno é natural do lugar de Cortiçô de Algodres, e os avós maternos são-no de Vila Cova do Covelo. O Bacharel é morador, à data de Julho de 1801, no concelho de Penalva do Castelo, e é solteiro (LB).

Joaquim José Anastácio Monteiro de Carvalho e Oliveira (Bacharel em cânones), também

Joaquim Anastácio Monteiro de Carvalho e Oliveira, também *Joaquim José Anastácio Monteiro de Carvalho*, nascido em 1783 ou 1784, natural e baptizado na freguesia dos Anjos em Lisboa, filho de José Monteiro de Carvalho e Oliveira e de Ana Joaquina Rosa de Viterbo (ou D. Ana Joaquina Rosa Caldeira Gorjão), neto paterno

de António de Carvalho Correia e D. Francisca Teresa Monteiro (ou Monteiro de Oliveira), e neto materno de João Francisco Caldeira Gorrão e D. Francisca das Chagas de Azevedo.

Foi **Juiz de Fora de Beja** (alvará de predicamento de correição ordinária de 18 de Agosto de 1821), alvará de predicamento de primeiro banco com a recondução em Juiz de Fora de Beja (2 de Dezembro de 1823), provisão de aumento da aposentadoria como Juiz de Fora de Beja (10 de Fevereiro de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de graduação de 7 de Junho de 1825), carta de um lugar ordinário de Desembargador da Relação do Porto (24 de Setembro de 1830). Recebeu provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de letras do provimento do Senado da Câmara desta cidade (5 de Julho de 1809), e carta de administração de diferentes bens de capelas de que estava intruso Joaquim Anastácio Mendes Velho prior da igreja de Messejana.

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Vila Real, sendo os últimos aí moradores. A mãe e avós maternos são naturais de Lisboa. O pai é cavaleiro da Ordem de Cristo e advogado em Lisboa. O avô materno tinha ofício nos armazéns da Ribeira das Naus, cobrando ordenado. Os avós paternos viviam dos rendimentos das suas fazendas. O Bacharel tem créditos de bom estudante, e terá cursado em 1808. O irmão é, ao ano de 1809, Corregedor da Comarca de Campo de Ourique (LB).

Joaquim José de Queirós (Bacharel), também *Joaquim José Queirós*, natural de Quintas na freguesia de Eixo do bispado de Aveiro, filho de José Marcelino Próspero de Queirós.

Foi **Juiz de Fora de Azurara da Beira** (carta de 9 de Março de 1812), provisão para jurar por procurador como Juiz de Fora de Azurara da Beira (14 de Março de 1812); **Desembargador da Relação da Baía** com exercício na Relação do Porto (carta de 11 de Fevereiro de 1822); **Presidente da Relação de Lamego** (carta de 8 de Janeiro de 1835). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro da Casa Real com 1600\$000 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia (2 de Junho de 1835).

Observações: Foi Conselheiro (RGM).

Joaquim Saraiva da Costa Pereira de Refóios (Bacharel em leis), natural de Guarda, filho de Pedro Saraiva da Costa Pereira Refóios e de D. Maria Antónia de Almeida Amado e Meneses, e neto materno de Isidoro de Almeida de Sá e Meneses.

Foi **Juiz de Fora de Aguiar da Beira** (carta de 31 de Março de 1800), carta de Juiz de Fora de Azurara da

Beira (31 de Maio de 1800), provisão de dois meses de licença de ausência do seu lugar (23 de Julho de 1800), provisão de licença (19 de Julho de 1802), provisão de licença (24 de Março de 1803), carta de recondução em Juiz de Fora de Azurara da Beira com predicamento de cabeça de Comarca (20 de Abril de 1804), provisão de licença para por tempo de dois meses poder estar ausente daquele lugar (15 de Maio de 1804), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de dois meses (27 de Abril de 1805), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de um mês (15 de Maio de 1805); **Juiz de Fora de Mangualde** (provisão para estar ausente por dois meses do seu lugar de 11 de Fevereiro de 1802); **Corregedor das vilas de Odemira Beringel e Farinho** (carta de 7 de Janeiro de 1809); **Provedor da Comarca de Beja** (carta de mercê do lugar de 7 de Janeiro de 1809); **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 10 de Julho de 1821 e 12 de Dezembro de 1829).

Observações: Leitura de Bacharel em 1795. O pai era padroeiro da igreja de Vila Garcia e morgado dos Pinheiros. O avô materno era capitão-mor de Moreira. É irmão de Mendo Saraiva da Costa Pereira Refóios (MM).

José António de Faria e Carvalho (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora da vila da Barca** (carta de 26 de Junho de 1805), carta de mercê de Juiz de Fora da vila da Barca (26 de Julho de 1806), alvará para poder usar de beca honorária (19 de Junho de 1824), carta de mercê de beca honorária (19 de Junho de 1824); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Julho de 1824); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Agosto de 1825); **Conselheiro** (carta de 5 de Junho de 1840). Recebeu provisão de licença para casar sendo Corregedor da Comarca de Valença do Minho (13 de Outubro de 1818).

José António Ferreira Braklami (Bacharel em leis), nascido 1780 ou 1781, natural de Lagos, filho de Miguel José Ferreira e Brízida Maria Caetana Brak, neto paterno de Manuel de Góis e Josefa do Sacramento, neto materno de Lourenço Brak e Maria Teresa Brak.

Foi **Corregedor de Guimarães**, fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** (31 de Outubro de 1826); carta de título do **Conselho** (23 de Setembro de 1834); **Juiz da Relação dos Açores** e transferido desta para **Juiz da Relação de Lisboa** (carta de 19 de Novembro de 1834); **Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça** (carta de 14 de Setembro de 1839).

José António Maria de Sousa e Azevedo (Bacharel em leis), nascido em 1794 ou 1795, natural de Coimbra, filho de Manuel Tomás de Sousa e Azevedo e de Maria Bárbara Benedita Xavier de Sousa, neto paterno de António de Sousa e Azevedo e Rosa Violante Caetana de Sousa, e neto materno de José Pinto da Silva e Inácia Maria Joaquina.

Foi **Corregedor do crime do Bairro de Belém e Provedor de Oeiras** (carta de 13 de Outubro de 1820), reconduzido no lugar fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto (carta de 24 de Julho de 1823), reconduzido segunda vez (carta de 9 de Março de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 9 de Setembro de 1825); **Superintendente dos foros da freguesia da Ajuda** (alvará de 30 de Fevereiro de 1827); **Conselheiro vitalício do Tribunal do Tesouro Público** (carta de 31 de Agosto de 1842). Recebeu provisão de licença para casar com D. Mariana José de Vasconcelos Mascarenhas Cardoso Bacelar (17 de Setembro de 1825); alvará de fidalgo da Casa Real com 1600\$000 réis de moradia e um alqueire de cevada por mês (19 de Agosto de 1835).

Observações: Os ascendentes são todos naturais de Lisboa, o pai é Desembargador da Casa da Suplicação.

José António Soares Pinto Castelo Branco (Bacharel em leis no ano de 1801; Doutor), também *José António Soares Pinto Mascarenhas*, também *José António Soares Pinto Mascarenhas Castelo Branco*, nascido em 1776 ou 1777, natural de Gouveia na Comarca da Guarda, filho de Dionísio Soares do Amaral Castelo Branco (ou Dionísio Soares de Amaral) e de D. Eufrásia Rita de Santa Clara, neto paterno de João de Amaral Castelo Branco e Maria Josefa Pinto Mascarenhas, e neto materno de Domingos Lopes Gomes e Páscoa Matosa Correia.

Foi **Juiz de Fora de Vila Franca de Xira** (carta de 24 de Janeiro de 1809); **Juiz de Fora de Arganil** (carta de 4 de Maio de 1814), provisão para tomar posse do lugar de Juiz de Fora de Arganil (9 de Maio de 1814), provisão para jurar por procurador como Juiz de Fora de Arganil (9 de Maio de 1814), carta de recondução no lugar de Juiz de Fora de Arganil (14 de Novembro de 1816), provisão de licença (23 de Outubro de 1818), provisão de dois meses de licença como Juiz de Fora de Arganil (15 de Dezembro de 1819), alvará do lugar de Juiz de Fora de Arganil com predicamento de correição ordinária (11 de Fevereiro de 1820); **Corregedor da Câmara de Arganil** com predicamento de primeiro banco (carta de 17 de

Julho de 1821), provisão de dois meses de licença como Corregedor de Arganil (20 de Fevereiro de 1823); **Juiz do crime e órfãos de Coimbra** (carta de Juiz fazendo o lugar de **Desembargador da Relação do Porto** de 17 de Outubro de 1825), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria ao transitar da carta de Desembargador da Relação do Porto (18 de Novembro de 1825). Recebeu (com sua futura mulher) carta de confirmação de bens que o padre João da Costa de Azevedo lhes fez para casarem (17 de Maio de 1808), (com sua futura mulher) carta de confirmação da doação de bens que D. Luísa Teresa da Costa e Azevedo da vila de Gouveia lhes fez para casarem (17 de Maio de 1808), provisão de ofício (30 de Agosto de 1821), carta de Escrivão da correição da Comarca da Guarda (7 de Setembro de 1821), provisão de mercê do ofício de Escrivão da correição da Guarda (13 de Setembro de 1821), provisão para jurar por procurador na Chancelaria no transitar da carta de Escrivão da correição da Guarda (13 de Setembro de 1821), verba de se lhe haver passado carta de Escrivão da correição da Guarda (18 de Setembro de 1821), provisão para nomear serventuário para o seu ofício de Escrivão da correição da Comarca da Guarda (10 de Dezembro de 1821), e provisão de Escrivão da correição da Comarca da Guarda (8 de Maio de 1830).

Observações: Recebeu certidão negativa a 27 de Julho de 1821. O pai e avó paterna são naturais de Lagares da Provedoria da Guarda. A mãe e avós maternos são naturais de Folques da Comarca de Arganil. O avó paterno é natural de Gouveia. O pai é Bacharel. Os pais e avós são das pessoas principais das terras. O habilitante é, à data de Agosto de 1802, solteiro e morador em Gouveia (LB).

José Barreto Gomes de Oliveira (Bacharel em leis no ano lectivo de 1823 para 1824), nascido em 1799 ou 1800, natural de Azeitão da Comarca de Setúbal, filho de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira e de D. Maria Cândida Fortunata da Penha de França, neto paterno de João Gomes de Oliveira e D. Teresa Micaela Gertrudes Barreta, e neto materno de Sebastião José da Costa e D. Luísa Clara Rosa de Sousa.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Fevereiro de 1826). Recebeu carta de Comendador da Ordenança da Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (6 de Março de 1824).

Observações: Os pais e avós são naturais de Azeitão e seu termo. O pai é Conselheiro de Estado e serviu de Ministro e Secretário dos Negócios do Reino. O avó paterno foi sargento-mor das ordenanças de Azeitão, e parece ter alcançado a patente de Major. O avó materno era Doutor e serviu os lugares de letras, nomeadamente o de Juiz de Fora de Albufeira. O habilitante é, à data de Setembro de 1824, solteiro. O habilitante teve a nota de Muito Bom por

2 e a de Bom por 7. O habilitante tem belas qualidades morais (LB).

José Bernardo Henriques de Faria (Bacharel), natural de Lisboa.

Foi **Juiz de Fora de Mértola** (carta de 11 de Junho de 1804); **Juiz de Fora da Feira** (depois de 1808); **Corregedor de Linhares** (depois de 1815); **Provedor de Coimbra** (carta de 30 de Março de 1821); **Ajudante do Intendente-Geral da Polícia** (carta de 14 de Junho de 1828); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 14 de Junho de 1828). Recebeu provisão de aumento com a sua aposentadoria (7 de Agosto de 1805), provisão de aumento com a sua aposentadoria (20 de Julho de 1818), e provisão de dois meses de licença (23 de Agosto de 1822).

Observações: Foi habilitado pela Ordem de Cristo a 25 de Junho de 1821 (HOC).

José Boto Machado (Bacharel; Doutor), também *José Botelho Machado*, natural de Viseu, filho de Manuel José Botto Machado e de Maria Tomásia de Sousa, neto paterno de Manuel Botto Machado e Maria Cardosa do Nascimento, e neto materno de Francisco Coelho do Amaral e Jerónima da Conceição.

Foi **Juiz de Fora de Freixo de Numão** (decreto de 29 de Junho de 1796); **Juiz de Fora de Viana do Minho** (carta de 25 de Fevereiro de 1802); **Juiz do crime da Baía** (carta de 3 de Agosto de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 23 de Junho de 1820), provisão para prestar na Chancelaria o juramento para tomar posse de um lugar de Desembargador da Relação do Porto sem embargo da falta de carta (5 de Julho de 1820), provisão para por seu procurador prestar na Chancelaria o juramento para tomar posse de um lugar de Desembargador da Relação do Porto (5 de Julho de 1820); **Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação** (alvará de aposentado de 2 de Dezembro de 1825). Recebeu (com sua mulher) carta de confirmação da doação de bens que lhe fez o padre Custódio Boto Machado (10 de Maio de 1791), provisão para jurar por procurador (18 de Janeiro de 1802), provisão do ofício de Escrivão dos órfãos das Sisas Inquisidor e Contador das vilas de S. Romão e outras (9 de Agosto de 1813), e provisão de mercê da propriedade do ofício de Inquisidor Contador e Distribuidor das vilas de S. Romão e Vazelim e Vila Cova-a-Coelheira (19 de Agosto de 1813).

Observações: Os ascendentes são naturais e moradores de Viseu. Os avós e os pais viveram com criados e criadas. O Bacharel é, à data de Janeiro de 1775, solteiro. Apresentou-se em audiência (Agosto de 1768), com as suas cartas de formatura em direito canónico e civil (LB).

José Caetano Martins Barroso (Bacharel em leis no ano de 1795), também *José Caetano Peixoto Martins Barroso*, nascido em 1768 ou 1769, natural de Braga, filho de Inácio José Peixoto e de D. Ana Clara da Apresentação Martins Barroso, neto paterno de João Pereira Vale e Teodósia Luísa, e neto materno de Domingos Martins Barroso e Maria da Conceição.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de recondução no lugar de **Corregedor da Comarca de Guimarães** com a graduação de Desembargador da Relação do Porto de 28 de Julho de 1824). Recebeu provisão para sair do distrito do lugar que ocupa a outra diligência (16 de Janeiro de 1807).

Observações: Os pais e avós são naturais de Braga e aí moradores. O pai é Desembargador honorário aposentado da Relação do Porto, e Procurador-Geral da Mitra Primaz. O avô materno era reverendo cônego. A avó materna é mãe ilegítima de Ana Clara da Apresentação. Os pais e avós trataram-se à lei da nobreza dos rendimentos dos seus bens. O habilitante é, à data de Junho de 1796 solteiro, e mora em Braga. O habilitante é bom estudante (LB).

José de Gouveia Osório (Doutor; graduado a 27 de Maio de 1781), nascido em 1757 ou 1758, natural de Vila Mendo da Comarca de Penalva do Castelo, filho de José de Gouveia Osório e de D. Rosa Jacinta da Anunciação, neto paterno de Manuel Rodrigues do Amaral e D. Micaela Jacinta de Gouveia, e neto materno de António Mendes e D. Francisca Ribeira.

Foi **Corregedor da Comarca de Miranda** com o predicamento de primeiro banco (carta de mercê de 9 de Junho de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 31 de Agosto de 1824). Recebeu alvará de mercê do ofício de Escrivão da Câmara e Almotaçaria do concelho de Penalva do Castelo julgando-se-lhe por demanda à sua custa (22 de Abril de 1796), e alvará de administração de ofício da Almotaçaria do concelho de Penalva do Castelo (9 de Maio de 1796).

Observações: O pai e avó paterna são do lugar de Vila Mendo. A mãe e avós maternos são da freguesia de Ventosa do concelho de Lafões e Comarca de Viseu. O avó paterno é do lugar da Quinta da Mouta, pertencente à freguesia de Ínsua e concelho de Penalva do Castelo. O pai era Doutor, e ocupou os lugares de Juiz de Fora de Arronches, e de Auditor da cavalaria no regimento da praça de Almeida. O avó paterno era dos principais lavradores do concelho de Penalva, onde serviu de Juiz ordinário. O avó materno era dos principais lavradores da sua freguesia, e serviu de alferes da ordenança. O habilitante é irmão do Bacharel em Leis, António de Gouveia Osório, que já se encontra habilitado para servir os lugares de letras (LB).

José Filipe Pires da Costa (Doutor em cânones), nascido em 1782 ou 1783, natural de Coimbra, filho de Bento Filipe e de Maria Angélica Gomes de Carvalho, neto paterno de António Rodrigues Coelho Filipe e Mariana da Costa, e neto materno de Manuel Marques de Carvalho e Antónia Gomes dos Santos.

Foi **Juiz de Fora do Fundão** (carta de 3 de Março de 1810), carta (3 de Julho de 1810), provisão para se lhe dar posse do lugar (13 de Julho de 1810); **Corregedor da Comarca de Arganil** (carta de 10 de Novembro de 1817), provisão para tomar posse do lugar (18 de Novembro de 1817), provisão para poder jurar por procurador (2 de Dezembro de 1817); **Corregedor da Comarca de Braga** (carta de 29 de Maio de 1822), provisão para poder jurar por procurador como Corregedor da Comarca de Braga (19 de Outubro de 1822); **Ouvidor de Macau** (carta de 20 de Setembro de 1825); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos de Macau** (alvará de mercê da serventia do ofício de 9 de Dezembro de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 9 de Dezembro de 1825). Recebeu provisão para ser Administrador de sua mãe demente D. Maria Angélica Gomes de Carvalho (28 de Setembro de 1813), e carta de legitimação a sua filha Maria Conceição de Santa Apolónia (5 de Outubro de 1859).

Observações: O pai e avós paternos são naturais do couto de Verride da Comarca de Coimbra. A mãe e avós maternos são naturais da vila de Eiras da referida Comarca. O pai é boticário e droguista em Coimbra. Os avós paternos eram lavradores ricos que serviram os cargos do concelho do couto de Verride. Os avós maternos eram lavradores ricos, servindo o avô materno de Capitão das ordenanças de Eiras. O habilitante é, à data de Maio de 1809, solteiro e sensivelmente à mesma data morador em Coimbra. O habilitante doutorou-se de 1805 para 1806 (LB).

José Freire de Andrade (Doutor em leis formado em 1799), nascido em 1776 ou 1777, natural de Coimbra, filho de Joaquim Freire de Andrade (ou Joaquim Freire) e de D. Maria Angélica da Piedade, neto paterno de Manuel Freire e D. Teresa de Jesus, e neto materno de António Simões e Úrsula Teresa.

Foi **Juiz de Fora de Guimarães** (carta de mercê do lugar de 7 de Julho de 1806), provisão de licença (11 de Agosto de 1807), provisão para ter mais de aposentadoria 50\$000 réis cada ano para além dos 8\$000 réis que já percebia com o predicamento da correição ordinária (21 de Agosto de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 5 de Julho de 1821), provisão para por seu procurador jurar na

Chancelaria para exercer o lugar (23 de Julho de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Novembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação de 31 de Maio de 1825); **Conselheiro** (carta de Conselho de 11 de Setembro de 1827). Recebeu provisão para o seu filho Paulo Freire de Andrade ser curador do ausente José Pedro Billarbak (26 de Outubro de 1801), carta de profissão de hábito (21 de Outubro de 1806), carta de hábito (8 de Fevereiro de 1809), provisão para ficar sem efeito outra a favor de Jerónimo Rebelo de Sousa (27 de Agosto de 1811), provisão de licença por dois meses (19 de Outubro de 1820), alvará de mercê de uma comenda honorária da Ordem de Cristo (5 de Janeiro de 1824), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (19 de Setembro de 1827), e carta do lugar dos resíduos do Colégio dos Nobres (12 de Dezembro de 1827).

Observações: Os familiares são todos naturais e moradores de Coimbra. Os pais e avós vivam decentemente com seus criados e bestas. O avô paterno é sargento-mor da ordenança da vila de Eiras. O Bacharel é dos melhores opositores às cadeiras da faculdade de Leis, e conseguira dos seus mestres grandes créditos. É, à data de Abril de 1801, solteiro e morador em Coimbra. Tem praticado e advogado nos juízos da Comarca de Coimbra desde o seu 4.º ano (LB).

José Freire Gameiro (Doutor em leis), também *José Freire Gameira*, nascido em 1768 ou 1769, natural de Lisboa e aí baptizado na freguesia dos Anjos, filho de Domingos Freire Gameiro e de D. Maria Rosa da Conceição, neto paterno de Manuel Alves Gameiro e D. Luísa Maria de Millé, e neto materno de Manuel Freire e D. Maria Nunes Torres.

Foi **Juiz de Fora de Ovar** (decreto de 13 de Março de 1796); **Provedor dos resíduos, órfãos e capelas da Comarca de Angra** com predicamento de cabeça de Comarca (carta de 26 de Setembro de 1803); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 27 de Fevereiro de 1824); **Corregedor do cível da Corte** (carta de 27 de Novembro de 1829).

Observações: Leitura de Bacharel em 1794. O pai e avós paternos são naturais da Chamusca. Os pais e avós maternos residiam em Lisboa na freguesia dos Anjos. O pai era Bacharel formado em leis, e faleceu ocupando o lugar de Ouvidor-Geral de Moçambique com assento na Relação do Porto. Os avós paternos eram lavradores, que fabricavam e mandavam fabricar as suas terras por criados seus. O avô materno vivia de alguma negociação e das propriedades que tinha no sítio da Cabeça da Bola. O habilitante é, à data de Janeiro de 1795, solteiro e morador em Lisboa aos Anjos (LB).

José Gonçalves Marques (Bacharel em leis no ano de 1795), nascido em 1767 ou 1768, natural

de Esposende na Comarca de Barcelos, filho de João Gonçalves Marques e de Josefa Maria dos Santos, neto paterno de João Gonçalves Marques e Maria Gonçalves, e neto materno de António Gonçalves Faro e Joana dos Santos. Foi **Juiz de Fora de Vila do Conde** (decreto de 24 de Fevereiro de 1797); **Juiz de Fora de Lagos** (carta de 18 de Janeiro de 1804); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Fevereiro de 1824).

Observações: Leitura de Bacharel em 1796. Os pais e avós são naturais de Esposende, sendo que os avós maternos o são da freguesia das Marinhas daquele termo. Os pais e avós foram moradores em Esposende e suas vizinhanças. Os pais e avós viviam honradamente do rendimento dos seus bens e fazendas, e serviram de Vereadores na governança de Esposende. O Bacharel é solteiro e mora em Esposende. O Bacharel é bom estudante (LB).

José Homem Correia Teles (Bacharel), também *José Homem Correia*.

Foi **Juiz de Fora da vila de Figueira** (carta de 10 de Abril de 1804), provimento de acréscimo de 35\$000 réis aos 25\$000 réis que tinha de aposentadoria como Juiz de Fora da vila de Figueira (16 de Novembro de 1805); **Provedor da Comarca de Viseu** (carta de 2 de Setembro de 1809), provisão do lugar (26 de Fevereiro de 1810); **Corregedor do cível de Lisboa** (provisão para tomar posse do lugar de 10 de Maio de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1827).

José Inácio da Câmara Leme (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora da Ilha do Pico** (carta de 19 de Julho de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 20 de Setembro de 1824).

José Joaquim da Cruz (Doutor), também *José Joaquim da Cruz e Carvalho*.

Foi **Desembargador Agravista honorário da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1823); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 12 de Abril de 1825), provisão para jurar por procurador ao transitar na Chancelaria a carta de Conselho (4 de Maio de 1825); **Deputado do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta de 15 de Abril de 1825), provisão para jurar por procurador ao transitar na Chancelaria a carta de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (4 de Maio de 1825), provisão para tomar posse por procurador do lugar de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens (18 de Maio de 1825). Recebeu carta de perdão (18 de Junho de 1793), (com sua mulher) provisão de sub-rogação que fizeram com José Maria de Vasconcelos Mascarenhas Saraiva menor com autoridade do seu tutor

de uma vinha no couto de Mogofores por outra nos subúrbios do mesmo couto (18 de Agosto de 1806), (com sua mulher e outros) provisão de comissão sobre inventário (7 de Abril de 1815), carta de profissão de hábito da Ordem de Cristo (15 de Abril de 1825), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (5 de Julho de 1825), carta de cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (7 de Setembro de 1825), e alvará de tratamento de senhorio (14 de Janeiro de 1826).

José Joaquim de Abreu Vieira (Doutor) nascido em 1776, natural de Guimarães, filho de Luís António de Abreu e de Ângela Teresa de Santa Inês Vieira.

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (depois de 1802); **Ouvidor da alfândega** (depois de 1815); **Juiz da Índia e Mina** (carta de 29 de Setembro de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1829).

Observações: Foi nomeado Juiz de Fora do Pará em 1804, mas terá recusado (MM).

José Joaquim Carneiro de Carvalho (Bacharel em leis; Doutor formado no ano lectivo de 1799 para 1800), também *José Joaquim de Carvalho*, natural de Provosende da Comarca de Viana do Castelo, filho de António Carneiro de Carvalho e de Teodora Ana de Carvalho, neto paterno de Domingos Carneiro de Carvalho e Luísa Carneiro de Carvalho, e neto materno de Francisco Alves de Carvalho e Luísa da Silva Teixeira.

Foi **Juiz de Fora de Campo Maior** (carta de 14 de Maio de 1804), carta (15 de Maio de 1804), alvará de graduação no mesmo lugar com predicamento de correição (25 de Agosto de 1806), carta de recondução com predicamento de primeiro banco (15 de Junho de 1807), carta de recondução no lugar (9 de Março de 1812); **Desembargador do Porto** (carta para exercer o lugar de 8 de Outubro de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de lugar de Desembargador da Casa da Suplicação de 4 de Fevereiro de 1824); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (alvará de graduação do lugar de 10 de Dezembro de 1827), carta de lugar ordinário de Desembargador Agravista (5 de Novembro de 1829). Recebeu provisão de licença (26 de Março de 1813), alvará de uma comenda da Ordem de Cristo da lotação de 16\$000 réis ou alvará de mercê de uma vida numa comenda de lotação de 12\$000 réis (10 de Junho de 1815), provisão de licença (23 de Setembro de 1818), carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo (8 de Abril de 1824),

e alvará de fidalgo cavaleiro (15 de Dezembro de 1827).

Observações: Os avós paternos são naturais de Provosende. O avô materno é natural de Montalegre. A avó materna é natural de S. Lourenço da Comarca de Vila Real. Os pais e avós trataram-se sempre à lei da nobreza, vivendo dos seus rendimentos. O habilitante mora, à data de Setembro de 1803, em Provosende e é à data de Novembro seguinte solteiro (LB).

José Joaquim Gerardo de Sampaio (Bacharel). Foi **Juiz de Fora de Castro Marim** (carta de 20 de Junho de 1810); **Juiz de Fora do Porto** (carta de 2 de Dezembro de 1815); **Corregedor do crime do Bairro da Rua Nova** (carta de 20 de Dezembro de 1820), graduação em Desembargador da Relação do Porto (carta de 13 de Outubro de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Outubro de 1824); **Membro do Supremo Tribunal de Justiça** (carta de 14 de Julho de 1834). Recebeu carta de profissão de hábito (25 de Novembro de 1823), carta da Grã-Cruz da antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito (27 de Dezembro de 1861), carta de título de Conde de Laborim em sua vida (24 de Outubro de 1862).

Observações: Conselheiro de Estado, Vice-Presidente da Câmara dos Pares, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.

José Joaquim Rodrigues de Bastos (Bacharel em leis; Doutor formado no ano de 1804), também *José Joaquim Rodrigues de Basto*, também *José Joaquim Rodrigues*, nascido em 1783 ou 1784, natural de Moutedo do termo de Valongo do Vouga e concelho de Águeda, filho de João Rodrigues da Cruz e de Bárbara Luísa Correia de Bastos, neto paterno de Manuel Rodrigues da Cruz e Antónia Francisca, e neto materno de Simão Martins Correia e Margarida Luísa.

Foi **Corregedor e Provedor da Comarca do Porto** (carta de 21 de Novembro de 1823), provisão para estar ausente dois meses do lugar (12 de Janeiro de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de graduação de 22 de Junho de 1825); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 28 de Agosto de 1826); **Intendente-Geral da Polícia da Corte e Reino** (carta de 20 de Outubro de 1826), alvará de ordenado anual de 1600\$000 réis (20 de Junho de 1827); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 6 de Julho de 1827). Recebeu provisão de privilégio exclusivo (19 de Dezembro de 1803), (com sua mulher) carta de confirmação de emprazamento de umas casas sitas na Rua de S. Nicolau da cidade do Porto (19 de Outubro de 1808), provisão de aforamento de um terreno no

lugar de Matações junto ao Patim que o dito fez a José Pais de Paula e Vasconcelos (19 de Março de 1813), provisão para emprazar o terreno no sítio da Alagoa da freguesia de Valbom (9 de Outubro de 1820), carta de hábito de Cristo (3 de Dezembro de 1824), e alvará de fidalgo cavaleiro da Casa Real (25 de Outubro de 1826).

Observações: Leitura de Bacharel em 1812. A mãe e avós maternos são naturais do lugar de Moutedo. Os avós paternos são naturais do lugar de Agueira do termo de Valongo do Vouga e concelho de Águeda. As habilitações do Bacharel foram feitas por Pátria Comum. Mora no Porto à data de Outubro de 1812, e é casado. Foi premiado na Universidade de Coimbra num dos anos jurídicos, e é advogado do Número na Relação do Porto (LB). Foi Deputado às Cortes Constituintes e Ordinárias (1821). Faleceu em 1862 depois de se recolher à vida privada em 1833.

José Leandro da Silva e Sousa (Licenciado em leis), nascido em 1779 ou 1780, natural de Coimbra, filho de Camilo José da Silva Nunes e de D. Teresa Inácia da Sousa Lobo, neto paterno de José Pereira e D. Josefa da Silva, e neto materno de António Gonçalves e D. Maria Joana de Sousa Lobo.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Fevereiro de 1824); **Conselheiro** (carta de título de Conselho de 18 de Junho de 1832).

Observações: O pai e avós maternos são naturais de Coimbra. Os avós paternos são naturais de S. João da Pesqueira. O pai é Desembargador da Relação do Porto e, juntamente com os avós, viveu das suas fazendas. À data de Junho de 1804 é solteiro e morador em Coimbra (LB).

José Leite Pereira de Melo (Bacharel), também *José Leite Pereira de Melo Cardoso e Vasconcelos*, também *José Leite de Melo Cardoso*, filho de Pedro de Melo Leite Pereira.

Foi **Juiz de Fora de Celorico da Beira** (carta de 6 de Junho de 1803), provisão para com procurador poder prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar (12 de Agosto de 1803), provisão de 50\$000 réis anuais de aposentadoria como Juiz de Fora de Celorico da Beira (4 de Fevereiro de 1805), provisão de licença para estar ausente daquele lugar por tempo de um mês (24 de Abril de 1805), provisão de licença por mais dois meses para estar ausente daquele lugar (23 de Agosto de 1805), provisão de licença por tempo de um mês poder estar ausente do cargo que ocupa (28 de Novembro de 1808); **Provedor da Comarca de Lamego** (provisão para tomar posse do lugar de 21 de Junho de 1813), provisão de licença por dois meses (14 de Janeiro de 1815); **Desembargador da Relação do Porto** (provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria para

exercer o lugar sem embargo da falta da carta de mercê (29 de Janeiro de 1821), provisão para tomar posse do lugar (1 de Fevereiro de 1821), alvará de aposentado da Relação do Porto com metade do ordenado (7 de Setembro de 1821), alvará de assentamento de 300\$000 réis de ordenado com o lugar de Desembargador aposentado da Relação do Porto (2 de Março de 1822); **Desembargador aposentado da Casa da Suplicação** (alvará de 19 de Julho de 1825). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (8 de Fevereiro de 1798).

José de Macedo Ferreira Pinto (Bacharel em cânones no ano de 1784), nascido em 1762 ou 1763, natural da freguesia de Aião do concelho de Felgueiras e Comarca de Guimarães, filho de Manuel Moreira Ferreira e de Quitéria de Macedo Pinto, neto paterno de Domingos Moreira e Maria Ferreira, e neto materno de Manuel Ferreira de Carvalho e Maria de Macedo Pinto. Foi **Juiz de Fora de Abrantes** (decreto de 6 de Julho de 1801), carta do lugar (20 de Agosto de 1801), provisão de licença para por tempo de dois meses poder estar ausente daquele lugar (12 de Maio de 1806), provisão de licença por dois meses (14 de Junho de 1806), carta de recondução do lugar (4 de Agosto de 1806); **Provedor das comarcas do Reino do Algarve** (carta de 22 de Novembro de 1813), provisão para tomar posse do lugar (26 de Novembro de 1813); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de Desembargador da Relação do Porto de 15 de Novembro de 1821). Recebeu provisão de extinção do encargo que tinha na terra chamada a Herdadinha sita na freguesia de S. João de Airão no concelho de Unhão imposto pelo padre Gaspar Rebelo (15 de Fevereiro de 1797), carta de doação de bens e juros que sua prima D. Josefa Bernardina Pinto de Macedo Leal lhe fizera (26 de Janeiro de 1801), carta de profissão de hábito (27 de Outubro de 1808), e carta de hábito de Cristo e 12\$000 réis de tença (20 de Janeiro de 1809).

Observações: Leitura de Bacharel em 1798. Os pais e avós são naturais da freguesia de S. João de Aião do concelho de Felgueiras e Comarca de Guimarães. Os pais e avós viviam dos rendimentos e chegaram a servir os cargos da república do concelho de Felgueiras (LB). É casado com Jacinta Felisberta e mora na freguesia de S. João de Aião.

José Manuel de Almeida Araújo Correia de Lacerda (Bacharel em leis), nascido em 1789 ou 1790, natural de Monforte da Comarca de Vila Viçosa, filho de Joaquim Manuel de Almeida Araújo Correia de Lacerda e de Bárbara Casimira Pereira Pinto e Lacerda, neto paterno de José

Joaquim de Almeida Araújo e Antónia Luísa Joaquina de Portugal, e neto materno de João Alberto da Silva Capeto e Josefa Teodora Pinto. Foi **Juiz de Fora do Fundão** (antes de 1820), provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente do seu lugar de Juiz de Fora da vila do Fundão (carta de 26 de Julho de 1820); **Superintendente do Sal de Setúbal** (carta de 23 de Maio de 1823), predicamento de Correição ordinária com o lugar de Superintendente do sal da vila de Setúbal (alvará de 9 de Julho de 1824); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Maio de 1825); **Juiz da Relação de Lisboa** (carta de 29 de Janeiro de 1834); carta de Título do Conselho (6 de Junho de 1841); **Procurador-Geral da Coroa** (carta de 28 de Agosto de 1845); **Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça** (apostila de 1 de Junho de 1850 e 1 de Agosto de 1851). Recebeu alvará de moço fidalgo (23 de Julho de 1825 e 1 de Janeiro de 1826), e alvará de pensão de 400\$000 réis pelos serviços do próprio para sua filha D. Maria Bárbara de Almeida e Araújo Correia de Lacerda (19 de Abril de 1864).

José Maria Pereira Forjaz de Sampaio (Bacharel em leis), nascido em 1774 ou 1775, natural de Coimbra, filho de Diogo Pereira Forjaz de Sampaio e de Joaquina Máxima Pereira Frazão, neto paterno de Adrião Pereira de Sampaio e Mariana de Amorim Pessoa, neto materno de Jacinto Pires Frazão e Cecília Micaela Pereira da Costa.

Foi **Juiz de Fora de Gouveia** (decreto de 4 de Maio de 1800), reconduzido no lugar (carta de 1 de Julho de 1803); **Juiz de Fora de Coimbra** (carta de 19 de Dezembro de 1806), predicamento em Correição ordinária no lugar de Juiz de Fora de Coimbra (carta de 13 de Março de 1807); **Corregedor da Comarca da cidade de Coimbra** (carta de 11 de Julho de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Julho de 1821), aposentado na mesma Relação (alvará de 17 de Fevereiro de 1824). Recebeu carta de compra de uma propriedade de terra no campo de Valada pertencente à capela do doutor Francisco Carlos (26 de Março de 1825), carta de compra dos bens das capelas de Fernando Álvares de Alfarelos (26 de Março de 1825), carta de compra dos bens pertencentes à capela instituída por D. Brites Gonçalves na Póvoa de Santa Cristina (26 de Março de 1825), carta de compra dos bens da capela instituída por D. Fernando Miguéis e D. Veziboa na vila de Montemor (26 de Março de 1825), alvará de fidalgo da Casa Real (21 de Julho de 1841).

José Monteiro Torres (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Almada** (carta de 17 de Dezembro de 1821 e 6 de Março de 1822); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 21 de Maio de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Setembro de 1831).

José Mourão (Doutor em leis formado em 1798), natural de Covelinhas da Comarca de Vila Real, filho de Manuel Mourão e de Isabel Maria de Araújo, neto paterno de Francisco Madeira e Maria de Carvalho Mourão, e neto materno de António Lourenço e Luísa Maria Cardosa.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Branco** (carta de 14 de Maio de 1807), provisão de licença (17 de Maio de 1814), provisão de licença (4 de Setembro de 1816); **Provedor das comarcas do Algarve** (provisão para posse e juramento do lugar sem embargo da falta de carta de 24 de Março de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Maio de 1825). Recebeu carta de confirmação da doação de bens que lhe fez D. Luísa Margarida a fim de casar com a sua filha D. Luísa Margarida Vaz Mourão (16 de Dezembro de 1814), (com sua futura mulher) carta de confirmação da doação de bens que o seu pai e sogro Gaspar Freire Vaz fez para casarem (16 de Dezembro de 1814), e (com sua mulher) provisão de comissão (2 de Dezembro de 1819).

Observações: O pai e avós paternos são naturais de Covelinhas, e a mãe e avós maternos são naturais de Galafura da mesma Comarca. Os pais e avós serviram os lugares públicos e honrosos das suas terras. O habilitando foi nomeado para o lugar de Juiz de Fora de Castelo Branco, antes de ler no Desembargo do Paço, precisando contudo de se habilitar para obter a carta daquele cargo. O habilitando é, à data de Abril de 1807, solteiro e morador em Covelinhas. A habilitação do Doutor foi feita por Pátria Comum (LB).

José Patrício Dinis da Silva Seixas (Bacharel), natural de Águeda (MM).

Foi **Juiz de Fora do cível e do crime de Santa Marta de Penaguião** (decreto de 25 de Fevereiro de 1789); **Juiz de Fora de Ourique** (decreto de 24 de Junho de 1796); **Ouidor do Maranhão** (carta de 7 de Janeiro de 1802), alvará de serventia do ofício de **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, capelas e résiduos do Maranhão** (10 de Fevereiro de 1802); **Provedor da Comarca de Aveiro**, com predicamento de primeiro banco (carta de 17 de Agosto de 1815); **Conservador do contrato do tabaco e Saboarias da Comarca de Aveiro** (provisão de 18 de Março de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 18 de Dezembro de 1821). Recebeu carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo (18 de Janeiro de 1826).

José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira (Doutor), natural de S. Gonçalo de Amarante do arcebispado de Braga, filho de Francisco José da Costa. Foi **Desembargador honorário do Desembargo do Paço** (carta de Desembargador do Paço honorário de 8 de Julho de 1824); **Conselheiro** (carta do título do Conselho de 27 de Julho de 1824); **Desembargador do Desembargo do Paço** (carta de 18 de Novembro de 1825). Recebeu carta de confirmação da doação de bens que o dito fez a seu irmão Joaquim da Costa Teixeira da Fonseca e sua futura mulher para casarem (18 de Abril de 1814).

Observações: Recebeu certidão negativa a 20 de Julho de 1832, com 60 anos de idade. Terá falecido antes, em 1829.

José Peixoto Sarmento de Queirós (Bacharel em leis no ano de 1796), nascido em 1772 ou 1773, natural de S. Gonçalo de Amarante, filho de Gaspar Ferraz Sarmento (ou Gaspar Pereira Ferraz Sarmento) e de D. Joana Maria Peixoto de Andrade Pereira e Vasconcelos, neto paterno de Agostinho Pereira Ferraz e D. Maria Luísa Sarmento, e neto materno de António José Peixoto de Queirós e Vasconcelos e D. Inácia Josefa de Andrade e Machado.

Foi **Juiz de Fora de Tarouca** (carta de 18 de Junho de 1804), provisão de licença por tempo de dois meses poder estar ausente daquele lugar (15 de Junho de 1807); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Setembro de 1824); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 7 de Setembro de 1831). Recebeu alvará de fidalgo da Casa Real com 1600\$000 réis de moradia por mês (9 de Janeiro de 1843).

Observações: Os avós paternos são naturais de Ponte de Lima, e os avós maternos de Amarante. Os familiares são das principais famílias da Província do Minho, e pelo menos os da parte paterna serviram os cargos honoríficos de Amarante. O Bacharel encontra-se, à data de Fevereiro de 1800, casado com D. Maria Cândida Cardoso de Queirós e Meneses, filha de António Leitão Cardoso de Meneses e de D. Josefa Maria de Queirós e Vasconcelos, e mora em Amarante (LB).

José Pereira Palha Guião (Bacharel).

Foi **Corregedor do crime do Bairro Alto** (carta de 15 de Janeiro de 1818); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 8 de Novembro de 1823); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Dezembro de 1829); **Ajudante do Procurador da Real Fazenda** com 120\$000 réis de ordenado (alvará de 4 de Março de 1830). Recebeu Provisão para despejo de herdade (7 de Outubro de 1811); provisão para

ficar isento por tempo de trinta anos dos dízimos direitos e pensões (24 de Março de 1817).

José Pereira Pinto do Lago (Bacharel), natural do Souto de Rebordões.

Foi **Juiz de Fora de Lamego** (depois de 1809); **Juiz de Fora de Mirandela** (depois de 1816); **Corregedor de Alcobaça** (carta de 24 de Abril de 1823), reconduzido (carta de 26 de Julho de 1826); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1829).

José Pimentel Freire (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Penela** (carta de 10 de Outubro de 1806); **Provedor da Comarca de Lamego** (carta de mercê do lugar de 26 de Junho de 1816), provisão para tomar posse do lugar (5 de Julho de 1816), provisão de 80\$000 réis a título de aposentadoria como Provedor da Comarca de Lamego (28 de Outubro de 1817); **Juiz das Adjudicações das estradas do Douro** (carta de 17 de Setembro de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (alvará de graduação em Desembargador da Relação do Porto de 13 de Outubro de 1821), carta de um lugar ordinário da Relação do Porto (19 de Dezembro de 1827), carta confirmando a sua nomeação de Juiz da Relação do Porto (12 de Dezembro de 1834); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 10 de Junho de 1833); **Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça** (apostila de aposentado de 3 de Setembro de 1841). Recebeu (com sua mulher) carta de confirmação da doação de 7500 cruzados em dinheiro que seus pais lhes fizeram a fim de casarem (6 de Junho de 1812), (com sua mulher) carta de confirmação da doação de 5000 cruzados em bens que lhe fez seu tio frei Teodósio Leal da Gama Jacome (6 de Junho de 1812), (com sua mulher) provisão de confirmação da doação que lhes fez sua tia D. Maria Margarida Pimentel Freire (6 de Junho de 1812), (com sua mulher) provisão de confirmação da doação que lhes fez sua tia D. Mariana Luísa Pimentel Freire (6 de Junho de 1812), carta de confirmação de 2000 réis que lhe dotara seu tio João Leal da Gama Jacome (6 de Junho de 1812), provisão para prestar juramento na Chancelaria por procurador (5 de Junho de 1816), provisão para estar ausente do seu lugar dois meses (2 de Maio de 1817), provisão de confirmação de permutação de um lameiro e horta junto ao campo chamado da Ribeira do Porto no termo da vila de Santa Marta por dois prazos (15 de Fevereiro de 1824), e portaria de comendador honorário da Ordem de Cristo (10 de Julho de 1833).

José Pinto da Rocha e Melo (Bacharel), natural de São Pedro do Sul.

Foi **Juiz de Fora da Covilhã** (depois de 1811); **Juiz de Fora do Maranhão** (depois de 1817); **Juiz de Fora, do cível e órfãos do Porto** (1826); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1829).

José Raimundo de Passos de Probem Barbosa (Bacharel em cânones no ano de 1799), natural da freguesia de Santa Eulália de Fermentões no arrabalde de Guimarães, filho de António Joaquim de Paços de Probem e de D. Joana Joaquina Pereira Vaz Veloso, neto paterno de Sebastião de Paços de Probem e Barbosa e D. Jerónima Machado de Miranda, e neto materno de Francisco Pereira Ribeiro e D. Mariana Luísa Veloso Pina.

Foi **Juiz de Fora da vila da Cachoeira** (carta de 15 de Dezembro de 1804); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da vila da Cachoeira** (alvará do ofício de 28 de Fevereiro de 1805); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 25 de Fevereiro de 1826); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 17 de Dezembro de 1827).

Leonardo José da Costa (Bacharel em leis no ano lectivo de 1801 para 1802), nascido em 1774 ou 1775, natural do lugar das Terças na freguesia de Santiago da Faia do concelho de Cabeceiras de Basto, filho de Vicente da Silva Bastos e de Maria Joana da Costa, neto paterno de Manuel da Silva e Maria Francisca Leocádia (ou Benedita), e neto materno de Francisco Gomes da Costa e Vicência da Costa.

Foi **Corregedor da Comarca de Guimarães** (carta de 22 de Novembro de 1813), carta de recondução do lugar de Corregedor da Comarca de Guimarães (5 de Dezembro de 1816); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 10 de Dezembro de 1827). Recebeu carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título do hábito de Cristo (15 de Junho de 1816), carta de profissão de hábito (10 de Julho de 1816), e alvará de fidalgo cavaleiro (30 de Novembro de 1827).

Observações: Leitura de bacharel em 1803. Os avós paternos são naturais da vila de Arco, da Comarca de Guimarães. Os avós maternos são naturais da freguesia de Santiago da Faia. As testemunhas dizem que conheceram o pai como

lavrador sério. O habilitante reside com a família em Lisboa há cerca de dez anos, e é solteiro (LB).

Luís António Rebelo da Silva (Bacharel em cânones no ano de 1808), nascido em 1781 ou 1782, natural do lugar de Assento na freguesia da Cumieira do termo de Santa Marta de Penaguião e da Comarca de Vila Real, filho de Manuel José Rebelo da Silva e de D. Caetana de Jesus de Matos, neto paterno de António Alves Vigário e D. Maria Rebelo, neto materno de António de Matos e D. Ana Maria Alves.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Setembro de 1821), alvará de Desembargador da Relação do Porto (26 de Novembro de 1827), alvará de aposentadoria num lugar de Desembargador da Relação do Porto com 300\$000 réis de ordenado (25 de Janeiro de 1828). Recebeu alvará de administração dos dízimos da igreja de S. Bartolomeu de Barqueiros tirando-os por demanda à sua custa (6 de Fevereiro de 1815), alvará de administração dos dízimos da igreja de Santa Júlia da Moreira tirando-os por demanda à sua custa (6 de Fevereiro de 1815), alvará de administração dos dízimos da igreja de Vila Nova de Foz Côa tirando-os por demanda à sua custa (6 de Fevereiro de 1815), e alvará de administração dos dízimos da igreja de Vinha ou Castro Roupal tirando-os por demanda à sua custa (6 de Fevereiro de 1815).

Observações: Leitura de bacharel em 1809. Os pais, avós paternos e avô materno são naturais da freguesia de Cumieira, e a avó materna é oriunda de Sabroso da Comarca de Vila Real. O pai é doutor. O habilitando em Lisboa na rua Direita de S. José, e é solteiro (LB).

Luís da Costa e Almeida (Doutor, graduado em primeiro banco na Faculdade de Leis no ano de 1799), nascido em 1777 ou 1778, natural de Capanema na Comarca da Baía, filho de Jerónimo da Costa e Almeida e de D. Leandra Maria de Sant'Ana, neto paterno de Bartolomeu da Costa e D. Antónia de Almeida, e neto materno de António dos Reis Leça e Ana Maria de Monserrate.

Foi **Desembargador honorário da Relação do Porto** (alvará de 21 de Julho de 1821), carta de um lugar honorário de Desembargador da Relação do Porto (14 de Novembro de 1823); **Desembargador honorário da Casa da Suplicação** (carta de 19 de Novembro de 1829), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (7 de Setembro de 1830); **Conservador e Juiz Privativo dos Privilegiados da Real Imprensa e Fábrica das Cartas de Jogar**

(carta de 11 de Abril de 1832). Recebeu alvará de foro de fidalgo (21 de Julho de 1823).

Observações: Foi passada certidão negativa de 5 de Novembro de 1830 com 55 anos de idade (RGM). A mãe é de Maragogipe da Comarca da Baía. Os avós paternos são de Magens do termo de Barcelos. O avô materno é de Leça da Palmeira e a avó materna é da Baía. O habilitando é, à data de Setembro de 1813, solteiro, morador em Coimbra, colegial do Colégio de S. Paulo e secretário da Directoria dos Estudos da Universidade de Coimbra (LB).

Luís de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça (Bacharel), filho de Luís António Furtado de Castro do Rio de Faro de Mendonça e de D. Ana Rosa José de Melo, neto paterno de Francisco Xavier Furtado de Castro do Rio de Mendonça e D. Maria Antónia Gertrudes de Mendonça, e neto materno de D. António Maria César de Melo Silva e Meneses e D. Joaquina Benta de Meneses.

Foi **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 2 de Dezembro de 1823); **Desembargador Agravista da Casa da Suplicação** (carta de 6 de Março de 1826); **Conselheiro** (carta de título de 3 de Junho de 1828); **Presidente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens** (carta do cargo de 5 de Maio de 1830). Recebeu provisão para poder jurar por Procurador (6 de Agosto de 1819), carta de Desembargador da Casa da Suplicação (2 de Dezembro de 1823), carta de profissão do hábito da ordem de Cristo (12 de Novembro de 1829), e alvará de mercê de uma comenda honorária da ordem de Cristo (12 de Novembro de 1829).

Observações: Leitura de bacharel em 1818. Os pais e avós paternos são respectivamente condes e viscondes de Barbacena. Os avós maternos são condes de S. Lourenço. O habilitante é à data de Junho de 1819 solteiro. Sua Majestade fez ao habilitante mercê de um lugar de Desembargador da Relação do Porto, precedendo o exame vago (LB).

Luís Manuel de Évora e Macedo (Doutor em leis), nascido a 4 de Agosto de 1778, natural de Lisboa e baptizado na freguesia de Santa Engrácia, filho de Luís de Évora Macedo e de D. Bernardina Teresa Rosa de Castro, neto paterno de Manuel de Évora Macedo e D. Josefa Caetana, e neto materno de Agostinho da Rosa Martins e D. Maria do Nascimento e Castro.

Foi **Juiz de Fora de Monchique** (carta de 14 de Janeiro de 1804); **Juiz de Fora de Évora** (carta de mercê do lugar de 1 de Dezembro de 1808), carta de recondução em Juiz de Fora de Évora por mais três anos (8 de Maio de 1812), provisão para continuar reconduzido em Juiz de Fora de Évora (15 de Maio

de 1812), provisão de licença por dois meses (7 de Novembro de 1814); **Auditor do Exército** (alvará declarando ter efeito o lugar de primeiro banco em Auditor de 7 de Outubro de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Maio de 1827); **Juiz de Direito do jugado de Monsaraz** (apostila para ser transferido para o lugar, de 20 de Fevereiro de 1826); **Corregedor da Comarca de Évora** (carta de 20 de Dezembro de 1826); **Juiz da Relação de Lisboa** (carta de 12 de Outubro de 1839). Recebeu provisão ao cabido da Sé de Évora para o dito ser expulso da sua herdade da Capela sita no termo de Monsaraz (6 de Maio de 1818), provisão de confirmação do aforamento perpétuo que lhe fez o Conde de Povolide das herdades das Vidigueiras e Barroqueiras do morgado de Évora (9 de Dezembro de 1818), e provisão para expulsar da sua herdade dos Cebolinhos no termo de Monsaraz José Caeiro Rosando (24 de Janeiro de 1825).

Observações: Leitura de Bacharel em 1803. Foi passada Certidão negativa de 18 de Julho de 1825 com 46 anos de idade (RGM). Os pais e avós são naturais de Lisboa. O pai é capitão e com a mãe vivem dos rendimentos da casa, de que já tinham vivido os avós que ocuparam postos honoríficos. O habilitante teve por padrinhos de baptismo Luís Francisco Xavier Teles de Melo e por procuração D. Leonarda Úrsula Teresa de Sá Lobo. Mora em Lisboa às Escolas Gerais, e é solteiro (LB).

Manuel António de Carvalho (Bacharel em leis no ano de 1812), nascido em 1786 ou 1787, natural de Carvalhais do termo de Mirandela, filho de Manuel António de Carvalho (ou Sebastião José de Carvalho) e de Josefa Maria de Carvalho, neto paterno de Pedro de Carvalho e Leonor do Espinhoso, e neto materno de Manuel Rodrigues de Carvalho e Vitória Nunes. Foi **Deputado Comissário Geral do Exército** (alvará de mercê de predicamento de 22 de Julho de 1816); **Superintendente do Sal de Setúbal** (carta de 18 de Novembro de 1820), alvará de predicamento do primeiro banco no lugar de Superintendente do Sal na alfândega de Setúbal (9 de Setembro de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 8 de Setembro de 1824); **Reposteiro da Câmara honorário** (alvará de 20 de Fevereiro de 1826); **Conselheiro** (carta de Conselho de 25 de Junho de 1827). Recebeu alvará de administração vitalícia de uma capela instituída por Helena Rodrigues Vargas tirada por demanda à sua custa (21 de Fevereiro de 1826), alvará de foro de fidalgo cavaleiro (30 de Junho de 1827), carta de Comendador da Ordem da Torre e Espada (26 de Setembro de 1827), e carta de título de barão de Chancelheiros (18 de Setembro de 1840).

Observações: Leitura de Bacharel em 1812. Foi Ministro e Secretário de Estado honorário. É irmão mais novo do bacharel Sebastião José de Carvalho. Mora em Lisboa, na Rua do Arco de Bandeira (MM).

Manuel António Velês Caldeira (Bacharel em leis), também *Manuel António Velês Caldeira de Castelo Branco*, nascido em 1783 ou 1784, natural de Lisboa, filho de Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco e de D. Francisca Micaela de Simas Velês Castelo Branco, neto paterno de Miguel Lopes Caldeira e Artur, e neto materno de Joaquim de Videira Crespo Mexia e D. Catarina Micaela de Simas Velês Castelo Branco.

Foi **Corregedor da Comarca da Castanheira** (alvará para ficar reconduzido por mais três anos no lugar de 16 de Outubro de 1817); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 26 de Julho de 1821).

Observações: Leitura de Bacharel em 1810. A mãe e avós maternos são naturais de Arronches. O pai foi Desembargador e Conselheiro. O avô paterno era Desembargador da Relação do Porto. O avô materno era sargento-mor da ordenança. Mora em Lisboa, e é solteiro (LB).

Manuel Bernardo Osório da Fonseca (Bacharel em leis no ano de 1797), nascido em 1775 ou 1776, natural de S. Faustino do Peso da Régua, filho de José Bernardo da Fonseca Osório.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 22 de Junho de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 3 de Outubro de 1831).

Observações: Leitura de Bacharel em 1799. Os pais e avós trataram-se sempre à lei da nobreza exercendo os postos honoríficos. É solteiro (LB).

Manuel Borges Carneiro (Bacharel em cânones no ano de 1800), nascido em 1774 ou 1775, natural da freguesia ou concelho de Resende na Comarca de Lamego, filho de José Borges Botelho e de D. Joana Tomásia de Melo, neto paterno de Manuel Borges Botelho e Rosa Botelho, e neto materno de António Carneiro e Teresa Cardosa.

Foi **Juiz de Fora de Viana do Alentejo** (cartas de 14 de Junho de 1803 e 24 de Março de 1805), provisão de acrescentamento de aposentadoria de 20\$000 réis anuais aos 20\$000 réis que já tinha ficando ao todo com 40\$000 réis anuais (29 de Outubro de 1806), provisão de aposentadoria de várias propinas (29 de Outubro de 1806); **Provedor de Leiria** (alvará de predicamento de primeiro banco para servir o lugar de 12 de Junho de 1818); **Desembargador suplente da Relação do Porto** (carta de 25 de Se-

tembro de 1820), alvará para ter exercício no lugar de Desembargador da Relação do Porto (16 de Outubro de 1826).

Observações: Recebeu certidão negativa a 18 de Setembro de 1816 com 42 anos de idade. Os pais, avós paternos, e avó materno são naturais da freguesia de Resende da Comarca de Lamego. A avó materna é natural da freguesia de S. Martinho de Mouros da mesma Comarca. O pai é bacharel e Doutor. O bacharel é, à data de Julho de 1802, solteiro, e mora à data de Fevereiro de 1803 no concelho de Resende, talvez na quinta das Cotas (LB).

Manuel Felicíssimo de Sousa Lousada de Araújo e Azevedo (Bacharel), natural de Basto. Foi **Juiz de Fora de Lafões** (depois de 1819); **Desembargador da Relação de Goa** com posse na Casa da Suplicação (decreto de 27 de Setembro de 1826).

Manuel Ferreira Tavares Salvador (Doutor em leis formado em 1802), nascido em 1777 ou 1778, natural de S. João da Pesqueira da Comarca de Trancoso, filho de António Fernandes Salvador e de Josefa Maria, neto paterno de João Francisco Tavares e Maria Francisca, e neto materno de Salvador Ferreira e Paula Lopes.

Foi **Juiz de Fora de Alcácer do Sal** (carta de 12 de Janeiro de 1805), carta de reconduzido por mais três anos no lugar de Juiz de Fora de Alcácer do Sal (10 de Setembro de 1809), carta de recondução em Juiz de Fora de Alcácer do Sal (11 de Setembro de 1809); **Corregedor da Comarca de Avis** (provisão de dois meses de licença de 27 de Outubro de 1819); **Ouvidor da alfândega** (carta de 8 de Março de 1822); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 12 de Maio de 1827) com exercício em **Corregedor da Comarca de Lamego**. Recebeu provisão de licença para poder lançar na herdade de Andevis no distrito de Alcácer do Sal não obstante ser o dito actual Juiz de Fora da dita vila (19 de Outubro de 1810), provisão para a vila de Alcácer lhe aforar um sapal (25 de Fevereiro de 1823), e carta de profissão de hábito (31 de Outubro de 1823).

Observações: Os pais são de S. João da Pesqueira. Os pais e avós vivem das suas avultadas fazendas. O habilitante é, à data de Junho de 1806, solteiro e morador em S. João da Pesqueira (LB).

Manuel Joaquim Barbosa (Doutor em leis no ano de 1805 para 1806), nascido em 1782 ou 1783, natural de Lisboa, filho de João Barbosa e de Gertrudes Inácia, neto paterno de José Barbosa e Helena Maria, e neto materno de José da Maia Viana e Luísa Antónia Caetana.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Outubro de 1823), carta de Desembargador da Relação do Porto (6 de Agosto de 1827); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 14 de Janeiro de 1830). Recebeu provisão de extinção da pensão anual que tinha aos religiosos do Convento de S. Domingos de Évora nos bens de que faz menção (5 de Outubro de 1797), provisão de dispensa para servir dois ofícios na cidade de Faro (16 de Agosto de 1805), provisão de dispensa para ser opositor aos lugares de letras do provimento do Senado da Câmara desta cidade etc. (20 de Fevereiro de 1808), e carta do hábito de Cristo (15 de Novembro de 1824). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1806. Os familiares são naturais de Lisboa. O habilitante é solteiro e morador em Lisboa na Rua Nova de Jesus (LB).

Manuel José Baptista Felgueiras (Doutor em leis), nascido em 1752 ou 1753, natural da freguesia de S. Cristóvão de Cima do Selho, filho de Francisco José Felgueiras e de Rosa Maria da Guerra, neto paterno de Manuel Fernandes Felgueiras e Angélica de Freitas da Silveira, e neto materno de Gaspar Francisco Simões e Maria Lopes da Silva.

Foi **Juiz de Fora de Ovar** (provisão de 40\$000 réis anuais para aposentadoria de casas de 15 de Dezembro de 1789); **Juiz de Fora de Torre de Moncorvo** (carta de 28 de Julho de 1796), provisão para por procurador prestar juramento na Chancelaria e se encartar no lugar de Juiz de Fora de Torre de Moncorvo (5 de Agosto de 1796); **Ouvidor da Capitania do Espírito Santo** (carta de 30 de Outubro de 1801), carta de Ouvidor da Capitania do Espírito Santo (12 de Fevereiro de 1802); **Provedor das fazendas dos defuntos e ausentes da Capitania do Espírito Santo** (alvará do ofício de 10 de Fevereiro de 1802), provisão para vencer ordenado no tempo de embarque (20 de Fevereiro de 1802); **Provedor da Fazenda Real da Capitania do Espírito Santo** (provisão do ofício de 25 de Fevereiro de 1802); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 8 de Março de 1822), alvará de aposentadoria em Desembargador da Casa da Suplicação com meio ordenado (4 de Março de 1824); **Juiz dos órfãos da Repartição do Meio** (carta de 8 de Março de 1822); **Deputado da Mesa da Consciência e Ordens** com vencimento (carta de aposentado em Deputado de 29 de Novembro de 1826). Recebeu alvará do ofício de Carcereiro da cadeia de Guimarães (18 de Abril de 1796), carta do ofício de Carcereiro da cadeia da correição da vila e Comarca de Guimarães (1 de Outubro de 1814), alvará do ofício de Carcereiro da correição

de Guimarães com pensão (22 de Dezembro de 1814), provisão para nomear serventuário para o ofício de Carcereiro da correição de Guimarães (2 de Abril de 1818), e alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Janeiro de 1828).

Observações: Leitura de Bacharel em 1783. O pai e mãe morava na sua quinta da freguesia de S. Cristóvão de Cima de Selho do termo de Guimarães. Os avós paternos moravam na sua quinta da freguesia de S. Romão de Mesão Frio do mesmo termo. Os avós maternos moravam na sua quinta da freguesia de Sampaio de Vizela do referido termo. Os pais e avós tratavam-se à lei da nobreza, vivendo abastadamente dos bens. É solteiro e morador em S. Cristóvão de Cima do Selho (LB).

Manuel José Lopes Figueiredo (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Montemor-o-Velho** (carta de 26 de Outubro de 1808); **Desembargador** da Relação do Porto (carta de recondução do lugar de **Auditor-Geral da Marinha** fazendo nele lugar de Desembargador da Região do Porto de 8 de Junho de 1820).

Manuel José Soares de Lobão Albergaria (Bacharel em leis em 1791; Doutor), também *Manuel José Soares de Lobão*, nascido em 1768 ou 1769, natural de Santa Comba do termo de Longroiva e Comarca de Trancoso, filho de José Soares de Lobão e Albergaria e de Clara Luís Martins Fajarda, neto paterno de Manuel Soares de Lobão e Bernarda Fernandes da Guerra, e neto materno de José Luís e Maria Martins Fajarda.

Foi **Juiz de Fora de Castelo Rodrigo** (carta de 13 de Agosto de 1796), carta de recondução do dito lugar por mais três anos (4 de Novembro de 1800), carta para ser reconduzido por mais três anos no dito lugar com o predicamento de correição ordinária (12 de Outubro de 1803), provisão de licença para estar ausente do exercício daquele lugar por tempo de um mês (3 de Julho de 1805); **Corregedor de Alenquer** (carta de 13 de Outubro de 1807); **Corregedor da Comarca de Trancoso** (carta de 19 de Outubro de 1815), provisão para tomar posse do lugar de Corregedor da Comarca de Trancoso (4 de Novembro de 1815), provisão de 50\$000 réis de aposentadoria como Corregedor da Comarca de Trancoso (15 de Maio de 1819); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Maio de 1825), provisão para jurar por procurador ao transitar pela Chancelaria a carta de Desembargador da Casa da Suplicação (20 de Maio de 1825). Recebeu carta de legitimação a sua filha D. Teresa de Jesus (5 de Setembro de 1811), carta do hábito da ordem de Cristo (6 de Maio de

1825), e carta de padrão de tença a título do hábito de Cristo (27 de Julho de 1825).

Observações: Leitura de Bacharel em 1795. Certidão negativa de 21 de Julho de 1827 com 59 anos de idade. Os pais, avô paterno, e avós maternos são naturais do lugar de Santa Comba e aí moraram. A avó paterna é natural de Prova do termo de Penedono e morou em Santa Comba. Os pais e avós foram dos principais lavradores de Santa Comba e do concelho de Longroiva, vivendo abastadamente dos rendimentos e servindo-se de criados e criadas. O avô paterno serviu de alferes da ordenança de Santa Comba enquanto foi vivo. O habilitante é solteiro e morador em Santa Comba (LB).

Manuel Luciano de Magalhães (Bacharel).

Foi **Juiz de Fora de Aldeia Galega** com predicamento de correição ordinária (decreto de 25 de Julho de 1823); **Corregedor do cível da cidade** fazendo o lugar da Relação do Porto (carta de 9 de Abril de 1828); **Desembargador da Casa da Suplicação** (decreto de 26 de Janeiro de 1829).

Manuel Maria Souto e Silva (Bacharel), natural de Angeja.

Foi **Juiz de Fora de Oliveira de Azeméis** (depois de 1821); **Desembargador da Relação de Goa** (decreto de 10 de Dezembro de 1827).

Manuel Pedrosa Barata (Bacharel em cânones no ano de 1807), também *Manuel Pedrosa Barata*, nascido em 1781 ou 1782, natural de Álvaro da Comarca de Tomar, filho de Teotónio Antunes Pedrosa e de D. Natália Barata, neto paterno de Manuel Luís Pedrosa e Josefa Maria Antunes, e neto materno de António Barata e D. Maria Josefa Gonçalves.

Foi **Juiz de Fora de Benavente** (carta de 27 de Fevereiro de 1811), provisão para tomar posse do lugar de **Juiz de Fora de Santarém** e Benavente (5 de Março de 1811), provisão para ter mais 80\$000 réis de aposentadoria como Juiz de Fora de Santarém e Benavente (5 de Novembro de 1812), provisão para estar ausente dois meses do seu lugar de Juiz de Fora de Benavente (10 de Maio de 1814); **Juiz de Fora de Castelo Branco** (carta de 11 de Dezembro de 1816), provisão para tomar posse do lugar de Juiz de Fora de Castelo Branco (14 de Dezembro de 1816), provisão de aumento de aposentado (30 de Maio de 1817); **Provedor da Comarca de Torres Vedras** (carta de 24 de Abril de 1822), alvará de predicamento de primeiro banco como Provedor de Torres Vedras (22 de Agosto de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de recondução de Provedor de Torres Vedras fazendo o lugar de Desembargador da Relação do Porto de 17 de Maio

de 1827). Recebeu carta de profissão de hábito (11 de Fevereiro de 1824).

Observações: Leitura de Bacharel em 1809. O pai é natural de Álvaro. A mãe e avó materno são do lugar de Quartos do termo de Álvaro. O avó paterno é de Ameixoeira do termo de Oleiros da Comarca do Crato. A avó paterna é de Curugeira do termo de Álvaro. A avó materna é do lugar de Carvalho da Comarca de Arganil. Os pais e avós trataram-se sempre à lei da nobreza do produto dos seus bens. O habilitante é solteiro e assistente em Lisboa.

Manuel Policarpo de Sousa da Guerra Quaresma (Bacharel em leis), também *Manuel Policarpo da Guerra Quaresma*, nascido em 1781 ou 1782, natural de Lisboa, filho de Bernardo José de Sousa Guerra e de D. Delfina Bárbara Quaresma da Fonseca Costa, neto paterno de Manuel de Sousa da Assunção e Rosa Maria de Jesus, e neto materno de Manuel Quaresma e Leonor Maria de S. Pedro Costa Fonseca.

Foi **Provedor dos órfãos e capelas de Lisboa** (carta de 29 de Agosto de 1806), carta e provisão para poder usar de beca honorária (16 de Setembro de 1806); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Julho de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de um lugar ordinário de 11 de Dezembro de 1827); **Conselheiro** (carta de título do Conselho de 8 de Outubro de 1833); **Juiz Conservador-Geral do Contrato do tabaco** (carta de 28 de Maio de 1834); **Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça** (carta de 5 de Junho de 1834). Recebeu carta de administração de capela (29 de Agosto de 1806), carta de profissão de hábito (13 de Abril de 1807), carta de padrão de 12\$000 réis de tença a título de hábito (6 de Maio de 1807), e portaria de Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (12 de Dezembro de 1834). **Observações:** Leitura de Bacharel em 1805. O pai e avó paterna são naturais da vila de Turquel dos coutos de Alcobaça. O avó paterno é do lugar de Paião, da freguesia de Nossa Senhora do Ó do termo de Montemor-o-Velho. A mãe e avós maternos são de Lisboa. O pai é Bacharel formado em Leis, fidalgo da Casa Real, Desembargador e Conselheiro da Real Fazenda. Os pais moram em Lisboa às Fontainhas na freguesia dos Anjos, onde moraram os avós maternos. O avó paterno foi Escrivão da Câmara da vila de Turquel. Os avós maternos viveram dos bens. A mãe tinha quatro irmãos vinculados à religião, entre eles um chamado Aureliano Quaresma que foi prebósito na Congregação do Oratório do Espírito Santo de Estremoz, e outro chamado Manuel Quaresma que foi abade de Medrães. O habilitante mora em Lisboa na freguesia do Anjos na companhia dos seus pais e é solteiro (LB).

Manuel de Sampaio Freire e Andrade (Bacharel em leis), nascido em 1789 ou 1790, natural

de Santarém, filho de João de Sampaio Freire e Andrade e de D. Bárbara Gertrudes de Sousa Cirne, neto paterno de Manuel de Sampaio e Pina e D. Ana Maria de Hanna, e neto materno de João de Sousa Cirne e D. Genoveva Francisca de Sousa Nogueira.

Foi **Corregedor do crime de Belém** (carta de 2 de Setembro de 1816); **Fiscal da Superintendência dos Foros** (provisão para servir de 2 de Setembro de 1816); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 17 de Julho de 1821). Recebeu alvará de fidalgo cavaleiro (20 de Agosto de 1795).

Observações: Leitura de Bacharel em 1813. O pai e avó paterno são de Lisboa, e a avó paterna é de Viena de Áustria. A mãe e avós maternos são de Santarém. O pai é Desembargador e Conselheiro. Os avós maternos tiveram empregos honrosos, e eram de ilustre família. O habilitante é solteiro e morador em Lisboa na Rua Formosa (LB).

Marcelino Teotónio de Azevedo (Bacharel em cânones em 1808), nascido em 1780 ou 1781, natural de Lisboa, filho de José da Cunha de Azevedo e de D. Ana Maria de Melo, neto paterno de Miguel de Azevedo e D. Genoveva Rosa de Mira, e neto materno de Francisco de Melo e D. Leonor Maria Henriqueta.

Foi **Juiz de Fora de Soure** (cartas de 26 de Abril e 29 de Junho de 1811), provisão para tomar posse do lugar de Juiz de Fora de Soure (15 de Maio de 1811); **Juiz de Fora de Torres Vedras** (provisão para tomar posse do lugar de 19 de Junho de 1818), provisão de aumento de 30\$000 réis fazendo ao todo com 80\$000 réis como Juiz de Fora de Torres Vedras a título de aposentadoria (22 de Junho de 1819), provisão de um mês de licença como Juiz de Fora de Torres Vedras (7 de Junho de 1821); **Provedor da Comarca de Setúbal** (carta de 29 de Julho de 1824), alvará de mercê de predicamento de primeiro banco (18 de Junho de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 23 de Outubro de 1829). Recebeu carta de profissão do hábito da Ordem de Cristo (15 de Dezembro de 1825).

Observações: Leitura de Bacharel em 1809. Os pais e avó paterna são de Lisboa. O avó paterno é de Belas. O avó materno é de Belém. A avó materna é de Pedrouços. Os pais e avós tratam-se e tratavam-se do produto dos seus bens. O avó paterno era Doutor. O habilitante mora em Lisboa no Bairro do Mocambo e é casado (LB).

Martinho Teixeira Homem de Brederode (Bacharel), também *Martinho Teixeira Homem de Brederode*, também *Martinho Teixeira Homem*,

filho de António Xavier de Moraes Teixeira Homem.

Foi **Provedor da Comarca de Moncorvo** (carta de 19 de Agosto de 1820), provisão para por seu procurador jurar na Chancelaria para exercer o lugar de Provedor da Comarca de Moncorvo (25 de Agosto de 1820), alvará de predicamento de primeiro banco com o lugar de Provedor da Comarca de Moncorvo (5 de Fevereiro de 1825); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 17 de Outubro de 1825), carta de **Corregedor do crime do Bairro Alto** com o vencimento de antiguidade num lugar de Desembargador da Relação do Porto (31 de Outubro de 1826), carta de Desembargador da Relação do Porto (14 de Junho de 1832). Recebeu carta de foro de fidalgo cavaleiro (27 de Janeiro de 1823), alvará de fidalgo cavaleiro (7 de Dezembro de 1824), alvará de honras de moço fidalgo (14 de Abril de 1826), e provisão para unir os bens de raiz que lhe deixou seu tio Martinho José Teixeira de Homem por falecimento no valor mensal de 38 contos de réis ao morgado chamado de S. Miguel em Mirandela que administrava o Desembargador seu tio (13 de Novembro de 1826).

Miguel Joaquim Caldeira de Pina Castelo Branco (Bacharel em cânones em 1810), nascido em 1789 ou 1790, natural de Lisboa, filho de Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco e de Francisca Micaela de Simas Velês Castelo Branco, neto paterno de Miguel Lopes Caldeira e Artur e D. Maria Rita de Pina Castelo Branco, e neto materno de Joaquim de Videira Crespo Mexia e D. Catarina Micaela de Simas Velês Castelo Branco.

Foi **Auditor-Geral da Marinha** (carta de 5 de Março de 1812); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Julho de 1821); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 13 de Abril de 1825), alvará de aposentadoria num lugar de Desembargador Extravagante da Casa da Suplicação (27 de Janeiro de 1830). Recebeu alvará de administração da capela sita em Portel instituída por Bartolomeu Franco (3 de Outubro de 1806), e carta de administração de uma capela instituída em Portel por Bernardo Franco (12 de Agosto de 1816).

Observações: Leitura de Bacharel em 1810. O pai é de Portel. A mãe e avós maternos são de Arronches. O avô paterno é de Arês. A avó paterna é de Arraiolos. O pai era Desembargador conselheiro. O avô paterno era bacharel formado em leis. O avô materno foi sargento-mor das ordenanças. O habilitante mora em Lisboa na Rua do Patrocínio, e é solteiro (LB).

Miguel Soares de Albergaria Ferreira (Bacharel), natural de Mesão Frio.

Foi **Juiz dos órfãos de Santa Marta de Penaguião** (depois de 1811); **Juiz de Fora de Viseu** (depois de 1818); **Provedor de Lamego** (depois de 1824); **Provedor de Guimarães** com promessa de lugar de Desembargador da Relação do Porto (1828); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 13 de Outubro de 1829).

Observações: Pediu que se lhe desse o lugar de Juiz de Fora por terminado, o que lhe foi concedido por resolução de 2 de Setembro de 1823 (MM).

Pedro de Ordaz (Bacharel em cânones em 1805), também *Pedro de Ordaz Caldeira (e) Valadares*, também *Pedro de Ordaz Caldeira Castelo Branco*, também *Pedro de Ordás e Queirós*, nascido em 1780 ou 1781, natural de Castelo Branco, filho de José Caldeira de Ordaz e Queirós (Joaquim José Caldeira Frazão, ou Joaquim José Caldeira de Madureira e Valadares) e de D. Joana Teresa de Meneses de Ordáz, neto paterno de Pedro Cardoso Frazão e D. Leonor da Gama Soutomaior, e neto materno de Francisco de Ordás e Queirós e D. Isabel Joana Robalo Delgado.

Foi **Juiz de Fora de Azeitão** (carta de 23 de Janeiro de 1809), provisão de licença (9 de Setembro de 1814 e 18 de Abril de 1817); **Juiz de Fora de Guimarães** (carta de 22 de Janeiro de 1815); **Provedor da Comarca de Lamego** (carta de 29 de Agosto de 1820), provisão para tomar posse do lugar (11 de Setembro de 1820), provisão para poder jurar por procurador (11 de Setembro de 1820), provisão para estar ausente dois meses do seu lugar (13 de Julho de 1821); **Corregedor da Comarca de Braga** (carta de 13 de Agosto de 1823), provisão para vestir beca honorária (5 de Dezembro de 1823), provisão de dois meses de licença como Corregedor (7 de Abril de 1824); **Desembargador da Relação do Porto** no lugar de Corregedor de Braga (alvará de graduação de 11 de Agosto de 1824), provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente do lugar de Corregedor da Comarca de Braga (25 de Agosto de 1824), carta de mercê de um lugar efectivo de Desembargador (21 de Agosto de 1828); **Superintendente dos Tabacos do Porto** (alvará de 7 de Janeiro de 1830), alvará de ordenado como Superintendente dos Tabacos e Alfândegas do Porto (11 de Fevereiro de 1830). Recebeu alvará de foro de fidalgo (18 de Novembro de 1823), e carta de profissão de hábito (30 de Abril de 1824).

Observações: Leitura de Bacharel em 1806. Os pais e avós são naturais de Castelo Branco. O pai tinha filhamento de

cavaleiro fidalgo e foi mestre de campo da Comarca de Castelo Branco. O avô paterno foi capitão-mor de Castelo Branco. O avô materno foi coronel de cavalaria. O habilitante é solteiro e morador em Castelo Branco (LB).

Pedro Henriques de Castro (Bacharel), nascido em 1767, natural de Águeda, filho de José de Castro Henriques e de Maria Quitéria Ribeiro de Castro.

Foi **Juiz de Fora de Idanha** (carta de 18 de Julho de 1796); **Juiz de Fora da Guarda** (carta de 9 de Dezembro de 1801); **Juiz de Fora de Albufeira** (carta de 7 de Janeiro de 1813); **Corregedor de Coimbra** (carta de 22 de Junho de 1822); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 19 de Dezembro de 1827). Recebeu provisão para que por seu procurador possa prestar o juramento do estilo (5 de Março de 1813), provisão para jurar por procurador (4 de Julho de 1822), e provisão para jurar por procurador (4 de Janeiro de 1828).

Pedro José Lopes de Almeida (Doutor), também *Pedro José Lopes*, nascido em 1756 ou 1757, natural do lugar de Muceres da freguesia de S. Salvador de Castelões do concelho de Tondela, filho de José Alberto Rodrigues e de Maria Lopes de Almeida, neto paterno de José Rodrigues e Francisca de Matos, e neto materno de Sebastião Lopes e Maria Simões.

Foi **Corregedor da Comarca de Elvas** (provisão para jurar por procurador de 12 de Outubro de 1813); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 13 de Outubro de 1821), alvará de aposentadoria num lugar de Desembargador da Relação do Porto (4 de Maio de 1830), alvará de Desembargador aposentado na Relação do Porto com 300\$000 réis de ordenado (30 de Julho de 1830). Recebeu carta de profissão do hábito (7 de Fevereiro de 1823).

Observações: Os pais e avós maternos são naturais de Muceres. Os avós paternos são de Barreiro do concelho de Tondela. O pai era Bacharel e o avô paterno padre. A avó paterna viveu sempre das suas fazendas. Os avós maternos eram lavradores honrados havendo servido o avô materno de Vereador em Besteiros (LB).

Pedro Saraiva da Costa Meneses e Refoios, (Bacharel em leis), também *Pedro Saraiva da Costa Meneses e Belfoios*, também *Pedro Saraiva da Costa Meneses*, também *Pedro Saraiva da Costa Pereira de Refoios*, também *Pedro Saraiva da Costa Pereira*, natural da Guarda, filho de Pedro Saraiva da Costa Pereira de Refoios e de D. Maria Antónia de Almeida Amado e Mene-

ses, neto paterno de Pedro Saraiva da Costa Pereira e Refoios e D. Maria Micaela de Almeida Leitão, e neto materno de Isidoro de Almeida Sá e Meneses e Rosa Umbelina de Loureiro Vasconcelos.

Foi **Juiz de Fora do Fundão** (carta de 21 de Maio de 1803); provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente daquele lugar (23 de Setembro de 1805), provisão de licença por dois meses (29 de Outubro de 1805); **Juiz de Fora de Moncorvo** (carta de 19 de Dezembro de 1808), provisão de licença para prestar na Chancelaria por seu procurador o juramento do estilo ao passar a carta de Juiz de Fora de Torre de Moncorvo (12 de Janeiro de 1809), provisão de licença por dois meses (22 de Setembro de 1813); **Superintendente das Fábricas de Lanifícios da Covilhã e Fundão** (carta de 7 de Maio de 1816), provisão para tomar posse do lugar (11 de Maio de 1816), provisão de licença por dois anos para estar ausente do seu lugar de Superintendente vencendo o seu ordenado (3 de Julho de 1818), carta de recondução do lugar de Administrador das Fábricas da Covilhã e Fundão (31 de Janeiro de 1820), provisão de licença para por tempo de dois meses estar ausente do seu lugar (13 de Agosto de 1821); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 6 de Junho de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 5 de Setembro de 1831). Recebeu provisão para poder anexar ao seu vínculo os bens que deixou Mendo da Costa Saraiva (7 de Abril de 1777), provisão para unir ao morgado instituído por Pedro Saraiva da Costa os vínculos instituídos por Diogo Gomes Pereira e sua mulher etc. (25 de Junho de 1779), provisão de extinção do encargo que tinha em certos bens na Comarca da Guarda (15 de Março de 1799), provisão de extinção da capela instituída por Miguel Vilela (12 de Agosto de 1799), provisão de extinção da capela instituída pelo arcipreste Martim Afonso (12 de Agosto de 1799), e provisão de extinção de três capelas que instituíram Martim Afonso e outros sitas na Comarca de Castelo Branco (22 de Agosto de 1799).

Observações: Leitura de Bacharel em 1802.

Raimundo António dos Reis (Bacharel), nascido em 1763, natural de Lisboa, filho de Domingos Francisco dos Reis e de Antónia Vitorina de Jesus.

Foi **Juiz de Fora de Mafra** (depois de 1792); **Juiz do crime do Bairro do Mocambo** com predicamento de correição ordinária (carta de 29 de Maio de 1800); **Corregedor do Bairro Alto** (carta de 16 de Janeiro de 1805); **Corregedor do Bairro da Rua Nova** (carta de 20 de Dezembro de 1824); **Desembargador da**

Relação do Porto com exercício no lugar de Corregedor (carta de 24 de Junho de 1825).

Rodrigo António Teixeira Vahia (Bacharel em leis no ano de 1797), também *Rodrigo António Teixeira Vahia* (ou *Baía*) de Miranda, nascido em 1775 ou 1776, natural de Vila Meã da freguesia de Bornes de Aguiar do concelho de Vila Pouca de Aguiar, filho de Bento José Teixeira Vahia (ou Baía) de Miranda e de D. Luísa Joaquina Álvares Teixeira de Barros, neto de Rodrigo Teixeira Vahia (ou Baía) de Miranda e D. Josefa Margarida de Almeida Carneiro, e neto materno de Francisco Teixeira e D. Francisca Pinheiro.

Foi **Auditor do Exército** (alvará de predicamento de primeiro banco com o lugar de 17 de Janeiro de 1822); **Auditor-Geral da Marinha** (carta de 22 de Agosto de 1823); **Desembargador da Relação do Porto** com vencimento de antiguidade do dia de posse (carta de 7 de Junho de 1825), carta declarando o vencimento da antiguidade na Relação do Porto (7 de Junho de 1825); **Desembargador da Casa da Suplicação** (carta de 10 de Abril de 1832).

Observações: O pai e avô paterno são naturais da freguesia de Bornes de Aguiar do concelho de Vila Pouca de Aguiar. A mãe e avós maternos são de Nozelos do termo de Monforte do Rio Livre Comarca de Torre de Moncorvo. A avó paterna é da freguesia de S. Salvador do concelho de Ribeira da Pena. O pai é capitão-mor no distrito de Vila Pouca de Aguiar tal como foi o avô paterno. O pai é cavaleiro professo da ordem de Cristo. Os pais assistem à data de Maio de 1799 em Vila Meã. O avô materno foi capitão das ordenanças e com a avó materna vivia dos seus bens em Nozelos. O habilitante tem um tio chamado Manuel António de Sá que foi capitão-mor do concelho de Monforte do Rio Livre (LB).

Rodrigo Ribeiro Teles da Silva (Doutor em cânones e leis), nascido em 1775 ou 1776, natural de Santarém, filho de João da Mata Ribeiro e Silva e de D. Máxima Joaquina de Figueiredo, neto paterno de Rodrigo Ribeiro Ferreira e D. Maria Rosa Teles da Silva, e neto materno de Alexandre Ferreira de Figueiredo e D. Helena Micaela. .

Foi **Juiz dos órfãos de Santarém** (carta de 20 de Maio de 1805), provisão de licença de dois meses (23 de Agosto de 1805); **Corregedor da Comarca de Penafiel** (carta de mercê de 12 de Setembro de 1809), carta de reconduzido no mesmo lugar com predicamento do primeiro banco (17 de Maio de 1814), carta de mercê de recondução do lugar de Corregedor da Comarca de Penafiel com a graduação de **Desembargador da Relação do Porto**

(5 de Junho de 1816), provisão de dois meses de licença como Corregedor (5 de Dezembro de 1817); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 25 de Junho de 1821), provisão para tomar posse de um lugar de Desembargador (7 de Julho de 1821). Recebeu carta de confirmação da doação da quinta da Segonha de do concelho de Lousada que lhe fez o padre Manuel José Pereira de Araújo e Abreu (23 de Julho de 1819), (e sua mulher) provisão de confirmação da doação que lhes fez Domingos Ribeiro Borges da quinta de Vila Verde do concelho de Baião (7 de Janeiro de 1820), e carta de hábito (8 de Outubro de 1821).

Observações: Leitura de Bacharel em 1805. Os familiares sobscritos são naturais de Santarém e aí moraram. O pai é doutor e foi Vereador em Santarém. O habilitante é solteiro e mora em Santarém (LB).

Rodrigo Sarmiento de Vasconcelos e Castro (Bacharel), nascido em 1770, natural de Pradinha em Lamego, filho de José António Sarmiento de Vasconcelos e de Antónia Josefa de Azevedo.

Foi **Juiz de Fora de Tondela** (carta de 24 de Novembro de 1798); **Superintendente das Fábricas da Covilhã** (carta de 2 de Julho de 1805); **Corregedor de Aveiro** (carta de 5 de Maio de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (decreto de 13 de Outubro de 1829). Recebeu provisão para jurar por procurador (12 de Dezembro de 1798), carta de confirmação da doação que lhe fez seu tio o padre Luís Caetano de Morais Sarmiento Vasconcelos e Castro (2 de Abril de 1800), carta de confirmação da doação que lhe fez sua tia D. Antónia de Azevedo Chaves (28 de Julho de 1802), provisão para tomar posse (5 de Maio de 1819), provisão de dispensa de juramento (3 de Julho de 1805), provisão de comissão para conhecimento de causa (15 de Maio de 1818), provisão para poder jurar por procurador (5 de Maio de 1819), e provisão de dois meses de licença (16 de Junho de 1820).

Romão Luís de Figueiredo e Sousa (Bacharel em cânones no ano de 1810), nascido em 1788 ou 1789, natural de Coimbra, filho de Luís José de Figueiredo e Sousa e D. Mariana Joaquina de Sousa e Silva, neto paterno de António José de Figueiredo e Sousa e D. Maria Freire de Naxere, e neto materno de Jerónimo Monteiro da Silva e D. Maria de Assunção.

Foi **Juiz de Fora da Sertã** (alvará de recondução no lugar com predicamento de cabeça de Comarca de 20 de Julho de 1819); **Desembargador da Relação do Porto**, servindo de **Corregedor da Comarca de**

Alenquer (alvará de graduação de 28 de Junho de 1825), carta de **Desembargador da Relação do Porto com exercício na Casa da Suplicação** (29 de Julho de 1828).

Observações: Leitura de Bacharel em 1810. O pai e mãe são de Coimbra. O avô paterno é de Taveiro da Comarca de Coimbra. A avó paterna é de Ancião da mesma Comarca. Os avós maternos são naturais de Guimarães. O pai é doutor e lente jubilado em Medicina. A família tratava-se com o produto dos seus bens. O habilitante assiste em Lisboa na Rua dos Fanqueiros e é solteiro (LB).

Sebastião José de Carvalho (Bacharel em leis no ano de 1795), nascido em 1776 ou 1777, natural de Carvalhais do termo de Mirandela, filho de Sebastião de Carvalho (ou Sebastião José de Carvalho) e de Josefa Maria de Carvalho, neto paterno de Pedro de Carvalho e Leonor do Espinhoso, e neto materno de Manuel Rodrigues de Carvalho e Vitória Nunes. .

Foi **Deputado do Comissário-Geral do Executivo** (alvará de predicamento de primeiro banco de 23 de Julho de 1819); **Desembargador da Relação do Porto** (cartas de 3 de Outubro de 1820 e 16 de Maio de 1821), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador (11 de Outubro de 1820), provisão para tomar posse do lugar de Desembargador da Relação do Porto com exercício na Casa da Suplicação em Superintendente dos Contrabandos (21 de Maio de 1821); **Superintendente-Geral dos Contrabandos com exercício na Casa da Suplicação** (carta de 9 de Maio de 1821); **Conselheiro** (carta de título de 22 de Agosto de 1823). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (3 de Agosto de 1825).

Observações: Leitura de Bacharel em 1804. Os pais avós paternos e avó materno são naturais do lugar de Carvalhais

do termo de Mirandela e aí moraram. A avó materna é natural de Vilarinho das Azenhas da Comarca de Moncorvo e morou em Carvalhais. O habilitante é solteiro e assiste em Vila Real (LB).

Sebastião Marinho Falcão de Castro (Bacharel), filho de Manuel Marinho Falcão de Castro. Foi **Juiz de Fora de Vila Nova de Cerveira** (sem data); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 10 de Outubro de 1827).

Tomás Xavier de Araújo Vieira Monteiro (Bacharel), também *Tomás José Xavier de Araújo*, filho de Francisco Xavier de Araújo.

Foi **Provedor dos órfãos e capelas** (carta de 3 de Junho de 1810); **Desembargador da Relação do Porto** (carta de um lugar ordinário de 11 de Novembro de 1823), provisão para poder jurar por procurador (26 de Novembro de 1823). Recebeu alvará de foro de fidalgo cavaleiro (23 de Julho de 1788); provisão de confirmação da doação que lhe fez D. Ana Xavier de Araújo (22 de Agosto de 1800); e carta de padrão de 250\$000 réis de tença (6 de Outubro de 1823).

Venâncio Bernardino de Ochoa (Bacharel em leis), natural de Gostei, Bragança, filho de Francisco André de Ochoa e de Sebastiana Rosa Valente, neto paterno de Gonçalo de Ochoa e Maria André Leonardes, neto materno de Francisco Rodrigues Galelo e Maria Rodrigues Valente.

Foi **Desembargador da Relação do Porto** (carta de 7 de Julho de 1824); **Juiz da Relação do Porto** (carta de 8 de Outubro de 1839); **Conselheiro da Casa Real** (carta de 17 de Dezembro de 1839).

- Alberto Carlos Meneses, 545
 Alexandre Ferreira, 575
 Alexandre Gamboa Loureiro, 545
 Amaro José de Araújo Velasco Camisão, 545
 André Manuel Pinto Veloso Coelho e Melo, 545
 Antero José de Maia e Silva, 545
 António Barreto Ferraz Vasconcelos, 545
 António Barroso Pereira, 552
 António Caetano de Sousa de Faria Lobo Girão, 546
 António Camelo Fortes de Pina, 546
 António Cardoso Meneses Montenegro, 546
 António Cesário Sousa Guerra Quaresma, 546
 António Delgado da Silva, 547
 António Duarte Fonseca Lobo, 547
 António Filipe Sousa Cambiaço, 547
 António Germano da Veiga, 554
 António Joaquim Coutinho, 547
 António Joaquim de Carvalho, 547
 António Joaquim Gouveia Pinto, 548
 António José da Silva Peixoto, 548
 António José de Morais Pimentel, 548
 António Júlio de Freitas Pimentel, 548
 António Leite de Araújo Ferreira Bravo, 548
 António Lopes Calheiros de Meneses, 548
 António Manuel Galvão, 549
 António Maria Cardoso Costa Cabral, 549
 António Osório de Sousa Castro e Cabral Albuquerque, 549
 António Pedro Simão, 549
 António Sá Lopes, 549
 António Sérgio Doninho Soeiro Negrão, 549
 António Vicente de Carvalho e Sousa, 550
 António Vicente de Sousa, 550
 Bernardino António do Sobral Tavares, 550
 Bernardo António da Mota e Silva, 550
 Bernardo Carneiro Vieira de Sousa Oliveira Leite, 550
 Bernardo Madeira de Abreu Brandão, 551
 Carlos Honório de Gouveia Durão, 551
 Carlos Manuel de Macedo Soutomaior e Castro Nobre (D.), 551
 Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos, 546
 Domingos Freire Gameiro, 562
 Estêvão Ferreira da Cruz, 551
 Fernando de Magalhães e Avelar, 551
 Francisco António de Castro, 551
 Francisco Barreto, 554
 Francisco Barroso Pereira, 552
 Francisco da Costa Mimoso Alpoim, 552
 Francisco de Castro Henriques, 552
 Francisco de Oliveira e Silva, 552
 Francisco de Serpa Saraiva, 552
 Francisco Eleutério de Faria e Melo, 553
 Francisco José Barbosa Pereira Couceiro Moreira, 553
 Francisco José Vieira, 553
 Francisco Machado de Faria e Maia, 553
 Francisco Maria Borges Chixarro Bacelar, 553
 Francisco Pereira, 567
 Francisco Pinto Coelho de Castro, 553
 Francisco Ricardo da Fonseca Barreto, 554
 Francisco Venâncio da Veiga, 554
 Francisco Xavier de Araújo, 576
 Francisco Xavier de Lócio Silva e Seiblit, 554
 Francisco Xavier de Montes e Magalhães, 554
 Gaspar Homem Pinto de Almeida, 555
 Inácio José Peixoto, 561
 Inácio Pedro Quintela Emaús, 555
 Isidoro António do Amaral Semblano, 555
 Jacinto de Oliveira Castelo Branco, 555
 João Barroso Pereira, 552
 João Carlos Leitão, 556
 João de Sá Pereira Ferreira Soares, 556
 João de Sá Pinto Abreu Soutomaior, 556
 João de Sousa, 572
 João Gomes, 560
 João Henriques Coelho de Sousa Sampaio, 556
 João José da Veiga, 554
 João José Pereira da Costa, 557
 João Leal da Gama, 567
 João Manuel da Câmara Berquó, 557
 João Manuel de Oliveira, 557
 João Manuel Teixeira, 557
 João Osório de Castro Sousa Falcão, 549
 João Pinheiro, 548
 João Pinto Pereira de Figueiredo Castelo Branco, 558
 Joaquim Alberto Magno de Assis e Andrade, 558
 Joaquim António Segurado, 558
 Joaquim de Carvalho, 563
 Joaquim de Gouveia Osório, 558
 Joaquim José Anastácio Monteiro de Carvalho e Oliveira, 558
 Joaquim José de Queirós, 559
 Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, 560
 Joaquim Saraiva da Costa Pereira de Refóios, 559
 José António da Veiga, 554
 José António de Faria e Carvalho, 559
 José António Soares Pinto Castelo Branco, 560
 José Barreto Gomes de Oliveira, 560
 José Bernardo Henriques de Faria, 561
 José Boto Machado, 561
 José Caetano Martins Barroso, 561
 José Caetano Peixoto Martins Barroso, 561
 José de Castro Henriques, 552, 574
 José de Gouveia Osório, 561
 José de Macedo Ferreira Pinto, 565
 José Filipe Pires da Costa, 562
 José Freire de Andrade, 562
 José Freire Gameiro, 562
 José Gonçalves Marques, 562
 José Homem Correia Teles, 563
 José Joaquim Carneiro de Carvalho, 563

- José Joaquim da Cruz, 563
José Joaquim de Abreu Vieira, 563
José Joaquim Emaús, 555
José Joaquim Rodrigues de Bastos, 564
José Leandro da Silva e Sousa, 564
José Leite Pereira de Melo, 564
José Mourão, 566
José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira, 566
José Peixoto Sarmento de Queirós, 566
José Pimentel Freire, 567
José Raimundo de Passos de Probem Barbosa, 567
Leonardo José da Costa, 567
Luís António Rebelo da Silva, 568
Luís da Costa e Almeida, 568
Luís de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 568
Luís Manuel de Évora e Macedo, 568
Manuel António de Carvalho, 569
Manuel António Velês Caldeira, 569
Manuel Bernardo Osório da Fonseca, 569
Manuel Borges Carneiro, 569
Manuel de Magalhães Pinto e Avelar, 551
Manuel de Matos, 553
Manuel de Oliveira Pinto, 555
Manuel de Sampaio Freire e Andrade, 572
Manuel Felicíssimo de Sousa Lousada de Araújo e Azevedo, 570
Manuel Ferreira de Carvalho, 565
Manuel Ferreira Tavares Salvador, 570
Manuel Inácio da Mota e Silva, 550
Manuel Joaquim Barbosa, 570
Manuel José Baptista Felgueiras, 570
Manuel José Lopes Figueiredo, 571
Manuel José Soares de Lobão Albergaria, 571
Manuel Luciano de Magalhães, 571
Manuel Maria Souto e Silva, 571
Manuel Marinho Falcão de Castro, 576
Manuel Pedrosa Barata, 571
Manuel Policarpo de Sousa da Guerra Quaresma, 572
Marcelino Teotónio de Azevedo, 572
Martinho Teixeira Homem de Brederode, 572
Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, 569, 573
Miguel Joaquim Caldeira de Pina Castelo Branco, 573
Miguel Lopes Caldeira e Artur, 569, 573
Miguel Soares de Albergaria Ferreira, 573
Pedro de Carvalho, 569, 576
Pedro de Ordaz, 573
Pedro Henriques de Castro, 552, 574
Pedro José Lopes de Almeida, 574
Pedro Saraiva da Costa Meneses e Refoios, 574
Raimundo António dos Reis, 574
Rodrigo António Teixeira Vahia, 575
Rodrigo Ribeiro Teles da Silva, 575
Rodrigo Sarmento de Vasconcelos e Castro, 575
Romão Luís de Figueiredo e Sousa, 575
Sebastião José de Carvalho, 569, 576
Sebastião Marinho Falcão de Castro, 576
Tomás Xavier de Araújo Vieira Monteiro, 576

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

- Acúrcio José de Magalhães, 61
 Adrião da Costa e Sousa, 61
 Adrião Pereira Forjaz Sampaio, 61
 Afonso Botelho, 61
 Afonso Botelho Soutomaior, 61
 Afonso de Faro (D.), 61
 Afonso Manuel de Meneses (D.), 62
 Afonso Rodrigues Bernardo, 62
 Afonso Silva, 62
 Afonso Soares da Fonseca, 63
 Afonso Teixeira Mendonça, 63
 Agostinho Álvares da Silva, 63
 Agostinho Bernardo Delgado Pinto, 64
 Agostinho de Azevedo Monteiro, 63, 64
 Agostinho de Novais Campos, 64
 Agostinho de Oliveira Rebelo, 65
 Agostinho Félix Santos Capelo, 64
 Agostinho Góis Ribeiro, 64
 Agostinho Luís Ribeiro Vieira, 64
 Alberto Carlos Meneses, 545
 Alberto Pais de Machado, 65
 Alexandre Barbosa de Albuquerque, 65
 Alexandre Botelho Morais, 65
 Alexandre da Silva Correia, 68
 Alexandre de Moura Coutinho, 67
 Alexandre Duarte de Carvalho, 66
 Alexandre Ferreira, 66, 575
 Alexandre Gamboa Loureiro, 545
 Alexandre José Ferreira Castelo, 66
 Alexandre José Gonçalves, 67
 Alexandre Metelo de Sousa e Meneses, 67
 Alexandre Nunes Leal de Gusmão, 68
 Alexandre Nunes Monteiro, 68
 Alexandre Rebelo Leite, 68
 Alexandre Tomás de Morais Sarmiento, 68
 Alexandre Vasconcelos Coutinho, 69
 Álvaro de Faro, 69
 Álvaro Fonseca Lobo, 69
 Álvaro Velho, 69
 Amador António de Sousa Bernardes e Torres, 69
 Amaro José de Araújo Velasco Camisão, 545
 Ambrósio da Silva Martins, 70
 Ambrósio de Sequeira (D.), 70
 Ambrósio Pitaluga, 69
 Anacleto José Macedo Portugal, 70
 Anastácio José da Costa e Silva, 70
 André Cardoso Godinho, 71
 André da Silva Mascarenhas, 73
 André de Carvalho da Silva, 71
 André de Matos de Almada, 72
 André de Morais Sarmiento, 73
 André de Sousa Pinheiro da Câmara, 73
 André Ferreira de Ataíde, 71
 André Ferreira Lobato Lobo, 71
 André Franco, 71
 André Freire Carvalho, 71
 André Leitão, 72
 André Leitão de Melo, 72
 André Lopes Pinto, 72
 André Machado, 72
 André Manuel Pinto Veloso Coelho e Melo, 545
 André Mendes Barros, 73
 André Morais Sarmiento, 73
 André Sanches de Leiros, 73
 André Varela Soutomaior, 74
 Antão Bravo de Sousa Castelo Branco, 74
 Antão de Almada (D.), 74
 Antero José de Maia e Silva, 545
 António Álvares da Silva, 75
 António Alves da Cunha, 75
 António Alves da Silva, 76
 António Amado da Cunha Vasconcelos e Sarro, 76
 António Antunes Leite, 77
 António Baptista da Cunha, 77
 António Baracho Leal, 77
 António Barbosa Bacelar, 78
 António Barreto Ferraz Vasconcelos, 545
 António Barroso Pereira, 78, 552
 António Benevenuto Jorge, 79
 António Bernardo Xavier Porcille, 80
 António Bolarte Dique, 80
 António Caetano de Sampaio Teixeira Pimentel, 80
 António Caetano de Sousa de Faria Lobo Girão, 546
 António Camelo Fortes de Pina, 546
 António Cardoso Meneses Montenegro, 546
 António Carneiro Barbosa, 81
 António Carneiro de Almada, 81
 António Carneiro Tinouco de Abreu, 81
 António Castelo Branco Távora, 81
 António Cesário Sousa Guerra Quaresma, 546
 António Cláudio de Correia da Fonseca, 82
 António Coelho de Azevedo, 82
 António Coelho de Carvalho, 82

- António Coelho de Meireles, 82
 António Correia Amorim e Castro, 83
 António Correia Amorim Picanço, 83
 António Costa Freire, 84
 António Cunha Brochado, 84
 António da Costa Correia de Sá, 83
 António da Costa Maciel, 84
 António da Costa Novais, 84
 António da Cunha Pinheiro, 85
 António da Cunha Soutomaior, 85
 António da Fonseca de Brito, 88
 António da Maia Aranha, 98
 António da Maia Barreira, 99
 António da Mota Perestrelo, 102
 António da Mota Pinto, 102
 António da Silva e Almeida, 111
 António das Póvoas, 106
 António de Abreu Coelho, 74
 António de Abreu de Sequeira, 74
 António de Aguiar Carvalho, 74
 António de Aguiar da Silva, 75
 António de Andrade de Rego, 76
 António de Andrade do Amaral, 76
 António de Andrade do Rego, 76
 António de Azevedo Coutinho, 77
 António de Basto Pereira, 78
 António de Beja de Noronha, 79
 António de Brito e Amorim, 80
 António de Campos e Figueiredo, 80
 António de Campos Limpo Figueiredo Melo, 81
 António de Faria Machado, 86
 António de Figueiredo Branco, 87
 António de Freitas Faleiro, 89
 António de Freitas Pinto, 89
 António de Lemos da Rosa, 96
 António Delgado da Silva, 547
 António de Mariz Carneiro, 100
 António de Matos e Silva, 101
 António de Mesquita e Moura, 101
 António de Novais Pereira, 102
 António de Sampaio Cogominho de Vasconcelos, 109
 António de Sampaio Ribeiro, 110
 António de Sequeira da Gama e Ayala, 110
 António de Sousa da Silveira, 113
 António de Sousa de Macedo, 112
 António de Tavares Carvalho, 113
 António de Vilas Boas Sampaio, 117
 António Dias Alves, 85
 António Dinis da Cruz e Silva, 85
 António do Rego de Sá, 107
 António Duarte de Barros, 86
 António Duarte Fonseca Lobo, 547
 António Esteves Coentro, 86
 António Feliciano da Silva Carneiro, 86
 António Félix Contreiras Silva, 86
 António Ferreira de Andrade Henriques, 87
 António Ferreira de Lemos Malheiros Vasconcelos e Melo, 87
 António Ferreira de Mendonça, 87
 António Ferreira de Sousa, 87
 António Ferreira Gil, 87
 António Filipe Soares Andrade e Brederode, 88
 António Filipe Sousa Cambiaço, 547
 António Freire da Fonseca, 88
 António Freire da Fonseca Osório, 89
 António Freire de Andrade Encerrabodes, 88
 António Freitas Branco, 89
 António Freitas Soares, 89
 António Germano da Veiga, 90, 554
 António Gomes Henriques Gaio, 90
 António Gomes Pereira Silva, 90
 António Gomes Ribeiro, 90
 António Gouveia Araújo Coutinho, 91
 António Henriques da Silveira, 91
 António Janeiro Baraona, 91
 António Jaques Baharem, 91
 António Joaquim Costa Corte Real, 91
 António Joaquim Coutinho, 547
 António Joaquim da Silva Marques de Couto, 92
 António Joaquim de Carvalho, 547
 António Joaquim de Pina Manique, 92
 António Joaquim Gouveia Pinto, 548
 António José Cabral de Almeida, 92
 António José Carvalho Pires, 93
 António José Coelho, 93
 António José da Cunha, 93
 António José da Fonseca Lemos, 93
 António José da Silva Peixoto, 548
 António José de Alencar Lima, 92
 António José de Araújo Sousa, 92
 António José de Carvalho Pimentel, 93
 António José de Moraes Pimentel, 548
 António José de Sousa Amorim, 95
 António José Dias Mourão Mosgueira, 93
 António José Furtado de Mendonça, 94
 António José Godinho, 94
 António José Guião, 94

- António José Miranda, 94
 António José Morais Durão, 94
 António José Osório, 95
 António José Pereira Barroso, 95
 António José Rodrigues Ferreira, 95
 António José Saraiva do Amaral, 95
 António José Silvério Silva, 95
 António José Vieira de Azevedo, 95
 António Júlio de Freitas Pimentel, 548
 António Leitão Aguiar, 96
 António Leitão Homem, 96
 António Leite Campos, 96
 António Leite de Araújo Ferreira Bravo, 548
 António Lobo de Torneio, 96
 António Lopes Calheiros de Meneses, 548
 António Lopes Carvalho, 96
 António Lopes da Costa, 97
 António Luís Coelho, 97
 António Luís de Sousa Leal, 98
 António Luís Peleja, 97
 António Luís Pereira da Cunha, 97
 António Macedo Pereira, 98
 António Macedo Velho, 98
 António Manuel Borges da Silva, 99
 António Manuel Galvão, 549
 António Manuel Nogueira Abreu, 99
 António Marchão Temudo (D.), 99
 António Maria Cardoso Costa Cabral, 549
 António Maria Carneiro Sá, 99
 António Marques Cardoso, 100
 António Martins dos Reis (D.), 100
 António Maurício de Mascarenhas de Mansue-
 los, 101
 António Mendes Azambuja, 101
 António Metelo, 101
 António Moniz de Carvalho, 102
 António Monteiro de Oliveira, 102
 António Nabo Pessanha, 102
 António Nunes Castanho, 103
 António Osório de Sousa Castro e Cabral Albu-
 querque, 549
 António Pedro Baptista Machado, 103
 António Pedro de Alcântara de Sá Lopes, 103
 António Pedro Machado, 103
 António Pedro Simão, 549
 António Pedro Torcato Barreto de Mendon-
 ça, 103
 António Pegado de Lima, 104
 António Peixoto de Figueiredo, 104
 António Pereira Bastos Lima Varela Barca, 104
 António Pereira da Cunha, 104
 António Pereira da Silva, 105
 António Pereira de Almeida Silva e Sequei-
 ra, 104
 António Pereira Quadros, 104
 António Pereira Santos, 105
 António Pereira Sousa (D.), 105
 António Pimenta de Araújo, 105
 António Pimentel Borges, 105
 António Pinheiro da Silva Freire, 105
 António Pinheiro de Faria, 105
 António Pinheiro Freire, 105
 António Pires da Silveira, 106
 António Procópio da Silva Pina, 106
 António Raimundo de Pina Coutinho, 106
 António Ramos da Silva Nogueira, 106
 António Raposo, 107
 António Rebelo Amaral, 107
 António Rebelo da Fonseca, 107
 António Ribeiro de Carvalho, 107
 António Ribeiro dos Santos (D.), 108
 António Robalo Freire, 108
 António Rodrigues Araújo, 108
 António Rodrigues Banha, 108
 António Rodrigues da Silva, 109
 António Rodrigues de Resende, 108
 António Rodrigues Gaioso, 108
 António Rodrigues Veloso, 109
 António Sá Lopes, 109, 549
 António Sanches Pereira, 110
 António Santos Oliveira, 110
 António Saraiva de Sampaio Gouveia, 110
 António Sérgio Doninho Soeiro Negrão, 549
 António Silva Almeida, 111
 António Silva e Sousa, 111
 António Soares Monteiro, 111
 António Sodré Ferreira, 111
 António Sousa Tavares, 113
 António Tavares da Rocha, 113
 António Teixeira, 113
 António Teixeira Álvares, 113, 114
 António Teixeira da Mota, 114
 António Teixeira de Mendonça, 114
 António Tomás da Silva Leitão, 115
 António Valério de Mendonça Galvão, 116
 António Vales Caldeira, 116
 António Vaz de Figueiredo, 116
 António Velho da Costa, 116

António Venceslau Xavier Castelo Branco Cabral e Taborda, 116
António Vicente de Carvalho e Sousa, 550
António Vicente de Sousa, 117, 550
António Vicente Ferreira, 117
António Vieira de Tovar e Albuquerque, 117
António Xavier Costa Sameiro, 117
António Xavier de Morais Pinto Teixeira Homem, 118

B

Baltasar Azeredo, 118
Baltasar da Silva Lisboa, 118
Baltasar do Vale de Sequeira, 118
Baltasar Inácio Ferreira Santa Bárbara e Moura, 118
Baltasar Veloso Coutinho, 119
Bartolomeu de Macedo Malheiro, 120
Bartolomeu de Sousa Mexia, 120
Bartolomeu Gomes Monteiro, 119
Bartolomeu Gonçalves Castelo Branco, 119
Bartolomeu Guifel Barbarino, 119
Bartolomeu José da Cunha Soares e Vasconcelos, 119
Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Andrade, 119
Bartolomeu José Nunes Cardoso Giraldes de Meneses, 120
Bartolomeu Teixeira Gouveia, 121
Basílio Teixeira Cardoso de Meneses Saverdra, 121
Belchior Amaral, 121
Belchior Cunha Brochado, 122
Belchior da Costa Ferreira, 122
Belchior de Sousa Vilas Boas, 123
Belchior do Amaral, 121
Belchior do Rego de Andrade, 122
Belchior do Rego e Andrade, 123
Belchior José Vaz e Carvalho do Couto, 122
Belchior Ramires de Carvalho, 122
Bento António de Sampaio, 124
Bento António dos Reis Pereira, 124
Bento António Pacheco de Barros e Andrade, 124
Bento Barros Bezerra, 124
Bento Barros Lima, 124
Bento Cardoso Jacome, 125
Bento Coelho Sousa, 125
Bento da Costa Oliveira e Sampaio, 125
Bento da Fonseca e Silva, 126
Bento da Silva Ramalho, 127
Bento de Baena Sanches, 124
Bento Dias Panasco, 126
Bento José de Campos e Sousa, 126
Bento José de Macedo Araújo e Castro, 126
Bento José Pereira de Lima e Melo, 126
Bento José Saraiva do Amaral, 126
Bento Pedrosa Pereira Barreto, 127
Bento Rebelo, 127
Bento Teixeira de Saldanha, 127
Bernardino António do Sobral Tavares, 550
Bernardino Cabral Teixeira de Morais, 127
Bernardino Falcão Gouveia, 128
Bernardino José de Sena Freitas, 128
Bernardino Macedo Velho, 128
Bernardo Agostinho Borges, 128
Bernardo António da Mota e Silva, 550
Bernardo Carneiro Vieira de Sousa, 128
Bernardo Carneiro Vieira de Sousa Oliveira Leite, 550
Bernardo Coelho da Gama Casco, 129
Bernardo de Abreu Castelo Branco, 128
Bernardo de Gouveia e Vasconcelos, 129
Bernardo de Morais, 131
Bernardo de Sousa Estrela, 131
Bernardo de Sousa Guerra, 132
Bernardo Duarte de Figueiredo, 129
Bernardo Gonçalves de Moura, 129
Bernardo José da Cunha Gusmão Vasconcelos, 129
Bernardo José de Lemos Viana, 130
Bernardo José de Paços, 130
Bernardo José Raposo, 130
Bernardo Lopes Pereira Maldonado, 130
Bernardo Madeira de Abreu Brandão, 551
Bernardo Moniz Coutinho, 130
Bernardo Pereira de Gusmão, 131
Bernardo Pereira Silva, 131
Bernardo Ribeiro Velho, 131
Bernardo Salazar Sarmento Eça de Alarcão, 131
Bernardo Sampaio de Morais, 131
Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho, 132
Bernardo Xavier Barbosa Sachetti, 132
Brás Brandão de Sousa, 132
Brás de Pina Moniz, 133
Brás do Vale, 133

Brás Henriques da Veiga, 132
 Brás Luís Moreira, 133
 Brás Ribeiro da Fonseca, 133
 Brás Rodrigues Pereira, 133
 Bruno Manuel Monteiro, 134

C

Caetano Alberto de Ossuna, 134
 Caetano Bernardo Pimentel de Castro, 134
 Caetano de Brito e Figueiredo, 134
 Caetano de Melo da Gama Araújo e Azevedo, 135
 Caetano José da Rocha e Melo, 135
 Caetano José Pinto Mesquita, 134
 Caetano Lourenço de Azevedo, 135
 Caetano Manuel da Costa Fagundes, 135
 Caetano Pereira de Castro Padrão, 136
 Camilo José da Silveira Nunes, 136
 Carlos António Silva Franco, 136
 Carlos Cardoso Godinho, 137
 Carlos de Azevedo Leite, 136
 Carlos de Macedo Soutomaior e Castro (D.), 137
 Carlos Honório de Gouveia Durão, 551
 Carlos Manuel de Macedo Soutomaior e Castro Nobre (D.), 551
 Carlos Perim de Linde, 137
 Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos, 137, 546
 Celestino da Cunha Feio, 137
 Ciríaco António Moura Tavares, 138
 Ciro da Costa Borges de Azevedo, 138
 Cláudio José Pereira da Costa, 138
 Columbano Pinto Ribeiro Castro, 138
 Constantino António Álvares do Vale, 138
 Constantino José Ferreira de Almeida, 138
 Crispim Mascaranhas de Figueiredo, 139
 Cristóvão Abreu, 139
 Cristóvão Alão de Morais, 139
 Cristóvão Álvares Coelho, 139
 Cristóvão Álvares de Azevedo Osório, 139
 Cristóvão Azevedo, 140
 Cristóvão de Burgos, 140
 Cristóvão de Matos, 141
 Cristóvão Ferreira Freire, 140
 Cristóvão Gomes de Azevedo, 140
 Cristóvão Luís de Andrade, 141
 Cristóvão Melo Freire, 141
 Cristóvão Mouzinho Castelo Branco, 141

Cristovão Nunes de Brito, 141
 Cristóvão Pinto de Paiva, 141
 Cristóvão Rodrigues Barradas, 141
 Cristóvão Soares Abreu, 142
 Cristóvão Tavares de Morais, 142
 Custódio da Silva Araújo de Faria Salazar, 142
 Custódio Dias de Sousa, 142

D

Damião Rangel de Macedo, 142
 Diogo Álvares Mourão, 143
 Diogo Bernardes Pimenta, 144
 Diogo Botelho, 144
 Diogo Calisto Pereira, 144
 Diogo Carvalho Cerqueira, 145
 Diogo da Cunha Soutomaior, 145
 Diogo da Fonseca Pinto, 146
 Diogo da Silva de Gouveia, 151
 Diogo de Almeida de Azevedo, 143
 Diogo de Amorim de Faria, 143
 Diogo de Andrade Leitão, 144
 Diogo de Castro e Lemos, 145
 Diogo de Mendonça Côrte Real, 149
 Diogo de Morais Botelho, 150
 Diogo de Sousa Mexia, 151
 Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, 152
 Diogo Fernandes de Salema, 145
 Diogo Filipe Pereira, 145
 Diogo Gouveia Miranda, 146
 Diogo Guerreiro Camacho Aboim, 146
 Diogo Guerreiro Camacho de Aboim, 146
 Diogo Guerreiro Camacho de Brito de Aboim, 146
 Diogo Inácio de Pina Manique, 147
 Diogo José de Oliveira Ferreira e Cunha, 147
 Diogo Leitão da Fonseca, 147
 Diogo Marchão Temudo, 148
 Diogo Mendes Duro Esmeraldo, 148, 149
 Diogo Mendes Godinho, 149
 Diogo Mexia Galvão, 150
 Diogo Monteiro Noronha, 150
 Diogo Pacheco de Carvalho, 150
 Diogo Rangel Almeida de Castelo Branco, 150
 Diogo Rangel de Castelo Branco, 151
 Diogo Salter de Macedo, 151
 Diogo Vieira de Sousa, 153
 Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque, 153
 Dionísio de Ávila Vareiro, 153

Dionísio de Azevedo Alvelos, 153
Dionísio Esteves Negrão, 153
Dionísio Inácio de Mesquita e Castro Pereira, 154
Dionísio José Colaço, 154
Dionísio Rebelo Godinho, 154
Dionísio Soares de Albergaria, 154
Domingos António de Araújo, 155
Domingos António Ribeiro, 155
Domingos Antunes Portugal, 155
Domingos Barreiros Leitão, 156
Domingos Borges Pinto, 156
Domingos Coelho Reidono, 156
Domingos de Gamboa e Liz, 157
Domingos de Matos Corveira, 159
Domingos de Sousa Santiago Ferraz de Aguiar, 161
Domingos Dias de Matos, 156
Domingos Dourado de Oliveira, 156
Domingos Freire Gameiro, 156, 562
Domingos Gonçalves Santiago, 157
Domingos José Cardoso Soares e Mendonça, 157
Domingos Luís Ribeiro Vieira, 157
Domingos Manuel Marques Soares, 158
Domingos Marques Cardoso, 158
Domingos Marques Giraldes, 158
Domingos Mendes, 159
Domingos Monteiro de Albuquerque e Amaral, 159
Domingos Nogueira Araújo, 160
Domingos Nunes Vieira, 160
Domingos Peixoto, 160
Domingos Pereira da Silva, 160
Domingos Rebelo Lobo, 160
Domingos Rodrigues de Macedo, 161
Domingos Sequeira Sarmento, 156
Domingos Vieira de Macedo, 161
Duarte Alexandre Holbeche, 161
Duarte Álvares de Abreu, 162
Duarte de Paiva, 162
Duarte Ribeiro de Macedo, 162
Duarte Salter de Mendonça, 163
Duarte Vaz Osório da Horta, 163

E

Eleutério Colares de Carvalho, 163
Estanislau Cunha Coelho, 163

Estanislau José dos Santos Brandão, 164
Estêvão de Fóios, 164
Estêvão de Matos Pereira de Abegão, 166
Estêvão de Miranda, 167
Estêvão Ferraz de Campos, 164
Estêvão Ferreira da Cruz, 551
Estêvão Fragoso Ribeiro, 164
Estêvão Fuzeiro de Sande, 164
Estêvão Gallego Vidigal, 164
Estêvão José Pereira Palha, 165
Estêvão Leitão de Meireles, 166
Estêvão Machado de Melo e Castro, 166
Estêvão Pedro Carvalho, 167
Eugénio Dias de Matos, 167
Eugénio Tavares Sequeira, 167

F

Faustino Fernandes de Castro Lobo, 168
Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo, 168
Feliciano Car Ribeiro, 168
Feliciano Carvalho de Abreu, 168
Feliciano Dourado, 168
Feliciano Ramos Nobre Mourão, 168
Félix Manuel da Silva Machado, 169
Fernando Afonso Giraldes, 169
Fernando Afonso Giraldes de Andrade, 169
Fernando Afonso Giraldes de Andrade Borba de Meneses, 169
Fernando Caminha de Castro, 170
Fernando da Costa Cardoso Pacheco, 170
Fernando da Silva Teles Galvão, 173
Fernando de Faro, 170
Fernando de Magalhães e Avelar, 551
Fernando de Matos de Carvalhosa, 173
Fernando Dias Pinheiro, 170
Fernando José António Álvares, 171
Fernando José da Cunha Pereira, 171
Fernando José Marques Bacalhau, 171
Fernando Leite Lobo, 172
Fernando Luís Pereira, 172
Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas, 172
Fernando Pires Mourão, 173
Fernando Tudela de Castilho, 173
Fernão Pereira de Vasconcelos, 174
Filipe Custódio de Faria, 174
Filipe de Abranches de Castelo Branco, 174
Filipe José Faria, 175

- Filipe Maciel, 175
 Filipe Neri da Silva Coutinho, 175
 Filipe Ribeiro da Silva, 175
 Firmino de Magalhães Sequeira da Fonseca, 176
 Florêncio de Abreu Parada, 176
 Florêncio José Xavier Nogueira, 176
 Francisco Álvares da Silva, 178
 Francisco Álvares de Neiva, 178
 Francisco Álvares Godinho, 178
 Francisco Alves de Andrade, 179
 Francisco André de Ochoa, 179
 Francisco António Berquó da Silveira, 179
 Francisco António da Silva, 181
 Francisco António de Castro, 551
 Francisco António Duarte da Fonseca Montanha, 180
 Francisco António Gravito, 180
 Francisco António Maciel Monteiro, 180
 Francisco António Marques Giraldes de Andrade, 180
 Francisco António Mourão, 181
 Francisco António Pinheiro da Fonseca Vieira da Silva, 181
 Francisco António Sousa Silveira, 181
 Francisco Azevedo Coutinho, 182
 Francisco Baía Teixeira, 183
 Francisco Baptista Rodrigues, 183
 Francisco Barradas de Mendonça, 183
 Francisco Barreto, 183, 554
 Francisco Barreto Fróis, 183
 Francisco Barroso de Faria, 183
 Francisco Barroso Pereira, 552
 Francisco Borges de Bettencourt, 184
 Francisco Botelho de Abreu, 184
 Francisco Bravo da Silveira, 184
 Francisco Cabral de Almada, 184
 Francisco Caetano de Oliveira Almada, 184
 Francisco Cardoso Amaral, 185
 Francisco Carneiro de Figueiroa, 185
 Francisco Carreira da Silva, 186
 Francisco Carvalho, 186
 Francisco Cerveira de Morais, 186
 Francisco Coelho da Silva Teixeira, 187
 Francisco Coelho de Melo, 186
 Francisco Coelho Sousa Sampaio, 187
 Francisco Cordeiro da Silva, 187
 Francisco Correia Manuel, 187
 Francisco Craveiro de Almeida, 188
 Francisco da Costa Alcoforado, 188
 Francisco da Costa Mimoso Alpoim, 552
 Francisco da Cruz Freire, 188
 Francisco da Cunha de Andrade, 188
 Francisco da Cunha Facha, 188
 Francisco da Cunha Lobo, 188
 Francisco da Cunha Rego, 189
 Francisco da Fonseca Freire, 193
 Francisco da Fonseca Sinel, 193
 Francisco da Gama Pinto, 194
 Francisco da Silva Coimbra, 213
 Francisco da Silva Corte Real, 213
 Francisco da Silva e Sousa, 213
 Francisco da Silveira Soutomaior, 213
 Francisco de Abreu Couceiro, 176
 Francisco de Abreu Pereira de Meneses, 177
 Francisco de Alarcão Velasques Sarmento (D.), 177
 Francisco de Almeida de Brito, 177
 Francisco de Almeida e Mendonça, 177
 Francisco de Almeida Pinto, 178
 Francisco de Andrade Leitão, 179
 Francisco de Assis da Fonseca, 182
 Francisco de Atouguia Bettencourt de Lira, 182
 Francisco de Barros, 183
 Francisco de Brito Homem, 184
 Francisco de Campos Limpo, 184
 Francisco de Castro Henriques, 552
 Francisco de Castro Jacome, 186
 Francisco de Faria Barros, 190
 Francisco de Figueiredo, 192
 Francisco de Figueiredo Cardoso, 192
 Francisco de Figueiredo de Carvalho, 192
 Francisco de Figueiredo Vaz, 192
 Francisco de Leão de Macedo, 197
 Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, 198
 Francisco Delgado de Matos, 189
 Francisco de Mesquita, 205
 Francisco de Morais da Caldeira, 206
 Francisco de Morais Pimentel e Castro, 206
 Francisco de Noronha e Mota, 207
 Francisco de Oliveira e Silva, 552
 Francisco de Paula de Sequeira Barreto, 208
 Francisco de Puga Pinto e Antas, 209
 Francisco de Sá Barreto, 211
 Francisco de Sá de Meneses (D.), 211
 Francisco de Santa Bárbara e Moura, 212
 Francisco de Sá Sarmento, 212
 Francisco de Serpa Saraiva, 552

- Francisco de Sousa da Guerra e Araújo, 214
Francisco de Sousa Morais, 214
Francisco de Torres Pinheiro, 215
Francisco de Vasconcelos e Sousa, 215
Francisco Dias do Amaral, 189
Francisco Duarte Coelho, 189
Francisco Duarte dos Santos, 189
Francisco Durão Mexia, 190
Francisco Eleutério de Faria e Melo, 553
Francisco Feliciano Velho da Costa Borges e Mesquita Castelo Branco, 190
Francisco Fernandes de Andrade, 191
Francisco Ferreira Baião, 191
Francisco Ferreira Nobre, 191
Francisco Fiúza Correia, 192
Francisco Franco Pereira, 193
Francisco Galvão da Fonseca, 193
Francisco Gomes de Góis, 194
Francisco Gomes Leitão, 194
Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, 194
Francisco Guedes de Carvalho, 195
Francisco Guerreiro Leitão de Aguiar, 195
Francisco Jaques Salinas, 195
Francisco José António Damásio, 195
Francisco José Barbosa Pereira Couceiro Moreira, 553
Francisco José Brandão, 195
Francisco José da Fonseca, 196
Francisco José da Serra Craesbeck de Carvalho, 197
Francisco José da Silveira Falcato, 197
Francisco José de Faria Barbosa Fagundes Guião, 196
Francisco José de Miranda Duarte, 197
Francisco José Freire de Macedo, 196
Francisco José Vieira, 553
Francisco Leitão, 198
Francisco Leitão de Melo, 198
Francisco Lopes da Rocha, 200
Francisco Lopes da Silva, 200
Francisco Lopes de Barros, 199
Francisco Lopes de Beja Vilarinho, 199
Francisco Lopes de Carvalho, 199
Francisco Lopes de Sousa Faria e Lemos, 200
Francisco Lopes Ribeiro, 199
Francisco Lourenço de Almeida, 200
Francisco Luís Álvares da Rocha, 201
Francisco Luís da Cunha e Ataíde, 201
Francisco Luís de Almeida Coutinho, 201
Francisco Luís de Miranda Espínola, 202
Francisco Luís Martins Veloso, 202
Francisco Machado de Faria e Maia, 553
Francisco Manso da Fonseca, 202
Francisco Manuel de Andrade Moreira (D.), 202
Francisco Manuel de Sousa Costa, 203
Francisco Manuel de Vasconcelos, 203
Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, 202
Francisco Manuel Pais Sande e Castro, 203
Francisco Manuel Pinto Mesquita, 203
Francisco Marcelino de Gouveia, 203
Francisco Maria Borges Chixarro Bacelar, 553
Francisco Martins da Luz, 204
Francisco Martins da Silva, 204
Francisco Melendes Freire, 205
Francisco Mendes Galvão, 205
Francisco Mendes Marecos, 205
Francisco Miranda Henriques, 205
Francisco Monteiro de Mendonça e de Miranda, 206
Francisco Monteiro de Miranda, 206
Francisco Monteiro Montarroio, 206
Francisco Moreira de Freitas, 206
Francisco Moreira de Matos, 207
Francisco Mouzinho de Albuquerque, 207
Francisco Nabo de Alcáçova, 207
Francisco Nunes Cardeal, 207
Francisco Nunes Rolão, 207
Francisco Pereira, 208, 567
Francisco Pereira da Costa, 208
Francisco Pereira da Cruz, 208
Francisco Pinto Coelho de Castro, 553
Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, 208
Francisco Quaresma de Abreu, 209
Francisco Raimundo Morais Pereira, 209
Francisco Rebelo Pereira da Fonseca, 210
Francisco Ribeiro de Guimarães, 210
Francisco Ribeiro de Lima, 210
Francisco Ricardo da Fonseca Barreto, 554
Francisco Roberto da Silva Ferrão, 211
Francisco Roberto da Silva Ferrão de Carvalho e Martens, 211
Francisco Roberto Silva Ferrão, 210
Francisco Rodrigues Cação, 211
Francisco Rodrigues Valadares, 211
Francisco Sabino Alves da Costa Pinto, 212
Francisco Salvado Pissarro, 212
Francisco Soares de Macedo, 213

Francisco Soares Galhardo, 213
 Francisco Sousa Guerra Araújo Godinho, 214
 Francisco Tavares de Almeida, 215
 Francisco Vaz de Santana, 215
 Francisco Vaz Pinto, 215
 Francisco Velasco de Gouveia, 215
 Francisco Venâncio da Veiga, 554
 Francisco Vieira da Silva, 216
 Francisco Xavier Borges Pereira Ferraz, 216
 Francisco Xavier Campos de Carvalho, 217
 Francisco Xavier Carneiro de Sá, 217
 Francisco Xavier da Silva, 219
 Francisco Xavier da Silva Cabral, 220
 Francisco Xavier de Araújo, 216, 576
 Francisco Xavier de Carvalho, 217
 Francisco Xavier de Lócio Silva e Seiblitiz, 554
 Francisco Xavier de Montes e Magalhães, 554
 Francisco Xavier de Oliveira, 218
 Francisco Xavier do Vadre, 220
 Francisco Xavier Morato Boroa, 218
 Francisco Xavier Porcille, 218
 Francisco Xavier Ribeiro, 219
 Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, 219
 Francisco Xavier Saraiva de Lucena, 219
 Francisco Xavier Vasconcelos Coutinho, 220
 Francisco Ximenes de Lucena, 220
 Frederico de Almeida Correia, 221
 Frutuoso de Campos Barreto, 221

G

Gabriel de Bettencourt de Vasconcelos e Lemos, 221
 Gabriel de Vilasboas Palmeiro, 221
 Gaspar Cardoso de Carvalho, 223
 Gaspar de Abreu de Freitas, 221
 Gaspar de Almeida de Andrade, 222
 Gaspar de Lemos Galvão, 225
 Gaspar de Macedo de Sampaio, 225
 Gaspar de Magalhães, 225
 Gaspar Ferreira Aranha, 223
 Gaspar Ferreira da Silva, 224
 Gaspar Gonçalves dos Reis, 224
 Gaspar Homem Pinto de Almeida, 555
 Gaspar Lampreia Vidal, 224
 Gaspar Leite Cabral, 224
 Gaspar Mouzinho de Albuquerque, 225
 Gaspar Pinto de Sousa, 226
 Gaspar Rebelo de Carvalho, 226

Gaspar Rodrigues de Carvalho, 226
 Gaspar Rodrigues Porto, 227
 Gervásio de Almeida Pais, 227
 Gervásio do Sal de Almeida, 227
 Giraldo Pereira Coutinho, 227
 Gonçalo Alvo Godinho, 228
 Gonçalo Bandeira Maldonado, 228
 Gonçalo Correia de Campos, 228
 Gonçalo da Costa Veloso, 228
 Gonçalo da Cunha Vilas Boas, 228
 Gonçalo de Sequeira Sousa, 230
 Gonçalo José Brito Barros, 229
 Gonçalo José da Silveira Preto, 229
 Gonçalo Meireles Freire, 229
 Gonçalo Mendes de Brito, 229
 Gonçalo Vaz Preto, 230
 Gregório de Valcácer de Morais, 232
 Gregório Dias da Silva, 230
 Gregório Gomes Madeira, 231
 Gregório Mascarenhas Homem, 231
 Gregório Pereira Fidalgo da Silveira, 231
 Gregório Pires Monteiro Bandeira, 232
 Guilherme António Apolinar Anderson, 232
 Guilherme Baptista Garvo, 232
 Guilherme José de Saldanha, 232

H

Heitor de Brito Pereira, 232
 Henrique Carneiro Girão, 233
 Henrique de Barreira, 232
 Henrique de Mendenha da Costa Benavides Cirne e Vasconcelos, 233
 Henrique Jansen Moller, 233
 Henrique José de Mendanha Benavides Cirne, 233
 Henrique Lopes da Cunha, 233
 Henrique Sousa Serrão, 233

I

Inácio Barbosa Machado, 234
 Inácio Caetano Carrilho, 234
 Inácio da Costa, 235
 Inácio da Costa Quintela, 235
 Inácio da Cunha de Toar, 235
 Inácio de Carvalho e Freitas, 234
 Inácio de Carvalho e Silveira, 234
 Inácio de Castro Lemos de Meneses, 234

Inácio de Figueiredo, 236
 Inácio de Figueiredo Cabral Albuquerque, 237
 Inácio de Guevara, 237
 Inácio de Sousa Jacome Coutinho, 239
 Inácio Dias Madeira, 235
 Inácio do Rego de Andrade, 238
 Inácio Ferreira Pimentel, 236
 Inácio Ferreira Souto, 236
 Inácio José da Mota e Carvalho, 237
 Inácio José de Moraes e Brito, 237
 Inácio José Peixoto, 237, 561
 Inácio Lopes Moura, 237
 Inácio Magalhães, 238
 Inácio Moraes Sarmento, 238
 Inácio Pedro Quintela Emaús, 555
 Inácio Pereira de Sousa, 238
 Inácio Ribeiro Maio, 239
 Inácio Xavier e Henrique de Sousa Pissarro, 239
 Inocêncio Alves da Silva Freire, 240
 Isidoro António do Amaral Semblano, 555
 Isidoro Mendes de Elvas, 240

J

Jacinto António Nobre Pereira, 240
 Jacinto Costa Vasconcelos, 240
 Jacinto da Costa Cabral de Vasconcelos, 240
 Jacinto de Oliveira Castelo Branco, 555
 Jacinto de Queirós Botelho e Vasconcelos, 241
 Jacinto de Sequeira Sampaio, 241
 Jacinto Dinis de Figueiredo, 240
 Jacinto Manuel de Oliveira, 241
 Jacinto Pais Moreira de Mendonça, 241
 Jacinto Pimentel Arnaut, 241
 Jacinto Pimentel de Meneses, 241
 Jácome de Vilas Boas Casado, 242
 Jácome Ferreira da Fraga, 242
 Jerónimo Caetano de Barros Araújo e Bessa, 242
 Jerónimo da Costa de Almeida, 242
 Jerónimo da Cunha Machado, 243
 Jerónimo da Cunha Pimentel, 243
 Jerónimo da Silva de Azevedo, 244
 Jerónimo de Brito Caldeira, 242
 Jerónimo de Lemos Monteiro, 243
 Jerónimo de Milão Fragoso, 244
 Jerónimo de Sá e Cunha, 244
 Jerónimo Francisco Lobo, 243
 Jerónimo Ribeiro, 244
 Jerónimo Vaz Vieira, 244

João Alberto Castelo-Branco, 245
 João Álvares da Costa, 245
 João Álvares de Figueiredo Brandão, 246
 João Álvares Simões, 247
 João Alves de Carvalho, 247
 João Anastácio Ferreira Raposo, 248
 João António Cogominho de Vasconcelos Sampaio, 249
 João António de Araújo e Azevedo, 249
 João António de Moraes, 250
 João António de Oliveira, 250
 João António Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcelos, 251
 João António Rodrigues Ferreira, 251
 João António Salter de Mendonça (D.), 251
 João António Teixeira de Bragança, 253
 João Antunes Monteiro, 253
 João Baptista Bavoni, 255
 João Baptista Dacier, 256
 João Baptista da Fonseca Teixeira Coelho Cardoso, 257
 João Baptista Esteves, 256
 João Baptista Vaz Pereira, 257
 João Barreto de Aguiar, 257
 João Barroso Pereira, 258, 552
 João Bernardo Cardoso da Costa, 258
 João Bernardo da Costa Falcão de Mendonça, 259
 João Bernardo Gonzaga, 259
 João Bernardo Pereira Coutinho de Vilhena e Nápoles, 259
 João Cabral de Barros, 260
 João Caetano Soares Barreto, 260
 João Caetano Tourel da Cunha Manuel, 260
 João Cardoso de Azevedo, 261
 João Carlos Cardoso Verney, 261
 João Carlos de Matos Pereira, 262
 João Carlos Leitão, 556
 João Carneiro de Almada, 262
 João Carneiro de Moraes, 262
 João Carvalho Martens da Silva Ferrão, 262
 João Castelinho de Freitas, 263
 João Coelho de Almeida, 263
 João Coelho Henriques, 264
 João Cordeiro Leitão, 264
 João Coronel, 264
 João Correia de Abreu, 265
 João Correia de Carvalho, 265
 João Correia do Vale, 266

- João da Costa Borges, 266
 João da Costa Leitão, 266
 João da Cunha Soutomaior, 267
 João da Fonseca Coutinho, 270
 João da Mota Banha, 285
 João da Rocha Dantas e Mendonça, 293
 João da Rocha Pita, 293
 João da Silva e Sousa, 299
 João da Silva Rodarte, 298
 João de Almeida Coutinho Vieira, 245
 João de Amorim Pereira, 248
 João de Andrada Leitão, 249
 João de Araújo Ferreira Rebelo, 253
 João de Azevedo, 254
 João de Azevedo Barros, 255
 João de Azevedo (Fr.), 254
 João de Azevedo Pacheco Sacadura Bote, 255
 João de Azevedo Silveira, 255
 João de Bastos Teixeira, 258
 João de Brito Caldeira, 259
 João de Carvalho, 262
 João de Carvalho Henriques, 262
 João de Cetém, 263
 João de Figueiredo, 270
 João de Góis de Araújo, 271
 João de Gouveia da Rocha, 273
 João de Guimarães (D.), 273
 João Delgado Figueira, 267
 João de Mascarenhas (D.), 282
 João de Matos Vasconcelos Barbosa de Magalhães, 283
 João de Medeiros Correia, 283
 João de Melo de Carvalho, 284
 João de Mesquita de Figueroa, 284
 João de Mesquita e Matos, 285
 João de Moura Coutinho, 286
 João de Oliveira de Miranda, 287
 João de Oliveira Leite de Barros, 286
 João de Proença e Silva, 292
 João de Puga de Vasconcelos, 292
 João de Roxas de Azevedo, 296
 João de Sampaio Freire de Andrade, 297
 João de Sá Pereira Ferreira Soares, 556
 João de Sá Pinto Abreu Soutomaior, 556
 João de Sá Soutomaior, 296
 João de Seixas Cabreira, 298
 João de Sepúlveda e Matos (D.), 298
 João de Sequeira de Sousa, 298
 João de Sousa, 300, 572
 João de Sousa Caria, 301
 João Diogo Guerreiro Camacho e Aboim, 267
 João do Couto de Andrade, 267
 João do Sobral de Barbuda, 300
 João Eliseu de Sousa Serrão, 268
 João Fernandes de Carvalho, 268
 João Fernandes de Oliveira, 268
 João Ferraz Velho, 268
 João Ferreira Batalha, 269
 João Ferreira Bettencourt e Sá, 269
 João Ferreira Gabriel, 269
 João Ferreira Ribeiro de Lemos, 269
 João Fróis Leitão, 271
 João Gaudêncio Torres, 271
 João Gomes, 271, 272, 560
 João Gomes de Serpa, 272
 João Gomes Ribeiro, 272
 João Gonçalves Pereira, 272
 João Gualberto Pinto de Morais Sarmiento, 273
 João Guedes de Sá, 273
 João Henriques Coelho de Sousa Sampaio, 556
 João Henriques da Maia, 274
 João Henriques da Silva, 274
 João Homem Freire, 274
 João Inácio Almeida e Sousa, 274
 João Inácio Dantas Pereira, 276
 João Inácio de Brito e Abreu, 275
 João Inácio do Amaral Silveira, 275
 João José da Silva, 278
 João José da Veiga, 279
 João José de Abreu e Silva, 276
 João José de Faria da Costa e Abreu Guião, 277
 João José de Faria Mascarenhas e Melo, 277
 João José de Lima Viana, 277
 João José Mascarenhas de Azevedo e Silva, 277
 João José Pereira da Costa, 557
 João Lampreia de Vargas, 279
 João Leal da Gama, 279, 567
 João Leite de Aguilár, 280
 João Lobato Quinteiro, 280
 João Lopes Tinoco, 280
 João Luís Cardoso, 281
 João Luís Monteiro de Carvalho, 557
 João Maldonado (D.), 281
 João Manuel da Câmara Berquó, 557
 João Manuel de Oliveira, 557
 João Manuel Guerreiro de Amorim Pereira, 281
 João Manuel Peixoto de Araújo, 282
 João Manuel Teixeira, 557

- João Marques Anjo da Fonseca, 282
 João Marques Bacalhau, 282
 João Mendes da Costa, 284
 João Milis de Sá e Macedo, 285
 João Monteiro de Faria, 285
 João Monteiro de Miranda, 285
 João Nepomuceno Pereira da Fonseca, 286
 João Nogueira, 286
 João Nunes Colares de Espie, 286
 João Osório de Castro Sousa Falcão, 287, 549
 João Pacheco Pereira, 287
 João Pedro Alfonso Videira, 287
 João Pedro de Carvalho, 288
 João Pedro de Sousa Sequeira Ferraz, 289
 João Pedro Mouzinho de Albuquerque, 288
 João Pedro Ribeiro, 289
 João Peixoto de Sá, 290
 João Pereira do Vale, 290
 João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, 290
 João Pinheiro, 291, 548
 João Pinheiro da Fonseca, 291
 João Pinheiro de Amorim, 291
 João Pinto Pereira de Figueiredo Castelo Branco, 558
 João Pinto Ribeiro, 292
 João Ribeiro da Fonseca, 293
 João Rodrigues Botelho, 294
 João Rodrigues Campelo, 294
 João Rodrigues de Brito, 294
 João Rodrigues de Fontoura, 295
 João Rodrigues Machado, 295
 João Rodrigues Pereira, 295
 João Rodrigues Vilar, 295
 João Saraiva de Carvalho, 297
 João Soares de Almeida, 299
 João Soares de Brito, 299
 João Soares Tavares, 299
 João Sousa Cardenas, 301
 João Tavares de Abreu, 301
 João Teixeira Loureiro, 302
 João Telo da Fonseca, 302
 João Teodoro Saraiva Fragoso de Vasconcelos, 302
 João Torres da Silva, 303
 João Valente Mendes, 303
 João Vanvessem, 303
 João Velasques Sarmiento (D.), 303
 João Velho Barreto, 304
 João Velho de Azevedo, 304
 João Veloso de Brito, 305
 João Veríssimo da Silva e Torres Cordeiro, 305
 João Vidal da Costa e Sousa, 305
 João Vieira de Macedo, 306
 João Xavier Teles de Sousa, 306
 João Zuzarte da Fonseca, 307
 Joaquim Alberto Jorge, 308
 Joaquim Alberto Magno de Assis e Andrade, 558
 Joaquim Álvares Moniz, 308
 Joaquim Amorim Castro, 308
 Joaquim António Calça de Pina, 309
 Joaquim António de Araújo, 308
 Joaquim António de Carvalho Santa Marta, 309
 Joaquim António Segurado, 558
 Joaquim Casimiro da Costa, 310
 Joaquim Clemente da Silva Pombo, 310
 Joaquim de Barros de Almeida, 309
 Joaquim de Carvalho, 563
 Joaquim de Gouveia Osório, 558
 Joaquim de Magalhães e Meneses, 315
 Joaquim de Oliveira Brandão, 317
 Joaquim Estanislau Rodrigues Ganhado, 310
 Joaquim Gerardo Teixeira, 311
 Joaquim Gomes da Silva Belfort, 311
 Joaquim Gomes Teixeira, 311
 Joaquim Inácio Ferreira da Rocha, 312
 Joaquim José Anastácio Monteiro de Carvalho e Oliveira, 558
 Joaquim José de Aguiar e Sá, 312
 Joaquim José de Andrade, 312
 Joaquim José de Carvalho, 313
 Joaquim José de Jordão, 314
 Joaquim José de Queirós, 559
 Joaquim José Fidalgo da Silveira, 313
 Joaquim José Freire de Andrade, 314
 Joaquim José Marques Torres Salgueiro, 314
 Joaquim José Mendes da Cunha, 314
 Joaquim José Soares de Araújo, 315
 Joaquim Manuel de Carvalho, 316
 Joaquim Manuel Garcia de Castro Barbosa, 316
 Joaquim Nicolau Mascarenhas Cordovil, 316
 Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, 317, 560
 Joaquim Pereira de Mendonça, 318
 Joaquim Rafael do Vale, 318
 Joaquim Rodrigues Botelho, 318
 Joaquim Rodrigues de Santa Marta Soares, 318
 Joaquim Saraiva da Costa Pereira de Refóios, 559

- Joaquim Teotónio Segurado, 319
 Joaquim Xavier de Lima, 319
 Joaquim Xavier Morato Boroa, 319
 Jorge da Silva Mascarenhas (D.), 322
 Jorge de Araújo Estaço, 320
 Jorge de Magalhães Pereira, 320
 Jorge Freire de Andrade, 320
 Jorge Luís Pereira, 320
 Jorge Manuel da Costa, 321
 Jorge Pacheco de Mendonça, 321
 Jorge Pimentel Velho, 321
 Jorge Pinheiro, 321
 Jorge Pinto de Almeida, 321
 Jorge Privado de Faria, 322
 Jorge Salter de Mendonça (D.), 322
 Jorge Seco de Macedo, 322
 José Albano Fragoso, 323
 José Alberto Leitão Manso de Lima Falcão, 323
 José Alexandre Cardoso Soeiro, 323
 José Alexandre da Silva, 324
 José Almeida Machado, 324
 José Álvares da Silva, 324
 José António Barbosa do Lago, 325
 José António Calado, 325
 José António Cobeiro de Azevedo, 325
 José António da Rocha Álvares de Carvalho, 329
 José António da Silva Pedrosa Guimarães, 330
 José António da Silva Santa Bárbara, 330
 José António da Veiga, 331, 554
 José António de Faria e Carvalho, 559
 José António de Meireles Freire, 326
 José António de Oliveira Damásio, 327
 José António de Oliveira Leite de Barros, 327
 José António de Oliveira Machado, 328
 José António de Sá, 329
 José António Mâncio da Costa Ubaldo, 326
 José António Pestana da Silva, 328
 José António Pinto Donas Boto, 328
 José António Soares Pinto Castelo Branco, 560
 José António Valente, 330
 José Barata Freire de Lima, 331
 José Barreto Gomes de Oliveira, 560
 José Belarmino Cré, 332
 José Bernardo Álvares do Vale, 332
 José Bernardo Coelho de Figueiredo, 333
 José Bernardo da Gama e Ataíde, 333
 José Bernardo Henriques de Faria, 561
 José Bonifácio de Andrade e Silva, 333
 José Bostoque, 334
 José Botelho de Lemos, 334
 José Boto Machado, 561
 José Caetano César Manitti, 334
 José Caetano de Paiva Pereira, 335
 José Caetano Martins Barroso, 561
 José Caetano Pacheco e Tavares, 335
 José Caetano Peixoto Martins Barroso, 335, 561
 José Camelo de Sá, 335
 José Cardoso Castelo, 336
 José Cardoso Girão, 336
 José Carlos Xavier da Silva, 336
 José Carvalho de Andrade, 337
 José Carvalho Martens, 337
 José Correia de Abreu, 339
 José Correia de Lacerda, 339
 José da Costa Correia, 340
 José da Costa Dias Barros, 340
 José da Costa e Silva, 341
 José da Costa Ribeiro de Vasconcelos, 340
 José da Cunha Brochado, 341
 José da Cunha Cardoso, 341
 José da Cunha Fialho, 342
 José da Cunha Soares, 342
 José da Guarda Fragoso, 351
 José da Mota Banha, 368
 José da Rocha Dantas e Mendonça, 377
 José da Silva de Gouveia, 380
 José da Silva Gomes, 380
 José da Silva Magalhães, 380
 José da Silva Pinto de Carvalho, 380
 José de Abreu Bacelar Chichorro, 323
 José de Araújo Col, 331
 José de Arriaga Brum da Silveira, 331
 José de Bastos Torres, 332
 José de Caminha Falcão, 336
 José de Carvalho Martens da Silva Ferrão, 337
 José de Castro Henriques, 339, 552, 574
 José de Faria, 343
 José de Figueiredo Carvalho, 345
 José de Freitas Serrão, 348
 José de Gouveia Osório, 561
 José de Lima Coutinho, 360
 José de Lima Pinheiro de Aragão, 360
 José de Macedo Ferreira Pinto, 565
 José de Magalhães Castelo Branco, 361
 José de Matos da Veiga, 365
 José de Mendonça de Matos Moreira, 367
 José de Meneses (D.), 367
 José de Morais Machado, 368

- José de Nogueira Galvão, 368
 José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira, 369
 José de Ornelas da Fonseca Nápoles da Silva, 369
 José de Pina Coutinho (D.), 373
 José de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos, 375
 José de Sá de Mendonça, 378
 José de Seabra e Silva, 379
 José de Sousa Castelo Branco, 382
 José de Sousa de Moraes, 382
 José de Sousa Tavares, 382
 José de Vasconcelos e Sousa (D.), 384
 José Dias do Vale, 342
 José Dias Ribeiro, 342
 José Diogo Mascarenhas Neto, 343
 José do Casal Ribeiro, 338
 José dos Santos Palma, 378
 José dos Santos Pinheiro de Matos, 378
 José Feio de Melo e Albuquerque, 343
 José Feliciano da Rocha Gameiro, 344
 José Félix de Araújo, 344
 José Félix Potier Lamas, 344
 José Fernandes Nunes, 344
 José Ferreira Cardoso, 345
 José Ferreira da Horta, 345
 José Ferreira de Horta, 345
 José Ferreira Gil, 345
 José Filipe Pires da Costa, 346, 562
 José Firmino da Silva Geraldês Quelhas, 346
 José Fiúza Correia, 346
 José Fortunato de Brito Abreu Sousa e Menezes, 347
 José Francisco de Lencastre (D.), 347
 José Francisco de Oliveira, 347
 José Franco Falcão, 347
 José Freire de Andrade, 562
 José Freire Falcão de Mendonça, 348
 José Freire Gameiro, 562
 José Galvão de Lacerda, 349
 José Germano de Santa Marta Mesquita de Almada e Melo, 349
 José Gil Tojo Borja e Quinhones, 350
 José Gomes de Azevedo, 350
 José Gomes de Carvalho, 350
 José Gomes Ribeiro, 351
 José Gonçalves Marques, 562
 José Gregório Ribeiro, 351
 José Guilherme de Miranda, 352
 José Henriques Cavaco, 353
 José Henriques de Anchieta Portes Pereira de Sampaio, 352
 José Homem Correia Teles, 563
 José Inácio da Silveira Leal, 355
 José Inácio de Arouche, 353
 José Inácio de Brito Bocarra Castanheda, 353
 José Inácio de Mendonça (D.), 354
 José Inácio de Santa Marta Soares, 355
 José Inácio Pais Pinto de Sousa e Vasconcelos, 354
 José Inácio Pereira de Campos, 355
 José Januário de Carvalho, 356
 José João Teixeira, 356
 José Joaquim Borges da Silva, 357
 José Joaquim Carneiro de Carvalho, 563
 José Joaquim da Cruz, 563
 José Joaquim de Abreu Vieira, 563
 José Joaquim de Almeida de Araújo Correia de Lacerda, 356
 José Joaquim de Almeida e Araújo, 356
 José Joaquim de Sequeira Magalhães Lançoes, 358
 José Joaquim Emaús, 357, 555
 José Joaquim Nabuco, 358
 José Joaquim Reinaud de Sampaio, 358
 José Joaquim Rodrigues de Bastos, 564
 José Joaquim Toscano de Figueiredo e Albuquerque, 359
 José Joaquim Vieira Godinho, 359
 José Leandro da Silva e Sousa, 564
 José Leandro de Gusmão e Vasconcelos, 359
 José Leite Pereira de Melo, 564
 José Lobo da Veiga, 360
 José Luís Coutinho, 360
 José Luís de Magalhães e Meneses, 361
 José Luís França, 361
 José Maldonado (D.), 362
 José Manuel de Oliveira Mascarenhas, 362
 José Manuel de Sousa Cardoso Pizarro, 363
 José Manuel Ribeiro Vieira de Castro, 363
 José Maria Cardoso Soeiro, 364
 José Maria de Almeida Beltrão de Seabra, 363
 José Maria Teles do Vale, 364
 José Martins da Costa, 365
 José Mascarenhas Pacheco Coelho, 365
 José Mascarenhas Salter de Melo, 365
 José Maurício da Gama, 365
 José Mendes Salas, 366

José Monteiro de Resende Cabral, 367
 José Monteiro de Vasconcelos, 368
 José Mourão, 566
 José Navarro de Andrade, 368
 José Paulo de Carvalho, 369
 José Paulo de Sousa, 370
 José Pedro Bayma de Barros, 370
 José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira, 566
 José Pedro de Lemos, 370
 José Pedro de Machado Coelho Torres, 371
 José Pedro de Oliveira, 371
 José Pedro Emaús, 370
 José Pedro Henriques, 370
 José Pedro Quintela, 371
 José Pegado de Azevedo e Melo, 371
 José Peixoto de Azevedo, 372
 José Peixoto Sarmiento de Queirós, 566
 José Pereira Coutinho, 372
 José Pereira de Morais Sarmiento (D.), 372
 José Pereira de Moura, 373
 José Pereira Dias, 372
 José Pimentel Freire, 567
 José Pinheiro, 374
 José Pinto de Morais Bacelar, 374
 José Pinto Falcão, 374
 José Pinto Ribeiro, 374
 José Pio Ferreira Souto, 375
 José Raimundo de Passos de Probem Barbosa, 567
 José Rebelo do Padre, 375
 José Ribeiro Gomes, 375
 José Ribeiro Saraiva, 375
 José Ricalde Pereira de Castro, 376
 José Ricardo Godinho Valdês, 376
 José Roberto Vidal da Gama, 377
 José Rodrigues Ribeiro César, 378
 José Sarmiento de Figueiredo, 378
 José Sequeira, 379
 José Simões Barbosa, 381
 José Soares de Azevedo, 381
 José Soares de Barbosa Queirós de Azevedo, 381
 José Teixeira de Sousa, 383
 José Teles de Meneses, 383
 José Teotónio Sedrão Zuzarte, 383
 José Tomás Marinho da Costa, 384
 José Valério Pereira da Fonseca, 384
 José Vaz de Carvalho, 385
 José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, 385

José Xavier Cardoso Nobre, 386
 José Xavier Machado, 386
 Julião de Campos, 386
 Julião de Moura Negrão, 386

L

Lancelote Leitão de Noronha, 386
 Lázaro da Silva Ferreira, 387
 Lázaro Leitão Aranha, 387
 Leandro de Castro da Silveira, 387
 Leandro de Melo e Faria, 387
 Leonardo de Carvalho e Silva, 388
 Leonardo José da Costa, 567
 Leonardo Monteiro de Vasconcelos, 388
 Leonel de Perada, 389
 Lopo de Lagares Pessanha, 389
 Lopo Tavares de Araújo, 389
 Lourenço António de Gouveia, 390
 Lourenço Brandão, 390
 Lourenço Coelho Leitão, 390
 Lourenço Correia de Lacerda, 390
 Lourenço da Gama Pereira, 391
 Lourenço de Arrochela Vieira de Azevedo, 390
 Lourenço José de Guimarães Moreira, 391
 Lourenço Pires Carvalho, 392
 Lourenço Saraiva de Carvalho, 392
 Lucas da Silva de Azevedo, 394
 Lucas de Seabra da Silva, 393
 Lucas Ferreira Calado de Oliveira, 392
 Lucas Pereira de Araújo e Azevedo, 392
 Luís Abreu de Freitas, 394
 Luís Afonso Dantas, 395
 Luís Álvares da Costa, 395
 Luís Álvares da Cunha, 395
 Luís Álvares de Aguiar, 395
 Luís Álvares Ribeiro (D.), 395
 Luís Anes Barreiros, 396
 Luís António Branco Bernardes de Carvalho, 396
 Luís António de Araújo e Amorim, 396
 Luís António de Sousa Tavares, 397
 Luís António Rebelo da Silva, 568
 Luís Barbosa de Mendonça, 397
 Luís Bernardo Pinto de Mendonça e Figueiredo, 398
 Luís Borges de Carvalho, 398
 Luís Botelho da Silva Vale, 398
 Luís Coelho Ferreira do Vale, 399
 Luís Coelho Pimentel, 399

Luís Contador de Argote, 399
Luís da Costa e Almeida, 568
Luís da Costa e Faria, 400
Luís da Costa Lima, 400
Luís da Cunha (D.), 400
Luís da Cunha de Toar, 401
Luís da Cunha Varela, 401
Luís da França Pimentel, 403
Luís de Abreu Borges, 394
Luís de Barros Teixeira Lobo, 398
Luís de Figueiredo de Abreu Castelo Branco, 402
Luís de Fóios, 402
Luís Delgado de Abreu, 401
Luís de Melo da Silva, 410
Luís de Melo e Sá, 409
Luís de Moraes de Seabra, 410
Luís de Moura Furtado, 410
Luís de Oliveira da Costa, 411
Luís de Oliveira Figueiredo e Almeida, 411
Luís de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça, 568
Luís de Sequeira, 414
Luís de Sequeira da Gama e Aiala, 415
Luís de Sousa Pereira, 415
Luís Dias Pereira, 401
Luís Estanislau da Silva, 402
Luís Fernandes Teixeira, 402
Luís Ferreira de Araújo e Azevedo, 402
Luís Francisco Ferreira, 403
Luís Freire da Fonseca Coutinho, 403
Luís Godinho de Moraes, 404
Luís Godinho Leitão, 404
Luís Gomes de Basto, 404
Luís Gomes Leitão de Moura, 404
Luís Gomes Loureiro, 405
Luís Gonzaga de Carvalho e Brito, 405
Luís Guedes Carneiro, 405
Luís Inácio da Silva, 405
Luís José de Carvalho e Melo, 405
Luís José de Moraes Carvalho, 406
Luís José Duarte Freire, 406
Luís José Pereira Freire de Andrade, 406
Luís Leite de Faria, 407
Luís Machado, 407
Luís Magalhães de Brito, 407
Luís Manuel de Évora e Macedo, 568
Luís Manuel de Moura Cabral, 408
Luís Manuel de Oliveira Mascarenhas, 408

Luís Manuel de Pina Coutinho, 408
Luís Martins Baião, 409
Luís Matoso Soares, 409
Luís Monteiro da Costa, 410
Luís Mourão Cordeiro do Vale, 411
Luís Neto da Silveira, 411
Luís Pereira de Abreu, 412
Luís Pereira de Castro, 412
Luís Pimentel da Costa, 412
Luís Pinheiro, 412
Luís Quifel Barbarino, 412
Luís Rebelo Quintela, 412
Luís Ribeiro Godinho, 413
Luís Rodrigues Belo, 414
Luís Salema de Carvalho, 414
Luís Sanches de Almeida, 414
Luís Teixeira Cabral, 415
Luís Tomás Veloso de Miranda, 415
Luís Veloso de Miranda, 415
Luís Xavier Valente de Gouveia, 416

M

Manuel Aires de Almeida, 416
Manuel Álvares Cardoso, 418
Manuel Álvares Pereira, 418
Manuel Álvares Preto, 418
Manuel António Cabral, 418
Manuel António da Cunha Soutomaior, 418
Manuel António da Fonseca e Gouveia, 419
Manuel António de Carvalho, 569
Manuel António Freire de Andrade, 419
Manuel António Pessoa Osório, 420
Manuel António Pinto de Escobar, 420
Manuel António Velês Caldeira, 569
Manuel Bernardo Osório da Fonseca, 569
Manuel Bicudo de Mendonça, 421
Manuel Borges Carneiro, 569
Manuel Brissete de Barros, 421
Manuel Caetano Barbosa Cabral Calheiros, 421
Manuel Caetano de Macedo, 422
Manuel Caetano de Sá, 422
Manuel Carlos da Silva Gusmão, 423
Manuel Carlos de Abreu e Meneses, 422
Manuel Carneiro de Sá, 423
Manuel Chainho Sanches, 424
Manuel Cipriano da Silva, 424
Manuel Cristóvão Mascarenhas de Figueiredo, 427

- Manuel da Ascensão da Rocha, 420
 Manuel da Costa Amorim, 424
 Manuel da Costa Bonicho, 425
 Manuel da Costa de Almada, 424
 Manuel da Costa e Lemos, 426
 Manuel da Costa Ferreira, 425
 Manuel da Costa Mimoso, 426
 Manuel da Costa Moreira, 426
 Manuel da Costa Palma, 427
 Manuel da Cunha, 427
 Manuel da Cunha Andrade, 427
 Manuel da Cunha Sardinha, 428
 Manuel da Cunha Soutomaior, 428
 Manuel da Fonseca Brandão, 433
 Manuel da Fonseca de Azevedo, 433
 Manuel da Gama Lobo, 435
 Manuel da Nóbrega, 452
 Manuel da Silva Baptista e Vasconcelos, 459
 Manuel da Silveira Correia, 459
 Manuel de Abreu Couceiro, 416
 Manuel de Albuquerque de Melo Pereira, 417
 Manuel de Almeida Cabral, 417
 Manuel de Almeida de Carvalho, 417
 Manuel de Almeida dos Santos, 417
 Manuel de Almeida Peixoto, 417
 Manuel de Azevedo Soares, 421
 Manuel de Campos e Sousa (D.), 422
 Manuel de Carvalho Oliveira, 423
 Manuel de Carvalho Pais, 424
 Manuel de Carvalho Rebelo de Meneses, 424
 Manuel de Évora Heitor, 431
 Manuel de Figueiredo Loureiro, 433
 Manuel de Freitas Soares, 434
 Manuel de Gouveia Álvares, 438
 Manuel Delgado de Matos, 428
 Manuel Delgado de Vasconcelos, 428
 Manuel Delgarte da Costa, 429
 Manuel de Lima Barreto, 445
 Manuel de Macedo Neto, 447
 Manuel de Macedo Pereira Coutinho, 447
 Manuel de Magalhães de Meneses, 447
 Manuel de Magalhães e Mexia de Macedo, 447
 Manuel de Magalhães Pinto e Avelar, 447, 551
 Manuel de Matos, 449, 553
 Manuel de Matos Pinto de Carvalho, 449
 Manuel de Melo Godinho Manso, 450
 Manuel de Meneses, 450
 Manuel de Moura de Cerqueira, 451
 Manuel de Mures Monteiro, 451
 Manuel de Novais da Silva Leitão, 452
 Manuel de Oliveira da Cunha e Silva, 453
 Manuel de Oliveira Pinto, 453, 555
 Manuel de Pinho de Almeida e Lima, 455
 Manuel de Proença Leandro, 457
 Manuel de Sampaio Freire e Andrade, 572
 Manuel de Sequeira da Silva, 459
 Manuel de Sequeira Malheiro, 459
 Manuel de Sousa de Meneses, 460
 Manuel de Toar de Vasconcelos, 461
 Manuel Dias de Lima, 429
 Manuel Dias Raposo, 429
 Manuel Dias Torres, 429
 Manuel Dinis da Silva, 430
 Manuel do Ó Barriga, 453
 Manuel dos Reis Bexiga, 457
 Manuel dos Reis Maciel, 457
 Manuel Duarte da Fonseca Lobo, 430
 Manuel Duarte Leitão, 430
 Manuel Estêvão de Almeida e Vasconcelos Barbarino, 430
 Manuel Felicíssimo de Sousa Lousada de Araújo e Azevedo, 570
 Manuel Fernandes Tomás, 431
 Manuel Fernandes Varges, 432
 Manuel Ferreira, 432
 Manuel Ferreira da Silva, 433
 Manuel Ferreira de Carvalho, 432, 565
 Manuel Ferreira de Lima, 432
 Manuel Ferreira de Oliveira, 433
 Manuel Ferreira Tavares Salvador, 570
 Manuel Figueira Delgado, 433
 Manuel Francisco da Silva da Veiga Magro e Moura, 434
 Manuel Freire da Silva, 434
 Manuel Freire de Matos, 434
 Manuel Gameiro de Barros, 435
 Manuel Gomes Bezerra de Lima, 435
 Manuel Gomes Cerveira Valente, 436
 Manuel Gomes da Costa, 436
 Manuel Gomes de Carvalho, 435
 Manuel Gomes de Melo, 437
 Manuel Gomes de Oliveira, 437
 Manuel Gomes Ferreira, 436
 Manuel Gomes Soares, 438
 Manuel Gonçalves de Carvalho, 438
 Manuel Gonçalves de Miranda, 438
 Manuel Gonçalves Guião, 438
 Manuel Guerreiro Camacho e Fóios, 439

- Manuel Henriques Coelho de Mancilha, 439
Manuel Henriques Sacoto, 440
Manuel Herculano de Freitas Azevedo Falcão, 440
Manuel Homem Freire, 440
Manuel Inácio da Mota e Silva, 441, 550
Manuel Inácio de Moura, 441
Manuel Inácio Pereira Cabral, 442
Manuel Joaquim Bandeira, 442
Manuel Joaquim Barbosa, 570
Manuel Joaquim Lopes Pereira Negrão, 442
Manuel Joaquim Ribeiro Freire, 443
Manuel José Baptista Felgueiras, 570
Manuel José Calheiros, 443
Manuel José de Araújo Tavares, 443
Manuel José de Arriaga Brum da Silveira, 443
Manuel José de Faria e Sousa, 444
Manuel José de Oliveira, 445
Manuel José Gama e Oliveira, 444
Manuel José Gomes Loureiro, 444
Manuel José Lopes Figueiredo, 571
Manuel José Soares, 445
Manuel José Soares de Lobão Albergaria, 571
Manuel Lopes de Barros, 445
Manuel Lopes de Oliveira, 446
Manuel Luciano de Magalhães, 571
Manuel Luís Cordeiro, 446
Manuel Luís Pereira, 446
Manuel Luís Pires, 446
Manuel Manso da Fonseca, 448
Manuel Maria Souto e Silva, 571
Manuel Marinho Falcão de Castro, 448, 576
Manuel Martins Ferreira, 448
Manuel Martins Madeira, 449
Manuel Martins Nunes, 449
Manuel Mendes Carvalho, 450
Manuel Mogo de Melo, 450
Manuel Moniz Monteiro, 450
Manuel Mourão Botelho e Figueira, 451
Manuel Mouzinho Gil (D.), 451
Manuel Nicolau Esteves Negrão, 452
Manuel Nunes Colares, 452
Manuel Pais de Aragão Trigoso, 453
Manuel Pais Gomes de Oliveira, 453
Manuel Pedro de Sequeira, 454
Manuel Pedrosa Barata, 571
Manuel Pedroso de Lima, 454
Manuel Pedro Tavares de Sequeira, 454
Manuel Pereira Barreto, 454
Manuel Pereira da Silva, 455
Manuel Pereira Ramos de Azevedo Coutinho Ramalho, 455
Manuel Pinto da Cunha e Sousa, 456
Manuel Pinto de Mira, 456
Manuel Pinto Monteiro, 456
Manuel Policarpo de Sousa da Guerra Quaresma, 572
Manuel Ribeiro Galvão, 457
Manuel Rodrigues Leitão, 458
Manuel Sarmento, 458
Manuel Sarmento Pimentel do Vabo, 458
Manuel Simões da Rosa Moreira, 459
Manuel Soares Dourado, 460
Manuel Teixeira de Azevedo, 460
Manuel Teles da Silva, 460
Manuel Teófilo de Mesquita e Moura, 460
Manuel Tomás de Sousa e Azevedo, 461
Manuel Vaz Nunes, 461
Manuel Velho da Costa, 461
Manuel Velho de Miranda, 462
Manuel Vicente Marecos Pereira e Silva do Castelo, 462
Manuel Vicente Rosa, 462
Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, 463
Manuel Vidigal de Moraes, 463
Manuel Viegas de Oliveira, 464
Manuel Vieira Pedrosa, 464
Manuel Vilela Carneiro, 464
Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho, 464
Marçal Casado Jácome, 464
Marçal José Galvão de Oliveira Araújo, 465
Marçal José Machado, 465
Marceliano Coelho de Abreu e Carvalho, 465
Marcelino José de Fontes Vieira, 466
Marcelino Pereira Neto, 466
Marcelino Teotónio de Azevedo, 572
Marcelo António Leal Arnaut, 466
Marcolino Xavier da Fonseca, 466
Marcos de Andrade, 466
Martim Afonso de Melo, 467
Martim Afonso de Melo Pereira, 467
Martim Monteiro de Seia, 467
Martinho Afonso Coelho, 468
Martinho Lobo da Silva, 468
Martinho Teixeira Homem, 468
Martinho Teixeira Homem de Brederode, 572
Mateus Afonso Soares, 468
Mateus Gonçalves Mouzinho, 469

Mateus Mouzinho, 469
 Mateus Mouzinho Barba, 469
 Matias Álvares da Costa, 469
 Matias Álvares Mourão, 469
 Matias de Carvalho Coutinho de Vasconcelos, 469
 Matias Ferreira da Silva Granado, 470
 Matias Franco Ferreira, 470
 Matias Pinheiro da Silveira Botelho, 471
 Mendo de Fóios Pereira, 471
 Miguel Achioli da Fonseca, 471
 Miguel António de Oliveira da Cunha e Sá, 471
 Miguel Barbosa Carneiro, 472
 Miguel Borges Tavares, 472
 Miguel Borges Tavares de Azevedo Gouveia Castro, 473
 Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, 473, 569, 573
 Miguel Cirne de Faria, 474
 Miguel da Costa Sobrinho, 474
 Miguel da Rosa Pimentel, 477
 Miguel da Silva Pereira, 478
 Miguel de Arriaga Brum da Silveira, 472
 Miguel de Figueiredo de Abreu, 475
 Miguel de Oliveira Guimarães e Castro, 476
 Miguel de Sequeira Castelo Branco, 478
 Miguel Dourado de Mariz, 474
 Miguel do Vale, 479
 Miguel Fernandes de Andrade, 474
 Miguel Joaquim Caldeira de Pina Castelo Branco, 573
 Miguel José Vienne, 475
 Miguel Lopes Caldeira e Artur, 475, 569, 573
 Miguel Manso Preto, 475
 Miguel Monteiro Bravo, 476
 Miguel Nunes de Mesquita, 476
 Miguel Pereira de Barros, 477
 Miguel Pereira Pinto, 477
 Miguel Pinheiro Correia, 477
 Miguel Pinheiro de Brito, 477
 Miguel Ribeiro da Cruz, 477
 Miguel Serrão Dinis, 478
 Miguel Soares de Albergaria Ferreira, 573
 Miguel Teodoro Mourão Pinheiro, 479
 Miguel Teotónio dos Reis Rocha, 479
 Miguel Zuzarte de Azevedo, 479

N

Nicolau de Almeida Mascarenhas, 480
 Nicolau de Brito Cardoso, 480
 Nicolau de Torres Cordeiro, 481
 Nicolau Dias Tinoco, 480
 Nicolau Joaquim de Miranda e Silva e Alarcão, 480
 Nicolau Pereira de Castro, 480
 Nuno de Faria e Mata de Amorim Coelho Castelo Branco, 481
 Nuno Mendes Barreto, 481

P

Pantaleão de Sousa, 481
 Pantaleão Rodrigues Pacheco, 481
 Pascoal de Abrantes Madeira, 481
 Pascoal Ferreira de Veras, 482
 Pascoal José de Melo Freire dos Reis, 482
 Paulino Ribeiro de Araújo, 482
 Paulo Carneiro de Araújo, 483
 Paulo Castelino de Freitas, 484
 Paulo Chamorro Freire, 484
 Paulo de Carvalho, 483
 Paulo de Meireles Pacheco, 485
 Paulo Fernandes Viana, 484
 Paulo Fragoso de Abreu, 484
 Paulo José Correia, 484
 Paulo Rebelo, 485
 Paulo Rebelo de Sousa, 485
 Pedro Álvares Dinis, 486
 Pedro Alves Sanches, 486
 Pedro Alves Seco, 486
 Pedro António de Pina Manique Nogueira de Matos e Andrade, 486
 Pedro Calado de Araújo e Lomba, 486
 Pedro Cordeiro Espinosa, 487
 Pedro Correia dos Santos, 487
 Pedro da Cunha e Sousa, 487
 Pedro da Rocha de Gouveia, 494
 Pedro da Silva, 495
 Pedro de Almeida, 485
 Pedro de Almeida do Amaral, 485
 Pedro de Anveres, 486
 Pedro de Carvalho, 487, 569, 576
 Pedro de Castro e Melo, 487
 Pedro de Freitas Duarte, 489
 Pedro de Freitas Tavares Pinto, 489

Pedro de Melo Brayner, 491
Pedro de Melo de Alvim, 490
Pedro de Mendonça Corte-Real, 492
Pedro de Morais Pimentel, 493
Pedro de Ordaz, 573
Pedro de Pina Coutinho, 494
Pedro de Unhão Castelo Branco, 495
Pedro de Vilas Boas e Sampaio, 496
Pedro Duarte da Silva, 488
Pedro Fernandes Monteiro, 488
Pedro Ferreira de Andrade, 488
Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, 489
Pedro Henriques de Castro, 574
Pedro Homem Mariz Sarmento, 490
Pedro José de Araújo, 490
Pedro José Lopes de Almeida, 574
Pedro Libório de Amorim, 490
Pedro Mendes de Sequeira, 492
Pedro Monteiro Furtado, 492
Pedro Nogueira Coelho, 493
Pedro Nunes Gadelha, 493
Pedro Nunes Tinoco, 493
Pedro Paulo de Sousa, 493
Pedro Pinheiro de Sousa, 494
Pedro Sanches de Farinha de Baena, 494
Pedro Saraiva da Costa Meneses e Refoios, 574
Pedro Velho do Lagar, 495
Pedro Viegas de Novais, 496
Pedro Vieira da Silva, 496

R

Rafael Pires Pardino, 497
Raimundo António dos Reis, 574
Raimundo Coelho de Melo, 497
Roberto António Xavier de Oliveira, 497
Roberto Car de Ribeiro, 498
Rodrigo António de Melo Ataíde, 498
Rodrigo António Teixeira Vahia, 575
Rodrigo Anveres, 499
Rodrigo Botelho, 499
Rodrigo Bravo Cardoso Torres, 499
Rodrigo Coelho Machado Torres, 499
Rodrigo de Meneses (D.), 500
Rodrigo de Oliveira Zagalo, 500
Rodrigo de Sá Mendonça Godolfim, 501
Rodrigo Homem de Brito, 499
Rodrigo Manuel de Carvalho, 500
Rodrigo Rebelo da Silva, 501

Rodrigo Ribeiro Teles da Silva, 575
Rodrigo Rodrigues de Lemos, 501
Rodrigo Sarmento de Vasconcelos e Castro, 575
Romão José da Rosa Guião e Abreu, 502
Romão Luís de Figueiredo e Sousa, 575
Roque de Monteiro Paim, 502
Roque Francisco Furtado de Melo, 502
Roque Ribeiro de Abreu, 503
Rui Dias de Castro, 503

S

Salvador Taborda Portugal, 503
Sebastião Álvares Migas, 504
Sebastião António da Cruz Sobral, 504
Sebastião António Gomes de Carvalho, 505
Sebastião Cardoso, 505
Sebastião Cardoso de Sampaio, 505
Sebastião César de Meneses, 506
Sebastião Correia de Sá, 506
Sebastião da Costa, 506
Sebastião da Guarda Fragoso, 508
Sebastião de Abreu Castelo Branco, 504
Sebastião de Abreu Serrão, 504
Sebastião Francisco Manuel, 507
Sebastião Gameiro Feio, 507
Sebastião Gomes Leitão, 507
Sebastião José de Andrade Ferreira Barroso, 508
Sebastião José de Carvalho, 576
Sebastião José de Sampaio, 509
Sebastião José Garcia, 508
Sebastião José Xavier Botelho, 509
Sebastião Marinho Falcão de Castro, 509, 576
Sebastião Mendes de Carvalho, 509
Sebastião Pereira Barbosa, 509
Sebastião Pereira de Castro, 510
Sebastião Pereira de Figueiredo, 510
Sebastião Rui de Barros, 510
Sebastião Soares Pais, 511
Sebastião Tavares de Sousa, 511
Sebastião Vieira de Matos, 511
Sebastião Xavier de Vasconcelos, 511
Serafim dos Anjos Pacheco, 511
Sérgio Justiniano de Oliveira, 511
Silvestre da Silva Peixoto, 512
Simão Álvares de La Penha Deusdará, 512
Simão Botelho Vogado, 512
Simão da Costa Estaço, 512
Simão da Fonseca de Sequeira, 513

Simão da Rocha Couto, 514
 Simão de Oliveira da Costa, 514
 Simão de Sousa de Azevedo, 515
 Simão de Sousa de Magalhães, 515
 Simão Ferrão de Andrade, 513
 Simão Francisco Montarroio, 514
 Simão José de Faria, 514
 Simão Rodrigues Taborda, 514

T

Teotónio Ferreira da Cunha, 515
 Tomás António de Carvalho Lima e Castro, 516
 Tomás António de Vila Nova Portugal, 516
 Tomás António Gonzaga, 516
 Tomás Carlos de Sousa e Meneses, 516
 Tomás da Costa Almeida, 517
 Tomás de Almeida (D.), 516
 Tomás de Sousa Caldeira, 519
 Tomás Esteves Bravo, 517
 Tomás Feliciano de Albernaz, 517
 Tomás Henriques Pais, 518
 Tomás Inácio de Morais Sarmiento, 518
 Tomás Joaquim da Rocha, 518
 Tomás José da Silva Vieira, 519
 Tomás José Ferreira da Veiga, 518
 Tomás Luís Ferreira, 519
 Tomás Pedro da Rocha, 519
 Tomás Xavier de Araújo Vieira Monteiro, 576
 Tomé Baracho da Silva, 520
 Tomé da Costa Homem, 520

Tomé Gomes Moreira, 520
 Tomé Joaquim Gonzaga Neves, 520
 Tomé Pinheiro da Veiga, 520
 Tristão José da Fonseca, 520

V

Valentim da Costa de Lemos, 520
 Valentim Gregório de Resende, 521
 Valentim Leite Homem de Magalhães Pereira, 521
 Valério José de Leão, 521
 Vasco Garcia Moniz, 521
 Venâncio Bernardino de Ochoa, 576
 Venâncio Marcelino de Campos de Deslandes, 521
 Venceslau Pereira da Silva, 522
 Veríssimo de Mendonça Domingues, 522
 Vicente Correia, 522
 Vicente de Albuquerque, 522
 Vicente José Ferreira Cardoso, 522
 Vicente Rodrigues Ganhado, 523
 Vitorino da Costa de Oliveira, 523
 Vitorino da Silva Freire, 524
 Vitorino de Sousa Guerra, 524
 Vitorino José Cerveira Botelho do Amaral, 524
 Vitorino José de Sequeira, 524

X

Xavier Lopes Vilela, 525

José Subtil é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre em História dos séculos XIX e XX pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Doutor em História Política e Institucional Moderna e Agregado no Grupo de História, Disciplina de História Institucional e Política Moderna, pela mesma Faculdade. Foi Professor Coordenador com Agregação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo onde fez parte do Conselho Geral como membro eleito. Foi Professor Associado com Agregação da Universidade Autónoma de Lisboa onde dirigiu o Departamento de Ciências Documentais e foi Chefe de Gabinete da Reitoria (2006-2009). Exerceu vários cargos públicos, destacando-se nos últimos dez anos o de Secretário-Geral Adjunto do Ministério das Finanças no tempo do Professor Doutor Sousa Franco, sendo responsável pela instalação da Biblioteca Central e do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças. Foi vogal da Comissão de Reforma e Reinstalação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Comissão para a Promoção do Museu da Moeda e da Medalha criada por resolução do Conselho de Ministros. Foi Coordenador Nacional da Comissão de Acreditação do INAFOP. Tem várias publicações individuais e colectivas. Nas primeiras destacam-se os livros sobre *O Desembargo do Paço (1750-1833)*, *O Ministério das Finanças (1801-1996)*, *A Câmara de Viana do Minho nos Finais do Antigo Regime (1750-1834)* e *O Terramoto Político (1755-1759)*, *Memória e Poder*; nas segundas sublinham-se as colaborações nos vols. III e IV da *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, *História da Universidade em Portugal*, edição da Universidade de Coimbra e Fundação Calouste Gulbenkian e da *História Económica de Portugal*, edição do ICS, Universidade de Lisboa. Foi coordenador científico da edição em DVD do *Dicionário Jornalístico Português* de Xavier da Silva Pereira, Academia das Ciências de Lisboa e Grupo Impresa (2009). Tem cerca de oito dezenas de artigos publicados, no país e no estrangeiro.

